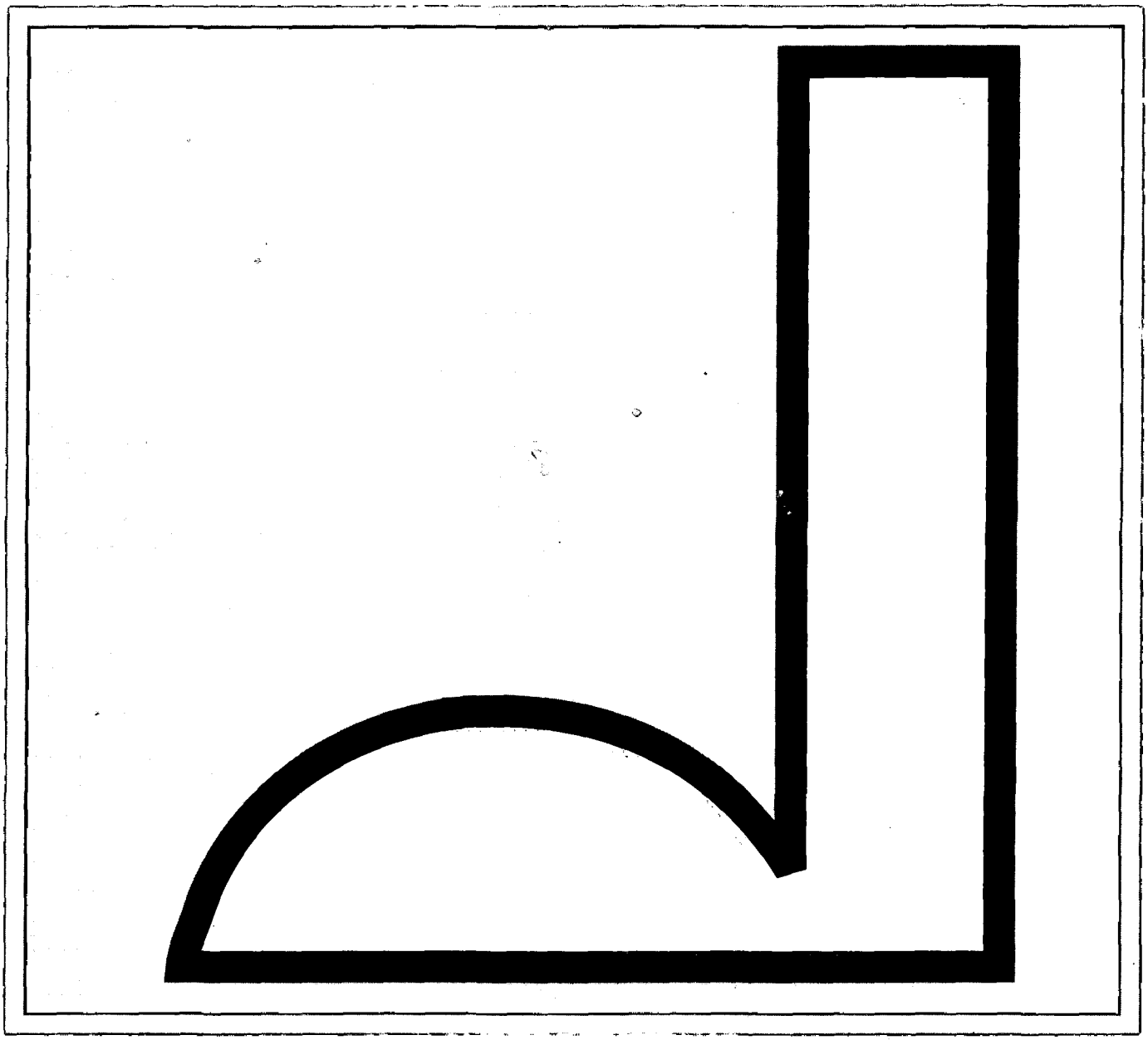
EXEMPLAR ÚNICO

SENADO FEDERAL
Subsecretaria do Arquivo

República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIII - SUP. AO Nº 139 QUARTA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 1998 BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA

Presidente	3º Secretário
Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA	*Flaviano Melo - PMDB - AC*
1º Vice-Presidente	4 º Secretário
Geraldo Melo - PSDB - RN	*Lucídio Portella - PPB - PI*
2ª Vice - Presidente	Suplentes de Secretário
Júnia Marise - Bloco - MG	*1ª Emilia Fernandes - Bloco - RS*
1º Secretário	*2º Lúdio Coelho - PSDB - MS*
Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB	*3º Joel de Hollanda - PFL - PE*
2º Secretário	*4º Marluce Pinto - PMDB -RR*
Carlos Patrocínio - PFL - TO	

CORREGEDORIA PARLAMENTAR	PROCURADORIA PARLAMENTAR
Corregedor(1)	Procuradores (2)
Romeu Tuma - PFL - SP	*Nabor Júnior - PMDB - AC*
Corregedores Substitutos (1)	*Djalma Bessa - PFL - BA*
Ramez Tebet - PMDB - MS	*Emilia Fernandes - Bloco - RS*
Joel de Hollanda - PFL - PE	*José Ignácio Ferreira - PSDB - ES*
Lúcio Alcântara - PSDB - CE	*Lauro Campos - Bloco - DF*

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO GOVERNO	LIDERANÇA DO PMDB	LIDERANÇA DO PSDB
Líder	Líder	**Líder**
Elcio Alvares - PFL - ES	*Jader Barbalho*	***Sergio Machado***
Vice-Líderes	Vice-Líderes	**Vice-Líderes**
José Roberto Arruda - PSDB - DF	*Nabor Júnior*	***Osmar Dias***
Ramez Tebet - PMDB - MS	*Gerson Camata*	***Jefferson Péres***
Romeu Tuma - PFL - SP	*Carlos Bezerra*	***José Ignácio Ferreira***
	Ney Suassuna	
	Fernando Bezerra	
LIDERANÇA DO PFL	*Gilvam Borges*	LIDERANÇA DO PPB
		Líder
Líder		*Leomar Quintanilha*
Hugo Napoleão	LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO	**Vice-Líder**
		Esperidião Amim
Vice-Líderes	Líder	
Edison Lobão	*Eduardo Suplicy*	LIDERANÇA DO PTB
Francelino Pereira		Líder
Gilberto Miranda	Vice-Líderes	*Odacir Soares*
Romero Jucá	*Sebastião Rocha*	
Romeu Tuma	*Antonio Carlos Valadares*	
Júlio Campos	*Roberto Freire*	
	José Eduardo Dutra	

Atualizada em 04-11-98

(1) Reeleitos em 02-04-97.
(2) Designação: 16 e 23-11-95.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia	***Raimundo Carreiro Silva***
Diretor-Geral do Senado Federal	**Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal**
Claudionor Moura Nunes	***Marcia Maria Correa de Azevedo***
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	**Diretora da Subsecretaria de Ata**
Júlio Werner Pedrosa	***Denise Ortega de Baere***
Diretor da Subsecretaria Industrial	**Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia**

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SUMÁRIO

1 - ATAS DE COMISSÕES

7ª Reunião da Comissão Temporária criada através do Requerimento nº 475, de 1996, destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, realizada em 25 de agosto de 1997. 5

8ª Reunião da Comissão Temporária criada através do Requerimento nº 475, de 1996, destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, realizada em 26 de agosto de 1997. 49

9ª Reunião da Comissão Temporária criada através do Requerimento nº 475, de 1996, destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, realizada em 4 de setembro de 1997. 98

10ª Reunião da Comissão Temporária criada através do Requerimento nº 475, de 1996, destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, realizada em 7 de abril de 1998. 102

11ª Reunião da Comissão Temporária criada através do Requerimento nº 475, de 1996, destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, realizada em 15 de abril de 1998. 115

1ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 1, de 1996-CN, com a finalidade de apurar as denúncias contidas na reportagem da revista Veja do dia 30 de agosto de 1995, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil, realizada em 5 de março de 1998. 126

2ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 1, de 1996-CN, com a finalidade de apurar as denúncias contidas na reportagem da revista Veja do dia 30 de agosto de 1995, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil, realizada em 16 de março de 1998. 126

3ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 1, de 1996-CN, com a finalidade de apurar as denúncias contidas na reportagem da revista Veja do dia 30 de agosto de 1995, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil, realizada em 17 de março de 1998. 126

4ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 1, de 1996-CN, com a finalidade de apurar as denúncias contidas na reportagem da revista Veja do dia 30 de agosto de 1995, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil, realizada em 26 de março de 1998. 127

5ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 1, de 1996-CN, com a finalidade de apurar as denúncias contidas na reportagem da revista Veja do dia 30 de agosto de 1995, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil, realizada em 6 de maio de 1998. 127

6ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 1, de 1996-CN, com a finalidade de apurar as denúncias contidas na reportagem da revista Veja do dia 30 de agosto de 1995, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil, realizada 13 de maio de 1998. 143

7ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 1, de 1996-CN, com a finalidade de apurar as denúncias contidas na reportagem da revista Veja do dia 30 de agosto de 1995, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil, realizada em 12 de agosto de 1998. 161

1ª Reunião (instalação) da Comissão Temporária criada através do Requerimento nº 203, de 1998, destinada a acompanhar, *in loco*, as providências e investigações dos fatos, circunstâncias e as causas que provocaram o incêndio que assolou a Região Amazônica e, em especial, o Estado de Roraima, realizada em 30 de abril de 1998. 161

6ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Educação, realizada em 6 de maio de 1998. 162

8ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Educação, realizada em 2 de junho de 1998. 169

9ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Educação, realizada em 3 de junho de 1998. 182

2ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 27 de janeiro de 1998. 199

4ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 11 de março de 1998. 203

5ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 25 de março de 1998. 211

6ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 31 de março de 1998. 220

7ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 15 de abril de 1998. 226

8ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 16 de abril de 1998. 242

9ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 29 de abril de 1998. 253

10ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 6 de maio de 1998. 258

11ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 13 de maio de 1998. 267

12ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 26 de maio de 1998. 271

13ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 3 de junho de 1998. 274

14ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 17 de junho de 1998. 281

SUPLEMENTO AO DSF, DE 4/11/98

COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 475, DE 1996-SF, DESTINADA A **"DEFINIR UMA POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DA AMAZÔNIA"**

Ata da 7ª Reunião
Realizada em 25 de agosto de 1997.

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e sete, às nove horas, no Auditório da SUDAM, na Cidade de Belém, Estado do Pará, reúnem-se os Senhores Senadores NABOR JÚNIOR, SEBASTIÃO ROCHA, ADEMIR ANDRADE, MARINA SILVA E GILVAM BORGES, membros da Comissão destinada a definir uma política para o Desenvolvimento Econômico e Social do Amazônia. Com a presença de diversas autoridades e pessoas de diversos segmentos sociais e de outras associações, o Sr. Presidente, Senador Nabor Júnior, e ao Som do Hino Nacional, declarou aberto o Seminário Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia, que tratou dos seguintes temas: Emprego e Renda, Industrialização, Financiamento e Incentivos Fiscais, Desenvolvimento, Meio-Ambiente e Exploração Florestal. Os debates do Seminário transcorreram durante todo o dia e posteriormente servirá de subsídios para o Relatório Final da Comissão, e não havendo nada mais a tratar, encerra-se a presente Reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte da mesma.

O SR. APRESENTADOR - Passamos à cerimônia de abertura do Seminário "Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia", promovido pela Comissão Especial da Amazônia, do Senado, com o objetivo de estabelecer compromissos entre o Governo Federal, o Congresso Nacional e a sociedade civil, visando definir e concretizar políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

Compõem a Mesa o Senador Nabor Júnior, Presidente da Comissão da Amazônia, no Senado; o Senador Ademir Andrade, Relator da Comissão Especial da Amazônia; a Senadora Marina Silva, Vice-Presidente da Comissão Especial da Amazônia; o Dr. Simão Robson Jatene, Secretário de Estado de Planejamento, neste ato representando S. Exª o Dr. Almir Gabriel, Governador do Estado do Pará; o Dr. Valdir Raupp, Governador do Estado de Rondônia; o Dr. Pedro Parente; o Dr. Seixas de Lourenço, Secretário-Executivo da Coordenação da Amazônia Legal; o Dr. Arthur Tourinho, Superintendente de Desenvolvimento da Amazônia; o Senador Gilvam Borges, a Drª Ana Júlia Garepa, Vice-Prefeita de Belém, neste ato representando o Dr. Edmilson Rodrigues, Prefeito Municipal; o Dr. Raimundo Nonato Pires dos Santos, Vice-Governador do Tocantins; o Dr. Mauro Ricardo Machado Costa, Superintendente da Zona Franca de Manaus; o Presidente do Banco da Amazônia ou seu representante; o Deputado Antonio Feijão, Vice-Presidente da Comissão da Amazônia na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - O Senado Federal promove aqui na sede da Sudam, em Belém, este Seminário.

Vamos ouvir agora a execução do Hino Nacional. (Pausa)

Declaro abertos os trabalhos do Seminário promovido pela Comissão da Amazônia do Senado Federal, sob o título "Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia".

Desejo comunicar aos presentes que o Sr. Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães, havia se prontificado a comparecer a este evento e fazer a sua abertura oficial. Em virtude de problemas de saúde, S. Exª teve que viajar para São Paulo a fim de submeter-se a exames médicos, razão pela qual não pôde comparecer a este Seminário e, por meu intermédio, apresenta as suas escusas a todos que aqui compareceram, especialmente ao povo do Pará. Mas, ainda assim, para marcar a sua presença através de um pronunciamento que gostaria de fazer, vamos agora divulgar este pronunciamento através da fita que S. Exª enviou, especialmente, para este Seminário.

Distintas autoridades que compõem a Mesa, anteriormente anunciadas, minhas senhoras, meus senhores, é com otimismo e senso de realidade que hoje instalamos, nesta sempre próspera e calorosa cidade de Belém do Pará, o Seminário "Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia, promovido pela Comissão Especial do Senado Federal, que tem por objetivo analisar os problemas da região no contexto da virada do século e do milênio, dentro das expectativas freqüentemente contraditórias das partes que se empenham na definição do papel que nós, amazônidas, desempenharemos no futuro do País e da humanidade.

Quero, preliminarmente, agradecer a presença das autoridades e dos representantes das entidades convidadas, bem como das pessoas que, espontaneamente, acorreram a este auditório na esperança de verem o surgimento de novas propostas para o desenvolvimento econômico e social da região. Existe, em particular, a gratidão da Comissão Especial da Amazônia a todos quantos contribuíram para o belo espetáculo democrático e de cidadania consciente, em particular à Superintendência da Amazônia pelo apoio logístico e pela cessão das instalações onde estaremos trabalhando; ao Governo do Estado do Pará, pela sempre hospitalidade fidalga com que nos recebeu, e ao povo de Belém cujo carinhoso interesse nos cerca desde a chegada.

Este Seminário traz a marca da obstinação que pontua todos os momentos históricos, onde a presença luso-brasileira se fez concreta na Amazônia, a contar dos primeiros navegadores formados em Sagres até a saga dos bandeirantes e dos nordestinos que mergulharam em suas matas, buscando tesouro dos minerais preciosos e forjando as fronteiras amplas e generosas da Nação.

Não foi fácil chegarmos ao presente momento, quando, finalmente, deflagramos o processo de debate das propostas concretas para o desenvolvimento social e o progresso econômico da Amazônia, porque, mais uma vez, ficou evidente o fato de ser a Amazônia uma preocupação secundária para muitos dos responsáveis pelo destino da Pátria, cujas prioridades de agenda superam os anseios e as necessidades e metade do território nacional.

Digo isso sem revolta e sem mágoa, mas não é um fato novo; ao contrário, trata-se da realidade com que os defensores da Amazônia sempre se defrontaram. O Brasil não consegue dar a este portentoso território que lhe pertence a importância conferida por interesses de nações e de entidades do exterior. O Congresso Nacional é a representação política do povo brasileiro, cabendo ao Senado Federal, especificamente, o papel de guardião das estruturas republicanas através da representação paritária dos Estados, independente da força política ou do peso econômico de cada um. E aí reside a importância institucional desta Comissão, que dá aos esquecidos e pobres Estados Amazônicos a possibilidade de fazer-se ouvir pelo gigante do Centro-Sul e mostrar-lhes suas carências e cobrar

soluções efetivas para os graves problemas que há séculos castigam os seus habitantes.

Olhando este Plenário, nele encontro homens e mulheres profundamente vivenciados nos problemas da Amazônia, por terem nela nascido e a ela dedicado o melhor do seu talento e do seu patriotismo. Não vejo necessidade, portanto, de narrar a epopéia na abertura das fronteiras nacionais, da quebra dos limites do Tratado de Tordesilhas, da verdadeira guerra que foi a Revolução Acreana. Gostaria muito de rememorar a façanha dos nordestinos, que já neste século deixaram as caatingas para colher da floresta fechada e inóspita o látex que revigorou o esforço de guerra, quando o mundo livre corria o risco de sucumbir ante o nazifascismo.

Rememorar tantos momentos gloriosos seria uma emoção sublime, porém todos os presentes conhecem e reverenciam estas páginas que a História do Brasil um dia ainda acolherá com o justo destaque e o merecido reconhecimento. Vamos caminhar para o futuro, guardando com carinho, respeito e senso de responsabilidade as remissões do passado e as agruras do presente.

A Amazônia brasileira está vivendo o dilema repleto de contradições e de angústias. Como preservar a economia extrativista que delimitou suas fronteiras e fez nascer seus vastíssimos espaços, ainda que demograficamente vazios? Como preservar o ecossistema onde se assentam os recursos naturais e climáticos indispensáveis para a própria sobrevivência do gênero humano? Vamos fincar o pavilhão nacional em terras que mal conhecemos, mas que, com certeza, já estão profundamente radiografadas e esquadrinhadas em outros países? Como fugir à pressão esmagadora dos grandes grupos econômicos, financeiros e políticos dos Estados superdesenvolvidos, cuja insensibilidade em relação a nós chega a ser injuriosa? Como enfrentar a nova onda globalizadora, inevitável em termos de integração regional, continental e universal, mas carente de vigilância permanente? Como, minhas senhoras e meus senhores, evitar que a Amazônia seja postergada, ainda mais agora que a escala de produção e o lucro a qualquer custo se transformaram mundialmente em bandeiras de governos e de grupos empresariais?

Aí estão algumas das perguntas que este Seminário buscará responder. Se conseguirmos fazê-lo, estaremos prestando a maior colaboração que a Amazônia já recebeu em sua história para descobrir caminhos construtivos e promissores. Temos, entretanto, motivo de sobra para olhar o futuro com grande cautela, porque, até agora, jamais merecemos a atenção sincera, incentivos materialmente efetivos para o nosso desenvolvimento.

Nos anos 50, quando Juscelino Kubitschek começou a abrir a Belém-Brasília recebeu agressões que iam da calúnia mais abjeta à chacota infamante. Para alguns inimigos estávamos enterrando o País em uma estrada para onça. Olhemos hoje para uma grande rodovia que liga a Capital da República a esta grande metrópole paraense, e procuraremos pensar que seria o Brasil, o que seria da integração nacional sem a Belém-Brasília? Vinte anos depois foi a Transamazônica que se transformou em alvo da ira e do descrédito de quem não a conhece, que nem sequer e nem quer conhecer metade do território nacional.

Essa é uma história ainda recente e que, portanto, ainda exige isenção e distanciamento em sua apreciação, mas procuraremos pensar, ao menos uma vez, no gigantesco progresso que poderemos estar colhendo hoje se a floresta não tivesse engolido o seu traçado. Talvez tenha faltado naquele debate o oxigênio das franquias democráticas que marcou os tempos de JK, e de permitir podar a consciência nacional com o seu determinado ímpeto construtivo. Isso, como disse, ainda será avaliado com serenidade e justiça pela consciência nacional num processo que demandará mais alguns anos.

Não podemos, todavia, permitir que os fracassos do passado nos impeçam de trabalhar no presente e projetar um futuro melhor. Nossos pais trabalharam a vida toda, sangraram seringueiras, colheram castanhas, enfrentaram ataque de índios e sobreviveram a doenças terríveis. Seu passado merece hoje uma assistência digna e repleta de gratidão. Nós mesmos, no apogeu do potencial construtivo e da lucidez política, necessitamos de apoio, de condições para que todo o esforço e a dedicação que temos pela região sejam proveitosos e colham sementes férteis, porque, no futuro, nossos filhos não merecerão viver tempos tristes e desesperançados como os de hoje.

Fui adversário firme, sereno e constante do regime instalado em 1964 pelas Forças Armadas em nosso País. Mas não posso deixar de reconhecer que nele se fez o mais firme e ilustre pronunciamento sobre a Amazônia: "Integrar para não entregar". Sim, porque não temos o direito de desconhecer a cobiça que esta imensa área desperta em outros povos. Não temos o direito de ser ingênuos e fingir que ignoramos a existência de nações superpopulosas e sem perspectivas de expansão territorial, embora economicamente mais forte do que o Brasil.

Os Tigres não são, intrinsecamente, predadores por sua própria natureza genética. E os impérios ocidentais jamais escondem a nostalgia do passado recente em que denominavam rincões distantes e exóticos, dele usufruindo desde riquezas materiais até domínios estratégicos.

Todas as questões aqui tratadas são questões políticas e o núcleo político brasileiro, por excelência, é o Poder Legislativo, o Congresso Nacional, o Senado Federal, que acolhe igualmente Amapá, São Paulo, Acre, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul, Pará e Sergipe. Todos os Estados, dos maiores aos menores, dos mais ricos aos mais pobres, têm o mesmo número de representantes: três Senadores. Sem isso, o já precário equilíbrio federativo de que dispomos seria absolutamente nulo para a desgraça de nossa geração e das que nos virão suceder.

Como se vê, temos muito trabalho ao longo desses dois dias de debate em busca de soluções para os problemas da Amazônia.

Os temas aqui expostos buscarão reproduzir um pouco das angústias e das aspirações da Região Norte e das partes Nordeste e Centro-Oeste, que a ela se juntam para formar a Amazônia Legal.

Agradeço a presença das senhoras e dos senhores ao ato de abertura deste seminário, promovido pela Comissão Especial da Amazônia, que tenho a honra de presidir.

Estou certo de que o nobre Senador Ademir Andrade, Relator desta Comissão, colherá, nos debates e nos subsídios a serem expostos hoje e amanhã, as mais valiosas contribuições para o seu relatório final, que - desejamos todos - será um marco no progresso de redenção econômica e social dessa grande região, cujas características ambientais também exigem abordagem responsável e consciente, pois delas depende, em grande parte, a sobrevivência do próprio gênero humano.

Confiando no sucesso dos trabalhos que realizaremos, declaro instalado o Seminário da Comissão Especial da Amazônia do Senado Federal sobre o Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia.

Muito obrigado. (Palmas!)

Tenho a honra de conceder a palavra ao Dr. Pedro Parente, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, que, representando o Ministro Pedro Malan, que, por motivo imperioso, não pôde comparecer a este seminário, exporá o tema que será objeto de debate não só daquelas pessoas que foram anteriormente relacionadas para debater, mas também dos Senadores, dos Deputados e de todos os presentes nesta reunião.

O Dr. Pedro Parente dissertará sobre o tema "Emprego, Renda, Industrialização, Financiamento e Incentivos Fiscais".

Concedo a palavra ao Dr. Pedro Parente.

O SR. PEDRO PARENTE - Sr. Presidente, inicialmente, gostaria de dirigir minhas saudações aos tão importantes membros da Mesa e aos demais participantes neste seminário.

Senhoras e Senhores, com muita honra, venho, em nome do Ministro Pedro Malan, apresentar-lhes as nossas informações, aquilo que julgamos pertinente trazer para este primeiro tema do seminário, que é "Emprego, Renda, Industrialização, Financiamento e Incentivos Fiscais".

Naturalmente, não sou a melhor pessoa para falar sobre os problemas específicos da Amazônia, mas quero associar-me àqueles que gostariam de contribuir de alguma forma, por mais modesta que seja, para que possamos encontrar, definir e buscar rumos para essa região, que é tão relevante.

Pretendo fazer uma apresentação em duas partes. Na primeira, vou fazer um rápido apanhado do pano de fundo em que se insere a Amazônia. Devemos lembrar que a Amazônia faz parte do Brasil e, portanto, segue a economia brasileira. Eu gostaria de trazer dados e informações sobre a economia brasileira à consideração deste seminário nesta primeira parte da minha apresentação. Na segunda parte da apresentação, gostaria de lhes mostrar dados mais específicos sobre o tema da nossa apresentação.

Como todos sabem, estamos vivendo uma fase extremamente importante da economia brasileira. Hoje, o problema da inflação não é mais tão popular e relevante, simplesmente porque a inflação está deixando de ser - ainda bem - um problema para a nossa população. Como o gráfico mostra, estamos chegando a níveis que podem ser comparados ao dos grandes países desenvolvidos.

A nossa inflação foi medida pelo IGP-DI e pelo INPC e está chegando a níveis que podem ficar abaixo de 5%, como era o caso do INPC.

Lembramos que estamos falando de taxas anuais. Esse índice, que hoje está abaixo de 5%, era semanal antes do Plano Real. Hoje, essa taxa de inflação é anual, o que, sem dúvida - é muito importante que não percamos isto de vista -, representa um grande avanço. É muito importante que possamos perseverar na manutenção desse quadro, que é fundamental para este tema que estamos discutindo, ou seja, para a questão do investimento, da geração de emprego e renda e da concessão de financiamentos.

Observando este quadro, nós, do Ministério da Fazenda, diríamos que, neste momento, com o fim da inflação, estamos vivendo a batalha, possivelmente final, dos grandes perdedores. Nessa batalha, aqueles que tiveram suas perdas definitivas lutam agora desesperadamente para tentar recuperá-las de alguma forma; e aqueles que ainda não encontraram o seu lugar buscam encontrá-lo. Possivelmente, esta discussão estará presente no nosso dia-a-dia por alguns meses e, possivelmente, por alguns anos. É muito importante que tenhamos sempre em vista que este avanço deve ser reconquistado a cada dia.

Outro ponto extremamente relevante, com relação à inflação, é o fato de que está havendo - isto está permitindo que a inflação esteja em níveis muito baixos - uma convergência entre os produtos comercializáveis e os produtos não comercializáveis.

Neste gráfico, a linha de cima representa os produtos não comercializáveis, compostos de serviços basicamente. Podemos verificar que há uma queda muito expressiva da inflação sobre os serviços, sobre os produtos não comercializáveis. Esse quadro, é conhecido nos processos bem sucedidos de estabilização. É isso que nos garante que, nos próximos meses, a inflação continuará extremamente baixa.

Ainda com relação à inflação, há um quadro em que decompomos a inflação dos produtos não comercializáveis. Separamos os privados e os públicos; esses últimos estão representados pela linha vermelha.

Apesar do que foi dito, de que o Governo estava gerando inflação, na realidade, se retrocedermos a junho de 1995, verificaremos que, no período inicial, as tarifas do setor público contribuíram enormemente para que houvesse esse declínio gradual da inflação. Recentemente, aproveitou-se o fato de que os preços privados estavam decrescendo, e o Governo fez um ajuste - na segunda parte do gráfico, podemos verificar que a linha vermelha está acima das outras - nos preços públicos, o que é fundamental para que possa haver um processo de privatização bem sucedido.

Outro dado extremamente relevante com relação à política econômica é o fato de que estamos baixando o resultado operacional do setor público desde 1996. Este é um dado muito relevante, porque sabemos que é o mesmo fundamental para que consolidemos o processo de estabilização econômica e para que tenhamos o controle do resultado operacional do setor público.

Estamos verificando que, em termos de resultado operacional, o número está próximo de 3%. Em janeiro de 1996, essa taxa era de quase 6% e, junho de 1997, ficou um pouco acima de 3%. Em cerca de um ano, foi feito um ajuste de 2,5% do PIB. Esse é um resultado consolidado, alcançado pelo Governo Federal, por Estados e Municípios, por empresas estatais e pela Seguridade Social. Este é um dado muito expressivo. Apenas temos dúvidas se vamos conseguir continuar no controle do déficit público neste ritmo que vem sendo seguido até agora.

Outro dado importante, quando se observa as contas de um país, é o que se chama da Dívida Líquida Consolidada do Setor Público, que é o que se chama de Dívida Líquida Consolidada do Setor Público, que representa o total de toda a dívida do setor público, incluindo a do Governo Federal, de empresas estatais, de Estados, de Municípios e da Seguridade Social.

Hoje, a dívida total está em torno dos 34% do PIB. Essa dívida já esteve próxima dos 40% e, até o início do Plano Real, declinou. Houve um crescimento bastante importante, inclusive porque o Governo Federal adotou a política de reconhecer o que chamamos de "esqueletos", ou seja, as obrigações do Governo que simplesmente não estavam contabilizadas. Essas obrigações estavam escondidas e estavam sendo "empurradas com a barriga", de uma forma extremamente favorecida pela inflação. Com o fim da inflação, chegou-se à conclusão de que, para dar mais transparência às contas do Governo Federal e para dar maior tranqüilidade aos investidores internacionais e aos investidores do País com relação às contas públicas, seria muito melhor que pudéssemos reconhecer essas contas.

Em 1995, houve um crescimento muito grande, que foi estabilizado a partir de 1996, inclusive com um pequeno declínio em maio de 1997. Esse número, comparado com padrões internacionais, é muito favorável. Apenas para fazer um comparativo, os países europeus, para entrarem no sistema monetário único da Europa, necessitam que a sua dívida do setor público esteja inferior a 60% do produto. Esse dado é considerado razoável.

Como mencionei anteriormente, a nossa taxa atual é de 34%; esse número, em termos internacionais, é muito favorável. O único problema é que a nossa dívida ainda é muito alta; as taxas de juros ainda são altas e o prazo de giro dessa dívida, com exceção da dívida externa, ainda é muito curto. É claro que já houve uma melhora. No tempo da inflação, a dívida pública girava diariamente, e, agora, o prazo médio de vencimento dessa dívida deve ser de oito meses. Esse é um

grande avanço, mas não representa nada comparativamente com outros países, onde o prazo de vencimento da dívida está em torno de cinco a dez anos.

Nesse quadro, há muitos números, mas mostra o resultado das privatizações em 1997. Esse quadro é extremamente relevante, porque aqui não estamos apenas colocando as privatizações no âmbito do Governo Federal, seja por meio do PND, seja por meio das Telecomunicações. Inserimos também as privatizações realizadas no âmbito estadual, que são extremamente relevantes.

Gostaria de lembrar rapidamente que o ponto de vista do Governo Federal com relação às privatizações não é de natureza dogmática. Não se trata de uma questão de princípio; essa é uma questão, antes de tudo, pragmática.

Com as privatizações, o Governo Federal pretende atingir pelo menos quatro objetivos. O primeiro, que é o mais direto deles e o que se depreende mais rapidamente no número, é o de se obter o benefício de uma arrecadação em cima de empresas e atividades cuja realização no âmbito do Governo Federal não se justifica mais. Esse é o objetivo mais direto, mas, possivelmente, não será o mais relevante.

Com a privatização, também há um outro efeito muito importante: a redução da dívida do setor público. As empresas privatizadas têm uma dívida pública. A partir do momento que são privatizadas, deixam de compor as estatísticas do setor público, reduzindo a sua dívida. Essa possivelmente não será a mais importante das razões.

A terceira questão - uma das mais relevantes - é o fato de o Governo Federal e também os Estados não terem condições de investir mais nessas áreas. O Governo Federal precisa, assim como os Estados, concentrar seus recursos nas áreas típicas de governo, e a inexistência de recursos para investir está fazendo com que tenhamos dificuldades no nosso desenvolvimento. Se não realizarmos investimentos, não geraremos condições de infra-estrutura, de redução de custo Brasil para continuar desenvolvendo o nosso País com a velocidade que necessitamos.

O quarto, também extremamente relevante, é que estamos aumentando a eficiência da economia como um todo, melhorando as condições de produtividade e de competição dos produtos brasileiros, o que faz com que possamos vender mais, gerar mais renda e emprego.

Em 1997, já foi gerado um efeito financeiro total de cerca de R$14, 6 bilhões, com programas de privatização tanto no âmbito do Governo Federal quanto dos governos estaduais. Uma das mais importantes privatizações ocorreu com a Coelba, na Bahia, que foi vendida por um valor próximo de R$1,9 bilhão, muito acima da mais otimista previsão realizada quando o processo foi iniciado.

Outra questão relevante, sob o ponto de vista de finanças públicas, é o processo de ajustamento do setor público estadual. O Governo Federal, uma vez mais, fez uma declaração muito honesta, muito franca do seu propósito de realmente reduzir a um mínimo a participação dos Estados no sistema financeiro, diante de uma constatação mais pragmática de que bancos estaduais não têm condições de competição numa economia onde a inflação não mais gera aquelas receitas derivadas de aplicação do chamado **float**, ou seja, dos recursos disponíveis. Esse tipo de operação era extremamente gratuito para os bancos, e a falta desses recursos faz com que um banco estadual perca a sua condição de competitividade. Há também as dificuldades de gestão do banco estadual. Qualquer instituição pública está submetida às regras de concorrência, que, rígidas, trazem ao banco público uma dificuldade de competição muito grande.

Com base nesse quadro e nessa visão muito pragmática, o Governo Federal lançou o programa de saneamento e privatização dos bancos estaduais. Já temos dois bancos privatizados, um liquidado, dois saneados, seis com protocolos assinados e com as leis autorizativas da respectiva assembléia também aprovadas. Há um outro caso que tem apenas o protocolo assinado, faltando a lei. Temos oito casos de propostas de saneamento já apresentadas ao Banco Central, mas, no entanto, não existem ainda protocolos nem leis autorizativas. Finalmente, existem ainda seis bancos sem iniciativa no âmbito desse programa e que não têm nem protocolo, nem leis autorizativas e nem propostas de saneamento.

Este quadro mostra os investimentos estrangeiros diretos no País, que, evidentemente, estão sendo proporcionados por uma situação econômica do País muito diferente do tempo da inflação. Podemos comparar a diferença de escalas para os tempos da inflação. Esses investimentos não chegavam a US$1 bilhão/ano, o que é ridículo para um país como o Brasil. Tínhamos 0,7, 1,3, 0,9.

Com o Plano Real, em 1994, começaram a vir novos investimentos e houve um crescimento quase exponencial. De 1994 a 1995, dobraram-se os investimentos; de 1995 a 1996, o crescimento foi mais que o dobro; em 1997, o acumulado em 12 meses, até o dia 13 de agosto, portanto, não eram exatamente 12 meses, já eram investimentos estrangeiros diretos da ordem de R$14 bilhões. Esse dado é extremamente relevante porque, primeiro, investimento gera emprego, gera renda; segundo, investimento estrangeiro direto significa uma contribuição para as reservas estrangeiras, reservas internacionais do País, o que significa ajuda neste quadro em que temos um déficit em conta-corrente muito expressivo, que tem causado preocupações porque tem uma trajetória de crescimento que - achamos - estará se revertendo, portanto, sob controle.

Mas é muito importante essa questão dos investimentos diretos, como disse, porque, se hoje temos um déficit em conta-corrente elevado, parcela dessa elevação do déficit em conta-corrente decorre do aumento de importações, que contribui para que se ofereça à sociedade brasileira um conjunto maior de bens de consumo. E esse conjunto maior de bens de consumo, como sabemos, está sendo adquirido por uma parcela maior da população, incluindo parcelas que antes eram excluídas. Portanto, trata-se de um dado extremamente relevante, que tem muito a ver com a nossa apresentação de hoje. O País como um todo tem atraído investimentos estrangeiros diretos de forma crescente. E isso, naturalmente, é fundamental para toda as regiões do País, incluindo a Amazônia.

Um outro dado relevante com relação à questão externa é naturalmente o coeficiente de exportação, que significa quanto estamos importando proporcionalmente ao PIB. Ou seja, comparando o volume importado em relação ao PIB, qual é o percentual que temos. Então, saímos de um nível da ordem de 7% no primeiro trimestre de 1995, chegamos a 7,5%, depois houve um decrescimento no ano passado, entre 95 e 96, e, a partir desse período, temos um crescimento muito forte do coeficiente de importação, mostrando exatamente aquela situação de agravamento que vimos a partir do segundo semestre do ano passado. É importante mencionar aqui que este número, ou seja, abaixo de 8% do produto como coeficiente de importação, não é elevado em termos internacionais.

Portanto, o que o Governo Federal entende, o que a área econômica do Governo Federal entende é que importações não é problema. Aumento de importações, em primeiro lugar, decorre de uma política deliberada de abertura, que foi extremamente relevante para o aumento da competitividade dos produtos brasileiros, melhora da qualidade dos produtos oferecidos à população e também do controle da inflação naturalmente. E esse nível ainda é baixo. Entre importações e exportações, como um país continental que somos, não precisamos atingir níveis como os dos Tigres Asiáticos, que são plataformas de exportação. Eles não produzem para o seu

mercado interno; produzem para exportar. Mas, ainda assim, ainda que não tenhamos como objetivo futuro um coeficiente de exportação ou um coeficiente total de comércio exterior igual ao dos Tigres Asiáticos, deveríamos perseguir um número que, entre importação e exportação, não deveria estar distante de 20%. Portanto, deveríamos ter espaço para aumentar mais importações, embora a nossa situação de hoje já faça com que esse nível nos cause problemas, em termos de déficit em conta-corrente e por não termos sido capazes de aumentar as exportações. Aí, sim, um problema para o Governo.

A área econômica do Governo entende que a forma de resolver a questão do déficit em conta-corrente é através de um controle maior do déficit público. Porque o déficit em conta-corrente significa também uma insuficiência de poupança, e o setor público no País não está poupando pelo fato de que há um déficit. E, ao não poupar, está consumindo uma parcela da poupança privada, fazendo com que tenhamos esse déficit em conta-corrente. Portanto, é fundamental que resolvamos a questão das contas externas, não para o controle de importações, porque este nível que procurei demonstrar não é elevado em termos internacionais, e também porque entendemos que temos de trabalhar; de um lado, continuar no controle das contas públicas e, de outro lado, aumentar as exportações.

Há um dado que nos chama muito a atenção com relação às exportações: o fato de que apenas 0,5% das empresas brasileiras um dia exportaram ou exportam com freqüência. Isso é muito relevante. Quer dizer, não temos a tradição de exportar. As empresas brasileiras não têm como alternativa estratégica, como posicionamento estratégico, a exportação. Isso nos diferencia negativamente em relação a outros países, porque precisamos contar agora não mais com os grandes exportadores, mas também agora com as pequenas e médias empresas no esforço de exportação. Essa é uma tarefa árdua que o Governo Federal tem que dar conta, naturalmente como catalisador do processo, mas não apenas como seu único ator. Por isso, precisamos da cooperação de todos.

Finalmente, o último dado que traria, com relação à economia em geral, seria um indicador muito técnico, que é o chamado indicador de absorção, mostra exatamente o que a demanda, como um todo, está requerendo de produtos para absorver, ou seja, para consumir. E aí temos a linha vermelha esse coeficiente de absorção, onde mostramos aqui a partir de abril de 1997 uma redução dessa absorção. Esta linha serve para indicar o seguinte: quanto mais cresce a absorção, quanto mais absorvemos o produto maior é a demanda por importados. Esse, portanto, é um indicador, que podemos chamá-lo de antecedente, sobre as tendências das importações da balança comercial. Temos uma redução na absorção da economia, embora tenhamos ainda um crescimento de estoques. Essa linha aqui é um estoque e ela demonstra claramente que estamos com um descompasso. Aqui, vemos que os estoques cresceram de acordo com a absorção. Mas a partir daqui houve um crescimento de estoque, mas não houve crescimento de absorção, o que nos dá alguma indicação de que aos níveis de importação podem estar reduzindo a sua pressão em relação ao que acontecia até março deste ano.

Srªs e Srs. Parlamentares, esta seria a primeira parte da minha apresentação.

Passo imediatamente para a segunda parte, onde entraríamos com dados mais específicos sobre o tema da nossa apresentação, onde basicamente procurei coletar dados e informações sobre emprego, investimento e financiamentos na região da Amazônia e procurando fazer alguma comparação com o resto do País.

Em primeiro lugar, seria importante fazer uma rápido comentário sobre os agregados de indicadores sociais no Brasil, onde se mostra que esse grau de desigualdade entre 1994 e 1996 tem melhorado, caindo de 5,7% para 5%. Ou seja, quanto menor esse grau, menor é a desigualdade.

Outro dado relevante são os coletados no IPEA e no IBGE que a proporção de pobres no total da população brasileira vem decrescendo de 33,4%, em 1994, para 25,1% em 1996.

Aqui entramos com dados específicos das regiões brasileiras onde temos a participação percentual de cada região na formação do PIB brasileiro, onde temos aqui um crescimento muito expressivo do PIB da Região Norte de 1970 para 1980, ou seja, da participação do PIB da região no PIB brasileiro. Temos que lembrar que esta década de 70 a 80 não foi a década perdida. Portanto, um crescimento relativo da participação da Região Norte numa época de crescimento acelerado da economia brasileira, significa que o crescimento da economia da Região Norte é mais do que proporcional ao crescimento da economia brasileira.

No entanto, observamos a partir de 1980 a 90 um declínio, quer dizer, a manutenção dessa participação do PIB da Região Norte. E nos anos recentes, inclusive - claro que é uma estimativa -, uma redução da participação do PIB da Região Norte no produto brasileiro que certamente, quer dizer, este indicador, este fenômeno estará por trás das preocupações do Senado Federal, desta Comissão quando propôs a realização deste seminário.

Um outro indicador regional é a participação percentual de cada região no esforço de exportação brasileira. E aqui temos novamente, embora tenha havido um crescimento do ano de 1994 para 1995, uma redução recente da participação da Região Norte no esforço exportador, caindo de 5,2% para 5% das exportações brasileiras. Dentre os principais Estados exportadores apenas o Pará aparece, neste quadro de principais exportadores, como o 8º colocado em 1994, passou para o 7º em 1995 e manteve essa posição. Uma vez mais o único Estado da região que aparece nas estatísticas como principal exportador.

Um outro dado relevante sobre a região, aí já ligado às preocupações deste seminário, é o que temos de benefícios tributários para a região. Em primeiro lugar, esse quadro mostra o total dos benefícios tributários sobre impostos federais. Temos - isso aqui foi em 1996 - um total de cerca de R$21 bilhões de benefícios, que corresponde a 3,2% do PIB, portanto, um número bastante expressivo. E comparativamente à receita total do Governo Federal, estes R$21 bilhões representaram 25,9% Portanto, da receita total do Governo Federal, cerca de 25,9%, é um dado muito expressivo que é concedido sob a forma de benefícios tributários. Temos aqui benefícios os mais diversos, incluindo, é importante ressalvar, a pessoa física através de deduções de educação, saúde, no pagamento do seu Imposto de Renda.

Como é que se distribuem esse benefícios por região? Aqui temos a distribuição daquele valor. Aqui já há previsão para o ano de 1997. Portanto, é importante que não comparemos esse valor aqui com aquele valor do quadro anterior. Mas aqui temos a Região Norte comparecendo com R$4,2 bilhões. Desses benefícios fiscais, cerca de 27,7%, naturalmente um grande peso, possivelmente a maior parte desses benefícios são destinados à Zona Franca de Manaus.

Em termos de geração de empregos, nos instrumentos colocados à disposição da Região Norte, temos na região da Amazônia, dentro dos projetos aprovados pelo Finam, pelo Fundo de Incentivos Fiscais da Amazônia, de outubro de 1991 a julho de 1997, 507 projetos aprovados com a geração prevista de empregos de 72 a 1.367 empregos, divididos por esses setores que estão aí apresentados: agroindústria, agropecuária, indústrias e serviços. Ainda não há uma informação de valor que apresentamos agora no quadro a seguir.

Aqueles mesmos projetos que tinham uma previsão de 72 a 1.367 empregos têm incentivos fiscais projetados da ordem de R$3,3 bilhões, o que não é o valor para determinado exercício.

Outro instrumento relevante de apoio à economia da região amazônica são os fundos constitucionais. O Fundo do Norte recebeu, desde a criação até a previsão de 1997, cerca de R$2,1 bilhões, valores naturalmente corrigidos nos anos anteriores. Existe também uma parte do Fundo do Centro-Oeste em virtude da inclusão de parte de Mato Grosso na Amazônia e também de uma parte do Maranhão. Não tenho muita certeza, mas certamente existe um valor, um pouco superior a esse, de recursos provenientes desses fundos constitucionais destinados à Região Norte. Parte da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI, cerca de 3%, é destinada a esses fundos constitucionais, sendo 1,8% para o Nordeste, 0,6% para o Centro-Oeste e 0,65 para o Fundo Constitucional do Norte.

Em termos de financiamentos concedidos no FNO - Fundo Constitucional do Norte -, há cerca de 65.000 operações para micro e pequenas empresas e 2.364 para médias e grandes empresas, sendo o investimento total da ordem de R$1,1 bilhão.

Há uma previsão de geração de 99.000 empregos na região em virtude dos empreendimentos financiados pelo Fundo Constitucional do Norte

Quanto ao Fundo do Centro-Oeste - naturalmente no que se refere à Amazônia somente uma parte do Mato Grosso é relevante -, prevê-se a geração de 303.000 empregos, sendo que para Mato Grosso, e aqui não podemos discriminar a parcela que se destina à região da Amazônia, foram previstos cerca de 74.500 empregos.

Outro dado relevante sobre a geração de emprego e renda é referente às linhas de crédito do Banco do Brasil. É importante mencionar aqui que esse é um quadro nacional e não apenas para a Região Norte onde há várias linhas de crédito entre o Proger Urbano, o Proger Rural e o Pronaf, com um total de beneficiários de 558.000, geração de emprego e renda com recursos do Banco do Brasil, sendo que essas operações garantiram a geração ou a manutenção de cerca de 438.000 empregos e aplicação de recursos de R$2,1 bilhões.

Há os investimentos do Banco do Brasil na Amazônia Legal, 1.327 contratos do Procera, que é o Programa de Créditos ligados à reforma agrária, 3.208 contratos no Proger Rural, 4.779 no Pronaf, 14.790 no custeio rural e mais 5.000 contratos de investimento rural, gerando empréstimos que estão próximos dos R$600 milhões.

Esses seriam os dados e os comentários que gostaria de trazer para este seminário. Naturalmente estarei à disposição para uma discussão na hora dos debates, quando poderemos dar outras informações e fazer outros comentários.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - A Presidência convida o Dr. Pedro Parente para compor a Mesa.

Os debatedores deste painel são os Srs. José Artur Guedes Tourinho, Superintendente da Sudam; Mauro Machado Costa, Superintendente da Suframa; Neudo Ribeiro Campos, Governador de Roraima, e seu representante legal; Alfredo Pereira do Nascimento, Prefeito de Manaus, e seu representante; Fernando Silva Flecha Ribeiro, representante da Fiepa.

Convido também a Senadora Marina Silva para compor a Mesa.

Ao representante do Governo do Pará, Senador Coutinho Jorge, e demais autoridades presentes, inclusive governadores, peço que se mantenham nos lugares onde se encontram.

Depois que os debatedores mencionados concluírem sua participação, a palavra será franqueada a todos os presentes, principalmente às autoridades, que desejarem fazer questionamentos, sugestões ou críticas ao debatedor, que é o Dr. Pedro Parente, representante do Ministério da Fazenda.

Vamos aguardar o Senador, que teve de atender a uma pessoa, para que S. Exª, na qualidade de Relator, faça a sua primeira intervenção a respeito da exposição do Dr. Pedro Parente.

Peço a atenção e compreensão de todos até o retorno do Relator.

A Presidência gostaria também de informar que os Srs. que estiverem de terno e desejarem tirar o paletó poderão fazê-lo.

Vamos iniciar a fase de debate do primeiro painel do expositor Pedro Parente.

Concedo a palavra, inicialmente, ao Senador Ademir Andrade, que está dirigindo-se à Mesa, para que faça a sua apreciação inicial a respeito do tema aqui exposto pelo Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, representando o Ministro Pedro Malan, Dr. Pedro Parente. Vamos começar a fase de debates desse primeiro painel.

O SR. PEDRO PARENTE - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, entendo que deveria pronunciar-me após os debatedores convidados. Assim, colheríamos o máximo de informações.

Gostaria de ouvir antes os convidados.

Concedo a palavra ao Dr. José Guedes Tourinho, Superintendente da Sudam, um dos debatedores deste painel, que irá pronunciar-se a respeito da exposição que acaba de ser proferida.

O SR. JOSÉ GUEDES TOURINHO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, numa deferência especial à classe produtiva da região amazônica, gostaria de conceder a palavra, por uma questão de ordem, ao Dr. Flecha Ribeiro, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará, depois ao Superintendente da Suframa, Dr. Mauro Machado. Eu ficaria como uma terceira opção para debate.

A SRª PRESIDENTE (Marina Silva) - Concedo a palavra ao Dr. Flecha Ribeiro.

O SR. FLECHA RIBEIRO - Senadora Marina Silva, que exerce a Presidência dos trabalhos neste momento, quero saudar todos os Senadores da Comissão Especial da Amazônia, bem como o Dr. Pedro Parente, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; Dr. Simão Jatene, que representa o Governador Almir Gabriel; Governador Valdir Raupp; Vice-Governador do Tocantins; Srs. Parlamentares; Dr. Tourinho, Superintendente da Sudam; Dr. Mauro Costa, Superintendente da Suframa; senhores empresários, minhas senhoras e meus senhores, por distinção, meu amigo Tourinho coloca-me como primeiro debatedor, após ouvirmos a brilhante explanação do Dr. Pedro Parente, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda.

Quero iniciar a minha intervenção fazendo referência a três frases que captei, na ordem inversa dos pronunciamentos, começando pelo do Dr. Pedro Parente, que, ao começar a sua exposição, referiu-se a uma frase: A Amazônia é Brasil. Quero me referir também ao pronunciamento do Presidente da Comissão, Senador Nabor Júnior, quando disse que jamais sentimos a intenção sincera, referindo-se ao desenvolvimento da Amazônia.

Por último, refiro-me à mensagem do Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães - e quero aqui lastimar a sua ausência por motivo de saúde, justificada pelo Senador Nabor Júnior. Como S. Exª é Senador de uma região ainda periférica no nosso País, seria da maior importância a participação dele neste seminário, como aliado e cúmplice da região amazônica no processo de integração das regiões subdesenvolvidas no contexto produtivo da nação brasileira.

O Dr. Pedro Parente disse que é necessário que as pessoas assuma compromisso com a região, referindo-se à

região amazônica. Então, faço a minha observação exatamente colhendo três frases ditas pelos três expositores iniciais deste encontro, que trata da questão da geração de emprego, industrialização e incentivos para nossa região.

Quero também registrar os nossos cumprimentos e congratulações ao Senado Federal, especialmente à Comissão Especial da Amazônia, que abre um debate da maior importância, trazendo-o para nossa região, para que aqui possam ser ouvidos os atores desse processo de desenvolvimento a ser implementado.

Dr. Pedro Parente, sua explanação foi de um brilhantismo total. Obtivemos conhecimento da implementação e dos índices estatísticos do Plano Real, defendido por toda a sociedade brasileira. Temos absoluta certeza de que ele é a condição necessária à estabilidade da moeda, à estabilidade econômica do nosso País, necessárias para o processo de desenvolvimento.

Relembrando o tempo de estudante, de que o senhor tem conhecimento por ser também experiente nas ciências exatas, com relação aos teoremas, falávamos em condição **sine qua non.** A estabilidade é uma condição necessária, mas não suficiente para resolver os problemas da sociedade brasileira, que luta pelo desenvolvimento, principalmente na Região Amazônica.

Gostaria de fazer algumas observações, para que possamos abrir o debate.

Quanto às tabelas apresentadas, o senhor ressaltou que o processo de privatização tem como ponto de apoio não só a saída do Estado daquelas áreas em que sua intervenção não é necessária, mas também a diminuição da dívida externa e a melhoria da qualidade das ações na esfera da infra-estrutura e da produção.

Concordamos com a sua exposição. Queria começar fazendo uma proposta, que vou reiterar no final de minha participação: que seja estudada, pela Comissão Especial do Senado, a necessidade de uma política nacional de desenvolvimento regional. O entendimento no setor empresarial, no setor produtivo da Região Amazônica, não existe. Nunca existiu, por parte do Governo Federal, uma política de desenvolvimento regional que tenha conseqüência, isto é, que seja planejada. O que existe hoje ainda são ações espasmódicas do Governo Federal em virtude de pressões da sociedade ou de políticos, que clamam pontualmente por uma ação emergencial.

A Confederação Nacional da Indústria tinha suas preocupações voltadas para as regiões desenvolvidas do nosso País. Analisando isso, propusemos a criação de um conselho de desenvolvimento regional, para que pudéssemos também discutir as questões das regiões periféricas. Por intermédio desse conselho, estamos tentando formatar uma proposta, a ser entregue ao Executivo, que está disposto a discutir o assunto, de criação de uma política nacional de desenvolvimento regional.

Esse trabalho inicial, que, após o debate, vou ter a honra de passar às mãos do Presidente desta Comissão, Senador Nabor Júnior, demonstra claramente que há hoje em dia tendência à reconcentração industrial em nosso País. Isso o Ministro Pedro Parente nos afirmou em sua exposição. Já foi demonstrado - o trabalho mostra isso também - que, em décadas passadas, houve uma tentativa de desconcentração, melhorando a participação dessas regiões periféricas.

Lamentavelmente, na década de noventa, houve um processo inverso àquele que toda a sociedade brasileira busca nessa desconcentração. A tabela apresentada pelo Dr. Parente confirma isso. Em 1990, a participação da Região Norte no PIB era de 3,5%, e, em 1996, foi de 3,2%; na Região Sudeste, em 1990, foi de 60,3%, e, em 1996, foi de 62,6%; ou seja, a estatística confirma o que na prática a sociedade vem constatando.

Se há intenção, se há vontade política do Governo Federal de realmente promover a desconcentração industrial, gerar emprego, renda e melhor qualidade de vida nessas regiões periféricas, que haja então uma reversão da tendência demonstrada estatisticamente.

Esse trabalho, Ministro Pedro Parente, nos dá uma visão correta dessa tendência que pode ou deve ser corrigida.

Uma outra observação que gostaria de fazer é com relação à participação da importação e da exportação. Realmente temos uma importação ainda em níveis reduzidos em relação à economia globalizada de outros países. Queria frisar que é necessário que procuremos - e aí também é um ponto de importância para a nossa região - fazer com que esse percentual de exportação em relação ao nosso PIB seja cada vez mais referente a produto de valor agregado crescente. Ou seja, a grande parte da exportação brasileira é composta ainda de produtos básicos, de matéria-prima **in natura** - como é o caso, infelizmente, de 90% da exportação do nosso Estado do Pará -, ou, então, de produtos agrícolas, soja e grãos de uma maneira geral.

Há necessidade de que possamos internalizar o benefício desses produtos exportados para que, cada vez mais, tenham valor agregado a esses produtos.

Outro ponto importante - e comungamos em gênero, número e grau com o Governo Federal - é que o Estado precisa diminuir a sua ação na área da economia de produção. Sem dúvida nenhuma, a política de privatizações do Governo Federal é uma política correta, que deve ser implementada; mas não se deve cometer o mesmo erro que, historicamente, se comete em nível de regiões periféricas, quando se legisla para o Brasil como se fosse um País uniforme. Não podemos dar tratamento igual para desiguais. Temos que dar tratamento desigual, tratar desigualmente os desiguais.

É necessário que se tenha cuidado com relação à questão da privatização. Defendemos a saída, evidentemente, do Estado dessas ações, mas temos clareza de que o Estado não pode ser máximo, como é defendido por alguns, nem pode ser mínimo, como também é defendido por outros. O Estado tem que ser um Estado necessário, que se faça presente onde é importante, o que é fundamental para implementar o desenvolvimento, como é o caso da nossa Região.

O processo de privatização na Região Amazônica precisa ser revisto, haja vista o exemplo concreto da privatização da Banda B da telefonia celular, em que a única região que não teve concorrente foi a Amazônica, por não ter ainda densidade econômica para suportar esse investimento privado. Aí, sim, o Estado vem, faz o investimento necessário para motivar a economia e repassa isso à iniciativa privada num futuro mais distante. Não pode deixar de colocar à disposição da sociedade dessa região os avanços da tecnologia e as melhorias de qualidade de vida.

Outro ponto importante colocado por V. Exª, Ministro Pedro Parente, e que gostaria de realçar, é muito apontado pelos companheiros empresários, industriais das Regiões Sul e Sudeste. Quando se fala em subsídio, quando se fala em incentivo, quando se fala em renúncia fiscal, parece que passam a ser palavras malditas no País, quando deveriam ser palavras endossadas e defendidas pela sociedade brasileira, em regiões como a nossa.

O senhor falou em renúncia fiscal, depois apresentou uma estatística da renúncia fiscal total da Nação brasileira, segundo a qual, aparentemente, poderia parecer que a Região Norte seria a mais beneficiada. Mas não. Ainda assim, no sentido contrário ao que se pretende, a região mais beneficiada com a renúncia fiscal é a Região Sudeste, com 44,3%, segundo os dados que temos. A Região Norte tem 34% da renúncia, sendo que, desses 34%, como frisou o Ministro, 29% correspondem à

Zona Franca de Manaus, e apenas 4 a 5% são distribuídos em todos os outros Estados da Região Amazônica, da Amazônia Legal, que corresponde a 60% do território nacional e responde a apenas 6% do Produto Interno Bruto, com 10% da sua população nacional.

Gostaria, Senador Nabor Júnior, Senadora Marina Silva, de deixar registradas algumas propostas do setor empresarial da Região Amazônica e, particularmente, da Federação do Estado do Pará. Vou seguir a ordem do documento.

Emprego, renda, industrialização, financiamento, incentivo fiscal, política de desenvolvimento regional.

As políticas de desenvolvimento regional adotadas pelo Governo Federal para a Amazônia têm-se caracterizado pelos seguintes aspectos: foram elaboradas sem a participação da sociedade civil; não foi mantida a coerência com o desenvolvimento nacional, o que agravou as desigualdades regionais; não tem mantido consistência ao longo do tempo, consistência temporal, de vez que transformaram numa sucessão de políticas ou ações espasmódicas.

A infra-estrutura, Ministro Pedro Parente, o senhor bem sabe que é uma condição para o desenvolvimento da sociedade e, principalmente, para o desenvolvimento industrial. Na Amazônia, que tem 60% do território nacional, há necessidade de o Governo Federal continuar investindo na infra-estrutura para incentivar a produção.

Temos projetos do maior interesse. Refiro-me, particularmente, ao Estado do Pará quanto à questão de o Presidente Fernando Henrique Cardoso ter influído no programa "Brasil em Ação", ou seja, a energização do nosso Estado através do Linhão do Tramoeste, que vai levar energia ao Itaituba e Santarém. Ofereceu condições ao Governo do Estado para implementar a linha de energia para o Baixo Tocantins e outras regiões do Estado, que eram penalizadas por serem exportadoras de energia e não terem energia para seu desenvolvimento.

Temos uma equação da matriz energética do Estado resolvida ou, diria, em condições de manter ou propiciar o desenvolvimento. Na questão da energia que produz, que incentiva a produção, sim, mas, na questão do escoamento dessa produção, precisamos da ajuda e do apoio do Governo Federal para que possamos ter aqui no Estado do Pará atendidas as reivindicações necessárias.

No caso, para o escoamento dessa produção, a Hidrovia Araguaia-Tocantins, que é, sem sombra de dúvida, um projeto de grande interesse para a região. Inclusive, foi dito, num encontro na Federação das Indústrias do Pará, pelo então Ministro do Planejamento, Senador José Serra, que existiam dois projetos considerados de interesse nacional e prioritários para o Governo Federal; um deles era a Hidrovia Araguaia-Tocantins.

É necessário que o Governo Federal complemente a Hidrovia Araguaia-Tocantins, não a interrompendo em Xambioá, e sim trazendo-a até o Porto de Vila do Conde, para que o Brasil possa beneficiar-se de um frete reduzido a 15% do que hoje é pago, para que possa ser viabilizada a produção de grãos no norte de Mato Grosso. E muito mais: para que seja inserida no contexto produtivo da Nação essa região produtiva ao longo da hidrovia a ser implementada.

Outro projeto da maior importância, ainda na infra-estrutura, é a rodovia Santarém-Cuiabá, que também propiciará escoamento dessa safra, que não é concorrente da Hidrovia Araguaia-Tocantins, não é concorrente da Hidrovia do Madeira-Mamoré, e poderá fazer surgir o Porto de Santarém e o Pólo de Soja em Santarém, como benefício para o Brasil, para a região e para o Pará.

Na infra-estrutura é necessário completar a energia, as estradas, as hidrovias e os portos, para que possamos ter condições de inserir, realmente, a Amazônia no contexto produtivo nacional.

Peço permissão à Senadora Marina Silva para poder usar mais alguns minutos do meu tempo.

A SRª PRESIDENTE (Marina Silva) - A Mesa, inadvertidamente, não falou que o tempo de cada debatedor é de dez minutos. O senhor já extrapolou o tempo. Então, só partindo para as conclusões...

O SR. FLECHA RIBEIRO - Eu estou nas conclusões, nobre Senadora Marina Silva - é que elas são muitas, com a permissão de V. Exª.

Com relação à questão dos financiamentos e incentivos fiscais: com relação aos financiamentos, nós temos linhas de financiamento, como bem colocou aqui o Ministro Pedro Parente, do FNO e - não foi colocada aqui mas é importante para a região - a do BNDES com relação ao Programa Amazônia Integrada. No entendimento do setor produtivo, essas linhas existem mas precisam ser corrigidas e algumas delas, no caso do BNDES, precisam ser eficazes para a região, porque elas não têm sido até então.

Do FNO, gostaríamos apenas de fazer o seguinte registro necessário, em função do tempo, sem comentários:

1 - correção das inadequações contidas na legislação e nos normativos adotados pelos bancos gestores, ambos responsáveis pela distorção e desvio dos objetivos maiores para os quais os fundos constitucionais foram criados;

2 - identificação e implementação de medidas voltadas para a revisão dos saldos devedores, registrados nas operações de créditos contratados;

3 - alterar a legislação vigente, evitando que o FNO se transforme de instrumento do desenvolvimento dos setores produtivos em fator de descapitalização e insolvência das empresas;

4 - alterar a legislação de modo a viabilizar a contabilização das operações do FNO, de maneira independente e desvinculadas da contabilização das demais operações do BASA.

Com relação ao BNDES, nós queremos fazer a seguinte referência: em conseqüência da tradição daquele Banco, no financiamento de projetos infra-estruturais e de empreendimentos de grande porte, o BNDES, na região amazônica, tem sido inoperante quando se trata do atendimento ao empresariado local. Torna-se necessário estabelecer estratégias e ações políticas que... **(falha na gravação)** ...o significado de abrangência nacional. O Programa de Amazônia Integrada, PAI, precisa ser fundamentalmente revisto, de modo a torná-lo realmente acessível e coerente com a realidade sócio-econômica da região. Nesse sentido, várias tentativas foram desenvolvidas junto ao BNDES, sendo que algumas foram esporadicamente atendidas. Um dos pontos fundamentais é o estabelecimento de critérios para a assunção dos riscos de liquidez e retorno dos créditos deferidos. A instalação do Escritório do BNDES, na Amazônia, contribuirá para o atendimento dos objetivos e da revisão das ações do BNDES na região.

Senador Nabor Júnior, Ministro Pedro Parente, temos aí uma proposta concreta com relação ao BNDES. Um dos fundos de aporte de recursos ao BNDES é o FAT, Fundo de Amparo ao Trabalhador, que destina 40% para aplicação no BNDES. O BNDES faz repasses para os bancos de desenvolvimentos regionais - Banco do Nordeste e BASA - e tem tido dificuldades enormes em função de Acordo de Basileia e outros dados técnicos em que esses recursos não chegam junto aos bancos repassadores e os empresários não têm acesso a esse fundo. Nós gostaríamos de propor que parte dos recursos do FAT que caberiam às regiões Norte e Nordeste fosse repassada diretamente ao BASA e ao Banco do Nordeste, evitando o passeio pelo BNDES, que dificulta o acesso do empresariado local a esses recursos.

Com relação aos incentivos fiscais e financeiros, concordamos e estamos de pleno acordo com a necessidade da revisão da política de incentivos fiscais existente hoje. Defendemos isto não é de agora. Defendemos isto há bastante tempo. Apenas não temos sido ouvido, ou melhor, somos ouvidos mas não somos escutados pelos atores do processo de desenvolvimento da região. Então, é necessário fazer-se realmente essa revisão que está imposta na Medida Provisória e que tem sido regularmente reeditada, prorrogando, indefinidamente, o prazo da sua edição, que é de um ano. Nós, do setor produtivo, estamos prontos para discutir e temos propostas concretas. Por sugestão nossa, aceita pelo Superintendente Tourinho, há uma Comissão do Governo Federal na qual a Sudam participa com três membros e, por delicadeza do Superintendente Tourinho, dispôs um desses membro para ser representante do setor produtivo.

Queremos deixar também registrado que não podemos abrir mão, em hipótese alguma, da política de incentivos fiscais para a nossa região. Precisamos, sim, ter inteligência e competência para criarmos alternativas que possam vir a substituir esse processo, hoje em voga, que está defasado em relação às necessidades da região.

Gostaríamos de fazer o registro dos recursos decorrentes das políticas de incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento regional são imprescindíveis para a superação dos desníveis regionais, por isso devem ser preservados e protegidos da ação dos atores que não têm compromisso com a visão nacional de desenvolvimento, com eqüidade e justiça social.

O estágio em que se encontra a economia da região amazônica torna imprescindível a presença do Estado em suas mais variadas formas de eficiente intervenção em assuntos de natureza econômica e social, assim tal como aconteceu e ainda acontece em vários países, mesmo nos mais desenvolvidos.

Ainda algum tempo atrás, tivemos aqui a visita de um Deputado da Comunidade Comum Européia que fez referência ao Fundo de Desenvolvimento criado pela Comunidade Comum Européia, em que são investidos recursos a fundo perdido, para diminuir as desigualdades entre os países componentes da comunidade para que possam chegar a ter a integração total com o menor desnível entre os mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos no continente europeu.

Então, Sr. Ministro e Senador Nabor Júnior, eram essas as propostas. Ao finalizar, gostaria de colocar, para estudo e análise do Senado Federal, duas propostas da Federação das Indústrias com relação à ação do Governo Federal na Amazônia, ainda de encontro ao que o Ministro Pedro Parente colocou na sua brilhante exposição. Foi colocado pelo Ministro que a política de privatização visava, evidentemente, a retirada do Estado nas ações onde não havia mais necessidade de estar, mas também colocado e frisado que ela servia como instrumento de diminuição da dívida externa brasileira. Então eu gostaria de propor à Comissão Especial da Amazônia que se criasse um instrumento de desenvolvimento regional que permitisse a conversão da dívida externa brasileira em projetos produtivos na região amazônica - conversão direta da dívida externa em projetos produtivos na nossa região - de tal forma que, aí, pudéssemos realmente ter a geração de emprego e renda que nós buscamos e a diminuição dessa desigualdade. Ainda, no seu raciocínio de que isto vai contribuir para a geração de emprego, não onera a União e diminui a dívida externa, gerando a produção e aumentando a participação da região na economia.

Um outro, talvez mais polêmico do que esse primeiro mas que eu gostaria também de colocar para análise, é que, ainda da nossa visão que a Amazônia só estará incorporada no processo produtivo nacional quando ela de fato for de interesse nacional. E aí, complementando essa primeira proposta, eu gostaria de propor que para a nossa região fosse considerada uma política cambial diferenciada, ou seja, para os produtos exportados da nossa região haveria um câmbio diferenciado em relação às demais regiões do País.

Acredito que com essas duas medidas implementadas, a Amazônia possa, num processo gradativo, ir abrindo mão de todos os outros instrumentos que hoje são colocados à disposição e que, ao longo do tempo, se mostraram insuficientes para implementar o desenvolvimento.

Quero agradecer ao Presidente Nabor Júnior e pedir desculpa por ter ultrapassado o tempo disponível.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Quero registrar, com muito prazer, a presença do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, Deputado Luiz Otávio Campos, que aqui se encontra tomando assento no nosso plenário, na qualidade de convidado especial.

Gostaria também de sugerir, para melhor racionalidade dos nossos trabalhos, que adotássemos a seguinte metodologia: primeiramente, falarão os debatedores que terão o prazo de 10 minutos para abordar os temas que aqui foram expostos pelo Dr. Pedro Parente. A seguir falaria o Relator da Comissão, Senador Ademir Andrade, também pelo espaço de 10 minutos, e nós aceitaremos inscrições das autoridades presentes e das pessoas interessadas que queiram também debater esse tema e que deveriam se inscrever na lista de inscrição que está a cargo do funcionário do Senado, Sr. Naurides, e que teriam a oportunidade de falar por 5 minutos.

Gostaríamos também de avisar que o Dr. Pedro Parente tem um compromisso importante em Brasília, na parte da tarde, e terá que se ausentar, no máximo, até meio-dia deste recinto.

Concedo a palavra agora, pelo prazo de 10 minutos, ao Dr. Mauro Machado da Costa, Superintendente da Suframa.

O SR. MAURO MACHADO DA COSTA - Bom dia a todos.

Sr. Presidente da Comissão Especial da Amazônia, Senador Nabor Júnior, demais Senadores, ilustríssimo Sr. Superintendente da Sudam, Dr. José Guedes Tourinho, Sr. Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Pedro Parente, Exmº Sr. Deputado Federal Antônio Feijão, Vice-Presidente da Comissão da Amazônia da Câmara dos Deputados, gostaria de parabenizar a Comissão pela iniciativa da discussão dos problemas e soluções para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia. Gostaria de parabenizar o Dr. Pedro Parente pela belíssima exposição dos indicadores econômicos e sociais do País.

Falarei um pouco sobre os incentivos fiscais. Os incentivos fiscais concedidos à Zona Franca de Manaus e à Amazônia Ocidental têm como objetivo a diminuição das desigualdades inter-regionais, em face dos fatores locais como infra-estrutura deficiente, ainda no que se refere a transportes, energia e comunicações e da grande distância, em geral, dos centros consumidores de seus produtos, visa, primordialmente, a criação de uma atividade econômica com geração de emprego e renda à população.

A criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, propiciou a criação de um centro comercial, industrial e agropecuário no interior da Amazônia.

Tivemos como conseqüências da criação da Zona Franca de Manaus os seguintes fatores:

uma alteração radical da base econômica do Amazonas, o qual deixou de ser uma economia eminentemente primária e importadora de bens de consumo nacionais para abrigar um largo conjunto de indústrias de bens de consumo como eletro-eletrônicos, motocicletas, relógios, óculos, câmeras fotográficas, barbeadores, etc., como de componentes e insumos para a utilização nas linhas de bens finais;

- um expressivo e rápido crescimento do coeficiente global de absorção de mão-de-obra, a qual passou a receber treinamento em técnicas fabris modernas **(falha na gravação)** e sociais, salários comparativamente mais elevados que outros segmentos nacionais. Para os senhores terem uma idéia, a Zona Franca de Manaus proporciona a criação de em torno de 50 mil empregos diretos, **(falha na gravação)** em torno de 250 mil empregos indiretos, além de 70 mil empregos gerados pela atividade comercial, gerando, no conjunto, em torno de 400 mil empregos no País.

- a criação de uma considerável base tributária, tanto federal quando estadual e municipal, viabilizando inúmeras obras de cunho social e econômico para a Amazônia. Para que se tenha uma idéia, a arrecadação de tributos federais no Estado atingiu, em 1996, R$1,2 bilhão, o que representa 55,06% de toda a receita tributária da Região Norte. A arrecadação de ICMS, no mesmo ano, foi de R$1,2 bilhão, e de tributos municipais em Manaus atingiu em torno de R$400 milhões.

A partir de l975, por meio do Decreto-lei nº 1.435, foi concedido incentivo fiscal a toda Amazônia Ocidental que consiste na isenção do IPI sobre produtos elaborados com matérias-primas agrícolas e extrativistas vegetais de produção regional, exclusive a pecuária, gerando inclusive crédito de IPI, calculado como se devido fosse quando empregados como matérias-primas, produtos intermediários ou material de embalagem na industrialização, em qualquer ponto do território nacional. Esse incentivo é de fundamental importância para a criação de atividade econômica permanente e com raízes na região, interiorizando o desenvolvimento.

Eram essas observações que queria fazer e pedir ao Sr. Pedro Parente que analisasse a questão dos financiamentos aos empreendimentos efetuados na Amazônia Ocidental, como o Presidente da FIEP bem mencionou que se destina em torno de um bilhão de dólares à Amazônia e só consegue aplicar efetivamente em torno de cem milhões de dólares. Quer dizer, alguma coisa há de errado, não sei se é por conta das exigências dos agentes financeiros do BNDES ou por alguma deficiência na confecção do próprio programa. Além disso, coisa que mencionei anteriormente, com relação à integração da Zona Franca de Manaus aos demais estados da Federação, no que se refere à aquisição de insumos, as vendas de insumos para as indústrias instaladas na Zona Franca de Manaus ou do mercado nacional não têm as mesmas condições de competitividade no que se refere à tributação dessas vendas comparativamente com as importações efetuadas pela Zona Franca de Manaus.

Uma das formas de se diminuir as importações efetuadas pela Zona Franca de Manaus é dar, no primeiro momento, tratamento igual às contas efetuadas pelo País.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Muito obrigado, Dr. Mauro Machado da Costa, Superintendente da SUFRAMA pela sua exposição.

Agora concedo a palavra ao Dr. José Guedes Tourinho, Superintendente da Sudam.

O SR. JOSÉ GUEDES TOURINHO - Cumprimento o Senador Nabor Júnior que nesta reunião representa o Presidente do Senado Federal, cumprimento Valdir Raupp, representante do Governador do Estado do Pará, dos demais governadores, Senador Coutinho Jorge, Senador Ademir Andrade, Senadora Marina Silva, demais Senadores, Deputados, Secretários, demais autoridades aqui presentes ou representados.

Como Superintendente da Sudam, com dez meses da Sudam, nove anos como Diretor do Basa, posso ter um retrato em preto e branco dessa região de vinte milhões de habitantes, mais da metade da Europa e para a maioria dos cientistas que estudam a região consideram-na a região mais importante do Planeta. E o que é que nós estamos fazendo? Nós precisamos refletir, nós precisamos repensar, e este encontro, Senador que V. Exª trouxe até Belém, homenageando o Estado do Pará, homenageando a própria Sudam como órgão de desenvolvimento do Governo Federal, trazendo o Ministro Pedro Parente, o Ministro Raul Julgmann e outras autoridades, o Dr. Seixas Lourenço, nosso companheiro, paraense e lutador pelos destinos da Amazônia, estrategicamente lutando por essa região também.

Mas nós precisamos repensar, nós precisamos sair daqui, Senador Nabor Júnior, com o compromisso de efetivamente aquilo que acertarmos escrevê-lo e ratificarmos aqui, pelo menos tentar executar uma parcela entre 50 e 60%, senão o nosso tempo continua perdido e continuamos perdendo os recursos dessa região amazônica.

Mas serei breve e utilizarei apenas os dez minutos, utilizarei os dados apresentados pelo Ministro Pedro Parente. Nessas últimas décadas, esta região apresentou um crescimento fantástico, ela variou entre 14,5% a 6% ao ano, ela contribuiu entre 70 e 90 para o PIB nacional entre 4% a 7,2%. Agora o retorno para ela infelizmente tem sido muito mal distribuído. Sobre os dados que o Ministro Pedro Parente mostrou eu apenas abordarei as divergências e algumas causas desse nivelamento e dessas desigualdades que existem entre os nove Estados da Região Amazônica.

Por exemplo, na distribuição dos recursos do Finan, de outubro de 1991 a julho de 1997, tivemos R$3 bilhões 306 milhões de reais utilizados, sendo R$27 milhões para o Acre, com 539 empregos em 15 projetos; para o Amazonas, R$539 milhões, 18 mil empregos, 54 projetos; para o Estado do Amapá, R$62 milhões, 1.183 empregos e 20 projetos; Maranhão, R$116 milhões, 3.754 empregos e 31 projetos; Mato Grosso, R$1bilhão e 27 milhões, 20.750 empregos, 123 projetos; Pará, R$1bilhão, 45 milhões, 19 mil empregos, 187 projetos; Rondônia, R$96 milhões, 3.120 empregos, 24 projetos; Roraima, R$14 milhões, 375 empregos e 11 projetos; Tocantins, R$320 milhões, 6602 empregos e apenas 42 projetos.

Vejam, é isso que causa grande impacto para nós. Falamos que não temos uma indústria, e não temos mesmo. Infelizmente, a Amazônia tem grandes projetos, mas carece de uma indústria. Temos, divididas por setor: agroindústria, com R$399 milhões - 12,8%; agropecuária, R$547 milhões - 16%; indústria, R$1.583 milhões - 47% de todos esses recursos; área de serviço, R$776 milhões.

Começamos a ver as dificuldades e as grandes diferenças. Na área da agroindústria, o Amazonas levou R$31 milhões - 8%; Mato Grosso, R$72 milhões - 18%; Pará, R$84 milhões - 21%. Os demais Estados estão a uma distância muito grande.

Na agropecuária: Mato Grosso, R$214 milhões - 39%; Pará, R$156 milhões - 28%.

Indústrias por Unidade Federada: O Amazonas levou R$360 milhões - com 22%; Mato Grosso, R$413 milhões - 26%; Pará, R$625 milhões - 40%. Na área de Serviços, o Amazonas levou R$183 milhões - 23%; o Mato Grosso, R$327 milhões - 42%; e o Pará, R$178 milhões.

Há quinze dias, participamos de uma reunião da Embratur em Brasília e tomamos conhecimento do crescimento do turismo no Brasil: 41% de aumento no ingresso dos turistas estrangeiros no Brasil; mas, na Amazônia, não chega a um dígito. Apesar do esforço do Estado do Amazonas, do esforço do Estado do Pará e de outros Estados, a participação da Amazônia na indústria é insignificante.

Trouxe o material, cerca de 15 folhas, para falar da Sudam, mas seria uma perda enorme de tempo. Ministro Pedro Parente, Senador Nabor Júnior, repetir tudo aquilo que estamos falando nesses dez meses seria enfadonho. Falamos que a mídia, a classe política, que os nove Governadores dos Estados e a sociedade amazônida, de um modo geral, vêm dando

credibilidade fantástica a esse órgão, uma credibilidade de tarde, e terá que se ausentar, no máximo, até meio-dia deste recinto.

Concedo a palavra agora, pelo prazo de 10 minutos, ao Dr. Mauro Machado da Costa, Superintendente da Suframa.

O SR. MAURO MACHADO DA COSTA - Bom dia a todos.

Sr. Presidente da Comissão Especial da Amazônia, Senador Nabor Júnior, demais Senadores, ilustríssimo Sr. Superintendente da Sudam, Dr. José Guedes Tourinho, Sr. Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Pedro Parente, Exmº Sr. Deputado Federal Antônio Feijão, Vice-Presidente da Comissão da Amazônia da Câmara dos Deputados, gostaria de parabenizar a Comissão pela iniciativa da discussão dos problemas e soluções para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia. Gostaria de parabenizar o Dr. Pedro Parente pela belíssima exposição dos indicadores econômicos e sociais do País.

Falarei um pouco sobre os incentivos fiscais. Os incentivos fiscais concedidos à Zona Franca de Manaus e à Amazônia Ocidental têm como objetivo a diminuição das desigualdades inter-regionais, em face dos fatores locais como infra-estrutura deficiente, ainda no que se refere a transportes, energia e comunicações e da grande distância, em geral, dos centros consumidores de seus produtos, visa, primordialmente, a criação de uma atividade econômica com geração de emprego e renda à população.

A criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, propiciou a criação de um centro comercial, industrial e agropecuário no interior da Amazônia.

Tivemos como conseqüências da criação da Zona Franca de Manaus os seguintes fatores:

- uma alteração radical da base econômica do Amazonas, o qual deixou de ser uma economia eminentemente primária e importadora de bens de consumo nacionais para abrigar um largo conjunto de indústrias de bens de consumo como eletro-eletrônicos, motocicletas, relógios, óculos, câmeras fotográficas, barbeadores, etc., como de componentes e insumos para a utilização nas linhas de bens finais;

- um expressivo e rápido crescimento do coeficiente global de absorção de mão-de-obra, a qual passou a receber treinamento em técnicas fabris modernas **(falha na gravação)** e sociais, salários comparativamente mais elevados que outros segmentos nacionais. Para os senhores terem uma idéia, a Zona expectativa, sem promessas, mas de respostas e resultados já em 1998.

Portanto, de que estamos precisando? Fizemos mudanças, algumas delas significativas, e os resultados estão aí. Nesses dez meses, aplicamos aproximadamente R$1,2 bilhão em projetos variados na indústria, na pecuária, na agroindústria, no turismo e na agropecuária. Uma das alterações que fizemos, graças ao volume de recursos de que a Sudam dispõe, foi relativa à linha de distribuição de verbas. Reabrimos o artigo 5º, segundo o qual se permite a utilização de 30% dos recursos captados no mercado em prol da indústria amazônica.

Está aqui presente o Ministro Pedro Parente, estão presentes alguns Senadores e autoridades. Vejam V. Exªs: a Sudam dispõe de R$200 milhões de recursos em caixa para o art 5º. Dentro da proposta de priorizar os Estados mais carentes, os mais distantes das sedes (Brasília e Belém), chegamos à conclusão de que deveríamos utilizar uma gestão itinerante, começando pelo nosso Estado do Acre. Fomos ao Acre, passamos um fim de semana - aliás, o que coincidiu com o Dia dos Pais. Fomos com 14 técnicos e 14 diretores da Sudam e fizemos um **workshop**. Para a nossa felicidade, a classe política, a classe industrial, a classe produtiva do Estado do Acre correspondeu e foi conosco.

Fizemos, portanto, um **workshop** diferente. Não fizemos propaganda da Sudam, nem do Governo Federal, porque entendemos, Dr. Pedro Parente, que a melhor propaganda que a Sudam pode fazer para o Governo Federal, para o Ministro Malan, para o Ministro Fernando Catão, para o Ministro Kandir e para o Presidente Fernando Henrique Cardoso é trabalhar, produzir, gerar projetos mediante os quais se produzam riquezas e rendas para a região, priorizando evidentemente aqueles Estados mais carentes. Para nossa sorte, esse **workshop** trouxe como resultado - o tempo não me permite ler o documento que foi assinado entre a classe produtora e política do Estado do Acre - oito cartas-consulta, todas elas com o art. 5º.

Assumimos o compromisso de destinar, desses R$200 milhões, R$50 milhões para o Estado do Acre, em cerca de 15 projetos, cada um de R$3 milhões. Segundo o art. 5º, pode haver projetos para a agroindústria, para o turismo, para a infra-estrutura agropecuária em áreas degradadas, ou indústria pioneira de qualquer área em valores de até R$12 milhões, sendo R$6 milhões do investidor e R$6 milhões da Sudam, sem que o investidor precise buscar no mercado os Darfs e os incentivos fiscais. Esperamos fazer uma reunião, ainda este ano, no Estado do Acre, para aprovar esses projetos. E permita Deus que em 1998 possamos inaugurar alguns projetos de que possamos nos orgulhar no futuro. Aí, sim, pode-se fazer uma propaganda muito maciça, muito bonita para o Presidente da República. O Estado do Acre vai dar a resposta a isso.

Vou, Ministro Pedro Parente, direto às perguntas. Aliás, não são perguntas; são colocações que não tiramos da nossa cabeça nem da nossa cartola, mas dessa vivência, desse dia-a-dia que estamos tendo aqui em toda a Região Amazônica. Precisamos, Ministro, articular melhor e mobilizar melhor ainda os órgãos federais da Amazônia. Sentimos a carência dos demais Ministérios, das demais delegacias nos Estados e aqui na própria Sudam. Acredito que precisamos esquecer essa marca que colocaram, segundo a qual a causa do subdesenvolvimento da Amazônia é a Sudam e o Governo Federal. Nunca foi. Nunca se fez desenvolvimento sozinho, nem nunca se fará.

Portanto, há necessidade de uma mobilização maior, de uma melhor articulação entre os Ministérios do Governo Federal aqui. Quero dizer a V. Exª que estamos totalmente mobilizados e articulados com a Suframa, com o Banco da Amazônia, com a Bancada da Amazônia, seja do Senado, através dos Senadores aqui presentes, do Senador Jader Barbalho, de outros Senadores, seja da Câmara Federal.

O Deputado José Priante, Presidente da Comissão da Amazônia, tem acompanhado a Sudam em todos os seus momentos, em todos os seus encontros. Temos recebido também o apoio do Ministro Kandir, um apoio irrestrito, e do Ministro Catão, que nos tem acompanhado em todas essas viagens. Mas há necessidade de uma aproximação. Há momentos em que ouvimos algumas queixas e não podemos resolvê-las, porque não é atribuição da Sudam, infelizmente.

Precisamos, Ministro Pedro Parente, fazer a revisão dos incentivos fiscais. A Sudam já tem três técnicos dentro de um grupo de projetos estratégicos. Escolhemos seis técnicos do órgão, e esses seis técnicos indicaram três outros. Todos estão fazendo uma espécie de pequeno esqueleto daquilo que a Sudam imagina como proposta para a revisão dos incentivos fiscais.

Considero de grande relevância a participação da Federação da Indústria, da Agricultura e, principalmente, da Federação do Comércio. Fizemos uma correspondência ao Ministro Kandir pedindo a inclusão no Condel da Sudam da área de comércio. Não há desenvolvimento, não há economia só com dois segmentos, agricultura e indústria. O segmento comércio é de grande importância e já fez parte, em décadas passadas, do Condel da Sudam.

Há necessidade, Ministro, de uma participação maior - não no volume de recursos, mas de articulação - do Banco do Brasil, do BASA, com a Sudam e com a Suframa também. Há necessidade, como bem disse o Dr. Mauro, de uma articulação melhor e uma presença maior do BNDES, que precisa realmente responder às questões. Caso contrário, fica aquele círculo vicioso: o empresário não pede dinheiro do BNDES porque acha que o dinheiro é caro, e o BNDES não oferece porque o empresário não pede. Falta conversar, falta negociar e dialogar, a exemplo do que fizemos no Acre. Abrimos a Sudam no Acre, e o empresariado respondeu. Precisamos dessa participação do BNDES.

Ministro, essa região não é problema; ela tem problemas, que serão solucionados mediante a alocação de mais recursos para investimento na infra-estrutura - se possível, na área municipal. A Sudam dispõe hoje de aproximadamente R$40 milhões para convênios com a área de ciência e tecnologia e com as prefeituras municipais e os Estados. É muito pouco, Ministro. Já levamos ao Orçamento da União, através do Ministério do Planejamento, e estamos levando à classe política os nossos pleitos, que não são da Sudam, porque não existe Sudam; são pleitos dos municípios e dos nossos parceiros.

Precisamos também, Ministro, investir mais na área de pesquisa, na área de ciência e tecnologia. A pequena quantidade de recursos que a Sudam tem já é uma grande ajuda. Ouvi em um seminário realizado há cerca de um mês, no Museu Emílio Goeldi, o pronunciamento do nosso companheiro e irmão, o Secretário de Ciência e Tecnologia do Pará. Com muito orgulho tomamos conhecimento - e transmitimos ao Ministro essa informação - de que em 1996 o maior investimento feito no Estado do Pará em ciência e tecnologia foi do Governo Federal. Mas é muito pouco, não chegou a R$3 milhões. Isso é muito pouco para um Estado desse porte, para um Estado desse tamanho.

As nossas universidades, a Embrapa e o INPE são órgãos que elaboram projetos voltados - o senhor pode ficar certo, pena que não tenha tempo para visitar esses órgãos - para a Amazônia do 2000, uma Amazônia melhor do que a de hoje.

Há necessidade também, Ministro, por parte do Ministério do Meio Ambiente - muito bem dirigido aqui na nossa região, através da sua Secretaria, do Dr. Seixas Lourenço -, de um apoio, de uma articulação maior junto a outros órgãos, para que possamos desenvolver esses recursos naturais e possamos realmente fazer um desenvolvimento auto-sustentado, desde que se possa reduzir a pobreza da região.

Precisamos também, Sr. Ministro, além do investimento em infra-estrutura, de investimento em educação. Já temos na Amazônia grandes universidades federais e particulares. Temos trabalhos muito bem-feitos, já temos cientistas na Amazônia que fazem trabalhos espetaculares. Carecemos de recursos, principalmente de recursos para o 4º grau, a pós-graduação.

Para concluir, Sr. Ministro, digo a V. Exª, aos Senadores, aos políticos, às demais pessoas aqui presentes que o plano que a Sudam desenvolve, que a Sudam faz junto ao IPEA, coordenado pelo Ministro Catão e o Ministro Kandir, não é da Sudam, é da Amazônia, porque ele vem sendo feito com participação dos nove Estados, através das suas Secretarias de Planejamento, de Comércio e Indústria.

Esperamos que o PDA 98/99 seja realmente aquilo de que a Amazônia precisa. Esperamos ainda que possa espelhar o que a Amazônia representa, para que possa ser conectada à economia nacional. Dessa forma, não ouviremos mais dizer que só levamos problemas para serem resolvidos. Temos que levar não só esse almoxarifado fantástico em recursos naturais, que é a Amazônia, mas principalmente a nossa contribuição no âmbito da nossa competência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Agradecemos a participação do Dr. José Guedes Tourinho, Superintendente da Sudam, e consultamos o representante do Governador Neudo Ribeiro Campos, de Roraima, se gostaria de participar do debate. (Pausa)

Não está presente.

Consultamos o representante do Prefeito de Manaus. Queremos saber se S. Sª deseja participar dos debates, já que seu nome foi relacionado na nossa programação para debater esse painel. (Pausa)

Também não está presente.

Dessa forma, concedo a palavra ao Relator da Comissão, Senador Ademir Andrade, e depois às pessoas que previamente se inscreveram para fazer sugestões.

Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Sr. Presidente, Ministro Pedro Parente, demais palestrantes, Colegas Parlamentares, meus senhores, minhas senhoras, inicialmente explico, especialmente ao Dr. Pedro Parente, que esta Comissão foi criada com dois objetivos básicos: um, de caráter imediato, era tentar, através da organização política dos servidores, interferir na elaboração do Orçamento da União com o objetivo de reivindicar para a nossa região os investimentos de que ela necessita; o outro, de longo prazo, era tentar realizar um sonho do qual muito se fala, mas nunca se concretiza: estabelecer uma forma de desenvolvimento para a nossa região.

Na nossa região, as coisas acontecem de maneira espontânea. Basicamente é o poder econômico que define o que acontece na Amazônia. Não é a classe política, não é a população; quem define o que ocorre aqui é o poder econômico. É assim que cresce a Amazônia. Não há interferência do Governo em estabelecer um projeto de desenvolvimento do qual o nosso povo possa participar.

Registro, em primeiro lugar, que esta Comissão tem insistido no convite aos Ministros do Governo Fernando Henrique Cardoso. O Ministro Kandir tem-se negado permanentemente a comparecer à nossa Comissão. Imaginávamos até que este seminário, como fato mais importante, pudesse contar com a presença do Ministro Pedro Malan e do Ministro Kandir, entre outros. Lamentamos as suas ausências.

V. Sª, durante a palestra, apresentou dados, principalmente os da política econômica nacional, relativos à nossa região. No entanto, não houve, da parte de V. Sª, uma colocação sobre o que pretende o Governo. Portanto, faço algumas perguntas a V. Sª. O primeiro tema deste nosso seminário refere-se a emprego e renda, industrialização, financiamentos e incentivos fiscais. São as questões mais discutidas quando o tema é Amazônia. Em todos os segmentos (o segmento empresarial, o segmento dos trabalhadores), o que se comenta é que estamos em um verdadeiro marasmo. A região não cresce, não se desenvolve, não gera emprego. Entendo, Dr. Parente, que uma das questões básicas não só da Amazônia, como do Brasil, é a nossa pauta de exportação. Somos um País que está a exportar - segundo dados que temos, correspondem, em média, a 70% das nossas exportações -, produtos semi-elaborados, produtos que não agregam mão-de-obra, não geram renda local. O Governo recentemente elaborou a Lei Kandir, sancionada pelo Presidente da República.

Quando fizemos a Constituição brasileira, lutamos para que todo produto semi-elaborado pagasse imposto - basicamente o ICMS - ao Estado que o exportasse. Esse foi um esforço dos Parlamentares daquela época. Foi uma verdadeira luta e conseguimos garantir isso na Constituição brasileira. Entendíamos que, ao baixar o produto semi-elaborado, estávamos estimulando a sua industrialização na nossa região.

Ora, o Governo Fernando Henrique Cardoso, para manter o Plano Real, está tendo dificuldades na balança comercial. Estamos com déficit na balança comercial por 2 anos e

meio consecutivos, o que de todo não é ruim, pois, no meu modo de entender, estamos deixando de transferir riquezas e importando o necessário ao consumo. Contudo, esse déficit na balança comercial fez com que o Governo, ao invés de estimular uma política de industrialização, tomasse uma decisão que, no meu entendimento, é altamente prejudicial aos interesses dos Estados e da Nação, porque os Estados estão perdendo muitos recursos.

As promessas de se compensarem os Estados pelas perdas dessa desoneração do ICMS não estão sendo cumpridas pelo Governo Federal, os balanços que os Estados têm feito de suas perdas são extremamente significativos com relação a sua receita e, o que acho pior de tudo, estamos prestando um desserviço à Nação brasileira ao desestimularmos a industrialização. Pergunto, então, se acabar com a Lei Kandir - revogá-la - não seria uma forma de gerar empregos e desenvolvimento.

Há um trabalho que está sendo feito com alguns Parlamentares e com a assessoria técnica do Senado Federal no sentido de se evitar o estabelecimento de um prazo para não permitir, por exemplo, que a nossa região, a Amazônia, continue a exportar. Escolhemos, como nosso primeiro item para trabalhar, a busca da geração de desenvolvimento, crescimento, renda e emprego para a nossa região. Com relação à madeira, só o meu Estado - não tenho os dados da Amazônia como um todo - está exportando, anualmente, cerca de US$800 milhões - US$400 milhões para o mercado internacional e US$400 milhões para mercados do Sul do País -, em madeira bruta praticamente cerrada e madeira compensada.

Como o Governo entenderia a hipótese de colocar ou estabelecer um programa de ação de Governo em uma lei que, dentro de determinado prazo, impedisse esse tipo de exportação? Passaríamos, então, a exportar, se fosse necessidade do mercado internacional, o produto final transformado em móveis, esquadrias, etc. Que pensamento teria o Governo a respeito de uma proposta como essa para a nossa região?

Congratulo-me com o Presidente da Fiepa , Dr. Flecha Ribeiro, que falou a este seminário como um verdadeiro social-democrata, definindo que o Estado não pode ser mínimo, como estava pretendendo o nosso Presidente da República.

Preocupo-me com privatizações como a da Vale, por exemplo, pois já não ditávamos os preços da nossa mercadoria e, agora, ficamos quase que impedidos de ditar a política de industrialização desses produtos. Não somos mais, praticamente, donos dessas imensas reservas que existem na nossa Amazônia, quer dizer, continuamos mandando tudo para fora, sem industrializar nada.

O Pará, com uma exportação de mais de US$1 bilhão em produtos minerais, tem uma siderúrgica de ferro-gusa em Marabá e a siderúrgica que transforma bauxita em alumina e alumínio em Barcarena, que, aliás, são extremamente beneficiadas pelo próprio Governo, porque recebem energia subsidiada de Tucuruí, gerando um enorme prejuízo de US$200 milhões à Eletronorte.

O Governo pensa ou imagina alguma forma de estimular a industrialização desses produtos na nossa região? Por que não temos, por exemplo, uma indústria de perfil de alumínio em Barcarena? Por que esse alumínio tem que ir em barras para o exterior? Estamos exportando energia condensada e exportando alumínio para todo o tipo de utilização às outras partes do mundo. O que faz o Governo ou o que pode fazer o Governo para estimular a verticalização desse setor produtivo na nossa região? Como pretende o Governo, cumprindo o seu dever social - e aí entendemos que o Estado deve ser forte, à semelhança do que entende o ilustre Presidente da Fiepa, meu amigo Flecha Ribeiro - , levar energia, comunicação e telefonia ao interior, aos locais mais longínquos dessa Amazônia, aos locais mais distantes, quando sabemos que o capital multinacional que está tomando conta do setor privado em nosso País não é investido onde não há retorno?

Não há prova mais concreta disso do que a falta de interessados quando foi feito o leilão da telefonia celular da banda "b" na nossa Região - não apareceu nem quem quisesse adquirir essa concessão. Como o Governo agirá para resolver esse problema? Como, aliás, está agindo agora com o Trama-Oeste, pois foi uma luta e, aliás, é um débito de há 12 anos que o Governo Federal tem com a nossa região, pois Tucuruí foi inaugurada em 1985?

Finalizo, Dr. Pedro Parente, dizendo que, mesmo tendo V. Exª apresentado seus dados, o Pará é o sexto Estado exportador do Brasil, ficando à frente do Rio de Janeiro. É um Estado que, portanto, contribui com a política econômica do Governo Federal e que, ao longo de décadas, não tem recebido dele a contrapartida por essa enorme contribuição que dá ao País. Como disse, as coisas aqui são feitas pelo interesse econômico; quem dita as regras de como as coisas são feitas na região é o poder econômico. Tucuruí não foi feita para o Pará, nem para a Amazônia. Tucuruí foi feita para a Albrás/Alunorte, para a Alcoa, no Maranhão, e para o Projeto Carajás - três projetos mínero-metalúrgicos totalmente voltados para a exportação.

Não tivemos as eclusas de Tucuruí e, portanto, deixamos de ter a hidrovia Araguaia-Tocantins, que criaria 4,8 km de vias navegáveis e poderia - de maneira economicamente provada - aumentar em 30% a produção agrícola brasileira. Isso não foi feito.

Finalizo dizendo que o povo da nossa região, e o Governo Federal precisa entender isso, está a cada dia e a cada hora aumentando o seu nível de consciência política, de organização e de coragem para lutar pelos seus direitos. Nosso povo, hoje, já diz, por exemplo, que não aceita a construção da segunda etapa de Tucuruí, conforme é a intenção das consumidoras de eletro-intensivos, cujo subsídio termina em 2.004.

Já dissemos a elas e ao Governo, e a consciência política do povo da região já determina isso, que não se fará a segunda etapa sem se fazerem eclusas. As duas obras terão que ser feitas concomitantemente.

Da mesma forma, o povo da região do baixo Tocantins já afirmou ao Governo, e teve resultado essa afirmação, que a energia que sai de Tucuruí para Barcarena, se não for levada aos Municípios que por baixo dela ficam, no caso: Tailândia, Baião, Mocajuba, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru e Cametá.

A questão do salobro é, hoje, uma exigência do povo da nossa região. O povo do sul do Pará já informou aos novos donos da Vale, e é evidente que o Governo tem poder de fogo sobre essa questão, a sua determinação de que o minério de cobre de salobro não saia do Estado do Pará para outra Unidade da Federação, a fim de ser industrializado. Não sairá, em nenhuma circunstância! Nem Exército, nem Polícia Federal, nem alguém impedirá que essa usina seja implantada no Estado do Pará.

Nesses momentos, o povo está disposto até a desrespeitar a própria questão legal, institucional. Assim fizeram os PMs, as polícias civis, no Brasil inteiro, quando desrespeitaram a Constituição fazendo uma greve, e aliás tiveram um bom resultado, porque foram atendidos na quase totalidade de seu pleito. Como eram armados, foram atendidos e pacificados na quase totalidade dos Estados brasileiros, embora desrespeitando a Constituição. Lamentavelmente, os funcionários ligados à saúde e a outros segmentos não foram atendidos.

Dr. Parente, o Governo tem que compreender que não podemos viver a continuidade dessa situação. Precisamos de solução para nos integrarmos ao resto da Nação. Não é possível

determos mais de 50% da região de um país, em extensão territorial, com as riquezas econômicas que temos, e continuarmos a representar 5% do PIB brasileiro.

Solicitamos a V. Exª, então, as informações de que precisamos para a elaboração dessa proposta de trabalho, para torná-la pública e trazer o povo para conquistá-la, porque não temos ilusão de que algo ocorrerá de boa vontade ou de maneira tranqüila. Haveremos de apresentar e concluir por uma proposta de desenvolvimento de nossa região; haveremos de conquistar isso com a consciência popular na luta pelo seu direito.

Para finalizar, abordo a questão do zoneamento econômico-ecológico. Por que razão o Governo, até hoje, não concretizou essa ansiedade de todos, ou seja, estabelecer o zoneamento econômico-ecológico para, a partir daí, começar a definir uma política de ocupação para a nossa região?

Aproveito a oportunidade, Dr. Pedro Parente, para indagar uma colocação de um articulista que está aqui no plenário e nos apelou para que perguntássemos a V. Exª - aliás, é algo que interessa também...:

...nacionais, com recursos que chegaram a mais de US$20 bilhões de dólares - evidentemente, recursos emprestados, mas subsidiados -, que foram emprestados a esse banco de forma mais barata do que a que o Governo capta no mercado, nas palavras do próprio Ministro Malan, se o Governo terá a mesma agilidade para socorrer os mutuários e funcionários dessa empresa, assim como teve para atender os donos do Banco Nacional, Banco Econômico, Bamerindus e tantos outros. Lamentamos que nem os donos desses bancos, nem os donos da Encol estejam pagando por essas falências e dificuldades por que o povo está passando.

São essas as considerações que gostaria de ouvir de V.Sª, deixando a mensagem de que o Governo precisa nos ver mais.

O Presidente da República, compreendendo, durante a sua campanha, a necessidade que a nossa região tinha, fez o compromisso de ajudar o Governador do Estado do Pará com R$2 bilhões. Até agora, infelizmente, não cumpriu o seu compromisso com o Estado do Pará.

É preciso que o Presidente repense aquilo que afirmou durante a sua campanha para o povo do Pará. Ainda estamos aguardando a ajuda do Presidente e que cumpra o débito que os Governos têm para com a nossa região. (Palmas)

A SRª PRESIDENTE (Marina Silva) - Avisamos ao Plenário que a situação, um pouco assustadora, já está sob controle e talvez seja apenas uma demonstração de que as queimadas constituem um dos nossos grandes problemas.

Lembramos que esta fase dos debates corresponde a 5 minutos para cada intervenção. Estão inscritas, ainda, oito pessoas. Portanto, fazemos um apelo para que reduzam o tempo, se possível, para o bom andamento dos trabalhos, e se alguém, porventura, se sentir contemplado, que abdique da sua inscrição, coisa que não é muito fácil quando se tratam desses debates.

Está feito, então, o apelo aos senhores que vão intervir nessa fase de 5 minutos.

Com a palavra o Senador Coutinho Jorge.

O SR. COUTINHO JORGE - Nossa cara Presidente, nosso ilustre Ministro Pedro Parente, companheiros da Mesa, meus amigos e minhas amigas, terei que ser breve e tentarei ser bastante objetivo.

Em primeiro lugar, não tenho dúvida alguma de que o Dr. Pedro Parente conseguiu, de forma sintética e objetiva, mostrar realmente o sucesso do Plano Real, demonstrando bem que a grande política do Governo Federal é a estabilização da economia.

O Plano Real é um sucesso inconteste.

Segundo, as reformas que estão sendo feitas para estruturar o tamanho do Estado e redefinir o novo papel também são necessárias. Podem até ser contestadas, mas são necessárias no caso da Previdência, da reforma administrativa, etc.

A grande estratégia global do País é incorporar-se ao tema chamado "globalização da economia", isso é importante. Por isso, quero dar um enfoque diferente do que foi colocado aqui.

O problema da globalização ou mundialização da economia, queiramos ou não, é irreversível. Quem não se adaptar a esse modelo realmente terá problemas graves.

O Brasil está se preparando e está no ponto, como país, de se incorporar a esse processo, mas a globalização traz contradições do próprio modelo, como o desemprego, por exemplo, e o aumento das disparidades entre pequenas e grandes regiões. Tanto que a África, se não houver um efeito corretivo e compensatório, vai ser uma região altamente apenada pela globalização. Ela não está preparada para essa grande mudança mundial.

A Europa, para implantar a União Européia, criou estímulos corretivos das disparidades européias, estimulando Portugal e a Grécia com projetos de infra-estrutura econômica e social para que estivessem num nível razoável de desenvolvimento a fim de que o processo não prejudicasse a União Européia. O mesmo ocorrerá com os países em desenvolvimento a nível de país que participam do processo, - é importante isso - já que a globalização traz contradição, e nessas regiões existem contradições. Ocorre que a Região Amazônica, dentro desse processo, terá que ter ajustes corretivos compensatórios e indutórios para que ela não se atrase mais do que já está. Há 20 anos, a região foi estimulada por política de incentivos, mas num outro momento histórico, numa outra realidade, num outro modelo brasileiro e mundial. O momento agora é da globalização, não temos dúvida.

A política do Governo, que quer estimular a exportação, não pode penalizar dentro desse enfoque global a Amazônia ou Regiões atrasadas como o Norte e o Nordeste. É o caso, por exemplo, da desoneração do ICMS para exportações. Por que existe isso? Para a estabilização da economia e para que ela também se incorpore ao modelo de globalização. Ora, ao atuar numa política global para o País, que todos estamos de acordo, ela traz contradições fazendo com que regiões que não tenham um certo nível de desenvolvimento fiquem prejudicadas, retardando o seu processo de desenvolvimento.

Hoje, é muito mais importante que o Governo Federal atue como efeito corretivo compensatório indutor da Amazônia, para que ela participe do processo de globalização como uma Região brasileira que não será prejudicada por essa contradição interna, que todo processo de globalização traz para qualquer região do mundo. Essa tese tem que ser repensada mais do que nunca. Por isso que o Produto Interno Bruto, a participação da Amazônia, que era de 3,5% em 1990, caiu para 3.2%. A nossa exportação que era 5,6%, em 1995, caiu para 5%. São alertas indicadores no sentido de que o Governo tem que repensar a sua política de globalização correta como País, mas incorreta como regiões ou sub-regiões que compõem o país. Essa é uma tese que não podemos esquecer.

Entre os efeitos corretivos compensatórios indutórios, poderemos ter o apoio firme na infra-estrutura da Amazônia - na energia, nas hidrovias, nas rodovias e nos portos. Porque são as pré-condições que os países africanos não têm, por exemplo, para que eles se incorporem na globalização. Tanto que o Banco Mundial quer evitar que a pobreza se estenda à África, porque ela não tem pré-condições; é um avião que não consegue sair da pista. O Brasil já está como país, mas as suas Regiões, como a Amazônia, precisam dessas pré-condições para que não se repita problemas de outras regiões, como os da africana.

É fundamental, meu caro Ministro, que esses recursos federais sejam realmente reestudados e revisados. O Governo

Federal assume um programa importante nesse sentido. Sou Relator da avaliação do Plano Plurianual e já estou no final de minha conclusão. Para tanto diria que no que tange à energia, à comunicação, o Governo aplicou, em 1996, quase 100%. Mas há setores, como no de rodovias, foi quase 50%; habitação, com 31% foi deficitário. Isso o próprio Presidente reconhece. E quem mais sofre com a não-aplicação desses investimentos são as regiões mais carentes, como a Amazônia, não tenho dúvida.

Por isso, além desse efeito corretivo compensatório da infra-estrutura, não podemos aceitar políticas especiais, como o caso das exportações da desoneração, que prejudica mais a Amazônia e particularmente o Pará. Não sei se os senhores sabem, mas no Pará apenas uma empresa recolhia R$5 milhões por mês - a Vale do Rio Doce que, hoje, recolhe apenas R$180 mil. É brincadeira! O Pará já perdeu R$100 milhões por ano! O prejuízo é muito grande! Se houvesse o efeito compensatório... mas não está havendo. O que foi dito aqui por todos os palestrantes é correto. Então, ao tentar se incorporar numa economia de globalização - insisto - poderá prejudicar as regiões que não estão preparadas - por isso, concordo com o que disse o Dr. César.

Assim sendo, concluímos que estará apta a globalização havendo uma concentração da industrialização. No ano passado, tentou-se corrigir através de políticas, que já estão caducas e ultrapassadas. A política de incentivos fiscais está caduca, ultrapassada e tem que ser reavivada. Por exemplo: o FNO, já que estamos falando em financiamento, tem que ser reestudado - isso é muito importante - dentro desse novo contexto. A situação do BNDES, o maior banco de desenvolvimento do mundo, maior que o Banco Mundial, realmente precisa ter um viés diferente do atual modelo de desenvolvimento, e o Governo Federal, nesse sentido, já criou uma carteira voltada para o desenvolvimento social: a reforma agrária. Por isso estamos atuando no Jari na tentativa de salvar um projeto que está numa fase difícil. Então, de qualquer maneira, o BNDES assume uma nova posição, por não ser um Banco voltado apenas ao desenvolvimento da empresa privada, passando também a ter uma visão regional. Mas isso tem que ser acelerado, estimulado para que tenha esse efeito corretivo, compensatório e indutor de regiões atrasadas, como a Amazônia, para que o Brasil possa, de fato, se incorporar à globalização da economia mundial mas não traga a contradição de aumentar o fosso entre as regiões já desenvolvidas - Sul e Sudeste - e a Região Amazônica, que tem todas as pré-condições de se desenvolver nas políticas setoriais. Estimular a agricultura, como o Governo do Estado está fazendo, no sentido de substituir a agricultura tradicional por uma agricultura voltada para a produção da soja, que é um produto importante no contexto mundial; do dendê, por exemplo; da verticalização da produção mineral do Pará: de alumínio, de ferro e futuramente de cobre. Isso significa dizer que o Pará e a Amazônia se preparam para co-participar do processo de desenvolvimento brasileiro voltado à integração do Brasil no contexto da globalização em termos mundiais. Penso que essa contradição tem que ser analisada de forma diferente. Não podemos nos esquecer do processo de desenvolvimento regional e que o modelo de desenvolvimento brasileiro já deu o que tinha de dar. Temos que repensar a Amazônia neste mesmo contexto de integração do País para o processo de globalização, para que ela não fique atrasada e não sofra as seqüelas altamente negativas do processo de crescimento do Brasil como um todo, mas que pode prejudicar seriamente a Amazônia.

Não vou me alongar e concordo que trabalhar em cima de uma infra-estrutura compensatória, de políticas setoriais tais como a florestal, a reforma agrária, como corretivo, e as políticas de financiamento - FNO, Finor, BNDES, Banco do Brasil e outros - são altamente importante.

Por isso aqui estamos, Sr. Ministro, nessa discussão e esperamos levar propostas concretas para que o Governo possa assumi-las e transformá-las em políticas e programas concretos. Temos muito discurso na Amazônia e pouca viabilidade de políticas concretas. O mundo, queiramos ou não, mudou, está mudando e quem não pegar esse bonde ficará para trás. Espero que a Amazônia não fique para trás, como tem ficado historicamente. Todos nós somos co-responsáveis. Sei que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso é sério e que quer mudar o Brasil. Mas Sua Excelência não pode se esquecer que mudar o Brasil não significa desenvolver cada vez mais o Centro-Sul, mas, sim, desenvolver Regiões como o Norte e o Nordeste, particularmente a Amazônia. Sei que há esse sentimento. Mas o que falta, meu caro Ministro, são propostas concretas que materializem idéias, teses e anseios. Esse exemplo da desoneração - e aqui está o Secretário de Planejamento do nosso Estado - está no fato de que ao incentivar o aumento das nossas exportações estamos, de certa forma, prejudicando uma Região tão carente como a Amazônia.

Temos, portanto, que trabalhar em efeitos corretivos, compensatórios e indutores, mudando o que é possível mudar em favor do desenvolvimento da Amazônia.

Parabéns, portanto, por este encontro e pela participação de todos.

Tenho certeza de que juntos, Governo, Congresso Nacional e comunidade dos Governos Estaduais e Municipais, chegaremos a um entendimento de que é possível evitar esses problemas previstos no próprio processo de globalização como contradição lógica e compreensível dessa grande mudança da economia mundial.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Gostaria de fazer uma observação no sentido de que temos, ainda, sete oradores inscritos e que o Dr. Pedro Parente tem compromisso em Brasília e precisa ser **(inaudível)** marcado para o meio-dia, que não foi possível, **(inaudível)**

Pediria a compreensão dos sete oradores inscritos no sentido de que procurassem reduzir o máximo possível as suas participações nesse debate para que o Ministro possa responder às indagações feitas aqui, não só pelos debatedores mas também por todos aqueles que tiveram a oportunidade de participar deste Encontro.

Concedo a palavra ao Deputado Antonio Feijão, do PSDB do Amapá.

O SR. ANTONIO FEIJÃO - Senador Nabor Júnior, Presidente desta Comissão, quero cumprimentar todos os membros da Mesa e aos demais participantes deste Seminário.

Inicialmente, percebo que está havendo um aquecimento no sentido de aflorar o que há de mais importante para que o Dr. Pedro Parente possa levar para os ministérios e para o Governo Federal essa inquietação demonstrada por todos nós com o empobrecimento que a Amazônia vem sofrendo. Isso já é tão notório que hoje o Senador Ademir Andrade criou mais um movimento dentro do academicismo socialista: o movimento dos sem-siderúrgicas. Temos um novo movimento no Brasil. Gostaria de transmitir-lhes a nossa preocupação, estamos mesmo apavorados com o tratamento que a União tem dado à Amazônia.

Sr. Presidente, falo como Parlamentar do PSDB, com a maior tranqüilidade. Mas há uma mudança. Vi o amadurecimento e a busca de modernização da Suframa e da Sudam. A Suframa é a nossa meca econômica, na qual pode-se espelhar o Sul e ver que a Amazônia se dá bem com a indústria. A Sudam é o nosso copiar-caboclo, a nossa casa, é onde o desenvolvimento social fala mais alto do que a expansão econômica do capital. Vi diluir, nesses últimos meses, todos os objetivos e a modernização dessas duas instituições indo para o Governo Federal e nós, políticos, não temos coragem de falar

algo que dói na nossa perna e no nosso peito: a Amazônia está sem horizonte político, senão vamos para os números. Vinte e sete Senadores, um terço do Senado Federal; há dois anos tinha o Presidente do Congresso Nacional; não tem um ministro da nossa região neste Governo; existe um filho, o último dos moicanos, e podemos dizer que a Amazônia tem um único moicano, que é o Dr. Seixas Lourenço, a única bastilha que temos neste Governo como referência, pelas suas qualidades e pelo respeito que a ele dedicamos.

O primeiro erro não está nas proposituras; há tempos já existe esse documento, que inclusive já esteve na Comissão da Amazônia; o Dr. Tourinho já esteve na Comissão da Amazônia, nesta Comissão do Senado; o Dr. Mauro Costa já enviou vários documentos, já recebeu a Comissão da Suframa, já apresentou um documento de prioridades, já se inseriu no contexto da globalização. Não faltam propostas da Amazônia para a União.

Sr. Presidente, este Estado tem 17 Deputados Federais; o Maranhão, 18. Saiu daqui uma das pessoas que mais participam das reuniões da Bancada. Refiro-me ao Governador Valdir Raupp. Os Ministros não vieram, porque não estão atribulados; e o coração de Antonio Carlos Magalhães bate muito bem, pois S. Exª come acarajé. Eles não vieram porque esse encontro não tem peso político. Se tivesse, se invocariam a vir, se convidariam a estar. Vejo uma virtude, já que o Dr. Pedro Parente, que será Ministro, se Deus quiser, está nos visitando em sua militância, pois já o vi na Amazônia várias vezes. Então, do ponto de vista de retorno desta reunião, lucramos com a vinda do Dr. Pedro Parente.

Concluindo, Sr. Presidente, pela primeira vez, não transformaremos uma reunião de Bancada em fábula de La Fontaine. Chega de não colocar o guizo no gato. Aqui, quem tem de ter a orelha puxada não é a Sudam nem tampouco a Suframa. O Governo Federa está na dele. Se não é capaz de ser barrado onde há um estre tamento na cidade de Óbidos, pois ali o rio Amazonas a contempla com mais profundidade, que represe o Amazonas! Temos muito mais barreiras no Senado do que Óbidos deu ao Amazonas. Ela fez o Amazonas se aprofundar e se estreitar e se espremer, passa com dificuldade com um terço do Senado, porque a Câmara só dá 16%, e a diversidade de forças na Câmara é muito grande mas, no Senado, não pode. Começo a ficar triste porque vou a Manaus, a Rondônia, venho para cá, vou várias vezes à Comissão do Senado, cumpro as obrigações do meu salário, mas temos que admitir - estou sendo insistente - que está faltando peso político. Está faltando a imprensa bater forte na objetividade desta Região como força política. Nunca a Amazônia em Governo algum esteve tão esvaziada no Executivo como nesses três anos do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, tive acesso a uma estatística em que aqui foi um dos poucos lugares onde FHC já está abaixo do candidato de Oposição - 39 a 38. Esse é o resultado do marasmo entre as propostas e a ação. O plano de infra-estrutura, a Tramoeste, como disse o Senador Ademir Andrade, são obras de atendimento ao passado; temos que ter obra de saneamento do presente. A Tramoeste só vai resgatar o sofrimento do passado, ou seja, sai a energia termoelétrica e fica a hidrelétrica. Em Boa Vista, a obra do Governo não trará nenhuma diferença, pois a minha luz ligada com a usina termoelétrica de Boa Vista não vai ser diferente da minha luz em Boa Vista, ligada pela energia hidrelétrica de Guri, não há diferença de efeito social entre trocar uma energia hidrelétrica por uma energia termelétrica, há efeito no asfaltamento de uma BR Santarém-Cuiabá, porque o Brasil passa, pela primeira vez, a ocidentalizar sua economia de desenvolvimento básico, que é a agroindústria.

Já fiz um estudo: o Estado do Amapá é o único que tem as características sociais da África. É o quinto ou o sexto exportador do Brasil, e é o 19º em base social. Não se trata de um elogio para os Senadores Nabor Júnior e Marina Silva dizerem que o seu Estado está perto dos índices econômicos e sociais do Estado do Pará, o que significa estar em 22º lugar.

O Amapá está em 10º. E, graças à Suframa - há um único empreendimento que a Nação fez com retorno econômico e que, agora, busca o desenvolvimento social -, o Amazonas é o 9º Estado em índices sociais no Brasil.

Então, para concluir, Senador Ademir Andrade, que teve sempre na sua estirpe de homem público esta coragem de iniciar as colocações contra a União, temos que também fazer um autoflagelo político. Não estamos sabendo aproveitar com concentração os nossos mandatos; V. Exª não é culpado nem eu, mas todos somos. Eu diria, como última instância, as nossas instituições Suframa e Sudam estão muito bem aparelhadas; a União está muito bem informada, se não colocarmos o guizo, agora, no pescoço do Governo Federal lá, no Senado, porque, na Câmara, a pulverização foi muito forte, podem fazer quantos encontros fizerem, não vai ter resultado.

Então, faria só uma pergunta ao Ministro Pedro Parente. O Projeto Jari exporta por ano US$160, US$150 milhões em recursos naturais. Se Deus fez o mundo e os holandeses a Holanda, os jarilenses também construíram aquilo. Não há um palmo de obra federal lá dentro. A luz é paga pela empresa; o asfalto é feito pela empresa, e a pauta de exportação são os jarilenses que fazem. Digo sempre que a região é uma prefeitura que exporta, porque o ônus social com que o setor privado arca é muito maior do que o retorno econômico. Não sabe V. Exª o quanto é duro ir ao Palácio do Planalto, como membro do PSDB, e ouvir de um Ministro de Estado que o Jari é como um leproso, ninguém quer tocar nele para tentar melhorar as suas chagas. E dizia eu ao Ministro: Mas, Ministro, um Governo que se envolveu de Jesus Cristo, ressuscitou tantos Lázaros com o Proer, será que não é capaz de colocar 150 milhões numa região onde gravitam cerca de 100 mil pessoas, que vão perder agora, 5.600 empregos diretos? Então, veja bem. Começamos a ver que esta questão não é muito equacionante. Vai surgir a Encol - e eu não vou deixar resolver a Encol enquanto não resolver o Jari. Então, o Lázaro do Jari tem que ser ressuscitado pelos mesmos poderes - não precisa tanto porque as chagas são poucas - que ressuscitaram o Proer.

Tenho uma única mensagem para V. Exª levar para Brasília. O Dr. Luiz Carlos Mendonça de Barros esteve lá. Se V. Exª for lá - e eu cheguei ontem -, verá que, em determinadas situações, batemos a água da canoa, porque ainda dá para salvá-la, mas em outras, nada-se em direção à beira.

Ministro, ainda dá para bater a água da canoa. Daqui a pouco, esse povo vem todo para Belém, vai para o narcotráfico e, principalmente, vai para cima da floresta. O grande ambulatório da miséria na Amazônia é a floresta, e, neste ano, ela vai queimar porque tem muita gente na enfermaria.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior)- Com a palavra a Senadora Marina Silva, do PT do Estado do Acre.

A SRª MARINA SILVA - Pelo adiantado da hora, vou tentar ser breve. Primeiro, achei feliz a frase inicial do Ministro Parente, que disse que temos que lembrar que aqui também é Brasil. Trata-se de algo providencial pelo seguinte: no resto do Brasil, questiona-se a presença do Estado. Há Estado demais, precisamos tirar o Estado. A Amazônia precisa lembrar que também é Brasil porque, lá - 50% do território brasileiro -, falta Estado. Falta Estado na educação; falta Estado na saúde; falta Estado numa política séria de infra-estrutura para as bases do nosso desenvolvimento. Por isso, somos vistos como o outro lado do Brasil. Tudo que lá está sobrando, aqui, historicamente, há 500 anos, está faltando.

Um outro aspecto é o desenvolvimento da nossa região, que sempre foi visto como algo de fora para dentro.

Fico feliz com essas iniciativas da Sudam, da Suframa, da Comissão do Senado, da Comissão do Deputados, quando se faz da Amazônia o cenário do debate dos nossos problemas e da apresentação das nossas soluções. Acostumamo-nos a ouvir a idéia do desenvolvimento na Amazônia, mas não fomos capazes de construí-lo, porque ele passa por um processo de redefinição de tudo o que tem sido praticado em termos de política de desenvolvimento e política social na nossa região.

Um ponto para se pensar: com apenas dois produtos da nossa floresta, borracha e castanha, durante quase um século, contribuímos para a economia desta Região toda, tornando-a, em que pese os problemas sociais, capaz de incorporar o grande contingente de população que tinha aqui e que, num determinado momento, chegou a representar 10% das exportações deste País. O que ficou de toda essa riqueza para a nossa região? Absolutamente nada.

Vamos imaginar que, com toda esta riqueza que está aí, ampliássemos a nossa base produtiva e o beneficiamento das nossas matérias-primas de forma sustentável para outras espécies, outras riquezas. O que está faltando para que se faça isso? Devo reconhecer que o Dr. Seixas Lourenço tem se esforçado no Ministério do Meio Ambiente, para que a Amazônia deixe de ser apenas aquela que tinha dois produtos, borracha e castanha, para passar a oferecer ao mundo a grande riqueza que tem. O Estado é detentor de megadiversidade, em função da Amazônia. E, para isso, precisa-se de investimento, de Estado, de tecnologia e de uma economia local capaz de compreender que a vocação econômica da Amazônia é agroflorestal e agroindustrial. Para isso, é preciso que se tenha investimento pesado em pesquisa, é preciso que os Governos Estaduais não esperem apenas pelo Governo Federal mas que tenham planos de desenvolvimento para os seus Estados, para os seus municípios, e, aí sim, vamos acabar com a política do pires na mão, ou seja, de ir ao Governo Federal pedindo alguma coisa em troca de outra. Se as demandas são justas, se as demandas são legítimas, vamos ao Governo Federal, que, independentemente de quem seja o Governador ou seu partido, deve apoiar essas demandas justas e legítimas. A Bancada no Senado pode muito bem contribuir com isso, mas o Governo Federal tem que aprender a dialogar conosco dentro do nosso espaço, acabar com essa história de que "narciso acha feio o que não é espelho".

Há uma possibilidade muito grande de termos uma referência positiva para o Brasil, não apenas dentro do País mas fora dele. E essa oportunidade se chama Amazônia. O Brasil só é considerado um País emergente porque somos detentores de megadiversidade, que tem peso, quando se reúne para discutir climas, problemas ambientais e mundiais. Então, vamos utilizar essa nossa força a fim de buscar tecnologia e, acima de tudo, trazer à nossa região o desenvolvimento.

A minha pergunta ao Ministro Parente é a seguinte: se o Governo Federal tem a disposição de fazer uma política voltada para o desenvolvimento da Região Amazônica levando em conta a questão do critério da sustentabilidade. Sem isso, não há possibilidade. Enquanto os Ministérios da Fazenda e do Planejamento ficarem atuando em separado do Ministério do Meio Ambiente, não vamos ter uma política que leve em conta a variável da sustentabilidade, a variável ambiental, e a Amazônia continuará fragmentada. Ou em grandes projetos, tão grandes que a população nem alcança, ou em atividades, embora cheias de boa intenção, embora cheias de sucesso, mas pulverizadas, por não serem capazes de absorver o imenso contingente de mão-de-obra que há hoje sobrando. E mais ainda, precisamos modificar toda a estrutura de incentivos fiscais, tudo o que temos praticado até hoje, porque muitos erros foram cometidos no passado e, a partir de agora, temos que implementar um modelo de desenvolvimento econômico que seja capaz não apenas de pegar o que já é produzido em outros países a fim de montarmos dentro da Amazônia, mas que seja capaz de absorver e transformar a nossa matéria-prima. Dessa forma, estaremos gerando riqueza e fazendo com que o Brasil dê sua parcela efetiva de colaboração no que se refere à preservação da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra ao Dr. Pedro Henrique, Diretor da FECAMA.

O SR. PEDRO HENRIQUE - Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Nabor Júnior, e todo o Plenário.

Estamos aqui na qualidade de Diretor de Agricultura e Meio Ambiente da Federação de Entidades Comunitárias do Município de Ananindeua.

Gostaria de transmitir minha visão acerca da forma como o nosso Estado vem sendo tratado pelo Governo Federal. Essa é a grande questão e a grande queixa, principalmente do povo do Norte, em especial do Pará.

É inadmissível, Sr. Senador, a política do Governo Federal com relação ao povo do Pará. Não podemos mais conviver com esse tipo de postura que vem sendo adotada pelo Governo Federal. No Norte, estamos querendo nos desenvolver, querendo aprofundar cada vez mais os nossos conhecimentos em tecnologia e em uma série de outras questões. Entretanto, o que vemos, na verdade, é o Governo Federal cortando a cada ano que passa os investimentos no nosso Estado.

Conseqüência disso é o alto índice de desemprego, a nossa mão-de-obra totalmente desqualificada e despreparada para uma eventual globalização que hoje se aproxima cada vez mais de nós.

Então, é preciso, senhores, que nós, do Norte, e em especial o povo do Estado do Pará, comece a tomar conhecimento e comece a cobrar outras atitudes principalmente dos políticos, daqueles que detêm o poder e que têm possibilidade de brigar por recursos para o nosso Estado, mas que, no entanto, preferem estar indicando empregos, indicando setores aqui do nosso Estado. Em vez de estarem fazendo isso, poderiam estar unidos lutando pela causa da região. O que queremos é a união de todos os políticos do nosso Estado, da nossa região, para que, de fato, mais recursos cheguem aqui.

Nada minha opinião, é uma vergonha que o Governador do Estado do Pará tenha que estar correndo de pires na mão - e o Presidente é do seu próprio partido. Mas S. Exª está correndo aí, parece que está pedindo esmola. Ora, está pedindo o que eles levam daqui do nosso Estado. O Governo Federal vem aqui e faz do nosso Estado, da nossa região, um verdadeiro celeiro. Chega aqui, pega o que quer e vai embora, deixando só os buracos, o que provoca a degradação do meio ambiente.

Era o que tinha a dizer, dando voz à minha revolta, para que todos possam tomar consciência da situação pela qual passamos. Nós realmente estamos bastante revoltados com o tratamento que o Governo Federal tem dado para a Região Norte, em especial ao Estado do Pará.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Com a palavra o Dr. Nilson Pinto, Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará.

O SR. NILSON PINTO - Senador Nabor Júnior, em seu nome, cumprimento todos os membros da Mesa e participantes deste seminário. Prometo ser muito breve e objetivo e terminar com uma proposta que eu gostaria que fosse ouvida com atenção pelos Srs. Senadores e Deputados aqui presentes.

O Deputado Feijão se reportou há pouco às obras de saneamento do passado, dizendo que elas são importantes. Mas é fundamental trabalhar para se construir o futuro, e é a isso que eu gostaria de me reportar.

Há um consenso, expresso pelos vários oradores que me antecederam, no sentido de que com a base econômica que a Amazônia tem hoje nós não vamos muito adiante. Com a base

extrativista que temos, sem agregação de valor aos nossos produtos, não temos muita renda a distribuir no futuro.

Parece-me que esse é um dos raros consensos que temos na Amazônia: é preciso que se invista em conhecimentos e em tecnologia. Para quê? Para que possamos, finalmente, manejar os nossos recursos naturais que são ainda hoje a base da nossa economia; para que possamos verticalizar a nossa produção, agregando tecnologia e valor aos nossos produtos; para que possamos identificar e aproveitar de forma industrial os produtos nobres da floresta, como fármacos, como cosméticos, alimentos e assim por diante.

Para isso, é preciso desenvolvimento tecnológico, ou seja, que aqui se implantem empresas de base tecnológica. Não dá para fazer isso com a base extrativista que temos hoje.

Quando há pouco o Superintendente da Sudam fez referência ao volume de investimentos em ciência e tecnologia feito na Amazônia, ele fez questão de frisar que se trata de um volume muito baixo. Concordo com ele. Se tomarmos o que estamos fazendo para o que de fato vai ser a construção do futuro da Amazônia, vamos identificar valores ridículos, eu diria. Não chega a R$10 milhões o que é aplicado em toda a Amazônia no financiamento de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - em toda essa região, que é 58% território nacional. R$10 milhões não é nada, isso é menos do que 1% do que o Estado de São Paulo investe do seu ICMS nas pesquisas desenvolvidas em seu território.

Não se pode falar em biotecnologia, não se pode falar em aproveitamento de produtos nobres da nossa região trabalhando com esses valores. Portanto, tudo será discurso se não mudarmos isso. Há chance de mudar? Há, e a chance está nas mãos, em boa parte, do Senado Federal. E aqui eu queria me valer da observação feita pelo Deputado Feijão, no sentido de que talvez pudéssemos concentrar os mandatos de cada um para que mudássemos essa situação.

Se deixarmos as coisas exatamente como estão, não vai acontecer nada. Pior ainda: vai se agravar a situação, porque enquanto a Amazônia não investe em tecnologia, o restante do Brasil está crescendo nesse sentido. O Brasil está aumentando o seu investimento em ciência e tecnologia. Hoje já aplica 0,7% do PIB e vai crescer mais. E isso se dá por conta não de recursos do Governo e sim da iniciativa privada.

O Governo Federal tem uma lei que está servindo muito bem aos Estados do Sul e do Sudeste, a Lei nº 8.661 - chamo a atenção de todos para este ponto. Trata-se de uma lei pela qual qualquer empresa, qualquer indústria pode aplicar até 8% do Imposto de Renda líquido devido em desenvolvimento de ciência e tecnologia, melhorando seu produto e sua competitividade. Isto está funcionando bem no restante do País, tem feito com que o investimento em ciência e tecnologia no País aumente. No entanto, não vale para a Amazônia, porque a grande maioria de suas empresas já é incentivada. Elas não podem abater Imposto de Renda, porque não pagam.

O que está acontecendo no País é que está se aprofundando o fosso tecnológico, não se está reduzindo nem mantendo-se as diferenças, está-se ampliando o fosso tecnológico, as nossas empresas estão perdendo competitividade enquanto as do sul estão ganhando.

Como é que se resolve isso? Resolve-se por meio de algo que já foi dito aqui e que se chama correção da política de incentivos fiscais. Se hoje 100% dos incentivos fiscais na Amazônia são para a implantação das empresas - é necessário que isso seja revisto. É necessário que, do volume total de recursos concedidos para a implantação das empresas, uma parte seja abandada para construir um fundo de ciência e tecnologia, a fim de que se aplique no desenvolvimento tecnológico da região. 100% de incentivo fiscal concedido não é o correto; que se concedam 90%, retirando 10% para constituir um fundo de desenvolvimento científico e tecnológico da Amazônia que poderia ser gerenciado pela Sudam para aplicação em projetos que gerem a tecnologia que essa região precisa para poder mudar a sua base produtiva.

Essa proposta não é nova, ela foi elaborada pelos técnicos da Sudam e já foi amplamente divulgada. Ela foi incorporada, inclusive, ao documento da Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal, aprovada pelo Conselho Nacional da Amazônia. Mas ela precisa ser implementada, e essa implementação depende fundamentalmente do Congresso Nacional.

O Senador Waldeck Ornelas, que está coordenando a Comissão de Incentivos Fiscais no Senado, esteve há dois meses conosco discutindo com os Secretários de Ciência e Tecnologia da Amazônia essa questão. A proposta foi colocada na mesa e está com S. Exª. É importante que os Senadores e os Deputados Federais da Amazônia tenham sensibilidade para discutir essa questão e fazer com que esse projeto se transforme em lei.

Não teremos condições de mudar o futuro da Amazônia se não aplicarmos em tecnologia e não teremos condições de ter recursos para isso se mantivermos a base atual, que é absolutamente insustentável. A fonte que vai fazer a mudança é o incentivo fiscal se ele for corretamente canalizado.

Peço ao Ministro Parente, aos Deputados e Senadores que considerem essa proposta e reflitam sobre ela. Ela é um dos caminhos para a redenção dessa região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Com a palavra o Secretário de Planejamento do Estado do Acre, Dr. Dalin Reis.

O SR. DALIN REIS - Ministro, autoridades presentes, em razão da escassez do tempo, serei muito breve. Apresentarei duas questões concretas.

Especialmente neste momento, Ministro, em que V. Exª também administra diariamente dificuldades quase sobre-humanas com relação à Caixa, cremos que é extremamente importante para o Governo Federal deixar muito claro o que é possível fazer na região. Os Secretários de Planejamento e Meio Ambiente de toda a Região Amazônica se reuniram por diversas vezes e encaminharam algumas propostas concretas, muito objetivas no sentido de estabelecer programas mínimos, prioridades absolutas que seria importante que se tornassem claras para, a partir daí, os governos também colocarem os seus parcos investimentos numa ação de complementariedade, para que possamos melhorar o nosso nível de investimento.

Outro ponto a que vou me referir diz respeito aos incentivos fiscais. Entendemos que é necessário, na reforma dos incentivos fiscais, priorizar um programa para apoio efetivo à pequena e média empresa. Se fizermos uma análise histórica, veremos que os recursos de incentivos fiscais, seja do FINAM ou da SUFRAMA, estão, na verdade, viabilizando grandes capitais, grandes empresas que não são da própria região, são de pessoas que não estão aqui, apesar de estarem dando uma contribuição à região. Mas hoje temos um número muito grande de pequenas e médias empresas que precisam ser beneficiadas com esses recursos fiscais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra agora ao Sr. Letício Dantas, representante da presidenta do Banco da Amazônia.

O SR. LETÍCIO DANTAS - Senador Nabor Júnior, gostaria de transmitir aqui a mensagem da Drª Flora Valadares, que teve que se ausentar - foi para Brasília - e não pôde comparecer.

Gostaria de fazer um breve comentário a respeito do formato que é dado aos agentes que cuidam dos fundos constitucionais. Todos três - Banco da Amazônia, Banco do

Nordeste e Banco do Brasil - são sociedades anônimas e têm por missão, portanto, remunerar seus acionistas. Essa aparente contradição do crédito de fomento dentro de uma sociedade anônima nos faz trabalhar dentro de um clima em que a separação dessas funções - as de um banco comercial e as de um banco de fomento - tenha que obedecer ao seguinte esquema: o banco comercial precisa sustentar o banco de fomento.

Nem sempre essa missão é muito difícil e aqui volto a uma citação do Dr. Tourinho: "A falta de articulação dos órgãos federais cristalizou conceitos". Vemos todo o esforço que a atual administração do Banco da Amazônia teve que despender para recuperar o banco, saneá-lo, para que ele pudesse voltar a esse mercado globalizado, alcançando índices efetivamente favoráveis. Em termos do Acordo de Basiléia ele não é reconhecido por pura e simples cristalização de conceitos, falta de articulação.

Aqui gostaria de fazer justiça. Foi muito difícil, durante meses tentamos um aumento de capital via Congresso - o Deputado citou as dificuldades de articulação. Foi preciso que o Executivo, num gesto isolado, tomasse a iniciativa de um gesto político muito significativo, um dos mais significativos dos últimos meses; que foi autorizar o aumento de capital para o Banco da Amazônia via medida provisória. Esse gesto faz com que o Banco da Amazônia possa trazer para a região outros recursos e não ficar apenas dependente do Fundo Constitucional do Norte. Esses índices ainda precisam ser melhor estruturados, mas eu gostaria também de ajudar e enriquecer a observação do Dr. Flecha a respeito dos saldos devedores de alguns mutuários, especialmente do FNO. É que o índice antigo desses recursos, a taxa básica, era a TR e por diploma legal, via lei, mudou para TJLP. Durante um certo período isso significou uma redução de encargos. Entretanto, durante a maior parte do ano de 1996, a TJLP ficou mais cara do que a TR - e olhem que estamos falando de dois índices que medem o custo do dinheiro, e sabemos que, na atual situação da economia, o custo de dinheiro no Brasil está muito elevado. Recentemente, em conversa com parceiros do BND, estávamos comentando que o recurso externo, se pagasse correção cambial e qualquer outra taxa de juros, hoje estaria mais barato do que o recurso constitucional em que se colocasse TJLP e a cláusula **del-credere**. Isso é um dado importante, porque a taxa básica desses recursos é crédito e, sabiamente, o legislador, quando criou o fundo, deu esse risco ao banco, à S.A., ou seja, se se frustrar o crédito, quem paga ao fundo é o próprio banco.

Por outro lado, não podemos esquecer que aqui, na região, acontecem alguns acidentes de percurso. Se o que estava programado não se instala a tempo, aquela indústria de laticínios não se instala, e todos os produtores da região também vêem suas perspectivas frustradas. E quem financiou esses produtores e essa indústria foi o Banco da Amazônia, que também não vai receber isso.

Então, essa articulação de que o Dr. Tourinho está falando é indispensável e necessária para que esse pequeno componente do desenvolvimento, que seria o crédito, possa ser feito com proficiência.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Encerrada a lista de oradores, antes de conceder a palavra ao Dr. Pedro Parente para fazer as suas considerações finais, desejo formular um apelo a todos aqueles que participaram do debate desse último painel, nessa primeira fase do nosso seminário, para encaminharem ao relator da Comissão, Senador Ademir Andrade, os trabalhos que foram aqui apresentados, valiosas contribuições ao relatório que o Senador Ademir Andrade vai apresentar à Comissão da Amazônia até o final dos seus trabalhos.

Portanto, vamos ouvir agora a palavra do Dr. Pedro Parente. Após a sua participação, ao final, vamos liberar todos os presentes para o almoço e voltaremos a nos reunir às 15 horas para a segunda fase do nosso seminário.

Com a palavra, o Dr. Pedro Parente.

O SR. PEDRO PARENTE - Obrigado, Senador Nabor Júnior.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que tinha anotações sobre todas as perguntas. Naturalmente, tenho que registrar muitas delas, mas não posso dar uma resposta imediata, até mesmo porque a questão do tempo me impede fazê-lo.

Todavia, vamos levar as questões ao Governo Federal, porque aqui represento o Ministério da Fazenda, e muitas perguntas não lhe dizem respeito.

Um outro ponto que gostaria de registrar é que já participei de outras apresentações no Congresso Nacional - já estive algumas vezes no próprio Senado -, mas esta foi a primeira participação em um evento do Senado Federal aberto a outras pessoas que não os próprios Parlamentares, experiência que, pelo menos no que me diz respeito, considerei extremamente válida, por ser possível escutar pessoas de fora, como representantes de municípios, que trazem aqui o seu depoimento pessoal com relação aos problemas que vivem.

É claro que, muitas vezes, posso ter uma opinião divergente ou posso ter justificativas para as questões que ali coloco, mas é sempre importante para nós, que somos - aquilo que sempre se diz - os tecnocratas ou os burocratas sentados a mesas confortáveis, em Brasília, no ar condicionado, termos condição, de vez em quando - e, dessa vez, graças a essa oportunidade dada pelo Senado Federal -, de escutar e de receber diretamente essas preocupações.

Vou passar rapidamente, então, pelas observações.

Em primeiro lugar, tivemos o Dr. Flecha Ribeiro, que fez várias propostas. Inicialmente, gostaria de dizer que, sob meu ponto de vista, acho absolutamente relevante que se possa continuar esse trabalho, que já se iniciou.

Todavia, sinto que, pelas colocações aqui feitas, ainda é muito deficiente e incipiente o apoio do Governo Federal às obras de infra-estrutura na região.

Percebi, de todas as colocações, quase que um consenso generalizado dessa observação, assim como também senti um consenso quase generalizado de ponderações - utilizaria uma palavra mais forte: reclamações - contra a chamada Lei Kandir.

Já que entrei no assunto Lei Kandir, aproveito para fazer meus comentários com relação a essa proposição. Em primeiro lugar, gostaria de lembrar que não foi uma decisão do Governo Federal ou do Poder Executivo. Muitas vezes, parece que isso foi uma decisão do Poder Executivo, dando a entender que foi uma determinação por decreto ou mesmo por medida provisória. Entretanto, decorreu de aprovação de uma lei complementar, que requer **quorum** qualificado no Congresso Nacional.

Um outro ponto para o qual gostaria de chamar a atenção, relativamente a essa lei, é o fato de que ainda não tem um ano que ela foi implementada. Portanto, os seus resultados ainda são muito precários para efeito de uma observação, embora se reconheça que há perdas, sim, que não foram compensadas pelo mecanismo da lei, porque o mecanismo não foi o de compensação direta das perdas, mas um mecanismo denominado de seguro, cujo objetivo é dar a cada um dos Estados a garantia de que abaixo de um determinado nível a sua receita não desce, e o que descer abaixo desse nível o Governo Federal recupera.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Dr. Parente, é importante a sua manifestação sobre essa questão, porque para nós ela é extremamente relevante. Não é só o fato da perda, que pode até vir a ser corrigida. De qualquer forma, o Governo está retirando dinheiro do Tesouro para compensar uma perda. O que nos preocupa, acima de tudo, além da perda, evidentemente, é que,

para corrigir uma dificuldade que o Governo está tendo na balança comercial para manter a política do Real, ele apela para uma desoneração que é desestimuladora da industrialização.

Esse é que é o grande mal, Dr. Parente.

Queríamos que o senhor dissesse se essa lei é ou não desestimuladora da industrialização no nosso País. Quando deixamos que produtos semi-elaborados pagassem imposto no nosso País, o nosso objetivo foi estimular a industrialização; mas se o Governo agora retira esse tipo de coisa... Eu sei que foi uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, mas V. Exª sabe melhor do que eu a força que tem o Poder Executivo no Congresso Nacional, e a lei foi de iniciativa desse Poder.

V. Exª saber que hoje Governadores e Prefeitos são contra o Fundo Social de Emergência e o Fundo de Estabilização Fiscal, mas na hora passa.

Então, queria que V. Exª analisasse as implicações para a política industrial do Brasil e, especialmente, para a nossa Amazônia.

O SR. PEDRO PARENTE - Bem, Senador, em primeiro lugar, defendo a observação e a necessidade de comentar esse ponto.

Gostaria de lembrar o fato de que estamos vivendo - isso foi muito mencionado pelo Senador Coutinho Jorge - um período de globalização. O fato é que, de nossa parte, não adianta tentarmos estimular a industrialização por onerar a exportação de produtos semi-elaborados, se nenhum país do mundo faz isso. Então, é um problema muito mais sério do que esse. O que temos que fazer é trabalhar, conforme mencionou o Senador Coutinho Jorge, e, dentro de políticas nacionais, tentar compensar problemas localizados ou internamente provocados por essa política. Quero dizer para V. Exª - aliás, é importante mencionar, é o dado que nós temos e posso deixar uma cópia com a Secretaria - que as exportações de produtos manufaturados, essas sim, já estão representando 60% da nossa pauta de exportação.

Aqui estão todos os dados desde 1993. Podemos notar que, ainda quando prevalecia a taxação dos produtos semi-elaborados, não houve crescimento da exportação desses produtos, enquanto houve crescimento da exportação dos manufaturados.

Então, entendo o seu ponto de vista; acho que ele faz sentido se não estivéssemos expostos a uma concorrência como a que o País está, e que não adianta gostarmos ou não disso; é um fato concreto. A não ser não gostar, temos que lidar com isso. Acho que o mecanismo não seria trazer uma diferenciação negativa para os produtores brasileiros, e sim trabalhar com mecanismos de compensação que possam resolver essa questão regional, que acho que está bem colocada.

Portanto, isso, inclusive, responde uma colocação que V. Exª fez, de que não seria o caso de revogarmos ou suspendermos eventualmente os mecanismos da Lei Kandir. Quero dizer a V. Exª que tenho convicção muito plena de que não é o caso, porque isso vai, sim, prejudicar o País e também os produtores de produtos semi-elaborados da Região Amazônica. Aí, dou razão a outra argumentação, que sustenta que o Governo Federal precisa trabalhar mais de perto no sentido de fazer com que melhorem as condições de agregação dos produtos aqui produzidos. Isso é fundamental. Esse é um dado extremamente relevante. De fato, quero me associar às reclamações e às ponderações de que não faz sentido a região produzir a energia e o minério que produz e, no entanto, não ter aqui agregações. Novamente, quero dar razão ao Deputado Feijão.

Se V. Exª, Senador, me permite expressar uma opinião pessoal, a atuação política da região não foi tão eficiente como tem sido a de outras regiões. É um ponto de vista pessoal, aqui não falo em nome do Governo Federal. Expresso meu ponto de vista como cidadão, deixando-o como contribuição pessoal a este debate. Pelo menos no âmbito do Ministério da Fazenda, sinto que a atuação política das Bancadas do Norte não têm sido tão efetivas como tem sido a de outras regiões. Não quero polemizar, mas dar o meu testemunho pessoal, no meu dia-a-dia, no Ministério da Fazenda.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Acho que V. Sª tem razão, mas não sei se os países industrializados do Primeiro Mundo exportam os produtos semi-elaborados como nós exportamos. Essa é que é a grande questão.

O SR. PEDRO PARENTE - Veja, Senador: temos concorrência aí não apenas de países industrializados, mas de vários países, inclusive de produtores de produtos semi-elaborados, como os agroindustriais e tantos mais. Então, é uma competição em que estamos inseridos e, novamente, não adianta gostarmos ou não disso; é um problema muito sério. O que temos que fazer é trabalhar com esses mecanismos, a fim de que as regiões menos favorecidas possam se aproximar das favorecidas. Infelizmente, não é o que nós vimos, pelo menos recentemente, no que se refere à Região Norte.

Voltando às questões apresentadas pelo Dr. Flecha Ribeiro, há uma série de sugestões que eu vou levar, algumas bastante concretas. Há, porém, duas que eu gostaria de comentar, e que ele sentiu que eram bastante polêmicas, deixou-as por último, separando-as.

A primeira é a questão da conversão direta da dívida em processos produtivos na região. Em primeiro lugar, quero dizer que não há impedimentos a isso. Deveríamos fazer um mecanismo de conversão de dívidas em que as dívidas com desconto, como por exemplo, a dívida brasileira, que hoje está sendo negociada com desconto no mercado internacional, pudessem ser, a valores nominais, investidas na região. Mas isso é um subsídio. E a forma de trabalhar com subsídios é explicitá-los no orçamento, seja no orçamento de renúncias fiscais, seja no próprio orçamento da União. Aí, talvez, o melhor fosse não utilizar esses recursos dessa forma, porque isso fica a critério do investidor, mas utilizar esses recursos segundo as prioridades que venham a ser discutidas no próprio Congresso Nacional, o que será uma alocação de um recurso que é escasso. Portanto, pode não ser essa a melhor utilização.

Com relação à questão da política cambial diferenciada, a experiência histórica já mostra que esses mecanismos diferenciados causam muitas distorções e são de dificílimo controle. Portanto, não creio que a solução seja por esse mecanismo também, apesar de entender a lógica das propostas apresentadas.

O meu colega Mauro Costa, da Suframa, fez algumas colocações e duas sugestões. Uma delas, aliás, é quase um consenso, diz respeito aos financiamentos do BNDES. Devemos ter um representante do Ministério do Planejamento, mas tenho um trabalho muito intenso com o Presidente do BNDES e vou levar a ele essa questão, porque, de fato, esse problema já foi colocado quando estive na Federação das Indústrias. Quer dizer, não adianta ter disponibilidade de linha se essa linha não é utilizada. Fica muito bonito dizer que tem R$ 1 bilhão por ano para gastar na Amazônia se essa linha, infelizmente, não é utilizada por uma série de fatores, dentre os quais a burocracia, a dificuldade dos agentes financeiros em aplicar etc.

Então, mecanismos específicos têm que ser pensados. Concordo com isso e vou levar essa questão ao Presidente do BNDES.

Quanto à questão de condições de igualdade entre compras de produtos do País no exterior, não conheço o assunto em profundidade, mas vou levar como sugestão, Mauro, e vamos trabalhar nesse aspecto.

Outro companheiro de Governo, o Dr. Tourinho, da Sudam, fez aqui algumas observações importantes. Também

quero colocar com dúvida minha a questão de articular e mobilizar os órgãos federais na Amazônia. Pode ser que os instrumentos existentes não estejam compatíveis com as necessidades da região, mas o fato é que existem vários instrumentos à disposição da Amazônia para aplicação. O que falta talvez seja uma melhor articulação, uma melhor redefinição desses instrumentos, entre os quais se coloca a questão dos incentivos fiscais, que é uma proposta que não foi apenas colocada pelo Dr. Artur Tourinho, mas também por várias outras pessoas. Penso que isso é fundamental. Achei muito interessante a proposta com relação aos incentivos para ciência e tecnologia. A princípio, não consigo ver nenhum defeito nessa proposta. De nossa parte do Ministério da Fazenda, não teremos nenhum problema em apoiá-la. Creio que ela seja extremamente relevante.

Quanto à questão do Banco do Brasil, quero dizer que tenho comigo um companheiro do Banco do Brasil e vamos tomar providências com relação a essa questão e entender onde é que estão os problemas. Precisamos de mais sugestões para saber exatamente qual é o problema que o senhor está sentindo ou que sente a região em relação à participação do Banco do Brasil. Do BNDES já conhecia, o senhor comentou também a questão do BNDES, mas o Banco do Brasil, especificamente, gostaria de receber detalhes, o que está faltando concretamente na ação do Banco do Brasil, o que podemos fazer, porque aí, sim, é exclusivamente área do Ministério da Fazenda, e temos que trabalhar em relação a isso.

Ciência e tecnologia, o senhor comentou e foi comentado também pelo nosso Secretário do Pará.

Quanto a investimento em educação, não tenho qualquer discordância, exceto ao aspecto que o senhor mencionou de que é necessário fazer investimento no quarto grau. Nossa prioridade talvez seja mais a educação básica, dada a informação que temos de que o trabalhador brasileiro se coloca em desvantagem com qualquer trabalhador de países que concorrem com Brasil, no que se refere a anos de escolaridade. Possivelmente há uma concordância com relação à necessidade absoluta do investimento na educação, mas uma discordância com relação à prioridade. A minha prioridade não seria o quarto grau.

O Senador Ademir Andrade fez várias colocações. Penso que, em primeiro lugar, os dois objetivos da Comissão são perfeitos. Foi bom para mim, porque desconhecia esses dois objetivos.

Com relação à reclamação da presença dos Ministros, o que posso dizer é que, de minha parte, procurei, com pouco tempo disponível, trazer os dados que pude reunir e coloco-me à disposição para continuar esse debate em Brasília. Se for necessária a nossa presença lá, estou à disposição para que possamos aprofundar os dados e preparar outros.

De fato, procurei fazer uma apresentação técnica porque não me sentia em condições de fazer uma apreciação política do assunto, Senador. Então, se houve essa falha, quero reconhecer que foi quase intencional. Entendi que minha função aqui seria melhor desempenhada se eu pudesse trazer dados e informações e levar essas reclamações e sugestões a Brasília, com o que me comprometo de imediato.

Já mencionei a questão dos dados da exportação. A questão da Lei Kandir é muito complexa e estamos trabalhando nela. Recentemente, foi aprovado na Comissão mista de Orçamento do Congresso um crédito adicional que vai permitir complementar... **(Interrupção na gravação)**, ...corrigir algumas distorções da implementação da Lei Kandir. No entanto, desde já, sei que não atende ao pleito dos Estados que sofreram perdas efetivas com a Lei Kandir.

De novo, a questão do valor agregado. O senhor mencionou a questão da madeira bruta. Creio que, de fato, esse é o problema na Região. Creio que o trabalho deveria ser feito e deveríamos evitar que essas coisas continuassem acontecendo, evitando que saia daqui um minério de ferro sem agregação de valor, sem beneficiamento.

Enfim - e aí é uma questão pessoal, não é uma crítica ao Governo que represento, porque é um problema que vem de vários e vários anos - é muito difícil que alguém entenda que, em Tucuruí, no Pará, haja problema de energia elétrica. Também quero me associar àqueles que não entendem isso, embora diga, com muita tranqüilidade, que não considero isso uma crítica ao Governo, pois é um problema que vem de decisões do passado.

O Senador Coutinho Jorge mencionou a questão - já passei sobre várias questões que ele mencionou, concordando com a maioria delas - de que ou lidamos com a globalização, no sentido de nos prepararmos para ela, ou seremos um País permanentemente atrasado. Temos que tratar a questão da Amazônia por uma série de razões que já comentei aqui.

Quanto ao que falou o Deputado Antonio Feijão, já me manifestei sobre as manifestações que fez.

Não haveria outra resposta com relação aos comentários da Senadora Marina Silva quanto a se o Governo Federal tem disposição de fazer política na Amazônia que leve em conta a sustentabilidade. Também concordo, porque não há outra possibilidade. E, neste caso - temos aqui um companheiro do Ministério do Meio Ambiente -, o que podemos fazer é levar essa concordância, porque também reconheço que muito há de intenção ou de declaração de intenções, mas muitas vezes é difícil que consigamos concretizar essas propostas.

Quanto às colocações do companheiro Pedro Henrique - não entendi de qual município do Pará ele era Diretor de Agricultura e Meio Ambiente -, apenas queria repetir que entendo sua revolta, porque ele colocou mesmo um tom de revolta em suas observações, gostaria que ele considerasse que não nos falta, pelo menos da minha parte, da parte da equipe do Ministério da Fazenda, vontade de acertar, de procurar fazer o melhor. Muitas vezes somos incompreendidos, mas atribuo um pouco dessa revolta à incompreensão, que considero normal.

Quanto à colocação do Secretário Nilson Pinto, já comentei a proposta de Minas sobre ciência e tecnologia. O Secretário de Planejamento do Acre também comentou a questão dos incentivos fiscais, mencionando a necessidade de um apoio efetivo à pequena e média empresa. Também não tenho qualquer discordância com relação a isso.

E na questão colocada pelo nosso Diretor Letício, do Basa, gostaria de mencionar que a proposta de transformação dos encargos de TR para TJLP foi, na ocasião, levada a toda a Região. Quer dizer, não foi uma iniciativa do Governo Federal. É claro que, no momento em que foi colocada a proposta, a TJLP era inferior a TR, o que depois se inverteu. Isso é algo que poderá ser rediscutido em um fórum adequado, nos conselhos que tratam dessa questão.

Muito obrigado, Senador. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - A Presidência, em nome de todos os Membros integrantes desta Comissão, autoridades aqui presentes, representando os diversos Estados da federação, da Amazônia especialmente, expressa os sinceros agradecimentos ao Dr. Pedro Parente pela sua participação neste Seminário, como também pela excelente exposição que ele fez e pelas considerações finais que ele expediu a respeito dos questionamentos.

Muito obrigado ao Dr. Pedro Parente e a todos aqueles que, com a sua contribuição pessoal, com a sua presença, contribuíram para o sucesso desta primeira fase de trabalho.

Convoco os presentes para a segunda fase da reunião, às 15 horas.

Está encerrada a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Está reaberta a reunião.

Vamos dar prosseguimento aos trabalhos do nosso Seminário, iniciado na manhã de hoje, com a palestra do Dr. Pedro Parente, representante do Ministério da Fazenda.

Nesta segunda fase do programa, consta a exposição do Dr. Seixas Lourenço, representando o Ministro Gustavo Krause, do Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal. O tema a ser discorrido pelo Dr. Seixas Lourenço é Desenvolvimento, Meio Ambiente e Exploração Florestal.

Antes que o Dr. Seixas Lourenço inicie a sua exposição, convido a fazer parte da mesa, o Governador de Rondônia, Valdir Raupp; o representante do Governador do Pará; demais representantes de governadores e de prefeitos da Amazônia; Senador Ademir Andrade, Relator da Comissão; Senadora Marina Silva, Vice-Presidente da Comissão, Senador Sebastião Rocha, também é convidado para participar da Mesa, juntamente com o Senador Gilvam Borges.

Queremos comunicar que, em virtude, da temperatura estar um pouco elevada no recinto, quem quiser tirar o paletó poderá fazê-lo. Não há nenhuma inconveniência nisso.

Concedo a palavra ao Dr. Seixas Lourenço, para discorrer sobre o tema para o qual foi convidado.

Antes, pediria permissão ao Dr. Seixas Lourenço para convidar o Sr. Claudionor Alexandre Barbosa da Silva, Presidente do Grupo de Trabalho da Amazônia, para tomar assento à Mesa, e o representante da Contag também.

O SR. SEIXAS LOURENÇO - Exmº Sr. Senador Nabor Júnior, Presidente da Comissão Especial sobre a Amazônia, Sr. Senador Ademir Andrade, Relator desta Comissão, Srª Senadora Marina Silva, Vice-Presidente, Senadores Gilvam Borges, Sebastião Rocha, Sr. Governador do Estado de Rondônia, Valdir Raupp, demais Senadores, demais prefeitos, demais autoridades federais, estaduais e municipais, senhores representantes da sociedade civil organizada, meu prezado Artur Tourinho, Superintendente da Sudam e nosso anfitrião, em nome do Ministro Gustavo Krause e em meu nome pessoal, nossas cordiais saudações a todos os participantes deste Seminário sobre Desenvolvimento Social e Econômico da Amazônia.

Queremos nos congratular com a Comissão Especial do Senado para Assuntos da Amazônia, pela iniciativa de trazer esse debate aqui para a própria Região Amazônica, em particular para a sede da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

Em dezembro passado, tivemos oportunidade de apresentar, perante a Comissão Especial da Amazônia, a política nacional integrada para Amazônia, ocasião em que tivemos oportunidade de lançar alguns trabalhos, algumas obras, inclusive aquela referente à energia na Amazônia.

É com grande prazer que, neste momento, aproveitamos a oportunidade para fazer um relato sobre os avanços na implementação da política nacional integrada. Gostaria de dizer que está à disposição dos senhores, temos vinte exemplares, um Kit Amazônia, em que temos o documento da política nacional integrada; a Agenda 21 para a Amazônia, um documento sobre a execução de zoneamento ecológico e econômico pelos Estados da Amazônia Legal e uma publicação feita conjuntamente com o Sebrae, algo produzido pelo Sebrae/AC, que são produtos potenciais da Amazônia, opções de investimentos em produtos florestais não-madereiros.

Gostaria de fazer essa minha apresentação por meio de uma série de transparências. Não sei se seria mais interessante os senhores tomarem assento de tal maneira que pudéssemos ter uma visão melhor.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Convido os integrantes da mesa principal para tomarem assento na bancada, a fim de assistirem melhor à exposição que o Dr. Seixas Lourenço fará, por meio de transparências.

O SR. SEIXAS LOURENÇO - Gostaria de começar resgatando um pouco os esforços que vêm sendo feitos nos últimos anos, particularmente a partir do final 1993, com relação à definição de uma política nacional integrada para a Amazônia. Conforme se recordam, no final de 1993, foi criado um Ministério Extraordinário para a Amazônia e, em seguida, um Conselho Nacional para a Amazônia Legal; conselho este que se encarregou, ao longo de 1994, de elaborar um documento básico sobre a política integrada para a Amazônia.

Logo no início do Governo Fernando Henrique Cardoso, o Presidente veio à Região Amazônica, teve uma reunião com os Governadores e, no dia 31 de março de 1995, ocasião em que foi entregue ao Presidente da República a Carta dos Governadores da Amazônia, que, na realidade, em grande parte, serviu como base para o documento Política Integrada para a Amazônia, que veio a ser aprovada em julho de 1995.

Os Governadores dizem que estão conscientes da importância dos seus ecossistemas e por isso têm a honra de comunicar a V. Exª que estão dispostos a conciliar suas ações à política de conservação do meio ambiente, dentro do esforço mais amplo de promoção da melhoria das condições de vida das populações da região.

Ainda nesta mensagem, que vem assinada por todos os Governadores, são destacadas as notáveis potencialidades da Amazônia que representa, de um lado, um fator estratégico a ser mobilizado em favor de um projeto nacional de desenvolvimento social e regionalmente equilibrado e, de outra parte, a região oferece um singular espaço para respostas ao desafio contemporâneo de explorar o extraordinário capital natural disponível de forma sustentável, compatibilizando as dimensões ambientais, sociais e econômicas do desenvolvimento, seja a tese fundamental do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Afirmaram os Governadores que é indispensável que as ações empreendidas na Amazônia sejam norteadas por princípios éticos claros que respeitem o direito ao desenvolvimento do homem e o meio natural conservado que possa ser legado às gerações futuras. Nossas ações deverão ser balizadas pelo zoneamento ecológico-econômico que constituem importante instrumento de planejamento e desenvolvimento do território amazônico. Deverei, mais adiante, me reportar ao esforço que vem sendo feito no sentido de que esse zoneamento seja cada vez mais conduzido pelos próprios Estados da região Amazônica.

Mencionam ainda os Governadores que, irmanados nessa tese, que não é mais possível conceber-se um modelo de ocupação que sacrifica a fauna e a flora da região e deixa de promover o desenvolvimento pleno das populações locais. Nada justifica o preço da destruição da nossa diversidade biológica, patrimônio nacional de inestimável valor científico, cultural e econômico. Por isso os Governantes da região propugnam o direito de todos à vida digna em seu hábitat, às populações indígenas, às minorias étnicas, à mulher amazônica, enfim, a todos os cerca de 17 milhões de brasileiros que ocupam a Amazônia sem depredar.

Concluindo, então, essa mensagem dos Governadores, menciono que estão alerta para o perigo de que os nossos compatriotas amazônidas, os guardiões da floresta, tornem-se agentes predadores ante o quadro econômico e social desfavorável em que vivem, marcados por dificuldades de infra-estrutura e ameaçados por práticas econômicas ilegais.

Os Governadores da Amazônica querem o resgate dessas populações dentro de um política de co-responsabilidade entre a União, os Estados e os municípios com a participação da sociedade civil em geral, pois entendem que não há fator mais

predador do meio ambiente da vida em sociedade do que a pobreza.

Nessa visão global, os nove Estados da Federação mencionados dizem que é uma tarefa para os nossos dias, já não pode ser mais postergada às gerações futuras. Nesse sentido querem juntar as suas vontades, esforços para, juntamente com o Governo, levar adiante um projeto amazônico, começa a falar num projeto amazônico que seja objeto de orgulho de toda a nação. Dessa forma clara e consistente, os Governadores que assinam essa carta de princípios assumem o firme compromisso de cumprir tais postulados e um esforço de conciliação da conservação da natureza e da promoção do desenvolvimento a que têm direito os Estados que compõem a Amazônia Legal. Aqui claramente sinalizando o imenso caminho que existe entre duas posições extremas: a da preservação a qualquer preço da Amazônia, ou a sua ocupação a qualquer preço.

Essa carta vem assinada por todos os Governadores, datada de 31 de março, e entregue ao Presidente naquela ocasião.

Nessa mesma ocasião, vale destacar o início de uma série de parcerias com os vários atores sociais na Amazônia. Em março, por ocasião da visita do Presidente, promoveu-se uma primeira de uma série de parcerias com os vários atores sociais na Amazônia.

Em março, por ocasião da visita do Presidente, promoveu-se uma primeira reunião dos Secretários de Planejamento e Meio Ambiente dos nove Estados da Amazônia Legal. Esse conjunto de secretários acabou se constituindo num fórum permanente, que se instalou em maio de 1995, numa reunião realizada em São Luís, o que contribuiu para a elaboração de uma política integrada para a Amazônia. Destaquei um dos aspectos enfatizados pelos secretários no sentido de que a região deve ser encarada pelo conjunto de oportunidades ditadas por suas potencialidades, em especial pela riqueza de sua biodiversidade e reservas minerais não convencionais, como estratégicas para inserção do Brasil no novo paradigma tecnológico que se desenha na economia mundial.

O mesmo se observa em relação às vantagens comparativas de recursos tradicionais de que dispõe a região, os quais, se explorados de forma sustentável e integradas às cadeias produtivas, como é o caso do turismo, da indústria sidero-metalúrgica, da indústria madeireira, da agroindústria, poderão representar efetivas oportunidades de geração de riqueza aos seus habitantes e ao País como um todo.

Vale destacar uma outra parceria importante e atuante que é o Grupo de Trabalho Amazônico, que aqui está representado pelo seu Presidente, o Sr. Claudionor, que participará desse painel como um dos debatedores. O grupo foi criado em junho de 1991 e hoje congrega mais de 300 entidades da região amazônica, tendo por objetivo promover a participação da sociedade civil, prioritariamente das comunidades de base, no processo de desenvolvimento sustentável, social, econômico e ambiental da Amazônia.

O GTA vem propondo políticas públicas coerentes para uma Amazônia sustentável e vem participando ativamente do programa piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil desde 1991. Nós teremos oportunidade, mais adiante, de nos referirmos ao programa piloto.

Gostaria de destacar também, naquela mesma oportunidade, ao longo do primeiro semestre de 1995, a contribuição dada pela Bancada Parlamentar da Amazônia Legal. Parece-me que foi constituída no final de 1994 - o Deputado Antonio Feijão pode me corrigir. A primeira reunião foi realizada ainda no final de 1994 e, ao longo de 1995, foram realizados alguns encontros. No encontro da Bancada em Porto Velho, 03 e 04 de junho, foi enviada, então, uma mensagem ao Presidente da República, na medida em que teríamos no mês seguinte, em julho, uma reunião do Conselho Nacional da Amazônia.

Dizem os componentes da Bancada que a Amazônia Legal há décadas vive a esperança de um dia ser integrada ao processo de desenvolvimento social, econômico e cultural, experimentado pelas diversas regiões do País e a esperança, que se transformou em confiança, no momento em que V. Exª assumiu o comando político-administrativo, mantendo como prioridade um compromisso assumido ainda em campanha: reduzir as desigualdades regionais e reintegrar a Amazônia ao crescimento da Nação.

O documento ainda enfatiza que se decidiu criar a Bancada Parlamentar. Trata-se de um bloco suprapartidário nascido da vontade política de lutar pela defesa dos legítimos interesses das populações amazônicas.

Esse documento ainda enfatiza que, ao final de dois dias de profundos debates e reflexões, onde diversos segmentos da sociedade amazônica trouxeram importantes contribuições, concluímos que nenhuma medida pode ser mais urgente para a Amazônia do que a adoção imediata de uma política de desenvolvimento clara e concreta.

Foi da convergência dessas várias manifestações dos diferentes atores sociais que se elaborou a política nacional integrada para a Amazônia, cujo documento vem apresentando uma mensagem presidencial que destaca que a Amazônia não é apenas um repositório de recursos naturais a serem explorados ou ainda um santuário de diversidade biológica a ser preservado. A Amazônia é uma realidade social, cujas necessidades humanas precisam ser devidamente consideradas e atendidas. Trata-se de um patrimônio físico, humano, material e cultural, indispensável à consolidação de um harmonioso - fala-se novamente aqui - Projeto Amazônico, concebido e conduzido por brasileiros.

Menciona ainda o Presidente que a política nacional integrada, aprovada pelo Conselho Nacional da Amazônia Legal - Conamaz, em 14 de julho de 1995, constitui a base de um ousado projeto amazônico que meu Governo levará a cabo nos próximos anos. Buscaremos uma estreita colaboração dos demais países situados na região, para tornar o conceito de desenvolvimento sustentável uma realidade capaz de trazer mais prosperidade e justiça para os povos amazônicos.

Com isso estou honrando o compromisso que assumi com a Nação brasileira de enfrentar com realismo e eficácia a questão de conciliar a conservação da natureza e a promoção do desenvolvimento.

Ou seja, há uma percepção muito clara, eu diria, por parte da sociedade regional e da sociedade nacional, sobre a importância desse desafio de promover um desenvolvimento que concilie com a conservação da natureza.

Gostaria de destacar aqui também o aspecto referente à colaboração com os demais países situados na região amazônica, que também era algo absolutamente de consenso de todos os atores, a necessidade de uma integração cada vez maior do Brasil com os demais países amazônicos.

A Bancada Federal da Amazônia inclusive menciona o Merconorte, assim como uma espécie de uma contraposição ao Mercosul, que seria justamente uma maior integração dos países que compõem o Tratado de Cooperação Amazônica.

É importante não perdemos de vista, eu diria, o avanço que nós tivemos institucional com a criação do Conselho Nacional da Amazônia Legal - Conamaz, que é um órgão colegiado de assessoramento, superior ao Presidente da República em assuntos relacionados à Amazônia Legal, instituído, conforme mencionei antes, em 1993, ao tempo em que se criou o Ministério Extraordinário da Amazônia. É um Conselho único, composto por todos os Ministros de Estado e pelos Governadores dos Estados que compreendem a Amazônia Legal. Tem dentre as

suas competências a coordenação e a articulação das ações da política nacional integrada em conjunto com os Governos estaduais e municipais, obviamente considerando as várias dimensões fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Também tem como competência a coordenação e a harmonização das ações dos órgãos federais voltados para a execução da política nacional integrada para a Amazônia Legal.

As reuniões do Conamaz são convocadas pelo Presidente e por ele presididas, e a secretaria executiva é exercida pelo Secretário de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal.

O grande esforço está sendo feito ao longo desses dois últimos anos. Justamente como operacionalizar toda essa engrenagem da política nacional integrada, que tem como diretrizes fundamentais aqui indicadas a reorientação do crescimento econômico, a reorientação da estrutura produtiva, a integração interna e a externa e a valorização humana e social.

O que estamos procurando fazer ao longo desses últimos anos é trabalhar com grupos intersetoriais. Na realidade, nós estamos evitando a denominação de grupos interministeriais, porque, desses grupos intersetoriais, também fazem parte representantes dos Estados da Amazônia Legal.

Nós estamos trabalhando com três grupos intersetoriais, um para cada um dos grandes temas. Por exemplo, a reorientação do crescimento econômico é um grupo que é coordenado pelos Ministérios do Planejamento e da Economia, que designaram respectivamente a Sudam e o Basa para fazerem esse trabalho de coordenação. A integração interna e externa é coordenada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, juntamente com o Ministério das Relações Exteriores. E a valorização humana e social pelo Programa Comunidade Solidária, juntamente com o Ministério da Saúde, através da Fundação Nacional da Saúde.

Todos esses grupos têm o apoio de um núcleo de apoio às políticas integradas para a Amazônia, que foi criado no ano passado, que vem se consolidando ao longo desse ano, do qual fazem parte algumas pessoas do quadro permanente da secretaria e um certo número de consultores permanentes. Só para dar uma idéia, no caso da reorientação do crescimento econômico é o Dr. Armando Mendes, um dos maiores especialistas em assuntos relacionados à Amazônia. No caso da integração interna e externa, o Dr. Raimundo Caramuru, e valorização humano-social, Drª Berta Becker. Fora isso temos um conjunto de consultores, por prazo determinado, cujo objetivo, justamente, é apoiar os grupos intersetoriais no que se refere a anais, a propostas, a definição, diretrizes de programas, de projetos e legislação.

Encontra-se agora em fase de consolidação uma base compartilhada de informações sobre a Amazônia Legal. As informações sobre a Amazônia são muitas, mas muito dispersas, muito fragmentadas num grande número de organismos, tipo: IBGE, Ipea, CPRM, IMP, enfim, dados disponíveis em nível das Secretarias de Estado, em nível Federal.

Está sendo feito um grande esforço no sentido de constituir uma base. Já temos a primeira base instalada, uma base inclusive georeferenciada em nível de municípios, ou seja, de cada município da Amazônia você pode ter os dados, seja na área econômica, seja na área social.

Devo dizer-lhes que, no meu entendimento, o grande desafio que temos - aqui hoje se falava muito, a palavra de ordem acho que foi articulação - falta mais articulação. A impressão que tenho é que há um grande consenso em termos da concepção dos caminhos a seguir. Está faltando, na realidade, uma capacidade maior nossa de articulação. Inclusive confesso que as dificuldades são até maiores de articulação em nível dessa engrenagem dos vários ministérios federais, do que até mesmo articulações com os atores sociais da região. Quer dizer, hoje temos uma articulação muito boa, como, por exemplo, com os Estados através do fórum de secretários estaduais de planejamento e meio ambiente.

Há também um trabalho muito próximo, muito produtivo com o Grupo de Trabalho Amazônico - GTA.

Em nível da comunidade científica, dispomos de uma comissão coordenadora regional de pesquisa para a Amazônia, inclusive com plano de ciência e tecnologia para Amazônia, que pouco a pouco vem deslanchando.

Mais recentemente, estamos instalando um fórum empresarial para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, do qual fazem parte todos os presidentes das Federações de Indústria, Comércio e Agricultura, ou seja, estabelecer essa interlocução com o setor empresarial.

Tenho certeza que o sucesso da implementação da política vai depender, em grande parte da nossa capacidade de articulação, através de grupos intersetoriais.

Fizemos também um grande esforço naquela ocasião, ao longo dos meses de maio, junho e julho, no sentido de que aquelas diretrizes da política nacional integrada para a Amazônia pudessem ter o rebatimento no plano plurianual, que estava sendo, naquele momento, elaborado sob a coordenação do Ministério de Planejamento. Não foi fácil porque a política, na realidade, só foi aprovada pelo Conamaz em 14 de julho, quando já se encontrava bastante avançada a discussão referente ao plano plurianual.

Ainda assim houve um esforço coordenado aqui pela própria Sudam, do qual participaram já o fórum de secretários, planejamento, meio ambiente, o Banco da Amazônia, a Suframa e a nossa própria coordenação; tendo como base as prioridades estabelecidas no plano de desenvolvimento da Amazônia, cuja vivência está terminando agora. Mas que estava em vigência naquele momento.

Essa própria proposta do plano plurianual já incorporava as diretrizes da política nacional, integrada para a Amazônia Legal. Ou seja, esse PPA da Amazônia consubstancia um elenco de projetos considerados estratégicos, visando catalisar os esforços e investimentos dos diversos níveis governamentais.

Procurávamos não só no documento da política como na discussão do plano plurianual tentar identificar as diversas fontes de recursos financeiros, como o Fundo Constitucional do Desenvolvimento do Norte. Fazia-se uma série de proposições sobre a necessidade de se reforçar o PIN/Proterra, que já foi, nos últimos anos, instrumento importante de promoção do desenvolvimento. Insistíamos com a necessidade de rever, de desobstruir as dificuldades que vinham sendo encontradas, no que se refere à aplicação dos recursos do BNDES, recursos esses que tinham sido colocados desde .1994, mais de R$1 bilhão, nos quais, conforme se colocou hoje pela manhã, se aplicou muito pouco devido a uma série de entraves, que considero contornáveis. Deveria realmente haver um esforço grande no sentido de contorná-los a curto prazo.

A questão também dos mecanismos do Banco do Brasil, que também hoje foram mencionados. A questão dos recursos internacionais, inclusive há vários investimentos sendo feitos com recursos internacionais. Particularmente eu destacaria o Prodeagro, em Mato Grosso, o Planafloro, em Rondônia, e o programa piloto para a proteção das florestas que deverei me referir daqui a pouco.

O próprio Orçamento federal, ou seja, o Plano Plurianual, os orçamentos estaduais e municipais. E dávamos inclusive um destaque também para a necessidade da criação de um fundo de desenvolvimento científico e tecnológico da Amazônia - isso já tinha sido fruto de um trabalho elaborado pela Sudam, que consta de um dos seus documentos de ação

estratégica e que foi incorporado no documento da política nacional integrada.

Gostaria de ler inclusive o item que se refere a esse fundo. Menciona, além disso, que: pretende-se destinar parcela dos recursos recolhidos, em função das isenções tributárias, ou seja, imposto de renda da pessoa jurídica e outros, a um novo mecanismo de financiamento - que é este Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Amazônia - a ser reforçado com aportes estaduais, empréstimos internacionais e cobrança de taxas incidentes sobre financiamentos públicos a projetos privados.

Ele fomentará as atividades de pesquisa e experimentação, relacionadas diretamente com as características naturais da Amazônia, em especial as da sua biodiversidade.

De modo que, conforme destacou, hoje pela manhã, o Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará, Professor Nilson, acho que isso deveria sair daqui com uma das fortes recomendações de que, efetivamente, se cria um fundo de desenvolvimento científico e tecnológico fundamental para que se alavanque uma série de projetos, inclusive aquele que, ainda há pouco, se referia o Superintendente da Suframa, a criação de um complexo na área de biotecnologia, com perspectivas de implantação de pólos de bio-indústria na Região Amazônica.

Gostaria, com respeito ao Fundo de Desenvolvimento, anterior, que imaginávamos inclusive que ele pudesse ser reforçado com recursos dos próprios Estados. Quer dizer, fora a questão do imposto de renda sobre pessoa jurídica, uma combinação com os recursos estaduais. Quase todos os Estados da Amazônia Legal têm nas suas Constituições estaduais prevista a destinação de um percentual da receita, destinado ao desenvolvimento científico e tecnológico. No caso do Amazonas, são 3% da receita que implicariam algumas dezenas de milhões de reais por ano. No caso do Pará, parece-me que 0,3%, e assim sucessivamente. Ou seja, se efetivamente esses recursos forem aplicados num fundo de desenvolvimento científico e tecnológico, acredito que a Região poderia dar alguns importantes saltos tecnológicos.

Um dos aspectos fundamentais que os senhores encontram no documento da política nacional integrada para Amazônia, e no próprio plano de desenvolvimento da Amazônia da Sudam, é a questão relacionada à reorientação da estrutura produtiva. O que é que se entende por isso? Primeiro, a questão renovação tecnológica das atividades reconhecidas, impacto ambiental e social - aí podemos nos referir em especial à mineração e ao garimpo - a questão da exploração madeireira, a pecuária e outros. Para isso eu diria que já há um conhecimento acumulado na própria Região e mesmo instituições de fora da Região que têm trabalhado em pesquisas na Região Amazônica, um conhecimento que nos permitiria, na realidade, promover essa renovação tecnológica de várias dessas atividades econômicas na região.

Outro aspecto que destacamos é a modernização e dinamização de atividades tradicionais, como a pesca artesanal, extrativismo, agricultura familiar e a navegação fluvial. Inclusive, em seguida vou citar alguns exemplos práticos, algumas ações que estão sendo desenvolvidas na área da dinamização das atividades tradicionais. Por outro lado, há o desenvolvimento e a implementação de novos ramos de atividade de grande potencial econômico e de sustentabilidade ambiental.

Referimo-nos aqui à silvicultura, ou seja, à possibilidade inclusive de reflorestamento de áreas degradadas. Sabemos que particularmente no Estado do Pará há grande preocupação e grande empenho no sentido de se recuperarem áreas degradadas. Devo mencionar que o nosso Ministério, juntamente com o Governo do Estado do Pará e Inex, firmou convênio e destinou recursos para instalação de um laboratório de sementes e mudas, que foi inaugurado há alguns meses no Município de Benevides. Foi um esforço na direção de se produzirem mudas e sementes voltadas para um trabalho de reflorestamento.

Menciono também com destaque a questão da bioindústria. Trata-se de uma perspectiva grande para a Amazônia no sentido de agregar o máximo valor aos nossos próprios produtos. Por que não pensar realmente na Amazônia do século XXI em termos de indústrias de ponta na área farmacêutica, na área de cosméticos? Nós, que estamos assentados sobre essa extraordinária biodiversidade, devemos pensar nisso. Terei oportunidade, mais tarde, de referir-me às ações que estão sendo desenvolvidas ao ecoturismo.

Uma iniciativa que penso que vale a pena ressaltar é o Prodex - Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo. Esse programa está na linha de modernização e dinamização do setor tradicional. Foi criado no final de 1995 pelo Conselho Deliberativo da Sudam, depois de várias **démarches** das entidades ligadas ao extrativismo, como o Conselho Nacional de Seringueiros e também das lideranças políticas regionais.

Lembro-me de que, nesta própria sala, houve ampla discussão que movimentou várias lideranças. Cabe aqui destacar o papel da Senadora Marina Silva no trabalho feito para que se realizasse uma linha de crédito para atender ao extrativismo. Essa linha de crédito hoje opera com recursos do FNO, através do BASA, em parceria com o Ibama e a nossa Secretaria. Atende, individualmente ou coletivamente, a seringueiros, castanheiros, açaizeiros, quebradeiras de coco, pescadores artesanais que habitam Estados da região.

Para agilizar a operacionalização, que já conta com recursos da ordem de pouco mais de vinte milhões, foi criado o grupo técnico de acompanhamento, no qual se inclui o GTA - Grupo de Trabalho Amazônico -, o Conselho Nacional de Seringueiros, o Ibama e a nossa Secretaria.

Aqui há indicação de algumas regiões e municípios prioritários no Acre, Amazonas, Pará, Roraima ou Amapá. O esforço que está sendo feito no caso de Rondônia redundou, segundo informações, em aproximadamente mil projetos elaborados. Acho que muitas pessoas não acreditavam que pudesse haver uma demanda tão rápida.

Um outro programa que estamos desenvolvendo ao longo desses últimos dois anos é um programa de desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia Legal. Ele se baseia num conceito inovador e seu objetivo é criar um modelo de desenvolvimento sustentável para os Estados da Amazônia Legal, com geração de emprego, atividades econômicas diretas e indiretas, ampliando a arrecadação dos Estados e municípios da região, absorvendo mão-de-obra e capitais, que, de outra forma, se voltariam, seguindo as tendências históricas, para empreendimentos ecológicos economicamente não sustentáveis.

O Ecotur conta primeiramente com a apropriação dos recursos naturais da Amazônia pela sociedade, pelo seu uso econômico direto. Há parcerias entre a sociedade civil, o setor privado e o setor público. Há também o direcionamento das forças de mercado e de recursos privados mediante regulamentações e investimentos estratégicos.

Há, de certa maneira, redefinição do papel do Estado no sentido de promover a atração de investimentos estratégicos em tecnologia, capital privado. Nessa fase de pré-investimentos que inclui a preparação do programa, o Proecultur contará com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que alocará cerca de R$10 a R$15 milhões. Isso foi aprovado recentemente pela Cofiex, no final de junho, e será operacionalizado pelo Ministério do Meio Ambiente, através da nossa Secretaria de Coordenação da Amazônia.

Gostaria de ressaltar que o Programa Proecultur vem sendo desenvolvido através de um esforço conjunto com a

Embratur, do Ministério de Indústria, Comércio e Turismo, e com as Secretarias de Turismo dos Estados Amazônicos. Foi realizada, semana passada, em Santarém, uma reunião aprofundando o desenho desse projeto, inclusive com a definição dos pólos, já definidos pelos Estados.

Próximo:

Há outra iniciativa que vem sendo desenvolvida: é o chamado Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, que tem por objetivo a implantação de modelo de desenvolvimento sustentável em florestas tropicais úmidas, constituindo-se de um conjunto de projetos de execução integrada pelo Governo Federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, com apoio técnico e financeiro da comunidade internacional.

Na realidade, esse programa foi anunciado antes da grande conferência das Nações Unidas, no Rio de Janeiro, a ECO-92, pelo Grupo dos Sete Países Desenvolvidos, com um aporte de recursos concessionais para desenhar um grande programa para a proteção das florestas tropicais. Esse programa é constituído de quatro subprogramas, um deles, chamado de política de recursos naturais, cujo objetivo é o fortalecimento. No caso do subprograma de política de recursos naturais, ele aposta fundamentalmente na descentralização, ou seja, no fortalecimento dos Estados da Amazônia no que se refere à sua capacidade de planejamento e gestão. Então, implica apoio previsto para esses próximos anos de cerca de 90 milhões de reais, destinados ao fortalecimento institucional das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, que, de um modo geral, envolve Ciência e Tecnologia também, e o zoneamento, monitoramento, controle e fiscalização, o fortalecimento das entidades executoras do zoneamento econômico-ecológico. Várias dessas instituições já vêm recebendo apoio no sentido de fortalecer a capacidade de gestão ambiental dos Estados.

Um outro subprograma envolve, na realidade, um conjunto de ações; uma delas refere-se ao apoio a reservas extrativistas; outro, ao apoio à demarcação de áreas indígenas; um terceiro encontra-se em fase final de implementação, devendo começar sua implementação este ano ainda: é o apoio ao manejo florestal na região Amazônica. Um outro programa também de considerável importância são os chamados corredores biológicos, parques e reservas, e um programa de apoio ao manejo de recursos naturais aquáticos. E o último refere-se à recuperação de áreas degradadas, projeto esse ainda em fase preliminar de elaboração.

O terceiro subprograma que consideramos de fundamental importância é o subprograma de ciência e tecnologia. Nessa área está-se investindo, desde 1995, recursos para a consolidação de dois centros de excelência. Nessa primeira fase do programa, foram selecionados dois centros: o museu paraense Emílio Goeldi, localizado em Belém do Pará, e o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia. Esses dois centros vêm tendo a sua capacidade física e humana consideravelmente ampliada ao longo desses anos graças ao projeto. Há um componente chamado pesquisa dirigida, através do qual vêm sendo feitos investimentos para projetos de pesquisa através de um processo competitivo.

Trata-se de uma espécie de programa de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, um estudo especificamente voltado para o fortalecimento das instituições regionais. Na primeira chamada, em 1995, foram aprovados 23 projetos, que estão em desenvolvimento. Estão sendo apoiados o Goeldi, o sistema Embrapa, o INPA, Instituto Evandro Chagas, as universidades da região e até mesmo instituições não-governamentais que tiveram projetos aprovados.

Essa é chamada pesquisa dirigida porque procura destinar recursos prioritariamente ao melhor conhecimento dos ecossistemas aquáticos e terrestres da Amazônia, impactados e não-impactados, e também a tecnologias para aproveitamento dos produtos naturais da Amazônia.

O quarto subprograma, chamado Subprograma de Projetos Demonstrativos, na realidade consiste na alocação de recursos concessionais para projetos que emanam da própria sociedade civil organizada. Estamos hoje com cerca de cem projetos que estão sendo apoiados na Amazônia. Tenho, inclusive, para os interessados, uma relação de projetos que envolvem o beneficiamento e comercialização de produtos naturais, proteção de flora e fauna, enfim, projetos provenientes de sindicatos, de organismos não-governamentais, de associações comunitárias.

Trata-se de verbas que vão de R$5,00 a R$250 mil. Tenho a impressão de que tenho um mapa indicativo dessas várias ações. Próximo:

Tentamos mostrar as várias ações, aqueles quatro subprogramas como, por exemplo, as reservas extrativistas que estão sendo apoiadas. Aliás, estes foram os primeiros projetos a deslanchar no final de 1994: o apoio à reserva Chico Mendes, à reserva do Alto Juruá, à reserva de Ouro Preto, em Rondônia, à reserva extrativista de Cajari no Amapá, com avanços significativos nessas áreas de reserva extrativista.

Há aqui a demarcação de áreas indígenas. Em amarelo, estão indicadas as áreas demarcadas; em laranja. as áreas que estão sendo delimitadas. Há a indicação também dos vários projetos demonstrativos em andamento, ou seja, está havendo uma distribuição significativa. São cerca de quinze projetos na área do Acre. No Pará, há um grande número de projetos de desenvolvimento em vários municípios do Pará.

Ao esforço dos projetos demonstrativos soma-se um outro esforço que vem sendo feito pelo nosso Ministério no que se refere aos projetos de execução descentralizada. Há financiamentos significativos em vários municípios da Região Amazônica, nessa linha de desenvolvimento socioambiental. Há também uma indicação de projetos de apoio ao manejo florestal, apoio a algumas iniciativas promissoras na área de manejo florestal.

Para os que se interessaram, temos uma relação detalhada, o resumo dos montantes que estão sendo apoiados.

Trata-se de investimentos da ordem de US$250 milhões e, conforme me referi, são recursos externos, concessionais. O Governo brasileiro entra com uma contrapartida de 10%. São recursos que estão sendo aplicados desde 1995 até 1998, com a perspectiva, a partir de 1999, de definição de uma segunda fase que venha a trabalhar muito mais na linha do desenvolvimento sustentável, ou seja, já com alguns projetos-piloto relacionados à bioprospecção, à questão do próprio ecoturismo.

Concluo dizendo que obviamente é um desafio muito grande a promoção do desenvolvimento sustentável de uma área de 5.000.000Km². Fiz aqui uma brincadeirinha: se se colocar 30 países da Europa dentro da Amazônia, ainda sobrar espaço. Ou seja, o Estado do Amazonas é maior do que França, Alemanha e Espanha juntos, assim como o Pará é maior do que um conjunto grande de países, inclusive países da Escandinávia. Costumo comparar também a nossa Ilha do Marajó, que é maior do que a Holanda ou a poderosa Bélgica, capital da União Européia.

Acredito que, com o esforço articulado, como foi mencionado por vários daqueles que se manifestaram hoje pela manhã, tudo será possível. Esse esforço deve dar-se no sentido de desenvolver um projeto amazônico, um projeto que, na realidade, imaginamos e visualizamos como o desenvolvimento de uma civilização da biomassa, uma civilização que combine o tradicional com o moderno, mas utilizando aquilo que é nossa riqueza, aquilo que é nossa vantagem comparativa, aquilo em que a Amazônia é única no mundo.

Por que os olhos de toda a Humanidade voltam-se para essa região? Não é apenas pelo tamanho. Obviamente o tamanho é importante, na medida em que se tem uma região de proporções continentais, mas os olhos estão voltados para a importância e a riqueza da sua biodiversidade.

Visualizo uma Amazônia que possa conjugar todo o conhecimento gerado pela sua população tradicional, particularmente a população indígena, com aquilo que há de mais moderno, com aquilo que vem sendo desenvolvido pelas nossas universidades, pelos nossos institutos de pesquisa, que é o conhecimento.

A mensagem que deixo é de otimismo. Acho que podemos realizar um dos objetivos desta comissão especial, ao qual se referia há pouco o Relator, Senador Ademir Andrade, que é de realizar um sonho. Acho que é possível realizar esse sonho. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Gostaria de mencionar que o Dr. Antônio Carlos do Prado, da Secretaria de Desenvolvimento Integrado, está aqui conosco. S. Exª, durante a fase dos debates, poderá enfocar o tema referente à política florestal e à exploração florestal, que acredito que é um dos temas importantes para a nossa discussão.

Convido os participantes da Mesa a tomarem assento em seus respectivos lugares.

Serão debatedores desse painel que acabou de ser exposto pelo Dr. Seixas Lourenço: o Governador Valdir Raupp, de Rondônia; o Governador João Alberto Capiberibe, do Amapá, que está viajando, mas me parece que designou um representante para participar deste seminário; o Prefeito de Palmas ou o seu representante; e o Sr. Fábio Vaz de Lima, do Grupo de Trabalho da Amazônia, GTA.

Convido para participar da Mesa o Dr. Camillo Vianna, Presidente da Soprem.

Muito obrigado.

Como primeiro debatedor deste painel, concedo a palavra ao Governador de Rondônia, Dr. Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP - Exmº Sr. Senador Nabor Júnior, Presidente desta Comissão; Senadora Marina Silva, Vice-Presidente; demais Senadores aqui presentes; Srs. Deputados; Dr. Seixas Lourenço, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, representando, na oportunidade, o Ministro Gustavo Krause; demais participantes deste seminário:

Inicialmente, louvo a atitude do Senado Federal de criar esta Comissão para debater os assuntos de interesse da Amazônia, principalmente para o desenvolvimento econômico e social da nossa região.

Ecologia é uma palavra que está em alta, hoje, no mundo inteiro, e nós, da Amazônia, queremos contribuir para a preservação do meio ambiente e da ecologia.

O Estado de Rondônia está desenvolvendo um programa em que visa preservar 70% do seu território. Acredito que a maioria dos nove Estados da Amazônia também pretende preservar essa quantia ou até um pouco mais.

O nosso programa, chamado Planafloro, semelhante ao Prodeagro, do Mato Grosso, financiado pelo Governo Federal e pelo Banco Mundial, poderá trazer resultado, mas a longo prazo.

Acredito que, no momento, só quem vive bem da ecologia são os ecologistas que recebem recursos de entidades internacionais. Esses, com certeza, estão vivendo com a ecologia. Mas ai de Rondônia, ai da nossa população se não estivesse explorando os 24% já desmatados do nosso território. É daí que está sendo gerada uma receita de R$30 milhões a R$31 milhões por mês de ICMS.

Fala-se muito em desenvolvimento auto-sustentável. Acreditamos que isso um dia possa acontecer, mas é a longo prazo. Não temos tecnologias para tornar nossas florestas economicamente viáveis. É aí que entra o Ministério do Meio Ambiente, que acredito que está preocupado.

Ouvi atentamente a palestra do Dr. Seixas quanto aos projetos para o desenvolvimento da Amazônia, para o desenvolvimento auto-sustentável, mas, repito, é um processo longo, um processo demorado. E até isso acontecer, o que vamos fazer? E a nossa população que vive na Amazônia? Será que vamos conseguir viver só da exploração da floresta, das essências florestais, da madeira, das essências medicinais, sem laboratório, sem pesquisa?

Sabemos que as universidades da Amazônia recebem muito pouco para isso. Recentemente, foi falado no Rio que uma universidade no Rio Grande do Sul recebe mais recursos do que todas as universidades da Amazônia, para a pesquisa e para a ciência.

Vai acontecer, um dia, o turismo ecológico, mas é muito lento também. Hoje, na Amazônia, ele está mais desenvolvido em Manaus. Quando se fala lá fora do Brasil, só aparece um nome: Manaus. Em Rondônia, no Acre, em Roraima, no Amapá e mesmo no Pará, o turismo ecológico não existe ainda. Mato Grosso tem um pouco no Pantanal, mas nos outros Estados não existe ainda economia na área de turismo. Está começando agora, e isso vai demorar muito.

E as nossas cidades? E a nossa população urbana, como está vivendo na Amazônia, sem saneamento básico?

Não estou aqui criticando o Governo Federal: isso é coisa de décadas. Acho até que o Governo atual, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, está fazendo muito pela Amazônia. Talvez seja um dos Governos que está olhando, pelo menos para o meu Estado, com obras de desenvolvimento, como foi o porto graneleiro, que está escoando a safra do Estado do Mato Grosso, do sul de Rondônia, e poderá escoar também o milho e o café, daqui a algum tempo, o que está melhorando a economia e trouxe ânimo para a população desses 24% desmatados do nosso Estado.

Uma das coisas que acredito que deveriam estar inseridas dentro do Ministério do Meio Ambiente é o saneamento básico. Não temos, no Brasil, uma política de saneamento básico. Talvez haja para os Estados do Sul, mas para os Estados da Amazônia não temos. Passam-se anos e anos, sai e entra Governo e não se faz nada na área de saneamento básico.

Em Rondônia, temos menos de 2% de rede de esgotos na capital, com quase 400 mil habitantes, e no interior, zero. Em todas as cidades do interior do Estado temos zero de rede de esgoto.

Algumas cidades de 30, 40 ou 50 mil habitantes também não têm nada de água tratada. A capital deve ter em torno de 40% ou 50% de água tratada. Como vive uma população de 200 mil habitantes na capital, que seria metade, 50% na nossa capital, sem água tratada? Em bairros alagados, quando chove, mistura a água de fossa com a água de poço, e aí a saúde também é o caos.

Não temos recursos suficientes para a saúde, e o saneamento básico poderia ajudar muito a melhorar a saúde do nosso povo. Então, a sugestão que dou é que essa proposta seja levada ao Presidente da República, ao Congresso Nacional, para que o saneamento básico seja colocado dentro do Ministério do Meio Ambiente, porque estamos preservando as nossas florestas, estamos pagando um preço muito alto para preservar 70% a 80/% das nossas florestas.

Com isso, teremos condições de captar recursos para alguns setores, e um desses setores é o saneamento básico, através do preço que estamos pagando para preservar a Floresta Amazônica, que se diz que é o pulmão do mundo, e acredito que seja. E queremos contribuir para isso, mas precisamos ter também alguma coisa em troca.

Em síntese, era o que eu tinha para dizer: estamos, lá no meu Estado, para ajudar, para colaborar, para contribuir na preservação do meio ambiente e da ecologia. Mas precisamos de algumas políticas na área tecnológica, na área de ciência, na área de pesquisa, para que possamos, quem sabe um dia, sobreviver do meio ambiente e da ecologia.

No momento, não tenho outra coisa a fazer no meu Estado a não ser explorar com toda força esses 24% que tenho. E posso chegar até 30%, segundo esse programa, que vai preservar 70% das nossas florestas. Então, enquanto o desenvolvimento auto-sustentável não chegar ao meu Estado, temos que apelar para o desenvolvimento desses 30% de área, que é o que está dando retorno para a população, para tocar o meu Estado. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Conforme foi anunciado pelo Dr. Seixas Lourenço, também faz parte da sua comitiva do Ministério do Meio Ambiente o Dr. Antônio Carlos do Prado, Secretário de Desenvolvimento Integrado, que poderá esclarecer alguns questionamentos que porventura venham a ser feitos pelos debatedores e demais pessoas aqui presentes a respeito do palpitante assunto que é a exploração florestal.

Assim, o Dr. Antônio Carlos do Prado está à disposição daqueles que desejarem algum esclarecimento ou que desejarem oferecer sugestões.

Como segundo debatedor, concedo a palavra ao representante do Governo do Estado do Amapá, que falará em nome do Governador João Alberto Rodrigues Capiberibe.

O SR. - Exmºs Srs. Senadores; Sr. Secretário para a Amazônia Legal; demais autoridades aqui presentes, em particular os representantes da Bancada do meu Estado, que aqui se encontram:

Coube-me a responsabilidade de, neste debate, tentar representar o pensamento do Governo do Estado do Amapá e, através dele, representar o discurso político do Governador do Estado. Tentaremos ver como poderemos contribuir para essa discussão, que reputo muito interessante na medida em que, na troca, no diálogo, se construa ou se busque alternativas melhores para encaminhar o problema crucial do desenvolvimento.

No Amapá, temos discutido bastante a questão do desenvolvimento, principalmente neste Governo. Primeiro, evidentemente, a melhoria nas condições de vida de uma população passa pela geração de riqueza. Só isso, contudo, não é o fundamental na visão que temos de desenvolvimento; é necessário que haja mecanismos de geração de riqueza de uma forma mais distributiva, de uma forma que não exclua, como tradicionalmente fazem as propostas de desenvolvimento para a Amazônia. É claro que gerar riqueza de forma distributiva, que é o pressuposto básico que almejamos, passa por questões tais como: de onde? De que forma? Como? São questões que colocamos em nossa discussão.

Evidentemente, temos a nossa potencialidade, como disse muito bem o professor Seixas Lourenço; temos uma riqueza em termos de biodiversidade. Qualquer planejador de desenvolvimento parte dessa base de recursos naturais que se tem na Amazônia - é fundamental que se passe por isso.

Mas há ainda uma questão que é fundamental e que se coloca hoje, qual seja, a segurança. Podemos, como se fez na Malásia, acabar com as nossas florestas, colocando cupins como se colocou em algumas regiões. Agora, em termos de segurança para uma sociedade, que é uma sociedade histórica, que não representa só a minha geração, mas os que virão depois, depois e depois de nós: essa preocupação tem estado presente na discussão, ou seja, a questão da segurança em termos de futuro, em termos de perspectivas para a sociedade amapaense.

O futuro nos coloca duas questões fundamentais: a meu ver, há que se pensar a Amazônia, por um lado, sob o ponto de vista do desenvolvimento, da geração e distribuição de riquezas, rompendo com os modelos tradicionais de exclusão; de outro lado, sob a ótica da questão da segurança na administração dos recursos naturais. Neste sentido, estamos trabalhando com o que chamamos de PDSA - Plano de Desenvolvimento Sustentado do Amapá, onde tentamos, em atividades práticas, baseados na intervenção do Estado, enfrentar esse dilema e tentar, como o Governador colocou aqui, nem que ele seja uma curva tão imediata, mas pelo menos cabe a responsabilidade a todos nós, que dirigimos hoje a Amazônia, começar a construir um futuro que consideramos seja melhor.

Evidentemente, a maioria tem um carinho para as conjunturas internacionais do problema do horror, do que se chama, hoje, de "horror econômico", a questão do desemprego. Não adianta se pensar que apenas aumentando a riqueza, apenas aumentando as nossas divisas vamos criar os empregos necessários para uma região.

O Amapá vem enfrentando um problema sério, e temos discutido essa questão. No Estado da Amazônia, houve um incremento demográfico maior nos últimos anos, em função da Zona de Livre Comércio, o que sufoca, o que estrangula os equipamentos sociais.

Nesse sentido, há esse dilema colocado: como desenvolver, como buscar alternativa de desenvolvimento na perspectiva que se quer. Está bem delineado: é a não exclusão e o aproveitamento seguro dos nossos recursos naturais, dentro da temporalidade.

Mas, aí, coloca-se uma pergunta fundamental: adianta ter recursos naturais numa região com uma infra-estrutura econômica que está abandonada? É suficiente ter apenas biodiversidade?

Ao fazer comparação, percebemos que muitos dos países que acumularam uma massa muito grande de riquezas detêm uma massa grande de recursos naturais, uma meia proporcionalidade.

É evidente que não adianta termos biodiversidade e trabalharmos na perspectiva de conhecer o (?). Nunca conseguiremos uma acumulação que possa permitir, de certa forma, um incremento, uma melhoria nas condições de vida da população.

Como o Governador colocou, existe uma preocupação muito grande na questão do conhecimento, porque na verdade o modelo de desenvolvimento da Amazônia significa repensar a Amazônia. Repensar, principalmente, sobre a questão da tecnologia, do conhecimento. Queremos um conhecimento que seja aplicado na utilização produtiva dos recursos naturais e que não dê um caráter excludente. Precisamos repensar que tipo de tecnologia, que tipo de empreendimento, onde consigamos pelo menos atenuar o efeito econômico que existe do desemprego.

São questões colocadas com as quais nos estamos defrontando.

Então, hoje pergunto: o que é investimento básico para a Amazônia? Será que é a infra-estrutura básica aqui colocada? Ou será que o uso da estrutura básica, ou o investimento básico é conhecimento? É uma questão que tem que ser colocada como uma necessidade.

Há uma biodiversidade, uma riqueza muito grande, mas na questão do conhecimento a Amazônia é praticamente excluída se se pegar a distribuição dos recursos que foram colocados a serviço da tecnologia.

O Amapá, neste sentido, busca uma outra alternativa na questão do desenvolvimento, buscando os parceiros que fornecem divisas, ou seja, os estrangeiros. Há essa saída de se tentar construir uma alternativa de acréscimo de conhecimento. Inclusive de mercados, também.

O destino do Amapá foi colocado rumo às Guianas, rumo ao Caribe. Por quê? Porque a dificuldade de acesso ao

mercado do Sul nos obriga a buscar essa forma, embora estejamos num momento de economia globalizada, em que fica até difícil discutirmos a ingenuidade de mercados nacionais.

A nossa preocupação bate sempre no desenvolvimento com a questão do conhecimento. Não adianta o Amapá ser um dos Estados menos degradados da Amazônia, enquanto trabalha com 24% de áreas, estamos trabalhando com 2% das áreas do Estado. É o Estado que detém o maior número de unidades de conservação, tem uma riqueza muito grande dos ecossistemas e temos essa obrigação de transformar isso em benefício da maioria da população, mudando os modelos tradicionais de desenvolvimento.

A própria história do Amapá difere da de Rondônia e da do Acre. Somos um Estado consciente, onde, na verdade, tivemos, durante um longo período, uma parte do Pará, num território federal onde apenas alguns militares vigiavam a fronteira, quando tivemos o primeiro governo eleito com a prática de vigiar fronteira dentro da perspectiva adequada para a sociedade. Ultimamente, tentamos construir, no segundo governo eleito, um projeto de sociedade **(Inaudível)** que contemple, pelo menos, a maioria da população e o que ela que merece. **(Inaudível)**

O SR. PRESIDENTE - (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. - Sr. Presidente da Comissão; Srª vice-Presidente, Senadora Marina Silva; Sr. Relator, Senador Ademir Andrade; demais membros da Mesa; Srs. convidados; Srs. Deputados e demais autoridades presentes.

O Grupo de Trabalho Amazônia - GTA -, já frisado pelo Dr. Seixas Lourenço, é uma rede de entidades na Amazônia que congrega, hoje, conforme citado, mais de 300 entidades não-governamentais na Amazônia. Entre os objetivos daqueles que foram citados na transparência há também o de tentar fazer uma interrupção nas políticas públicas para a Amazônia Legal. Claro, que com a criação do Grupo de Trabalho Amazônia, em 1991, o objetivo específico era o de acompanhar o programa piloto o qual chamamos de (?). Nesse sentido, o Grupo de Trabalho Amazônia vem tentando acompanhar as políticas públicas na Amazônia, em especial o **(?)**, como também os últimos programas que vêem sendo deslanchados na Amazônia.

Gostaríamos de acrescentar que uma experiência como essa no sentido de trazer esta Comissão para cá a fim de discutirmos, não só nos do Pará, mas também de outros Estados da Região Norte, é de fundamental importância para que possamos contar com a participação da sociedade e também com a discussão de outros segmentos da sociedade. Então, antecipo para a Comissão, que faz esse brilhante trabalho, pois tenho certeza de que terá sucesso ao longo de sua trajetória. Sabemos que tudo isso se constitui em um processo extenso que não se iniciou aqui e certamente não terminará aqui, pois temos outras coisas a fazer.

Sr. Presidente, a expressão desenvolvimento sustentável está em moda hoje, principalmente quanto nos referimos à Região Amazônica. No exterior ou em qualquer lugar do País, quando se fala em desenvolvimento, tem-se que citar o desenvolvimento sustentável.

Com a exposição dos que me antecederam, acrescentaria mais uma fase: desenvolvimento auto-sustentável, algo que tem procedência e seguridade. No tocante à Região Amazônica talvez não seja diferente das outras Regiões do País, porque temos contatos com entidades que fazem a rede Mata Atlântica e que também discutem o desenvolvimento auto-sustentável nessas regiões. Na verdade, esse tema, para a sociedade civil, não é desconhecido. Precisamos nos aprofundar no sentido de detalhar mais com relação ao tipo de desenvolvimento sustentável de que estamos falando e para quem estamos falando.

Sabemos que a Região Amazônica é considerada, na verdade, **(?)** florestal. Quando se fala em Amazônia, imediatamente vem a nossa mente a floresta. A Amazônia é a floresta. Então, em função de tudo isso que foi colocado a respeito do desenvolvimento, da questão ambiental, podemos analisar se será possível, creio que sim, convivermos com o desenvolvimento sustentado.

Sr. Presidente, com tudo isso que já foi enfatizado na transparência pelo Dr. Seixas Lourenço, que representou o Dr. Gustavo Krause, e tudo o que os outros expositores colocaram anteriormente, quero dizer que essa questão ambiental do desenvolvimento sustentado precisa ser, acima de tudo, mais divulgada. Hoje, nas comunidades da Região Amazônica as informações são precárias. Sabemos como é o sistema de comunicação no País, principalmente nas comunidades amazônicas.

Finalmente, quanto ao desenvolvimento praticado pelas comunidades indígenas, se é sustentável ou não, precisamos fazer... **(inaudível)** ...para a comunidade indígena, eles fazem um desenvolvimento sustentado.

É desenvolvimento sustentado a transferência para a Nação, para o País? Precisamos fazer uma autocrítica.

Quanto à questão na área madeireira, sua preservação e seu manejo, isso são coisas pequenas ainda. Mas esse é um tipo de desenvolvimento que possivelmente é sustentável. Será que estamos falando da questão global, nacional, internacional?

Acredito que existem alguns mecanismos que apontam para uma região mais próxima do desenvolvimento sustentado para a Região Amazônica. Uma delas na Amazônia, que é o subprograma que tende, não digo a combater os programas que já existiam no âmbito federal, mas tenta agregá-los aos demais, a exemplo do que foi colocado e no que está contido na política integrada para a Amazônia Legal. Sabemos que há uma possibilidade desse programa desenvolver os impulsos para que eles tenham sucesso. Na verdade, o que está faltando, na nossa visão de sociedade civil, é realmente que ela seja integrada e que cumpra com a delimitação como hoje desenhada. Evidentemente é querer demais que até amanhã esteja tudo certo. Apenas pretendi mostrar, de alguma forma, o rumo da política integrada que hoje temos para a Amazônia Legal, ou seja, a participação dos outros Ministérios, dos Governos Estaduais e das prefeituras locais.

Sr. Presidente, realizamos um seminário a respeito do turismo em Santarém, que, para mim, foi uma alegria e um despertar muito grande. Quanto à questão do turismo - o Governador de Rondônia afirma que o turismo na Amazônia chegará, embora não se saiba quando - pelo menos já temos um processo mais participativo inclusive com relação à sociedade, pois há anos a sociedade civil não pôde participar dessa oportunidade de discutir e propor questões relativas ao turismo. Evidentemente se fizermos uma outra discussão no sentido do pólo de desenvolvimento, encontraremos outros.

Para nós, do Grupo de Trabalho Amazônia, tudo isso é um processo que caminha para uma política mais integrada, que só será possível acontecer se houver realmente a integração, se houver a articulação entre não só o Poder Legislativo - a Câmara dos Deputados e o Senado Federal - e o Poder Executivo, como também em outros segmentos como a sociedade civil organizada, os governos municipais e estaduais, enfim, toda a sociedade empenhada numa questão social, porque o tipo de desenvolvimento que vivenciamos atualmente na Amazônia, como citava o Governador, nas áreas urbanas, está como se desenhou.

Imaginem se se analisar a situação da área rural da Amazônia - desprotegida e carente de muitas coisas. Acredito que

temos um enorme potencial para que possamos trabalhar conjuntamente e ver de que modo podemos fazer essa política integrada para a Amazônia, não só em termos de recursos, mas em termos de política apropriada.

Sr. Presidente, há algumas questões que gostaríamos de abordar, como exemplo, a de termos um grupo trabalhando na Amazônia em parceria. É algo pequeno, que talvez não tenha grande expressão no contexto nacional ou até internacional. Trata-se da questão dos portfólios que estamos desenvolvendo em parceria com a Secretaria da Amazônia Legal e o Ministério do Meio Ambiente. Aqui, será coordenado pela SUFRAMA - inclusive, no mês de setembro, lançaremos 18 amostragens de produtos para serem trabalhados como especialidade para a Amazônia. Então, são experiências que começamos a traçar, mas que, no contexto global, não significam muito. Quando o Governador de Rondônia afirmava que há uma área protegida de 70% do seu território, penso que isso seria um grande elenco para demonstrar de que maneira podemos desenvolver essa questão, não só da proteção, mas também da preservação, da conservação e do desenvolvimento de Rondônia e de toda a Amazônia Legal.

Nesse aspecto, quando se coloca o assunto referente a crédito, o PRODEX, um subprograma que hoje o GTA tem acompanhado ativamente para verificar se realmente a população extrativista da Amazônia, que realmente está ao completo abandono, desprezada, como sabemos, a fim de se tentar sentir uma vontade de permanecer na área das comunidades, mas que tenha possibilidade de fazer um tipo de extrativismo, de exploração florestal ou qualquer outra atividade que venha trazer progresso para ele próprio e não a destruição da floresta.

Quando falamos que a base da Amazônia é a questão florestal, nos referimos ao desenvolvimento de algum tipo de atividade ou de manejo florestal que traga melhoria na qualidade de vida da população local, e não do tipo que está desenhado hoje. Observamos que se está fazendo exploração florestal na Amazônia de forma irracional. Claro que isso não é de nossa vontade. Temos de ver de que forma poderemos mudar esse sistema, seja através de políticas definidas por meio de tecnologias, que podem ser apropriadas para a região.

Nesse sentido, acredito que tudo isso é um processo bastante longo, no qual estão empenhados, não só o Governo Federal, como também os governos estaduais e a própria Secretaria da Amazônia Legal.

Por fim, quero dizer que o Grupo de Trabalho Amazônia tem de ser o interlocutor dessas políticas para a Amazônia legal.

Na verdade, não somos o único interlocutor na Amazônia, os governos sabem disso. Somos um dos interlocutores. Tentamos ser porta-vozes da sociedade civil na Amazônia, para vermos de que forma poderemos, integralmente, fazer essa política integrada para a Amazônia. Tanto as populações e comunidades locais esperam que aconteça o desenvolvimento sustentado para que comunidades locais possam ter sucesso e, de fato, desfrutar desse desenvolvimento. Espera-se também que esse desenvolvimento não seja subumano no sentido de desfavorecer a comunidade local, mas sim um desenvolvimento que traga benefícios à essa comunidade. É importante que tudo isso possa ser trabalhado conjuntamente e, dentro do possível, o Grupo de Trabalho Amazônia se dispõe a trabalhar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Seguindo a seqüência dos debatedores, concedo a palavra ao Relator da Comissão, Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Sr. Presidente; colegas Parlamentares; Debatedores; meu caro expositor Seixas Lourenço.

Gostaria de fazer uma consideração sobre o início da sua palestra. De boas intenções estamos permanentemente cheios. Começo quando V. Exª faz referência à Carta dos Governadores, dentre os inúmeros documentos que apresentou, que são todos muito bons. Contudo, começo pela Carta dos Governadores, apresentada no início de 1995, quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso esteve em Carajás. Tive a oportunidade de estar presente àquela reunião, que imaginávamos seria uma reunião de trabalho, de debate e de análise das questões amazônicas, e que o Presidente iria nos ouvir e considerar nossas manifestações, e até nos atender. O que assistimos, naquela ocasião em que foi entregue a carta a que o Professor Seixas Lourenço faz referência, foram os nove Governadores sentados à mesa com o Presidente da República, onde cada um fez um discurso mostrando as dificuldades do seu Estado e as questões da Amazônia e, no final da história, para surpresa de todo o plenário, apareceu a Carta dos Governadores da Amazônia.

O que os Governadores disseram ao plenário não tinha, absolutamente, nada a ver com o que estava escrito na carta. O Governador Raupp estava presente. A carta fala em meio ambiente, na preocupação com as reservas indígenas, enfim, dessas coisas que estamos discutindo no dia-a-dia. Os Governadores falavam das suas dificuldades para manterem as suas populações, para dar bem-estar de vida e infra-estrutura para resolver os problemas da Amazônia, ou seja, uma coisa completamente dissociada da outra, numa demonstração clara de que o Presidente da República estava ali, nada mais, nada menos, do que dando uma satisfação às pressões internacionais. Parece que o chamado mundo desenvolvido - pelo menos sua base - vive mais preocupado com as nossas questões ecológicas que nós mesmos. Na prática, não se vê o Governo fazer aquilo que diz e nem o que os Governadores assinaram. O próprio Governador Raupp, hoje, coloca que tem preocupações, que pensa nisso, que concorda com isso, mas que não pode, neste momento, estar preocupado com essa questão, pois tem de atender à necessidade da população que está produzindo nos 25% explorados em seu Estado.

Então, a carta assinada, na verdade, não tinha nada a ver com o discurso de cada um dos Governadores. Tenho a leve impressão - embora entenda a relação Governo/Presidente - de que aquela carta já estava praticamente pronta. Pelo menos, ali, não deu muito para ser discutida. Parece-me que a autoria era mais do Planalto do que dos Governadores, - e aí vai a pergunta para o Professor Seixas Lourenço -, considerando que nem o Ministro Gustavo Krause, que é um Ministro de baixo orçamento, sem relativa importância no cenário nacional, sendo um dos "ministrozinhos" mais lá de baixo, não veio ao encontro da nossa Comissão. Por que não se faz o zoneamento econômico-ecológico da Amazônia? Desde que me entendo por gente, desde que estou na política, fala-se sobre isso. Há mais de vinte anos ouço falar no zoneamento econômico-ecológico da Amazônia. A partir desse zoneamento, poderíamos partir para uma proposta de desenvolvimento, de ocupação e de exploração das nossas riquezas. Por que o Governo nunca fez isso? Não tem dinheiro para fazê-lo? Não tem vontade política para fazê-lo? O que está faltando para que isso seja concluído? Porque, sem isso, tudo continuará da mesma forma. Na Amazônia, tudo acontece de acordo com a vontade de cada um. Chega o cidadão de fora, vê um meio de ganhar dinheiro ali, e decide o que fazer. Chega um governo, faz Tucuruí para atender um segmento; chega outro faz a ferrovia para atender outro.

Não existe plano algum que reverta em benefício da nossa sociedade ou que tenha qualquer preocupação com o meio ambiente. Na prática, isso não existe, porque, se existisse, qualquer um dos Governos, seja o de Fernando Henrique, seja os que o antecederam, teriam feito, em primeiro plano, a questão do

zoneamento econômico. Então questiono: por que, qual é a razão pela qual o Governo não faz o zoneamento econômico-ecológico da Amazônia, para estabelecer uma forma de ocupação e desenvolvimento?

Quando falamos em desenvolvimento auto-sustentado, preocupa-me muito - e o Governador Raupp coloca também dessa forma - a questão do longo prazo. Creio que, pela falta de responsabilidade do Governo, terá de ser a longo prazo mesmo. Mas, o que me preocupa quanto a esse longo prazo é que, quando estivermos com isso pronto ou formos pensar nesse desenvolvimento auto-sustentado, já não tenhamos mais do que cuidar, segurar ou preservar.

Vejam bem. Vamos analisar os dias de hoje. Não estou falando de vinte anos atrás, quando a Sudam financiou empresários de todo o País, que destruíram milhares de hectares de floresta por esta Amazônia afora e que, hoje, estão abandonados, com posseiros invadindo-os, tendo o Governo de pagar de novo por essas terras. Não falo disso. Estou falando de hoje. Podem ir a qualquer canto do Pará, em qualquer canto do Baixo Amazonas, que verão trabalhadores comuns, cidadãos comuns ou grandes latifundiários derrubando a floresta e colocando fogo sem sequer fazer o aproveitamento econômico da madeira. Há muitos lugares, pelas dificuldades de acesso, em que o cidadão quer garantir a posse da terra, nos quais varre a floresta e coloca fogo nela inteirinha. Ninguém tira uma árvore daquela região. Onde já existe a estrada ou um rio que dá para transportar, sendo economicamente viável retirar a madeira e levar para uma serraria, consegue-se fazer isso. Mas, em grande parte das nossas florestas, - ando muito no interior e vejo isso todos os dias - o cidadão derruba a floresta e a queima. Isso não é coisa de ontem não; isso é coisa de hoje, de agora. Onde está o Governo que não estabelece regras para esse tipo de coisa? Ou, se a regra existe e está na lei, essa não é cumprida e não há fiscalização para que isso aconteça.

Portanto, preocupa-me que tenhamos uma certa urgência em pensar nessas questões, porque é triste ver um patrimônio ser queimado, sem servir nem para o cidadão que está ali tomando conta dele e que quer tornar-se dono daquela terra. Nem para ele serve, porque pegará a área queimada para transformá-la em capim ou plantar mandioca apenas por um ano. Nem para ele estará servindo. Isso é um prejuízo para o povo brasileiro como um todo. Qual é a política para se resolver uma questão dessa gravidade?

Creio que a questão de buscar o desenvolvimento auto-sustentado, de pregá-lo, de esclarecer sobre ele, de conscientizar a população disso é urgente. Embora tenha razão o Governador, talvez isso só ocorra a longo prazo porque o próprio Governo não tem interesse nessa conscientização da população.

Chamaria a atenção do Ministério do Meio Ambiente, aqui representado pelo Professor Seixas Lourenço, para os absurdos que ocorrem na nossa Amazônia, que ocorrem no nosso Estado. Por exemplo, a reforma agrária que está sendo feita é absurda. Qual é o espírito do reforma agrária? Em primeiro lugar, não é reforma agrária porque, na verdade, o trabalhador está precisando da terra, a invade, enfrenta o fazendeiro, o latifundiário, a polícia, a Justiça e, depois que toma posse da terra, o Governo vem para tentar regularizar a situação desse trabalhador. É sempre assim que acontece. O Governo está sempre por trás da invasão, nunca está à frente dela, nunca se antecipa ao fato para atender à demanda pela terra; vai atrás de onde o conflito se deu.

Agora, qual é a forma de o Governo fazer isso? Individualmente, dá um pedaço de terra para cada um, normalmente 50 hectares, que é a extensão do que está sendo dada agora, e informa sobre a lei que existe, ou seja, a medida provisória, pois quase tudo neste País é medida provisória - nada é discutido com a sociedade, a lei é imposta por um imperador, um cidadão que tem poder de editar uma medida provisória, que passa a ser lei daquele dia em diante.

Então, o que é feito? O Governo demarca a terra do cidadão, que só pode explorar 20% da sua área; 80% têm de ser preservado. Imaginem que o Governo desaproprie uma área de 100 mil hectares e dê para duas mil famílias de trabalhadores rurais, de forma que cada uma receba seu lote individual. Na verdade, ninguém respeita o critério de 20%. É comum os cidadãos chegarem a 50 ou 60% dessa área na Amazônia. Ninguém respeita a lei, que existe para que as pessoas achem graça, para que o Ibama faça corrupção ou para dar satisfação aos países desenvolvidos do primeiro mundo, porque, na prática, ninguém respeita esse limite de 20% estabelecido por medida provisória.

O que é pior, Professor Seixas Lourenço, é que cada um faz o seu lote e cada um preserva um pedaço do seu lote. Dessa forma, fica uma porção de pedacinhos de floresta, uma verdadeira peneira que destrói o ecossistema de qualquer maneira, que destrói a fauna.

Por que o Governo não pensa em fazer um assentamento rural, assentando 2 mil famílias de trabalhadores, dentro de uma única reserva florestal que vai pertencer a essas 2 mil famílias? Sendo assim, pode-se ter ali um paraíso de preservação da fauna e da flora. Por que não faz isso? Por que essas coisas erradas e absurdas continuam a acontecer no nosso País?

Quero registrar que o Conamaz é presidido pelo professor Seixas Lourenço, que nos brindou com uma exposição belíssima sobre as intenções do Governo e sobre o que as entidades estão fazendo. Ele veio aqui e mostrou os projetos que estão sendo desenvolvidos na Amazônia. São pequenos projetos que buscam melhorar a vida de pequenas comunidades que fazem a exploração sem depredar o meio ambiente, dando a elas tecnologia e condições de melhorar a sua renda e, conseqüentemente, a sua condição de vida e o seu bem-estar.

Estou de pleno acordo com o que vem fazendo a Secretaria da Amazônia no Ministério do Meio Ambiente. Pergunta-se, no entanto, com que dinheiro faz isso. Pergunta-se se o Governo Fernando Henrique destinou algum recurso no Orçamento para a Secretaria do professor Seixas Lourenço. Nos pequenos projetos que está fazendo, que são pontos isolados na Amazônia como um todo, conforme vimos aqui, ele utiliza recursos, na sua maioria, provenientes de entidades não governamentais, ou seja, é dinheiro externo que vem para ajudar a Secretaria. Não é, portanto, recurso próprio do Orçamento.

Quais são os recursos de que dispõe o Projeto Caboclo, idealizado pelo Senador Darcy Ribeiro e já posto em prática pelo professor Seixas Lourenço, naqueles pontinhos isolados da Amazônia? O professor vem aqui e fala de recursos da ordem de 10 ou 12 milhões. Isso significa alguma coisa? Por que o Governo não assume, como sua política pública, como sua política de poder público, projetos de reforma agrária em assentamentos coletivos extrativistas? Por que não faz aquilo que o Senador Darcy Ribeiro propôs ou o que o Apoena faz aqui no Pará ou como o Museu Emílio Goeldi que tem outros tipos de projeto ou, ainda, o que o próprio professor vem fazendo aqui e ali com minguados recursos, dando R$50 mil para um projeto, R$100 mil para outro, coisas, de certa forma, pequenas diante da grandeza da Amazônia?

Por que o Governo não adota, por exemplo, a ação dessa Secretaria que V. Sª preside como sua política de poder público? Por que não faz assentamentos rurais como os propostos pela sua Secretaria? Por que continuamos cometendo erros que só estão a destruir a Amazônia e que não produzem absolutamente nada para ela? Creio que essas coisas precisam mudar. Esta Comissão é mais uma contribuição para isso.

Concluo, assim, as minhas indagações e afirmações, dizendo que temos que ter fé no povo, no esclarecimento, já que é esse povo que vai poder fazer alguma coisa, porque senão continuaria perguntando por que motivo o Governo fala tanto em preservação e não demarcou as terras indígenas até hoje. Por que não cumpriu o que ficou estabelecido na Constituição de 1988, que deu um prazo de cinco anos para que ele fizesse a demarcação dessas reservas? Que razões levam o Governo a não cumprir com esse preceito constitucional?

Acredito que o trabalho que pretendemos fazer é sério e será à semelhança do que pensa o grupo de trabalho da Amazônia e creio até à semelhança do que pensa o professor Seixas Lourenço. No entanto, é um trabalho que tem que ter a força popular para ser concretizado, ou seja, o povo tem que estar consciente da sua necessidade, caso contrário, não vamos conseguir melhorar a vida do povo da Amazônia e preservar o meio ambiente.

São essas as considerações iniciais que faço ao bravo professor. Mas gostaria que V. Sª desse uma explicação sobre a questão da privatização das nossas floras. O Governo Federal pretende entregar ao capital nacional e multinacional a exploração das reservas florestais da Amazônia. É preciso saber como o Governo pretende fazer isso, se há uma exigência de verticalização dessa exploração e como será feita. Se for para explorar as nossas floras e acontecer o que está acontecendo com a indústria madeireira no Pará e na Amazônia, é preferível que fiquem onde estão, pois os recursos que estamos ganhando com as exportações desses produtos não estão servindo para nada, ou seja, não trazem qualquer benefício para o povo brasileiro.

Hoje em dia, nem o Estado nem a União recebem um centavo de imposto de toda a madeira que é exportada neste nosso País. A não ser os empregos que geram, que podem ser muito mais caso industrializemos o produto aqui; os recursos que estamos adquirindo estão servindo apenas para continuarmos pagando os serviços da dívida interna e enriquecendo o Primeiro Mundo cada vez mais.

Neste sentido, gostaria de saber o que se pensa em relação à exploração dessas floras. Isso porque a própria indústria da Malásia chega aqui no Brasil com toda a sua força, comprando madeireiras, serrarias e querendo ser uma grande exploradora de madeira em nosso País. São essas as indagações que gostaria de ver respondidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Passamos a palavra aos Parlamentares e outras autoridades que se inscreveram para debater o assunto que foi objeto da exposição do Dr. José Seixas Lourenço.

Como primeiro orador inscrito, concedo a palavra ao Deputado Antônio Feijão.

O SR. - Sr. Presidente, não me registrei, mas peço a gentileza de ser inscrito para falar.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - V. Exª será atendido.

O SR. ANTÔNIO FEIJÃO. - Sr. Presidente, Senador Nabor Júnior, demais Membros da Mesa, minhas senhoras e meus senhores, pelo excesso de saber e de experiência do Senador Ademir Andrade, vou sugerir que nomeemos um Relator, **ad hoc** para expor suas posições, porque S. Exª não se está postulando como Relator, mas como brilhante palestrante em cada intervenção.

Começaria dizendo, Senador Ademir Andrade, que, dentro de 20 dias, estarei encaminhando uma emenda à Constituição proibindo a demarcação de áreas indígenas. Mas, esperem que eu explique: andei, nessa floresta, alguns milhares de quilômetros como geólogo e como garimpeiro, já tendo atravessado os piques das demarcações mais antigas de algumas dessas áreas indígenas, e sei que são demarcações antigas porque vi os marcos de cimento. Gastam-se, portanto, milhões de dólares para abrir uma picada na floresta, separando o Brasil do Brasil, na era do GPS, na era da imagem de satélite.

É, pois, a maior declaração de idiotice o País demarcar uma picada dentro do seu continente. O grande Presidente da (?)talvez seja contra...

O SR. ADEMIR ANDRADE - Pode demarcar por meios modernos, contanto que demarquem e assegurem a propriedade. É isso que quero; não quero que vá fazer picada.

O SR. ANTÔNIO FEIJÃO - Mas o conceito de demarcação que se postulou no Brasil é o conceito de picadas. Um país não pode ter fronteira dentro dos seus limites territoriais, não pode ter enclaves.

Com relação ao zoneamento econômico-ecológico, não podemos defini-lo em uma obra planejada, ele é um processo continuado. E o único erro que os Governos anteriores cometeram, do qual o Governo atual está tentando sair, é que a casa, a universidade do zoneamento econômico-ecológico é a Sudam.

Vou citar um exemplo: há mais de cinco anos que a Sudam tem todo o levantamento fitológico de Roraima e está concluindo o de outros Estados da Amazônia. No entanto, os velhos ex-militares e alguns professores aposentados se reuniram em um departamento da SAE, junto com o IBGE, e estão tentando definir esse zoneamento econômico-ecológico, que é uma dinâmica. A Sudam está aparelhada, é o coração pulsante do sistema embrionário de informações da Amazônia. No entanto, a sua sede é no Rio de Janeiro com um pedaço em Brasília. Por incrível que pareça, as atrações e as demandas do Ibama são na Amazônia e o centro de gerenciamento e sensoriamento remoto é em Brasília. Portanto, é só uma questão de centralização das ações.

É bom dizer que o Governo avançou muito na questão da Amazônia em especial. Inclusive, vou dar o meu testemunho: depois que a Amazônia chegou a Brasília através da pessoa do prof. Seixas Lourenço, começou a se colocar e a se estratificar no Governo - graças ao Ministro ser de Pernambuco, pois caso fosse do nosso meio talvez se confrontasse com as idéias que lá estão colocadas -, estamos tendo um planejamento, ações pragmáticas que estão dando muito resultado.

O problema é que houve o início do ordenamento das idéias que podem funcionar na Amazônia. Pela primeira vez isso foi feito. No entanto, como é que essa região vai se inteirar sobre um desenvolvimento integrado se o Governo Federal pensa de um jeito, o Governador do Amapá, de outro e o Governador do Pará, de outro ainda. Digo isso porque ainda não entendi o que é desenvolvimento sustentável, que foi falado várias vezes aqui.

Vou dar um exemplo: há um cidadão, que está no Paru, que era agricultor na reserva extrativista do Cajari, o seu nome é Tadeu. Em 1995, ele era agricultor nessa reserva extrativista, quando, ironicamente, fez o primeiro festival do feijão, já que não se plantava feijão no Amapá. No festival, que acontecia na reserva extrativista, estavam os carros - placas brancas - do Estado, da Rurape, da Secretaria de Agricultura, do Incra, da Delegacia de Agricultura, comemorando com o Tadeu a grande colheita feita dentro da reserva extrativista do Cajari. Todavia, um ano depois, o Tadeu estava sendo perseguido pelo Ibama porque havia desmatado para plantar, passando a ser um forasteiro da legalidade ambiental. Hoje, está com uma propriedade no Paru. Estive em Altamira no sábado, quando conversei com ele, que é um outro homem de identidade produtiva do Brasil.

Essa legislação, portanto, tem que evoluir, ou seja, onde não funcionam os conceitos preestabelecidos de reserva, tem que haver uma modernização. Pelo fato, talvez, de se estar

dando tanta ênfase a esses conceitos de Governo Federal, penso que a mão à palmatória deve ser estendida pelo Congresso, pelos governos estaduais e, principalmente, por uma coisa que estou sentindo, qual seja, o gosto político por essa reeleição aniquilou a integração dos governos estaduais com os municipais. E isso tem sido devastador nos municípios da Amazônia. O distanciamento da frágil administração municipal na mão da administração estadual, faz com que haja o afastamento da União, por questões políticas, desses governos estaduais.

Então, só para concluir diretamente ao Senador Ademir Andrade, penso que ele conseguiu sair do processo global para cair no assentamento. Então, foi muito hábil. Com relação aos assentamentos coletivos e extrativistas, a Amazônia não é uma região de muito coletivismo porque não tem intensidade de produção nativa de proteína, ou seja, por que as malocas indígenas têm no máximo 50 ou 70 índios e têm que mudar de tanto em tanto tempo? Porque não tem proteína nessa floresta nativa para sustentar muita gente. Então, desenvolvimento para sustentar 17 milhões de pessoas é desenvolvimento econômico inicialmente. Ou seja, tem que ter indústria, tem que ter pesada agroindústria e tem que ser uma conceituação de que temos de espelho de água piscoso do tamanho da Bahia. Ora, se temos uma fazenda de água piscosa do tamanho da Bahia, o Pronaf tem que tratar o pescador igual trata o agricultor.

Então, assentamentos coletivos extrativistas na Amazônia é um perigo porque se vai concentrar demanda de proteína numa região que tem **lato solos** fraquíssimos. Temos que criar o modelo caboclo com mais participação do Governo. Voem ao longo de qualquer igarapé desses da Ilha de Marajó, ao longo do Amazonas em qualquer margem e vejam que o caboclo na sua cultura fez a reforma agrária de acordo com o que a floresta pode produzir. O que está faltando? O Governo se associar a esse modelo e torná-lo mais humano. Em defesa do Governo, a única correção de proa que deve ser tomada é com relação à Sudam, pois entendo que esta deveria concentrar todas as ações de gerenciamento, monitoramento e integração do zoneamento econômico e ecológico.

Esta é a contribuição que forneço ao Dr. Seixas Lourenço: vamos tirar da SAE e trazer para Belém, porque aqui é a capital cultural da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRª MARINA SILVA - Sr. Presidente, Dr. Seixas Lourenço, enquanto os oradores faziam sua exposição eu relembrava um episódio que aconteceu comigo ainda por volta de 1989 quando eu era vereadora, exatamente dentro daquilo que o Senador Ademir Andrade e outros estavam abordando - a má utilização dos recursos públicos e investimentos, que não deram retorno nem do ponto de vista econômico para os Estados e Municípios nem social porque não incorporou mão-de-obra e uma série de mazelas, além de terem sido utilizado de forma inadequada. Refiro-me a um investimento feito por um empresário que tomou do Banco do Brasil mais ou menos Cr$ 25 milhões ou Cr$30 milhões à época para a construção de uma usina de fabricação de álcool no Estado do Acre. E eu era vereadora quando foi proposta - não vou aqui dizer o nome do vereador que fez a proposta - a concessão de um título de cidadão rio-branquense, já que o cidadão não era acreano, não era de Rio Branco. Fui a única que votei contra o título. Quase fui queimada em praça pública porque estava negando dar um título de cidadão rio-branquense a um cidadão que ia fazer um grande investimento, que ia gerar 2,5 mil empregos para o Estado do Acre, que era a redenção daquele Estado, era o que existia de mais moderno em que se poderia pensar em termos de investimento.

Não votei favoravelmente ao título de cidadão porque ele ia despejar o vinhoto na cabeceira do rio que abastecia a cidade e ia poluir a água que ia para o nosso reservatório. Com a minha consciência eu dizia que não podia dar um título de cidadão a um camarada que vai poluir o rio que está abastecendo a nossa cidade. Essa era a razão. E foi um deus-nos-acuda total.

Algum tempo depois - e o Senador Nabor Júnior é testemunha - o cidadão que recebeu esse título abandonou o investimento com sérios problemas, desvio de recursos. Hoje temos um maquinário abandonado: a própria instalação da usina, caminhões, tratores, caçambas. Uma série de investimentos que foram feitos e um plantio enorme de cana que não gerou uma gotícula de álcool sequer.

Olhando nos Anais da Câmara dos Vereadores, sinto-me orgulhosa de ter tido a coragem de não ter votado a favor daquele cidadão ser rio-branquense, porque fez uma má utilização dos recursos do Governo Federal que, na época de muitas facilidades, em nome do progresso e do desenvolvimento, eram oferecidas para que as pessoas fizessem esse tipo de farra com o dinheiro público.

É fundamental a presença do Estado nos incentivos fiscais de financiamentos adequados para projetos de desenvolvimento; é fundamental a ação do Governo Federal nas bases desse desenvolvimento, como na questão de infra-estrutura, de energia, de comunicação que é precária em vários pontos da Amazônia. Agora, é fundamental também que tenhamos um projeto de desenvolvimento que aposte, principalmente, na democratização do acesso a esse desenvolvimento. Hoje, estamos em uma lógica - como muito bem falou o Senador Coutinho Jorge pela manhã - de globalização. São processos irreversíveis. Enganam-se aqueles que acham que mais produção, mais tecnologia e mais riqueza significam mais incorporação de mão-de-obra, mais empregos, e distribuição de renda.

É fundamental que nos debrucemos sobre este pensamento, porque isto nos leva a um questionamento sobre que modelo de desenvolvimento queremos. É um modelo que concentra renda e riquezas, ou é um capaz de fazer essa distribuição? O caminho apontado por essas pequenas experiências que vimos no mapa é o da distribuição de riquezas, mas é, acima de tudo, um caminho que aponta para além daquilo que estamos vendo, que é a modernidade técnica. Precisamos de uma modernidade ética, que significa termos o compromisso de incorporar setores que hoje estão completamente excluídos e que poderão continuar excluídos se não houver uma ação decisiva do ponto de vista político, social e ético para a incorporação desses segmentos.

Por isso, coloco o seguinte como questionamento: estamos dizendo que a nossa região é riquíssima, que ela tem uma potencialidade fantástica em termos de desenvolvimento econômico. Agora, se não tivermos tecnologia adequada, não adiantam os nossos recursos. Para serem exploradas a nossa biodiversidade e a nossa megadiversidade e ter algum retorno para a nossa população, para o nosso País, tem de ser, pelo menos, daqui a vinte anos. Coisa que eu não sei se será possível com o que o Governo está investindo para as universidades, principalmente as da Amazônia, as periféricas. Se não, daqui a vinte anos, tudo isso que temos hoje nesse grande repositório de recursos naturais, que é a Floresta Amazônica, poderá ser colecionado em grandes coleções, até mesmo fora do Brasil, para servir à indústria farmacêutica e de cosméticos e assim por diante, sem precisar dos nossos recursos naturais.

É por isso que é fundamental o investimento em tecnologia e que assumamos um novo paradigma de desenvolvimento para a nossa região. E aí vem outra questão: muitas vezes, questionamos a idéia de projetos de desenvolvimento, e muitas vezes o fazemos de forma contraditória. Defendo integralmente o modelo caboclo de reforma agrária na Amazônia. O lote quadrado não funciona na Amazônia.

O que funciona é delimitar as áreas de acordo com os recursos naturais, como muito bem fizeram os primeiros ocupantes, através de suas colocações de seringueiros.

Esse é o modelo de reforma agrária para a Amazônia que leva em conta a nossa diversidade cultural que já está muito bem demarcada pelos nossos antepassados.

Por que é importante a questão da demarcação das terras indígenas? Para mim, não faz diferença se é a tradicional ou se é a moderna. Eu quero é que haja demarcação, que as populações indígenas sejam respeitadas, que elas tenham os seus territórios garantidos. Isso não significa uma nação dentro de outra, porque, se não, não iríamos permitir que as pessoas tivessem títulos de propriedades. Ora, se o Brasil tem que abrir completamente, tudo é homogêneo, não deveria ter... (inaudível) ...da velha demarcação ou o modelo mais moderno que tenhamos deva ser feito... (inaudível)

Primeiro: qual é a disposição do Governo Federal em termos de levar a cabo uma proposta de desenvolvimento sustentável para a Amazônia que seja articulada pelas suas Secretarias? Não apenas do ponto de vista da retórica e do discurso, mas do ponto de vista prático, da alocação de recursos do aporte de pessoal, de mão-de-obra qualificada e, inclusive, de estrutura técnica para a realização desse empreendimento.

Por último: a Sudam poderia se transformar em uma agência de desenvolvimento sustentável da Amazônia, ser a coordenadora de desenvolvimento sustentável da Amazônia, incorporando essa variável como um diferencial para o momento em que estamos vivendo. Do contrário, estaremos simplesmente dizendo que vamos fazer desenvolvimento, mas não estamos qualificando. É preciso que os empresários compreendam que, daqui a dez, vinte, trinta anos, precisamos continuar tendo a galinha dos ovos de ouro. Isso é um processo educativo. Não temos de reivindicar o direito de destruir; queremos o direito de preservar e desenvolver adequadamente, inclusive facilitando essa questão da distribuição de renda.

Então, coloco esses dois questionamentos ao Dr. Seixas Lourenço. Qual o aporte que tem sido feito para a Secretaria realizar o trabalho nessa linha que ele está direcionando e se ele concorda que a Sudam, juntamente com as outras agências de desenvolvimento... **(falha na gravação)** ...passam a ser agentes de uma agência de desenvolvimento sustentável para toda a região, como sendo um demonstrativo da nossa capacidade de gerenciar o nosso processo de desenvolvimento.

(Assume a Presidência a Senadora Marina Silva.)

A SRª PRESIDENTE (Marina Silva) - Com a palavra o Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES - Srª Presidente, Senadora Marina Silva, Senhores presentes, tenho acompanhado atentamente o debate. É uma discussão importante, como expôs o Professor Lourenço, ex-reitor, mas continua com o título, como referencial avançado da discussão e da operacionalização de projetos que venham a beneficiar a nossa região. A exposição mostra uma retrospectiva histórica de várias reuniões, em que houve avanços, sim. Esses avanços estão acontecendo.

Agora, o que eu questiono é justamente algo que vem de cima para baixo. No meu Estado, o Amapá, logo no início do Governo, eu vi o Governador entusiasmado, falando em uma política auto-sustentável para a Amazônia. Ele falava em plantio de urucum, de chicória. Era uma confusão. E eu procurava compreender o tipo de política auto-sustentável. O que seria? A utilização de nossos recursos racionalmente protegendo o nosso meio ambiente. Ora, temos de fazer cultura, como o próprio Governador Raupp colocou aqui, a sua preocupação de Executivo.

Falando em resultados a longo prazo: o resultado, sem sombra de dúvida, será a longo prazo. Agora, o que tenho questionado é por que não um investimento maciço no processo de educação. Acredito que muitos recursos são mal utilizados com projetos em que os resultados já são conhecidos. Se pudéssemos mobilizar as nossas universidades, as nossas instituições educativas para que pudéssemos estabelecer, desde cedo, junto a nossa juventude, a nossa população, dentro das nossas escolas municipais e estaduais, um programa especial para intensificar essa discussão, para que o homem tivesse condições de proteger o meio ambiente. E, quando se tornassem profissionais, tivessem condições de fazer um trabalho a contento.

Somos 17 milhões de brasileiros que viemos de várias regiões do País, a grande maioria do Nordeste das grandes secas. Os nossos ancestrais, os nossos avós, os nossos pais vieram do Nordeste como soldados da borracha. Ora, eu me questiono por que uma política auto-sustentável em que o discurso que foi colocado pela comunidade européia, pelos sete países mais ricos, há uma necessidade, sim, de preservação. Mas, aqui, também há 17 milhões de pessoas que precisam sobreviver com emprego, com trabalho.

O nosso Prof. Seixas Lourenço tem prestado um grande trabalho à Amazônia. No Senado Federal, temos acompanhado isso. E sabemos que todos esses encontros já feitos e todas essas nomenclaturas já dadas aos grupos de trabalho, brevemente, darão resultados, sim. Mas isso é projeção para o futuro.

O que não podemos admitir é quando o Governo Federal - tenho acompanhado algumas posições do Governo nas votações no Congresso - destina R$ 1,400 bilhão para o Projeto Sivam. Isso foi um atentado contra os nossos interesses. Estão lá quantos radares pela nossa região toda, direcionados pelos americanos, que precisam rastrear uma dúzia de aviões que estão por aí, nos seus tráfegos. Mas justamente preocupados com a questão de tráfico.

A construção da Hidrelétrica de Tucuruí não atende a mais de 60 Municípios no Estado do Pará.

A verdade, Sr. Presidente, é que precisamos objetivar as nossas ações. Por isso, muito me anima ver a dinâmica do Dr. Tourinho, quando começa a mobilizar uma equipe de técnicos e começa a dar uma injeção de ânimo e de estímulo, reestruturando a Sudam, que, há mais de dez anos, vem sofrendo cortes drásticos. O ano passado foi terrível, parece que tudo fica abandonado. Não existe seriedade. É o que percebemos. A Sudam precisa e está fazendo este trabalho. Quando fui à Sudam, da última vez, fiquei desanimado, porque vimos a apatia, os técnicos e os funcionários desmotivados, os vícios, a política de captação de recursos para investimentos, de projetos que é uma guerra de titãs aqui dentro, o tráfico de influências.

E isso parece que começa a ser tratado de uma outra forma.

O Dr. Tourinho está fazendo um trabalho para a viabilização do desenvolvimento da região. E nós, políticos? A nossa Bancada da Amazônia teve um primeiro encontro no Amapá. E o resultado já de uma articulação em que saiu desses encontros. A nossa Bancada da Amazônia precisa, sim, se mobilizar mais.

Estamos, de uma certa forma, desintegrados. Não temos a tradição da Bancada do Nordeste, porque quando eles batem o martelo, destina... (inaudível)

Preocupa-me muito a Amazônia. Se continuar o descaso, a falta de interesse pela Região Norte, não tenho dúvida de que, dentro de 20 ou 30 anos, vamos ter que tomar o caminho da emancipação. Parece que não existimos para o País. Essa é uma realidade dura. As nossas vozes não são ouvidas. Aos

projetos de interesse parece que fazem ouvidos de mercador. Já falei, na tribuna do Senado, sobre esses movimentos que começam a surgir na Amazônia. Porque se o Brasil não nos quer, podemos tê-lo como parceiro e buscarmos em outros países, já que estamos em uma política de globalização, a nossa unidade cultural. Fazer o quê? Somos a metade do País e temos que ter ousadia, determinação, coragem e vergonha na cara.

Lamentavelmente, a maioria dos nossos líderes tem a tendência da subserviência, de baixar a cabeça, e não podemos continuar desse jeito, precisamos de recursos para a Sudam, para viabilizarmos nossos projetos. Ora, o Banco da Amazônia, outra instituição financeira de desenvolvimento, devolve recursos todos os anos porque não consegue aplicar - a burocracia é terrível.

Estou aqui, na verdade, fazendo um desabafo. Sou um homem muito prático e muito objetivo, não tenho participado muito de reuniões, porque, na verdade, eu fico um pouco...**(a seguir, vários trechos inaudíveis por interferência de outra fala)**. Muitas das vezes, as realidades não atingem (...) estamos aqui, liderados pelo Senador Nabor e outros colegas (...) para trazer a nossa contribuição, que é a nossa obrigação.

Precisamos ir ao Presidente Fernando Henrique. Quero fazer um apelo ao nosso homem lá em Brasília, o Professor Seixas Lourenço, para que providencie junto a nós, nós estamos lá esperando, infelizmente, os afazeres, as reuniões de... **(a seguir vários trechos com gravação sobreposta...)** da Bancada de certa forma precisam de um movimento. Nós estamos lá dispostos (...) Presidente convoque uma reunião (...) Governadores que fazem parte (...), que convoque Ministros (...) para discutir a nossa problemática (...) e que tenhamos resultados objetivos.

Sabemos que a política de desenvolvimento auto-sustentável é a longo prazo. E quando uma política é de longo prazo, só se tem um caminho: a educação. Precisamos preparar a nossa sociedade para levantar essa bandeira. Cada um de nós caminhando para a proteção da nossa Região. O Governador Raupp colocou - e eu percebi no seu semblante e em suas palavras - a franqueza, o desejo de concretizar, quando ele dizia "o meu Estado não tem 5% de rede de esgoto". A maioria dos nossos Estados está com problemas sérios de energia, precisamos estruturar melhor nossos Estados com portos e aeroportos.

O meu Estado é um exemplo: criamos a Zona de Livre Comércio, saímos da figura do território, estamos no extremo, na cabeça, à entrada da Amazônia. Foi uma alternativa. Iríamos caminhar para que, se estamos nos desligando e perdendo as verbas federais, o comércio e o turismo são o caminho. Ou vamos partir para a agricultura? Ou vamos estimular uma política de devastação?

A Zona de Livre Comércio tem sido importante para nós. E estamos sofrendo restrições terríveis; estamos praticamente inviabilizados. E vamos ter que encontrar um caminho.

Encerro as minhas palavras, chamando a atenção dos Srs. líderes da iniciativa privada, os Srs. líderes da sociedade organizada, os Srs. líderes da área política e empresarial. Ou nós nos mobilizamos, com uma política séria, ou teremos, dentro de 20 anos, um outro país. A Amazônia não vai ter outro caminho. Somos discriminados!

Tenho trabalhado já a Constituição, estamos trabalhando projetos em Brasília. Isso é uma coisa séria, muito séria, mas é preciso ter coragem para dizer. E o Sr. Ministro dos Assuntos Estratégicos tem que ficar atento para isso. Já há movimentos latentes, que podem vir à tona, o que não é do nosso interesse. Mas se os nossos interesses não forem atendidos, não poderemos ficar, 20, 30, 40 ou 50 anos; esperando; temos que dar uma resposta aos 17 milhões de conterrâneos que aqui vivem nesta região.

Quero fazer uma referência ao Dr. Mauro, que tem feito um grande trabalho também na Suframa, com os seus conhecimentos técnicos; agradecer ao Dr. Tourinho, pelo carinho e atenção com que recebeu a todos nós do Senado; aos Deputados e às autoridades, e fazer uma referência especial ao nosso Governador Raupp, que veio, é interessado, é disposto e está aqui conosco. Os outros Governadores - para se ver o nível de dificuldade - a um encontro tão importante, não vieram.

Vou manifestar junto aos Ministros, da tribuna do Senado, os meus protestos por não terem vindo à nossa reunião, uma reunião com várias lideranças importantes dos mais variados segmentos da sociedade. Estarei ocupando a tribuna e, na próxima audiência que tiver com o Presidente, vou tratar desse assunto com Sua Excelência. Vou conversar com o Presidente Fernando Henrique, vou sim. E faço um apelo ao nosso reitor... **(longo trecho inaudível)**.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, e espero (...) seus cabelos brancos, quem sabe eu não esteja como Ministro de um futuro país, se não nos quiserem mais.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Agradeço ao Senador Gilvam Borges pela sua intervenção.

Concedo a palavra ao Sr. Edilson Serrão, representante da Embrapa (...).

O SR. EDILSON SERRÃO - Sr. Senador, Senadora Júnia, demais membros da mesa, senhores participantes, gostaria de, em poucas palavras, talvez para transmitir um pouco mais de otimismo, sair um pouco da retórica do pessimismo, pelo menos do ponto de vista da possibilidade do desenvolvimento da região, com base em conhecimento em tecnologia.

A própria palestra do Dr. Lourenço, na verdade, tem pontos muito positivos que já foram mencionados, e esses pequenos pontos de desenvolvimento, esses projetos-pilotos, como o Projeto Caboclo, que, infelizmente, ainda não saiu do papel, mas que entendo que deva sair do papel, todos esses projetos, sejam eles pequenos, grandes, familiares ou empresariais, necessariamente não podem prescindir de aporte de ciência e tecnologia.

Nesse sentido, como representante da Embrapa, de certa maneira, eu diria - não sei se outros colegas vão ter oportunidade de vir -, da área de ciência e tecnologia, expressar esse otimismo, inclusive pelo próprio convite para participar. Isso já é um otimismo para nós, mostra o reconhecimento da necessidade de que, sem conhecimento e tecnologia, é difícil ser almejado o desenvolvimento sustentável.

Então, queria falar desse otimismo, mas dizer também que o otimismo se reflete no que entendemos que está começando a acontecer - eu diria que como uma luz no fundo do túnel -, o início de uma fase de transição para melhores dias no que diz respeito à sustentabilidade do desenvolvimento da região. E isso estou falando do ponto de vista agrotécnico, econômico, social, ecológico e, inclusive, cultural.

Existem alguns pequenos indicadores - e até, às vezes, paradoxais -, como o próprio desenvolvimento da pecuária. Quem acompanhou a pecuária na Amazônia, nos últimos 25 anos, pode observar que já existe alguma diferença no uso das terras, na recuperação de áreas degradadas, por exemplo, para a pecuária. O desenvolvimento agroflorestal e a própria agricultura familiar, existem alguns pequenos indicadores, desses que eu falei, econômicos, sociais e ecológicos que já mostram uma luz no fim do túnel. Isso necessariamente passa pela questão de ciência e tecnologia.

Então, estamos, na verdade, começando a passar por essa fase de transição. Entretanto, essa fase de transição - e a continuidade dela, vamos dizer, o próximo milênio - demanda, cada vez mais, conhecimentos, tecnologias, serviços e produtos. Nesse contexto, entram as instituições de pesquisa na região.

Aqui, estamos falando, por exemplo, do Sistema Embrapa, da Ceplac, das universidades - das quais se fala muito pouco. A questão da formação de recursos humanos é da maior importância nessa questão.

No caso da Embrapa, por exemplo, temos seis centros de pesquisa na região nos seis principais Estados, mas temos 39 centros de pesquisa no Brasil que, em alguma medida e quando necessário, podem ser convocados para aporte de tecnologia na região. Falou-se que a Amazônia é do Brasil. Então, esses outros centros que estão fora da região - estou aqui falando inclusive pelo Presidente da Embrapa, que me autorizou a falar - estariam disponíveis, até onde for possível, para o processo de desenvolvimento regional.

Entretanto, o que não podemos deixar de considerar é a questão da sustentabilidade institucional dessas instituições de pesquisa. Por exemplo, é difícil mudar a Amazônia, quando somente 2% a 2,5% de recursos de ciência e tecnologia são aportados para pesquisa na região. Isso aí é absurdo. E uma região que já se mostrou hoje, por exemplo o caso do Estado do Pará, o sétimo maior contribuinte para exportação no País. Essa região, que tem cerca de 10% da população do País e um dos maiores patrimônios da humanidade, só tem 2% a 2,5% de recursos aportados para ciência e tecnologia.

Gostaria de apenas comentar isso e deixar aqui algumas preocupações.

A primeira é que os modelos de ciência e tecnologia na região, das instituições de pesquisa, têm que mudar. Nós não podemos mais viver com esses modelos tradicionais, porque eles não têm sustentabilidade. Há necessidade dos consórcios institucionais, consórcios no setor produtivo, administração através até mesmo de fundação de direito privado e pesquisa na região. São modelos que, necessariamente, vão propiciar uma maior sustentabilidade a essas instituições. Deixo quatro das minhas sugestões ou recomendações:

A primeira é que as instituições de ciência e tecnologia efetivamente participem do processo de desenvolvimento da região. Elas têm sido relegadas, não têm sido consultadas de um modo geral.

Segundo, que os projetos de zoneamento ecológico, econômico e agroecológicos sejam realmente priorizados. Eu até há pouco conversava com alguns Prefeitos no Estado do Pará, por exemplo, esses novos Prefeitos, por sinal uma nova safra de Prefeitos com uma maior agressividade, no bom sentido, e eles, de repente, descobrem que não conhecem a potencialidade de seus municípios. O rumo do desenvolvimento desses municípios. Isso só pode ser viável por meio do zoneamento ecológico e econômico do município, zoneamento agroecológico. E nesse contexto ciência e tecnologia é imprescindível. Então, esse é o outro aspecto.

Finalmente, a questão do fortalecimento institucional das instituições de pesquisa. Por um lado, por meio de projetos, como por exemplo o projeto PPG7 que, além de instituições de pesquisa como o Museu Goeldi e outras instituições possam também ser agraciadas com recursos, porque todas elas são complementares; há necessidade de todas elas terem uma sustentabilidade institucional, uma capacidade institucional compatível com as suas respectivas missões.

Finalmente, quero enfatizar a questão do Fundo de Desenvolvimento e Tecnologia para a Amazônia. Penso que isso já foi mencionado em dois momentos, hoje de manhã pelo Dr. Nilson, Secretário de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente no Estado do Pará e, inclusive, pelo palestrante Dr. Seixas Lourenço. Mas nós que vivemos essa região e sentimos essas necessidades, achamos que uma iniciativa dessa natureza, a criação desse Fundo, com certeza vai minimizar os problemas dessas instituições de pesquisa, a capacidade institucional para a ciência e tecnologia na região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Tenho a satisfação de anunciar a presença do Dr. Marcos Diniz, ex-Presidente do Incra e Assessor de S. Exª o Ministro Raul Jungmann, a quem ele representa neste Seminário que será o responsável pela exposição realizada na manhã do segundo dia do nosso Seminário, dia 26 de agosto, ele vai dissertar sobre a política de reforma agrária na Amazônia. O Dr. Marcos Diniz se encontra presente e nós anunciamos, com muito prazer, a sua presença neste momento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Presidente Nabor Júnior, Dr. Seixas Lourenço, Dr. Tourinho, demais membros da Mesa, Srs. Participantes deste encontro, inicialmente, solicitaria ao representante da Embrapa que fornecesse à Mesa as sugestões que foram lidas e apresentadas por ele, na sua participação no encontro, para que sejam incorporadas no relatório final do Senador Ademir Andrade.

É importante este encontro aqui em Belém, mas, fundamentalmente, no meu entendimento, ele deve servir como mais um passo na busca de definirmos, de fato, os modelos de desenvolvimento para a Amazônia. No meu entendimento, ainda, este processo só poderá ser concluído se nós, de fato, nos dedicarmos - e aí tem razão o representante da Embrapa e os outros que colocaram claramente a questão da importância da tecnologia, da ciência, da pesquisa nesse processo todo de definição - à questão do zoneamento econômico-ecológico, uma série de procedimentos e que, no meu entender, necessita de um estudo técnico mais aprofundado. Nós já temos o grupo de trabalho da Amazônia, mas me parece que, para concluirmos, Presidente Nabor Júnior, o nosso trabalho na Comissão da Amazônia, no Senado Federal, seria interessante que pudéssemos realizar um evento um pouco mais demorado, onde técnicos, especialistas de todo o País, e até alguns de outros países, pudessem se reunir e se concentrar durante vários dias em vários tipos de encontros, debates, expósições, simpósios onde se pudesse definir, com clareza, até sugestões para as normas, para a modernização da legislação nacional sobre meio ambiente e sobre todos os assuntos referentes à Amazônia.

Concordo com alguns dos expositores que têm colocado a preocupação quanto à definição clara, a conceituação correta de desenvolvimento sustentável. Não há dúvida, para nós, e para mim principalmente, de que esse seja o caminho correto. Que todos os governantes da Amazônia devam se concentrar: Governadores, dirigentes de órgãos estatais, órgãos públicos, Prefeitos, Ministros que devam propor qualquer ação de desenvolvimento para a Amazônia. Todos devemos estar concentrados na importância da necessidade de encaminharmos essas ações, respeitando o contexto de desenvolvimento sustentável.

Mas, até o momento atual, não sei se é por ser algo novo no País, é algo novo na Amazônia, conforme já disseram também alguns participantes deste encontro, o desenvolvimento sustentável tem-se fixado muito mais na retórica dos governantes do que nas ações práticas que busquem, de fato, garantir uma melhor qualidade de vida para a totalidade da população da Amazônia. E aí, Dr. Seixas Lourenço, por exemplo, uma preocupação básica: o desenvolvimento sustentável aceita apenas as populações que vivem nas florestas, nas margens dos rios, ou seja, as populações chamadas tradicionais, os índios, os caboclos, ou vai ser voltado também para garantir uma qualidade de vida melhor e um desenvolvimento da população também urbana que se concentra nas nossas metrópoles e pequenas cidades e que, fundamentalmente hoje, uma grande maioria da população da Amazônia é de característica urbana? Então, é incompatível o desenvolvimento social com ações de

industrialização, por exemplo, das nossas cidades? A agricultura, a idéia da monocultura deve ser totalmente abandonada dentro do desenvolvimento sustentável? Por que Rondônia e o Pará, por exemplo, podem plantar e desenvolver a soja e no Amapá não se pode desenvolvê-la? Porque lá existe um plano de desenvolvimento sustentável e em Rondônia e no Pará não existe um plano de desenvolvimento sustentável?

Se nós não definirmos isso no conjunto dos Estados, vamos ficar ainda um grande período até que, por meio das transformações culturais, da educação, como foi muito bem colocado, as novas gerações possam então estar impregnadas desse sentimento, dessa compreensão e desse compromisso, porque não basta o Amapá fazer desenvolvimento sustentável dentro do que acha que é o desenvolvimento sustentável. Por exemplo, o turismo. O turismo convencional é sustentável ou insustentável? Eu acredito que há muita confusão nessa conceituação, e se as pessoas que estão com a responsabilidade de administrar o País, de administrar os Estados, de conduzir os órgãos técnicos de assessoramento ou de fomento do desenvolvimento não estiverem convencidas do que pode constar do crescente desenvolvimento sustentável, que extrapola o desenvolvimento sustentável, fica difícil falarmos de desenvolvimento sustentável.

O exemplo do Amapá é prático. O representante do Governo colocou claramente as ações do Governo no caminho do desenvolvimento sustentável e lá nós temos projetos, de fato, que merecem ser divulgados nessa área, junto às populações tradicionais, como os índios, os caboclos, as cooperativas. São ações que visam melhorar a qualidade de vida e garantir uma renda permanente para essas populações e garantir a educação, a saúde, o transporte e todas essas outras ações que complementam o desenvolvimento da pessoa humana. Mas o próprio Governador, num determinado momento, passou a investir no desenvolvimento do turismo, por exemplo, e aí construiu o sambódromo, vai construir um trapiche, transformá-lo num terminal turístico.

No meu entendimento, o turismo convencional também pode ser sustentável, desde que ele não degrade o meio ambiente. Mas a idéia que se tem do desenvolvimento sustentável é que só o turismo ecológico, o ecoturismo é sustentável. Então, parece-me que se faz necessário que os cientistas e os pesquisadores deste País, que estão com a responsabilidade de conduzir essas instituições, definam uma conceituação que possa ser utilizada por todos os governantes da Amazônia. Por exemplo, o Pará produzir a soja e o Amapá não produzir porque está fora do conceito de desenvolvimento sustentável, e nós temos um potencial em termos geopolíticos muito maior que o Pará, inclusive em nível de exportação da soja. Para nós, economicamente, seria uma experiência e uma resposta econômica fantástica se pudéssemos também produzir a soja no Amapá, não tenho dúvida, em função de estarmos muito mais próximos da Europa e dos Estados Unidos.

A minha preocupação se resume, fundamentalmente, nisso. Penso que é uma responsabilidade nossa também, no Senado, se for possível ainda conduzirmos um conjunto de eventos que possa, tecnicamente, definir esses conceitos e uma nova legislação do que é e do que não pode ser definido. Aí nós temos vários exemplos, como o que foi colocado aqui, da agro-indústria, a questão do palmito - claro que já é uma legislação definitiva sobre a questão da necessidade de reflorestamento.

Nós temos agora o açaí, que é um potencial econômico esplêndido para a Amazônia e que, muito provavelmente, os organismos de fomento do País ainda não têm essa sensibilidade de propor projetos específicos para o seu plantio e cultivo, com vistas a atender o mercado nacional e o mercado externo porque, até há pouco tempo, o açaí era de consumo regional.

Acredito que o desenvolvimento sustentável não pode ser confundido com políticas específicas para minorias, para grupos de populações tradicionais. Essa é uma questão de dignidade humana, de desenvolvimento humano, social e econômico. A própria cidadania, que no Amapá tem sido muito discutida, a vinculação da cidadania com o desenvolvimento sustentável, é importante no sentido de se adquirir a cultura do desenvolvimento sustentável. Mas, se formos interpretar corretamente o que seria o desenvolvimento sustentável, do ponto de vista ambiental, a cidadania é importante, é fundamental, mas ela não se enquadra no conceito de desenvolvimento sustentável, no meu entendimento.

É lógico que nós não podemos estabelecer uma legislação coercitiva, compulsória, para que os Governadores e Prefeitos venham a acatá-la, obrigatoriamente, mas os Governadores que assinaram a Carta de Porto Velho podem assinar outro documento de compromisso, de adequar as ações de governo a esses limites de desenvolvimento sustentável.

Penso, porém, que não pode ser desprezada a maioria da população que vive dentro das grandes cidades da Amazônia porque não é responsabilidade deste Governo nem nossa a migração intensa. Como compatibilizar, por exemplo, o desenvolvimento sustentável com essa migração desenfreada que sofreram alguns Estados da Amazônia - Rondônia, Roraima e agora o Amapá? Como se pode planejar um Estado? Vai-se impedir, estabelecendo barreiras para que a migração não aconteça nos Estados, porque, em meu entendimento, não é compatível com desenvolvimento sustentável?

Quando se fala em desenvolvimento sustentável, seria no sentido de que a maioria dos trabalhadores do Estado estão vinculados a esse processo, às atividades desenvolvidas em suas empresas, em suas indústrias, na agricultura, na pesca, na pecuária e onde quer que seja. A maior parte das pessoas que estão no mercado de trabalho exercem atividades econômicas dentro do conceito de desenvolvimento sustentável, de modo que a receita principal do Estado está sendo conquistada a partir desse projeto.

Isso não ocorre na Amazônia, nem meu objetivo é fazer essa cobrança dos nossos governantes em função de que se constitui num processo recente. Mas, a meu ver, não podemos esquecer que esse conceito se deve estender também às populações urbanas e às atividades industriais, estabelecendo-se que tipo de indústria pode ser implantada. Já temos o Rima, o EIA - Estudo de Impacto Ambiental, ou seja, uma legislação que busca garantir e preservar a conservação do meio ambiente em vários empreendimentos pelo nosso País.

O desenvolvimento sustentável é algo diferente disso, extrapola a legislação ambiental que temos? Vamos, então, estabelecer uma nova orientação no País.

Notei um ponto específico da Amazônia, que é a questão das áreas de livre comércio e da Zona Franca de Manaus. Essas ações de comércio estão fora do desenvolvimento sustentável? Mas nós, Parlamentares e Governadores - com menos intensidade o do Amapá, que tem algumas restrições a essas áreas -, lutamos, com muito vigor, em favor das áreas de livre comércio. Quem, no Amazonas, falará a favor da extinção da Zona Franca de Manaus?

São estas as minhas preocupações, e acredito que é possível encaminhar trabalhos nesse sentido, de consolidar um conceito de desenvolvimento sustentável. Tem sido muito aproveitada a conceituação, principalmente da Europa, a esse respeito. Será que os organismos europeus, que tanto defendem o desenvolvimento sustentável, conhecem a realidade da Amazônia, no aspecto da distribuição da população e sua concentração fundamentalmente hoje nas áreas urbanas de nossos Estados e Municípios? A idéia central é fazer essas populações retornarem para o setor rural? Ou é manter apenas

aquelas populações que já estão em seus devidos lugares, garantindo-lhes melhores condições de vida, mais dignidade?

Então, Sr. Presidente, Dr. Seixas Lourenço, acredito que se faz necessário um estudo mais aprofundado a respeito dessa questão, um debate técnico essencialmente. Estamos num encontro que pouco acrescentará no sentido de ações concretas, porque daqui dificilmente se extrairão compromissos definitivos, seja dos Governos Estaduais, seja do Governo Federal com relação à política de desenvolvimento para a Amazônia.

O exemplo prático disso é a ausência dos Ministros e de quase a totalidade dos Governadores neste encontro. Não quero dizer que este encontro não tenha eficácia ou valor. É importante, mas apenas para sinalizar um caminho que deve ser desenvolvido ainda com muito mais determinação, se quisermos chegar, de fato, ao que ainda é um sonho para nós: a idéia do desenvolvimento sustentável. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Agradecemos a participação do Senador Sebastião Rocha.

Concedo a palavra ao Sr. Camilo Viana.

O SR. CAMILO VIANA - Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, minhas senhoras e meus senhores, felizmente não aconteceu aqui o que vinha ocorrendo na Amazônia: a comunidade ficou de fora, e eu, que a represento, fui convidado.

Ainda, há pouco se falou das ONG's, horrível denominação de entidades "picaretas" nacionais ou estrangeiras que invariavelmente estão com o pires na mão. Estou de acordo com o Governador de Rondônia quando disse que essas instituições são ricas. Excluamos a Soprem disso, porque não recebemos um vintém do Basa, nem da Sudam, nem do Banco do Brasil, nem da Petrobrás.

Uma pequena Soprem-Heildelberg colaborava conosco. Fazemos ecologia social. Vemos o ímpeto, o entusiasmo do sistema econômico, as cifras, os valores. Não é esta a opinião do Sr. Javier Perez de Cuellar, ex-Secretário-Geral da ONU. O terceiro milênio de desenvolvimento é baseado no cultural, ou seja, basta apenas saber as informações do que está ocorrendo. Patrocinada por uma entidade alemã, que tem nome de presidente de república, foi apresentado, em Minas Gerais, um trabalho interessante, que diz: "a fala traz o otimismo e a prática traz o pessimismo". Parece que foi o que ouvimos aqui.

Falamos umas palavras mágicas, criadas recentemente: reserva extrativista. Mas ninguém sabe o que é isso. Toda a Amazônia é uma reserva extrativista. Desenvolvimento sustentável e auto-sustentável: nesse caso, a "barafunda" é como na gramática. E ficamos sem saber para onde sair. Preocupa-nos bastante, como parte da comunidade.

Devo dizer, mesmo com este epíteto, este apelido de ONG, algumas dessas instituições já estão sendo pagas por países do Primeiro Mundo para que fiquem controlando o Governo. Não é aqui. Nesse caso, é o que significa a palavra paraíso, que praticamente muitos não conhecem, as tais de ONG's. Isso prejudica sobremodo todos os processos da integração da Amazônia, feitos com pompa e circunstância, esperança de todo o povo brasileiro por séculos.

A Amazônia está à margem da História do Brasil há séculos e não desde a semana passada, como um Senador falou. O referido processo de integração da Amazônia transformou-se num pandemônio, num caos que ninguém entende aonde vai nem para onde vem. É um problema terrível.

Além disso, descobriram agora a globalização, termo que, na madeireira de meus amigos do interior, é o seguinte: os do Terceiro Mundo fornecem a matéria-prima, enquanto os demais fazem as bugigangas e vendem novamente para eles. Isso é que se denomina globalização.

Estamos apreensivos com os madeireiros da Malásia, que chegaram a esse ponto, como se já não bastasse o crime de lesa-pátria, o seqüestro, o roubo. Não se trata de permuta. Houve até banquete em Santarém. Não havia mais uma semente quando 70.000 sementes de seringueiras foram parar em um museu de Londres. E restam ainda 12 seringueiras de três a quatro metros de altura. Alguém mais nos saqueou.

Aliás, a biodiversidade deu origem ao capitalismo genético. Não são mais os marinheiros, nem os fuzileiros. As tropas verdes, patrocinadas pelos americanos, já estão acantonadas no Panamá para preservar áreas da floresta que nós, brasileiros, não tivemos capacidade. E não esqueçam, senhores, a história da tentativa de internacionalizar a Amazônia não é fantasia; é a república do Cunani, no Amapá. E se não fosse o cabralzinho, a coisa seria concretizada. E a história do Acre, o senhor conhece, Senador; se não fosse Plácido de Castro, tudo teria sido diferente.

Quanto aos nossos técnicos, nossos pesquisadores, nossos homens da ciência, parece que não estão encontrando saída. Já há modelo feito pelos cearenses, pelos seringueiros nordestinos. Senhores, está havendo a cearensização da Amazônia. Nove mil quilômetros de fronteiras e mais de três mil quilômetros de terra foram conquistados pelos cearenses, que vieram sem o apoio de absolutamente ninguém, impelidos pela seca, pela fome, por outras coisas terríveis que aconteceram por lá.

Privatizar madeira pelos malaios, entregar o nosso minério de mão beijada, é crime de lesa-pátria. Os senhores conhecem Carajás, conhecem a Brasalunorte: é um império cercado de minerais. A minha comunidade trabalha na várzea do baixo Tocantins, paraense. Senhores, até as reservas de peixes estão desaparecendo. Não tem proteína feijão. Então, criam-se proteínas, como já está fazendo a Albrás em parceria com outra. No Amapá, estão fazendo um módulo produtivo mais diversificado, reciclando seringais nativos. Isso já foi aprovado na semana passada pelo Senhor Presidente da República. E por que não se faz isso, quando um cidadão, um engenheiro só, Armando Soares, aqui do Pará, pode fazê-lo?

Por que não se cria porco, bode, carneiro? E o seringal? Depois o caboclo vai migrar atrás de proteína. Que coisa esquisita é essa?! E o pescado? Já foi dito aqui que ganhamos uma ponta, uma coisinha pequena. Não queremos mais ouvir palestras em reunião suntuosa e fantasiosa. Queremos ver coisas duras, queremos ver coisas que nos incomodam. É preciso fazer isso. Vamos fazê-lo.

O homem foi deixado de lado na Eco-92. Foi deixado de lado. O Governo brasileiro achou que a floresta ficava no ápice e que o homem ficava lá embaixo. Resultado: de que Amazônia estamos falando aqui, senhores? Qual delas? É a Amazônia clássica, é a Amazônia ribeirinha? Quando a grande Colômbia se desintegrava, mantivemos 3,5 milhões de quilômetros quadrados para o Governo brasileiro.

O Senador que intercedeu há pouco falou em transformar isso numa república marajoara, em uma coisa assim. Talvez não seja assim. Mas eles lutaram por isso aqui. Temos que produzir alimentos. Temos que fazer perguntas. As perguntas não podem ficar no ar. Por que não vieram as autoridades convidadas para cá? Por que não vieram os nossos Deputados Estaduais, Federais e Senadores do Pará, uma vez que a reunião é aqui? Não pode a resposta ser dada ao acaso. Não vieram por circunstâncias supervenientes. Que diabo é isso? Não vieram porque se haviam comprometido com atividades anteriores. Ora! "S. Exª me pediu que falasse isso". Não pediu coisa nenhuma. É que não houve interesse para a Amazônia. É preciso saber o que existe no exterior em relação à Amazônia. O assessor do Vice-Presidente americano, que veio para uma reunião em janeiro ou fevereiro, disse que na Europa, na Ásia ou no Japão, Estados Unidos, a impressão que se tem da Amazônia é a floresta pegando fogo e o índio correndo de um lado para o outro.

Um assessor do Presidente Jimmy Carter disse isso e não admitiu que fosse publicado em jornal daqui. E o que fazemos? Temos que fazer coisas concretas, objetivas. Não há por que fazermos planos fantasiosos, já que queremos respostas. Os Deputados não vieram. Por quê? Qualquer problema da Amazônia é discutido fora daqui: na Áustria, por jovens que querem formar uma república lanomâmi; em Luxemburgo, que é um centro madeireiro. Mas aqui não discutimos. A Amazônia é curiosidade.

Perneamos por duas universidades alemãs e constatamos que a noção que eles têm da Amazônia é a mesma que temos, ou seja, alguém deve estar fazendo qualquer coisa, mas não nós, porque não temos competência para isso. Temos pessoas maravilhosas que estão lutando, batalhando, conseguindo fazer coisas de maneira extraordinária, mas só isso.

Os senhores precisam ler um documento americano, traduzido para o português, espanhol e francês, de produção recente, que diz que a cultura popular é uma das melhores defesas do meio ambiente, porque defende o cidadão, a cidadania.

Participei há 3 dias da inauguração de uma ponte, uma pinguela. Não houve placa, discurso, guaraná, champanhe, mas havia utilidade. Não houve projeto suntuoso, mas funcionou.

Participei de uma reunião de crianças e de jovens. Os senhores já pensaram o que vamos fazer com as crianças? Qual é o nosso compromisso? Chega de falar sobre o que vai acontecer mais tarde. O meu companheiro, Dr. Lourenço, que foi reitor da universidade, apresentou um documento de 1995. Portanto, já deveríamos ter coisas concretas. Vamos culpar o Lourenço? Não, em absoluto. Sei que ele está dando o melhor de si para que se possa fazer o projeto, mas temos que dar resposta a milhares de pescadores artesanais da Costa do Salgado - que é a Amazônia Atlântica -, que não querem mais ser pescadores. Os seringueiros também não querem mais ser seringueiros assim como os lavradores. Eles querem viver daquela coisa mais imediata. Então, faça-se.

É preciso reativar a terceira etapa da borracha. A primeira foi a fase áurea; a segunda, a decadência, a fase da guerra, quando os seringais de cultivo foram ocupados; a terceira, a que foi aprovada a implantação de um projeto que pretendia fazer do seringal um módulo produtivo diversificado. Não é preciso ter o aviador. Não é preciso comprar em Xapuri ou Sena Madureira. É lá no seringal que deve haver as coisas.

Apelo aos representantes, principalmente da área governamental dos diferentes governos, que procurem saber o que houve na semana passada em relação à borracha. Soube que foi muito sério e que poderá ser a nossa salvação de novo. Já fomos uma das áreas mais ricas do País. Os amazonenses pagavam mais impostos do que o restante do Brasil, com exceção de Minas Gerais e São Paulo. Mas agora estamos na caridade pública.

Então, temos que fazer no Amapá o módulo diversificado e produtivo, produzindo a comida no local, dando dignidade às pessoas, recuperando a auto-estima. Não queremos coisas suntuosas. O que queremos não é essa história de que se vão produzir seis mil empregos; queremos alimentação, roupa, colégio e dignidade. Não quero afastar-me do Brasil. Não é preciso. Pelo contrário, o que queremos é ser brasileiros. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra ao Sr. Josélio Raiter, membro da Federação dos Estudos de Agronomia do Brasil.

O SR. JOSÉLIO RAITER - Saúdo a todos os presentes. Faço parte da Federação de Estudantes de Agronomia no Brasil, núcleo de trabalhos permanentes de estudos amazônicos. Sou estudante em Belém do Pará. Estranho o fato de que a minha Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, instituição federal, não esteja aqui presente.

Quando se fala em desenvolvimento sustentável, há muitos modos de fazê-lo, dependendo de quem é o cliente, de quem vai trabalhar o desenvolvimento sustentado e de quem vai estar ganhando com isso. É muito fácil. Fala-se que, para atingir o desenvolvimento sustentado, se tem que atingir três pontos: economicamente viável, ecologicamente correto e socialmente justo. Geralmente só se coloca a questão econômica, não caracterizando o desenvolvimento sustentado.

No Estado do Pará, na região de Breves, temos situações onde não se agregam esses valores ao modelo de exploração florestal. E ocorre degradação da vida do amazônida. Vou expor uma simples história sobre o que está acontecendo na economia de Breves, região tradicional na extração de madeiras brancas, exploração de palmito, atividade rentável para alguns e não rentável para o amazônida, aquele ribeirinho que está lá. O que está ocorrendo naquela região é que se chegou a uma degradação tão grande do meio ambiente que não existe mais palmito do açaizeiro. Os membros das comunidades têm que ir longe para buscar o palmito e extrair a madeira branca, correndo o risco de enfrentar conflitos agrários entre os próprios ribeirinhos. Por quê? Porque ainda que eu preserve, na minha terra, 70% da área que não está sendo explorada, o meu vizinho está passando fome e vai logicamente explorar aquele local. Tememos pelo futuro que haverá nessas áreas de conflito, sem falar na prostituição infantil.

Nós, da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, em todas as universidades de economia - setenta e oito ao todo - estamos estimulando a aproximação maior da academia com a sociedade, através do que chamamos de estágio de vivência, que já ganhou até o prêmio internacional da Unesco em 1992. Os estudantes que participaram desse estágio devem voltar para a sala de aula e questionar o papel da universidade. Participei disso, no início deste ano na região do baixo Tocantins. Passei 15 dias na região, vi o panorama socioeconômico e político. Foram 15 dias de vivência e 5 dias na universidade, quando relatamos o que vimos durante a vivência.

Sou caboclo da Amazônia, sou de Santarém, mas nunca havia comido somente farinha durante 15 dias. A nossa proposta era de que o estudante deveria sobreviver exatamente como sobrevivem as pessoas daquelas áreas. Eu só comi farinha. Pela manhã, antes de ir para a área onde há manejo de palmito, manejo de paisagem, comíamos farinha e assim levávamos a vida. Até que tem um roedor na região, e questionei, brincando, com o dono da propriedade onde fiquei: "Olha, se o Ibama te pegar por matar um redor, tu vais preso". E ele disse o seguinte: "Mas tenho que saciar a fome da minha família". Eu estava na família dele e completava a sua 10ª pessoa, durante 15 dias.

Voltamos para a universidade e o estudante do 9º semestre de agronomia que foi participar do estágio disse: "Tudo que aprendi na academia não está valendo nada, porque ela não me deu suporte social para estar agindo, enquanto cidadão, naquela região". Então, discutimos muito a questão do desenvolvimento sustentável e não se trabalha a ecologia humana; esquecemos o homem, como foi bem colocado pelo meu antecessor.

Mas, precisamos, realmente, de investimentos para ciência e tecnologia, como todos já falaram, com divisões. A Embrapa e outros órgãos de pesquisa, inclusive universidades, devem difundir essas tecnologias para que as comunidades rurais tenham acesso, porque o maior questionamento nas comunidades é que não há uma aproximação dos órgãos de pesquisa. A vocação econômica atual da região amazônica é o sistema agroflorestal, defendido aqui por alguns, e hoje o Amapá, através da Rurap, desenvolve esses trabalhos.

A pergunta que deixaria para o secretário é geral, com relação à lei de patentes. Temos a Lei de Patentes - que foi imposta pelos Estados Unidos, esta é a verdade - e gostaria de saber se ela está sendo discutida na sociedade, como está sendo difundida e se garantirá a riqueza da biodiversidade e a conversão da melhoria de vida, principalmente para a Amazônia.

Um político, de quem não me recordo o nome, falou o seguinte - não menosprezando a Universidade Federal do Pará, de modo algum, porque é quem pesquisa, realmente, no Estado -: "Temos o NAEA - Núcleo dos Altos Estudos Amazônicos - e precisamos ter o "Núcleo dos Baixos Estudos Amazônicos", porque a academia está muito acima da realidade do agricultor, o qual está precisando desses conhecimentos que nunca chegam da forma que deveriam".

Trago uma mensagem para a juventude, colocada em um trecho de sua música: "Ninguém nos leva a sério, só o nosso minério." Temos que levar mais a sério a Amazônia.

Parece-me que as pessoas que faltaram a este compromisso não estão levando a sério a nossa região, que é estratégica para o Século XXI.

Obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra à Professora Maria Isabel Amazonas, Reitora da Universidade do Estado do Pará.

A SRª MARIA ISABEL - Senadores Nabor Júnior, Ademir Andrade, Senadora Marina Silva, ao iniciar esta saudação gostaria de, através dos ilustres representantes do Legislativo do Acre, apresentar aqui a saudação da Universidade do Estado do Pará, onde fui aprender um pouco mais sobre a Amazônia. Morei durante cinco anos no Estado do Acre e em outros Estados da Região Norte, e gostaria de saudar também os representantes dos outros Estados e todos os colegas da comunidade científica do Estado do Pará aqui presentes.

Serei bem objetiva, porque me permito carregar essa característica comigo - gosto dela - e fico satisfeita também com o retorno do Senador Ademir Andrade, após se ausentar um pouco, porque S. Exª colocou na sua exposição que os problemas de desenvolvimento do Estado do Pará ocorrem por uma questão de poder. Isso só acontece no Estado, na região, porque não temos uma base científica instalada.

Temos um grande problema para resolver - todos nós sabemos e esta Assembléia conhece todos os problemas da Região Norte, cada um, é claro, os da sua área -, mas não existe mistério em relação aos entraves de desenvolvimento da Região Norte para aqueles que estão aqui. Mas não podemos deixar de pensar nas pessoas que não estão presentes e que dependem da nossa ação. Essas pessoas participam do desenvolvimento da região e precisam encontrar ações mais efetivas para que o desenvolvimento do Estado se transforme, rapidamente, em melhores condições de vida para a população.

Então, a grande questão é a necessidade, que não é mais urgente - já deixou de ser urgente há muito tempo -, de se disseminarem conhecimentos científicos por essa imensa região amazônica. Vou dar um exemplo: através do Fundo de Ciência e Tecnologia que o Governo do Estado instalou e que é gerenciado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado, em um mês o Estado do Pará foi capaz de dar entrada em mais 120 projetos para que, através dos recursos do Fundo instituído pelo Governo do Estado, pudéssemos sair dessa parada, que já demora muito. Já se faz uma parada muito grande para o Estado, para a região.

Há 20 anos, morei no Acre durante seis anos e quando voltei para o Estado do Pará, as questões eram as mesmas que eu tinha deixado há seis anos, antes de sair. Fui morar no Paraná - morei mais oito anos no Paraná -, passei todo esse tempo fora do meu Estado e, retornando ao Estado do Pará, onde já estou há alguns anos, as questões continuam sendo as mesmas, os problemas continuam sendo os mesmos. Isto faz com que não dê mais para se aceitarem algumas afirmações feitas em seminários e fóruns como este de que estamos participando.

Os senhores se lembram que a Igreja expediu um documento sobre a situação do Estado do Pará - não sei se as pessoas de outros Estados têm conhecimento dele - em que aponta os problemas relacionados à questão do desenvolvimento do Estado do Pará. Foram convocadas todas as pessoas, todos os líderes do Estado, para que lá estivessem, discutindo o documento.

A Universidade do Estado do Pará esteve presente e, realmente, foi muito chocante se ouvirem de alguns expositores afirmações simplistas como: "Nós estamos nesse estágio de desenvolvimento porque nós somos burros." Não dá mais para aceitar esse tipo de colocação. Aqui não existe ninguém burro. As universidades, as instituições científicas não podem aceitar essa situação sem colocar, sem tentar pelo menos mostrar onde é que estão os verdadeiros problemas.

Desta feita, objetivando mais ainda a minha fala, venho dirigir uma pergunta muito simples ao Dr. Lourenço: se nós, as instituições científicas desses Estados, todos nós, temos a convicção de que é preciso disseminar conhecimentos e fazer pesquisas nessa região, porque só assim se terá um verdadeiro processo de desenvolvimento sustentável; se todos nós temos convicção de tudo isso, se esta comunidade científica - e eu participei das reuniões da Unamaz como Reitora de Universidade - já apontou e mostrou, diversas vezes, quais são os passos que devem ser dados; se temos um documento onde está colocada, de forma clara, uma ação que pode vir, a curto prazo, a minimizar esse problema de desenvolvimento, como é que está a articulação com o Senado Federal para a implantação definitiva do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico? Ele é da Amazônia e, sem sombra de dúvida, é um meio que vai trazer resultado imediato para que possamos nos manifestar, como cientistas nessa Amazônia, sem nunca mais abaixarmos a cabeça ou ficarmos calados quando escutarmos esse tipo de colocação de que é uma questão de burrice a situação em que o Estado se encontra e que somos responsáveis por ela.

Eu gostaria de pedir aos Srs. Senadores que trouxeram este Seminário para a Região Norte para que, mediante ação efetiva de implantação imediata desse Fundo, pudessem, realmente, dar condições à comunidade científica de participar mais efetivamente do processo de desenvolvimento da região. Muito obrigada. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Como último orador inscrito, concedo a palavra ao Secretário de Desenvolvimento do Norte, Dr. Dalin Reis. Em seguida, ao Dr. Seixas Lourenço, para considerações finais.

O SR. DALIN REIS - Sr. Senadores, a princípio eu não iria usar da palavra mas, após duas intervenções - do Governador de Rondônia e do Senador Ademir Andrade -, achei que seria oportuno e importante colocar uma breve questão que angustia também o Estado do Acre.

Primeiramente, apenas recoloco uma questão que também consideramos importante, ou seja, a forte pressão que os Governos estaduais sentem com relação a mais da metade da sua população, que é urbana. Isso foi colocado pelo Governador Valdir Raupp. Reitero suas preocupações com o campo e também com o meio ambiente urbano. O que fazer com relação ao saneamento, à água, à habitação e ao emprego? Isso, basicamente, sem colocar de lado a questão do meio ambiente rural. São questões complexas e que, como no caso de Rondônia, exigem uma ação governamental - que muitas vezes precisa ser corajosa - para tentar responder ou dar respostas concretas a boa parcela da sua população.

O Sr. Senador Ademir Andrade mostrou uma preocupação bastante correta e séria com relação ao zoneamento

ecológico e econômico. No Acre, temos um projeto que se arrasta há quase oito anos - e que, no início deste Governo, em 1995, seria financiado com recursos do Banco KFW, com assistência técnica da agência alemã GTZ -, definindo que o Governo do Estado tinha, como proposta concreta - inclusive de campanha e, por conseguinte, legitimada pela população -, a necessidade da sua integração física na construção de estradas - construção, não mas mera pavimentação.

O Senador Nabor Júnior foi Governador em 1983 e nesse período, foi pavimentada parte dessa estrada. E quando se levou isso, a agência GTZ retirou-se do processo de financiamento do zoneamento ecológico-econômico do Estado do Acre e manifestou informalmente essa determinação; penso que oficialmente não poderia fazê-lo, mas sou testemunha de que esse fato aconteceu.

Eu gostaria também de registrar que o Estado e a Região têm tido um companheiro, um lutador solidário, talvez solitário junto ao Governo federal por algumas vezes, que é o Professor Seixas Lourenço. Participamos juntos dos Fóruns de Secretários de Planejamento e Meio Ambiente e definimos uma matriz básica de infra-estrutura das prioridades mais angustiantes de todos os Estados, numa avaliação muito concreta e objetiva de que não existem recursos para grandes transformações. No entanto, é preciso que tenhamos o mínimo de recursos para darmos algumas respostas, pelo menos as mínimas possíveis.

Não se pode esperar mais; como também não teremos mais grandes programas ou grandes transformações. Infelizmente, nossa grande matriz de investimentos já foi muito trabalhada, com participação e legitimidade de toda a Região, como também participação muito grande da Sudam, que tem, na verdade, praticamente todas as respostas de que precisamos para a Região.

Creio também, Senador, que falta ação. E julgo que talvez a resposta seja só essa, até pela minha formação profissional. Sou arquiteto e, ao fazer qualquer projeto, qualquer obra, nós nos deparamos com a necessidade de se fazer um anteprojeto, levando em conta todas as variáveis, para qualquer projeto que seja. Se é um projeto de hospital, há uma série de especificidades e necessidades a serem consideradas. Faz-se o projeto executivo, e faz-se a obra; mas, efetivamente, faz-se a obra.

Na Amazônia, parece que estamos há vinte anos fazendo anteprojeto; quando se chega ao projeto, volta-se ao anteprojeto; quando se chega ao projeto, volta-se e nunca fazemos a obra. As obras que existem certamente foram feitas há mais de vinte anos. Há erros? Talvez, mas, seguramente, há mais acertos do que erros.

Rondônia, que há quinze anos era acusada pela comunidade internacional de estar praticando devastação ambiental, um desastre ecológico, hoje tem índices econômicos e sociais bastante melhores do que há dez anos. Nos últimos vinte anos, seu PIB cresceu quatro vezes. Tem uma condição econômica e social muito melhor do que a do Estado do Acre, por exemplo, que está ali ao lado. Então, a devastação ambiental, que teoricamente teria sido praticada em Rondônia, hoje proporciona uma melhor qualidade de vida - melhor renda **per capita**, crescimento do PIB, melhor condição de alfabetização, melhores condições de saneamento e saúde. E será que houve devastação?

Há outra questão que julgo importante considerarmos: nossa região tem Estados como o Acre, Rondônia e o Pará, que podem ter dois terços de seu território preservados, talvez até de forma intacta - como áreas indígenas, reservas extrativistas, unidades de conservação, florestas nacionais ou estaduais, ou parques. Alguma região do Planeta pode se dar ao luxo de ter dois terços de seu território claramente definidos como sendo de preservação e se ver impedida de ocupar o terço necessário, jogando toda uma comunidade para a marginalidade, seja por conta da força das leis ambientais, seja por conta da situação econômica por que passa a população?

Como Estado, somos obrigados a dizer que a angústia é muito grande. Por vezes, queremos enveredar por algumas respostas objetivas, mas nos falta capital. E a União não tem respondido, ao mínimo que seja, com recursos prioritários que possam resolver algumas questões para que o Estado, ao definir esses recursos prioritários federais, possa também colocar os seus poucos recursos e, numa ação complementar, melhorar os nossos índices de investimento do setor público. Poderíamos resumir tudo isso em uma só palavra: ação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra ao Seixas Lourenço para fazer suas considerações a respeito dos questionamentos, das sugestões que foram apresentados pelos oradores.

O SR. SEIXAS LOURENÇO - Gostaria de solicitar ao colega Antônio Carlos do Padro a expor questões relativas à exploração florestal e sua política. Creio que foi a última questão colocada pelo Senador Ademir Andrade, já que não tive oportunidade de reportar-me a essa questão por ocasião da minha palestra.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DO PRADO - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, autoridades aqui presentes, senhoras e senhores.

Procurarei ser breve e tentar sintetizar algumas das preocupações que foram ventiladas a respeito da política florestal na Amazônia e exploração florestal, o que tem sido os esforços do Governo Federal, especialmente do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Alguns dos debatedores se referiram claramente a importância que tem as florestas na Amazônia. Isso salta aos olhos de qualquer um. Os recursos florestais de fato são aqueles que mais chamam a atenção para o seu potencial de uso, suas possibilidades, geração de rendas, divisas de emprego etc.

Procurando ser mais informativo e ao mesmo tempo tentando responder a alguns dos questionamentos que foram feitos, especificamente a essa questão do uso de florestas, eu gostaria de dizer, brevemente, qual tem sido o esforço do Ministério do Meio Ambiente e do Governo na questão do uso dos recursos florestais na Amazônia nesse momento de apreensão a respeito da vinda de investimento estrangeiros, principalmente do sudeste da Ásia para a região.

Em primeiro lugar, gostaria de mencionar que o Ministro Gustavo Krause tem se empenhado para poder fazer ressoar dentro da câmara de recursos naturais da Casa Civil da Presidência da República a importância que é debater a questão e discutir o uso dos recursos florestais na Região Amazônica.

Pediria licença ao Sr. Presidente - e acho que não tenho como me furtar a isso - pois o Senador Ademir Andrade se referiu ao Ministro Gustavo Krause de forma jocosa, falando que era um ministrozinho sem importância no Governo Fernando Henrique Cardoso.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Peço vênia a V. Exª, eu não o chamei de ministrozinho. Considero S. Exª um homem extremamente preparado, uma pessoa muito inteligente, competente no cargo que exerce. O que quis dizer - e que fique claro isso! - é que o seu Ministério não tem, da parte da Presidência da República, o apoio e a importância que deveria ter. Foi isso o que coloquei. Já ouvi o Ministro Gustavo Krause várias vezes, e o considero um homem extremamente competente e apto para o cargo que exerce. Então, que fique claro isso. O que quis dizer é que o seu Ministério não tem, da parte do Presidente da República, a importância que deveria ter como Ministro do Meio Ambiente da Amazônia Legal, e que o seu Ministério não tem os recursos de que precisaria para poder trabalhar melhor.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DO PRADO - Agradeço ao Senador por ter deixado clara sua intenção. Mas não poderia deixar passar sem que lhe desse essa oportunidade.

Continuando, Sr. Presidente, a preocupação atual dentro da Casa Civil da Presidência da República e do Ministro Gustavo Krause é, efetivamente, se discutir e se propor um novo modelo de acesso oriundos dos recursos florestais da Amazônia.

Todos sabem que com o crescimento da economia brasileira, a retomada do crescimento econômico, da estabilização do Plano Real, o aumento de demanda interna, a pressão sobre os recursos florestais da Amazônia vai aumentar brutalmente. Essa é uma realidade com a qual nos defrontamos. Sabemos que é preciso reverter o quadro de uso predatório desses recursos. É com essa preocupação que a Casa Civil da Presidência da República, em especial, volto a frisar, com o empenho do Ministro Gustavo Krause, instalou um grupo de estudos do setor florestal da Amazônia.

Também para responder a uma indagação do Senador Ademir Andrade, na sexta-feira, recebemos do Ministério do Meio Ambiente a convocação para uma reunião, essa semana, de subgrupo dentro da câmara de recursos naturais, que vai tratar exclusivamente de estudar uma proposta para a indústria madeireira na Amazônia.

O Ministro da Indústria e do Comércio foi convocado como coordenador desse subgrupo, juntamente com o Ministro da Fazenda, pessoal do Ministério do Meio Ambiente e também da Sudam, pelo que já fomos informados. Esse subgrupo começa a se reunir essa semana.

Mas deixando um pouco de lado a questão da câmara de recursos naturais e voltando ao que o Ministério do Meio Ambiente pretende propor quanto ao acesso aos recursos florestais e seu uso. O que hoje precisamos ter em mente é o aumento das pressões sobre esses recursos. Para os senhores terem idéia, a indústria madeireira da Amazônia, hoje, e aí falo madeira nativa, supre mais de 70% do mercado doméstico de madeira nativa sob as diversas formas: cerrada, compensada, laminada, de estruturas etc. Com o crescimento da economia brasileira e com o crescimento da demanda internacional, demanda internacional com a madeira tropical, tem-se mantido uma taxa de crescimento, nos últimos 20 anos, da ordem de 2,5% ao ano; também devido ao esgotamento de reservas florestais no sudeste da Ásia, é indubitável que a pressão sobre os recursos madeireiros vai aumentar fortemente no País. O que se está gestando, dentro do Ministério do Meio Ambiente, é, em primeiro lugar, a idéia que se tem de que as áreas florestais de uso público precisam começar a ter um desempenho maior no suprimento de madeira no País.

O Senador Ademir Andrade também se referiu à questão do uso de flanas das nossas florestas nacionais e da sua privatização. A questão do uso de flanas, pela nossa legislação, dentro do Código Florestal, desde 1965, especialmente aquelas na Região Sul do País, vem pelo uso, que efetivamente não foi preponderante. A forma de uso dessas flanas, prevista na legislação, se dá mediante licitação à iniciativa privada: licitação para exploração, licitação do acessório que está sobre a terra, que é obviamente o estoque de madeira que lá está.

O que o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente estão começando a fazer na Amazônia, com as flanas já existentes, é, efetivamente, procurar ver se consegue dar atratividade ao uso dessas áreas públicas e para que a produção nessas áreas possa a vir fazer parte da produção de madeira e não da forma predatória, itinerante, que hoje ocorre dentro da Amazônia.

Se se conseguir suscitar o interesse da iniciativa privada por essa pequena e primeira experiência piloto que se está fazendo na **(?)** do Tapajós, que é abrir uma área pequena de cinco mil hectares, ao longo de cinco anos, para que essa terra possa ser acessada pela iniciativa privada, nós certamente estaremos dando um passo muito grande. Isso nunca foi usado no Brasil. Deveria ter sido usado há mais tempo. Estamos numa Casa que sabe muito bem o que é o uso de áreas públicas e florestas públicas para a produção.

Há vinte anos, a Drª Clara Pandolfo propunha a criação de florestas regionais de rendimentos, que não vingou. Na época, vinte anos atrás, não havia de fato interesse, dado o padrão de ocupação da Amazônia, de que se disponibilizassem áreas públicas da produção florestal. Essa é uma das questões principais em que o Ministério do Meio Ambiente acredita e o IBAMA também; é preciso fazer com que essas áreas públicas possam produzir. De que forma? De forma supervisionada, com inventários, com tudo estabelecido, e que esse fluxo de produção possa efetivamente vir a criar mediante alterações nas forças de mercado e mudanças nos preços relativos da madeira; que essas áreas possam ser importantes. O que está por traz do uso de terras públicas para uso florestal é basicamente isso que hoje começa a ser tentado pelo IBAMA dentro do que a Legislação prevê.

É claro que a Casa Civil da Presidência da República, o Governo, começa a discutir outros mecanismos possíveis do uso de áreas públicas para produção florestal, e um desses mecanismos, obviamente, é o das concessões florestais. O que, de certa forma, é preciso entender é que a pressão sobre os recursos florestais, cuja tendência certamente vai ser muito maior, vai exigir do Governo medidas concretas e sérias em termos de alterar o padrão de uso desses recursos. Se não fizermos isso, perderemos o bonde. Não tenho a menor dúvida.

Apenas para dar uma informação a respeito da Medida Provisória nº 1.511, a que o Senador Ademir Andrade se referiu, o processo que se desencadeou depois da edição da Medida Provisória nº 1.511 levou a um debate intenso nos seus dispositivos; depois de toda uma discussão na Comissão do Meio Ambiente na Câmara dos Deputados, creio ter havido uma flexibilização dessa medida. Hoje, ela vem sendo reeditada há dois meses, permitindo que as propriedades com menos de cem hectares, que se dedicam a agricultura de subsistência na Amazônia, não fiquem sujeitas às restrições do limite de 20% máximo de corte nas tipologias florestais.

Outro ponto que também foi solicitado nas discussões na Câmara dos Deputados a respeito da medida foi, efetivamente, aquele que propôs que os Estados da Amazônia Legal, que já estivessem com os seus Zoneamentos Econômicos Ecológicos concluídos, não ficassem com o limite de desmatamento restrito aos 20%. Aliás, a inclusão desse dispositivo na Medida Provisória nº 1.511, efetivamente, funciona como mais uma demonstração de que tem que haver empenho dos Governos, não só do Federal, mas obviamente dos governos estaduais, para que o ZEE seja feito.

Rondônia está terminando a segunda aproximação do Zoneamento Econômico Ecológico em seu território. Terminada essa fase, não tenho a menor dúvida, o que vai prevalecer é o ordenamento, os dispositivos desses zoneamentos, o ordenamento do território e o que estiver dito nesse ordenamento, obviamente mantidas as reservas legais em 50%.

Sr. Presidente, não mais me estenderei, por isso, coloco-me à disposição. O Dr. Seixas sabe que posso tentar responder outro questionamento, mas gostaria de frisar que a questão florestal e a vocação florestal da Amazônia, a potencialidade que isso representa para a Região, são, hoje, uma questão de extrema importância e que o Ministério do Meio Ambiente considera como fundamental para a discussão de um novo modelo e uso dos recursos florestais da Região.

Muito obrigado.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Antes de V. Sª encerrar, gostaria que me prestasse alguns esclarecimentos.

Primeiro, quero afirmar que não sou contra a exploração das nossas floras. Não tenho absolutamente nada contra, mas deve ser exigida, na concessão dessa exploração, a verticalização do que será explorado. Não concebo, e farei tudo o que for possível para não admitir, por exemplo, que venha qualquer empresa estrangeira ou de capital nacional explorar a nossa flora; não tenho nada contra a exploração, que pode ocorrer, desde que vigiada por esse processo do método científico. Estamos trabalhando no sentido de que o Governo mude de posição e, ao dar a concessão, ele condicione à verticalização da produção.

O segundo ponto: gostaria de saber sua opinião com relação à questão das áreas conjuntas nos assentamentos; se o Governo, ao fazer esses assentamentos, sejam eles do pequeno lavrador ou do médio proprietário, estabelecesse, na propriedade, o bem comum daquele grupo assentado, ou seja, a reserva ficaria unida e o cidadão teria direito a explorar sua área total.

Qual é a opinião do Governo sobre uma questão desse tipo?

Só esses dois esclarecimentos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DO PADRO - Com relação ao primeiro, que se refere à questão da verticalização ou maior agregação de valor aos produtos florestais, mencionei que foi criado um subgrupo de política industrial para a indústria madeireira na Casa Civil da Presidência da República. No grupo de trabalho coordenado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, em que se discutiu a vinda dos investimentos estrangeiros para a Amazônia, no setor florestal, ficou determinado que o Governo - e isso será discutido nesse subgrupo de política industrial - proporá um processo produtivo básico, determinando toda a cadeia produtiva para a indústria madeireira, processo produtivo básico e cadeia produtiva determinados com vista a investimentos para que essas empresas pleiteiem junto com os incentivos fiscais à Suframa, Sudam, etc. Esse já é um primeiro ponto determinado no grupo de trabalho que a Secretaria de Assuntos Estratégicos coordenou. E certamente essa questão da discussão, e depois, se vier a ser determinação de modelos de concessão florestal nas áreas florestais públicas, certamente que a determinação dessa cadeia produtiva, da necessidade de agregação do valor aos produtos florestais deverá, obviamente, aparecer.

Com relação ao segundo ponto de áreas conjuntas de assentamento, não há, do ponto de vista do Governo Federal, qualquer restrição quanto a isso. As reservas em bloco já utilizadas em Rondônia são uma possibilidade nos assentamentos que o Governo faz, especialmente nos assentamentos pelo Ministério da Reforma Agrária, para que se possa determinar reservas em bloco. Isso já foi usado no passado, mas não deu muito bom resultado. Mas não há, **a priori**, nada contra esse tipo de idéia.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra ao Seixas Lourenço, para as suas considerações finais.

O SR. SEIXAS LOURENÇO - V. Sª pode responder, com precisão, quem vai tomar conta, acompanhar, policiar, orientar essa concessão, essa retirada da bandeira?

Tenho um argumento terrível quanto a isso. A história da região, a antiga e a atual.

O SR. CARLOS ANTÔNIO DO PADRO - Será outro grupo de trabalho constituído dentro da câmara de recursos naturais na Casa Civil da Presidência da República que se chama de reestruturação institucional e, nesse novo modelo para uso de recursos florestais na Amazônia, certamente, o Governo estará discutindo a adequação ou a reformulação de órgãos públicos que vêm a se incumbir da supervisão desses novos modelos de exploração florestal que poderão vir a ocorrer.

Estou me referindo a todo um processo de discussão, que agora se inicia e, efetivamente, se se quer usar áreas públicas para produção, terá que contar com instituições adequadas, bem estruturadas para poder fazer essa supervisão.

A SRª MARINA SILVA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Neste momento, o Sr. Seixas está com a palavra.

O SR. SEIXAS LOURENÇO - Cedo a palavra a Senadora Marina Silva.

A SRª MARINA SILVA - Só queria saber se, nesse grupo de trabalho constituído, está previsto um debate, uma participação da sociedade, porque um dos grandes problemas nossos é que tudo é concebido em gabinetes e, geralmente, há dificuldades na implementação. Há uma grita com relação a uma política florestal de exploração dos nossos recursos florestais. Acho muito importante que o Governo busque essa discussão, mas acho fundamental que ela seja construída de forma democrática.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DO PADRO - Creio que não há a menor dúvida sobre o que já começou a ser discutido na Câmara, na época da Medida Provisória nº 1511, e depois sobre os questionamentos que a Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados fez ao Ministro Gustavo Krause, a respeito do papel das madeireiras asiáticas, da vinda desses investimento estrangeiros. Não tenho a menor dúvida de que todo esse processo e todas as propostas que, concretamente, venham a sair da Câmara deverão ter que sofrer esse crivo mais aberto possível da sociedade civil organizada.

O SR. SEIXAS LOURENÇO - Procurarei resumir minhas considerações finais, inicialmente com uma questão que tem sido levantada por vários debatedores no que se refere ao zoneamento econômico ecológico que o colega Prado já teve a oportunidade de se reportar. Mas, de qualquer maneira, tem cabido à SAE a definição de zoneamento econômico-ecológico na escala nacional, que é aquela de interesses gerais, ou seja, que trata da regulação do uso do território nacional, que é estratégica, ou seja, reconhecendo e direcionando as grandes tendências que é a estrutura. Por outro lado, isso foi completado no ano passado, na escala macrorregional, proporcionando uma visão de conjunto, setorizando em macrozonas de intervenção, mas numa escala pouco apropriada com trabalho efetivo, hoje, do solo.

Tive oportunidade de mostrar que estamos, com os recursos do programa piloto no subprograma político de recursos naturais, fortalecendo os novos Estados da Região, para que desenvolvam esse trabalho de zoneamento, principalmente nas áreas prioritárias, numa escala de 1/250 mil.

Conforme Prado mencionou, por exemplo, Rondônia está praticamente - pelo menos informava agora o Governador - 80% completo; Mato Grosso também avançou, e os demais Estados têm sido fortalecidos nessa função de execução de zoneamento econômico-ecológico.

Concordo inteiramente com aquilo que colocou o Deputado Antônio Feijão, que cabe, na verdade, fortalecer os Estados e a própria agência - Sudam.

A Sudam está capacitada, tem uma equipe técnica, está equipada; poderia ter seus equipamentos modernizados e poderia ter um papel importante no sentido de uma articulação maior nos Estados, no que se refere ao zoneamento econômico-ecológico.

Recolhi daqui algumas sugestões concretas que poderíamos tentar implementá-las a curto prazo, uma já levantada na parte da manhã e enfatizada agora pelo Dr. Adilson Serrão, da Embrapa/Sepatur; também pela Reitora Isabel Amazonas, da Universidade Estadual, a questão relacionada ao fundo do desenvolvimento científico tecnológico. Creio que essa questão está mais do que madura, para que realmente venha se transformar em realidade.

Estava, agora, lendo o próprio documento, a Carta de Porto Velho, Segundo Encontro da Bancada Parlamentar da Amazônia Legal. Esse é um dos itens em que a Bancada absorve, no anexo I, novos instrumentos da política de desenvolvimento regional, o Fundo de Desenvolvimento Científico Tecnológico:

Destinação de parcelas de recursos correspondentes à isenção do imposto de renda sobre pessoa jurídica, concedida a empresas instaladas na Região, para investimentos em ciência e tecnologia; aporte de recursos orçamentários estaduais, também, captação de recursos junto a organismos internacionais, inclusive a possibilidade de aportes de recursos privados.

Isso viria em apoio a instituições e pesquisas, desenvolvimento de fusão e tecnologias, recuperação das instituições regionais, estímulo a pesquisas e novas fronteiras ao desenvolvimento regional, como o caso mencionado, o caso da biotecnologia.

Creio que poderemos assumir um compromisso, Governo Estadual e o Congresso Nacional. Já existe uma proposta bem amadurecida que consta da política nacional integrada e também do documento de ações estratégicas da Sudam. Acredito que poderíamos efetivar isso concretamente.

Por outro lado, percebo também, na manifestação do vários debatedores, o reconhecimento do trabalho que está sendo feita pela Secretaria de Coordenação da Amazônia quanto à Secretaria Executiva, passos importantes já dados.

Não tive a oportunidade de mencionar, mas temos 100 projetos demonstrativos que não são projetos megalomaníacos. Estão aqui, tenho a relação deles todos:

Consolidação do processo de desenvolvimento integrado, sustentável e participação do Grotão dos Caboclos, São Geraldo do Araguaia. Beneficiamento, processamento e comercialização da produção agroflorestal pela corrente de ações de trabalhadores da região de Nova Ipixuna. Produção, transformação e comercialização de produtos agroflorestais de caixa agrícola de Araras.

Enfim, temos 100 projetos de serviço nesse período agora. Praticamente os apoios começaram a sair em 1995, e os projetos deslancharam em 1996. Quer dizer, a idéia é de se ter a capacidade de atender cerca de 100 projetos/ano. Esse é um passo significativo para a população, para associações comunitárias que nunca tiveram esse tipo de apoio no passado. Trata-se agora de se definir políticas públicas, como essa da criação do Prodex - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Extrativo -, aprovado nessa reunião do Condepa. Creio que essa foi uma reunião histórica, que está redundando agora, já neste ano, na apresentação de pelo menos mil projetos.

São passos assim. Mencionava, ainda agora há pouco, o Governador de Rondônia, até com certo pessimismo, que o caminho é muito longo, o processo é moroso. E é longo mesmo; não tenho qualquer ilusão quanto a isso. Penso que nenhum de nós tem ilusão de que esse não é um processo demorado; não se muda uma cultura de uma hora para outra. Comentávamos aqui como foi difícil a assimilação disso pela própria cultura do Banco da Amazônia, não é verdade? É um processo demorado, porque mil projetos significam um trabalho imenso do corpo técnico.

O SR. ADEMIR ANDRADE - V. Sª sabe do nosso interesse em ampliar o seu trabalho, inclusive colocar isso na proposta que estamos elaborando. Então, queria que V. Sª deixasse tudo muito claro para todos nós.

Conhecemos os projetos que V. Sª está realizando. Questionamos - e aí queria a sua confirmação - se o Governo brasileiro não disponibiliza recursos do Orçamento da União para ação desses projetos. O Governo brasileiro não está fazendo disso a sua política, a sua definição de política pública enquanto forma de ocupação da Amazônia? Gostaria de saber como podemos nos somar a isso, porque, salvo engano, os recursos que V. Exª está utilizando nesses projetos são recursos externos, são recursos dos países mais ricos do mundo, que, preocupados com o nosso desenvolvimento, nos ajudam, nos dão essa esmola, essa ajuda aos pobrezinhos do Brasil.

Mas quero saber o que podemos fazer para que essa ação de V. Sª na Amazônia, que considero extremamente positiva, possa vir a ser uma definição de política pública do Governo, e como podemos fazer para trabalhar recursos da União, recursos do nosso Orçamento para atender e ampliar esse trabalho que vem sendo desenvolvido.

O SR. SEIXAS LOURENÇO - A grande preocupação tem sido, nesses anos, de se ter o apoio dos vários fatores sociais da Amazônia, talvez até pelo fato de eu ser da região e ter sofrido, nessa outra ponta, essa dificuldade e muitas vezes o próprio descaso do Governo. Tenho buscado, desde o início, parcerias muito fortes com a região, por isso mesmo fiz questão de mencioná-las no início da minha exposição, porque, diria, são o que há de mais rico até então no desenvolvimento da política nacional integrada. Trabalho com o GTA, com o fórum permanente e agora estou à procura de parceria com o setor empresarial.

V. Exª mesmo mencionou que o trabalho tem que ter a força popular. Acredito muito nisso. A adesão, e eu diria, a sensibilidade maior do Governo vai depender em grande parte dessa força, que vem desses vários setores. Estou absolutamente convencido disso, quer dizer, dessa necessidade de maior participação nossa, maior representação da Amazônia perante o Governo Federal, e não só o Governo Federal perante a sociedade nacional. Calou-me as palavras do Senador Gilvam Borges, que disse que parece que não existimos para o País. Isso em parte é verdadeiro. Sinto e sempre senti, como amazônida, que realmente não há ainda a devida sensibilidade da sociedade nacional com as questões da Amazônia. Por isso mesmo estamos propondo, e já colocando em prática na Agenda 21 para a Amazônia, o que estamos chamando fóruns para a Amazônia, ou seja, fórum de debate, não só dentro da Amazônia, mas nos outros Estados da região.

Iniciamos em São Paulo, estamos levando a Minas, ao Rio, ou seja, a fim de sensibilizar a sociedade nacional para a importância da região amazônica. Tenho muitas vezes o sentimento de que a região parece ser mais importante no exterior do que para a própria sociedade nacional.

Esse quadro tem que ser mudado por intermédio de um amplo trabalho de sensibilização.

Agradou-me muito a proposta que a Senadora Marina fez, na questão do fortalecimento desse trabalho da Secretaria, enquanto Secretaria Executiva, do Conamaz, associado ao fortalecimento da Sudam enquanto uma agência de desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Penso que a própria política nacional integrada menciona a necessidade de reformulação da Sudam, um trabalho mais articulado com o BASA, ou seja, o somatório de forças Sudam/BASA no desenho de uma agência do desenvolvimento sustentável. Penso que esse é outro tema que valeria a pena um amadurecimento da nossa parte.

De modo que saio extremamente gratificado com as colocações feitas aqui e penso que temos que nos dar as mãos. Vou aceitar a proposta que me fez o Gilvam, de promover, a curto prazo, uma reunião com os Governadores, uma reunião formal do Conselho Nacional da Amazônia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Sinceros agradecimentos ao Dr. Seixas Lourenço e também ao Dr. Antônio Carlos do Prado, e a todos aqueles que participaram do debate nessa segunda etapa do nosso seminário, porque... **(inaudível)** ...e toda a sua equipe... **(inaudível)** ...que tem dado um apoio indispensável para que... **(inaudível)** ...a sua presença

permanente aqui para que esse seminário tenha o sucesso que todos nós desejamos.

Está encerrada a presente reunião. E, para amanhã, marcamos para 9 horas o início do debate do tema "Política Social e Reforma Agrária". Os temas serão debatidos pelo represente do Ministério da Reforma Agrária e pela Drª Lúcia, Secretária de Política Social do Ministério da Previdência. Boa noite a todos e até amanhã.

(Levanta-se a reunião às 19h45min.)

COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 475, DE 1996-SF, DESTINADA A **"DEFINIR UMA POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DA AMAZÔNIA"**

Ata da 8ª Reunião
Realizada em 26 de agosto de 1997.

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e sete, às nove horas, no Auditório da SUDAM, na Cidade de Belém, Estado do Pará, reúnem-se os Senhores Senadores NABOR JÚNIOR, SEBASTIÃO ROCHA, ADEMIR ANDRADE, MARINA SILVA, COUTINHO JORGE e GILVAM BORGES, membros da Comissão destinada a definir uma política para o Desenvolvimento Econômico e Social do Amazônia. Com a presença de diversas autoridades e pessoas de diversos segmentos sociais e de outras associações, o Sr. Presidente, Senador Nabor Júnior, declarou aberto o segundo dia do Seminário Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia, que tratou dos seguintes temas: Política Social e Reforma Agrária, Estrutura Econômica, Transporte, Comunicação e Energia. Os debates do Seminário transcorreram durante todo o dia e posteriormente servirá de subsídios para o Relatório Final da Comissão, e não havendo nada mais a tratar, encerra-se a presente Reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Declaro aberta a reunião.

Convido para participar da Mesa o Dr. Marcos Lins, representante do Ministério da Reforma Agrária; a Srª Drª Alba Maria Abigail, representante da Diretoria de Desenvolvimento da SAC, do Ministério da Previdência e Assistência Social; o Dr. Cláudio Vilas, Secretário de Estado da Agricultura do Estado de Tocantins; o Dr. Francisco Castro Gomes, Diretor do Núcleo de Ações Especiais da Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão; o Secretário de Agricultura do Estado do Pará, Dr. Edgar Nunes; o Dr. José Artur Guedes Tourinho, Superintendente da Sudam; o Dr. Ronaldo (?inaudível); a representante do Estado de Rondônia, Secretária de Planejamento daquele Estado representando o Sr. Valdir Raupp que se ausentou no dia de ontem. Convido também o Sr. Lourenço a participar da Mesa.

Se estiverem presentes alguns prefeitos de municípios do Pará ou de outros Estados, também estão convidados a fazer parte da Mesa.

Convido o Senador Gilvam Borges a participar da Mesa.

Composta a Mesa, damos início aos trabalhos da nossa reunião matutina no dia 26 de agosto.

Vamos conceder a palavra ao Dr. Marcos Lins, representante do Ministério da Reforma Agrária, que irá discorrer sobre a política de reforma agrária do Governo Federal na Região Amazônica.

O SR. MARCOS LINS Muito obrigado, Sr. Presidente, estimado Senador Nabor Júnior.

Quero manifestar, em nome do Ministro Raul Jungmann, meus agradecimentos pela oportunidade de participar desta reunião, um fórum de extraordinária qualidade, criado pela iniciativa da comissão especial que V. Exª preside.

Quero cumprimentar também o Senador Ademir Andrade a quem, até ontem, referi-me como um velho parceiro das lutas, de preocupações, de vitórias e derrotas do processo da reforma agrária na Região Amazônica.

Senhores que compõem a Mesa, colegas, Sr. Superintendente da Sudam, nosso interlocutor freqüente na consideração das questões de interesse comum referentes ao desenvolvimento regional.

Tive oportunidade de estar presente ontem à tarde e acompanhar com grande interesse os debates ocorridos após a apresentação do Reitor Lourenço. Assim, dei-me conta do elevado nível das intervenções e, em particular, de uma característica que percebo nesta reunião: que ela é realizada num clima de grande fidelidade democrática.

Quero cumprimentar a Comissão Especial do Senado Federal, porque não é sempre que se estabelece esse tipo de ambiente onde há troca de opiniões, o encontro e, eventualmente, o desencontro de opiniões entre diferentes representantes, seja do Governo ou seja da sociedade.

Farei uma apresentação sumária das orientação do Governo atual na área específica da política fundiária. Digo uma apresentação sumária porque não me parece razoável ser exageradamente repetitivo na consideração de questões que, em muitos casos, são do conhecimento geral. Resumiria as orientações da política fundiária atualmente sendo implementadas pelo Governo, sob a orientação do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em dois pontos essenciais.

O primeiro deles é o que manda que as ações do Governo resultem, procurem, se organizem para ampliar o território da reforma agrária no Brasil. Isso inclui e, até diria, necessariamente, reconhece o destaque particular da Região Amazônica pelo simples fato da geografia do nosso País nos obrigar a tanto. Não podemos falar de desenvolvimento agrário fechando os olhos para a realidade objetiva da Região Amazônica, pelo seu tamanho e pelas suas possibilidades.

Ampliação do território da reforma agrária. A primeira linha de orientação que vem sendo mantida e reafirmada a cada momento na administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Dessa primeira linha de orientação, se pode apontar alguns resultados objetivos que merecem ser sinalizados. Nos últimos dois anos e pouco isso que estou chamando de "território da reforma agrária no Brasil" se viu ampliado em área não inferior a 3,5 milhões hectares.

A segunda linha de orientação que gostaria de destacar, e que vem sendo rigorosamente observada na ação do Governo, é que a ação do Governo deve, obrigatoriamente, reconhecer a prioridade das demandas sociais. Isso, dito em outras palavras, significa que a Administração Federal, através dos órgãos responsáveis pelas ações de política fundiária, em particular o INCRA, tem sido um local de encontro, de diálogo, de negociação, de discussão permanente entre Governo e sociedade naquilo que se refere à determinação de prioridades de ação do Governo, de prioridades na destinação de recursos públicos, no programa de reforma agrária, e de prioridades na hierarquização nas intervenções fundiárias em todos os Estados da Federação.

Talvez pareça curioso a quem não acompanha o dia-a-dia das atividades do Governo nesta área falar de diálogo, de interlocução e de negociação permanentes, quando, por meio da mídia, todos os dias, temos notícias de contrastes, freqüentemente graves, e, também freqüentemente, de

manifestações contundentes e até agressivas de críticas ao desempenho do Governo nessa área específica de políticas públicas. Eu me permito comentar que não há contradição entre essas duas maneiras de perceber a questão. O fato de que a política do Governo e as ações sejam objetos de críticas, freqüentemente contundentes e até agressivas, não inibe, e até hoje não inibiu, o mesmo Governo de se considerar na obrigação de manter, de encorajar e de respeitar os termos do diálogo democrático com os interlocutores sociais em presença.

Além disso, esclareço que qualquer referência à vida ou referência em presença a situações descritas como de ruptura de diálogo entre responsáveis do Governo e responsáveis das organizações sociais em presença, que qualquer notícia dessa natureza deve ser lida com lentes de grande poder de relatorização, porque a maneira como esse tipo de situação de contraste tem sido retratado ou representado na mídia pode não corresponder, e seguramente não corresponde, à realidade da prática do Governo.

Guardamos, então, referência a duas linhas de orientação. Repito: a ampliação do território da reforma agrária e, nesse processo de ampliação, o reconhecimento da prioridade das demandas sociais.

Façamos uma anotação à margem para uma questão que eu gostaria de colocar como matéria de reflexão a ser assumida em comum pelos que participam deste fórum. Se a orientação do Governo é no sentido de reconhecer a prioridade das demandas sociais, onde fica a capacidade de planejamento do mesmo Governo? Onde fica a capacidade de antecipação tão desejável, se não necessária, nas orientações das ações de Governo e, sobretudo, na prática de alguma coisa que se torna, hoje, obrigatória nos ambientes de Governo, que é a tentativa de realizar ou de concretizar uma visão prospectiva dos processos de desenvolvimento?

Se andamos, como freqüentemente é o caso e freqüentemente é apontado, a reboque da iniciativa da sociedade; se andamos se andamos a reboque da iniciativa da sociedade; se andamos a reboque das demandas dos movimentos sociais, onde é que fica a nossa capacidade de pensar antes, de ordenar de maneira desejavelmente racional as nossas ações ou os empregos dos recursos que nos são confiados, e, conseqüentemente, buscar, de forma autônoma, realizar ganhos de eficiência na nossa ação de Governo? Essa questão não tem hoje uma resposta clara nas condições em que se faz a política agrária e fundiária no Brasil.

Eu afirmo que não temos uma resposta clara, porque, se, de um lado, os responsáveis do Governo manifestam grande vontade de conquistar condições para que a prática do planejamento seja estabelecida no nosso ambiente, é forçoso reconhecer que essa vontade que nos anima e que aparece como uma advertência crítica, ou autocrítica, não tem ainda uma resposta à luz do esforço e do sobreesforço que são requeridos para que essas demandas sociais sejam minimamente atendidas.

Digo isso para que não pareça que eu pretenda fazer uma lamentação. Eu não faço uma lamentação, faço uma constatação e considero que esta constatação tem que ser encarada, entre outros, como um dos desafios de fazer a política fundiária nas condições presentes. Além disso, esclareço para que não restem dúvidas que, do meu ponto de vista e acredito que do ponto de vista do Governo, o valor a ser preservado, em primeiro lugar, nessas ordens de considerações, é o valor que realtece e que estabelece como primeiro ponto na hierarquia de todos os valores, a preservação e o fortalecimento da democracia.

Nessas minhas considerações, afasto a idéia de uma lamentação, mas não posso afastar a constatação, a verificação, a apreciação crítica sobre os nossos próprios atos e a nossa própria maneira de fazer, ao afirmar que, nessa nossa maneira, continua faltando um complemento prospectivo, um componente de ação de planejamento que nos leve a um patamar mais elevado de racionalidade e de desejável eficiência.

Na implementação das orientações a que me referi no início dessa apresentação, o Governo atual foi levado a estabelecer um objetivo de método que não constava até então da agenda da reforma agrária brasileira. Esse objetivo se chama descentralização. Eu digo que esse objetivo está em lugar destacado na agenda do Governo nos tempos atuais, porque é um método que se impõe. Por que se impõe? Porque está provado que o território da reforma agrária no Brasil não apenas cresce ao ritmo que não tem paralelo na experiência contemporânea brasileira, mas tende a crescer mais.

Falamos de valores agregados de três milhões ou de três milhões e meio de hectares. Temos todos os motivos para falar de valores agregados de sete milhões, oito milhões ou de dez milhões de hectares, num futuro imediato. Isso não é matéria de conjectura, é matéria de evidência.

A gerência de um programa, que cresce da maneira como o programa da reforma agrária no Brasil, apresenta-se como inviável se considerarmos necessidades de eficiência crescente. A gerência desse programa se apresenta como inviável se considerarmos que as ferramentas de implementação e de acompanhamento desse mesmo programa são hoje as mesmas ferramentas que existiam há dez ou vinte anos. Não é concebível que se mantenham ferramentas de uma determinada qualidade, formato e capacidade, se o universo de operação e de uso dessas ferramentas é multiplicado por quatro, por cinco ou por dez. Inevitavelmente, vai ocorrer o desgaste dessas ferramentas, como ocorre. Inevitavelmente, a simples operação das ferramentas vai ser fator de crescente ineficiência.

A alternativa que, teoricamente, se apresentaria ao Governo apontaria para uma de duas possibilidades: ampliar a capacidade dessa ferramenta, acomodá-la e ajustá-la às novas dimensões do universo de sua intervenção, ou buscar construir formas de co-responsabilização, abrir caminhos de co-participação que venham a permitir o enriquecimento da institucionalidade da reforma agrária pela presença de outros atores e de outros agentes institucionais.

Quando se fala em descentralização - permito-me usar uma imagem simplificadora -, o que estamos buscando é multiplicação das situações de parceria, fortalecimento e aprofundamento das relações de solidariedade interinstitucional existentes entre a instância federal, o Governo Federal e outras instâncias de Governo, em nível dos Estados, dos Municípios, das regiões e outras instâncias de atuação presentes na sociedade que não são governamentais. A descentralização aparece, então, como uma tentativa do fortalecimento do instrumental atualmente empregado na tarefa de fazer crescer a reforma agrária.

Faço uma nova interrupção para colocar mais uma questão, a exemplo do que tentei fazer há pouco, quando me referi ao planejamento. A descentralização, num país com as características e as dimensões do Brasil, não é, não pode ser e não vai ser nunca o fruto de uma decisão unilateral da instância central do Governo. Não existe hipótese de haver uma iniciativa com um grau mínimo de confiabilidade e de efetividade se ela for, pura e simplesmente, de caráter unilateral da administração federal. O que isso significa? Isso significa que a administração federal, que reconhece a imprescindibilidade desta iniciativa, terá que forçosamente reconhecer a imprescindibilidade de que essa iniciativa seja qualificada por um amplo processo de discussão, de negociação e de formulação que se faça com a presença plena de todos os atores institucionais e sociais em presença.

Provavelmente, estamos diante de mais uma oportunidade de auto-crítica, e não quero parecer piegas, no sentido de reconhecer que, nós, na administração federal, não realizamos, ainda, um esforço da qualidade e da dimensão

necessárias para criar essa possibilidade de participação comum, negociação, contradição e, sobretudo, formulação solidária de novos caminhos institucionais para garantir o crescimento e a eficácia das ações de reforma agrária.

Isso não significa dizer que estejamos irremediavelmente atrasados. Creio que há chance, vontade, espaço e sinais extraordinariamente encorajadores de que esse tipo de interlocução, de co-responsabilização, esse novo tipo de solidariedade estão presentes na vontade de muitos dos atores institucionais a que me refiro.

Faço uma referência simplesmente esclarecedora de onde percebo a presença desses sinais. No momento atual, no dia de hoje, no sul do Estado do Pará, o Governo Federal mantém convênios ativos com vinte e seis das trinta e oito Prefeituras naquela região. Esses convênios resultam na prática de ações de Governo, por meio da intervenção do Município, que absorvem, neste ano de 1997, algo em torno de R$10 milhões de um total de R$16 milhões que a União canaliza para o Programa de Reforma Agrária naquela região.

Hoje, não há nenhuma dúvida no espírito de nenhum administrador, no ambiente federal, de que essa forma de executar é mais econômica, mais eficiente e mais inteligente do que as formas que adotamos ao longo dos vinte e cinco anos precedentes.

Também não há qualquer dúvida, no espírito dos administradores responsáveis por essas ações de que esse tipo de solidariedade a que me refiro não existe e não é possível se não envolve a vontade, a dedicação a clarividência e a iniciativa política de vários outros atores institucionais e sociais em presença. Não se trata de uma mágica que permita ao administrador federal convocar Prefeitos. Isso não existe e sabemos disso. Trata-se de uma ação de solidariedade onde estão presentes o Governo Federal, sim; os Parlamentares ligados à região, sim, decididamente; o Governo Estadual, sim; os Governos Municipais, sim; e mais ainda, os atores legítimos da população interessada na realização desses serviços e na conclusão dessas ações de Governo.

Para nós, isso é extraordinariamente encorajador e confirma a existência de condições objetivas para que se proponha e se leve à prática uma estratégia de descentralização. Hoje, essa estratégia é matéria de discussão, diria ainda pouco visível, mas não menos dedicada e intencionada para que se avance no sentido da formulação de novas maneiras de executar. Faço uma outra referência, na mesma linha, apenas a título de referência às ações práticas que podem ser vistas e medidas.

O Senador Nabor Júnior é testemunha de que, há alguns anos, no Estado do Acre, a gerência local do Incra se empenhava por uma política de descentralização que permitisse uma cooperação mais avançada com os Municípios. O Senador é testemunha de que, há poucos meses atrás, se materializaram os primeiros frutos dessa iniciativa proveniente da gerência local, e não de Brasília, e que resultaram no investimento de recursos federais para a aquisição de patrulhas mecanizadas para atuar na área de conservação de estradas vicinais, etc. e na entrega desses mesmas patrulhas à administração de algumas das Prefeituras dos Municípios no Estado do Acre onde é maior a presença de projetos de assentamentos de reforma agrária.

Pela primeira vez - pelo menos desde que eu acompanho estas questões -, essas patrulhas chegaram ao seu destino antes das chuvas. Para nós, isso representa mais um sinal de encorajamento no sentido de que a estratégia da descentralização deve e pode ser perseguida como a alternativa indispensável para a consolidação e o fortalecimento da política de reforma agrária.

Faço algumas considerações adicionais a propósito de convicções adquiridas na experiência de participação na gestão da política de reforma agrária. É indispensável perceber que o eixo central dessa política, ainda hoje - e, acredito que por algum tempo -, continua a ser uma ação redistributiva e uma questão de acesso à terra. Seria ilusório pretender relativizar esse tema.

Em segundo lugar, como convicção adquirida, o acesso à terra não garante sustentabilidade. Ontem, vários dos oradores que se fizeram ouvir, nesta sala, trataram por vários lados da questão da sustentabilidade - o Senador Sebastião Rocha fez uma advertência ao Governo muito oportuna ao recomendar que qualifiquemos a sustentabilidade sobre a qual estamos falando para que isso não fique como um conceito em abstrato.

No caso da reforma agrária, quero qualificar a sustentabilidade de que estou falando. É a consideração que, uma vez obtido o acesso à terra e estando sobre o seu pedaço de chão, o novo proprietário e sua família tenham a possibilidade de, aí, realizar uma economia que lhes dê frutos por um longo período de tempo. Essa não é uma operação especulativa em que alguém compra um pedaço de terra, faz algumas benfeitorias para ganhar preço e passa adiante esse pedaço de terra. Essa não é uma operação de transição. O trabalhador que chega à sua parcela está, de fato e freqüentemente, vindo de um longo caminho, mas considera que está no ponto de chegada; não considera que está num ponto de passagem. Freqüentemente, este longo caminho já lhe custou muito do ponto de vista de sacrifícios, riscos, instabilidade, insegurança, prejuízos mais leves e, às vezes, definitivos, como perdas de vida, etc.

Conseqüentemente, chegar à terra não pode ser visto como uma escala na trajetória desse cidadão e da sua família. O chegar à terra tem que ser visto como, de fato, a possibilidade de finalmente criar raízes. Evidentemente, isso só vai acontecer se, da terra e dessa nova situação, esse agente econômico - vamos simplificar a percepção da situação desse homem e da sua família - conseguir realizar, pelo menos minimamente, os seus objetivos de geração de renda e reprodução. E, por meio dessa concretização de objetivos mínimos, seja convencido de que pode ir mais adiante, de que vale a pena ir mais adiante, e contemplar seu filho dando seqüência a sua obra de construção.

Ora, a questão da terra tem que ser discutida, apreciada, criticada, medida, mas verificada ao lado de outras tantas questões. Quais são os progressos realizados para que assinalemos aspectos positivos?

Os progressos realizados nos últimos anos e que se confirmam na experiência atual tem a ver com um aspecto central. Apenas, um aspecto de toda essa problemática da sustentabilidade. Esse aspecto refere-se ao fato de que hoje é praticamente certo que, tendo acesso à terra, o novo produtor possui, também, acesso a algum recurso de crédito para estruturar a sua produção.

Peço a atenção dos participantes para o seguinte fato: esse é um aspecto adicional da questão do acesso à terra, não é pouca coisa; não é uma questão irrelevante, não é algo para ser anotado sem mais nem menos. Também não é uma questão que se diga: "mas somente um aspecto, quando o problema é tão complexo como foi dito?" E é. Pois bem, somente em um aspecto. No entanto, esse "um aspecto" representa uma mudança de tratamento e de qualidade da política de reforma agrária na história recente do Brasil, que tem dimensões dramáticas - que eu diria quase que impensáveis - há muito pouco tempo. Até muito pouco tempo atrás, todos sabemos que o acesso ao crédito era matéria exclusiva de quem não precisava de crédito. O banco empresta a quem não precisa tomar dinheiro emprestado.

Com mais razão, ainda, o Governo emprestava a quem não precisava tomar dinheiro emprestado. Essa é a maneira caricatural de enfocar a questão.

A partir de um determinado ponto na estrutura produtiva e social, quando começava a aparecer o agente

econômico necessitado de crédito, acabava o crédito. Não é por acaso que muitas das mais sólidas fortunas do ambiente rural brasileiro - por mais desagradável que seja reconhecer - se estabeleceram e prosperaram tendo como base a agiotagem. Era uma fórmula que a sociedade encontra para suprir as suas necessidades da maneira como lhe ocorre.

Conseqüentemente, fazer hoje a afirmação de que 100 mil, 200 mil, 300 mil novos demandantes de crédito, que são, em sua maioria, pobres ou muito pobres, ou analfabetos, em números ainda mais expressivos, e desconhecidos dessa fantástica e tão desenvolvida instituição chamada cadastro bancário, que eles têm acesso garantido ao crédito é o anúncio de uma situação dramaticamente distinta de tudo aquilo que faz parte da nossa evolução em termos de práticas sociais e econômicas no ambiente rural.

No entanto, sinto-me suficientemente seguro em dizer que essa é a realidade. Ela não é, evidentemente, fruto nem obra da iniciativa clarividente de um governante. Essa realidade é, isto sim, uma construção que já vem sendo feita com fortíssima interveniência dos atores sociais em presença ao longo dos últimos dez anos. Mas vale a pena ser assinalada porque, justamente, é a única coisa certa e segura que se pode dizer que está presente no processo da reforma agrária, além do acesso à terra. Não é pouca coisa.

Da experiência desses alguns anos de uma política de crédito que efetivamente chega às mãos do utilizador final, resta saber quais as lições que já podemos tirar para melhorar, para fortalecer e ampliar as dimensões dessa política.

A título de matéria de reflexão adicional, faço referência ao fato, que nem sempre aparece com a clareza que seria desejada, de que o Estado brasileiro, o Governo Federal lançou há alguns anos um programa de grande dimensão chamado Pronaf - Programa de Apoio à Agricultura de Base Familiar. Esse programa já se apresenta hoje, talvez, como o maior programa individual de fomento à agricultura de base familiar em qualquer lugar do mundo, e que, na minha percepção, é um filho da reforma agrária, apesar de não ser parte dela, apesar de não ser articulado no sentido gerencial de uma reforma agrária. Mas não tenho, na minha percepção, nenhuma dúvida de que a viabilização desse programa é fruto da experiência anterior do Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária, e da imolação que esse programa, necessariamente, produz nos ambientes que não estão no interior da reforma agrária. Se minha percepção é correta, eu estaria apontando para efeitos salutares e meritórios do programa da reforma agrária fora do ambiente da reforma agrária, o que tampouco é pouca coisa.

Sr. Presidente, peço licença para usar mais três minutos para concluir minha apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Pois não.

O SR. MARCOS LINS - Feita a referência à questão do crédito, eu gostaria de me referir a uma segunda linha de trabalho que vem se tornando decorrência automática e imediata do acesso à terra: o manejo de recursos que tem permitido a realização de um programa habitacional amplíssimo, como parte do programa da reforma agrária.

Os números são surpreendentes. Descobrimos, à luz de tais números, que o programa da reforma agrária se transformou, nos últimos anos, no mais importante programa de habitação rural deste país. Lamentavelmente, não tenho esses números aqui, mas eles estarão à disposição de quem tiver interesse -, em número de unidades habitacionais construídas, com o detalhe de que esse programa está presente em todo o território nacional. Segundo detalhe: na prática de realização de investimentos na área habitacional, estamos assistindo a uma capacidade inventiva e de inovação, de parte dos beneficiários do programa, que têm permitido realizar ganhos de eficiência e, conseqüentemente, maximização do emprego desses recursos de extraordinária valia.

O mesmo se pode falar quando se verifica como opera essa descentralização na gestão de recursos públicos, recursos fiscais, na realização de melhorias e de obras nos assentamentos. Os ganhos são correspondentes à redução de custos unitários que podem ser de 6 para 1. Aquilo que seria pago em condições contratuais normais e honestas, a R$6 mil por unidade, está sendo realizado a R$1 mil por unidade.

Não estou, com isso, querendo fazer apologia do artesanato, mas afirmar que isso é parte da experiência contemporânea da ação de reforma agrária em assunto não diretamente relacionado com a obtenção de terras.

Digamos que não estamos diante de uma situação de imobilismo ou diante de uma situação em que não se conheçam caminhos para acrescentar eficiência às ações do programa de reforma agrária. A grande interrogação, ao lado desses aspectos que assinalo como positivos, é que não temos ainda hoje uma forma de resposta a mais que crítica necessidade de assistência técnica nem no ambiente da reforma agrária, nem no ambiente mais amplo da agricultura de base familiar. Aí temos, talvez, o mais grave e o mais temível de todos os desafios.

Não há necessidade de clarividência para entender que produção agrícola e pecuária em condições de pobreza, as condições prevalecentes na pequena produção, em particular na reforma agrária, não ganham condições de sustentabilidade sem internalizar e incorporar informações, conhecimentos, tecnologias, procedimentos que permitam que se alcance, num horizonte razoavelmente próximo, ou razoavelmente longo, ou distante, a produção em condições econômicas, em condições de competitividade. Essa é a grande interrogação.

O Governo Federal faz hoje, no ambiente da reforma agrária, um esforço de grande dimensão com o lançamento de um programa novo que pretende, na prática, criar um mercado de serviços para a assistência técnica no ambiente da reforma agrária, mas sejamos razoáveis e reconheçamos que essa tentativa é de dimensão limitada, necessariamente, de duração limitada, porque não temos segurança de recursos de orçamentos suficientes para estender ao longo de muitos anos essa iniciativa.

É uma tentativa que parece ser oportuna, inteligente, bem articulada, mas que precisa ainda ser testada na prática. Essa questão da assistência técnica, evidentemente, não vai ter resposta dentro do ambiente da reforma agrária. Ela só vai ter resposta se ela for tratada como uma questão que interessa a muito mais gente do que esses da reforma agrária. O Seixas me encoraja com a concordância dele.

Também aí não estamos pretendendo lamentar nada. Temos visto, ao longo dos últimos anos, sobretudo no período mais recente, uma renovada disponibilidade de um número muito expressivo de atores institucionais, hoje parceiros naturais, espontâneos, obrigatórios na ação da reforma agrária. Entre outros: os centros da Embrapa - o que remanesce das estruturas antigas da Emater em todo o País e, cada vez em maior número - instituições universitárias, pesquisadores, estudantes, departamentos que se lançam nessa nova aventura da parceria para o desenvolvimento, a superação da pobreza e da desigualdade que é, em essência, o que realiza e o que representa a reforma agrária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - A Presidência deseja registrar a presença da Senadora Marina Silva, Vice-Presidente desta Comissão, a quem convidamos a tomar assento na bancada. Também registramos a presença do Senador Sebastião Rocha, do Senador Gilvam Borges. Convidamos o Deputado Federal Geraldo Pastana, do Estado do Pará, a tomar assento na bancada. Registramos as presenças do Secretário de Estado da Fazenda Dr. Paulo Ribeiro, do Dr. Orlando Bordalo,

representante do Banco Central. Convidamos a tomar assento à Mesa a Drª Maria José Faria, Secretária do Meio Ambiente do Estado do Acre. Convidamos a tomar assento à Mesa a Deputado Estadual Ezane Monteiro. Convidamos os Deputados Federais e Estaduais presentes a tomar assento, como também os representantes de governos estaduais e prefeituras presentes.

Para agilizar o ritmo de nossos trabalhos, passaremos a palavra à expositora, representando a Drª Lúcia Vânia que, embora tenha confirmado seu comparecimento, de última hora não pôde vir, Drª Alda Maria Abigail, Diretora de Desenvolvimento da Secretaria de Assunto Social do Ministério da Previdência e da Ação Social, que irá discorrer sobre o tema Política Social do Governo Federal para a Região Amazônica.

Posteriormente, vamos conceder a palavra ao debatedores: representantes do Governo do Maranhão, do Governo de Tocantins, da Contag e o Prefeito de Belém, Dr. Edmilson Brito Rodrigues. Esses serão os debatedores dos dois temas e poderão fazer sugestões, perguntas, interpelações aos dois conferencistas. As pessoas poderão se inscrever na lista que se encontra com o secretário da Comissão, o Sr. Amaurides, para interferir, abordar um ou outro tema. Estamos adotando essa metodologia a fim de agilizar nossos trabalhos.

Sendo assim, tenho a honra de conceder a palavra à Drª Alba Maria Abigail.

A SRª ALBA MARIA ABGAIL - Bom dia a todos. Cumprimento os organizadores do evento sobre o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, na pessoa do Exmº Sr. Senador Nabor Júnior, Presidente da Comissão Especial da Amazônia do Senado Federal e Exmº Sr. Ademir Andrade, Relator da Comissão. Saúdo, ainda, todos os Srs. Senadores e Deputados, representantes de Governadores, técnicos presentes, professores universitários e nossos colegas representantes do escritório da SAS, do Ministério da Previdência e Assistência Social, presentes na figura da Drª Lourdinha Passarinho.

Representando a Drª Lúcia Vânia, devido à sua dificuldade de nesse momento aqui permanecer, espero poder contribuir para esse evento de tão ampla magnitude e complexidade, de grande importância para a população não só da Amazônia, mas do Brasil e do mundo.

Entendemos que, hoje, a Região Amazônica e seu povo são praticamente o alvo de todo o foco mundial, pela sua biodiversidade e, também, pela expressão de sua riqueza natural, representando muito para o País e, ainda, para os países do Primeiro Mundo em termos de produção e de globalização da economia.

O tema em questão é bem complexo, porque o Brasil tem uma grande dívida com sua população, principalmente no que tange à área social. É muito difícil tratar desse assunto, ou seja, a questão econômica e social desse processo de desenvolvimento, sem fazer uma abordagem quanto ao cenário socio-econômico, político e cultural em que vivemos atualmente no País.

Nossa sociedade avançou bastante, mas estamos vivenciando um grande processo de arcaísmo e modernidade. À medida que a sociedade brasileira se estrutura com uma Constituição moderna, que propõe tantos direitos sociais, temos de preparar nosso Brasil, cuja população é tão prejudicada em termos de desenvolvimento social e humano, qualidade de vida e sobremaneira refratária em relação aos países do Primeiro Mundo e aos países emergentes da América Latina.

O Brasil deve colocar-se no eixo da globalização da economia e da nova ordem mundial com problemas de política social modernos. Não podemos, de forma alguma, chegar a essa globalização e submeter-nos à nova ordem mundial ajoelhados. Nossas riquezas naturais são importantes para o desenvolvimento dos países periféricos emergentes e, principalmente, do Primeiro Mundo. Muitos problemas de industrialização dos tigres asiáticos, Japão e Estados Unidos, em grande parte, dependerão das matérias-primas da Região Amazônica e da Amazônia Legal.

Por tudo isso, acredito que esse Seminário é de muita importância não somente para o Brasil, como para todo o mundo. Dessa forma, parabenizo os organizadores do evento. Todos nós da Federação Brasileira estamos num processo de aprendizagem. Ao mesmo tempo em que vivenciamos uma cultura moderna e com uma Constituição pautada em direitos sociais, ainda vivemos com interesses econômicos fortíssimos trabalhando contra a Nação Brasileira, na medida em que temos uma legislação ainda arcaica e que não consegue fazer com que todos os programas sociais cheguem à população como ela necessita, em tempo hábil e possível.

Gostaria de apresentar as metas do Governo Federal para a área social, que se constituem praticamente em três eixos básicos: trabalho, emprego e renda; melhoria dos serviços públicos; combate à fome e à pobreza e a parceria com a sociedade. São temas de grande complexidade também, porque estamos passando de uma era praticamente pós-industrial para a era do conhecimento e da tecnologia, que é também de grande complexidade para a Região Amazônica.

O perfil dessa região é agroflorestal e agroindustrial. É preciso fazer com que essa população se modernize para alcançar os novos propósitos da nova ordem mundial e da globalização da economia.

Refletirei com os senhores sobre alguns indicadores da Região Amazônica que podem mostrar-nos a relação de arcaísmo e modernidade à qual está submetida essa região.

Representamos 6% do PIB nacional; o PIB **per capita** está em torno de US$3,747. Temos uma população de 20 milhões de habitantes, dos quais 14,8 milhões vivem em situação de extrema pobreza e cuja esperança de vida ao nascer é de 68,4 anos. A mortalidade infantil traduz-se em 53,7 a cada 1.000 crianças nascidas vivas. A taxa de crescimento da população urbana constitui-se em 6,3% ao ano, o que é bastante preocupante, porque uma região que tem todo um perfil agroflorestal e agroindustrial não consegue fazer com que essa população permaneça em seus municípios. Podemos gerar, como estamos fazendo nos maiores centros urbanos do País, as grandes "miserópolis", carentes das mínimas condições de emprego e de qualidade de vida digna.

Temos ainda outro índice, que traduz a média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais, que é de praticamente três anos, demonstrando a necessidade de um grande investimento não só no ensino básico, mas também no universitário, porque o modelo de desenvolvimento exige uma população bastante preparada para enfrentar as questões da modernidade.

A área geográfica dessa região é muito extensa, abrange cerca de 50% ou 60% do território nacional. Conseqüentemente, 3,3 milhões de quilômetros quadrados da Região Amazônica pertencem ao Brasil. Nesse local, estão concentradas as maiores riquezas de minério, de jazidas, sendo importante para o progresso também do Primeiro Mundo.

O nosso colega da reforma agrária enfatizou a questão da gestão descentralizada. Esse gráfico traduz o momento em que vivemos - entre o arcaísmo e a modernidade - e mostra claramente a Constituição de 1988, que preconiza os direitos sociais e a descentralização político-administrativa para os Estados e Municípios, além de propor a participação da população no controle social.

Reflitamos um pouco sobre essa questão, uma vez que, em todos os países do Primeiro Mundo, a descentralização se faz de forma negociada e articulada com as esferas do Governo, com uma reforma tributário-fiscal que privilegia a municipalização.

Atualmente, a implantação de parceria e descentralização envolveria toda uma desregulamentação do aparelho estatal. Ao mesmo tempo em que convivemos com um Senado que nos exige uma descentralização e uma democracia bastante evoluída, vivemos num arcabouço legal que nos impede de construir esse processo. Toda a política social do Governo está pautada na questão da descentralização. As ações oriundas das políticas sociais jamais podem ser desvinculadas do progresso econômico.

Tive ontem a oportunidade de assistir às falas dos Senadores e do Presidente da Federação das Indústrias. Surpreendi-me ao ver como foi abordada a questão da mudança e da relação capital/trabalho associada à questão da qualidade de vida da população. Para todos os brasileiros, é impostergável o resgate da dívida social com nossa população. Ontem, surpreendi-me muito quando ouvi, neste fórum, a questão de aliar o desenvolvimento sustentado com o crescimento comprometido com a qualidade de vida.

A proposta de política social desse Governo está justamente perseguindo esses passos. Sabemos que enfrentaremos grandes dificuldades de caráter, de redistribuição de poder, de interesses econômicos claros e evidentes e, principalmente, de uma cultura clientelista e arcaica, que perpassa não só os gestores públicos, mas toda a sociedade brasileira.

A política social, como um todo, localiza-se em âmbitos universais, aos quais todos nós, como cidadãos, deveríamos ter acesso: educação, saúde, justiça, esporte, cultura e lazer. Deveríamos construir um sistema de proteção social voltado aos grupos mais vulneráveis, privilegiando principalmente a família e abrangendo, destarte, serviços de orientação e apoio à família e de acompanhamento à criança e ao adolescente; atenção a pessoas portadoras de deficiência e a idosos. Teríamos, então, uma outra forma de política social a ser feita por intermédio de uma gestão intergovernamental, que possuiria programas de geração de renda, capacitação, inserção no mercado de trabalho e ações emergenciais.

Nós, que representamos um segmento da política social do Governo, temos plena convicção de que o País não suporta um processo de desenvolvimento sustentado sem estar aliado à criação de um sistema de proteção social. Até a França, o Canadá e outros países mais evoluídos do Primeiro Mundo dispõem de uma grande porcentagem do seu PIB, apoiados num sistema dessa natureza. Estamos perseguindo essa meta, embora saibamos que ela, por si só, não será necessária quando da estabilização da economia e da queda da inflação. A inclusão de certos segmentos e acesso de compras também não é fundamental para a população. O fundamental seria saúde, educação, geração de emprego e renda, além de acesso à educação.

Esse é o modo de gestão a que se propõe hoje o Governo Federal; bastante complexo, porque, na verdade, a descentralização tem de considerar não só o Poder Executivo, mas os Poderes Judiciário e Legislativo.

Há que se contemplar também a questão da democracia representativa, ou seja, todos os nossos programas deveriam ser construídos junto com a população num processo de planejamento participativo e associado principalmente à vocação econômica dos Estados e Municípios. Além disso, precisaríamos ter fundos que realmente fossem ágeis, dispostos numa legislação pertinente, a fim de que chegassem em tempo hábil à população.

Essa é a forma de gestão - abrangendo saúde, educação, trabalho e assistência social - que está sendo desenvolvida junto aos Estados e Municípios. Podemos afirmar aos senhores que estamos tendo muita dificuldade nesse processo, até porque, à medida que se propõe esse desenvolvimento e que a sociedade brasileira exige um sistema de proteção social que responda às demandas e necessidades da população, não possuímos recursos disponíveis para esse investimento.

Temos ainda a necessidade de enxugamento da máquina estatal. Essa é uma grande dificuldade e uma enorme mudança de paradigma.

Ao mesmo tempo em que a descentralização nos possibilita construir parcerias envolvendo sindicatos, organizações não-governamentais e universidades, exige-se um Executivo forte. E, no momento, a máquina pública do Estado está sendo enxugada a fim de se modernizar. Todos nós, cidadãos brasileiros e gestores públicos, temos de estar muito atentos à alteração desse modelo.

Ontem, perguntou-se acerca do nível de Estado que precisamos para que ocorra um desenvolvimento sustentado no nosso País. Qual o parâmetro de Estado? Nós o estamos buscando juntos, numa construção coletiva - União, Estados e Municípios.

Aqui, posso evidenciar aos senhores, é uma constatação mais voltada à área de assistência social, envolvendo todos os Estados da Amazônia Legal.

Nós, do Ministério da Previdência e Assistência Social, no sentido de cumprir a Lei Orgânica de Assistência Social - Lei nº 8.742 -, que preconiza um sistema de proteção social para o País, voltado para implantar serviços, programas e projetos de enfrentamento da pobreza e para a população de baixa renda, entendemos que o fenômeno da explosão social, ao qual está submetida a população de baixa renda, jamais poderá ser excluído de um processo articulado com desenvolvimento econômico sem privilegiar a família e, principalmente, os Municípios, a gestão municipal.

Dessa forma, por intermédio dos nossos escritórios de representação social em cada Estado da Federação, constituídos por servidores da ex-LBA e do ex-CBIA, estamos fazendo um assessoramento técnico aos Estados e Municípios para traçarem os seus planos municipais de assistência social.

Dos 791 Municípios que compõem a Amazônia Legal, de 1995 até a presente data, só conseguimos prestar o assessoramento técnico efetivo a 367, para que eles elaborem os seus planos municipais de assistência social, tentando articular todas as carências da região, evidenciando a vocação econômica, suas potencialidades e articulando as políticas públicas de educação, trabalho e assistência social.

Trouxemos, a título de informação, a peça orçamentária destinada à região da Amazônia Legal: do Ministério do Trabalho, os valores orçamentários; da Previdência e Assistência Social, expurgamos só a questão da Previdência, então, são recursos voltados a programas de enfrentamento à pobreza: crianças, idosos e também programas de geração de emprego e renda; da Saúde, da Educação e do Desporto, perfazendo um total de 1 bilhão, 718 milhões, 173 mil e 732 reais.

Gostaria de falar aos senhores sobre uma outra questão que foi colocada evidenciando esse quadro. Embora percebamos que os recursos para a área são significativos, mas são bastante limitados, frente à complexidade do fenômeno da exclusão social dessa região, as gestões públicas estadual e municipal não conseguem dar vazão a esses gastos.

Essas questões de ordem relevante deveriam ser discutidas no âmbito não apenas do Poder Executivo, mas do Legislativo e do Judiciário.

A legislação em vigor, a máquina pública totalmente despreparada e o enxugamento do aparelho estatal fazem com que esses recursos não cheguem à população.

Ontem, o nosso parceiro da Suframa disse que o BNDES liberou R$1 bilhão e que só conseguiu gastar, no

exercício de 1997, R$100 milhões. Isso quer dizer que alguma questão está errada na Federação brasileira, e é obrigação de todos nós a modernização do Estado. Não adianta estarmos com um modelo moderno de direito social, com participação popular, com todos os dados evidenciados e com uma legislação arcaica que não nos permite fazer com que as políticas sociais cheguem à população em tempo hábil.

Quanto aos nossos programas, embora no passado tenhamos desenvolvido programas setoriais voltados a crianças de zero a 6 anos e de 7 a 14 anos e à população idosa, hoje estamos com as mesmas ações, mas com uma nova metodologia de trabalho. Assessoramos os municípios no sentido de elaborarem os seus planos municipais, respeitando as potencialidades de cada área.

Trouxemos dados referentes à área de assistência social à Amazônia Legal. Por questão de ética, colocamos apenas a questão dos recursos que são repassados do fundo nacional para o estadual e destes para os fundos municipais. Também por questão de ética, não divulgamos aqui os recursos que ficam presos nos fundos estaduais e municipais por falta de gestão e de maior agilidade na questão do gerenciamento dos recursos públicos.

Nossa trajetória política tem evidenciado grandes fatores de clientelismo e grandes índices de corrupção, que não são identificados somente na sociedade brasileira, mas também nos países do Primeiro Mundo. Quer dizer, a corrupção não é prerrogativa só do nosso País. As áreas econômica e de auditoria e fiscalização esmeraram-se em legislações muito complicadas. Gastamos praticamente 70% do nosso tempo administrando área meio e 30% com programas de educação, de assessoramento técnico e principalmente do trabalho educativo e de políticas de prevenção, dos quais tanto a nossa população necessita.

Hoje, os nossos técnicos estão muito mais comprometidos com prestação de contas, com notas fiscais, com burocracia, com instruções normativas, com decreto de licitação do que com a qualidade dos serviços prestados à população.

Atualmente, a área de assistência social está investindo na Amazônia Legal R$48 milhões. Nossos programas, embora setoriais, são de grande necessidade para a exclusão social do nosso País. É impostergável tratar da questão da criança de zero a seis anos, principalmente porque, nessa fase, pode ficar totalmente comprometido o desenvolvimento do cidadão brasileiro. Temos estudos que demonstram que o próprio brasileiro está diminuindo de tamanho por falta de uma boa alimentação, de condições de vida, de saneamento e de habitação adequados.

Tentamos ampliar o programa para crianças de 7 a 14 anos, para, em meados de 1997, atendermos em torno de 10 mil na Amazônia Legal.

Devido ao trabalho infantil e às questões estruturais e conjunturais de um processo de desenvolvimento distorcido da nossa realidade, as famílias estão perdendo o seu processo, o seu eixo de sustentabilidade e de vocação para a criação de seus filhos. Hoje, as crianças estão submetidas ao trabalho escravo, à exploração sexual e ao uso de drogas. E a região da Amazônia Legal é uma das mais afetadas no País.

Estamos implantando naquela localidade, em parceria com a Unicef, com a OIT, com o Ministério do Trabalho e com o Ministério da Educação, um trabalho conjunto com as famílias e praticamente liberamos uma bolsa para os pais que retiram as suas crianças do trabalho escravo e as colocam na escola. Estamos liberando para o município um recurso **per capita** de R$25. São colocadas jornadas extracurriculares, ou seja, a criança freqüenta a escola de manhã e, à tarde, tem um programa educativo de reforço escolar, de alimentação e de esporte. Além disso, estamos desenvolvendo com essas famílias programas de geração de emprego e de renda. Como essas famílias não têm acesso ao crédito bancário, é para esse contexto que o nosso trabalho se volta.

Estamos também trabalhando com uma política nacional do idoso totalmente centralizada numa gestão intergovernamental, porque sabemos que, no ano 2014, o Brasil deixará de ser um País de jovens e estará praticamente voltado para a sua terceira idade. Isso vai exigir também de todos os gestores públicos um sistema de proteção social muito mais comprometido com educação, saúde e, principalmente, com qualidade de vida.

A Drª Lúcia, à frente da Secretaria de Assistência Social, possibilitou-me um contato maior com todos os Estados da Federação. Ela tem sido uma pessoa muito ativa, já foi Parlamentar durante 8 anos e trabalhou nas Comissões de Orçamento, de Seguridade Social e de Família no Congresso Nacional. Tem também uma experiência muito grande no Estado de Goiás e tem lutado muito para colocar as políticas social e de assistência na agenda governamental e principalmente para recuperar o Orçamento para essa área, o que não tem sido fácil. Ela pediu que eu transmitisse isso com muita clareza. A sua permanência na Secretaria de Assistência Social fez com que ela estreitasse a sua parceria com Governadores, Parlamentares, Senadores, Deputados, Prefeitos e, principalmente, com sindicatos e ONG's.

Temos percebido, por essa constatação, por esse depoimento dela, por esses argumentos que acabei de abordar, que a região da Amazônia Legal está totalmente prejudicada na sua estratégia de consolidação de orçamento. Falta uma estratégia política para se trazer o Orçamento para essa região.

Percebemos também que não estão vinculados aos critérios de partilha de recursos para a Amazônia Legal os índices da população da zona rural. Até pelas disparidades espaciais, pelas próprias dificuldades dos municípios, das regiões ribeirinhas, pela dificuldade de acesso dessa população à informação e por dificuldade dos órgãos de pesquisa, o Orçamento da Amazônia Legal não contempla a zona rural. Esse é outro fator agravante para essa região.

Quanto à dificuldade de se obterem informações, é necessário, em caráter de urgência, dotar os Estados e Municípios dessa região de equipes técnicas e de estruturas administrativas que possibilitem alcançar agilidade na aplicação dos recursos públicos e conjugar os esforços dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e das ONG's, num sistema de parceria e de gestão intergovernamental. O nosso colega da reforma agrária destacou, com muita propriedade, a questão da parceira. Nenhum de nós pode ficar isolado em seu gabinete ou fazer as políticas setoriais desvinculadas da realidade sócio-econômica e das políticas setoriais do Governo. Não é somente a legislação da União que está dificultando o processo de repasse de recursos para Estados e Municípios, mas também a do Estado, que, às vezes, é muito mais exigente e burocrática que a legislação da União.

Enfim, o nosso País não pode mais pensar num programa econômico dissociado da área social. Não podemos continuar com discursos modernos de ética, de cidadania e de justiça social e com uma distribuição de renda tão concentrada, que faz com que 70% da população brasileira esteja submetida a condições mínimas de sobrevivência. Entendemos também que, como estratégia de Governo, temos que atuar em estreita parceria com Estados e Municípios, promover, em caráter de urgência, a reforma tributária e fiscal e trabalhar em assentamentos, periferias e municípios mais periféricos, respeitando sua vocação econômica, para que a população não venha à procura dos centros urbanos, que não têm a mínima condição de oferecer-lhe emprego e principalmente os serviços básicos.

Nós, representantes da política social do Governo, entendemos que esse grande desafio faz parte de todo o processo de construção coletiva da sociedade brasileira. Espero que eu tenha representado, de forma bastante simples, uma parte da política setorial do Governo, porque o nosso trabalho praticamente resume-se à questão da assistência. Temos um grupo que trabalha bastante integrado e que está desenvolvendo projetos de muito interesse, mas tudo que se faz é muito pouco. Hoje, a política social do Governo responde a 0,08% da demanda apresentada pela população brasileira. Trata-se de números do sistema de proteção à assistência social que praticamente mostram o tamanho do desafio em termos de programas sociais.

Agradeço a oportunidade de estar presente a esta Comissão e, em nome da Drª Lúcia Vânia Abrão Costa, parabenizo os organizadores do evento. Espero que os dados apresentados pelo Ministro da Reforma Agrária não sejam de forma alguma questão de lamentação, mas de constatação da realidade e do compromisso que precisamos ter, como cidadãos e gestores públicos, de alavancar um País com tão grande riqueza e tão subordinado a interesses econômicos dos mais constrangedores.

Todo esse desafio não tem intimidado, em nenhum momento, as políticas de assistência social para o Brasil e não nos desanima; pelo contrário, nos fortalece, pois sabemos o compromisso que temos para com toda a população de garantir padrões dignos de desenvolvimento.

Muito obrigada pela participação. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Registro a presença do Sr. Ariosvaldo Cordeiro Soares, representante da Fetag e da Contag, que também participará também dos debates, e a do Deputado Estadual do Acre, João Correia, que compõe a Mesa.

Iniciaremos agora a fase de debates sobre esses dois temas desenvolvidos pelo Dr. Marcos Lins, representante do Ministério da Reforma Agrária e pela Drª Alba Maria Abgail, representante da Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social. Cumprimento-os, publicamente, pela excelência das exposições com que acabaram de nos brindar.

Concedo a palavra ao Sr. Francisco Castro Gomes, representante da Governadora do Maranhão, Drª Roseana Sarney, para fazer sua intervenção em relação a um debatedor, a um tema ou aos dois.

O SR. FRANCISCO CASTRO GOMES - Exmº Sr. Senador Nabor Júnior, Presidente da Comissão Especial da Amazônia e deste Seminário, senhores expositores, Dr. Marcos Lins, Drª Abgail, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados Federais e Estaduais aqui presentes, demais membros da Mesa, senhoras e senhores, incumbiu-me a Governadora Roseana Sarney de estar aqui presente hoje, para participar, em nome do Governo, dos debates em torno do desenvolvimento sócio-econômico da Amazônia.

A Governadora pediu-me que transmitisse ao Senador Nabor Júnior, Presidente desta Comissão, a impossibilidade de estar aqui presente, como ela gostaria, porque este evento coincidiu com o deslocamento do Governo do Maranhão para a área de interior, região central do Estado, onde a Governadora se encontra no momento com seu secretariado, despachando e iniciando obras significativas de interesse do desenvolvimento do Estado do Maranhão.

Os problemas sociais do Maranhão se inter-relacionam com as duas exposições feitas aqui. O problema da pobreza no Maranhão é decorrente, muitas vezes, da política agrária, tendo em vista que este Estado tem uma característica ímpar porque 60% da sua população está localizada na área rural.

O Maranhão também - diante aqui da Amazônia - possui características próprias, que gostaríamos de expor, para que entendêssemos sua situação.

No coração do nosso Estado, definem-se as características geográficas e climáticas da Amazônia e do Nordeste. No coração do nosso Estado, presenciamos uma zona de transição das estiagens do Nordeste, das características da caatinga nordestina com a abundância das chuvas da Amazônia.

Em nosso território, convivem também grandes empreendimentos, e alguns recursos foram ali aplicados. Com esses empreendimentos, poderíamos até pensar que os problemas sociais do Maranhão teriam sido minorados. Recursos e empreendimentos como o Complexo Alunar, produtora de alumínio; a moderna Estrada de Ferro de Carajás; o Porto de Itaqui; a fronteira agrícola produtora de grãos no sul do Maranhão, nos cerrados maranhenses.

A despeito de tudo isso, a grande população do Maranhão convive com um estado de extrema pobreza, como foi caracterizado pela expositora Drª Abgail.

Essa pobreza tem muito a ver, no Maranhão, com a questão fundiária, com a distribuição de terras, enfocada pelo Dr. Marcos Lins, como uma das linhas de orientação do Governo, que é a ampliação do território da reforma agrária. Sabemos que isso não ocorre de maneira tão rápida como se pensa, mas sentimos realmente a necessidade de um envolvimento maior do Estado, dos Municípios e da própria sociedade interessada na solução desse grave problema: a distribuição das terras.

Outro objetivo enfocado pelo expositor foi a descentralização da reforma agrária, não só como já vinha sendo feita, como foi salientado, na construção de obras de infra-estrutura, mas também, na decisão, até com mudanças constitucionais, para que o Estado, os Municípios e os próprios interessados possam intervir na execução, principalmente na desapropriação de terras para locação dos futuros assentados ou dos sem-terra de hoje.

Sentimos também, situados esses dois problemas, que o Maranhão tem ampliado seu território de reforma agrária. O INCRA já possui, no Maranhão, cerca de 130 áreas de assentamento. Lá, também constatamos que, apesar do esforço que tem sido feito pelos Governos Federal e Estadual, muitas vezes, esses assentamentos são a origem dos futuros sem-terra do nosso Estado ou de outros Estados por onde vão perambular.

Faz-se necessário, efetivamente, que, ao se fazer o assentamento, crie-se uma verdadeira infra-estrutura que permita que aqueles assentados possam realmente fincar suas raízes nessas áreas. Isso depende da construção de estradas vicinais, da eletrificação rural, do abastecimento de água, do crédito que vem sendo dado por intermédio do Procera, mas, fundamentalmente, esses assentados carecem de uma assistência técnica permanente e, mais do que isso, do envolvimento de todos eles na definição de todas essas ações, porque eles têm de deixar de ser a parte passiva do processo de reforma agrária, do processo, em si, do assentamento, para serem seus atores verdadeiros.

No Maranhão, estamos desenvolvendo um trabalho ímpar, acredito, em todo o Brasil: uma parceria com o Ministério de Política Fundiária e com o INCRA. Realizamos, como primeiro convênio entre o Governo do Estado e o Ministério de Política Fundiária, a construção de obras de infra-estrutura em 89 assentamentos do Estado, sem precedentes em toda a história do Maranhão. Em apenas seis meses, executamos obras que o INCRA, em dez anos, não realizou. Fizemos isso num processo profundo de descentralização.

A Governadora Roseana Sarney, ao iniciar seu Governo, criou, aproveitando as características do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, financiado pelo Banco Mundial, o Programa Comunidade Viva, significando a participação efetiva dessas comunidades pobres no processo de construção do seu

próprio desenvolvimento. Desenvolvemos tecnologia, metodologia, formas de atuação, de organização e de capacitação dessas comunidades, para que elas próprias pudessem gerir seu desenvolvimento.

Baseado nesse Programa, surgiu a idéia entre o Governo do Estado e o Governo Federal, por intermédio do Ministro Raul Jungmann, nessa parceria que redundou na celebração de um convênio, de que os recursos repassados para o Estado seriam repassados diretamente para as comunidades., o que, na prática, era um profundo programa de descentralização. As comunidades, então organizadas e constituídas legalmente, se conveniaram com o Estado. Os recursos foram repassados para elas. Isso possibilitou ao Estado, ao Governo Federal e às próprias comunidades - com a direção, a gerência, a fiscalização das mesmas e a contratação de empresas feitas por elas próprias construírem, só nas áreas de assentamentos, mais de 1.500 quilômetros de estradas vicinais, em seis meses, mais de 500 quilômetros de rede de eletrificação rural e 73 sistemas de abastecimento de água, inclusive, domiciliar - água de qualidade, tirada de poços profundos, com torneiras em cada uma das residências humildes dos assentados, nessas 89 áreas de assentamento do Estado.

Com um modelo de programa como esse, não podemos conviver com a prática do passado: da centralização e de tudo vir de cima para baixo. Temos de aprender com as nossas comunidades. Elas, com seus próprios pés, têm de construir seu próprio desenvolvimento e superar seus problemas. As obras e empreendimentos que vêm de cima para baixo - e ainda continuam vindo - são consideradas obras do Governo. Às vezes, brigamos com as comunidades, e elas, quando sentem raiva do Governo, quebram tudo, porque não vêem os empreendimentos como sendo seus.

Num programa como esse, em que a comunidade se esforçou, trabalhou, contribuiu, também, com sua própria mão-de-obra, o que é feito é considerado algo seu, que vai ser administrado, vai ser operado e vai ser mantido por essa comunidade, como estão sendo mantidas as estradas vicinais, recuperadas, muitas vezes, pelos próprios produtores rurais, e as redes de abastecimento de água feitas nas áreas de assentamentos.

Por isso, acreditamos que esses assentados fincarão suas raízes e permanecerão nesses assentamentos, melhorando sua condição de vida, produzindo seu sustento e a fartura do nosso Estado.

Por outro lado, sabemos que não é só isso que é necessário. Não basta a descentralização, não basta a construção da infra-estrutura, para que grande parte da população rural do Maranhão possa sair desse estado de miséria em que se encontra. É necessário também que façamos uma intervenção profunda em termos de reforma agrária, no que diz respeito à tecnologia, à assistência técnica, para que possamos tirar o nosso produtor rural da roça itinerante.

Falamos muito em fixar o homem na terra, mas temos é que fixar a agricultura, para que ela não seja itinerante e perambulante como tem sido até hoje, devastando nosso solo, nosso meio ambiente e não dando condições para que essa terra venha a produzir com fartura, como acontecia nos primeiros anos de trabalho.

Intervenções desse tipo são o grande desafio que temos para que possamos sair do atraso, para que possamos sair do subdesenvolvimento, é a participação efetiva dos envolvidos, para que eles possam ser sujeitos de seu próprio desenvolvimento, e a introdução, o apoio, a parceria do Governo com essas comunidades, para que elas possam obter tecnologia - mesmo na condição em que se encontram, de analfabetos em sua maioria, conforme constatado pelo opositor - mas tecnologias apropriadas, que possam ser aprendidas e passem a desenvolver a sua própria agricultura e outras atividades rurais.

Era essa a nossa contribuição e intervenção neste debate.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - A Presidência vai dar alguns avisos para agilizar os trabalho.

Os dois temas expostos serão debatidos. Portanto, vamos conceder o prazo de 10 minutos aos expositores previamente relacionados e 5 minutos às pessoas que se inscreveram.

À medida que os inscritos fizerem seus questionamentos, suas sugestões, os expositores anotam e, ao final da intervenção de cada um, respondem, como aconteceu no dia de ontem. Vamos usar a mesma metodologia utilizada ontem.

Antes de passar a palavra ao segundo debatedor, registro a presença dos Prefeitos José Rufino, do Município de Capitão Poço, e Itamar Rodrigues, do Município de Xinguara, que prestigiam este encontro promovido pela Comissão da Amazônia do Senado Federal. Sejam bem-vindos.

Passo a palavra ao representante do Governador Siqueira Campos, segundo debatedor.

O SR. CLÁUDIO TRONCOSO - Inicialmente, saúdo o Presidente desta Comissão, Senador Nabor Júnior, e cumprimento todos os Senadores presentes, autoridades federais, o Prefeito de Belém, Dr. Edmilson Rodrigues, o nosso anfitrião, o Sr. Superintendente Nacional e todas as autoridades estaduais aqui presentes.

Como anunciado, estou representando, nesta reunião, o Governador Siqueira Campos que, por motivos agendados anteriormente, não pôde estar presente.

Eu, como Secretário da Agricultura, venho desempenhar o papel de debatedor das palestras feitas pelo Dr. ? e pelo Dr. Marcos Lins.

Inicialmente, vou questionar o Dr. Marcos Lins a respeito de reforma agrária, tema deste encontro.

O Tocantins, como todo mundo sabe, é o Estado da livre iniciativa. Temos uma visão de que deveríamos reeditar no Brasil o sucesso do passado.

Em termos de reforma agrária, tivemos há alguns anos, ainda neste século, a colonização feita no Paraná. Ali, vimos um colono tendo a oportunidade de escolher o seu lote, fazer a aquisição de sua terra através de créditos fundiários que existiam naquela época e a atuação eficaz de colonizadores.

Grandes cidades como Londrina, Maringá e outras mais surgiram, vindas de uma estrutura de assentamento bem organizada, com o planejamento de cidades, chácaras, sítios e, conseqüentemente, fazendas que viriam a ser aquele assentamento.

Acreditamos que haveria a necessidade de o Brasil crescer retomando a existência do crédito fundiário - criou-se um recentemente no Ceará -, mas seria importante a participação da iniciativa privada ajudando os governos estaduais, federais a realizar a reforma agrária tão demandada por nossa sociedade.

Gostaria de expor uma questão ao nosso Ministério da Reforma Agrária. Fala-se em parceria, na descentralização da reforma agrária. Em alguns Estados, no meu principalmente, preocupamo-nos muito com a aplicação do ônus da reforma agrária e com a manutenção dos instrumentos necessários para realizá-la; haja vista que o Incra, que detém esses instrumentos, normalmente, habitualmente e tradicionalmente, dificulta e muito o repasse desses instrumentos aos parceiros.

Convêm aos Estados fazer essa parceria, em que ficaríamos com ônus e não com o bônus? Essa é a minha pergunta.

Concordo plenamente, para não dizer que estou só discordando do nosso palestrante, quando afirma que o mais

grave dos desafios é a assistência técnica. Também comungamos com esse pensamento. Temos aí a Emater desestruturada, sem recursos para atuar. Entendemos que não é só dar ao homem o acesso à terra. É importante que ele tenha crédito, tecnologia, a assistência técnica para desenvolver uma agricultura que lhe permita sobreviver com dignidade no campo. Comungamos com o Dr. Marcos Lins. Há um grande desafio a ser vencido.

Fico feliz ao ouvir explanação do representante do Maranhão, quando diz que os assentamentos naquele Estado estão sendo recuperados. No Tocantins, nos preocupam muito os assentamentos velhos, não só os novos, mas os já existentes. Todos são verdadeiras favelas rurais. Não sei se isso ocorre só no Tocantins. Acredito que o Brasil inteiro tem um quadro semelhante. Creio que devemos nos preocupar com o que existe e evitar que o mesmo aconteça no futuro com os novos assentamentos que deverão ser implementados.

Quanto à palestra da nossa estimada Abigail, representante do Ministério da Previdência e Assistência Social, quero parabenizá-la pela atuação e pelo trabalho incansável que seu Ministério tem realizado. O meu Estado tem excelentes parcerias com o seu Ministério. Na minha área, como Secretário da Agricultura, relativamente envolvido com os assentamentos, temos o programa de lavouras comunitárias que tem tido sucesso. É um programa que permite ao homem do campo tirar seu sustento com dignidade, mantendo-o no campo com dignidade. É um programa que o Tocantins agradece e para o qual tira o chapéu. Somos parceiros na implementação desse programa.

Creio que temos de qualificar nosso homem do campo, mantê-lo no campo com dignidade. Para isso, temos de mover todos os Ministérios. É importante que essa ação conjunta, global, aconteça para que se consiga obter êxito na reforma agrária, na manutenção do homem no campo, evitar o êxodo rural e conseqüente inchaço e favelamento de nossas cidades.

Eram essas duas intervenções que eu gostaria de fazer. Eu procurei ser bem rápido e positivo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra ao Sr. Ariosvaldo Cordeiro.

O SR. ARIOSVALDO CORDEIRO - Felicito as autoridades do Legislativo, do Executivo, Prefeitos e lideranças pelo evento.

O Governo tem estudos, estatísticas, coeficiente, dados precisos da miséria, do desemprego, da questão agrária, da questão da Previdência. É impressionante como o Executivo tem clareza da situação em que se encontra o País em termos de miséria. Fico impressionado diante desse quadro estatístico bem detalhado, muito bem estudado.

É a partir desse estudo mínimo, dessa clareza estatística, é lançado um conjunto de projetos de toda a espécie. Prestei atenção aos aspectos detalhados de todos esses estudos.

E agora, nós, trabalhadores da Contag e da Fetag, como vemos todas essas falas governamentais, projetos, ações do Governo, maquetes, vitrinas. Vale até lembrar o projeto de colonização, quando abriram a Transamazônica. Médici, querendo mostrar ao mundo inteiro que era válido aquele projeto, tirou uma fotografia num arrozal imenso, tudo verde, lindo. Hoje, onde está o arrozal? Onde está a usina para beneficiar arroz e cana? Onde está a vicinal, o asfalto, a ponte? Não há. Sabem o que os pequenos agricultores fizeram com suas terras na Transamazônica? Sem vicinal, com a ponte quebrada, na época do verão, muita poeira, na época da chuva, muita lama, os agricultores foram, paulatinamente, vendendo suas terras. Não tiveram assistência social, as políticas sociais não funcionaram. O projeto não chegou até suas terras.

Por isso, ficamos impressionados com o conjunto e o volume de projetos. Não tenho tido acesso a uma centena de projetos. Não se compatibilizou, não houve um casamento das políticas sociais com a política agrária, que para nós é fundamental. A questão da terra não está divorciada das outras questões sociais.

Aliás, tanto estudo! No caso, fala-se muito que se têm que preparar as futuras gerações, e aqui, na Amazônia, nosso sistema educacional, por exemplo, onde escolas têm **kits** tecnológicos - antena parabólica e vídeo. Estamos no Primeiro Mundo, mas não têm energia elétrica. Os senhores percebem o estudo?

O linhão passa por cima de Baião, que fica bem perto da usina elétrica, mas ali não tem energia elétrica. Vejam a concepção de modernidade e de desenvolvimento que se tem, às vezes, quando se lança esse conjunto de projetos.

Então, foi por isso que repeti várias vezes que nós, da Contag e da Fetag, ficamos muito impressionados com o conjunto de projetos.

Não vou aconselhar nada, mas vou dizer como é que poderia ser a metodologia, já que se falou aqui de participação, de democracia. A quem se destinam esses projetos, quem é a maioria? Estão aqui várias autoridades gastando neurônios para melhorar as condições de vida de quem? Da maioria dos trabalhadores, não é verdade? Então, estamos aqui dizendo que temos que ser consultados nas definições das políticas sociais.

É muito fácil falar em democracia. Para sermos consultados, temos que estar fazendo nossos gritos da Terra Brasil - versões locais, no caso do Pará, e versões nacionais. É só dessa forma que somos escutados; é só dessa forma que o conceito de democracia com relação a nós se concretiza; é só dessa forma que não estamos sendo consultados, quando vamos fazer pressão. Dissemos, no caso da Sudam, financiaram-se os grandes projetos, os grandes latifundiários, sobrou o quê? Miséria. Por isso existem as políticas sociais: para ir atrás dessas políticas equivocadas, porque não atenderam a lógica, ou seja, não chamaram os trabalhadores, são as pessoas mais interessadas, que somos nós. Nós é que queremos que nossas condições melhorem. O Presidente da Fetag sempre diz que o eixo central da nossa luta é pela melhoria da situação dos trabalhadores.

Estou falando, me atendo à questão agrária, levantando uma série de polêmicas, mas é sempre assim. É preciso que gritemos, é por isso que fazemos nossos Gritos da Terra Brasil. Já estamos na versão quatro.

Nas nossas reuniões, sempre assinalo que parece até que já estamos não discutindo propriamente, mas cobrando aquilo que me foi garantido - é assim que já estamos fazendo. Já estamos nesse estágio, porque o Governo está lá e nós vamos cumprir.

Nessa história toda de protelação, acontecem casos como o de Eldorado. Recentemente, numa audiência com o Incra, nosso Superintendente falou o seguinte - estávamos resolvendo um problema de uma ocupação chamada Cupiúba aqui no Município de Castanhal; havia divergência entre órgãos governamentais. Ele disse o seguinte: "só não quero que aconteça um novo Eldorado". Fiquei até impressionado com tal clareza. Mas a situação se resolveu.

Quer dizer, o Governo sempre corre atrás do prejuízo. Ele precisa adiantar-se, ou seja, fazer uma integração concreta com os trabalhadores, para não acontecer o que houve em abril, quando fomos mal recebidos em Brasília. Ele fala em democracia, mas, como os pescadores dizem que "só aprendemos a nadar nadando", também a democracia só se obtém fazendo. Então, o Governo sempre está atrás, trazendo graves conseqüências, como já citei.

No mês que vem, haverá um ato para lembrar o assassinato de uma liderança nossa, Rejane Guimarães. É por falta de competência que o Governo está sempre correndo atrás

do prejuízo? Penso que não, porque, pelos dados, pelos números, pelos estudos que ele tem, não é esse o motivo. Só o próprio Governo tem de responder a isto: por que sempre corre atrás do prejuízo? Por que não chama as entidades e os trabalhadores, a fim de encontrarmos uma saída compartilhada para o problema agrário na Amazônia? Temos de tratar, com muita especialidade, a Amazônia, porque ela sempre foi pensada como a última fronteira, onde vamos explorar o desconhecido, investir, produzir e desenvolver.

Para nós, da Fetag e da Contag, qual é a estratégia para os assentamentos e ocupações, para a questão da terra? É investirmos na agricultura familiar, algo que já foi muito bem exposto. E o que significa investir na agricultura familiar? Gerar renda no campo, o que é bom para as nossas famílias, para as médias cidades e para os Estados, porque não incharemos as grandes cidades.

Com relação aos assentamentos, aqui há a fazenda Bradesco; acredito que o Ministro já a conheça. Nós, inclusive, queremos que S. Exª venha no final do ano, para ver como nós, trabalhadores, temos competência de gerenciar e produzir na terra. Mas há um problema: pensávamos no assentamento de 200 famílias, mas já se especula, entre o Incra e o Ministério, algo em torno de 2.000 mil famílias. Será impossível assentarmos ali duas mil famílias, porque o projeto estava sendo pensado para duzentas. Já há divergência, no sul do Pará, na fazenda Bradesco, sobre isso.

Essas colocações que nós, da Fetag, estamos fazendo não são no sentido de sermos pessimistas em dizer que todas as ações governamentais não prestam; não temos essa visão. Nós queremos buscar o diálogo. Se o Governo tem tanta clareza na estatística, nos números, por que não executa? Por exemplo, estamos com um problema concreto, que é o da comercialização. Hoje, estamos fazendo um convênio com a Prefeitura de Belém, com o Prefeito Edmilson Rodrigues, para a produção de leite. É por aí que encontraremos as saídas para a geração de renda. Penso que é louvável essa medida do Prefeito; acredito que se gera renda dessa forma.

Por outro lado, o que vemos no Governo Federal? Que sempre se faz um conjunto de projetos que nunca chegam a nós, trabalhadores, aos sindicatos, aos assentamentos. Então, como já mencionei, está havendo divergência na fazenda Bradesco.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Pediria ao orador que concluísse a sua intervenção, porque seu tempo se esgotou.

O SR. ARIOSVALDO CORDEIRO - Para concluir, gostaria de me ater à questão das políticas sociais.

Apesar de todos esses projetos mencionados, falta, às vezes, um simples digitador num posto do INSS - o Governo tem estatística disso - para atender melhor o conjunto dos trabalhadores.

Para nós, da Fetag, a política de reforma agrária e a política social passam fundamentalmente pela oitiva das pessoas interessadas, que são os trabalhadores.

É isso que temos para apresentar neste debate. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Quero registrar a presença do Sr. Luís **(inaudível)**, representante da Associação Nacional dos Servidores da Polícia Federal.

Ouço, agora, a palavra de S. Exª o Prefeito de Belém, Dr. Edmilson Brito Rodrigues.

O SR. EDMILSON BRITO RODRIGUES - Bom-dia a todos.

Fico muito feliz com a presença de Senadores de outros Estados e, em particular, da Amazônia.

Agradeço ao Presidente da Comissão, Nabor Júnior, aos Senadores Ademir Andrade e Marina Silva, aos demais membros da Comissão, aos representantes de Governadores, às autoridades presentes, porque este evento tem um significado mais do que simbólico: não pelo fato de Belém estar sediando um debate sobre a Amazônia, mas pelo que se pode fluir desse debate, o que se pode configurar como um conjunto de propostas a serem materializadas como ações concretas voltadas ao desenvolvimento da Amazônia.

Aliás, precisamos de planejamento; precisamos pensar a Amazônia como uma totalidade complexa; precisamos, portanto, pensar uma forma de desenvolvimento compatível com as suas peculiaridades geográficas, com a cultura e o modo de vida do seu povo e com aquilo de que tanto se fala, que é a biodiversidade.

Os debates que se travam em nível nacional e as referências que se fazem à Amazônia são expressos em propostas que deveriam materializar-se. No entanto, é perceptível que, em geral, tais propostas não se realizam, apesar da boa vontade dos técnicos, das pessoas envolvidas na coordenação dos programas e dos organismos públicos e privados; esse arcabouço de idéias, muitas vezes bonito na forma, está apartado da realidade concreta da nossa região.

Se continuarmos trabalhando contra o que caracteriza especificamente a Amazônia, contra a cultura do seu próprio povo, será muito difícil implementar qualquer projeto. Então, o primeiro passo é planejar, elaborar uma proposta de desenvolvimento que não deve ser feita sem que sejam ouvidos os atores sociais, isto é, a população da Amazônia.

Segundo a Constituição, os Deputados Federais representam o povo, e os Senadores, as Unidades Federativas, ou seja, os Estados onde o povo vive.

Nesse sentido, tenho certeza de que esta união entre o Pará, o Amazonas e outros Estados frutificará muito, exatamente porque está sendo organizada, levada de forma séria pelas pessoas que acreditam na possibilidade de um modelo de desenvolvimento que consiga aproximar mais a Amazônia das outras regiões brasileiras.

Algo que me tem preocupado e que tem relação com a necessidade de políticas sociais para conter o crescente grau de exclusão da Amazônia é exatamente o avanço, o aprofundamento das desigualdades inter-regionais.

Não pude estar presente ontem, mas acompanhei, por meio de informações e da própria imprensa, a proposta relativa à suspensão da desoneração do ICMS. Para dar o exemplo de um mecanismo que aprofunda esse processo de desigualdade inter-regional, recentemente, o Secretário de Planejamento do Estado anunciou ou denunciou que somente de outubro - quando passou a vigorar a Lei Kandir - a maio deste ano, o Pará perdeu R$100 milhões, dos quais R$63 milhões representavam exatamente o que a Companhia Vale do Rio Doce havia deixado de pagar.

No ano passado, num dos debates eleitorais, fiz um apelo suprapartidário, dizendo que é necessário unir forças, independentemente do que sejamos do ponto de vista político-ideológico. É o que está sendo apresentada aqui: a necessidade de unir forças políticas e sociais da Amazônia; o Nordeste deve estar a postos também. Se isso não ocorrer, particularmente, os Estados da Amazônia serão prejudicados.

Eu sou do PT; você, Ronaldo, do PSDB. É óbvio que, se se desonerarem os produtos de exportação naturais ou de baixo grau de classificação produtiva, o Pará deixará de receber quase tudo que receberia com o ICMS. Por quê? Ou exportamos o minério **in natura** ou a madeira em pranchas. Aliás, tem-se tentado reverter esse processo há algum tempo, mas, por exemplo, nem indústria moveleira podemos afirmar que temos, com a qualidade necessária para exportarmos para outros Estados ou países. Nas salas das escolas públicas, em geral, as cadeiras que os estudantes ocupam, as mesas dos professores,

as escrivaninhas, os armários são feitos de um material agregado, produzido no Paraná ou em São Paulo.

Quer dizer, nós perdíamos. Que bom que agora começamos a acordar. Quero dar os parabéns aos representantes do Maranhão que realizaram um movimento com Prefeitos de todos os partidos. Como sou do PT, falo com tranqüilidade, porque talvez nem haja Município governado pelo PT no interior do Maranhão. Há apenas um; aliás, dois.

Enfim, este é mais um movimento positivo por conta da aprovação do Fundo de Estabilização Fiscal. Não se trata de oposicionismo, mas de uma realidade concreta. O Pará, segundo estudos do Deputado Paulo Bernardo, perderia, este ano, R$100 milhões em vez de R$11 mil. O Fundo de Participação dos Estados corresponderia a R$62 milhões; os Municípios do Pará teriam R$38 milhões de perda, e Belém, R$6 milhões.

Então, se não há recursos, como desenvolver políticas sociais, inclusive voltadas para as tão propaladas parcerias, com projetos que viessem dirimir a crise social e ambiental que a Amazônia hoje vivencia? Enfrentamos um processo histórico de degradação da nossa economia.

Aliás, num debate com a Igreja, do qual participaram vários Secretários Estaduais e autoridades, fiz referência a dados de uma pesquisa que realizei. Em 1977, exportávamos, certamente, um volume de produtos. É óbvio que, dez anos depois, em 1987, eram outros produtos. Madeira, por exemplo, é menos pesada; a sua densidade é menor do que a de outros materiais, como os metais. Deixando-se isso de lado, para se ter uma idéia de quanto se têm depreciado os preços do que produzimos, em 1977, a Amazônia toda, incluindo Mato Grosso, exportou 580 mil toneladas de produtos, como malta, minérios, madeira, etc; em 1987, já estávamos exportando, mais ou menos, 24 mil e 600 toneladas. São dados que a Sudam me ajudou a obter, por meio daqueles indicadores conjunturais. Infelizmente, no Governo Collor, deixou-se de realizar esse trabalho tão importante, e não sei se já o retomaram.

Então, em dez anos, houve um crescimento de mais de 4.000% no volume de produtos amazônicos exportados ao ano. Com isso, poder-se-ia concluir que a Amazônia vai muito bem. Se exportávamos 580 mil toneladas em 1987 e estamos exportando 24 milhões e 600 mil toneladas, o volume de recursos cresceu. Mas o preço médio da tonelada, que em 1977 era US$250,00, decresceu em 1987 para US$50,00, ou seja, para se conseguir o mesmo volume de recursos, temos de produzir cinco vezes mais.

Os últimos dados a que tive acesso foram os de 1994. Ontem, um dos jornais publicou a exportação dos Estados, mas não tive condição de analisar ainda. Em 1994, o Pará, que em 1977 havia produzido 24 milhões e 600 mil toneladas, produziu e exportou mais de 40 mil toneladas, incluindo minérios, madeira, etc., e o preço decresceu para US$42, parece-me. Ou seja, de 1977 a 1994, houve uma depreciação de mais de 80% nos preços dos produtos exportados pela Amazônia.

Assim, companheira Marina Silva, ambientalista premiada internacionalmente pelo seu empenho na defesa de uma forma sustentável de desenvolvimento, é triste reconhecer isso! Se, para conseguirmos uma certa receita, agora temos de exportar quase seis vezes mais a quantidade de produtos da natureza, o resultado é claro: devastação, reservas indígenas ocupadas.

Sei que esse quadro independe de quem está na Presidência da República hoje. Está muito claro, Governador Almir Gabriel, que ele é fruto de uma concepção, de um modelo de desenvolvimento que, da noite para o dia, não pode ser mudado por quem está no Governo. No entanto, temos de abrir o debate; isso não pode continuar assim.

Preocupa-me muito que estejamos chegando, na Amazônia, a um nível em que a barbárie, na verdade, não possa ser considerada fantasiosa ou exagerada. Não, a miséria, conforme o próprio Governo reconhece, é muito grande. Um dos dados fornecidos foi o índice de mortalidade infantil: mais de 50 crianças em cada 1.000 que nascem vivas morrem antes de um ano de idade. Isso é assustador, se considerarmos os índices de países da América Latina. Sem querer demonstrar apoio ao socialismo, em Cuba, a mortalidade é de 13 crianças, parece-me, para cada mil. Mesmo países pobres, como o Uruguai, têm índices muito menores. Na Amazônia, o que existe é algo que não nos deixa ficar parados. Falo como Prefeito de Belém, uma cidade de um milhão e 400 mil habitantes. Fiz um estudo demográfico de Belém. Não há como aceitar, particularmente depois da definição dos limites entre Belém e Ananindeua, em que para ficar com o Lixão do Aurá, incluímos parte de Ananindeua, o antigo bairro do Atalaia, populosíssimo, ex-bairro da Castanheira. Para quem não conhece Belém, devo esclarecer que é onde há um **shopping center** moderno. Tudo agora é Belém. O bairro da Guanabara, um bairro populosíssimo, próximo dos dois lados de mananciais, todo agora é de Belém. Vários setores de expansão de Belém - rodovia Augusto Montenegro, margem direita - passaram a ser Belém.

Em 1991, o IBGE nos dava 265 mil domicílios pesquisados, à média de 4,8 habitantes por domicílio. Não tenho informação de que se diminuiu o número de domicílios. Ora, se multiplicarmos o número de habitantes pelo número de domicílios, teremos mais de 1 milhão e 200 mil. E era exatamente 1 milhão e 300 mil o número que o censo de 91 nos dava. Hoje, avalio que tenhamos cerca de 1 milhão, 370 mil ou 1 milhão e 400 mil habitantes. Mas o IBGE apresenta o número de 1 milhão, 140 mil.

É uma surpresa para mim. O Governo do Estado se preocupa - e há representantes aqui. A Prefeitura Municipal de Belém entrou numa luta para reverter o quadro de exclusão com relação ao direito à moradia. Estamos fazendo política habitacional; e são centenas e centenas de novas ocupações. Só em Belém, fala-se em 80, só do ano passado para cá. Na região metropolitana, existem as maiores favelas do País. Mas há coisas inexplicáveis.

No entanto, esta cidade, com 1 milhão e 400 mil habitantes, infelizmente, tem a concentração maior dessa população na zona continental. A zona continental de Belém representa apenas um terço do seu território; dois terços são constituídos por 39; e, agora, há mais uma ilha - o complexo de Mosqueiro, que não era detectada porque o córrego era muito estreito. Então, só 11 distritos têm 17 ilhas. Há bem pouco tempo, eram 16.

Grande parte dessas ilhas nos oferece um potencial de produção agrícola fabuloso. Eu chamaria de potencial agroflorestal. No entanto, historicamente, não alimentamos esse perfil, esse potencial em Belém. De modo que Belém é uma Cidade terciária; vive do comércio e serviços. Setenta e seis por cento do PIB de Belém vêm do comércio e serviços. Então, poder-se-ia dizer que os comerciantes daqui são poderosos?

Não! Eles são hegemônicos numa economia frágil. Estão também fragilizados.

A indústria de ponta aqui é a construção civil, que enfrenta uma crise grande. Belém é uma cidade milionária, como diz o geógrafo Milton Santos, para dizer que ela tem mais de um milhão de habitantes. Essa cidade milionária, do ponto vista populacional, depende hoje de 95% do que consome.

Fico triste, apesar de gostar, quando como tomate, de em saber que o tomate que como vem ou de Goiás ou do Paraná ou de São Paulo. Como reverter esse quadro? Quero uma resposta concreta para a questão.

Bem, não estamos aqui apenas para fazer diagnóstico. Para não ficar apenas no diagnóstico, quero dizer que estamos desenvolvendo no campo social uma série de políticos. Em 60, tínhamos 400 mil habitantes. Isso significa que

foi acrescido à nossa população nesses mais de 30 anos um milhão de habitantes. Como isso pode ter a contrapartida do Estado para acompanhar as necessidades desses seres humanos novos daqui?

Como eu adoro os maranhenses, quero dizer que, em todas as áreas populares em que vou, encontro colônias imensas de maranhenses, o que dá uma demonstração de que o problema agrário é do conjunto da região e que tem, portanto, que ser enfrentado de forma nacional e, regionalmente, em particular, porque a migração é muito grande entre os Estados. No momento em que os grandes projetos do sul do Pará começaram a passar por um processo gradativo de automatização, de modo que, hoje, com apenas 200 homens - em torno de seis horas, 50 homens cada -, a Vale do Rio Doce produz 250 mil toneladas de ferro por dia.

Com toda essa produção - não só do ferro -, a Vale do Rio Doce utiliza apenas 200 homens no trabalho direto de exploração com as pás mecânicas que a cada vez que sobem levantam 46 toneladas do minério - minério que vem com alto teor de pureza.

Os bolsões de pobreza em torno dos grandes projetos intensificam-se, particularmente com o cansaço das minas. Serra Pelada, por exemplo, hoje demonstra sinais claros de fraqueza. Para onde esse povo vai? Não volta mais para o Maranhão, Piauí, ou para o sul do País; vai para as grandes cidades. Nesse sentido, a violência crescente em cidades como Belém, Marabá, Tucuruí, é fruto desse modelo que, na verdade, nega as peculiaridades regionais.

O nosso Governo decidiu, primeiro, que algumas ilhas vão ser Unidades de conservação, porque têm uma diversidade tão importante e tão frágil que tentar implementar um processo produtivo nos moldes tradicionais significaria arrebentá-las, até porque elas são muito pequenas. Existem algumas ilhas grandes - para se ter uma idéia, só a ilha do Mosqueiro tem 20 mil quilômetros quadrados, enquanto Belém tem 17 mil, incluindo o distrito de Icoaraci. Existem áreas rurais imensas. O nosso Governo decidiu que, para romper essa dependência de produtos do setor primário, temos que investir na agricultura urbana, baseada numa experiência mundial. Hoje, existem mais de 200 milhões de agricultores urbanos no mundo. Há várias pesquisas que demonstram isso, experiências em cidades brasileiras, inclusive.

Há uma experiência importante, que foi premiada, feita pela Administração de Rio Brancó, no Acre. Baseados nessa experiência, decidimos fazer uma agricultura urbana e criamos um projeto que denominamos de Projeto Volta ao Campo. Esse Projeto refere-se à volta ao campo em termos reais e a volta ao campo em termos simbólicos, com uma atividade produtiva.

O Projeto Volta ao Campo trata da produção de agricultura de quintais e da criação de animais de pequeno porte. Já está sendo articulado um convênio com a FICAP - Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, e o Centro Agrário da Universidade, para envolver estagiários, profissionais. Estamos conversando também com um representante da Embrapa sobre a possibilidade de obtermos apoio tecnológico e envolver a população na diminuição das carências nutricionais com a produção nos seus quintais.

Por outro lado, estamos assumindo o desafio de investir nas áreas rurais, em particular nas ilhas que oferecem terrenos compatíveis com a necessidade de produção, numa perspectiva, digamos, agroflorestal. A idéia é fazer produção consorciada.

Nesse sentido tenho uma divergência, mas o Secretário de Agricultura do Estado está aqui para nos esclarecer. Eu acho que a forma de produção, no período de ditadura militar - e não quero fazer nenhuma relação com isso, com toda sinceridade -, em que grandes áreas produziam qualquer produto já está demonstrado não ser o que melhor possibilita um desenvolvimento verdadeiramente sustentado, ou seja, um desenvolvimento que produza a riqueza mas respeite a natureza, respeite o modo de vida do povo.

Na minha avaliação, esta prova da uma tese premiada do Ricardo, por exemplo, de acordo com a qual a pequena produção deve ser realmente o centro das atenções para o desenvolvimento sustentado.

Mas quando se fala em pequena produção não significa aquela produção artesanal, que utiliza uma tecnologia completamente arcaica. Podemos conciliar tecnologia moderna com produção em pequena escala e possibilitar, portanto, uma socialização da terra e um acesso do maior número de trabalhadores a essa terra e a um resultado muito mais compatível com as necessidades de reverter o quadro de miséria social, diminuindo portanto as desigualdades inter-regionais. No convênio que vamos fazer com a Embrapa, porque ela tem obrigação de pagar milhares de reais em impostos para a prefeitura e tem um domínio tecnológico fabuloso - até o açaí já produz em pó - queremos fazer pequenas agroindústrias para o aproveitamento do que conseguirmos produzir nesses pólos agroflorestais. Tenho certeza de que vamos estabelecer grandes parcerias com essas instituições.

Falo como prefeito de Belém. A cidade de Belém, que é Capital, nunca olhou para o seu potencial no setor primário. Estamos assumindo: somos uma metrópole sim e queremos desenvolver sim a nossa indústria. Queremos um comércio, queremos ser uma cidade prestadora de serviços. Estamos investindo na nossa empresa de informática, em várias áreas, até para exportar tecnologia no futuro. E queremos também utilizar tudo isso para aumentar a nossa capacidade produtiva e produzir alimento. É uma contradição que o caboclo paraense ou passe fome ou tenha que comer um produto caríssimo, às vezes importado do Sul ou Sudeste do País, o que aumenta a independência da nossa economia.

Nessa perspectiva, de modo concreto, como é, Dr. Marcos Lins - de quem tenho boas referências por ser um homem dedicado à questão agrária -, como é que, concretamente, o Governo está pensando em descentralização?

A minha preocupação é falarmos em descentralização e não a realizarmos. Agora mesmo, com a municipalização da educação - e o Estado do Pará foi o primeiro a aprovar uma lei estadual -, no mês passado, passamos para o Fundo de Educação R$610 mil. Isso representa uma perda significativa para um município que arrecada mensalmente R$16 milhões. É muito significativo.

Tudo bem.. Estamos assumindo: vamos municipalizar a saúde. Como há no Brasil todo, na Amazônia em particular, no Pará, um quadro muito grande de servidores temporários, o Estado não pode - até por lei - pagar o salário relativo aos servidores temporários. Mas se vem o sistema, é necessário haver servidor. Mesmo que o Estado demita, vamos ter que assumir o ônus de mais uns R$400 mil mensais por mês. Mesmo assim, estamos assumindo como programa de Governo a tarefa de municipalização da saúde. Tanto é assim que, por pressão do nosso Governo, no dia 22 de janeiro, recém-empossado, o Ministro Carlos Albuquerque assumiu a municipalização em Belém. Vínhamos trabalhando isso antes da posse. O nosso secretário entabulava conversas com o secretário estadual e com os organismos federais.

Estamos dispostos a assumir uma política arrojada nessa Capital da Amazônia, para a produção agrícola e a agroindústria.

Como, então, isso pode se dar? Há uma medida municipalizando reforma agrária? Quais seriam os requisitos para que pudéssemos assumir, na condição de sujeitos realizadores de

um projeto que, a meu ver, poderá trazer grandes benefícios à nossa população?

Fiz questão de não entrar na discussão mais global sobre reforma agrária, porque considero um tema muito complexo. Tenho algumas considerações críticas acerca da política da reforma agrária, mas penso, também, que tem sido muito salutar o movimento dos trabalhadores, particularmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Por conta desse movimento, as instituições nacionais e internacionais são obrigadas a enxergar como uma prioridade a reforma agrária. E não pode haver retrocesso nesse sentido. O Governo Federal mesmo tende a assimilar a necessidade de avançar.

Do ponto de vista de governante de um município - e tenho certeza ser uma preocupação dos prefeitos da Amazônia - tenho a seguinte preocupação: o que fazer para assumir maior responsabilidade nesse campo, porém com uma contrapartida, de modo que não se jogue apenas para a prefeitura o ônus, ampliando as dificuldades de sermos parceiros na luta pela diminuição das injustiças sociais das desigualdades inter-regionais.

Desculpem-me por ter ultrapassado bastante o tempo determinado pela Mesa. Agradeço a oportunidade de expressar a minha visão sobre o assunto. V. Exª podem ter certeza que é uma visão de muito carinho pelos organizadores do encontro e de agradecimento às instituições que estão se dispondo a discutir, debater, para procurar nas nossas diferenças dirimir os problemas relacionados à questão agrária , que são muito graves e acabam ampliando, num processo de produção e reprodução, a miséria social e mental em nossa região.

Muito obrigado.(Palmas) .

A SRª PRESIDENTE (Marina Silva) - Agradecemos a participação do Prefeito de Belém, Edmilson Brito Rodrigues.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Ademir Andrade, para seus questionamentos.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) - Srª Presidente, Srs. palestrantes, Srs. debatedores, Prefeito Edmilson Brito Rodrigues, Srs. Parlamentares, companheiros do plenário:

Em primeiro lugar, registro a minha admiração pela forma absolutamente franca e honesta com que os palestrantes aqui se manifestaram. O Dr. Marcos Lins, representando o Ministério da Reforma Agrária, a Drª Alba ?, representando a Secretaria de Assistência Social, foram de uma franqueza surpreendente. Talvez eu não tivesse muito a acrescentar, tamanha a franqueza com que o assunto foi tratado. Mas é bom questionar alguns aspectos, porque entre a boa vontade e a sinceridade de quem está à frente desses órgãos está também a contradição dos seus superiores na ação básica de concretização dessas propostas.

O Ministério da Reforma Agrária apresenta três pontos básicos de trabalho: ampliação do território da reforma agrária, prioridade das demandas sociais e descentralização. Estou de pleno acordo com elas.

O Governo decidiu fazer uma nova modalidade de reforma agrária: a chamada "cédula da terra", à semelhança do que falou aqui o Secretário do Estado do Tocantins. É uma espécie de colonização, onde o Governo vai entrar com o dinheiro e o trabalhador vai adquirir a terra. O Governo tomou U$ 150 milhões do Banco Mundial para desenvolver esse projeto.

Preocupa, primeiro, que o Governo já estabeleceu o valor pelo qual o lavrador vai comprar a terra: cada um vai comprar a terra por R$ 10 mil. Imagina a terra que se pode comprar por R$ 10 mil!

Segundo questionamento: será que um lavrador não vai comprar de outro lavrador, tirando aquele da terra? Que critério de compra será estabelecido?

Por último: por que o Governo decide implantar um projeto desses em Estados como o Maranhão, Ceará, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, quando o Estado mais conflagrado do Brasil é o Pará? Por que se direcionam recursos para onde o problema é grande mas não é tão grande? Por que o Pará e a Amazônia ficaram fora do Projeto Cédula da Terra?

A CONTAG recusou-se a participar do ato do lançamento do projeto, assim como o fez o MST. Como o Governo idealiza um projeto e não convoca os interessados ou não consegue convencê-los de que a sua proposta é séria e honesta? E por que estabelece como prioridades locais que talvez não devessem ter essa prioridade?

V.Sª e a Drª Alba se referiram a convênios demostrando claramente que os recursos que o Governo coloca à disposição desse trabalho, seja reforma agrária ou assistência social, são insignificantes diante da nossa necessidade. Por exemplo, o Ministro Raul Jungmann, que tivemos a satisfação de acompanhar em sua estada no Pará, assinou os convênios com a prefeitura, o que considero um avanço, desde que esses convênios tenham a participação das Câmaras de Vereadores e dos sindicatos. Antigamente, o dinheiro vinha direto para a prefeitura e o prefeito comia o dinheiro, levava o dinheiro todo, não aplicava nada e o INCRA não conseguia recuperar esse dinheiro. Hoje, o próprio processo de organização da comunidade faz com que o dinheiro venha à prefeitura, que consegue fazer dez vezes mais do que seria feito se contratasse uma empreiteira. Pagávamos pela estrada vicinal R$20 mil; a prefeitura está conseguindo fazer a estrada por R$2 mil. Portanto, com o que gastávamos para fazer um quilômetro estamos fazendo hoje dez quilômetros. Isso é positivo.

O Ministro veio aqui e distribuiu dez milhões a 24 prefeituras do sul do Pará - por sinal está atrasada a distribuição do dinheiro, Dr. Marco, está muito atrasada. Esse dinheiro atenderá a 800 quilômetros de estradas vicinais no sul do Pará. Sabe qual a nossa necessidade hoje? Trinta e cinco mil quilômetros. Veja bem a realidade e o que estamos obtendo com todo um processo de luta e de pressão. Vamos fazer 800 quilômetros quando temos necessidade de recuperar 35 mil quilômetros. Portanto, o recurso é absolutamente insignificante diante das nossas necessidades.

Fico surpreso e feliz ao ver que o Acre conseguiu, das prefeituras, patrulhas mecanizadas para trabalhar nas estradas vicinais. Lamentavelmente nosso Estado, Pará, não conseguiu recurso para esse tipo de investimento.

A questão da sustentabilidade, evidentemente, passa pelo acesso à terra, quer dizer, o trabalhador precisa ter estradas em boas condições para transportar seu produto, passa pelo crédito, mas essencialmente, como V. Sª colocou, passa pela assistência técnica.

O que estamos a assistir o Governo Federal fazer? Desde a época do Collor e, de certa forma, no atual Governo, o desmantelamento, desaparelhamento de todos os órgãos de assistência técnica no Brasil. Acabou-se com a Emater, que era a mãe das Ematers; as Ematers foram entregues aos Estados brasileiros e estes, pelas dificuldades por que passam - talvez por falta de vontade de alguns, não sei avaliar bem a situação - pagam salários exíguos aos seus funcionários. No Pará, o maior salário de um funcionário da Emater, que tem 25 anos de serviço como engenheiro agrônomo, é de R$800,00. Um assistente técnico que entra hoje - aliás, não está entrando ninguém - recebe um salário inicial de R$250,00.

Como se consegue dar assistência técnica a uma massa de trabalhadores? Está aí o FNO, resultante de uma luta nossa na Constituição, uma conquista dos trabalhadores que conseguiram fazer com que esse dinheiro passasse às suas mãos. Nos primeiros quatro anos, o dinheiro deste fundo passava unicamente para as mãos dos latifundiários e dos industriais. Hoje, com o Grito do Campo, com a invasão do Banco da Amazônia, com os acampamentos semanas seguidas na porta do

BASA, tem-se o FNO especial, mas não se tem assistência técnica suficiente para ampliar o número de pessoas atendidas por esse FNO especial. Mesmo assim, o cidadão quando recebe, às vezes, produz e não consegue fazer escoar sua produção.

O que o Governo Federal e o Ministério da Previdência pensam em relação a esse aspecto? Quando se anda por qualquer município no Estado do Pará - está aqui o Secretário de Agricultura, Dr. Edgar Nunes -, a primeira reivindicação do povo é o aumento de técnicos agrícolas no seu município para abalizarem seus projetos de acesso ao FNO, ao Procer, ao Pronaf, etc.

Quer dizer, sem um assistente técnico, não há como ter acesso a esse crédito; a pessoa só consegue o crédito se o projeto receber o aval de um técnico. Há uma escassez total e absoluta de técnicos em todo o interior do Estado do Pará e, creio, em toda a Amazônia. Não há coerência por parte do Governo quando diz que os trabalhadores estão conseguindo financiamento. Tudo bem, estão conseguindo o financiamento, mas e a assistência técnica para esse trabalhador aplicar os recursos desse financiamento? Essa é uma questão que precisamos trabalhar bastante.

Com relação à questão da Fazenda Bradesco, colocada pelo companheiro da Fetag; quero dizer que foi a primeira desapropriação ocorrida no Brasil, pelo menos que eu tenha conhecimento; não conheço outra, que tenha sido feita antes de a terra ter sido invadida. E graças também a um empenho, a uma cobrança permanente dessa questão.

Quando o Governo Fernando Henrique Cardoso diz que assentou 100 mil famílias de trabalhadores e que vai assentar 280, na verdade, ele regularizou a situação de quem teve coragem, de quem enfrentou a Polícia, de quem enfrentou o latifúndio, de quem enfrentou a Justiça, invadiu e ocupou a terra, e o Governo veio depois regularizar essa ocupação.

É a primeira vez que vejo o Governo Federal antecipar-se à invasão; fato este que teve a nossa modesta contribuição, junto com meu querido amigo Ronaldo Barata, Prefeito de Conceição do Araguaia, e tantas outras pessoas. Foi a primeira vez. Mesmo assim, os trabalhadores ficaram acampados nas proximidades da fazenda durante seis meses, mas não a invadiram. Foi a primeira vez que não invadiram, o que já é um avanço.

Queríamos que isso se tornasse uma constante, o que só será possível mediante a divisão de responsabilidades. Estou de pleno acordo em relação à descentralização. Tem que haver participação do Governo do Estado, tem que haver participação das prefeituras municipais, formação de conselhos de reforma agrária em cada um dos municípios e o apoio técnico e recursos do Governo Federal.

Se isso for feito, realizaremos a reforma agrária em paz. E não são poucos os proprietários que estão querendo entregar suas terras. Não são poucos. Teríamos todas as condições de fazer uma reforma agrária, atender às necessidades da maioria da população brasileira, aumentar nossa produção agrícola sem conflitos e sem insatisfações. Repito, são centenas de proprietários que hoje percebem que não têm mais condições de ocupar aquela imensidão de terras e querem negociá-las com o Governo Federal.

Com relação à Drª Alba Maria Abgail, penso que estamos avançando na questão da assistência social no que se refere a estimular a participação da sociedade. É positivo estimular hoje a municipalização da saúde com o conselho de saúde, a municipalização da assistência social com os conselhos de assistência social, a municipalização da merenda escolar com a compra da merenda escolar no próprio município administrado por um conselho escolar, o conselho de educação. Enfim, todos esses conselhos que estão sendo criados são extremamente positivos, pois estimulam a sociedade a participar do processo de construção e cidadania. Acho isso tudo muito positivo, mas é preciso ter recursos. Ficamos muito tristes por constatar que os recursos são parcos.

V. Sª faz uma análise crítica, colocada ontem pelo Dr. Pedro Parente, adjunto do Ministro da Fazenda, qual seja, a da falta de pressão política, da falta de união política. Estou de pleno acordo com essa crítica. O pessoal da Amazônia, apesar dos esforços das bancadas da Amazônia, das reuniões das bancadas, encontra dificuldades para realizar um trabalho conjunto, por uma série de questões que não quero aqui elencar.

O próprio Presidente da República estimula esse tipo de divergência, quando associa a concretização da aprovação de seus projetos à entrega de cargos de confiança e a uma série de outras coisas que não são boas para nossa região. Há coisas, como, por exemplo, o Fundo Social de Emergência, que se transformou em Fundo de Estabilização Fiscal, que os prefeitos e governadores não querem que seja prorrogado, mas os Parlamentares votam contra sua própria vontade. Eles acham que é errado, mas o Governo Federal pede; então eles votam, porque aqui e ali estão participando da máquina administrativa do Governo Federal. É difícil obter unidade com esse tipo de ação política.

Ademais, alguns se aborrecem nessa disputa por esses cargos e terminam se afastando do processo. Fulano ganhou de mim, beltrano ganhou de mim, então não vou reunir-me com mais ninguém porque perdi isso e aquilo.

O próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso tem um pouco de culpa nessa falta de ação conjunta da área política, especificamente na nossa área, na área amazônica.

O pessoal da Contag falou em dados estatísticos. Citaria três observações que vi nos dados fornecidos pela Drª Alba, que diz, por exemplo, que o PIB da Amazônia é de 6%. O Ministro Pedro Parente ontem colocou um dado de 5%. A área amazônica corresponde a 60% do nosso território; portanto, não seriam 3,3 milhões, chegaríamos a quase cinco milhões. O Pará tem 143 Municípios, mais do que foi colocado.

Finalizo dizendo o seguinte: será que pessoas do nível da senhora, do nível do Dr. Lins, do nível do próprio Raul Jungmann e nós outros, não poderíamos contestar algumas coisas do Governo Federal? Este ano temos aqui para a Amazônia, no Ministério da Previdência, conforme dados de V. Sª, R$87 milhões.

Foi publicado um artigo, semana passada, na **Folha de S.Paulo**, que mostra um levantamento das contas do Governo Federal. Nesse levantamento, percebe-se que, do dinheiro destinado à assistência social, do que estava orçado, foram liberados, há 20 dias, 12,15%. Para o Ministério da Reforma Agrária, 6,12% do que está orçado.

Como é que, já em setembro, o Governo despendeu, daquilo que está no Orçamento, no caso da Reforma Agrária, 6,12% dos seus recursos e, no caso da Previdência Social, 12,15% dos seus recursos? Não dá para compreender essas diferenças.

Por outro lado, seria bom comentar, o Orçamento-Geral da União de 97 prevê para a reforma agrária R$2,6 bilhões, incluindo desapropriações, todo o pessoal do Ministério, etc. As Forças Armadas brasileiras têm orçado R$15,8 bilhões. Até onde vai a necessidade de uma coisa e outra? Uma com R$15,8 bilhões e a outra com R$2,6 bilhões.

Por exemplo, estamos destinando ao Serviço da Dívida quase R$30 bilhões, recurso do Orçamento de 97, e aí é recurso do Tesouro e não a rolagem, porque a cada mês o Governo Federal gira sua dívida, que representa quase 60% do valor do nosso Orçamento-Geral. Quer dizer, a sociedade precisa compreender isso, para cobrar a aplicação de recursos onde eles

são mais necessários e mais transformadores da conquista do direito da cidadania.

Finalizaria, pedindo uma explicação à Drª Alba sobre esse dado, que me estarreceu, ou seja, que o Governo Federal atende a 0,08% da demanda social. É preciso coragem para dizer isso. Baseado em que critério os dados foram levantados? A assistência social pressupõe permanentemente 0,08%, vamos dizer assim, porque há uma mudança real, com o objetivo de que as pessoas cresçam? E, para tanto, esse percentual parece-me muito baixo.

O assistencialismo, o apoio e a formação dão condição de a pessoa levantar-se e tornar-se independente? Qual a relação entre uma coisa e outra naquilo que é feito pela Secretaria de Assistência Social? Como a senhora avaliaria o que está sendo feito em termos de assistencialismo e de preparação da pessoa para a sua verdadeira emancipação e conquista da cidadania? Entendo que o segundo ponto deve ser bem mais privilegiado. Se não é da parte da Secretaria de Assistência Social, pelo menos o Comunidade Solidária estabelece critérios que são puro assistencialismo - no caso, por exemplo, da distribuição das cestas básicas -, feito de um modo que reproduz os erros do passado.

Hoje, em alguns municípios do Estado do Pará - não sei quais os critérios adotados, mas o certo é que não são critérios corretos, posso lhes afiançar - dentre médios e outros mais pobres, são poucos os que recebem essa tal de cesta básica, que é comprada lá em São Paulo, vem a Brasília, que a envia, por meio de caminhão para cá, e, ao final, a mercadoria chega às mãos do Prefeito para que ele a distribua na cidade.

Na nossa época, com conceito de modernidade e com a cabeça que tem o Presidente da República, não consigo admitir que ainda haja uma situação desse tipo. A distribuição dessa cesta básica deveria ser feita com o mesmo critério da merenda escolar, em que os recursos são repassados à comunidade, que, então, adquire o bem. A mercadoria vem do Sul e imaginem o que se gasta em transporte, imaginem o custo de distribuição dessa mercadoria. Isto, então, para mim, é assistencialismo. Penso que esse não seja o caminho.

O SR. (Não Identificado) - De se comprar na região, gerando empregos.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) - Exatamente. Gostaríamos que fosse como a merenda escolar, que já foi municipalizada; o município recebe dinheiro e pode comprá-la, conforme é colocado, aqui, pelo nosso Prefeito de Belém. Como mudar esse tipo de assistencialismo? Isso não leva ninguém a coisa alguma, temos que pensar em melhorar o salário do trabalhador, gerar empregos para que ele possa se manter e conquistar a sua melhoria de vida sem que o Estado precise ampará-lo com cesta básica, o que eu não considero uma política moderna, razoável.

Congratulo-me com o nosso Prefeito pela sua manifestação. Gostaria de saber como pode o Ministério contribuir para o Projeto Casulo, que está associado àquilo que se está pretendendo fazer hoje.

Vamos ver, então, como o Ministério da Reforma Agrária pode ajudar o Prefeito de Belém a implantar essa política de produção na periferia, nos quintais das pessoas, ou nas belíssimas ilhas de Belém.

Eram essas as minhas colocações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Passaremos agora aos debates, e as pessoas que se inscreveram poderão interpelar os dois expositores. O tempo destinado, nessa fase, para cada um dos inscritos é de 5 minutos, objetivando a que os dois debatedores respondam a todos os questionamentos. São 12h20. Pretendemos encerrar essa primeira fase dos trabalhos, do dia 26, às 13h. Por isso, pedimos a compreensão de todos para o cumprimento do horário previamente estabelecido.

Concedo a palavra ao Secretário de Planejamento Estadual, Dr. Nari Reis, por cinco minutos.

O SR. NARI REIS - Sr. Presidente, Srs. Senadores, demais autoridades, cumprimento os palestrantes pelas suas colocações, especialmente o Dr. Marcos Lins, pelas colocações nítidas e coerentes.

No Estado do Acre, temos procurado fazer uma parceria bastante forte com o Incra - como o senhor expôs aqui, que adquiriu seis patrulhas mecanizadas. O Estado, numa ação complementar, fez um convênio e aportou 1 milhão de litros do óleo diesel para o trabalho dessas patrulhas agrícolas nos diversos municípios. Paralelamente, montamos, também, um programa de financiamento junto ao BNDES e adquirimos 10 patrulhas agrícolas mecanizadas que vão proporcionar a operação dos ramais e a mecanização agrícola.

Infelizmente, tivemos um tratamento diferenciado no BNDES - parece que fomos o primeiro Estado a conseguir o financiamento para essas patrulhas agrícolas -, mas postulamos uma linha de financiamento com um prazo de pagamento um pouco maior, mais dilatado. Isso ainda está sendo estudado.

No nosso entendimento, a questão da descentralização é extremamente importante porque leva o processo de decisão e o de execução para mais perto dos produtores e, também, porque diminui consideravelmente os custos de execução.

Mas creio, Dr. Marcos, que é importante buscarmos viabilizar um grande programa para garantir a maturidade dos diversos Projetos de Assentamento. Temos um Projeto no Acre, o segundo maior do País - o Projeto Padre Peixoto - com cerca de 4 mil famílias, que tem uma infra-estrutura extremamente precária. E, basicamente, essa precariedade da infra-estrutura tem feito com que a grande maioria dos parceleiros saiam dos seus espaços, proporcionando a reconcentração da terra. A questão da infra-estrutura é fundamental.

Já a questão da assistência técnica é relativamente fácil de o Estado garantir, via Emater; a do crédito - uma vez que alguns mecanismos de crédito estão sendo colocados - precisa sofre uma reavaliação, especialmente quanto ao custo financeiro.

Dr. Marcos, proponho que o Incra e o Ministério reúnam-se com os Estados e procurem alavancar recursos ao nível de programa ou de fundo de recursos internacionais para, efetivamente, solucionarmos a questão da infra-estrutura dos assentamentos, sem o que - creio - não haverá possibilidade de garantirmos a permanência dessas populações no meio rural.

Com a Drª Elza Maria as colocações têm sido bastante pertinentes. No Estado temos tido uma grande parceria do Ministério, ainda que tenhamos - ao nível regional - dificuldades no processo de administração desses recursos junto às prefeituras porque estas são pequenas unidades distantes, muitas vezes ou na sua quase totalidade, não têm acesso fácil, os recursos humanos são muito precários e creio que, talvez, haja necessidade de um instrumento facilitador desse processo de convênios, gastos e prestações de contas.

É claro, há uma questão que nos preocupa: é a da correta aplicação desses recursos. Mas é preciso, também, observar que, em determinados municípios, muitas vezes, esses recursos retornam resultado da precariedade dos recursos humanos ali localizados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra ao Sr. Nelson Marsullo, advogado dos trabalhadores rurais.

O SR. NELSON MARSULLO - Sr. Presidente, primeiramente, ficamos muito felizes com esses debates, aqui, no coração da Amazônia, visto que eles geralmente, são feitos em gabinetes e nem sempre são do conhecimento público.

Quero registrar a presença de duas lideranças de trabalhadores rurais: o Sr. José Fernandes, cearense, um dos que participam da ocupação da Fazenda Terra Nova e o Sr. Manoel Caxias, maranhense, que participa da ocupação da Fazenda Umuama, nos municípios Mãe do Rio e (?), na Belém-Brasília.

O nosso Estado é um Estado-mãe. Ele abriga todos os habitantes das regiões nordestinas e outros Estados da região Norte. Essas pessoas foram expulsas de suas regiões, há uns 20 ou 25 anos, pelos governos autoritários desses Estados. A nossa proposta sempre vai recair sobre a questão do tempo.

Em Paragominas, a Fazenda Del Rey foi desapropriada depois de 13 anos, assim como as fazendas Mário Monte e Iracema, mas os posseiros ainda não foram assentados. Há 10 anos eles ocuparam essas fazendas e ainda não foram assentados, por isso não têm condições de receber recursos oriundos do FNO, do Basa e de outras fontes. E não têm, por quê? Por causa da morosidade do Governo, por causa da morosidade das leis que estabelecem que a propriedade é daquele que tem o documento atestando a posse - eu, no entanto, penso que a propriedade é daquele que nela trabalha.

Certa vez, fiquei abismado quando fui à Terra Nova, localidade ocupada por 300 colonos há um ano e meio. Lá disseram-me que um dos ocupantes havia produzido, numa faixa de terra, duas toneladas de verduras, isso numa terra que, praticamente, não tinha nenhuma produtividade, estava abandonada pelo seu proprietário de papel, mas não pelo proprietário de trabalho. Os proprietários de trabalho - que são eles - estão lá, com duas toneladas de frutas. Recebi uma melancia como pagamento, a título de honorários advocatícios. Mas fico muito feliz ao receber esse tipo de pagamento porque sei que vem de pessoas que constróem o País, que produzem.

Essa reforma agrária tem que ser feita; ela só está tendo pequenos avanços devido ao Movimento dos Sem-Terra; devido às mortes, aos assassinatos nessa e em diversas outras regiões do País. Lamentavelmente, só se ressuscitou o Ministério da Reforma Agrária após o assassinato de 19 sem-terra. Tudo isso acontece. A reforma agrária serviu como propaganda de campanha eleitoral, em que era representada como um dos dedos da mão, só que esse dedo foi decepado. Agora, essa questão está sendo novamente discutida, estão elaborando algumas leis para beneficiar trabalhadores, mas ainda é pouco.

O tempo urge, a necessidade dos trabalhadores, tanto na Região Amazônica, quanto nas outras regiões, é emergencial. Pedimos para que se acelerem os trabalhos, as discussões; é uma questão de sobrevivência.

Há alguns anos, existia o êxodo rural: trabalhadores rurais eram expulsos de suas terras para irem para a cidade. Hoje, eles estão sendo expulsos das cidades para irem para o campo a fim de invadir terras. Está havendo um retorno do homem para o campo, e o Governo Federal ainda não tem soluções para esses problemas.

Essa é a nossa manifestação como advogado dos trabalhadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Geraldo Pastana, Deputado Federal pelo PT do Pará.

O SR. GERALDO PASTANA - Sr. Presidente, nobre Senador Nabor Júnior, em nome de quem eu quero cumprimentar todos os integrantes da Mesa, meus senhores, minhas senhoras.

Creio que o tema da manhã de hoje é de fundamental importância - a reforma agrária - e abre a possibilidade e a perspectiva de aprofundarmos esses debates, não apenas sob um ponto de vista específico, mas também geral, qual seja, o do modelo de desenvolvimento que temos para o País, além de podermos discutir a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento para a nossa região Amazônica.

Quando questionamos a importância e a necessidade de aprofundarmos o debate sobre um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia e condenamos o modelo que saqueia a nossa região, não estávamos defendendo a intocabilidade da região Amazônia. Achamos que ela deve ser tocada, mas não podemos aceitar, como filhos da região, que essa mão que vai tocá-la seja assassina, que retire a nossa riqueza, que deixe os filhos da terra de mãos vazias e os amazônidas vivendo na miséria.

Entendemos que é importante aprofundarmos esse debate, a própria sociedade tem interesse em dele participar. Conheço, por exemplo, representantes de alguns fóruns como FAOR, ABONG, GTA, que, inclusive, já reconhecem que o novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia e para o País deve ser feito sobre alguns eixos como, por exemplo, a questão da qualidade de vida. Não podemos discutir um modelo de desenvolvimento sem que o item "qualidade de vida" seja colocado como fundamental.

É preciso haver a participação das comunidades. Agora mesmo, pelo testemunho do representante dos trabalhadores rurais, vimos que há uma ânsia, uma vontade de os trabalhadores participarem, mas não participarem de programas que já estão elaborados e que vêm de forma atrasada; precisamos - na perspectiva que o Prefeito de Belém expôs - planejar, discutir o futuro; discutir, portanto, um novo modelo de desenvolvimento que quer, sim, uma economia competitiva. Por que não? Queremos uma economia competitiva em novas bases, que esteja voltada para o mercado de consumo, para a inclusão da massa que hoje vive excluída neste País e, principalmente, na nossa Amazônia.

Dito isso, eu gostaria de fazer apenas duas perguntas e apresentar uma proposta sobre essa questão específica da reforma agrária.

A meta do Governo hoje é atender 280 mil famílias. Sabemos, entretanto, que essa meta representa, na verdade, um pingo d'água no oceano, porque, apesar de já ser uma meta ousada em relação ao passado, vamos precisar de mais de 50 anos para chegar a fazer a reforma agrária com essa meta do Governo. Esse dado se torna muito mais grave quando sabemos que - e esse é um testemunho do Dr. Guilherme, do Ministério da Agricultura -, nesses três anos de Real, não conseguimos assentar 200 mil famílias e 400 mil pequenos proprietários deixaram suas propriedades porque não há condições para que essas pessoas fiquem na terra é lá trabalhem. Daí a importância e a necessidade de se discutir a reforma agrária não apenas como o acesso à terra, mas como um conjunto de medidas que dá a terra e as condições para o trabalhador viver nela.

Dr. Marcos Lins, que medidas o ministério está tomando para superar essa dificuldade? Ou seja, como vamos enfrentar o problema de não termos assentado 200 mil famílias e 400 mil já terem se retirado do campo? Que medidas concretas estão sendo pensadas para que possamos enfrentar essa situação, haja vista que a agricultura, a âncora verde, está sendo sacrificada com o Plano Real?

Estamos vendo pela situação dos pequenos e médios Municípios de todo o País, principalmente na Amazônia, como a agricultura está falida. Neste ano, menos de 4,1 milhões de hectares de área foram plantadas. Ora, isso significa um prejuízo muito grande na medida em que sabemos que, para cada 15 hectares de grãos plantados, temos um emprego direto e dois indiretos. Podemos chegar à conclusão de que, nesses três anos de Plano Real, 850 mil empregos no campo foram perdidos; portanto, tivemos 850 mil desempregados no campo.

Então, eu gostaria de saber exatamente que medidas estão sendo pensadas para que possamos avançar na perspectiva apresentada pela Drª Elza? Precisamos participar, sim, da globalização, mas não de joelhos; queremos participar

com a possibilidade da defesa da soberania. Queria ainda perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Peço ao nobre Deputado que conclua.

O SR. GERALDO PASTANA - Já concluirei, Sr. Presidente.

Qual a possibilidade de o ministério elaborar uma fórmula que permita avançar a experiência das comunidades ribeirinhas que estão solicitando e querendo a legalização coletiva da terra? Qual a possibilidade que temos de avançar nesse instrumento que, tenho certeza, vai ser capaz de revolucionar toda a Amazônia e que responde à necessidade dos amazônidas, tendo em vista que já há constitucionalmente para essa possibilidade?

Eu gostaria de sugerir ao Presidente, Senador Nabor Júnior, que fizesse uma reunião conjunta das Comissões do Senado e da Câmara, para que pudéssemos discutir a questão do Orçamento da Amazônia e, conjuntamente, pudéssemos examinar a forma de intervir, principalmente priorizando a questão do campo, que está completamente, digamos assim, marginalizada no Orçamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - A sugestão de V. Exª será devidamente apreciada.

O SR. GERALDO PASTANA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo à palavra à nobre Senadora Marina Silva.

A SRª MARINA SILVA - Sr. Presidente, nem vou dizer que serei breve, porque todo mundo diz que o será, mas acaba falando uma hora. É igual ao político que diz "- Concluindo..." e diz uns dez "concluindo" até finalizar.

Ouvindo os expositores e depois a fala do Senador Ademir Andrade, que chamou a atenção para a sinceridade com que as pessoas se expressaram nessa Mesa, pensei em algo que sempre tenho dito: Na Amazônia - essa é uma experiência do Acre e, acredito, deva ser da Amazônia toda -, os melhores lagos não são os que ficam eternamente isolados; os melhores são aqueles que, de vez em quando, são inundados por novas águas. Com essas novas águas entram novos peixes, novos microorganismos e novos nutrientes.

É assim que entendo políticas públicas, sejam elas ações do Executivo, do Legislativo ou de quem quer que seja. Quando nos permitimos plasmar, nos deixamos tornear pela sociedade e pelas informações, mesmo que, às vezes, tenhamos de ser sinceros, conseguimos um grau de eficiência muito maior em nossa ação.

Nós, políticos - essa é a minha concepção -, somos eleitos para representar as pessoas e não para substituí-las; e o Executivo também é eleito. Essa é uma relação criativa, informativa, e muito positiva, sobre os problemas vivos da sociedade, que batem, muitas vezes, em nossas boas intenções, porque gostaríamos muito que tudo estivesse às mil maravilhas, mas não está.

A minha experiência de Vereadora e, agora, como Senadora nesses três anos de caloura, tem-me levado ao seguinte questionamento: durante muito tempo - um terço da minha vida -, eu pensava que bom era que aquele grupo ao qual eu pertencia porque acertava todas; os outros deveriam errar porque, assim, o meu estaria "numa boa". Graças a Deus, mudei completamente esse paradigma que é muito perverso. Para mim, é bom que todos estejam fazendo o que é correto, o que é positivo.

Quando o Presidente Fernando Henrique esteve no Estado do Amazonas, num café da manhã em que teve a gentileza de me convidar juntamente com as entidades não-governamentais, Sua Excelência colocou que há uma disputa entre Governo, ONG e sindicato, e cada um fica puxando a brasa para sua sardinha. Isso é negativo para todos nós. E eu também falei que achava negativo, porque temos que aprender que quanto mais estrelas no céu, mais claro o caminho: a comunidade científica, dentro das suas universidades fazendo o que precisa ser feito; os políticos no Congresso, nas Assembléias e nas Câmaras de Vereadores; os executivos, dentro das suas instâncias; os comerciantes e os empresários... essa que é a grande política. E é isso que a Amazônia - pelo nosso sofrimento, pela nossa incapacidade, muitas vezes de dar a resposta que gostaríamos para os nossos problemas - tem que ensinar ao Brasil; que sejamos capazes de construir.

O Senador Ademir Andrade se referiu à reforma agrária e disse que é a primeira vez que o Governo se antecipa e faz. Foi o único governante a ter, por parte do povo brasileiro, todo apoio para fazer a reforma agrária; nenhum outro contou com essa legitimidade, com esse apoio; só falta uma coisa: fazer a reforma agrária. E para fazer a reforma agrária não é só com boa intenção, como o Senador Ademir Andrade disse. O Dr. Marcos Lins é uma pessoa que tem história na questão agrária neste País; não é só com boa vontade, tem que haver os recursos, as ações executivas para realizar a reforma agrária, inclusive para se antecipar os programas. E na Amazônia - e aí entra a minha observação - não dá para fazer reforma agrária, que nós já fizemos através de projetos de assentamento, não necessariamente tem que ser feita levando em conta a realidade social e cultural da nossa região, mesmo medindo pela quantidade de lotes, pela quantidade de riqueza em termos naturais que devemos fazer essas demarcações em alguns casos. É preciso que haja um consórcio de agricultura com assentamentos extrativistas, com reservas extrativistas, para que possamos ter uma reforma agrária que seja capaz de dar as respostas que queremos.

Na questão social, eu diria que há um problema muito grave. Temos em algumas regiões, como é o caso do Município de Feijó e no Município de Tarauacá, rios, comunidades, cujo índice de analfabetismo é de 96%. No Município de Tarauacá temos um bairro chamado Bairro da Praia com 87% de analfabetos dentro do Município, na Amazônia. Como vamos fazer frente a esse processo perverso de exclusão social se não formos capazes de oferecer um único instrumento que possibilite a inclusão social para as populações, que é a educação? Agora, como pensar em educação se as pessoas não têm sequer alimentação? Eu visitei um grupo de pessoas com o Dr. Raul Jungmann e em uma colocação, no Município de Assis Brasil, em meu Estado, chamado Colocação Preguiça, esperávamos uma - é uma ironia o nome, o pessoal é muito trabalhador - grande quantidade de pessoas e, lamentavelmente, havia umas 40, 50 pessoas. O Ministro perguntou por que não vieram mais pessoas - apesar de a distância ser muito grande. E as pessoas, de forma acanhada, disseram que era porque muitos não tinham roupa. Seringueiros da Amazônia não têm roupa, pessoas, crianças, nos altos rios. No Município de Feijó, o relato que tenho do sindicato é de que as pessoas estão escondendo as filhas que estão na adolescência, pois começam a nascer os seios, e não têm roupa. Essa é uma realidade, um Brasil que contrasta, digamos, com uma opulência, uma concentração de renda muito grande e uma miséria também muito grande.

Então, o nosso desafio em termos de questão social na Amazônia é darmos respostas para essas pessoas que não têm o básico, o elementar. Existem três formas para gastarmos energia: uma, é fazendo o mal mesmo; outra é combatendo o mal, e a outra é fazendo o bem. Temos que gastar mais energia fazendo o bem. Se queremos inibir a incompetência; sendo competente é uma forma de inibir a incompetência. A corrupção fazendo o que é certo para inibir os que estão fazendo errado; o descaso é levando em conta os problemas que estamos

vivenciando. Com esse propósito e com esse relato, parece-me que esta Comissão está reunida aqui, no Estado do Pará, agradecendo as pessoas que vieram representando os ministros, mesmo que eles não tenham comparecido, é no sentido de que tenhamos apresentado muita coisa boa para o Governo. E eu gostaria que este Governo fosse capaz de se deixar plasmar por essas águas que, de vez em quando, tentam mudá-lo com essas novas propostas.

A política de preço e de subsídio para a borracha é fruto de uma articulação política do Conselho Nacional de Seringueiros e de um trabalho meu junto com vários outros Parlamentares da Amazônia, não só da Amazônia - pois até o Senador José Serra me ajudou e muito na questão da política da borracha -, mas é fruto de uma ação que diz "está aqui a idéia, está aqui a proposta". Vamos fazer a proposta porque os seringueiros estão morrendo de fome. Agora vamos ter um programa de apoio à modernização do extrativismo na Amazônia e, se Deus quiser, espero que saia para acabarmos com o fato de termos somente castanha e borracha, queremos ter vários produtos.

Temos articulado, dia e noite sem parar, a idéia de que é fundamental que o Governo Federal transforme em política pública de desenvolvimento para a nossa região o que já está dando certo. A nossa Comissão, o nosso Relator, Senador Ademir Andrade, faremos um levantamento que, inclusive, já está feito porque foi fruto de um trabalho apresentado na RIO +5 para mostrar ao Governo.

Se formos por esse caminho, que são atividades embrionárias, atividades pequenas ou pulverizadas, é possível que saiamos da situação em que estamos, porque desde que a empresa extrativista foi quebrada, não fomos capazes de ter um modelo de desenvolvimento que garantisse a nossa base produtiva, econômica e social. Houve uma desagregação em todos os níveis, e os projetos passaram a ser tão grandes que o povo nem alcança. Por isso é que a União passa por cima do Município, que fica no escuro. O resultado é que ficamos comendo as migalhas como se fôssemos Lázaros sendo lambidos pelos cães, enquanto a carruagem está passando, uma vez que as idéias e os projetos são tão grandes que sequer conseguimos chegar perto.

No dia em que formos capazes de fazer com que essas coisas que parecem que são parte da realidade da vida das pessoas, nós vamos conseguir mudar. Um exemplo concreto: as doceiras de Brasília conseguiram um selo da ISO 14.000. Uma pequena agroindústria, e um ISO 14.000 coloca nos melhores mercados da Europa. Por que não colocamos o nosso cupuaçu, o nosso açaí, a nossa pupunha, o nosso palmito, a nossa acerola?

O melhor fixador de perfume no mundo chama-se Cunarina e é só adicionar sementes de Cunaru. Estou com um trabalho feito pela UnB, a Universidade Federal de Brasília, que desenvolveu uma tecnologia para melhoramento da nossa borracha amazônica em 100% de qualidade. Não precisa sequer de usinagem. Vamos implementar. O Dr. Seixas Roriz aceitou o desafio e estamos implementando, em uma parceria com a Secretaria da Amazônia Legal, a UnB e o pessoal do Ibama as usinas, os pequenos módulos para produção de borracha com 100% de qualidade.

A partir desse ponto vamos dar respostas às nossas universidades e aos nossos governos. Lamentavelmente, somente tivemos um Governador presente, mas como acredito que quando os governantes não se movimentam é mais um motivo para a sociedade se movimentar; entendo que este Seminário é positivo e que meus questionamentos são mais no sentido de que Governos Estaduais e poder local sejam capazes de fazer, de pegar o que já temos e implementar do ponto de vista prático.

É por isso que reitero a proposta que fiz ontem de que a Suframa, a Sudam, o Basa, as agências de desenvolvimento do nosso Estado em uma parceria com os demais segmentos do Governo Federal e dos Governos Estaduais, se constituam nessa agência de desenvolvimento da Amazônia para que possamos levar a cabo os nossos projetos e, dessa forma, podermos pegar dinheiro fora do Brasil para fazermos dessas agências não aquelas que pegam os parcos recursos do Brasil, mas sermos capazes de nos capitalizarmos com recursos financeiros externos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra ao Dr. Camilo Viana.

O SR. CAMILO VIANA - Sr. Presidente, o meu problema é tempo. O nosso problema na Amazônia é tempo. Estamos discutindo em termos de anos, em termos de séculos. Há séculos, três séculos e meio que estamos aguardando - nós, o povo brasileiro - uma solução e vejo falar com bastante freqüência. Fizemos um grupo de trabalho, estamos estudando, avaliando, fazendo um projeto, fazendo não sei o quê e o tempo está escorrendo.

Os vários oradores disseram e temos que fazer coisas. Da reforma agrária, a impressão que temos é que está parada. Se não está parada há uma grande confusão que ninguém encontra as pontas para sabermos como as coisas estão indo. Não é possível que em três séculos e meio ainda estejamos arrastando os pés para buscar uma solução do Império que os amazônidas, particularmente os cearenses, entregaram para o Brasil que hoje não sabe o que fazer com a Amazônia, tanto é que essas discussões são, por vezes, infrutíferas e perdemos um tempo muito grande.

Pior do que a devastação ambiental, particularmente na década do inferno que era o fogo das décadas de 70 e 80, foi a agressão ambiental, social, cultural e humana. Essa é que foi terrível e está sendo de igual maneira. Perdemos o controle da malária. A tuberculose que havia sido dominada está sem controle. Há dezessete recém-nascidos na maternidade da Santa Casa, todos os meses, com sífilis congênita. A esquistossomose chegou. Não existe estatística nas Secretarias de Saúde sobre parasitismo intestinal, nenhum deles.

Na minha triste condição de especialista em carência de parasitismo cheguei a apresentar paciente com oito parasitas intestinais diferentes. Olhei para o cidadão e pensei na mesma hora "essa coisa ainda existe?". Vi na região das ilhas do baixo Tocantins o que serviu de tese ao Professor Abelardo Santos, em 1950, "kwashiorkor" que significa carência total, plena e absoluta e estamos discutindo o que fazer.

Estamos discutindo para procurar saídas. Não somos chamados de "burros". Não é isso. Somos incompetentes, Senador. Temos que mostrar que não somos incompetentes para fazer essas coisas. O saque está à vista. A Amazônia é uma área aberta ao saque. Somente os que desconhecem a história completamente não querem acreditar nisso.

A questão da borracha é uma nova vitória conseguida e a nova luta pela borracha não pode ser mais em discussões quase secretas que as pessoas se fazem representam e não comparecem. Qual das Amazônias estamos discutindo, perguntei ontem. É a Amazônia que entregou para o Brasil 3,5 milhões de km², é a Amazônia ribeirinha ou é a Amazônia dos grandes projetos saqueadores todos eles, sem absoluta exceção?

O que foi que a Companhia Vale do Rio Doce trouxe para nós? Nada, absolutamente nada. Trouxe um cinturão e não é de pobreza. A gramática nos diz que adiante da palavra pobreza há a situação de miséria. Ainda há pouco tempo se trocava uma jovem de 12 ou 13 anos por um saco de feijão em Tucuruí. Não é somente no Acre que há analfabetismo. Há violência contra a dignidade do homem amazônida.

Não estou me referindo a ninguém. Estou me referindo aos projetos, à nacionalidade. Temos que reconhecer os erros, as nossas falhas, as nossas impotências e sair para a luta antes que alguém nos substitua e essas pessoas já existem por aí. Vale a pena dizer para vocês que temos doença do mercúrio. Somos um país que podemos produzir ouro a vontade e a doença de mina mata. O que vi na Comunidade da Rainha, no Tapajós, doença de mina mata, a doença do ouro.

A esquistossomose que havia somente em Fordlândia e Primavera nos anos 40 e 50, hoje está espalhada na Amazônia. "A carência ainda é válida para a Amazônia", afirmativa de Josué de Castro, Geografia da Fome ou Geopolítica da Fome. Quando se diagnostica uma doença em um cidadão do interior do Brasil ou da capital, diagnosticamos, nós, médicos, damos a segunda definição porque a primeira é carência. A primeira é a fome, Prefeito, mais de 90% da comida vem de fora. Sei do esforço daqui. Devo dizer aos senhores que se fala em ONG, em apoio das ONG's. Sempre ficamos às margens, à exceção do Baixo Tocantins onde a Secretaria de Agricultura colabora conosco.

Vão nos mostrar 160 projetos e nós vamos mostrar outros tantos projetos feitos com miséria, no máximo, R$300,00. Não há nada de o dinheiro desaparecer no meio da viagem. Vamos fazer esse ano ainda cinqüenta ou sessenta treinamentos, repito, com a ajuda da SAG, no Baixo Tocantins, agora mesmo estão sendo realizados treinamentos na Ilha de Marajá. São treinamentos pequenos, singelos.

Pelo amor de Deus, não venham com projetos suntuosos, Operação Amazônia que medalhas de ouro foram distribuídas a seus autores. Onde está o ouro da medalha?

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Professor Camilo, a Presidência solicita a compreensão de V. Sª, tendo em vista que o seu tempo já esgotou e ainda temos várias pessoas inscritas e os dois expositores vão ter que responder a todos esses questionamentos que foram feitos após suas exposições.

Eu pediria que concluísse o seu raciocínio para que pudéssemos dar oportunidade a outro expositor.

O SR. CAMILO VIANA - Peço desculpas, Sr. Presidente, não foi em desrespeito. Trata-se apenas do entusiasmo de falar de um assunto que incomoda a todos nós.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Muito obrigado pela sua compreensão.

Concedo a palavra ao Sr. Secretário de Agricultura do Pará, Edgardo Nunes, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. EDGARDO NUNES - Sr. Presidente, Sr. Senador, demais integrantes da Mesa, senhoras e senhores, quero abordar rapidamente o tema da reforma agrária e alguns questionamentos e pontos para reflexão nesse processo que estamos vivendo.

Destacaria duas palavras que precisam ser muito bem debatidas: a questão da descentralização e a questão da sustentabilidade. Quando falamos em descentralização queria inicialmente dizer que por parte do Governador Almir Gabriel há a decisão política e descentralizada de participar desse processo. Resta discutir como fazer.

Vai-se descentralizar o quê? O modelo velho de reforma agrária, ultrapassado, "falido"? É isso que queremos questionar porque está diretamente relacionado à questão da sustentabilidade, pois na hora em que se fala em sustentabilidade no nosso pensamento não se pode descentralizar aquilo que já está ultrapassado, provado e comprovado da sua ineficiência e da sua ineficácia.

Essa necessidade de mudar o modelo para um novo é o que precisa ser discutido nessa descentralização para que os Conselhos Estaduais de Reforma Agrária, os Conselhos Municipais de Reforma Agrária, possam definir que melhor modelo utilizar e não o tradicionalmente utilizado e concebido na época do centralismo do poder a nível Federal.

Logicamente se há uma participação da sociedade não se pode trabalhar com um modelo extremamente centralizador como aquele que foi construído para a reforma agrária. Dentro dessa visão de modelo, precisa-se modificar também uma visão e ação que se tem na Amazônia, do ponto de vista da agricultura, com raríssimas exceções na Amazônia, temos o hábito de explorar o solo e não de cultivá-lo.

Temos que inverter esse processo na Amazônia sob pena de ficarmos avançando cada vez mais num processo de devastação dos recursos naturais e do nosso meio ambiente. Há a necessidade de se ter essa mudança e a questão da assistência técnica, do conhecimento, da tecnologia, são os instrumentos pelos quais se possibilita isso.

A questão da sustentabilidade do empreendimento precisa também ser discutida nessa necessidade de uma perfeita articulação entre todos os órgãos envolvidos inclusive na esfera federal e quero citar alguns exemplos e alguns problemas que hoje enfrentamos para essa própria sustentabilidade. Primeiro, como fica a questão do novo modelo que se discute, a medida provisória que limita em 20% a utilização das áreas na Amazônia?

Precisamos discutir com o Ministério do Meio Ambiente como fica a questão dos assentamentos. Apenas 20% das áreas poderão ser utilizadas para o cultivo. Essa integração entre os órgãos federais precisa ser feita.

O Segundo ponto diz respeito ao custo financeiro dos recursos que iremos aplicar. O Procer vai estar reestudando e modificando - salvo alguma falha de informação - o custo financeiro dos financiamentos que estão sendo feitos. A mesma coisa é o nosso FNO - Fundo Constitucional do Norte, FNO especial, precisamente.

É necessário rever a questão dos custos. Salvo alguma falha de cálculo, o custo do FNO agregado, utilizando a TJLP como indexador, está mais alto do que, por exemplo, o Pronaf, que é utilizado na região Sul do País com uma condição de infra-estrutura muito melhor do que a nossa.

Vamos discutir de forma integrada a questão do desenvolvimento, ou corremos o risco de continuarmos com um modelo extremamente ineficiente, do ponto de vista dessa ação.

Com relação à descentralização, cabe também um grande questionamento, levantado pelo secretário do Tocantins: como é que ficam os assentamentos já existentes nesse processo?

Quero usar um termo um pouco pesado mas merece ser refletido. É o que eu chamaria de herança maldita. Trata-se de uma dívida grande para com esses assentamentos, para com esses colonos que foram lá colocados. O Estado passa, juntamente com os Municípios, a assumir um papel nesse processo, mas tem uma dívida que precisa ser resgatada e que ficou para trás.

Essa negociação e o que ficou para trás precisam ser colocados muito claramente pelo Governo Federal nesse processo de negociação, sob pena de os Estados receberem um grande "abacaxi". Deve-se ter clareza de como isso será feito para que não, possamos apenas transferir do Governo Federal para o Governo Estadual, sem efetivamente atender os maiores interessados, que são os trabalhadores rurais, os pequenos produtores, que precisam da terra para trabalhar.

O SR. EDMILSON BRITO RODRIGUES - Tenho um compromisso e peço desculpas pois não vou poder ouvir as considerações finais dos nossos convidados.

Dr. Camilo, essa relação com as ONGs o nosso Governo, apesar de ser novo, está implementando. Em relação ao poema da universidade, temos convênio com a Unipop na área da saúde e educação ambiental. A bolsa-escola para crianças em situação de risco estamos fazendo com a República do Pequeno

Vendedor, Centro de Valorização da Criança, Vinhas de Luz, Lar de Maria e uma série de outros.

O Centro de Valorização da Criança, por exemplo, em convênio com a Funfapa, tem hortas caseiras e uma série de atividades que envolvem as crianças que antes estavam nas ruas. Com a Marinha, temos convênio. Não é uma ONG, mas uma instituição que nunca deu educação à criança e adolescentes e hoje está atuando conveniada com a prefeitura. Foi citado pelo representante dos trabalhadores, para aproveitar o leite produzido pelos nossos trabalhadores. Uma instituição não-governamental, de caráter sindical está conveniando conosco.

Estamos abertos a todas as outras ONGs, naturalmente com um projeto definido que custe x dentro das nossas possibilidades. Entramos com o parte desse x ou com a totalidade para implementar políticas. Com essa perspectiva, unindo forças sociais, certamente vamos poder construir modelos novos de desenvolvimento, e pensando grande mas fazendo já o que for possível fazer, porque o nosso povo - como bem disse V. Exª - não pode estar esperando mais 350 anos para dar os passos necessários para fazer da Amazônia exatamente aquilo que ela precisa ser para este mundo, ou seja, uma região com grande potencial de progresso e de felicidade.

Muito obrigado e desculpe-me por ter que sair antes do final do debate.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - A Presidência agradece a participação do Presidente Edmilson Brito Rodrigues nos nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao Padre João Monatte pelo período de 5 minutos.

O SR. JOÃO MONATTE - Muito obrigado por me dar a oportunidade de falar neste momento tão importante deste seminário promovido aqui na nossa cidade.

Antes de tudo, quero dizer que estive fora do País por cerca de dois anos e meio à procura de financiamentos para a nossa Amazônia e estou voltando com muita experiência. Quero, depois, debater em campo com os patrocinadores deste seminário e contar com o apoio dos nossos Senadores e governantes. Realmente, encontrei muito boa vontade, contanto que se façam coisas muito sérias e objetivas.

Quero apresentar só um tópico, porque cinco minutos não são suficientes para falar e eu costumo falar demais.

O nosso objetivo é a Amazônia. Estou no Brasil há 41 anos, dos quais trinta trabalhando na Amazônia. Tenho experiência no campo dos agricultores da região Bragantina do Salgado e das ilhas. Trabalhamos com sistema de cooperativas e nosso impasse sempre foi querer impor umas coisas a esses nossos colonos, a esses agricultores, e nunca ouvi-los sobre o que eles sabem fazer.

Nasceu, então, esse projeto, que chamamos de "Amazônia 501", que parte da experiência e da cultura do nosso agricultor e da região Bragantina do Salgado. Não queremos ensinar nada; eles é que nos ensinam o que podemos fazer da Amazônia, realmente o decantado celeiro do mundo.

Em poucas palavras, o nosso potencial não são as árvores e as fazendas; o nosso potencial chama-se água. Temos 26% da água doce do mundo. A nossa água tem um potencial e uma riqueza tão grandes que o Nilo, que foi o centro da grande civilização egípcia e da Antiguidade, chega a ser um pequeno riacho para a nossa Amazônia.

O Rio Amazonas e todos os seus afluentes têm um potencial que pode transformar a nossa terra em uma terra rica, sem investir muito. Aqueles que recebem o financiamento podem pagá-lo em poucos anos. Estamos levando à frente uma experiência de sete anos com os nossos agricultores e temos um projeto chamado Novo Moisés. Assim como Moisés foi salvo pelas águas do Nilo, o nosso ribeirinho pode ser salvo pelas águas do nosso Amazonas e seus afluentes. Como? Salvaguardando a região das várzeas, a região ribeirinha. Por isso queríamos também a interferência de nossos políticos para que salvaguardassem, como está na Constituição, o incrível poder de produção que têm as terras que estão perto de nossos rios. Nós conseguimos produzir, por hectare, 45 toneladas de alimentos, enquanto na Europa e na América do Norte conseguem produzir 18 toneladas. A diferença é que eles têm que gastar 17 toneladas para os custeios e nós, sobre 45 toneladas, gastamos 2 toneladas para o custeio. O resto é lucro.

Eu trouxe um especialista da Hungria para ver a nossa reprodução artificial de peixe, que as autoridades locais não conhecem e nem visitaram ainda - mas deixemos para lá essas coisas. Trouxemos tecnologia para fazer "hipofisezação", quer dizer, da hipófise da carpa se faz a reprodução artificial. Então, um especialista da Hungria pegou uma carpa e disse que ela devia ter uns dois anos e meio a três. Nossos garotos que estão no centro - a tecnologia é toda nossa, de nossos jovens que mandamos se especializarem0 em várias partes, - começaram a rir. Ele disse que talvez tivesse três anos. Eles disseram: 'Não, Dr. Regis, essa carpa tem seis meses". Ele ficou espantado.

Como é que uma terra dessas pode ter gente carente, morrendo de fome? Esse é o nosso pecado. Como padre, devo confessar - e todos nós temos que dizer - que é um pecado gravíssimo. Uma terra como a nossa não pode ter meninos morrendo de fome. Eu queria apoio.

Aqui está o projeto pelo qual fui lutar por dois anos e meio lá fora, para conseguir financiamento para 40 mil famílias ribeirinhas. Nós conseguimos, mas eles foram a contrapartida do Governo brasileiro, ao menos de confiança.

Estou voltando e quero o apoio da Comissão da Amazônia, dos nossos Senadores Ademir Andrade e Nabor Júnior e de todos. Queremos, ainda este ano, partir para o Projeto Amazônia-501. O Projeto Novo Moisés é o carro-chefe desse projeto, que abrange a parte social e a parte agroindustrial, sobretudo o assentamento de famílias.

Imaginem que o agricultor com três hectares de terra pode produzir 40, 50 e até 60 toneladas de alimentos - peixe, arroz. Agora, descobrimos que há um tipo de arroz de várzea nas Filipinas que consegue produzir 12 toneladas por hectare, e podemos fazer três colheitas.

Estou procurando esse apoio dos nossos políticos para fazer da nossa Amazônia o celeiro do mundo, como dizia Paulo Almeida, do Colégio do Carmo. Não sei se aqui tem algum aluno nosso de lá. Quando cheguei aqui no Pará, em 59, ele me disse: "João você chegou no celeiro do mundo". Não tinha água, não tinha luz, não tinha carne em Belém naquele tempo. Era tudo importado. E, naquela época, não tinha nem terra, somente os navios vinham.

Depois de 30 anos que trabalho aqui na terra, estou convencido de que estamos no celeiro do mundo. Podemos dar comida não só a nossas crianças, aos nossos filhos, aos nossos jovens, mas podemos dar comida para o resto do mundo, que está morrendo de fome. Essa é a minha convicção.

Peço o apoio de todos para que consigamos fazer uma bandeira desse projeto, que não é meu, porque foi sugerido pelos nossos colonos, pelos nossos ribeirinhos. Sou apenas um batalhador e quero ajudá-los a vencer essa batalha.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Quero cumprimentar o Padre João Monnetti pela contribuição efetiva que deu a nossos debates e dizer-lhe que a Comissão da Amazônia vai desenvolver todas as gestões no sentido de viabilizar a execução desse projeto, que é bastante interessante para a Região Amazônica. Aliás, o Professor Samuel Bechimol já escreveu uma importante obra sobre o aproveitamento das várzeas da Amazônia.

O SR. JOÃO MONATTE - É a maior riqueza que temos. Quando falei da produção que temos comprovada, estou

de reforma agrária se não houvesse o Movimento dos Sem-Terra, que é a consciência da sociedade, ainda que de forma radical, para lembrar permanentemente a necessidade da dívida social histórica do Brasil?

Eis agora a provocação: Quando foi editada a Medida Provisória nº 1511, na Assembléia Legislativa do Acre foi criada uma comissão para discuti-la. Surgiu a idéia, perigosa e interessante - levando em consideração que, nos projetos de assentamento mais antigos, as gerações já começam a se suceder e, obviamente, a demanda de terras dos próprio colonos também tende a se ampliar -, de deixarmos um pouco essa hipocrisia mais global da intocabilidade e definíssemos a proteção a reservas, parques nacionais, reservas indígenas, e que nas áreas dos projetos antigos fosse permitido, por uma razão essencialmente de natureza econômica, da potenciação dos investimentos, o desmatamento global daquela área, para exatamente ampliar esses assentamentos e a sua economicidade.

Agora vem o lamento: Quando nos acertamos nos quarenta, não podemos mais protestar. Isso vem muito do tempo do movimento estudantil, quando se lutou contra a ditadura. Eu já dizendo que há sete anos trabalho nesse projeto e estou apresentando uma coisa que já vivemos. Todos estão pedindo para fazermos esse projeto para esses pequenos agricultores.

Quando eles viram a produção, ficaram espantados, abismados: "Não é possível!" A carpa dá quase seis quilos por ano nesse sistema.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Agradecemos a sua participação aqui no nosso seminário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra ao Deputado João Correia, da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, por cinco minutos.

Pediria a compreensão do companheiro pelo adiantado da hora.

O SR. JOÃO CORREIA - Na pessoa do Senador Nabor Júnior, cumprimento todos os presentes.

Na verdade, quero fazer uma pergunta, uma provocação e um lamento.

A pergunta, ao Dr. Marcos Lins e também à Drª Abigail, que estão, de fato, muito próximos ao tema: Os senhores não acham que a política de reforma agrária, ainda que tenha avançado bastante, até regularizando, tornando cidadãos aqueles elementos que eram invasores, não é muito tímida diante do tamanho do problema desse País? O que seria do processo atual participei de dois encontros de parlamentares da Amazônia: um, em Rondônia; outro - se não me falha a memória -, no Amapá. Não sei a quantos andam, se esses encontros ainda permanecem. Neles, sempre notamos uma ausência significativa. E, em que pese o brilho extraordinário da exposição do Dr. Marcos Lins e da Drª Abigail, convenhamos que é um desdém com essa região a ausência do Ministro Raul Jungmann e da Secretária Lúcia Vânia. Certamente teremos a ausência de Antônio Kandir. Estou assustado, porque talvez possamos ter a ausência do Ministro Pedro Malan e dos Governadores.

Senhores, como é que se vai discutir Amazônia, um tema dessa relevância, com a ausência de Governadores de Estado? Então, na verdade, a Amazônia é um corpo invertebrado. A Amazônia não existe; ela é uma ficção. A Amazônia existe enquanto natureza, provavelmente; mas, politicamente, tenho a suspeita de que temos a população do Canadá, a população da Argentina e a representação política de Macau. Enfim, como é que se pode discutir uma projeção, se não há o mínimo de conhecimento sobre o assunto e o mínimo de solidariedade entre as pessoas? Como é que podemos propor alternativas de desenvolvimento justas, socialmente adequadas, economicamente viáveis se nos desconhecemos internamente?

Sinceramente, não quero lavrar o protesto, mas quero registrar o meu lamento e gostaria que a Comissão que V. Exª preside, Senador Nabor Júnior, manifestasse o seu desagrado ao topo da República, de um lado, e aos Governadores dos Estados amazônicos de outro, porque esses segmentos estão desdenhando os esforços que o Parlamento está fazendo no sentido de compreender o tamanho e a razão da nossa tragédia.

Deixo essa sugestão para a Comissão.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Parabéns pela brilhante participação no nosso seminário.

Como último orador inscrito, concedo a palavra ao Sr. Joseni Nascimento, Diretor Executivo da Amat, Associação dos Municípios do Araguaia e Tocantins, no Estado do Pará, também pelo espaço de cinco minutos.

O SR. JOSENI NASCIMENTO - Sr. Presidente, acredito que não usarei o tempo todo, porque vamos procurar ser o mais breve possível, até mesmo pela condição do horário que nos foi posta agora.

Os oradores que me precederam falaram sobre várias questões; mas eu vim aqui tratar da questão da parceria como solução. Há fórmulas e mais fórmulas para se resolver os problemas da Amazônia, mas não há segredos. Se existe algum, talvez seja a parceria com o município.

Então, por ser representante de uma associação de municípios, defendo aqui a posição do municipalismo, pelo menos na nossa região, o sul e sudeste do Pará. Lá fica bem patente que as experiências feitas com o município têm sucesso; evidentemente, contando com a fiscalização da sociedade civil organizada. Em nossa região, conseguimos, pela primeira vez, Dr. Marcos Lins, liberar os recursos para trabalhar nas estradas antes da chuva.

Nesses anos todos, temos trabalhado com o intuito de montar uma parceria com o Incra. Este ano, dou os parabéns ao Incra, é a primeira vez que os recursos vêm antes da chuva. E eles vieram em uma quantidade simbólica em relação à nossa demanda, mas foram muito maiores do que os do ano passado, em que estava prevista a liberação - segundo acordo entre o Governador do Estado e o Presidente da República - de R$37 milhões, mas só foram liberados R$ 5,6 milhões. Acredito que não chega a ser um percentual expressivo do montante que ficou acertado com o Presidente da República.

Neste ano estamos trabalhando com um orçamento e chegamos a fechar convênios com as Prefeituras, só no sul do Pará, com valores em torno de R$10 milhões. Esperamos com isso conseguir, pelo menos, atender parte da pequena demanda, como falou o Senador Ademir Andrade.

Essas parcerias foram acordadas por intermédio da Associação de Municípios, com a participação dos Parlamentares do Estado do Pará. Foi uma negociação custosa dentro do Incra, mas conseguimos chegar ao consenso; todavia, a um preço muito abaixo do que o Incra praticava.

Trata-se de algo que está dando certo; por isso, vamos continuar repetindo a experiência. Não há segredo. É claro que a sociedade civil tem de se organizar para fiscalizar e acompanhar; as prefeituras também têm interesse que tudo dê certo, porque, do contrário, no próximo ano, não recebem recursos. Temos interesse que tudo dê certo.

Outra questão - essa foi levantada pelo Secretário de Agricultura do Estado do Pará - é a sustentabilidade dos assentamentos. Não há condições de tratar de assentamento no Estado do Pará sem uma ação de sustentabilidade.

Outra questão é a patrulha mecanizada. Neste ano tentamos obter, junto ao Incra a patrulha mecanizada. Fomos lá, pedimos, falamos, etc. Aí fui perguntar para o representante do Acre qual era o segredo para se obter a patrulha mecanizada, ao que ele respondeu: "- Josenil, o segredo é o orçamento.

Conseguimos alocar esse recurso no orçamento do ano passado; neste, conseguimos liberá-lo".

Então, esse é um pedido que faço: em vez de usarmos a ação dos nossos parlamentares - até mesmo porque a cota deles é muito baixa -, esperamos que o Incra preveja esse tipo de recurso no seu orçamento deste ano. Ou seja, do orçamento do Incra que será mandado ao Governo Federal, já constará a verba para a patrulha mecanizada a ser utilizada no sul e sudeste do Pará, onde temos uma superintendência regional. Faço esse pedido porque as nossas cotas são muito pequenas em relação ao dinheiro que estamos perdendo ao contribuir para o País com a desoneração das exportações. Temos um orçamento de R$87 milhões e estamos contribuindo com o País, desde que foi feita a desoneração das exportações, com mais de R$100 milhões. Então, pelo menos, vamos empatar isso.

Uma outra questão sobre a qual gostaria de falar foi abordada pela Drª Abgail: é a questão da capacitação dos agentes políticos municipais. Existe uma intenção muito grande nossa em montar um parceria com a Secretaria de Assistência Social no sentido de trabalhar essa capacitação, trabalhar os agentes municipais para produzir projetos competentes. O segredo está no perfume dos pequenos frascos, isto é, nos pequenos projetos, nas pequenas ações. Aí está o segredo do sucesso na Amazônia. Não adianta trabalhar em megaprojetos, em megaações porque esses não têm resultados práticos. Vamos trabalhar em pequenos projetos que tenham uma ação mais duradoura. Precisamos que a Secretaria de Assistência Social seja sensível e trabalhe com as associações de municípios, no sentido de capacitar agentes públicos municipais para que possamos captar recursos.

Tenho certeza de que se houvesse parceria conseguiríamos captar 100%, apesar de a senhora não querer mostrar os resultados do que ficou por fazer por falta de condições de capacitar agentes. Se houvesse oportunidade - já que a senhora não pode mostrar em público os resultados -, gostaria que a senhora mostrasse esses dados para nós, em particular, pelo menos os que o nosso Estado conseguiu captar.

É basicamente isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Esgotada a lista de oradores que participaram dos debates, retorno a palavra ao Dr. Marcos Lins, que vai fazer, de maneira sucinta, uma exposição a respeito dos questionamentos feitos pelas diversas pessoas que participaram dos debates.

A seguir, a palavra seria concedida à Drª Alba, que falaria para encerrarmos esses dois painéis desta manhã, dia 26.

Com a palavra o Dr. Marco Lins, para as suas considerações finais.

O SR. MARCOS LINS - Sr. Presidente, peço sua permissão para, em primeiro lugar, agradecer pela excelente qualidade das intervenções, que refletem o interesse em torno do tema abordado por mim na apresentação desta manhã.

Vou tentar percorrer alguns aspectos relevantes. Peço desculpas, antecipadamente, se uma ou outra observação oferecida não receber aqui a atenção necessária, pois a quantidade, qualidade e relevância dessas intervenções fazem com que a minha tarefa fique um pouco mais complexa do que eu imaginava.

A primeira observação que gostaria de fazer tem origem em uma referência feita pelo Secretário da Cultura do Estado do Tocantins sobre os exemplos de êxito de políticas fundiárias adotadas ou experimentadas no passado. Ele focalizou a questão da colonização privada, o papel das empresas colonizadoras na ocupação de boa parte do território do Paraná. A mesma observação provavelmente poderia ser dita se pensarmos no exemplo de Mato Grosso e de alguns outros Estados.

Quero simplesmente fazer um esclarecimento: o Governo Federal, em particular o setor da reforma agrária, não manifesta nenhuma restrição, oposição, má vontade, pretensão restritiva de qualquer natureza, à ação das empresas de colonização, ou de quem quer que seja, que tenha energia, capacidade de empreendimento, recursos, capacidade de **marketing** para participar do mercado de terras.

É evidente que, no nosso País, temos um mercado de terras exageradamente rígido, que é segmentado, no qual nem todo mundo pode entrar em igualdade de condições de transação. Imagino que a hipótese de que ocorresse ou de que ocorra uma iniciativa importante, forte, vinda da área privada tem de ser vista pelo Governo como uma hipótese interessante, para dizer o mínimo.

Aproveito a sugestão do secretário e lamento que ele não esteja presente, mas fica a observação. Não vamos sobrecarregar a agenda do Governo com ações, iniciativas e possibilidades que estão nitidamente na esfera da iniciativa privada. Vou fazer eco a vozes insistentes que apontam para o fato de que no nosso País provavelmente exista excesso de governo. Nesse caso, eu diria, sem entrar muito no mérito da questão: não se peça ao Governo que ele se ocupe de mais coisas além das que ele já tem dificuldade de fazer nas condições presentes.

Vou tentar fazer um comentário sobre a descentralização, porque fica evidente - tanto na intervenção do Secretário da Agricultura do Tocantins, como na intervenção do meu amigo, Secretário da Agricultura do Pará - que o Governo Federal não tenha tido ainda a capacidade de usar com suficiente clareza as palavras que deveriam representar as suas intenções. Permito-me fazer a seguinte observação: a questão da descentralização, que ressaltei na minha intervenção como método, como uma questão de estratégia, parece ser uma obrigação imposta ao Governo Federal. Não vejo como a estratégia da descentralização possa ser entendida simplesmente como escolha do Governo Federal. Percebo que - com o tamanho que já alcançou o programa da reforma agrária e com a expectativa e a muito provável realização de um tamanho que seja duas a três vezes maior do que o tamanho atual - é impraticável pretender o manejo desse programa a partir de uma autoridade central única nas mãos do Governo Federal.

Não vejo isso como uma possibilidade e, por isso, repito, não vejo uma escolha: só acredito que há uma evolução que nos obriga a contemplar os melhores caminhos, os mais adequados e mais eficientes para promover a descentralização. Vejo como enriquecimento do ambiente institucional da reforma agrária a participação ativa, responsável de um maior número de atores públicos, em primeiro lugar.

Conseqüentemente, o que me parece razoável é, de um lado, que o Governo Federal consiga falar com clareza sobre as suas intenções. Isso, evidentemente, é parte da obrigação do governo, porque, se não conseguirmos falar com clareza, não poderemos desejar interlocução produtiva e equilibrada.

Em segundo lugar, é preciso que tenhamos presente que já passou o tempo - e digo isso com evidente satisfação - em que o Governo Federal era senhor absoluto de suas próprias ações e que podia chegar um dia e dizer: "- Não quero mais!" Acredito que essa referência ou essa hipótese não se aplica às formas atuais de governo, qualquer que seja a orientação partidária do Governo em presença, qualquer que seja a medida de pretensão autoritária, manipuladora ou democratizante do Governo em presença. Não existe essa história de o Governo chegar e dizer: "- Toma!" Não existe. Não entendo que ocorra, em nenhum Estado da Federação, esse tipo de disponibilidade da autoridade estadual que diga: "- Estou aqui para receber o que quer que seja que o Governo Federal queira derrubar no meu

colo." Essa não é mais a maneira, nem o jogo das relações entre as instituições no Brasil. Felizmente.

Uma outra referência que apareceu em mais de uma das pessoas que se manifestaram. Como encarar o problema dos chamados assentamentos velhos? Como encarar o problema do que poderíamos chamar de o passivo das ações de desenvolvimento devidas ou necessárias ou comprometidas e não executadas pelo Governo Federal ao longo dessa já longa história da reforma agrária?

Evidentemente, não há uma resposta singular para essa questão. A história dos assentamentos - podemos pegar a história mais remota, que começa em mil novecentos e vinte e poucos, com as intervenções do Instituto Nacional de Migração e Colonização - tem muitas cores. Não estou absolutamente de acordo com a avaliação que condena à evidência do fracasso essa história. Essa evidência do fracasso está longe de ser confirmada na experiência real de muitos desses assentamentos e na experiência real de milhares de agricultores que, por essa via, conseguiram se inserir na economia e na cidadania, como tão bem lembraram alguns dos comentadores.

É preciso, então, que se encare as necessidades de investimento e de enfrentamento desse passivo caso a caso, e, provavelmente, a melhor maneira de se organizar essa discussão poderia muito bem ser a iniciativa dos próprios Estados, que têm conhecimento e capacidade de identificação de prioridades reais e de possibilidades reais. O exemplo que aqui foi relatado pelo representante da Srª Governadora do Maranhão é um exemplo simples, que não tem nenhuma pretensão de grandes tabulações de política pública e que, no entanto, é um exemplo atual, verdadeiro, factível, que está à vista, que qualquer pessoa pode medir e avaliar. É simplesmente juntar esforços no patamar mais direto, mais elementar, mais imediato entre quem tem a responsabilidade, vamos dizer assim, de plantar os assentamentos e quem tem a possibilidade de reforçar essa iniciativa de plantação, aportando, canalizando, racionalizando o emprego de recursos públicos nas áreas de assentamento. Ocorreu no Maranhão uma coisa que há 20 anos se apresentava como não apenas desejável, mas também de uma necessidade absolutamente óbvia, que era simplesmente a seguinte: juntar a ação fundiária com as ações de desenvolvimento no ambiente rural. Apesar de óbvio, apesar de sabida há 20 anos, começa a acontecer há pouco mais de um ano. Evidentemente que o Governo Federal tem que assumir a sua parcela de responsabilidade nesse aparente desacerto e desencontro, mas vamos ser também aí solidários e saber que nesse caso, no caso que aqui foi relatado, a iniciativa do Governo Estadual tem um papel de excepcional relevância.

Outro comentário que acredito mereceria ser feito, também fruto de várias observações, entre outras a do representante da Fetagri: a reforma agrária é, nas condições em que operamos hoje, lenta; ela é freqüentemente complicada na sua prática e é freqüentemente, também, o somatório de ações do governo que são induzidas pela iniciativa dos trabalhadores. Estou perfeitamente de acordo com os três comentários e apenas gostaria de repetir o que já disse ou tentei dizer: isso não impede que se reconheça que a reforma agrária no Brasil, hoje - isso não é uma apreciação, isso é uma realidade -, é seguramente três vezes maior do que era há seis anos. E aí quero registrar um ponto de reflexão e de mudança, que corresponde ao início da administração do Presidente Itamar Franco, e que felizmente vem sendo ainda hoje um ponto de referência para as orientações de governo durante a administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O meu desejo, a minha aspiração e de certa forma a minha confiança, é de que não ocorram mais, como já ocorreram tantas vezes no passado, as interrupções, as hesitações, as ambigüidades, os ziguezagues da política governamental com relação a esse assunto.

Isso é um desejo, não tenho, lamentavelmente ou felizmente, o dom da previsão nem tenho condições de afirmar como coisa estabelecida que o Governo se fixou com pedra e cal sobre uma linha de orientação que me parece adequada e que vai ser imitada. Não sei se vai ser, desejo que vá ser, e acredito que uma das condições para que seja é precisamente a vigilância, a combatividade, a agressividade, a capacidade de mobilização, a capacidade de proposição que vem preciso e somente do Movimento dos Trabalhadores Rurais engajados e comprometidos com essa proposta. Isso não exclui, evidentemente, as iniciativas e o valor da solidariedade das várias instâncias de governo, mas pretendo, com essa observação, deixar claro que percebo de onde é que vem a energia. Não estou aqui com a idéia de falsificar essa realidade, que são realidades básicas da vida. A questão que se colocar para os ajustes e as adaptações, as correções, aquilo que poderíamos chamar de uma maneira simplificada a reforma da reforma. O Secretário Hildegardo diz que, se é para manter um modelo inadequado ou insatisfatório, não vale a pena. Sou capaz de concordar com o secretário nessa manifestação de reserva, mas diria que a tarefa de reformar a reforma, a tarefa de enfrentar algumas questões básicas que nos confundem e nos deixam freqüentemente perplexos, é enorme e de grande complexidade e, na minha opinião, não deveria servir de pretexto para que interrompamos a caminhada. A meu ver, esse é o ponto básico e central. Se temos a ambição de retomar a reforma, que nos lancemos a essa tarefa com toda a coragem, com toda a determinação, com toda a capacidade inventiva de que sejamos capazes. Mas, por favor, não usemos essa consciência da necessidade de fazer melhor como pretexto para interromper o que, sendo feito da maneira como está sendo feito, hoje, é honradamente e honestamente uma tentativa de resposta por parte do Estado a uma demanda que é verdadeira, que é premente, que é emergente - como foi dito - e que, de uma maneira ou de outra, tem servido para introduzir no processo da reforma agrária correções e ajustes que, de qualquer maneira, nos permitem, na minha opinião, fazer um balanço que está mais positivo do que negativo nas condições presentes.

Vou pinçar uma questão da intervenção do Prefeito: as possibilidades de apelo por parte do Governo Federal às iniciativas do Município. Tive oportunidade de conhecer essa questão de forma aproximada à época em que o ex-Prefeito Municipal de Rio Branco tomou iniciativas importantes e relevantes na utilização de terras disponíveis no perímetro do Município, para a criação de comunidades de produção. Nesse momento, a ex-Prefeita do Município de São Luís tinha tomado iniciativa semelhante na criação de pólos de produção em terras públicas municipais ou acessíveis ao Município. Em ambos os casos, verifico que a capacidade do suporte de apoio do Governo Federal, através do mecanismo de reforma agrária, é mínima, é praticamente insignificante.

Acredito que aí temos um tema...

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) - **(Inaudível. Fora do microfone.)**

O SR. MARCOS LINS - Não tenho uma avaliação final dos dois projetos. Tenho a impressão muito positiva que me causou um e outro caso. Agora, que fique claro que foram iniciativas que se fizeram no âmbito da iniciativa do Poder Municipal, à luz dos recursos disponíveis em cada caso ao Poder Municipal. Então, não houve nem da parte das Prefeituras, e muito menos da minha parte, a pretensão de querer homogeneizar essas iniciativas aos padrões, normas, procedimentos e maneira de fazer da reforma agrária.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) - Mas o Projeto Casulo não é isso?

O SR. MARCOS LINS - O Projeto Casulo tira daí a sua inspiração. O Projeto Casulo é uma idéia de trabalho. Acredito, Senador, que essa idéia de trabalho terá que ser testada

diante da realidade. Estamos nos referindo às experiências das Prefeituras de Rio Branco, no Acre, e São Luís, no Maranhão, que foram empreendidas, assumidas e realizadas pelo Município, sem pedir licença ao Governo Federal e sem se colocar em nenhum momento em uma relação de dependência da maior ou menor presença do Governo Federal nesse assunto.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) - O Projeto Casulo é apenas uma idéia do Ministério. Nunca colocou nenhum em prática?

O SR. MARCOS LINS - O Projeto Casulo, que eu saiba, não é ainda objeto de realização concreta em nenhuma parte. É uma proposta que vem sendo trabalhada e tem sua origem precisamente na oportunidade de uma reunião de Prefeitos Municipais ocorrida em Brasília, em algum momento do ano da eleição dos novos Prefeitos Municipais.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) - Mas isso foi anunciado.

O SR. MARCOS LINS - Não estaria em condições de lhe dar a confirmação disso, até porque me parece que a concepção do Projeto Casulo requer a celebração de convênios específicos, a determinação de mecanismos legais específicos e suspeito que requererá inclusive a adoção de medidas legislativas específicas, no âmbito dos deliberativos municipais caso a caso.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) - **(Inaudível. Fora do microfone.)**...

O SR. MARCOS LINS - Adesão e, eventualmente, a utilização do deliberativo municipal para que haja cessão de terras ou para que haja alguma forma de junção de esforços.

Vou me permitir, Senador, fazer um comentário breve, o que não significa restritivo, mas breve, porque é matéria que provavelmente será melhor percebida se lhe der oportunamente acesso a documentos e textos que são suficientemente esclarecedores.

Refiro-me agora à questão do Cédula da Terra. Esse programa, recentemente anunciado pelo Presidente da República e pelo Ministro Raul Jungmann, tem as características de ser um programa piloto, experimental e será implementado a partir de agora em cinco Estados da Região Nordestina. Esse programa, como dizia o Senador Ademir Andrade, absorverá recursos de uma parte de origem fiscal, nacional, orçamentário; e, de outra parte, de empréstimo assinado pelo Banco Mundial. O eixo desse programa está na criação de fundos de terra, na disponibilização de recursos para empréstimos para operações de aquisição de terras por parte de comunidades de trabalhadores rurais com pouca terra ou sem nenhuma terra.

O esclarecimento que se impõe, Senador Ademir Andrade, é de que não se trata de projeções individuais de compra e venda. Isso não é contemplado no desenho do projeto. Entende-se que comunidades de agricultores sem terra ou eventualmente dispondo de muito pouca terra, podem manifestar a sua vontade solidária de comprar terra. Sendo este o caso, essas comunidades têm acesso, para compra de terras, a uma janela de crédito, a uma linha de crédito gerenciada pelo Banco do Nordeste do Brasil nos cinco Estados que participam do programa. Supondo que essas comunidades apresentem à instituição de crédito propostas de compra que sejam julgadas compatíveis às condições do programa, o que quer dizer: proposta de compras que se realizem em terras aptas à pequena produção agrícola e pecuária, a preços que sejam compatíveis com as condições de mercado, e que essas terras sejam consideradas como ao abrigo de qualquer dúvida quanto a sua titularidade, o Banco, gerente do fundo de financiamento para essas operações, empresta dinheiro às comunidades que concluem a operação de compra e se tornam donas das terras adquiridas. Nesse momento, segundo o programa, essas comunidades são elegidas para receber recursos de financiamento de melhorias nessas terras, recursos esses propiciados através da operação de crédito com o Banco Mundial. Detalhe: as comunidades assumem a dívida dos recursos obtidos junto à instituição financiadora gerente do fundo de terras e serão responsáveis pelo reembolso desses empréstimos que serão, conseqüentemente, objeto de contrato privado entre o Banco e as comunidades. Em contrapartida, as comunidades recebem os recursos para melhorias a fundo perdido e não lhes será cobrado o reembolso dos recursos que lhes serão transferidos a partir da negociação de projetos técnicos que sirvam ao interesse coletivo dessas comunidades. É importante salientar novamente que se tratam de melhorias que serão avaliadas e julgadas em função do interesse da coletividade envolvida, e não em função de uma pessoa ou de uma família dentro dessa coletividade. Concluídas essas duas operações ou essas duas linhas de intervenção, não mais existirá a presença tutelar do Governo no que venha a acontecer no futuro dessas explorações.

Os traços que nos chamam a atenção nessa experiência piloto são a hipótese de uma ação descentralizada, levada provavelmente a seu ponto máximo nas condições de operação que trouxemos no Brasil; e, segundo, a hipótese de comando das decisões de realização das operações envolvidas por parte de comunidades de trabalhadores. São, em um e em outro caso, hipóteses inovadoras que salvam, melhor juízo, a situação. Eu, pessoalmente, manifesto a minha convicção de que devam ser postadas, devam ser experimentadas, devam ser colocadas em prática, avaliadas, vistas, criticadas e, conseqüentemente, ofereçam a todos a possibilidade de verificar se esse é o caminho de política de descentralização que nos interessa ou que não nos interessa.

Com relação à indagação do Senador Ademir Andrade a respeito do porquê não se aplica dinheiro desse programa no Pará, a única maneira de responder a essa questão, Senador, é revelar que, na proposta original de negociação entre o Banco Mundial e o Governo brasileiro, aquele colocou como questão relevante o aproveitamento das estruturas técnicas que existem nos Estados nordestinos e que têm 20, 15 ou 12 anos de experiência de trabalho na gerência de projetos de desenvolvimento e que são, de certa forma, o esqueleto do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor - PAP, que é ainda hoje um programa de interesse relevante para os Governos dos Estados nordestinos. Essa é a única explicação que conheço e que é válida, até onde vai a minha informação, para o fato de o Estado do Pará não estar incluído nessa fase, nesse programa.

Lembrava-me de um colega e amigo, Ronaldo Barata, há pouco e que, antes mesmo que se iniciassem as negociações com relação a essa questão, havíamos discutido sobre a possibilidade e a oportunidade de que o Governo do Estado do Pará tomasse a iniciativa de buscar recursos do Banco Mundial para ações de interesse na área de política fundiária e do desenvolvimento agrário. Essa questão, acredito que possa se manter como uma questão de atualidade, evidentemente, a critério do próprio Governo do Estado do Pará.

Por que aplicar recursos onde o problema é menor? Permita-me, Senador, dizer que não considero que o problema da pobreza rural do Nordeste seja menor do que a pobreza rural no Pará. Posso lhe garantir que todos os indicadores conhecidos mostram que não é o problema menor no Nordeste do que é o problema no Pará.

Por que não se consegue convencer as organizações de trabalhadores sobre a conveniência e a oportunidade desse programa? Tenho uma explicação que é estritamente pessoal e não posso oferecer como sendo uma manifestação da autoridade de Governo a quem represento. A minha opinião pessoal é que as organizações dos trabalhadores têm manifestado uma reserva clara, explícita e enérgica para aquilo que as organizações dos trabalhadores consideram que é a intenção não declarada do Governo Federal de se afastar do emprego do mecanismo da

desapropriação por interesse social como mecanismo principal da ação fundiária. Entendo que, na lógica dessa manifestação de reserva, as organizações dos trabalhadores, e em particular da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, que se manifestou de forma escrita sobre esse assunto, consideram que não é oportuno e que não é aconselhável manifestar o seu apoio a esse programa piloto.

Espero que, se a prática do programa piloto apresentar resultados positivos, esses resultados deveriam ser o critério de eventual reconsideração da posição da Contag com relação a esse assunto.

Temos diante de nós, à luz das intervenções ocorridas, uma provável agenda que nos levará a renovar muitas das linhas de formulação da política de reforma agrária. Essa agenda, a meu ver, apenas começa a surgir graças a iniciativas dessa natureza. E é um motivo adicional para que se valorizem as iniciativas que são fruto de atores institucionais que não dependem do Governo Federal.

Para mim, é perfeitamente claro que a discussão dessas questões não pode não deve não tem por que ficar restrita ao ambiente do Poder Executivo. Muitas delas poderiam e deveriam ser assumidas pelo Executivo Federal como matéria de uma agenda aberta. E poderiam e deveriam ser assumidas por todos os demais atores institucionais como matéria de interesse, superando eventuais dificuldades de interesse de interlocução, limitadas ou balizadas pela evolução das práticas partidárias e parlamentares específicas.

Acredito que existam espaços que ainda não são conhecidos. Dizia o Deputado Geraldo Pastano a propósito das comunidades ribeirinhas - o que de certa forma é corroborado pelo testemunho do padre João Monatte, - que este é um assunto não resolvido no ambiente do Governo onde se trata das questões fundiárias. Confesso que não conheço a razão pela qual não se tratou desse assunto.

Repito: vamos pensar duas, três, dez vezes, se necessário, antes de pretender que esse assunto deva ser incluído nas atribuições do Governo Federal. Se for possível, vamos evoluir no tratamento dessa questão trabalhando com as instâncias locais de Governo. E vamos cobrar do Governo Federal apoio, suporte, sem que o Governo Federal seja, necessariamente, o iniciador da consideração dessas questões.

É claro que esse é um comentário que me permito fazer por medo de não termos capacidade de absorção de novos itens na nossa agenda, pelo menos no curto prazo.

Sr. Presidente, agradeço, mais uma vez, a oportunidade. Peço desculpas antecipadamente pela falhas no oferecimento desses esclarecimentos.

Fez uma observação o Deputado João Correia com relação ao uso das áreas atualmente consideradas como de reserva legal obrigatória dentro dos projetos de assentamento, para acomodar a demanda surgida dentro desse próprio projeto. Deputado, temo que a nossa capacidade de jogo e a nossa liberdade de manobra dentro do limite da institucionalidade em presença não nos dê nenhuma chance de adotar esse tipo de solução, a menos que se mobilizem maiorias legislativas que, realmente, procedam a uma revisão radical da legislação ambiental.

Já vi sugestões do mesmo gênero. E quero registrar uma idéia do antigo Ministro Andrade Vieira, quando considerava a situação não na Amazônia mas no Paraná. Ele dizia que estipular áreas de reserva, propriedade por propriedade, era um negócio que não se sustentava. Dever-se-iam estipular áreas de reserva por microrregião. Com isso, ele achava que encontraria resposta muito mais racional e funcional para se dar pelo uso a todas as terras de aptidão agrícola evidente e para reservar-se como áreas de reserva apenas aquelas que não tinham aptidão evidente.

É também um aproximação do assunto. É provável que, no futuro próximo, sejamos forçados a encarar esse problema com uma nova capacidade de discriminação e detalhe. Por enquanto, a sugestão, mesmo que respeitável e oportuna, fica bloqueada, de fato, porque há uma evidente rigidez na disposição das legislações respectivas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Com as considerações do Dr. Marcos Lins, passo, agora, a palavra à Drª Alba Maria Abgail, para, também, fazer as suas considerações a respeito do tema.

A SRª ALBA MARIA ABGAIL - Vou procurar ser bastante breve, dado o adiantado da hora.

Gostaria de dizer que comecei falando justamente sobre arcaísmo e modernidade.

No Brasil, avançamos muito na questão do arcabouço legal, da constituição dos direitos sociais, da politização e da discussão com os sindicatos. Falarei agora, não como representante do poder político, mas como técnica. Estamos numa letargia da nossa ação pública junto ao fenômeno da explosão social no Brasil.

Solidarizo-me com a fala do representante da Cetag. Nós, como representantes do Governo, estamos abertos a críticas. Críticas têm que ser construtivas. A fala dos trabalhadores representa a posição da população. Nenhuma política pública, no nosso País, pode ser elaborada dissociada da participação das universidades, da sociedade como um todo.

Nós, do Governo, temos um diagnóstico muito amplo da situação de carência e miséria do nosso País. Entretanto, temos que encarar a situação de frente. Estamos num processo histórico de desenvolvimento econômico e social falido e que exige um novo modelo de desenvolvimento.

Por outro lado, o novo modelo não pode ser um movimento que entregue as nossas riquezas naturais e as potencialidades do nosso povo. Tem que ser um modelo de desenvolvimento comprometido com a qualidade de vida e com o desenvolvimento humano da nossa população.

Com relação à fala do Prefeito de Belém, concordo plenamente com o perfil da Região da Amazônia Legal vinculada à questão agroindustrial e agroflorestal; carecemos realmente de um planejamento estratégico a curto, médio e longo prazo.

Entendo que não podemos aceitar que uma legislação que inviabilize os nossos trabalhos não possa ser alvo de discussão, diálogo e talvez revogação. O processo democrático de construção possibilita isso.

Entretanto, concordo plenamente com o médico e pesquisador Nilo Viana, quando S. Sª diz que o tempo está praticamente esgotado para as ações concretas tanto do Poder Público quanto da sociedade.

Os nossos indicadores sociais nos envergonham perante o mundo. Temos uma riqueza e potencialidade muito amplas. E há pesquisadores de renome internacional no nosso País que não estão sendo valorizados. As pesquisas universitárias, os pesquisadores e os cientistas não são valorizados. Essas questão todas deveriam ser levadas em conta na elaboração de um plano estratégico na Região da Amazônia Legal.

Gostaria de dizer ao Senador Ademir Andrade que quando abordamos temas tais quais o financiamento para essa área e a estratégia política, nós nos detivemos mais nas pesquisas que são feitas por amostragem nessa região. Elas não contemplam a zona rural nem a zona ribeirinha, que é onde praticamente está localizada a maior população de exclusão social do nosso País. Não foi uma crítica à organização parlamentar, à organização dos Deputados e dos representantes públicos da região, de forma alguma. Foi no sentido de alertá-los para o fato de que, quando se faz um critério de partilha de

recursos, a região fica desprotegida e prejudicada, porque não é compatibilizada toda a sua população, que seria alvo das políticas públicas.

Em relação ao modelo de desenvolvimento, da mudança de paradigma, da construção de um sistema de proteção social de assistência para o assistencialismo, entendemos que o nosso País não pode se envergonhar, de forma alguma, de necessitar de um sistema de proteção assistência social. Assistência social é um assunto visto como uma vergonha para o País. Na verdade, ela é uma política de extrema necessidade, porque não vamos entrar no contexto da nova ordem mundial sem conseguir que a população tenha um mínimo de acesso à educação, à saúde e a programas de geração de emprego e renda.

Então, para nós, isso não é vergonha. Em alguns momentos, é realmente necessário, é fundamental um sistema de assistência social com programas de alimentação, de prevenção. Mas o programa deve ter um caráter educativo, não o caráter clientelista e manipulador que ainda existe em nosso Governo e em muitos Estados da Federação. Não podemos dizer que isso foi abolido e não podemos dizer que isso vai ser abolido da noite para o dia. Isso é um processo. Temos que conviver com os fatores que avançam e recuam e que exigem mudanças de valores culturais da nossa sociedade.

Entendo também que está faltando para todos os brasileiros noções de ética, cidadania e comprometimento com a nossa Nação, enquanto a construção de um Estado nacionalista mesmo. Não podemos buscar um sistema de desenvolvimento que entregue o País, mas um sistema de desenvolvimento que o integre. A integração perpassa por uma gestão hipergovernamental, comprometida principalmente com as riquezas naturais e com as potencialidades do nosso povo.

Parabenizo o representante da Associação dos Municípios. Acredito, também, muito na municipalização. Creio que os primeiros projetos nascem na municipalidade, pois é ali que mora o cidadão brasileiro e é ali que o poder local tem maior controle do orçamento público local.

- Era o que tinha a dizer. Gostaria de receber a proposta do padre João Monatte e levar pelo menos os dados. O novo modelo que estamos propondo para o País no campo da assistência social é um programa de governo centrado na integração das políticas setoriais e na gestão municipal, tendo como elo norteador - não sei se fui muito clara - a vocação econômica dos Municípios e como eixo a família.

Então, seria um sistema de assistência social comprometido com uma linha de prevenção e promoção, centrada também na geração de emprego e renda. O nosso programa de enfrentamento à pobreza tem perfeita aplicabilidade a todos os Municípios da Federação, embora reconheçamos que o nosso recurso é ínfimo em face das demandas sociais brasileiras. Os programas de enfrentamento da pobreza adaptam-se desde a Região Sul até as Regiões Norte e Nordeste e têm grande possibilidade de ser aplicado em qualquer Região do País, não inviabilizando nenhuma vocação econômica.

Mas o nosso maior ponto dificultador é justamente a capacidade gerencial da máquina pública hoje. Se o Sr. Presidente me permite, quero dizer que, baseada na minha pouca experiência e parcos conhecimentos da Região da Amazônia Legal, embora atue na área de assistência social há mais de vinte anos, entendo que nenhum cenário social pode ser descontextualizado aqui na Região da Amazônia Legal, sem levar em consideração o seu perfil, principalmente as questões agroindustrial e agroflorestal. Por quê? Porque, hoje, o País não vai mais canalizar o seu processo de desenvolvimento só pela zona costeira. Ele vai analisar, também, a terra, os rios, a biodiversidade.

A Amazônia pode ser considerada muito rica nessa questão, porque é palco da biodiversidade para o mundo.

Se V. Exª me permitir uma sugestão, Sr. Senador, quero dizer que penso que V. Exª poderia propor um plano de desenvolvimento estratégico, comprometido principalmente com a gestão intergovernamental de um modelo de desenvolvimento integrador, comprometido com a vocação econômica da própria região. O plano teria que permitir trazer incentivos fiscais para o desenvolvimento da industrialização, para que as pessoas permaneçam em seus locais de origem e não se transfiram para as capitais da Região Norte, transformando-as em grandes "miserópolis".

Parabenizo os organizadores do evento. Em nome da Secretária Nacional de Assistência Social, colocamos nossa Secretaria e o nosso escritório de representação de assistência social aqui no Estado do Pará e em toda a Região Norte a serviço de todos os Prefeitos, sindicatos e organizações não-governamentais.

Entendo que só com a união de sindicatos e sociedade conseguiremos transformar os indicadores sociais de nosso País. Ainda acredito que - sem pressão e sem divulgação clara e sincera dos dados sócio-econômicos que nos envergonham perante o mundo e que demonstram o grave problema de exclusão social - não conseguiremos enfrentar, com firmeza, a situação da população brasileira.

O SR. ADEMIR ANDRADE - E quanto à liberação dos recursos orçamentários da Assistência Social? Os dados do CEAC estão certos?

A SRª ALBA MARIA ABGAIL - Eu trouxe os dados da Previdência Social referentes à Assistência Social. Eles de fato estão corretos. Quando me refiro que já foram transferidos - em termos de serviços de programas e projetos de enfrentamento à pobreza - R$46 milhões para a Região da Amazônica Legal; quando coloco no gráfico R$87 milhões, é porque eles estão compatibilizados com benefício de prestação continuada de atenção à pessoa idosa e à pessoa portadora de deficiência, cuja renda mensal **per capita** é 1/4 do salário mínimo. De fato, eles estão corretos.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) - O CEAC diz que no Brasil inteiro saíram apenas 12% do total previsto para a Secretaria de Ação Social.

A SRª ALBA MARIA ABGAIL - Esse dado está correto.

A título de esclarecimento, quero dizer que, quando mencionei 0,08% da presença dos Programas de Proteção Social, eu me referi ao sistema centralizado anterior, que fazia menção somente aos dados da União. Falava do modelo antigo, não do modelo centralizado. Ali não estava compatibilizada a participação dos Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Gostaria de agradecer à Drª Alba Maria pela sua brilhante participação neste simpósio representando a Drª Lúcia Vânia, da Secretaria de Ação Social, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Queremos agradecer a todos os debatedores e a todos aqueles que se inscreveram e deram sua valiosa contribuição para o sucesso dos painéis realizados pela manhã e nestas primeiras horas da parte da tarde. Em virtude do adiantado da hora e do intervalo para o almoço, vamos iniciar os trabalhos vespertinos às 15h30min, quando teremos a oportunidade de debater um outro tema que será exposto pelo Dr. Fernando Resende, do IPEA, que representará o Ministério do Planejamento. Teremos como debatedores o Prefeito de Boa Vista, Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, aqui presente; o Deputado Federal pelo Pará, José Geraldo, e o Dr. José Guedes Tourinho, Superintendente da Sudam.

Está encerrada esta fase dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Declaro aberta esta reunião.

Debateremos o tema "Estrutura Econômica, Transporte, Comunicação e Energia na Região Amazônica", a cargo do Dr. Fernando Resende, Presidente do IPEA, representante do Ministro Antonio Kandir, do Ministério do Planejamento.

Os debatedores são o Brigadeiro Ottomar Pinto, Prefeito de Boa Vista, o Deputado Estadual pelo Estado do Pará José Geraldo e o Superintendente da Sudam, Dr. José Guedes Tourinho.

Convido a tomar assento à Mesa o Dr. José Seixas Lourenço, representante do Ministério do Meio Ambiente, os representantes dos Governos Estaduais aqui presentes, os Secretários Estaduais e Municipais, os Senadores e Deputados Estaduais e Federais, o representante do Banco da Amazônia, Dr. Letício, a Reitora da Universidade Estadual do Pará. Caso haja algum Prefeito municipal ou seu representante, convido-os a tomarem assento nesta bancada.

Composta a Mesa, daremos início à exposição do Dr. Fernando Resende sobre o tema "Estrutura Econômica, Transporte, Comunicação e Energia".

Concedo a palavra ao Dr. Fernando Resende.

O SR. FERNANDO RESENDE - Excelentíssimo Sr. Senador Nabor Júnior, na pessoa de quem saúdo os demais integrantes da Mesa e autoridades presentes, Srªs e Srs. funcionários da Sudam e dos organismos estaduais, antes de tudo, gostaria de dizer que é uma satisfação estar aqui, em atendimento ao convite da Comissão encaminhado ao Ministro Antonio Kandir, para debater um assunto que, hoje em dia, na minha perspectiva, assume um papel de extraordinária relevância em toda a discussão do futuro do desenvolvimento da Amazônia, frente aos novos desafios e perspectivas que se abrem para a região, na esteira da abertura econômica, do processo de integração regional e da nova realidade que se constrói não só no continente americano, mas em escala planetária.

Ao vir para Belém, compulsava um trabalho muito interessante feito por dois pesquisadores - um deles, atualmente, encontra-se no IPEA -, que relata o que aconteceu nos últimos 35 anos de desenvolvimento da Amazônia.

Chamou-me a atenção um dado que gostaria de enunciar no início desta exposição, para que reflitamos sobre ele nesta tarde. Esse dado mostra que, entre 1960 e 1995, a economia da Amazônia cresceu sempre acima da média nacional, com exceção dos primeiros anos da década de 90.

Ao contrário do que vinha acontecendo no passado, em que as taxas de crescimento econômico da Amazônia às vezes era o dobro da ocorrida no Brasil, no período 1990-1994, essa relação se inverteu: a economia regional cresceu menos da metade da economia nacional, que, por sua vez, cresceu muito pouco nesse período.

Eu me perguntava sobre o que havia acontecido e mudado para que esse resultado fosse estatisticamente comprovado; não tenho respostas definitivas, obviamente. No entanto, ao se desagregarem os números desse baixo crescimento, há alguns indícios muito claros que apontam, basicamente, que esse resultado negativo da Amazônia deve-se a um desempenho medíocre da atividade industrial, talvez muito influenciado pelas dificuldades de adaptação da Zona Franca de Manaus à nova situação econômica do Brasil, como também ao resultado muito insatisfatório do chamado setor de serviço - setor terciário -, enquanto a agricultura teria apresentado um desempenho mais favorável.

Não há dúvida de que a primeira metade da década de 90 já revela sinais concretos de uma profunda necessidade de readequação dos instrumentos de desenvolvimento regional para lidar com uma realidade completamente diferente daquela que predominou nos anos 60, 70 e 80. Isso é o que hoje situa, no meu modo de ver, a questão da infra-estrutura no topo das prioridades regionais.

Enquanto no passado se poderiam obter resultados satisfatórios, atraindo-se algumas indústrias com incentivos fiscais para atender ao mercado local, atualmente isso não é suficiente para sustentar uma nova proposta de desenvolvimento da Amazônia, porque as indústrias que aqui se instalarem terão de competir no mercado local com as do resto do País e até mesmo com as estrangeiras, na medida em que avançar o processo de integração regional.

Então, para a instalação de atividades produtivas capazes de conviverem com um nível de competitividade - que se dá, hoje em dia, em uma escala muito mais ampla que a da Amazônia como um todo e que se fará, daqui para frente, nos próximos 10 ou 15 anos, com intensidade crescente, em escala planetária -, ou seja, para a constituição de uma base produtiva regional, com padrões de competitividade internacional, requerem-se bases sólidas. Uma das poucas idéias com que a tribo dos economistas talvez concorde é que as bases de sustentação do crescimento e do desenvolvimento econômico nas próximas décadas necessariamente estarão assentadas em infra-estrutura, recursos humanos e tecnologia, entre outras coisas.

Nosso tema aborda a infra-estrutura sobre a qual se dispensaria qualquer tipo de comentário. Mas a Amazônia, pela dimensão praticamente continental que apresenta e pelas deficiências que possui no que diz respeito à infra-estrutura, ocupa um papel mais importante, em comparação com as demais regiões do Brasil.

No caso, o tamanho desse desafio de criação, expansão, consolidação e modernização da infra-estrutura é quase incomensurável. Existem várias demandas de projetos de expansão da infra-estrutura na área de transporte, de energia e de comunicação. Ainda que o painel mencione explicitamente esses três segmentos, talvez seja preciso alargarmos um pouco o nosso horizonte para contemplar aspectos que não têm nada a ver com as redes físicas de transporte e de energia, mas com a infra-estrutura urbana, que engloba pontos extremamente relevantes quanto ao aproveitamento de outras potencialidades de desenvolvimento regional, essas demandas que já foram levantadas, analisadas em vários trabalhos realizados nos últimos três ou quatro anos. Recordo-me, por exemplo, de um trabalho importante feito aqui na SUDAM, por ocasião da elaboração de um Plano de Desenvolvimento da Amazônia, com a participação de todos os Estados da região, no qual se consolidaram sugestões de vários deles com relação às principais demandas de infra-estrutura nesses três setores. Esse trabalho foi aproveitado por ocasião da elaboração do Plano Plurianual de Governo para o período 1995-1999, quando um grande número desses projetos, que teriam sido objeto de levantamento do PPA, foram incluídos nele. Alguns desses projetos do PPA foram mais recentemente privilegiados com um destaque no Programa Brasil em Ação, que vem sendo executado como prioridade no âmbito das iniciativas do Governo Federal e que é coordenado pelo Ministério do Planejamento.

Então, as iniciativas tomadas nos últimos três ou quatro anos, que já significaram o reconhecimento desse papel fundamental da infra-estrutura em qualquer proposta de desenvolvimento da Amazônia para os próximos vinte anos, já representam um passo importante na direção de se buscar enfrentar esse desafio. É evidente que qualquer um de nós consideraria que elas ainda não são suficientes. Não pretendia entrar em detalhes agora; talvez fosse o caso de deixar esse assunto para uma sessão posterior de debates sobre os projetos contemplados no Brasil em Ação e sua importância no contexto dessa discussão da infra-estrutura. No entanto, friso, desde logo,

que é importante deixar claro que não se trata de admitir que isso é suficiente para enfrentar o problema.

Há inúmeras questões ligadas às oportunidades de desenvolvimento que se abrem para frente. Recentemente, por exemplo, a **Gazeta Mercantil** publicou - e aqui está o Prefeito de Boa Vista, que certamente terá melhores informações a respeito disso - uma matéria muito interessante sobre o potencial de expansão da fronteira agrícola do Estado de Roraima, já com várias iniciativas, que estão em andamento, de investimento na produção de grãos naquela região. Essa exploração só não é mais acentuada devido a deficiências naturais da infra-estrutura, que encarecem demasiadamente o custo dos insumos modernos para se explorar a agricultura, com o potencial que a região apresenta.

Além disso, há outras oportunidades ligadas ao aproveitamento da base natural de recursos da região. Quando falo em base natural de recursos faço referência aos inúmeros espaços extremamente propícios a essa expansão da fronteira agrícola, bem como à base natural que dá sustentação ao chamado turismo ecológico, que é um turismo moderno, de alta renda, para o qual essa região apresenta inúmeras oportunidades.

Essa talvez seja uma face nova de qualquer reorientação da política regional. Ficamos muito presos, no passado, à idéia de que o desenvolvimento era sinônimo de expansão, a qualquer custo, da chamada manufatura industrial, ou seja, da indústria manufatureira, de transformação, que surgiu com a lógica da política de desenvolvimento implantada no Brasil até meados da década de 80. Com isso, esquecemos, de certa maneira, o potencial que a moderna exploração da base natural poderia trazer em termos de benefício para o País. Nós recém-começamos a prestar atenção a isso.

Hoje, existem estimativas de que esse segmento chamado **agrobusiness** moderno, que envolve tudo que está dentro e fora da fronteira da fazenda, já representa cerca de 1/3 da riqueza nacional. Se somarmos a isso o **mineral business**, quer dizer, tudo aquilo que for produto da exploração mineral e de outras atividades a que nos referimos, a exemplo do turismo, isso poderá vir a representar no futuro muito mais da metade da riqueza nacional. No seu caso particular, a região congrega, ao mesmo tempo, a maior província mineral do Planeta, talvez a maior zona de expansão de fronteira agrícola, com terras de alta qualidade para competir no mercado internacional, certamente a maior zona de biodiversidade com potencial pela frente e uma das melhores zonas para exploração do que hoje é a grande indústria crescente no mundo, que é o turismo nacional.

Então, sob qualquer ângulo que se olhe a Região Amazônica, na verdade, não se trata de um problema. Costumo dizer que a Amazônia para o Brasil não é um problema, mas uma solução; a questão é como contribuir para que essa solução de fato se materialize.

Com relação ao tema desta nossa reunião, especificamente, não há nenhuma dúvida de que temos esse enorme desafio da infra-estrutura para solucionar. O problema é como encarar esse desafio, levando em conta as enormes limitações com as quais o Brasil se defronta neste momento. São limitações de várias naturezas, a começar pela mais evidente, a limitação financeira. Por que, da lista inicial do PDA, caímos para uma lista mais restrita no PPA e, finalmente, para um número um pouco mais reduzido no Brasil em Ação? A única explicação para isso obviamente diz respeito às restrições que hoje o Brasil enfrenta para aumentar o investimento como um todo e, particularmente, o investimento em infra-estrutura.

Essas limitações de financiamento começam pelas dificuldades de se avançar mais rapidamente na consolidação do ajuste fiscal, que está caminhando, mas em ritmo insuficiente para abrir espaço a uma retomada mais rápida do investimento público. Trata-se de uma limitação séria, porque, principalmente em regiões de fronteira, como é o caso de boa parte da ritmo, o investimento público ainda terá de desempenhar um papel importante na equação do financiamento da infra-estrutura.

Além das limitações de financiamento, há outras que precisam ser igualmente consideradas e equacionadas. As limitações da privatização, de certa maneira, relacionam-se às primeiras, mas têm particularidades. Por mais que haja abertura dos monopólios, a qual acaba de ser consolidada, com a aprovação pelo Congresso Nacional das leis que regulamentam o setor elétrico e o de telecomunicações, as concessões na área de transporte, etc.; por mais que essa legislação avance no sentido de abrir espaço a fim de que os capitais privados ingressem em maior volume para financiar, por exemplo, as redes viárias e a expansão dos sistemas elétricos, qualquer um aqui presente apontaria limitações para que a Região Amazônica pudesse beneficiar-se na escala necessária, pelo menos numa primeira rodada desse avanço da privatização. Isso se dá em função de estarmos tratando de espaços econômicos ainda não consolidados e que limitariam qualquer avaliação de rentabilidade dos investimentos, do ponto de vista de atração do capital privado.

Não obstante, é possível que examinemos essa questão sob uma perspectiva menos pessimista, levando em conta que investimentos em algumas áreas da infra-estrutura, particularmente nessas três que estamos comentando, têm prazos relativamente longos de maturação. Se considerássemos esses investimentos em infra-estrutura sob a perspectiva do que se está agora encaminhando como uma nova abordagem da questão regional, que é a consolidação dos eixos de desenvolvimento, seria possível vislumbrar alguns espaços para parcerias entre o capital público federal, estadual ou até mesmo municipal e capitais privados, lançando mão de modernos instrumentos financeiros que conseguem securitizar aplicações de longo prazo e transformar isso em resultados de curto e médio prazos. Há um setor financeiro moderno no qual o Brasil começa também a se inserir, criando formas que permitirão criar novos espaços para capitais privados em investimentos na infra-estrutura que não existiam no passado.

Até vou lembrar um dado de que nos esquecemos, porque às vezes a nossa memória costuma ser curta no que diz respeito à História, mas é bom lembrar que a infra-estrutura do Brasil, criada no século XIX, foi toda ela criada com capitais privados. A infra-estrutura em setores como o de ferrovias, o do setor elétrico, o de portos eram todos financiados pelo mercado londrino, com a emissão de títulos de longo prazo. Esses títulos eram rentáveis, tão rentáveis que nos anos 60 suscitaram a discussão da necessidade de estatização desses investimentos. A leitura da interessante biografia de Mauá é ilustrativa a esse respeito.

Assim como tivemos no século XIX um período de globalização, nós agora passamos a uma nova rodada de globalização, com características nitidamente distintas daquela, mas que encontra... (inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Peço à Secretária... que tome assento aqui na bancada.

Desculpe-me pela interrupção, Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO RESENDE - Apesar das limitações que poderiam advir de toda essa nova institucionalização desses setores da infra-estrutura, que abrem espaço à entrada de capitais privados, há oportunidades e possibilidades que poderiam também ser melhor exploradas, na medida em que tivermos uma definição mais clara de como os investimentos numa determinada área da Amazônia poderão contribuir para consolidar, em torno desses investimentos, rápidas oportunidades de crescimento.

Por exemplo, imagino que se houver claramente formulada uma proposta que viabilize, num prazo de cinco a dez

anos, a ocupação da fronteira agrícola de Roraima, com potenciais claros de exportação para mercados altamente vantajosos no resto do mundo, isso poderá viabilizar algum mecanismo de financiamento que não fique exclusivamente dependente do setor público.

Por mais que defendamos a necessidade de que o investimento público ainda tenha um papel importante na infra-estrutura como um todo e particularmente na infra-estrutura nessas regiões como as da Amazônia, é pouco realista imaginar que haverá recursos orçamentários em quantidade suficiente para que esse desafio seja enfrentado em tempo. É uma questão da tempestividade dessas decisões.

Eu não ficaria acanhado em ousar afirmar que a Amazônia daqui a vinte anos poderá ser uma realidade completamente diferente da que vemos hoje, sob essa perspectiva que se abre diante do processo da internacionalização. No entanto, para que isso se concretize, esse problema da deficiência da infra-estrutura tem que ser resolvido numa velocidade muito maior do que aquela que vem sendo observada ultimamente. Para que essa velocidade seja alcançada, vamos ter que ser um pouco mais criativos nessa questão do financiamento e de fato buscar viabilizar opções de financiamento que somem várias fontes, de tal forma a compor uma equação, a compor um **menu** financeiro que satisfaça essas necessidades.

Há também nesse problema das limitações claros desajustes que decorrem da multiplicidade de instituições e da ausência de articulação e de coordenação entre as instituições que operam na Amazônia.

Há algum tempo, fiz um levantamento, do qual já me esqueci; não tive tempo de recuperá-lo. Se somarmos as ações feitas pela Sudam, pelo BASA, pela Suframa, por outras instituições federais, pelos bancos oficiais e pelos vários Ministérios, vamos verificar que o volume de recursos é razoável. O fato é que há muita desarticulação. Operam até na ausência de uma proposta mais clara sobre essa nova estratégia da política regional. Certamente, o trabalho desta Comissão tem um papel fundamental na condução de um processo que poderá levar à definição de uma nova política regional, a partir da qual poderemos rediscutir a possibilidade de promover uma ação mais articulada desses organismos para potencializar a quantidade de recursos que eles já utilizam e aplicam.

Frente a essas limitações e ao tamanho do desafio a ser enfrentado, penso que poderíamos começar a trabalhar com algumas opções; pelo menos, deveríamos discuti-las. Uma delas tem a ver necessariamente com uma atualização do esforço que foi feito há três anos, quando a Sudam, juntamente com os Estados, elaborou esse Plano de Desenvolvimento da Amazônia e mapeou as principais demandas de investimento na infra-estrutura. Poderia ser feita uma atualização desse esforço à luz dessa preocupação com a consolidação dos eixos regionais de desenvolvimento.

Lembro que agora também o Ministério do Planejamento, por meio da Secretaria de Planejamento e Avaliação, com a participação do BNDES, está promovendo um estudo de âmbito nacional sobre esses eixos de desenvolvimento, que visa, entre outras coisas, à atualização do Programa Brasil em Ação, numa segunda versão. Na verdade, esse conceito dos eixos de desenvolvimento vem-se consolidando como uma estratégia de aproveitamento das potencialidades de desenvolvimento de cada parte do território brasileiro, frente à premissa básica de que, daqui para frente, o desenvolvimento dependerá da competitividade.

Cada vez mais, configura-se, nos mapas da Região Amazônica, do Nordeste e do Sudeste, que não há uma questão da Amazônia. Há várias Amazônias dentro da Amazônia, com diferentes problemas, perspectivas e soluções. Cada vez mais, os espaços onde se configuram essas oportunidades não necessariamente coincidem com as fronteiras políticas das divisões municipal, estadual e federal. Esses espaços ultrapassam fronteiras e se reproduzem em formatos diferentes.

Esse mapa está sendo desenhado. Está sendo feito um grande trabalho no IPEA para desenhar o mapa da questão regional a partir da agregação das informações de base municipal. Mas, a cada dia, fica mais claro que, a partir dessa identificação mais clara dos subespaços amazônicos e do potencial que cada um desses espaços apresenta do ponto de vista de desenvolvimento de atividades produtivas, à luz dessa concepção, precisaríamos rever aquele trabalho anterior feito aqui na Sudam. É preciso atualizar o levantamento desses projetos e usar como referência não apenas a geografia. Às vezes, as propostas de ligação viária levam mais em conta a geografia do que a economia; essas propostas, às vezes, levam mais em conta a geografia vista na escala interna do que na escala internacional.

Recentemente, a propósito deste debate, reli um ensaio do ex-Presidente da Vale do Rio Doce, Eliezer Batista, que é um homem com uma visão mundial muito interessante. Esse ensaio trata das perspectivas de desenvolvimento do norte da América do Sul; ele dividiu o mapa da América do Sul em norte e sul. O norte da América do Sul abrange o litoral da Bahia até o litoral leste da Colômbia, integrando a Venezuela, a Colômbia e a Amazônia.

Nesse ensaio, o Dr. Eliezer fala das perspectivas que o norte da América do Sul teria com essa possibilidade de exploração da base natural. Ele fala também das ligações que poderiam ser construídas com os demais continentes, seja com a Europa, com a Ásia e com a América do Norte, mais especificamente com os Estados Unidos. Por razões geográficas, as perspectivas de exploração dessa base natural, para esses fins de comércio internacional, são extremamente positivas.

Penso que um primeiro passo na direção de melhor aferirmos o tamanho desse desafio e de podermos trabalhar nessa busca de novas opções de financiamento seria o de rever as prioridades. Ninguém discutiria - posso estar equivocado - que o que está inserido no Programa Brasil em Ação reflete grandes projetos que já são demandas da região há muitos anos. Mas há outros projetos que são demandas da região, mas que ainda não estão contemplados. Inclusive, há projetos que ainda não foram identificados como tal, os quais são importantes e deveriam ser trabalhados. Para essa perspectiva, chamo a atenção de V. Exªs. Inclusive, sugiro que haja um esforço regional para atualizar essas prioridades de investimento na infra-estrutura.

Também penso que, nesse esforço de desenvolvimento regional, deveríamos promover algumas fórmulas de estímulo ao ingresso de recursos do setor privado ou de recursos externos, provenientes de organismos multilaterais ou não.

Penso que poderíamos tentar amarrar algumas pontas. Sei que o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal está trabalhando muito nessa questão ambiental, que é sempre um tema complicado. Aliás, esse tema vem sempre sendo levantado quando se fala em investir em infra-estrutura na Amazônia, porque sempre aparece algum organismo para dizer que não se pode fazer isso ou aquilo, porque se vai agredir o meio ambiente. É dito que não se pode expandir determinada estrada, que não se pode construir certa hidrelétrica e que não se pode mexer na produção energética, porque há riscos ambientais. Isso sempre ressoa nos foros internacionais como uma questão problemática, mas que, ao mesmo tempo, pode implicar numa oportunidade a ser aproveitada.

Penso que o Brasil tem sido um pouco tímido nessa discussão, na medida em que este País é credor mundial em questão de risco ambiental, se levarmos em conta todas as fontes

que poluem o Planeta e se estas fontes forem distribuídas por países do mundo.

Já são travadas várias discussões sobre como se pode transformar em negociações financeiras algo que garantisse a preservação ambiental, mas que não significasse um obstáculo à consolidação das oportunidades naturais de desenvolvimento regional.

Além disso, seria possível trabalhar, na linha da integração das ações existentes. Como eu disse, a multiplicidade de fundos e de instrumentos existentes contribui, de certo modo, para uma fragmentação na aplicação dos recursos. Isso, por sua vez, vai suscitar um debate sobre uma questão que - reconheço - é polêmica, mas que precisaremos enfrentar, qual seja a do equilíbrio espacial do desenvolvimento amazônico.

Prefiro voltar a esse assunto no final do meu pronunciamento. Mas eu gostaria de fazer referência ao mesmo desde logo, porque esse é um problema que tem sido suscitado em todos os lugares. As pessoas do Nordeste se queixam de que o desenvolvimento do Nordeste foi concentrado em partes do Nordeste. Na Amazônia, também há uma queixa freqüente e fundada de que o desenvolvimento se concentrou em alguns espaços e de que, em alguns casos, isso até significou um esvaziamento de porções do território amazônico. Isso precisaria ser reequacionado dentro de uma estratégia regional, que permitisse uma melhor distribuição dos ganhos desse desenvolvimento dentro da região. Esse assunto tem a ver com a necessidade de integração das ações a que me estou referindo.

A questão é a seguinte: até que ponto obteremos um desenvolvimento regionalmente mais equilibrado por meio de uma maior dispersão das aplicações no espaço ou por meio de uma outra alternativa que talvez pudéssemos qualificar de um processo de investimentos mais concentrados, com benefícios mais desconcentrados?

A minha dúvida - de fato, não se trata de uma proposição, de um ponto de vista oficial e nem mesmo de uma opinião pessoal claramente definida - é a seguinte: em que medida a tentativa de equalizar o resultado por uma fragmentação muito grande dos investimentos produzirá sucesso, comparativamente a uma outra opção que significaria concentrar mais os investimentos, para, de fato, viabilizar um conjunto de iniciativas que consolidam um determinado espaço em que os benefícios desses investimentos mais concentrados se distribuam por um espaço geográfico ampliado?

Não sei se está claro o que estou querendo dizer. Ao final, isso tem a ver com o mesmo ponto que eu havia mencionado anteriormente, qual seja a necessidade de, a partir da definição de subespaços com potenciais de melhor aproveitamento das suas oportunidades econômicas, a partir de uma política que privilegie investimentos nesses subespaços, obter-se um resultado mais equilibrado na escala regional do que aquele que poderia ser obtido por uma tentativa de dispersar demasiadamente os recursos, que, ao fim e ao cabo, são escassos para atender às necessidades de investimento regional.

Houve uma mudança de enfoque. Já o problema regional do Brasil não se traduz necessariamente na escala macro-regional. Não se trata apenas do problema do Norte, do Nordeste, do Sudeste, do Centro-Oeste e do Extremo-Sul. Cada vez mais, essas macro-regiões não refletem de fato o que está acontecendo na dinâmica do setor produtivo. Cada vez mais, a Bahia está mais integrada com a economia do Sudeste do que com a economia do Nordeste. O eixo de desenvolvimento que se consolida no cerrado e no oeste da Bahia até o Maranhão é um claro indício de ultrapassagem dessas fronteiras econômicas.

Se, por um lado, a questão da definição da política na sua concepção sócio-econômica deve ser enfrentada, por outro lado, essa questão terá que ser trabalhada politicamente. Ainda que este não seja o meu **métier** e que eu esteja cercado de pessoas que têm responsabilidades específicas nessa questão, este certamente é um desafio no que diz respeito à formação dos blocos parlamentares, assim como da Comissão aqui representada, que terão que construir, por meio de um processo de negociação com todos os interesses envolvidos, uma nova estratégia de desenvolvimento para a Amazônia neste final de século e no início do próximo milênio.

Para concluir, quero dizer que vamos explorar alguns detalhes dessa temática da infra-estrutura ao longo da reunião e dos debates. Neste momento, eu gostaria de me referir rapidamente a essa questão das perspectivas futuras.

O Brasil, nos últimos quatro anos, ficou um pouco contaminado pelas incertezas do dia-a-dia.

Houve todas as dificuldades geradas pela saída de um processo de alto índice de instabilidade. Agora estamos caminhando mais rapidamente para a consolidação da estabilidade da moeda, da estabilidade da economia em geral. Isso nos dá novas oportunidades, cria novas situações, nas quais não só é possível como urgente e indispensável começarmos a pensar em outro método.

Por mais que a palavra planejamento tenha saído de moda, por mais que ela tenha saído do discurso público e privado, é necessário que o Governo retome uma visão estratégica do futuro; que os formuladores de políticas públicas em geral, seja no Executivo, seja no Legislativo, tenham conhecimento e informação suficiente para tomar hoje decisões estratégicas que vão significar, ou não, que vamos ingressar no início do próximo milênio em condição de carimbarmos o passaporte para a modernidade.

O exercício que estamos fazendo no sentido de definir essas potencialidades dos próximos dez anos sinaliza um ambiente extremamente favorável no Brasil; muito mais favorável pelas razões que acabei de mencionar para a Amazônia. Quer dizer, estamos trabalhando com a hipótese de que nos próximos dez anos o Brasil poderá duplicar sua renda **per capita**, isto é, poderá passas dos atuais quatro mil e poucos dólares para algo da ordem de US$8 mil.

Nessa expectativa, ainda que a questão regional não tenha sido trabalhada por enquanto - vamos trabalhá-la em seguida -, diria que certamente nesse horizonte, de dez a vinte anos à frente, a Amazônia terá condições muito mais favoráveis que o Brasil como um todo de aproveitar o que temos pela frente.

As oportunidades são grandes, todavia os desafios também são grandes; as limitações que enfrentamos são ainda pesadas. De todo modo, permito-me ser otimista com relação ao desdobramento desse processo. Se soubermos usar adequadamente uma dose razoável de realismo, com uma dose muito grande de inovação e ousadia, poderemos criar condições favoráveis para que a Amazônia se reconcilie não só com o seu passado - se olharmos apenas os indicadores econômicos, veremos que os do passado são mais favoráveis do que os do presente -, mas principalmente com o seu futuro.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marina Silva) - Agradecemos ao Dr. Fernando Resende, técnico do Ministério dos Transportes, a exposição.

Passamos a palavra ao Brigadeiro Ottomar Pinto, prefeito de Boa Vista, que terá 10 minutos, como debatedor, para expor suas posições e questionamentos em relação ao exposto.

O SR. OTTOMAR PINTO - Saúdo, na pessoa da Senadora Marina Silva, representante do Acre, todos os demais companheiros, autoridades aqui presentes, senhoras e senhores.

Agradeço aos organizadores do evento a oportunidade de aqui estar, a fim de discutir os problemas que nos tocam de perto.

Tive o cuidado de selecionar algumas notas para não divagar, para não sair do núcleo central das questões que pretendo abordar e também para economizar o tempo.

Quero congratular-me com o Dr. Fernando Resende por sua esclarecedora palestra.

Todos nós, que vivemos nesta região há anos, brasileiros que por aqui transitam e são estudiosos do assunto, sabemos que os amazônidas, que aqui vivem, já presenciaram alguns destacados ciclos econômicos. Tivemos o Ciclo das Especiarias, o Ciclo da Borracha, depois o Ciclo da Pata do Boi e, por fim, os grandes projetos como: Zona Franca de Manaus, Carajás, Bacarena, Pólo Noroeste, Projeto de Colonização e tantos outros que trouxeram em seu bojo obras como a Belém-Brasília, Transamazônica, Tucuruí, Balbina, Samuel, BR-104, BR-401, BR-110 e BR-364. Enfim, todos esses ciclos ou se implantaram ou perderam muito em dinamismo. Por isso voltamos a discutir, como faremos, a inserção da Amazônia na nova divisão internacional do trabalho, na globalização, a inserção da Amazônia nessa aldeia global, que é hoje o mundo.

Também temos que levar em conta os novos paradigmas que estão em vigor na contemporaneidade, sobretudo aqueles que dizem respeito aos aspectos ecológicos, que procuram conciliar a conservação da natureza e a formação do desenvolvimento tecnológico, ético e étnico.

Devemos ter sempre presente a idéia e o compromisso com a inclusão da população amazônica nesse processo e, sobretudo, nos seus benefícios.

Estamos trabalhando com a perspectiva de procurar a integração dos mercados da Amazônia e do Centro-Oeste nos mercados do Atlântico Norte e do Pacífico e, obviamente, ao mercado nacional.

Parabéns, portanto, ao Governo pela apresentação de políticas públicas que facilitam e viabilizam essa integração.

No aspecto institucional quero destacar o esforço de atuar no Mercosul, com a participação sobretudo da Venezuela, Guiana, Colômbia e demais países da América do Sul.

Registro também o vazio das ações governamentais no que diz respeito à regularização fundiária e a indefinição do Governo com relação à remarcação das reservas indígenas, cujos parâmetros atualmente utilizados são perfeitamente discutíveis, pois são subjetivos, vagos, aleatórios.

No caso especial de Roraima, acabam por determinar a esterilização de amplos estoques de recursos naturais.

Gostaria de perguntar ao conferencista, Dr. Fernando Resende, como medida imperativa, o estabelecimento de horizontes claros quanto à possibilidade de financiamento dos projetos elencados como prioritários, definindo-se cronogramas de execução, considerando, como acabou de se referir, que conseguimos a estabilidade dos preços.

Para alinhavar as idéias que aqui vou expor resumidamente neste seminário, recorrerei ao Plano Plurianual da União - PPI, e regionalmente ao Plano de Desenvolvimento da Amazônia, que elenca os investimentos e a infra-estrutura.

Começarei por definir ou por salientar os eixos principais que se pretende implementar na Amazônia, para dinamizar o seu desenvolvimento, a expansão de sua economia e, sobretudo, o escoamento dessa economia.

O primeiro deles é a saída para o Caribe. Esse eixo procura consolidar as rodovias que ligam o Brasil aos mercados do Caribe e do Atlântico Norte. Os principais projetos são a conclusão da pavimentação da BR-104, entre Manaus, no Estado do Amazonas, e Caracaraí, em Roraima, que estão em construção - praticamente na sua fase final -, haja vista que a ligação entre Caracaraí com a fronteira com a Venezuela, que já estava asfaltada há quase uma década, compromisso do Brasil, tem uma extensão aproximada de quase 400 quilômetros.

Essas obras, sobretudo o trecho Manaus-Caracaraí, deverão ser concluídas no próximo ano. Pleiteia o Estado de Roraima que a União aumente sua participação em contrapartida dos recursos mobilizados pela Corporação Andina de Fomento - CAF. A situação inverteu-se, e a contrapartida do Estado está hoje praticamente pouco maior do que a participação da União, quando se trata de uma estrada federal, compromisso internacional do Brasil com a Venezuela.

Outro eixo importante nesse contexto é a pavimentação da BR-401, entre Boa Vista, Estado de Roraima, e Bonfim, na divisa com a Guiana, que propiciará o nosso acesso ao Porto de Georgetown, um porto livre, e também ao Porto de Lethen, um porto fluvial distante cerca de 400 quilômetros de Boa Vista, permitindo uma movimentação de navios até trinta mil toneladas. Isso constituirá uma alternativa comercial, inclusive para o Mercado Comum Europeu.

A República da Guiana está sendo ocupada economicamente por canadenses, asiáticos e europeus, na exploração de seus recursos naturais, principalmente madeira, minérios, como ouro e diamantes, e recursos de mar.

Para Roraima é muito importante, assim como para a Zona Franca de Manaus, que o Brasil auxilie técnica e financeiramente a Guiana para efeito de construção da ponte sobre o rio Tacutu, na fronteira entre Brasil e Guiana, e na construção da estrada no território guianense, que liga Roraima e Georgetown. Possuindo uma economia bastante primária, os empresários de Roraima confiam e apostam que podem competir muito bem em diversos nichos importantes do mercado guianense, além de que esse mercado dá acesso ao Caricom, o que será muito interessante à Zona Franca de Manaus.

Em nível de proposta de execução a médio e longo prazos levo à consideração do Governo Federal, por intermédio dos diretores desse evento, a execução e o planejamento de aproximadamente 450 quilômetros, a partir da BR-210, perimetral norte, no trecho Roraima-Pará, a fim de viabilizar nosso acesso a Porto Trombetas, ao calcário ali existente, insumo de fundamental importância para a agricultura de Roraima, carente do mesmo.

Além do que, esse modal possibilitará a ocupação e integração de uma vasta área, mais de 250 mil quilômetros quadrados, totalmente isolada hoje, um dos grandes patrimônios de terra fértil na Amazônia oriental.

O segundo eixo seria a saída para o Pacífico, que fala muito de perto aos acreanos, aos rondonienses, aos mato-grossenses. É preciso integrar o Brasil ao Peru e à Bolívia, permitindo o acesso aos portos do Pacífico. Os principais projetos são: a recuperação das BR-364 e BR-317, no Estado do Acre. Além disso, a extensão dessa BR até Rio Branco, que já está ligada, estendendo de Rio Branco a Assis Brasil, na fronteira com o Peru. Recuperação da mesma estrada federada no Estado de Rondônia, ligando (?) a Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia, melhorar, ainda, as condições de navegabilidade do rio Madeira que divide o Estado do Amazonas e de Rondônia.

Outro trecho de integração é o eixo norte-sul. Este eixo corta o Estado da Bahia, o sudeste do Piauí, o sul do Maranhão, o Estado de Tocantins e parte do Estado de Goiás, por intermédio da Ferrovia Norte-Sul e da Hidrovia Tocantins-Araguaia, implicando a restauração das rodovias BR-53, Belém-Brasília e no trecho da rodovia estadual Pará 70, ligando Marabá a São Geraldo no Estado do Pará.

Deve ainda ser considerada a pavimentação da rodovia Cuiabá-Santarém, como mais um importante meio de integração do Estado do Pará e da Amazônia ao restante do País.

O quarto trecho de integração é Eixo Oeste.

A Região Centro-Oeste é uma grande produtora de grãos. O eixo cobre fronteira agrícola do Brasil, ligando os Estados do Acre e Rondônia com o centro-sul e o sul, passando pelos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A cargo da iniciativa privada, está sendo concluída a Ferronorte, entre esses dois últimos Estados - Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. E a cargo do Governo Federal está a construção de parte da ponte rodoviária do Rio Paraná, articulando a Ferronorte a outras ferrovias do Estado de São Paulo.

O quinto eixo de integração do nordeste já é uma ligação subsidiária, mas também importante quando se pensa em escoamento dos produtos da Amazônia para a economia nacional, como um todo.

Os principais projetos para essa região são a recuperação da hidrovia São Francisco, entre Pirapora e (?) da Bahia, ampliação da ferrovia (?)e ampliação do Porto de Suape, próximo a Recife, na cidade do Cabo, em Pernambuco.

Finalmente, o último eixo de integração, também não essencialmente amazônico, mas importante para a economia de nossa região.

Eixo de integração sul, a minoria das malhas de transporte da região articulando com a Região Sudeste, onde parte do projeto seria a duplicação das BRs 116, 371 e 101, entre São Paulo e Florianópolis, em Santa Catarina, e recuperação das principais rodovias federais da região, além da implantação da Ferrovia Ferro-oeste, ente Guarapuava, no Paraná, e Eldorado, no Mato Grosso.

No que tange à energia - serei breve -, nos últimos meses, Manaus vem experimentando racionamento de energia. Boa Vista dispõe de um sistema termoelétrico instável, o qual repousa em máquinas antigas, mal conservadas e, por isso mesmo, de vez em quando, falta energia.

O Leandro, projeto que entrou na pauta Brasil-Venezuela, em 1994, poderá chegar ao Brasil no final de 1998, disponibilizando 200 megawatts, segundo contrato já assinado entre os dois países, Brasil-Venezuela, resolvendo, assim, o problema energético do sul da Venezuela e o do Estado de Roraima.

A proposta, originalmente, concebia a extensão do (?) até Manaus, mas a possibilidade do uso do gás do urucum prevaleceu no que (?). Qual seria o horizonte com o qual o Governo Federal trabalha com o objetivo de resolver esse quadro? Por sua vez o pólo de desenvolvimento da Amazônia implica a necessidade da conclusão das obras de implantação da hidroelétrica de Samuel, Manso, Cachoeira Porteira, com o objetivo de equacionar o estrangulamento do fornecimento de energia.

Gostaríamos que houvesse uma resposta federal sobre esses investimentos, se é que estão na pauta das prioridades do Governo Federal.

Gostaríamos também de saber quais os níveis dessas prioridades, traduzido em termos de alocação de recursos e horizontes temporários.

Finalmente, tratando-se das comunicações, podemos dizer que o Estado de Roraima propõe a regularização das tarifas, nas ligações entre Roraima e Venezuela, da seguinte maneira:

A telecomunicação da fronteira, entre as cidades de Santa Helena e Pacaraima, operaria com taxa equivalente à tarifa local, (DDL) e a telecomunicação entre as demais regiões do Estado de Roraima, operaria com tarifas equivalentes à tarifa interurbana.

Finalmente, levando em consideração a questão , muito bem colocada aqui pelo Dr. Resende, no que diz respeito a uma marcha, a um segunda marcha para o alargamento e intensificação da fronteira agrícola de Roraima, gostaria de dizer que, no que tange à produção de grãos, soja, milho e outros, o Estado de Roraima ganhou uma posição bem mais influente atualmente, em decorrência da intensificação das relações com a Venezuela, Guiana e outros países fronteiriços.

Existe um grande afã da Venezuela, um interesse notório, evidente, de ingressar no Mercosul. Daí decorreram uma série de ações do governo venezuelano no sentido de intensificar o intercâmbio comercial e social entre Roraima e aquele país. Por exemplo, estamos adquirindo calcário e fertilizantes da Venezuela a um custo equivalente ao do calcário do Paraná. Isso é relevante porque não há esse tipo de mineral no Estado de Roraima, uma vez que a formação geológica do Estado é cristalina e os depósitos de calcário são freqüentemente encontrados em áreas sedimentares, como na região de Trombetas, no Amazonas, e a região de Almeirim, no Pará.

A conclusão, em breve, da BR-174 e o início da construção da BR-307 são condições que aumentam o interesse da Venezuela. Entende aquele país, que conhece rodovias, que, com o Porto de Itaquatiara, tornaria os seus produtos industriais competitivos não somente na Amazônia, mas também em outros segmentos no Nordeste. E isso aguça o interesse da Venezuela no sentido de ingressar o mais rapidamente possível no Mercosul, beneficiar-se da associação aduaneira e poder alargar as suas fronteiras comerciais com o nosso país.

Há o mercado do Caribe, que, por meio da Guiana - como salientei -, pode ser alcançado via Caicó. Também, via Guiana, é possível chegar ao Mercado Comum Europeu, uma vez que esse país é ligado à Inglaterra e goza, por conseguinte, desse benefício.

Lá em Boa Vista já se nota um fervilhar de atividades objetivando a intensificação da produção de grãos. Já começaram a chegar investidores de Mato Grosso, do Rio Grande do Sul, do Paraná, pessoas que têm empresas de aviação ligadas ao setor agrícola, o que está consolidando uma gama de atividades que, integradas, poderão criar condições indispensáveis para que Roraima venha, dentro em breve, aparecer no cenário do Brasil como um dos Estados produtores de soja, milho, arroz e outros produtos.

Agradeço a atenção de todos.

Era o que eu tinha a dizer.

A SRª PRESIDENTE (Marina Silva) - Agradecemos a participação do Prefeito de Boa Vista, Brigadeiro Ottomar Pinto.

Concedo a palavra ao Deputado Estadual, pelo Estado do Pará, José Geraldo. S. Exª dispõe de 10 minutos para sua exposição.

Fazemos um apelo para que os debatedores, na medida do possível, obedeçam ao tempo, em que pese os temas a serem relevantes e, às vezes, difíceis de serem resumidos.

O SR. JOSÉ GERALDO - Tentarei ser breve.

Srª Presidente, Senadora Marina Silva; Senador Ademir Andrade, em vossos nomes quero saudar todos os membros da Mesa e todos os presentes; quero, também, parabenizar a Comissão pela oportunidade deste debate.

Parece que começa a haver uma preocupação muito mais forte com o homem da Amazônia. Na semana passada, tivemos a presença, na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, de uma comissão da Câmara que está fazendo um levantamento das madeireiras da Malásia que estão atuando no Estado do Pará. Os temas debatidos no Seminário Transporte, Comunicação e Energia, realmente, atingem a maioria da população dos municípios da Amazônia.

Como sou Deputado Estadual pelo Pará, sempre devo citar alguns exemplos do meu Estado, mesmo porque não conheço a realidade dos municípios de outros Estados amazônidas. Sei que estamos no mesmo barco, a situação é a mesma.

Assim, desejo falar do que vejo, do que acompanho, do que vivo ao viajar pelo interior do Estado. Gostaria de falar dos 19 anos que estou no Estado do Pará. Atuei durante 10 anos no Movimento Social antes de chegar a Deputado Estadual.

Em alguns momentos, a situação da Amazônia, a situação do Pará, parece crônica, sem solução. Há 15 anos

acompanho o estado em que se encontram as rodovias federais e estaduais no Pará. Já fiz várias reivindicações, participei de várias mobilizações, e o Governo sempre argumenta que não tem dinheiro. Sai governo, entra governo, é sempre a mesma coisa: não há dinheiro.

Em se tratando de energia elétrica, no Pará temos uma hidrelétrica, talvez a quarta maior do mundo e a segunda maior do Brasil. No entanto, a maioria dos municípios do Estado não conta com a energia dessa barragem; cerca de 60 recebem energia motorizada e, em aproximadamente 30, a companhia de energia elétrica - no caso a CELPA - nem chegou. O restante do Estado é servido pela Barragem de Tucuruí.

Quanto à comunicação, posso citar que há uns três ou quatro municípios com os quais não podemos nos comunicar. Se, por exemplo, quisermos nos comunicar com Jacareacanga, haverá demora de uma semana. Com certeza, em Rondônia ou no Acre, haverá outros municípios nessa situação. A Senadora Marina Silva cita esse tipo de exemplo quando fala da realidade do seu Estado.

Isso tudo acontece, mas não é falta de debate. Estamos enfrentando um novo momento conjuntural. Estamos todos assombrados com a nova ordem econômica mundial, a potência do G7, a globalização da economia. Mas esse é um debate que os Estados do Sul e do Sudeste já estão fazendo; a diferença, porém, é que estamos, no mínimo, 50 anos atrasados. Enquanto o Sul e o Sudeste já têm energia, estradas, comunicação, nós não as temos. Por exemplo, se qualquer um de nós pegar um carro aqui em Belém e for até Itaituba, Pará, vamos percorre em torno de 1.800km, e teremos apenas uns 60km asfaltados, o resto é buraco e mais buraco. Gastaremos uns três dias para chegar; e, no inverno, não há data marcada para a chegada, pode-se gastar até um mês. E essa realidade sempre foi explicitada para o Governo Federal e continua sendo.

Ontem à noite, tivemos uma audiência com o Governador Almir Gabriel na qual estavam presentes todos os vereadores de uma cidade de 300 anos, os prefeitos da região do Baixo Amazonas e várias lideranças. Havia umas 50 pessoas na audiência, que começou às 21 horas e terminou às 23 horas. E os senhores sabem o que eles queriam? Queriam dinheiro para comprar o eixo de um motor que quebrara, pois a cidade está no escuro.

A castanha do Pará produzida em Óbidos tem de viajar dois ou três dias na Amazônia para ser industrializada aqui em Belém, porque naquela cidade não há energia. Agora é época da safra do pescado - período que vai de agosto a dezembro - e a única indústria que poderia beneficiá-lo não funciona por falta de energia elétrica.

Por que nesses 15, 20 anos não se construíram pequenas barragens na Amazônia? Será que é só uma grande barragem que gera energia? Acredito que, de cada seis cidades da Amazônia, três ou quatro têm mais de 100 mil habitantes. Conhecemos um exemplo concreto de uma barragem pequena aqui em Santarém: é a Barragem de Curuá-una, que tem gerado energia para 100, 150, 200 mil habitantes. Quantas pequenas barragens foram construídas na Amazônia? Quantas temos no Pará? Temos Tucuruí e Curuá-una. Não conheço outras.

Dinheiro não faltou. Nos últimos 15 anos, nos seis grandes projetos implantados no Estado do Pará, como no caso de Carajás, Tucuruí, Albrás, Alunorte, Barcarena e Trombetas foram investidos algo em torno de US$15 bilhões. No entanto, isso não melhorou quase nada a situação social e econômica do Estado. No caso de Tucuruí, houve, sim, uma geração de empregos no momento de sua instalação; hoje, porém, a cidade não tem perspectivas; o sul do Pará não é diferente. Temos uma ferrovia, uma rodovia asfaltada e energia, mas a cidade de Marabá tem oito mil famílias que não acendem o fogão todos os dias porque não têm o que comer.

A meu ver, além de estarmos 50 anos atrasados em relação a outras regiões do nosso País, adotamos um modelo de desenvolvimento que vai nos levar para uma situação que todos já sabemos qual é. A própria ONU, no seu relatório, acaba de colocar o Pará entre os dois Estados mais pobres do Brasil - quase todos os Estados da Amazônia estão colocados em uma situação de "Terceiro Brasil". Todavia, o Pará está colocado em sétimo lugar na economia, como é que se explica essa situação?

Não consigo entender. Expus isso claramente ontem para o Governador, como é que o Governo reclama que não tem dinheiro, que o Estado está dilapidado, mas, em contrapartida, nada é pedido ao Governo Federal. Quais os investimentos que o Governo Federal tem feito nos últimos dez anos na área de transportes, energia e comunicação na Amazônia?

O Governo Federal se deu ao luxo de vir ao Estado do Pará, na pessoa do Ministro dos Transportes, celebrar um convênio com dezoito prefeitos para recuperar as rodovias Cuiabá-Santarém e a Transamazônica, empreendimento que ultrapassa 2000km, com o valor estimado de R$1,2 milhões, distribuindo de R$80 mil a R$100 mil para cada Prefeitura.

A meu ver, por um lado, a questão de fundo é pensar em um modelo de desenvolvimento; por outro, há um debate acumulado. Nos últimos dez anos, avançou-se no debate. No passado, tivemos muitos investimentos, a maioria deles desviados. Basta pegarmos o caso das rodovias Cuiabá-Santarém e da Transamazônica, que deveriam ter sido asfaltadas e possuírem pontes de cimento. Havia muito dinheiro, mas nenhuma ponte de cimento foi feita e nenhum metro da estrada asfaltado. Para a inauguração, cobriram-na de plástico preto por uma extensão de 4km para parecer que era asfalto.

Hoje, a sociedade civil está participando do debate, está preparada para fiscalizar, para cobrar. Todavia, enquanto o Governo diz que não tem dinheiro, as nossas dívidas interna e externa aumentam e o nosso dinheiro é destinado ao seu pagamento, não sobrando recursos para abrir ou recuperar estradas, para investir em comunicação, para investir na construção de pequenas barragens. Quantas cachoeiras existem no Estado do Pará hoje com condições de gerar energia para cidades de 50 a 100 mil habitantes? Contudo, não se investe nessa área.

O meu tempo realmente é curto, mas nesta minha primeira intervenção, devo dizer que - e aqui eu gostaria de me dirigir aos Senadores, como tenho dito a alguns Deputados Federais -, enquanto o Governo Federal estiver governando o País todo com a mesma política, não teremos um desenvolvimento harmônico. Imaginem um Município do Acre ou do Estado do Pará seguindo o mesmo modelo, as mesmas regras, as mesmas leis de um Município de Santa Catarina. Não é possível! Vejam, por exemplo, o problema da diferença dos preços dos combustíveis: o Governo já começou batendo na cabeça de quem mora na Região Amazônica. Um assalariado ou um pequeno produtor - para falarmos de duas categorias que moram aqui perto de Belém, de Rio Branco ou de Boa Vista -, paga em torno de R$6,00 um botijão de gás de cozinha; porém, no interior desses Estados, o mesmo pequeno produtor, o mesmo professor, que ganha R$100,00, está pagando R$12,00, R$13,00, R$14,00 pelo mesmo botijão de gás. O resultado é que 10% do salário mínimo é gasto na compra de um botijão de gás. Por quê? Porque o Governo equalizou o preço dos combustíveis.

Antigamente, o frete era rateado, hoje não, o que significa que, quem mora distante, paga mais caro pelo produto que chega à região; em contrapartida, os produtos que essa região produz são mais baratos justamente por causa da distância dos grandes centros. Aí, acontece o empobrecimento daqueles que moram nas regiões mais distantes, como é o nosso caso e o de todos os Estados da Amazônia.

Sr. Presidente, encerro aqui minhas palavras porque o meu tempo já se esgotou. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Agradeço a participação do Deputado José Geraldo.

Passo a palavra ao Superintendente da Sudam, José Guedes Tourinho, último debatedor. Depois, vamos conceder a palavra aos oradores que se inscreveram previamente, não sem antes ouvirmos o Relator.

O SR. JOSÉ GUEDES TOURINHO - Boa tarde a todos. Vou evitar os cumprimentos para usar meus dez minutos da melhor maneira possível. Apenas, formalmente, cumprimento o Sr. Fernando Rezende, que está aqui conosco na Sudam, mais uma vez, discutindo os problemas da Amazônia.

Peço à Senadora Marina Silva que não conte o tempo que vou dispender neste intróito, porque desejo apenas fazer uma observação como debatedor do Sr. Fernando Rezende.

É totalmente impossível que eu faça um contraponto com o Deputado Geraldo ou com o nosso Prefeito de Boa Vista; eu o farei, no entanto, com o Dr. Fernando Rezende porque a Sudam já vem trabalhando com o Ipea há bastante tempo. Neste intróito, ao tornar pública essa relação, devo dizer que, quando completamos três meses de Sudam, já conhecíamos o quadro de técnicos do órgão, todos os projetos, o PDA etc. Aí, marcamos uma audiência com o Dr. Fernando Rezende no Ipea. Lá passamos cerca três horas - o Dr. Fernando Rezende está sacudindo a cabeça. Na verdade, não foi um diálogo, mas um monólogo; apenas eu falei - como pode confirmar o Dr. Fernando - tudo o que pensava sobre o PDA, sobre a Amazônia.

Pelo fato de eu não ser um economista e sim um administrador de empresas, vim para cá com a missão de gerir a Sudam. O próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso atribuiu-me essa missão, por indicação dos Ministros Kandir e Catão. A partir desse contato, estreitamos o nosso relacionamento. A Drª Eliana, diretora da área de planejamento da Sudam, mantém contato diário e permanente com o Ipea; assim, esse trabalho vem sendo feito inclusive aqui em Belém.

O Dr. Fernando Rezende já veio até aqui várias vezes e, inclusive, proferiu palestras na Fiepa. Aliás, lamentamos hoje a ausência do Sr. Flecha Ribeiro, que seria um grande parceiro para formular perguntas e questionar o Dr. Fernando Rezende.

As nossas colocações serão, talvez, complementares e de reforço às expendidas pelo Dr. Fernando Rezende. Todavia, isso não quer dizer que estejamos de acordo com tudo; estamos, isto sim, participando como Sudam, como parceiros, na expectativa de fazermos um grande PDA para 1998/1999.

Como bem disse o Dr. Flecha, ontem de manhã, na abertura deste Encontro, pedimos que novos atores e novos parceiros sejam colocados no PDA 1998/1999, tais como: a Federação das Indústrias da Amazônia, a Federação da Agricultura, com uma participação mais ativa dos Secretários de Planejamento, dos Secretários de Agricultura, dos Secretários de Comércio e Indústria etc.

Estamos conseguindo isso; daí, termos a coragem de dizer - já podem contar o meu tempo - que estamos fazendo um PDA, que não será o PDA da Sudam, nem o PDA do Ipea, nem o PDA do Dr. Fernando Rezende, nem o PDA do Dr. Tourinho ou o da Drª Eliana; será realmente o PDA da Amazônia. Não tenho a menor dúvida quanto a isso.

Muitas das colocações que o Dr. Fernando fez aqui espelham exatamente essa contribuição de mão dupla, de parceria. Em todos os encontros, em todos os momentos em que a Sudam participou de atividades juntamente com a sociedade tivemos o cuidado de documentar, de armazenar informações para levá-las aos parceiros que estão pensando a Amazônia.

Eu ainda não era Diretor do BASA - e devo muito a esse banco, no qual fiz praticamente toda a minha carreira -, quando, em 1987, assisti a uma palestra do Dr. Alvin Toffler em um Seminário da DVB Internacional, em Porto Alegre. Eu o conhecia apenas por livros. Em uma palestra de quarenta e cinco minutos, o Dr. Toffler respondeu a uma série de perguntas. Quando falou sobre o Brasil, disse aos brasileiros - grande maioria ali presente - o seguinte: "O Brasil é a Amazônia." Àquela altura, em 1987, estávamos às voltas com o problema de reserva de mercado na área de informática e de tecnologia; discutia-se o fato de estarmos saindo de um regime ditatorial para um regime democrático, pela via da transição iniciada pelo Governo Sarney. "Vocês precisam se conscientizar de que a Amazônia tem aquilo que o mundo precisa hoje e vai precisar muito mais no próximo milênio: água em abundância e da melhor qualidade possível, água que o mundo não tem. Também o ar. E a história não é de se ter ar puro, de se ter um melhor ar? O mundo precisa respirar, e vocês ainda respiram e aspiram, e, principalmente, aquilo que a humanidade já está precisando: alimento. "Esqueçam a revolução tecnológica, deixem que os outros países" - e estou reproduzindo as colocações do Dr. Alvin Toffler -, "que estão avançados, que estão milênios na frente do Brasil; esqueçam esse aspecto da revolução tecnológica; façam a revolução agrícola primeiro; façam o Brasil de brasileiros e façam essa revolução por meio de uma política agrícola, e esta terá que ser na Amazônia". Em seguida veio aquele espanto generalizado etc. Depois, continuou ele, "pensem na revolução industrial, que vocês ainda não fizeram. Vocês têm apenas montadoras de automóveis no Brasil. O Brasil ainda não é um país industrial, e, se não for antes um país agrícola e aproveitar melhor a Amazônia, jamais será um país industrial".

Pois bem, feita essa colocação, volto a analisar e a fazer alguns comentários sobre as colocações do Dr. Fernando Resende. Dr. Fernando, as colocações que V. Sª fez agora há pouco sobre aquele trabalho feito pelo nosso consultor sobre os trinta e cinco anos de ouro da Região Amazônica, não tenha dúvida, que esse período vai voltar, diria mesmo que já está voltando. Um exemplo é esta reunião aqui, que está sendo documentada; uma reunião em que tivemos palestras fantásticas, com resultados espetaculares.

E outros encontros estão acontecendo, como aquele, Senador Nabor Júnior, que mantivemos no Acre na semana do Dia dos Pais. E, cada vez mais, nós que não somos economistas de formação, mas economistas de jornal, nos entusiasmamos como nós, caboclos, uma mistura de raças... Nossa raça de amazônicos é mais misturada do que a do brasileiro do Sul, haja vista que, como se falou ontem aqui, se está "cearizando" o Pará. Tivemos um ciclo no Brasil, o ciclo da borracha, que foi feito por cearenses, por nordestinos, que tiveram a coragem de vir para cá, para o Pará, para o Acre e para o Amazonas e fazer o ciclo da borracha. Nós somos netos de todos eles, com certeza absoluta, e disso temos que nos orgulhar e tentarmos voltar a 100, 150 anos para tentar fazer a mesma coisa; tentar ousar como nossos antepassados ousaram. Este é o grande desafio para todos nós, seja para o Superintendente da Sudam, seja para o Prefeito de Boa Vista, seja para o Presidente do Basa, Senadores etc.

Agora, quanto aos investimentos na infra-estrutura, Dr. Fernando Resende, eu, em um dos poucos contatos que mantive com o Ministro Antônio Kandir - e, aliás, todos por minha culpa, porque tenho tido, eu, como Superintendente da Sudam, toda a atenção do Governo Federal - disse a S. Exª que reforçasse o investimento na infra-estrutura, estabelecendo para este fim de século, nos três anos que restam para o milênio terminar, apenas R$3 bilhões para a Amazônia investir em infra-estrutura. E que faça o seguinte: não é preciso que S. Exª mande os R$3 bilhões do Orçamento, mas deixe que a metade a Sudam coloca do Orçamento do Finam - a metade dos três anos evidentemente -, R$1,5 bilhão, e nós teremos condições de atrair efetivamente os investidores que vêm à Amazônia por meio da isenção de imposto de renda, através do próprio FNO do Banco da Amazônia e dos investimentos da Suframa.

Se acontecer esse investimento de R$3 bilhões, com apenas R$1,5 bilhão do Orçamento da União, esta Região, Dr. Fernando Resende, deixará de ter problemas e passará a apresentar alternativas, soluções para os problemas do Brasil.

O PDA, ontem, hoje e amanhã, dispensa qualquer comentário. O PDA tem que ter a cara da Sudam; tem que ser e foi. Hoje já tenho condições de discutir com as pessoas que criticam esse órgão, que criticam o Governo Federal aqui. Se realmente fracassamos, se essa BR-316 é um cemitério de projetos falidos, bem como outras BRs pelo Brasil afora, não é culpa exclusivamente das pessoas que passaram por esse órgão; é culpa da sociedade. A sociedade precisa participar, porque participou em outras épocas defendendo a Amazônia. Precisamos assumir a nossa responsabilidade, acabar com a história de jogar a culpa em cima dos órgãos, dos políticos, dos órgãos federais ou estaduais, dos dirigentes do País.

Aproveito para fazer um parêntese e dizer o seguinte: tenho dado sorte, não sei se porque a equipe da Sudam é muito boa, se os parceiros estão apoiando o nosso trabalho aqui, mas nós, depois que identificamos, que fomos à Federação das Indústrias de toda a Região Amazônica, à Federação do Comércio, tivemos a ousadia de fazer um desafio, de fazer uma crítica construtiva, principalmente ao empresariado do Pará, cansado de falar em Carajás, de falar nos grandes projetos daqui. Agora, meu Deus, por que o empresário paraense - e tiro como símbolo a minha terra, porque aqui tenho mais condições pelo aspecto de morar aqui e ter mais tempo de discutir **tête-à-tête** e, realmente, defender essa tese.

Mostrei que, para este ano, temos orçamento de R$650 milhões para o Finam. Antes de mandar as cartas-consulta, o empresário liga para qualquer Senador ou Governador pedindo que o superintendente o receba em audiência, para ele saber se é viável ou não o projeto. O superintendente da Sudam não tem condições de saber se é viável ou não um projeto. Quem tem que ousar é o empresário. Então, não é culpa dos políticos, nem dos órgãos. O empresário tem de assumir a sua culpa. Para minha sorte, hoje li em jornal de Belém que os empresários que tentaram reunir-se na Fiepa várias vezes, chegaram à conclusão de que temos razão e que vai haver reação.

Eu diria ao Deputado José Geraldo - estou aqui com a Portaria nº19.147, de 30 de julho, de 1997 - que, no Condel realizado em Cuiabá, se não estou enganado, evidentemente depois de estudarmos três meses com o Ministro da nossa área, reabrimos o art. 5º com R$200 milhões e, uma das prioridades maiores desse artigo é infra-estrutura para PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas, pensando, exatamente, na Região Amazônica. Quase todos seus Estados têm, pelo menos uma pequena cachoeira e a energia é e será o maior investimento em infra-estrutura, talvez daqui a cem anos.

Dentro desse processo de abertura de mercado, o empresário tem de investir em infra-estrutura e ser forçado a fazê-lo. O art. 5º é o tipo de investimento em que o empresário não tem de buscar recursos no mercado, pois são recursos do fundão que a Sudam tem, provenientes dos 30% do art. 9º. Essa portaria lhe dou de presente. Divulgue na Assembléia Legislativa do Pará aos empresários porque, até agora, não recebi, e essa portaria foi divulgada, um projeto do art. 5º do Estado do Pará.

Precisamos, também, Dr. Fernando Resende, insistir - e colocamos a Sudam à sua disposição - para que os nove Estados da Região Amazônica tenham um política industrial e fiscal. Não adianta só o Governo Federal oferecer os recursos. Já temos o FNO, recursos da Sudam e da Suframa. O Estado do Pará já tem uma política industrial. O Governador Almir Gabriel criou, inclusive, uma secretaria de assuntos estratégicos. O Mato Grosso também tem. São poucos os Estados que têm, mas o Amazonas, também, já tem alguma coisa. Precisamos nos unir para fazermos a mesma coisa.

Dr. Fernando Resende, leve o apelo, que fizemos também ao Dr. Pedro Parente, de que o BNDES e o Banco do Brasil se aproximem da Sudam, do Banco da Amazônia e da Suframa, para que possamos utilizar melhor os recursos federais na Região Amazônica.

Gostaria de fazer mais uma colocação. Hoje, pela manhã, a Drª. Abgail, que, infelizmente, não está aqui, fez uma palestra excelente, mas, na minha avaliação, foi um pouco infeliz quando disse que o grande problema da Região Amazônica e, principalmente do Brasil, é a burocracia exagerada e a legislação que emperra as coisas. Conheço um pouco dessa área, li um pouco Max Weber, pois minha formação é na área de Administração e, lamentavelmente, há distorção quando se fala em burocracia e burocracia. Não é isso.

Está faltando, na verdade, gestores. Precisamos interpretar melhor a legislação e procurar as brechas que essa nos oferece. Na Sudam, nem eu nem a equipe está fazendo nada de complexo. Estamos procurando as aberturas e atender ao empresário, ao político, ao Deputado ou ao Governador dentro daquilo que é possível e é bom para a Amazônia. O que é bom para a Amazônia tem que ser bom para a Sudam. Nós estamos encontrando as aberturas. Daí, já termos assinado, pelo menos, vinte ou trinta portarias e várias resoluções com o apoio total do Governo Federal. Estamos defendendo isso porque não temos tido nenhuma dificuldade de relacionamento com os órgãos de controle, seja com os Cisets, seja com o Tribunal de Contas da União.

Então, precisamos de ter a coragem, como gestores, de ousar e procurar as aberturas que a legislação nos oferece para aplicar os recursos. É um absurdo que o recurso escasso venha e não seja aplicado. Certamente, como nossas palestras estão sendo gravadas, a Drª Abgail vai ter essas informações.

Hoje pela manhã, uma pessoa que usou da palavra fez um apelo para que o Senador Nabor Júnior, que preside esta comissão do Senado, faça uma reunião aqui - coloco a Sudam à disposição - para discutirmos o orçamento da Amazônia para 1998. Queria registrar que já acionamos, também, o Deputado Priante, que preside a Comissão da Amazônia. Por que não fazermos todos juntos, com os órgãos do Governo Federal, dos Governos estaduais? Inclusive, está presente o Dr. Seixas Lourenço, representante do Governo Federal, o Dr. Fernando Resende, do Ipea, e o próprio superintendente da Sudam, que se orgulha de ser representante do Governo Federal nesse órgão.

Para concluir, farei três colocações. A primeira é uma frase do Ministro Hélio Beltrão: "Ninguém mora na União". A revista **Veja** a publicou no início do ano e é a coisa com que mais nos batemos aqui, passando a ser, inclusive, uma frase que distribuímos para todos os Prefeitos que nos visitam em duas cartilhas que a Sudam fez. Precisamos reforçar o municipalismo, porque é no Município que as coisas acontecem. A Sudam vai propor aos Governadores e aos Prefeitos dos quase 800 ou 900 Municípios um convênio para que fiscalizem, juntamente conosco, os projetos da Sudam, por meio das suas secretarias. Reforçamos porque só entendemos assim a parceria. A Sudam será aquele órgão mais forte com que todos sonhamos se os parceiros acreditarem em nosso trabalho.

Faço uma crítica aos economistas que falam muito em... econômicos em termos de desenvolvimento social. Vamos pensar em termos de gestão. Usando uma expressão da nossa mata virgem, da nossa floresta amazônica, precisamos colocar nesta região e, talvez, em termos de Brasil, "cada macaco no seu galho". Precisamos entender que o técnico tem de ser um técnico e, como tal, tem que ser um perfeccionista, tem de procurar brilhar e fazer o melhor. Se ele é um executivo, que seja um grande executivo, mas que tenha jogo de cintura e esteja à

disposição da classe política, que deixe e leve os problemas para os Vereadores, Prefeitos, Deputados Estaduais e Federais, Senadores e Governadores. Não misturemos as coisas. Vamos nos colocar em nosso papel.

Estamos tentando provar para toda a Região Amazônica que este é o papel da Sudam: ela quer ser, realmente, a grande agência de desenvolvimento para ocupar esse espaço, mas à disposição de todos, fazendo política pela Amazônia.

Agradeço e creio que, pelo meu relógio, Senadora Marina Silva, já ultrapassei três minutos do tempo a mim destinado.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Muito obrigado ao Dr. Tourinho pela excelente contribuição ao debate desse tema.

Agora, concedo a palavra ao Relator da Comissão, Senador Ademir Andrade.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) - Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, Srs. Presentes no plenário, Dr. Fernando Resende, inicio dizendo que considero muito boa a idéia do Dr. Tourinho, no sentido de que façamos uma reunião, congregando a Comissão Permanente da Amazônia da Câmara e a Comissão Especial do Senado para discutirmos o Orçamento de 1998 para a Amazônia. Só que o Governo enviará esse Orçamento em 31 de agosto, enquanto, constitucionalmente, tem de ser entregue até o fim deste mês. Portanto, o nosso tempo é exíguo, se quisermos fazer alguma coisa.

Gostaria de me dirigir ao Dr. Fernando Resende para dizer-lhe o seguinte: o principal objetivo da criação desta Comissão foi, justamente, interferir no Orçamento da União. O segundo objetivo mais importante, e de longo prazo, foi fazer um acordo, ou ter a pretensão de fazê-lo. Não sei se teremos capacidade para de fazer uma coisa que nenhum Governo jamais fez na história deste País: elaborar uma proposta de desenvolvimento para a Amazônia que preserve o meio ambiente e que melhore as condições de vida do povo que aqui reside. Esses foram os dois objetivos.

O primeiro objetivo não conseguimos atingir porque, por inúmeras vezes, convidamos o Ministro Kandir e S. Exª nunca compareceu a nossa comissão. Não fizemos um ou dois convites, mas dez ou vinte. Imaginávamos que S. Exª pudesse estar presente neste seminário, organizado por solicitação direta do Presidente do Senado; lamentavelmente, mais uma vez, não compareceu. E nosso orçamento está prestes a ser feito para 1998, sem que tenhamos sequer a oportunidade de discuti-lo antes que chegue ao Congresso. Depois que isso acontecer, será muito difícil modificá-lo, pois o poder de modificação é muito limitado. Então, que o Ministro saiba do nosso posicionamento.

Com relação ao tema do nosso debate - Infra-estrutura para a Amazônia: Transporte e Comunicação de Energia - vou, ao final de algumas breves considerações, fazer duas perguntas a V. Sª.

Em todo o mundo, o transporte fluvial é prioritário por ser o mais barato. Em segundo lugar está o ferroviário; depois, o rodoviário e, por último, o aéreo. Parece que essa lógica que funciona no mundo inteiro não funciona no Brasil, porque o rodoviário é o que tem, apesar de todas dificuldades, as maiores prioridades do Governo.

As coisas na Amazônia sempre aconteceram, mas posso afirmar que não foi o Governo ou o povo que assim quiseram. Quem sempre determinou como as coisas acontecem na nossa Amazônica foi o poder econômico nacional e, essencialmente, o poder econômico multinacional. Essa tem sido a nossa trajetória, senão não teríamos construído, por exemplo, a hidrelétrica de Tucuruí a um custo de US$6,5 bilhões, com recursos que tomamos emprestado e estamos pagando até hoje , sem, ao mesmo tempo, fazermos a eclusa de Tucuruí, o que inviabilizou a hidrovia Araguaia/Tocantins. Fizemos a hidrelétrica de Tucuruí para servir a três projetos minerometalúrgicos votados à exportação, que não foram determinações ou vontade do povo brasileiro ou do Pará, mas do poder econômico multinacional que estabeleceu esse tipo de ação e de prioridade na nossa região. Tanto é que nenhum outro Estado do norte do País recebe energia da hidrelétrica de Tucuruí e, ainda hoje, estamos com setenta Municípios do Estado do Pará sem receber essa energia, e alguns ficam a 80km da hidrelétrica.

O Governo foi capaz, de repente, do dia para a noite, em menos de um ano e meio, de construir 900km de ferrovia de Carajás a Itaqui, no Maranhão. Foi uma decisão do povo da Amazônia? Foi interesse do Governo brasileiro? Não. Trata-se de uma política voltada ao setor de exportação da nossa matéria-prima essencialmente, que fez com que o Governo alocasse R$ 1 bilhão para fazer essa ferrovia. Contudo, não fomos capazes de asfaltar 1.560km de Transamazônica dentro do Pará, que custariam US$200 milhões, um quinto do que foi gasto para fazer a ferrovia. Também não fomos capazes de asfaltar 1000km da Santarém/Cuiabá, na qual gastaríamos de US$100 a US$130 milhões. Não fomos capazes disso mas, quando se trata de fazer uma política para atender a geopolítica do interesse do capital multinacional, o Governo, de repente, sabe fazer as coisas com a maior rapidez e tranqüilidade.

Quando não é o interesse do capital multinacional que manda, manda, ou mandavam pelo menos - espero que não continuem mandando - há os interesses das empreiteiras. As empreiteiras decidiam como as coisas deveriam ser feitas. Posso citar exemplos claros porque, em épocas passadas, trabalhei em empreiteiras. Basicamente, viram-se cometer crimes na Amazônia, por exemplo, na construção das hidrelétricas de Samuel e de Balbina, que produzem energia em quantidade insignificante diante do prejuízo ecológico que deram ao Estado de Rondônia e do Amazonas. Então, pergunto: por que foram feitas? Porque, na verdade, prevalecia o interesse das empreiteiras na ocasião em que foram construídas. Não prevalecia o interesse das empreiteiras na ocasião em que foi feita, e não o interesse científico, a vontade do Governo, a vontade do povo da região. Na nossa Amazônia, as coisas sempre funcionaram dessa forma, mas queremos que seja diferente. O Governo já fala em vender todas as distribuidoras de energia, todos os sistemas isolados de energia da Amazônia e a Hidrelétrica de Tucuruí. Está tudo no esquema para ser entregue ao capital multinacional.

Faço, portanto, uma pergunta: será que o capital multinacional, que é o detentor do dinheiro para comprar o que o Estado brasileiro, com grande dificuldade, conseguiu construir, vai ter interesse em aplicar onde é obrigação do Governo, já que a energia e a telefonia são benefícios sociais? Quem é que vai aplicar no sistema telefônico no interior da nossa Amazônia, na cidade de Óbidos ou em Novo Progresso ou em Trairão? Enfim, quem é que vai implantar esse sistema lá?

Na lei que aprovamos agora, que regulamenta as telecomunicações, o Governo manteve um artigo que dizia que, nos lugares onde há mais dificuldade, quem vai fazer é o próprio Governo, com recursos do Tesouro. Isso é um absurdo, pois se estamos entregando à iniciativa privada, teríamos que criar uma compensação à forma do que existe hoje, onde se obtém lucro na distribuição de combustível, de energia, de telefonia, ou seja, obtém-se lucro na capital, subsidiando a aplicação no interior.

Vemos, no entanto, que esse tipo de política vai afundar nos próximos anos e fazer com que corramos um enorme perigo de mais estagnação no interior da nossa região.

Feitos esses comentários, gostaria de fazer duas perguntas. A primeira diz respeito ao que V. Sª mencionou, ou seja, de que estamos no tempo da globalização, mas que temos que voltar ao que foi no passado e que a infra-estrutura tem que

ser assumida pelo setor privado. Como no passado o poder econômico tinha necessidade de tirar riqueza, e o Estado não dava infra-estrutura, o poder econômico tinha que fazê-lo.

O Estado assumiu tudo posteriormente, mas não ficou só nisso. V. Sª pode imaginar o quanto o Estado, ao longo desses últimos 30 anos, que foi uma época boa para a Amazônia, conforme V. Sª assinala, além de financiar a infra-estrutura, financiou a implantação de indústrias aqui. Quer dizer, o Estado abria mão do imposto, que é dele, de empresas do sul para estimulá-las a se implantar na nossa Amazônia. Mas o resultado foi uma falência generalizada de quase todos esses grandes projetos que por aí se encontravam.

Nesse sentido, gostaria de saber se não há uma contradição muito grande entre o que V. Sª afirma, ou seja, que a infra-estrutura deve ser bancada pela iniciativa privada, quando ainda temos os nossos órgãos de desenvolvimento com esses incentivos fiscais para que as empresas não façam estruturas, mas implantem os projetos, permanentemente aprovados, da ordem de 20 ou 30 milhões para uma única empresa. E isso continua ocorrendo ainda hoje. Não há uma contradição entre o Governo dispensar um dinheiro que é dele, do imposto de renda que as empresas deixam de pagar, para colocar nas mãos de uma empresa que vai implantar o seu projeto de industrialização, pecuária ou seja lá o que for, e a idéia inversa de que a empresa vai financiar a infra-estrutura de que a Amazônia precisa? Gostaria que V. Sª explicasse o que entendo ser uma contradição, ou seja, o que está sendo colocado em prática e a idéia que V. Sª apresenta.

Por último, gostaria que V. Sª explicitasse para nós, da Amazônia, os 42 projetos do plano de ação do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Desses 42, eu gostaria que V. Sª informasse a este Plenário o seguinte: quantos estão na Amazônia, ou seja, desses 42, quantos foram destinados à Amazônia e quais são eles? Qual o custo estimado e qual o percentual desse custo no plano de ação do Governo entre os projetos que serão viabilizados na Amazônia e os projetos viabilizados no resto do Brasil?

Isso precisa ficar bem claro. Queremos esses dados de maneira clara e objetiva, até para mostrar para o povo da Amazônia o que está acontecendo e o que temos que fazer para modificar esse tipo de ação política de verdadeiro desrespeito com a nossa região, que contribui enormemente com a balança comercial do Brasil. O Estado do Pará é o sexto Estado exportador da nossa Nação. Exportamos mais do que o orçamento do Governo do Pará - cerca de R$700 milhões a mais do que o orçamento do Governo do Estado - e não temos a contrapartida que merecemos em termos de investimento em infra-estrutura na nossa região.

Por esse motivo, fiz essas solicitações e fico aguardando as respostas de V. Sª, insistindo caso elas não sejam fornecidas a contento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Vamos passar à lista dos oradores inscritos. Peço a compreensão de todos os seis oradores inscritos para que se limitem aos cinco minutos que lhes são destinados.

Após a participação desses seis oradores, daremos a palavra ao Dr. Fernando Resende, que apresentará as suas considerações finais e apreciará temas que foram objeto de debate durante esta reunião.

Também vamos ter a oportunidade de ouvir uma breve exposição do Cel. Bruno Martins, membro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, da Presidência da República, sobre o andamento do Projeto Sivam na Amazônia. Logo mais, por volta das 18h30, o Governador Almir Gabriel deverá estar presente, conforme prevê a nossa programação, para fazer o encerramento oficial deste seminário.

Sendo assim, passo a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Sebastião Rocha, membro efetivo desta Comissão.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Sr. Presidente, Dr. Fernando Resende, demais integrantes da Mesa, minhas senhoras e meus senhores, antes de abordar o tema deste debate da tarde, qual seja, a infra-estrutura na Região Amazônica, gostaria de fazer uma breve observação sobre o tema que foi discutido pela manhã em função de não ter podido permanecer no momento do debate.

Eu gostaria de fazer uma sugestão, aproveitando a presença do representante do Ministério da Reforma Agrária e do Relator, Senador Ademir Andrade: tendo em vista os temas que foram discutidos nesses dias, quais sejam, a questão ambiental na Amazônia, a questão da reforma agrária, a agricultura e os aspectos sociais do desenvolvimento como um todo, entendo que seria de fundamental importância que pudesse haver no nosso País, sob o aspecto de gerenciamento político-administrativo, um órgão que pudesse estabelecer uma articulação de integração entre os Ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente e da Reforma Agrária quando se tratar de políticas direcionadas para a Amazônia. Já se tem o desenvolvimento sustentável, tão falado nos dias que antecederam esse debate, como um conceito ou uma tese fundamental para a Amazônia.

Em determinados aspectos, a agricultura pode não ser compatível com o desenvolvimento sustentável. A reforma agrária na Amazônia também tem que estar de acordo com os parâmetros do desenvolvimento sustentável pelo que se pretende de ideal para a Amazônia. Portanto, no momento em que o Governo garante o acesso à terra, mas o Ministério da Agricultura não está integrado para garantir os recursos necessários para o desenvolvimento da produção e quando não há o respeito às regras do desenvolvimento sustentável, ou seja, da conservação ambiental, essa reforma agrária não vai produzir os efeitos desejados.

Não sei se é possível, mas no meu entendimento seria extremamente necessário que pudesse ser criado, em âmbito federal, um órgão que fizesse o papel de articulador desses três Ministérios, integrando-os, a fim de que todas as políticas direcionadas para a Amazônia, no âmbito desses três Ministérios, pudessem ser discutidas conjuntamente. Quando me refiro a órgão estruturado na forma de conselho deliberativo, logicamente quero dizer que teríamos que ouvir os setores da sociedade e os seus representantes.

Quanto ao tema objeto deste debate da tarde, refiro-me à questão da infra-estrutura na Amazônia com certo ceticismo, mas como somos caboclos da Amazônia, somos obrigados a ser pertinazes e ter a obstinação como nossa energia básica, que nos mantêm e mantém a nossa luta para garantir recursos e ações de desenvolvimento na Amazônia.

Estou há dois anos e meio no Senado e o meu Estado, o Amapá, até agora, em questões de infra-estrutura, com certeza absoluta, ocupa o último lugar na distribuição de recursos públicos. Está certo que somos, talvez, um dos Estados da Amazônia menos populosos em função de termos uma estrutura de Estado recente. Todavia, se o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso assinalou isso com muita clareza nos seus discursos, sobretudo no seu discurso de posse, ou seja, que iria trabalhar no combate às desigualdades regionais, tentando garantir um desenvolvimento equitativo das regiões, então as regiões mais pobres, os Estados menos populosos deveriam também obter atenção redobrada do Governo, a fim de garantir um nível de desenvolvimento adequado e melhorar a qualidade da sua população.

Em termos de rodovias, para se ter uma idéia, neste terceiro ano de execução orçamentária do Governo Fernando Henrique Cardoso, não conseguimos liberar - e temos na Bancada do Amapá um ex-Presidente do Congresso Nacional,

que é o Senador José Sarney, que também faz as suas articulações - do DNER o valor correspondente a R$5 milhões, apesar de todo ano o Orçamento da União trazer os seus R$2 ou 3 milhões para construção e pavimentação. Têm saído recursos da ordem de R$2 milhões por ano para conservação e restauração de rodovias, mas para construção não tem havido liberação de recursos.

A nossa rodovia, a BR-156, que liga o Laranjal do Jari ao Oiapoque, é estratégica no que se refere ao desenvolvimento do Estado e defesa da Nação, tendo em vista fazer uma ligação estratégica com a fronteira. Infelizmente, no entanto, não se consegue dinheiro do Ministério dos Transportes para rodovias na região Norte.

Cito o Estado do Amapá como exemplo, mas sei que existe o mesmo problema no Pará e nos demais Estados da Federação. Há, inclusive, uma tendência deste Governo a ajudar um pouco mais os Estados da Amazônia Ocidental. Não queremos, de forma nenhuma, criar uma polêmica de discussão entre a Amazônia Ocidental e a Oriental, mas não resta nenhuma dúvida que este Governo tem priorizado a Amazônia Ocidental em termos de infra-estrutura. Basta, para isso, levantarmos os 42 projetos do Plano Brasil em Ação que o Senador Ademir Andrade fez menção, para ter a tese comprovada de que há, de certa forma, um favorecimento estratégico para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental, seja a nível de rodovias ou de energia.

Com relação à questão da energia, acompanho totalmente o raciocínio e os argumentos do Senador Ademir Andrade com relação a essa questão. Uma hidrelétrica imensa foi construída no Pará não para atender o povo paraense ou o povo da Amazônia, mas por interesses econômicos.

No começo do meu mandato, lutei no Senado da República pelo linhão de Tucuruí, quando estava ainda em sua fase embrionária. Acompanhei todos os estudos do linhão, e era bastante viável o projeto de atravessar o rio Amazonas e atender com a energia elétrica a margem esquerda do rio Amazonas, ou seja, a Calha Norte do rio Amazonas.

Esse estudo foi feito por um grupo interministerial criado para estudar o problema da energia na Amazônia, composto pela Eletrobrás, Petrobrás, Ministério de Minas e Energia e Eletronorte, e concluiu que a melhor solução para a Amazônia, a mais barata de todas, era uma associação entre o linhão de Tucuruí e o gás de Urucum No entanto, por compromissos da União com a Venezuela, o Governo federal preferiu a associação do linhão de Guri com o gás de Urucum, prejudicando os Municípios da calha norte. O Deputado José Geraldo, que falou há pouco, talvez tenha feito referência a Óbidos, na margem esquerda do Amazonas - portanto na Calha Norte -, que teria condições de ser beneficiado pelo linhão de Tucuruí. No entanto, iniciaram a construção do linhão em 230 Kv, quando deveriam ser 500, para cobrir a margem esquerda do Amazonas.

O que me espantou foi que o Governador Almir Gabriel, do Pará, era um entusiasta desse projeto e o defendia; na sua campanha eleitoral, inclusive, assumiu o compromisso de defendê-lo. Além disso, ele é do Partido do Presidente da República. Acredito que ele utilizou suas energias, mas infelizmente não conseguiu dobrar os tecnocratas do Governo para convencê-los da necessidade de o linhão de Tucuruí atender também aos outros Municípios. Dessa forma, a energia chegaria ao Amapá através do Jari, garantindo também energia suficiente para os empreendimentos da Jari Celulose e da Cadam - Caulim da Amazônia Ltda., que hoje passam por uma dificuldade extrema, em função de problemas de energia elétrica. Seria garantida a energia para o Amapá para os próximos cinqüenta ou cem anos, ou por mais tempo ainda.

Tenho certeza de que já esgotei meus cinco minutos, e agradeço a deferência do Sr. Presidente.

Aprovo completamente a idéia de se trazer seja para o Pará, para o Amazonas, para o Amapá, ou para qualquer outro lugar, debates sobre o orçamento para o próximo ano, não sem antes considerar que já estamos atrasados nesse processo. Infelizmente, as nossas questões políticas têm ido a reboque do Governo federal. Os governadores da região já deveriam ter-se articulado na fase anterior à elaboração do Orçamento da União, para que a proposta orçamentária do Governo já trouxesse os projetos no seu bojo. Lamentavelmente, agora vamos ter que emendar, e nossas Bancadas são muito frágeis no Congresso Nacional, se comparadas com as de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, que detêm basicamente o comando de toda a coordenação política do Governo, sobretudo São Paulo. Dessa forma, as Bancadas da Amazônia ficam fragilizadas na hora de discutir e apoiar as emendas. Levamos desvantagem. Então, haveria necessidade de convencimento por parte dos governadores, antecipando-se à elaboração da proposta orçamentária do Governo, para que, quando ela saísse do Governo para o Congresso Nacional, já trouxesse as nossas principais necessidades contempladas em ações como custos do Orçamento da União.

Eu não tenho nenhuma pergunta específica ao Dr. Fernando Resende, apenas essas observações que costumo fazer no cotidiano. Estamos plenamente decepcionados com a forma como está sendo feita hoje a distribuição dos recursos orçamentários para o nosso País, prejudicando intensamente a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Muito obrigado, Senador Sebastião Rocha.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Secretário de Planejamento do Estado do Acre, Dr. Munir Luís.

O SR. MUNIR LUÍS - Dr. Fernando Resende, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou falar sobre o futuro, até porque as suas observações indicam que é melhor olharmos para a frente do que responder a perguntas momentâneas, embora não sejam pequenas.

Fiquei muito satisfeito quando observei que o Dr. Fernando Resende incorpora também uma questão muito discutida há três anos nos fóruns de Secretários de Planejamento e Meio Ambiente da Região Norte da Amazônia, a questão da infra-estrutura. Naquele momento, era bastante claro para todos nós, de todos os Estados, que a questão da infra-estrutura era preponderante e sem ela não atingiríamos objetivo nenhum. Hoje, vemos com muita satisfação essa conjunção de pensamento e de esforços.

Acredito, Dr. Fernando, que os seus enfoques também levam os Estados a entenderem que o momento é de procurar definir as suas prioridades de modo macro. Naquele momento, foram realizados alguns exercícios no sentido de buscarmos prioridades que pudessem atender a dois ou três Estados. Neste caso, a hidrovia do Madeira é uma ação concreta que atende ao Acre, a Rondônia e ao Mato Grosso. Também o aproveitamento do gás de urucum é uma ação como esta.

Gostaria de dizer, mais uma vez, - e V. Sª também discorreu sobre isso - que precisamos urgentemente de ações. V. Sª ressaltou que o Brasil, na verdade, é um grande credor na questão ambiental, seja de risco, seja de devastação. Obviamente isso não significa que podemos fazer qualquer coisa. Na verdade, é preciso fazer e fazer do modo certo. Nesse fazer e fazer certo estão embutidas a questão da sustentabilidade, da economicidade, das parcerias com a iniciativa privada e a ambiental.

Nesse esforço de poucos recursos, mas de grandes projetos e ações macro, é importante que os Estados e, sobretudo, a Sudam, que representa essa angústia, essa esperança de todos os Estados da região amazônica, estejam numa permanente aproximação com o IPEA. Parece-me que,

neste momento, os estudos, as grandes linhas de ação que estão sendo pensadas no Governo Federal sejam extremamente importantes para que os Estados tomem conhecimento, com alguma antecedência, a fim de que possam no seu planejamento local viabilizar recursos para uma ação de complementaridade na medida em que os recursos são esparsos e poderemos somar um pouco do que a União, os Estados e os Municípios puderem colocar.

É necessário, e gostaria de sugerir isso, a criação concreta de um **funding** de desenvolvimento para a região. Há recursos esparsos do PIN/Proterra, do FNO, do BASA e do BNDES que não estão sendo investidos na região. Li que o BNDES acaba de destinar para São Paulo R$780 milhões para a privatização da Companhia de Força e Luz. Certamente, um recurso como esse em outra linha de financiamento também começaria a mudar a realidade da nossa região.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Agradeço ao Secretário Marcos Lins, do Estado do Acre, a exposição.

Concedo a palavra ao Dr. Nilson Pinto, Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará.

S. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. NILSON PINTO - Sr. Presidente, inicialmente quero cumprimentar todos os Senadores presentes e todos os participantes deste seminário.

Gostaria de dirigir-me diretamente ao Dr. Fernando Rezende e mencionar aspectos da brilhante palestra que apresentou. Os itens da infra-estrutura econômica, conforme elencados na pauta, sobre transporte, comunicação e energia - todos - são fundamentais para a montagem de qualquer base produtiva. Na verdade, a análise do Dr. Fernando Rezende foi muito mais abrangente, tratando da questão econômica da Amazônia como um todo e pensando no futuro.

Justamente por isso gostaria de trazer à colação uma questão que me parece fundamental e que não foi apresentada entre aqueles que são essenciais para qualquer modelo econômico, particularmente na Amazônia. Ontem, tivemos a oportunidade de discuti-la e surgiu como algo relevante que deveria ser considerada em todo o nosso trabalho de planejamento.

Como representante do Ministério do Planejamento, gostaria de saber, no contexto desses fatores infra-estruturais fundamentais para a montagem de uma infra-estrutura econômica para a região amazônica, como S. Exª vê a questão do conhecimento e da tecnologia? Novamente vou explicitar. Creio que é fundamental que isso aconteça.

Há dois anos estamos discutindo - falou muito bem o Secretário de Planejamento do Acre no Fórum de Secretários Estaduais de Meio Ambiente e Planejamento da Amazônia - junto com a Secretaria da Amazônia Legal e a Sudam, um projeto de desenvolvimento para a região amazônica.

Está claro que o futuro desta região terá de ser baseado, cada vez menos, na atividade extrativa pura e simples. É preciso, cada vez mais, agregar tecnologia e conhecimento para que esse extrativismo seja realizado de forma adequada. Precisamos aprender a manejar os recursos naturais de que dispõe a região sob pena de devastarmos esses recursos antes que redundem em riqueza efetiva para a população.

Basta o que aconteceu no início do século com a borracha, a qual : perdemos porque não conseguimos dominar o processo. Os ingleses dominaram o processo de produção, levaram-no para a Ásia e perdemos o mercado e a riqueza.

Temos grande quantidade de recursos naturais em situação semelhante e estamos investindo muito pouco para aprender manejá-los corretamente. Falo em recursos florestais, pesqueiros, e de uma série de outros recursos que a natureza concedeu à Amazônia. Precisamos, também, agregar tecnologia para a verticalização. Não podemos continuar sendo exportadores de matérias-primas ou, em outro modelo alternativo na região, continuar concentrando incentivos fiscais em Zonas Francas. Não podem ser apenas essas as duas alternativas para a Amazônia. Temos que verticalizar; é uma necessidade. Aqui, foi ressaltado por todos que precisamos de conhecimento e de tecnologia.

Faz-se necessário alterar áreas já degradadas. Para nós, o desenvolvimento sustentável é muito mais do que uma questão de pequenos projetos para pequenos grupos. Muito mais abrangente do que isso é o aproveitamento efetivo das potencialidades com sustentabilidade, e o aproveitamento de áreas degradadas ou alteradas para a agroindústria, por exemplo, é uma excelente alternativa.

Também necessitamos desenvolver alternativas que não sejam predatórias, e o turismo é apenas um exemplo. Temos um leque de opções já traçadas para a Amazônia. Todas só podem ser colocadas em prática se desenvolvermos uma boa base de recursos humanos, e a formação de recursos humanos em diferentes níveis, desde os mais básicos até o da pesquisa avançada, só será possível se desenvolvermos ciência e tecnologia na região.

Hoje, o Governo Federal aloca para a região amazônica apenas 2% dos recursos totais de pesquisa no País. Dois por cento daquilo que é gasto em ciência e tecnologia no País é gasto na Amazônia. Ora, é impossível projetar qualquer mudança significativa para o futuro com esses 2%. É absolutamente impossível. Não podemos pensar em aproveitar a nossa biodiversidade para fármacos, para cosméticos, para o que for, porque demanda recursos e investimentos.

Portanto, pergunto-lhe, Dr. Fernando Resende: como homem de planejamento que está pensamento macro esses conceitos, como a questão do investimento em ciência e tecnologia se enquadra na sua perspectiva de mudança, de fato, da base produtiva da Amazônia, tendo em vista que com esses 2%, hoje alocados, não teremos condições de mudar o quadro nem em dez, nem em vinte, nem em cinqüenta anos?

Chamo a atenção dos Srs. Senadores para algo que já disse ontem, porque gostaria de ouvir de S. Exªs uma palavra. Ontem, discutimos essa questão, e pareceu-me ser quase um consenso que é fundamental que o Senado Federal se empenhe na reformulação da política dos incentivos fiscais com vistas a destinar uma parte desses recursos para ciência e tecnologia.

Há uma proposta completa formulada pela Sudam, que precisa ser discutida pelo Senado. A proposta prevê que 10% dos recursos concedidos como incentivo fiscal para as empresas sejam apartados para a criação de um fundo de desenvolvimento científico e tecnológico para a Amazônia que a própria Sudam poderá gerenciar. Esse fundo daria os recursos necessários para que a pesquisa fosse realizada e a tecnologia desenvolvida com o fim de, aqui, termos empresa de base tecnológica, agregarmos tecnologia e valor aos nossos produtos para que possamos sair dessa fase de economia extrativista. Isso é algo que depende mais do Senado do que Governo Federal. Ontem isso foi apresentado como fundamental por várias pessoas. Parece-me que foi consensual, mas não ouvi dos Senadores aqui presentes um posicionamento a respeito. Gostaria de ouvi-los, porque essa me parece ser a única forma de conseguirmos fazer com que os 2% investidos em ciência e tecnologia na Amazônia subam para um patamar de 10, 15% e, de fato, consigamos promover a mudança necessária para a industrialização da região com base nas riquezas naturais que ela possui.

Não estou falando em alta pesquisa, mas em escolas técnicas e agrotécnicas, que são a base do conhecimento de que essa região precisa. Portanto, de um lado, gostaria de apresentar ao Dr. Fernando Resende essa questão relativa ao papel da ciência e tecnologia como insumo para o modelo econômico futuro da região amazônica; de outro, peço aos Srs. Senadores

um posicionamento sobre a possibilidade de discutirem no Senado Federal a criação do fundo de ciência e tecnologia para a Amazônia a partir da utilização de uma parte dos incentivos fiscais que a Sudam concede às empresas que lá se instalam. São essas as considerações que gostaria de fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Agradecemos a participação do Dr. Nilson Pinto, Secretário de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado do Pará.

Concedo a palavra ao Dr. José Augusto Afonso, Secretário de Desenvolvimento do Estado do Pará.

O SR. JOSÉ AUGUSTO AFONSO - Sr. Presidente, Dr. Fernando Resende, demais integrantes da Mesa, o tema do painel de hoje é "A Estrutura Econômica, Transportes, Comunicação e Energia."

Não vou tomar o tempo dos senhores, discorrendo sobre os projetos importantes para a Amazônia relacionados a esses três pilares do sistema de infra-estrutura de qualquer segmento social organizado.

É sabida a importância fundamental que tem a infra-estrutura para o desenvolvimento econômico e social de uma Nação, ou de um Estado, ou de uma comunidade qualquer. Os Estados, principalmente os integrantes da Amazônia Legal, não têm condições de fazer poupança interna, e, conseqüentemente, de financiar seus projetos de infra-estrutura. Por mais que quiséssemos delegar essa competência à União, ou transferi-la para a União, existem projetos que, por sua própria natureza, são de características intrínsecas e estritas do Poder Público estadual e, portanto, são indelegáveis e intransferíveis à União, seja no setor de transporte, seja no setor de energia ou até mesmo no setor de comunicação.

O Senado da República tem uma característica ímpar no sistema legislativo, que é a sua representatividade. Diferentemente da Câmara Federal a representatividade é fixa por Estado. Se considerarmos todos os Estados que integram a Amazônia Legal, sem dúvida, teremos um formidável poder de fogo se nos unirmos. Quero crer que até hoje não fizemos uso desse poder.

A idéia que faço do propósito maior deste seminário é que a Comissão Especial da Amazônia, por meio de um diálogo com as forças vivas da sociedade colha propostas que embasem seus trabalhos perante aquela Casa legislativa.

Aqui, deixo uma proposta concreta: na medida em que a Amazônia Legal, ou os Estados que a compõem, não dispõe de poupança interna para financiar seus projetos de infra-estrutura, que se estude a criação de um fundo especial para financiar os projetos na Amazônia Legal. e que a origem dos recursos desse fundo venha de projetos de privatização do Governo Federal, a exemplo da Companhia Vale do Rio Doce que, para efeito de atender a esse propósito, vai nos aquinhoar com a fantástica soma de R$200 milhões dos quais R$85 milhões serão da Vale. Pelo que nos consta, até agora a Vale nem sequer integralizou essa importância para ser rateada entre todos os Estados em que a Companhia atua.

Destinar duzentos milhões de dólares para financiar projetos em todos os Estados em que a Vale tem infra-estrutura e nos Estados em que a Vale atua, parece até brincadeira de mau gosto. Em nosso entender, todos os recursos advindos da privatização da Vale deveriam ser alocados para compor o fundo de desenvolvimento de projetos de Infra-estrutura para a Amazônia Legal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - A Mesa agradece ao Dr. José Augusto Afonso, Secretário do Desenvolvimento do Estado, pela participação no debate.

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRª MARINA SILVA - O Dr. Fernando concluiu sua exposição com uma frase muito bonita. Dizia que não se tratava apenas de uma questão de reconciliarmos ou de resgatarmos o passado da Amazônia, mas de construirmos o seu presente e o seu futuro. Ocorreram-me, também, as palavras de Caetano Veloso , numa entrevista em que ele dizia que estamos acostumados a pensar no minuto ou na década ou, no máximo, no século, mas nunca pensamos no minuto ou no milênio, porque pensar no minuto é pensar nas soluções para os problemas que estamos vivendo; pensar no milênio é fazer com que esse resultado de nossa ação imediata seja durável num tempo e permita às demais gerações ter as respostas necessárias para as suas dificuldades.

Fiquei durante esses dias pensando numa questão que considero de interesse neste debate sobre a Amazônia: com apenas duas espécies já representamos uma grandiosidade em termos de recursos econômicos e exportação para o nosso País. Lamentavelmente, nós ficamos com isso.

Sou formada em História - sou professora secundária - e sei como funcionava a empresa extrativista. É espantoso. O Senador Nabor Júnior, que é seringalista, sabe como funcionava o sistema extrativista: o navio contratava no início do ano, hipoteticamente, uma carga, que chegava lá no Estado do Acre; um ano depois ele pagava aquilo com borracha e castanha; não havia **fax**, nem telefone, nem **interface** em algumas localidades, e o sistema funcionava perfeitamente do ponto de vista da empresa extrativista.

A Amazônia já nasceu inserida na economia internacional, porque recebíamos manteiga da França, da Inglaterra e de vários outros países, menos do Brasil. De certa forma, já estávamos integrados à economia digamos, hoje, globalizada, a um sistema mercantilista de forma muito forte. Durante esse período, o funcionamento da empresa era praticamente perfeito. Com a quebra desse modelo, ficamos a ver navios. Houve uma desestruturação econômica, social, cultural. Hoje estamos completamente desagregados do ponto de vista da economia que tínhamos construído durante quase um século.

Agora este é desafio para todos nós: criar a infra-estrutura mínima necessária para podermos funcionar além das novas exigências, dos novos tempos que estamos vivenciando. No entanto, na Amazônia pedimos, há décadas, estradas e energia, levando-se em conta as especificidades da nossa região, nosso potencial em termos de recursos naturais, inclusive para geração de energia. Lamentavelmente, o aporte de recursos para essas atividades tem sido insignificante.

Eu estava vendo num dos jornais que o Ministro Parente havia dito que a Bancada da Amazônia precisa se articular mais, precisa ser mais unida, precisa fazer mais para poder receber esses benefícios. Discordo radicalmente desse posicionamento. Ainda bem que disse ser um posicionamento pessoal e não do Governo Federal, porque se existe um ponto em que a Bancada da Amazônia tem agido consensualmente - todos os Deputados, todos os Senadores, independentemente de Partido -, é no sentido de garantir, no Orçamento, os recursos necessários para viabilizar a infra-estrutura da nossa Região.

Então, nesse aspecto, não podemos dizer que é a Bancada. Agora, se a Bancada para conseguir isso tem de fazer algum tipo de chantagem ou qualquer outra coisa, é outra história, em relação à qual discordo radicalmente. Reitero que se as nossas demandas são legítimas, se é importante o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, é fundamental que tenhamos desenvolvimento na parte de infra-estrutura e que o Governo deve promovê-lo, independentemente do nosso posicionamento, se votamos a favor ou contra.

Não quero votar contra os projetos de reforma agrária do Governo - ele apresentou alguns muito interessantes - para conseguir em troca recursos para estradas. Também não vou

votar a favor daquilo com que não concordo para conseguir dinheiro, para fazer aquilo que é necessário em termos de energia ou comunicação para o nosso Estado.

O que é correto não precisa de barganha. As pessoas devem agir de acordo com a sua consciência. Essa política perversa de dizer que é preciso barganhar alguma coisa para conseguir o que é justo não é correto. Coloco-me radicalmente contra esse tipo de coisa.

Penso haver uma perspectiva no sentido de que os Governos Estaduais, juntamente com Prefeitos e o Governo Federal, possam se articular para dar as respostas de que precisamos. À época em que Jorge Viana era Prefeito da capital, fizemos um programa de desenvolvimento, envolvendo 14 Prefeituras do Vale do Juruá, chamado Prodesapo. Esse programa visava cuidar tanto da parte de produção como da rearticulação da nossa economia, que é morta - vivemos do que o Governo Federal envia, que é transformado em prestação de serviço, de serviço público; depois, o dinheiro volta para o Sul e Centro-Sul porque compramos todas as nossas mercadorias de lá.

Esse programa estava orçado em U$180 milhões, e nós gostaríamos de ter recebido a contrapartida por parte do Governo Federal. Lamentavelmente, houve problemas com o Governo Estadual, que não assumiu o projeto, gerando, portanto, um prejuízo para as Prefeituras. O Governo Federal disse que não tinha como fazê-lo diretamente junto às Prefeituras.

Insisto que é possível fazermos não apenas um **pool** de Prefeituras como fizemos mas, sim, um **pool** dos Estados, dos nove Estados da Amazônia, tendo à frente a Sudam, a Suframa, o BASA, as agências de desenvolvimento da nossa Região, para fazermos com que essa nossa proposta seja articulada, buscando-se recursos fora do País. O Governo Federal entraria com uma parte, os Governos Estaduais com uma outra parte - o que daria em torno de 30% - e nós poderíamos buscar os 70% junto a agências financiadoras como o BID, o BIRD, a OEFC e a KFW, para que conseguíssemos implantar essas atividades de infra-estrutura na nossa região.

Se tivermos o zoneamento ecológico e econômico e as propostas que nos assegure um investimento não apenas pelo prazer - não a estrada pela estrada - mas, sim, a estrada acoplada a um projeto de desenvolvimento, não apenas energia pela energia, mas, sim, acoplada a um projeto de desenvolvimento adequado para a natureza do desenvolvimemto da nossa região, com certeza, conseguiríamos os recursos, porque, mais uma vez, teríamos unanimidade em torno dessas propostas.

Tenho absoluta certeza de que todas as entidades, o padre - que hoje mesmo fez um apelo dramático para que se consigam os recursos que ele está pleiteando para implementar um projeto que iria atender 40 mil famílias -, as ONGs, os Governos e os Prefeitos, unidos, fariam com que o Governo Federal fosse o grande agente desse processo de desenvolvimento para a nossa Região.

Precisamos, para a resolução dos nossos problemas de infra-estrutura, de uma parceria do Governo Federal com os Estados e os Municípios, e, acima de tudo, fazer o zoneamento ecológico e econômico, objetivando buscar no exterior os recursos tão necessários ao nosso desenvolvimento.

Concluindo, penso que não podemos apenas ficar nos lamentando em relação ao quadro de miséria total que vivemos na Amazônia, e no Estado do Acre essa situação é mais grave ainda, por isso, quando estive na Itália, coloquei para os europeus que eles nos cobram a preservação da Amazônia e, no entanto, que preferem comprar borracha da Malásia à nossa e que, com isso, o nosso caboclo, o nosso seringueiro vai para a periferia viver em péssimas condições, ou vai vender madeira, ou praticar atividades danosas ao meio ambiente.

Conseguimos sensibilizar, pelo menos em parte, uma empresa de pneumáticos, a Pirelli, a qual se comprometeu a comprar nossa produção de borracha durante três meses, independentemente de qualidade e assinou um convênio de cooperação técnica com as usinas de beneficiamento para melhorar a qualidade da nossa borracha. E vejam que é uma empresa privada.

Também conseguimos junto aos empresários de Como, cidade italiana que produz o melhor móvel do mundo, que construíssem uma escola de fabricação de móveis no Município de Xapuri, para que ali se tenha uma escola de formadores. Ao invés de vendermos o nosso mogno por R$20,00 e depois vê-lo transformado em camas, vendidas por U$3 mil na Itália, nos Estados Unidos, onde quer que seja, que façamos nós mesmos esses móveis, baseados em manejos florestais, desenvolvimento econômico sustentável, para vendê-los a quem não tem a nossa matéria-prima.

Conseguimos fazer, por meio de um convênio com a Igreja do Estado do Acre, da Diocese acreana com que a escola fosse montada. Essas iniciativas da sociedade, da comunidade se concretizam quando aliadas ao desejo do Governo Federal e dos Governos Estaduais de responder aos nossos desafios. Tenho absoluta certeza de que, com isso, sairemos da condição de pedintes, daqueles que fazem a política com o pires na mão, para sermos os agentes da nossa história e da transformação econômica de que tanto falamos. Na verdade, desde que a empresa extrativista foi quebrada, não se conseguiu dar essas respostas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - A Mesa agradece a manifestação da Senadora e concede a palavra, por cinco minutos, ao último orador inscrito, Dr. Letício Dantas, representante do Banco da Amazônia.

O SR. LETÍCIO DANTAS - Senador Nabor Júnior, Senador Ademir Andrade, Senadora Marina Silva e todos os membros da Mesa, o Dr. Fernando fez uma brilhante exposição sobre esse tema realmente importante para a Região. O Banco da Amazônia sentiu na pele os efeitos mencionados nesse estudo de S. Sª.

O ano de 1992 foi negro em termos de inadimplência para o BASA, deixando seqüelas, em relação as quais levamos quase uma década para recuperar. O Dr. Tourinho referiu-se a uma das causas efetivas disso. Falou de uma BR que seria um cemitério de projetos, no entanto, refiro-me a uma região inteira com vários cemitérios de projetos que não prosperaram por dificuldade de infra-estrutura.

O próprio Banco da Amazônia, que não tem qualquer privilégio, é fiscalizado por sete órgãos: TCU, Ciset, Receita Federal, Banco Central, auditoria independente, etc. É obrigado a ter a agilidade de um Itaú em termos de prestação de informações a esses Órgãos, especialmente ao Banco Central.

Tivemos de montar uma infra-estrutura, uma rede de comunicações para termos esses dados em Belém, porque, se as informações não chegarem tempestivamente, pagaremos multas e demais sanções.

Nessa ocasião, indagamos que benefícios trariamos com essa nova privatização do sistema de telecomunicações no Brasil. Discutimos bastante e chegamos à seguinte conclusão: é muito pouco provável que a iniciativa privada, tendo a Região Sul como seu objeto de ação imediata, se interessasse pela comunicação na Amazônia. E estávamos certos. Estamos vendo aí o problema o celular em relação à banda B.

Fizemos um projeto com a EMBRATEL, em que cada uma das nossas agências terá uma antena parabólica se comunicando com Belém, via satélite, transformando toda nossa rede em um grande PABX. Mas, em muitas destas cidades, isso não era suficiente, porque tínhamos de comprar também o gerador para aquela agência funcionar.

E, dentro deste cenário, que agrega custo a qualquer um dos nossos produtos, temos de responder a um mercado que cobra eficiência e rentabilidade, porque o banco, por ser uma sociedade anônima, tem de remunerar os seus acionistas.

E vemos algumas incompreensões. Refiro-me especificamente a quando se fala de custo de dinheiro. Banco é uma atividade extremamente simples. Ele pede emprestado ao mercado para emprestar para outras pessoas. E esse custo de pedir emprestado é repassado imediatamente a quem toma esse dinheiro. No caso particular, até do próprio FNO, a lei estabelece que o custo desse dinheiro é TJLP e que o risco é de 6%. Então, TJLP mais 6% é o piso do custo do dinheiro de quem vai emprestar. Isso se não houvesse nenhum custo administrativo para emprestar e nem para administrar esse recurso.

É claro que existe recurso mais barato. Eu diria, hoje, que, eventualmente, o recurso externo, em que se tivesse alguma correção cambial e juros civilizados, pudesse ficar mais barato. Inegavelmente, isso é verdade.

Voltando ao tema, esse problema de infra-estrutura, que, nesse início de década, quase arrasou o Banco da Amazônia, precisa que essa segunda palavra mágica à qual o Dr. Fernando referiu-se, articulação com os demais órgãos de desenvolvimento, tranforme-se em realidade. Esse é o grande componente da análise da ação do desenvolvimento do Banco da Amazônia.

Aqui, Senador Nabor Júnior, faço uma crítica construtiva e pessoal. Apesar de o Banco da Amazônia não constar do nosso **folder** aqui, continuamos nos considerando uma peça importante no desenvolvimento da nossa Amazônia.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - (Ininteligível) Letício Dantas, representante do Banco da Amazônia.

Agora, vamos passar a palavra ao Dr. Fernando Resende, que vai tecer suas considerações finais a respeito do debate aqui travado.

O SR. FERNANDO RESENDE - Dificilmente, serão as considerações finais porque, certamente, restarão muitos questionamentos que vão ser objetos de sucessivos debates em um fórum dessa natureza.

Certamente, fico muito feliz por me defrontar aqui com uma série de questões, dúvidas e outras observações de grande relevância para que esse debate, de fato, siga mais positivamente para atender aos dois objetivos que foram aqui anunciados como primordiais dessa Comissão.

Eu vou me permitir não seguir necessariamente a ordem das intervenções para procurar agrupar algumas propostas segundo alguns temas afins. E me permito começar pela intervenção da Senadora Marina Silva que expressou com muita propriedade algo de concreto que poderia ser acionado com um pouco mais de organização e de velocidade para superarmos algumas das dificuldades do momento.

Na verdade, S. Exª começou dizendo que, com o abandono da solução antiga do extrativismo, a região ficou a ver navios - sua expressão, embora aparentemente nem os navios estão vindo, nem os navios ficaram. Mas a idéia de que se deveria explorar um pouco mais a parceria por meio da formação - como S. Exª falou - dos **pool** entre os Governos dos Estados, entre os Governos dos Estados e o Governo Federal, na iniciativa de buscar opções de financiamentos que superem as restrições domésticas e aproveitem o enorme cacife que a Amazônia hoje tem no cenário internacional, está na linha exatamente de algo que eu mencionei de passagem na minha apresentação inicial, que era de tentar, de alguma maneira, associar a questão da necessidade de investimentos na Amazônia com a questão ambiental.

S. Exª mencionou muito claramente algumas iniciativas na Itália. E podíamos falar de coisas que ocorrem aqui nas nossas barbas. Por exemplo: vantagens que os países europeus e os Estados Unidos concedem ao café da Colômbia e não concedem ao café brasileiro, apenas porque o café colombiano é visto como uma forma de a comunidade internacional intervir no controle do narcotráfico. Nós deixamos passar aqui, na nossa porta, essa enorme oportunidade que se tem de usar melhor esse recurso de que o Brasil dispõe de ter uma reserva ambiental única no Planeta e que a preservação dela é uma responsabilidade nacional, sim, é uma questão de soberania, sim, mas que deve também ser partilhada no sentido de que os países, principalmente aqueles com os quais o Brasil tem de relacionar comercialmente, cada vez mais, de forma intensiva, não só eliminem barreiras à entrada desses produtos, desde que produzidos segundo as normas da sustentabilidade, mas também viabilizem associações e parcerias que façam com que esses recursos venham para investir na infra-estrutura, segundo uma proposta de planejamento construída no princípio do desenvolvimento sustentável e do aproveitamento dessas oportunidades regionais.

Isso me leva, desde logo, a outras observações que foram feitas aqui, por exemplo, pelo Prefeito de Boa Vista, posteriormente, pelo Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará e algumas outras intervenções também do Superintendente da Sudam, Dr. Tourinho, que mencionam e insistem sempre nessa questão que é obviamente daquelas que mais angustiam o dia-a-dia. Estamos vendo quanto o futuro pode ser róseo e promissor, mas estamos vendo que o presente é angustiante.

Então, há essa necessidade de como se viabilizar mais rapidamente o financiamento de alguns projetos relevantes - o Prefeito de Boa Vista mencionou a necessidade de se aumentar a participação da União na BR-174 e de viabilizar também a ligação com a Guiana; o Secretário de Ciência e Tecnologia do Pará falou que, se vamos falar em infra-estrutura, não podemos deixar de falar em conhecimento, que hoje é tão infra-estrutura quanto a física, ainda que seja mais abstrata. E aí conhecimento implica um conjunto de intervenções na área de ensino, cultura e tecnologia. Para isso, de novo, penso que precisamos usar um pouco mais de imaginação e romper com algumas resistências que nos são impostas, em alguns casos, pela tradição e, em outros casos, pela dificuldade de romper com esse imobilismo.

Falou-se aqui em algumas sugestões de rever a política de incentivos: incentivos fiscais via Finam, o incentivo fiscal que dá isenção do imposto de renda de 100% sobre os lucros das empresas que se instalam na região, praticamente **ad infinitum** porque, a cada dez anos, renovam-se essa isenção por mais dez anos. E, ao fim, isso representa uma transferência enorme de renda gerada na região para fora, que poderia ser retida aqui em proveito do desenvolvimento regional, para financiar alguns investimentos que têm prazo mais longo de maturação e que podem ter um benefício social mais largo.

Já há tempos que a própria Sudam apresentou - hoje foi aqui relembrado pelo Secretário -, o Ministério do Meio Ambiente já incorporou, e o Ministério da Fazenda, ontem, segundo me disseram, reiterou a sua disposição de apoiar a idéia de reter parte dos recursos que são renunciados, via isenção plena do imposto de renda das empresas da Amazônia, sob a forma de um fundo de investimento em ciência e tecnologia, por exemplo. A princípio, penso ser uma idéia fantástica. Aliás, participei dessa discussão antes de ter retornado ao Governo - na ocasião, estava trabalhando junto com a Sudam numa atividade de consultoria. Penso que este é um caminho que nos permitiria também ir avançando um pouco mais na linha de superar as restrições que estão no orçamento fiscal.

Alguém mencionou aqui - desculpem-me, mas já não lembro quem - o problema do Pin-Proterra - que originalmente era um recurso que tinha finalidade definida e depois foi disperso

dentro do orçamento como uma fonte orçamentária tal qual outras fontes - cuja função original poderia ser recuperada que é a de um fundo de integração econômica regional que também poderia facilitar, e muito, o problema das necessidades de financiamento da infra-estrutura.

Penso que isso é um pouco complicado - não sei se entendi corretamente a posição expressada pelo Deputado José Geraldo de contrapor grandes projetos a outros projetos que não têm, necessariamente, um porte grande, mas que são extremamente importantes do ponto de vista de gerar benefícios locais. Em particular, a questão do conflito que poderia haver entre canalizar recursos para grandes empreendimentos, e isso poderia inviabilizar recursos para pequenos empreendimentos. Apesar de haver aí uma questão que precisaria ser objeto de análise mais detalhada, na minha perspectiva diria que não deveríamos conduzir a questão do futuro do desenvolvimento regional por meio de um antagonismo entre os grandes empreendimentos e os pequenos projetos, mas, sim, buscar explorar as possibilidades de consolidação desses grandes empreendimentos de base natural - porque aí está uma grande riqueza regional - que não se limite a isso ficar na exportação da matéria-prima bruta, que caminhe progressivamente para consolidar os complexos minerais, florestais, madeireiros e o próprio complexo eletrônico da Zona Franca de Manaus para internar mais valor agregado na região. E, ao mesmo tempo, buscar estabelecer maior complementaridade entre grandes projetos e pequenos empreendimentos que possam orbitar em torno desses grandes projetos, aproveitando a linha pela qual, hoje em dia, as empresas de grande porte caminham, que é a de terceirizar atividades e envolver mais pequenos negócios e pequenas comunidades como parte desse ciclo produtivo.

Penso que, obviamente, essa é uma questão longa para ser debatida e que não será possível explorar com detalhes no tempo que nos resta nesse seminário.

Esse problema específico da geração de energia, que o senhor mencionou, realmente sofreu percalços do tipo de não haver sido prevista uma eclusa para transposição da barragem no caso da Hidrelétrica de Tucuruí. Certamente era uma questão que podia ter sido antevista se tivéssemos já, naquela época em que as decisões estavam sendo tomadas, buscado decidir sobre a infra-estrutura na perspectiva de médio e longo prazo e não apenas na perspectiva do momento. Esse é o problema que precisamos superar agora nessa nova rodada de debates que está sendo travada nessa mesa, com a feliz iniciativa da Comissão.

Essas considerações também nos levam à intervenção do Senador Ademir Andrade e a seus comentários sobre os objetivos da Comissão. Particularmente, S. Exª mencionou que eram dois objetivos principais: buscar interferir na proposta orçamentária para 1998, que também foi uma questão levantada aqui pelo Superintendente da Sudam, e, ao mesmo tempo, elaborar propostas para a Amazônia numa perspectiva temporal mais ampla. Penso que S. Exª mesmo já mencionou o fato de que, infelizmente, o tempo da questão orçamentária já está mais avançado que a possibilidade de intervenção agora. Isso pode servir de lição no futuro, no sentido de as iniciativas convergirem para prazos mais compatíveis com o processo de elaboração orçamentária. Mas, certamente, esse esforço todo, se não ajudar desde logo, no processo orçamentário de 1998, certamente será muito útil para o objetivo seguinte da Comissão, que é trabalhar a proposta de desenvolvimento para a Amazônia, buscando uma maior simetria e sincronia entre essas infra-estruturas de transporte, nas várias modalidades do fluvial, do marítimo, do terrestre e as prioridades nos investimentos da energia, da ferrovia, dos grandes investimentos.

Aqui, o senhor mencionou o fato de que boa parte desses grandes investimentos poderiam estar atendendo muito mais a interesses externos ou a interesses dos grandes empreiteiros nacionais e não necessariamente aos interesses da região. Penso que isso é uma questão que envolve um certo aspecto de subjetividade, que dificilmente teríamos condições de debater, com mais profundidade, no momento. Aqui, a preocupação que penso que poderíamos aprofundar é a seguinte: já que aconteceu, aconteceu. É bom refletirmos sobre ele para ver se podemos aprender da lição da história, que é sempre útil. Mas, daqui para frente, como ficam as decisões dos grandes investimentos da infra-estrutura na Amazônia, face a uma nova realidade onde há um incentivo cada vez maior na participação do capital privado, não que eu defenda a tese e nem que eu tenha enfatizado que esse seria apenas privado. Mencionei aqui que é importante o capital público e o Estado terá ainda um papel relevante; não terá o papel único e exclusivo e nem, talvez, o mais predominante que teve no passado, pelas razões da nova realidade ou da estrutura fiscal e da Federação brasileira.

Agora, se o processo de entrada do capital privado estrangeiro na infra-estrutura, numa necessidade do momento, a questão que está posta é como fazer com que as decisões de investimento convirjam para entender aos interesses nacionais e regionais e não apenas para atender a interesses outros estranhos ao problema brasileiro. Acho difícil imaginar qualquer solução na qual nós vamos estar voltando as costas para algumas vantagens óbvias que a Amazônia apresenta no sentido da exploração da sua base natural de recursos, tanto a mineral, quanto a agrícola, a florestal, quanto a pesqueira, a da biodiversidade, e isso necessariamente vai estar associado a grandes investimentos estrangeiros que serão muito demandantes desses recursos. A questão é como o Estado pode entrar neste processo por meio das agências reguladoras e parcerias com o capital privado, para evitar que isso se transforme em claves exportadores, em bolsões de miséria, gerem conseqüências, algumas delas geradas por alguns desses empreendimentos.

Especificamente com relação às perguntas que o senhor formulou no final da sua intervenção e que estão aqui anotadas, há uma aparente contradição entre a privatização da infra-estrutura e incentivos fiscais para o setor privado e a renúncia fiscal. Penso que aí temos um ponto importante no qual eu tendo a concordar com algumas das suas argumentações. Acredito que é preciso rever, em profundidade, essa questão da política do incentivo fiscal por mais que isso seja um tema que, quando se toca nesse assunto, gera uma certa corrente elétrica em todas as partes em que esse assunto é mencionado. Isso necessariamente tem que partir como uma decisão da região para cima. Qualquer iniciativa que não seja nessa linha, penso que corre o risco de ser mal interpretada. Na medida que comece a haver um reconhecimento regional em que a política do incentivo fiscal precisa ser modificada para atender a isso, ou seja, se o nosso problema, hoje, de estimular mais o desenvolvimento é melhorar a infra-estrutura, inclusive, mais espaços e mais regiões onde o capital privado terá pouca chance ou pouco interesse em entrar. Isso exige uma nova postura, do ponto de vista de concessão de incentivos governamentais? Sim. Penso que aqui nós temos um assunto que eu concordo, precisaríamos rediscutir essa política na direção, até mesmo de adotar alguma coisa que foi sugerida aqui na intervenção do Superintendente Tourinho, e que recursos do Finam poderiam também viabilizar a infra-estrutura, assim como recursos do FNO, assim como recursos do Pin-Proterra, da isenção do Imposto de Renda. Acho que temos aí um campo importante para explorar sugestões e propostas, inclusive, alguns documentos que a Sudam publicou aqui nos últimos anos e que, se não me engano, foi discutido no fórum dos Secretários Estaduais de Desenvolvimento e de Indústria e Comércio. Algumas dessas sugestões já caminham nesta direção

com propostas bem concretas, que talvez pudessem ser melhor apreciadas no âmbito do Congresso Nacional.

Quanto aos 42 projetos do Brasil em ação, as informações que eu pude reunir, assim um pouco apressadamente, porque eu não estava programado para vir a esta reunião, com antecedência, em cima da hora me passaram esse encargo, mas as informações que eu tenho são mais ou menos as seguintes: confrontei três informações. As que estavam no primeiro PVA?, projeto preparado pela Sudam com os Estados todos, com os Secretários de Planejamento dos Estados, o que constou do PVA e depois o que constou do Brasil em Ação, como principais demandas de projetos de infra-estrutura. Na área de transporte, havia 18 demandas de projetos de infra-estrutura consolidadas no PVA da Sudam. Dessas 18 consolidadas no PVA da Sudam, nove foram contempladas no Brasil em Ação. Aqui na região amazônica, especificamente. Havia duas propostas hidroviárias, que foram as duas contidas no Brasil em Ação e, na área de energia, dos projetos relacionados, que eram uma quantidade maior, cerca de dez projetos, os dois projetos que têm impacto regional mais amplo, que são o aproveitamento do gás de Juruá e Urucu e a rede de Tucuraí, que é o chamado Tramoeste? Tucuraí, foram contemplados no Brasil em Ação, nessa primeira rodada.

Os números que levantei e que não sei se estarão totalmente atualizados, se excluirmos os investimentos previstos em telecomunicações - porque esses não estão regionalizados no Brasil em Ação, é um número que está lá - Programa de Investimento em Telecomunicações - que, por enquanto, não diz em que regiões eles vão ser feitos - se excluirmos esses números temos cerca de 16 bilhões no total contra 3,6 bilhões na região amazônica. Temos cerca de 25% dos empreendimentos, excluindo telecomunicações, que não está regionalizado, na Região Norte. Esses 25%, mais ou menos, são para o total da infra-estrutura e para os projetos de transpórtes e energia. Comparados os investimentos previstos em projetos da Região Norte com os investimentos previstos com o total do Brasil.

Posso, talvez, conseguir mais detalhes, se esses números não conferirem com a sua informação e depois poderemos esclarecer se essa informação não me parecer de todo completa e suficiente.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) - Nós só temos conhecimento do Pará e do Pin-Proterra.

O SR. LETÍCIO DANTAS - Não estou falando sobre o Pará, estou falando do Amazonas. Pavimentação da BR 174, recuperação da BR 364; tem algumas rodovias que estão nesse programa de recuperação descentralizada de rodovias, esse projeto de recuperação de rodovias que é a BR 010, a BR 316, a BR 226 e mais a BR 163 e a BR 153. Esse programa de recuperação de rodovias não dá para saber onde será aplicado. Esses projetos estão divididos na área da energia e na área de transportes.

Agora, eu poderia lhe passar, se for do seu interesse depois, um quadro mais organizado com essas informações e, qualquer dúvida, nós estamos à disposição no IPEA para lhe dar todo esclarecimento necessário.

Estou procurando enfatizar a necessidade de este mesmo grupo aqui representado, com a participação da Sudam e dos outros organismos regionais, fazer de novo o mesmo processo que levou ao PDA de 1995. É um exercício que acho fundamental para a discussão da questão das prioridades da infra-estrutura, além da visão estadual, numa visão interestadual. As fronteiras das potencialidades econômicas não correspondem às fronteiras políticas territoriais, e é preciso levarmos isso em consideração.

O Secretário de Desenvolvimento do Pará aborda também o problema do financiamento e das necessidades de se caminhar na linha de fundos de desenvolvimento. A questão posta é a mesma discussão de se rever os mecanismos existentes e, de repente, vislumbrar alguma possibilidade de aportar recursos adicionais que criem condições apropriadas para o desenvolvimento regional.

A intervenção do Banco da Amazônia reforça a idéia que eu acredito que precisa ser, de fato, enfatizada e apoiada, qual seja, a de promovermos, juntamente com a revisão desses instrumentos financeiros existentes, a rearticulação institucional que faça com que possam ser melhor usados os recursos existentes, enquanto se trabalha para aumentar a disponibilidade de recursos, que são fundamentais para que o tamanho do problema enfrentado possa ser fracionado num tempo compatível com o aproveitamento das vantagens que a Amazônia tem agora nesse final de século e início do próximo milênio.

Para finalizar, queria agradecer o convite para vir aqui, dar os parabéns a esta Comissão pela iniciativa. Nós, do IPEA, enquanto instituição encarregada de pensar nos problemas brasileiros e de sugerir propostas, estamos firmemente empenhados em aprofundar os nossos estudos sobre a questão regional. Estamos novamente à disposição de todos para não só dar conhecimento do trabalho que estamos fazendo, mas também, principalmente, oferecer novos subsídios, novas sugestões que possam contribuir para que esse debate chegue a um termo favorável.

O SR. FERNANDO RESENDE - Eu só queria ponderar que esse nosso interesse em interferir na emissão de recursos ao Congresso já vem de 1996, quando criamos esta Comissão. Apesar de o prazo estar exíguo, sugiro - e nós vamos articular isso - que a nossa Comissão, junto com a Comissão da Câmara, tenha uma audiência com o Ministro Antônio Kandir antes que ele mande a mensagem ao Congresso Nacional. Nós sabemos o que queremos, o que é mais importante e a forma como isso deve constar no Orçamento. Então, gostaria que V. Exª dissesse ao Ministro Kandir que nós vamos insistir para que, antes que o Orçamento chegue ao Congresso Nacional, possamos apresentar diretamente a ele as idéias que esta Comissão e a Comissão permanente da Câmara têm a respeito dessa questão. Acredito que ainda há tempo de influenciar para o orçamento de 1998.

O SR. LETÍCIO DANTAS - Comprometo-me a fazer chegar ao Ministro o seu pleito e, certamente, essa oportunidade de ter uma conversa poderá trazer bons resultados. Não cabe a mim decidir sobre isso, mas farei chegar a ele.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - A Presidência agradece a presença do Dr. Fernando Resende, Diretor do IPEA. Queremos agradecer novamente todos aqueles que participaram do Seminário representando os órgãos federais. Foram convidados representantes de governos estaduais, do Governador de Rondônia, o Superintendente da Sudene, o Superintendente da Suframa, o representante do BASA, representantes de vários órgãos e de governos de Estado, de secretários. Enfim, queremos agradecer a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para o sucesso deste seminário. E quero transmitir um agradecimento especial ao Dr. José Guedes Tourinho pela cessão da instalação e todo apoio logístico que ofereceu à Comissão. Foi bastante produtivo. Temos que lamentar a ausência de algumas autoridades, principalmente governadores e prefeitos e de ministros que foram convidados e que não puderam comparecer. Os meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para que pudéssemos realizar este seminário aqui na cidade de Belém, nos dias 25 e 26 de agosto corrente.

Agora convido o Coronel Bruno Martins, da Subsecretaria de Programas e Projetos da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

O SR. BRUNO MARTINS - Exmºs Srs. Senadores, Exmªs Autoridades que compõem a Mesa, minhas senhoras e meus senhores, inicialmente gostaria de agradecer ao Senador Nabor Júnior o espaço que nos está concedendo. Como estávamos aqui em Belém participando de um encontro, surgiu esta oportunidade para que pudéssemos trazer aos senhores algumas breves informações, dentro do tempo que nos foi disponibilizado, a respeito do projeto.

Sei que o projeto é de muitos dos senhores bastante conhecido. Nossos ilustres Senadores o conhecem profundamente, tendo em vista ter sido o mesmo exaustivamente debatido no Congresso Nacional. Entretanto, em respeito às pessoas que aqui se encontram e que não o conhecem, farei uma abordagem bastante sucinta dos aspectos históricos que vieram desencadear o projeto. Será uma exposição bastante rápida, pois o tempo é limitado.

O Projeto, como os senhores sabem, nasceu no final de 1990, por uma exposição de motivos que foi levada ao Presidente da República pelo Secretário de Assuntos Estratégicos, pelo Ministro da Aeronáutica e pelo Ministro da Justiça. Naquela ocasião, os principais argumentos que orientaram a exposição de motivos foram a existência de ações ilegais na Amazônia, com expectativa do incremento - e nós sabemos hoje que esse incremento realmente está configurando-se, principalmente nas questões relacionadas ao narcotráfico e ao contrabando, em virtude de ações tomadas por nossos vizinhos; a dependência de todo, ou quase todo, do transporte aéreo e do transporte fluvial, por ter Amazônia incipiente infra-estrutura rodoviária; a carência de recursos para realizar o controle de tráfego aéreo - e essa era uma questão que dizia respeito especificamente ao Ministério da Aeronáutica, era uma preocupação do Ministério da Aeronáutica; a necessidade de reconhecimento pelas entidades governamentais de que os resultados obtidos nas ações já realizadas não têm tido o alcance desejado, seja pela carência de recursos, seja pela falta de continuidade das mesmas e, sobretudo, pela ausência de coordenação; e, finalmente, a necessidade de atuação integrada e coordenada dos órgãos federais na Amazônia.

Esta é uma questão que consideramos bastante importante: a coordenação e a integração do órgãos que têm atuação na região. Sabemos hoje que muitos dos órgãos atuam na região, mas o fazem de forma isolada e até mesmo distante. Em conseqüência, os resultados nem sempre são os desejados.

Em conseqüência dessa exposição de motivos, o Presidente da República baixou três diretrizes, sendo que à Secretaria de Assuntos Estratégicos coube coordenar e implementar o Sistema Federal de Coordenação - naquela época o nome era esse. Mais tarde, com o desenvolver do processo, veio a ser batizado de Sipam (Sistema de Proteção da Amazônia), com vistas à atuação integrada dos órgãos governamentais para suportar o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental da região, ressalvada a competência do Ibama.

Ao Ministério da Aeronáutica coube implementar o Sistema de Vigilância da Amazônia, integrado ao Sistema Nacional de Integração, que hoje é o Sipam. E ao Ministério da Justiça coube estruturar um conjunto de medidas que o permitam integrar-se ao sistema de forma a habilitá-lo ao (?). Com relação à diretriz dada ao Ministério da Justiça, este está desenvolvendo hoje um projeto bastante amplo, um projeto pró-Amazônia, com vistas à integração do Ministério da Justiça ao Sipam-Sivam. É um projeto amplo e está sendo assessorado pela Comissão do Sistema de Vigilância da Amazônia.

O Sipam tem por objetivo integrar, avaliar e difundir conhecimentos que permitam ações globais e coordenadas dos órgãos governamentais na Amazônia. Nos resultados decorrentes da implementação das diretrizes políticas estabelecidas. Nosso sistema é aberto, ou seja, vai evoluir durante a implantação. Os equipamentos serão aperfeiçoados, serão aprimorados, também por força contratual, que estabelece que os equipamentos a serem incorporados ao Projeto (?). Por isso, é um projeto aberto. É multidisciplinar, integrado à proteção da Amazônia. E está vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos por ter sido considerado, na ocasião, um projeto de natureza estratégica.

As principais áreas de contribuição do projeto serão a proteção ambiental, o controle da ocupação e do uso do solo, a vigilância e o controle de fronteiras, a prevenção e o controle de endemias e epidemias, a atuação da defesa civil, a verificação e o combate às atividades ilícitas, a proteção das terras indígenas, a vigilância e o controle do tráfego aéreo, o apoio ao controle e à circulação fluvial e o apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento.

As entidades que vão participar do Sipam-Sivam serão os órgãos governamentais federais - basicamente quase todos os ministérios e os órgãos que os compõem -, os órgãos governamentais estaduais, as municipalidades e as entidades afins - as faculdades, universidades, os institutos de pesquisa, e assim por diante.

A estrutura do sistema será mais ou menos dentro desse esquema, começando num nível mais baixo, que é o que chamamos de órgão menor. Aqui já existe uma evolução, até mesmo para atender a uma demanda dos Estados. Os órgãos menores são o que chamamos de órgãos usuários. Os órgãos usuários farão com que o sistema seja capilar. Esses usuários receberão do projeto um "kit usuário", que vai permitir a capilaridade do sistema. Hoje são em torno de 900 kits. As autoridades de vigilância são os que trabalham nas estações meteorológicas e unidades de telecomunicações.

No ano passado, quando começamos a levar o projeto aos Estados, atendendo a uma demanda dos próprios governadores, houve a necessidade de criarmos o que hoje chamamos de unidade estadual. Estavam previstos inicialmente três centros regionais de vigilância: um em Manaus, um em Belém e um em Porto Velho. Houve uma coordenação até justa de outros Estados que não teriam como operar o sistema de maneira mais eficiente. Atendendo a essa demanda, criamos o que chamamos de Unidades Estaduais. Elas estarão aqui e serão melhor atendidas pelo sistema. Os Estados serão melhor atendidos.

E há os centros regionais, que estarão interligados aos órgãos regionais, que estarão ligados a Brasília, ao Centro de Coordenação Geral. Essa é a estrutura do sistema.

O Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), que está atrelado ao Sipam, tem por objetivo colocar, processar, produzir e difundir os dados de interesse das organizações participantes do Sipam.

Vejamos aqui os equipamentos que irão compor o Sivam. O Sivam, na verdade, representa as ferramentas do sistema. Em primeiro lugar, radares transportáveis. Teremos seis radares transportáveis. Quanto aos radares fixos, já existe um em Belém, que já existia quando o projeto foi concebido. Posteriormente, o Ministério da Aeronáutica deslocou para a região os quatro radares que já estão operando: São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Manaus e Boa Vista. E ainda faltam ser instalados mais vinte radares. O sistema todo terá um total de 25 radares. Haverá também censores de monitoração das comunicações e plataformas de coleta de dados, que serão agregadas às plataformas já existentes. Serão 200 plataformas. Quanto aos radares meteorológicos, haverá setenta estações meteorológicas de superfície, dez estações meteorológicas de altitude. Quanto aos satélites, há aqueles que já estão em órbita e os que vierem ser lançados serão integrados ao sistema. As aeronaves serão em número de três e as aeronaves de vigilância serão em número de cinco.

O projeto está previsto para ser implantado em três módulos. Até o ano 2000 está prevista a implantação do

subsistema de aquisição de dados e telecomunicações na área de abrangência de Manaus e Brasília. Depois, haverá a implantação do subsistema da área de Porto Velho e até 2002 a área de abrangência ....

O nosso objetivo era simplesmente trazer a notícia de que estamos aqui e de que estamos efetivamente iniciando a implantação do sistema, tendo em vista que no último dia 28 foram assinados os contratos de financiamento. Então, agora, o sistema está sendo realmente efetivado. E nós estamos reiniciando contatos com os Estados. Começaremos amanhã em Macapá.

Estou à disposição dos senhores para qualquer esclarecimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Agradecemos a exposição que acaba de ser feita à Comissão da Amazônia pelo Coronel Martins, da Subsecretaria de Programas e Projetos da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, a respeito do Sivam.

Vamos fazer agora um pequeno intervalo, enquanto eu me dirijo ao gabinete do Superintendente da Sudam para receber o Sr. Governador do Estado, o Dr. Almir Gabriel, que vai fazer o encerramento solene desta reunião.

Faço um intervalo de dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Está reaberta a sessão, que foi iniciada à 16h para ouvirmos os debates que aqui se travaram em torno da política de desenvolvimento para a Amazônia. Tivemos a oportunidade de assistir a exposição do Dr. José Rezende, representante do Ministério do Planejamento e contamos com a participação de diversos debatedores.

E agora tenho a honra de contar com a presença do Governador do Estado do Pará, Dr. Almir Gabriel, que vai fazer o encerramento solene deste seminário.

Solicito a presença do Desembargador Romão, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, para compor a mesa. (Palmas)

Tenho a satisfação de convidar para integrar à mesa o Deputado Estadual Luís Otávio Campos, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado (Palmas).

Convido também para compor a mesa o Senador Ademir Andrade, Relator-Geral da Comissão. (Palmas).

Convido a Senadora Marina Silva, Vice-Presidente da Comissão para compor a mesa. (Palmas).

Tenho a satisfação também de convidar o Dr. José Artur Guedes Tourinho, Superintendente da Sudam; o Dr. José Seixas Lourenço, representante do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; o Dr. José Resende, representante do Ministério do Planejamento e Orçamento; o Dr. Marcos Correia Lins, representante do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária; e o Brigadeiro Ottomar Pinto, Prefeito de Boa Vista. (Palmas)

Solicito aos Secretários de Estado, diretores de estabelecimentos de ensino do Estado, representantes de Governadores e de Prefeitos, Senadores, Deputados Federais e Estaduais a gentileza de tomarem assento à bancada situada à frente da Mesa Diretora dos trabalhos.

Sr. Governador do Estado do Pará, Dr. Almir Gabriel; Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará; demais autoridades que compõem a Mesa e outras autoridades presentes, minhas senhoras e meus senhores, com a palestra do Governador Almir Gabriel, estamos encerrando os trabalhos deste Seminário da Comissão da Amazônia do Senado Federal, que se reuniu na Capital do Estado do Pará durante os dias 25 e 26 de agosto do corrente.

Em que pese lamentarmos a ausência de algumas autoridades previamente convidadas, temos a satisfação de proclamar que os resultados obtidos durante esses dois dias dos nossos trabalhos foram altamente proveitosos para a nossa Comissão. Tenho a mais absoluta convicção de que os Senadores que integram a Comissão da Amazônia envidaram todos os esforços no sentido de que este Seminário realmente tivesse a projeção que todos nós desejávamos.

Além disso, podemos assegurar que o Relator desta Comissão, o nobre Senador Ademir Andrade, vai dispor de todos os elementos e de todos os subsídios para elaborar seu relatório, a ser apresentado depois à nossa Comissão, para ser avaliado e votado. Se for aprovado como espero, será encaminhado à Presidência do Senado Federal para, posteriormente, ser oferecido ao Governo Federal como uma contribuição valiosa para a elaboração de um projeto de desenvolvimento integrado para a nossa Região.

Tenho certeza de que o Congresso Nacional está cumprindo com o seu dever ao procurar auxiliar o Poder Executivo não só no equacionamento dos graves problemas que atingem a nossa Região, mas também na solução desses mesmos problemas.

Os debates aqui travados foram de alto nível, tivemos a participação de representantes dos Ministérios da Fazenda, do Meio Ambiente, da Reforma Agrária, do Planejamento, da Secretaria de Ação Social do Ministério da Previdência e Ação Social, tivemos debatedores, entre os quais representantes da classe empresarial da Amazônia, professores universitários, Deputados Estaduais, Federais, Senadores, representantes de entidades não governamentais, de sindicatos, da Contag, enfim, de todos os segmentos sociais que integram a nossa Região.

De modo que foi um seminário muito proveitoso e por isso quero parabenizar não só a nossa Comissão pelo sucesso deste evento, como também o Superintendente da Sudam, Dr. José Guedes Tourinho, que nos ofereceu todas as condições, desde a cessão deste auditório, com toda infra-estrutura, aos funcionários, que ficaram quase que diuturnamente à disposição da Comissão para orientar e fornecer os elementos indispensáveis para que este seminário pudesse ter o êxito que obteve.

Gostaria de agradecer o Governador Almir Gabriel, porque a sua equipe também esteve aqui colaborando conosco, enfim, todas as autoridades que participaram, direta ou indiretamente deste evento.

Agora, tenho a honra e a satisfação de passar a palavra ao Dr. Almir Gabriel, Governador do Estado do Pará, para fazer o encerramento oficial deste encontro.

O SR. ALMIR GABRIEL - Exmº Sr. Senador Nabor Júnior; Sr. Presidente da Assembléia, Deputado Luís Otávio; Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, demais membros da Mesa; Srs. Senadores; Srs. Secretários de Estado; Srs. Deputados Estaduais; minhas senhoras e meus senhores, em primeiro lugar, quero fazer pública a minha alegria de rever um companheiro do Senado que se fez respeitar pela competência, pela serenidade, pela experiência política, enfim, por todas as qualidade que se pode requerer de um homem público, que é o Senador Nabor Júnior. Fico muito feliz de poder reencontrá-lo e considero um honra para o Pará a sua presença.

Em segundo lugar, quero parabenizar também o Congresso Nacional, especialmente o Senado, pelo fato de promover este encontro, debatendo questões especiais da Amazônia no contexto nacional.

Em terceiro lugar, quero dizer que manifesto todo o interesse em que os resultados deste encontro possam servir para o Senado, para o Poder Executivo e para a Nação brasileira como um todo.

Gostaria de colocar, Senador Nabor Júnior, alguns aspectos. Quando V. Exª tratou de me informar que aqui seria realizado o encontro e me relacionou os temas, confesso que

fiquei preocupado e lhe transmiti, inclusive por telefone, que os temas me pareciam genéricos: falar sobre renda e emprego, meio ambiente, questões sociais como reforma agrária, desenvolvimento e estrutura ligada a transportes, pareceu-me um pouco temerário como elemento, base ou tema para discussão, em termos do que se poderia prever ou propor para levar ao Senado Federal e ao conhecimento de toda a União Federal as resoluções ou as decisões aqui tomadas.

Tive essa preocupação em função de um dado que considero importante: tivemos o Presidente Fernando Henrique aqui em Carajás, depois em Manaus, e ainda em uma outra reunião em Brasília, com Governadores, Parlamentares, Senadores e Deputados. Essas reuniões trataram, de maneira bastante objetiva, da forma como considerávamos as possibilidades de o Governo alavancar o desenvolvimento da Amazônia.

Naquele momento, disse o que vou repetir agora: felizmente, a Amazônia não teve o impacto bastante grande, significativo, dos paradigmas que existiam para o desenvolvimento.

Quando tantas pessoas lastimam que a industrialização na Amazônia não chegou a tomar uma velocidade grande nem uma difusão significativa, quando tantas pessoas lastimam que tanto da sua área foi ocupada e mal ocupada, fico pensando que, felizmente, tal não aconteceu. Felizmente, pelo fato de que tão pouco se sabia sobre as questões ambientais. Não valeria a pena, ou teria valido muito pouco, se toda a extensão territorial na Amazônia tivesse sido ocupada em um projeto industrial radical, que fizesse uma transformação muito grande nela própria.

Tendo em vista os danos ambientais que foram provocados pela alavancagem do nosso desenvolvimento, fundado numa indústria de substituição de importações na Amazônia, fundado em um projeto agropecuário devastador e que teve a insanidade de distribuir muita terra para poucas pessoas - e não vender terra para a grande quantidade de pessoas que precisavam dela -, quando não se sabia bem o uso dessa terra, no meu entender, dizer que a Amazônia não teve um progresso extraordinário nesse tempo, embora tivesse tido um progresso, acaba sendo uma felicidade. Acaba sendo uma felicidade que permite hoje, com o que se conhece do Ouro Verde e com a reformulação da economia mundial, um repensar da Amazônia, um repensar absolutamente indispensável; um repensar levando em conta que não é mais possível provocar ou promover o desenvolvimento de uma região tendo como paradigma uma base industrial em que, para geração de cada emprego, deva-se dispor de R$ 1 milhão.

A possibilidade que hoje existe, quer no Brasil, quer na economia mundial, coloca a real condição de repensarmos essa nova fórmula de uso de menor volume de recursos para a geração de maior número de empregos.

O segundo ponto que me parece muito importante é que, ainda que estejamos longe da condição de saber todas as repercussões ambientais, chegamos mais perto. Temos satélite que é capaz, hoje, de permitir que se possa fazer um acompanhamento mais adequado e que se possa dizer que toda a regionalização que se pretende é necessária, mas não suficientemente indispensável para permitir o alavancagem do nosso desenvolvimento.

Eu diria que, nessas questões de Amazônia, estamos vivendo a mais extraordinária oportunidade que essa região já viveu até hoje, pelo fato de estarmos a par de novos conhecimentos e de termos a possibilidade da geração de emprego em maior número, com menor quantidade de recursos.

O outro ponto, a análise que se põe é como a própria Amazônia pode se integrar ao Brasil ou o Brasil à Amazônia. Não importa como possamos olhar. O fundamental é que, neste momento, existe uma preocupação substancial que não devemos perder de vista e ela não está fundada propriamente na questão amazônica, mas numa outra questão que é absolutamente séria e importante: na medida em que o desenvolvimento industrial e o desenvolvimento mundial se fundam no conhecimento, as possibilidades que têm o Sul e Sudeste, as possibilidades que têm as economias e as sociedades que dispõem de maior conhecimento de se desenvolverem com velocidade maior do que as Regiões Nordeste, Centro-Oeste e Amazônica colocam para nós uma condição absolutamente essencial, no sentido de se evitar que o crescimento do Sul e Sudeste e a globalização da economia acabem resultando no aumento das desigualdades entre as regiões menos desenvolvidas econômica e socialmente, e acabem resultando num abismo entre as classes sociais.

Então, temos que definir muito claramente os parâmetros dentro dos quais podemos trabalhar. Devemos definir muito claramente as responsabilidades dos Municípios, dos Estados e da própria União Federal, e é inegável que a participação da União Federal é fundamental no sentido de buscar a redução das desigualdades, quer no plano da região, quer no plano das classes sociais.

É dentro dessa perspectiva que espero tenha sido realizado este Seminário; é dentro dessa perspectiva que considero fundamental que todos possamos usar e ter uma linguagem única, que parta do princípio, que considero básico, de o Brasil dispor de um projeto estratégico para o seu próprio desenvolvimento.

Lembro que, em vários discursos que fiz no Senado, coloquei, exatamente que neste País, infelizmente, todas as pessoas querem copiar, ou fazer, ou dar palpites sobre todas as coisas. Por quê? É possível que estejam certos, é possível que estejam errados, pelo fato de que este País ainda não tem um projeto estratégico do seu desenvolvimento.

Acho que, como diz o Presidente Fernando Henrique Cardoso, nos aproximamos mais desse projeto estratégico de desenvolvimento. E coloco na minha cabeça algumas possibilidades que considero extraordinárias.

A primeira é que este País, entre 2010 e 2020, terá a melhor distribuição etária do mundo, em qualquer de suas épocas: seremos 15 milhões de pessoas acima de 65 anos; teremos 50 milhões de pessoas com menos de 14 anos; e seremos 130 milhões de pessoas economicamente ativas. Para cada dois economicamente ativos, teremos um socialmente dependente; de outro lado, se tivéssemos um modelo antigo para o desenvolvimento, que exigia US$ 1 milhão para cada emprego gerado, certamente, a equação econômica de absorção dessa mão-de-obra que se cria - de 1 milhão, 1 milhão e 800, 2 milhões por ano -, ao longo desse tempo, seria tão pesada, tão difícil do ponto de vista econômico, que teríamos uma frustração muito grande.

Estamos convivendo, portanto, com uma passagem extraordinária de mudança que permitirá ao Brasil incorporar significativos contingentes da população no seu próprio desenvolvimento e para o seu próprio desenvolvimento. Entendo que agora, mais do que nunca, é fundamental rever os modelos anteriores. É fundamental rever a ação do Estado, o papel do Estado, o papel da própria sociedade na construção desse projeto estratégico que leva o Brasil a ter uma população ativa incorporada no seu desenvolvimento e ter, por isso, por essa atenção, a redução das desigualdades entre as classes sociais e a redução das desigualdades entre as Regiões.

No que respeita a nós, o povo da Amazônia, o que discutimos com o Presidente da República, o que discutimos àquela época foi que era absolutamente importante e indispensável fazermos com que, em primeiro lugar, a região pudesse ser vista como um todo; em segundo lugar, que se pudessem ter dois grandes eixos de primeira aglomeração, que

seria o eixo com o Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso, e, do outro lado, o Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre.

A partir desses dois grandes eixos, teríamos a possibilidade de fazer uma integração, do ponto de vista energético e de transportes, que permitiria um melhor uso de nossos bens naturais com o menor dano possível à própria sociedade, especialmente ao nosso meio ambiente.

Creio que os dados oferecidos permitiram ao Governo levar adiante determinados programas que me parecem interessantes: a hidrovia do Madeira, a utilização da rodovia que vai de Manaus até Roraima e à Venezuela, pelo eixo a oeste, a integração a leste por via do Tocantins-Araguaia, a transposição do Tucuruí, a transposição da hidrovia do Marajó que constituem, sem dúvida, elementos fundamentais para que esse desenvolvimento possa se processar.

De outro lado, a questão energética fundada em Urucu, e a questão energética que diz respeito ao Pará, pela melhor utilização de Tucuruí, quer para internalização dos benefícios para o Estado do Pará, quer para beneficiar também outras regiões, inclusive o Tocantins e a região central do Brasil até Brasília, sem dúvida constituem elementos de muita importância, sobre os quais o Governo Federal já tem dedicado bastante preocupação.

Lastimamos e lamentamos profundamente que este País, esta região, até este Estado tenham falado tanto de projetos, mas que na verdade não eram projetos, eram apenas idéias: a idéia de se fazer a eclusa, a idéia de se fazer isso, a idéia de se fazer aquilo. Na hora de fazermos um dimensionamento concreto do custo, do início e fim das obras, na maioria das vezes nos deparamos apenas com um enfileiramento de idéias.

Em torno das idéias, há coisas absurdas: a transposição de Tucuruí, por exemplo, estimada em R$480 milhões. Lembro-me de quantas vezes apresentei emenda ao Orçamento no sentido de concluir a eclusa. A análise mais aprofundada mostra hoje que essa eclusa pode ser feita por R$150 milhões a R$200 milhões. Provavelmente, poderia ter sido feita em condições muito melhores, há mais tempo, sem problemas, se o projeto não fosse de empreiteira, se fosse realmente do próprio País, da própria região. Outro exemplo que dou: o da energização do Pará. Quando chegamos ao Governo do Estado, o "projeto" que nos foi apresentado era de R$1,3 bilhão; nós vamos poder energizar o Estado do Pará com R$450 milhões, ou seja, por um terço do valor anteriormente fixado.

Então, isso tudo reflete a mudança de postura dos Governos, em que é absolutamente indispensável a participação do Parlamento, absolutamente indispensável a participação da sociedade e absolutamente indispensável a participação do Poder Executivo. Nesse sentido, considero muito importante que o Governo Federal repense, tome em conta a absoluta necessidade de transferir maior volume de recursos para a Amazônia.

Agora, temos um arcabouço de conhecimento; agora, temos um projeto estratégico para a região; agora, precisamos ter a vontade política unida, no sentido de que a União Federal, tendo tantas coisas para fazer, em tantas regiões - Nordeste, Centro-Oeste -, não deixe para depois o tempo da Amazônia. O tempo da Amazônia é agora. A sua possibilidade é exatamente neste momento, quando se podem definir os projetos essenciais para o seu desenvolvimento e quando temos um horizonte claro do que pode acontecer em relação às nossas possibilidades.

Entendo, nesse ponto, que entra um elemento de fundamental importância e o principal de todos: é a questão do nosso homem, o homem da Amazônia, o homem que veio de fora para a Amazônia. Entendo que os problemas sociais que possam ser desenvolvidos em nossa área têm que tomar em conta a questão da terra, a questão da saúde, a questão da educação e tantas outras questões que preparam melhor o uso de toda a infra-estrutura econômica que se pode realizar nessa região. As preocupações com a hidrovia em desfazer das rodovias, as preocupações com outros métodos de uso dos nossos bens naturais, sem dúvida nenhuma são preocupações que só terão efeito se a eles se juntar, também, a preocupação maior com as pessoas que vivem ou que procuram viver em termos da nossa Amazônia.

Espero, com absoluta sinceridade, que esse Seminário possa ter reunido idéias, possa ter discutido tensões, mas que ele possa ter pensado e, objetivamente, sobre como, porque e como fazer. Entendo que se as idéias são no sentido de levar para Orçamento federal, sem dúvida nenhuma, a resposta estará feita. Sim, a idéia é apenas o levantamento. A discussão, o debate, certamente não terá sido tão frutífero. Acredito que será extraordinariamente frutífero se o Senado Federal, se o Congresso Federal se reunir e apresentar propostas concretas para o Ministério do Planejamento, para os demais órgãos e se apresentar a ocasião do exame do Orçamento da República para que esse exame do Orçamento permita incluir nele aqueles projetos que por isso ou por aquilo deixaram de ser colocados dentro da Proposta Orçamentária do Governo Federal. Esta colaboração, certamente, será muito significativa, será extraordinária, e mais extraordinária na própria Medida que contemplam aqueles projetos que sejam integradores da própria região. O Pará desenvolver-se-á, se não olhar muito Maranhão, Mato Grosso e Tocantins. A Amazônia desenvolver-se-á se não olhar muito os Estados do Acre, Rondônia e Roraima. Mas nós nos desenvolveremos muito mais na medida em que possamos estar de mãos dadas, na medida em que possamos estar, em conjunto, articulando o progresso e articulando o desenvolvimento de toda a região, vista de maneira harmônica e integrando-a ao conjunto da Nação brasileira.

Tenho certeza de que o Dr. Fernando Reseñde representou aqui o Ministério do Planejamento e que está ligado a órgãos de pesquisas e de muita importância para o Brasil. Não deixará de repetir, como os demais representantes dos demais Ministérios, da absoluta e imperiosa necessidade de não deixar a Amazônia, o Nordeste e o Centro-Oeste num descompasso em relação àquilo que, naturalmente, acontecerá, que é a aceleração do desenvolvimento do Sul e Sudeste em desfavor do restante do País.

Entendo, por tanto que conhecemos, por tanto que já trocamos de idéias, por tanto que na Constituinte tivemos a oportunidade de trabalhar, como o Seixas Lourenço, como Marcos Luiz e como outros representantes dos Ministérios, que a questão amazônica não é uma questão apenas de romance, de verso e de literatura, mas a questão amazônica é, antes de mais nada, a questão da gente, das pessoas e que é absolutamente indispensável ter do Governo Federal a significativa ajuda na sua transformação, não por esmola, não por favor, não por piedade, mas pelo reconhecimento de que esta é uma área da maior importância para o Brasil. Esta é uma área de maior importância para todo o mundo e que, por isto mesmo, merece de todos a consideração e o esforço e tenho certeza de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso contribuirá bastante nessa direção.

Parabéns, Sr. Senador Nabor Júnior. Parabéns, Srs. Senadores. Parabéns a todos aqueles que contribuíram. Eu tenho certeza de que o papel de cada qual terá sido muito importante para a história das nossas terras.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 19h55min.)

COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 475, DE 1996-SF, DESTINADA A **"DEFINIR UMA POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DA AMAZÔNIA"**

Ata da 9ª Reunião
Realizada em 04 de setembro de 1997.

Aos quatro dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e sete, às dez horas, na sala 13 da ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, reúnem-se os Senhores Senadores Nabor Júnior, Ademir Andrade, Jefferson Peres e Emília Fernandes, membros da Comissão Especial "Amazônia Urgente". Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente, Senador Nabor Júnior, passou a palavra ao expositor Dr. José Cesário de Barros, consultor do Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal , que discorreu sobre o programa de Defesa Ambiental da Amazônia através de Consórcios Ecológicos. Em prosseguimento o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Relator, Senador Ademir Andrade, que indagou o expositor sobre o consórcio por ele analisado, tendo o expositor explicado que este consórcio se divide em duas partes: uma em termos de arrecadação de recursos e a outra em termos de aplicação destes recursos, explicando a sistemática de como isto é aplicado. A seguir, foi dada a palavra ao Senador Jefferson Peres que também discorreu sobre a problemática dos empreendimentos agroflorestais, piscicultura e minero- metalúrgicos. Finalmente, usou da palavra a presidência da Comissão que agradeceu ao expositor e solicitou que fossem enviado ofício à Assembléia Legislativa do Pará, solicitando cópia do depoimento prestado recentemente pela Dra. Flora Valadares, Presidente do Banco da Amazônia, naquela Casa Legislativa. E não havendo nada mais a tratar foi encerrada a reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte da mesma.

Senador Nabor Júnior
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Damos início a mais uma reunião da comissão temporária criada através do Requerimento n.º 475/96 e destinada a definir a política para o desenvolvimento econômico-social da Amazônia.

Consta da pauta a exposição do Dr. José Cesário de Barros, consultor do Ministério do Meio-Ambiente e Amazônia Legal, sobre o programa Defesa Ambiental da Amazônia Através de Consórcios Ecológicos.

Passo, então, a palavra ao Dr. José Cesário, que fará a exposição do seu projeto para a devida avaliação da nossa comissão.

O SR. JOSÉ CESÁRIO DE BARROS - Srs. Senadores Nabor Júnior; Ademir Andrade, Relator do projeto; Jefferson Péres, do Amazonas; minha querida filhinha e meus amigos, é com muito prazer que estamos aqui hoje, a convite desta comissão para apresentar um estudo que já estamos fazendo há pelo menos sete anos, talvez há mais tempo, desde de 1985, quando deixamos a Sudhevea, a qual tivemos a honra de dirigir por oito anos. Vínhamos pensando nas dificuldades, nos problemas, principalmente daquelas pessoas que vivem no interior, mais especificamente no Vale do Juruá, Purus, Madeira, alto Solimões, em todo Estado do Acre e em parte de Rondônia, que sempre viveram da exploração, eu diria, sustentada dos recursos naturais da Amazônia.

Tivemos um prazer muito grande ao retornar, depois de doze anos, ao Acre, a convite da Sudam, para apresentar esse estudo no **workshopping** que essa superintência achou por bem realizar em Rio Branco.

Naquela oportunidade, não havíamos visitado, ainda, o interior do Acre, e tivemos, após o **workshopping**, a oportunidade de visitar alguns Municípios desse Estado, tradicionalmente produtores, no passado, de borracha natural. Nessa oportunidade, pudemos identificar que está havendo, de fato, uma preservação, mas trata-se de uma preservação muito grande da miséria daquelas pessoas que ali vivem.

Desculpe-me o Senador Nabor Júnior, que é do Acre e conhece tão bem a região, mas, com certeza, pelo conhecimento que tem e pelas visitas que faz, poderá confirmar essa nossa informação. O fato importante é que, quando se fala em biodiversidade, em desenvolvimento sustentável e em biotecnologia, o caboclo não está sabendo do que se trata. O que lhe está faltando, e muito, é o básico, o principal.

Há uma tentativa que, inclusive, considero da maior importância. Falo com muita espontaneidade porque o Governo, no passado, me fez conhecer aquela região, e me fez conhecê-la bem. O Governo me permitiu viajar - porque me pagava para isso e, inclusive, pagava o transporte, o avião e até o barco - e conhecer não as capitais da Amazônia, mas todos os Municípios do Juá, do Purus, do Madeira, não só no Amazonas, mas também no Acre e em Rondônia, de ponta a ponta.

Esse conhecimento e essa visão de ocupação da região desde a época do Sr. Manoel Urbano, do período áureo da borracha, de quando a Malásia tornou-se o principal produtor de borracha, mas em que os Estados Unidos e a Inglaterra continuaram querendo a nossa borracha, principalmente dos altos rios, porque tratava-se de uma borracha de melhor qualidade que as produzidas no Oriente. Sabemos que tivemos todo o período de colonização baseado nessa matéria-prima importante. Portanto, conhecemos essa região e ficamos surpresos ao vermos, agora, Senador Nabor Júnior, as dificuldades imensas que estão lá. Por isso, quando digo que as reservas extrativistas são importantes, quero dizer que se trata de forma não só de preservação, mas também de dar oportunidades para que aquelas pessoas que ali vivem tenham condições de extrair da floresta seu sustento.

No entanto, tivemos oportunidade de ver que os habitantes das reservas extrativistas estão passando por maus momentos, por péssimos momentos. Por quê? Porque os produtos não têm preço, não têm valor. Então, os produtos mais importantes da região do Acre, que são principalmente a borracha e a castanha têm dificuldades até de comercialização.

Ora, se essas pessoas estão ali para transformar, para fiscalizar ou para serem os guardiões de áreas das suas colocações, não podem naturalmente viver sem que exista alguma coisa em retribuição ao seu trabalho. Com a globalização, todos sabem, a importação da borracha ficou em níveis internacionais com padrões bem mais baixos ou inferiores àquela produzida nos seringais nativos.

Então temos de encontrar uma fórmula. Temos de procurar identificar oportunidades para que aquelas pessoas não só das reservas extrativistas. O Governo não pode montar muitas reservas extrativistas, mas pode selecionar áreas e permitir que a iniciativa privada e os donos de seringais encontrem também formas de sobrevivência, de forma que grande parte dessas famílias possam viver dignamente.

Foi assim que criamos e idealizamos os consórcios ecológicos. Mas, quando se fala em consórcio, pensa-se sempre no plantio de plantas. Contudo, o nosso consórcio é diferente. Não seria a consorciação do tipo reflorestamento de várias espécies, mas do tipo que existe quando se quer adquirir um carro ou um bem. Se queremos adquirir um carro, entramos em um grupo e nesse grupo, de 50 ou 100 cotas, cada um paga todo mês, de forma que, no final, tenha um produto. A nossa idéia é diferente, porque se querem que se preserve uma região, se

querem que as pessoas também sejam preservadas dignamente, alguém tem de pagar pelo benefício da preservação.

O ex-Ministro da Relações Exteriores dos Estados Unidos Henry Kissinger diz em seu livro, editado em 1990, que, quando o Governo americano proíbe o plantio de soja milho para evitar superprodução, indeniza os produtores com valores da ordem de três ou quatro bilhões de dólares. Ora, não adianta ficarmos apenas proibindo o corte de árvores ou a produção disto ou daquilo sem que o Governo indenize. Isso não seria justo. Por isso, idealizamos esse consórcio, a fim de que possamos cobrar pela preservação.

Qual é a estratégia do consórcio? Cada colocação, que é a unidade de produção do seringueiro, seria o grupo de consórcio. Cada cota representaria 6 hectares, porque uma colocação em média tem 300 hectares. Ora, se temos 6 hectares por cota e um grupo de 300 hectares - teríamos portanto 50 cotas por grupo -, quanto custaria cada cota de um consórcio e para que serviriam esses recursos? Cada cota custaria 6 reais por mês, durante vinte anos. Esses recursos seriam aplicados e utilizados através de um fundo em vários subprogramas através de um fundo. Esses subprogramas, que nos preocupam bastante, poderiam significar a volta de pelo menos 50 mil famílias de seringueiros para essas áreas, com o pagamento de uma bolsa ecológica para cada um no valor de um salário mínimo. Digo a volta porque, pelos estudos que fizemos, existia na Amazônia perto de 70 a 80 mil famílias se dedicando somente à produção de borracha. São estatísticas, inclusive, do próprio Ibama e da antiga Sudepe. No ano passado, esse número de famílias foi reduzido para menos de oito mil. Acreditamos que neste ano o número deve ser menor ainda.

Deixou de circular na região, ao preço de borracha de R$2,50 o quilo, perto de 75 milhões por ano, dada a redução de produção que hoje representa menos de 10% da produção existente em 1985. E essas famílias estão aonde? Estão no interior, inchando-o. Temos quadros da maior importância, mostrando que o Município de Tarauacá, Cruzeiro do Sul, Iruneté, Ipixuna, no Amazonas, têm os maiores níveis de indigência da Amazônia, o que representa algo em torno de 42% da população como população indigente, isto é, aqueles que ganham de zero a um salário mínimo.

Imaginem os senhores que algumas dessas pessoas continuam lá e outras já foram para Manaus, ou seja, procuraram outros lugares, outras oportunidades, inchando Manaus. No caso do Pará, formando aquelas grandes áreas ocupadas ou invadidas. Só na região metropolitana de Belém existem 150 áreas invadidas. E esse estudo mostra que no Município de Ananindeua existem apenas 7 ou 8 mil famílias de indigentes.

Já que trabalhei no Pará, como presidente de uma companhia de habitação, conheço o PAAR, onde existem 6 mil famílias que invadiram um conjunto. E só em Ananindeua há mais de 50 mil famílias vivendo indignamente.

Portanto, esse subprograma seria praticamente o retorno de várias famílias aos seringais, ou seja, porque não encontram opções, retornam em condições diferentes daquela época de escravidão, da época de sofrimento maior. Esse é o primeiro subprograma.

O segundo subprograma seria criar nessas cidades núcleos hortiagroflorestais, para que, aproveitando aquelas áreas desmatadas, pudéssemos executar pequenos projetos hortiagroflorestais, onde, além das árvores frutíferas ou de alguma horticultura, poderia ser feito também o consórcio com árvores economicamente importantes para a região. Seria um subprograma que não desmataria, mas aproveitaria aquelas áreas já desmatadas próximas aos municípios, já que há alguns locais degradados, ou seja, existem muitas áreas degradadas na Amazônia.

Poderia dizer que exemplos como esse já existem no Acre, como é o Recre, que pertenceu ao Acre, e hoje pertence a Rondônia, e que aproveitou informações importantíssimas de uma outra empresa que está localizada próxima a Rio Branco, chamada Bonal, a qual faz um consórcio com o palmito, seringueira e leguminosas e aonde existem vários experimentos com árvores nativas e árvores vindas de fora, como a Teca da Índia, que é uma das principais espécies brasileiras.

Estamos entregando um documento aos Srs. Senadores, mas esse subprograma ainda não está dimensionado por falta de mais elementos - e estamos procurando. Os demais subprogramas visariam muito a parte social, ou seja, a educação dos seringueiros, os agentes ecológicos. Essas famílias seriam os agentes ecológicos, na parte da saúde e do abastecimento, e o programa envolveria recursos nos próximos cinco anos, de forma escalonada, não de uma vez só. A cada ano colocaríamos pelo menos dez mil famílias. Essa é a idéia do projeto. Portanto, em cinco anos, teríamos, com todos os subprogramas que aí estão previstos, a necessidade de recursos da ordem de um bilhão e oitenta milhões de reais.

Após cinco anos, haveria a manutenção desse programa por mais quinze anos, e teríamos a necessidade de aproximadamente seis bilhões de dólares. Os senhores haveriam de perguntar: "e os recursos para isso"? Já disse que uma parte para isso viria dos consórcios ecológicos, mas haveria uma outra fonte, que seria uma taxa de organização do meio ambiente da Amazônia, a qual incidiria sobre todos os produtos produzidos por indústrias poluentes seja pneumática, siderúrgica, mineradora, extrativa mineral ou vegetal, de cigarro ou de fumo. Toda a indústria poluente pagaria o imposto de 0,5% sobre o seu produto **ad valorem.**

O consórcio seria utilizado - não estamos vendendo a Amazônia; é bom que se explique claramente isso - em áreas de Governo ou em áreas arrendadas de proprietários que morem na Amazônia os quais seriam pagos pelo arrendamento. O consórcio seria comercializado ou vendido para interessados na conservação do meio ambiente fora do País.

Criaríamos a Taxa de Organização do Meio Ambiente da Amazônia, e, para cada R$1,00 arrecadado com esta taxa, seria naturalmente negociado com esses países ricos, principalmente PP-G7*, a necessidade de aporte de também R$1,00. De forma que teríamos na proporção de 1 para 1 ou **fifty-fifty**.

Essa idéia apresentamos no Acre e a discutimos com algumas lideranças daquele Estado. A população está numa fase de dificuldade muito grande, principalmente os que ainda vivem do extrativismo. Não queremos que o documento seja o melhor, o mais importante do País, mas queremos que seja uma contribuição para o debate que se trava em todo o mundo, em fóruns, em **workshoppings** e em seminários. Na verdade, precisa-se da presença do Governo, de técnicos como nós. Precisamos ir lá na Amazônia para, nessas reuniões, criarmos mais sensibilidade por aquele povo que não pode pagar o preço alto de estar lá, sem ter as condições necessárias.

Temos informações de que o Vale do Purus, por exemplo, praticamente está vazio. Há populações que estão próximas às sedes municipais porque foram expulsas dos locais onde nasceram, viveram e trabalharam. Nem regatão passa lá. Sempre achei o regatão um mal necessário. Muitos diziam que era maléfico; sempre o considerei importante pela minha vivência e experiência. Identificamos que esses regatões, para o Pará - não há preço para o produto e muitas vezes não há condições de levar o medicamento, o Melhoral, o querosene, o sal, o açúcar - foram abandonados por essas famílias. Mas estão prontos e abertos para serem usados nesses nossos grandes vales e rios, quem sabe até mesmo para aviões anfíbios que executam o que de pior existe para a humanidade, que é o tráfico de entorpecentes. Não estou fazendo uma denúncia, embora tenha

informações de amigos meus, do Amazonas, que têm seringal como é o caso do Sr. Gustavo Assaid, que tem uma pista de pouso abandonada e naturalmente freqüentemente visitada.

Urge tomarmos uma providência. Gostaríamos que o nosso documento, que é bastante consolidado com informações, fosse analisado com profundidade. Temos dados básicos que nos permitem pensar em algo grandioso.

Enquanto não se dá o preço aos produtos extrativos são necessárias duas coisas: primeiro, encontrar uma forma de retribuir nossa presença marcante na Amazônia e nas nossas fronteiras. E, a outra, mediante estudos que poderiam ser antecipados para identificar, de fato, os produtos da floresta que podem ter mercado não só no Brasil, mas também no exterior.

Trouxe muitos **slides** e muitas informações. Mas gostaria de mostrar umas fotos da nossa recente viagem por meio de retroprojetor.(Pausa)

Essa foto do nosso documento mostra o plantio de pupunha, com 20 meses, no Acre, já em condição de corte para a produção de palmito, encontrado no mercado do centro-sul do País.

Aqui, a capa do nosso documento de defesa, por considerarmos que isso representa um desenvolvimento sustentável da maior importância.

Falando em pupunha, temos uma seqüência de fotos: um viveiro de uma propriedade; um consórcio de seringueira - um cidadão plantou a pupunha no sentido de salvar o seu investimento já que o preço estava muito baixo. Hoje, mesmo nesse preço, ele produz borracha e pupunha. Observamos o cuidado desse cidadão com plantas leguminosas junto a esses dois plantios que é da maior importância, em termos de fixação de nitrogênio no solo, assim como da sua proteção.

Aqui temos a pupunha sendo cortada para ser industrializada. Ainda há as capas, que serão retiradas no processo de industrialização, no Acre, e serão exportados para São Paulo, para supermercados, etc.

Faltam seringais no Acre. Os seringais de cultivo, que tanto foram debatidos e fiscalizados, depois de 1985, pela Nova República. Identificamos que esses seringais não estão melhores porque não estão produzindo por falta de preço e pelo abandono que houve pelo próprio Governo, por assim dizer.

Aqui uma foto de um seringal grande, no Acre, com mais de mil hectares, com enxerto de copo, com vários experimentos, que produz borracha.

Estou falando muito do Acre porque recentemente estive lá.

Essa é uma alternativa importantíssima: é a pimenta longa, uma planta que produz safrol, muito usado na indústria farmacêutica, odontológica e como fixador de perfume. Não substitui o óleo essencial do pau-rosa, mas possui uma aplicação muito semelhante. Fomos o maior produtor de safrol, exportando-o por meio do sassafrás.

Em 1991, o Governo brasileiro proibiu a sua produção porque eliminava a árvore e, hoje, estamos importando o safrol do Vietnã e da China, onde também se elimina a planta, que é o cinamomo. Essa planta de alto teor de safrol é encontrada no Vale do Acre. Ela rebrota, é dominante nas capoeiras e pode ser explorada em forma nativa também. Tem, portanto, um grande futuro se for plantada e domesticada. Dados da Embrapa permitem concluir que um hectare pode produzir 400 quilos de óleo por ano que, comercializados a R$6,00, resultariam R$2.400,00 por hectare/ano.

Por último, uma cadeira interessante feita com um produto da Amazônia cujo nome é cipó titica(?). Ocorre muito nesta região, próximo a Brasília, em Alexânia, onde recebe o nome de vime. É um produto que conseguiram industrializar, com imersão em soda cáustica, com vários modelos de móveis que poderiam ser uma alternativa. Esse material bruto tem vindo do Pará.

Srs. Senadores, foi um prazer estar aqui com V. Exªs, trouxemos um documento que deixaremos aqui e estamos à disposição para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Como puderam constatar, o Dr. José Cesário de Barros deu uma contribuição muito interessante para análise da nossa Comissão. É pena que alguns Senadores tenham outros compromissos, como o Senador Ademir Andrade, que deverá viajar para Belém, e por isso o Dr. Cesário não pode se estender mais nas suas considerações a respeito desse interessante projeto que é o consórcio ecológico. Mas ele vai deixar aqui um documento para ser analisado pelo nosso Relator.

Com a palavra o Relator, Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Dr. Cesário, teremos a maior satisfação em examinar com detalhes o documento que V. Exª apresenta.

Entretanto, não consegui compreender bem a exposição de V. Sª, que falou em consórcio, divisão de áreas para consórcio. Quem seriam os donos desse consórcio? Quem pagaria para manter esse salário a cada seringueiro que voltaria para a região?

V. Sª deu a entender que esse dinheiro seria tirado das indústrias poluentes do Brasil inteiro. Se assim for, teria que ser feito mediante projeto de lei e, salvo engano, já existe projeto de lei nesse sentido tramitando nesta Casa - parece-me que um projeto da Senadora Marina Silva, em que se cobra das indústrias poluentes. Mas é um projeto de lei que tem certa dificuldade de ser aprovado aqui, até porque ele é inconstitucional, visto que dependeria muito da decisão do Poder Executivo porque não podemos elaborar leis que cobram impostos.

Gostaria que V. Exª explicasse, muito rapidamente - temos pouco tempo - porque não consegui compreender se é o seringueiro que vai pagar, se ele vai só receber, se ele vai receber R$6,00, o que representa esse valor, o que tem esse valor a ver com o 0,5% que as indústrias de cigarro, etc., pagariam.

Peço que faça uma consideração rápida também sobre o incentivo dado agora à borracha. O acréscimo de preço, o subsídio dado pelo Governo mediante pressão dos Senadores, da base extrativista do Acre e de outras regiões da Amazônia que fizeram o Governo compreender a necessidade de dar um subsídio. Gostaria que V. Sª comentasse rapidamente.

Acho que é possível que o documento de V. Sª me esclareça, mas na exposição não consegui compreender, por isso gostaria de ouvi-lo, para que pelo menos fique registrado. Nossa reunião está sendo transmitida pela **TV Senado** para todo o Brasil, e como eu não compreendi pode ser que também algumas pessoas não tenham entendido essa idéia do consórcio.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Com a palavra o Dr. José Cesário de Barros, para responder às indagações do Senador Ademir Andrade.

O SR. JOSÉ CESÁRIO DE BARROS - Senador, temos que dividir a minha proposta de consórcio ecológico em duas partes: uma em termos de arrecadação de recursos, e a outra em termos de aplicação desses recursos.

Na primeira parte, a arrecadação, teríamos duas fontes. Uma, a taxa, que se for aceita pelo Governo um dia, e enviada para o Congresso, seria a Taxa de Organização do Meio Ambiente da Amazônia, cobrada sobre as indústrias poluidoras. A outra, a venda de cotas ou grupos para o consórcio.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Relator) - Como seria isso? A venda seria feita para quem?

O SR. JOSÉ CESÁRIO DE BARROS - Quando se quer um consórcio de um bem qualquer, paga-se por mês e se recebe um produto. A idéia aqui é que alguém vai pagar - isso

seria vendido no exterior - para ter como produto a preservação da nossa floresta.

Tomamos como base uma cota de seis hectares, utilizando uma unidade de produção que é a colocação do seringueiro. Ele vai pagar R$12,00 por mês, porque representa R$2,00 por hectare, mas não vai ser dele a propriedade; ele vai pagar apenas como parte da preservação da floresta. Vai ser comercializado no exterior e vai se pagar R$12,00 por mês por cada cota ou R$3.600,00 por mês por cada colocação, onde estaria o homem vivendo. Ele pagaria, e esses recursos viriam para um fundo no Brasil.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Quem venderia esse consórcio e quem compraria?

O SR. JOSÉ CESÁRIO DE BARROS - As organizações internacionais, o próprio Banco Central mediante bônus do meio ambiente, conversão da dívida externa. O pessoal hoje não aplica recurso. O próprio governo do exterior poderia dar incentivo, como já aconteceu na década de 50, por exemplo: quem aplicasse no País em qualquer projeto de seringueira, no caso presente que foi em Mato Grosso, o governo alemão dava isenção no imposto de renda sobre os valores aplicados. Poderia haver também algum incentivo por parte dos países ricos, e quem aplicasse no consórcio ecológico poderia ter redução no imposto de renda. Creio que V. Exª, lendo o documento, vai entender com muita mais facilidade.

Quanto ao preço de R$0,90 que o Governo estipulou agora não vai adiantar nada, porque a única defesa que a Amazônia tinha para a produção de borracha era a Lei 5.227, que tinha uma taxa de organização do mercado da borracha, **mas** sua revogação praticamente deixou desamparada a produção de borracha na Amazônia. Que sejam R$0,90, não vão representar coisa nenhuma porque o mercado aberto vai preferir importar borracha do sudeste asiático, sem dúvida nenhuma, principalmente agora que as moedas lá estão mais fracas e o preço deve ser cada vez mais baixo.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Dr. José Cesário de Barros, todos sabemos o que fazer na Amazônia, o problema é como fazer o desenvolvimento da Amazônia. Todos concordam: empreendimentos agroflorestais, psicultura, empreendimentos minero-metalúrgicos. O problema é que as condições da Amazônia são muito difíceis. É uma região vastíssima, com um povoamento disperso, principalmente no meu Estado, que tem um povoamento linear disperso ao longo do rio. O constrangimento ecológico é muito sério. Na Amazônia, hoje, nem sequer se pode pensar em construir barragem porque a reação, inclusive internacional, é muito grande. Temos constrangimentos hoje para fazer empreendimentos na Amazônia.

Infelizmente, não temos conseguido seguir o caminho da Malásia, por exemplo, que utiliza três plantas nossas: duas nativas daqui, o cacau e a seringueira, e uma transplantada para o Brasil desde o período colonial, que é o dendê. A Malásia, hoje, tem uma estrutura social e econômica em seu campo invejável para nós, à base de grandes, médias e pequenas propriedades. Hoje é grande exportadora de óleo de palma, de borracha e de cacau.

A Amazônia é um desafio. Na semana passada, estive no Centro de Pesquisa da Embrapa, em Manaus, visitando para saber de suas necessidades, sobre o problema da seringueira. Os técnicos não me disseram explicitamente, mas senti um pouco de pessimismo neles. Todos os clones que se desenvolveram até hoje são atacados por microorganismos. Eles tinham muita esperança em um agora, que resistiu cinco anos sem o ataque, que ocorreu recentemente. O combate por via aérea é antieconômico; nas condições da Amazônia, não precisa nem pensar. Por incrível que pareça, até as áreas de escape, as poucas que existem na Amazônia hoje, quando ocorre a floração no período de seca, é raríssimo isso ocorrer, já sofre esse ataque. Para sorte e felicidade da Malásia esse microorganismo não chegou lá, daí o controle fito-sanitário que eles exercem que é quase paranóico. Mas eles têm razão, quando se trata de aeronaves e navios chegados de regiões atacadas pelo fungo.

O problema da Amazônia é esse, são condições próprias nossas que outras regiões não têm. Agradeço a exposição de V. Sª, que tem vasta experiência, residiu e trabalhou em Manaus por muitos anos. Assim com o Senador Ademir Andrade, vou examinar seu projeto, mas eu não teria muita coisa a debater. O que fazer da Amazônia todos sabemos; a dificuldade é como fazer, devido às condições geográficas e sócio-econômicas da Região que são muito peculiares, muito difíceis.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Sr. Presidente, apelo à Presidência para que solicite à Assembléia Legislativa do Estado do Pará as notas taquigráficas dos debates ali realizados, e o depoimento da Drª Flora Valadares, em uma sessão de anteontem, sobre a situação do Banco da Amazônia, porque creio que os dados irão interessar à Comissão.

Gostaria que nos programássemos para aprofundar nosso debate sobre a política florestal para a Amazônia. Estamos vivendo momentos extremamente importantes nessa área, o Governo está trabalhando na privatização das nossas florestas, há uma penetração muito grande da indústria madeireira malasiana na nossa região, há indefinições por parte do Ministério do Meio Ambiente com relação a essa questão. Poderíamos fazer uma reunião de debate exclusivamente sobre essa matéria. Como já havíamos entendido isso antes, sugiro que seja feito em Manaus, no terceiro final de semana do mês de outubro. Já temos alguns nomes, poderíamos ver outros, para convidar a participar dessa espécie de seminário que seria feito durante apenas um dia, em que nos empenharíamos a levar toda esta Comissão.

O nosso seminário em Belém foi, pelo menos em termos de instalação, extremamente rico. Não houve a presença dos Ministros, mas as pessoas que os substituíram apresentaram um nível de conhecimento talvez até maior do que os dos próprios Ministros, e contribuíram muito para o que queremos construir que é um projeto de desenvolvimento para a Amazônia - que governo nenhum na história deste País fez até hoje - mas que nós desta Comissão, apesar de todas as dificuldades, pretendemos fazer.

Ponderamos a esta Presidência. Sugiro a data do terceiro final de semana de outubro, porque seria suficiente para nos organizarmos. Faríamos uma reunião de caráter técnico, muito menos político do que foi nosso seminário em Belém, sobre uma questão que é extremamente importante para a Amazônia e para o mundo, um aprofundamento específico sobre a política florestal, tendo em vista que o nosso seminário não se aprofundou nessa questão porque englobou todos os temas. Deixo essa proposta à Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Junior) - Com relação à primeira proposta, a Presidência acata a sugestão de V. Exª e determina ao secretário da Comissão que envie ofício à Assembléia Legislativa do Estado do Pará, solicitando o teor do depoimento da Drª Flora Valadares, presidente do Banco da Amazônia, realizado recentemente naquela Assembléia.

Com relação à segunda proposta, peço permissão a V. Exª para debatermos este assunto na próxima reunião, com a presença de maior número de membros da Comissão, porque se trata de um deslocamento da Comissão até a cidade de Manaus, e isso vai depender da disponibilidade de alguns Senadores, do custeio das despesas por parte do Senado; teríamos que fazer uma consulta prévia a respeito disso.

Agradecemos ao Dr. José Cesário de Barros, que veio a esta Comissão com a disposição de fazer uma exposição de 2 horas e tem material suficiente para fazer realmente um desdobramento do seu projeto, que é bastante interessante. É um

assunto que está despertando interesse não só nacional, mas até internacional, que é o problema da preservação da floresta amazônica. O seu projeto visa a formação de consórcios ecológicos para preservação da floresta amazônica. Teríamos que pagar o homem que ali trabalha para continuar desenvolvendo suas atividades sem prejudicar as nossas reservas naturais. Para isso, teríamos que arrecadar recursos, e essa arrecadação, conforme ele declarou, e quero secundar suas observações, viria de pessoas físicas e jurídicas, como contribuição. Qualquer pessoa poderia contribuir com R$12,00 por mês para descontar na sua declaração de Imposto de Renda, assim como procedem entidades filantrópicas, por exemplo, que contam com o apoio da sociedade para fazer "adoções". Em Brasília, vários idosos da Casa do Ceará são adotados por famílias. Minha mulher contribui para isso; quando alguém está necessitando de alguma coisa, a entidade procura a pessoa que a adotou. Esses consórcios ecológicos seriam mantidos através de contribuições espontâneas de pessoas físicas e jurídicas, que poderiam doar a cota mínima de R$12,00, ou R$24,00, R$36,00 ou R$48,00, conforme sua disponibilidade financeira, para a preservação da biodiversidade na Amazônia.

Independentemente disso, teria também esses recursos provenientes da cobrança de 0,5% **ad valorem** das indústrias que produzem materiais poluentes, como a indústria automobilística, de fumo, etc. Além de contribuições internacionais, de governos como o da Alemanha, da Holanda, da Suécia, que são interessados na preservação da floresta amazônica.

Quando o Dr. José Cesário de Barros apresentou essa proposta no Acre, onde teve a oportunidade de detalhar melhor, aqui não teve a mesma oportunidade por causa de compromissos de alguns Senadores, eu disse, na ocasião, que era uma proposta polêmica. E o Dr. Cesário, que é consultor do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, recorda-se disso. É uma proposta que tem que ser discutida mais aprofundadamente, até pelo Ministério, porque se vai importar na criação de um imposto de 0,5% ou qualquer que seja a alíquota, isso tem que ser de iniciativa do Poder Executivo. Para isso, há necessidade de que o Ministério do Meio Ambiente encampe a proposta e encaminhe ao Presidente da República, para que ele faça chegar ao Congresso Nacional em termos de projeto de lei.

É uma proposta polêmica, mas nem por isso deve deixar de merecer o nosso estudo e a nossa apreciação, porque acredito que ela é perfeitamente viável e alcança o objetivo que todos desejamos, que é a preservação da Amazônia.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Eu quero ratificar o pedido do Senador Ademir Andrade no sentido de que V. Exª solicite à Assembléia Legislativa do Pará não apenas por ofício, mas faça um contato, se me permite a sugestão, com o presidente da Assembléia, porque o que li no jornal me deixou preocupado. Se a notícia for verídica, a situação financeira do BASA é muito delicada, pelo quadro que a Drª Flora Valadares teria pintado; ela teria dito que era lamentável que fosse obrigada a trazer a público aquelas revelações. Isso interessa a todos nós, inclusive para tomar, se for o caso, as medidas necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Nós vamos oficiar ao presidente da Assembléia, solicitando o inteiro teor da exposição feita pela Drª Flora Valadares na Assembléia Legislativa.

Agradecendo a presença do Dr. José Cesário de Barros e dos Senadores, encerramos esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h14min.)

COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 475, DE 1996-SF, DESTINADA A **"DEFINIR UMA POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DA AMAZÔNIA"**

Ata da 10ª Reunião
Realizada em 07 de abril de 1998.

Aos sete dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e oito, às dez horas, na sala 13 da ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, reúnem-se os Senhores Senadores Nabor Júnior, Ademir Andrade, Jefferson Peres, Bernardo Cabral, José Bianco, Gilberto Miranda, Gilvan Borges, Marluce Pinto membros da Comissão Especial "Amazônia Urgente" e ainda o Senador Carlos Patrocínio. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente, Senador Nabor Júnior, passou a palavra a expositora Dra. Flora Valadares, Presidente do Banco da Amazônia S/A - BASA, que passou a explicar sobre a aplicação do FNO na Região Norte. Depois de sua exposição a Dra. Flora foi questionada pelo Relator, Senador Ademir Andrade, e pelos Senadores Bernardo Cabral, Jefferson Peres, Marluce Pinto, Carlos Patrocínio, Gilvan Borges, José Bianco e pelo Presidente, Senador Nabor Júnior, a todos de maneira clara e objetiva foram respondidas as perguntas a ela dirigidas, inclusive fez um breve relato sobre a situação do BASA no momento, mostrando que o mesmo vem apresentando superávit que sustenta suas obrigações com resultados positivos. E não havendo nada mais a tratar foi encerrada a reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte da mesma.

Senador Nabor Júnior
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Está aberta mais uma reunião da Comissão Temporária criada por meio do Requerimento nº 475/96, destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia.

A pauta desta reunião é a exposição da Drª Flora Valadares Coelho, Presidente do Banco da Amazônia S.A. – Basa, sobre a aplicação do FNO na Região Norte.

Passo a palavra à Drª Flora Valadares para iniciar a sua exposição.

A SRª FLORA VALADARES - Sr. Presidente da Comissão da Amazônia, Senador Nabor Júnior, demais Senadores presentes, não vim propriamente fazer uma exposição, trouxe apenas mais um assunto para discutirmos, porque os problemas que coloquei para os Senadores e os Governadores e também para a área estadual e municipal são aqueles referentes à aplicação dos recursos do Fundo Constitucional do Norte.

Como o Banco da Amazônia é um agente de fomento federal, cuja missão principal é promover e apoiar o desenvolvimento da Região, no momento em que os recursos são destinados a uma região tão carente – ficando difícil a sua aplicação – não podemos ficar de braços cruzados observando os problemas. E que tipos de problemas são esses? Problemas de infra-estrutura, planejamento, pesquisas para a produção da região, saneamento econômico-ecológico, infra-estrutura inadequada e incompleta para a crise energética, transporte, armazenamento, assistência técnica e apoio à comercialização.

O que pretendo fazer no momento é detalhar a repercussão disso nas nossas aplicações. O Fundo Constitucional do Norte é dirigido principalmente, já seguindo as normas da Lei nº 7.827, aos pequenos produtores, porque um dos seus objetivos é diminuir a desigualdade regional e intra-regional.

O Tribunal de Contas da União vem monitorando os percentuais dirigidos a cada Estado, porque tem notado que alguns Estados, como o Estado do Pará e alguns outros, têm sido contemplados com mais recursos, enquanto outros têm apenas 1 ou 2%. Desse modo, dirigimos aos Estados e aos pequenos produtores um percentual determinado de aplicação. E como ainda não temos uma base industrial - apenas em Manaus e Belém é que existem bases industriais maiores -, nossa destinação principal é a área rural e agro-industrial, com percentual de quase 90% dos recursos dirigidos para esse segmento. E o que acontece com esse segmento que não tem uma organização tão adequada? Por força do Fundo, já começaram a formar associações, o que não existia no início, tendo sido induzido a fazer em conjunto para contar com o apoio dos outros e, a partir daí, iniciar cooperativas, já numa segunda etapa.

Não exigimos desses pequenos produtores, que não têm educação para isso, criar uma cooperativa de crédito rural. Exigimos apenas uma associação. E a liberação desses recursos é completamente desburocratizada, já que os únicos documentos que esse pequeno produtor tem que apresentar ao banco é a carteira de identidade, o CPF e uma declaração de posse mansa e pacífica da terra que está ocupando e onde será feita a sua produção. Nem propriedade nós pedimos. É uma coisa totalmente desburocratizada.

Onde é que não se pode deixar de exigir alguma coisa? Justamente na área de assistência técnica, porque a evolução da inadimplência vinha sendo muito grande no banco e a principal causa, analisando os projetos, não é o fato do produtor ter desviado – apesar de também haver desvio –, mas a falta de orientação no campo, pois, muitas vezes, o produtor usa uma muda que não é adequada para aquela região, está fora do tempo ou não era a muda correta, ou ainda usa uma semente que não está aprovada pela Ministério da Agricultura. E os intermediários, ao invés de seguirem a nossa orientação, no afã de plantar logo, não ouvem o Ministério da Agricultura e assim não têm uma orientação segura. Tudo isso, portanto, é a falta de suporte e de orientação no campo.

E o pequeno produtor, que não tem condições financeiras, não pode fazer como os grandes produtores, que contratam empresas particulares de orientação para projetos. Além disso, apesar de existir uma lei rural que diz que essa assistência é gratuita, isso não acontece.

Já conseguimos, a partir das negociações com o Grito da Terra, na Amazônia, amenizar um pouco essa situação, já que negociamos com eles um abate maior nos custos do seu financiamento, caso concordassem em pagar um percentual para que uma empresa de assistência técnica pudesse fazer o projeto. Como não havia outra saída, os produtores rurais concordaram com isso e autorizaram. Não havia uma lei. Foi um acordo bilateral, com negociações feitas com o Grito da Terra no sentido de se descontar 1,5% que seria destinado ao projeto.

Nos grandes projetos isso é feito ao longo do financiamento, para vistoria e acompanhamento de campo, mas os pequenos produtores concordaram que esse desconto fosse feito apenas para a confecção do projeto. No entanto, isso não é suficiente, porque a liberação é feita, o projeto é feito e, na hora da aplicação, não há esse acompanhamento, o que leva a uma produção errada já de saída e a uma futura inadimplência. Além disso, aquele produtor que fez tudo certo, conseguiu superar essa fase e tem a sua produção correta, não tem armazenamento suficiente. Muitas vezes nem precisa armazenar, mas também não tem um escoamento tranqüilo.

Estamos tentando partir para a verticalização da produção. Por exemplo, em Jiparaná, temos um projeto financiado de fruticultura em que fizemos a verticalização: financiamos os pequenos produtores e uma empresa para beneficiar a produção. Teriam, pois, a quem entregar e também o mercado garantido e perto. E essa empresa já tinha inclusive como colocar no Exterior. Entra aí um outro item de dificuldade, qual seja, a capacitação empresarial.

Por falta de uma capacitação empresarial, houve uma implantação inadequada. Estamos agora com uma possibilidade de novo estoque para essa empresa, no sentido de fazer com que funcione, já que houve muito problema ao longo dessa implantação.

Na Transamazônica, por exemplo, financiamos a bacia leiteira esperando que em um ou dois anos, que é o tempo em que as matrizes já estariam em condições de produzir o leite para ser beneficiado, a matriz energética tivesse chegado lá. Houve um atraso e alguns produtores já estão há mais de dois anos transformando esse leite em queijo artesanalmente, sem energia, para vender na beira da estrada a fim de pagar ao banco. No entanto, o maior problema não é pagar o banco - é claro que deve haver um retorno, porque isso é crédito -, mas o fato do fundo não ter prejuízo, porque por lei o banco tem que indenizar o fundo por essa inadimplência, podendo fechar às custas disso. Mas essa ainda não é a questão: o banco poderia ser até muito grande e conseguir indenizar tudo, mas a nossa principal missão não estaria cumprida, ou seja, não haveria melhoria, o produtor não chegaria ao fim do ciclo daquele financiamento, não teria um acréscimo de renda e, assim, não teria uma melhor qualidade de vida. Portanto, o desenvolvimento não chegou. Chegou o financiamento, que foi frustrado.

No ano passado, enviamos cartas às empresas de assistência técnica informando que caso não houvesse uma quantidade adequada não poderíamos implantar o crédito naquele local. Por isso, houve uma retração do crédito em 1997. Ficamos com um saldo de R$196 milhões, que foi colocado no ofício enviado a V. Exªs. No entanto, tenho que explicar que desses R$196 milhões, R$33 milhões são do Procera, e a aprovação dos projetos é feita por uma comissão estadual cuja condução é alternada entre o Incra e a Secretaria de Agricultura Estadual. Quer dizer, não é o banco quem decide esses projetos. Portanto, temos R$33 milhões de saldo do ano passado, que não foram aplicados por serem do Procera, que é o Programa Especial de Apoio à Reforma Agrária.

Com esses R$33 milhões, ficaríamos com R$160 milhões. Desse valor, R$45 milhões são indenizações que o banco pagou ao Fundo em 1997. A inadimplência foi tão alta que o banco teve de indenizar o Fundo.

Foi o que lhes disse: quando a inadimplência chega a determinado volume, o banco indeniza o Fundo. Assim, ele não tem prejuízo e usa esses recursos para novos financiamentos.

O nosso banco, que tem um patrimônio de R$148 milhões, pagou R$45 milhões ao FNO. Nosso lucro no ano passado foi de R$18 milhões, o que não acontecia há mais de 10 anos, mas R$45 milhões saíram dali. Esse lucro já foi baixado em função de indenização ao Fundo.

O banco deixou de ter esse lucro, mas esse não é o principal problema, porque ele está cumprindo a lei. O problema é que o pagamento desses R$45 milhões significa que alguns produtores, apesar de serem indenizados, ficaram frustrados, porque não conseguiram dar um passo adiante. Não tiveram renda e não melhoraram a sua qualidade de vida. Esse é o principal significado dessa indenização. A projeção para esse ano, tendo em vista os níveis atuais de inadimplência, é de R$73 milhões, se não conseguirmos mudar o curso da situação.

Temos, para esse exercício, R$193 milhões e mais R$231 previstos, que é um saldo alto. Estamos conversando com todos os segmentos, inclusive com os parlamentares, para que nos ajudem a melhorar a infra-estrutura. Além dessa negociação com os Estados, estamos, internamente, fazendo uma revolução para mudar tudo dentro do banco.

Diria a vocês que o banco passou por momentos difíceis recentemente. Estamos tentando reverter isso. Ficamos mais de 20 anos sem concurso público, ou seja, nosso pessoal estava se aposentando, e não havia reposição.

Fizemos um concurso no ano passado e estamos admitindo novos funcionários, que precisam de um treinamento intensivo para entrarem logo na linha de frente. Não se transformam concursados em financiadores de desenvolvimento de uma hora para outra. Estamos fazendo cursos um atrás do outro, tentando suprir essa lacuna.

Tivemos um atraso tecnológico muito grande, porque, por falta de investimento, havia carência até de máquinas, o que dificultava a agilização. Já conseguimos melhorar isso. Estamos agora, na parte interna do banco, fazendo um projeto para agilizar esse atendimento.

Mas, mesmo com essa disposição e com tudo funcionando dentro do banco, não se consegue ultrapassar as barreiras externas. O crédito é importante para o desenvolvimento, é até indispensável, mas é apenas um elo da cadeia produtiva, que vem desde a pesquisa para saber o que fazer e o local adequado para isso. Por exemplo, há demanda para o financiamento de soja na Região Norte, mas a Embrapa ainda não tem os estudos conclusivos, ainda não sabe qual a espécie de soja que deve ser plantada nem quais são os melhores locais para isso. Ainda não entramos no programa para valer, mas já existe grande demanda. Estamos esperando que a Embrapa nos dê uma base correta para direcionar nosso trabalho.

Houve um campo experimental financiado pelo Banco do Brasil, com não sei quantas espécies diferentes, para saber qual era a adequada. Estamos esperando essa conclusão, que já deve estar saindo.

Há demanda de vários produtos, mas não sabemos se o local correto é realmente aquele, porque não há zoneamento, não há pesquisa setorial adequada à produção.

Em convênio com a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, temos feito estudos setoriais por produto, mas tudo vai muito devagar porque é financiado com nossos próprios recursos, que não são muitos. Já conseguimos 10 estudos diferentes, mas não de todas as culturas. Esses são os problemas dessa aplicação.

Prefiro responder depois as perguntas. É melhor do que um monólogo, uma exposição. Não trouxe nada escrito porque penso que seria mais proveitoso conversarmos sobre o assunto e ver qual o direcionamento para essa região.

Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior.) - Obrigado, Dr.ª Flora, pela sua exposição inicial.

Concedo a palavra ao Relator da Comissão, Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Quero cumprimentar os Srs. Senadores e a Dr.ª Flora Valadares.

Compreendo a dificuldade que encontra o Banco da Amazônia na aplicação desses recursos. Gostaria de fazer algumas perguntas que poderiam esclarecer melhor essa situação. O meu Estado, evidentemente, eu o conheço bem. Sei que o Governador não tem uma visão clara do que representa o setor agrícola em nossa região, que não tem assistência técnica. A Emater praticamente faliu e não tem condições de dar prosseguimento aos trabalhos de atendimento para aplicação do FNO. Será que todos os Governadores dos nove Estados da Amazônia são incompetentes, irresponsáveis e incapazes de se associar ao Banco para fazer com que esses recursos sejam aplicados? Nenhum deles criou condições de aplicabilidade no seu Estado?

Gostaria que a senhora anotasse as perguntas. Será que todos os Governadores da Amazônia deixaram de cumprir a sua tarefa para que os recursos do FNO fossem utilizados? Não há nenhuma exceção? Será que não há um governador que saiba da existência desse recurso, vá atrás dele e crie as condições para que seja aplicado? Insisto: todos os nove foram irresponsáveis nesse processo? Para mim, isso é total falta de responsabilidade.

Em segundo lugar, gostaria de saber por que esse fato está acontecendo somente agora. Ao que me consta, o FNO, que se estabeleceu a partir de 1989, tem tido uma aplicabilidade quase total dos recursos, da ordem R$240 milhões/ano, que o Banco deve administrar. Por que, de 1989 a 1996, os recursos foram devidamente aplicados e de 1997 até agora praticamente 90% desses recursos não o foram? Por que razão a falta de técnica, de apoio e de zoneamento econômico-ecológico só começou a prevalecer agora? Dos nove Estados da Amazônia, um já apresenta zoneamento ecológico, que é o Estado do Amapá.

A SRª FLORA VALADARES - Apenas Rondônia o apresenta.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Só Rondônia? O zoneamento do Amapá está praticamente pronto.

A SRª FLORA VALADARES - Não tenho nenhuma informação acerca disso. Apenas Rondônia tem zoneamento. Outro Estado brasileiro que apresenta zoneamento é Mato Grosso, que, no entanto, não tem FNO. Só os dois da Amazônia Legal.

O SR. ADEMIR ANDRADE - O Governador do Amapá me informou que o zoneamento do seu Estado está pronto.

A SRª FLORA VALADARES - Deve estar em fase de conclusão.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Queria saber se nos outros anos sobraram recursos do FNO e qual a percentagem aplicada este ano?

A SRª FLORA VALADARES - Aplicamos 22% dos recursos.

O SR. ADEMIR ANDRADE - A senhora poderia fornecer-nos o total aplicado ano a ano, para sabermos como chegamos a esse ponto de usar apenas 22% dos recursos do FNO? Se as condições não existiam em 1997, não creio que tenham existido anteriormente.

Queria também entender a atual situação do Banco da Amazônia especificamente. Quantos funcionários e quantas agências havia quando a Srª assumiu a presidência do Banco? Quantos há hoje? Gostaria de saber também em que condições se encontram os 78% dos recursos do FNO não utilizados no ano de 1997. Estão aplicados no sistema financeiro ou não? Embora não seja obrigação do banco a aplicação desses recursos, queria compreender se são iguais as razões da não-aplicação dos recursos do FNO e dos R$33 milhões do Procera, referentes ao ano de 1997 – outro ato de irresponsabilidade e de falta de iniciativa do Governo do Estado, porque é impossível que um governador de um Estado, a despeito das dificuldades em que vivemos, saiba que dispõe de recursos e não viabiliza o processo de sua aplicação.

A senhora disse que o sistema é simples, que não há burocracia. Gostaria de dar um testemunho de um caso que presenciei pessoalmente. Um cidadão, meu vizinho em Tucuruí, no Estado do Pará, médio proprietário de uma área bem aproveitada de cerca de 400 hectares, com aproximadamente 70 alqueires de pasto, teve que vender grande parte do seu rebanho quando sua filha morreu em um acidente em Goiânia. Ele deu entrada no Banco da Amazônia com um projeto elaborado por um técnico da Emater em Tucuruí e me pediu ajuda. O banco, porém, alegou que o projeto, o qual visava a aquisição de rebanho, não teria retorno financeiro. Não consigo compreender o que seria esse chamado retorno econômico, porque, ao se contrair um empréstimo para fazer cerca, curral, o gado é um complemento, e

ainda há retorno financeiro. Embora o referido cidadão tivesse praticamente tudo pronto em sua propriedade, o banco lhe negou o empréstimo.

Também sou um pequeno produtor da região, tenho conhecimento do assunto, disponho inclusive de FNO no Bano da Amazônia. Penso que há um excesso de zelo e de burocracia no caso específico que citei. É inaceitável o argumento do banco, segundo o qual o cidadão não dispunha de condições de resolver o problema, quando tem tudo pronto, todas as condições de trabalhar. Quer dizer, não está produzindo e procurando quem compre sua propriedade porque não obteve ajuda de um banco como o da Amazônia, que é um banco de fomento, de estímulo à produção.

Gostaria de resumir dizendo que compreendo as razões alegadas por V. Sª no documento. Creio que são corretas, que realmente existem governadores da Amazônia que não têm responsabilidade, que não procuram se entrosar com o banco, que não procuram resolver os problemas a fim de que se viabilize a aplicação desses recursos; mas creio também que o banco tem uma parcela de culpa nesse processo. O banco também não está preparado para o atendimento às necessidades da população, até pelas dificuldades que encontra em seu quadro de funcionários, em seu quadro técnico, na redução de suas agências, e assim por diante. Se possuímos R$240 milhões em recursos para aplicar no setor produtivo durante o ano e não possuímos pessoas espalhadas por todo o Estado para efetivar essa aplicação, creio que há uma culpa somada de todos os setores.

Não quero colocar isso como uma crítica; o que quero é resolver o problema. Gostaria que todos se entendessem e buscassem uma alternativa de solução para resolver o problema. Minha colocação é, portanto, no sentido da contribuição e da busca de uma solução para essa situação, que é absolutamente inaceitável, ou seja, termos que 78% dos recursos destinados ao setor produtivo não estão sendo aplicados em nossa região.

Creio que essas perguntas poderiam esclarecer muito o encaminhamento a ser dado. E gostaria de saber se V. Sª entende ser boa a idéia de reunir os governadores a fim de prestarem esclarecimentos, pois, da forma como coloca em sua carta, são eles, na verdade, os responsáveis por essa situação, de vez que não criaram as condições de aplicabilidade dos recursos. Se falta estrutura, se falta algo, pelo menos há lugares onde existe estrutura. Concordo que não se aplique onde não há estrutura, mas não posso admitir que, na Amazônia como um todo, não haja pelo menos uma parcela com estrutura.

Estou vendo em nossa região do Salgado, Nordeste paraense, onde há estrutura, colônias de pescadores entrarem com projetos no Banco da Amazônia e esperarem seis, sete meses e não serem atendidos. E não se pode negar que lá haja estrutura de transporte. Se levarmos em conta as condições do Sul e do Oeste do Pará, comparativamente, veremos que lá sim não há estrutura. Contudo, será que na Amazônia, pelo menos nas periferias dos grandes centros, onde há estradas, onde há meios de transporte, onde há condições de trabalho, esses recursos não poderiam ser, digamos, centralizados?

Coloco aqui uma série de dúvidas que, na minha opinião, apesar da falta de atenção dos governadores, não justificam a não aplicação desses recursos. Gostaria de ouvir V. Sª a respeito dessas questões.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Com a palavra a Drª Flora Valadares para os esclarecimentos solicitados pelo Senador Ademir Andrade.

A SRª FLORA VALADARES - Quanto à primeira pergunta de V. Exª, ou seja, se todos os governadores dos nove Estados são irresponsáveis, eu não colocaria dessa maneira, porque não sei se é irresponsabilidade ou falta de recursos. Não entrei no mérito da questão. Sete Estados contam com o FNO – apenas Mato Grosso e Maranhão não –, mas há deficiência de técnicos. É claro que existem Municípios agindo corretamente e a maioria não. Gostaria de lembrar que nas regiões Sul e Sudeste a assistência técnica é fornecida numa proporção de 5 a 10 projetos por técnico. Na Amazônia, o admitido pelas empresas, pelas instituições financeiras, é de 20 a 30 projetos por técnico. Para a aplicação do FNO, como a maioria é de pequenos produtores, se fôssemos seguir essa limitação, não haveria como deslanchar o programa.

Em anos anteriores, foi acertado que, para o FNO, como são associações às vezes com o mesmo tipo de projeto na mesma microrregião, poderiam ser feitos, como não é um projeto tão complexo, até 50 por um. Então, já está sendo feito de forma que cada técnico dá assistência técnica a 50 projetos de cada empresa. Ocorre que hoje a média lá é muito baixa.

Tenho aqui um quadro, cuja cópia enviarei a cada um dos Srs. Senadores, com todas as agências e Municípios. V. Exªs poderão ter idéia de onde existe ou não Emater, Rurap, Ceplac, Ruraltins; enfim, todos os Estados e todos os Municípios. Todavia, chega-se a um ponto em que temos na base de 60, 70, 80, 100, 170, 200 projetos para um técnico. É claro que, quando existem 150, 200 projetos por técnico, eles não conseguem acompanhar todos. Esse é o problema de não haver acompanhamento e de haver frustração no financiamento.

Sobre o porquê de o Estado não poder fazer, posso dizer a V. Exª que tenho conversado muito com os governadores a respeito. Estou com uma nova rodada de reuniões marcada a partir de maio, com todos eles; não com todos juntos, pois cada um tem um problema diferente, a fim de tratarmos do assunto e procurarmos um direcionamento. Exatamente como V. Exª mencionou, onde existem melhores condições, poderemos aplicar recursos, no Oeste, no Sul ou no Norte de cada Estado. Penso que, a partir do momento em que concentrarmos os recursos, poderemos realizar algo melhor. Essa é a nossa posição para negociar com os governadores a partir do mês de maio.

Fazemos isso todo mês de setembro, pois temos um prazo até outubro para enviar o programa de aplicação à Sudam. Fazemos isso com nossos técnicos, que vão aos Estados e se reúnem com outros técnicos. Desta vez, vou com diretores a fim de tratar com governadores, secretários de Estado, e tentar resolver o problema diretamente. Os técnicos trabalham de forma limitada, pois as pessoas não têm uma resposta adequada na hora. Existe limitação de folha, problema de despesa corrente, são os 60% do percentual, tudo depende de explicações. Por essa razão, não quero entrar no mérito da responsabilidade. É difícil.

V. Exª indagou se há estatísticas aplicadas ano a ano. Vou anotar, mas fico devendo. Envio a V. Exª, hoje ainda, pedirei que me mandem de Belém. Tenho aqui o total aplicado de 1989 até hoje: R$1.164.000.000,00. E tenho por Estado também. Não tenho o valor ano a ano de cada um, mas o valor acumulado. Tenho de 1997 e o acumulado dos anos anteriores. Ano a ano não tenho para fornecer a V. Exª, mas enviarei até o final da tarde. Pedirei por fax e mandarei a V. Exª o original posteriormente.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Mas o ano em que houve menor aplicação foi 1997?

A SRª FLORA VALADARES - Não. Em 1995 e 1994 a aplicação foi muito baixa, sempre com muitos recursos. Em 1996, demos uma boa acelerada; em 1996 ocorreu o menor índice de disponibilidade, só que com o residual do Procera e aquele que dividimos por Estados trimestralmente e não podemos repassar antes do final do trimestre.

V. Exª perguntou sobre as condições ao longo dos anos. O que ocorre é que vem deteriorando. A posição que tenho dos técnicos é atual. Se levantássemos a posição em anos anteriores, seria bem melhor. À medida que os técnicos vão se

aposentando ou saindo e não são repostos, a situação piora, tanto nas empresas de assistência como no Banco da Amazônia.

Passo para a pergunta seguinte. Quando entrei no Banco havia um quadro de 2.800 funcionários. Anos atrás esse número chegou a 5.000. Hoje estamos com 2.200 funcionários. Estamos convocando novos funcionários através de concurso, ainda não conseguimos adequar nosso limite. Todavia, houve uma redução de 2.800 para 2.200 funcionários. São números medonhos. Não tenho as estatísticas corretas, mas completarei em seguida. Estou dando números redondos, porque não estou com a estatística correta; porém, todas essas informações eu as completarei em seguida.

Das agências no Estado do Pará, três foram fechadas, somente. Nos outros Estados, fechamos agências que não tinham a menor condição de sobrevivência; não havia demanda. Foi uma iniciativa negociada com cada governador, contando, inclusive, com o apoio deles. Fechamos essas agências porque não tínhamos condições de persistir. Estamos procurando locais com potencial de aplicação, porque a base produtiva mudou de certos locais para outros. Vou lhes dar um exemplo: estive com o Governador do Estado do Amazonas, quando estávamos fechando a agência de Irunepé, e, conversando com ele, soube que era a sua cidade, o lugar onde ele nasceu. Perguntei-lhe se tinha alguma solução, algum plano para recuperar a economia. Ele me disse que sim, mas a médio prazo, não para já. Realmente, lá a base produtiva era o extrativismo, mas baixou tudo, e não havia mais condições de se sustentar a agência naquele local. Os próprios funcionários vinham pedindo para encerrarem as atividades, como aconteceu em Nova Olinda do Norte. Então, as agências foram fechadas em locais que não tinham mais condições nem potencial para tentativas no momento.

As agências fechadas no Pará foram três - e uma delas estava a dois quilômetros da outra. Nós a estamos reabrindo agora, nestes próximos dois meses, no mesmo Município, o que foi comunicado na ocasião; porém, não no local onde estava, como disse, a dois quilômetros da outra, em um prédio em dificuldades, inclusive. Estamos abrindo quase dentro da Cidade Nova, no mesmo Município de Ananindeua. Estamos fechando negócio com o local para abrir a agência. Já temos funcionários, temos tudo, só nos falta o local adequado. A abertura será ainda nos próximos dois meses, até porque temos de cumprir o prazo da resolução do Conselho Monetário Nacional.

No Acre, fechamos uma agência, no município de Xapuri. Todavia, disse a todos os parlamentares do Acre que, se o banco que funcionava lá fechasse suas portas, no Município eu abriria um posto de serviço. Como já será fechado, devo comunicar a V. Exªs que já está aprovada, na Diretoria, a reabertura, em Xapuri, da agência funcionando como posto de serviço negociado com a Prefeitura e a comunidade. Nós já temos, no Acre, agências que foram fechadas, tendo sido reabertas como postos, que fazem todo o serviço, inclusive fazendo o elo de ligação, o que não deixa a comunidade desassistida.

Em Porto de Pedras, que foi a outra agência fechada, está marcada para o dia 13 de abril a reabertura, inclusive por força de um acordo que fizemos na Justiça, ao ensejo da ação que o Bispo local moveu contra nós. Quando S. Exª entrou na Justiça, já havíamos aprovado a abertura de um posto de serviço também no local. Como veio a ação judicial, mandando manter a agência, que já estava fechada, tivemos que deixar o problema na Justiça se resolver, e, agora, por acordo, estamos reabrindo o próprio posto, já atrasado, no dia 13 de abril, logo depois da Semana Santa.

Então, o que acontece não se deve às agências em si. A parte de pessoal é difícil, porque, como disse, os que se aposentam tem uma memória, um treinamento adquirido ao longo dos anos; os novos, que chegam, têm de ser treinados. Vamos ter ainda muitos problemas até conseguirmos uma mão-de-obra adequada nesses primeiros anos, porque houve muita distância entre um concurso e outro. Todavia, não é aí que está o problema maior, porque o pessoal de 96 trabalhou e conseguiu aprovar. Onde tem ocorrido problemas é justamente na hora em que se vê a assistência técnica e a capacitação para outro tipo de projeto.

A quinta pergunta de V. Exª é sobre o que é feito com esses recursos. Esses recursos não aplicados, pela lei, com as mesmas taxas dos produtores e revertem para o fundo também. Os recursos disponíveis não aplicados são corrigidos, com a mesma taxa de juros, e revertem para o fundo. O banco faz a aplicação financeira, de acordo com a lei, e esse valor reverte para o fundo. Diria mais: em exercícios passados, quando o banco estava com descasamento financeiro - é só olhar o balanço de 1994 -, pode-se notar que as aplicações da carteira comercial eram muito maiores do que tinha de receita, do que tinha de captação. Então, eram usados, para aplicação na carteira comercial, recursos ainda disponíveis pelo fundo, tanto do FNO como do Finam. Isso consta dos relatórios feitos pela auditoria externa, que mostravam que esses recursos eram usados na carteira. Hoje não; hoje, estamos com a carteira equilibrada, e esses recursos ociosos estão realmente aplicados em função da disponibilidade de dinheiro em caixa; e há a lei para ser cumprida, que manda aplicar com correção e juros em favor do fundo. Porém, frise-se que o banco não tem mais essa necessidade, graças a Deus. O banco não está precisando usar desse expediente na sua atividade comercial. No passado, precisou usar até mesmo para saldar a folha de pagamento. Hoje não, graças a Deus.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Se a cada ano sobrou um pouquinho sem aplicar, quanto é que tem disponível do FNO?

A SRª FLORA VALADARES - Esse é o total do disponível, porque aplicamos no ano de 1996 mais do que recebemos. O saldo de 96 foi a aplicação dos disponíveis de 95 e quase todo o recebido em 96; o que ficou de 96 foram R$16 milhões e que são resíduos daquela divisão que o Tribunal de Contas da União nos impôs. Disseram que o Pará está levando quase tudo, junto com Tocantins e Rondônia, e tínhamos que fornecer para os outros Estados uma previsão inicial. Assim fizemos, e para não ficar parado no banco, a cada a trimestre remanejamos onde a demanda é maior. No final do trimestre, sempre vai haver um resíduo do Estado que não conseguiu levar a sua cota. Isso aconteceu em 1996. O saldo de R$16 milhões é muito pequeno, o resto é do Procera. Então, houve a acumulação, sim, mas aplicamos em 1996.

Os projetos do Procera são aprovados por uma comissão estadual da qual o banco faz parte e é um dos membros. O presidente da comissão ou é a Coordenadoria Regional do INCRA ou Secretaria da Agricultura estadual, a decisão é da comissão como um todo; apenas somos um dos participantes. Acredito que tenha alguns dos motivos parecidos com esse, sim, mas o Procera, no que se refere à assistência técnica, partiu para uma saída paralela com o Projeto Lumiar Com esse projeto, as coisas estão acontecendo com maior velocidade. As aplicações deste ano se concentraram mais no Procera, mais do que nos anteriores, proporcionalmente. O Projeto Lumiar está começando a deslanchar e, porque vai-se contratando em cada Município, em cada Estado. As aplicações estão sendo maiores no Procera, proporcionalmente aos anos anteriores

Não vou dar-lhe uma explicação para o caso a que V. Exª se referiu. Afirmaram que o projeto estava sem capacidade financeira, mas eu teria que confirmar essa informação, para lhe dar uma opinião. Não é possível pronunciar-me agora. Depois V. Sª poderia me passar o caso para que eu verificar no banco.

O SR PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, Drª Flora, devo lhe dizer que vejo com muita simpatia sua presença no Banco da Amazônia. V. Sª é oriunda do Banco Central, portanto, não é uma jejuna nessa matéria, conhece por dentro os problemas. Não me inquieto com a redução de 2.800 funcionários para cerca de 2.000 - apesar de isso gerar um problema social - nem com as três agências fechadas no Pará, porque também foram fechadas as agências de Manacapuru, Eirunepé e de Nova Olinda do Norte pelas mesmas razões. Tanto que V. Sª evitou o fechamento de Boca do Acre, porque havia possibilidade de funcionamento. De modo que conheço muito bem o que está havendo no banco.

Só vou lhe fazer uma pergunta. V. Sª declarou que o crédito é um elo da cadeia produtiva e ficou aí. Penso que a cadeia produtiva a que V. Sª se refere é a lei do crédito, a produção, o escoamento e, por certo, o mercado consumidor. O que me espanta é que o banco atravessou motivos difíceis, V. Sª registrou que durante vinte anos não houve um concurso, só no ano passado.

V. Sª entende que é possível melhorar a condição do banco sem uma infra-estrutura? Esclareço: infra-estrutura porque não lhe é dado. O Governo Federal não tem tido para com o Banco da Amazônia aquilo que deveria ter. O banco é sobretudo uma agência de desenvolvimento e, até recentemente, era apenas uma agência de políticos. Digo isso muito à vontade, porque nunca fiz uma interferência em nenhuma das administrações. Entretanto, que sinto que se V. Sª não tiver a vontade política e o apoio de senadores e deputados, fica difícil a administração.

A SRª FLORA VALADARES - O Banco tem condições de melhorar. Estamos admitindo funcionários, tentando mudar internamente a parte de controladoria, de sistemas. Na parte interna, estamos investindo bastante para melhorar. Sem essas condições de infra-estrutura externa a que V. Exª se referiu, não vai haver condições de cumprir sua missão principal, que é apoiar o desenvolvimento. Se não houver essa cadeia produtiva funcionando harmonicamente, mesmo que ele melhore, que aumente pessoal, que instale agências e que tenha recursos, não vai conseguir fazer o desenvolvimento da região. Realmente, não se resume só na parte interna do Banco.

Os dias difíceis a que me referi foram justamente aquilo que é público. Não adianta eu ficar escondendo: o Banco ficou mais de 3 anos sem o patrimônio líquido, era um passivo a descoberto, um PL negativo, como chamamos. Só sobreviveu porque a União o segurou, injetando recursos para folha e para despesas principais porque não tinha recursos. Quando tomamos posse, ainda havia R$91 milhões de prejuízos acumulados. Conseguimos, ao longo desses três anos, pagar todo o prejuízo acumulado e já estamos, desde o ano passado, dando lucro. Não é uma situação fácil, é uma administração que tem que ser muito rigorosa, com despesas e com custos, para poder chegar a isso. Estamos com um aumento de capital já autorizado e estamos com a forma desse aumento de capital já acertada. Mas, como dependia de um trânsito em Bolsa de Valores e o mercado estava oscilando muito, estávamos aguardando uma estabilidade maior para poder fazer essa triangulação está prevista em medida provisória: o Governo vai-nos pagar com determinadas ações que, no mesmo dia, são adquiridas pelo BNDESPar, emitidas na hora, e temos aumento de capital. Se nesse dia houver uma oscilação grande, como vem acontecendo, podemos de manhã até o final do pregão perder dinheiro. Então, estava-se esperando um momento mais sereno mercado para se poder fazer a operação. Como estamos em situação um pouco mais confortável do que antes, com reserva e com lucro maior, o Governo está vendo a ocasião melhor para fazer isso. Mas já está aprovado.

Quanto à parte de pessoal, estamos com um concurso realizado com dois anos de prazo e com cadastro reserva. Como nossa dificuldade maior em administrar agências do interior é justamente encontrar pessoal que aceite trabalhar no interior, colocamos nesse edital a condição de ir para agências do interior. Então, quando precisarmos na sede, vamos chamar aquele pessoal que está lá, para podermos admitir no interior; caso contrário, não podemos manter a agência aberta. Ponta de Pedras, além da inadimplência de 83%, foi fechada também em péssimas condições: estávamos há seis meses sem gerente, pois ninguém aceitava ir para lá. Quando se obriga o funcionário, não se consegue mantê-lo por muito tempo e os resultados são piores na aplicação dos recursos. Tem-se que entrar em processo disciplinar, o que tem provocado muita demissão por justa causa no Banco. Estamos separando esse pessoal, motivando-o, tentando formar uma base no interior para poder conseguir manter aquelas agências abertas. Há uma dificuldade muito grande para recrutar pessoal para trabalhar nessas agências.

Respondi sua pergunta, Excelência?

O SR. BERNARDO CABRAL - Respondeu, sim.

A SRª FLORA VALADARES - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Antes de conceder a palavra ao próximo Senador que fará perguntas À Drª Flora Valadares, gostaria de submeter à apreciação da Comissão requerimento subscrito pelo Senador Ademir Andrade, propondo a convocação do Reitor da Universidade Federal do Acre, professor Cristóvam Diniz, para comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações a respeito das dificuldades que enfrenta na execução de seus programas de ensino na administração geral daquela instituição. Propõe-se a data de 14 de abril corrente, terça-feira da próxima semana, por conseguinte, às 17 horas, nesta Comissão.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um adendo ao requerimento do eminente Senador Ademir Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Pois não, tem V. Exª a palavra.

O SR. BERNARDO CABRAL - O reitor do Amazonas, que foi motivo de discurso do Senador Jefferson Péres e meu também, atravessa crise. Seria interessante que pudéssemos ouvir os dois na mesma data.

Essa a sugestão que faço em aditamento.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Então, com o adendo apresentado pelo Senador Bernardo Cabral, submeto à apreciação da Comissão o presente requerimento.

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, Drª Flora Valadares, eu gostaria de pedir que V. Sª submeta, se possível, à Comissão um estudo que o BASA deve ter e que V. Sª apenas resumiu. O BASA deve ter um diagnóstico, afinal de contas são 9 anos de experiência entre dificuldades e problemas.

Se tiver esses estudos circunstanciais detalhados, eu agradeceria se os submetesse a mim e aos demais membros da Comissão.

A SRª FLORA VALADARES - Não há problema nenhum. Poderia ser logo após a Semana Santa?

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sim, não precisa ter pressa. Creio que seja de interesse de todos um estudo que o Basa deve ter e que a senhora apenas resumiu. O Basa deve ter um diagnóstico. Afinal de contas, são nove anos de experiência. Vêm as dificuldades e os problemas. Se a senhora tivesse um estudo circunstanciado e detalhado, eu agradeceria o envio aos demais membros da Comissão e a mim.

A SRª FLORA VALADARES - Não há problema, farei o envio, Exª. Apenas indago se seria possível fazer isso após a

Semana Santa, pois assim teria tempo de fazer algo mais elaborado?

O SR. JEFFERSON PÉRES - Claro, pois não seria nada assim tão apressado. Creio ser de interesse de todos.

Drª Flora, o Basa não tem se comportado, ao longo desses anos, mais propriamente como uma agência de crédito do que uma agência de fomento? Não estou criticando a sua gestão, longe disso, pois parece ser da cultura do Banco. Ele não tem uma atitude muito passiva em termos de receber projetos, em vez de ser mais agressivo, indo mais ao produtor para provocá-lo ou estimulá-lo.

As agências têm sido fechadas — e eu concordo com a senhora , pois não se deve manter agências altamente deficitárias — , mas não se poderia pensar em soluções não ortodoxas?

O Basa teve, no curto período Jânio Quadros, de sete meses — que é lembrado infelizmente pela parte folclórica, pois foram proibidas as corridas de cavalos e as brigas de galo — , foi um governo muito positivo sob vários aspectos, e ele criou agências itinerantes do Basa na Amazônia, e essa experiência se perdeu, não sendo mais retomada. Ela não é ortodoxa, tradicional, mas, tendo em vista as peculiaridades da Região, que é imensa, mal servida de transportes, com uma população dispersa, não seria uma solução. O Basa não poderia se articular mais com todas as entidades públicas envolvidas seja do Governo, sejam universidades — a senhora mencionou convênio com a Universidade do Pará; não sei se o mesmo existe com relação à Universidade do Amazonas —, com a Embrapa ou mesmo outros órgãos, para que exista uma ação mais articulada, e o Basa não aja solitariamente muitas vezes na aplicação do FNO?

E, finalmente, a inadimplência é grande, gerando todos esses problemas que a senhora citou, e eu concordo com isso. O Basa nunca pensou num fundo de aval, por exemplo? Seria uma experiência como está fazendo o BNDES, fomentando o associativismo, para que todos os membros do grupo envolvido forneçam certas garantias dos empréstimos feitos. A senhora se referiu a empréstimos muitos simples. Não sou do ramo, mas as queixas que me chegam são no sentido de que são grandes as dificuldades. O Senador Ademir Andrade asseverou que se costuma aguardar seis ou sete meses para, posteriormente, não ser concedido o empréstimo. Mesmo que o Banco já tenha tomado providências, é necessário um esforço no sentido da simplificação maior, da desburocratização e o acesso ao crédito.

Enfim, peço que a senhora não receba isso como uma crítica, mas como uma colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Tem a palavra a Srª Presidente do Basa.

A SRª FLORA VALADARES - Não recebo como críticas, até porque concordo com muitas observações que V. Exª faz.

Realmente, o Banco perdeu por muito tempo no agir aquela cultura do desenvolvimento. Em muitas das suas fases foi meramente um Banco comercial, voltado para outros empréstimos até fora da Região. Mas estamos tentando resgatar isso internamente. Estamos promovendo cursos intensivos para o nosso quadro técnico, formando novos analistas de crédito. Estamos agora agindo para a mudança tecnológica inclusive dos projetos, e o pessoal da ABDE, que tem sede no Amazonas, e fez esse treinamento para o Banco do Nordeste, para tentar formar o que, naquele Banco se chamou de agente do desenvolvimento. O nosso não pode ser uma versão igual à deles, pois as peculiaridades da Região são bem diferentes. Somos também uma agência de fomento, mas lá eles têm uma geografia que ajuda e interage, enquanto a nossa é dispersa.

Então, tentamos através desses novos cursos — alguns devem ser concluídos nesta semana — , já desde o ano passado, início deste ano, para formar os indutores do desenvolvimento, o que V. Exª referiu como atitude pró-ativa. Concordo com a afirmação de V. Exª, tanto é assim, que estamos trabalhando nesse sentido. O que V. Exª disse realmente procede, e vamos tentar modificar. Essa nossa visita, agora, aos Estados, se faz com esse intuito.

Sobre os convênios, nós os temos com o Ibama, Ceplac, Embrapa, todas as empresas estaduais de assistência técnica e também com o Incra. Todos esses são parceiros do Banco. Temos convênios também com empresas do tipo associações e federações de cooperativas para ajudar nesse apoio na área de desenvolvimento do Banco.

Temos convênio com a Federação de Ciências Agrárias do Pará — ele já existia há muito quanto eu lá cheguei — , estabelecemos, recentemente, um outro com a Universidade do Acre, também para pesquisa, para a melhoria do projeto.

Não temos outros convênios com universidades. Talvez nós estivéssemos atendendo à demanda dessas instituições de ensino, não dispomos de verbas muito significativas para esse fim, mas é possível estabelecer convênios com todas elas. Talvez nos caiba uma parcela de responsabilidade por não procurá-los mais. Temos com a Universidade do Pará o Poema, um convênio destinado àquela área de pobreza, para, na parte de mercado, quanto aos produtos que já estão financiados, nos ajudar na comercialização, o outro elo da cadeia produtiva. Temos convênio com a Sebrae. Com ele vamos começar um projeto intensivo de capacitação empresarial para a verticalização da produção. Há muitas coisas que o produtor, ao invés de vender em bruto, pode beneficiar através de uma associação. Trata-se de um projeto tanto nosso como dos trabalhadores, para melhorar a renda, tentar fazer com que o valor agregado fique maior. Contudo, eles mesmos não conseguiram por falta de capacitação empresarial, para gerir esses projetos.

Nessa parte da agroindústria, exploração da microempresa, foi onde ocorreu o estrangulamento. Esse é o ponto sobre o qual estamos trabalhando junto ao Sebrae dos sete Estados — nesse caso, nove — para tentar formar os gerentes dos projetos.

O fundo de aval do BNDES também nos beneficia. Temos convênio com a instituição, e no dia 16 ou dia 17 de abril, espero a confirmação do Secretário Geral e dos diretores — inclusive, dois diretores de Belém — para a assinatura da ampliação do fundo de aval, da adequação do fundo de aval anterior que estava inadequado aos projetos da Amazônia, em função de prazos e garantia. Agora, já temos esse novo sistema que garante mais de 60% e irá permitir que eles trabalhem — há o fundo de aval do Sebrae, com o microprodutor — também aquele programa muito reivindicado pelas indústrias da Amazônia, o PAI , que até hoje não deslanchou por falta de garantias adequadas, em função do risco.

São detalhes que havíamos acertado, inclusive, com o diretor Paulo Arthur, mas parece-me que ele se retirou, mas estão em andamento...

O SR. JEFFERSON PÉRES - Ele já foi substituído?

A SRª FLORA VALADARES - Sim, Exª. Nós ainda não tivemos contato com a nova diretora.

Mas estamos com tudo isso pronto para deslanchar e digo que está pronto porque já houve a aprovação do Governo, faltando apenas uma adequação da fonte de recursos, pois houve um problema nesta parte, coisa que me parece ficou resolvida neste mês de março.

Esse é o caminho. Comungo com o que V. Exª disse. Portanto, não tenho as observações como crítica, pois entendo ser mesmo este o posicionamento que se deve assumir. Se o Banco não se tornar o pró-ativo indutor, não só apoiando, mas induzindo, a situação ficará difícil. Temos de assumir esse papel.

Realmente, temos de ter mais do que uma ação creditícia. Concordo com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra à nobre Senadora Marluce Pinto.

A SRª MARLUCE PINTO - Sr. Presidente, nobres Senadores, Presidente do Basa, Drª Flora Valadares, realmente foi muito importante a presença de V. Sª em nossa Comissão para que pudéssemos tomar conhecimento do desempenho, porque somos muito assediados em nosso Estado. V. Sª sabe disso. Quantas vezes já lhe telefonei, quantas vezes já fui à própria agência central para reivindicar ações em nosso Estado?

Quando ouvi V. Sª declarar que, a partir de maio, vai visitar os Estados para fazer reuniões com os Governadores, eu lhe perguntaria se não seria mais produtivo que nessas reuniões estivessem presentes também os Parlamentares dos Estados, para tomarem conhecimento dos projetos prioritários, porque isso é muito fácil de se detectar

Cada governante tem o seu círculo de conveniências partidárias, as quais não deveriam existir, mas sabemos que isso é quase que normal, já sendo uma rotina. Sabemos que, muitas vezes, os mais necessitados para um empréstimo, detentores de uma estrutura razoável para conseguí-lo, ficam à margem do processo porque é dada prioridade aos amigos. Nisso não precisamos nos estender muito porque tenho a certeza de que V. Sª reconhece esses deslizes que acontecem e, mais ainda, os Parlamentares.

Esse era um questionamento que tinha a fazer até para que ficássemos atentos à data de realização dessa reunião para comparecermos e, inclusive, podermos fazer contatos com os produtores, principalmente agora que não só o Brasil mas o mundo tomou conhecimento do problema das queimadas ocorridas em nossa região. Dessa forma, o produtor rural do Estado está mais sacrificado que antes e, talvez, seja até necessário ser creditado a ele, fora das normas do banco, determinadas exigências até para poderem recuperar o prejuízo ocasionado nas épocas das queimadas. Nada melhor que o socorro imediato seja feito através do Basa, liberando recursos do Procera, muito embora já tenha sido explicado que trata-se de uma comissão estadual junto com o Incra, não deixando de ter a interferência e o acompanhamento do Banco da Amazônia e, principalmente, o FNO.

Em Roraima é muito difícil de os produtos conseguirem recursos por causa, muitas vezes, das exigências de documentos, embora quando cheguei ouvi que só eram necessários a carteira de identidade, o CPF e o documento da terra. Esse documento da terra é o mais difícil porque muitas vezes o produtor não tem o título definitivo que é exigido. Pode ser com o aval do Governador, não é? Qual é a exigência atual?

A SRª FLORA VALADARES - O documento da terra para o micro e pequeno produtor é uma declaração de qualquer órgão federal, estadual ou municipal, e até da própria associação dos produtores, que é uma ocupação mansa e pacífica, ou seja, o documento de posse mesmo, não necessitando ser proprietário.

A SRª MARLUCE PINTO - Então, já houve progressão, porque antes isso não existia. Lembro-me de que, na gestão anterior, eu mesma estive como o seu antecessor para solicitar o aval do próprio Governador, no caso dos produtores que não tinham título definitivo concedido pelo Incra.

A SRª FLORA VALADARES - Só para esclarecer para a Senadora, realmente, isso não é para o médio ou grande produtor, só para o pequeno produtor, para o especial, o que chamamos de Pró-rural. Esse programa é totalmente liberado e desburocratrizado. Temos quase 80% dos produtores enquadrados nesse segmento.

A SRª MARLUCE PINTO - Eu gostaria de perguntar se já houve, por parte do Governo Federal, alguma recomendação para o caso específico do Estado de Roraima, em decorrência dos acontecimentos já esclarecidos referentes às queimadas?

A SRª FLORA VALADARES - Tenho uma reunião hoje na Secretaria de Política Regional, com o Ministro Fernando Catão, para tratar dos assuntos em Roraima.

A SRª MARLUCE PINTO - Volto ao assunto tratado pelo Senador Jefferson Péres sobre as agência itinerantes. Há dois meses estive com o Presidente da Caixa Econômica solicitando a instalação de agências itinerantes no espaço da Caixa. No meu Estado o banco estadual foi extinto. Há, portanto, uma dificuldade muito grande dos aposentados, dos funcionários públicos, enfim, da população rural de modo geral para receber os pagamentos. Muitas vezes, pagam mais de 50% de seus proventos para se deslocarem e receberem o pagamento.

O Presidente da Caixa Econômica prometeu fazer um estudo e entrou em contato com o Superintendente da Caixa Econômica Federal em Manaus, Dr. Martins, que deixou o cargo no dia 03.

Pergunto se não poderiam ser instaladas as agências itinerantes, o mais rapidamente possível, pelo menos para os dias de pagamento?

A SRª FLORA VALADARES - Responderei a essa pergunta oportunamente, porque terei que fazer uma consulta ao Banco Central, que regulamenta a instalação de agências. Assim, não temos uma previsão. Seria necessário fazer um estudo pelo próprio Banco Central, creio.

A modalidade mais rápida e fácil de ser instalada é o posto de atendimento avançado já instalado em Ponta de Pedras, no Pará, e em Xapuri, no Acre. Não há regulamentação para a agência itinerante. Teríamos que conversar sobre o assunto e estudá-lo. Portanto, eu não poderia responder-lhe agora.

A SRª MARLUCE PINTO - Só mais uma pergunta. Fiz um pronunciamento sobre o assunto e estive com as autoridades competentes negociando o perdão de dívidas e um financiamento, pois naquelas regiões pode ser constatado que os microprodutores não têm mesmo como resgatar seus débitos. Já que V. Sª vai reunir-se com o Ministro Catão, o assunto poderia ser comentado, embora esse não seja o setor correto. Como S. Exª é coordenador nacional e internacional do grupo de assistência às queimadas, gostaria que V. Sª lhe apresentasse o problema hoje e, posteriormente, me desse uma resposta, positiva ou negativa.

A SRª FLORA VALADARES - Se a pergunta é dirigida especificamente ao Banco da Amazônia, posso dizer a V. Exª que, com base na legislação atual, não há como perdoar dívida. A Lei nº 7.127 foi modificada pela Lei nº 9.126 e pela Lei nº 9.138. A Lei nº 9.126 concedeu um alongamento para os que estavam inadimplentes e a Lei nº 9.138 promoveu uma forma de securitização - não por títulos - para os que deviam menos de R$200 mil para o FNO.

A SRª MARLUCE PINTO - Essa legislação é aplicada nos casos normais. Pode-se fazer uma resolução específica.

A SRª FLORA VALADARES - Teria que haver um tratamento legal específico e, só pelo Banco da Amazônia, isso não é possível. Temos uma carta do próprio Governador sobre isso, mas não há base legal para resolver o problema. Por isso, vamos participar da reunião para dizer que não há saída legal. Precisaríamos de mecanismos diferentes.

Assim, pelo Banco da Amazônia, eu não poderia fazer nada, a não ser negociar em bases diferentes, tentando fazer um prolongamento dentro do arcabouço legal de hoje.

A SRª MARLUCE PINTO - Poderia haver um período de carência?

A SRª FLORA VALADARES - Sim. Poderíamos estudar isso, mas não poderíamos dispensar a dívida porque não há base legal para isso. O único produto que tem a dispensa de

capital legalmente é o Prosfera, que não precisa retornar 50%, mas só o assentamento da terra.

A SRª MARLUCE PINTO - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Com a palavra o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, basicamente, vou-me restringir a complementar a Drª Flora Valadares. É um prazer vê-la novamente.

Eu gostaria de fazer alguns questionamentos a respeito da renegociação dessas dívidas. Sabemos que as dívidas do setor rural, para quem se deve mais de R$200 mil, já foram efetivadas. Alongaram muito o perfil da dívida. E eu gostaria de saber como está o andamento das negociações, conquanto à renegociação das dívidas oriundas do FNO, as mais recentes.

Eu estava olhando a relação que V. Sª estabeleceu de cada técnico para cada projeto. Gostaria de perguntar como estaria isso com relação ao FNE, no caso específico, seria o Banco do Nordeste. Para o Sul e o Sudeste, V. Sª diz que tem um técnico para cada sete a dez projetos. Quando...

A SRª FLORA VALADARES - Para o FNO, 50 por cento.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - E do FNE, o Bando do Nordeste, V. Sª não tem conhecimento? E o Banco do Brasil com relação à FCO? O que está travando a admissão desses novos técnicos? Não se abrem concursos para contratá-los?

A SRª FLORA VALADARES - Os técnicos a que me refiro são especialistas agrícolas, são as empresas de assistência técnica estaduais. Para os grandes projetos, temos conveniados, credenciados para acompanhamento de médios e grande produtores. Mas o pequeno produtor, que tem assegurado por lei gratuidade nessa assistência não tem condição. Se pagar isso, o projeto fica inviável, não tem retorno correto. Conseguimos com a lei negociar para eles pagarem o projeto inicial. Contribuem, pagam 1,5% do projeto...

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sem a assistência técnica...

A SRª FLORA VALADARES - Porque dão um rebate maior por conta disso no tratamento dos encargos. O nosso rebate na Amazônia, por conta desse acordo, é o maior que há. Temos rebate de até 75% da TJLP na região, negociado para o pequeno e micro produtor.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - O que temos ouvido dizer muito, Drª Flora, é que os juros do FNO ainda estão incompatíveis como qualquer programa que fomenta o desenvolvimento da região. Continuam muito elevados. Seria basicamente isso que eu queria esclarecer.

A SRª FLORA VALADARES - Quanto a esses juros, eu diria que fazemos um rebate maior do que todos os fundos constitucionais, porque os encargos dos fundos constitucionais são estabelecidos em lei. Primeiro era TR + 8% em geral com rebates, depois passou para TJLP + 6%, com a Lei nº 9.126/95, aprovada em novembro, retroagindo a julho de 1995.

Houve um fato, que é bom ressaltarmos. Em julho, quando foi proposta mudança de indexador, havia todo um apoiamento da Bancada ruralista, dos produtores rurais, dos pequenos produtores, porque a TJLP, na ocasião, estava anualizada em 26%, e a TR, que se estava praticando na ocasião, estava em torno de 43%. Então havia uma grande redução.

Havia um prognóstico do Governo, como a TR vem acompanhando mais ou menos a inflação, que houvesse essa baixa da inflação e caísse bastante. Mas os produtores não tinham confiança nisso, e, como a TJLP era uma média trimestral de produtos financeiros, eles acreditavam que, por estar menor, seria um benefício maior para o setor. Porém, o que ocorreu logo após à aprovação da lei, em novembro de 1995, retroagindo a julho, foi o contrário. A partir de novembro de 1995, a TR foi caindo, e a TJLP subindo, ocorrendo um diferencial muito grande. Então, no ano 1996, houve prejuízo.

Em dezembro de 1996, os índices das taxas chegaram perto outra vez, mas ficou um déficit muito grande entre as duas durante o ano de 1996 e isso onerou muito todos os saldos devedores desses produtores. Mas foi um pedido e uma aceitação geral na mudança que não se conduziu como se esperava, mas que foi lei. Nós, Banco da Amazônia, que seguimos a base legal, não podemos fazer nada a respeito disso. E o que fazemos? Uma redução dos encargos de acordo com a categoria, com o porte, com a atividade. Como disse, fazemos uma redução de até 75% para o microprodutor. Hoje, nenhuma outra instituição faz, nem o Banco do Nordeste nem o Banco do Brasil, desse tamanho, tentando verificar a maioria dos nossos lotes de tomadores de crédito onde está concentrada a maioria dos nossos tomadores. Quer dizer, mesmo que seja outra coisa, que se confunde com os juros altos - não é apenas os juros altos - é o sistema produtivo mesmo, é uma muda que pode ser adquirida por um preço e às vezes se paga um valor muito maior, porque há uma orientação inadequada. Naqueles projetos de 1994/1995, há o exemplo do gado. Temos clientes que adquiriram gado por preço de arroba que hoje está pela metade e não conseguiu vender o produto porque também caiu na área rural o preço da venda do seu produto na abertura de mercado. Realmente, esse produtor teve prejuízos não pela taxa de juros mas pelas condições de mercado em que isso ocorreu. Reconhecemos que há problemas, mas não temos saída legal. Seria preciso mudar os mecanismos legais para podermos dar um tratamento diferenciado. Entendemos esses pontos, por isso damos um prazo maior.

V. Exª perguntou sobre negociação de dívidas. A Resolução nº 2.174, do Conselho Monetário Nacional, deu cobertura para toda negociação de dívida com fontes de recursos que não os fundos constitucionais. Esses ficaram de fora, porque toda a parte de encargos públicos está estipulada em lei, e a Resolução não poderia mudar. As razões dos produtores rurais que tiveram essa negociação com um alongamento maior para uma compra de títulos por 20 anos são as mesmas para qualquer produtor, qualquer que seja a fonte de recursos. Então, julgamos justo que o produtor que teve financiamento pelo FNO também seja abrangido, mas também já está na SEPE, está sendo produzido também pelo Ministro, já houve reunião, está esperando dados dos fundos. Temos um prazo que seria hoje, estamos entregando, para uma avaliação do impacto sobre o fundo, aquilo que seria recebido em sete ou oito anos, sendo recebido em 20 anos. Vamos ver uma outra geração de produtores que vem, se vai deixar de ser assistida devido a um alongamento tão grande do prazo. Tudo isso está sendo visto, mas acredito que será estendido com as devidas cautelas para esse produtor. Falta ver qual a posição do banco, qual o impacto para o patrimônio. Tudo está sendo estudado, porque tem de haver uma medida legal para que se estenda também aos produtores do FNO. Tudo isso está sendo visto pelo próprio Governo, e coordenado pela Secretaria de Política Regional.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES - Drª Flora Valadares, para nós é uma satisfação muito grande tê-la aqui conosco na Comissão. Os vários colegas já se manifestaram nas mais variadas perguntas da problemática do banco. Gostaria de me congratular com V. Sª pelas iniciativas. Sabemos que V. Sª tem tomado providências, administrativamente, reestruturando o banco, investindo em pessoal, em técnicos, e, realmente, está no caminho correto.

Na área política, sempre estamos fazendo as reivindicações devidas, em conseqüência das pressões naturais a

que somos submetidos nas idas ao Estado. A Drª Flora está de parabéns pelas várias iniciativas. Realmente, o Banco da Amazônia caiu de forma vertiginosa no conceito, deixando de ser uma agência de desenvolvimento, uma agência de saída de crédito para fomento. V. Sª tem mobilizado todas as forças programando o banco para o futuro, para um desenvolvimento garantido. O grande problema fundiário, das garantias para financiamentos é sempre uma problemática, além da questão burocrática, da corrupção, que sabemos está entranhada em todo o seio do serviço público de modo geral, da dificuldade que os técnicos criam, do protocolo do primeiro carimbo ao último, das decisões de cúpula. Sabemos do sofrimento que muitos dos empresários e agricultores pequenos e médios, que têm de percorrer um caminho muito tortuoso para chegar àquele financiamento. Setenta por cento dos recursos que estão alocados para investimento que são estabelecidos pelo Poder Público, geralmente retornam 50% ou 60%, porque não se consegue, realmente, condições de investimento. Por exemplo, os financiamentos do FNO no setor pesqueiro, no Amapá, realmente foram um fracasso. E a responsabilidade foi de quem? Financiaram os barcos, com vários intermediários, e colocaram os pescadores; houve um processo de corrupção terrível. Os barcos eram de péssima qualidade. Quer dizer, esses técnicos que avaliarão esses projetos que estão sendo financiados – de qualquer maneira, dinheiro que está sendo investido – devem ter critérios para uma fiscalização muito séria.

Temos que estancar a fase da picaretagem. Devem-se buscar as instituições financeiras com recursos públicos, para que haja um melhoramento. Vê-se que o Banco do Brasil está quase quebrado, porque muita gente pega, em financiamentos, uma fábula de recursos que simplesmente não voltam. Deve haver responsabilidade justamente nos financiamentos, além de facilidade.

Drª Flora, os colegas já fizeram as perguntas, mas quero parabenizá-la pelas iniciativas, pelo investimento que está fazendo estruturalmente, organizando, preparando a equipe, melhorando-a, quebrando essa cultura lerda, irresponsável, desanimada. A senhora mesma afirmou, por exemplo, que tem dificuldade de mandar um gerente para determinado setor, porque simplesmente o funcionário não cumprirá sua missão, já que o seu salário está defasada. Isso faz parte de um ciclo vicioso; com isso, não se consegue atingir o objetivo.

Quero parabenizá-la. Nós estamos muito satisfeitos. Há muito tempo, não se tem uma pessoa com essa estirpe, condição, preparo técnico e visão para o futuro, trabalhando para os próximos 20, 30, 40, 50 anos. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra à Drª Flora, para comentar as considerações do Senador Gilvam Borges.

A SRª FLORA VALADARES - Agradeço.

Nesses últimos três fins de semana, conversamos, em média, com 80 funcionários das agências e da sede, tentando mudar essa cultura, motivá-los, mostrar o caminho do Banco, o planejamento para o exercício de 1998 até 2002.

Na Asbac, neste sábado, às 8 horas, estávamos com 82 funcionários. Deixei os diretores conduzindo os trabalhos e vim. Liberamos a metade no domingo à noite, para a agência não parar, e continuamos com o restante. Estamos fazendo um trabalho de mudança de cultura, mas isso não é algo que se faz da noite para o dia; tem-se de investir, falar muito. Paralelamente a isso, temos de trabalhar e tentar financiar o desenvolvimento.

Agradeço pelas considerações e sugestões; eu as levarei. Qualquer processo de desvio de conduta ou comportamento, bem como de recursos deve ser comunicado à Diretoria ou a mim própria, porque não compactuamos com esse tipo de coisa, não damos guarida a nada disso. Sabemos que cada político tem nas suas bases muitas pressões, mas apoiamos tudo aquilo que é possível fazer corretamente. Quando há algum problema legal, nós avisamos francamente que não podemos lançar. Então, qualquer um que souber de algo que esteja acontecendo nesse sentido pode levar o caso diretamente a mim; nós não compactuamos com isso. Investigamos qualquer coisa de que tenhamos ciência; gerimos com conseqüências. Administramos com justiça; distribuímos prêmios, assim como aplicamos punições, quando necessário.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Bianco, que se tinha ausentado para participar da reunião de outra comissão.

O SR. JOSÉ BIANCO - Perdoe-me, Sr. Presidente, estou acompanhando com interesse esta reunião, até porque a presença da Drª Flora originou-se de um requerimento meu.

Estou também analisando a situação de outro banco que a Drª Flora já presidiu: o Banco do Estado de Rondônia. O Banco Central está com um pedido de autorização para a privatização e liquidação do banco.

Não quero ser repetitivo. Por estar ausente, não sei o que os Senadores já perquiriram. Faço minhas as palavras do Senador Gilvam Borges no que tange aos elogios a V. Sª. Também desejo fazer algumas ponderações muito breves.

Discordo da senhora, Drª Flora, quanto a essa questão da relação de um técnico para 50 projetos, em Rondônia. Não discutirei o caso dos outros Estados, porque não conheço. Acredito que, em Rondônia, há 11 ou 12 mil pequenos agricultores no financiamento. Quantos técnicos, então, deveria haver no Estado, para acompanhá-los, de acordo com essa relação?

O que ocorre em Rondônia hoje é que estão disseminadas as pequenas associações de agricultores. Cada associação envolve 30, 50 ou até 60 agricultores. O projeto normalmente é o mesmo para plantar acerola, comprar gado leiteiro, etc. Enfim, um técnico tem condições de acompanhar quatro, cinco ou seis daquelas associações, portanto, um número muito maior do que esses 50 projetos. Quer dizer, a afirmação de que com uma associação ele completaria a sua quota não é verdadeira.

Inquiro da senhora o seguinte: por que não estudamos a possibilidade de outros agentes financeiros, outros bancos? Veja bem: apesar de todo o esforço empreendido pelo Basa - ou por algumas agências, pelo menos -, são seis agências para 52 Municípios. Então, é um pedido que já tenho feito a V. Sª e reafirmo neste momento. Se o Basa quer continuar sendo o único agente financeiro do FNO no Estado de Rondônia, precisa aumentar o número de agências. É um pleito que faço aqui.

E adianto o seguinte: no Estado de Rondônia, começaram a surgir agora cooperativas de crédito. Isso é permitido legalmente. Por que não aproveitar essas pequenas estruturas para auxiliar o Basa nessa sua árdua, difícil e complexa missão de agente do FNO na Amazônia, especialmente em Rondônia? É um Estado que se desenvolveu, e os agricultores, evidentemente, em razão das suas necessidades, cobram de todos nós esse alcance. Reconheço o esforço do Basa, mas a estrutura de que ele dispõe não dá conta daquele atendimento.

Em relação ao Estado de Rondônia, Drª Flora, não concordo com a sua afirmação. O fato é que havia R$36 milhões para serem aplicados no Estado de Rondônia, e só o foram R$13 milhões, ou seja, um terço. No Estado de Rondônia, em que pese a incompetência para governar, a corrupção que campeia no Governo e a falta de estruturação da Emater, não concordo que faltem estradas, energia elétrica, etc. Creio que deixaram de ser aplicados R$23 milhões no Estado também em razão do que estou reclamando, ou seja, do pequeno número de agências de que dispõe o Basa em Rondônia.

Por fim, queria fazer uma referência aos devedores do

FNO, até porque sobre isso há um projeto de minha autoria em tramitação na Casa. No início da sua explanação, V. Sª falava do alto nível de inadimplência de que o Basa ainda é sofredor e da reposição ao fundo dos R$45 milhões. O meu projeto prevê um rebate: a redução da dívida - do principal e custos - em 50% para todos os financiados, que são os inadimplentes que - creio - estão atingindo hoje até o Basa na sua estrutura inteira. A justificativa que demos ao projeto é a de que esses são os financiados no final de 1994 e início de 1995, ou seja, um pouco antes ou depois da implantação do plano de estabilização econômica, o Plano Real. Após o Plano, houve acomodação do preço da terra e do gado, o que inviabilizou, de fato, o pagamento dessas dívidas.

Tenha V. Sª a certeza de que, se a equipe econômica do Governo não concordar com nenhuma acomodação desses valores - tenho dito isso no meu Estado e em pronunciamentos no Senado –, o Basa, entidade que V. Sª tão bem preside, será a maior imobiliária de pequenos imóveis neste País. No meu Estado, o seu Banco será, com certeza, proprietário de mais de 10.000 pequenas propriedades agrícolas. Sei que não é esse o interesse do Basa, nem da área econômica, mas gostaria de ouvir a opinião de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Tem a palavra a Drª Flora Valadares.

A SRª FLORA VALADARES - Quanto à relação técnica desse projeto à qual me referi, a área técnica do Banco foi quem fez o estabelecimento. Não sou técnica agrícola, nem engenheira agrônoma para discutir o mérito da questão; sei comparar. Já que no Sul e Sudeste são 10 projetos para cada técnico, que uma das causas da inadimplência foi a aplicação inadequada e que o nosso direcionamento de recursos está, em mais de 70%, no micro e pequeno produtor que recebe pela associação, nota-se que o sistema de associação - segundo o qual assinar para um basta para dar mais - está dando problemas. Então, é um caso que não posso discutir, porque desconheço. Levarei a questão para análise.

Temos identificado problemas nesse setor. Em Rondônia, há uma folga de técnico em Cacoal e Jiparaná. Em Vilhena, são 120 por um e, na região do Guajará, 75 por um. Como disse a V. Exªs, não é igual para todos; há uma média que atrapalha.

O ofício que encaminhei a V. Exªs é abrangente. Há problemas que se enquadram em apenas um Estado. Quanto ao escoamento da produção, Rondônia é privilegiada, porque se beneficia da espinha dorsal, que é a BR-364; ao contrário, o meu Estado, o Acre, fica isolado. Nós nem conseguimos conhecer todas as populações. Nos meus tempos de jovem, no Acre, não podia visitar os meus avós com freqüência, porque vinha de Brasiléia, ficava em Madureira, e eram 23 dias de barco, com criança pequena. Não havia outro transporte; era difícil. Realmente, reconheço que são estruturas diferenciadas; a Amazônia é um continente à parte, e cada local tem problemas diferentes. Então, parte do ofício se aplica a uns, parte a outros; em relação ao todo, seria aquilo. Não quis fazer algo diferente para cada um. Ele se adapta à condição de cada Estado.

Quanto ao risco do FNO, ele é realmente alto, e estamos gastando por conta disso. Esse valor de R$45 bilhões realizado em 1997 está projetado em R$73 milhões para 1998, nas mesmas condições; não houve nada diferente. Isso é algo difícil para o banco administrar.

Quanto ao aumento de agências, estamos dependendo do nosso aumento de capital, porque tem um parâmetro de capital em relação a cada agência aberta. Quando nós terminarmos este processo, nós precisaremos fazer os estudos necessários, inclusive já com cartas dirigidas aos municípios, já com pesquisa do IBGE, já com o estudo da potencialidade econômica sendo realizado. Não estamos parados, esperando o aumento de capital, para começar o processo. Já estamos estudando isso daí para a região toda. Nós já temos algumas elencadas dentro de cada microrregião, cujos estudos mandei aprofundar daquelas elencadas na primeira aproximação. Tem para todos os Estados algumas elencadas. Estamos aprofundando os estudos para que, quando se concretizar o aumento, poderemos fazer o pedido ao Banco Central. Desses convênios que temos feito com essas empresas, o convênio com a Seplac foi o que mais nos ajudou a aplicar no ano de 1997 para podermos sair desse impasse. A Seplac nos tem feito projetos não só para o cacau, mas para outras áreas do extrativismo também. Temos um convênio com o Ibama para a parte do extrativismo, para apoio ao Prodex, um programa novo que também vem ajudar quando se tem um área pequena de extrativismo, por exemplo na região do Vale do Mamoré, tem uma parte do Acre, do Pará, do baixo Amazonas, onde há muita coisa a ser feita; já estamos com vários projetos, alguns já aprovados, liberados, outros em andamento. E também esbarra na assistência técnica. Estamos com convênio com o Ibama para vermos se suprimos isso.

Fizemos reuniões recentes com o Programa Comunidade Solidária e com o Ministério da Agricultura, que estão vendo se conseguem fazer uma forma nova de dar assistência técnica a esses projetos, não igual a Lumiar, mas alguma coisa paralela às empresas estaduais. Estamos nesta casa do extrativismo treinando, até com nossos recursos próprios, para florestar, pessoas da comunidade sendo treinadas por uma equipe de técnicos para poder fazer isso nas bases, para se conseguimos superar o impasse. Estamos procurando vários caminhos para sairmos do impasse. Não estamos acomodados.

Quanto a essa parte das dívidas, Senador, reconheço que houve um problema de mercado, de taxa - acho que a nossa taxa ainda é a melhor, apesar do problema geral da taxa de juros em nosso País. O problema maior não está aí, e, sim, na carência de infra-estrutura, que é diferenciada, e nos projetos passados na parte de preço de mercado, de preço do produto, como falei do preço do gado e outras culturas mais, o leite, tudo isso. Talvez tenha que ter um tratamento diferente. Não conheço ainda o estudo que o Governo está fazendo. Eu não poderia adiantar nada ainda, teria que fazer uma reunião prévia para isso. Mas fico à disposição para qualquer coisa posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - O Senador Ademir Andrade ainda vai fazer algumas considerações finais. Tem a palavra S. Exª.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Eu queria pedir à Drª Flora que, no diagnóstico solicitado pelo Senador Jefferson Péres, nos fosse encaminhado, na questão das explicações do FNO, de maneira bem sucinta, bem clara e bem explicativa, ano a ano, quanto entrou diretamente do Governo para o Fundo, numa coluna.

Numa outra coluna, nós gostaríamos de saber quanto está sendo reposto daquilo que foi aplicado, ano a ano, porque, afinal de contas, é o mesmo Fundo. Aí, teríamos o total, a entrada do Governo, e o que está voltando do que foi aplicado, ano a ano. Aí, já teríamos uma idéia da questão da inadimplência e da perspectiva de retorno também, porque no normal seria que, a cada ano que passasse, aumentássemos esse volume de recursos, de forma a criar um grande desenvolvimento no nosso Estado.

Numa outra coluna, queríamos ver quanto do total foi destinado ao FNO Especial, que é o FNO ligado à agropecuária, principalmente do pequeno produtor rural, e o FNO Normal. Seriam quatro colunas que, de maneira bem simples, nos dariam um diagnóstico da situação: quanto o Governo repassou, ano a ano, quanto voltou do recurso aplicado, quanto foi aplicado, ano a ano, no total e quanto é do FNO Especial e quanto é do FNO Normal.

Drª FLORA VALDARARES - V. Exª quer saber o FNO especial ano a ano também ou só o total?

O SR. ADEMIR ANDRADE - Se possível, ano a ano.

Drª FLORA VALDARARES - É possível, sim.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Dessa forma, num simples olhar de uma página, num quadro, já teríamos o diagnóstico. Talvez não seria necessário muita coisa escrita. Já teríamos uma idéia da situação.

Também gostaria de saber quanto do FNO normal está sendo destinado à agricultura, à indústria e à área de serviços.

São essas as informações de que precisamos para fazer uma análise.

Confesso que ainda não me sinto satisfeito quanto ao meu questionamento.

Indago se há perspectiva de aumento do número de funcionários do Banco da Amazônia. Segundo informações da Drª Flora, temos 2.200 funcionários. Qual seria a necessidade de atendimento da demanda e a quanto se pretende chegar?

Quanto às agências ou aos postos, faço a mesma pergunta: há perspectiva de aumento de número de agências ou de postos ou haverá a continuidade de redução?

Entendo que deveria haver uma ação conjunta do BASA, da Sudam, dos órgãos ligados à área, dos governos de Estado, das Secretarias de Agricultura, das Ematers, enfim, de todas as agências no sentido de realmente realizar o fomento. Não só ficar na expectativa, mas ir atrás do que deve ser feito para estimular a produção.

Tenho sempre defendido que – já tive oportunidade de falar em outra ocasião –, se fosse possível, em cada município da Amazônia, deveríamos ter uma representação do Banco, um funcionário apenas, um tipo de posto para analisar a situação, ver a necessidade, perceber o que é precisa ser feito. Ainda que não fosse uma agência, mas alguém que pudesse estar lá permanentemente, com a secretaria do município, com o sindicato dos trabalhadores rurais local. Não vejo como reduzir, vejo sempre como ampliar, considerando que a principal questão do Banco da Amazônia hoje é o Fundo Constitucional do Norte.

Pergunto se, no fundo, no fundo, não há uma posição de protesto do BASA no ano de 97. Eu gostaria que a senhora me respondesse com toda a sinceridade. O fato de o ano de 97 ter sido o ano em que menos se aplicaram recursos do FNO não significa, no fundo, no fundo, uma espécie de protesto do Banco da Amazônia com o intuito de dizer aos governos ou aos outros órgãos responsáveis: "Ou vocês fazem a sua parte ou nós não vamos ficar nos arriscando a jogar fora nosso dinheiro"? Será que, no fundo, não é isso? Uma espécie de recado do Banco da Amazônia aos governos de Estado: "Vocês têm que fazer a nossa parte, porque não estamos aqui para jogar fora." Eu gostaria que a senhora respondesse com toda a sinceridade.

Também gostaria de entender a posição do Governo – do Ministério da Fazenda, do Presidente – com relação ao Banco da Amazônia. No início do Governo Fernando Henrique Cardoso, falou-se muito na fusão do Banco da Amazônia com a Sudam. Ainda persiste essa idéia ou está hoje absolutamente descartada? O propósito do Governo é fazer com que o Banco da Amazônia realmente ser torne um banco de fomento, de estímulo à produção ou é reduzir e aniquilar o Banco? Sinceramente, qual é o propósito do Governo hoje? Se tínhamos 2.800 funcionários, chegamos a ter 5 mil e hoje temos 2.200; se tínhamos muitas agências e hoje muitas estão fechadas, afinal de contas, qual é o propósito do Governo com relação ao Banco? Ainda há essa idéia de fusão do BASA com a Sudam?

Para encerrar, quanto ao aumento de capital, das dificuldades por que o Banco passa, quero dizer que, por mais divergências que existam entre parlamentares, partidos, disputa de espaço e etc, existe uma bancada que, em momentos de dificuldades, tenho certeza da sua unidade e do esforço em ajudar a nossa região. Tenho certeza de que contaríamos com o apoio de todos os Senadores do Amazonas, com todos os Deputados Federais no sentido de melhorar o Banco, aumentar o seu capital com facilidade, aumentar o número de agências e de funcionários, aplicar, fazer o Banco efetivamente aplicar esses recursos. Não estou convencido, Drª Flora, da razão da não-aplicação desses recursos. Falta de procura não o é. A procura continua grande e – eu até diria – cada vez maior.

Em seguida a esta reunião, vou entregar-lhe um ofício meu. Há sete ou oito meses, estou trabalhando com alguns pescadores na área de Bragança. Eles têm envidado todos os esforços para ver atendido um financiamento. Satisfizeram todas as exigências do Banco – FNO especial também. O cadastro deles está para ser feito pela agência de Bragança. O gerente tem dificultado bastante a efetivação do cadastro de 20 pescadores da região.

Estou mostrando que é grande a demanda. Por que não foi aplicado nos anos anteriores e não nesse? É uma espécie de protesto do Banco em que diz aos governos que não quer jogar dinheiro fora?

Eu gostaria de ouvir claramente respondidas essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra à Drª Flora Valadares.

A Drª FLORA VALADARES - Sobre as perspectivas de aumento ou redução do número de agências, temos de olhar as agências não só pela necessidade espacial, mas pelas condições do Banco como um todo, da instituição; se ele tem condições patrimoniais, rentabilidade para mantê-las abertas. As agências que fechamos estavam altamente deficitárias há longos anos.

Houve uma certa confusão quando fui à Assembléia Legislativa do Pará e declarei verdadeiramente que 68% das nossas agências estavam deficitárias. Umas mais, outras menos, mas 68% estavam. Publicaram, então, que o Banco estava quebrado. Não era nada disso! O Banco estava com patrimônio positivo, com rentabilidade e lucro, que poderiam ser muito maiores se não houvesse essas agências com déficit. Os demais 32% das agências estavam dando resultado e sustentando as outras. Em vez de estarem sustentando-as, poderiam estar realizando tarefas novas e diferentes, melhorando nosso parque tecnológico, melhorando nosso treinamento para dar uma melhor resposta à sociedade local. Esse foi o motivo do fechamento.

Chegou-se a esse número de agências deficitárias porque elas existiam há longa data, seu patrimônio caiu e não foram fechadas. Se fizermos uma relação – pelas exigências do Conselho Monetário Nacional – patrimônio versus agência, nas condições de hoje, ainda não estamos em condições de fazermos aberturas.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Há perspectivas de abertura, de aumento do número de funcionários?

A Drª FLORA VALADARES - Há perspectivas de abertura. Quanto ao aumento do número de funcionários, como lhe disse, estamos convocando concursados. Nosso concurso tem prazo de validade de dois anos. Não paramos de convocar. Mas os concursados levam 30 dias para tomar posse, esperam o último dia para dizer que não tomarão posse e temos de chamar o próximo. Temos de obedecer à base programada. Nunca vamos chegar a ter 2.200 ou 5.000 funcionários como já tivemos porque, à medida que informatizamos o sistema, colocamos terminal, fazemos contabilidades em máquinas e vão para o sistema de computação, há uma maior despesa de mão-de-obra. É evidente que há uma dispensa de mão-de-obra.

Queria também esclarecer que a nossa redução pareceu ter ocorrido porque houve uma saída de funcionários programada pelo Banco. Não! A única atitude que deu algum

incentivo à saída programada foi para os funcionários do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Porto Alegre e de Brasília, que já estavam há 20 anos no Banco e não queriam ir para a Amazônia. Então, demos condições de saída para abrir vagas para lá, porque não iríamos ficar com funcionários onde não havia necessidade, sendo que precisávamos de funcionários numa área mais carente. Esta foi a única saída.

Não fizemos nenhuma redução de quadro, porque já havia sido reduzido com aposentadorias, quando não havia concurso. Não houve uma dispensa de funcionários. Inclusive, com relação ao episódio de fechamento de agência, remanejamos funcionários e ainda continuamos com vagas para chamar todos que faziam parte do cadastro de reserva de nossas agências e dos concursos. Só não foi remanejado e não ficou no banco quem não quis ir para outra agência. Houve pessoas que não quiseram ir, pois queriam começar uma vida nova fora do Banco. Portanto, demos condições para que isso ocorresse, dada a nossa média de idade ser de 25 anos e de tempo de serviço na casa ser 45 anos de idade biológica, quer dizer, temos um quadro envelhecido.

Estamos retomando isso devagar; continuará a chamada de técnicos e o treinamento. Temos de ir devagar. Se colocarmos muitos funcionários de uma vez, não há como prepará-los para assumir as funções corretamente. Então, estamos fazendo isso.

Penso que uma média ideal para a renovação do quadro seria de, pelo menos, uns 100 por ano. Mas acontece que, como o Banco ficou muito tempo sem fazer concurso, terá de fazer mais do que isso por ano.

Esses anos que virão serão fundamentais, porque a maioria do pessoal que está no Banco hoje sairá em dez anos. Temos de, em dez anos, estar com o pessoal preparado para poder assumir isso.

Da forma como estou falando, dá para V. Exª notar que parte da resposta da sua última pergunta sobre a existência do Banco já foi respondida.

Tomei posse no dia 17 de maio de 1995. Desde o dia da minha posse até hoje, nunca houve uma mudança de rumo da orientação, nem do acionista majoritário, Presidente do Banco, nem do Conselho de Administração, nem do Ministério da Fazenda ou do Ministério do Planejamento e Orçamento, e nem do Governo como um todo. Nunca! A orientação do Banco da Amazônia foi sempre de que sua missão era apoiar o desenvolvimento da Amazônia. A razão de ser do Banco é apoiar o desenvolvimento como agência de fomento regional. Isso não mudou em nada e é para isso que estamos trabalhando nesses três anos.

Não houve uma mudança de rumo e nem está havendo agora; continua sendo o mesmo. Lembro-me de que, desde a minha posse, - se houve alguma especulação anterior - nas entrevistas iniciais perguntavam-me muito se havia fusão com o BND, com a Sudam. Sempre respondi que nunca ouvi falar nisso, porque realmente nunca chegou até mim essa orientação oficialmente. Ouvi perguntas paralelamente de terceiros, mas oficialmente do Governo nunca. Disse isso no início, durante e digo hoje, já quase no fim do mandato, mas realmente nunca houve isso. A orientação era a de que sempre teríamos de ter uma agência de fomento regional para promover e apoiar o desenvolvimento, visando diminuir o desequilíbrio da região.

Senador, estou ciente disso e esta foi a missão que me foi dada ao longo desse tempo. É claro que tenho de fazer um trabalho com seletividade na aplicação, para o Banco não ficar de novo com um patrimônio líquido virado. Tínhamos de fazer saneamentos; tínhamos 91 milhões de prejuízos acumulados que vinham de longa data, desde quando não havia patrimônio. Conseguimos, agora, chegar a uma situação mais confortável, mas há muito a fazer pelo caminho, pois o Banco ainda não se encontra numa situação ideal. Realmente, precisamos abastecer o avião em vôo.

Ao mesmo tempo em que cumprimos a missão externa, temos de fazer também a parte de arrumação interna para continuar melhorando. Porém, é preciso ter o apoio externo. Sobre este assunto, V. Exª me perguntou se foi um protesto do Banco da Amazônia. Não, não foi protesto. Isto é conseqüência da situação atual. Não podíamos continuar com a inadimplência alta, fazendo empréstimos - o Senador José Bianco já saiu -, mas, como a área técnica demonstrava, muitas vezes havia erro. Quando íamos apurar e fiscalizar, o produtor tinha errado, tendo colocado a semente inadequada, que não deveria ter sido comprada daquele jeito, e o adubo impróprio. Perde-se, assim, pela falta de apoio técnico à extensão rural, à parte de campo. Há ainda alguns desvios. Algumas pessoas pensam que, como não é necessário pagar, se pode desviar. Desses, não temos nenhuma contemplação, e não vamos compactuar com desvios. Os produtores devem procurar uma saída. Mas, quando há uma aplicação inadequada, temos tentado flexibilizar em termos de prazo, de alongamento, dentro da legislação. Não podemos fazer o que a legislação não permite.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Para 1998, temos R$192 milhões que sobraram e a perspectiva de R$230 milhões.

A SRª FLORA VALADARES - Temos aproximadamente R$400 milhões e estamos fazendo esse trabalho justamente para ver se não repetimos os mesmos erros em 1998. Ainda não posso dizer como os produtores vêm se comportando, porque V. Exª sabe que o forte da Amazônia é a partir de junho, da demanda de crédito, e não agora, nessa época de chuvas. Em maio, eles começam a chegar ao banco para cadastro, porque junho é o mês que deslancha. Pelo que há hoje, não se percebe ainda mudança de comportamento. Porém, se não houver uma assistência técnica diferente, será difícil para nós. Temos de fazer uma aplicação e apoiar o movimento, mas se faço com risco de não dar certo, estou apoiando o inadimplente. O fundo vai receber, porque, pela lei, temos de indenizar.

O SR. ADEMIR ANDRADE - De onde o banco arranja dinheiro para indenizar o fundo?

A SRª FLORA VALADARES - Trabalhando.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Em que setor? No setor de desconto?

A SRª FLORA VALADARES - Nos setores de câmbio, desconto, nota promissória. A carteira comercial só existe para apoiar o Banco numa situação de fomento, senão, não se trataria de banco misto, mas puro. Temos ainda a carteira comercial, dentro da nossa missão, como apoio e sustentabilidade às ações de fomento, porque prédios pequenos não pagam folha, não compram máquina nova para modernização tecnológica, não bancam treinamentos. Tudo isso tiramos dos recursos da área comercial, que veio para sustentar o fomento. Por isso, entramos com tarifas, convênios de arrecadação com governos. Essas são as fontes. Mas não se pode continuar assim, pois chega uma hora em que se esgotam os recursos.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Então, há, de certa forma, um condicionamento às ações do Governo para aplicação desses recursos – ou eles melhoram a condição de assistência técnica ou...

A SRª FLORA VALADARES - Isso acontece no geral. Aliás, não estamos falando de assistência técnica para cobrar de governo estadual, porque temos o outro lado da moeda – problemas de limitação orçamentária, com a despesa com pessoal limitada a 60% a 65% do orçamento. Há também empresas com ações trabalhistas antigas que deslancharam agora e empresas com outros problemas, o que está dificultando a tentativa de uma reestruturação nessa área pelo governo estadual. Temos ido também ao Governo Federal, e há

promessas de apoio, de estudos, para fazermos algo paralelo. Essa nossa atitude referente à área de extrativismo já é uma tentativa, via Ministério da Agricultura, via Secretaria da Amazônia Legal. Temos procurado várias saídas. Não estamos parados. Nesse conjunto, talvez teremos maior sucesso neste ano.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Andrade) - Agradecemos a presença da Drª Flora Valadares Coelho, Presidente do Banco da Amazônia, com sua exposição e seus esclarecimentos a respeito dos questionamentos formulados pelos Srs. Senadores.

Como Senador pelo Estado do Acre, sinto-me orgulhoso com a atuação da Drª Flora Valadares à frente do Banco da Amazônia, porque sabemos das dificuldades que encontrou para saneá-lo. Há três anos, o Banco da Amazônia não tinha condições sequer de publicar o seu balanço, estando impedido de fazê-lo devido aos constantes prejuízos que apresentava nos anos anteriores à gestão da Drª Flora Valadares e da sua diretoria. Ela conseguiu superar essa fase com o apoio das autoridades federais, da classe política dos Estados que integram a Amazônia Legal e, hoje, esse banco começa a apresentar os primeiros resultados positivos da sua gestão à frente do Banco da Amazônia. Ela tem larga experiência, como ex-funcionária do Banco Central, como antiga Presidente do Banco do Estado do Acre e Secretária de Fazenda do Estado do Acre. Foi, inclusive, Presidente do Banco de Roraima e Presidente do Banco de Rondônia - Beron. Desta forma, tem uma larga experiência e procura - como Presidente do Banco e com o suporte de sua diretoria - ampliar, cada vez mais, a atuação daquele tradicional estabelecimento de crédito na nossa região.

Com essas declarações, considero encerrada a nossa reunião. Contudo, não quero deixar de agradecer a presença de todos e, particularmente, da Drª Flora Valadares, Presidente do Basa, e do seu Diretor que também aqui está presente. Esses agradecimentos estendem-se aos funcionários do Banco da Amazônia, por intermédio de seu representante, Dr. Jorge Nei Ribeiro. Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião

(Levanta-se a reunião às 12h20min.)

COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 475, DE 1996-SF, DESTINADA A **"DEFINIR UMA POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DA AMAZÔNIA"**

Ata da 11ª Reunião
Realizada em 15 de abril de 1998.

Aos quinze dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e oito, às dez horas, na sala 13 da ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, reúnem-se os Senhores Senadores Nabor Júnior, Ademir Andrade e Jefferson Peres membros da Comissão Especial "Amazônia Urgente". Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente, Senador Nabor Júnior, passou a palavra ao Dr. Silas Guedes, Vice-Reitor do Universidade da Amazônia, que fez um breve relato sobre a situação da Univesidade a qual pertence, mostrando dados sobre a funcionamento dos Cursos de pós-graduação implantados com suscesso nos últimos anos, inclusive a situação financeira que é coberta com os recursos da própria Universidade. Proseguindo o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Magnifico Reitor da Universidade do Pará, Professor Cristovão Picanço Diniz, que passou a mostrar com projeção, o quadro real do colegiado de todas as Universidades da Amazônia brasileira, que compôs o IV Projeto Norte de Pesquisa e Pós - Graduação, afirmando que a Universidade do Pará possui o maior investimento humano da Amazônia, abrigando uma população de 35.000 pessoas. Para questionar os expositores foi dada a palavra ao Relator, Senador Ademir Andrade, que em rápida análise, desenvolveu questões para serem respondidas, sendo que todas foram brilhantemente discutidas pelos Drs. Silas Guedes e Cristovão Diniz. Foi registrada ainda a presença do Deputado Olavio Rocha, da bancada do Estado do Pará. Agradecendo os expositores o Senhor Presidente encerrou a reunião. E não havendo nada mais a tratar foi encerrada a reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte da mesma.

Senador Nabor Júnior
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Declaro aberta a reunião da Comissão Temporária, criada para atender o Requerimento nº 475/96, chamada a definir a Política par ao Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia.

Convido para tomar assento à mesa o reitor da Universidade Federal do Pará, Prof. Cristovam Picanço Diniz, também convido o vice-reitor da Universidade Federal do Amazonas, Prof. Silas Guedes.

Inicialmente, apresento nossas escusas aos Magníficos Reitor da Universidade do Pará e o vice-reitor da Universidade do Amazonas, pelo fato de que ainda não estão presentes os vários Parlamentares que integram a Comissão.

Hoje foi realmente um dia muito difícil para a realização desta reunião extraordinária, uma vez que outras Comissões estão reunidas. A maioria dos Senadores integrantes desta Comissão também faz parte das Comissões permanentes e, como tal, encontram-se participando das mesmas.

Os Deputados do Pará e do Amazonas foram convidados e estiveram aqui, ontem, à tarde, para participar da reunião. Porém, em virtude do falecimento, em São Paulo, do Senador Humberto Lucena, o Presidente do Senado suspendeu todas as atividades da Casa. Portanto, embora houvesse **quorum**, não pudemos realizar reuniões à tarde, para que se pudesse prestar ao Senador uma homenagem póstuma.

Faço um apelo aos Senadores que se encontram em seus gabinetes, que fazem parte da Comissão da Amazônia, para que venham prestigiar as exposições do Reitor da Universidade do Pará e do Vice-Reitor da Universidade do Amazonas, Dr. Silas Guedes, a quem passo a palavra para fazer a sua exposição.

O SR. SILAS GUEDES - Sr. Presidente, Senador Nabor Júnior; Sr. Relator, Senador Ademir Andrade, em nome da Universidade do Amazonas, tenho muito prazer em agradecer a oportunidade de estar aqui para comentar sobre as nossas Instituições.

Trouxe um texto escrito, que será distribuído a V. Exªs. Farei a leitura do mesmo e, em seguida, apresentarei algumas transparências sobre a Universidade.

A nossa Universidade foi fundada em março de 1910. A primeira universidade brasileira — não sei se V. Exªs sabiam - com a missão de contribuir para o seu desenvolvimento por intermédio da formação de recursos humanos.

Naquela época, o Estado já experimentava um certo crescimento, como conseqüência do ciclo da borracha. Passaram-se os anos. Abateu-se sobre o Estado forte período recessivo. Enquanto isso, a Universidade continuava crescendo, procurando responder aos anseios da população jovem com a criação de novos cursos, com bases nas exigências demonstradas naquele momento e no futuro.

Em 1967, surge, por decreto federal, a Zona Franca de Manaus, impondo-se um novo ciclo de desenvolvimento.

Dentre outros empreendimentos, passou a exigir um novo perfil de profissional para a mão-de-obra especializada e diversificada. Diante da nova realidade, a universidade instituiu cursos, ampliou suas vagas, a fim de atender, a médio e a longo prazo, às exigências que a sociedade amazonense passou a fazer.

Comentarei algumas questões acerca da ligação entre a Universidade e o Governo - as nossas relações têm algumas peculiaridades:

A Universidade foi criada sob a égide de uma fundação e jamais se desvencilhou dessa prerrogativa. A legislação das instituições autárquicas é aplicada integralmente às instituições convencionais.

Distante dos centros do Poder, a universidade da região amazônica sempre foi tratada à margem do processo de desenvolvimento. A Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa -, criada para promover o desenvolvimento da região, desconhece a presença da Universidade. Não há, em seu orçamento, qualquer dotação destinada a estimular ou mesmo a apoiar o seu crescimento. Nas poucas vezes em que destinou algum recurso, fê-lo com projetos negociados por meio da amizade pessoal entre membros da universidade e poderosos técnicos do órgão. Trata-se de membros que interferem sobremaneira no tratamento dado a outras universidades, em que instituições como Sudene e Sudam foram criadas. A Lei de Informática, instituída na área de influência da Zona Franca de Manaus, não beneficia nenhuma das instituições de ensino público da região, serve a outros interesses e está a exigir da parte do Poder Público normatização para que os possíveis recursos dessa fonte tenham os fins desejados.

As obras do campus universitário estão incompletas há mais de 15 anos, apesar de vários projetos apresentados ao Poder Público. As instalações físicas de várias unidades como o Instituto de Ciências Exatas, o Instituto de Ciências Biológicas e o das Ciências Agrárias são as mesmas, provisórias desde 1989.

As faculdades acadêmicas tiveram expressivo aumento do número de alunos nos laboratórios acadêmicos. Alguns cursos, criados pela exigência de mercado, ainda não dispõe de instalações físicas, funcionam precariamente em dependências cedidas e alugadas. O recurso orçamentário anual não contempla obras de manutenção, espelhados nos blocos acadêmicos e de laboratórios, necessitando reparos de custo elevado. As vias de transporte rodoviário que interligam as unidades do **campus** estão em precárias condições de tráfego.

No tocante a pessoal, a universidade perdeu, por aposentadoria, um número expressivo de professores qualificados, mestres e diretores, na vigência da discussão da reforma administrativa. Complementarmente, os que aderiram ao Programa de Demissões Voluntárias do Governo tiveram suas vagas excluídas, e os que falecem não são substituídos. Assim, a instituição vem funcionando, há mais de três anos, com cerca de 200 professores, com contrato temporário - substitutos e visitantes. Essa situação coloca em risco o desenvolvimento da pesquisa pela instabilidade contratual desses profissionais.

A Escola de Enfermagem de Manaus, incorporada ao patrimônio da Universidade pela Lei nº 9.484, de 22 de agosto de 1997, portanto, ainda muito recente, não tem docentes no seu quadro. Durante os quase 50 anos de funcionamento seus professores foram, na maioria, enfermeiros reconhecidos apenas como técnicos de nível superior. A Universidade aguarda, há quase nove meses, que sejam liberadas as vagas para proceder ao concurso público, visando à admissão de docentes na Escola de Enfermagem de Manaus. Enquanto isso não ocorre, a Escola vem funcionando precariamente com professores visitantes e de contrato temporário.

No caso da implantação do Sivam na Região Amazônica - gostaria de destacar essa questão, porque ela é fundamental para nossa Universidade -, tem havido grande afluxo de militares das Forças Armadas para o Estado da Amazônia, que, conseqüentemente, são acompanhados de suas famílias, dependentes etc. Por força de lei, são admitidos **ex-officio** nos cursos da Universidade da Amazônia, independentemente da existência de vagas. Somente o curso de Direito recebeu, neste semestre, 203 novos alunos, quase todos no primeiro período, oriundos, na grande maioria, de escolas privadas, que estão lotando as salas de aula, sobrecarregando os professores com a exigência de novas turmas.

Sr. Presidente, gostaria de fazer um parêntese para dizer que temos acompanhado essas pessoas e, historicamente, há alguns fatos. Os militares, quando são transferidos, fazem alguns acordos, e, ao levarem suas famílias e dependentes para Manaus esses são matriculados em escolas privadas, muitas delas de fundo de quintal, e chegam lá com o certificado de aprovação no vestibular, que desconhecemos se ele foi realizado, e, por força da lei, são incorporados à Universidade, criando um problema sério, até um problema político sério na região por conta daqueles que se submetem a um concurso vestibular, que não são aprovados, ou que ficam no final das filas e não têm o mesmo privilégio. Um outro fato agravante é que eles têm uma intenção dirigida para os chamados cursos nobres: cursos de Direito, Administração, Medicina. Quer dizer, cursos onde a demanda da própria região é intensa e essas pessoas chegam para ocupar essas vagas.

A situação é de tal forma grave que houve, recentemente, uma ameaça de paralisação do curso de Direito por falta de espaço físico e por tumulto gerado no início do semestre. Situação semelhante ocorre nos cursos de Administração, Economia e Contabilidade. A previsão é que nos próximos anos cinco mil militares e suas famílias sejam transferidos para a cidade de Manaus e para o Estado do Amazonas. Imaginamos que isso deverá gerar 15 mil novos alunos, porque, normalmente, os militares vão com suas esposas que estão matriculadas, seus dependentes, pessoas da família que levam os documentos para o ingresso.

O que faz a Universidade no contexto dos fatos? Com apenas 767 docentes a Universidade oferece 56 cursos a cerca de 13 mil alunos da graduação e 970 na pós-graduação - são dados de 1997, mas temos outros de 98. São 11 unidades acadêmicas, 34 laboratórios gerais e 04 laboratórios especializados de pesquisa avançada nas áreas de biotecnologia, genética e zoologia; uma central analítica e um centro de ciências do ambiente.

O programa específico de pós-graduação acompanha o andamento de 125 projetos de pesquisa, sendo a maioria financiada pelo CNPq/Capes.

Há vários centros universitários, verdadeiros pólos que dão cobertura acerca de 95% da demanda dos Municípios, com o curso de graduação e treinamento de reciclagem - a exemplo do que fazem outras universidades da região, sobretudo a Universidade do Pará, que desenvolve hoje um grande trabalho de interiorização no seu Estado.

Há o trabalho de formação de agentes de saúde e projetos de criação de peixes ornamentais, chamado Projeto Piaba, que contribui para coibir a depredação dessas espécies na região.

Oferece à população e ao empresariado local cerca de 39 cursos de especialização, atualização, por intermédio do programa **lato sensu,** de grande sucesso.

Está havendo um programa de reciclagem dos professores das redes estadual e municipal para atender à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Está sinalizando um trabalho de educação à distância, para alcançar, via satélite, os Municípios do interior do Estado, onde o acesso é difícil em algumas épocas do ano.

O Hospital Universitário, referência no Estado, para as áreas de traumatortopedia, neurocirurgia, cirurgia geral e especializada, cirurgia cardíaca, atende grande demanda vinda da Capital e do interior do Estado e dos Estados circunvizinhos. É o único hospital público no Estado que atende nessas áreas.

O que propõe a universidade para melhorar o seu desempenho? Primeiro, na área de pessoal: imediata liberação das vagas existentes para a contratação de docentes. Tratamento diferenciado com relação à Escola de Enfermagem de Manaus, no tocante à criação do seu quadro de professores, de acordo com as normas estabelecidas pelo próprio Ministério da Educação; liberação para contratação por concurso público de pessoal técnico-administrativo nas vagas decorrentes de aposentadorias e demissões; liberação das vagas existentes por demissões e aposentadorias de pessoal da área hospitalar para a realização de concurso público; inclusão de recursos no orçamento anual para suportar despesas com a terceirização de atividades, onde o quadro de pessoal destinado a executá-las está em extinção.

Convém lembrar que o Poder Público resolveu extinguir os cargos de funções básicas, como limpeza, conservação, lavanderia, cozinha, etc., cuja maioria tem mais de 30 anos de serviços prestados. Portanto, para manter essas atividades, os hospitais precisam contratar serviços especializados, o que acarreta elevado custo à Região Norte. Mas, na nossa região, hoje a universidade paga quase R$100 mil por mês para custear tais despesas e cerca de R$70 mil destinados ao Hospital Universitário, para a manutenção de equipamentos, aparelhos e os serviços acima mencionados.

No setor administrativo, a liberação de recursos alocados no Orçamento da União para o exercício de 98, dentro da lista dos representantes do pólo da Amazônia no Congresso para as atividades do Programa de Interiorização das universidades da região; alocação no Orçamento para 99 dos valores reais do projeto, objeto do programa; definição clara e objetiva da participação da Suframa no Programa de Estruturação e Modernização da Universidade do Amazonas, na ampliação de seus laboratórios de pesquisa e produção; regulamentação do uso de recursos da Lei de Informática, priorizando as instituições públicas do Estado, responsáveis pela formação de qualidade dos recursos humanos, principalmente da Zona Franca de Manaus; liberação por parte do Ministério da Educação de recursos destinados à recuperação do sistema viário e das instalações públicas do **campus** universitário; previsão imediata do Ministério da Saúde de valores ressarcidos pelas universidades públicas, em virtude da assistência médico-ambulatorial prestada à população.

Para o desenvolvimento econômico-social da Amazônia. Proposições: fortalecimento das instituições formadoras de recursos humanos em nível do primeiro e segundo graus; em nível do terceiro grau, por meio de um programa de aprimoramento da mão-de-obra docente, com mestrado e doutorado de curto prazo; organização dos laboratórios nas áreas de vocação das universidades; criação nos orçamentos anuais, objetivando, especificamente, o aumento das ofertas de vagas nos cursos de maior demanda e vocações regionais; simulação dos programas de educação a distância; consolidação da estrutura das universidades da região com a criação dos programas de financiamento destinados a esse fim, a exemplo do que já ocorreu no passado; ampliação da disponibilidade de vagas para a contratação de pessoal docente e técnicos administrativos nas universidades públicas, criação de programas nos órgãos competentes que estimulem a produção científica sobre a Amazônia, produzindo resultados na busca da solução de sua problemática.

Vou mostrar algumas transparências e comentar a respeito delas. Essa imagem mostra o projeto do nosso **campus** universitário. Essas áreas escuras já estão construídas. Esse projeto tem 22 anos e parte da área construída foi feita há 15 anos e, de lá para cá, não conseguimos ampliar mais nada.

Quanto à infra-estrutura, esses prédios atualmente precisam de reparos, pois existem vários materiais altamente corrosivos e não temos recursos para isso.

Passarei a informar sobre o desempenho acadêmico na instituição. Estão matriculados na Universidade 14.342 alunos. No entanto, freqüentando nossos estabelecimentos, temos 8.462. Essa disparidade tem a ver com muitas questões levantadas aqui. Uma delas é que os alunos, em sua maioria, são oriundos de família pobres. Eles começam a cursar a universidade uns 2 meses e param, porque passam a procurar por trabalho. Isso é o que traz a diferença entre os alunos matriculados e os que estão efetivamente na universidade. Estamos mudando essa característica com a troca de horários, inclusão de cursos noturnos, para que as pessoas passem a freqüentar.

A universidade começou um programa de interiorização em 1985, quando passamos a fazer um programa de formação de pessoal no interior do estado.

Neste mapa, mostra-se o ingresso de alunos. Todavia, os cursos não são oferecidos regularmente, mas de acordo com a demanda que o município oferece à universidade. Contudo, já existe um número expressivo de pessoas formadas no interior do estado, por conta dessa nossa atuação. Já temos 635 alunos matriculados no interior e, desses, 494 já haviam concluído em 1997. A Universidade Federal, de um modo geral, tem feito investimentos, apesar do redução progressiva do seu orçamento, para a aquisição de material instrucional. Atualmente temos, em 1997, 24 mil instrumentos que compreendem o material necessário para estudo. O acervo bibliográfico conta com 8.689 títulos de revistas e 65 mil livros à disposição dos alunos.

Os dados de 1997 nos revelam 16 cursos de pós-graduação - apesar de já termos mais 5 cursos implantados em 1998. Assim, temos 21 cursos. Em 1989 e 1992, tínhamos apenas 1; de 1993 a 1996, passamos a ter 14; de 1997, mais um curso foi criado; e, em 1998, mais 5.

É importante observar que passamos a incentivar nosso pessoal à formação do curso de doutorado e reduzimos a intenção para os cursos de mestrado.

Temos 180 professores fazendo pós-graduação. A maioria faz doutorado em universidades brasileiras ou mesmo fora do País. O interesse pela pós-graduação é crescente, desde que o programa foi implantado. Vale ressaltar que, por intermédio do CNPq, esse programa tem o apoio do Governo Federal.

Existe um programa de pós-graduação da universidade em que, em 1997, estavam 1.273 alunos matriculados.

Os dados que mostrarei neste gráfico é bastante preocupante. De 1989 a 1992, criamos uma residência média na área da Ciência da Saúde no Hospital Universitário. Entre 1993 e 1996, criamos mais 7. De lá para cá nenhuma foi criada, apesar do interesse e da necessidade. Acontece que o Ministério da Educação bloqueou todas as vagas destinadas ao acréscimo de bolsas para residência. Assim, se criarmos uma residência, teremos de ter dinheiro para pagar a bolsa do estudante, porquanto o Ministério não mais patrocina. Aliás, no ano passado, cortou o percentual das bolsas existentes nessa região onde a carência de profissionais é enorme. Creio que no Estado do Pará acontece a mesma coisa. Nós não temos um programa que garanta a formação de pessoal. No Estado do Amazonas temos 6 médicos que fazem cirurgia cardíaca; em São Paulo, 6 mil. Deveríamos ter um programa de investimento, haja vista que a falta de profissional para esse tipo de procedimento implica em gasto do doente de Manaus para São Paulo, implica em aumento de demanda nesses hospitais, em gastos de transporte para a família e outros gastos mais.

Existem dois programas fortes na universidade, chamado PET. Este programa busca identificar lideranças na universidade, visando futuros docentes e profissionais para ocuparem funções de gerência e acadêmica. Há 10 grupos PET, com 10 a 12 alunos cada. Certamente, esses serão os futuros profissionais à disposição do Estado do Amazonas em função especiais. A universidade banca 100 bolsas no Programa IBIC e o CNPq banca 200 bolsas. Temos 300 alunos bolsistas no Programa IBIC. Nesse programa científico os alunos participam de um projeto e apresentam resultados.

Na área de extensão temos projetos recentes. Em 1997, tivemos 89 projetos na capital e 151 no interior do estado. Esses programas oferecem bolsas para os estudantes que trabalham especificamente nessas funções. A extensão vem também crescendo a cada ano. Em 1997, desenvolvemos 359 projetos de assessoria nos municípios e instituições públicas e realizamos 314 cursos de extensão oferecidos em todo o estado. A universidade tem um brilhante projeto de produção de livros. É uma das universidades que mais editam no País. Em 1997, produzimos 59 novos livros, não só para o nosso Estado. Várias regiões do Brasil tiveram seus livros editados em nossa universidade.

A questão financeira é coberta pela própria universidade com seus trabalhos. Esses recursos não vêm do Governo Federal.

Passarei a mostrar a situação financeira para que os senhores possam imaginar nossas dificuldades. Para se manter em 1998, a universidade terá 5 milhões e 861 mil reais, recursos esses destinados pela União. Uma projeção que fizemos já nos apresenta uma dívida de 10 milhões de reais no final do ano, caso não haja uma complementação. O gasto mensal é de 1 milhão de reais. Ela só poderá gastar 1/12 do que recebe. É complicado administrarmos com esse dinheiro recebido. Há várias despesas complexas e mínimas urgentes.

O Hospital Universitário vem crescendo sua receita de 1994 a 1997. A partir deste ano, começou a declinar, não por falta de desempenho. Em 1994, tínhamos 2 milhões de reais de receita anual. Em 1996, passamos para 6 milhões de reais e, em 1997, passamos para 3 milhões de reais. Isso representa o corte que o Governo Federal tem feito em cima da conta hospitalar. Para que se tenha uma idéia, o hospital apresenta uma conta de 700 mil reais por mês e recebe uma conta de 390 ou 400 mil reais. Por outro lado, o sistema informa que não havia recursos para cobrir todas as despesas. Assim, temos que distribuir dinheiro a todas as unidades de saúde. Não se privilegia a instituição pública. O hospital não faz só prestação de serviços, mas trabalha intensamente na formação de recursos humanos destinados ao próprio estado. Apesar disso, em vez de a universidade diminuir a sua oferta de mão-de-obra, cresce a cada ano. Temos aprimorado, com certeza, o uso do dinheiro e obtido com isso resultados melhores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra ao magnífico reitor da Universidade do Pará, Professor Cristovam Picanço Diniz.

O SR. CRISTOVÃO PICANÇO DINIZ - Exmº Sr. Senador Nabor Júnior, Exmº Sr. Senador Ademir Andrade, a quem agradeço o privilégio de poder trazer a esta Casa elementos que julgo extremamente importantes para que nós, de uma forma agregadora, suprapartidária, possamos equacionar os problemas da Amazônia brasileira.

Pretendo, na primeira metade da minha exposição, dar-lhes um panorama comparativo da situação nacional e da Amazônia, para que tenhamos os elementos para raciocinar coletivamente. E num segundo momento, discorrer sobre alguns elementos da Federal do Pará e o contexto da Universidade, o desenvolvimento do Estado, da região.

(Projeção)

Começo chamando a atenção para este quadro que foi construído a partir de um esforço colegiado de todas as universidades da Amazônia brasileira para compor o que chamamos o IV Projeto Norte de Pesquisa e Pós-Graduação, em que levantamos dados do orçamento, da distribuição, do que virão a ser os cientistas e professores das universidades, dos institutos de pesquisas, possivelmente os dirigentes e governantes da Amazônia, que são os alunos de pós-graduação deste País. Vejam: o Norte vai representar, na fatia desses indivíduos, apenas 1% do contingente nacional. O Sudeste, que é a região com maior desenvolvimento, retém 74% desses alunos, a quem me reportava como possivelmente sendo nossos futuros professores, nossos dirigentes, enfim, as pessoas que estarão envolvidas com a produção de conhecimento, responsáveis, no caso da Amazônia brasileira, pela substituição da agressividade no trato com os recursos naturais pela sofisticação inteligente, que é o que precisamos para fazer com que a exploração daqueles recursos naturais tenha conseqüências sociais um pouco diferentes daquelas que estamos vendo. Portanto, isso representa, a rigor, um fato que vai reproduzir-se em quase todas as outras informações que deixo aos senhores para reflexão.

A inteligência brasileira está concentrada e continuará concentrada a partir da Região Sudeste. Vamos olhar os cursos e compará-los com a população, porque tem sido argüido que a distribuição desses programas têm ou teria uma relação com a população residente. O Norte retém 6,8% da população residente, mas apenas 1,9% dos programas de pós-graduação. Os programas de pós-graduação são instrumentos que as universidades e institutos de pesquisa têm para formar os seus quadros, formar os pesquisadores e assim por diante. O Sudeste retém apenas 42% da população, mas quase 70% dos programas de pós-graduação. Portanto, o critério de que é a população o instrumento a ser utilizado para distribuição da força tarefa acadêmica do país não é respeitado. Há, claramente, uma diferença no tratamento injusta, porque sequer esse instrumento é respeitado. Há uma discriminação na distribuição dos recursos.

Vamos analisar o que tivemos, no CNPq, em termos de recursos financeiros propriamente ditos. Agora não mais serão analisados os programas, mas os recursos financeiros.

O Norte, novamente, representa 2% do total de recursos que o Conselho Nacional de Pesquisas distribuiu para a regiões em 1994. O Sudeste reteve 77%. Mais programas de pós-graduação geram demandas maiores de recursos, que geram mais programas e maiores demandas, numa espiral concentradora e progressiva, afastando o Sudeste das demais regiões do País. O Estado de São Paulo, solitariamente, retém 56% dos programas de doutorado no País.

Isso não significa que se deva remover recursos da Região Sudeste e alocá-los na Região Norte. Mas é preciso que, no mínimo, seja dado um tratamento simétrico na forma de distribuição desses recursos. Não necessariamente uma simetria proporcional, mas, pelo menos, sejam respeitados os critérios de distribuição.

Vamos observar o orçamento do FNDCT. Neste ponto, observo não um ano isolado, mas uma série histórica, que abrange o período de 1985 a 1994. Nas ordenadas, temos a distribuição percentual das operações contratadas, por ano e por região, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O Sudeste representa esta área especificada na faixa de 30% a 100%. Portanto, quase 70% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de 1985 a 1994, foram retidos na Região Sudeste. A Região Norte representa esta fímbria de recursos, onde há mais o tom da esperança do que propriamente um significado prático, porque representa menos de 1% dos recursos do FNDCT.

Vamos observar esse método que também poderia representar uma esperança. Nesse caso, encontramos uma

situação um pouco pior. Nessa série histórica, houve momentos em que os recursos simplesmente deixaram de ser destinados à Região Norte. Vejam que há uma expansão de recursos dedicados à Região Sudeste. Isso aconteceu na década de 80, fundamentalmente no ano de 1989.

Vamos analisar agora o PEDCT, uma outra alternativa que poderia ser usada. Novamente, a Região Norte é representada por este filete. Estamos tratando do período compreendido entre 1985 e 1994. E nos últimos vinte anos, essa expansão é rigorosamente a mesma.

Vamos analisar se pelo menos é respeitado o princípio da produção na Amazônia. Considerando o PIB, o fomento teria que ser proporcional. Em relação ao PIB, o Norte recebe 0,04%, enquanto que o Sudeste e o Centro-Oeste recebem aproximadamente 0,1%. Quem conhece os números do PIB sabe que estamos falando de milhões para o fomento de ciência e tecnologia. Portanto, novamente esse critério é injusto e claramente discriminatório.

Durante esse período, agora atualizado para 1995, em dólares, o Norte recebeu U$400 **per capta**, enquanto que o Sudeste recebe quase U$4 mil; portanto, oito vezes mais comparativamente à Região Norte.

No período de 1982 a 1994, encontramos o Norte representando menos de 1% do esforço do País relativo à pós-graduação. Devo dizer que tem sido usado um argumento gravíssimo, porque ele congela a situação da forma que está. A Região Norte tem baixa densidade e competência instalada; poucos médicos e poucos doutores, enquanto que o Sudeste tem uma alta densidade e competência instalada. Engels disse: "Aos pobres o tamanho da sua pobreza, e aos ricos - do ponto de vista acadêmico e científico - o tamanho da sua riqueza".

Ora, entre esses dois pontos cria-se uma série de conseqüências sociais para o desenvolvimento da Amazônia brasileira dramática, pela simples razão de que, não havendo quadros técnicos em densidade suficiente, esta Região do País não pode sair do embaraço que está para dar conta de 20 milhões de pessoas que moram sobre aquela floresta.

Vamos observar um pouco mais.

Em relação a todo o aporte de recursos do Conselho Nacional de Pesquisa, vamos encontrar esta paisagem: o Sudeste representando oitenta e tantos por cento, com sua paisagem recortada, até parecida com as montanhas do Sudeste, e o Norte, esta planície verde.

O privilégio que me dão de fazê-los ver o futuro da Amazônia em relação à ciência e tecnologia pode nos dar a chance de, juntos com o Parlamento, encontrarmos caminhos alternativos e menos assimétricos.

Um dado curioso: as pessoas que tomavam decisão naquela mesma série histórica a que eu me reportava, de 1982 a 1994, que estão nos comitês das agências de financiamento, representam mais de 60% das cadeiras que lá estão postas num crescendo até ocupar quase 100%, em 1996, decidindo quem, quando e quanto de recurso vai ser distribuído para o País inteiro. Quem são essas pessoas? São os cientistas da Região Sudeste.

É claro que esse trabalho é feito de forma séria e os critérios utilizados são claramente acadêmicos e científicos. Mas vejam que, comparativamente, o Norte, durante o mesmo período, não participou dessas decisões ou participou de forma ridícula. No período de vacas magras do desenvolvimento científico e tecnológico deste País, desde essa época, é fácil entender que, durante a miséria, protege-se claramente o desenvolvimento de onde já está desenvolvido em detrimento daqueles que querem se desenvolver, até porque o argumento das agências é investir onde o risco é menor. Como a Amazônia brasileira tem um nível de densidade de profissionais da área técnico-científica menor, o risco é maior, e aí, então, todo o dinheiro, ou quase todo, é drenado para outras regiões de menor risco.

Vamos olhar a questão da graduação. Eu falava da pesquisa e da pós-graduação. Vamos tratar agora da graduação. Quanto cresceram nossos advogados, engenheiros, médicos, professores e agrônomos? Qual foi o percentual de matrícula desses profissionais em 1990, na Região Norte e na Região Sudeste?

Há um detalhe importante: Tem sido argüido pelo Governo sobre a parte do esforço e da formação que deve ser transferida para o domínio privado. Vamos comparar o percentual de matrículas nos ensinos público e privado e verificar como isso se dá no norte e no sudeste.

Ontem, eu falava aqui que, na Região Norte, o percentual de crescimento da área privada tinha sido bloqueado pelo simples fato de a renda **per capita** dos estudantes da Amazônia brasileira fazer com que os mesmos pertençam às classes "C", "D" e "F". Enquanto isso, na Região Sudeste, a renda **per capita** dos estudantes os desloca para as classes "A" e "B".

Esse exercício de declaração de intenções, de transferência da responsabilidade do ensino superior para o setor privado, pode aplicar-se muito bem à Região Sudeste, mas, definitivamente, não se aplica às Regiões Norte e Nordeste, onde não há como simplesmente expandir o setor privado em função da renda **per capita**.

Gostaria de deixar um dado para a reflexão dos Parlamentares: 85% dos estudantes da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará moram em invasões. Este é um País dos desiguais. Neste Brasil onde há vários brasis, não pode haver um critério único para populações claramente diferentes, que não podem ser tratadas de forma igualitária.

Deixem-me mostrar as conseqüências desse quadro no futuro. Este quadro ilustra como estamos contratando nossos professores nos últimos cinco anos. Estamos contratando pesquisadores, mestres, doutores, especialistas e assim por diante. Estou falando isso, porque as universidades com maiores índices de qualificação do corpo docente têm mais possibilidade de produzir conhecimento; essas universidades têm, em seus quadros, um maior percentual de doutores, que fazem aqueles programas de pós-graduação que ilustrei na primeira transparência.

Vejam o que está acontecendo: o índice de qualificação do corpo docente dos professores contratados, representados por essas colunas amarelas, na média da Amazônia brasileira, é menor que o índice de qualificação do corpo docente atual. Isso significa dizer que as universidades estão se desqualificando na Amazônia brasileira por várias razões.

Na Amazônia brasileira, ter o título de doutor significa inexoravelmente a morte científica, devido à falta de recursos e de investimentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Pesquisas Tecnológicas, do CNPq, da Capes, do MEC e do DCT. Em segundo lugar, isso envolve não a capacidade de produzir conhecimento, mas a capacidade de resistir às adversidades. Os doutores da Amazônia brasileira precisam inventar criativamente meios para sobreviver academicamente, mas a maior parte deles sai da região. Os melhores vão para São Paulo, para o exterior ou para os institutos que já estão montados.

Se não dispusermos de mecanismos para coibir isso, vamos continuar a encontrar universidades de baixa qualidade, em função das questões que foram postas. Portanto, haverá todas as conseqüências sociais que uma base frágil de universidades da Amazônia gerará para o desenvolvimento científico e tecnológico da região e para a sociedade de uma forma geral.

Vejamos como esse sistema é injusto e deve ser corrigido.

A Universidade Federal do Pará é o maior investimento humano da Amazônia. Abriga uma população de 35

mil pessoas, 2.471 professores, 23.873 estudantes de graduação; 8 pólos de desenvolvimento no interior, mais de 6.000 alunos no interior, levando e produzindo conhecimento da região para a região. 05 núcleos de produção e integralização de conhecimentos, que respondem pela formação dos 1º e 2º graus; 22 cursos de mestrado e 5 programas de doutorado.

Para a região, ela é enorme; para as necessidades da região, ela é um bebê e precisa crescer extraordinariamente.

A Universidade Federal do Pará contribui com dois hospitais públicos, atendendo substancialmente quem não pode pagar. Possui 271 leitos; 34 cursos de graduação, distribuídos nas áreas biológicas, humanas, exatas, nas letras e artes; 23 cursos de mestrado e 05 de doutorado; 405 projetos de pesquisa; 112 projetos de extensão, com 150 mil pessoas por ano; sendo expostos à educação continuada em todos os Municípios do Estado do Pará.

Quando se fala em economizar recursos, numa situação de penúria, uma das desgraças geradas é que quase todo o esforço se destina-a fazer exercícios contábeis de contabilização dos fortes. Evidentemente, os mais frágeis levam a pior.. Vejamos como isso ocorre. A Universidade Federal do Pará é a segunda maior em número de alunos no País. Pasmem! A segunda em desempenho, pelo número de alunos que efetivamente concluem os cursos de graduação e de pós-graduação. É a maior universidade da Região Amazônica, mas, quando se trata de recursos, vejamos como está: 11º lugar em quantidade de professores; 10º lugar em quantidade de recursos de custeio que recebem as universidades federais e 12º lugar na quantidade de recursos totais que recebem as universidades federais -repito: é a segunda universidade federal do Brasil em desempenho.

Vinte e sete por cento dos recursos próprios da universidade foram arrecadados, deverão ser repassados para o Governo Federal e não poderão ser gastos pela universidade; 10% nos programas de residência médica; 15% no vale-transporte, 10% no auxílio alimentação e 18% na contratação de professores temporários. No total, na média, 29% foram removidos do orçamento.

Quero caracterizar ainda que houve um esforço enorme para que o Programa de Integralização das Universidades da Amazônia Brasileira tivesse chance de sobreviver. Darei apenas um dado para nossa reflexão: o Programa de Interiorização da OFPA, solitariamente, alcança, em número de alunos, mais do que a Fundação Universidade do Rio de Janeiro, a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade Federal de Viçosa.

Estamos agora diante do seguinte problema: apesar desse esforço, a emenda dos contratos de interiorização ainda não foi analisada. Isso significa que as universidades da Amazônia Brasileira não terão como manter os programas de interiorização se isso não for efetivamente liberado?

Dirigimo-nos à Secretaria de Ensino Superior do MEC, que nos aconselhou a procurar o Parlamento, para que eles, junto com o Ministro da Educação e, talvez, o Ministro do Planejamento, pudessem descontingenciar os recursos.

Essa é uma das razões pelas quais faço esta exposição.

A cidadania na Amazônia brasileira depende de programas dessa natureza. Quem não tem acesso ou não pode migrar para as grandes cidades fica no interior aguardando uma chance de cidadania. E esse programa é uma chance de cidadania. É mais do que isso: é a chance de mudar a base produtiva do Estado, porque, sem um quadro técnico para o interior da Amazônia, vamos continuar a reproduzir o fenômeno SUDAM, em que a renúncia fiscal gerou uma quantidade de financiamentos para as empresas se instalarem. Ao final do período e do interesse, elas se removeram — e V. Exªs conhece essa realidade melhor do que eu —, não deixando quase nada do ponto de vista do impacto sobre o desenvolvimento.

Por quê?. Porque não havia atrelado ao programa de renúncia fiscal um programa de formação de recursos humanos que garantisse que aquelas empresas pudessem gerar conseqüências para o desenvolvimento regional. Então, estamos falando em atrelar a renúncia fiscal a um programa agressivo de formação de recursos humanos na Amazônia brasileira, que só pode ser feito por intermédio de um desses órgãos.

O argumento: aos mais pobres, os recursos do tamanho da sua pobreza, é o que importa; não se consegue o desenvolvimento da Amazônia dessa forma.

Posso imaginar a Zona Franca de Manaus, em breve, com a remoção dos incentivos fiscais, devolvida à situação de penúria anterior, porque não conseguiu construir um quadro técnico.

Eram esses os comentários, Excelência. Agradeço ao Senador Ademir Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Após as brilhantes exposições, aqui realizadas pelo Professor Silas Guedes, ilustre Vice-Reitor da Universidade Federal da Amazônia e pelo Professor Cristovam Diniz, Ilustre Reitor da Universidade Federal do Pará, concedo a palavra ao nobre Relator desta Comissão, Senador Ademir Andrade, para suas considerações.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Professor Silas Guedes, Professor Cristovam Diniz, considero estarrecedor o quadro apresentado pelos senhores nesta Comissão.

Verificamos com profundo pesar, e até com uma certa falta de informações, a drástica diferença que existe entre o tratamento das nossas universidades e o daquelas das regiões mais desenvolvidas do nosso País.

Gostaria, em primeiro lugar, de saber se essa situação se amplia, se estabiliza ou piora no Governo Fernando Henrique. Vimos dados comparativos a outras regiões do País, e estes se limitam a 1995 — alguns chegam a 1994. Que tipo de ação vem desenvolvendo o Governo Fernando Henrique com relação às universidades? Não me refiro, no caso, apenas às da Região Norte, mas às universidades de maneira geral. Que tipo de política vem praticando o Governo Fernando Henrique? Pelo que estamos percebendo, está havendo uma contenção de despesas, uma redução cada vez maior dos recursos destinados aos cursos de terceiro grau. Os senhores percebem o andamento do processo, no sentido da privatização das nossas universidades.

Como os reitores estão analisando essa situação do Governo Fernando Henrique Cardoso especificamente? Gostaria que essa questão fosse respondida de forma clara. Apesar de ainda não dispormos dos dados estatísticos, creio que, com a responsabilidade de administrar instituições tão grandes como as nossas universidades , é possível "sentir na pele" o que está acontecendo.

Entendo que há uma forma de se resolver isso. Na verdade, é preciso haver um maior entrosamento entre a representação política de cada Estado brasileiro e as suas questões fundamentais, porque o dia-a-dia da luta parlamentar de cada um de nós é extremamente atribulado, cheio de problemas e de dificuldades de toda ordem.

Em nossa região, os problemas aparecem muito mais. Não só há a questão da universidade, como também a questão dos recursos a serem aplicados na infra-estrutura para proporcionar o nosso desenvolvimento, a verticalização da nossa produção, a luta pela terra, que é fratricida na Região Norte. Estamos envolvidos, no nosso dia-a-dia, com uma série de questões que não permitem que cada Parlamentar se dirija para onde o problema existe. Na verdade, o Parlamentar se limita a tentar resolver os problemas que chegam ao seu conhecimento. É muito difícil o nosso tempo ser suficiente para termos uma visão

de conjunto e podermos definir as prioridades e onde devemos trabalhar.

Creio que quem está sempre a nos cobrar tem levado uma certa vantagem nesse processo. Neste País, o jogo é político. Evidentemente, o Parlamento tem uma força expressiva dentro do processo político, mas, às vezes, não está informado sobre o que é fundamental, mais necessário e importante.

Hoje, tivemos aqui uma verdadeira aula sobre a importância das nossas universidades, sobre a relação profunda que as mesmas guardam com o nosso processo de desenvolvimento. Ontem, o Deputado Giovanni Queiroz chamava a atenção — ouvi os comentários do jornal do SBT — para a questão da internacionalização e, inclusive, para o interesse dos Estados Unidos de interferir na Amazônia se não crescermos ou não nos desenvolvermos como eles desejam e entendem que deve ser. Na verdade, isso não pode ser feito sem conhecimento e informação. O Deputado Giovanni Queiroz tem razão ao fazer suas colocações.

Mas lamento, Professor Cristovam Diniz, que toda a Bancada do Estado do Pará não tenha a oportunidade de ouvir essa exposição. Recebemos muitos documentos, mas o nosso dia-a-dia não nos permite fazer a leitura de todos eles e nos dedicar a certos assuntos. Estou mais convencido do que nunca da necessidade de se investir em conhecimento e em estudos sobre as nossas dificuldades e de trabalhar para resolvê-las.

Posso afiançar aos senhores que temos condições reais de interferir no processo, de garantir recursos, de trabalhar de mãos dadas e de superar as dificuldades. Tenho fé nesse sentido. Para tanto, é necessário realmente haver um permanente entrosamento, uma perfeita identidade e a busca da parte da própria universidade com a Bancada federal do Pará, às vezes em exposição como esta na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, na Câmara de Vereadores de Belém. Creio que precisamos ampliar esse processo de entrosamento entre a classe política, que na verdade é a responsável por tudo o que acontece, e instituições da importância da nossa universidade. Não sei se já houve oportunidade disso, mas devemos ampliar esse processo. Já há a garantia de nossa parte de que teremos - a Bancada do Estado do Pará - uma audiência com o Ministro da Educação e, se necessário, com o Ministro da Fazenda, a fim de garantirmos a liberação dos recursos que colocamos no orçamento. Mas entendo que temos que ir muito mais além. Precisamos observar a forma de trabalho e de condução dessas distorções e dessas desigualdades e também uma maneira de combater a posição do Governo - se ele realmente marchar para esse processo de ampliação da desigualdade em busca da privatização das nossas universidades. Então, gostaria que os senhores falassem sobre essas questões.

Gostaria de saber como os Governos dos Estados do Pará e do Amazonas trabalham com a universidade. Que ligações e convênios existem, que colaborações e contribuições podem dar mutuamente, ou estão dando? O que existe de concreto nessa relação e como ela pode ser ampliada?

Finalmente, gostaria também de ouvir uma avaliação dos senhores sobre a greve que se instalou em todo o País hoje nas universidades públicas federais. Entendo a razão da greve, que é legítima, mas queria que os senhores se posicionassem com relação às suas expectativas, porque me preocupa muito a insensibilidade do Governo diante de determinadas questões.

Tenho observado que quando o funcionário público faz greve, seja ele da área da saúde, seja da área da educação, simplesmente é esquecido, cansa-se, e termina retornando sem qualquer fruto da sua luta, diferentemente, por exemplo, dos militares do Brasil que são funcionários públicos armados, que fizeram suas greves por este País afora e que foram prontamente atendidos nas suas reivindicações -- pelo menos na grande maioria dos casos: com um aumento de salário real, ou pelo menos com um abono que, para alguns, representou praticamente 100% de aumento salarial. Será que o Governo tem sensibilidade para os funcionários armados e não tem para os funcionários públicos de uma maneira geral? Qual é a expectativa dos senhores com relação à reação do Governo diante da greve que se instalou em todo o Brasil e que, evidentemente, é um direito legítimo dos professores, dos funcionários, mas que não deixa de ser um prejuízo à Nação, à sociedade e aos alunos. Precisamos saber quais são as expectativas dos senhores com relação a essas matérias. Talvez, nas respostas, possamos ter algo a acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Desejo registrar a presença do Deputado Olavo Rocha, do Estado do Pará, que, atendendo a convite do Senador Ademir Andrade, aqui compareceu para prestigiar esta reunião.

Com a palavra o ilustre reitor da Universidade do Amazonas, Professor Silas Guedes, para tecer considerações a respeito das formulações apresentadas pelo Senador Ademir Andrade.

O SR. SILAS GUEDES - As universidades nunca tiveram, pelo menos não é do meu conhecimento - e estou na universidade há 20 anos. Não tenho conhecimento sobre uma melhoria durante esse período. Sempre tivemos de lutar muito para mantermos nossas portas abertas, a presença de nossos alunos, professores e os nossos laboratórios em funcionamento. Contudo, nesse período de 4 anos, estamos vivendo em um período de extrema dificuldade, porque são muitas pressões de todos os lados - não só financeira -, mas, quanto ao servidor público, não temos como repor nosso pessoal, não temos como atender as demandas que os institutos e as disciplinas fazem à administração da universidade. E todas elas esbarram em instância do poder central que não reconhecem, em nenhum momento, a importância dessas reivindicações.

Para que se tenha uma idéia - somente ontem o Diário Oficial publicou -, estamos aguardando a liberação de algumas vagas para que as universidades possam realizar concursos e suprir pequenas das suas grandes dificuldades em relação ao seu quadro docente. Nos foram devolvidas as vagas em migalhas. Nossa universidade precisa de 235 professores e recebemos autorização para 38. Isso vai gerar uma guerra na universidade para que todas as pessoas que precisam delas briguem por elas. O reitor não consegue intermediar qualquer tipo de negociação nesse sentido. Qual o problema que ele tem para dizer que uma vaga pertence a determinada pessoa? Tenho certeza que é até proposital para que gere o distanciamento entre o administrador e os administrados. O Governo atual não tem possibilidade sensibilidade para qualquer proposta que vise, pelo menos, manter o que foi o ano anterior. Como bem disse Cristovam Diniz, nós já não temos recursos e tivemos cortes. O que ocorreu em sua universidade foi de 29% e o nosso de 27.8% no total. Se já tínhamos dificuldades no ano passado, este ano teremos 27.8% a mais. Isso, sem considerar a inflação, pois a inflação é muito maior no Norte que na região Sul. Insisto em uma questão pontual. Nós recebemos, porque pleiteamos a Escola de Enfermagem de Manaus - o que era uma coisa esdrúxula no Estado, pois era uma escola do Ministério da Saúde, fazendo formação de recursos humanos há 50 anos. Quem realizava toda a estrutura acadêmica era a Universidade do Amazonas. Ela foi incorporada à Universidade. Pela legislação que aprovamos, um indivíduo para ser professor precisa ser concursado como tal. Eu não posso admitir um professor sem que ele passe pelos trâmites normais para essa função. A Escola de Enfermagem não trouxe, no seu bojo, professores, mas técnicos. A universidade não os credencia como tal. Existe um credenciamento provisório. Apesar das intensas exposições de motivos levadas ao Ministério, as pessoas, que têm o poder de decidir ainda não foram sensibilizadas para liberar as vagas da Escola de Enfermagem. O

caso é tão crítico que, talvez, no mês de maio a escola pare, o que se transformará em escândalo nacional e todos reclamarão de não ter sido o problema levado para a solução desejada. No entanto, já estamos nessa batalha há 9 meses, ou seja, é um parto sem solução.

Quanto aos governos, não é fácil em nosso relacionamento com o Estado. Felizmente, na atual administração, conseguimos levar o Governador do Estado para a aula inaugural do semestre. Foi um momento sublime, pois o Governador não a conhecia por dentro. Nessa manhã, ele pôde ouvir vários depoimentos, como a exposição do reitor. A par de tudo, disse que não conseguia admitir aquela Universidade em que estudou em uma situação de penúria, ao pedir dinheiro para cumprir pequenas tarefas. Iremos elaborar um programa conjunto para tentarmos suprir essas dificuldades momentâneas. Veremos como isso será possível essa resolução através das nossas representações no Congresso Nacional. Estamos vivendo uma aproximação entre o Governo do Estado e a Universidade. No passado, foi difícil porque, por motivos políticos, as universidades tinham comportamentos sempre contrários às posições do Governo. Não deixamos de tê-los, mas hoje negociamos esses pontos, mesmo porque não somos administradores de partido político. O reitor da Universidade do Amazonas é administrador da instituição; então, ele não trata da questão nessa esfera.

No passado, os governos adotavam o seguinte posicionamento: se o reitor é ligado ao PCdoB, ao PT, ou qualquer coisa semelhante, não conversem com ele porque ele tem um comportamento diferente; e a universidade fazia a mesma coisa. É possível que a partir de agora tenhamos uma nova maneira de conviver com os governos dos Estados.

Quanto à questão da greve, nossa universidade, ontem e hoje, está realizando assembléias setoriais para que amanhã possa tomar a decisão de participar da greve nacional. A experiência do passado já mostrou que o Governo acha ótimo quando a universidade entra em greve, porque ele pode dizer: "Não mandem dinheiro este mês para pagar a conta de luz porque, se as salas de aula estão fechadas, não há gasto de energia elétrica; não mandem dinheiro para cobrir as despesas de conta de papel, giz, etc., porque não houve aula; então não tem por que gastar dinheiro com isso." Ou seja, o governo acha bom a greve porque, na sua concepção, o movimento grevista reduz o custo e a despesa; no entanto, no final do mês, ele corta, como fez na greve passada, o salário dos servidores. Eu tenho certeza de que nesta greve atual o comportamento governamental será exatamente o mesmo. Os professores terão de finalizar o processo da greve por conta das pressões que serão feitas sobre os salários.

Não tenho nenhuma convicção, não tenho nenhuma esperança de que as questões salariais venham a ser resolvidas. Não tenho nenhuma esperança. O Governo tem tomado algumas posições que preocupam bastante o administrador da universidade. Vou dar um exemplo: recentemente, uma medida provisória criou um processo de gratificação do decano que exerce atividade acadêmica. E a responsabilidade pela escolha de quem vai receber essa gratificação, de alguma forma, foi passada para os reitores. É como se você tivesse cem pessoas e fosse pagar essa gratificação somente a um número de trinta ou quarenta. Esse procedimento gera desentendimentos entre os servidores e dificuldades para o administrador.

Então, não é um programa com a finalidade de investir na formação de recursos humanos para melhorar a qualidade de ensino, para melhorar o desempenho acadêmico e científico da instituição. Em minha concepção, é um programa que poderia até ter essa finalidade se fosse instituído de forma. Felizmente não foi implantado ainda porque requer regulamentação, e essa regulamentação não saiu, mas há uma certa pressão, uma certa preocupação da instituição com relação a esse programa.

Certamente a greve vai ser mais uma dificuldade com a qual os reitores vão ter de conviver. Já é complicado gerenciar a instituição, e a essa dificuldade somam-se agora os problemas de conviver e gerenciar a migalha, a miséria no que diz respeito aos servidores e à própria instituição.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Com a palavra o reitor da Universidade Federal do Pará.

O SR. SILAS GUEDES - Sr. Presidente, aproveitando novamente o privilégio que me dá esta Casa, queria começar dizendo que a soberania de um país depende, mais modernamente, da moeda e do conhecimento. Este Governo optou pela defesa da moeda claramente, abrindo mão no que diz respeito ao conhecimento – pelo menos entendido como aquele que gera soberania –, para um momento outro que não esse que está posto.

Dito isso, eu queria lembrar que o conhecimento é a forma que o Governo tem – e a única em médio e longo prazo – de construir soluções alternativas para as crises geradas pela moeda. Significa dizer, portanto, que esse panorama que está posto dificilmente muda em função do fato de que a prioridade é outra, não aquela que acabamos de discutir. Devo, entretanto, encaminhar essa crítica à área econômica deste Governo, que trabalha de uma forma "monomaníaca" dirigindo um País para a proteção da moeda em detrimento do custo social a que esse comportamento leva. Não há economia desenvolvida no planeta – o que me assusta é que eles sabem disso – que tenha atingido estágios de economia desenvolvida sem um investimento maciço em educação como uma atitude preliminar. Todavia, isso não há. Qualquer economia no planeta atingiu a estabilidade desta forma: com a produção e proteção dos instrumentos que garantam o fortalecimento e o desenvolvimento da economia. Assusta-me, portanto, esse comportamento equivocado.

Agora, como dirigente de universidade, gostaria de chamar a atenção do Plenário para um fato: apesar de toda a defesa feita, as universidades precisam modernizar-se, pois têm defeitos capitais, representados no centralismo burocrático de suas administrações. Elas não são instituições leves, tendo procedimentos que as amarram completamente. Assim, é urgente e importante que se consiga no Congresso Nacional a autonomia das universidades. Esse é um outro pedido que faço ao Parlamento. Não há como dar às universidades a face de modernidade necessária para enfrentar os desafios do Século XXI e não há como construir os mecanismos dessa regeneração sem autonomia. Essa é uma preliminar. A autonomia representa uma série de instrumentos de Governo...

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) - Professor, o Governo está defendendo essa autonomia, não está?

O SR. SILAS GUEDES - O Governo tem uma proposta, e as universidades têm outra. O Governo defende a autonomia. É preciso, rapidamente, partilhar uma solução pactuada, alternativa, pela qual a autonomia não represente a falta de comprometimento do Governo com o financiamento das universidades públicas. Quanto a isso, o Parlamento precisa estar atento. Se a autonomia trouxer em seu bojo a eliminação do compromisso com o financiamento das universidades públicas, essa autonomia não servirá, porquanto fechará as universidades.

Creio que deva ser do conhecimento do Congresso que há duas correntes, em todo o mundo, trabalhando na questão do desenvolvimento das universidades. Uma delas está claramente posta pelo Banco Mundial, e considera que os países do Terceiro Mundo devem desobrigar-se progressivamente do compromisso com o financiamento do ensino superior. A outra corrente, apresentada pela Unesco e defendida em todos os **fori** humanitários, julga que os países do Terceiro Mundo só podem sair do estado em que estão se investirem pesadamente na modernização e na atualização do ensino superior, dando condições de conhecimento. Coincidência ou não, no mesmo

documento, o Banco Mundial recomenda que os governos apliquem, prioritária e devastadoramente, os recursos da educação no ensino fundamental e médio, solitariamente, o que novamente é um contra-senso, porque todos os países que conseguiram estabilizar suas economias fizeram-no construindo a pirâmide educacional em todos os níveis, do 1º ao 4º grau. Portanto, há que se corrigir essa distorção.

Passaremos agora a discorrer sobre as ações que precisamos tomar juntos em relação às universidades. Gostaria de lembrar que há um projeto tramitando no Congresso Nacional que trata da autonomia das universidades. É importante que o Parlamento se debruce conosco sobre o tema, para criarmos a Frente Parlamentar de Defesa das Instituições Federais do Ensino Superior. Hoje temos uma reunião da ANDIFES com o Parlamento, e desde já solicito a presença de todos a esse encontro, para que possamos saber claramente quais são os seus instrumentos, pendências e dificuldades. Devemos olhar as universidades por dentro, corajosamente, para que elas sejam restauradas de modo a que façam as mudanças que a virada do século e a globalização estão a exigir delas.

Darei um exemplo típico referente ao que eu disse: a legislação que trata das licitações define quatro momentos obrigatórios no processo licitatório. Hoje, sou capaz de identificar, na minha universidade, 22 passos a serem dados no processo de licitação. Se tentarmos identificar as razões pelas quais os fatos acontecem, veremos as maiores curiosidades no serviço público: " É assim, porque é assim e sempre foi assim há 40 anos". Dessa forma, as pessoas não estão fazendo sequer a reengenharia do serviço público, que precisa ser feita; e as universidades precisam ter a liderança nesse processo. Então, no bojo dessa autonomia, há algo crítico: os recursos necessários para que a universidade faça a sua reforma macroorganizativa, assim como a reforma macroorganizativa do aparato público de maneira geral.

Entretanto, devo chamar a atenção para algumas frase preocupantes que foram ditas em reunião com o Ministro da Educação: "há alguma dúvida de que o processo de privatização do ensino superior acontecerá?" O Banco Mundial, em documento, escreve: "não minimizem os governos a reação que a classe média terá quando se tentar instituir o ensino público privado".

O Parlamento deveria estar atento para isso. Este é um País de desiguais. Do Nordeste para cima, ninguém conseguirá ter uma chance de cidadania no ensino superior caso as entrelinhas desses discursos se confirmem. Não há documento algum que afirme isso; quando perguntadas, as autoridades negam-se a responder, mas as ações realizadas são muito parecidas com as que constam do documento que o Banco Mundial publicou. Portanto, não é demais que, em um Estado tão diferente como este, tenham os parlamentares a chance de interferir no que eu consideraria um furto da cidadania: a instituição do ensino superior privado.

Outra ponto é a relação que existe com os governos estaduais. O Estado do Pará e o Estado do Amazonas, circunstancialmente, têm situações diferentes. Temos hoje um Secretário de Ciência e Tecnologia suprapartidário que, com apoio de todas as forças partidárias, criou o chamado Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia, e, além disso, temos a possibilidade de financiar projetos. É claro que podemos fazer muito menos do que o Estado precisa, mas, em um momento de penúria como o que estamos vivendo, enquanto o Governo Federal trabalha no sentido de recolher recursos, o Governo do Estado trabalha de forma suprapartidária para oferecer mecanismos para que os institutos de pesquisa e as universidades possam partilhar desses fundos que pretendem mudar a base produtiva da região. É pouco? Muito pouco. Há problemas? Muitos.

Vou dar um exemplo: o Programa de Interiorização, que contava previamente com recursos do Governo do Estado, hoje já não conta mais com eles. Isso significa dizer que, não fosse a emenda que esta Casa conseguiu aprovar no Orçamento, dificilmente conseguiríamos fechar o Programa de Interiorização das Universidades no Amazonas.

A questão da greve:...

O SR. ADEMIR ANDRADE - Eu gostaria de maiores esclarecimentos sobre essa relação com o Estado. O que de concreto está sendo feito? Que tipo de programas estão sendo realizados? Quanto está sendo repassado e quais seriam as necessidades? Como isso poderia ampliar-se?

O SR. SILAS GUEDES - Perfeito.

Voltando, então, à questão do Governo Estadual - e aí falo especificamente sobre o Pará -, eu diria o seguinte: temos hoje, concretamente, um fundo estadual de ciência e tecnologia que abriga recursos para que as universidades e os institutos de pesquisa possam produzir conhecimento em função das necessidades e realidades regionais. Isso desloca um percentual de 0,4% do orçamento, o que significaria dizer R$4 milhões por ano, já na sua segunda versão. Esse, fundamentalmente, é um programa que tem conseqüências diretas nas instituições de produção de conhecimento e formação de recursos humanos.

Então, apesar de tímido, é historicamente um marco, porque define a maneira de o Estado relacionar-se com o conhecimento quanto ao futuro uma vez que aloca recursos e os disponibiliza para as regiões.

Senador Ademir Andrade, de forma bem objetiva, é claro que isso é muito menos do que o que gostaríamos de ter. É insuficiente, mas é mais do que aquilo que as agências de fomento investiam no Estado, por meio das universidades, em relação à promoção do desenvolvimento da pesquisa propriamente.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Quanto foi tirado da interiorização? Com quanto o Estado contribuía?

O SR. SILAS GUEDES - No Governo passado, tínhamos o seguinte privilégio: o Estado contribuía com os programas de bolsa – todos de iniciação científica – que garantiam a formação de quadros do interior para o interior. Isso tudo foi removido.

Hoje, a universidade absorveu o programa de iniciação científica que o Estado tinha e, com seus parcos recursos, mantém 150 bolsas, quando tínhamos 600 no programa. Então, houve uma devastação no programa de incentivo de bolsas.

A segunda coisa que o Estado oferecia eram servidores, que, no interior, faziam os trabalhos técnico-administrativos que a universidade, por ter insuficiência de quadros, não podia realizar.

E, finalmente, com os recursos especiais, repassava os deslocamentos de professores de um lado para o outro, ou seja, da capital para o interior. Mas esses recursos todos foram recolhidos. Hoje, o programa de interiorização caminha sozinho.

O SR. ADEMIR ANDRADE - O senhor teria como informar o valor dele?

O SR. SILAS GUEDES - Senador Ademir Andrade, gastamos aproximadamente, em todos os meses de julho e de dezembro, quando mais de 600 professores caminham pelo interior do Estado, algo em torno de R$1 milhão com deslocamento. Afora isso, há o pagamento dos professores – R$700 por professor. Isso corresponde a uma cifra aproximada de R$4, 2 milhões no processo como um todo.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Uma coisa compensou a outra.

O SR. SILAS GUEDES - Exatamente.

Então, eu diria que o Estado continua com os seus problemas crônicos de falta de corpo técnico. Portanto, acredito

que a saída alternativa está em encontrarmos uma forma, como V. Exª salientou em seu depoimento, de articular, não só a Câmara Federal e o Senado, mais a Assembléia Legislativa e a Câmara de Vereadores, para encontrarmos uma solução alternativa que vise a proteger o desenvolvimento do conhecimento no Estado.

Com relação à greve e suas conseqüências, como o meu colega do Amazonas, não tenho a menor dúvida de que esta, como as outras, deu simplesmente um sinal ou um grito de agonia das universidades. Do ponto de vista do instrumento, ela não sensibiliza, será usada contra as universidades, como o foram todas as outras greves.

A universidade, diferentemente das outras áreas onde as greves se instalam, tem, fundamentalmente, uma vocação acadêmica. Por essa razão, a sua forma de fazer e de lutar não é tipicamente sindical, apesar de haver sindicato dentro da universidade. Isso significa dizer, a rigor, que um passo que ela pode ter de sensibilização, em um país onde a moeda fundamentalmente está sendo protegida, é mínimo.

Então, chamo a atenção dos Parlamentares, porque julgo que os professores e os técnicos administrativos das universidades vão ter, agora, uma situação nova, pois os salário possivelmente deverão deixar de ser pagos - esse é um marco histórico nas greves. Espero que essa coisa não se concretize, porque, caso contrário, teremos um problema gravíssimo, particularmente na área técnico-administrativa, onde os salários são absolutamente aviltantes. Quaisquer dez reais atrasados no salário do servidor fazem uma enorme diferença.

Então, quanto a essa reivindicação específica - salário -, chegaria a acontecer um fato novo de tão larga proporção para que o Governo pudesse rever a sua posição. O Ministro da Educação coloca claramente que não é um interlocutor para discutir salários, reportando essa questão à discussão do salário do funcionalismo federal como um todo. Agora, pasmem, depois de o Presidente ter prometido, em Recife, que daria os aumentos para os professores.

Tivemos o Programa de Incentivo à Docência - o PID -, objeto de uma das reivindicações da greve, que abriga um percentual mínimo em regiões como a nossa, onde a densidade de doutores é pequena. O Programa de Incentivo à Docência não existe, em relação ao impacto. Significa dizer, portanto, que - e aí eu faço um comentário - a Secretaria de Ensino Superior do MEC está aberta à discussão do Programa de Incentivo à Docência. Só não encontro um caminho alternativo para criar um programa nacional com diferenças regionais tão gritantes como as que temos. Vamos ter que tratar desses programas em separado, para que eles se adaptem às realidades das diversas regiões do País.

Com relação às vagas, novamente a questão é muito mais grave do que se pensa. Hoje, a Universidade Federal do Pará tem quase quatrocentos professores temporários e não consegue dar conta das suas responsabilidades na capital e no interior, simultaneamente. Então, se essas vagas não forem efetivamente liberadas na proporção de que se precisa para manter o Programa de Interiorização, vamos continuar com as questões crônicas já colocadas aqui, no Senado.

Para fechar essa questão, a greve traz conseqüências sérias. A primeira é esta: ela atira contra as próprias universidades. Mas ela não deixa de ser um símbolo da agonia universitária. Então, o Parlamento - eu julgo - terá que intervir, em algum momento, para que as associações sindicais, os reitores e o Governo possam sair desse gesto desesperado, de um lado, e de intransigência em relação à questão salarial, do outro, para uma solução alternativa pactuada que proteja o conhecimento, ao invés de destruí-lo.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Só uma última informação, Sr. Presidente. Ontem, foi comentada a questão de custo-aluno. Os dados que V. Sª trouxe são extremamente importantes, mas me parece que ficou faltando um dado. Há uma diferenciação de custo/aluno entre a nossa Região e a Região Sul, e gostaríamos que isso ficasse registrado na Comissão como um dado. Gostaria que V. Exª desse esse dado de maneira bem explicativa.

O SR. SILAS GUEDES - Bom, quando se considera o volume de alunos que a Federal do Pará tem, quando construímos o Orçamento, trabalhamos com a seguinte situação: quantos alunos ingressam e quantos alunos se formam. E esse é um indicador que se chama desempenho no Orçamento.

Então, vejam: a Federal do Pará, apesar de ser a segunda em desempenho, é a décima primeira em Orçamento. Quando falamos de custo/aluno, estamos nos referindo a algo extremamente complicado. Vamos dizer por quê. Um aluno de Medicina custa seis vezes mais do que um aluno de Letras, pela simples razão de que ele usa meios materiais, o ensino é quase tutorial, e assim por diante.

Então, se vocês pegam as universidades que têm um parque laboratorial bem instalado e efetivamente usam esse parque laboratorial, como acontece nas grandes universidades do Sudeste, os benefícios do Orçamento gerados para a formação de um médico são muito maiores lá – e isso guarda uma relação direta com os recursos – do que na Região Norte.

Então, vejam que um médico, na Amazônia brasileira ou no Sudeste, teria que ter formalmente os mesmos recursos materiais para que ele se formasse com competência e pudesse atender a Região em que está. Isso, entretanto, não é uma realidade. A forma como os alunos têm acesso aos meios materiais para a sua formação é radicalmente diferente do Oiapoque ao Chuí. Portanto, o custo real dos alunos na Amazônia brasileira é muito mais baixo, simplesmente pela ausência de recursos materiais que precisa para a sua formação. Portanto, dizer que um médico custa mais barato na Amazônia brasileira é, na verdade, inverter o argumento; é dizer: o médico, na Amazônia brasileira, é mal formado, em função da ausência de meios materiais que ele precisa para se formar.

Mas, ainda que materializássemos os mesmos custos e levássemos para o Orçamento como sendo iguais, encontramos um desvirtuamento, um tratamento assimétrico entre as universidades.

Temos que sair para a construção de um pacto de cálculos e custos no Orçamento que reflita, necessariamente, o mesmo padrão e critério do Oiapoque ao Chuí. Não se quer um tratamento paternalista para as universidades da Amazônia. O que se quer é que elas sejam tratadas com o mesmo rigor e justiça, os mesmos critérios que usam para as Regiões Sul e Sudeste.

De novo, enfatizamos que isso não significa remover recursos do Sudeste, porque vamos gerar baixa qualificação, mas significa criar meios materiais novos para que o ensino superior, esse esqueleto da Federação de ensino superior, seja o mesmo, de mesma qualidade, do Oiapoque ao Chuí. Essa é a questão. Da maneira em que se encontra não vamos conseguir.

Acreditamos que os Parlamentares sabem disso muito melhor do que nós, porque brigam e anunciam, pela mídia, o tempo inteiro, o tratamento assimétrico entre as Regiões.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Ouvi alguma coisa entre R$500,00 e R$4.000,00.

O SR. SILAS GUEDES - O investimento que se tem hoje colocado, para deixar bem claro, **per capita**, é de R$500,00 por habitante, quando se faz a conta geral, do lado da Amazônia, e, do lado Sudeste, R$4.000,00.

Então, essa discrepância na distribuição de recursos traz impactos ao custo. Formamos mais, com menos recursos e com gente de menor qualidade. Essa é a questão.

O ADEMIR ANDRADE - A renda **per capita** é regional, então depende da população da região? Queria compreender bem.

O SR. SILAS GUEDES - Exatamente, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Tem a palavra o Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Quero agradecer a presença do Dr. Silas Guedes e do Dr. Cristóvão Diniz. Estamos dispostos a nos integrar à luta, e creio que isso pode ser feito não só com a Bancada do Pará, mas com a Bancada do Amazonas e, enfim, com toda a Bancada da Amazônia. No entanto, os senhores realmente têm que realizar um trabalho maior, têm que ser insistentes e persistentes, porque o problema é grave. Creio que a maioria dos Parlamentares sensibilizar-se-á se tomar conhecimento profundo da questão, mas para isso é preciso haver uma certa insistência dos senhores, é preciso haver uma cobrança efetiva, porque, como já disse, nós nos envolvemos com inúmeras coisas diferentes, e, se não houver uma cobrança muito firme, as coisas ficam difíceis. Ressalto, porém, que os Parlamentares têm uma força política expressiva, têm poder, e o Governo é obrigado a ouvir-nos e a ceder. E esse poder precisa ser usado, precisa haver esse entrosamento, essa cobrança maior, para que possamos pressionar o Executivo a fim de que mude toda a sua política relacionada à questão.

Estamos aqui inteiramente à disposição dos senhores e prontos para contribuir no incentivo a essa participação dos Parlamentares. Tenho certeza de que essa participação é importante, porque já resolvemos muitos problemas no nosso Estado. Parece-me que a Bancada do Amazonas teve problemas de unidade, mas a Bancada do Pará conseguiu uma unidade mais consistente, e o nosso trabalho tem dado frutos muito interessantes, que consistem em recursos para o nosso Estado aplicados em infra-estrutura regional.

A Bancada da Amazônia tentou se construir também. Desde o começo da legislatura, tivemos quatro grandes reuniões em quatro Estados diferentes: Amapá, Rondônia, Pará e Distrito Federal. No entanto, às vezes há falta de compreensão de determinados Governadores sobre a importância dessa unidade, pois eles levam em conta que quem libera é do partido A ou do partido B, e isso levou ao enfraquecimento da ação da Bancada Parlamentar da Amazônia.

Tivemos duas audiências com o Presidente da República. Creio que o resultado dessas audiências foi a construção da Tramoeste no Estado do Pará, por conseqüência da pressão da Bancada Parlamentar da Amazônia. Estiveram presentes quase 60 Parlamentares no Palácio do Planalto, e conseguimos esse resultado; mas, a partir daí, as divergências nas questões políticas fez com que o trabalho não continuasse. No caso da Bancada do Pará, ela conseguiu unir-se, conseguiu trabalhar, e tem atingido resultados grandes para o nosso Estado. Temos beneficiado o Governo do Estado com muitos recursos, não só consignando-os no Orçamento, mas influindo na própria ação de liberação desses recursos, por meio de audiências feitas entre toda a Bancada e o Ministro do Planejamento. Creio que podemos usar esse potencial agora, em função das nossas universidades.

Finalizando, volto a dizer que estamos inteiramente à disposição para efetivar esse trabalho e para aprofundar mais nossos conhecimentos sobre a matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - A Presidência deseja agradecer ao Professor Silas Guedes, Magnífico Vice-Reitor da Universidade Federal da Amazônia, e ao Professor Cristóvão Diniz, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Pará, pelas exposições que acabam de fazer perante esta Comissão. Elas serão bastante proveitosas para que o Senador Ademir Andrade, Relator-Geral da Comissão, possa elaborar seu parecer, a ser apresentado aqui, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal.

Particularmente, como Senador pelo Estado do Acre, percebo também a situação de dificuldade que atravessa a nossa Universidade Federal do Estado, cujo Reitor encontra-se em Brasília. S. Magnificência participará desta reunião logo mais, às 19horas, e propõe que o parecer encaminhe soluções não só para superar a greve, que já está atingindo o número de 37 universidades federais, como também para o resolver o problema seriíssimo enfrentado pelas universidades, até mesmo de sobrevivência. Sabemos do papel importante que as universidades exercem nas formação da comunidade e da intelectualidade das classes dirigentes dos nossos Estados.

Srs. Senadores, considero a Universidade Federal do Acre a maior conquista do nosso Estado. Nós éramos Território Federal até 1972, e lutávamos com dificuldade para a formação de nossos jovens, pois eles tinham de se deslocar para Manaus, Belém, Rio de Janeiro e outros Estados da Federação, porque lá não havia nenhuma unidade de ensino superior. Com a elevação do Território Federal do Acre à categoria de Estado em 1972, criou-se inicialmente o curso de Direito, de âmbito estadual. Eu era Deputado Estadual quando a Assembléia Legislativa aprovou lei criando o curso de Direito, depois criou-se o curso de Economia, em seguida esses cursos passaram a constituir a Fundação Universitária. Finalmente, conseguimos o reconhecimento do Governo Federal, graças também ao apoio do então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, que federalizou a Fundação Universitária do Acre. Atualmente, temos mais de 20 cursos funcionando na Universidade Federal do Acre.

Realmente, a criação da Universidade foi uma grande conquista para o nosso Estado. Ela já formou vários técnicos na área de Direito, sendo que vários deles tornaram-se juízes e desembargadores. Temos também o curso de Agronomia. Antes, importávamos agrônomos de outros Estados; hoje, já formamos técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos lá mesmo no Acre. Estamos tentando agora a criação do curso de Medicina, já que existe um movimento muito grande da sociedade acreana em favor do curso. Em suma, a Universidade Federal do Acre já prestou relevantes serviços para a formação da nossa juventude, coisa que anteriormente não acontecia.

Por outro lado, sei das dificuldades das universidades federais. O Governo alega que os recursos para manter o ensino universitário no País são muito altos, maiores até do que os absorvidos pelo ensino fundamental e pelo ensino médio. Apesar disso, creio que o ensino de 3º grau é muito importante para a formação de técnicos e das classes dirigentes do País. As pessoas que estão ingressando nas universidades ou que já estão concluindo o curso superior substituirão os atuais dirigentes do País – o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Ministro da Educação, os Senadores. Se não investirmos em educação, evidentemente não alcançaremos aquele desenvolvimento tão desejado por todos nós.

Com essas palavras, encerro a presente reunião, reiterando meus agradecimentos aos dois Reitores aqui presentes e parabenizando-os pela excelente exposição feita perante nossa Comissão.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h11min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 001, DE 1996-CN " COM A FINALIDADE DE APURAR AS DENÚNCIAS CONTIDAS NA REPORTAGEM DA REVISTA VEJA DO DIA 30 DE AGOSTO DE 1995, SOBRE O TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL".

ATA DA 1ª REUNIÃO
Realizada em 05 de março de 1998.

Aos cinco dias do mês de março de mil novecentos e noventa e oito, às onze horas, na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, no Anexo II do Senado Federal, presentes a Senhora Senadora Marluce Pinto, as Deputadas Célia Mendes, Fátima Pelaes e o Deputado Alceste Almeida membros da CPMI destinada a apurar as denúncias sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil. Aberto os trabalhos a Senhora Presidente, Senadora Marluce Pinto, concedeu a palavra à Deputada Célia Mendes Relatora, que apresentou sugestões de roteiro de Trabalho para o funcionamento da Comissão até o final, ficando sugerido os nomes das seguintes pessoas, para os próximos depoimentos: José Gregori-Secretário Nacional de Direitos Humanos. ELA wieck de Castilho-Subprocuradora da República. Ministros da Educação-Paulo Renato, da Justiça Iris Rezende e do Trabalho-Paulo Paiva. Ficando ainda determinadas diligências aso Estados do Ceará, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Bahia e Rio de Janeiro. Foi apresentado pela Deputada Fátima Pelaes, requerimento incluindo na pauta da Comissão, uma diligência ao Estado de Pernambuco, a fim de tomar informações a respeito do programa "Bolsa Criança Cidadã", o que foi aprovado. Encerrado os trabalhos ficou determinado que no periodo de 16e 17 de março de 1998 a Comissão irá realizar Audiências e Diligências no Estado do Ceará, inclusive estabelecer-se que a Comitiva que irá ao Ceará ficará composta pelas Senadoras Marluce Pinto, Emilía Fernandes e Benedita da Silva, a Deputada Célia Mendes e o Deputado Alceste Almeida, que irão acompanhados por dois Assessores do Senado. E não havendo nada mais a tratar foi encerrada a reunião e, para constar, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão lavrai a presente ata que depois de lida e aprovada Será assinada pela Presidente.

Senadora Marluce Pinto
Presidente

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 001, DE 1996-CN " COM A FINALIDADE DE APURAR AS DENÚNCIAS CONTIDAS NA REPORTAGEM DA REVISTA VEJA DO DIA 30 DE AGOSTO DE 1995, SOBRE O TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL".

ATA DA 2ª REUNIÃO
Realizada em 16 de março de 1998.

Aos dezesseis dias do mês de março de mil novecentos e noventa e oito, às quartorze horas, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, presentes as Senhoras Senadoras Marluce Pinto, Emília Fernandes e Benedita da Silva, e ainda a Deputada Célia Mendes e o Deputado Alceste Almeida, membros da CPMI destinada a apurar as denúncias sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil. Aberto os trabalhos a Senhora Presidente, Senadora Marluce Pinto, discorreu sobre a finalidade da Comissão e também sobre o que a mesma havia realizado até a presente data. A seguir foi dada a palavra aos seguintes expositores: Vereador Duval Ferraz, representante da Camâra dos Vereadores do Ceará, Doutor Paulo Cavalcanti, do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, menores Edinho e Giovani, Senhora Geralda Menezes, Dra. Neiara de Morais, da Secretária de Educação do município de Fortaleza, Dra. Leinad Carbogin, da UNICEF e Fernanda Uchôa Albuquerque, da FEBEMCE que relataram sobre as atividades que desenvolvem nas organizações a que pertencem, mostrando que no Estado do Ceará a problemática que envolve a exploração do trabalho infanto-juvenil vem sendo combatida tanto pelos orgãos governamentais bem como por organizações de assistência social de diversas camadas. Todos os expositores foram questionadas pelos membros da Comissão presentes a esta audiência, inclusive receberam documentação que será encaminhada a Relatoria para uma análise minuciosa. E não havendo nada mais a tratar foi encerrada a reunião e, para constar, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pela Presidente, e irá a publicação.

Senadora Marluce Pinto
Presidente

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 001, DE 1996-CN " COM A FINALIDADE DE APURAR AS DENÚNCIAS CONTIDAS NA REPORTAGEM DA REVISTA VEJA DO DIA 30 DE AGOSTO DE 1995, SOBRE O TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL".

ATA DA 3ª REUNIÃO
Realizada em 17 de março de 1998.

Aos dezessete dias do mês de março de mil novecentos e noventa e oito, às nove horas, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, presentes as Senhoras Senadoras Marluce Pinto, Emília Fernandes e Benedita da Silva, e ainda a Deputada Célia Mendes e o Deputado Alceste Almeida, membros da CPMI destinada a apurar as denúncias sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil. Aberto os trabalhos a Senhora Presidente, Senadora Marluce Pinto concedeu a palavra aos seguintes expositores: Dr. Odilon Silveira Aguiar Neto, Coordenador do Centro de Apoio às Promotorias da Infância e da Juventude, Professor Antemor Manuel Naspolini, da Secretária de Educação Básica do Ceará, Dr. José Rosa Vale, do Conselho Tutelar de Fortaleza, Dra. Ana Lourdes Nogueira Almeida, da Delegacia Regional Do Trabalho, Dr. José Herman Almeida, da Comissão de Direitos Humanos da OAB/CE, Dr. Silas Umguba, médico pesquisador, Dra. Tânia Maciel, do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescentes, Walhirdes Albuquerque, do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente e Dra. Rejane Vasconcelos, do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas. Que relataram sobre as atividades que desenvolvem nas organizações a que pertencem, mostrando que no Estado do Ceará a problemática que envolve a exploração do trabalho infanto-juvenil vem sendo combatida tanto pelos orgãos governamentais bem como por organizações de assistência social de diversas camadas. Todos os expositores foram questionadas pelos membros da Comissão presentes a esta audiência, inclusive receberam documentação que será encaminhada a Relatoria para uma análise minuciosa. E não havendo nada mais a tratar foi encerrada a reunião e, para constar, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pela Presidente, e irá a publicação.

Senadora Marluce Pinto
Presidente

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 001, DE 1996-CN " COM A FINALIDADE DE APURAR AS DENÚNCIAS CONTIDAS NA REPORTAGEM DA REVISTA VEJA DO DIA 30 DE AGOSTO DE 1995, SOBRE O TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL".

ATA DA 4ª REUNIÃO

Realizada em 26 de março de 1998.

Aos vinte e seis dias do mês de março de mil novecentos e noventa e oito, foi realizada diligências nas cidades de Amajai, Joaquim Nabuco, Palmares, Catende e São Benedito do Sul, no Estado de Pernambuco. Presentes a Senadora Marluce Pinto e as Deputadas Fátima Pelaes e Odaisa Fernandes, membros da CPMI que investiga o Trabalho Infantil no Brasil, presentes também a Deputada Ceci Cunha, convidada a acompanhar, a Secretaria Nacional de Assistência Social, Dra. Lúcia Vânia. A comitiva realizou diligências nas cidades acima especificadas, conhecendo um projeto que cuida de crianças e é mantido pelo Governo Federal, e não havendo nada mais a narrar, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei presente a ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Presidente, e irá a publicação

Senadora Marluce Pinto
Presidente

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 001, DE 1996-CN " COM A FINALIDADE DE APURAR AS DENÚNCIAS CONTIDAS NA REPORTAGEM DA REVISTA VEJA DO DIA 30 DE AGOSTO DE 1995, SOBRE O TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL".

ATA DA 5ª REUNIÃO
Realizada em 06 de maio de 1998.

Aos seis dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e oito, às nove horas, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, presentes as Senhoras Senadoras Marluce Pinto e Benedita da Silva membros da CPMI destinada a apurar as denúncias sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil. Aberto os trabalhos a Senhora Presidente, Senadora Marluce Pinto, discorreu sobre a finalidade da Comissão e também sobre o que a mesma havia realizado até a presente data. A seguir foi dada a palavra ao Doutor Siro Darlan, Juiz da Vara de Infância e dos Adolescentes no Rio de Janeiro, que passou a relatar sobre o que vem realizando naquele Estado sobre a exploração do trabalho infanto-juvenil pelo narcotráfico, mostrando que no Rio de Janeiro as características sobre este tipo de trabalho é diferente de qualquer outro Estado, inclusive com um número crescente de adolescentes mortos por dia que chega as vezes a quatro óbitos. Falou ainda sobre os programas sociais mantidos por diversas instituições não governamentais no Estado, inclusive sobre o programa chamado "Patrulheirismo" e o programa de Renda Mínima que é uma alternativa de apoio as famílias dos menores. Prosseguindo a Senhora Presidente passou a palavra a Dra. Ana Meire Carneiro, da Comissão de Direitos Humanos da OAB, que informou ser também membro do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente. Dando continuidade à audiência foram ouvidos os seguintes depoentes: Dr. Cláudio Saraiva, da Secretária de Trabalho e Assunto Social; Senhor Jorge Barros, do Projeto CDCAT, da Child Hope; Dr. Roberto José Santos, da Associação São Martinho; Dra. Emília Parreira, da Delegácia do Ministério da Educação no Rio de Janeiro; Deputado José Francisco Veloso, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos; Deputada Heloneida Studart, Presidente da Comissão de Direitos Humanos ; Dra. Léa, do Programa Patrulheirismo. Todos os depoentes foram sabatinados pela Relatora Ad-hoc Senadora Benedita da Silva e pela Presidente Senadora Marluce Pinto. E não havendo nada mais a tratar foi encerrada a reunião e, para constar, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pela Presidente, e irá a publicação, juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte da mesma.

Senadora Marluce Pinto
Presidente

A SR.ª HELONEIDA STUDART - Tenho o prazer e o orgulho de receber nesta Casa a visita da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado que investiga o trabalho infantil.

Vou passar o microfone à Senadora Marluce Pinto, que é a Presidente da Comissão, da qual é relatora a nossa querida Senadora Benedita da Silva.

Senadora Marluce Pinto, por favor, venha ocupar o seu lugar.

Estamos cercados de pessoas queridas, como o juiz Siro Darlan, envolvidas com a problemática da criança neste Estado.

A SRª MARLUCE PINTO - Bom-dia para todos! É uma satisfação muito grande para nós, da CPI que está investigando a exploração do trabalho escravo infanto-juvenil, estarmos hoje aqui no Rio de Janeiro, na Assembléia Legislativa. Queremos agradecer a participação de todos e dizer que, no relatório final, vamos apresentar as denúncias, como também alternativas para que sejam tomadas as devidas providências para melhorar a situação da criança brasileira. Neste momento em que enfrentamos um alto índice de desemprego, sabemos que muitas crianças vão para a rua por falta de oportunidade, mas também, na maioria das vezes, em decorrência da exploração por pessoas inescrupulosas, principalmente para a exploração sexual. Com o programa do Governo "Toda Criança na Escola", se o povo, principalmente os pais se conscientizarem de que é mais importante o filho freqüentar a escola, recebendo a bolsa-escola, do que ficar comercializando alguns produtos, temos certeza que podemos melhorar a situação. Nas nossas visitas, a vários Estados do Brasil, tanto na capital como no interior, percebemos que há uma dificuldade muito grande de os pais aceitarem a ida dos filhos para a escola, porque acreditam que é melhor estarem juntos, trabalhando, do que roubando por aí. Além da necessidade de se destinar mais verbas a alguns programas, que estão dando certo e precisam ter continuidade, é preciso conscientizar os pais. Eu e outros colegas da CPI, chegamos a essa conclusão. Aqui, no Rio de Janeiro, sabemos que o problema é grave, principalmente a exploração sexual.

É necessário que as autoridades competentes tomem providências enérgicas, inclusive cassação de alvarás de casas de diversões que exploram o sexo de crianças e adolescentes.

Além da exploração sexual, como deve ser do conhecimento de todos, há também a exploração do trabalho escravo. Até em Estados considerados de economia forte, pudemos constatar a exploração do trabalho infantil, como em regiões de indústrias de calçados, em que as crianças, a partir dos sete anos de idade, já estão trabalhando, colando a sola com a cola de sapateiro, que, todos sabemos, é um dos produtos com que hoje os adolescentes se drogam; essas crianças chegam a trabalhar dez horas por dia, uma situação muito deprimente, para ganhar quarenta centavos por hora trabalhada, sem direito a um turno para freqüentar a escola. Encontramos também meninas gestantes naquele trabalho. Nas áreas de garimpo, há uma exploração muito grande; além de trabalharem em área altamente perigosa e insalubre, as crianças enfrentam um trabalho que para os adultos já é difícil; carregando excesso de peso. Em muitos outros trabalhos, como em canaviais, há exploração.

Falando agora de resultados, a ex-Secretária Nacional do Serviço Social, Drª Lúcia Vânia, implementou um trabalho muito bonito na Zona da Mata, uma região muito pobre de Pernambuco, que está dando resultados positivos. Estivemos em treze localidades, onde já se adotou o programa que retirou as crianças do corte da cana, que é um trabalho temporário. Com esse programa, é obrigatório a criança freqüentar a escola, e é feito o acompanhamento do aproveitamento escolar, para que não haja muita reprovação; no outro turno, durante quatro horas, as crianças aprendem uma profissão. E a família recebe a bolsa-escola. Uma família que tenha até dois filhos recebe R$50,00, de três e quatro filhos, R$100,00, acima de quatro filhos, R$150,00. Soubemos, pelos comerciantes, que aumentou o movimento naquelas localidades, porque circula dinheiro, principalmente nos dias de pagamento da bolsa-escola. As crianças ficam satisfeitas; muitas delas até nos perguntaram sobre o outro programa que virá depois deste, após completarem 15 anos, porque, com essa idade, elas têm que deixar o programa atual.

Faço esse relato aqui, nesta Casa que representa o povo, para mostrar que é fácil fazer com que a criança freqüente a escola. Bastam boa-vontade e continuidade dos programas. Muitas programas que inicialmente dão bons resultados são relegados e não têm continuidade.

Esse mesmo trabalho está dando certo em Mato Grosso do Sul. Na próxima semana, iremos até lá. Queremos visitar Estados cujos programas tenham resultados positivos, para citá-los no nosso relatório final.

Pretendemos encerrar os trabalhos desta Comissão no final de junho. A CPI trabalharia até setembro, entretanto, como teremos recesso em julho e os meses de agosto e setembro não serão favoráveis ao nosso trabalho, anteciparemos o encerramento. Por isso, semanalmente, estamos viajando e ouvindo mais pessoas.

O Rio de Janeiro é um dos últimos Estados a receber nossa visita. Sabemos que aqui existem profissionais competentes, pessoas que estão à frente de instituições que se preocupam com a criança brasileira. Não resta dúvida de que vamos sair daqui com subsídios valiosos para serem incluídos em nosso relatório.

A Relatora desta Comissão é a Senadora Benedita da Silva, que é a representante de fato e de direito do Rio de Janeiro

Para darmos início ao nosso trabalho, vamos convidar, com muita honra, o Dr. Siro Darlan, Juiz de Menores, cujo nome foi o primeiro a ser relacionado pela Senadora Benedita da Silva para aqui ser ouvido.

Com a palavra o Dr. Siro.

O SR. SIRO DARLAN - Srª Senadora Marluce Pinto, Presidente desta Comissão, Srª Senadora Benedita da Silva, Srs. Deputados, Heloneida Studart, Francisco Veloso, senhoras e senhores, sinto-me muito honrado em prestar este depoimento nesta CPI, honrado com a lembrança do meu nome e por estar prestando um serviço à Comissão Parlamentar de Inquérito.

Fico feliz de receber, no Rio de Janeiro, esta Comissão, sobretudo porque o nosso Estado tem hoje características diferentes do resto do País e, como tal, deve ser observado sob a ótica da situação do trabalho infantil absolutamente legal e do trabalho juvenil, que deve ser analisado como uma alternativa sócio-educativa, uma alternativa de programa de trabalho social ao que temos hoje de pior na Nação, que é a exploração do trabalho infanto-juvenil pelo narcotráfico. O Rio de Janeiro possui características que nenhum outro Estado do País possui, que é justamente a corrupção e a cooptação de um exército de crianças pelo narcotráfico. Isso se deve a fatores tais como a negligência do poder público em ter saído em socorro dessas crianças antes do bandido, do narcotraficante, com os programas sociais que fazem parte do conjunto de direitos da população infanto-juvenil. Está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outros, o direito à profissionalização. Esses programas sociais estão previstos em lei, mas inexistem na prática. No Rio de Janeiro, o descaso do Poder Público possibilita que o narcotraficante, de uma maneira inteligente - como diz a Bíblia, o exército do mal é sempre muito mais inteligente do que o exército do bem -, atue de forma a coagir essas crianças que vivem nas comunidades mais pobres, mais carentes do nosso Estado, oferecendo a elas o dinheiro fácil, o poder fácil e a morte rápida.

As políticas públicas do nosso País levam a uma economia excludente. Quanto maior o número de crianças pobres mortas - parece ser esse o entendimento dos economistas -, maior o lucro para o País. Isso tem sido demonstrado na área da saúde. No Rio de Janeiro, a saúde passa por uma de suas piores crises, como, por exemplo, o fato de as parturientes não terem onde parir os seus filhos. O Estado se nega a aumentar o número de berços, de UTI neonatais, de berçários intermediários. Parece interessar ao Governo que essas crianças sequer tenham vida nos seus primeiros instantes. Hoje o número de mortes de bebês no Rio de Janeiro é um escândalo. Muito embora tenha havido uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público com uma liminar concedida em primeira instância, essa liminar foi revogada. A situação da saúde no Rio de Janeiro também é muito peculiar. Temos as três esferas - federal, estadual e municipal - se digladiando, embora disponham dos melhores recursos existentes no País, e, por não se entenderem politicamente, a população paga um preço muito alto. No primeiro momento de vida, as crianças carentes vêm sendo assassinadas. O número de assassinatos de adolescentes na faixa etária entre 15 e 20 anos também tem sido um escândalo. Não se pode precisar o número de assassinatos, porque o governo democrático do Rio de Janeiro impediu que o Poder Judiciário tivesse acesso ao número de óbitos de adolescentes desde 1995. Vínhamos fazendo um acompanhamento desses óbitos justamente para estabelecer um vínculo entre a morte de adolescentes e sua relação com a criminalidade, com o narcotráfico. Até 1995, pudemos constatar que, do total de adolescentes mortos, menos de 3% dos óbitos estavam relacionados a adolescentes que tinham vinculação com o crime, vale dizer, a adolescentes que tinham tido passagem pela Justiça e pela Polícia. Portanto, a mensagem passada pela mídia de que a Polícia matava bandido era falsa. Na verdade, matavam pessoas inocentes, como continuam a fazer.

Até 1995, o número de adolescentes mortos representava de 4 a 5 óbitos por dia, vale dizer, meia chacina da Candelária por dia no Rio de Janeiro. Hoje não temos esses números, porque o Secretário de Segurança, por razões óbvias, impediu o acesso do Poder Judiciário, da Justiça da Infância e da Juventude a esses dados. O Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro, que era fonte de consulta, não tem mais fornecidos dados para que possamos acompanhar a evolução dessa situação. Por isso até imaginamos esses números, mas não gostamos de "achismos". Falávamos antes com base em números, em estatísticas, mas, na falta de acesso a esses números, estimamos que o número de mortes de adolescentes no Rio de Janeiro tenha dobrado para oito diariamente, ou seja, uma Candelária por dia. Tem sido cada vez maior o número de mortes denunciadas e anunciadas por meio da mídia, sem que tenhamos acesso a esses números.

Para fazer frente a essa coação irresistível do narcotráfico no Rio de Janeiro, temos de oferecer alternativas aos adolescentes. A legislação federal não nos dá essas alternativas para tirar das mãos do narcotraficante esses adolescentes.

Ao exigir que os empresários dêem direitos iguais a esses adolescentes, na verdade, estamos impedindo o acesso desses adolescentes ao seu direito à profissionalização.

O art. 68 do Estatuto prevê a criação de programa social de preparação para o trabalho. Temos, no Rio de Janeiro,

mantido pela FIA - Fundação da Infância e da Adolescência -, há quase trinta anos, um programa chamado "Patrulheirismo". Por meio desse programa, os adolescentes entram no aprendizado ao trabalho, com direito a um salário mínimo integral, com direito a cumprir metade do horário exigido para os adultos e com a exigência de participar das atividades escolares.

Pois esse programa tem sofrido uma campanha de perseguição por parte das autoridades fiscais do Ministério do Trabalho, porque, efetivamente, o programa não cumpre o que diz a lei no que diz respeito a assegurar carteira de trabalho assinada, férias e décimo-terceiro salário. No entanto, paga a remuneração mínima, exige que o menino esteja trabalhando e faz um acompanhamento de preparação para o trabalho. Trata-se de um trabalho de estágio pré-laborativo. Deveríamos ter sensibilidade para interpretar esse trabalho como um aprendizado para o trabalho, como uma escolaridade do trabalho, a exemplo do que acontece com todos os profissionais da área jurídica, por exemplo - eu estagiei em escritórios de advocacia sem receber absolutamente nada e não me senti, em nenhum momento, explorado; pelo contrário, aquele aprendizado enriqueceu o meu currículo, dando-me condições depois de melhor exercer a advocacia. Na verdade, em algumas ocasiões, penso que eu é que deveria pagar aquele advogado por haver permitido que eu fizesse o estágio.

Há empresas públicas e privadas acolhendo crianças nesse programa de "Patrulheirismo". Participavam dele mais de sete mil adolescentes - não são crianças, pois somente a partir de 14 anos pode-se participar do "Patrulheirismo". Hoje, graças à perseguição promovida pelo Ministério do Trabalho, graças à falta de sensibilidade desses fiscais, são menos de cinco mil adolescentes que têm essa alternativa. Essa alternativa tem de ser compreendida no contexto peculiar do Rio de Janeiro: se não dermos a eles essa alternativa, o narcotraficante estará à espera deles, em condições de pagar-lhes bem melhor do que o programa - e os narcotraficantes estão imunes a qualquer fiscalização do Ministério do Trabalho, porque o fiscal do trabalho não vai procurar saber se o adolescente tem carteira de trabalho, se estão pagando o décimo-terceiro, férias, se o ambiente é salubre, se há periculosidade. Isso tudo ninguém faz. Nem o Ministério do Trabalho nem a Polícia muito menos fazem alguma coisa para impedir que esses adolescentes continuem em situação de coação e de corrupção. Ao contrário, o que acontece com esses adolescentes é que, muitas vezes, são presos, porque a Polícia do Rio de Janeiro recebe uma remuneração por prisão realizada e é mais fácil prender crianças e adolescentes do que prender os adultos que os corrompem, para fazer estatística e para melhorar o salário. Então a Polícia do Rio de Janeiro está aumentando o seu salário com a prisão desses adolescentes. Com isso, temos um número elevadíssimo de adolescentes presos ilegalmente, inconstitucionalmente. O presídio Muniz Sodré, onde não cabem mais de 120 internos e que estava interditado por falta de condições para receber adultos, foi reativado em dezembro do ano passado e hoje se encontram lá, em situação permanente de tortura, mais de 370 adolescentes.

A propósito, o programa "Patrulheirismo" sensibilizou a Deputada Aparecida Gama, do Rio de Janeiro, que conseguiu aprovar na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro uma lei eivada de inconstitucionalidade, até reconheço, mas que veio atender aos reclamos e as necessidades da população juvenil do Rio de Janeiro. A Lei nº 1.888, cuja inconstitucionalidade foi argüida, atendia as necessidades de acolher esse exército de adolescentes que ficam no limbo e que, muitas vezes, podem ser impedidos cooptados e corrompidos pelo narcotráfico se tiverem essa alternativa laborativa que compõe a renda familiar.

Essa falta de sensibilidade chega a tal ponto que a Casa do Pequeno Jornaleiro, que mantém 170 adolescentes, num trabalho de distribuição de jornais, e que já chegou a ter uma famosa banda de adolescentes, que saía às ruas tradicionalmente, no "Dia da Criança" e no "Dia do Trabalho", agora está a ponto de ser fechada por causa da situação econômica por que passam algumas empresas jornalísticas que mantinham esse programa e passaram a estimular a assinatura dos seus leitores. Com isso, os adolescentes que trabalhavam na distribuição desses jornais, e que com isso compunham a renda familiar, ficaram impedidos de continuar trabalhando na Casa do Pequeno Jornaleiro.

Chega ao cúmulo a insensibilidade dos fiscais do Ministério do Trabalho. No Rio de Janeiro, há um programa muito interessante, desenvolvido pelos clubes de tênis - um esporte que está ficando cada vez mais popular, graças ao nosso querido Guga, que está popularizando esse esporte de elite -, que dá a alguns adolescentes a oportunidade de participar dessas atividades esportivas como boleiros. Boleiros são aqueles meninos que ficam pegando a bola, para que os jogadores de tênis possam jogar.

Alguns desses clubes de elite promovem esse tipo de programa, sempre respeitando o trabalho e dando a esses meninos a oportunidade única de serem recepcionados no meio de outras crianças e outros adolescentes da elite. É uma situação ímpar, em que vemos meninos de morro, meninos de população carente convivendo num clube de elite e sendo respeitados como pessoa, com a possibilidade de se transformarem em atletas. Há notícias de que muitos desses boleiros hoje são instrutores de tênis e alguns até já são campeões de tênis. Não posso deixar com a CPI o trabalho que tenho em mãos porque não me pertence, mas posso mostrar à Srª Presidente esse trabalho desenvolvido por uma dessas academias de tênis, onde os meninos aparecem uniformizados e absolutamente integrados num clube de elite, de classe A. Esses meninos não fazem uma atividade laborativa, mas recebem uma remuneração, um pró-labore, uma mesada, que os próprios jogadores de tênis lhes dão quando prestam esse tipo de serviço.

O último censo, realizado nas ruas do Rio de Janeiro, pela Universidade Popular da Baixada, revela que, em novembro do ano passado, data em que foi realizado o censo, 308 adolescentes viviam nas ruas. A motivação que leva essas crianças e adolescentes às ruas é a necessidade de compor a renda familiar. Isso foi levantado em um trabalho sério realizado pela Universidade Popular da Baixada, numa pesquisa financiada pela FIA - Fundação da Infância e da Adolescência - e pelo Ministério da Justiça.

O censo mostra que as crianças ganharam as ruas pela necessidade de sobrevivência. Muitas delas fizeram a opção de não servir ao narcotráfico, porque a alternativa que têm os adolescentes das famílias carentes é esta: ou serve ao narcotráfico, ou são expulsos da sua comunidade. Em sendo expulsos da sua comunidade, eles têm que sobreviver. E a sobrevivência é conseguida nos trabalhos de ruas: tomam conta de carros, vendem balas, amendoim. Segundo a pesquisa, quase metade, 45,7%, dos adolescentes consegue menos de R$10,00 diários e apenas 2% alcançam entre R$51,00 e R$100,00 diários, dinheiro esse que é destinado à renda familiar ou do grupo que os explora no mercado informal de rua.

O Rio de Janeiro - informa o censo - concentra 27% da população de pobres dos centros urbanos do País. Também desmente o conceito da opinião pública de que a população de rua é vadia. Na verdade, conclui que a população de rua é aquela que se encontra nas ruas à procura de trabalho, pois 49,3% das pessoas que moram nas ruas trabalham. Os outros vivem da esmolagem, da assistência social e de produto de roubos e furtos.

Era esse, Srª Senadora, o depoimento que eu tinha a prestar. Sabemos que existem alternativas e que crianças e adolescentes não devem trabalhar. Existem soluções disponíveis para o Governo, como a solução encaminhada pelo Governo do Distrito Federal, o programa Bolsa-Escola, que retirou as crianças

das ruas e não necessariamente colocou-as trabalhando, mas subsidiou a família para que as crianças voltem para casa e sejam mantidas na escola.

No Município do Rio de Janeiro, o Vereador Antônio Pitanga fez aprovar projeto idêntico, projeto esse que está sancionado pelo Sr. Prefeito, mas que, lamentavelmente, ainda não entrou em vigor.

Há o programa de Renda Mínima, que é uma alternativa de apoio às famílias, com a finalidade de impedir que crianças e adolescentes sejam obrigados a trabalhar para compor a renda familiar.

A propósito, existe, no Rio de Janeiro, uma situação, para a qual quero chamar a atenção desta Comissão: o número elevadíssimo de crianças que vivem privadas da liberdade, em estado de semi-abandono, nos abrigos existentes no Rio de Janeiro. São 343 abrigos, governamentais e não-governamentais, que estão acolhendo cerca de oito mil crianças. Se houvesse um mínimo de interesse do Governo em ajudar as famílias dessas crianças, eis que 98% delas têm referência familiar, elas poderiam estar de volta à família, e todos esses abrigos poderiam estar sendo fechados.

Consta também que cada criança custa ao Governo do Estado e às entidades privadas aproximadamente R$350,00 **per capita**, quando sabemos que, com R$130,00, ajudando essa família, pelo menos três crianças estariam de volta à sua família, com o preço que é gasto com cada uma delas.

É bom ressaltar que a ilusão do abrigo não é uma medida de proteção, tanto que o Estatuto da Criança e do Adolescente define como uma medida provisória e emergencial. A criança abrigada é uma criança adoecida e excluída, que não se acostumará a viver em comunidade e em família, se não for, o mais rápido possível, providenciado o retorno à sua família de origem.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Agradecemos a bela exposição do Dr. Siro Darlan e passamos a palavra à Drª Ana Meire Carneiro, da Comissão de Direitos Humanos da OAB.

A SRª ANA MEIRE CARNEIRO - Agradeço a gentileza de ter sido convidada a falar e cumprimento a Mesa, mas gostaria que primeiro se pronunciasse o representante do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente. A Comissão de Direitos Humanos da OAB é procurada em situações emergenciais. Não temos os dados, como o Dr. Siro Darlan apresentou, os quais acabo de anotar. Não temos a função de atender; somos quase como uma UTI; todos aqueles que estão desamparados, sem uma defesa, buscam a nossa Comissão. Nós atendemos desde o idoso até problema de racismo, de agressões familiares, violência doméstica e urbana, enfim, todo o leque dos direitos humanos. Não somos especialistas em criança e adolescente, mas sou membro representativo dentro do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, que, na minha opinião, deve se pronunciar e fornecer os dados, oportunamente, se houver necessidade, eu falarei.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Com a palavra o Dr. Cláudio Saraiva.

O SR. CLAUDIO SARAIVA - Bom-dia, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, inicialmente, estou aqui na qualidade de representante do Secretário de Trabalho e Assunto Social, Dr. Marcos Maranhão, que foi convidado para esta audiência e pediu-me que o representasse, e falo na qualidade de Presidente da Fundação para a Infância e Adolescência do Estado do Rio de Janeiro - a antiga e estigmatizada FEEM -, anteriormente citada pelo Dr. Siro Darlan; e também na qualidade de vice-Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e como membro da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil do Estado do Rio de Janeiro.

Não sei como ater-me aos dez minutos estipulados pela Senadora Benedita da Silva, tanto são os assuntos a serem tratados, além dos que o Dr. Siro Darlan levantou. Eu gostaria de citar algumas questões que considero absolutamente fundamentais.

A primeira está relacionada ao programa Bolsa-Escola. O Governo Federal decidiu implantar o programa Bolsa-Escola, que foi iniciado, como a Senadora já teve oportunidade de colocar, nos Estados de Mato Grosso do Sul - na região de carvoaria -, em Pernambuco - na região canavieira -, e na Bahia - na região do sisal.

Por intermédio de negociações realizadas entre o Governo do Estado e o Governo Federal, conseguimos incluir o Estado do Rio de Janeiro como a quarta unidade da Federação a ser atendida pelo programa Bolsa-Escola, do Ministério da Previdência e Assistência Social. Aqui no Estado, para que pudéssemos fazer um programa adequado às características do norte fluminense, região escolhida pelo Governo Federal e pelo Governo Estadual para o desenvolvimento de uma ação para erradicação do trabalho infantil, foram escolhidos oito municípios, onde se destaca Campos como Município central, região historicamente considerada de exploração de crianças e adolescentes na lavoura canavieira também. É verdade que, nos últimos anos, em função inclusive da decadência da atividade econômica da região canavieira, essa área deixou de dedicar-se à monocultura e passou a desenvolver várias outras atividades econômicas.

Decidimos, então, para subsidiar essa ação integrada do Governo Estadual com o Governo Federal de erradicação da exploração do trabalho de crianças e adolescentes nessa região, desenvolver uma pesquisa, que foi financiada pelo Ministério da Justiça e patrocinada pela Fundação para a Infância e Adolescência. Essa pesquisa tinha como objetivo cadastrar todas as crianças e adolescentes explorados nesses oito Municípios, além de estabelecer uma pesquisa que nos possibilitasse a visualização do perfil da situação das famílias dessas crianças, dos equipamentos escolares existentes nesses Municípios e das ações de assistência social oferecidas às crianças e adolescentes.

Tenho em mãos os resultados desse cadastro. Nós cadastramos nesses oito Municípios 7.860 crianças e adolescentes explorados em diversas regiões econômicas, sendo 75% menores de quatorze anos. Eu posso remeter posteriormente à Comissão todos os dados da pesquisa. Não gostaria de me alongar, até mesmo em função do tempo, mas hoje temos mapeada toda a população de crianças e adolescentes explorados nesses oito Municípios. Já foi negociado com a Secretaria Nacional de Assistência Social o programa Bolsa-Escola para atuar junto a essas crianças e adolescentes cadastrados, e será oferecida uma bolsa de R$40 por criança, exatamente com esse objetivo. Quer dizer, a família retira a criança da situação de exploração no trabalho e a coloca na escola, e nós vamos desenvolver atividades complementares no período em que a criança não está na escola; e dar à família uma bolsa de R$40. A negociação no Rio de Janeiro decidiu esse valor em função inclusive dos dados da pesquisa, que mostraram quanto ganhavam em média as crianças e os adolescentes nessa atividade de exploração. Propusemos, assim, um valor de bolsa que pudesse ser substituído pela quantia que a criança ou o adolescente levava para a família. Estipulou-se que seria pago R$40 a todas as famílias que tirassem do trabalho as crianças cadastradas desses oito Municípios.

Comprometo-me, posteriormente, a encaminhar à Comissão a pesquisa completa, todo o cadastramento, as informações sobre o número de escolas existentes em cada Município, a localização dessas escolas, as ações de assistência social desenvolvidas, enfim, todos os dados levantados.

O assunto abordado pelo Dr. Siro Darlan relacionado com a questão da exploração do trabalho urbano da criança e do adolescente, na minha opinião, é mais complexo de ser tratado, mais até do que o referente à exploração na zona rural.

Fizemos, nos dez principais Municípios do Estado do Rio de Janeiro, uma pesquisa financiada pelo Ministério da Justiça e realizada pela Universidade Popular da Baixada. O Dr. Siro Darlan teve também oportunidade de citar essa pesquisa na sua parte referente a meninos de rua. Fizemos também uma pesquisa sobre meninos que trabalham nas ruas. Os dez municípios pesquisados – citarei como referência principalmente para a Senadora Benedita, originária do Estado do Rio de Janeiro – são Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João do Meriti, Campos, Cabo Frio, Petrópolis e Volta Redonda. Escolhemos esse dez principais Municípios do Rio de Janeiro e desenvolvemos pesquisas sobre todas as situações de risco social e pessoal dos meninos de rua – a dependência química, os maus tratos e o trabalho nas ruas.

Trarei aqui os dados mais relevantes e comprometo-me a encaminhar à Comissão o produto dessa pesquisa, principalmente para que se possa encontrar ações adequadas para combater e tentar erradicar essas situações de exploração de trabalho de crianças e adolescentes.

Pesquisamos 2.097 crianças e adolescentes explorados nos grandes centros desses dez Municípios. A principal atividade exercida, como curiosidade, é a de ambulante e camelô, realizada por 52% desses meninos. É importante dizer que, desses 2.097, 33% são do Município do Rio de Janeiro. O segundo Município com mais meninos explorados nas ruas é o de São Gonçalo, com 16;5 %; depois, os Municípios da Baixada – os três a que me referi e que, somados, representam 19;6% do total.

Outro dado extremamente significativo, para que se possa entender a situação do trabalho dessas crianças e adolescentes, refere-se a quantos meninos ficam com o dinheiro proveniente do trabalho na rua ou da esmola. Assim, 66% – 2/3 – declararam que dão todo o dinheiro que recolhem, ou parte dele. E quando perguntados sobre a quem davam o dinheiro, 51% designaram a família.

Então, percebemos que essa situação preponderantemente – claro que há diversas circunstâncias – é de exploração do trabalho da criança por parte da própria família, já que 66% dão o dinheiro e o maior beneficiário é a própria família.

Perguntamos a esses meninos quantos dormiam na rua às vezes ou todos os dias – para caracterizar quantos desses efetivamente tinham rompido o seu vínculo familiar. Sessenta e seis por cento, portanto também dois terços, disseram que diariamente dormem em suas casas, o que configura novamente uma situação de exploração desses meninos por suas famílias.

Com relação aos dados de educação desse universo de 2.097 meninos, 56% deles declararam que estão na escola. Portanto, 44% desses meninos declararam que não estão freqüentando a escola.

Em relação ao uso de droga, também quanto a essa população, tentamos levantar o números de usuários e verificamos que 30% desses 2.097 meninos se declararam usuários de drogas.

Enfim, a pesquisa é muito rica, com muitas informações e penso que pode nos dar uma visão muito clara da situação de exploração do trabalho infantil na zona urbana, para que possamos avançar em relação ao item.

Perguntamos quantos deles já tinham passado por algum tipo de programa de atendimento, quer fosse atendimento do Estado, das prefeituras, das organizações não-governamentais. Apenas 20% declararam que já haviam passado por algum programa de atendimento. Portanto, verificamos que a grande maioria dos meninos que estão nas ruas sendo explorados – não aqueles que dormem nas ruas – têm referência familiar e vão sempre para casa dormir, além de transferir o dinheiro que ganham para sua família, não passaram por programas de atendimento.

Os dados da pesquisa que realizamos, comprometo-me a encaminhá-los à comissão, para que, de posse dessas informações, possa propor ações mais adequadas, particularmente em relação ao Estado do Rio de Janeiro.

Eu gostaria, até provocado pelo Dr. Siro Darlan, de fazer mais três ponderações: a primeira, relativa ao tráfico de drogas, que, sem dúvida, no Estado do Rio de Janeiro é uma situação extremamente grave e incomoda a todos nós.

Fizemos uma pesquisa sobre os meninos que dormem nas ruas, à qual Dr. Siro fez referência, e encontramos no município 308 meninos dormindo nas ruas; nesses 10 municípios somados, encontramos 525 meninos dormindo nas ruas.

A única pesquisa similar foi feita pelo Betinho, há cerca de 7 anos, quando foram cadastrados dormindo nas ruas do Rio de Janeiro quase mil meninos. O nosso cadastro apontou 525 meninos, portanto uma diminuição do número de meninos de rua.

Perguntamo-nos se essa diminuição, em parte, não é ocasionada por essa questão levantada pelo Dr. Siro, ou seja, o aliciamento de meninos pelo tráfico de drogas. É um problema extremamente complicado, extremamente complexo e que nos incomoda a todos.

Eu queria, nesse sentido, dar uma notícia, já do conhecimento de algumas pessoas mais próximas, particularmente Dr. Siro Darlan; Roberto, da São Martinho, parceiros com quem discutimos permanentemente todas as ações. Fomos instados este ano pelo Ministério da Justiça a promover uma ação de combate ao aliciamento de meninos pelo tráfico de drogas.

Inicialmente, tentei não participar, eu até me recusei a caminhar nesse sentido por considerar que o assunto pertencia a área de segurança pública e não a uma fundação que tem como pressuposto a ação social especializada. Mas eu não queria me furtar à responsabilidade, por isso, eu me integrei apesar de a fundação não ter a função específica de atender o menino envolvido com ato infracional, que aqui é competência da Secretaria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Mas pensamos e discutimos com esses nossos parceiros para tentar formatar uma idéia e concluímos o seguinte: o menino que entra no sistema sócio-educativo, oriundo do tráfico de drogas, se, ao final da medida sócio-educativa, ou seja, quando é colocado novamente em liberdade para o convívio social, ele volta a viver na sua comunidade, certamente vai delinqüir novamente, até porque não tem outra alternativa. Que alternativa tem esse menino, voltando à comunidade que o aliciou, senão participar do processo de tráfico de drogas?

Então levantamos a idéia de que o menino precisava ser protegido ao final do processo socioeducativo, para que não retornasse à comunidade aliciante e reincidisse no tráfico de drogas.

Desenhamos uma ação que implica basicamente proteger o menino ao final do processo, aplicando uma medida de proteção, uma medida formal que pode ser efetuada tanto pelo Poder Judiciário quanto pelos Conselhos Tutelares: colocar o menino na casa de um parente que more em uma outra comunidade ou mesmo num abrigo, se for o caso, numa outra comunidade; investir numa atividade de profissionalização do menino, o que representa criar-lhe uma alternativa de vida; desenvolver um trabalho concernente à dependência química, se ele for dependente, já que uma parcela significativa dos meninos que participam do tráfico são também dependentes e, portanto, tem de haver uma ação de combate à dependência química e ao uso de drogas.

Propusemos essa ação ao Ministério da Justiça, que já discutiu conosco a proposta. Já estabelecemos uma ação para 200 meninos no Estado do Rio de Janeiro. Claro que não vamos pegar inicialmente os meninos que ocupam uma posição de maior hierarquia no tráfico, uma vez que esses já estão cometendo homicídios e, portanto, têm outro perfil. A intenção é primeiro atender aos meninos que têm uma participação inicial no processo de tráfico, os que funcionam como "olheiros" ou "aviõezinhos" e que efetivamente precisam mais ser protegidos que penalizados - precisamos dar-lhes uma alternativa.

As ações de proteção vão ser desenvolvidas por Organizações Não-Governamentais do Estado do Rio de Janeiro. Conversamos com diversas delas: a São Martinho, a Padre Renato Vieira; a São Miguel Arcanjo que são instituições que vão se agregar a esse esforço. Fizemos uma reunião, na fundação, com juízes do Município do Rio de Janeiro, com promotores de Justiça, com o Degase, para harmonizar todos os atores necessários a ação. Vamos fazer, pela Fundação Oswaldo Cruz, uma ação permanente de acompanhamento e avaliação do programa, para que, ao final, possa ser proposto pelo Ministério da Justiça como um modelo para que, nas outras unidades da Federação onde haja exploração de meninos pelo tráfico, possa ser oferecido como alternativa. Esse programa vai começar em maio, e vamos desenvolvê-lo até dezembro tendo como meta atender 200 meninos.

Essa era a informação que gostaria de prestar, nesta audiência, como um exemplo de ação que está sendo capitaneada pelo Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, organizações da sociedade civil, Poder Judiciário, Ministério Público, enfim, com todos aqueles que atuam na área da criança e do adolescente.

O último aspecto, em que pretendo ser bastante breve, refere-se ao programa desenvolvido pela Fundação, como disse o Dr. Siro, em conjunto com a Associação dos Amigos do Patrulheiro, chamado Programa Patrulheiro.

Quando entramos na Fundação, em janeiro de 1995, deparamo-nos com um parecer da Procuradoria-Geral do Estado, declarando a inconstitucionalidade do programa, que era fundado na Lei nº 1.888 – que o Dr. Siro Darlan citou –, a qual era inconstitucional, de acordo também com o nosso modesto entendimento.

Tentamos fazer toda uma argumentação e readequar o programa, para que não fosse mais fundamentado nessa lei estadual, que é inconstitucional, mas no art. 68 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que regulamenta o trabalho educativo. Temos reordenado o programa no sentido de adequá-lo à lei, e a Procuradoria-Geral do Estado já retificou o seu parecer, dizendo que o programa, hoje chamado Programa Trabalho Educativo, passa a ter legalidade, porque fundado no art. 68 do Estatuto da Criança e do Adolescente. O programa recebeu uma nova formatação, e acredito que, a partir de agora, apesar das dificuldades que o Dr. Siro pontuou, já tenhamos condições de começar a avançar.

Havia todo um movimento crítico em relação a esse programa, mas, depois desse tratamento que fizemos, acreditamos que ele possa, novamente, vir a crescer.

Eram essas as considerações que gostaria de fazer. Coloco-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários e reforço o meu compromisso de encaminhar posteriormente para a Comissão as duas pesquisas a que me referi durante essa audiência.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Agradecemos ao Dr. Cláudio Saraiva a bela exposição que realizou e ficamos aguardando o encaminhamento das pesquisas, que serão muito úteis para o relatório final.

Tenho a honra de passar a palavra ao Sr. Jorge Barros, do Bloco Brasil.

O SR. JORGE BARROS - Srªs Senadoras, Srs. Deputados da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, Senhoras e Senhores, não sei exatamente que tipo de informação nova poderíamos oferecer a esta Comissão, na medida em que acabamos de verificar que o Estado detém todo o diagnóstico do problema, assim como a Justiça tem conhecimento da situação. No entanto, estamos, há mais de dez anos, falando sobre os milhões de crianças e adolescentes trabalhadores neste País.

Desde a década de 80, temos falado nesses números: sempre na ordem de R$7 milhões, entre 10 a 17 anos, em todo o Brasil. O IBGE apurou a sua investigação, e conseguimos identificar 500 mil trabalhadores com idades entre 5 e 9 anos. Apuramos a identificação e o diagnóstico, mas não conseguimos, efetivamente, apresentar as saídas.

Pressionado por organismos internacionais, o Governo brasileiro tem tentado dar algumas respostas, principalmente no que se refere aos trabalhos considerados graves, como aqueles executados nas carvoarias e nas plantações de sisal ou cana-de-açúcar.

Nós, do Projeto CDCAT, da Child Hope, entendemos que essas atividades são graves e devem ser combatidas, mas deve ser combatido também o trabalho tolerado. Na verdade, há uma consciência brasileira sobre o trabalho infanto-juvenil como sendo algo normal, aceitável. Vão-se buscar as razões para isso na miséria da população brasileira.

Consideramos trabalhos graves aqueles realizados por crianças e adolescentes na rua, na construção civil, na colheita da laranja, em Itaboraí, e nas olarias, em Campos. É necessário que a sociedade deixe de tolerar esse tipo de trabalho. O trabalho realizado pelas empregadas domésticas nos apartamentos das classes média e alta também é grave, porque inibe a conciliação com a educação e com a profissionalização.

Apesar de se ter falado que alguns desses projetos profissionalizam, um dos problemas diagnosticados é que os projetos apresentados para a população pobre não profissionalizam: eles ocupam as crianças como se a única atividade que elas devessem ter fosse o trabalho. Na verdade, não se pensa na atividade cultural, nas atividades esportivas, muito menos na profissionalização adequada para o futuro.

Na exposição de S. Exª, o Juiz da Infância e da Adolescência do Rio de Janeiro, em momento algum se ouviu falar na palavra "educação", como se a educação não fosse efetivamente um direito e uma obrigação do Estado para com essas crianças. É necessária uma educação inclusive com regime de escola integral, que possa efetivamente ocupar essa criança, vista antecipadamente como um marginal se não estiver ocupada no trabalho. Há uma premissa perversa de que toda criança pobre que não esteja trabalhando vai se transformar em bandido. Não existe nenhum arrazoado nisso, a não ser preconceito.

No Estado do Rio de Janeiro, quase 300 mil crianças e adolescentes trabalham. Falou-se aqui dos que trabalham na situação emergencial da região canavieira e dos que trabalham na rua, mas são 300 mil que trabalham sem apoio ou intervenção de ninguém. Vão direto para o mercado de trabalho, e a única relação que têm é com o empregador, quase sempre um explorador. Dessas 300 mil crianças trabalhadoras, 60 mil têm entre 10 e 14 anos; portanto, não deveriam estar trabalhando, porque é proibido o trabalho nessa idade.

Entre aqueles que realizam trabalhos mais visíveis, como os meninos de rua, que a FIA identificou, há os engraxates, cuja idade máxima é de 14 anos em média. Eles sofrem um tipo de acidente de trabalho que não é reconhecido como tal: 40% deles são atropelados, conforme pesquisa que já coordenamos no Rio de Janeiro. Esses acidentes de trabalho são atendidos pela rede pública de saúde, nos hospitais de emergência, mas não são

considerados como tal, porque aquele menino não é visto como trabalhador. Enquanto isso acontecer, ele não será respeitado como trabalhador. Essa é uma das questões que temos levantado: é preciso que se mude esse enfoque da tutela que se faz sobre o adolescente que trabalha, como se o trabalho dele fosse apenas uma ajuda. Na verdade, ele contribui para o PIB do País, para a produção de riqueza que temos, mas não o tratamos como um adolescente trabalhador, merecedor dos direitos que muitos insistem em negar.

Na região de Campos, como já falei, além da questão canavieira temos a questão das olarias. Nas olarias, crianças e adolescentes trabalham em condições insalubres e perigosas. São fornos em temperatura média de 80ºC, e, além disso, há todo o trabalho de carregar peso. Há uma estimativa, produzida pelos sindicatos da região, de que há entre cinco a sete trabalhadores crianças e adolescentes em cada olaria. São 100 olarias, perfazendo-se, pois, um total aproximado de 500 a 700 crianças e adolescentes trabalhando nestas condições na região de Campos.

A exploração do trabalho infanto-juvenil no Brasil se dá com a complacência das autoridades municipais, estaduais e federais, além das autoridades judiciárias, de que é exemplo o Juiz de Pitangueiras... (interrupção na gravação) ...façam isso, mas enquanto a lei estiver vigendo desta forma, é necessário que nós busquemos a aplicação em respeito às leis.

As autoridades complacentes com a questão se esquecem que, na verdade, são responsáveis pela erradicação da miséria, miséria que compele crianças a esta situação. Na verdade, prefeitos, governadores, secretários estaduais, secretários municipais, o próprio Presidente da República e os seus Ministros são responsáveis pela erradicação da miséria no País; comprometem-se com isso a cada processo eleitoral. Então, é necessário que, mais do que se adequar a esta situação, tentemos mudá-la.

Recebi, outro dia, a visita de técnicos do Ministério do Trabalho que estão, por determinação do Congresso Americano, investigando a questão do trabalho infantil no Brasil. É claro que eles têm as suas motivações econômicas, como a prática de **dumping**, e coisas que tais; porém, na verdade, significa que é necessário que este Congresso e o Executivo, nas suas diversas instâncias, tomem providências efetivamente para acabar com esta situação. Investigar nós já o fazemos há muito tempo; temos as informações, os dados, que estão disponíveis. É hora, agora, de darmos um salto, de tomarmos providências que efetivamente levem, por exemplo, aos programas de educação integral, aos programas sociais, como a bolsa-escola, que o Governo de Brasília tão bem exemplifica, aos projetos geração de emprego e renda, não para os adolescentes, mas para os pais dos adolescentes, que estão cada vez mais sendo atirados ao desemprego.

O que os adolescentes precisam é de profissionalização. Tenho aqui, ao meu lado, um adolescente trabalhador que está tentando organizar uma associação de adolescentes trabalhadores. Uma das reivindicações que esta associação de adolescentes trabalhadores tem levantado, principalmente esses adolescentes de projetos, é a de saber o que acontecerá com eles depois dos 18 anos de idade, porque eles são atirados agora no trabalho, mas não são atirados na profissionalização; não são encaminhados à profissionalização. Quando fazem 18 anos, vão para o mercado de trabalho em condição desprivilegiadas, e sem a profissionalização. Resultado: muitas das vezes eles vão trabalhar, depois dos 18 anos, em condições piores que as de quando adolescentes. Isso gera revolta. E não vá me dizer que, na verdade, o pagamento de um salário mínimo evita a marginalidade, porque não há razões objetivas para um cidadão minimamente inteligente se submeter a um processo desses.

Apesar das informações estarem disponíveis – isso é notícia no Brasil há muito tempo –, não conseguimos ainda ganhar efetivamente formadores de opinião para mudar esta situação no Brasil. É necessário que setores da classe média percebam que esta questão do trabalho não é só uma questão dos filhos dos pobres; é uma questão até de segurança nacional, de patriotismo, de transformar este País efetivamente num país que possa educar seus filhos de forma mais ou menos igualitária, para que a competitividade que o sistema prega se dê efetivamente em condições de igualdade, não precocemente eliminando milhões de pequenos brasileiros que não vão nunca poder competir neste mercado de trabalho. No momento em que precisam ser preparados para este mercado, são atirados precocemente no mercado de trabalho e ali eles acabam perdendo o seu futuro, não chegando a uma situação que promova essa competitividade.

Acho bastante interessante a presença de V. Exªs aqui, mas pediria que um dos encaminhamentos contundentes da Comissão fosse efetivamente seduzir o Governo a aplicar os projetos que já estão desenhados por todo o País. O projeto de bolsa-escola está mais ou menos generalizado. As ONGs têm dado exemplos cada vez mais criativos de como enfrentar a situação, não necessariamente com a exploração de mão-de-obra infanto-juvenil. É possível fazermos isso. O programa do Governo Federal "Escola para todos" precisa ser ampliado, garantido. Precisamos efetivamente dar um salto nesse processo. Não é possível que continuemos só fazendo reclamações desse tipo.

Muito obrigado.

A SRª. PRESIDENTE (Marluce Pinto)- Agradecemos a participação do Dr. Jorge Barros. De acordo com uma consulta que já formulei à Senadora Benedita da Silva, e como só temos até às 14h30min, vamos dar prosseguimento à reunião e ouvir mais três debatedores. Posteriormente, faremos o debate.

Com a palavra a Drª Sheila Vales, Delegada do Ministério do Trabalho. (Pausa)

Com a palavra o Dr. Roberto José Santos, da Associação São Martinho.

O SR. ROBERTO JOSÉ SANTOS - Eu gostaria de agradecer esta Comissão, porque podemos daqui dar um breve depoimento sobre o engajamento da São Martinho na área do trabalho infanto-juvenil.

São Martinho é uma entidade não-governamental que atua no Estado do Rio de Janeiro desde 1984, e ela hoje está organizada em quatro linhas de ação: a linha emergencial, com os meninos de rua e com o trabalho de acolhida dessas crianças e adolescentes que estão fora de suas famílias em casas-residência em caráter provisório, até que elas possam reintegrar-se de retorno a sua família ou numa família substituta ou nós as acompanhamos até os 18 anos com um programa no sentido de que elas possam ter uma vida independente. Temos hoje na linha emergencial, sete casas por faixa etária e uma república para os jovens que completam 18 anos, porque, normalmente, quando chegam a esta idade muitos deles não estão profissionalizados e preparados. Nós ainda estendemos algum tempo até que eles possam organizar-se e dar seqüência às suas vidas integrados à sociedade. Trabalhamos também na linha preventiva, que surgiu a partir da própria experiência de rua, voltada para as crianças ainda nas suas comunidades de origem. Temos a experiência de centros comunitários, onde fazemos um trabalho para ocupar o tempo das crianças no intervalo da escola, e que compete com o narcotráfico, citado pelo Dr. Sílvio Darlan. Buscamos desenvolver nesses centros comunitários pequenas fábricas de ocupação, com uma introdução à profissionalização, não é uma profissionalização propriamente dita, mas é um trabalho em que as crianças têm uma refeição, podem fazer os deveres da escola e são acompanhadas por educadores. Isso fortalece o vínculo familiar.

Na linha de trabalho preventivo, surgiu há oito anos a idéia de um projeto que chamamos de "O Mundo pelo Trabalho", porque constatávamos que jovens largavam a escola para irem trabalhar de alguma forma: iam para as ruas como engraxate, ficavam vendendo determinados artigos nos pontos de sinais. Nasceu, então, esta idéia, inspirada no trabalho dos Salesianos, no qual eles tinham uma experiência que, sensibilizadas algumas empresas, estas acolhiam os jovens para um trabalho para o qual não se caracterizava uma exploração, mas uma forma de mantê-los na escola, ganhando por sua atividade, produzindo algo dentro da empresa, prestando serviços e com isso ganhavam o seu salário, não abandonavam a escola e mantinham-se na família.

Organizamo-lo há oito anos, e aí está o programa voltado para o mundo do trabalho. Neste trabalho, começamos com um curso de preparação para o mundo do trabalho, a partir dos 14 anos. Trata-se de um curso com duração de três meses, complementado com um convênio que temos com diversas empresas, chamado convênio sócio-pedagógico, sócio-educativo, e, nesse trabalho, as empresas se comprometem a receber esses jovens.

Trata-se de trabalho semelhante ao trabalho do patrulheirismo, só que conseguimos organizá-lo de forma a que não houvesse vínculo empregatício entre os jovens e as empresas, porque parte dessas empresas são estatais que extinguiram os cargos de contínuos do serviço público – as atribuições inerentes a esses cargos são hoje exercidas por terceiros, isto é, esses serviços são contratados junto a terceiros.

Contudo, não gostaríamos que a relação de emprego entre os jovens e as empresas fosse caracterizada como uma contratação de prestação de serviços. Por quê? Porque o objetivo era criar convênio sócio-educacional cujo interesse não fosse o lucro. A empresa se comprometeria a repassar salário e encargos sociais aos jovens e oferecer-lhes oportunidades de cursos profissionalizantes dentro da empresa – os cursos que fossem oferecidos a seus funcionários seriam estendidos também aos jovens, de acordo com sua capacidade. Foi essa a forma pela qual a São Martinho estabeleceu o vínculo empregatício com esses jovens. Hoje, são cerca de 800 jovens trabalhando nas empresas e 400 por ano fazem o curso de preparação.

Qual o compromisso da empresa? Pagar um salário mínimo a esses jovens, oferecer-lhes o vale-refeição e o vale-transporte em troca de meio expediente de trabalho – quatro horas. O nosso compromisso é acompanhar os jovens para que se mantenham na escola.

Hoje temos, entre os jovens que passaram por essa experiência, diversos que estão trabalhando – depois dos 18 anos – nas empresas privadas que os aproveitaram e os contrataram já como funcionários. Outros prosseguiram os seus estudos e estão na universidade, outros estão trabalhando em empresas ligadas às famílias dos próprios chefes das empresas estatais. Percebemos que eles, não deixando a escola pública, não deixando de estudar, conseguiram passar pelo período de maior tentação exercida pelo narcotráfico – faixa etária entre 14 e 18 anos.

Se considerarmos o universo daqueles que procuram o projeto de inserção no mundo do trabalho, veremos que ainda é pequeno o número de jovens atendidos: são 800 jovens hoje. Rejeitamos alguns que nos procuram, porque não temos estrutura para ajudar todos.

Queremos com esse trabalho mostrar que é possível, desde que as empresas sejam sensibilizadas, oferecer um trabalho legal, sem que se caracterize a exploração e a negação dos direitos desses jovens dentro das empresas. Não podemos pensar que eles são aceitos nas empresas como "coitadinhos", porque podem tornar-se marginais. Eles são aceitos, porque já têm condição e capacidade de prestar um serviço que as empresas possam aproveitar, sem que se caracterize uma violação ao direito primeiro desses jovens, que é a educação, que é estar na escola.

Esses 800 jovens são acompanhados por uma equipe multidisciplinar até os 18 anos. Quando atingem essa idade, faz-se a rescisão de contrato. Jorge Barros perguntou: "E depois dos 18 anos?" Consideramos que o trabalho do adolescente com mais de 14 anos - idade permitida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - tem vários aspectos positivos: a possibilidade de o adolescente profissionalizar-se, manter-se na escola, adquirir uma primeira experiência de trabalho positiva, aprender bons hábitos e desenvolver uma auto-disciplina que lhe permita organizar-se no trabalho e na escola. Com isso, aos 18 anos, ele terá capacidade e força para enfrentar o difícil mercado de trabalho, que hoje não absorve alguns milhares de trabalhadores, pois estamos em uma fase de grande desemprego. Ele encontrará uma alternativa diferente do narcotráfico, porque já adquiriu formação e hábitos que se consolidaram na sua personalidade, nos seus valores de vida e, dificilmente, descambará para uma vida marginal.

A experiência da San Martinho no trabalho com adolescentes pode ser caracterizada pela busca de uma forma de trabalho que respeite os direitos dos jovens, garantindo-lhes a continuidade do seu processo educacional. Com isso, eles se mantêm junto às suas famílias e chegam à maioridade de uma forma positiva.

A grande dificuldade que enfrentamos hoje diz respeito aos jovens que estão fora de suas famílias e têm pouca escolaridade - as empresas envolvidas nesse projeto exigem, no mínimo, a quinta série. Essa é a nossa maior dificuldade, porque as empresas não aceitam muitos desses jovens e há poucos cursos profissionalizantes que se adaptam à situação deles - pouca escolaridade, mas capacidade mental para o aprendizado.

Infelizmente, o Senai ainda exige uma escolaridade alta - quando ele foi criado, abarcava os jovens com pouca escolaridade. Esses jovens, apesar da dificuldade no aprendizado da parte teórica dos cursos profissionalizantes, aprendem com um mestre, na prática, a manusear os equipamentos, a lidar com as peças de um carro, a instalar um sistema elétrico.

Hoje, a possibilidade de voltarmos à antiga idéia do mestre e do aprendiz ainda parece bastante remota. Para nós, este é o grande desafio: ajudar os jovens oriundos das ruas que estão nas nossas casas e que, infelizmente, ainda não podem retornar a suas famílias. Na linha preventiva essa é a nossa ocupação.

Agimos, ainda, em duas outras frentes: a defesa dos direitos da criança e a formação de educadores. Quanto à defesa dos direitos da criança, agimos por intermédio do Centro de Defesa D. Luciano Mendes, que realiza um trabalho com jovens vítimas de violência e dá assistência às famílias que têm jovens que sofreram violência policial ou foram exterminados. Quanto à formação dos educadores, por intermédio de um centro de formação, faz-se a reciclagem dos profissionais que atuam em todas essas áreas.

Esse é o meu depoimento quanto ao trabalho realizado pela San Martinho.

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Agradecemos a participação do Dr. Roberto José dos Santos.

Tenho o prazer de passar a palavra para a Drª Emília Parreira, da Delegacia do Ministério da Educação no Rio de Janeiro.

A SRª EMÍLIA PARREIRA - Meus cumprimentos à Mesa e aos demais participantes. Estou representando a Delegacia do MEC do Estado do Rio de Janeiro, que também se faz presente na Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil, no Governo do Estado, e no Comitê Estadual do Programa Toda Criança na Escola.

Quanto ao Programa Toda Criança na Escola, quero registrar que, no final de abril, encerrou-se o encaminhamento dos pleitos, dos projetos vinculados a esse Programa. 257 projetos foram encaminhados à Delegacia do MEC pelo Estado do Rio de Janeiro, por intermédio dos seus 91 municípios. Em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação, a Delegacia validou esses projetos, que foram encaminhados ao FNDE, órgão responsável pela aprovação dos mesmos. Foi um trabalho intenso da Delegacia do MEC e da Secretaria Estadual, que deram todas as orientações aos municípios para o encaminhamento desses pleitos.

Anteriormente ao encaminhamento dos projetos, houve a mobilização dos municípios para o cadastramento - ou matrícula, como foi chamado - das crianças que estavam fora da escola, compreendidas na faixa etária de 7 a 14 anos. No total, foram cadastradas 23 mil crianças fora da escola e praticamente todas elas já foram absorvidas pela própria rede estadual ou municipal.

Agora, os pleitos do Toda Criança na Escola dizem respeito ao transporte escolar e ao Programa de Aceleração da Aprendizagem, responsável pela compensação da defasagem entre a idade e a série escolar das crianças que estão fora da escola. Esse Programa de Aceleração da Aprendizagem pretende repor a escolarização perdida. Contemplam-se ainda a construção, ampliação ou reforma de escolas que se fizerem necessárias nos municípios para a absorção dessas crianças.

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Concedo a palavra ao Deputado José Francisco Veloso, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. JOSÉ FRANCISCO VELOSO - Exmª Srª Senadora Marluce Pinto; Senadora Benedita da Silva, minha particular amiga; minha amiga também Deputada Heloneida Studart; Dr. Siro Darlan, meritíssimo Juiz; demais presentes - perdoem-me não poder citar o nome de todos, pois esgotaria os 10 minutos a que tenho direito -, sou um homem de ação e representando, ainda que modestamente, a Assembléia Legislativa, tenho feito um trabalho nessa área. Gosto de estatísticas, mas prefiro a ação às estatísticas. Às vezes, recebemos muitos papéis, fazemos muitas reuniões, falamos muito, mas agimos pouco.

Há mais ou menos dois anos, baseado num trabalho de campo dos comissários de menores na cidade do Rio de Janeiro, capitaneado pelo Dr. Siro Darlan, entrei com um processo contra 52 casas de diversão daquela cidade e contra a Prefeitura, exigindo que fossem cassados os alvarás dessas casas, porque eram emitidos para o funcionamento de restaurantes a estabelecimentos que haviam se tornado, nada mais nada menos, que casas de prostituição. O Dr. Siro Darlan tem em mão, lá no Juizado de Menores, documentação farta, porque foram flagradas meninas e meninos em estado de prostituição, inclusive fazendo uso de drogas. Abrimos um processo, que há dois anos se arrasta; a Prefeitura não se manifesta nem o Poder Judiciário. Não sei por que se entra com duas folhas de papel e, de repente, há um pacote de 14 quilos, e a prostituição continua da mesma maneira. Pelo menos, estamos marcando presença como Deputados, representando a Assembléia Legislativa com uma ação. Falo isso também como membro que sou, juntamente com a Deputada Heloneida Studart, da Comissão de Direitos Humanos.

Pessoalmente, faço em Três Rios e Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro, um trabalho de recuperação de viciados em drogas, alcoólatras e aidéticos há 19 anos, e a eles oferecemos, hoje, uma escola de informática, tanto para essas pessoas como também para os menores da região, onde temos dois mil alunos que não pagam nada para aprenderem informática, ou seja, fazemos algo mesmo.

E, agora, firmamos uma parceria - e falo parceria porque sou muito mais admirador que amigo do Dr. Siro Darlan, com quem tenho uma situação irremediável, já que sou vascaíno, e ele flamenguista, mas, ainda assim, em muitos pontos concordamos. Entrei com uma ação ontem, Excelências, na Vara da Infância e da Juventude, porque acontecerá, domingo, a Fórmula Indy, no Rio de Janeiro, e, baseado no Estatuto da Infância e da Adolescência, nas Constituições Federal e Estadual, solicitei liminar no sentido de que fossem obrigados os patrocinadores dessa corrida a que, em todo lugar que houvesse propaganda de cigarros, houvesse também a advertência que, por lei, é obrigado a colocar, não se pede favor algum. E o Dr. Siro Darlan, agora de manhã, despachou favoravelmente à minha solicitação, no sentido de proteger os jovens e adolescentes. Se não obedecerem essa liminar, ou melhor, a lei e a liminar, não haverá a corrida da Fórmula Indy domingo que vem.

Então, há que se partir para a ação; há que se provocar a discussão, provocar realmente uma situação no sentido de chamar atenção. Perdoem-me algumas pessoas, se é que magôo alguém, mas fico muito irritado quando vejo muitos números, muitos dados e pouca ação por parte do Estado - e falo em Estado **lato sensu**. Gosto muito do Dr. Siro Darlan, admiro-o muito porque ele tem essas estatísticas, mas, como podem mostrar essas fotografias aqui, ele realiza; ele não só fala, mas faz mesmo um trabalho maravilhoso.

Gostaria de falar às Srªs Senadoras, que aqui hoje representam o Poder Público Federal, que fui viciado em drogas em Belo Horizonte. E saí das ruas, aproveitando a chance que me deram, e, hoje, posso ser alguém aqui, no Estado do Rio de Janeiro. Quero dizer a V. Exªs que o grande problema, no Rio de Janeiro, quanto às drogas, não são as drogas que descem o morro, mas as que sobem o morro. A droga, quando desce o morro, envolve os menores, os adolescentes, as crianças; e, havendo a repressão, existem mortes. E esses menores participam por causa da fome, da coação e do medo. A situação por que passa o Rio de Janeiro, hoje, não tem remédio, porque a droga que sobe sai de outros países, atravessando fronteiras. E fronteira é uma área federal. Penso também que o Poder Público Federal poderia fazer um trabalho melhor para impedir que essas drogas subissem o morro, porque, quando ela desce, o estrago é maior e está atingindo, principalmente, as nossas crianças.

Prefiro encerrar minha fala aqui para, depois, participar mais diretamente do debate que vai haver.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Agradeço a participação do Deputado Francisco Veloso

A SRª HELONEIDA STUDART - Prezadas Senadoras, meus senhores e minhas senhoras, sou Presidente pela terceira vez da Comissão de Direitos Humanos e quero dizer que sempre achei que o problema do menor abandonado é o problema do maior abandonado, do pai que não tem emprego, da mãe que não teve acesso à instrução, da inexistência de políticas públicas para tratar dos pais dependentes químicos - e o dependente químico a que me refiro é o alcoólatra mesmo, que, aqui, no Brasil, não é considerado uma dependência química grave. Essa criança, então, sem dinheiro para comer, sem informação dentro de casa e empenho para ir à escola, muitas vezes sem amor, a quem não é reconhecida a cidadania - e estou convencido de que, em nosso País, cidadania é uma prerrogativa apenas de uma classe, que as demais não têm -, vai, como sabemos, para um narcotráfico, que, hoje, no Rio de Janeiro, é um poder paralelo, talvez tão forte quanto o Poder institucional.

Daí, tenho apelado, por intermédio da Comissão de Direitos Humanos, seguidamente, até de maneira importuna ao Dr. Siro Darlan, que já ao meu lado conseguiu o resgate de crianças que estavam na mão de traficantes; crianças tão traumatizadas que tinham perdido todos os cabelos. Também tenho acompanhado o trabalho da Drª Léa, na sua ação de

patrulha, que, certamente, não é o ideal do Primeiro Mundo, mas é a solução deste Terceiro Mundo em que vivemos. Amigos, esta fantasia de Primeiro Mundo é desmentida todos os dias pelo Brasil real, onde se vê as crianças do Nordeste comendo calangos, comendo palmas, comendo pedras que dissolvem, porque a areia também é alimento.

Então, a meu juízo, a solução, quando não pode ser perfeita, como seria na Suécia ou na Suíça, tem que ser o possível - e é isso o patrulheirismo. Sou testemunha desse trabalho, porque já o acompanho há anos, no Rio de Janeiro.

Penso que, para minorar a situação da criança vítima do narcotráfico, vítima da exploração nas ruas, vítima da prostituição infantil, que, hoje, é um trabalho amplo no Rio de Janeiro - e basta andar por Copacabana para ver aquelas menininhas imaturas, que ainda não têm busto, prostituindo-se por causa de um pouco de dinheiro -, é necessário uma vontade política muito grande de todos nós, políticos sérios, juízes realmente envolvidos com a questão da criança e organizações como estas que aqui estão representadas, que se empenham no sentido de minorar a situação da criança. Digo minorar porque só acredito em uma solução, qual seja, aquela que vier a atender as necessidades do maior, o pai, a mãe, a família, enfim, a todos aqueles que têm direito ao trabalho, à saúde, à instrução, à profissionalização e que, hoje, não têm qualquer desses direitos neste País.

Esse é o meu ponto de vista.

Agradeço a presença da Srª Senadora, minha querida amiga e companheira de partido, Benedita da Silva, e a todos que estão neste trabalho, dizendo que a sociedade não tem outro nem mais nobre nem mais importante.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Agradeço a participação da Deputada Heloneida Studart.

Concedo a palavra à Drª Léa, para falar sobre o seu programa.

A SRª LÉA - Srªs e Srs. Senadores, é uma honra estar presente a este debate. O Patrulheirismo é o programa mais antigo e maior que já foi feito no Brasil. Foi criado em 1962, em São Paulo, e o trouxemos para cá em 1975, quando eu era Diretora da CIEN. Há muitos anos, passamos a criar entidades sem fins lucrativos, tirando o encargo dos braços do Governo, que tem dificuldade de manter alguma coisa por muito tempo dado o fato de a atividade administrativa ser burocrática.

Concordo, plenamente, com o Roberto, quando afirma que o fato de o menino estar dentro de uma empresa, convivendo com pessoas de bem, pessoas educadas, por si só, é importante, pois lhe mostra a relevância do trabalho, de uma vida digna.

Nesses 23 anos que trabalho com o Patrulheirismo, tenho visto o progresso desses meninos após o curso preparatório de três meses. O próprio San Martinho se baseou muito no nosso trabalho. Hoje, muitos meninos são gerentes de banco, outros têm sua empresa. Alguns meninos telefonam procurando outros para sua empresa.

Isso é o ideal? Como disse a Deputada Heloneida, não é. Mas, como "o ótimo é inimigo do bom", se eu quiser fazer o "ótimo", não faço nada. Já atendemos mais de 43 mil meninos no Estado do Rio de Janeiro, além de outros em São Paulo, Goiás, Amazonas, e outros Estados onde o programa existe. Justamente neste momento, o Ministério do Trabalho demonstra falta de sensibilidade. Os pais de meninos nos procuram pedindo que, pelo amor de Deus, atendamos aos seus filhos, porque todos os amigos de seus filhos estão na "bandidagem". O salário realmente não é nada, mas a procura é muito grande, e nós atendemos não mais do que 10% da procura.

Fico desesperada de pensar que os meninos que não estou atendendo, por não ter condições, eu os estou jogando nas mãos do marginal. Tenho que dar muita coisa boa a esses meninos. Eles têm de ter a gratificação do fim do ano - brigo muito por isso -, porque, se não retribuo bem a esses meninos, o bandido lhes dará mais. Sou concorrente do bandido!

Srªs e Srs. Senadores, há, no momento, no Senado, a lei, já aprovada na Câmara, que regulamenta o artigo nº 68, de que é Relator o Senador Lúcio Alcântara. Se regulamentar-se o artigo 68, poderemos ficar tranqüilos e não seremos abordados pela fiscalização, pois faremos com que a lei se adapte à realidade e não a realidade à lei. Ela tem só um senão: quatro horas de estágio e meio salário. Achamos que "seis horas com salário integral" seria mais interessante, porque obrigaria o empregador a dar alimentação - e os senhores sabem como alimentação nessa fase é essencial, e eles não têm o que comer em casa. Por outro lado, se houver mudança no Senado, o projeto volta para Câmara e, nesse caso, será um Deus nos acuda. Talvez seja mais fácil aprovar assim mesmo e depois fazer uma emenda. Não sei se é fácil; V. Exªs sabem. Precisamos que esta lei seja aprovada antes do recesso. V. Exªs acham isso possível? Há interesse no Senado? Pensava-se que essa lei não fosse passar na Câmara, mas passou. V. Exªs acham que essa lei passa no Senado? Faço essa pergunta porque entendo que precisamos muito dela.

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Entendo que sim, porque pode tramitar em regime de urgência urgentíssima. Basta conseguir 54 assinaturas dos Srs. Senadores. Vamos nos comprometer, a Senadora Benedita da Silva e eu, a conversar com o Relator, com o Presidente do Senado e com as Lideranças do Senado.

A SRª LÉA - Há, em São Paulo, uma Federação que tem tentado isso. Mas, no momento, sei que o Senador Antonio Carlos Magalhães está muito ocupado devido aos problemas que S. Exª teve, mas espero que V. Exªs sejam as madrinhas dessa lei, porque as empresas, na área urbana, estão muito interessadas em ajudar. Não há sintomas de exploração, não sinto isso, mesmo porque há um acompanhamento. No entanto, como V. Exªs sabem, a empresa, hoje, aceita o menino, porém, na próxima semana, a fiscalização impõe uma multa. Isso é algo insustentável. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Drª Léa, com referência à emenda, realmente, poderíamos colocá-la, mesmo que, posteriormente, retornasse à Câmara. Porém, o adolescente, antes de atingir a maioridade, não pode, por lei, trabalhar mais do que quatro horas. São apenas quatro horas, exatamente para a criança poder freqüentar a escola. Não podemos apresentar uma emenda para que eles possam trabalhar seis horas e perceber o salário integral. Mesmo, em se tratando de um trabalho de quatro horas e com carteira assinada, o menor tem quer receber o salário mínimo. Por lei é assim.

A SRª LÉA - Essa lei não fala em carteira assinada; o menor entra como aprendiz. Diz a lei que, se a empresa não obedecer todas essas exigências, a relação de trabalho passa a ter vínculo empregatício. Porém, quatro horas de trabalho na grande cidade, percebendo meio salário, Senadora, é um desestímulo. Como digo sempre: uma lei pode ser boa para o interior do Acre, por exemplo, onde um menino, ganhando meio salário, fica satisfeito, porque vive no interior. Mas isso não se dá dessa forma no rio de Janeiro, por exemplo. Nesse caso, essa lei não é boa para as grandes cidades.

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Se houvesse essa exigência, a empresa passaria a pagar, porque, mesmo o adolescente trabalhando apenas quatro horas, tem que receber o salário mínimo - essa é a lei. Mas a realidade é diferente. Preocupo-me muito também com relação a isso, porque, mesmo que se exijam os direitos dentro da lei, sabemos da realidade do nosso País. Muitas vezes, o empresário dá oportunidade de a criança trabalhar para pagar meio salário mínimo por quatro horas. Se realmente houver uma fiscalização que exija daquele

empregador o pagamento do salário integral, ele não aceitará mais a criança. Um salário não é suficiente, porque o nosso salário mínimo é um salário de fome, mas não podemos adotar essa teoria, porque vivemos num País onde a realidade, realmente, é muito escrava.

A SRª LÉA - Isso realmente é uma pena, porque o trabalho de seis horas, com o salário integral mais o almoço, seria mais lucrativo.

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Isso mesmo. Como a bolsa-escola: são apenas R$50,00, mas têm direito à alimentação e vão à escola obrigatoriamente. Pude acompanhar todo esse processo, quando chegamos inesperadamente à região de que lhe falei, em Pernambuco. As crianças de cada turno têm direito a três refeições. As que chegam pela manhã têm o café da manhã, a merenda e o almoço. As que chegam à tarde têm o almoço, a merenda da tarde e um lanchinho antes de sair. Além disso, têm uniforme e transporte. Há essas facilidades que, se levarmos em consideração as dificuldades do nosso País e o fato de já se estar iniciando esse programa, com as facilidades existentes, devemos ter bastante cuidado para que dar prosseguimento a ele.

A SRª LÉA - E nem todos têm almoço.

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Nós verificaremos. Conversaremos com o Relator, Senador Lúcio Alcântara, e depois comunicaremos à senhora o resultado.

Passo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva, que, como Relatora, formulará as perguntas. V. Exª pode dar início ao debate, Senadora.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Boa-tarde. Acredito que não temos muito tempo para o debate. O meu papel é relatar, mas estamos buscando receber da parte dos expositores subsídios que possam indicar no relatório políticas que esta Comissão se compromete a transformar em lei, de acordo com a necessidade. E quanto ao que for competência do Poder Executivo, buscaremos que ele execute de imediato algumas políticas que possam beneficiar essas iniciativas de cunho governamental ou não.

Algo precisa ser compreendido por todos nós: a CPI tem um papel investigatório e deve buscar junto aos órgãos de competência apoio e respaldo para todas as questões que lhe são apresentadas. Não temos a preocupação de fazer crítica a quem quer que seja; não é esse o nosso papel. A crítica para nós estará traduzida nos questionamentos que essa CPI fizer aos chamados órgãos competentes. Digo isso, porque às vezes temos muito cuidado — pude observar isso — de mencionar o que estamos fazendo. É importante que façamos isso, mas, sobretudo, que apontemos aquilo que não está sendo feito e que precisa ser cobrado numa instância maior - é o que pretendemos fazer.

Propusemo-nos a fazer um debate mais acalorado sobre as irregularidades que constatamos na relação de trabalho. Quanto à última intervenção, feita por essa pioneira que vem desenvolvendo um trabalho excelente, devo dizer que não temos por que esconder o fato de que, no Brasil, existe exploração do trabalho infantil. As argumentações são de ordem política e social.

É preciso entender que, sem esse grande mutirão de transparência em relação a essa situação, não chegaremos a lugar algum. Quero que, cada vez mais, o Poder Executivo assuma sua responsabilidade, assim como a sociedade. É verdade que, quando abordamos a questão do trabalho, enfocamos a desigualdade social, a falta de emprego para os pais. E os pais têm nos filhos seu instrumento de defesa, porque vão trabalhar. Isso é algo muito antigo, pelo amor de Deus! Tenho 56 anos e lembro-me de que sempre trabalhei na minha vida; aos 7 anos de idade estava na rua, trabalhando. Os meus pais queriam que eu trabalhasse? Não; as condições sociais é que não eram boas. Será que não melhorou nada até hoje? Estamos hoje lutando; 49 anos depois, estou aqui com a mesma luta. É importante para nós que a contribuição que venha a esta Comissão seja também de identificar. Já que as pesquisas foram feitas - pude verificar isso perfeitamente -, sabemos de todas as dificuldades do País.

Em relação ao Estado do Rio de Janeiro, gostaria de fazer uma pergunta, já que estamos aqui. Temos informações de como anda o trabalho neste Estado. E aqui nos preocupamos apenas em relacionar o exercício que cada um desses adolescentes está tendo na relação de trabalho. Mas eu queria fazer uma pergunta geral a todos os expositores: o que temos de política real e concreta para combatermos o trabalho infantil no Estado do Rio de Janeiro? Esse trabalho vai desde o engraxate ao vendedor de balas, à venda do corpo dessas meninas, além do trabalho nas salinas, na colheita - elas têm esse trabalho, têm essa função - e dos meninos que estão sendo adotados pelo narcotráfico, dos meninos que estão sendo empregados, porque eles estão efetivamente empregados. Eles têm carga horária de trabalho, têm horário para chegar, outro para sair, têm um regimento para cumprir.

E nós, que somos uma sociedade civil organizada, que somos instituições, estamos deixando de lado os instrumentos, os regimentos e a Constituição, que nós estabelecemos, para aplicar uma política pública que pudesse acabar com essas desigualdades.

Vou começar a fazer minhas perguntas sobre a primeira intervenção: do Dr. Darlan.

Teremos hoje uma audiência com o Governador do Estado. Às 16 horas, a CPI estará com o Governador do Estado. É importante levarmos a S. Exª as preocupações aqui apresentadas, e, principalmente, gostaríamos de receber uma orientação no que diz respeito à política do Governo na questão da informação que aqui foi passada, porque entendemos que esse é um grande agravante. Não é colocando embaixo do tapete que vamos resolver, nem faremos perseguição alguma ao Governo, porque sabemos que a questão de segurança no Estado diz respeito não apenas ao Governo, mas a todos nós. Todos somos responsáveis se não tivermos uma boa política de segurança. Mas, somos responsáveis também, na medida em que possamos esconder alguns dados para não sofrermos nenhuma retaliação, dados extremamente importantes.

Temos o Poder Judiciário, que deve ter acesso aos números de óbitos existentes no Estado do Rio de Janeiro. É sobre isso que queremos conversar com o Governador, mas queremos um subsídio de forma a tratar com o Governador e não ver isso como uma peça publicitária ou eleitoreira, ou política, pura e simplesmente, mas como uma preocupação da CPI, dado o pronunciamento do Dr. Darlan aqui.

Uma outra questão, apresentada pelo Dr. Darlan, é com relação à questão do boleiro. Eu estava cochichando e dizendo que meu filho, que hoje tem 35 anos, foi boleiro no Leme Tênis Clube. Esse foi o primeiro emprego dele, com carteira assinada, com salário, com horário de trabalho, e eu trabalhei nessas condições. Eu tinha o meu salário e podia estudar quando trabalhava na fábrica. Hoje, encontramos mil argumentos para não se pagar o salário digno. Na minha época, havia uma profissionalização; nós éramos profissionalizados.

Como diz o Dr. Barros, não basta apenas absorver essa mão-de-obra desqualificada para este momento de necessidade social e de crise que estamos vivendo; é necessário buscar também a profissionalização, até porque um país que está buscando a internacionalização de sua economia numa globalização, que é altamente competitiva, não pode deixar que sua mão-de-obra seja desqualificada. Com todo esse mercado de trabalho sendo robotizado, é preciso que novas perspectivas e novas iniciativas surjam, para que nossa mão-de-obra seja adequada. Não basta apenas que nossos meninos sejam tirados da rua ou mesmo saiam de suas casas para trabalhar em

qualquer coisa, pois esse trabalho não valerá a pena se não lhes oferecer segurança e qualificação para que depois dos 18 anos possam ir à luta por seu trabalho.

Dada a realidade, devemos definir o que seja a política do primeiro emprego. Também sou inteiramente contra o trabalho na adolescência, mas essa é uma realidade do País a ser encarada com muita seriedade. Por outro lado, como bem expôs o Dr. Barros, não podemos buscar um trabalho apenas para os nossos adolescentes; temos que garantir também a geração de empregos para seus pais. Fica aqui apresentada a questão ao Dr. Darlan.

Sr. Presidente, o Dr. Jorge Barros diz que nós temos que seduzir o Governo para que ele possa ampliar os programas e aplicar mais recursos neles. Digo que não fazemos outra coisa, mas nem sempre a sedução leva a um namoro profundo e depois ao casamento. É preciso ter ação mais concreta do que a sedução: é não deixar que apenas o Congresso Nacional faça a cobrança ao Governo, mas que também a sociedade civil organizada o faça. Assim, o Governo entenderá que não se trata de uma ação isolada, de quem tenha interesse de estar numa CPI ou de um Partido político que seja Oposição, ou até mesmo base de sustentação do Governo; verificará que se trata, sim, de um reclamo da sociedade, que nos seus anseios busca em nós, Congresso Nacional, um porta-voz de suas aspirações, para que façamos ao Governo uma cobrança mais eficaz.

Então, eu gostaria de sugerir que, além de passar as informações necessárias à CPI, onde estão os detentores do poder de solucionar esses problemas, houvesse também uma mobilização de todos esses setores que estão trabalhando para que apresentassem esse reclamo ao Governo. Lembrem-se que o Governo tem um instrumento chamado Comunidade Solidária, a quem ele delegou competências para solucionar, de uma certa forma, ou instrumentalizar cada um dos Ministérios, para que pudéssemos acabar com essa questão de meninas e meninos de rua. Por intermédio da Secretaria, chegamos a afirmar que nenhum município teria, por parte do Governo Federal ou do Governo Estadual, recursos se o Conselho Tutelar não estivesse funcionando e se não estivessem sendo aplicadas as políticas públicas voltadas para o adolescente.

Isso foi afirmado, está lá, e é um compromisso do Presidente da República, por meio de seus Ministérios e suas Secretarias.

No entanto, sabemos que os Conselhos Tutelares estão à deriva, que não temos absolutamente, na maioria dos municípios, controle algum, e nem estamos influenciando nas prioridades das políticas. Tanto é assim que aqui estamos verificando, em pesquisas realizados nos dez maiores municípios, que neles existem meninos de rua. Mas existem também os que não estão contabilizados nessas estatísticas.

Como trabalhar esse problema? O Betinho já havia identificado quase mil meninos e meninas de rua no Estado do Rio de Janeiro. Não conseguimos resolver essa questão. Estatística mais recente em dez dos grandes municípios constata ainda a existência de 500 meninos e meninas de rua.

Portanto, há necessidade de um esforço maior, para que programas como bolsa-escola, renda mínima e outros sejam atuantes. Aproveito para lembrar o projeto do Vereador Antonio Pitanga, que não só foi sancionado como houve uma rubrica orçamentária para implementar, mas sua implementação não aconteceu. Escandalosamente, não foi implementado.

É preciso que os órgãos fiscalizadores e os Conselhos Tutelares saibam onde há recursos, para que eles possam implementar suas políticas. Saber, por exemplo, quanto a Prefeitura do Rio de Janeiro dispõe de recursos para bolsa-escola, ou para uma merenda, ou para um projeto de renda mínima. Creio que essa posição deve ser tomada pela sociedade civil.

Pergunto ao Dr. Roberto, da Associação São Martinho, uma vez que não ficou bem claro: depois dos 18 anos, com a rescisão de contrato, há um programa direcionado às pessoas assistidas pela entidade de continuidade de trabalho? Há atividades dirigidas às meninas? Fala-se muito em programas direcionados a meninos, o que é bom, pois eles estão muito mais envolvidos com o tráfico. Mas há um envolvimento crescente das meninas nessa atividade.

Dr. Jorge Barros: V. Sª tem conhecimento da exploração de mão-de-obra infantil nas salinas de Cabo Frio? Temos informações de que há essa exploração não só em Campos, nos canaviais, na colheita da laranja, etc., mas também nas salinas. Gostaríamos de obter informação.

Pergunto à Drª Emília: quais os projetos educacionais para a população de rua? Conhecemos vários projetos que estão sendo implementados em outros municípios e em outros Estados, em que essa população não deixa de ser educada. Existe toda uma metodologia voltada para isso, até que ela possa estar totalmente integrada para freqüentar as nossas chamadas escolas oficiais.

O. Dr. Barros levantou um questionamento de fundamental importância: a questão cultural. Não envolvemos essa população na questão cultural, instrumento muito eficaz na reintegração, de profissionalização e de adequação às normas didáticas da educação.

Peço ao Dr. Cláudio, ao Dr. Barros, aos representantes da São Marinho que nos passem os dados estatísticos e os dados aqui apresentados, para que o nosso relatório possa ser elaborado com mais precisão.

As exposições foram brilhantes, partiram de pesquisas reais. Acreditamos nelas, mas penso que são poucas as ações políticas emergenciais e muitas as necessidades.

Dr. Cláudio, na pesquisa, há 7860 crianças cadastradas. Essas 7860 crianças correspondem a quantas famílias?

A bolsa pode ser ampliada. Ela é aplicada apenas por família ou por criança? Quais políticas seriam aplicadas para que fossem direcionadas às famílias? No Distrito Federal, temos constatado a complementação da bolsa-escola.

Esse projeto, além da bolsa-escola, concede subsídios do Banco do Povo. São relacionados levantamentos das atividades da família, se, na família, há alguém que possa montar algum negócio para a sua sobrevivência. Parte do recurso é aplicado em caderneta de poupança, para que a criança possa dar continuidade aos seus estudos; há a cesta básica.

Há políticas que possam dar desdobramento a essa iniciativa?

Algumas perguntas farei por escrito ao Deputado Velloso, para que S. Exª possa ajudar a nossa CPI com subsídios.

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Senadora Benedita da Silva, posso interrompê-la para dar uma informação? No Rio de Janeiro, somente quatro cidades possuem Comissão de Direitos Humanos: Rio de Janeiro, Niterói, Cabo Frio e Campos. Um dos objetivos da minha Comissão de Direitos Humanos será viajar por todo o interior do Rio de Janeiro, a fim de estimular as Câmaras de Vereadores a fundarem suas Comissões de Direitos Humanos. Todos têm conhecimento da situação dos direitos humanos.

A SRª BENEDITA DA SILVA - E o nosso objetivo é estimular o Senado Federal e outras Assembléias Legislativas que não possuem Comissão Permanente de Direitos Humanos a instalá-la.

Muito obrigada por me terem ouvido até agora.

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Antes das respostas, comunico que o Deputado Francisco Veloso ausentou-se, Senadora Benedita da Silva, porque é Presidente da Comissão de Orçamento e tem que preparar um trabalho para uma reunião marcada para hoje.

Concedo a palavra ao Dr. Siro Darlan.

O SR. SIRO DARLAN - Senadora, é preciso esclarecer que a relação de trabalho do adolescente não pode ser apenas uma troca de remuneração; deve ser aprendizagem e educação. Quem não me ouviu falar sobre educação estava distraído, pois a primeira pessoa a falar sobre o assunto aqui fui eu, já que fui o primeiro orador a fazer uso da palavra. Aliás, quem mencionou o programa de educação do Governo Federal em primeiro lugar fui eu. Portanto — repito —, quem não me ouviu falar em educação estava distraído, o que é compreensível.

Minha experiência de trabalho dentro do processo educativo começou quando instituí o programa de prestação de serviço à comunidade, como Juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude. E ousei colocar adolescentes infratores de todas as categorias, inclusive os que eram tidos como perigosos por haverem praticado atos infracionais análogos a crimes hediondos, para prestar serviço à comunidade na Assembléia Legislativa, no Tribunal de Justiça, em bibliotecas públicas, em CIEPs, em hospitais e postos de saúde. Tive essa ousadia, porque entendo que o processo laborativo é terapêutico. Então, não se trata de uma mera relação de remuneração, em que se paga o salário mínimo e explora-se o trabalhador.

Aliás, temos de diferençar muito bem exploração — esta CPI a está apurando — do respeito ao direito à profissionalização que é assegurado na lei ao adolescente. Há uma diferença muito grande; não podemos misturar as coisas. Aqui se falou muito em programas de profissionalização, que nada têm a ver com exploração do trabalho. Vimos aqui a São Martinho e o trabalho de patrulheiros, que não têm absolutamente nada a ver com exploração. Exploração é algo diferente.

É muito fácil filosofar, quando não se está na emergência do hospital social que dirijo, onde recebo, diariamente, pais, mães e adolescentes pedindo socorro. Gostaria que esses filósofos me orientassem. O que deve fazer um juiz quando recebe um adolescente que diz: "Dr. Juiz, me socorra. Estou ameaçado de morte, porque perdi a carga que me foi confiada pelo traficante e não posso ficar na comunidade. Me arrume um trabalho, me arrume um abrigo!". Às vezes é o pai que diz: "Dr. Juiz, ganho dois, três salários mínimos como motorista de ônibus ou como trocador. Meu filho ganha R$1.000,00 na boca de fumo. Salva meu filho!". O que oferecerei a esse adolescente? Qual a retaguarda que tenho? O que me indicam esses filósofos? Que devo dizer: "Não, adolescente não pode trabalhar. Se trabalhar, está sendo explorado. Só pode trabalhar com carteira assinada, décimo-terceiro salário, férias, remuneração..." É assim que conseguirei algo? É na minha porta ou em nosso hospital geral, e não nas academias e laboratórios de filosofia, que as pessoas vão bater. E tenho que dar respostas imediatas, antes que morram, antes que sejam assassinadas.

Por falar em assassinato, Senadora, encaminhei diversos ofícios ao Sr. Secretário de Segurança Pública, pedindo dados dos Institutos Médicos Legais, que eram as fontes que fomentavam a minha estatística. E ele, sucessivamente, negou.

Cheguei a pedir a intervenção do Presidente do Tribunal, porque nenhuma autoridade pode negar informações ao Poder Judiciário, e sou membro do Poder Judiciário, e a resposta que tive da administração do Tribunal foi que não poderia intervir na função de outra autoridade do Poder Executivo. Que eu usasse os meios legais. Os meios legais eram mandar prender o General. Não quis chegar a esses extremos, porque sou contra o radicalismo. Mas o fato é que estão sendo negadas informações pela Secretaria de Segurança Pública que são necessárias para o exercício regular da função do Poder Judiciário.

Como podemos substituir a alta renda do narcotráfico, que é necessária para a sobrevivência desses adolescentes, se não tivermos a alternativa do patrulheirismo, a alternativa que a San Martinho oferece, a alternativa do boleiro, da bolsa-escola, da bolsa-educação, que já mencionei aqui?

Ficar no terreno teórico das reclamações não constrói. Não ouvi nenhuma sugestão, além das reclamações. Quero receber esse tipo de colaboração. Preciso dessa retaguarda, Senadora. Não tenho.

O Governo do Estado – O Governador vai falar disso para a senhora – criou um programa, o Centro Educacional Integrado de Quintino. Aliás, criou esse programa no espaço que o Governo Federal doou ao Estado para que ali fosse implantado um trabalho sócio-educativo e de proteção às crianças que estão nas ruas.

Foi criado um programa sócio-educativo muito belo, que até o Presidente esteve visitando, mas que não insere ali nenhum menino de rua, porque faz as mesmas exigências que faz o SENAC: tem que ter escolaridade; tem que ter renda mínima. E os nossos meninos que precisam daquele equipamento não têm renda mínima, não têm escolaridade, não têm família, não têm referência.

A São Martinho mostrou aqui que faz um trabalho que não é o que a lei impõe, mas é o que podemos fazer, dentro da nossa realidade, e que está salvando, está tirando 800 adolescentes das ruas.

Um trabalho desse vai ser condenado só porque não está estritamente nos termos da lei, que é irreal para o nosso País? Porque a CLT foi escrita há 42 anos, e as relações de trabalho, as relações de emprego, a globalização, enfim, todas as relações mudaram.

Já houve até mudanças admitidas pelos adultos. Hoje temos o contrato temporário, que é um avanço e é, também, colocar-se dentro da nossa realidade.

Está lá na CLT, também, que todas as empresas têm que ter uma cota mínima para os adolescentes. Ninguém cumpre isso, e a fiscalização do trabalho também não exige que as empresas cumpram.

Então, como tudo nesse País, a lei só vale para um lado. A lei vale, por exemplo, para aprisionar esses adolescentes, que não são traficantes coisa nenhuma. Eles são vítimas dos traficantes, mas são tidos como traficantes e estão lá engordando ilegalmente o presídio Munir Sodré com adolescentes.

Eu queria também adiantar, já que a Senadora Benedita da Silva vai questionar projetos com população de rua, que estamos desenvolvendo um projeto.

O Poder Judiciário não tem renda, não tem orçamento. É um Poder sem arma e sem cifrões, mas ousamos realizar, não ficamos só filosofando. Não. Inclusive dizer que somos contra a segurança dos direitos da criança é uma ignomínia que não merece sequer comentário.

Estamos desenvolvendo um projeto inédito com a população de rua, inclusive já está sendo divulgado pela imprensa, onde, em parceria com a Universidade Gama Filho e com o Instituto Felix Pacheco vamos fornecer a todas as criança e adolescentes que vivem nas ruas do Rio de Janeiro uma Carteira de Identidade. Para isso, vamos ao seu encontro com todos os equipamentos necessários, tais como máquina fotográfica **polaroid** e impressão digital. No verso dessa Carteira, teremos um espaço onde anotaremos que medidas de proteção esse menino recebeu. Ou seja, se já esteve em um abrigo, se já foi matriculado numa escola, se participa de um projeto de bolsa de alimentos. Além disso, no verso dessa Carteira, controlaremos o que o Poder Público está fazendo ou deixando de fazer por essa população. Levantamentos e estatísticas de ontem eram 800 e hoje são 308, já sabemos. Precisamos saber o que estamos fazendo em seu favor. Creio que a partir de agora obteremos essa resposta, pois vamos documentá-los e acompanhá-los; vamos ver, efetivamente, o que se faz ou não em favor dessas crianças e adolescentes e também das famílias que estão com elas nas

ruas. Às vezes, trata-se da própria família, em razão da miséria; outras vezes, encontramos adultos, que não são da família, que usam essas crianças para explorar a comiseração pública. Para esses, temos o Código Penal. Para a família que necessita de socorro, o Estatuto prevê socorro, que pode ser aplicado pelo juiz da infância e da juventude; mas para aqueles adultos que exploram crianças, temos o Código Penal.

Srª. Presidente, essa era a minha intervenção.

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Agradecemos ao Dr. Siro Darlan pela sua bela exposição.

Passo a palavra ao Dr. Roberto, da São Martinho.

O DR. ROBERTO - Srª Presidente, serei breve, pois terei de me ausentar. No entanto, gostaria que a Comissão levasse ao Governador o sentimento de perplexidade diante do quadro que presenciamos aqui no Rio de Janeiro, onde há uma inversão de valores. Por intermédio do depoimento do Dr. Siro Darlan, vemos que há a exploração de uma enorme quantidade de adolescentes pelo narcotráfico. Essa situação, Srª Presidente, é quase incontrolável. É preciso reforçar os órgãos públicos na sua capacidade de atendimento, que hoje representam um avanço, apesar desse quadro difícil.

Aqui no Estado do Rio de Janeiro, poderíamos dizer que a antiga FEEM, que tinha uma imagem bastante negativa, teve a capacidade de reformular as políticas voltadas para a criança e o adolescente, que, anos atrás, estavam voltadas para a segregação e internação coletiva das crianças , nesse Governo, por pessoas que assumiram a direção da atual FIA - Fundação Para a Infância e Adolescência. Então, hoje temos - graças a Deus! -, no Rio de Janeiro, duas instâncias importantíssimas nessa política, que são: a FIA e o Juizado da Infância e Adolescência, este último, em tempos passados, amedrontava as crianças. Hoje isso não acontece, porque os agentes do juizado ao abordarem as crianças na rua não empregam aquela política de repressão.

A FIA - não é por estar aqui na presença do Dr. Cláudio Saraiva - está hoje com uma política mais ampla de um trabalho junto à comunidade, sem afastar a criança da convivência com sua família, por intermédio de vários projetos, os quais, penso, devem receber mais implementos, mais recursos para ampliação de seu leque de atuação.

Sofremos também porque, no Rio de Janeiro, as verbas federais não chegam em tempo hábil para atender aos projetos contratados pela própria Secretaria de Ação Social. Existe o Projeto Brasil Criança Cidadã, em relação ao qual o Governo Federal faz propaganda na televisão. Entretanto, há um débito para com as entidades que assumiram esse trabalho preventivo e de profissionalização. Desde o ano passado, as entidades não-governamentais contratadas não recebem repasse de verba correspondente a quatro meses. Portanto, é preciso que haja uma política conjunta e uma atualização de repasse.

O Sr. Martins teve a oportunidade de dizer à Secretária Lúcia Vânia que o narcotráfico não atrasava o pagamento dos jovens que estavam trabalhando para eles, mas que, nos convênios federais, não havia o pagamento em dia. Prestava-se o serviço, passavam-se meses e não se recebia as verbas federais.

Respondendo, então, à pergunta da Senadora Benedita da Silva, em relação ao que ocorre com os jovens que têm mais de dezoitos anos.

Nesse projeto de envolvimento dos jovens no trabalho, por um período de três a quatro anos, a nossa meta é a de que, ao chegarem aos dezoito anos, eles tenham adquirido habilidades para organizar sua vida. Não temos uma estatística de todos os jovens que passaram por nós e que, após os dezoito anos, seguiram a sua vida. Entretanto, sabemos de muitos fatos em relação à vida de jovens que nos dão a certeza de que a metodologia que utilizamos é correta e produz resultados positivos. Penso que conseguimos atingir nossa meta se o jovem adquirir habilidade e capacidade para desenvolver-se e organizar a sua vida num período posterior. Graças a Deus, temos exemplos de muitos jovens que conseguiram superar as dificuldades maiores e encontraram alternativas de trabalho, melhorando sua renda familiar.

Era isso que eu gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Agradecemos, mais uma vez, ao Dr. Roberto, pelas respostas dadas à Senadora Benedita da Silva.

Passamos a palavra ao Dr. Jorge Barros, para que ele também possa se pronunciar, de acordo com as perguntas formuladas.

O SR. JORGE BARROS - Senadora, na sua pergunta, senti que, na verdade, na sua pergunta, pareceu que estaríamos transferindo para a CPI e para o Congresso essa pressão sobre o Governo Federal. Penso que não é só sobre o Congresso, é sobre a sociedade de uma forma geral. Temos um trabalho difícil: o de tentar convencer a sociedade de que isso é um problema e não solução como a sociedade brasileira entende. Nós, mais do que pressionar, temos tentado colaborar com os Governos, pois já fomos convocados, por diversas vezes, para assessorarmos prefeituras, que estão tomando iniciativas de labor para adolescentes pobres e que, bem intencionados, tentam fazê-lo de modo equivocado, em ocupações que não ajudam essas crianças a mudarem sua situação de miséria. Às vezes são atividades que vão remeter essas crianças e esses adolescentes para a mesma condição miserável que estão hoje.

Temos nos esforçado bastante nessa direção. Inclusive juntamente com o próprio Dr. Siro Darlan - somos portadores de uma proposta de cumprimento de lei, que é a fiscalização dos trabalhos nas ruas. Diz a CLT que, para trabalhar nas ruas, é preciso a autorização do Juizado da Infância e da Adolescência. Procuramos o Dr. Siro Darlan e lhe perguntamos se ele já havia dado algum alvará nesse sentido. Ele nos disse que não. Então, sugerimos a ele - aí a situação da proposição. Então, tentaremos fazer uma organização, por intermédio dos Conselhos Tutelares, para que essas crianças que trabalham nas ruas e que são exploradas possam ter, de alguma forma, o controle e a fiscalização do Conselho Tutelar para que elas não fiquem expostas ao abandono. Quer dizer, não está na nossa proposição, em nenhum momento, perder tempo com filosofia, porque, na verdade, sabemos o quão sério é o problema para deixarmos os radicalismos passados e tentarmos efetivamente apresentar proposição.

Portanto, temos trabalhado nessa cooperação junto a organizações não-governamentais, que também tomam iniciativas às vezes bem intencionadas, mas se esquecem de que, na verdade, os direitos básicos assegurados, tanto na Constituição quanto na Legislação, ainda que estejamos vivendo novos tempos, eles prevalecem, estão aí à disposição. E não podemos pensar que um simples prato de comida é suficiente para pagar a mão-de-obra. Aí, sim, configura-se a exploração. Muitos Conselhos Tutelares no Rio de Janeiro, por exemplo, têm carteira de empresas para a qual eles encaminham os adolescentes. Questionamos: se se está encaminhando para lá esse adolescente numa condição inadequada, por que esse adolescente não está tendo seus direitos assegurados? Mas, se se fizer exigências para esse empresário, perde-se a vaga. Passa a ser uma coisa absurda. Temos um regulamento, um estatuto, um pacto da sociedade para que essas regras existam, e ficamos a mercê de uma vaga, como se, perdendo essa vaga, na verdade, perdêssemos o nosso mandato. No caso do Conselho Tutelar, está parecendo um pouco isso. Quer dizer, ali é a base dele e ele não pode contrariar essa sua base. Então, isso é um equívoco, porque o direito da criança e do adolescente está sendo relegado a isso. Estamos, realmente, tentando contribuir com esses setores que tomam iniciativa nessa área.

V. Exª perguntou sobre o caso das salinas. Na verdade, existe a informação da perniciosidade dessa atividade, mas não temos indicadores de quantas crianças estejam trabalhando nas salinas do Rio de Janeiro. Não sei se a FIA fez esse levantamento. Quer dizer, o Ministério do Trabalho tem uma relação de ocupações realizadas no Rio de Janeiro em que ele inclui as salinas, mas só que não dimensiona o total de crianças. Como conseqüência, há toda a questão do contato da pele com o sal e geração futura de câncer de pele. Então, o projeto é o centro de defesa da criança e do adolescente trabalhador. Esse envelope que distribuí contém essa informação.

Esse projeto tem o objetivo de se associar aos projetos que tomam iniciativas desse tipo, de forma a ajudar o adolescente. Na verdade, precisamos fazer alguma coisa. Mas para fazermos algo, precisamos mudar a condição de vida desse adolescente, para que ele não continue nessa situação de miséria. Para continuar do jeito que está, o adolescente consegue um emprego no mercado de trabalho ganhando meio salário ou um salário mínimo com a maior facilidade, porque aí está a pressão. Tanto é que esse projeto absorve 300 mil adolescentes; no Rio de Janeiro, por exemplo, não alcança mais do que 15 mil adolescentes trabalhando. Conclusão: há 200 e tantos mil adolescentes sem controle de ninguém. É sobre esses que falaremos, pois são os que mais necessitam da nossa ajuda. Não enfocaremos os projetos de atendimento, porque os adolescentes estão protegidos.

O Projeto São Martinho é um exemplo, e o Camp poderia seguir a sua orientação, pois é muito bom. Mas não; insiste em reconhecer que basta ter um emprego para que a situação esteja tranqüila, ou seja, os direitos são secundários; não são fundamentais. Sinto que a CPI, talvez, possa ter convocado - mas não está aqui presente - uma instância muito fundamental, que é o Ministério Público do Trabalho. Talvez seja interessante se fazer um contato com essa instância.

O Ministério Público do Trabalho, no Rio de Janeiro, tem um arrazoado para perceber a impugnação que se deve fazer a essa exploração. Temos trabalhado em parceria com o Ministério Público do Trabalho, com a Drª Regina, e percebemos que muitas coisas que estão acontecendo atualmente poderiam até deixar de acontecer com medidas simples. A própria legislação - a CLT - permite a exploração, o que é lamentável. Mas se lermos a CLT cuidadosamente, perceberemos que, lá, se permite a exploração, porque ela já é assegurada. O regime escravocrata no Brasil não acabou ainda.

A Senadora Benedita da Silva falou sobre a questão das meninas, e nós temos tido essa preocupação, principalmente as meninas domésticas. Existem estudos da Jane Souto de Oliveira que indicam que mais de 40 mil meninas trabalham no Estado do Rio de Janeiro na função de empregada doméstica. E em que situação? Muitas delas são trazidas do interior para tomar conta do filho pequeno. Quando o filho cresce, ela se torna faxineira, depois, cozinheira, e passa a ter toda a atividade da casa - e isso é inconciliável com a escola - para depois ficar nas altas jornadas de trabalho que conhecemos por aí. Pergunto: Como fiscalizar isso? Elas estão dentro dos lares. Essa situação só pode ser fiscalizada pela consciência das pessoas. É necessário que trabalhemos a consciência das pessoas que exploram e acham que estão ajudando. Como o Dr. Siro falou, essas pessoas não pensam que seja exploração, elas acham que estão ajudando. Mas é exploração, sim. Não respeitar os direitos é exploração. Submeter a ocupação que possibilita acidente de trabalho, que pode incapacitar essa pessoa para o futuro é exploração, sim. Então, é essa consciência de exploração que, às vezes, parece que fica embotada, e é isso que precisamos clarear para percebermos que mudanças precisam ser feitas.

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Antes de passar a palavra ao Dr. Cláudio, o último inscrito, gostaria de mencionar o nome das pessoas que estiveram presentes à Comissão, mas que não fizeram exposições: a Srª Célia Almeida, do Sindicato dos Urbanitários; Sr. George Fant, do Sindicato dos Jornalistas; Sr. Jorge, do Sindicato dos Radialistas; Srª Vera Luísa, do Sindicato dos Bancários e a Srª Vanda Lima, do Sindicato dos Professores. Agradecemos a presença de todos. O Deputado Edmilson Valentim não pôde estar presente nesta Comissão, mas se justifica.

Foi-nos encaminhado um projeto do Deputado Lauro Moreira, que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro aos municípios que instituírem Programas de Garantia de Renda Mínima associados a ações sócio-educativas. Agradecemos o Deputado por essa informação.

Temos agora o prazer de passar a palavra ao Dr. Cláudio Saraiva.

O SR. CLÁUDIO SARAIVA - Muito obrigado.

Quando preparei a minha exposição, pela manhã, a minha intenção era apresentar questões com relação às quais teríamos de avançar e não questões em que já houvéssemos avançado.

No Estado do Rio de Janeiro temos diversos programas já implantados e funcionando, mas deixei de mencioná-los para citar, exatamente, casos com relação aos quais considerávamos que deveríamos avançar. Para tanto, trouxe dados e alternativas que já estavam sendo encaminhados para subsidiar a CPI.

No entanto, diante do que foi colocado e antes de responder a questão da Senadora, citarei algumas ações importantes e relevantes. Acredito ser do conhecimento de todos que na área da prostituição infantil funciona no Estado do Rio de Janeiro, em convênio com o Ministério da Justiça e uma organização não-governamental chamada ABRAPE - que é um centro de defesa com intermediação da Fundação para Infância e Adolescência -, o Centro Nacional de Recebimento e Retransmissão de Denúncias contra a Prostituição Infantil, cujo telefone é 0800990500. Esse telefone recebe denúncias de todo o País e as retransmite para centros de defesa, nas diversas Unidades da Federação.

Além disso, na área de prostituição infantil, criou-se um convênio - confesso ser uma das ações mais complexas que temos enfrentado -, para dar abrigo às meninas vítimas de prostituição, que funciona na rua Mem de Sá. É um convênio com uma instituição não-governamental sobre o qual podemos também encaminhar relatório, se for o caso, para melhor esclarecer sobre a experiência que vem sendo desenvolvida. Já de antemão digo a V. Exªs que é, certamente, uma das questões mais complexas a ser enfrentada.

Em relação a outras ações desenvolvidas, a Fundação distribui, no Município de Campos, já há dois anos, 1.500 cestas básicas para famílias que se predispuseram a colocar na escola meninos explorados no trabalho. Mensalmente, há dois anos, desenvolvemos esse programa de distribuição de cestas básicas junto a 1.500 famílias que já se adequaram às regras do programa.

Na área de prevenção, é muito importante mencionar que a Fundação trouxe de Minas Gerais um programa chamado Curumim, aprovado pela Unicef. Trata-se de um programa de complementação escolar e desenvolvimento de atividades lúdicas para crianças na faixa etária de sete a quatorze anos que estão na escola. As crianças vão num turno para a escola e no outro turno, elas freqüentam o Programa Curumim. Já estamos atendendo mensalmente e de forma rotineira, em todo o Estado do Rio de Janeiro, a 12 mil crianças, por meio de convênios com prefeituras e organizações não-governamentais.

Em relação ao apoio a Conselhos Tutelares, que também foram mencionados - e que considero mecanismos fundamentais de participação da sociedade, um avanço ao novo

panorama legal - gostaria de dizer que, pessoalmente, tenho muitos compromissos para com essa iniciativa, pois fui diretor do CBIA durante muitos anos e membro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente também durante três anos.

Acabamos de ceder a 28 prefeituras que têm Conselhos Tutelares implantados aqui no Rio de Janeiro viaturas, computadores e impressoras para que estes possam efetivamente desenvolver suas atividades de maior relevância. Acabamos, então, de distribuir para 28 prefeituras 28 carros e 28 computadores para uso exclusivo do Conselho Tutelar.

Realizamos, em janeiro, um treinamento, no Hotel Novo Mundo, no Flamengo, de todos os conselheiros tutelares do Estado do Rio de Janeiro. Mais de 100 conselheiros ficaram hospedados neste hotel, durante uma semana, para uma ação de capacitação. Estão previstos para este ano mais dois projetos de capacitação para conselheiros tutelares.

O Estado tem dado uma atenção significativa a esse importante mecanismo de participação da sociedade.

Respondendo diretamente às questões formuladas pela Senadora Benedita da Silva, gostaria de dizer algo em relação à pesquisa feita no norte fluminense. Pesquisamos e cadastramos 7.275 domicílios. Nestes, cadastramos 21.411 crianças e adolescentes, das quais 7.860 - aquele número que havia dado anteriormente - trabalham. Algumas só trabalham, outras trabalham e estudam, o restante só estuda ou não estuda e não trabalha. Todos esses dados constam da pesquisa que vou encaminhar posteriormente.

O valor da bolsa foi um outro questionamento. Questionou-se sobre a possibilidade de chegar-se a um valor maior. A norma do Ministério de Previdência e Assistência Social, da Secretaria Nacional de Assistência Social, é negociar em cada caso o valor da bolsa. Por exemplo, em Mato Grosso do Sul ou em Pernambuco, um desses dois Estados, o valor da bolsa é de R$25,00 por criança. Foi o valor negociado para aquela Unidade da Federação. No Estado do Rio de Janeiro, como tínhamos essa pesquisa que estabelecia qual o valor médio da remuneração...

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Dr. Cláudio, gostaria de fazer um aparte.

O SR. CLÁUDIO SARAIVA - Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - É estipulado por família. O mínimo é de R$50,00. Em uma casa que tenha duas crianças, o valor é de R$50,00.

O SR. CLÁUDIO SARAIVA - A negociação, no Rio de Janeiro, foi de R$40,00 por criança, independentemente de quantas crianças hajam em cada família.

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - É bem melhor. Em Pernambuco, três e quatro, R$100,00, acima de quatro, R$150.00.

O SR. CLÁUDIO SARAIVA - Ouvi V. Exª referir-se a isso.

Em Mato Grosso do Sul, se não me engano, o valor é de R$25,00 por criança. Aqui, no Estado do Rio de Janeiro, negociamos R$40,00 por criança. O subsídio dessa negociação foi a pesquisa que fizemos no norte do Estado, onde tínhamos uma remuneração média das crianças e adolescentes que eram exploradas, não só na região canavieira, mas nas demais atividades econômicas do norte fluminense. Cadastramos crianças exploradas na pesca, na plantação de tomates, nos laranjais, na plantação de mandioca, em indústrias caseiras de doce de banana. Enfim, todas as atividades econômicas que exploravam crianças e adolescentes, estão cadastradas, bem como as crianças.

Há mais uma questão. Esse cadastro inicial está servindo de subsídio para essa ação junto à bolsa-escola, quer dizer, junto ao Ministério de Previdência e Assistência Social. O Governo do Estado trabalhou a questão da exploração do trabalho infantil com uma amplitude maior. Em seguida ao cadastro, estaremos realizando uma pesquisa com a amostra dos domicílios cadastrados que pretende, exatamente, extrair as demais informações para que possamos construir um programa de profundidade e abrangência, que passe pela questão do trabalho dos pais, das vagas nas escolas, da ação social especializada já oferecida a esses meninos. O projeto que estamos desenvolvendo, e está entrando em sua segunda parte, é para a construção de uma ação abrangente com a participação do Governo Federal, do Governo Estadual, dos Governos Municipais e de organizações não-governamentais para que possamos ter, efetivamente, uma ação de erradicação.

Fazemos distinção entre combate e erradicação. Considero, por exemplo, que a ação de distribuição de cestas básicas que a fundação faz é uma ação de combate à exploração da criança, mas não tem o poder de erradicar aquela situação. Para que esta seja erradicada, a ação tem que ser muito mais abrangente e tratar outras questões que não só o atendimento direto à criança que vem sendo explorada.

Não sei se respondi às questões da Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Passo a palavra à Senadora Benedita da Silva para suas últimas considerações.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Mais uma vez, venho agradecer à Assembléia Legislativa de meu querido Estado, à Deputada Heloneida, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, a presença de todas as autoridades, das pessoas comprometidas, pedindo a essas desculpas por não termos tempo suficiente para ouvir a todas, que gostaríamos muito. Pediria, na qualidade de Relatora, que S. Sªs nos enviassem qualquer proposição que possam ter em relação à questão da exploração do trabalho infantil no Estado do Rio de Janeiro.

Nossa preocupação, hoje, é com o Estado do Rio de Janeiro. Nossa Presidente elencou uma série de Estados prioritários para que pudéssemos fazer essa visita e audiências públicas. O Rio de Janeiro foi o Estado contemplado, não por alguma particularidade, mas pela constatação de situações diferenciadas que lá ocorrem. Como dissemos, não se trata de uma exploração que passa apenas pelos laranjais, pelos tomateiros, mas por outras atividades que não abordamos. Temos um certo acúmulo de outras CPIs que não tinham a ver com a questão do trabalho, mas que acabaram por nos dar respaldo - como as CPIs que trataram do extermínio de crianças, da prostituição infantil. Os dados colhidos pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro nos ajudaram muito. Temos um diagnóstico amplo da situação de exploração e do trabalho infantil no Estado do Rio de Janeiro.

Gostaríamos, também, de ter dados mais recentes sobre situações gritantes, como a que os jornais do nosso Estado noticiaram sobre a exploração sexual de crianças, de filmes pornográficos em que estão usando crianças. Temos por este Brasil situações em que as crianças estão até em cárceres privados para exercer essa profissão. As meninas têm de vender o corpo em troca de casa e comida. Os meninos, até porque o homem é muito mais ousado, estão cada vez mais envolvidos na questão do narcotráfico.

Teremos de tomar várias medidas, e a contribuição dada por todos os senhores aqui só irá enriquecer - lamentavelmente, a situação, não podemos negar, é constrangedora - o relatório. Os dados aqui apresentados trarão respaldo às iniciativas que esta Comissão tomará, na conversa com o nosso Governador e, no futuro, no desdobramento de uma política pela Assembléia Legislativa.

Nós, representantes dos Estado, como o Senado Federal, que deve dar continuidade a esse trabalho, somos responsáveis por toda essa política nacional. Portanto, devemos contribuir.

Agradeço a todos e aguardo os subsídios e as informações, documentos que possam enviar à Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Agradeço a todos a presença, principalmente aos palestrantes. Suas informações irão orientar nosso trabalho, muito embora tenhamos que reconhecer que esse é o panorama que, infelizmente, se apresenta em nossa Nação. Chega-se à constatação de que em todos os Estados brasileiros, em suas capitais ou nos municípios do interior, há exploração sexual, trabalho escravo, falta de consideração e orientação de nossas crianças e, o que é muito pior, em decorrência do estado falimentar de uma grande parte das famílias brasileiras, os próprios pais contribuem para que determinadas situações possam permanecer e até se alastrar pelo nosso País.

É deprimente relatar, mas já constatamos, por depoimentos de pessoas idôneas, que os próprios pais, muitas vezes, permitem, até facilitando, que suas filhas prestem o serviço espúrio de exploração sexual, com a expectativa de que a criança possa trazer para casa uma quantia que venha satisfazer em parte as suas necessidades.

Não podemos sequer recriminar atitudes dessa natureza, porque quando pais chegam a essas atitudes já vivem estado de desespero. Muitas vezes não têm educação quando crianças e adolescentes e tornam-se adultos desesperados pelas necessidades. Muitas mães, inclusive, estupradas, não têm aquela consciência de orientar as filhas naquilo que é melhor, para que não tenham no futuro o que elas próprias tiveram.

É por esses motivos que chegamos à conclusão de que as autoridades têm, realmente, uma responsabilidade quase que direta, mas não na totalidade, até porque os cargos não são permanentes, e sim transitórios. Um governante, um ministro, um secretário, ou mesmo alguém que detenha um mandato legislativo concedido pelo povo está nessa condição temporariamente, e não de forma permanente, e, em decorrência disso, não se pode dar continuidade a muitos trabalhos já realizados.

Então, é preciso que a sociedade civil realmente se mobilize para combater esse tipo de exploração, também em torno das autoridades competentes, principalmente do Poder Executivo, na realização de seus programas, na elaboração de seus orçamentos. Sou representante de um novo Estado do Norte, e quando um governador ou o próprio prefeito constróem uma praça, ou um estádio ou mesmo um mercado, questiona-se por que não investem esses recursos no social, na distribuição de cestas básicas, dando empregos às pessoas em vez de estar construindo? Sabemos nós, que somos parlamentares, e os senhores, pessoas instruídas, que quando se apresenta um projeto para que seja realizado determinado programa ou construído determinado prédio, seja ele de alcance social ou não, a verba já está destinada e só pode ser gasta naquilo para que foi liberada.

É muito difícil que a sociedade carente brasileira aceite determinadas posições de alguns governantes e autoridades. Por isso, é importante que cada um de nós, nos nossos setores, de acordo com os nossos cargos, possa esclarecer exatamente à sociedade civil o seu posicionamento e os seus questionamentos, porque só assim, talvez, na própria elaboração dos orçamentos, haverá uma distribuição mais justa, principalmente para Estados mais carentes.

No Rio de Janeiro, Estado que possui um elevado índice populacional, podemos perguntar a qualquer uma das pessoas que vivem nas favelas se querem ir para os Estados onde ainda há terra, onde eles podem se desenvolver. Eles não querem sair. É como o nordestino que continua migrando para o Estado de São Paulo. E as verbas vultosas continuam indo para aquele Estado, quando até o Governo brasileiro poderia se conscientizar de que deveria investir mais na estrutura dos Estados menos desenvolvidos, pois dessa forma eles poderiam absorver melhor esses brasileiros sem terra e sem emprego.

Hoje, pelo Orçamento da União, a maior Bancada leva mais dinheiro para os Estados, as menores Bancadas levam bem menos. Então, existe essa distorção de não dar condição aos Estados, como deveria acontecer na Federação brasileira. A continuar essa situação, vamos batalhar e batalhar, e nossas crianças continuarão sendo exploradas; vão sempre trabalhar, e seus pais, dentro do seu lar, continuarão não tendo muitas vezes o mínimo, uma alimentação diária que seja para dar a seus filhos.

Agradeço a participação de todos. Vamos todos nós, brasileiros, trabalhar juntos, nós que vivemos num país favorecido pela natureza, num país rico, mas com um povo muito pobre. Essa é uma luta que continuará por muitos e muitos anos, até que todas as pessoas se conscientizem de que, por mais que se tenha, é preciso dividir; e o mínimo também deve ser dividido.

Agradeço também a participação da Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputada Heloneida Studart, a quem passo a Presidência, uma vez que S. Exª abriu nossos trabalhos.

Agradeço, mais uma vez, por sua tolerância com nossa presença aqui. Comunico a todos que foram bastante produtivas essas poucas horas em que estivemos aqui reunidos.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Heloneida Studart) - Reitero os agradecimentos pela presença da Senadora Benedita da Silva. Agradeço também a todos que estão empenhados nessa luta da redenção da criança e do adolescente, luta difícil porque, como nós sabemos, a sociedade é egoísta, está cada vez mais egoísta e é estimulada ao egoísmo. No entanto, estamos dispostos a travar essa luta. Sejam todos bem-vindos!

Não havendo trabalho regular da CPI no Rio de Janeiro, os senhores sabem onde procurar a Comissão de Direitos Humanos, que fica no meu Gabinete, nº 302.

Está encerrada esta proveitosa reunião.

Muito obrigada.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 001, DE 1996-CN " COM A FINALIDADE DE APURAR AS DENÚNCIAS CONTIDAS NA REPORTAGEM DA REVISTA VEJA DO DIA 30 DE AGOSTO DE 1995, SOBRE O TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL".

ATA DA 6ª REUNIÃO
Realizada em 13 de maio de 1998.

Aos treze dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e oito, às dez horas, no Plenário do Centro de Convenções do Estado de Mato Grosso do Sul, presentes as Senhoras Senadoras Marluce Pinto e Emília Fernandes, membros da CPMI destinada a apurar as denúncias sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil. Aberto os trabalhos a Senhora Presidente, Senadora Marluce Pinto, discorreu sobre a finalidade da Comissão e também sobre o que a mesma havia realizado até a presente data. Para esta audiência funcionou como Relatora "ad-hoc" a Senadora Emília Fernandes. A seguir foi dada a palavra ao Senhor José Domingos, Prefeito da Cidade de Ribas do Rio Pardo, que passou a relatar sobre o Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil, denomiando Vale Cidadania, aplicado em seu Município. Prosseguindo a Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Ezio de Matos, Prefeito de Água Clara, que também falou sobre a implantação do mesmo programa na Fazenda Agropeva, em seu Município.Em continuidade usou da palavra a Senhora Nelly Martins, Presidente da Promosul, que explanou sobre o Programa que nasceu em seu Estado e que hoje atende a 77 municípios matogrossense, na oportunidade foi exibido um vídeo sobre o

Vale Cidadânia. O próximo expositor foi o Dr. Heldo Mulatinho, Secretário Nacional de Assitência Social, que referenciou sobre os trabalhos desenvolvidos por sua Secretária no Estado de Mato Grosso do Sul, bem como a implantação desse progarama nos Estados de Pernanbuco, Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro e Rondônia, solicitou o expositor que fosse dada a palavra ao Senhor Vandir Rodrigues Iazamoto, para suscintamente discorrer sobre o programa. Com a palavra a Senadora Emília Ferandes na qualidade de Relatora teceu considerações sobre os trabalhos da Comissão. Em continuidade , usou da palavra a Senhora Maria de Lourdes Maciel, co-gestora da Secretária de Educação, que fez uma avaliação do Programa Vale Cidadania naquele Estado. A proxima expositora foi a Dra. Regina Catarino, do Núcleo de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, que discorreu sobre as condições de trabalho nas carvoarias do Estado. Foi convidado a usar da palavra o Dr. João José de Souza Leite, da Secretária de Estado de Cidadania, Justiça e Trabalho, que apresentou síntese sobre as soluções encontradas para a erradicação do trabalho infantil no Estado. No momento foi interrompida a audiência para que os presentes pudessem assistir a cerimonia de assinturas de Convênios entre o Estado de Mato Grosso do Sul e a Secretária Nacional de Assistência Social, solenidade esta Presidida pelo Dr. Wilson Martins; Governador do Estado. Em continuidade a audiência, foi concedida a palavra a Dra. Eloisa Castro Berro, representante da UNICEF, que divulgou o trabalho do seu órgão juntamente com a Universidade Católica Dom Bosco junto as famílias que trabalham nas carvoarias do Estado. A seguir usou da palavra o Dr. Emerson Marinho Chaves, representante do Ministério Público do Trabalho no Estado. Foi dada a palavra ao empresário Geraldo Mateus, da Carvoaria Anamona LTDA, que falou sobre o trabalho de parceria que adota junto ao programa acima já citado. Com palavra o Dr. Mário Marques Ramires, Coordenador e Executor do Programa para a Erradicação do Trabalho Infantil em Carvoarias, demonstrando o que seu órgão questiona junto a outros e em parcerias com Entidades do Estado. Finalmente foi dada a palavra a Relatora Senadora Emília Fernandes, que de maneira sucinta analisou todos os fatos apresentados pelos expositores na presente audiência. Para rápidas colocações foi dada a palavra a Senhora Maria José, representante da SAS, em Mato Grosso do Sul. Usou ainda da palavra a Senhora Presidente que ressaltou o aprovetamento das diligências realizadas no Estado, e sobre a parceria do Governo Estadual com as Prefeituras. Encerrando a reunião usou da palavra a Senhora Nelly Martins. E não havendo nada mais a tratar foi encerrada a reunião e, para constar, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pela Presidente, e irá a publicação, juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte da mesma.

Senadora Marluce Pinto
Presidente

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Ao dar início aos trabalhos da Comissão e chamar o primeiro depoente, gostaria de informar a todos que esta CPI é composta por membros do Senado da República e da Câmara dos Deputados, e que sua instalação se deu em decorrência de uma denúncia na revista **Veja** sobre a exploração do trabalho infanto-juvenil.

Após a instalação desta Comissão, já conseguimos avanços no sentido de inibir o trabalho infanto-juvenil, trabalho considerado escravo, haja vista que várias autoridades, principalmente o Presidente da República, já tomaram diversas medidas que vêm ao encontro do que pretendemos.

Passamos o ano de 1997, em Brasília, ouvindo as autoridades competentes, aquelas que são responsáveis pela criança no nosso País, e também pessoas de órgãos não-governamentais. Ouvimos vários depoimentos, inclusive alguns muito deprimentes, isso porque além da criança ser explorada no trabalho, ser mal-remunerada, trabalhando em lugares insalubres e de alta periculosidade, ainda existe a exploração sexual, principalmente nos Estados onde há muito turismo. Vemos tudo isso noticiado na televisão e nos jornais. Mas agora temos certeza de que essas coisas acontecem. Os agenciadores de algumas agências de turismo já comercializam os pacotes em que a adolescente aparece como uma mercadoria a ser comercializada.

Essas adolescentes recebem pagamento pela exploração do seu corpo, muitas vezes, pela necessidade financeira. No entanto, há crianças ainda com o instinto infantil de ter uma boneca que se sujeitam à exploração do ato sexual para depois, com o que ganhou, comprar uma bonequinha para brincar.

Portanto, temos tido resultados positivos com esse trabalho que estamos realizando, mas ainda será necessária a cooperação da sociedade civil, porque a exploração sexual já é abrangente, pois os adolescentes estão sendo usados pelos agenciadores para comercialização da droga, já que a criança não pode ser presa. Também constatamos no Estado do Rio Grande do Sul, do qual a Senadora Emília Fernandes é a representante, crianças a partir de dez anos de idade trabalhando nas indústrias de calçados com a cola de sapateiro. Encontramos, inclusive, adolescente de 14 anos, gestante, passando o dia em pé a colar sapatos. Há, portanto, vários casos. Tenho certeza, no entanto, que as pessoas aqui são bem informadas, já tendo assistido, através da televisão, de programas na **Manchete**, a demonstração dessa grande exploração.

Mas não vamos falar apenas o que é desagradável. Tivemos, ontem, uma bela surpresa no Estado do Mato Grosso do Sul, nos Municípios de Ribas e de Água Clara: o programa implantado, em nível nacional, para retirar a criança do trabalho, receber a bolsa-escola, ter um aprendizado, está dando certo. Já são 30 prefeituras. A partir da próxima semana vão instalar em mais 20 municípios. É, portanto, um programa que tem dado muito certo, e é uma parceria do Governo Federal com o governo estadual e as prefeituras municipais.

E devemos falar o que acontece de bom, até mais do que o que acontece de desagradável, já que isso mobiliza as pessoas, que muitas vezes não estão motivadas para determinado trabalho que é tão fácil de fazer. Encontramos um empresário em Ribas, inclusive ele está aqui presente, o Sr. Geraldo Mateus, que está com o Prefeito e a Primeira-Dama de Ribas, que além de ter contribuído com todo o material para a construção da escola - a prefeitura entrou somente com a mão-de-obra e ajuda na alimentação das crianças, que têm três refeições por turno. Essa cooperação foi um trabalho que consideramos muito bonito. Naquela região, já conseguiram retirar as crianças e os adolescentes, até os 15 anos de idade, do trabalho nas carvoarias, que é um trabalho muito sacrificado. Encontramos crianças de 14 anos cursando a quarta série porque começaram muito tarde, mas também já encontramos crianças aos sete anos de idade lendo e escrevendo. A prefeitura paga as professoras, coopera com o transporte escolar, enfim, é um trabalho que vem dando muito certo.

Infelizmente só chegamos em Água Clara à noite, não tendo a mesma oportunidade de visitar as fornalhas e os fornos para ver como funcionavam, mas a experiência do primeiro já nos valeu. E tenho certeza de que a continuar esse programa no Mato Grosso do Sul, e a ter a cooperação por parte do governo do Estado, como está tendo, e do nosso Secretário de Ação Social, dentro de muito pouco tempo as crianças vão ser consideradas como crianças, e os adolescentes aprenderão uma profissão para que possam trabalhar mais dignamente, em algo compatível com a sua idade, deixando, assim, de haver tanto analfabetismo.

Sinceramente, mato-grossenses, vamos sair daqui bastante satisfeitos, porque queremos encerrar os trabalhos desta nossa Comissão no final de junho com a apresentação de tudo o que foi desagradável e deprimente, enfim, tudo aquilo que ouvimos para as autoridades competentes, principalmente ao Presidente da República, mas também queremos levar alternativas, e o Estado do Mato Grosso do Sul vai constar no nosso relatório como um Estado modelo, que deu início a esse grande trabalho. Portanto, solicitamos que não só as entidades de fato e os políticos cooperem com esse trabalho, mas que a comunidade civil como um todo procure saber de cada um, na região onde vive, até mesmo na cidade, porque esse programa está voltado para a criança que vive na zona rural, mas posteriormente vai chegar à cidade.

Outra sugestão que vamos dar ao Presidente da República é no sentido de que a Secretaria Nacional de Ação Social seja transformada em um Ministério, já que absorveu todas as obrigações do Ministério anterior, ou seja, é responsável pelas obrigações que no passado cabiam ao Ministério de Ação Social e à LBA. O Ministério foi extinto, a LBA também, ficando apenas uma secretaria, que não dispõe de verba satisfatória para dar continuidade a todos os programas existentes. E a nossa maior preocupação diz respeito aos adolescentes já com 14 anos de idade, prestes a completar os seus 15 anos, que vão sair do programa, deixam de receber a bolsa-escola, saem daquele aprendizado e vão fazer o quê? Não querem mais voltar para boca do forno.

Demoramos muito em Ribas porque não queríamos apenas pegar os depoimentos e as informações dos prefeitos e de suas esposas, mas queríamos conversar de fato com as crianças, para podermos sentir e saber a diferença entre o anterior e o atual, e o que eles esperam para o futuro. E a constatação que tivemos é que aqueles que antes trabalhavam achando tudo normal, acompanhando os seus pais para aquele trabalho desde os 6 anos de idade, hoje já não aceitam voltar. Portanto, se não houver um programa para atingir essa lacuna dos 15 aos 18 anos de idade, essas crianças poderão sair da zona rural, vindo para a capital e se prostituindo aqui.

Também quero ressaltar que o Prefeito de Água Clara está aqui presente com a esposa, o Sr. Ézio e a Srª Jurema, também bastantes atuantes lá no Município, fazendo um trabalho com grande responsabilidade, que servirá de modelo para aquelas prefeituras que ainda não iniciaram esse trabalho.

Dando prosseguimento aos nossos trabalhos, convido o Sr. José Domingos, Prefeito de Ribas do Rio Pardo, para prestar as suas informações.

O SR. JOSÉ DOMINGOS - Senadora Marluce Pinto, na sua pessoa cumprimento a todos os componentes da Mesa, colegas prefeitos, entidades aqui presentes, imprensa, técnicos, principalmente da área social. Neste momento, com a minha indicação de falar em nome de todos os nossos colegas prefeitos do Estado de Mato Grosso do Sul, gostaria de dizer da nossa satisfação pelas constatações que foram feitas, principalmente no Município de Ribas e de Água Clara, pelas ilustres Senadoras que estão visitando o nosso Estado com a árdua tarefa de investigar e analisar todo esse processo de erradicação do trabalho infantil.

Agradecemos imensamente as palavras que aqui foram dirigidas aos municípios que visitaram, a todos os municípios que já implantaram o programa, ao Governo do Estado, pela colaboração por todo o processo de erradicação do trabalho infantil que vem encaminhando, e ao Governo Federal, na pessoa do Professor Mulatinho, que muito tem ajudado o Estado de Mato Grosso do Sul e os municípios que fazem parte do programa.

Neste momento em que estão ocorrendo grandes mudanças no País, a consciência política de cada um, a vontade e a determinação de realmente levar em frente os seus compromissos e obrigações em seus municípios fazem parte das nossas obrigações enquanto administradores. Assim, esperamos que a renovação na forma de administrar possa vir ao encontro dos anseios da população, principalmente das pessoas mais humildes, e que essas administrações sejam levadas a sério, como forma de propiciar melhores condições de vida a nossa população, as nossas famílias, principalmente no nosso Estado e nos nossos Municípios de Ribas, Água Clara, Três Lagoas, que tiveram tantas informações divulgadas na imprensa das quais todos temos conhecimento, tendo em vista, principalmente, a ajuda do Governo Federal e do Governo do Estado.

Para nós isso é motivo de grande satisfação, já que estamos trabalhando, juntamente com as nossas esposas e os nossos técnicos. Inclusive é muito importante relatar o serviço dos técnicos, dos assistentes sociais e dos educadores, que têm colaborado conosco. Isso também, com certeza, está acontecendo em todos os outros municípios onde não existem carvoarias, mas existe erva-mate e outras atividades onde encontramos o trabalho infantil.

O nosso muito obrigado pela presença dos senhores no Estado e pela colaboração que, com certeza, levarão ao Governo Federal para que haja mais condições de auxiliar o Estado e os nossos municípios. A idéia levantada ontem pela Senadora Marluce Pinto é hoje transmitida a todos nós aqui presentes. É realmente necessário ser criado um Ministério no lugar da Secretaria Nacional de Assistência Social, para que haja verba para atender melhor todo esse programa.

Muito obrigado a todos pela presença em nosso Estado. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Agradecemos a participação do Prefeito de Ribas do Rio Pardo.

Concedo a palavra ao Prefeito de Água Clara, Ézio de Matos.

O SR. ÉZIO DE MATOS - Senadoras Marluce Pinto e Emilia Fernandes, na pessoa de V. Exªs, saúdo todos os presentes neste auditório. É uma grande satisfação para o Município de Água Clara receber essas ilustres visitas, que poderão divulgar o que está acontecendo no Estado de Mato Grosso do Sul e nos Municípios em que foi implantado esse projeto.

Gostaria de fazer um relato da situação anterior à que agora enfrenta o Município de Água Clara. Todos conhecem a realidade do trabalho escravo que vinha acontecendo em nossas regiões. Hoje, esse trabalho está muito modificado. É grande o benefício advindo do Programa da Erradicação do Trabalho Infantil.

Na Agropeva, implantou-se um programa de trabalho com as famílias carvoeiras, que modificou a situação delas. Hoje, todas as nossas crianças estão na escola. Não se vê mais nenhuma criança em boca de forno. Todos são testemunhas disso. A Comissão Municipal está sempre vigilante. Na Agropeva, em virtude desse programa, foram realizados muitos cursos em parceria com o Estado e com outras entidades de Campo Grande, como o Detran e Secretarias de Educação e de Saúde. Todos se voltaram para a Agropeva, em Ribas do Rio Pardo, para dar continuidade à programação de melhoria de vida das pessoas que trabalhavam na carvoaria. Esse programa foi de grande relevância para o nosso Município. Realmente, fizemos com que a criança ingressasse na escola. Na Agropeva, havia uma escola de madeirite; construiu-se uma nova escola. Como puderam constatar as Senadoras e os próprios inspetores, as crianças estão, de fato, sendo bem atendidas na área de transporte, alimentação, material escolar e ensino. Convém lembrar que o pagamento dos professores está em dia, o que é muito importante para incentivá-los.

Gostaria de destacar a parceria com a Promosul. Seus técnicos nos deram muito apoio. Dispomos de um programa que

beneficia 230 crianças, que recebem a bolsa-escola de R$50. Na zona rural de Água Clara, conseguimos tirar 195 crianças das carvoarias. Hoje, elas estão na zona urbana e recebem alimentação, material escolar e a dedicação dos professores. As duas salas de aula foram construídas com a ajuda do Governo do Estado e do Governo Federal, em parceria com a Prefeitura Municipal. Considero de grande valia esse programa, que deve ter continuidade. Em Água Clara durou um ano e contou com o apoio do Promosul e dos órgãos estaduais. Agora estamos dando continuidade ao programa e contamos com a colaboração de uma psicóloga, de uma assistente social e da Secretaria de Saúde. A nossa preocupação, porém, é o que fazer com esses jovens de 14 e 15 anos, para que não retornem aos fornos de carvoaria. É preciso investir nos municípios, com o objetivo de estimular a criação de cursos profissionalizantes destinados a esses jovens. Outra grande preocupação de todas as prefeituras se refere ao transporte escolar. Com o Programa "Toda Criança na Escola", estamos trazendo para a sede do município uma avalanche de meninos. Nossos ônibus vêm superlotados. Em dois bancos, quase sempre viajam três crianças. Cerca de 150km são percorridos até a sede. Os ônibus transportam alunos tanto do Município quanto do Estado. Portanto, é de grande importância esse programa, pois contribuiu para que Água Clara mudasse muito. É fundamental a bolsa-escola, que ajuda na complementação financeira da família. A dona de casa não vai ajudar seu marido no forno; fica em casa. Ela freqüentou vários cursos e aprendeu a fazer pão, a costurar, a cuidar de uma horta. Teve oportunidade de aprender muito.. Antes o carvoeiro não chegava nem perto da sede da fazenda. Hoje, há maior proximidade entre patrão e empregado. Houve considerável melhoria na relação trabalhador e empreiteiro. Este mudou muito o seu modo de agir e passou a assinar a carteira profissional do empregado, o que não acontecia anos atrás. Hoje, os empreiteiros estão conscientes de que têm de registrar seus empregados, e muitos têm feito isso. Em Ribas do Rio Pardo e Água Clara, isso tem acontecido. Tal fato mudou a vida do carvoeiro. Graças a Deus, esse projeto contempla esses Municípios. Pelo que se sabe, deverá ser aprovado em Brasília projeto que beneficia alunos que trabalham em serrarias e madeireiras. Espero que isso ocorra pois essas crianças merecem.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Agradecemos a participação do Prefeito Ézio.

Estão presentes 50 Prefeitos e, como o tempo é exíguo, é impossível ouvirmos todos.

A Senadora Emilia Fernandes, Relatora da matéria, posteriormente, fará perguntas aos prefeitos. Ouvimos apenas dois prefeitos, cujas regiões visitamos.

Para conhecimento dos presentes, vou citar as 30 prefeituras que já têm esse programa e as 20 que vão iniciá-lo na próxima semana. Esse programa existe em Água Clara, Amambai, Anaurilândia, Angélica, Antônio João, Arau Moreira, Bataguassu, Bataiporã, Campo Grande, Cassilândia, Chapadão do Sul, Coronel Sapucaia, Costa Rica, Dois Irmãos do Buriti, Iguatemi, Inocência, Itaqueraí, Ivinhema, Naviraí, Nova Alvorada do Sul.

Esses são os Municípios que já têm o programa instalado e em execução.

Eis os que estão para serem instalados: Aquidauana, Aparecida do Taboado, Bandeirantes, Bonito, Caarapó, Corumbá, Coxim, Deodápolis, Douradina, Itaporã, Jardim, Jateí, Japorã, Laguna, Caarapó, Maracaju, Nioaque, Porto Murtinho, Taguaruçu, Vicentina e Anastácio. Todos esses municípios estão contemplados com esse programa, cuja realidade, produtividade e valor social, pela exposição dos dois Prefeitos, já se conhece.

Concedo a palavra à minha amiga Nelly Martins, Primeira-Dama do Estado do Mato Grosso, para falar sobre seus programas sociais.

A SRª NELLY MARTINS - É com grande alegria que recebo esta Comissão proveniente de Brasília. Quero cumprimentar pessoalmente todos: a Marluce é velha amiga de caminhada; a Emilia Fernandes, que acabei de conhecer, mas sua simpatia me cativou; Eldom Mulatinho, que desde o início desse programa nos ajudou bastante; e a Cristina, que às vezes chamada por nós ao telefone, quando queremos reclamar alguma coisa, tem muita paciência e nos atende com muito carinho.

Então, bem-vindas essas quatro figuras eminentes do nosso País que aqui estão, dando-nos mais força, trazendo-nos essa notícia tão gratificante de que nosso trabalho está sendo aprovado. Tenho certeza de que não são todos os Estados que têm feito até hoje um trabalho tão completo quanto o nosso.

O Programa Vale Cidadania nasceu aqui. A Márcia, nossa coordenadora, trouxe-me alguns nomes, mas eu disse: "melhor do que Vale Cidadania não existe!". Assim, o programa foi intitulado Vale Cidadania e nasceu na Promosul em resposta às denúncias feitas no País e no exterior a respeito dos meninos carvoeiros.

Não resta dúvida de que tivemos apoio da área federal, estadual e municipal. A Promosul sozinha não chegaria à esquina. Quando começamos na Promosul, havia 73 ou 77 – não me lembro bem – convênios feitos pelo governo anterior na área social. Esses convênios eram feitos dentro de um orçamento com o qual continuamos hoje: um orçamento pequeno. Havia setenta e poucos convênios em Campo Grande e dois em Corumbá. Não havia esse trabalho assistencial no Estado.

Com muita alegria, comunico que temos, no momento, 1.049 convênios com 77 Municípios. Com a vinda desse aumento de metas na área da carvoaria, chegaremos a 1.100, 1.200, não tenho certeza. O Estado continua a nos oferecer a mesma verba no orçamento. Perguntam-nos: "Como vocês fazem isso? É milagre?" Não! Nós temos a confiança do Governo Federal, que nos ajuda a partir do nosso grande Presidente, Dr. Fernando Henrique Cardoso, meu amigo pessoal e que, como sei, interessa-se muito por esse nosso Programa. Quando tivemos uma reunião em Brasília, Sua Excelência escolheu nossos meninos para o acompanharem na entrada ao Palácio da Alvorada. Temos ajuda da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Previdência e temos os bons olhos do Senhor Presidente. Temos um governo de responsabilidade, um governo voltado para o homem, para o seu bem-estar, para a sua saúde, para a sua educação. Com isso, o apoio do governo estadual também é bastante expressivo.

Como não falar, na área municipal, nos nossos prefeitos? Basta dizer que eles estão presentes. Os prefeitos são excelentes parceiros que também nos ajudam com muito carinho. A eles cabe grande parte do trabalho com essas crianças, procurando erradicar o trabalho infantil.

Na área federal, não posso deixar de citar Dr. Eldom Mulatinho, a primeira pessoa que recebemos com um programa de erradicação do trabalho infantil já engatilhado. Mas era um programa que destinava a cada criança R$25,00 por apenas uma parte do dia. Ouvi a preleção dele e, na hora dos palpites, interferi, mostrando a ele que, se fosse apenas uma parte do dia, na outra parte, a criança iria para a carvoaria. Todos concordaram. Para usar todo o dia da criança, reforço escolar, esporte e tudo o mais -, a verba de R$25,00 era insuficiente. O Dr. Mulatinho aplaudiu a idéia e, em seguida, deu-nos uma colaboração de R$50,00 por criança, o que nos agradou bastante. Depois disso, houve o apoio da Prefeitura de R$25,00 por criança, dando mais mobilidade aos Srs. Prefeitos.

O trabalho não é perfeito. Umas de suas grandes falhas é a falta de transporte. Os que tiveram a coragem de entrar

em duas carvoarias, viram o quanto é difícil chegar lá. Devemos ter esses transportes traçados - não entendo bem disso -, mas são esses carros que passam nas estradas que levam às carvoarias.

Não só as crianças são atendidas na área da assistência à criança e ao adolescente, na coordenadoria da Márcia; temos, ainda, a coordenadoria da Fabiana, que trabalha com a família. Desde que abrimos este trabalho, o que primeiro me veio à mente foi comprar um filtro para cada casa de carvoeiros, para que cada família começasse a beber água filtrada.

Desde então, cursos, orientações, instruções são ministrados por um corpo de funcionários brilhante, que não mede esforços. Embora tenham um salário que deveria ser muito melhor, esses funcionários lutam com muita alegria e felicidade, trazendo esse conjunto de forças em parceria com os Governos Federal, Estadual e Municipal.

No âmbito do Governo Estadual, destaca-se a Secretaria de Educação, que é o braço forte. Temos também outras Secretarias, como a de Saúde e mais algumas, merecendo destaque a nossa Secretária de Educação, Drª Maria Maciel, nesse grande trabalho social enfrentado por todos nós.

Queremos continuar. Queremos aumentar as nossas metas. Há um problema que, hoje, vou lançar aqui. É de grande importância que este projeto atinja também a área citadina. Temos este trabalho na área rural, mas, na área citadina, em especial na nossa querida Campo Grande, temos muitas crianças na rua, pedindo, esmolando, limpando vidro de carro para ganhar um dinheirinho. Esses meninos são mal comportados e deveriam ter, primeiramente, uma assistência psicológica, a fim de que entrem nos nossos cursos com o intuito de serem orientados, erradicando, também, esses meninos das ruas para que possam freqüentar as escolas e sentir-se iguais aos nossos filhos, que tiveram condições de estudo e de projeção na vida.

É esta mensagem que posso trazer a esta Comissão. É com muita alegria que contamos com a colaboração desta Casa, neste dia. Tenho certeza de que vamos crescer e lutar. Enquanto houver uma criança fora da escola, é trabalho da Secretaria de Educação e da área social recolocar essa criança no caminho certo para que tenhamos grandes homens no futuro - os nossos novos meninos, que serão, então, os brasileiros do amanhã.

Muito obrigada.

(Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Agradecemos a participação da Srª Nelly Martins, Primeira-Dama do Estado de Mato Grosso do Sul, e, por sua solicitação, iremos passar agora para os presentes um vídeo, que tem a duração de oito minutos, sobre o Vale-Cidadania.

(Procede-se à projeção de vídeo.)

O SR. HELDO - ...implantação e desenvolvimento desse tão importante programa social que é o de erradicação do trabalho infantil.

A Secretaria Nacional de Assistência Social, conforme assinalou a Senadora Marluce, está implantando esse programa em outros Estados, tendo sido iniciadas em maio de 1996, aqui em Mato Grosso do Sul, suas atividades nessa área. É sempre importante mencionar que, a partir do lançamento do programa aqui no Estado, ele foi para os demais Estados já mencionados pela Srª Senadora: Pernambuco - zona canavieira; Bahia - zona do sisal e de quebra de pedras; Sergipe - zona de colheita da laranja; Rio de Janeiro - zona canavieira e de olarias e, em Rondônia, uma zona de garimpo.

Hoje, teremos o prazer de assinar com os 20 prefeitos, representantes dos municípios que vão entrar no programa no Estado de Mato Grosso do Sul, o termo de responsabilidade para que este programa seja efetivamente implantado nesses 20 municípios e, também, o termo de responsabilidade com os outros 30 municípios que já estão no programa.

À atividade da carvoaria e da erva-mate estão sendo acrescentadas outras atividades degradantes em relação ao trabalho infantil como a serraria, o trabalho com a braquiária, que diz respeito ao capim, a colheita do algodão, o trabalho na olaria, os catadores de iscas. Penso que são essas as novas atividades que estão entrando, inclusive colheita de sementes, que acredito seja relacionada com a braquiária. Todas essas novas atividades estarão também sendo alvos da atuação do programa aqui, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Estaremos utilizando neste Estado cerca de R$3,2 milhões ao longo do ano de 1998, incluindo os municípios já participantes do programa e os novos municípios. Em todo o Brasil, a Secretaria tem disponibilizado, Srª Senadora, cerca de R$23 milhões para este programa e está viabilizando, por meio de suplementação, mais R$40 milhões para utilização neste programa.

O Senhor Presidente da República tem dado a maior atenção a este programa, além das referências feitas quando da visita de representantes dos alunos egressos das carvoarias em Brasília, como vimos no vídeo, com referências feitas pessoalmente pelo Senhor Presidente da República. Ele lançou o programa em Pernambuco, onde esteve recentemente para uma avaliação do programa, em Palmares, e lançou o programa recentemente no Estado de Sergipe. Sua Excelência tem dado, portanto, por intermédio da coordenação da Casa Civil da área social, toda atenção ao desenvolvimento desse programa.

Não poderíamos deixar de mencionar que, embora tenha a gestão deste programa, a SAS é governo e co-participa com diversos setores de governo, fundamentais e extremamente importantes para que este programa ocorra. Assim como D. Nelly disse, com muita propriedade, que não seria possível ao Governo Federal ou ao Governo Estadual ou aos Governos Municipais trabalharem sozinhos, de **per si**, neste programa, o programa sofreria na sua qualidade, no seu desenvolvimento e na sua própria implementação também a SAS co-participa com o Ministério do Trabalho, da Educação, da Justiça, com o Programa Comunidade Solidária num trabalho de interfaces para que esse programa tenha o sucesso que tem tido onde está efetivamente implantado. E sobre todos esses setores de governo, naturalmente a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, através da Câmara Social, tem sido de fundamental importância para que esses setores de governo se assentem, conversem, planejem, como fizemos semana passada em Brasília, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, quando tivemos oportunidade de fazer uma avaliação do programa em todo o Brasil.

Naturalmente, não poderíamos deixar de citar a figura ímpar da Primeira-Dama, D. Nelly Martins, Presidente da Promosul, que tem desenvolvido um trabalho incansável e de verdadeira parceira com a Diretora-Executiva da Promosul, Srª Regina, e a chefe do nosso escritório da SAS em Mato Grosso Sul, Srª Maria José Lanzetti. As Srªs Regina e Maria José, juntamente com suas equipes, muito bem lembradas pela D. Nelly, têm-se desdobrado e feito uma espécie de doação em relação a este programa. Isso é extremamente importante. (Palmas)

Naturalmente, já que estamos fazendo história neste depoimento para a CPI do Congresso, não poderíamos deixar de mencionar que a largada para este programa, até há pouco na direção da Secretaria Nacional de Assistência Social, deveu-se à Drª Lúcia Vânia e ao Sr. Governador do Estado, Dr. Wilson Martins, que, ombreados, foram figuras daquele primeiro momento deste programa, de uma força de vontade política extrema e de desejo pessoal para que este programa tivesse o

sucesso que está tendo e a ampliação que estamos podendo propiciar neste momento.

A Drª Cristina Albuquerque, da coordenação nacional, faz um acompanhamento diuturno - tenho usado esta expressão sem qualquer medo de exagerar. O acompanhamento que fazemos dos programas de erradicação do trabalho infantil é diuturno, a fim de que estejamos próximos efetivamente desta tentativa, com sucesso, de propiciar condições para que essas crianças e suas famílias construam verdadeiramente a sua cidadania.

Peço à Comissão, conforme já comuniquei à Senadora Marluce Pinto, a oportunidade de alguns minutos apenas para o Sr. Vandir Oliveira, encarregado do acompanhamento do programa aqui em Mato Grosso do Sul. Nos poucos minutos de que dispões, vai dar uma idéia bem sucinta do desenvolvimento e acompanhamento do programa no Estado do Mato Grosso do Sul, como visão do nosso escritório local da Secretaria Nacional de Assistência Social.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. VANDIR RODRIGUES IAZAMOTO - Senadoras Marluce Pinto e Emilia Fernandes, demais membros desta mesa, ontem, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no Mato Grosso do Sul completou dois anos de implementação. Em função desse pioneirismo e até desse curto prazo, acredito que seja um momento bastante relevante e oportuno para uma segunda expansão.

Tivemos também a Marcha contra o Trabalho Infantil, em Brasília, que vem congregar e sensibilizar toda a sociedade brasileira para essa questão. Em regiões onde ainda existe essa questão, a sociedade está mobilizada e requer meios para uma atuação efetiva de combate ao problema.

A assistência social enquanto política pública busca a universalização dos direitos sociais. Atua diretamente nesses bolsões de pobreza à medida que cria as condições mínimas materiais para que essas famílias possam ver nos direitos fundamentais o direito à cidadania e o acesso às políticas públicas, de forma a que sejam implementadas.

O vale-cidadania tem essa característica, enquanto projeto da área de assistência, a de buscar o fortalecimento dessas famílias para a sua emancipação à medida também que consolida, constrói parcerias e busca a união de esforços em torno de uma mesma questão. Em resumo, busca intervir no ciclo da pobreza que, entre outras causas determinantes, gera o trabalho precoce, o qual, por sua vez, provoca a futura pobreza. Esse é o ciclo da pobreza em que é preciso intervir com medidas drásticas, que dêem resultados para encerrar a sua transmissão de geração para geração.

O programa, portanto, visa apoiar e incentivar todas as iniciativas do Governo e da sociedade na questão da prevenção e da erradicação do trabalho infantil. Como foi dito pelo Dr. Heldo, a SAS participa desse processo, mas não é a protagonista. A bolsa passa a ser uma âncora, uma forma de se chegar a esses bolsões de pobreza e de exclusão. É como se fosse a ponta de lança, o primeiro passo de um projeto de enfrentamento. Não é, portanto, um fim em si mesma; sabemos que ela depende de outras atuações, mas tem a centralidade inquestionável na educação, porque apóia o acesso, a permanência e a freqüência dessas crianças na escola. Nada se pode fazer em separado, porque se trata do reforço da educação para essas crianças.

Na verdade, ele cria um ambiente favorável; não resolve a questão a longo prazo, porque as carências são grandes e muitas são as localidades que não têm acesso às políticas, mas cria um ambiente favorável em relação à sociedade, aos empresários, ao Governo, a empreiteiros e, principalmente, à família, porque é feito um pacto, uma aliança com ela. Nela está todo o centro do trabalho, porque lhe é dado esse auxílio financeiro, mas, se essas famílias tiverem filhos já em idade de desligamento do programa, porém, sem uma formação, sem uma capacitação ou um atendimento suficiente, essa criança ou adolescente poderá voltar para o trabalho. Então o eixo de todo o programa deve-se concentrar em torno da família, porque se as crianças forem excluídas, as famílias também o serão.

São, portanto, reconhecidos os resultados do vale-cidadania.

Gostaria de abrir um parêntese, porque em algum momento falava-se em refluxo migratório para as carvoarias. Isso não aconteceu. Não foi o vale que provocou o retorno - vamos dizer assim - das crianças. Com o sucesso desse programa, com o êxito dessa intervenção, que é de curto prazo, visando à retirada imediata dessas crianças dos fornos, temos, hoje, a possibilidade de abrir a Bolsa Criança Cidadã para outras atividades, muito bem arroladas pelo Dr. Mulatinho, por meio das quais vamos atingir cinco mil crianças no Estado do Mato Grosso do Sul.

Trata-se de um instrumento de proteção social e de um grande facilitador estratégico para a ação articulada.

Colocamos também outra questão relativa à área da assistência. Ela não veio para substituir nenhuma política na área da educação, do trabalho ou da saúde. Ela desvela essa exclusão, porque entramos num bolsão desse, enfrentamos a questão do trabalho infantil e surgem inúmeras demandas, daí a necessidade de uma ação articulada, intersetorial, multissetorial, para que consigamos atuar efetivamente na raiz do problema.

Temos a questão da pobreza e a questão cultural da sociedade quanto à valorização do trabalho, no sentido que a criança tenha que trabalhar desde cedo para evitar a ociosidade, inclusive uma possível delinqüência.

O vale-cidadania gerou essa grande mobilização e trouxe os empresários para essa parceria. Há uma sensibilidade bastante corrente de que eles fazem parte do problema e, também, da solução para a questão do trabalho infantil.

Existem alguns desafios, inclusive culturais, mas gostaríamos de ressaltar a sustentabilidade das ações do Programa de Erradicação e de Prevenção do Trabalho Infantil, porque depende de uma ação articulada. Acima de tudo, temos que aceitar e respeitar o projeto de vida dessas famílias. É uma atuação difícil em que, ao final, vamos buscar a elevação da renda familiar para que não tenhamos mais necessidade dessa articulação.

Há uma questão bastante básica com relação ao Mato Grosso do Sul, porque a exploração do carvão não tem como conseqüência a "nucleação" dessas famílias na área rural. Os fornos mudam de lugar, aproximando-se das matas. Essa mudança faz com que não haja a fixação dessas famílias. Não existe o ânimo de permanência e isso cria dificuldades na geração de infra-estrutura, principalmente na área da educação, porque muitas das estruturas são provisórias, temporárias. A conversão da madeira em carvão anuncia o fim da escola. Então, é preciso atuar de modo a que essas famílias se fixem nas cidades e formem um núcleo para o qual poderíamos dirigir e planificar políticas mais avançadas.

Em termos de pontos positivos, enfatizamos a remuneração compensatória imediata das famílias, a mobilização, a motivação dos empresários e o combate mediante o pacto coletivo, que são resultados obtidos por todos os órgãos que atuam nessa questão: a fiscalização, a investigação, a denúncia, a promoção da assistência social, a educação, o trabalho, a extensão rural, o esporte, os empresários e até órgãos internacionais como a OIT e a Unicef.

A grande lição que se deixa é que somos capazes de combater o trabalho infantil. É uma alternativa possível, que independe da eliminação da pobreza. O combate ao trabalho

infantil poderá ser feito antes da eliminação da pobreza e das desigualdades.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Agradecemos a participação do Sr. Vandir Rodrigues Iazomoto.

A Senadora Emília Fernandes, como Relatora da Comissão, vai dar início aos debates, formulando as perguntas aos prefeitos. Posteriormente, daremos continuidade, pois mais dez autoridades estão relacionadas para fazer a sua exposição.

A SRª EMILIA FERNANDES - Srª Presidente desta nossa Comissão, Srª Nelly Martins, que representa as mulheres deste Estado na qualidade de Primeira Dama, Professor Mulatinho, Secretário, Cristina, Srs. Prefeitos, Srs. Vereadores e demais autoridades aqui presentes, é importante que se identifique claramente os objetivos da nossa Comissão.

Esta Comissão, chamada de Comissão de Investigação - CPI - foi implantada, como já foi dito pela nossa Presidente, a partir de uma denúncia publicada numa revista brasileira. Formamos um grupo pluripartidário de Parlamentares, Senadores e Deputados, com a intenção de investigar o assunto, ou seja, recolher todas informações, subsídios, dados negativos e positivos em relação ao tratamento da criança no nosso País. Esse é o objetivo bem claro da nossa Comissão. Não temos poder de decidir sobre essa questão nem de oferecer recursos ou modificar de uma forma concreta e objetiva essa situação. Entretanto, podemos afirmar, de fonte segura, que a partir do trabalho desta Comissão, o assunto veio à tona no País, havendo até um compromisso dos meios de comunicação em relação a ele. Poderíamos afirmar tranqüilamente que o assunto passou a não apenas constar nas folhas policiais, com denúncias... (falha na gravação) ...dizer dessa contribuição que deu à sociedade brasileira.

Hoje, o Governo, as instituições organizadas, governamentais ou não, podem deixar fora de sua pauta de compromissos, não apenas de promessas, essa questão.

Considero essa introdução altamente significativa para que a sociedade brasileira tome consciência do resultado de uma CPI. Normalmente coloca-se que são realizadas CPIs no Congresso Nacional e que delas nada resultam. Tenho a obrigação de dizer que não é bem assim. Participei da CPI sobre os Títulos da Dívida Pública, que a sociedade brasileira também acompanhou, e devo assinalar que essa CPI atuou no sentido de dar transparência ao assunto, atacando um problema de tamanha urgência como aquele. Então, esse é um ponto fundamental.

Percorremos este Brasil, ouvimos várias pessoas, realizamos audiências em vários Estados brasileiros. O problema existe, é grave, é sério e precisa ser atacado urgentemente com ações concretas, objetivas e rápidas, numa conjuntura que passa pela questão da assistência social, mas que diretamente vinculada à educação e à saúde - a saúde vista como um compromisso de prevenção muito mais do que de combate à doença.

Na medida em que as pessoas vão dando suas declarações, seus depoimentos, eu poderia lançar alguns questionamentos.

É importante que se diga que os trabalhos que já estão sendo feito em alguns Estados brasileiros, como este que estamos vendo aqui no Estado do Mato Grosso, representam alternativas positivas, concretas e importantes a serem implementadas.

Fazemos parte de uma Comissão, inclusive sou de um Partido de Oposição ao Presidente da República, ao Governo Federal, entretanto, temos consciência de que alguma medida já está sendo tomada para solucionar esse problema. Acredito que não fizemos tudo que poderia ou deveria ser feito. É importante, porém, que se entenda que cada programa dever ser cada vez mais implementado.

Eu faria alguns questionamentos rápidos, sem nenhum comentário, reservando-me a complementar, após os depoimentos, caso fosse necessário, até para abreviarmos o tempo. A pessoa que vai prestar o seu depoimento já enfoca questões em relação as quais gostaria de receber informações mais detalhadas.

É importante que se diga que a nossa Comissão sempre se desloca com um número pequeno, representativo de seus componentes, e que a Senadora Marluce, nossa Presidente, tem acompanhado todas as atividades. Nessa visita ao Mato Grosso do Sul, tenho a incumbência de ser a Relatora. Então, tudo o que for dito em Mato Grosso do Sul constará no Relatório, que é de minha responsabilidade, e será submetido à apreciação dos demais membros da nossa Comissão. Por isso, ressalto a importância de pequenos detalhes ou de alguns questionamentos que às vezes insistimos em fazer.

Precisaríamos, como complementação a tudo que vimos, saber a abrangência do percentual de crianças atingidas no Mato Grosso do Sul pelos programas já existentes ou outros programas, mesmo que não-governamentais. Precisamos saber, em relação aos programas governamentais existentes, se o repasse de verbas é suficiente, se chega realmente em tempo hábil ou se há ainda alguma morosidade ou burocracia em relação à qual poderia ser feito um trabalho melhor, se há uma comprovação efetiva, principalmente por parte dos Prefeitos, pelas secretarias - Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social - se há possibilidade de verificar se as crianças que estão recebendo o vale-cidadania retornam ao trabalho, mesmo que para executar um serviço diferente daquele que faziam anteriormente, mesmo que para realizar um serviço mais leve do que aquele que faziam anteriormente; de verificar se, para as crianças que saem da escola, que saem daquele espaço onde recebem complementação educacional, há continuidade, ou se elas são forçadas a atividades que não são compatíveis com sua idade, com suas condições físicas. Sabemos que o programa prevê acompanhamento da matrícula, da freqüência, o que nós consideramos altamente salutar.

E este é um ponto fundamental para todo órgão que pretenda trabalhar a idéia: garantir o acompanhamento da matrícula, da freqüência e do rendimento do aluno. Logicamente, as coisas são feitas passo a passo. Primeiro, chama-se a criança, garante-se que há freqüência e, em seguida, investe-se urgentemente no rendimento. E o sucesso passa pela qualificação do professor. E eu gostaria de saber se o professor que é deslocado para o interior está preparado para trabalhar com essa clientela, que traz uma carga redobrada de sofrimentos, de angústias e que, portanto, precisa que seja despertada sua auto-estima. Pois, para sermos cidadãos bem-sucedidos, precisamos de auto-estima, precisamos saber que somos importantes e que podemos modificar a situação.

Sou professora e exerci o magistério durante 23 anos e, portanto, sei das dificuldades de trabalhar na zona rural, em zonas de difícil acesso - o que à vezes é uma opção para poder adquirir experiência na educação do ensino fundamental. Insisto na necessidade do acompanhamento da pedagogia, da didática, da metodologia que está sendo trabalhada lá naquela sala de aula onde estivemos - onde, aliás, fomos muito bem recebidos pelas autoridades: prefeitos, empresários, enfim os que são responsáveis, ou que pelo menos têm a sua parcela de contribuição. Gostaríamos de saber o seguinte: como são as aulas ministradas naqueles locais? Elas não podem ser idênticas às que são ministradas em uma escola na cidade, onde as crianças têm uma outra visão de mundo. Era isso que gostaria de ouvir dos depoentes.

Creio que o apelo feito - para que o programa seja ampliado para a zona urbana - é fundamental. E gostaria de obter informações sobre a mobilidade das famílias, o que dificulta o

acompanhamento das famílias. Temos informações de que algumas empresas do setor carvoeiro e do setor madeireiro empregam somente mão de obra masculina - o homem solteiro, ou aquele que deixa a família, a mulher e os filhos em outro lugar, fora do espaço do trabalho. Nós queremos saber se isso é verdade. Se for, não podemos concordar com essa prática. O último depoente, por exemplo, chamou atenção para a importância da família. Não podemos trabalhar um ser humano separadamente do contexto em que ele vive. Quero saber se isso ainda ocorre, se a mulher ainda é jogada para a periferia das cidades, para que na área de trabalho permaneçam só os homens. Então, está-se criando de repente um outro problema. Gostaria de saber como está funcionando o trabalho da Comissão Permanente de Investigação do Trabalho Infantil, se está havendo reuniões periódicas, quem trabalha conjuntamente, quem integra essa comissão, como o trabalho é feito, se há acompanhamento e fiscalização nos locais investigados. Já falei sobre o acompanhamento da atualização dos professores. Gostaria de saber da ação do empresariado. Há esses dois exemplos - um dos quais apareceu no vídeo que assistimos ontem e o outro, no Município de Ribas do Rio Pardo. Como é a reação da sociedade, como as pessoas que estão aqui, como os representantes desse Estado estão vendo o engajamento do empresariado, dos Sindicatos de Trabalhadores e de empregadores. Há um envolvimento maior? Há uma conscientização nesse sentido?

Quanto à inscrição para os programas, gostaria de saber qual a exigência de documentação para comprovar se a criança tem entre 7 e 14 anos e se crianças que não são filhos, mas que estão sob responsabilidade de parentes têm o direito de receber essa contribuição. É exigida a certidão de nascimento? Pois que isso é importante também para a cidadania.

Há alguma previsão de continuidade do trabalho após os 14 anos? Há possibilidade de estabelecer algum tipo de ensino profissionalizante para essas crianças no período da "dobrada" - termo muito utilizado aqui? Essa é uma preocupação nossa e da Comissão. Há trabalho nessa direção, ou seja, na complementação do horário e na capacitação dessas crianças para que tenham alternativas?

Como está sendo a preparação de pessoas para dar atendimento e continuidade ao trabalho nas localidades? Como está se dando esse trabalho? Como é visto o programa de renda mínima? O projeto de renda mínima é mais amplo. De acordo com ele, toda família que tiver criança de 0 a 14 anos tem condições de receber essa contribuição. Seria interessante uma proposta onde as pessoas receberiam a ajuda e, paralelamente, seria oferecida à família a oportunidade de aperfeiçoamento da mão de obra.

Essas seriam as nossas dúvidas. Poderão surgir outras, mas, em princípio, diante do que foi exposto, essas seriam as que nós teríamos a colocar. A idéia é dizer que esse sentimento que se está criando neste Estado é muito importante de ser registrado. Está-se deixando muito claro que não são apenas propostas de Governo, mas que é um trabalho da sociedade como um todo. É nessa linha que vamos buscar alternativas e mostraremos para aqueles que não acreditam que o problema tem solução. Acreditamos que há solução para o problema proveniente da exclusão, das precárias condições sociais dessa população - com vontade política, com determinação, com recursos. A propósito, isso preocupa-nos profundamente, pois, infelizmente, quando elaboramos o orçamento no Congresso Nacional, colocamos recursos, mas depois há muitos cortes. A política de se retirar exatamente da parte social. Consideramos positiva a idéia de trabalhar com um Ministério que possua mais recursos e que se dedique à questão com mais determinação.

Eram essas as nossas considerações.

Cumprimento a todos que, engajados, têm dado a sua contribuição para acabar com esta triste realidade do Brasil, a exploração de crianças, um problema nacional que já ultrapassa as nossas fronteiras.

Muito obrigada.

A SRª NELLY MARTINS - Eu gostaria de deixar aqui registrado o nome de duas pessoas de grande importância para este trabalho e que omiti na minha fala improvisada: a Drª Lúcia Vânia Abraão Costa, grande companheira na área federal e Maria José Lanzetti. São pessoas que, como os empresários que assistem essa criançada toda, colaboram conosco.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Convido a professora Maria de Lourdes Maciel, co-gestora da Secretaria de Educação, para fazer sua exposição. Solicitamos aos próximos depoentes que limitem o período de suas exposições em 10 minutos, para que possamos ouvir os 10 depoentes restantes.

A SRª MARIA DE LOURDES MACIEL - Senadora Marluce Pinto, Senadora Emília Fernandes, Cristina, Dona Nelly, a questão é muito séria e é motivo de reflexão para todos os presentes. Se a escola brasileira fosse adequada, se a escola brasileira fosse interessante, não haveria crianças fora da escola. E foi este o quadro que o Governo do Estado encontrou ao iniciar seu mandato: escolas pouco adequadas, poucos recursos e muitos débitos, uma situação bastante constrangedora para um governante.

Ao assumir, encontrou, no nosso Estado, uma situação - denunciada nacional e internacionalmente - de precariedades de condições da infância e da educação: salários atrasados, salários baixos, poucos professores habilitados e muito pouco trabalho feito em capacitação.

A educação é um serviço público do qual não se pode abrir mão. A Senadora Emília Fernandes colocou muito bem que, nós, como educadoras, ficamos constrangidas com a situação da educação brasileira. Mas é preciso dizer que há um programa, há um projeto, há uma política estadual, para garantir um trabalho como este.

Muito já foi feito, como pudemos testemunhar. No Mato Grosso do Sul, o Programa do Vale Cidadania atinge mais de 50% do nosso Estado. Enquanto nos outros Estados a situação é pontual, neste Estado ela é geral. Atingimos um grande número de escolas. Esta proposta altera a proposta nacional, porque aqui as crianças não ficam somente naquelas escolas que foram construídas para atender às crianças da área rural. As senhoras conheceram escolas que estão atendendo crianças específicas dessa atividade econômica. Temos, em todos os Municípios, nas nossas escolas públicas, estaduais e municipais, crianças freqüentando a escola pública do Município ou do Estado. Esse programa hoje está mexendo com a educação no Mato Grosso do Sul. Estamos trabalhando o Programa de Capacitação dos Professores, e para isso temos uma participação importante da Unicef em cinco municípios. Aqui queremos agradecer a participação da Unicef, que tem colaborado muito. Quando digo da escola brasileira é porque, na verdade, temos uma escolarização muito pequena no Brasil; temos uma jornada de quatro horas, quando os países desenvolvidos têm uma jornada de período integral. O ideal para os cidadãos brasileiros seria que tivéssemos uma jornada ampliada. Que bom que as crianças das carvoarias têm a jornada ampliada!

A avaliação da continuidade desse trabalho é, na verdade, hoje a certeza de que as crianças não voltam para a atividade econômica exatamente porque ficam na jornada ampliada. Esta jornada não entendemos como aula, mas como atividade da educação. A criança carvoeira também tem direito a lazer, a brincar, a uma assistência integral. Nesse sentido, temos trabalhado com recrutamento e capacitação de professores para trabalharem na jornada ampliada.

Com a parceria de outras instituições, estamos trabalhando com os professores numa melhoria também da escola comum. Temos alunos que estão nas diferentes séries e não teríamos condições para montar uma escola específica para esses alunos, e nem é esse o objetivo. É preciso que avancemos. Um dos projetos que estamos desenvolvendo e, na próxima semana, estaremos capacitando é para professores trabalharem dentro de um projeto de aceleração: a adequação idade/série. Essas crianças vêm com uma defasagem bastante grande. Elas precisam ser adequadas a sua idade, trabalhadas dentro desse projeto, para que possamos tê-las na idade/série adequada e começarmos um trabalho de profissionalização.

Hoje a Secretaria de Estado de Educação tem um projeto, junto ao Banco Interamericano, para o estudo e a elaboração de um projeto de financiamento para o ensino médio e para o profissionalizante de todo o Estado. Então, hoje, temos uma política para avançar, de acordo com a nova LDB, e também favorecer as crianças que estão nessa situação de risco. Além disso, hoje, o Governo do Estado tem um programa de transporte escolar. Trata-se de uma ajuda com recurso do Governo do Estado, e já atingimos, dos 77, 76 municípios. Repassamos a todos os municípios não o ideal. Os prefeitos fazem muito mais do que podem, mas o Governo do Estado tem dado uma contribuição efetiva na aquisição de transporte escolar. A jornada complementar tem sido nosso desafio, porque temos necessidade de espaços adequados, precisamos reforçar o Programa de Merenda Escolar, que este ano, nós, secretários, em nível nacional, tivemos que fazer um grande esforço e contamos com os Parlamentares para isso. Havia sido feito um corte no Programa de Merenda Escolar, e aqui de público quero agradecer a participação, principalmente do Congresso Nacional, que nos ajudou muito.(Palmas)

Agora, garantidos nossos recursos, a capacitação de professores tem sido uma preocupação da Secretaria. Estamos atingindo um grande número de municípios, inclusive aqueles onde não há vagas, porque, como política pública, não podemos fazer um trabalho localizado.

Temos de mudar a imagem da educação no Estado, e nossa intervenção é no sentido de que o Vale venha a refletir em todas as escolas públicas do Mato Grosso do Sul, não só na estadual, mas também na escola municipal. Nosso trabalho com os prefeitos é feito em regime de colaboração entre estados e municípios. Temos trabalhado em parceria, ora construindo, ora reformando, ora ampliando, ora repassando transporte escolar, ora colaborando com a merenda escolar, ora conversando sobre questões relativas a professores.

Neste ano temos desafios novos e estamos experimentando o Fundo de Valorização do Magistério. É por isso que essas crianças foram contadas no censo pelos municípios. Até o ano passado, tínhamos uma situação diferenciada, contratávamos os professores. Todos sabem que os alunos são pagos por um coeficiente onde eles estão com o censo. É uma fase difícil, pois mudar é um novo desafio. Temos problemas, precisamos de ajuda e de momentos de reflexão como este. A educação está preparada e preocupada, por isso nossa equipe está toda aqui: a superintendente de educação, a diretora de educação infantil e ensino fundamental, a coordenadora de estatística, minha assessoria, a diretora de ensino médio e o diretor de rede física, que tem percorrido todos os municípios e tem tido o cuidado de recuperar, ampliar, construir. Os novos municípios podem contar também com nosso trabalho, principalmente porque o Vale veio não só para mudar uma situação social, mas uma situação educacional no Estado.

Espero ter contribuído para o debate. Estamos preocupados com as mesmas questões que a Senadora expôs, mas, como educadora, S. Exª sabe que ainda não temos as respostas. Existe um programa de avaliação externa para acompanhar os alunos que estão dentro do Vale e esperamos, com os relatórios, contribuir com o trabalho da SAS e do MEC. A informação será dada à sociedade brasileira, que merece saber como acontecem os programas sociais e qual o resultado que apresenta. É muito difícil avaliar um programa com dois anos, principalmente porque não se sabe exatamente os níveis e os indicadores que se quer.

Estamos numa ação permanente de acompanhamento, mas ainda não temos uma avaliação, que só virá no fim do processo. Esperemos que o ensino profissionalizante e o ensino médio sejam objeto das próximas parcerias. (Palmas)

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Agradecemos a importante participação da Srª Maria de Lurdes Maciel. Não podemos pensar na erradicação do trabalho infantil, se não levarmos em consideração, em primeiro lugar, a educação.

Com muito prazer, passo a palavra à Drª Regina Catarino, do Núcleo de Combate ao Trabalho Infantil.

A SRª REGINA CATARINO - Bom-dia. Na pessoa das Senadoras Marluce Pinto e Emilia Fernandes, cumprimento todos os componentes da Mesa, agradeço pelo convite para participar deste evento.

Represento o Núcleo de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente - DRT-MS, Núcleo esse criado em âmbito nacional pelo Ministério do Trabalho. Por solicitação do Augusto, represento a Comissão Permanente de Investigação e de Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado do Mato Grosso do Sul. O Augusto pede desculpas por não comparecer, por ter agendado uma visita à região de Ribas do Rio Pardo, que não foi feita devido ao tempo.

Desde o início da década de 90, a fiscalização do trabalho vem atuando nas carvoarias e destilarias do Mato Grosso do Sul, a princípio por conhecer a situação de abandono dos trabalhadores e de miserabilidade das famílias. Daí constatou-se o emprego da mão-de-obra infantil, que foi denunciado na imprensa. Os organismos internacionais e nacionais tomaram conhecimento, surgindo, então, uma parceria com Unicef e OIT, que desfraldou toda essa questão, e deu-se início aos estudos e levantamento do número de crianças e quais as condições de vida delas nas carvoarias.

De todo esse trabalho de mobilização, do qual o Mato Grosso do Sul foi pioneiro, surgiu o vale-cidadania. A nossa avaliação do vale-cidadania, como fiscais do trabalho, é de que o seu objetivo imediato de tirar a criança da boca do forno foi atingido de uma forma muito rica. Hoje, a fiscalização vai às carvoarias e, felizmente, não encontra crianças trabalhando.

Como coordenadora do Núcleo, quando sai ação fiscal para o interior do Estado, digo aos colegas: "Procurem crianças!". Eles brincam comigo: "Você quer que encontremos crianças ou que não as encontremos?" Obviamente, queremos o resultado da nossa ação, que é não encontrar crianças nas carvoarias, e isso não temos encontrado. Recentemente, houve uma denúncia na imprensa nacional de que elas teriam retornado; mas estivemos nos locais imediatamente e não constatamos nenhuma criança trabalhando nas carvoarias. (Palmas)

Com relação à Comissão Permanente de Investigação das Condições de Trabalho no Campo em Mato Grosso do Sul, houve melhoria nessa área. As carvoarias de Ribas, Três Lagoas, Água Clara já foram casebres de lona, onde a água era imunda. Voltávamos das visitas a essas carvoarias angustiados por ver aquela situação e, enquanto fiscais do trabalho, impotentes para resolvê-la, porque o nosso único recurso era a autuação e as multas, realmente, vivíamos momentos angustiantes, porque dizíamos para os pais retirarem as crianças do trabalho, mas não tínhamos solução alguma para oferecer-lhes. Não existia escola, nem transporte. Reclamavam da comida, não havia comida. Os trabalhadores eram os eternos devedores dos patrões,

dependiam de que o patrão fosse buscar a comida para trazer-lhes. Era uma situação muito angustiante. Eles trabalhavam com produção e alegavam precisar da mão-de-obra infantil. Nós não alegrávamos os patrões - um deles é nosso amigo e brincávamos que ele tinha duas estradas para a carvoaria: uma para ele e outra para a fiscalização.

O que aconteceu com a nossa ação? Os empregadores resolveram que não queriam mais famílias nas carvoarias, e essas famílias migraram para a periferia das cidades, e um problema social foi criado. Costumo dizer que há um bem e um mal em tudo isso, porque, se eles criaram um problema social à beira das cidades, chamaram atenção para aquelas crianças que antes eram incógnitas no fundo, no meio da mata, na boca do forno. Quando foi levantada a questão e eles começaram a vir para a periferia, foram vistos e reconhecidos como crianças. Foi um sucesso muito grande. Mas nenhuma ação isolada vai erradicar o trabalho infantil, seja ela nas carvoarias ou nas olarias, pois dependem de uma ação articulada da sociedade, do Governo - federal, estadual e municipal - e do empresariado.

Essa é uma análise geral do vale-cidadania. Entendemos que ele tem de ser repensado em algumas questões.

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Agradecemos a participação da Drª Regina Catarina, do TRT, Delegacia Regional do Trabalho.

Só lhe peço que não se esqueça de nos enviar os relatórios sobre o vale-cidadania ainda hoje, se possível; caso contrário, nós os solicitaremos à Primeira-Dama. Gostaria também de conhecer o projeto do Banco Interamericano, sobre o qual falou a Drª Maria de Lourdes.

Gostaria de avisar que, às 11h30min, interromperemos os depoimentos, porque serão assinados os convênios aos quais o Dr. Mulatinho se referiu em seu pronunciamento, com a presença do Governador do Estado, Dr. Wilson Martins, e dos Prefeitos aqui presentes. É um ato que a Comissão tem de valorizar, porque esta CPI está trabalhando exatamente como fiscalizadora do trabalho infanto-juvenil. Como disse inicialmente, não poderemos apresentar às autoridades competentes somente os deslizes; faremos constar do nosso relatório as boas alternativas já existentes, e nada mais justo do que valorizarmos a assinatura desse contrato que servirá de modelo para outros Estados.

Tão logo termine o ato das assinaturas, solicitamos que os Prefeitos e os depoentes permaneçam no recinto, para darmos prosseguimento ao nosso trabalho.

Agora, tenho a honra de convidar o Dr. João José de Souza Leite, da Secretaria de Estado de Cidadania, Justiça e Trabalho.

O SR. JOÃO JOSÉ DE SOUZA LEITE - Srª Presidente, Srª Relatora, Dona Nelly, membros desta Mesa, Srs. Prefeitos, autoridades, senhoras e senhores, ontem tive a grata satisfação de ouvir o pronunciamento, no Palácio do Planalto, do Presidente da República. Sua Excelência lembrou que este é o ano em que comemoramos o 50º aniversário da Declaração de Direitos Humanos e que precisamos promover a igualdade por meio de ações efetivas do Poder Público. A esse evento estavam presentes meninos das carvoarias e crianças negras e índias de Mato Grosso do Sul.

Em todos esses anos de luta para retirar as crianças das carvoarias, criei um processo do conhecimento. Gostaria, então, de começar este depoimento, falando desse processo do conhecimento, dos problemas que enfrentamos, das soluções e, se me restar tempo, do que falta a ser feito; da cobrança dos empresários, não dos que mostraram boa-fé e honestidade em aderir ao programa; da ausência de políticas públicas, bem como de cursos de qualificação profissional para os adolescentes que estão deixando de receber o vale-cidadania.

Inicialmente, este problema pareceu ao Governo de difícil ou impossível solução, porque as famílias eram nômades. Os empresários, por meio de sucessivos "gatos", traziam os trabalhadores para o Estado de Mato Grosso do Sul — particularmente de Minas Gerais —, que ora estavam em um local da mata, ora estavam em outro, porque as carvoarias também são volantes e os locais inacessíveis. Há muita areia, e são 500 mil hectares de eucalipto plantado.

Parecia que não havia como combater, fiscalizar, dar escola, oferecer serviços de saúde, já que as famílias são nômades e as carvoarias volantes. Porém, a partir das denúncias da Comissão Permanente de Fiscalização e de Investigação das Condições de Trabalho em Mato Grosso do Sul, que integra vários organismos do terceiro setor, a Comissão Pastoral da Terra, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura e outros órgãos governamentais da área federal e estadual, começaram a aparecer outras; houve a fiscalização da DRT e o aumento do problema, porque os empresários deixaram de empregar as famílias, e estas, muitas vezes, não voltavam para sua terra de origem, ficando na periferia das cidades.

A DRT e o Ministério Público do Trabalho enfrentaram dificuldades para processar o responsável, porque as famílias estavam ali, mas eram empregadas do "gato", que era empregado de outro "gato", e assim sucessivamente, ou seja, a responsabilidade acabava saindo por entre os vãos dos dedos. Processar quem? Chamar quem à responsabilidade? Dessa forma, foi-se formando esse processo do conhecimento, e houve a primeira situação positiva, graças às ações integradas de entidades governamentais e do terceiro setor no sentido de atacar a cadeia produtiva. Isso é algo muito simples; o óbvio, que à primeira vista parece difícil, é, na verdade, muito simples. Basta lermos o livro **O Crime**, de Agatha Christie: a quem interessa? O crime interessa — ou interessava — às metalúrgicas mineiras.

As metalúrgicas que se localizam em Minas Gerais formam o maior complexo metalúrgico de carvão vegetal do mundo, e a contribuição que geram para o ICM e para o PIB de Minas Gerais é algo extremamente grandioso.

Portanto, atacamos o problema na cadeia produtiva. Primeiro, em Mato Grosso do Sul, houve o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, preparado após várias reuniões anteriores, nas quais vários parceiros governamentais e não-governamentais deram sua parcela de contribuição para os diversos problemas que teríamos de atacar.

A ação efetiva do Governo foi uma visita que o Governador Wilson Martins fez ao Presidente da República. S. Exª entregou-lhe o nome de todos... (falha na gravação) ...infantil nas carvoarias, porque as metalúrgicas mineiras usam o carvão para fazer componentes do aço. No final da cadeia produtiva, estavam as montadoras de automóveis, as que têm suas sedes no exterior, em países que estão muito preocupados com a exploração da mão-de-obra infantil.

Houve várias ações. A Fundação Abrinq, por exemplo, patrocinou uma reportagem na revista **Atenção**, na qual mostrava o percurso do carvão vegetal, a partir de Mato Grosso do Sul. Enfrentamos, assim, esses problemas e buscamos as soluções.

Gostaria de apresentar três situações. Existia a crença de que o trabalho infantil é bom; tivemos de enfrentar esse preconceito. Todos com quem conversávamos diziam que o trabalho infantil é bom, porque a criança que está trabalhando não rouba, não está por aí nos bares, nas esquinas etc, tornando-se um marginal. Esse preconceito da sociedade em relação ao trabalho infantil tornou muito difícil a nossa atuação, mas estamos vencendo-o.

O Governo começou a cumprir o seu papel na parceria, atacando o problema, mas tivemos dificuldades em enfrentar a cultura de que tudo o que o Governo faz é errado.

Organismos não-governamentais e parcela da imprensa estão contaminados por essa cultura.

Entretanto, conseguimos, ao final, estabelecer uma parceria de contribuição. Os organismos não-governamentais fazem as críticas, mostram que o Governo está errando, indicando onde o vale-cidadania não chegou e quais os lugares em que o pagamento está atrasado. Hoje, superamos aquela posição cultural.

Pensa-se ainda que o Poder Público deve ser responsável pela solução de todos os problemas. Ora, estamos em uma fase da administração pública brasileira e de desenvolvimento da sociedade em que isso não é mais possível. O Governo não é mais o pai, o provedor. É preciso, particularmente nas políticas públicas e sociais, que haja integração, parcerias dos organismos não-governamentais, das personalidades, etc.

Apresento, em síntese, as soluções encontradas:

1ª) Atacamos o problema na cadeia produtiva e não localmente;

2ª) Criamos a gestão compartilhada para garantir a transparência dos recursos, porque o dinheiro vem de Brasília, passa pelo Estado, chega ao Município, e não se sabe quem é o beneficiado, se é o padrinho do político, por exemplo. A gestão compartilhada dá transparência a esse processo. As comissões municipais examinam quem vai receber, analisando o relatório do professor e vendo quem assistiu às aulas, etc;

3ª) Estamos criando, no Estado de Mato Grosso do Sul, uma rede social para eliminar o problema da erradicação do trabalho infantil – isso é muito importante.

Na minha modesta avaliação, é preciso integrar as parcerias faltantes. Houve um esforço enorme da Fundação Abrinq – Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos – para trazer até aqui representantes das montadoras de automóveis. Até agora, não tenho notícia de uma atuação, de uma contribuição mais efetiva dessas montadoras para solucionar esse problema.

Temos exemplos emblemáticos de empresários que aderiram ao programa, que melhoraram as condições de vida dos trabalhadores, mas parece-me que não se trata do conjunto do empresariado. Ouvi dizer que não há mais "gato", mas há as cooperativas de mão-de-obra exploradoras de trabalhadores, que pensam que estão legalizados, mas que não têm o **affectio societatis** – eles não sabem que são cooperativados. Há uma série de situações desse tipo.

Deve ser mais efetiva a parceria entre o empresário local e o empresário do último elo da cadeia produtiva, que são as montadoras. É necessária também a integração de outras políticas públicas, de outros organismos federais, estaduais e até municipais.

A Secretaria de Cidadania, Justiça e Trabalho está articulando-se no sentido de usar os recursos do FAT – Fundo de Apoio ao Trabalhador –, para que possa fornecer cursos de qualificação profissional aos adolescentes que saem do vale-cidadania e que têm de ingressar no mercado de trabalho.

Trata-se de um projeto novo, pois acabo de chegar à Secretaria. Pretendemos chamar o restante dos parceiros públicos e privados, a fim de adiantarmos o trabalho.

Agradeço a oportunidade de me pronunciar nesta ilustre Comissão.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Agradecemos a participação do Dr. João José de Souza Leite.

Temos a honra de interromper os nossos trabalhos para assistirmos à cerimônia da assinatura do convênio, que será presidida pelo Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, Dr. Wilson Martins.

A SRª EMILIA FERNANDES - Retornaremos, em seguida, aos demais depoimentos, para que os Prefeitos possam acrescentar algo ou contar mais da sua realidade, porque, às vezes, uma alternativa que está sendo construída em um Município pode ser estendida a outro. (Pausa)

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Tenho a honra de convidar a Drª Eloisa Castro Berro, representante do Unicef, a quem concedo a palavra.

A SRª ELOISA CASTRO BERRO - Cumprimento a Mesa, presidida pela Senadora Marluce Pinto, demais autoridades e cada um dos presentes.

Primeiro, eu gostaria de dizer que represento um convênio do Unicef com a Universidade Católica Dom Bosco. A Universidade, por meio do Departamento de Serviço Social, vem desenvolvendo um trabalho de encontros com carvoeiros, encontros de agentes sociais, desde 1996. Desses encontros, têm saído documentos e propostas. É uma proposta construtivista, em que as pessoas participam ativamente e elaboram documentos.

Mais ou menos nessa época, em 1996, também foi encomendado pelo Unicef um trabalho para a agência Terra. Esse trabalho sobre a produção do carvão foi realizado aqui na microrregião de Três Lagoas, e dele resultou um documento. A Universidade fez um cartaz com um resumo desse documento, enfocando principalmente as questões de saúde. Como sabemos, o carvoeiro tem sérios problemas de saúde, decorrentes de sua atividade laboral. Ele carrega muito peso, está exposto a um calor muito intenso, radiações solares, fumaça e gases. Todos os perigos dessa atividade foram levantados no documento e estão em um cartaz, que foi amplamente divulgado, e eu trouxe aqui para os presentes.

Por todos esses trabalhos da Universidade, foi feito esse convênio com o Unicef. Então, desde julho do ano passado, o Unicef tem uma sala de coordenação de trabalhos aqui, de acompanhamentos dos seus projetos. Temos o projeto de acompanhamento às famílias, temos a Pastoral dos Migrantes - isso só na periferia de Ribas do Rio Pardo, pois sabemos que muitas pessoas, muitas mulheres e crianças vieram para essa periferia. A Promosul também desenvolve um projeto de acompanhamento de famílias, orientação, mas, aí, já é um trabalho mais itinerante, em várias carvoarias. Além desse acompanhamento de famílias, há uma frente de capacitação de professores. É um belo trabalho que está sendo desenvolvido pela Secretaria de Educação do Estado e pela Associação Nacional de Cooperação Agrícola. Capacitamos professores nas disciplinas Português, Matemática, também na jornada complementar, na dobrada, com o Sempec, auxiliando esse professor a entender melhor essa realidade, que é diferente das outras, ajudando-o a ter um senso crítico melhor dessa realidade.

O que está acontecendo agora com os recursos do Unicef? Já são quatro anos de investimento. Os recursos são do comitê alemão e terminam agora no mês de junho; encerram-se as atividades por conta da finalização dos recursos. O comitê alemão alega que dá o empurrão inicial e depois os Estados e os Municípios têm de continuar esse trabalho. Realmente, os Municípios assumiram e assumem cada vez mais. O Estado está buscando ampliar essas capacitações, mas o Unicef ficou restrito a cinco municípios somente. São trinta e, agora, há essa ampliação. Então, é um trabalho pelo qual parabenizo os parceiros. É um excelente trabalho que a Secretaria de Educação está ampliando e precisa ampliar ainda mais. Faço aqui um apelo para que a ampliação continue. Não tenho possibilidade de dizer, agora, se esse investimento continua. Por enquanto, houve investimento de quatro anos do comitê alemão, que se encerra agora em junho, e a Pastoral já encerrou os trabalhos. Pode ser, estamos lutando para obter novos investimentos, mas não sabemos se conseguiremos ou não.

A coordenação continuará até dezembro. Temos um boletim informativo que divulga os trabalhos do Unicef e também os da SAS. Na última edição - o jornal sai a cada dois meses - publicou-se uma entrevista com o Vandir, da SAS e entrevistas com a Comissão. Procuramos, em linhas gerais, informar como se encontra o trabalho nas carvoarias hoje.

Em um trabalho construtivista, a Universidade reuniu os carvoeiros, levantou dados e elaborou um documento com propostas. A primeira, importantíssima, é a fiscalização pelos órgãos competentes, para que todos os trabalhadores tenham carteira assinada.

A segunda proposta - que considero surpreendente - é uma nova fiscalização nas cargas de carvão, visando o recolhimento do ICMS, para que esse benefício retorne para suas famílias. Eles acreditam ser necessário haver uma maior fiscalização do Estado para que haja mais arrecadação desse imposto, melhorando seu nível de vida.

Pedem cursos profissionalizantes, como já foi falado, e que haja um incentivo ao reflorestamento; os carvoeiros têm consciência de é preciso reflorestar.

Nesta semana, o Cláudio Guerra, de Belo Horizonte, que fez esse estudo da produção de carvão no Mato Grosso do Sul, telefonou dizendo que está trabalhando na região de Minas Gerais, e que lá a situação está dificílima, está faltando emprego e a população está na miséria. Então, sabemos que acabando aqui, eles não poderão voltar. Essa preocupação aparece em todos os encontros dos trabalhadores. Portanto, incentivos ao reflorestamento são a garantia dessa atividade e, conseqüentemente, de seus empregos.

Outra proposta refere-se ao saneamento. Por serem volantes, as condições de saneamento das carvoarias são precárias.

Eles também consideram a organização entre eles muito complicada. Querem apoio do Estado nesse sentido, para que o sindicato se articule melhor na região, para que, assim, eles consigam ser mais fortes como grupo e possam desenvolver um trabalho melhor à frente dos sindicatos. Para tanto, solicitam, urgentemente, o auxílio do Estado.

Ao encerrar, entrego este documento, resultado do encontro com os carvoeiros. Participaram de sua elaboração as representantes da Promosul, Márcia, e da Pastoral, Andréa. Havíamos planejado fazer a entrega formal do documento com a presença dos trabalhadores, mas, com a vinda da Comissão, nós nos adiantamos e entregamos, neste momento, tanto para a Comissão quanto para o representante do Governo. E a Subcomissão de Fiscalização das Condições de Trabalho de Três Lagoas pediu-nos para entregar, junto com o documento, as normas técnicas de segurança e higiene específicas para o trabalhador carvoeiro e pedem que esse material seja divulgado.

Aproveito para entregar os três boletins informativos, que divulgam os trabalhos que vem sendo desenvolvidos, pelos parceiros do Unicef, pela Comissão, pelo Governo. Temos também uma cartilha, que está sendo trabalhada com a população carvoeira, em peças de teatro de bonecos, com crianças e professores, que traz orientações principalmente sobre saúde.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Agradecemos a participação da Drª Eloisa e passamos a palavra... (falha na gravação)

O SR. EMERSON - ...a Drª Maristela, Procuradora-Chefe da Regional do Trabalho em Mato Grosso do Sul, não pôde estar presente, porque está participando de um curso em Turim, na Itália. Como substituto, espero bem representar o Ministério Público.

Nas pessoas das Senadoras Marluce Pinto e Emilia Fernandes, cumprimento os presentes.

Ressalto o que foi dito pela Exmª Srª Senadora Emilia Fernandes: "as mulheres aqui em Mato Grosso do Sul são muito atuantes.

Foi-me solicitado que prestasse informações a respeito do trabalho infantil no Estado do Mato Grosso do Sul, enfatizando a atuação do Ministério Público do Trabalho. Com esse desiderato, dividi essas informações em três pontos básicos.

Em primeiro lugar, irei tecer alguns comentários sobre o trabalho infantil e o trabalho adolescente no panorama mundial e nacional. Após, irei externar a forma de atuação do Ministério Público do Trabalho, indicando as funções basilares por meio das quais o **Parquet** trabalhista se pauta, principalmente em Mato Grosso do Sul. Por fim, na terceira e última parte da explicação, irei falar a respeito da situação do labor infantil no Estado do Mato Grosso do Sul sob a ótica do Ministério Público do Trabalho, finalizando com a questão do Programa do Vale-Cidadania, que se encaixa naquela idéia maior do projeto de renda mínima, citado anteriormente.

Voltando aos albores do Direito do Trabalho, é fácil constatar que a legislação protetora do trabalhador começou a ser erigida exatamente com a proteção ao menor de idade, à criança e ao adolescente, segundo a terminologia correta que deve ser adotada e pela qual o Ministério Público se pauta. No direito inglês, no início do século passado, surgiu a primeira norma punitiva do direito do trabalho e que se referia exatamente à proteção do trabalhador criança e adolescente.

Dando um salto na história, chegando mais próximo da nossa realidade, o Brasil, embora possua problemas com envergadura continental como seu próprio território, foi um dos precursores da atual doutrina que vinga no âmbito internacional acerca do trabalho infantil, a denominada doutrina da proteção integral. Essa doutrina está positivada no art. 227 da Constituição Federal.

"Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

A consagração desse princípio da proteção integral substituiu aquela política do assistencialismo parcial, quer dizer, aquela idéia do menor de idade.

Certa vez foi publicado em jornal de grande circulação nacional, estampando em manchete: "Menor assalta criança".

Pode-se verificar, inclusive pela própria terminologia, pois temos que nos pautar por essa terminologia. Por quê? Porque há necessidade de uma mudança cultural no trato do trabalho infantil, e o projeto Vale-Cidadania vem ao encontro dessa mentalidade, que é também a mentalidade do Ministério Público, não só no Mato Grosso do Sul, mas também em âmbito nacional.

No âmbito mundial, o Brasil foi o precursor dessa teoria da proteção integral. Somente na Convenção de 1989, em Nova Iorque, o mundo positivou a idéia da proteção integral ao trabalhador infante.

É bom que se afirme também que a redação do mencionado art. 227, que fiz questão de citar, nasceu não de um projeto político-partidário, mas sim da colheita de assinaturas da população em geral; nasceu, efetivamente, de uma aspiração da sociedade organizada. É bom frisar isso muito bem. A sociedade civil, mobilizada, deve fazer muito mais pela criança e pelo adolescente do que o Ministério Público, do que o Ministério do Trabalho, do que o Governo, de uma forma geral.

Por esse motivo, a importância da politização da sociedade, da divulgação do trabalho infantil e da proteção ao trabalho adolescente. Esse é, inclusive, o motivo determinante da

marcha global para a erradicação do trabalho infantil, que é promovida pela OIT, que tem como representante sul-americano um Procurador Regional do Trabalho.

Embora, teoricamente, no mundo das idéias, o Brasil esteja localizado no Primeiro Mundo - e aqui devo citar o jornalista Joelmir Beting - a teoria na prática é outra, ou seja, existe um grande hiato entre a norma abstrata e a realidade concreta.

É necessário que ocorra uma mudança na mentalidade do povo brasileiro. É necessário que seja derrubado o mito de que é melhor a criança trabalhando, efetivamente, - aqui faço questão de repetir -, ainda que em condições inadequadas à sua capacidade física e psíquica, do que ficar à toa na rua. Essa mentalidade precisa ser mudada. É necessário desmistificar e quebrar esse tabu, o que somente será possível com uma ampla campanha de divulgação da doutrina da proteção integral, da total vedação ao trabalho do menor de 14 anos, que, inclusive, é objeto de um projeto de emenda constitucional, a fim de proibir o trabalho da criança, até mesmo na condição de aprendiz, ainda hoje permitido, infelizmente. O Ministério Público do Trabalho defende a Convenção nº 138: a idade mínima de 15 anos.

Explicado esse aspecto internacional e até mesmo nacional, entrarei na segunda parte da minha explanação, que talvez seja o ponto principal: falarei a respeito do Ministério Público do Trabalho.

Diz o art. 127 da Constituição:

"Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis."

Assim sendo, cabe ao Ministério Público a proteção ao menor de idade. Segundo Mahatma Ghandi, "a grandeza de uma nação é calculada pelo tratamento que esta nação dispensa às minorias." O menor é incapaz e não sabe manifestar as suas vontades. Daí a importância de nós brasileiros cuidarmos dessas minorias.

O Ministério Público atua, basicamente, na via judicial, como órgão agente ou **dominis vitis** e também como órgão interveniente ou **custus legis**, ou seja, o Ministério Público, na esfera judicial, pode promover a ação como autor, para proteger os interesses da criança ou do adolescente, que trabalha sob o regime celetista, ou ainda naqueles feitos em que é interesse do menor de idade envolvido e que irá atuar como fiscal da lei. O Ministério Público está emitindo uma opinião para que possamos decidir.

Essa atuação visa, exatamente, a dar concreção àquele preceito, que é o preceito metajurídico da proteção integral à criança e ao adolescente. Entretanto, fora essa atuação judicial, o Ministério Público ainda pode atuar sobre três outros prismas. Quais são eles? Primeiro, a atuação do Ministério Público - essa é a parte mais importante - é punitiva e repressora. Ele age visando a coibir o acolhimento de ocorrer uma lesão ao interesse da criança e do adolescente trabalhador, assim fazendo uso judicial, seja como órgão agente ou como órgão preveniente.

Inclusive já foi dito por outros doutrinadores que o Ministério Público é a última... (inaudível) ...no que tange à repressão de alguns segmentos trabalhistas, uma vez que se deve utilizar de todos os órgãos, antes de se chegar ao Ministério Público, até mesmo porque ele protege, realmente, os bens maiores da sociedade, que são os interesses coletivos do povo e os individuais das famílias. O Ministério Público, na sua atuação repressora e punitiva, priva exatamente e dá o exemplo. Mas a sua atuação não é somente essa.

Temos também uma atuação de coordenação, ou seja, de monitorar os diversos setores sociais no sentido de se estabelecer o direito jurídico e de se atender as necessidades, tanto do capital como do trabalho, como... (inaudível) ...de arrefecer essa tensão que existe entre capital-trabalho.

Essa atuação ocorre... (inaudível) ...institucionais do Ministério Público do Trabalho previstas... (inaudível) ...e que não estão sendo utilizados em toda a sua plenitude.

Enfim, esse critério da atuação do Ministério Público tem a função orientadora, que não é a primordial, mas também é necessária. É necessário que ocorra a divulgação da atuação do Ministério Público, principalmente no esclarecimento acerca de suas atribuições, do Ministério Público do Trabalho especialmente, da correta vocalização e interpretação do ordenamento jurídico pátrio.

É com base nessa função orientadora ou divulgadora que o Ministério Público tem de ter também - já foi dito várias vezes aqui - esse interface com a sociedade. Temos de captar o que a sociedade está necessitando e assim agirmos. Nossa atuação não é uma atuação política - vamos frisar isso desde imediato. Nós somos membros concursados; compomos um órgão técnico, mas esse órgão técnico é advogado da sociedade. Por isso, e toda vez que é necessária a presença do Ministério Público, não nos recusamos a comparecer; estamos sempre acompanhando de longe o que está acontecendo, ou de perto, para tomar as providências judiciais cabíveis que são necessárias.

Por esse motivo, estou aqui explicando a respeito do trabalho infantil no Mato Grosso do Sul. E a Procuradoria Regional do Trabalho, criada em 1993, tem feito um trabalho muito profícuo. Acredito que a Procuradoria Regional do Trabalho no Mato Grosso do Sul é uma das Procuradorias mais atuantes do País. Tenho comparado com outras regiões e fator principal, nesse interface que deve haver com a sociedade é que o Ministério Público deve procurar monitorizar ou mapear o trabalho infantil no Mato Grosso do Sul, para que possa identificar, distinguir e indicar as atividades onde está ocorrendo o problema.

Estou fazendo, atualmente, um relatório, que ainda não está completo, - e vou enviá-lo para a Procuradoria-Geral em Brasília - a respeito do trabalho infantil. Inclusive, estou tendo dificuldades, porque a Drª Estela é quem cuida mais dessa área. Entretanto, como sou pantaneiro e fui fiscal do trabalho, sei, mais ou menos, o que está acontecendo na região e podemos dividir os problemas do trabalhador adolescente e do trabalho infantil em duas áreas: a do campo rural e a urbana.

No campo rural, os problemas, os procedimentos judiciais e pré-judiciais foram detectados onde? Nas carvoarias, na colheita de braquiária, nas destilarias de álcool, na colheita da erva-mate e na colheita de algodão.

A Procuradoria Regional do Trabalho tem procedimentos pré-judiciais e judiciais atinentes às carvoarias, à colheita de braquiária, ao labor em usinas de álcool e à colheita de erva-mate. Esses procedimentos referem-se ao trabalho infantil e ao trabalho adolescente.

Dessas ações podemos dizer que a realidade atualmente encontrada nas carvoarias, na colheita de braquiária e de erva-mate evoluiu muito, se comparada a anos anteriores, graças, principalmente, à atuação enérgica de todos os poderes constituídos, nos quais se integra também o **Parquet** trabalhista, as ONGs, enfim, a sociedade civil organizada.

Quando o Ministério Público foi criado em 1993, ele teve de priorizar alguns setores, como o rural. Hoje, estamos voltando as nossas atuações para a área urbana. Como estamos nessa tarefa de delimitação de metas, a atuação do Ministério Público ainda está um pouco pulverizada, porque não existe ainda um diagnóstico que venha a indicar os pontos nos quais deve haver intervenção do Ministério.

Vislumbramos, na área urbana, irregularidades na indústria moveleira, nas cerâmicas, nas serrarias, nas panfletagens ou nos jornaleiros, nas patrulhas mirins e nas entidades assistenciais — na esfera destas últimas, há denúncias de que a criança e o adolescente têm sido utilizados como mão-

de-obra barata, sem haver qualquer preocupação com projetos educativos.

Outro ponto que causa apreensão ao Ministério Público é o princípio da isonomia na fiscalização da convenção e do acordo coletivo, a fim de que o menor não receba remuneração inferior à percebida pelo trabalhador adulto, conforme dispositivo existente no ECA. Atuamos de forma muito contundente nesse ponto e, hoje, podemos falar que não há essa discriminação em acordos e convenções coletivas.

Mas nem tudo são problemas. É necessário enfatizar que o Vale-cidadania é um projeto que vem obtendo excelentes resultados, principalmente no que tange à atividade cravejadora das regiões de Água Clara e Ribas do Rio Pardo, cujos empregadores recentemente firmaram um acordo judicial — um reconhecimento do pedido — com a Procuradoria Regional do Trabalho, num processo judicial, efetivando o registro de 400 laboristas adultos que antes estavam na informalidade.

Externarei a opinião do MM. Juiz do Trabalho do Pará, retirada de uma palestra sua a que assisti em São Paulo. S. Exª apontou cinco problemas que podem ocorrer com relação ao vale-cidadania. Essas indicações que farei são apriorísticas ou teóricas. Desconheço se estão ocorrendo na realidade, porque a função de controle desse benefício é tarefa de outros órgãos governamentais e da sociedade civil. Mas, como a presente reunião é a respeito desse assunto, vou me atrever a tecer algumas considerações.

O primeiro ponto abordado pelo referido Magistrado — que já foi analisado — é a questão da corrupção. Deve haver muita transparência, como foi acentuado pelo Dr. João no envio desse dinheiro para seu destino.

O outro, que acredito não ter sido salientado ainda, é referente ao comodismo do adulto, que pode acarretar um fisiologismo, um paternalismo ou um assistencialismo. O adulto pode passar a depender desse salário e não se mobilizar, ficando acomodado, como ocorreu com o trabalhador brasileiro a partir da vigência da CLT de 1943.

Outra questão diz respeito à provisoriedade — ou temporariedade — do plano, que é um paliativo. Temos forçosamente de concluir isso, embora ele seja necessário, útil e merecedor dos mais altos encômios. Há que se vislumbrarem novos horizontes para que ocorra um desenvolvimento sustentado do trabalhador.

Esse projeto, teoricamente, pode vir a não incentivar o esforço do menor na escola. Pode-se estar produzindo sua presença e não a nota — já se ressaltou a questão da qualidade da escola a fim de que ocorra um desenvolvimento sustentado.

Por fim, o vale-cidadania pode causar uma espécie de incentivo ao trabalho infantil, funcionando como uma faca de dois gumes. O brasileiro tem uma certa tendência ao "jeitinho brasileiro". Já se falou, em conversas informais, sobre uma reportagem, há algum tempo, feita em Mato Grosso do Sul, em que uma menor ameaçou trabalhar se não viesse o vale-cidadania. Então, não pode ocorrer o fisiologismo. O que deve haver é o desenvolvimento sustentado.

Terminando a explicação, acredito que a sociedade civil mobilizada, repito, pode fazer muito mais do que o Governo pelo trabalho da criança e do adolescente. Refiro-me inclusive a nós, membros do Ministério Público.

Muito obrigado. (Palmas!)

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) — Agradecemos a participação do Dr. Emerson Marinho Chaves e convidamos o Professor Hilton Paulino Júnior, da Delegacia do MEC. (Pausa)

Como não se encontra presente, concedo a palavra ao empresário Geraldo Mateus, da Carvoaria Anamona Ltda., para prestar suas declarações.

O SR. GERALDO MATEUS - Antes de tudo, cumprimento a Mesa bem como todos os participantes e agradeço o convite de vir a esta reunião. É a primeira oportunidade que tenho de estar com os Senhores. Estou grato pelas parcerias que venho recebendo e pelo vale-cidadania, que ajudou bastante a melhorar as condições de vida da nossa carvoaria. Foi o que deu início à mudança da imagem negativa dos nossos Municípios, do Estado do Mato Grosso do Sul e do Brasil. Vários órgãos internacionais vinham discriminando-nos, e a dificuldade era realmente maior.

Isso não ocorreu por minha vontade ou pela dos Senhores. Houve melhora somente devido à participação de todos, à criação do vale-cidadania e à parceria com a escola, que foi meu primeiro trabalho. A criança de hoje, a qual todos estamos assistindo, pode ser o nosso futuro. Amanhã, ela pode estar auxiliando-nos também.

Atualmente, graças ao acordo que firmamos com o Ministério Público, à parceria com a DRT, ao apoio de fiscais e de vários outros órgãos, estamos com todo o pessoal registrado, com carteira assinada.

É complicada a contratação de médico do trabalho em Campo Grande até a carvoaria — todos que estiveram lá viram nossa dificuldade. Nas cidades, de modo geral, a mão-de-obra é de pouca cultura; as pessoas não têm documento. Está-se concedendo, a título de apoio, uma carteira provisória por noventa dias. Pergunto: o que acontecerá quando esse prazo esgotar-se? Setenta por cento dessas pessoas não conseguiram documentos. Eles não têm interesse, embora estejamos sempre incentivando, cobrando, ameaçando demiti-los. Mas, se fizer isso, criarei um problema social imenso e um problema dentro da minha carvoaria. Por isso, queremos nos reunir com a DRT para sabermos como proceder daqui para frente.

Temos recebido grande apoio da Prefeitura Municipal e, além disso, vários órgãos estão-nos ajudando. A Primeira-Dama cooperou muito conosco em 1986, no começo da escola no garimpo. Toda a equipe vem colaborando, mas ainda há dificuldades, como a das estradas. Para nós, continua penoso darmos assistência ao trabalhador e obtermos nossa própria produção. O Prefeito tem-nos apoiado muito, assim como o Estado, mas são regiões nas quais, devido à grande quantidade de areia, não se consegue ter uma estrada boa. Inclusive, quando acontece um acidente de trabalho ou outro problema dessa natureza, é extremamente difícil levar a pessoa para onde haja recursos, em razão da distância a ser percorrida.

Outro problema é que o carvoeiro não tem crédito algum, não temos financiamentos. Para melhorar nossas condições, há de ser com recursos próprios, que são muito restritos. Há uma crise internacional enorme — havendo até concorrência — quanto ao produto final do ferro-gusa, feito com carvão. Enfrentamos grandes problemas para vender o carvão.

Mas tem sido muito gratificante essa parceria com todos. Tive bastante apoio. Não fiz a escola sozinho, mas em parceria com a Prefeitura e com todos. Tenho de agradecer a todos por termos alcançado esse ponto, embora ainda tenhamos condições de melhorar muito. O nosso primeiro passo foi exclusivamente retirar os menores do trabalho e considero zero o número de menores entre 14 e 16 anos trabalhando. Atualmente, o pessoal está registrado, estamos em fase de EPI, porque não se faz tudo de uma vez com recursos próprios e sem financiamento. É muito fácil querer fazer exame técnico ou outras exigências. Embora eu tenha tido muito apoio, as dificuldades são grandes para fazer tudo. Deixei de me empenhar porque se tenho um trabalhador que está com saúde o sucesso dele é o meu também. Se houver uma pessoa doente, quanto mais dificuldades ela tiver, maior será a minha também em produzir e sobreviver.

Em primeiro lugar, quero agradecer a todos pelo apoio e sugiro que os novos empresários e outras pessoas que estão no ramo carvão que acompanhem esse trabalho que fizemos no

garimpo e que teve o apoio do Prefeito e de todos vocês que nos ajudaram bastante. Chegamos a este ponto com muita luta, tanto eu como empresário, assim como todas as entidades que desempenharam esse papel gratificante.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Agradecemos a participação do Sr. Geraldo Mateus. Foi exatamente em sua empresa que estivemos ontem e vimos de perto o trabalho que está sendo executado no garimpo, com a participação do empresário, da Prefeitura Municipal, do Governo do Estado e em nível nacional.

Passamos a palavra ao Dr. Mário Marques Ramires, Coordenador e Executor do Programa para a Erradicação do Trabalho Infantil em Carvoarias.

O SR. MÁRIO MARQUES RAMIRES - Boa-tarde, Senadora Marluce Pinto, Presidente da Comissão e demais integrantes da Mesa.

Falarei em nome da Coordenação do PAI - Programa de Ação Integrada para Erradicação do Trabalho Infantil no Mato Grosso do Sul e vou-me permitir, a esta altura, fazer um depoimento formal e oficial, mas, ao mesmo tempo, bastante pessoal de tudo o que estamos observando em todo o processo. Sou jornalista profissional e professor universitário e acompanho a construção de todo este trabalho que está em discussão desde o início do Governo em 1995, como Secretário de Estado de Comunicação e, a partir de abril de 1997, como Assessor Especial da Governadoria e, faz um mês, como responsável pela Coordenação do PAI, uma vez que o Coordenador até então, o Dr. João José de Souza Leite, que fez o seu depoimento hoje, teve de assumir a Secretaria de Estado de Justiça.

Uma observação que entendo ser de grande importância, depois de tudo o que ouvimos, é que percebemos nesse processo todo que, acima de todos os compromissos que existem, das intenções, das obrigações institucionais nesses aspectos sociais do Brasil de hoje, sentimos que as coisas realmente funcionam quando nessas instituições há pessoas que têm a consciência, o desprendimento e a sabedoria de levar adiante os compromissos institucionais, mas que, particularmente na História do Brasil, nos acostumamos a ver décadas e décadas passarem sem que eles se concretizem, como foi enfatizado hoje de manhã pelo Governador.

Sentimos que todas essas experiências em torno do vale-cidadania que estão sendo desenvolvidas, tanto as que já vinham sendo realizadas antes como trabalho de denúncia, de levantamento da situação, assim como todas as ações e os programas que esperamos venham depois, realmente só estão ocorrendo porque há uma conscientização da importância de se atacar esse problema, tanto em relação à infância quanto com relação às más condições de trabalho.

A coordenação do PAI foi criada por sugestão do Fórum Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil, em 1995, para auxiliar na articulação das ações, das parcerias e, de certa forma, para garantir o compromisso do Governo do Estado com todas essas ações. Entendeu o Fórum Nacional que, sem a participação efetiva dos órgãos do Estado, seria difícil compor essa parceria com Prefeituras, ONGs e Governo Federal para desencadear esse processo. O Coordenador do PAI é designado pelo próprio Governador que tem a função de remeter a ele qualquer problema que eventualmente ocorra no desenrolar dos trabalhos.

Como o próprio programa, o trabalho da Coordenação também tem sido criado e construído no dia-a-dia das ações. Às vezes, a Coordenação tem de tomar a frente das decisões e, em outras, tem de se colocar na retaguarda e deixar que as coisas caminhem no trabalho concreto do dia-a-dia. Percebemos que esse trabalho de coordenação, de articulação é talvez o maior desafio de uma parceria que se vai tornando cada vez mais ampla e, para isso, não existe um manual, uma metodologia estabelecida e temos que descobrir quotidianamente.

Temos sempre a preocupação com a versatilidade quanto ao formalismo do trabalho de coordenação. Conheço em parte e estou respondendo a uma questão formulada pela Senadora sobre como temos trabalhado na articulação dos diversos parceiros. A Comissão de Investigação tem seu critério, seu sistema de trabalho, com reuniões periódicas, relatórios periódicos e a Comissão do PAI, em alguns momentos, teve reuniões constantes e permanentes. Algumas vezes, essas reuniões eram feitas somente com os parceiros diretamente envolvidos naquela ação, enfim, com uma informalidade talvez até um pouco maior em função de uma preocupação maior com a execução das ações. Quando os problemas se tornavam um pouco mais complexos ou os períodos exigiam uma avaliação um pouco mais complexa geralmente realizávamos seminários e reuniões de avaliação como devemos inclusive fazer nas próximas semanas.

Sentimos que há, com a ampliação das quotas e uma série de novos fatos que vêm ocorrendo, uma preocupação dos diversos parceiros em retomarmos aquele plano inicial que foi decidido no Fórum Nacional em outubro de 1995 que muito bem colocou a questão do combate ao trabalho infantil, das ações educacionais, das ações de saúde. Vimos procurando cumprir aquele plano que precisa ser reavaliado, redimensionado. Já temos uma experiência adquirida que nos permite avançar um pouco mais nas questões metodológicas.

Esse desafio do trabalho infantil já foi bastante explanado na parte da manhã e os senhores já devem ter um conhecimento suficiente do histórico dessas questões, mas é importante enfatizar ainda que esse compromisso do Governo do Estado com a solução para o problema do trabalho infantil já constava do programa do atual Governador. "Lugar de criança é na escola", bem como a preocupação com a situação social nas carvoarias, tanto que, logo após a posse, em janeiro de 1995, o Governador determinou à Secretaria de Justiça fazer um levantamento dessa situação juntando, inclusive, aos levantamentos que haviam sido feitos, fotos aéreas, uma série de outros indícios e algumas providências que ainda não tinham sido tomadas pelo Estado. Ao mesmo tempo, o Governador, desde o início, solicitou ao seu secretariado e a sua assessoria que buscasse formas de elaborar um programa amplo e completo para melhor atendimento à infância e à adolescência do Estado.

Isso está sendo mencionado para esclarecer realmente a preocupação do Governo do Estado com relação aos problemas que já existiam. E eu faço questão de, mais à frente, inclusive respondendo também a uma outra questão formulada pela Senadora na parte da manhã, dizer como está sendo feita essa abertura maior da abordagem da questão da infância além do trabalho efetivo.

É importante enfatizar realmente que, além de toda a vontade política do Governo – no nosso entender, faltou em tempos anteriores, daí o agravamento dos problemas –, foi fundamental nesse processo a repercussão das denúncias promovidas pela Comissão Estadual de Investigação das Condições do Trabalho em Mato Grosso do Sul - que já havia sido constituída cerca de 2 a 3 anos antes - e, em segundo lugar, a capacidade de articulação no trabalho muito bem desenvolvido pelo Fórum Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil, que elegeu as crianças das carvoarias de Mato Grosso do Sul como prioridade para o ano de 1995.

Contribuiu também muito para o andamento dos trabalhos a resposta imediata dada pelo Governo Federal através da SAS do Ministério da Previdência e do Ministério do Trabalho, de outros órgãos da administração federal e do próprio Presidente da República, como vimos hoje de manhã, que demonstraram, desde o início, grande sensibilidade, grande disposição para

trabalhar conjuntamente, com o Governo do Estado, prefeituras municipais e demais parceiros não-governamentais no enfrentamento desse problema.

Ao mencionar as prefeituras, é importante que se enfatize realmente a importância que está tendo o posicionamento adotado pelos prefeitos de Mato Grosso do Sul, convocados para essas ações. Eles, inclusive, além de todas as dificuldades inerentes a essa atribuição de maior responsabilidade das prefeituras municipais, que vem ocorrendo desde a nova Constituição, sentimos também que muitas vezes as prefeituras, os prefeitos, as entidades municipais têm de superar, além das limitações das dificuldades naturais que ocorrem num processo como esse, muitas diferenças de pontos de vista, de metodologias e mesmo de posicionamentos político-partidários. Quanto a este último aspecto, temos de prestar uma homenagem especial a alguns parceiros que têm conseguido, com grande esforço pessoal, manter uma postura bastante positiva de contribuição efetiva ao andamento dessas ações, em respeito aos interesses da população a ser beneficiada e tendo de conseguir isso, mesmo não tendo um posicionamento político-partidário de radical oposição ao Governo Federal e ao Governo Estadual.

Temos de reconhecer que, em alguns momentos, as pessoas que conseguem, apesar disso tudo, manter uma postura de contribuição, de dar andamento ao que está sendo feito, merecem realmente o nosso reconhecimento. É muito fácil chegar aqui e dizer que esta é uma iniciativa louvável, muito boa, merecedora de nossos encômios, mas infelizmente é um mero paliativo que vai transformar o nosso trabalhador num vagabundo mesmo antes de se aposentar. O difícil é dizer, apesar de toda essa compreensão, o que é possível fazer aqui e agora com as condições dos governos, com os políticos que temos. É muito fácil acharmos que esses problemas só vão ser resolvidos quando nós tivermos uma democracia direta, sem partidos, sem governos, que aí os problemas provavelmente vão ser solucionados por si.

Volto a enfatizar que reconhecemos o trabalho dessas pessoas que, mesmo tendo posições político-partidárias divergentes, conseguem manter uma postura de contribuição e de busca de solução para estes problemas.

Nós, inclusive, na coordenação do PAI, sentimos o quanto é difícil buscar o equilíbrio e conseguir realmente fechar algumas questões que interessam apesar de todas as divergências. Sentimos, inclusive, que se da parte do Governo não tivéssemos uma pessoa como João José de Sousa Leite, que tem uma habilidade política e um conhecimento muito profundo da nossa sociedade para ajudar na articulação desses parceiros; se não tivéssemos, de outro lado - sem demérito nenhum aos outros parceiros das organizações não-governamentais -, uma figura como o Padre Alfeu Plandel, que vimos hoje num vídeo, num documentário, também auxiliando nessa eleição das prioridades, apesar de todas as divergências, não teríamos conseguido realizar esse trabalho até aqui.

O mesmo digo com relação aos próprios órgãos governamentais. São muitos os órgãos envolvidos para resolver questões bem difíceis, em termos de solução, em termos de análise, de detecção do problema e de denúncias. As questões até não são novas, pelo contrário, mas, em termos de construção de soluções realmente práticas, efetivas e consensuais, tanto em relação ao Poder Público, nas três esferas, quanto em relação à participação da sociedade organizada, estamos sim construindo um processo que considero novo, absolutamente novo na sociedade brasileira. Aqui, em Mato Grosso do Sul, esperamos mesmo que essa experiência do vale-cidadania valha não só para as crianças, mas para os cidadãos adultos.

Acreditamos que só com a união das três esferas do Poder Público e de toda a sociedade organizada, através das organizações não-governamentais, das entidades sindicais e empresariais, conseguiremos, além da infância, avanços em outros desafios do nosso Estado que ainda não conseguimos vencer, como as questões fundiárias, a extinção das nações indígenas, a violência no contrabando na zona da fronteira e a defesa ambiental. Tudo aponta realmente no sentido de uma ampla parceria, tanto nas esferas do Poder Público quanto na sociedade organizada.

Nesse sentido, concluindo e ao mesmo tempo respondendo à pauta sugerida pela Senadora na parte da manhã, consideramos que a maior dificuldade que ainda temos de enfrentar - e algumas já foram salientadas, mas é importante que sejam enfatizadas, até como um ponto de vista da Coordenação do PAI - é a insegurança que encontramos tanto entre os beneficiados quanto entre os parceiros - a perspectiva de segurança e de continuidade desse programa. Realmente, é difícil escapar do receio de que um dia mude a postura do governo, mudem os governantes, mude esse momento que permite esse pacto entre o Poder Público e a sociedade e que haja descontinuidade dessas ações.

Sentimos que, na medida em que o Poder Público e a sociedade organizada consigam, a partir dessas experiências - incluindo o que já foi anunciado hoje de manhã -, construir um sistema de combate ao trabalho infantil, trabalho esse que deve se estender a outras ações paralelas, como o combate ao analfabetismo infantil, à exploração sexual de menores e o combate à mortalidade infantil - que permanece um desafio crescente em nossa sociedade -, possa se elaborar um sistema de trabalho, o que, na verdade, já vem sendo feito com muito esforço no dia a dia, conforme os problemas aparecem.

Voltarei a esse assunto para concluir.

Um outro ponto que ainda permanece como um grande desafio - justamente como foi dito há pouco - é o do relacionamento com os empresários do carvão. Temos realmente dificuldades em achar o ponto de equilíbrio entre a pressão que deve ser exercida para que seja cumprida a legislação, respeitados os direitos dos trabalhadores, e as razões que o empresariado muitas vezes tem, como acabou de ser falado, com relação à responsabilidade que lhe cai nos ombros também nesse momento. Quer dizer, a questão vai um pouco além do uso de equipamentos, das questões sanitárias.

Se analisarmos a questão sob uma perspectiva um pouco mais ampla, teremos realmente desafios, inclusive o de se saber o que fazer nessa região, com essas pessoas vindas de minas ou não, quando acabar o eucalipto, acabar o carvão. No ano passado, tentamos avançar nessa discussão, junto com os prefeitos, com alguns órgãos do Governo, buscando alternativas econômicas para a região; mas não avançamos muito ainda, inclusive pelas dificuldades da própria economia do Estado, de viabilizar incentivos fiscais e da própria dificuldade em achar quais seriam esses caminhos.

De qualquer maneira, o empresariado tem razão de, às vezes, reclamar de falta de perspectiva de longo prazo. Será que se ele se dedicar mais à solução dos problemas, ele vai poder contar também com uma previsibilidade quanto ao seu próprio empreendimento, do ponto de vista econômico?

O outro problema é com relação às próprias prefeituras. Sentimos que, apesar de todo empenho, algumas delas ainda não estão devidamente equipadas e preparadas para as novas responsabilidades que a Constituição está lhes outorgando na área social. Porém, fazemos um destaque particular: nessa área prioritária de trabalho, essas prefeituras estão muito bem preparadas; às vezes, são até verdadeiras exceções - acreditamos que não só em nível estadual. Temos sido realmente muito felizes com as prefeituras que estão atuando nessas áreas do início do programa.

Há também a questão da estrutura e do funcionamento dos conselhos tutelares e de direitos, que, apesar de todos os avanços - e esses avanços existem -, nem sempre

são constituídos com a representatividade e a autonomia que se espera. Em Água Clara, particularmente, tivemos uma experiência diferente. Houve um grande avanço depois de um programa de conscientização e de preparação em relação a esses aspectos. Mas sentimos que, quanto mais se entende que essas ações não devam ficar só nas costas e, ao mesmo tempo, com a autonomia do Poder Público, mais necessária se torna a participação efetiva dos conselhos nessas questões.

Um outro problema foi aventado - e aqui respondo a um outro questionamento da Senadora. Concordamos que exista o desafio do risco de urbanização do problema. Essa questão de separar o pai da família realmente existe - não adianta "tapar o sol com a peneira". Quando se exerce esse tipo de ação, seja por meio da fiscalização ou do trabalho de assistência social, é natural que o empresário comece a selecionar família sem criança para não ter maiores problemas. E isso causa sim o problema de a família estar em Ribas do Rio Pardo, em Água Clara, e o pai, separado, em uma carvoaria. É um problema para o qual ainda não encontramos solução.

Nesse aspecto, permito-me, até com alguma informalidade, solicitar, se for possível, o apoio desta Comissão, no sentido de uma ajuda junto ao Comunidade Solidária: que o Prefeito de Ribas tenha um projeto solicitando o apoio para a construção de casas populares na favela, no brejão - V. Exªs ouviram comentários a esse respeito, mas não tiveram oportunidade de conhecer. A prefeitura, por si, está encaminhando algumas coisas, tem algo definido, mas precisa ainda de um apoio maior para resolver o problema de moradia dessas famílias. E o problema não se resume somente às moradias, como sabemos. O desafio é bem maior.

Finalmente e, ao mesmo tempo, retornando a um item já mencionado, sentimos que um outro grande desafio, daqui para frente, é quanto à nossa capacidade metodológica, além de toda articulação política em torno dessas questões. Temos ainda dificuldade de mensurar as coisas, de fazer o orçamento, de dizer quanto algo está custando, até porque as ações são emergentes. E vão fazendo, fazem o que podem, improvisam; a prefeitura não pode, vai o Estado, etc. Isso cria um certo informalismo. D. Isabel já abordou muito bem essa questão em várias ocasiões. Mas quando se pergunta quanto custa algo, ainda apanhamos para responder. Acredito que isso não aconteça somente no nosso Estado, e tudo que é feito, em termos de mensuração e de metodologia, merece um destaque. Há um esforço do pessoal da Promosul; do pessoal da SAS, no Ministério; da Secretaria de Educação, que tem conseguido construir essa metodologia, essas formas de mensuração, etc. Mas ainda é pouco. Na medida em que os fatos evoluem, sentimos realmente a necessidade, talvez em nível federal, de que haja uma preocupação maior com a questão das metodologias, com as questões de avaliação, enfim, de efetivação desse trabalho que, em muitos momentos, fica na dependência exclusiva da força de vontade das pessoas que representam os parceiros envolvidos.

Nesse sentido, respondendo mais uma questão formulada pela Senadora, na parte da manhã, o Governo do Estado tem procurado também elaborar essa metodologia de trabalho, tanto para responder às questões do trabalho infantil quanto para abordar o problema da mortalidade infantil, do analfabetismo infantil e da exploração sexual de menores. Para isso, inclusive, começou a ser construído...

(falha na gravação)

A SRª EMILIA FERNANDES - ...acentuando aquilo que entendemos que é fundamental no que se refere a essa luta de combate ao trabalho infantil... *(Falha na gravação.)* ...também em relação às patrulhas mirins. Gostaríamos de ouvir algo a respeito desse assunto, porque as nossas experiências, os depoimentos que recebemos de outros Estados brasileiros, os objetivos e como vem sendo desenvolvido o trabalho, na maioria dos casos, pelas patrulhas mirins, não tem sido muito positivo, tendo em vista que as crianças são utilizadas para objetivos que, de certa forma, significam um trabalho de exploração e até de substituição do trabalho adulto.

Farei minhas considerações. Depois, se alguém desejar, pode manifestar-se.

A questão - cooperativas de trabalho - também tem nos preocupado. Sabemos que o espírito cooperativo é muito importante. Defendemos isso e acreditamos nisso. Porém, algumas delas, em diferentes regiões do País, têm agido de forma a minimizar direitos e, de certa forma, a explorar o trabalhador. Seria bom se alguém nos pudesse dizer como esse assunto está sendo desenvolvido.

Irei direto às perguntas para ficar mais fácil. Eu gostaria de saber quais as instituições, órgãos e/ou sindicatos que estão engajados nesse trabalho, aqui, e em Mato Grosso do Sul, além das entidades governamentais, do UNICEF, do Ministério do Trabalho, DRT. Insisto: gostaria de saber se sindicatos de trabalhadores ou de empregadores participam ativamente desse trabalho de combate à exploração infantil.

Concluo dizendo, para ser o mais objetiva possível, que concordo plenamente com o Dr. João Leite, que afirmou que precisamos urgentemente derrubar alguns conceitos e algumas estruturas de pensamento. Determinadas pessoas julgam que o trabalho é importante porque quem está trabalhando não está roubando ou está nas ruas se marginalizando. Queremos dizer que temos uma visão muito clara em relação ao trabalho infantil. Ele tem de ser terminantemente proibido neste País, e o trabalho adolescente tem de ser profundamente regulamentado. Essa é a nossa visão. Esse trabalho tem de ser de conscientização, e não apenas de construção de leis e de programas, e as coisas acontecerem por si só. É preciso que haja uma conscientização da sociedade como um todo e dos governantes, por conseguinte.

Em relação a esses dois caminhos apontados – ou trabalha ou é jogado na rua –, queremos dizer que, no nosso entendimento, existe um terceiro caminho sim. Infelizmente, neste País, existe o terceiro caminho para alguns - eu diria para muito poucos. Para os que têm família, para os que têm melhores condições do ponto de vista econômico, há o caminho da educação na escola, da informática, da ciência, da pesquisa, chegando até mesmo à universidade. Não podemos trabalhar nessa linha.

Quero ressaltar que gostei muito das palavras do Sr. Mateus. Com todas as dificuldades que apontou, com todos os problemas que tem em suas terras, com a empresa que dirige, ele está despertando para o fato de que, se o trabalhador está bem, o empregador também está; o sucesso do trabalhador é o sucesso do empregador. Temos de trabalhar essa visão e aprofundá-la junto à classe empresarial deste País.

Ouvi um apelo, inclusive da organização dos sindicatos. Em criança, em educação se investe, e não se gasta; investe-se, prepara-se o presente e o futuro.

Uma dificuldade apontada pelo Dr. Ramires é a insegurança quanto à continuidade dos programas manifestada pelos beneficiados – o que já registramos –, organizadores e, principalmente, pelos governantes.

Precisamos conseguir, assim como cada governante, passar a convicção e a idéia de que realmente o que está sendo feito não é fisiologismo ou um paleativo, como às vezes é dito, que não é compromisso individual. Se o País se der conta de que a criança não pode ser compromisso de um Governo, de uma pessoa, mas da sociedade, as coisas podem acontecer. Mas devemos ter muito cuidado uma vez que a abrangência dos projetos e dos programas tem de ser a mais ampla possível. Além disso, não devemos dar o peixe, mas ensinar a pescar. Isso é fundamental, porque aí, então, haverá um compromisso de todos.

Eu teria muitas outras questões a formular, mas vou

encerrar agradecendo a forma como fomos recebidos neste Estado pelo Governador, por todos os prefeitos, pelos empresários, pela equipe de Governo, tanto municipal como estadual, por todos, enfim.

Reafirmo que esta Comissão já prestou o seu trabalho, a sua contribuição para a sociedade brasileira, porque conseguimos dar transparência ao assunto e, gradativamente, as pessoas se engajam nesse compromisso.

Concluo com nossas frases de campanha no Rio Grande do Sul, que têm o sentimento e o sentido de todo o Brasil: "Trabalho tem idade. Dos quatorze aos dezoito anos é proibido o trabalho noturno, insalubre e perigoso. Criança e adolescente precisam de amor, escola e aprendizagem. Lugar de criança é na escola. Proteja seu filho do trabalho em atividades que coloquem em risco sua vida. Na escola está o seu presente e o seu futuro."

Com os nossos agradecimentos e com o nosso compromisso de parceria na luta para que as crianças deste País tenham futuro, mas, principalmente, comecem imediatamente a construir o seu presente, abraço a todos.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Para rápidas colocações, passo a palavra à Srª Maria José, representante da SAS no Estado do Mato Grosso do Sul.

A SRª MARIA JOSÉ - Srª Presidente, agradeço a oportunidade de estar aqui presente. Não poderia deixar de propor uma parceria com o nobre representante do Ministério Público e com o núcleo de trabalho infantil para analisarmos também a questão ressaltada pela Senadora de que há exploração, em algumas situações, do trabalho infantil em instituições assistenciais e patrulha mirim. A faixa etária da patrulha mirim é de quatorze a dezoito anos e nas instituições assistenciais há, realmente, a questão cultural de achar que o trabalho infantil é uma solução e não um problema.

No Promosul, estive trocando idéias com a Márcia a esse respeito. Vamos analisar essa situação para verificarmos se ela ainda perdura, e contar com a parceria do núcleo e do Ministério Público para que possamos resolvê-la.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Infelizmente, chegamos ao fim. Digo infelizmente porque, de fato, nossos debates foram bastante produtivos, e, a considerar o aproveitamento dessa nossa viagem às duas localidades já citadas, quero mais uma vez ressaltar o bom desempenho desse programa.

Foi muito benéfica a nossa vinda ao Estado do Mato Grosso do Sul com esta Comissão, a qual coincidiu com a vinda do Dr. Mulatinho, embora não tenha havido antes uma preparação para que isso viesse a acontecer, porque ele realmente está totalmente motivado para dar continuidade a esse trabalho.

O que mais nos surpreendeu - a nós da Comissão - foi a parceria do Governo Estadual com as Prefeituras. O Governo Federal fica em outra esfera: geralmente, os programas nacionais são destinados a todos os Estados, às Prefeituras, desde que os seus Governantes procurem realizá-los. Ressalto, todavia, a parceria do Governo do Estado com as Prefeituras municipais, porque estamos sentindo que, no Mato Grosso do Sul, esse programa vai ter continuidade, pois não está sendo feito em nível partidário.

Ontem, quando chegamos para nossas visitas, até omitimos as nossas siglas partidárias. A Senadora Emilia Fernandes disse que pertencia a um Partido da Oposição, mas que era bastante coerente na análise do que dá certo ou não. Eu, apesar de ser de um Partido que hoje acompanha o Governo Federal, o PMDB, mas que já foi de Oposição e lutou muito pela democracia no nosso País, da mesma maneira faço as minhas análises, as minhas avaliações e tomo as minhas determinações. O PMDB acompanha o Presidente Fernando Henrique Cardoso, na maioria das vezes, mas também tem feito críticas construtivas quando entende conveniente fazê-las.

Por meio desta Comissão, hoje chegamos à conclusão exata de que, aqui no Mato Grosso do Sul, o Governador, a primeira dama e todos os seus representantes, sejam do primeiro, segundo ou terceiro escalão, não escolhem trabalhar com Prefeitos do seu Partido. Isso é muito importante e comentei o assunto com o Governador no horário do almoço.

Fizemos duas visitas – em Ribas, o Prefeito é do PSDB; em Água Clara, do PFL – e não ouvimos dos Prefeitos ou dos seus assessores qualquer palavra sobre negligência com relação a esse programa, por parte do Governador.

Mesmo sendo três as siglas partidárias que hoje acompanham o Presidente, sabemos que em níveis regionais as coisas não comungam de comum acordo, como se diz. Muitas vezes, um político é do PMDB, o outro é do PSDB, mas isso não quer dizer que marchem unidos. Faço essa ponderação porque me impressionou bastante a unidade de vocês e essa comunhão de esforços.

Posso falar agora porque já estamos terminando o nosso trabalho. Faço uma despedida e um agradecimento pela grande acolhida que esta Comissão teve. Sou do PMDB e tive a honra de conhecer o casal Martins há tempos, por meio mesmo do Congresso Nacional, tornando-nos muito amigos em Brasília, mas lamentarei se Wilson Martins não puder dar continuidade a esse trabalho. No entanto, cada um sabe de si e o povo julga.

Não sabemos o dia em que sairemos do planeta Terra, mas tomara que vivamos como políticos – nós, Dr. Mulatinho, Emilia, os assessores do Senado - para acompanhar esse trabalho em Mato Grosso do Sul. Temos plena convicção de que tudo vai dar certo, certíssimo, de que vocês vão melhorar, de que vocês, como foram os pioneiros nesse programa que envolve a faixa etária dos sete aos quatorze anos, irão ser também os pioneiros para elaborar um programa que preencherá a lacuna que existe com relação à faixa etária dos quinze aos dezoito anos, e que vai dar muito certo. (Palmas.)

Parabéns mesmo, parabéns a todos vocês, aos governantes, ao povo.

Diz-se que o povo tem o governo que merece. Acho que aqui em Mato Grosso do Sul está dando certo, não só com os Governos de Estado, como com as Prefeituras, porque naqueles lugares tão longínquos onde estivemos ontem, de difícil acesso, deu para perceber muito bem a satisfação com que os carvoeiros vivem nas suas regiões.

Na saída de Ribas, paramos na casinha de um senhor chamado Guimarães - uma casinha muito pobre, mas que se via tratar-se de um verdadeiro lar. Perguntei-lhe, entre outras coisas e longe da presença do prefeito e da primeira dama, D. Célia, para que ele ficasse bastante à vontade: "Sr. Guimarães, o senhor está satisfeito com o trabalho que faz?". Ele disse: "Muito" - e foi aquele "muito" dito com convicção. "Mesmo trabalhando como carvoeiro, o senhor se sente feliz?". Aí, ele disse: "Muito. Não quero mudar esse trabalho. Ele é adulto".

Perguntei, sobre a administração municipal. Estava muito satisfeito e falou sobre a presença constante do Prefeito entre eles, o que é muito importante, principalmente quando a primeira dama acompanha, pois atualmente a mulher do político exerce um papel muito importante. É até inconcebível – não o digo por ser mulher, mas por estar há dezenove anos na militância política – um político ser bem sucedido sem a parceria de sua esposa. A mulher possui sensibilidade, vai direto ao problema. As pessoas, até mesmo os homens, têm muito mais facilidade de contar para nós, mulheres, suas dificuldades pessoais, do que para o próprio Prefeito ou Governador. Falo com a experiência de esposa de um governador que exerceu o cargo por dois períodos, em um Estado recém-criado, que enfrentou todas as dificuldades para ser instalado

Os grandes negócios e programas a serem desenvolvidos são tratados com o Governador, mas quando existe um problema social, uma dificuldade dentro de casa, com filhos, até mesmo com o próprio marido, procura-se a mulher. O marido, às vezes, até omite as dificuldades, mas a esposa vem e fala. Assim, há sempre a presença feminina, constante.

Parabéns para o povo de Mato Grosso do Sul, para o Governador, para a Nelly, que tem realizado um trabalho tão bonito, e para duas pessoas que conheci ontem e cujo trabalho acompanhamos de perto: Célia e Jurema. Conhecemos também a Prefeita Angélica, outra batalhadora.

Já solicitei o programa de trabalho que o Governador elaborou para a atual administração, já que eu e a Senadora Emilia Fernandes somos candidatas a candidata aos Governos de nossos Estados. Tenho certeza de que o programa do Estado do Mato Grosso do Sul vai-nos trazer vários conhecimentos a fim de que possamos adotar determinadas regras e diretrizes em nossos Estados.

Muito obrigada pela acolhida. Sinceramente, sairemos daqui crentes e cientes de que fizemos bons amigos. Espero que tenhamos outras oportunidades de voltar ao Mato Grosso do Sul.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRª NELLY MARTINS - Encerro a reunião, pois nossas amigas Senadoras, suas comitivas e o Dr. Mulatinho, meu companheiro de cadeira, precisam se dirigir ao aeroporto. Somos gratos pela visita, pelas palavras e pelo estímulo que nos deram.

Muito obrigada. (Palmas)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 001, DE 1996-CN " COM A FINALIDADE DE APURAR AS DENÚNCIAS CONTIDAS NA REPORTAGEM DA REVISTA VEJA DO DIA 30 DE AGOSTO DE 1995, SOBRE O TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL".

ATA DA 7ª REUNIÃO-EXTRAORDINÁRIA
Realizada em 12 de agosto de 1998.

Aos doze dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e oito, às dezessete horas, na sala 09 da Ala Senador Alexandre Costa, no Anexo II do Senado Federal, presente a Senhora Senadora Marluce Pinto, os senadores Nabor Júnior, Arlindo Porto, João França, José Saad e Bello Parga. Presentes também as Deputadas Célia Mendes, Maria Valadão e Lidia Quinan, Deputados Pedro Wilson e Alceste Almeida membros da CPMI destinada a apurar as denúncias sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil, que reuniram-se extraordinàriamente. Aberto os trabalhos foi discutido o relatório final; que lido pela Senhora Relatora, Deputada Célia Mendes, foi aprovado pelos presentes em sua integra, ficando acordado ainda que para redação final do respectivo relatório poderá ser acrescido textos de redação por qualquer membro que assim o quiser, visando o aperfeiçoamento deste texto final. E não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a presente reunião extraordinária, e para constar, eu Francisco Naurides Barros, Secretario da Comissão, lavrei a presente ata que será assinada pela Senhora Presidenta e irá a publicação.

Senadora Marluce Pinto
Presidente da Comissão

COMISSÃO TEMPORÁRIA , CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 203, DE 1998-SF, DESTINADA A 'ACOMPANHAR *IN LOCO*, AS PROVIDÊNCIAS E INVESTIGAÇÕES DOS FATOS, AS CIRCUNSTÂNCIAS E AS CAUSAS QUE PROVOCARAM O INCÊNDIO QUE ASSOLOU A REGIÃO AMAZÔNICA E, EM ESPECIAL, O ESTADO DE RORAIMA'.

Ata da 1ª Reunião (Instalação).
Realizada em 30 de abril de 1998.

Aos trinta dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e oito, às onze horas, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Jefferson Peres, Romero Jucá, Nabor Júnior, João França e Ernandes Amorim, reúne-se a Comissão Especial Temporária, destinada a acompanhar *in loco,* as providências e investigações dos fatos, as circuntâncias e as causas que provocaram o incêndio que assolou a Região Amazônica e, em especial, o Estado de Roraima. De acordo com o preceito regimental, assumiu a Presidência, eventualmente, o Jefferson Peres, que declara abertos e procede a eleição do Presidente e Vice-Presidente convocando o Senador João França para funcionar como escrutinador, procedendo-se a apuração que apresentou o seguinte resultado: Presidente Senador Romero Jucá e Vice-Presidente Senador Sebastião Rocha, sendo também que foi indicado, de acordo com acerto já feito, para relatora da Comissão, a Senadora Marluce Pinto. Em seguida, foram apresentadas várias sugestões pelos presentes, ficando acertado que será realizada uma reunião de trabalho no próximo dia 06 de maio de 1998, para ser discutido o calendário e programação dos trabalhos futuros da Comissão; e como ninguém mais se manifestou e não havendo nada mais a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) - Na forma regimental, por ser o mais idoso, assumo a Presidência dos trabalhos da Comissão Temporária, criada pelo Requerimento nº 203, destinada a acompanhar, **in loco,** as providências e investigações dos fatos, as circunstâncias e as causas que provocaram o incêndio que assolou a Região Amazônica, em especial, o Estado de Roraima.

O primeiro procedimento seria realizar a escolha do Presidente, do Vice-Presidente e do Relator da Comissão.

Convoco os presentes a colocarem os seus votos na urna. (Pausa.)

Nomeio o Senador João França escrutinador, para proceder à apuração. (Pausa.)

O SR. JOÃO FRANÇA - São quatro os Senadores presentes.

Houve quatro votos. Portanto, à unanimidade, a favor de Romero Jucá, Presidente, e de Sebastião Rocha, Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) - Em cumprimento a acordo prévio de Lideranças, os quatros Senadores presentes escolheram, à unanimidade, para Presidente da Comissão o Senador Romero Jucá e, para Vice-Presidente, o Senador Sebastião Rocha.

Passo a Presidência dos trabalhos ao Senador eleito Romero Jucá.

(Assume a Presidência o Senador Romero Jucá)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, agradeço a indicação e gostaria de registrar que, no meu entendimento, esta Comissão, a par de averiguar as questões específicas de Roraima, terá um papel importante de propor ações concretas e preventivas, para que outros Estados da Federação não venham a passar pela situação que Roraima enfrentou.

Assumo, portanto, a Presidência e, cumprindo o acordo de Lideranças, indico a Senadora Marluce Pinto para ser a Relatora da presente Comissão.

Antes de encerrar os trabalhos, convoco a próxima reunião para a quarta-feira da próxima semana, para que tenhamos condições de definir a programação de audiências públicas, de visitas a Roraima, os procedimentos a serem desdobrados, inclusive os contatos com Ministros de Estado que atuaram nessa questão e, também, para elaborar uma pauta dos trabalhos.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Será às 10 horas, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - Exato. Às 10 horas da próxima quarta-feira, em sala que será anunciada pela Comissão.

Quero registrar a presença do Senador Nabor Júnior e indagar se algum dos Senadores presentes deseja se manifestar. (Pausa.)

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

ATA DA 6° REUNIÃO , EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50° LEGISLATURA REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 1998.

Ás dezoito horas e quinze minutos do dia seis de maio de mil novecentos e noventa e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Artur da Távola e com a presença dos Senhores Senadores, Joel de Hollanda, Élcio Álvares, Sérgio Machado, Emília Fernandes, Romeu Tuma, Abdias Nascimento, Hugo Napoleão, Jonas Pinheiro, Djalma Bessa, João Rocha, Gerson Camata, Levy Dias, Bernardo Cabral, Leonel Paiva e Lúcio Alcântara reúne-se a Comissão de Educação.Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores ' Romero Jucá, Édison Lobão, José Sarney, João França, Coutinho Jorge, Teotonio Vilela Filho, Beni Veras, Lauro Campos, Marina Silva, Leomar Quintanilha, Odacir Soares, José Fogaça, Fernando Bezerra e Roberto Requião.Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.Prosseguindo, o Senhor Senador Joel de Hollanda requer que a deliberação da Pauta se inicie pelos projetos não terminativos que tratam das concessões de Rádios e Tvs (item 08 em diante), para que a Pauta possa ser desobstruída, o que é aprovado por todos os Senhores Senadores. A seguir, o Senhor Presidente passa a apreciação das seguintes matérias constantes da pauta.**Item 08: Projeto de Decreto Legislativo n°. 115 de 1997,** de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Maratan L.t.d.a., para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Sant'ana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul." A relatora designada é a Senadora Emília Fernandes e o parecer favorável é aprovado.**Item 09: Projeto de Decreto Legislativo n°. 105 de 1996,** de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio Patumaté L.t.d.a., para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Ney Suassuna e o parecer favorável, lido pelo Senador Gerson Camata, é aprovado.**Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n°. 108 de 1997,** de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rede Comunitária de Comunicações de Rio Grande L.t.d.a., para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul". A relatora designada é a Senadora Emília Fernandes e o parecer favorável é aprovado. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n°. 122 de 1997,** de caráter não terminativo de autoria do Poder executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Patriarca de Cassilândia L.t.d.a., para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Ramez Tebet e o parecer favorável, lido pelo Senador Djalma Bessa é aprovado. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n°. 118 de 1997,** de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Televisão Vitória L.t.d.a., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo". O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer favorável é aprovado.**Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n°. 120 de 1997,** de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que,."Aprova o ato que renova a concessão deferida a Rádio Bandeirantes de Cachoeira Paulista L.t.d.a., para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda Tropical na Cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Gilberto Miranda e o parecer favorável, lido pelo Senador Joel de Hollanda é aprovado. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n°. 084 de 1997,** de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Ribeirão Preto L.t.d.a., para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável, lido pela Senadora Emília Fernandes é aprovado. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n°. 044 de 1997,** de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Itaí L.t.d.a., para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador José Fogaça e o parecer favorável, lido pela Senadora Emília Fernandes é aprovado. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n°. 119 de 1997,** de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada a L.A. Pereira Oliveira L.t.d.a., para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul". A relatora designada é a Senadora Emília Fernandes e o parecer favorável é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Presidente pede a palavra e submete a votação do plenário a inserção da Pauta Extra, que trata das renovações e concessões de canais de Rádio e Tv, o que é aprovado pelo plenário.**Item 01 da Pauta Extra: Projeto de Decreto Legislativo n°. 098 de 1997,** de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que, "aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Difusora "A Voz de Bagé"L.t.d.a., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador José Fogaça e o parecer favorável, lido pela Senadora Emília Fernandes é aprovado. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo n°. 117 de 1997,** de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que,"aprova o ato que renova a concessão deferida a Rádio Guaíba S.A., para explorar serviço de rádiodifusão sonora em onda curta na cidade de Porto Alegre , Estado do Rio Grande do Sul".O relator designado é o Senador José Fogaça e o parecer favorável, lido pela Senadora Emília Fernandes é aprovado.**Item 03: Projeto de Decreto Legislativo n°. 111 de 1997,** de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que,"aprova o ato que renova a permissão outorgada á Rádio Jaboticabal L.t.d.a., para explorar serviços de rádiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo".O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável, lido pelo Senador Èlcio Àlvares é aprovado.**Item 04: Projeto de Decreto Legislativo n°. 125 de 1997,** de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que," aprova o ato que renova a concessão da Rádio Comercial de Presidente Prudente Ltda., para explorar serviço de rádiodifusão sonora em onda média na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo".O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável, lido pelo Senador Djalma Bessa é aprovado.**Item 05: Projeto de Decreto Legislativo n°. 002 de 1997, de caráter não terminativo de autoria do Poder** Executivo que," aprova o ato que **renova a concessão da Rádio Fifom de Itabira** L.t.d.a., para explorar serviço de **rádiodifusão sonora em onda média na Cidade de** Itabira, Estado de Minas Gerais".O relator designado **é o Senador Francelino Pereira e** o parecer favorável, lido **pelo Senador Gerson Camata é aprovado. Item 06: Projeto de Decreto Legislativo n°. 123 de 1997, de caráter não terminativo,** de autoria do Poder Executivo que," Aprova o ato que **renova a concessão da Rádio Emissora** "ABC" L.t.d.a., para explorar serviço de **rádiodifusão sonora em onda média na** Cidade de Santo André, Estado de **São Paulo". O relator designado é o Senador** Romeu Tuma e o parecer favorável, lido **pelo Senador Joel de Hollanda é** aprovado.**Item 07: Projeto de Decreto Legislativo n°. 139 de 1997,** de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada a Sociedade Rádio Difusora Vale do Itajaí L.t.d.a., para explorar serviço de rádiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Esperidião Amin e o parecer favorável, lido pelo Senador Èlcio Àlvares é aprovado. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo n°. 040 de 1997,** de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que,"Aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio Charrua Lt.d.a., para explorar serviço de rádiodifusão sonora em frequência modulada na na Cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador José Fogaça e o parecer favorável, lido pela Senadora Emília Fernandes é aprovado. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo n°. 137 de 1997,** de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que,"Aprova o ato que renova a concessão outorgada á Rádio Cidade Jandaia L.t.d.a., para explorar serviço de rádiodifusão sonora em onda média na Cidade de Jandaia do Sul, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Coutinho Jorge e o parecer favorável, lido pelo Senador Èlcio Àlvares é aprovado. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n°. 121 de 1996,** de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que,"Aprova o ato que renova a permissão do Sistema Cancella de Comunicação L.t.d.a., para explorar serviço de rádiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais. O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o parecer favorável, lido pelo Senador Djalma Bessa é aprovado. Encerrada a apreciação da Pauta Extra o Senhor Presidente submete a deliberação dos membros da Comissão o requerimento de Senhora Senadora Emília Fernandes, ensejando a realização de uma Audiência Pública para debater a Comunicação de Massa, o que é aprovado por unanimidade. Em virtude do adiantado da hora **ficam adiados os sequintes itens da Pauta Ordinária: Plc 012/97, Plc 052/97, Plc 061/97, Pls 147/97, Pls 147/96, Pls 263/95 e as Emendas de Plenário ao Pls 079/95.**O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada

mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, ás dezenove horas e trinta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente

Senador Artur da Távola
Presidente da Comissão de Educação

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Declaro aberta a reunião da Comissão de Educação.

Inicialmente, quero dar as boas-vindas ao Senador Djalma Bessa, que pela primeira vez nos dá a honra da sua presença, na qualidade de suplente do Senador Waldeck Ornelas, que muito contribuiu em várias ocasiões com esta Comissão. Peço ao Senador que se sinta em casa e entre amigos, e que nos ajude nessa tarefa de tratar matérias importantes como a educacional.

O SR. JOEL DE HOLLANDA - Sr. Presidente, tendo em vista que precisaríamos de **quorum** qualificado para as matérias de caráter não terminativo, pediria a V. Exª que considerasse a possibilidade de inversão da pauta, começando pelo Item 8, que trata de concessão de rádios, matérias rotineiras nesta Comissão. Dessa forma, talvez pudéssemos limpar a nossa pauta, já bastante extensa.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Caso não haja quem queira discutir o assunto, consulto a Comissão se aprova o requerimento verbal do Senador Joel de Hollanda, de inversão de pauta.

Os Srs. Senadores que estejam de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Faremos a inversão de pauta e votaremos essa matéria não terminativa, relativa aos projetos de decreto legislativo que aprovam a renovação das concessões outorgadas às rádios.

Passemos agora à discussão do Item 8, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Maratan Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sant'Ana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.

A Relatora é a Senadora Emilia Fernandes, a quem concedo a palavra para proferir o parecer. Se V. Exª desejar, para ganho de tempo, poderia dar apenas a ementa do parecer.

A SRª EMILIA FERNANDES - Vamos fazer exatamente isso, Sr. Presidente. Apenas gostaria de ressaltar que essa rádio é por nós conhecida. É da cidade de Sant'Ana do Livramento, que considero minha origem, embora não tenha nascido lá; tenho inclusive o título de cidadã santanense.

Nosso voto é pela aprovação. O processo de exame e apreciação pelo Congresso Nacional deu-se dentro das normas legais, de acordo com a Constituição Federal. Tendo em vista que o exame da documentação, que acompanha todo o Projeto nº 115, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas, ficando caracterizado que a empresa Rádio Maratan Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Analisaremos agora o Item 9, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Patumaté Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba. O Relator é o Senador Ney Suassuna, que não se encontra presente. A Mesa solicita ao nobre Senador Gerson Camata a gentileza de emitir o parecer.

O SR. GERSON CAMATA - Trata-se da Rádio Patumaté, e o processo já foi julgado na Câmara dos Deputados, onde foi aprovado por unanimidade. O parecer do Senador Ney Suassuna é pelo acatamento e aprovação da renovação da licença da Rádio Patumaté, que atende a todas as formalidades exigidas pela legislação e pelo Ministério das Comunicações.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passa-se, neste momento, à análise do Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 1997, que aprova o ato que renova permissão outorgada à Rede Comunitária de Comunicações de Rio Grande Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. A Relatora é a Senadora Emilia Fernandes, a quem concedo a palavra.

A SRª EMILIA FERNANDES - Por meio da Mensagem Presidencial nº 115, de 1995, o Presidente da República enviou ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.284, de 1994.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que os órgãos competentes daquele Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando o processo instruído de acordo com a legislação aplicada. Veio ao Congresso Nacional, foi aprovado e examinado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, como também pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, onde foi considerado jurídico-constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Chegando ao Senado, também examinamos o projeto e evidenciamos o cumprimento de todas as formalidades, ficando caracterizado que a Rede Comunitária de Comunicações de Rio Grande Ltda., do Estado do Rio Grande do Sul, atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão.

Portanto, opinamos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passa-se agora ao Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 1997, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Patriarca de Cassilândia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul. O Relator é o Senador Ramez Tebet. Como S. Exª não se encontra, pediria ao Senador Djalma Bessa a gentileza de relatar o projeto.

O SR. DJALMA BESSA - Sr. Presidente, esta Comissão examina o Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 1997, da Câmara dos Deputados. Significa, portanto, que tramitou devidamente na Comissão de Constituição e Justiça e de

Redação e na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática daquela Casa, tendo sido devidamente aprovado e encaminhado ao Senado. Nesta Casa, o processo foi apreciado, estando devidamente de acordo com a lei e com a boa técnica jurídica. Portanto, somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passemos ao Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 1997, que aprova o ato que renova concessão da Televisão Vitória Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo. O Relator é o Senador Gerson Camata, a quem concedo a palavra.

O SR. GERSON CAMATA - Trata-se da renovação da concessão da Televisão Vitória Ltda., na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo. O sócio quotista é da família Buaiz, família tradicional do Espírito Santo. Na Câmara dos Deputados, a renovação foi aprovada por unanimidade, tendo sido Relator o Deputado Jorge Wilson. O exame desta Comissão comprova que todos os itens e requisitos exigidos pela legislação e pelo Ministério da Educação foram atendidos. Portanto, o parecer é pela aceitação do pedido de renovação daquela emissora de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Analisemos agora o Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 1997, que aprova o ato que renova concessão deferida à Rádio Bandeirantes de Cachoeira Paulista Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo. O Relator é o Senador Gilberto Miranda, que não se encontra presente. Solicito ao Senador Joel de Hollanda a gentileza de relatar a matéria em questão.

O SR. JOEL DE HOLLANDA - Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 1997, trata do ato que renova concessão à Rádio Bandeirantes de Cachoeira Paulista Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo.

A matéria foi examinada na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável do seu Relator e aprovação unânime naquela Comissão. Na Comissão de Constituição, Justiça e Redação na Câmara dos Deputados, o projeto também foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Aqui no Senado, toda a documentação que acompanha o PDS nº 120 foi examinada e evidencia o cumprimento das formalidades estabelecida na Resolução nº 39/92, ficando caracterizado que a empresa Rádio Bandeirantes de Cachoeira Paulista atenderá todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão.

Assim sendo, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem deseja discutir a matéria, passo à votação.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 14.

Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 1997. Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Ribeirão Preto para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo. O Relator é Senador Romeu Tuma, mas como S. Exª se encontra presidindo a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, não pôde estar presente. Por essa razão, a Mesa solicita à Senadora Emilia Fernandes a gentileza de relatar a matéria em pauta.

A SRª EMILIA FERNANDES - Chega a esta Comissão para parecer o Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 1997, mediante o qual se busca a aprovação da renovação da concessão à Rádio Ribeirão Preto Ltda.

Temos o parecer que foi elaborado pelo Senador Romeu Tuma, dando ciência da mensagem presidencial que foi enviada ao Congresso Nacional, com toda a documentação e aprovação do Ministério das Comunicações. S. Exª também ressaltou que foi examinado e aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi considerado constitucional, juridicamente correto. E, no Senado, cumprindo inclusive com o que determina a própria Constituição, consideramos que o projeto merece aprovação, porque está caracterizado que a empresa Rádio Ribeirão Preto Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se.

O nosso parecer é favorável, portanto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem deseja discutir a matéria, passo à votação.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.(Pausa)

Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1997. Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Itaí Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaíba, no Estado do Rio Grande do Sul. O Relator é o Senador José Fogaça, que não se encontra presente na data de hoje. Sendo matéria ligada a emissoras do Rio Grande do Sul, acredito que a Senadora Emilia Fernandes, com conhecimento de causa, possa nos relatar com precisão.

A SRª EMILIA FERNANDES - O relatório do Senador José Fogaça aponta também na mesma direção, ou seja, de que este Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1997, que busca a renovação da concessão à Rádio Itaí Ltda., na cidade de Guaíba, próximo à capital do Rio Grande do Sul, cumprindo as determinações legais, passou na Câmara, chegou ao Senado e se apresenta dentro das formalidades e dos critérios estabelecidos pela Constituição e pela análise que foi elaborada pelo Relator, Senador José Fogaça, a quem referendamos, pedindo a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem deseja discutir a matéria, passamos à votação.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 1997. Aprova o ato que renova a permissão outorgada à L A Pereira e Oliveira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Santana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul. A Relatora é a Senadora Emilia Fernandes, a quem concedo a palavra.

A SRª EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta rádio também é da minha cidade de origem, Santana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul. Não apenas conhecemos os proprietários dessa rádio, como conhecemos o trabalho que ela desenvolve, um trabalho sério, voltado à comunicação, informação e, acima de tudo, que demonstra preencher todos os requisitos importantes para um serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada.

Quero registrar que, para mim, este é um momento importante. Um dos proprietários dessa rádio é uma ex-professora, hoje já mais voltada para a área empresarial. Tivemos a oportunidade de compartilhar nossos trabalhos na mesma escola: eu como diretora e ela como minha secretária. Portanto, conheço sua seriedade, o trabalho que desenvolve, é uma pessoa engajada do ponto de vista da cidadania. Ela preencheu todos os requisitos legais e as formalidades necessárias exigidas por lei, tanto na Câmara, como no Senado. Por isso, pedimos sua aprovação, com a ressalva de que é uma matéria que, sentimentalmente, nos toca muito forte.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Em discussão o parecer da Senadora Emilia Fernandes. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Antes de prosseguir a reunião, quero aludir a presença, entre nós, do ator e homem público Lúcio Mauro, que, estando em Brasília, comparece à Comissão de Educação, Cultura e Comunicação – matéria da qual ele é um mestre na prática do dia-a-dia. Esta Comissão se sente honrada com a sua presença e agradece o seu cuidado em assistir a uma reunião de uma comissão especializada em um dia normal de trabalho. Muito obrigado.

A SRª EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Tem a palavra V. Exª

A SRª EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, dentre os assuntos a serem analisados, encontra-se um requerimento de nossa autoria. Peço a V. Exª que, se puder, coloque-o em análise, tendo em vista ser um assunto que requer uma certa urgência.

Se V. Exª nos autorizasse, leríamos o requerimento rapidamente para apreciação dos ilustres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Há sobre a mesa uma pauta extra que depende de aprovação do Plenário para discussão, e eventual aprovação, de mais 10 projetos de decreto legislativo referentes a emissoras de rádio. Aprovando-se hoje essa matéria, haveria desobstrução da pauta.

Consulto a Comissão se devemos votar a matéria ou o requerimento da Senadora Emilia Fernandes. (Pausa.)

A Comissão decidiu pela votação, em primeiro lugar, da pauta extra.

Passamos à pauta extra.

Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 1997, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Difusora A Voz de Bagé para explorar serviços de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul. Relator: Senador José Fogaça.

Por não se encontrar presente o relator, peço à Senadora Emilia Fernandes – vizinha da cidade de Bagé e que, portanto, deve receber as ondas da Rádio Sociedade Difusora A Voz de Bagé – que relate a matéria por ter todas as condições de fazê-lo.

A SRª EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem ao Plenário desta Comissão mais uma rádio da região de fronteira do Estado do Rio Grande do Sul, onde sempre se busca fazer os serviços de comunicação com muita seriedade, com muita aproximação com o povo. Portanto, entendemos deva ser referendado o parecer do Senador José Fogaça, pela aprovação, uma vez que o projeto cumpriu todos os trâmites regimentais exigidos pela nossa Constituição, tendo sido aprovado tanto na Câmara como na Comissão Técnica que analisou esse parecer.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passemos agora à análise do Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 1997, que aprova a concessão deferida à rádio Guaíba, para explorar serviços de radiodifusão sonora, em onda curta, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. O Relator é o Senador José Fogaça. Pelas mesmas razões anteriores, solicito à Senadora Emilia Fernandes que relate mais esta matéria, relacionada às emissoras do seu Estado.

A SRª EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, estamos tratando da Rádio Guaíba S. A, da cidade de Porto Alegre, que exerce a comunicação no mais alto nível de democracia e de boa informação. Ressalte-se, também, a qualidade do seu quadro técnico e de sua direção.

Essa rádio existe há muitos anos no nosso Estado, prestando um serviço durante diferentes épocas da História brasileira e da História gaúcha em especial. Ela se transformou na rádio da legalidade em 1961.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Exatamente; é uma rádio que tem valor histórico.

A SRª EMILIA FERNANDES - A Rádio Guaíba deu a sua contribuição, embora talvez forçada pela situação do momento, mas sem dúvida teve um papel histórico e qualificado, o que é o importante neste momento. Preencheu todas as formalidades e critérios estabelecidos para a aprovação. Portanto, temos a satisfação de referendar o parecer favorável do Senador José Fogaça, pedindo aos nossos Pares desta Comissão a aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passa-se agora ao Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 1997, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jaboticabal Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo. O Relator é o Senador Romeu Tuma, que se encontra a presidir a reunião da Comissão de

Relações Exteriores, razão pela qual convoco o eminente Senador Elcio Alvares para relatar a matéria.

O SR. ELCIO ALVARES - A ementa já foi anunciada pela Presidência. O projeto preencheu todas as formalidades locais, inclusive anunciando o nome dos participantes da sociedade. Dessa maneira, dou pela procedência do pedido, e o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Em discussão o parecer.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 1997, que aprova o ato que renova a concessão da rádio comercial de Presidente Prudente, para explorar serviços de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo. O Relator é o Senador Romeu Tuma, que, pelas razões expostas, não se encontra presente. Solicito ao Senador Djalma Bessa a gentileza de relatar o projeto em plenário.

O SR. DJALMA BESSA - O Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 1997, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Comercial de Presidente Prudente Ltda., para explorar os serviços de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.

Esse Projeto de Decreto Legislativo decorreu de mensagem presidencial acompanhada de exposição de motivos, e foi examinado e aprovado pelas duas Comissões da Câmara dos Deputados: a de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e a de Constituição e Justiça e de Redação, tendo sido aprovado por unanimidade. Esta Casa também examinou a documentação e concluiu que estava de acordo com a lei. Portanto, somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Analisaremos o Projeto de Decreto Legislativo nº 02, de 1997, que aprova o ato que renova a concessão da rádio FIFOM de Itabira Ltda, para explorar os serviços de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais. O Relator é o Senador Francelino Pereira, que não se encontra presente. Por isso, solicito ao eminente Senador Gerson Camata que tenha a gentileza de relatar o projeto em plenário.

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Presidente, o processo está regular, sendo que os documentos exigidos pelo Ministério foram todos apresentados. É a rádio da terra de Carlos Drumond de Andrade; só por isso, merece a nossa acolhida e a nossa aprovação. O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Em discussão o parecer.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passemos agora à análise do Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 1997, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissora ABC Ltda., para explorar os serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo André, Estado de São Paulo. O Relator é o Senador Romeu Tuma, que não se encontra presente, pelas razões expostas, motivo pelo qual solicito ao eminente Senador Joel de Hollanda a gentileza de relatar o projeto em plenário.

O SR. JOEL DE HOLLANDA - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Decreto Legislativo nº 123, como foi anunciado, trata do ato que renova a concessão da Rádio Emissora ABC Ltda., para explorar os serviços de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Santo André, Estado de São Paulo.

O referido projeto foi examinado e aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável do seu Relator, Deputado Wigberto Tartuce, e aprovação unânime daquela Comissão. Também na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídica e constitucionalmente vazado em boas técnicas legislativas.

Sendo assim, Sr. Presidente, e tendo em vista que, no âmbito do Senado, a rádio atendeu a todas as exigências previstas na Resolução nº 39, de 1992, o nosso parecer, em nome do Senador Romeu Tuma, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Em discussão o parecer.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passa-se agora à análise do Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 1997, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Radiodifusora Vale do Itajaí Ltda., para explorar os serviços de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina. O Relator é o Senador Esperidião Amin, que não se encontra presente no momento, razão pela qual solicito ao eminente Líder Elcio Alvares a gentileza de relatar o projeto em plenário.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, eminentes Colegas, adoto a ementa anunciada pelo Presidente desta Comissão. Os atos foram todos cumpridos dentro das formalidades e ouvidas as comissões especializadas. Então, sou de parecer favorável à aprovação da Radiodifusora Vale do Itajaí Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1997, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Charrua Ltda., para explorar os serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul. O Relator é o Senador José Fogaça. Solicitamos à Senadora Emilia Fernandes, uma vez mais, a gentileza de relatar o projeto, por se tratar de matéria relacionada com o Estado de S. Exª.

A SRª EMILIA FERNANDES - A Rádio Charrua Ltda., situada na cidade de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina, preencheu também todas as

exigências legais da Resolução nº 39, de 1992, que estabelece seja apresentada uma série de informações pelas entidades pretendentes, bem como atendeu aos requisitos exigidos pelo Ministério das Comunicações. Dessa forma, o processo foi analisado e considerou-se que havia preenchido todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão.

Portanto, opinamos de acordo com o parecer expresso pelo Senador Fogaça. O nosso voto é pela aprovação também.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem deseja discuti-la, em votação.

Os Srs. e Srªs Senadoras permaneçam sentados, se estiverem de acordo. (Pausa)

Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 1997, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cidade Jandaia Ltda, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na Cidade de Jandaia do Sul, Estado do Paraná.

O relator é o Senador Coutinho Jorge. S. Exª não se encontra no momento, razão pela qual solicito ao eminente Senador Elcio Alvares relate em plenário, por gentileza, essa matéria.

O SR. ELCIO ALVARES - Adoto mais uma vez a emenda anunciada pela Presidência. Novamente, foram preenchidas todas as formalidades legais, ouvidas as comissões competentes, e o meu parecer é favorável à concessão outorgada à Rádio Cidade Jandaia Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem deseja discuti-lo, em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 1996, que aprova o ato que renova a permissão do Sistema Cancela de Comunicação para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.

O relator é o Senador Francelino Pereira, que não se encontra, razão pela qual solicito ao Senador Djalma Bessa a gentileza de relatá-lo em plenário.

O SR. DJALMA BESSA - O Projeto de Decreto Legislativo nº 121, da Câmara dos Deputados, foi elaborado depois de examinada a Mensagem do Senhor Presidente da República e a documentação necessária.

A Comissão Especial e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examinaram a proposição e a aprovaram na Câmara. Esta Casa recebeu o Projeto de Decreto Legislativo, examinou-o e entendeu que toda a documentação estava devidamente apresentada. Portanto, o parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Antes de passar ao próximo item, que é o requerimento da Senadora Emilia Fernandes, gostaria de fazer uma rápida consideração, no sentido de que - e isto não é novidade, é uma antiga reivindicação - tratemos a matéria de renovação de concessões de radiodifusão com o grau de percepção maior do fenômeno da comunicação, ou seja, que não nos limitemos a ser chanceladores do cumprimento correto de determinações regulamentares relativas ao uso das rádios, mas que, pouco a pouco, esta Casa possa se apropriar daquilo que foi a finalidade pela qual a matéria entrou na Constituição Federal, que é analisar o conteúdo da programação e tudo o que tem a ver, enfim, com a própria importância da mídia eletrônica em rádio e televisão no Brasil.

O Parlamento, seja pela inexistência do Conselho de Comunicação Social, ou pelo fato de que houve uma rotina que, de certa forma, burocratizou esse tipo de matéria, está desarmado para analisar essa questão em profundidade. Porque, quando se renova a concessão de uma emissora, renova-se a concessão para o uso de um serviço público, e não, pura e simplesmente, a continuação de uma empresa privada, no caso. É o uso de um serviço público realizado pela iniciativa privada ou pelo Estado, em muitos casos.

Deixo apenas essa preocupação, porque ela tem muito a ver, evidentemente, a cada dia mais, com uma série de fenômenos de decorrência cultural, educacional etc. E, realmente, o Parlamento avocou-se o direito de examinar a renovação das concessões exatamente para que pudesse opinar nessa matéria.

O SR. GERSON CAMATA - V. Exª tem razão, Sr. Presidente. Há alguns anos atrás, propus aqui, primeiro, que essas emissoras que estão fazendo companha contra a **Voz do Brasil** não deviam ser renovadas, porque elas ficam 23 horas por dia ganhando dinheiro à custa de um espaço que não pertence a eles, mas ao povo brasileiro. Trata-se apenas de um poder delegado a eles. Uma hora para transmitir os atos do Supremo Tribunal Federal e dos Poderes Legislativo e Executivo, que são importantes para a população tomar conhecimento, elas não querem transmitir. Querem ganhar dinheiro 24 horas do dia. Nem à noite, quando a programação da rádio não é tão ouvida, querem participar. Então, penso que as concessões deveriam ser excluídas. Se não estiverem interessados, devem entregar a rádio para quem queira participar desse processo.

No outro caso, tentamos fazer como o FCC americano: a Comissão recebe um processo e envia cartas para a comunidade – para o pastor, o padre, a escola, o professor, o diretor. A rádio, então, colocaria gratuitamente no ar a divulgação de anúncios locais, atendendo às associações dos municípios. Se não o fizerem, a concessão da rádio deverá ser suspensa, e sua renovação passa a ser anual, desde que os programas se enquadrem para servir à comunidade.

Considero que os donos das emissoras de rádio ficaram tão fora das suas comunidades, que surgiu a reivindicação da rádio comunitária. O povo, então, procurou uma rádio para poder falar, porque tinha vez apenas em pouquíssimas emissoras da sua cidade.

Mesmo assim, V. Exª está mais uma vez coberto de razão. Deveríamos ser um pouco mais pesquisadores e perscrutar a opinião da população acerca do que ela recebe do espaço que lhe pertence.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - A idéia do Conselho de Comunicação seria essa: a de um órgão instrutor do Senado nas votações dessas matérias. Por razões corporativistas, de lado a lado, ele até hoje não foi votado na Casa, até porque os Senadores e Deputados não possuem tempo suficiente, em função do seu labor diário, para uma análise mais profunda da questão.

Por exemplo, às vezes há rádios do interior que, dominadas por uma mesma família ou por um mesmo grupamento político, simplesmente invalidam qualquer possibilidade democrática aos seus inimigos políticos, e não é essa a finalidade da radiodifusão. Não há nenhuma lei ou princípio de radiodifusão no Brasil que permita esse tipo de atividade. No entanto, ela existe.

Dessa forma, Senado e Câmara ficam sem a informação suficiente para transformar esse enorme e importante serviço de radiodifusão sonora e de televisão no Brasil em algo que efetivamente atenda ao interesse da sociedade. Fica a sugestão.

Passa-se ao requerimento da Senadora Emilia Fernandes:

"Considerando que o Ministério das Comunicações deverá enviar ao Congresso Nacional projeto de lei de comunicação de massa que afetará de perto a estruturação, operacionalização e manutenção dos serviços de radiodifusão brasileiros;

Considerando a realização do Seminário Nacional de TVs Educativas e Universitárias nos dias 23 e 24 de abril último, em Ouro Preto, Minas Gerais, onde o tema foi amplamente abordado;

Considerando a importância da regulamentação das retransmissoras educativas; e

Considerando, ainda, a importância de vir o Senado Federal, por meio desta Comissão, a integrar esse debate, requeiro a V. Exª, com base no art. 90, II, do Regimento Interno, a realização de audiência pública, a fim de que a sociedade, por meio dos setores interessados que vêm promovendo a discussão do assunto em referência, possa melhor garantir que a nova lei represente um instrumento de diálogo para a construção da cidadania.

Sugiro, para tanto, sejam convidados para expositores os representantes das entidades abaixo relacionadas:

1- Ministério das Comunicações;

2- Ministério da Educação;

3- Associação Brasileira de Emissoras Públicas Educativas e Culturais;

4- Associação Nacional de TVs Educativas Comunitárias – ANTEC;

5 - Fundação Cultural de Belo Horizonte – Fundac;

6 - TV Educativa do Estado do Rio Grande do Sul;

7- TV PUC, São Paulo.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1998.

Senadora Emilia Fernandes."

Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes, para apresentar suas considerações.

A SRª EMILIA FERNANDES - Levantou-se aqui, neste momento, a importância de se aprofundar a questão do debate e de alguma coisa mais concreta em relação à radiodifusão no Brasil. Recentemente, tivemos a aprovação das rádios comunitárias, uma questão muito importante, cujo debate contou com a participação da sociedade; e conseguimos estabelecer no País uma lei que vai orientar, direcionar, mostrar os reais objetivos de uma rádio comunitária, exigindo-se, inclusive, a legalização e que se dê transparência a essa atividade. Portanto, é o que temos agora e nos levou a pedir audiência pública, porque é a forma como vamos, então, embasar uma discussão que certamente poderá se ampliar chegando ao Congresso Nacional.

Em primeiro, lugar, temos que encontrar uma saída, porque pedidos de retransmissão de televisão protocolados no Ministério das Comunicações após 7 de março de 96 estão todos parados, não estão sendo examinados, aguardando uma nova regulamentação. Além disso, temos informação da própria Anatel de que existe a possibilidade de sair essa nova regulamentação, inclusive havia até uma idéia de que poderia sair neste primeiro semestre. Sabemos que este é um ano complicado, mas já poderíamos começar a discussão.

Queremos saber e também debater sobre as retransmissoras educativas, porque sabemos da importância que ocupa, por exemplo, uma TV Educativa da Universidade Católica de São Paulo; tanto que tivemos o cuidado de chamar aqui o Estado do Rio Grande do Sul. Também são do nosso conhecimento as distorções que existem nesse processo com relação às concessões, aos proprietários, enfim, sua utilização para outros fins que não aqueles que entendemos. Temos que debater também a questão das retransmissoras locais, ou seja, o que é TV Educativa, o que são retransmissoras locais, para sabermos como vai se dar a questão. Há também um debate, que tenho acompanhado de certa forma, com relação à manutenção dessas emissoras, ao espaço para propaganda, comerciais, se é possível ou não.

Então, há toda uma sensibilidade desses setores, dessas instituições que entraram com seus pedidos, junto ao Ministério, desde 1996, e eles estão parados. Portanto, seria uma forma da nossa Comissão provocar um debate e, a partir dos posicionamentos, enviá-los pelo Ministério das Comunicações, para dar um embasamento. Quer dizer, esta Casa vai demonstrar a sensibilidade do assunto, na medida em que o tema envolve tantas pessoas, regiões as mais diferentes e Estados e municípios os mais diferentes de toda a Nação brasileira.

Diante disso, gostaríamos de solicitar aos Srs. Senadores que aprovássemos esse requerimento. O Presidente da nossa Comissão marcaria uma data oportuna para podermos chamar essas pessoas, a fim de que as contribuições começassem a chegar imediatamente; e esta Casa, que tem a obrigação de acompanhar de perto as problemáticas que estão postas, contribuiria, de certa forma, com o próprio Ministério. Ao ser regulamentada, essa lei poderia excluir as retransmissoras educativas.

Portanto, precisamos estar atentos a essa questão. Nesse sentido, estimulamos esse requerimento, pedindo o apoio do ilustre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - A palavra está aberta ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA - Primeiro, sou favorável ao requerimento, e a Senadora tem razão. As TVs educativas, as TVs Cultura do País têm que ser rediscutidas. V. Exª veja que o dispêndio do Poder Público nos Estados e até em alguns municípios com seus canais, nestes três anos, é uma coisa de louco. Tem televisão educativa nos Estados que tem mais funcionários do que a **Rede Globo** todinha, e produz uma programação que é só para jogar dinheiro do povo no lixo. A grande vantagem da educação pela televisão é o **Telecurso**, que a **TV Globo** leva ao ar todas as manhãs. Mas a **TV Cultura** ninguém...

Agora que chegaram esses canais pagos, **Discovery,** BBC, as nossas **TVs Culturas**, com algumas exceções, têm uma programação chata, ninguém consegue ver. Agora está melhorando, porque estão comprando os documentários da BBC, estão aprendendo como se faz uma programação cultural boa e estão até traduzindo os programas de fora. Mas isso precisa ser rediscutido. É muito bom que haja a possibilidade de rediscutir, de redirecionar, porque, noutros Estados, tem uma coisa pior: a **TV Educativa** é um instrumento do governador - em lugar de ser educativa, é deseducativa, porque só fala secretário de governo, ou seja, ela é usada para militância política. Percebemos, entretanto, que em São Paulo a coisa foi bem orientada: é uma fundação, neutra e a melhor do Brasil. As outras emissoras deviam copiar a de lá.

Entendo que precisamos rediscutir esse assunto, portanto, sou a favor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE(Artur da Távola) - Alguém, ainda deseja fazer uso da palavra? (Pausa)

Permito-me sugerir à Senadora que inclua o nome do representante da Secretaria de Educação Social do Governo, tendo em vista que hoje uma parte dessas emissoras está com a Secretaria de Comunicação Social. A própria Fundação Roquete

Pinto não pertence mais ao Ministério da Educação e sim à Secretaria de Comunicação Social do Governo. Aliás, a propósito, peço um minuto da atenção dos Srs. Senadores para informar que a **Rádio Ministério da Educação** se chama **Rádio Ministério da Educação e Cultura**, popularmente chamada **Rádio MEC**.

O Ministério da Educação não é Ministério da Educação e Cultura; é Ministério da Educação e do Desporto. Ao mesmo tempo, a **Rádio MEC**, que se chama **Rádio Ministério da Educação e Cultura**, não pertence ao Ministério da Educação que não é da Cultura é do Desporto e pertence sim à Secretaria de Comunicação do Governo. Isso é muito interessante para mostrar como a dança das siglas, no Brasil, não acompanha a dança dos organogramas e como temos, no próprio Serviço Público, distorções dessa natureza.

Por outro lado, trocar o nome da **Rádio MEC**, a essa altura, seria também um erro, porque o público já está habituado com esse nome e ela também, por sua vez, pertence à Fundação Roquete Pinto. Ademais, em favor também do que disse a Senadora, está começando a viger no Brasil os projetos de organização social. A própria Fundação Roquete Pinto está deixando de ser uma fundação estatal vinculada à Secretaria de Comunicação para ser uma organização social, que é um projeto do MARE, pelo qual uma série de entidades dessa natureza ganham o mesmo tratamento de autonomia que tem, por exemplo, a Fundação Anchieta, em São Paulo, na qual o governo participa, dá a base, porém, não é ele que comanda efetivamente o processo. Então, elas se transformam de emissoras estatais em emissoras públicas.

Isso demonstra o quanto esses espectros se transformam e crescem no Brasil. Hoje, então, temos emissoras privadas, emissoras públicas, emissoras estatais, razão pela qual sugeria, fechando aqui a minha fala, a inclusão do nome do Secretário de Comunicação Social, porque, eventualmente, ele poderá dar um depoimento sobre essa matéria.

O SR. GERSON CAMATA - Se V. Exª me permite, tem uma experiência nova no Brasil, que é um canal pago, mas acho muito interessante, que é a Futura, um canal educativo das empresas privadas de televisão e outras empresas. Seria interessante chamar essas pessoas para conhecermos seu propósito e como é que eles estão oferecendo os serviços. Vou descobrir quem são os donos no futuro, mas parece-me que são a Globo, o SBT, aquele sistema de comunicação do Rio Grande do Sul, a Coca-Cola e a Philips. Deve haver algum gerente responsável lá. Vamos descobrir quem é ele, Senadora Emilia Fernandes, e vamos chamá-lo aqui, porque é uma proposta nova.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Exatamente.

Proponho que aprovemos, em princípio, o requerimento. A Senadora entraria em contato com os Senadores, que poderiam eventualmente sugerir outros nomes. Apenas informo à Comissão que há uma determinação da Mesa da Casa de que essas audiências públicas devam passar pela Presidência, não por nenhuma razão ligada a restrição a qualquer indicação, e sim a razões de ordem financeira, porque, nesse caso, o Senado arca com passagens, estada das pessoas aqui e tudo o mais. Sugiro que se aprove a matéria, **ad referendum** da Mesa, e acredito que não haverá problemas, já que a Comissão aprovará a matéria, pelo que me parece, por unanimidade.

A SRª EMILIA FERNANDES - Acolho a sugestão de ampliação das entidades que viriam, tendo em vista a importância do assunto. Quanto mais aprofundarmos a questão e dermos nossa contribuição sobre o assunto, melhor.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Vamos torcer para que no dia haja **quorum**.

O requerimento está aprovado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença das Srªs e Srs. Senadores.

Convoco reunião para a próxima quarta-feira, neste mesmo horário, posterior à Ordem do Dia da sessão ordinária.

(Levanta-se a reunião às 19h36min.)

ATA DA 8ª REUNIÃO , EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 1998.

Ás dez horas e trinta minutos do dia dois de junho de mil novecentos e noventa e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Joel de Hollanda e com a presença dos Senhores Senadores, Élcio Álvares, Emília Fernandes, Romeu Tuma, Hugo Napoleão, Jonas Pinheiro, Djalma Bessa, João Rocha, Gerson Camata, Leonel Paiva, Romero Jucá, Édison Lobão, Vilson Kleinubing, Francelino Pereira, Gilberto Miranda, José Fogaça, Nabor Júnior, Jefferson Peres, Leomar Quintanilha e Ernandes Amorim reúne-se a Comissão de Educação.Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Sarney, João França, Coutinho Jorge, Teotonio Vilela Filho, Beni Veras, Lauro Campos, Marina Silva, Odacir Soares, Fernando Bezerra, Roberto Requião, Artur da Távola, Abdias Nascimento, Sérgio Machado e Levy Dias.Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, o Senhor Senador Romeu Tuma requer que a deliberação da Pauta ordinária se inicie pelos projetos não terminativos que tratam das concessões de Rádios e Tvs (itens nº.s 11,12 e 13), o que é aprovado por todos os Senhores Senadores. A seguir, o Senhor Presidente passa a apreciação das matérias .**Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 112 de 1997,** de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Iguatemi FM Stéreo Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em Frequência Modulada na Cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo ." O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável é aprovado.**Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 138 de 1997,** de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão deferida a Empresa Portoalegrense de Comunicação Ltda., para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens (Televisão), na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador José Fogaça e o parecer favorável, lido pela Senadora Emília Fernandes, é aprovado.**Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 82 de 1997,** de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens (Televisão) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável é aprovado. Encerrada a apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo contidos na Pauta Ordinária, o Senhor Presidente passa a apreciação da **Pauta Extra. Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº. 041 de 1998,** de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão outorgada a Santarém Rádio e TV Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Santarém, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Coutinho Jorge e o parecer favorável, lido pelo Senador Djalma Bessa é aprovado. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº. 055 de 1998,** de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão da Rádio Pioneira Stéreo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul". A relatora designada é a Senadora Emília Fernandes e o parecer favorável é aprovado.**Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº. 052 de 1998,** de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade de Cerro Azul Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul". A relatora designada é a Senadora Emília Fernandes e o parecer favorável é aprovado. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 042 de 1998,** de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada a Empresa São Borgense de Comunicação Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em Frequência Modulada na Cidade de São Borja , Estado do Rio Grande do Sul". A relatora designada é a Senadora Emília Fernandes e o parecer favorável é aprovado. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 029 de 1996,** de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tiradentes Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o parecer favorável, lido pelo Senador Gerson Camata é aprovado. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 050 de 1998,** de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade de Juiz de Fora S.A., para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o parecer

favorável, lido pelo Senador Romeu Tuma é aprovado. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 124 de 1997**, de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade da Bahia S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada na cidade de Salvador , Estado da Bahia". O relator designado é o Senador Djalma Bessa e o parecer favorável, é aprovado. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 124 de 1995,** de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que,"Renova a permissão outorgada á Rádio Terra FM Ltda., para explorar serviço de rádiodifusão sonora em Frequência Modulada na Cidade de Goiânia , Estado de Goiás". O Senhor Senador Ernandes Amorim pede vista do referido projeto .**Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 113 de 1997**, de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que,"Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Frei João Batista Vogel-FM., para explorar serviços de rádiodifusão sonora em onda média na Cidade de Catalão, Estado de Goiás".O relator designado é o Senador Iris Rezende e o parecer favorável, lido pelo Senador Romeu Tuma é aprovado.**Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 128 de 1997**, de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que," Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Carajá da Anápolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Anápolis, Estado de Goiás".O relator designado é o Senador Iris Rezende e o parecer favorável, lido pelo Senador Gerson Camata é aprovado.**Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 044 de 1998,** de caráter não terminativo de autoria do Poder Executivo que," Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Itumbiara Ltda., para explorar serviço de rádiodifusão sonora em onda média na Cidade de Itumbiara, Estado de Goiás".O relator designado é o Senador Iris Rezende e o parecer favorável, lido pela Senadora Emília Fernandes é aprovado. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 046 de 1998,** de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que," Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Frei João Batista Vogel-FM, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Iris Rezende e o parecer favorável, lido pelo Senador Romeu Tuma é aprovado.**Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 135 de 1997,** de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Pousada do Rio Quente Ltda., para explorar serviço de rádiodifusão sonora em onda média na Cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador José Saad e o parecer favorável, lido pelo Senador Gerson Camata é aprovado. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 141 de 1997,** de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que,"Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cornélio Procópio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Djalma Bessa e o parecer favorável, é aprovado. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 140 de 1997,** de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que,"Aprova o ato que renova a concessão outorgada á Rádio Cultura de Ilhéus Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia". O relator designado é o Senador Djalma Bessa e o parecer favorável, é aprovado. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 040 de 1998,** de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que,"Aprova o ato que renova a concessão deferida a rádio Cultura Araraquara Ltda., para explorar serviço de rádiodifusão sonora em onda tropical na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável é aprovado. **Item 17:Projeto de Decreto Legislativo nº.126 de 1997,** de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada á Rádio Sociedade Carijós Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Conselheiro Lafaiete, estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o parecer favorável é aprovado.**Item 18:Projeto de Decreto Legislativo nº. 170 de 1997,** de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada a FM Cidade de Ilhéus Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia". O relator designado é o Senador Djalma Bessa e o parecer favorável é aprovado. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 121 de 1997,** de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que " Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Cambará Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Cambará, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Nabor Júnior e o parecer favorável, lido pelo Senador João Rocha é aprovado.**Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 051 de 1998**, de caráter não terminativo , de autoria do poder Executivo que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada á Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na Cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o parecer favorável é aprovado. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 053 de 1998,** de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Colonial Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Três de Maio, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador José Fogaça e o parecer favorável, lido pela Senadora Emília Fernandes é aprovado. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 043 de 1998,** de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que "Aprova o ato que renova a concessão da S/A Rádio Pelotense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador José Fogaça e o parecer favorável, lido pelo Senador João Rocha é aprovado.**Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 054 de 1998,** de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que " Aprova o ato que renova a permissão outorgada a SPS Rádio e Publicidade Ltda., para explorar,sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul".O relator designado é o Senador José Fogaça e o parecer favorável, lido pelo Senador Gerson Camata é aprovado. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 056 de 1998,** de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Estância ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador João França e o parecer favorável, lido pelo Senador João Rocha é aprovado.Esgotada a Pauta Extra o Senhor Presidente submete ao Plenário a retomada da deliberação da **Pauta Ordinária,** o que é aceito por todos os Senhores Senadores. **Item 01:Projeto de Lei da Câmara nº.012 de 1997**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Paulo Paim que "Acrescenta dispositivo á lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1997, que dispõe sobre os estágios de estudantes, alterada pela lei nº. 8.859, de 23 de março de 1994". O relator designado é o Senador Lúcio Alcântara. O Senhor Presidente esclarece que o relator da matéria não se encontra no Plenário da Comissão para a discussão do parecer, propondo que a deliberação seja reiniciada na próxima reunião da Comissão, com o que todos os membros concordam. **Item 02: Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº. 052 de 1997,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Ubiratan Aguiar que "Regulamenta o inciso VI do Artigo 206 da Constituição Federal , dispondo sobre a gestão democrática do ensino público". O relator designado é o Senador José Fogaça e o parecer, encaminhando a matéria para análise da CCJ, lido pelo Senador Gerson Camata é aprovado. **Item 03: Projeto de Lei da Câmara nº. 061 de 1997,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Fábio Feldmann que "Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outra providências". O relator designado é o Senador Joel de Hollanda. É concedida vista ao Senador Ernandes Amorim. A Comissão na totalidade de seus membros, decide que os itens a seguir descriminados ficam **adiados** em virtude de serem Projetos Terminativos que exigem quórum qualificado, não havendo, no momento, número regimental para a deliberação dos mesmos: **Item 04: PLS nº. 110 de 1995, Item 05:PLS 147 de 1996; Item 06: PLS 263 de 1995; Item 07: PLS 079 de 1995 (emendas de Plenário) e Item 08: PLS 234 de 1997.** Prosseguindo o Senhor Presidente retoma a votação da Pauta Ordinária. **Item 09: Projeto de Lei do Senado nº. 306 de 1995** de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marina Silva que "Dispõe sobre os instrumentos de controle do acesso aos recursos genéticos do país e dá outras providências". O relator designado é o Senador Leomar Quintanilha e o parecer favorável, nos termos do substitutivo apresentado, lido pela Senadora Emília Fernandes é aprovado.A seguir o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Leonel Paiva que requer a inserção do PDS 032/98, na Pauta ora em deliberação, o que é aprovado pelo plenário da Comissão. **Projeto de Decreto Legislativo nº. 032 de 1998,** de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que "Aprova o ato que renova a concessão deferida á Rádio Globo de Brasília Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Brasília, Distrito Federal".O relator designado é o Senador Leonel Paiva e o parecer favorável é aprovado. Prosseguindo a Presidência coloca para apreciação o último item da Pauta. **Item 10: Projeto de Lei do Senado nº. 127 de 1996,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que inclui apensados ao mesmo, os Projetos de Lei do Senado nºs. 293 de 1997 e 008 de 1998.É concedido pedido de vista do projeto á Senhora Senadora Emília Fernandes.O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, ás doze horas e trinta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente

Senador Joel de Hollanda
Vice-Presidente no exercício da Presidência

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Declaro aberta a 8ª reunião extraordinária da 4ª sessão legislativa ordinária da 50ª legislatura, a realizar-se nesta data.

Por solicitação de vários Senadores, iniciaríamos a reunião apreciando a pauta extra estabelecida.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, permita-me? Na pauta normal, há três itens sobre rádio: nºs 11, 12 e 13. Talvez fosse interessante votá-los.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Então, com a concordância de todos, começaremos pelo item 11, atendendo à solicitação do Senador Romeu Tuma.

Item 11. Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 1997. Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Iguatemi FM Estéreo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, na cidade de Bebedouro, no Estado de São Paulo.

Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Romeu Tuma, a quem concedo a palavra.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, V. Exª me permitiria fazer um resumo?

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - A Presidência concorda com a sugestão de V. Exª.

O SR. ROMEU TUMA - Como o projeto preenche todos os requisitos, inclusive a descrição das cotas de cada um dos associados, tendo essa rádio recebido parecer favorável na Câmara dos Deputados, opinamos no sentido de que ela se habilita à renovação da permissão.

Não se trata de nova concessão, e sim da renovação da Rádio Iguatemi FM Estéreo, na cidade de Bebedouro, no Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - A conclusão do parecer é favorável.

Em votação o parecer do Senador Romeu Tuma.

Os Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 12 da pauta normal. Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 1997. Aprova o ato que renova a concessão deferida à Empresa Porto-alegrense de Comunicações Ltda., para explorar serviços de radiodifusão de sons, imagens e televisão na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Autor: Poder Executivo. Relator: Senador José Fogaça.

Eu pediria à Senadora Emilia Fernandes que, se possível, fizesse um resumo do parecer do Senador José Fogaça.

A SRª EMILIA FERNANDES - O parecer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de autoria do Senador José Fogaça, refere-se à Empresa Porto-alegrense de Comunicação Ltda., para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, e chegou à nossa Comissão com a aprovação da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados e dá conta de que toda a documentação necessária foi apresentada e, portanto, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas do ponto de vista legal.

Trata-se da Empresa Porto-alegrense de Comunicação Ltda. - rádio e televisão.

Assim, tendo em vista o exame dessa documentação, entendemos que a emissora, a Empresa Porto-alegrense de Comunicação Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão.

O parecer, portanto, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - A Presidência agradece à Senadora Emilia Fernandes pela leitura do parecer, que é favorável à aprovação da matéria.

Em votação o parecer.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com parecer queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado o item 12.

Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 1997, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de som e imagens e televisão na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O autor é o Poder Executivo, e o Relator, o Senador Romeu Tuma, a quem concedo a palavra.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Rádio e Televisão Bandeirantes é uma das mais antigas de São Paulo, e a renovação de sua concessão é enviada a este Senado para ser apreciada, depois de ter sido aprovada na Câmara dos Deputados.

O projeto preenche todos os requisitos, e seria até uma homenagem a João Jorge Saad, um dos homens mais antigos no cenário de radiodifusão do País, que vem cumprindo bem o seu papel.

Portanto, preenchidos os requisitos legais, somos favoráveis à renovação da concessão.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - O parecer conclui favoravelmente à aprovação do projeto.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o Item 13.

Passamos, agora, à pauta extra, que também trata de rádios, para que possamos avançar no exame das matérias.

Pauta extra. Item 1:

Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1998, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Santarém Rádio e TV Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santarém, Estado do Pará.

O autor é o Poder Executivo, e o Relator, o Senador Coutinho Jorge, que não se encontra presente. Solicito, portanto, ao Senador Djalma Bessa que resuma o parecer proferido por S. Exª.

O SR. DJALMA BESSA - Parecer da Comissão de Educação sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1998 (nº 491, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Santarém Rádio e TV Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santarém, Estado do Pará.

Sr. Presidente, o projeto está devidamente instruído. Foi examinado na Câmara dos Deputados e obteve parecer favorável das comissões competentes.

A conclusão do voto do Relator é a seguinte:

"Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 41, de 1998, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, ficando caracterizado que a empresa Santarém Rádio e TV Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - O parecer é favorável.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 2:

Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1998, que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Pioneira Estéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifiusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O Poder Executivo é autor, e a Senadora Emilia Fernandes, a Relatora, a quem concedo a palavra.

A SRª EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, o projeto de decreto legislativo oriundo da Câmara dos Deputados chegou a esta Comissão com a aprovação da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Constituição e Justiça

daquela Casa, pela qual foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Tendo em vista que foram prestadas as informações necessárias para o cumprimento legal e atendidas as exigências, o projeto se encontra com todos os requisitos legais e técnicos para que seja aprovada a renovação. Por isso, nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - O parecer é favorável.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 3:

Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1998, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul.

O Poder Executivo é o autor, e a Senadora Emilia Fernandes, a Relatora, a quem concedo a palavra.

A SRª EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 52 chegou ao Congresso Nacional acompanhado da Mensagem Presidencial nº 53, com uma exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República. Inclusive, o documento que integra os autos dá conta de que a presente solicitação de renovação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou a seu deferimento.

O projeto foi analisado na Câmara dos Deputados. No Senado, depois de avaliá-lo, consideramos que a Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda., da cidade de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul, atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão. Por isso, opinamos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - A Relatora conclui pela aprovação do projeto de decreto legislativo.

Em votação o parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 4:

Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1996, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à empresa São Borjense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul.

O Poder Executivo é o autor, e a Senadora Emilia Fernandes, a Relatora, a quem concedo a palavra.

A SRª EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, Srs. Senadores, da mesma forma, essa solicitação de renovação veio ao Congresso Nacional por meio da Mensagem Presidencial nº 313, de 1992, acompanhada da exposição de motivos do Ministro das Comunicações.

Essa rádio é situada em uma cidade tradicional do interior do Estado do Rio Grande do Sul. Pelo que todos os rio-grandenses conhecem, ela presta bons serviços àquela comunidade.

Tendo em vista que atingiu todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão, opinamos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - O parecer é favorável.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 5:

Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1998, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tiradentes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Relator é o Senador Francelino Pereira. Já que S. Exª não está presente, peço ao Senador Gerson Camata a gentileza de resumir a conclusão do parecer.

O SR. GERSON CAMATA - O Relatório é favorável, pois se trata de uma exploração em onda tropical, que, aliás, ninguém mais está utilizando. Seria bom que o fizesse, porque ela possibilita que pessoas do interior ouçam estação de rádio.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - O parecer é favorável.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 6:

Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1998, que aprova o ato que renova a concessão à Rádio Sociedade Juiz de Fora S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

O Relator é o Senador Francelino Pereira, que se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos. Por isso, peço ao Senador Romeu Tuma que resuma o parecer proferido pelo Relator.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas para a renovação da concessão, opinamos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - O parecer conclui favoravelmente.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 7:

Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 1997, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade da Bahia S/A Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

O Relator é o Senador Djalma Bessa, que tem a palavra.

O SR. DJALMA BESSA - Parecer da Comissão de Educação sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 1997 (nº 463, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade da Bahia S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora com freqüência modulada na cidade de Salvador, no Estado da Bahia.

A proposição é de iniciativa do Presidente da República, que encaminhou mensagem à Casa, acompanhada da devida exposição de motivos. Consta a relação dos quotistas. Muito bem instruída a proposição, passou pela Câmara dos Deputados e foi aprovada nas comissões competentes.

A conclusão do parecer é a seguinte:

Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 124/97 evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, ficando caracterizado que a empresa Rádio Sociedade da Bahia S/A atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão, opinamos pela aprovação do ato na

forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - O parecer opina favoravelmente.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Item 8:

Projeto de Decreto Legislativo nº 124/95, que renova permissão outorgada à Rádio Terra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Íris Rezende.

O SR. ERNANDES AMORIM - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Senador Ernandes Amorim, V. Exª tem a palavra.

O SR. ERNANDES AMORIM - Sr. Presidente, tenho constantemente falado quanto à questão de os Senadores aprovarem projetos de renovação de permissões a rádios.

Em meu Estado, Rondônia, na cidade em que moro, surgiam as primeiras casas e já havia três emissoras de rádio. Nesta semana, um amigo celebrou contrato com certa rádio de lá. Eu nunca falei nessa emissora e, quando souberam que ele era meu amigo, cortaram o contrato desse cidadão.

Agora, ao ver a enchente de pedidos de permissões a rádios no Congresso - não sei qual o procedimento para sua aprovação, até porque nunca fui relator desse tipo de matéria -, aproveito o momento para pedir vista, para que eu possa ter uma idéia de como poderia contribuir, aprender um pouco sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Senador, a vista está concedida.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - O Senador Romeu Tuma, V. Exª tem a palavra.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Senador, desculpe-me, mas creio que V. Exª poderia abrir mão desse pedido de vista, pois é grande a demora nessas aprovações. Vou um pouco mais adiante, Senador. A assessoria do Congresso tem sempre nos orientado quanto ao tratamento a matérias desse tipo.

Talvez V. Exª queira fazer um requerimento à Mesa para informar, especificamente de que rádio se trata, para que seu comportamento seja analisado por esta Comissão.

Senador, temos aprovado esses projetos cumprindo a formalidade, e creio que não devemos abrir mão desse procedimento. Trata-se de permissão outorgada à rádio, para explorar serviço de radiodifusão, uma concessão e não propriedade. A qualquer instante, o Governo pode cassá-la.

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA - Precisamos - e este é o fórum adequado - convidar diretores de rádio, televisão, jornais, para que eles esclareçam quanto à tabela de preço de certos comunicados, propagandas, etc. O custo é um ou não. Daqui a pouco vai estabelecer que, para propaganda religiosa, três vezes mais; propaganda a favor dos pretos, vinte vezes mais; a favor dos brancos, de graça. Isso é uma discriminação que fere a Constituição.

Os horários na televisão chamados de gratuitos não o são. Eles são descontados no Imposto de Renda. Há empresa que tem crédito de Imposto de Renda de 30 anos e nunca mais vai pagar.

Essas coisas devem ser ditas. Temos que fazer um estudo do que vem acontecendo. O espaço que vem sendo usado, e do jeito que querem, não é do Senado, mas do povo brasileiro, patrimônio do povo.

Certas emissoras fazem campanha para que não haja transmissão pela agência nacional. Eles, que faturam 23 horas por dia, não concedem uma hora às instituições do povo, não podem. Isso também deve ser examinado.

Problemas como propagandas de crime, de droga são veiculados em horário impróprio. Até o cardeal está reclamando, e estamos aqui aprovando tudo!

Temos que começar a examinar esses concessões, a fazer um exame do que vem acontecendo, porque tudo isso está mexendo até com cardeal. É tiroteio, crime, sexo, violência.

O SR. ERNANDES AMORIM - Em meu Estado, se eu quiser comprar um minuto em alguma emissora, não me vendem. Não tenho participação na imprensa.

Peço desculpas, mas minha intenção é solicitar que esse projeto, já no ponto de ser aprovado, seja analisado, seja examinado o que se está exigindo da emissora.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Concedida vista a V. Exª.

Item 9:

Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 1997

Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Frei João Batista Vogel FM para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Catalão, Estado de Goiás. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Iris Rezende.

Senador Romeu Tuma, peço a V. Exª a gentileza de sintetizar o relatório.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, trata-se de decreto que renova a concessão da Fundação Frei João Batista Vogel, na cidade de Catalão, Estado de Goiás.

O voto do Relator, Senador Iris Rezende, é que o exame da documentação que acompanha esse PDS evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas. Portanto preencheu os requisitos legais, habilitando-se à renovação da concessão.

Opinamos pela aprovação do presente ato.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - O parecer é favorável.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 10:

Projeto de Decreto Legislativo nº128, de 1997

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Carajá de Anápolis Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Anápolis, Estado de Goiás. Relator: Senador Iris Rezende.

Senador Gerson Camata, peço a V. Exª que faça o resumo do parecer.

O SR. GERSON CAMATA (Joel de Hollanda) - Trata-se de renovação da concessão à Rádio Carajás de Goiás. No parecer, temos relacionados os sócios cotistas.

Não foi apresentado nenhum problema quanto à concessão da renovação. Portanto, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - O parecer conclui favoravelmente.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permaneceram sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 11:

Projeto de Decreto Legislativo nº 44/98

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Itumbiara Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás. Relator: Senador Iris Rezende.

Senadora Emilia Fernandes, peço a V. Exª a gentileza de resumir o relatório do Senador Iris Rezende.

A SRª EMILIA FERNANDES - O Senador Iris Rezende apresentou relatório dando conta da mensagem presidencial recebida, dos motivos, da relação dos nomes dos sócios cotistas.

Tendo em vista que o projeto passou pela Câmara dos Deputados, sendo lá aprovado do ponto de vista técnico e legal, jurídico e constitucional, o parecer do Senador Iris Rezende é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - O parecer é favorável.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 12:

Projeto de Decreto Legislativo nº 46/98.

Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Frei Joaquim Batista Vogel FM para explorar serviços de radiodifusão sonora na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.

O autor é o Poder Executivo e o Relator é o Senador Iris Rezende.

Peço ao Senador Romeu Tuma para apresentar o parecer.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta é a mesma Fundação cuja concessão acabamos de aprovar para a cidade de Catalão e que também requer a renovação da concessão da sua rádio na cidade de Anápolis, em Goiás.

O Senador Iris Rezende conclui, em seu voto, que foram preenchidos todos os requisitos legais - acompanha a documentação exigida. Portanto, habilita-se a renovação dessa concessão.

O relatório é favorável, com o qual concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 13:

Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 1997, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Pousada do Rio Quente Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade de Caldas Novas, no Estado de Goiás.

O Relator é o Senador José Saad.

Peço ao Senador Gerson Camata para apresentar o parecer.

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Presidente, a Pousada do Rio Quente tem dois sócios. A análise técnica do Ministério conclui pela renovação da concessão, que já foi outorgada e que é renovada por esse ato.

O Relatório do Senador José Saad é favorável e o meu também.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - O Parecer conclui favoravelmente.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 14:

Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de1997, que aprova o ato que renova a concessão à Rádio Cornélio Procópio Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cornélio Procópio, no Estado do Paraná.

O autor é o Poder Executivo e o Relator é o Senador Djalma Bessa, a quem concedo a palavra.

O SR. DJALMA BESSA - O Projeto de Decreto Legislativo nº 141 objetiva aprovar o ato que renova a concessão da Rádio Cornélio Procópio Ltda., na cidade de Cornélio Procópio, no Estado do Paraná.

O relatório está devidamente instruído e informa que a documentação foi devidamente apresentada. Cumpriram-se a Constituição e a Resolução da Casa.

O voto do Relator é pela aprovação do Decreto Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - O Parecer conclui favoravelmente.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 15:

Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 1997, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Ilhéus Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ilhéus, no Estado da Bahia.

O Relator é o Senador Djalma Bessa, a quem concedo a palavra.

O SR. DJALMA BESSA - O Projeto de Decreto Legislativo nº 140 objetiva aprovar o ato que renova a concessão à Rádio Cultura de Ilhéus Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Com a oposição do Partido dos Trabalhadores, que votou contra essas matérias.

Agora, o item nº 15.

Continua com a palavra o Relator.

O SR. DJALMA BESSA - O Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 1997, objetiva aprovar o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Ilhéus Ltda.

O relatório expressa que a documentação foi devidamente apresentada e apreciada. Está de acordo com a lei.

O voto do Relator é pela aprovação do projeto de decreto legislativo, uma vez que foram atendidas as exigências constitucionais, regimentais e da Resolução que disciplina a concessão de rádios.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - A Presidência agradece ao Senador Djalma Bessa.

O relatório é favorável.

Em discussão o relatório.

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Senador Gerson Camata, V. Exª tem a palavra.

O SR. GERSON CAMATA - Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Senador Romeu Tuma.

Sempre ouvi dizer que, no Brasil, é proibido que, por exemplo, V. Exª dê a seu filho o nome de Joel de Hollanda II, assim como Romeu Tuma II, Romeu Tuma III, Romeu Tuma IV.

O SR. DJALMA BESSA - Nada impede.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 16:

Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1998, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Cultura Araraquara Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Araraquara, no Estado de São Paulo.

O Relator é o Senador Romeu Tuma a quem concedo a palavra.

O SR. ROMEU TUMA - O processo em exame e em apreciação pelo Congresso foi aprovado na Câmara dos Deputados, cujo Relator, o Deputado Hélio Rosas, propôs a sua aprovação. Portanto, o projeto preenche os requisitos legais.

O titular é Elisa Herbert Lupo. A família Lupo é tradicional na cidade de Araraquara, com a tradicional fábrica de meias nesta cidade.

Somos favoráveis à autorização da renovação da Rádio Cultura Araraquara, por ter atendido a todos os requisitos técnicos e legais.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - O parecer é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 17:

Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 1997, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade Carijós Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora de onda média na cidade de Conselheiro Lafaiete, no Estado de Minas Gerais.

O Relator é o Senador Francelino Pereira, a quem concedo a palavra para proferir o seu parecer.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Sr. Presidente, o parecer é favorável, até porque conheço, de longa data, a Rádio Carijós e posso testemunhar o seu desempenho, sempre com o apoio da comunidade da grande cidade de Conselheiro Lafaiete, em Minas Gerais.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - O parecer é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 18:

Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 1995, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Cidade de Ilhéus Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ilhéus, no Estado da Bahia.

O Relator é o Senador Djalma Bessa, a quem concedo a palavra.

O SR. DJALMA BESSA - Sr. Presidente, este projeto de decreto legislativo visa renovar a permissão outorgada à FM Cidade de Ilhéus Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ilhéus, Estado da Bahia.

A proposição, de iniciativa do Presidente da República, esteve na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e na Comissão de Ciência e Tecnologia, onde foi devidamente aprovada.

O voto do Relator, verificando que foram observadas todas as disposições legais e que a documentação está devidamente adequada, é pela aprovação deste projeto de decreto legislativo, concedendo a renovação.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - O parecer conclui favoravelmente.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 19:

Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 1997, que aprova o ato que renova a concessão à Rádio Cultura de Cambará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cambará, Estado do Paraná.

O Relator é o Senador Nabor Júnior. Na sua ausência, peço ao nobre Senador João Rocha que apresente o parecer sobre a matéria.

O SR. JOÃO ROCHA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 1997, que aprova o ato que renova a concessão à Rádio Cultura de Cambará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cambará, no Estado do Paraná.

O projeto está devidamente instruído e cumpre as exigências legais.

O nosso parecer é favorável à aprovação da renovação da concessão da Rádio Cultura de Cambará.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - O parecer é favorável.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 1998, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais.

O Relator é o Senador Francelino Pereira, a quem concedo a palavra.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Sr. Presidente, a Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda. funciona naquela importante cidade do sul de Minas Gerais e seus dirigentes, como consta aqui no parecer, são: Iraci Aparecida Renault Bittencourt, Luiz Fernando Renault Bittencourt, Morvan Luísa Caeb de Rezende e José Antônio Renault Bittencourt.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - O parecer é favorável.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1998, que aprova o ato que renova a concessão à Rádio Colonial Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Três de Maio, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Relator é o Senador José Fogaça.

Peço à Senadora Emilia Fernandes que apresente o parecer sobre a matéria.

A SRª EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, este projeto chega devidamente instruído, com a aprovação da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados e da Comissão de Constituição, Justiça e de Redação daquela Casa, onde foi considerado jurídico, constitucional e embasado em boa técnica legislativa.

Analisando o processo, constatamos que a documentação que acompanha evidencia o cumprimento de todas as formalidades estabelecidas do ponto de vista legal e atende a todos os requisitos técnicos.

Por isso, o parecer foi favorável e reafirmamos isso, aqui, nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - O parecer é favorável.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 1998, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Pelotense Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Relator é o Senador José Fogaça.

Peço ao Senador João Rocha que apresente o parecer do Senador José Fogaça.

O SR. JOÃO ROCHA - Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 1998, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Pelotense Ltda.

A empresa atendeu às exigências legais e constitucionais.

O nosso parecer é favorável à renovação da concessão.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - O parecer conclui favoravelmente.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 1998, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à SPS Rádio de Publicidade Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Torres, no Estado do Rio Grande do Sul.

O autor é o Poder Executivo.

Peço ao Senador Gerson Camata que apresente o parecer do Senador José Fogaça.

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Presidente, o parecer é favorável.

Trata-se de uma rádio FM na cidade de Torres, no Rio Grande do Sul. A renovação é para a SPS Rádio Publicidade continuar exercendo o uso dessa freqüência. Os sócios têm 600 quotas cada um, sendo eles: Sebastião de Assis Pereira, Guilherme da Silva Hora, Dirlene Teixeira da Silva e Cláudio Weber Rodrigues.

O Parecer do Senador José Fogaça é favorável e concordo com ele.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - O parecer conclui favoravelmente.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 24, o último item da pauta extra: Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 1998, que aprova o ato que renova a concessão à Rádio Estância Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Lourenço, no Estado de Minas Gerais.

O autor é o Poder Executivo e o Relator é o Senador João França.

Peço ao Senador João Rocha que apresente o parecer sobre a matéria.

O SR. JOÃO ROCHA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 1998, que aprova o ato que renova a concessão à Rádio Estância Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Lourenço, no Estado de Minas Gerais.

O projeto está devidamente instruído, atendendo às exigências e normas técnicas e constitucionais.

O nosso parecer é favorável à renovação da concessão para exploração do canal de radiodifusão sonora nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, **caput**, da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - O Parecer é favorável. Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Esgotada, portanto, a pauta extra. Consulto os Srs. Senadores se desejam que voltemos à pauta normal. (Pausa)

Item nº 1 - Projeto de Lei da Câmara nº 012, de 1997 - acrescenta dispositivo à Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1997, que dispõe sobre estágio de estudante, alterada pela Lei nº 8.859, de 23 de março de 1994. O autor é o Deputado Paulo Paim, Relator, Senador Lúcio Alcântara. O parecer foi pela prejudicialidade, mas a Senadora Emilia Fernandes apresentou voto em separado favorável à proposição em forma de substitutivo.

Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRª EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, Srs. Senadores, este projeto, de autoria do Deputado Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, tem por objetivo explicitar a responsabilidade no acompanhamento do estágio curricular realizado pelos estudantes. Dessa forma, prevê que a entidade concedente do estágio supervisionado pela instituição de ensino deve fiscalizar as atividades dos alunos estagiários em todas as suas etapas.

O Relator da matéria, nesta Comissão, o ilustre Senador Lúcio Alcântara emitiu parecer considerando a proposição prejudicada e alega que, em virtude da aprovação da Lei nº 9.394, de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Podemos afirmar que a LDB não revogou expressamente a Lei nº 6.494, de 1977. A hipótese que sustenta o entendimento do Relator é que estaria prejudicado porque houve uma revogação tácita da lei pela LDB. De fato, o art. 82 da referida Lei de Diretrizes Básicas determina as normas para a realização dos estágios, que serão estabelecidas pelo sistema de ensino. Contudo, não vai além de estabelecer certas diretrizes genéricas sobre a matéria.

O estágio curricular é uma etapa de grande importância na formação profissional. É nessa ocasião que o aluno põe em prática os conhecimentos teóricos aprendidos em sala de aula. Ressalte-se, no entanto, que a necessária complementação da aprendizagem no que se refere ao aperfeiçoamento técnico, científico e cultural somente será

alcançada por meio de estágio curricular se esse ocorrer em condições adequadas.

Com freqüência, as empresas atribuem aos estagiários tarefas repetitivas e monótonas, que nada acrescentam à sua formação profissional. Então, para evitar que o aluno seja utilizado como mão-de-obra barata - vejam bem -, torna-se necessário assegurar, explicitamente, o compromisso não só da instituição de ensino que envia o estagiário como também da empresa concedente do estágio na consecução dos reais objetivos do estágio curricular.

Por ser fundamental, para que a intenção e o conteúdo da proposição em análise tenha validade para todo o País, consideramos importante que se aprove este projeto com um substitutivo. Sendo assim, reportamo-nos à Lei de Diretrizes e Bases e não àquela de 1977 como o autor previa. O projeto foi feito antes.

Alteramos o art. 82, da LDB, da seguinte forma:

"Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para a realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio e superior em sua jurisdição.

Art. 1º. O estágio realizado nas condições deste artigo não estabelece vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica."

Isso já consta na Lei de Diretrizes e Bases. Não estou alterando uma vírgula. Acrescento os §§ 2º e 3º, com a seguinte redação:

"§ 2º - Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem a ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares.

§ 3º - Compete à entidade pública ou privada concedente do estágio, com a supervisão da instituição de ensino em que o estudante esteja matriculado, zelar pelas atividades dos estagiários para dar fiel cumprimento ao disposto no parágrafo anterior.

Então, basicamente é isso, Srs. Senadores.

Estamos detalhando a responsabilidade e a característica do estágio no sentido de uma complementação da aprendizagem e aperfeiçoamento dos conhecimentos, ressaltando a responsabilidade de supervisão da instituição que envia o aluno, a fim de verificar se os objetivos estão sendo observados e se o estagiário está na sua real função. Sendo assim, acredito que é possível votarmos esse voto em separado.

O Senador considerou que a proposta era importante, fundamentava-se na necessidade de uma definição mais clara, mas levantou o argumento de que a Lei de Diretrizes e Bases, por ser mais abrangente e mais atualizada que a lei proposta, é que estaria em vigor. Dessa forma, reportamo-nos à LDB e entendemos que estamos contemplando a idéia do autor, a sugestão, o alerta que o Relator Lúcio Alcântara, como também ampliando seus objetivos, porque é meritória a matéria.

Esse é o nosso parecer. Pedimos a aprovação do voto em separado com o substitutivo que apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - A Presidência acolhe o substituto da Senadora Emilia Fernandes. Apenas lamenta que o Relator da matéria, o Senador Lúcio Alcântara, não se encontra presente. Sendo assim, não poderemos deliberar sobre a matéria. Adiaremos a votação.

O autor sequer leu o parecer. Adiaremos a votação.

Será colocado em votação o relatório do Senador Lúcio Alcântara, como também o voto em separado da Senadora Emilia Fernandes. A matéria constará da pauta da próxima reunião.

Item nº 2 - PLC nº 52, de 1997 - regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição Federal e dispõe sobre a gestão democrática do ensino público. Autor : Deputado Ubiratan Aguiar, Relator: Senador José Fogaça.

Eu pediria ao Senador Gerson Camata para fazer uma síntese do relatório do Senador José Fogaça.

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Presidente, trata-se de um projeto de lei que regulamenta aquele artigo da Constituição que fala da gestão democrática do ensino público. O Senador José Fogaça, em seu relatório, entende que a LDB, a referida Lei nº 9.394, já legislou sobre o assunto. Como S. Exª não quer extinguir o debate sobre o problema, solicita no seu relatório que seja remetido o projeto à Comissão de Justiça, que decidirá se a Lei nº 9.394 já regulamentou isso ou não.

É um relatório simples e que pede na sua conclusão que o projeto seja remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - A Presidência informa que se empenhará para que, na próxima reunião, o projeto anterior seja objeto da conclusão das discussões e de aprovação. Apenas aconteceu que o Senador não leu o relatório.

A SRª EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Na grande maioria das matérias anteriores, os Relatores não estavam presentes. Designados por V. Exª, assumimos os relatórios e apresentamos. Não é uma matéria polêmica, mas apenas uma questão de entendimento em termos de que lei deveríamos alterar. Se fosse uma questão polêmica envolvendo posições partidárias, até aceitaria. Penso que estamos protelando uma definição que qualquer Senador, com o conhecimento que têm, poderiam apresentar. Depois de lido o relatório, definiríamos em relação ao voto.

Concordo com a opinião de V. Exª, mas peço que definamos essa matéria na próxima reunião, com a presença dos que aqui se encontram.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Será o primeiro item da próxima reunião.

A SRª EMILIA FERNANDES - Algumas matérias de determinados Senadores andam; de outros, emperram!

Acredito que esse critério não pode ser utilizado, principalmente na Comissão de Educação, em que a palavra já diz tudo o que contemplo.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Com a palavra o Senador Ernandes Amorim.

O SR. ERNANDES AMORIM - Só para justificar, citarei um exemplo. O Relator desse projeto que está sendo lido agora nem se encontra na Casa. Não adianta nem lermos o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Senador Ernandes Amorim, quando houver dúvida em relação ao mérito de qualquer um dos Srs. Senadores, a posição será a mesma.

A Presidência da Comissão diligenciou para verificar se o Senador Lúcio Alcântara encontrava-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a fim de chamá-lo para defender o seu parecer. Como S. Exª não se encontrava, a Presidência desta Comissão compromete-se a colocar o referido projeto como Item 1 da próxima reunião.

Com relação ao Item 2, a conclusão do parecer do Senador José Fogaça é pela audiência à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Item 3.

O SR. ERNANDES AMORIM - Sr. Presidente, o Item 3 trata de questões ambientais.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Primeiramente, deixem-me lê-lo.

Item 3 da pauta.

Dispõe sobre a educação ambiental, institui política nacional de educação ambiental e dá outras providências.

Autor: Deputado Fábio Feldmann. Relator: Senador Joel de Hollanda, com parecer favorável com as emendas de redação que apresenta.

Com a palavra o Senador Ernandes Amorim.

O SR. ERNANDES AMORIM - Sr. Presidente, na verdade, esse é outro assunto que nos interessa, por sermos da região Norte. A lei ambiental está sendo muito perversa em relação a nossa região. Como se trata de educação ambiental, da formação dos jovens, tenho interesse em pedir vistas desse projeto - sei que o parecer deve ser mantido -, tenho interesse em lê-lo e analisá-lo direito.

Por sermos da região Norte, estamos sendo muito perseguidos por causa de leis que são aprovadas de forma atropelada nesta Casa. Pelo fato de o Governo ter maioria estrondosa na Casa, às vezes aprovamos leis que até são contra os nossos interesses. Há o exemplo da lei eleitoral, que foi aprovada a toque de caixa para atender aos interesses superiores, que hoje está tumultuando toda a área política.

Por isso, peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Concedida a vista a V. Exª, na forma regimental.

Item 4:

Projeto de Lei do Senado nº 110, terminativo. Contudo, não temos **quorum** suficiente.

Os Itens 5 e 6 também são terminativos.

O Item 7 é não-terminativo.

Item 7:

Emendas nºs 1 e 2 de Plenário. Projeto de Lei do Senado nº 079, de 1995. Dispõe sobre a distribuição de recursos salário educação e dá outras providências.

Autor: Senador Waldeck Ornelas. Autor das Emendas: Senador Ramez Tebet. Relator das Emendas: Senador Lúcio Alcântara.

O parecer é pela rejeição.

Peço ao Senador Gerson Camata que resuma o parecer.

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Presidente, solicito a V. Exª, caso possa atender-me, que defira a outro Senador, porque, se não for assim, terei de ler um relatório a que sou contrário. Isso será desagradável, pois parecerá que sou favorável. Acredito que o projeto está cheio de méritos. Então, outro Senador poderia lê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Neste caso, peço à Senadora Emilia Fernandes que o faça.

A SRª EMILIA FERNANDES - Como o projeto está cheio de emendas, penso que deveríamos adiá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - A Mesa acolhe a sugestão de adiamento do Item 7, em função da complexidade da matéria.

Item nº 9, não-terminativo.

Dispõe sobre os instrumentos de controle do acesso a recursos genéticos do País e dá outras providências.

Autora: Senadora Marina Silva. Relator: Senador Leomar Quintanilha.

Parecer favorável, nos termos dos substitutivos apresentados.

Peço ao Senador Gerson Camata que, se puder, sintetize o relatório.

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Presidente, trata-se de um projeto que considero de uma importância muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Senador Gerson Camata, a Mesa equivocou-se, pois a Senadora Emilia Fernandes já havia pedido para relatar a matéria.

O SR. GERSON CAMATA - Por favor! Desculpem-me.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Com a palavra a Senadora Emilia Fernandes.

A SRª EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, tenho certeza de que o Senador Gerson Camata também faria a defesa do parecer, tendo em vista o mérito desse projeto. No entanto, em se tratando de um projeto da Senadora Marina Silva, nossa Colega da bancada feminina do Senado Federal, pedi essa deferência ao Presidente, tendo em vista que a Senadora não pôde estar presente.

Esse projeto dispõe sobre as formas de preservar a diversidade, a integridade e a utilização sustentável do patrimônio genético do País. Fundamenta-se nos princípios da soberania nacional sobre esse patrimônio de participação das comunidades locais e dos povos indígenas, nas decisões que tenham por objetivo o acesso aos recursos genéticos nas áreas que ocupam: de promoção e de apoio à geração de conhecimentos, de tecnologias e de reconhecimento dos direitos individuais e coletivos sobre os conhecimentos associados à diversidade biológica.

O projeto detalha as atribuições institucionais do Poder Público para assegurar o cumprimento de seus dispositivos; define procedimentos administrativos para projetos de acesso aos recursos genéticos nacionais; institui direitos das comunidades locais e das populações indígenas que se beneficiarem coletivamente por suas tradições e conhecimentos; estabelece diretrizes para o desenvolvimento e para a transferência de tecnologia e fixa as sanções que se aplicarão aos infratores.

Sabemos que o parecer do Senador Leomar Quintanilha é muito detalhado e completo. Todavia, eu gostaria de ressaltar apenas dois aspectos: os danos que o Brasil vem sofrendo devido à inexistência de uma legislação que discipline o acesso aos recursos genéticos são imensuráveis. Os prejuízos de ordem econômica, social e ambiental dificilmente poderão ser contabilizados, mas não é preciso muito esforço para reconhecer os danos causados pela ação criminosa de coleta e de exportação de recursos genéticos nacionais sem que o País aufira qualquer tipo de benefício derivado dos resultados econômicos dessa ação.

É muito oportuna a apresentação da matéria em pauta pela Senadora Marina Silva, e o trabalho da Comissão de Assuntos Sociais, que inclusive analisou a matéria, foi resultado da colaboração de inúmeras entidades e de pessoas ligadas ao tema em pauta. O projeto foi analisado por aquela Comissão. A variedade e a qualidade das contribuições recebidas pela Comissão de Assuntos Sociais conciliaram à diversidade de interesses na matéria, levando-nos a avaliar, de maneira bastante positiva, o processo de discussão ali realizado.

Por esse motivo e baseada no mérito do substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, manifesto-me favoravelmente a que esta Comissão de Educação acompanhe o texto aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, por cuja aprovação votamos nos termos do substitutivo a seguir apresentado.

Este é o parecer que o Senador Leomar Quintanilha apresentou e que acompanhamos, pedindo a sua aprovação.

O SR. ERNANDES AMORIM - V. Exª se refere ao substitutivo do Senador Osmar Dias, projeto que fica para ser acolhido?

A SRª EMILIA FERNANDES - Exato. Foi representado na Comissão de Assuntos Sociais, acolhido pelo Relator e aprovado pela Comissão.

Em relação a esse projeto, o Senador Leomar Quintanilha pede a esta Comissão a aprovação daquele substitutivo que foi amplamente trabalhado, visando a conciliar interesses de todos os envolvidos.

O assunto merece realmente a nossa atenção; estamos até na semana do meio ambiente. A meu ver, quando falamos em acesso aos recursos genéticos do País, de certa forma, estamos olhando também com atenção para essa questão. Por isso, pedimos a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - O parecer, resumido pela Senadora Emilia Fernandes, da lavra do Senador Leomar Quintanilha, é favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

Em discussão a matéria.

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Presidente, efetivamente, era uma lacuna, um buraco que existia na legislação brasileira. Desde que o Brasil assinou a Convenção da Diversidade Ideológica, em 1992, ele estava precisando de uma legislação que protegesse o acesso a essa potencialidade enorme que detemos - mais que outros países - e da qual não temos, não tínhamos - ainda vamos ter - nenhum tipo de controle. Quando falamos em controle, não se trata de um controle no sentido de se impedir que essa diversidade ideológica seja usada em benefício dos brasileiros e da humanidade. Pelo contrário, uma lei que, regulamentada, estimule a pesquisa, o desenvolvimento, a busca de fontes de cura, de salvamento, de melhores condições de saúde, dentro desse enorme patrimônio que tem o Brasil.

Um dos aspectos mais importantes que vejo nesse projeto é aquele que salvaguarda direitos de conhecimentos tradicionais, por exemplo, de povos primitivos. Esse é muito interessante, porque, o que ocorre normalmente? Quando a civilização chega a esses povos mais primitivos, tudo o que ha de bom, eles absorvem.

Esse patrimônio que foram acumulando na experiência de serem atacados por uma serpente, de morrerem envenenados pela serpente, de não ter efeito o veneno de outra serpente sobre determinadas pessoas daquela tribo, de doenças que pegamos facilmente quando entramos na floresta - as quais eles são praticamente imunes -, tudo isso é um cabedal intelectual que foram acumulando. Não tinham nenhum direito autoral, direito intelectual sobre esse patrimônio. Agora, não - e o substitutivo do Senador Osmar Dias melhorou bem a intenção inicial da Senadora Marina Silva. A partir da aprovação dessa lei, teremos a oportunidade de disciplinar, de colocar esse patrimônio da diversidade biológica a serviço da humanidade. Garantiremos o direito àquelas conquistas, àqueles conhecimentos que foram acumulados durante séculos pelos povos primitivos. Ao mesmo tempo, haverá estímulo para que ele seja explorado, e não depredado, e que seja garantida a propriedade intelectual daquele que trabalha em cima dessa atividade de pesquisa que é disciplinada pela lei.

Portanto, somos favoráveis, nos termos do substitutivo do Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Continua em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, vou submetê-la à votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se sentados.

Aprovada.

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Presidente, para requerer. Eu gostaria de merecer a atenção de V. Exª para a inclusão em pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 1998; 488, de 1997, na Câmara dos Deputados, que aprova a renovação da concessão da Rádio Globo de Brasília Ltda. Eu gostaria que fosse incluído em pauta e que fosse dado preferência de votação a esse item.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Submeto o requerimento à deliberação da Comissão.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

O SR. GERSON CAMATA - O meu requerimento é para que se inclua imediatamente. Como se trata de matéria corriqueira, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Um momento. Ele pediu para incluir o projeto de decreto legislativo. Aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Globo de Brasília para explorar serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade de Brasília, DF.

De acordo com a deliberação da Comissão, o item é incluído.

Concedo a palavra ao Relator para apresentar o seu relatório.

O SR. LEONEL PAIVA - Foi feito exame da documentação que acompanha esse PLS, ficou evidenciando o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, ficando caracterizado que a empresa Rádio Globo de Brasília Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para se habilitar à renovação da concessão. Opinamos, assim, pela aprovação do ato, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - O parecer é favorável.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Item 10, o último da nossa pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1996, que dispõe sobre a unificação dos vestibulares das Universidades Federais. Autor: Senador Casildo Maldaner. Relator: Senador João Rocha, a quem concedo a palavra.

O SR. JOÃO ROCHA - Sr. Presidente, estamos relatando o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1997, e os apensados nº 293 e nº 8, que versam sobre o mesmo assunto.

Esta Comissão deve se manifestar sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 127, de 1996, 293/97 e 08/98, de autoria dos Srs. Senadores Casildo Maldaner, Esperidião Amin e José Ignácio Ferreira, respectivamente. Os dois primeiros dispõem sobre a modificação da data dos exames vestibulares nas instituições federais de ensino superior e o último dispõe sobre dias alternativos para concursos e vestibulares, de modo a atender aqueles que aleguem motivos de crença religiosa.

O PLS nº 127/96 recebeu parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Durante a sua análise na Comissão de Educação, foi aprovado requerimento para tramitação conjunta com os Projetos de Lei do Senado nºs 293/97 e 08/98, pois versavam sobre a mesma matéria. Apesar de visarem ao mesmo objetivo - a simultaneidade da realização dos exames vestibulares -, os Projetos de Lei do Senado nºs127/96 e 293/97 divergem no que diz respeito à abrangência da norma que estabelecem. Enquanto a iniciativa do Senador Casildo Maldaner é restrita às universidades federais, a do Senador Esperidião Amin envolve todas as instituições federais de ensino superior, possibilitando também a recomendação do Ministério da Educação e do Desporto para que a determinação se estenda aos demais estabelecimentos de ensino superior.

Na justificação, os autores argumentam sobre a necessidade de democratizar o acesso ao ensino superior. Afirmam que a oportunidade de os candidatos provenientes de famílias abastadas concorrerem aos exames em diferentes localidades conturba a vida dos mais carentes, na medida em que eleva os índices de concorrência dos concursos e permite o bloqueio de vagas nos cursos superiores.

O PLS nº 8/98, mesmo versando sobre matéria análoga, apresenta uma especificidade que o diferencia dos outros projetos, tanto no aspecto formal, quanto no mérito. Em essência, ele busca atender os grupos religiosos "que, em virtude de sua fé ou convicção filosófica, sentem-se impedidos de prestar concursos e vestibulares aos sábados." Por essa razão, estabelece a concessão de dias alternativos de exames em todo concurso público. Para efeito do que determina essa norma, o parágrafo único qualifica a expressão "concurso público", incluindo aí os exames vestibulares.

O art. 2º do PLS nº 8/98 procura evitar o tratamento desigual dos candidatos que prestarem exames em datas irregulares nos processos de avaliação e desobriga as entidades organizadoras dos concursos a oferecer mais de um dia alternativo e a negociar horários. O autor entende que a realização de concursos vestibulares nos finais de semana discrimina alguns grupos religiosos e contraria o princípio constitucional que diz "ninguém será privado de direito por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política", art. 15, inciso VIII, da Constituição.

Análise e voto.

A Lei nº 5.540/68 disciplinou a reforma do sistema universitário brasileiro na década de 70, fixou o concurso vestibular como única via de acesso ao ensino superior. O art. 21 dessa Lei, ao apreciar o conteúdo e o nível das provas, instituiu em seu Parágrafo Único a meta da unificação do concurso vestibular em conteúdo e execução:

Art. 21:

Parágrafo único - Dentro do prazo de três anos, a contar da vigência dessa Lei, o concurso vestibular será idêntico em todo o conteúdo para todos os cursos ou áreas de conhecimento afins e unificados em sua execução, na mesma universidade ou federação de escolas ou no mesmo estabelecimento isolado de organização pluricurricular, de acordo com os estatutos e regimentos.

A regra de edificação assim formulada estava atrelada à proposta de um princípio de ciclos, o ciclo básico, comum a todos os cursos de graduação ou a grupos de cursos afins, com função de recuperar a insuficiência na formação dos alunos, orientar a escolha profissional e preparar para os ciclos ulteriores.

Na prática, esse ciclo básico teve existência breve, mas a estratégia da simultaneidade dos concursos vestibulares persistiu. Em 1991, passou a viger o Decreto nº 68.908, que determina em seu art. 5º: "Nas instituições oficiais, o concurso vestibular realizar-se-á, para todo o território nacional ou para as diferentes regiões, em data a ser fixada pelo Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura". E complementa em seu art. 7º: "O Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do seu Departamento de Assuntos Universitários, atuará junto a instituições públicas e privadas de ensino superior, visando à sua associação, na mesma localidade ou em localidades diferentes, para a realização conjunta de concurso vestibular num processo gradual de unificação, que deverá alcançar regiões cada vez mais amplas do País".

Em 1997, o Decreto nº 79.298 revogou esse dispositivo, deixando menos explícito o instituto de unificação, conforme se observa em seu art. 1º, alínea "e":

Art. 1º (.....)

e - o concurso vestibular das instituições federais e particulares que compõem o sistema federal de ensino superior reger-se-á, a partir de 1º de janeiro de 1978, pelo Decreto nº 68.901, de 03/01/91, com as seguintes alterações: letra 'e' - fixação, pelo Ministério da Educação e Cultura, de data para início da realização do concurso vestibular nas instituições federais e do período em que será realizado o das particulares.

Com a restauração da ordem democrática no País e, principalmente, no âmbito dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, o caráter centralizador da legislação esmorece. O Decreto nº 96.533, de agosto de 1998, ao fixar novas normas para o concurso vestibular, trata da uniformidade do conteúdo das provas, nos termos do Parágrafo Único do art. 21 da Lei nº 5.540/68. Entretanto, é omisso no que diz respeito à unificação da execução das provas. Essa omissão acentua-se também nas portarias do MEC que disciplinam a matéria.

A Constituição de 1998, por outro lado, tratou de consolidar as tendências descentralizadoras e desburocratizantes, estatuindo, no que diz respeito à educação superior, que: "as universidades gozam de autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão."

Na regulamentação dessa autonomia, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, sancionada em dezembro de 1996, assegura às universidades, entre outros, o poder de deliberar sobre a criação, expansão, modificação e extinção de cursos, ampliação, diminuição de vagas e critérios de seleção e admissão de alunos. Além disso, revoga toda a legislação anterior relativa ao concurso vestibular e progride quando o exclui como único meio de acesso ao ensino superior. Nos termos do art. 44, II, da referida Lei, "os cursos de graduação são abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo".

A administração flexível instaurada, permitindo às universidades definir sobre o calendário das atividades acadêmicas e as formas alternativas de ingresso na educação superior, tornou-se fundamental para sua maior adequação às peculiaridades de cada instituição nas regiões e melhor atendimento ao aluno.

Assim sendo, é extremamente problemático criar-se uma legislação isenta de impropriedade no aspecto constitucional, que resgate a estratégia para unificação de vestibulares. Certamente, a experiência atual envolve alguns inconvenientes, entre os quais se encontram aqueles apontados pelos autores dos projetos em análise. Entretanto, sabe-se que estão sendo adequadamente contornados.

De fato, as universidades utilizam a segunda chamada para preenchimento de vagas surgidas com a desistência de alunos aprovados em mais de uma seleção. Dessa forma, os alunos bem-sucedidos no vestibular mas não classificados na primeira chamada têm a oportunidade de matricular-se, evitando assim a permanência de vaga ociosa no decorrer do ano letivo.

Com relação à fixação do dia alternativo para concursos vestibulares, proposta pelo Projeto de Lei do Senado nº 08/98, a conclusão é semelhante, pois a imposição pretendida também fere o preceito constitucional da autonomia universitária, assegurado pela Constituição Federal em seu art. 207. Adicionalmente transformada em norma legal, é possível que seja fonte de constrangimentos tanto para os Governos da Federação, quanto para a iniciativa privada, por interferir na autonomia que a Constituição lhe confere.

Afora esses problemas de constitucionalidade, entendemos que a proposta apresenta dificuldades em sua operacionalização e não se harmoniza com as tendências de desregulamentação que caracterizam a sociedade moderna.

Em face do exposto, embora reconhecendo a preocupação dos Srs. Senadores com os estudantes que almejam ingressar nas universidades, opinamos pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 107/96, 293/97 e 08/98.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) Agradecemos ao Senador João Rocha pelo parecer que proferiu no sentido da rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 107/96, 293/97 e 08/98.

Em discussão a matéria. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Presidente, a discussão é muito ampla. Isso assemelha-se à ponta de um *iceberg* enorme, que é o ensino público, e necessita ser revisto. Trata-se de avaliar direitos de minorias - sabemos que os adeptos de algumas religiões, por exemplo, nos sábados não fazem vestibular, não estudam nem vão ao colégio.

A universidade possui uma autonomia universitária tão grande, que o contribuinte, que paga para ela existir, não tem o direito de opinar sobre essa autonomia. É impressionante.

Há outro problema que deve ser analisado profundamente: a universidade pública brasileira é dos ricos. Sou favorável ao projeto da Senadora Benedita da Silva referente às cotas. Há de ter uma parcela para os pobres na universidade pública, senão eles lá não entram.

V. Exªs sabem ou descobrirão que, hoje, há a ponte aérea do vestibular. Há alguns dias, estava no aeroporto de Vitória; e uma mãe pediu-me que pagasse a ponte aérea do vestibular do seu filho. Perguntei-lhe do que isso se tratava e ela explicou-me que, em Vitória, se aluga um avião da Rio Sul, os ricos prestam o concurso vestibular na capital capixaba, voam para o Rio de Janeiro e depois para Campos a fim de, nessas cidades, também se submeterem a outros concursos vestibulares. Os pobres não têm essa oportunidade. Então, enquanto o rico presta três vestibulares na universidade pública, tendo três chances, o pobre só consegue fazer um. Essa é a ponte aérea do vestibular.

Os professores em greve deveriam aproveitar para debater esses assuntos. Deve-se democratizar. A Senadora Benedita da Silva tem um projeto em que se pretendem 30% das vagas para os pobres. Os candidatos de baixa renda, às vezes com pais desempregados e que não tiveram condições de se matricularem em cursos pré-vestibulares já entrariam na universidade pública sem serem submetidos a exame vestibular.

A Senadora Emilia Fernandes pedirá vista, de modo que me abstenho de discutir.

O SR. JOÃO ROCHA - Antes de se pedir vista, peço a palavra como Relator, Sr. Presidente, apenas para fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Concedo a palavra ao Senador João Rocha, Relator da matéria.

O SR. JOÃO ROCHA - Penso que todos concordamos com a tese do Senador, mas a solução não está em mudar o dia do vestibular. Se o pobre mora em meu Estado, Tocantins, e vem fazer o referido concurso em Brasília, mesmo que passe aqui, continua inviável, porque não tem condições de pagar alimentação nem moradia.

Portanto, estamos atentos ao mérito do conceito desse projeto é exatamente não unificar o vestibular. Temos que buscar formas de viabilizar o aluno pobre, pois o projeto de lei prevê dias unificados para o vestibular. Entendo que esta não é a solução, e, a meu ver, a forma é totalmente diferenciada.

Cito o meu pequeno Estado - um dos poucos que não têm universidade federal - como exemplo, porque um estudante, que mora em Cristalândia, ao prestar o vestibular em Araguaína - porque é descentralizado -, se aprovado, não terá condições ali estudar, pois devemos levar em consideração o aspecto da manutenção desse aluno, da sua qualificação e da conclusão do curso. Então, através de um sistema criterioso de bolsas de estudo, poderíamos auxiliar esse estudante na conclusão do seu curso. Concordo com V. Exª quando diz que praticamente não temos bolsas de estudo. Vemos a dificuldade de se conseguir um desconto para o aluno. No meu Estado não há curso de Medicina nem de Engenharia. Daí vemos as dificuldades que atravessa o aluno que quer estudar, vencer, crescer. Concordo com isto, mas não através de unificação de dados. A saída não está aí.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRª EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, esse tema nos levaria a um longo debate acerca da questão das instituições federais de ensino superior. Inclusive, exatamente hoje está-se completando sessenta dias de paralisação das atividades nas universidades federais, em uma manifestação jamais vista no Brasil, porque teve a visibilidade do problema que vivem as instituições federais de ensino no que diz respeito à falta de recursos, de professores mal pagos, laboratórios sucateados, bibliotecas com seus acervos necessitando de renovação e a própria forma de autonomia, de que tanto se fala, é assunto de pauta e de discussão no aprofundamento desta questão.

Diríamos, portanto, que estamos diante de uma questão bastante abrangente.

Os Senadores Gerson Camata e João Rocha foram muitos felizes em suas considerações ao colocarem um dos aspecto do problema que, todavia, é muito maior. Estamos diante de um problema que, ou o Governo ou a sociedade assumem como uma questão prioritária, que é a da educação e a do ensino público, não apenas com a possibilidade de acesso como se coloca, mas muito mais de freqüência, de permanência, de rendimento, de qualidade e principalmente de condições, para aqueles que não a tem, de disputarem com igualdade.

Entendo, que há várias formas de resolvermos a questão do ensino superior.

Sr. Presidente, peço vista desse projeto para que possamos discuti-lo um pouco mais com as universidade. Hoje, às 14h30min, teremos uma reunião com Parlamentares, reitores e docentes das universidades. Acredito ser esse um assunto sobre o qual temos que trabalhar na direção de se buscar comprometer e envolver a sociedade, responsabilizar o Congresso Nacional e o Governo deste País, tendo em vista a importância da educação para um país.

Espero obter a sensibilidade do Governo, que se atrasou um pouco em se manifestar, pois somente no final da semana passada foi apresentada uma proposta às universidades para que possamos chegar a um consenso de, pelo menos, interromper o processo de greve, que prejudica a sociedade, os professores e aos estudantes. É importante vivenciarmos uma discussão maior, onde não apenas a questão salarial esteja em discussão mas algo maior, que é a consistência, a sobrevivência e a dignidade do ensino superior, dos seus professores, reitores e funcionários técnicos e administrativos.

Portanto, Sr. Presidente, peço vista, tendo a certeza de que o parecer do Senador João Rocha foi bastante consistente, tendo S. Exª se esmerado sobre o assunto.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Concedida a vista à Senadora Emilia Fernandes pelo prazo regimental.

Esgotada a pauta normal, e já tendo sido votada a pauta extra...

A SRª EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

A SRª EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, pediria a atenção de todos os Srs. Senadores, sabedora de que certamente V. Exª, atento que sempre está, falaria em nossa reunião de amanhã, nesta Comissão, onde teremos uma audiência pública para tratar da Lei de Comunicação de Massa em relação à questão das retransmissoras e tevês educativas, aprofundando tal matéria, porque, continuamente, estamos tratando diretamente da necessidade de se discutir com a sociedade organizada, com os setores interessados para que possamos chegar a um consenso. A Lei de Comunicação de Massa está prevista para ser apresentada e queremos discutir a

sua estruturação, operacionalização, a manutenção dos serviços de radiodifusão brasileiros, a regulamentação das rádios educativas e das tevês retransmissoras.

Foram convidados a comparecerem representantes dos Ministérios da Educação e o das Comunicações, que, salvo engano, ainda não confirmaram suas presenças. Faço um apelo no sentido de que, caso o Ministro não possa comparecer, que envie um representante. É impossível se discutir uma matéria oriunda daquele Ministério se que haja um representante legal daquele órgão. Parece-me que o Ministério da Educação já confirmou sua presença, falta a confirmação do Ministério das Comunicações.

Sr. Presidente, contaremos também com a participação da Associação Brasileira de Emissoras Públicas Educativas e Culturais, com a ANTEC - Associação Nacional das TVs Educativas -, com a Fundação Cultural de Belo Horizonte, com a **TV Educativa** do Rio Grande do Sul, com a **TV PUC,** de São Paulo, com a **TV Cultura**, com o **Canal Cultura** e com a Superintendente do **Canal Futura**.

Assim, é importante uma participação significativa dos Srs. Senadores, assim como a dos Ministérios das Comunicações e o da Educação.

Sr. Presidente, peço a V. Exª que insista na confirmação do Ministério das Comunicações, pois a sociedade precisa estar informada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - A Presidência reitera, portanto, o convite, que já foi feito para a reunião de amanhã, a realizar-se às 18h, em uma audiência pública, onde discutiremos o Projeto de Lei de Comunicação de Massa, estruturação, operacionalização e manutenção de serviços de radiodifusão brasileiros, regulamentação das retransmissões de tevês e rádios educativas.

Peço o comparecimento dos Srs. Senadores, e solicito que V. Exªs tragam seus assessores assim como pessoas interessadas para que tenham a oportunidade de assistirem a esse painel extremamente importante.

Agradeço a presença das Srªs e dos Srs. Senadoras que permitiram a realização desta reunião e dizer que avançamos muito, atingindo o objetivo do Senador Antonio Carlos Magalhães, que é a votação de matérias. Hoje aprovamos trinta e cinco matérias que terão sua tramitação normal na Casa.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h39min.)

ATA DA 9ª. REUNIÃO , EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50° LEGISLATURA REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 1998.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dezoito horas e trinta minutos do dia três de junho de mil novecentos e noventa e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Joel de Hollanda e com a presença dos Senhores Senadores Emília Fernandes, Benedita da Silva, Leonel Paiva, Marina Silva, Leomar Quintanilha, Levy Dias, Ramez Tebet e ainda com a presença do Senhor Senador Eduardo Suplicy (não membro) reúne-se a Comissão de Educação. A presente reunião, convocada e constituída como **Audiência Pública, atendendo a Requerimento da Senhora Senadora Emília Fernandes,** tem como propósito discutir o tema: **"Projeto de Lei de Comunicação de Massa: Estruturação, Operacionalização, e Manutenção dos Serviços de Radiodifusão Brasileiros-Regulamentação das Retransmissoras de TV e Rádio Educativas".** Foram convidados por esta Comissão, para o debate do assunto em tela, os Srs., Júlio Maria Ferreira (Presidente da Associação Nacional de TVs Educativas Comunitárias), Margarida Ramos (Superintendente do Canal Futura) Cláudio Márcio Magalhães (Diretor da TV Cultura de Ouro Preto), Jorge da Cunha Lima (Diretor Presidente da Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TVs Educativas), José Antônio Vieira da Cunha (Presidente da TV Educativa do Rio Grande do Sul) e o Senhor Gabriel Priolli (Diretor da TV PUC São Paulo). Os Senhores, Ministro das Comunicações, Luis Carlos Mendonça de Barros, Sérgio Amaral (Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) e François René Silva Lima (Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação) foram convidados e não puderam comparecer justificando suas ausências. Prosseguindo, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos expositores pelo tempo de dez (10) minutos, cabendo ainda, cinco (5) minutos extras, se houver necessidade. Finda a exposição, o Senhor Presidente abre o debate com os Senhores Senadores sobre o tema. Encerrado o debate, o Senhor Presidente agradece a todos pela presença e determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, ás vinte e uma horas e dezenove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente

Senador JOEL DE HOLLANDA

Presidente em exercício

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura a realizar-se nesta data, no local de reunião da Comissão de Educação do Senado Federal.

O objetivo desta reunião é a audiência pública para debater o Projeto de Lei de Comunicação de Massa, Estruturação, Operacionalização e Manutenção dos Serviços de Radiodifusão brasileiros e Regulamentação das retransmissoras de TV e Rádio Educativas.

Foram convidadas para fazer parte desta audiência pública, como expositores, as seguintes autoridades, que são conhecedoras profundas do tema e que enriquecerão esta reunião com suas exposições:

Sr. François Renné Silva Lima, Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação e do Desporto, que pediria para fazer parte da Mesa; Sr. Júlio Maria Ferreira, Presidente da Associação Nacional das TVs Educativas Comunitárias; Srª Margarida Ramos, Superintendente do Canal Futura; Sr. Cláudio Márcio Magalhães, Diretor da TV Cultura de Ouro Preto; Dr. Jorge da Cunha Lima, Diretor-Presidente da Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TVs Educativas; Sr. José Antônio Vieira da Cunha, Presidente da TV Educativa do Rio Grande do Sul; e Sr. Gabriel Priolli, Diretor da TV PUC/São Paulo - Canal Educativo da PUC.

O Sr. François Renné Silva Lima, Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação e do Desporto, encontra-se presente? (Pausa)

Ainda não chegou.

Antes de ouvirmos os participantes desta audiência pública, tenho a satisfação de conceder a palavra à nobre Senadora Emilia Fernandes, autora do requerimento que solicitou à Comissão de Educação que realizasse esta audiência. O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Em assim sendo, concedo a palavra à nobre Senadora, para, em rápidas palavras, fazer algumas considerações sobre o tema. Com a palavra a Senadora Emilia Fernandes.

A SRª EMILIA FERNANDES - Senador Joel de Hollanda, Presidente, em exercício, da Comissão de Educação, Senador Leonel Paiva, demais Parlamentares, ilustres convidados, queremos, desde , já, ressaltar os nossos agradecimentos e a nossa saudação especial por terem atendido a este convite do Senado Federal, no momento em que, entendendo da necessidade de aprofundarmos a análise e o debate sobre a questão dos meios de comunicação, principalmente no que se refere à questão das TVs educativas e das retransmissoras, tivemos o apoiamento e a aprovação de um requerimento de nossa autoria.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, e ilustres convidados, queremos registar a presença, entre nós, do Representante da Fundação Municipal de Artes de Monte Negro, cidade do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Adriano Alves de Oliveira; da Prefeita Municipal de Monte Negro, Srª. Madalena Müller; da Secretária Municipal de Educação e Cultura, também daquela mesma cidade, Srª Eunice Far Brasil, entre outras autoridades e pessoas que estejam presentes, expressando também a nossa saudação.

Queremos assinalar, Sr. Presidente, que hoje, sem dúvida, os meios de comunicação passam por um período de grandes transformações, diria, e de expansão, de conteúdo, de novas tecnologias, e, com certeza, são a grande alavanca de intercâmbio nacional e internacional.

Sabemos que novas formas de comunicação tecnológica surgem, entretanto, o rádio e televisão dominam a audiência de massa, e, portanto, estão postos grandes desafios em termos de ampliação do alcance, qualidade das mensagens, tendo, realmente, a missão de utilizar esse patrimônio em benefício do cidadão, na formação da sua consciência crítica, de conhecimento e de aprofundamento de cultura.

Rapidamente - até para não me alongar, porque o importante são os depoimentos dos nossos convidados - gostaria de informar que o nosso requerimento foi aprovado em 06 de maio de 1998, tendo em vista o recebimento de várias manifestações da sociedade, com informações de que o Ministério das Comunicações, por intermédio do Poder Executivo, deverá enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei de comunicação de massa, que tratará da estruturação, da operacionalização e manutenção do serviço de radiodifusão brasileira.

Há a necessidade de se discutir alternativas para a solução da situação atual de todos os pedidos para retransmissão das TVs educativas, os quais sabemos que estão, há alguns anos, no Ministério das Comunicações, sem o trâmite devido, considerando informações, inclusive, da própria ANATEL - que já havíamos passado e registrado naquela oportunidade - de que, em breve, sairia uma regulamentação específica, talvez até excluindo as retransmissoras locais. Diria que isso, de certa forma, ocorreu.

O nosso requerimento data de 06 de maio de 1998 e no dia 15 de maio de 1998 saiu um Decreto da Presidência da República, de nº 2.593, que impõe, diria, alguns pontos, que precisamos aprofundar, além de recebermos informações dos senhores, principalmente no que se refere à situação de inserção de programas locais; de como ficam os convênios entre geradoras educativas e entidades que queiram instalar TV entre as entidades do interior; e em relação à questão de espaços de projeção de propagandas.

Enfim, tudo isso nos moveu, porque precisamos ter subsídios, e, desde já, Sr. Presidente, deixo uma solicitação para que as notas taquigráficas dos depoimentos sejam devidamente enviadas a todos os membros desta Comissão, bem como aos Ministérios da Comunicação e da Educação e do Desporto, a fim de que sejam avaliadas as sugestões e as alternativas que forem apresentadas.

Essas seriam as minhas primeiras considerações, agradecendo a todos e dizendo da satisfação que a Comissão de Educação e o Senado Federal têm de recebê-los.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - A Presidência agradece à Senadora Emilia Fernandes as suas palavras e informa que dividiremos esta audiência em duas partes: a primeira parte será destinada às exposições dos convidados especiais aqui presentes, e a segunda aos debates, quando poderemos esclarecer algumas dúvidas ou mesmo debater observações que venham a ser feitas.

O SR. LEONEL PAIVA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Pois não.

O SR. LEONEL PAIVA - Sr. Presidente, tenho de voltar ainda à Comissão de Assuntos Econômicos para uma votação; entretanto, estou aqui presente, evidentemente, para propiciar a defesa dos trabalhos. Trarei mais componentes para a Comissão.

Inicialmente, dou os mais efusivos votos de boas-vindas a todas essas pessoas que se deslocaram de suas empresas, de suas ocupações, para virem nos trazer subsídios, a fim de que possamos elaborar uma legislação melhor em relação à questão em pauta nesta discussão de hoje. Quero parabenizar a Senadora Emilia Fernandes pela oportunidade do requerimento aprovado, que hoje estabelece essa discussão em torno de um tema tão importante, e dizer que todos os componentes da Mesa, Sr. Presidente, merecem de nós a maior das atenções, porque são vitoriosos na gestão da televisão educativa no Brasil.

Sr. Presidente, demonstrando a minha admiração por todos, saúdo a Drª Margarida Ramos, Superintendente do **Canal Futura**, aliás, diga-se de passagem, uma das melhores coisas que já aconteceram em termos de comunicação neste País - todos nós deveríamos ter como espelho esse riquíssimo trabalho realizado pelo **Canal Futura**.

Peço licença para ausentar-me momentaneamente, saudando a todos.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Agradeço ao Senador Leonel Paiva.

Sugiro às pessoas que estão na última bancada que tomem assento mais a frente para melhor integração com os expositores.

Informo aos presentes que os trabalhos se dividirão em duas etapas: uma de exposição, e a outra de debates.

A Presidência fixará o tempo de dez minutos para a primeira fase de exposição, podendo esse tempo ser prorrogado nos debates.

Concedo a palavra ao Sr. Júlio Maria Ferreira, Presidente Nacional das emissoras educativas comunitárias.

O SR. JÚLIO MARIA FERREIRA - Em primeiro lugar, é uma honra testemunhar a luta da ANTEC na área de retransmissão mista de televisão, conhecida como televisões comunitárias.

Esse serviço foi criado em 1989, por intermédio de uma Portaria do Ministério das Comunicações, datada de 1993, que dava, às geradoras, condição de criar em cada comunidade que retransmitissem os seus sinais a oportunidade de produzir 15% do tempo em programação local. Essa atividade se desenvolveu bastante, pois atualmente há cerca de 120 tevês comunitárias funcionando no Brasil, estando concentradas principalmente em São Paulo e Minas Gerais, mas também presentes em Mato Grosso do Sul, Goiás, Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Inclusive existem mais de 400 pedidos tramitando no Ministério, todos como os processos fundamentados, mas sem solução, porque, em dezembro de 1996, o Ministro Sérgio Motta parou de assinar as outorgas para esse serviço. Soubemos também que houve uma medida provisória do Presidente da República para que todas as permissões, a partir daquele momento, deveriam ser através de licitação - elas eram feitas por simples pedido -, porque, caso houvesse mais de um pedido para uma mesma localidade, haveria uma seqüência de critérios como se tem sede na cidade a entidade que viabilizou o canal, por exemplo. Mas esse decreto, de 15 de maio de 1998, paralisou a possibilidade de haver novas televisões comunitárias no País. Elas somente poderão fazer a retransmissão remota. Ou seja, elas simplesmente vão retransmitir o sinal da geradora que esteja, por exemplo, no Rio, em São Paulo ou em outra capital onde há satélite. Com isso, cremos que o interior do País ficará sem a interiorização prevista pela Constituição. Essa interiorização,

ocorrida, em uma boa escala, em São Paulo e em Minas não contemplará os demais Estados. Isso é um pena. De qualquer forma, trata-se de uma decisão do Presidente da República.

Sr. Presidente, a ANTEC foi criada para congregar todas essas 120 entidades. Nós queríamos que o trabalho fosse feito da maneira mais ética possível; criamos, inclusive, um código de ética; convidamos elementos do Ministério das Comunicações, do Ministério da Educação, do Ministério da Cultura e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, para nos ajudar a controlar a programação local dessas entidades para que elas tivessem um alto nível de serviço público, um serviço comunitário à altura do que o povo brasileiro reclama e merece.

No mais, eu estaria, na seqüência, pronto para responder as perguntas que viessem a nós, somente lamentando este fato de que foi barrado o crescimento desse serviço. E só na primeira semana de julho pude entregar para o Sr. Presidente da República, por intermédio do Embaixador Sérgio Amaral, 450 cartas de prefeitos, de juízes de direito, inclusive, atestando a lisura com que essas entidades funcionavam, abrindo a programação para todas as expressões políticas, de credo e todo tipo de expressão esportiva das comunidades.

Nós pudemos, então, ficar satisfeitos, porque o Presidente da República teve um atestado de que a grande maioria do nosso setor estava funcionando, dando concretude à finalidade para a qual elas foram criadas.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - A Presidência agradece ao Sr. Júlio Maria Ferreira a contribuição que trouxe a esse painel e, sem mais demora, concedo a palavra ao Dr. Cláudio Márcio Magalhães, Diretor da TV Cultura de Ouro Preto, para fazer a sua exposição.

O SR. CLÁUDIO MÁRCIO MAGALHÃES - Inicialmente, boa noite. Para nós, da TV Cultura de Ouro Preto, da Fundação Cultural de Belo Horizonte, é, antes de tudo, uma grande honra estar participando hoje, aqui, desse momento. Gostaria de agradecer aos Senadores, especialmente à Senadora Emilia Fernandes, ao Senador Joel de Hollanda, porque é a primeira vez que uma retransmissora mista – pertence a uma instituição de ensino superior – tem voz, quer dizer, pode participar desses eventos. Na realidade, o que já acontecia era sempre uma consulta às geradoras. As geradoras eram sempre as consultadas quando se falava de TV educativa. Mas isso não é culpa de ninguém. Na realidade, isso é uma história e vem de um contexto histórico, da história das TVs educativas no Brasil, e aí é que acho importante começar a minha fala aqui.

Acho que, antes de a gente começar a pensar sobre sugestões, critérios de concessão, uma coisa que precisa ser modificada na lei é a definição de o que é uma TV educativa. A definição da TV educativa, hoje, é: são aquelas emissoras que transmitem tele-aulas, que transmitem conferências, que transmitem palestras, somente isso. Claro que essa é uma legislação de 1967, dentro de um contexto histórico em que o País vivia naquele momento.

Então, a primeira coisa que se precisa definir é: o que é uma TV educativa. Para a gente poder abreviar essa situação, para que a gente possa dar prosseguimento às nossas conversas, claro que a primeira coisa que a gente pensa é: qual a diferença, então, entre a TV educativa e a TV comercial? E essa é uma questão muito simples. A TV comercial tem como objetivo a remuneração de capital, ou seja, remuneração do capital investido pelos acionistas, donos das empresas. Isso, inclusive, não tem nada de mais. Como todas as demais empresas que fazem parte de uma sociedade, ela tem o seu direito de dar remuneração no seu capital.

A TV educativa se distancia exatamente nesse sentido. No nosso ponto de vista, ela tem que se basear em um *tripé, que é: o apoio à educação – a TV educativa não vai* substituir a educação, ela vai ser o apoio à educação –; o incremento cultural; e a democratização da informação. Então, baseados nesses três pontos, vamos pensar o seguinte: busca do capital ou busca pela remuneração do capital é igual do Amapá ao Rio Grande do Sul. Não existe diferença; TV comercial é igual em qualquer parte do País. Mas a TV educativa, nesse sentido, não tem condições... aliás, não existe em um Brasil continental como o nosso, multicultural como o nosso, o apoio a uma única educação, o incremento a uma única cultura, a democratização de um bloco só de informações.

Então, isso significa que não temos uma TV educativa, temos várias TVs Educativas. Essa definição precisa estar na legislação, por mais que dê trabalho.

Precisamos ter uma TV educativa nacional - e aí temos o grande exemplo da **TV Cultura de São Paulo** -, cuja preocupação seja a cultura nacional, a educação, as políticas da educação nacional, o que poderá auxiliar na definição do plano nacional ou dos parâmetros curriculares; pode até utilizar tradições regionais, mas dentro do contexto da cultura brasileira. O seu jornalismo vai estar voltado para as grandes questões nacionais, ajudando a população a entendê-las, porque de nada adianta falarmos que caíram as ações de tal bolsa se as pessoas não sabem o que isso tem a ver com o Brasil. A TV educativa tem que ter essa diferenciação.

Então, a TV educativa nacional tem que ter esse grande parâmetro, ainda mais, a preocupação de trazer o que está acontecendo em termos de produções educativas fora do Brasil para o público nacional. Esse é o grande objetivo.

A TV educativa regional - e temos aí o grande exemplo da TV do Rio Grande do Sul, assim como a TV Ceará, a TV Bahia - também tem algumas dessas preocupações; contudo, voltadas à região. A TV do Rio Grande do Sul, por exemplo, está fortalecendo o CTG; está ajudando a divulgar as tradições gaúchas; está dentro de um plano regional de capacitação de professores por meio de sua rede de satélites e da via térrea; ou seja, estará apoiando essa educação também falando da sua produção, até também se utilizando dos temas nacionais, mas dento do contexto da sua região.

Pois bem; vamos falar da nossa **TV Educativa** - e temos mais duas, elencadas no Decreto inclusive, que são as repetidoras, que só irão retransmitir o sinal. Nesse ponto, o Decreto é muito claro: as retransmissoras, por óbvio, vão retransmitir o sinal e as repetidoras repeti-lo, mas não têm inserção, não têm nada; na realidade, são apenas uma continuação dessas outras TVs educativas.

A TV educativa local tem, além do papel de apoio à educação e de tudo o que já disse antes, o papel fundamental de servir como principal canal de comunicação entre o cidadão e as instituições que formam essa sociedade, dentro de um contexto maior, porque, em uma localidade que tem TV educativa, as pessoas sabem o quanto é importante o jornal local, ou seja, o jornal baseado nas questões que acontecem localmente. O que ocorre é que muitas pessoas sabem o que acontece no Paquistão, na Europa, aqui em Brasília, mas não sabem o que acontece na sua esquina. É importante essa televisão que está aí, fortalecendo a vida social.

Existe o problema da manutenção desse tipo de televisão, assunto sobre o qual vamos falar daqui há pouco. A questão é saber como manter uma televisão dessa natureza sem veicular comerciais que podem alterar um pouco a filosofia, a proposta desse tipo de programação que acreditamos deve continuar.

No caso, temos três categorias: locais, regionais e nacional. Também temos que ter critérios para todas elas, critérios específicos. Os critérios para concessão, para manutenção e fiscalização. Estes, os três pontos principais para *podermos começar a discussão. Não vou discutir a respeito das*

TVs regionais e da nacional, mesmo porque o Brasil já está muito avançado na sua programação, tanto regional quanto nacionalmente.

No caso das TVs locais, em que se teria a princípio a questão da concessão, é fundamental o que vemos e já vimos muito e que era motivo mesmo de brincadeira: as TVs educativas serviram muito como TV barganha. Na verdade, elas eram como moedas políticas para agradar a um e a outro. E como a TV educativa não tinha que passar por licitação, a fiscalização era mais maleável, ela foi utilizada para isso. Essa nova legislação tem que estar atenta a esse problema, sabendo como coibir essa prática. É difícil, claro! Mas há maneiras. O que se fala é que se poderia, por exemplo, criar uma fundação específica para a televisão. Não acredito que deva ser assim. Uma TV educativa não é um negócio que abre as portas e simplesmente começa a trabalhar; ela tem que estar ligada, obrigatoriamente, a uma instituição de tradição, que já tenha trabalho educacional, trabalho cultural, que já esteja atuando na sua comunidade há mais tempo, para que possa agregar mais um serviço cultural e educacional, que é a TV educativa. Se é uma universidade, se é uma fundação cultural, se é uma escola, não interessa se se trata de universidade, fundação cultural, escola, desde que tenha o reconhecimento regional, nacional e local para que possa agregar mais esse serviço. As instituições da cidade podem não querer fazer esse tipo de televisão. Então, desde que essas instituições avalizem essa nova televisão, uma nova fundação que vai gerir essa televisão, ela pode ser feita. De que maneira? Se amanhã ocorrer qualquer problema - por exemplo, mau uso -, essa instituição é que vai responder. Haverá dois órgãos fiscalizadores oficiais: o órgão fiscalizador da própria Anatel e essa própria instituição, que não vai querer queimar o seu nome com a má utilização de uma televisão. Responder mesmo e não apenas lacrar a televisão. Se a televisão que foi avalizada está sendo mal utilizada localmente, dessa forma estará perdendo os incentivos fiscais, porque deixou de fazer um trabalho filantrópico. Deve-se agregar essa nova fundação, específica para a televisão, mas que é uma instituição. A questão de a televisão educativa estar associada a um projeto é fundamental.

O grande problema das TVs educativas é a fiscalização. O Ministério das Telecomunicações - e creio ser pouco provável que a Anatel - vai ter um contingente enorme de televisões para fiscalizar. O que é melhor fazer? Colocar a própria comunidade para fiscalizar. Quantas escolas temos espalhadas por este País? Quantas diretorias regionais de ensino? Por que não agregar essas escolas às TVs educativas, para que funcionem como fiscais? As TVs educativas devem estar a benefício da educação daquele Município, e quando houver alguma denúncia, vamos consultar essas diretorias de ensino e ver o que está acontecendo e não simplesmente mandar um fiscal para o local.

Não existe apenas esse exemplo, há vários outros. Quanto mais disseminarmos a fiscalização, melhor será, pois a sociedade vai se sentir mais participativa e será mais fácil a fiscalização dessa TV educativa.

Com isso, caímos num segundo ponto: a Constituição de 88 está valorizando a produção local. Mas como produzir localmente sem dinheiro? Hoje, a legislação proíbe totalmente qualquer tipo de publicidade. Temos seguido os passos da TV Cultura de São Paulo, com os apoios culturais, que, mesmo assim, não consegue pagar os seus custos e muito menos nós. Uma coisa é pedir à VASP que faça apoio cultural, pois haverá retorno institucional. Eles concordam e dizem que é importante. Outra coisa é falar para um dono de mercearia sobre apoio institucional, sobre vídeo institucional. Não adianta, eles não vão acreditar. É difícil obter esse apoio institucional. Por isso é preciso criar mecanismos, e um deles é a publicidade. O capital não vai denegrir a televisão, se colocarmos limites, se tivermos objetivos específicos e se pensarmos na publicidade como um importante papel para a democratização da vida sócio-econômica.

Posso citar um exemplo simples. Na estrada que liga Ouro Preto a Belo Horizonte, uma distância de 80 quilômetros, existe um grande **shopping center**. Eu trouxe uma pesquisa feita pelo supermercado de lá que diz que 50% da população faz compras em supermercados de **shopping center**. Quer dizer, as pessoas saem de Belo Horizonte, gastam uma hora, e vão até o shopping. Agora, como é que o comércio local pode competir? Não tem como e não vai ser a rádio que vai conseguir, porque o Carrefour anuncia na TV Globo, o Paes Mendonça, na TV Manchete.

Dessa forma, a TV educativa tem o fundamental papel de deixar de discriminar o comerciante local, oferecendo-lhe um espaço, dizendo que ele pode mostrar o seu produto e concorrer. O comerciante pode ter chance de concorrência o que hoje não ocorre. Hoje não há chance de concorrência com os meios de comunicação, chegando a Belo Horizonte por intermédio das TVs que vêm com toda essa publicidade. O comerciante tem uma sapataria, um supermercado mas não pode competir porque a Arezzo e outras grandes marcas estão anunciando. A TV educativa deve ter o papel de oferecer oportunidades para que o comerciante local também possa competir. Claro que se pode impor limites, e limites fantásticos. A TV educativa não tem que pagar capital, e, com isso, o seu custo é muito mais baixo do que o de uma TV comercial. O trabalho de um profissional da cidade é mais barato, e há menos equipamentos e produção, o que significa que o custo pode ser mais baixo. Com isso, podem-se limitar os comerciais, não perdendo, assim, uma outra característica que deve ser preservada nas TV educativas: o ritmo. Hoje, é possível que o telespectador saiba que está assistindo a uma televisão educativa pelo seu ritmo; os intervalos comerciais são de pequena duração, e há poucas interrupções e fragmentações dos programas.

Vamos permanecer dessa forma, fazendo com que os intervalos sejam de apenas dois minutos. Devemos pensar em apenas dois minutos de comercial? Não. Vamos impor um limite a essa questão também. De todos os intervalos, apenas 50% serão compostos por comerciais; o restante será destinado a campanhas institucionais ou a anúncios sobre programas que irão ao ar. Penso que isso é fundamental, e não se trata de censura. Uma TV educativa não deve fazer anúncios de cigarros, de bebidas alcoólicas, de agrotóxicos e de loterias. Isso significa que, por hora, seis minutos serão destinados apenas aos comerciais.

Já fiz as contas em relação à minha TV. Se eu pudesse fazer isso, 25% do meu custo já estariam pagos somente com o apoio cultural. Com todas essas limitações, pago as minhas despesas e ainda obtenho 100% de lucro.

Então, é possível a TV sobreviver sem perder o seu ritmo e suas características de TV educativa, obtendo também esse retorno financeiro. Inclusive, isso é importante para as televisões locais. Não defendo essa proposta para as televisões educativas nacionais e regionais, porque, com isso, elas perderiam aquelas características que mencionei. As grandes empresas nacionais e regionais já contam com outros órgãos de veiculação e não precisam das televisões educativas para fazer isso. Mas, quanto às locais, os comerciantes e a empresa precisam disso.

Por mais que se diga que criar comissão é muito complicado, entendo que, hoje, no Brasil, há experiências, como o Pronar, o Procon e uma série de outras comissões auto-reguladoras, que também poderiam ser utilizadas nesse caso. Poder-se-ia criar, na Anatel, por exemplo, uma comissão que, uma vez por mês, analise todos esses problemas. Inclusive, são tão poucas as retransmissoras, que, numa sentada, seria resolvida a maioria desses problemas.

Concluindo, seriam essas as nossas propostas e o contexto que gostaríamos de expor a V. Exªs.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - A Presidência agradece ao Dr. Cláudio pela contribuição trazida, que, com certeza, é fruto da sua rica experiência no trabalho à frente da **TV Cultura** de Ouro Preto.

Sem mais demora, concedo a palavra a Srª. Margarida Ramos, Superintendente do **Canal Futura**.

A SRª MARGARIDA RAMOS - Ao agradecer o convite para estar aqui hoje, gostaria de elogiar a iniciativa da Senadora Emilia Fernandes de abrir o debate sobre essa lei tão importante, fazendo com que haja a nossa participação.

Ao mesmo tempo, entendo que essa é uma forma de reconhecimento da iniciativa da Fundação Roberto Marinho de reunir um grupo de parceiros da iniciativa privada para a concretização de um projeto pioneiro no Brasil no campo da televisão educativa.

Nesse sentido, acredito que a minha melhor contribuição para a discussão desse tema, nessa primeira parte, será a de relatar muito brevemente a nossa experiência na criação do **Canal Futura**, que poderá fornecer subsídios para os debates desse projeto de lei.

Nesse ponto, gostaria de chamar a atenção para um dos itens do roteiro que nos foi encaminhado para a elaboração da lei, que visa a promover o uso dos serviços de comunicação eletrônica de massa como instrumento auxiliar de implementação de políticas educacionais, papel fundamental dos meios de comunicação eletrônica de massa.

Antes, porém, de fornecer alguns dados, gostaria de lhes passar algumas informações sobre experiências internacionais de sucesso com o uso de programação televisiva na educação.

Na Grã-Bretanha, onde a taxa de analfabetismo é de 0%, a população tem acesso a programas especiais de educação pela TV desde de 1957. Sabe-se que 77% dos professores primários e 99% do professores do curso secundário gravam a programação.

Outra experiência de muito sucesso nos Estados Unidos, envolvendo a transmissão por cabo, é o programa **Cable In The Classroom**. São 540 horas por mês de programação educativa de apoio curricular, a partir de um consórcio entre 38 canais de televisão a cabo e 8.500 companhias locais de cabo. É um investimento calculado em US$420 milhões. O programa por escola é gratuito, e existe um total de praticamente 105 mil escolas envolvidas nesse projeto que recebem gratuitamente essa programação educativa. São cabeadas 75% das escolas, e, nesse contingente, 83% dos alunos têm acesso a essa programação.

No Brasil, já existem várias experiências de sucesso em projetos de educação à distância. Citando apenas os projetos nos quais a Fundação Roberto Marinho se envolveu, há o **Telecurso 2000**, que hoje envolve 206 mil alunos em quase sete mil telessalas, com um público potencial de 33 milhões de pessoas. Também há um projeto desenvolvido em conjunto com a Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, que é o Avanço Escolar, sobre o qual há dados importantes. Trata-se de um projeto de aceleração de aprendizagem, onde se utiliza material de telecurso, televisivo, envolvendo 15 mil alunos e 162 escolas. No ensino regular, o índice de aprovação é de 74%, e, no projeto Avanço Escolar, com o uso de programação televisiva, é de 94%. No ensino regular, o custo do aluno por ano é de R$315, multiplicado por quatro anos; no Avanço Escolar, esse custo é de R$119,17, multiplicado por dois anos. Isso significa que há uma imensa economia com o uso da televisão educativa.

Há um outro projeto desenvolvido em Serra do Mel, no Rio Grande do Norte, que envolve a Prefeitura e a Secretaria Estadual de Educação. Também se trata de um programa de aceleração de aprendizagem, com o uso do **Telecurso 2000**, de vídeos, de impressos e de programação educativa em 23 agrovilas. Nesse projeto, em 1997, o índice de aprovação também foi acima da média: 90%.

Para comprovar a importância dessa iniciativa do Senado de abrir para a sociedade o debate das novas leis, apenas gostaria de mencionar que a própria origem do **Canal Futura** está ligada à legislação que o Congresso elaborou em relação ao serviço de TV a cabo. Com a promulgação dessa lei, a Fundação Roberto Marinho ultimou os estudos para a concretização de um canal educativo privado, porém, público, dentro do espírito do que, há pouco, a Senadora Emilia Fernandes falou, ou seja, dentro do espírito do serviço público, proporcionando a disponibilização desse patrimônio para fins públicos.

Dentro desse espírito de serviço público, nasceu o **Canal Futura**, que é o primeiro canal privado brasileiro, totalmente financiado pela iniciativa privada. Esse canal está voltado para o conhecimento e visa auxiliar o Governo na missão de promover a educação. É uma revolução na história da educação e da televisão, uma democratização do conhecimento. O canal é produzido pela Fundação Roberto Marinho, transmitido pela Globosat e distribuído gratuitamente pelo sistema NET Multicanal.

Como falávamos há pouco de financiamento, quero dizer que hoje há 14 parceiros da iniciativa privada entre as principais empresas brasileiras, cada uma com uma cota de participação. Esses parceiros têm uma participação ativa na elaboração da programação do canal.

A programação do canal, de certa forma, revoluciona o conceito de televisão educativa, porque vai além do programa estritamente curricular, usando a programação da Globo e outros produtos, com uma intenção curricular, adaptada à grade de programação, voltada à instrumentalização do professor na sala de aula.

São conhecimentos aplicáveis no cotidiano. Por meio de uma linguagem jovem, dinâmica e direta, visa-se difundir um série de conhecimentos aplicáveis no cotidiano e contribuir para a melhoria da vida do cidadão brasileiro, do jovem, do educador, do trabalhador e da família.

Estamos praticando o que se chama de **"edutainment"**, ou seja, um casamento entre entretenimento e educação, com a utilização dessa programação mais leve e mais jovem. Há 24 horas diárias de programação, com a transmissão de programas nacionais e internacionais e de programas do acervo dos parceiros. Como costumamos dizer, não há intervalos comerciais; pelo contrário enquanto outros vendem, transformamos nossos intervalos em serviço público de informações sobre vários aspetos. Tudo isso é o normal de uma televisão. Costuma-se dizer que, quando as outras televisões transmitem sua programação, praticamente se concluiu o trabalho. É uma questão de verificar o Ibope, os índices de audiência.

Freqüentemente, dizemos que, no Futura, o nosso verdadeiro trabalho começa nesse momento, na pós-veiculação, quando há uma séria e ampla mobilização comunitária, com a implementação da programação do Futura várias instituições, escolas, creches, hospitais, asilos, fábricas, oficinas. Estimulamos, com isso, a criação de telessalas ou de salas nas fábricas, dando toda a assistência e promovendo seminários, capacitando professores e monitores, com material para melhor utilização da programação do Futura.

O Futura está no ar há oito meses, e, hoje, já estamos com uma audiência dirigida a mais de mil instituições, com casos até muito comoventes de eficácia da utilização da programação

do Futura no presídio de Salvador, por exemplo, onde houve, inclusive, modificações na rotina de horários.

Colocamos todo esse material à disposição do Senado, para mostrar a importância da mobilização de implantação do Futura.

Posteriormente, creio que haverá debates. Toda a equipe do Futura estará à disposição do Senado e desta Comissão, para que possamos colaborar, na medida do possível, naquilo que estiver ao nosso alcance, com o estudo desse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Muito obrigado, Professora Margarida Ramos, pela sua contribuição, pelas ricas informações transmitidas de forma muito sintética a esta Comissão.

Concedo a palavra ao Dr. Jorge da Cunha Lima, Diretor-Presidente da Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e TVs Educativas – e Presidente Abepec – Associação Brasileira de Emissoras Públicas de Educação e Cultura.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Sr. Presidente, sinto-me extremamente honrado em estar aqui, em nome da Abepec e da TV Cultura de São Paulo, para dar um depoimento nesta oportuna reunião, de iniciativa da Senadora Emília Fernandes.

Tomo a liberdade de angustiá-los um pouco. A televisão brasileira passa por um momento esplêndido de desenvolvimento da tecnologia, com novos canais e sistemas e imensas oportunidades. Ao mesmo tempo, a concorrência a que foram submetidas as televisões comerciais leva a uma grave vulgarização da mensagem.

Na antevéspera da criação de uma lei, no vazio de legislação, sobre televisões educativas e culturais, esta reunião é histórica, porque as conseqüências dessa lei podem ser benéficas ou gravíssimas para este País.

Sr. Presidente, há princípios esplêndidos, não praticados por ninguém, e desconhecidos – e o são porque sua prática não interessa. Tomo a liberdade de ler algo que nos pode surpreender:

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I — preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II — promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III — regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV — respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Poderíamos dizer que esses textos pertencem à Constituição de qualquer país, menos do nosso. Não são necessárias maiores explicações para essa constatação, visto que se trata da consciência política da sociedade.

Contudo, creio que as televisões educativas e culturais do Brasil, de uma certa forma, tentam cumprir o preceito constitucional. Aquilo que deveria ser o geral – toda televisão ser educativa e cultural – tornou-se particular, pois só algumas o são. Essas televisões vivem em um vazio legislativo, sendo regidas por uma Lei de 1967 que se refere a um Código de 1962. Tal Lei, instituída pela ditadura, dá-nos apenas o direito de promover conferências e aulas na televisão, mas não nos garante nenhum formato de sobrevivência, proibindo até que recebamos doações – e ainda estamos subordinados a essa legislação.

Tudo o que faço na TV Cultura – desculpem-me os Srs. Legisladores – é desobediência civil, porque, na ausência de lei, criam-se hábitos, felizmente, com ética, para continuar trabalhando.

Portanto, é fundamental que uma lei de comunicação de massa efetivamente legisle para TVs educativas e culturais, fazendo-as exercer suas funções. É muito simples definir os seus propósitos. A televisão deve ser educativa – e não mais TV escola, que é função de outros organismos – e educar o homem por inteiro, sendo uma educação complementar para o adulto e para a criança, num País onde a educação pública deixa muito a desejar e onde a instituição da família está extremamente rarefeita no papel de educação integral de seus membros.

Posso dizer que quem educa hoje no Brasil é a televisão, o centro emissor do desejo, do comportamento, do hábito de consumo generalizado para um país inteiro, como se este fosse o consumidor de alguma praia rica do Sul. Portanto, a função das TVs educativas, Sr. Presidente, deve ser, necessariamente, a educação complementar do homem, no sentido de educá-lo para a cidadania, para o respeito da natureza e dos valores. A televisão deve ser fazedora de cidadãos, não de consumidores. Já as TVs comerciais terão funções mais amplas.

Do ponto de vista cultural, a televisão educativa tem a missão de promover e divulgar a cultura do povo e não de inventar uma cultura própria. A promoção e a divulgação da cultura nacional, que é regional e que tem valores, deve ser feita não apenas dos produtos consagrados no mercado comercial da arte, mas dos produtos consagrados apenas pelos seus valores. O que é consagrado no mercado comercial da arte já tem o beneplácito da televisão, da imprensa e da mídia comerciais. Precisamos divulgar valores, mesmo que seja um livro de pequena tiragem que contenha pensamento.

E a informação? Qual é a diferença entre a informação da TV educativa cultural e essa pauta compulsória da televisão brasileira, na qual me incluo como TV Cultura?

Se V. Exªs repararem, os jornais das 18h, das 20h e das 22h são basicamente iguais em seu conteúdo. Toda a pauta da imprensa brasileira é gerada de algum centro emissor que desconhecemos, o qual geralmente privilegia interesses políticos, econômicos, ideológicos ou mercadológicos que nem sempre são as questões de interesse do cidadão. A televisão educativa e cultural tem que ser mais temática, analítica; tem que trazer uma pauta de interesse do cidadão e não do dono da empresa, porque não somos empresa nesse sentido.

Também temos que privilegiar fundamental e complementarmente a formação da criança, que deve ser realizada em horários diurnos, até certa hora. Não se pode permitir — não deve haver proibição, mas autoconsciência — o que se está presenciando na televisão brasileira. Como somos responsáveis pela televisão educativa e cultural, vamos ater-nos a nós mesmos. É muito importante que a televisão educativa e cultural tenha o seu ritmo, que é diferente daquele adotado pela televisão comercial, que é o de mercado. A televisão educativa e cultural tem o ritmo da reflexão. Isso é da maior importância, porque tem conseqüências técnicas e programáticas.

Essa reflexão, que exige uma televisão diversa da comercial, implicará o uso dos tempos. Numa televisão educativa e cultural é impossível segmentar-se um filme de arte com 50 comerciais que tiram completamente a capacidade de assimilação do filme ou de qualquer programa. Só se pode transmitir mensagens que não sejam do programa nos interprogramas, porque o ritmo da educação e da cultura é de reflexão, e não de mercado.

Se nos ativermos a essa filosofia da prevalência da reflexão sobre o mercado, buscaremos as soluções de sobrevivência. Não quero parecer um anjo que está propondo uma televisão impraticável e inviável, mas como essa televisão, com essa ética, com esse procedimento, pode sobreviver? Temos que usar de sinceridade absoluta: não há possibilidade de existir televisão pública, em que a prestação de serviço público seja feita sem a ajuda do poder e da verba pública, sob a forma de orçamento ou de taxas, como ocorre na Inglaterra, na Alemanha, no Japão, na Itália, em todas as partes do mundo, porque essa

televisão, que não tem os hábitos do mercado, deve ter o hábito da cidadania, do serviço público. Serviço público se paga; então, não podemos renunciar, em nenhuma hipótese, ainda que por meio de uma legislação, uma parcela de apoio do Poder Público.

Em segundo lugar, essa televisão deve sobreviver também com receitas operacionais próprias, vendendo apoios culturais — o que é legítimo —, publicidade institucional, serviços e até programas e produtos. Ela deve ter capacidade de produzir receitas operacionais próprias.

A lei não nos permite nada. E a última, que foi proclamada a partir da medida provisória sobre organização social, só permite patrocínio para as televisões educativas e culturais que estejam subordinadas à organização social. Nós outros continuamos na desobediência civil, praticando esses hábitos sem nenhuma legislação que nos proteja nem nos impeça porque a Lei de 1967 está caduca. Então, precisamos ter capacidade de produção de receitas operacionais pagas, e recomendo que não sejam provenientes de publicidade comercial, porque esta vai exigir o ritmo do mercado, o que não desejamos. A publicidade adequada é a institucional, como ocorre com a PBS, nos Estados Unidos, e outras , como é feito em todas as partes do mundo. Tenho a impressão de que a sobrevivência pode acontecer desse modo.

Por último, a sobrevivência precisa contar com o apoio da sociedade como no sistema americano - há um nome pomposo: **fund raising** -, em que o cidadão manda recursos para um programa que ele considera que deve ser mantido ou deve ser multiplicado. Então, contando com o apoio da sociedade e do Poder Público, porque é uma televisão que presta serviço público, e tendo critérios de receitas operacionais que envolvem mídia institucional, serviços, venda de produtos e subprodutos, as televisões de caráter público poderão sobreviver.

É fundamental que uma lei inteligente nos remeta à possibilidade da nossa sobrevivência e à obrigação de cumprir esses misteriosos e desconhecidos artigos da Constituição, de elaboração primorosa e que, por isso mesmo, não precisam de nenhuma reforma constitucional para serem esplêndidos.

Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Nós agradecemos ao Dr. Jorge da Cunha Lima os importantes subsídios que nos trouxe, fruto da sua experiência, do seu trabalho como Presidente da Fundação Padre Anchieta e como Presidente da Associação Brasileira das Emissoras Públicas de Educação e Cultura. Com certeza seus subsídios, como os dos demais expositores, serão importantes para esta Comissão no momento de analisarmos as matérias relacionadas com a legislação sobre comunicação de massa, sobre a qual esta Casa irá pronunciar-se proximamente.

A Presidência registra a presença da Senadora Marina Silva e dos Senadores Levy Dias, Leomar Quintanilha e Pedro Simon e lhes agradece a presença nesta reunião de audiência pública.

Prosseguindo, tenho a satisfação de conceder a palavra ao Dr. José Antônio Vieira da Cunha, Presidente da TV Educativa do Rio Grande do Sul.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO VIEIRA DA CUNHA - Boa-noite, Srªs e Srs., Senadores.

Sr. Presidente, Senador Joel de Hollanda, alegra-me ver aqui o Senador Pedro Simon, líder político que nos honra com a sua presença, bem como a Senadora Emilia Fernandes, estimada conterrânea, a quem cumprimento especialmente pela belíssima iniciativa de abrir esse espaço tão importante para que as televisões educativas, comunitárias, universitárias possam expor algumas de suas preocupações e anseios dos quais o Presidente da ABEPEC*, Jorge da Cunha Lima, é o grande intérprete e cujas opiniões algumas devo corroborar, embora não com o mesmo brilhantismo.

Para nós da Televisão Educativa do Rio Grande do Sul é especialmente importante estarmos hoje aqui porque o recente relatório divulgado pela Comissão Especial de Análise da Programação de Rádio e Televisão, cujo Relator foi o Senador Pedro Simon, conclui, entre outras tantas apreciações, que há apenas dois exemplos concretos desse modelo de TV pública, hoje no Brasil: a TV Cultura de São Paulo e a TVE do Rio Grande do Sul, que rompeu uma prática usual nas televisões educativas do País, quando, em 1995, a partir de um projeto de lei encaminhado pelo Governador Antônio Britto à Assembléia Legislativa, teve a sua formatação jurídica alterada substancialmente e passou a ter em sua composição o Conselho Deliberativo formado por 25 entidades e cidadãos eleitos por sua representatividade na sociedade para, participando desse conselho, estabelecer diretrizes de programação, de atuação e de filosofia da TV Educativa e da Rádio FM Cultura do Rio Grande do Sul.

Esse conselho deliberativo, formado por essas entidades líderes na sociedade do Rio Grande do Sul - temos ali a Federação das Indústrias, a Federação do Comércio, a Federação da Agricultura, o Sindicato de Trabalhadores, de Jornalistas, dos Radialistas, dos Professores - é quem dá então esta forma de atuação para a televisão, fazendo com que o Estado, o Governo, venha abrir mão do seu poder discricionário para entregar esta participação à sociedade, estabelecendo ali um raro equilíbrio numa instituição que permanece vinculada ao Governo, mas que tem esses compromissos públicos, sem, no entanto, ter aqueles comprometimentos comerciais em relação aos quais o Jorge Cunha Lima tanto alerta.

Essa instituição se propõe defender o aprimoramento integral do cidadão, a valorização das peculiaridades regionais e do folclore, o que é um aspecto importantíssimo, na medida em que, como sabemos todos, a televisão no Brasil tem uma formatação de rede nacional que faz com que a programação básica a ser absorvida pelos Estados fora do eixo Rio-São Paulo seja aquela advinda desses centros produtores, que levam a sua cultura até eles. Na medida em que temos uma televisão educativa forte, plenamente estabelecida, capaz de desenvolver uma programação local regional, esta televisão, este ambiente é que vai então abrir espaço para aquelas manifestações da cultura regional, da tradição dos seus produtos culturais, artísticos e informativos.

A propósito, inclusive, a nossa TVE do Rio Grande do Sul está-se propondo agora a desenvolver um amplo inventário da cultura gaúcha, uma série de cem documentários, programas e pequenos programas que vão resgatar todos os valores da nossa cultura em todos os setores: artes plásticas, teatro, literatura, cinema.

Enfim, o que procuramos dar ali é essa formatação de levar aqueles aspectos regionais para o nosso ambiente, para a nossa sociedade. Para isso, a nossa emissora, como toda televisão educativa, cultural e pública, precisa ser forte; aí a figura do apoio cultural, que Cunha Lima também destaca, que é uma forma de fazer com que a televisão educativa possa oferecer uma programação de qualidade.

Caminhamos nessa direção, procurando contemplar esta formação dos aspectos educacionais, não aqueles pedagógicos-didáticos, mas no sentido da formação do cidadão, como repito, Cunha Lima antes estabeleceu. Para tanto, procuramos inclusive o apoio da sociedade para que ele ocorra cada vez mais fortemente vinculado à Fundação TVE.

Uma forma foi, num momento posterior ao conselho deliberativo, a busca da colaboração de simpatizantes do perfil de programação da TVE e da FM Cultura, de modo a tornar essas emissoras cada vez mais ativas e participantes junto à comunidade gaúcha. Houve incentivos e, com muito sucesso, criou-se a associação dos amigos da TVE e da FM Cultura, que

fazem ali uma espécie de verdadeiro conselho de consumidores, somando os seus sentimentos e anseios ao esforço que temos desenvolvido.

Um aspecto importante que não podemos deixar de contemplar na legislação é esta viabilização de canais com os quais a sociedade possa se manifestar em relação àquilo, Senador Joel de Hollanda, que é oferecido pelas emissoras de rádio e televisão. No nosso caso específico, temos discutido muito esta questão e temos chegado à conclusão de que é necessária a criação da figura do **ombudsman** também na televisão, aquele mecanismo exercido por um setor, por uma pessoa ou por um grupo de pessoas que vá procurar atrair o sentimento e o descontentamento, as críticas e as sugestões dos telespectadores, criando um mecanismo de tal forma eficaz que faça com que isso possa fluir dentro do ambiente e resultar em benefício concreto para os telespectadores e radiouvintes.

É por isso, também, que defendemos, em âmbito nacional, o fortalecimento, enfim, a realização efetiva do Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição Federal, desde 1988, e até hoje, lamentavelmente, não implantado. Defendemos, ainda, que o Governo deve exercer a autoridade que lhe é delegada pela sociedade, combatendo desvios como aqueles que ocorrem, hoje, de uma forma muito acentuada em várias emissoras de TV comunitárias existentes no interior do País. Há toda uma formatação, há toda uma legislação, mesmo que precária ainda, que estabelece os mecanismos e as formas de funcionamento das TVs comunitárias. Lamentavelmente, em função de omissão do Poder Público, boa parte dessas TVs comunitárias, hoje, estão sendo desviadas para fins políticos eleitoreiros, demagógicos, enfim, para fins que, decididamente, não contemplam os interesses gerais da sociedade ou daquelas comunidades como um todo. Talvez, ali, o controle possa contar com o apoio do Ministério Público, instituição que, de alguma forma, está criada para zelar também por esta proteção à defesa do cidadão.

O que se pretende é que seja preservado o espírito da lei. Nós, Srs. Senadores, TVs Educativas e Universitárias, tivemos recentemente um encontro, realizado em Ouro Preto, sob os auspícios da **TV Top Cultura**, de Ouro Preto, em que alguns pontos básicos foram estabelecidos ali e encaminhados ao próprio Governo no sentido de serem, também, de alguma forma, subsídios para esta nova legislação. Entre eles, destaco dois tópicos: aquele que lembra que a concessão ou a disponibilização de novos canais de televisão educativa cultural e universitária só deverão ser outorgadas ou autorizadas a instituições sem fins lucrativos e com objetivos claramente voltados para a educação, a cultura e a informação, com atividades prévias devidamente atestadas por projeto de reconhecida adequação a esses princípios. E também que as atividades dessas emissoras educativas, culturais ou universitárias devem obedecer ao princípio da auto-regulamentação, através de um conselho de âmbito nacional formado por representantes do segmento, podendo contar também com representantes da sociedade.

E, por último, também corroborando palavras do Presidente da ANTEC, defendemos que o Estado deva ser obrigado a investir na qualificação e viabilidade operacional e orçamentária da TV pública. Ouvimos o depoimento da Srª Margarida Ramos, da **TV Futura**, uma nova formatação na nossa televisão brasileira, que, graças a investimentos milionários da iniciativa privada, consegue oferecer uma bela programação do ponto de vista educacional. As nossas televisões educativas, como é notório, em geral, no nosso País, enfrentam terríveis dificuldades para a sua subsistência mínima. Há emissoras com dificuldades para pagar contas de água, luz e telefone, o que é uma situação absolutamente incompatível com aquilo que se pretende dentro do espírito das nossas emissoras educativas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Muito obrigado, Dr. José Antônio Vieira da Cunha, pelas suas palavras, pela experiência que acaba de nos relatar da bem-sucedida TV Educativa do Rio Grande do Sul e, sobretudo, pelas sugestões e observações que nos a propósito da futura legislação que deverá reger o setor e que será objeto de discussões aqui, na Comissão de Educação.

Muito obrigado a V. Sª pela sua contribuição.

Com a palavra o Professor Gabriel Priolli, Diretor da TV PUC, São Paulo, Canal Educativo da PUC.

O SR. GABRIEL PRIOLLI - Sr. Presidente, Srs. Senadores, colegas de Mesa, senhoras e senhores, é com grande satisfação que vimos hoje a este plenário discutir um assunto, no nosso entender, da mais alta importância, que é a questão da televisão, do papel da televisão educativa neste momento em que discutimos nova legislação para todo o setor de televisão, radiodifusão e cabodifusão.

Estou representando, aqui, a TV PUC de São Paulo, núcleo de televisão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que se lançou, há quatro anos, a um trabalho de ampliação da sua perspectiva de extensão universitária, através da tecnologia da televisão, de certa forma pioneiro, pelo menos no Estado de São Paulo. A esse trabalho somaram-se, nos últimos anos, por força da Lei nº 8.977, de 1995, que dispõe sobre televisão a cabo, diversas outras televisões universitárias, que, como sabem V. Exªs, existem há mais de trinta anos, são chamadas de educativas e são vinculadas a universidades, geralmente, universidades federais. Tais televisões não se diferenciam das demais televisões educativas mantidas por fundações. Têm como foco a difusão cultural, a formação da cidadania e a transmissão de conhecimentos ao público, porém do ponto de vista cultural mais amplo e mais geral, não se atendo à sua particularidade propriamente universitária. A Lei nº 8.977, que, repito, trata da televisão a cabo, consagra os chamados canais básicos de utilização gratuita. Foi criado um canal universitário, e as universidades brasileiras vêm-se lançando, agora, à ocupação desse espaço audiovisual, o que tem configurado uma situação inédita no relacionamento entre as universidades e criado, a nosso ver, uma perspectiva muito positiva para a difusão de conhecimentos que a universidade tem o dever de fazer.

A TV PUC de São Paulo é uma das nove integrantes do canal universitário de São Paulo, uma dessas estações de televisão que estão em fase de implantação do sistema de cabodifusão. A simples experiência de nove universidades paulistas se unirem para a realização de um empreendimento do porte de uma estação de televisão já tem um grande significado. Do ponto de vista das relações entre a universidade e a comunidade, com a televisão, ganhamos muito em transparência e em permeabilidade, ou seja, o conhecimento que é produzido numa universidade tem, agora, possibilidade de chegar muito mais rápida e eficientemente ao público ao qual se destina.

Por outro lado, as demandas de informação criadas pela sociedade chegam mais rapidamente à universidade e estabelecem um intercâmbio, um inter-relacionamento muito mais intenso, muito mais transparente, muito mais aberto do que ocorria até então. Leva também a universidade a modernizar seus métodos de trabalho e sua linguagem, propiciando a atualização das mentalidades nas universidades, o que tem sido muito importante. Por outro lado, esses canais, pela própria força da lei, devem ser compartilhados pelas universidades sediadas na área de prestação dos serviços de cabo. Em nosso caso, é compartilhado, no momento, por nove universidades. Essa convivência compulsória vem criando uma integração universitária absolutamente inédita: instituições que, de certa forma, são

concorrentes num mercado de ensino estão disputando o mesmo público, estão obrigatoriamente unidas na mesma perspectiva, com o mesmo objetivo nesse projeto do canal universitário que, para o seu sucesso, depende da solidariedade e do esforço conjunto. Só isso tem tido um papel extremamente importante no relacionamento das universidades, criando uma nova dinâmica de relacionamento muito mais profunda, cooperativa e avançada, sem ferir a autonomia de cada universidade, No momento, existem canais universitários operando na rádiodifusão em São Paulo, Porto Alegre, Caxias do Sul e mais três cidades do interior do Rio Grande do Sul e em Campo Grande. Em breve, esses canais estarão funcionando em Belo Horizonte e Rio de Janeiro e há entendimentos em Brasília e em outras cidades do País. Paralelamente, os canais já implantados e os em implantação vêm discutindo uma forma de intercâmbio de sua programação, de modo que a produção feita nas diversas universidades circule por todo o País e cada canal universitário possa ter acesso àquilo que é produzido e pensado em universidades de outras regiões. É um fato inédito que criará uma dinâmica de relacionamento entre as universidades. A idéia é que o conhecimento universitário circule entre as diversas universidades e comunidades servidas por ela, numa velocidade e numa profundidade muito maior da que tínhamos até então.

Neste momento em que se discute uma lei de comunicação eletrônica de massas, a lei que irá redefinir todo o sistema de televisão brasileiro, as preocupações de nosso segmento de televisão universitária são basicamente de que a nova lei consagre e amplie as conquistas já obtidas pela lei de TV a cabo, a Lei nº 8.977, de janeiro de 95.

É essencial para o nosso segmento, televisão universitária, que seja consagrado na nova lei o princípio da existência dos canais de acesso público ou canais básicos de utilização gratuita, entre eles o canal universitário. Entendemos que foi uma grande conquista da sociedade brasileira os chamados canais básicos de utilização gratuita. Os canais legislativos - como a **TV Senado**, que está registrando esta audiência e tem prestado grande contribuição à difusão das atividades do Senado e a **TV Câmara** - têm prestado contribuição significativa. As televisões comunitárias, que estão sendo implantadas em todo o País, vêm prestando uma contribuição importante. E os nossos canais universitários vêm tentando fazê-lo também.

A nossa principal demanda na futura lei de comunicação eletrônica de massas é que os canais consagrados hoje na lei do cabo sejam mantidos, que na discussão do setor de cabo difusão não entre em pauta a suspensão da gratuidade desses canais, pois é o que viabiliza sua existência. Esses canais são disponibilizados gratuitamente pelas operadoras de cabo, viabilizando as universidades, com seus notórios problemas de financiamento, a fazerem uso da tecnologia de televisão.

Também é importante que a nova lei consagre alguns mecanismos facilitadores da implantação e da operação dos canais universitários ou de canais de interesse público. Que mecanismos seriam esses? No caso específico do canal universitário, que seja corrigido um erro de redação de nosso segmento do item legal que criou o segmento que destina esses canais às universidades sediadas na área de prestação de serviços. O espírito do legislador foi de conceder esses canais às instituições de ensino superior, mas o texto final consagrou a expressão "universidades", o que tem excluído, em alguns canais, os centros universitários e as faculdades isoladas. Estas, em muitos casos, querem agregar-se ao canal universitário e não estão amparadas pela lei, dependem de acordo com as universidades da região. Em alguns lugares isso é pacífico, como no Rio Grande do Sul e em Belo Horizonte, mas em outros, como São Paulo, o canal é restrito às universidades. É muito importante corrigir essa distorção da lei, para que se estendam os benefícios dos canais universitários a todas instituições de ensino superior que queiram fazer uso dessa tecnologia e tenham uma contribuição efetiva a dar.

Outro aspecto importante é que deve ser garantida a disponibilização desses canais não apenas na tecnologia do cabo, mas nas demais tecnologias de televisão existentes e nas eventualmente criadas. O setor de televisão é muito dinâmico, tem intensa evolução tecnológica e é muito provável que, tão logo a nova lei de comunicação eletrônica de massa fique pronta, surjam novos sistemas de transmissão da imagem da televisão, não abrangidos pela nova lei. Deve-se consagrar, nas tecnologias existentes e nas futuras, o princípio da existência de canais universitários. Hoje, por exemplo, temos no sistema a cabo, mas não temos no sistema de microondas, o MMDS, e no sistema de difusão direta de satélite, o DTH, assim como não existe na rádiodifusão, na televisão aberta, no **broadcasting**. Gostaríamos que fosse garantida a existência desses canais em todas as tecnologias disponíveis.

A lei diz que será concedido um canal universitário em todas as cidades onde houver uma operação de TV a cabo e uma universidade. No nosso entender, os canais devem existir em toda e qualquer operação de TV a cabo, independente da localidade ser servida por universidade ou instituição de ensino superior. Mesmo na inexistência de uma universidade ou centro universitário ou faculdade na região, mas tendo TV, o canal deve ser disponibilizado. A comunidade, na inexistência da universidade, decidirá qual programação universitária seria interessante para sua região. A universidade mais próxima do maior centro urbano vizinho, o canal universitário da capital do Estado, com uma mescla de programação de diversos canais universitários do País, enfim, cada comunidade servida por TV a cabo ou outro sistema de televisão decidirá que programação de natureza universitária gostaria de ter, desde que esses canais sejam garantidos em toda e qualquer operação de cabo.

Defendemos, também, na linha do que disse o Sr. Jorge Cunha Lima, que se facilite o financiamento dos canais universitários por meio da flexibilização dos mecanismos atualmente admitidos para esse financiamento. A lei da TV a cabo não impõe nenhum tipo de restrição ou de normatização do financiamento do canal, não diz se pode ou não ter publicidade. Isso foi regulamento posteriormente por uma norma do Ministério das Comunicações, que restringiu a captação de recursos a um formato de apoio cultural. Nesse sentido, estamos um pouco adiante da rádiodifusão que está amparada por uma lei de 1967, totalmente desatualizada, que não prevê essa figura, mas, no caso da lei da norma da TV a cabo, já existe configurado o apoio cultural, que, no nosso entender, é insuficiente. Não é possível financiar uma estação de televisão com recursos apenas de apoio cultural.

O canal universitário de São Paulo, mantido por nove universidades, custa cerca de US$450 mil por mês. O custo por universidade é de US$50 mil, sendo extremamente modesto para padrões de televisão. Precisaríamos de muito mais para fazer um canal de qualidade comparável à TV Cultura ou ao Canal Futura, considerados canais de ponta, de primeira qualidade em termos de produção.

Precisamos, portanto, de recursos que não serão obtidos apenas por intermédio de apoio cultural – uma fonte limitada de captação de recursos. Devemos – como também pensa Jorge Cunha Lima – ser financiados por fundos públicos. O Poder Público tem uma responsabilidade de financiamento desses canais. É importante que sejam flexibilizados os mecanismos de captação de recursos, para que possamos captar publicidade institucional e ter, enfim, outras fontes de receita que nos permitam funcionar sem ferir as finalidades básicas – educativa, cultural e social-comunitária – do tipo de televisão que fazemos.

No caso dos canais universitários operados por universidades públicas, consideramos importante que lhes seja dada autonomia administrativa para que possam evitar a morosidade na tramitação burocrática das universidades, que inviabiliza aquela agilidade essencial ao trabalho de televisão. Para se fazer compra em universidades particulares e, particularmente, públicas, há um processo extremamente complexo de licitação, moroso, que funciona – e não muito bem – para algumas de suas necessidades, mas certamente não funciona para o ritmo de televisão, que vive da agilidade. As universidades públicas que mantêm canais devem ter, pois, autonomias administrativa e financeira maiores para escapar da burocracia universitária que entrava o seu trabalho.

Acreditamos também ser importante um apoio financeiro, técnico e institucional do Poder Público na montagem dos canais, bem como de núcleos de produção nas universidades federais e estaduais. As universidades mantidas pelo setor público devem ter esse apoio.

Finalmente, achamos importante sejam concedidas aos canais universitários as mesmas vantagens fiscais e alfandegárias de que gozam as universidades. Os canais são normalmente constituídos de associações de várias universidades, de fundações, enfim, entidades jurídicas que não são propriamente uma universidade. Sendo assim, não é apenas uma universidade que coordena esses canais, são várias. É importante que os canais sejam entendidos e regidos da mesma forma que as próprias universidades, beneficiando-se de uma série de vantagens fiscais e alfandegárias para a importação de equipamentos, por exemplo. Isso é o básico em relação ao setor universitário.

Sr. Presidente, a Carta de Outro Preto, distribuída a todos, sintetiza as principais preocupações do nosso segmento, não apenas o universitário, como também o educativo, o cultural, enfim, todas as emissoras representadas nesta mesa. Refiro-me ao princípio de auto-regulamentação.

São freqüentes as queixas dos telespectadores, e são notórios os problemas que temos visto quanto à qualidade da programação da televisão comercial brasileira, pelo menos. Existem problemas muito graves de programação, que têm sido apontados pelo público. No nosso entender, o mecanismo de controle dessa programação deveria ser de auto-regulamentação, para o setor de televisão de um modo geral, mas, no nosso caso, que é o que nos interessa discutir hoje, seguramente, para o setor de televisão educativa. Defendemos o princípio de auto-regulamentação ou de auto-responsabilização pelo controle da programação, o que não inviabiliza, - e nós até estimulamos isso, consta da carta de Ouro Preto - a instituição de conselhos consultivos de programação formados por representantes da sociedade civil, telespectadores, cidadãos que nos auxiliem a analisar e a orientar a nossa programação. Basicamente, isso é o que eu gostaria de colocar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - A Presidência agradece a participação do Dr. Gabriel Priolli, bem como a contribuição que nos trouxe e as sugestões, a proposta do Projeto de Lei de Comunicação de Massa, bem como sobre a regulamentação das televisões educativas. Terminada essa fase de exposição, vamos ter agora a possibilidade de debates entre os participantes dessa audiência. Poderão participar desse debate qualquer uma das pessoas convidadas, os Srs. Senadores e também os próprios expositores, se quiserem complementar, fazer alguma indagação ou comentar alguma das exposições. Inicialmente, concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRª EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ilustres expositores, primeiro quero registrar que também foram convidados para esta audiência pública o Ministério das Comunicações, o Ministério da Educação e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

O Secretário da Comissão de Educação do Senado recebeu uma correspondência assinada pelo Sr. João Teixeira de Almeida Júnior, Chefe de Gabinete Substituto do Ministro das Comunicações, agradecendo o honroso convite e lamentando que questões inerentes à sua agenda e compromissos inadiáveis impossibilitassem seu comparecimento. Incumbido pelo Ministro, o Chefe de Gabinete enviou essa correspondência. Não compareceu ninguém.

Estava confirmada a presença do Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação, Sr. Françoise Lima, que não compareceu. Do Secretário de Comunicação Social da Presidência da República, Sr. Sérgio Silva do Amaral, recebemos um ofício em que lamentava seu não-comparecimento à audiência mencionada devido à coincidência de horário com a realização do **brief** diário, de sua incumbência como Porta-Voz da Presidência da República. Coloca-se, entretanto, à inteira disposição para, em futura ocasião, discutir a matéria.

Lamento profundamente que não estejam aqui representantes do Poder Executivo, de onde a lei deverá ser oriunda. Nós faremos sua construção e aperfeiçoamento, quando ela chegar ao Congresso Nacional.

Outro registro que considero importante é o de que o Senado Federal, por meio de uma proposta do Senador Pedro Simon, no ano de 1995, constituiu uma comissão especial que tratou das questões de rádio e TV no Brasil. Está aqui o Senador, que gostaríamos de cumprimentar. Participamos daquela Comissão Especial que teve por objetivo verificar as condições existentes para a apresentação de propostas concretas e criativas no sentido de ensejar uma melhor qualidade da programação de rádio e TV. A iniciativa resultou em um livro de 164 páginas, que tomei o cuidado de trazer ao plenário, em que estão todos os depoimentos e considerações. Creio ter sido muito oportuno tal trabalho.

Rapidamente, quero salientar que praticamente 100% das pessoas ouvidas naquela ocasião ressaltaram a importância das TVs educativas. Lembraram o direito das TVs educativas de resolver a questão das doações e fazer publicidade compatível com sua natureza; afirmaram que o Governo deve investir nelas, para que produzam programas de qualidade, a fim de que a televisão brasileira retome seu compromisso com o povo, por meio de uma conjugação inteligente da forma estética e do conteúdo informativo-educativo. Que a TV tenha uma programação local, resgatando a cultura regional; que os governos estaduais, os órgãos estatais de diversas regiões do País incentivem os artistas regionais, sua cultura, para que esta não se extinga; que a lei obrigue o Governo a investir nas TVs educativas para fortalecê-las e criar, por intermédio delas, referenciais de qualidade e compromisso social para todo o universo da TV pública.

O Diretor Valter Avancini afirmou: "O que me deixa um pouco espantado é a má avaliação que o Governo faz das TVs educativas, que são seus instrumentos no sentido de criar referenciais que levariam a TV comercial a procurar, provavelmente, melhorar seus caminhos".

Com essas palavras, quero ressaltar o trabalho dessa Comissão Especial. A solicitação para a sua criação foi de autoria do Senador Pedro Simon, que também foi relator.

Assim, Srs. Senadores e ilustres convidados, faria, rapidamente, algumas considerações, solicitando àqueles que entendessem ser interessante dar alguma contribuição que esclarecessem certas dúvidas e questionamentos. Há algumas questões que gostaríamos de perguntar diretamente aos representantes dos Ministérios, mas, como eles não estão presentes, os senhores poderão dar-nos suas posições.

Inicialmente, pergunto: como ficam todos os pedidos para retransmissão de TVs educativas, protocolados no Ministério

das Comunicações, que se referem a inserções de programas locais e que, desde março de 1996, não foram examinados? Eles serão atendidos na forma da legislação anterior ou terão de se adequar à legislação atual? Quais exigências serão feitas pelo Ministério? Quanto tempo ainda teremos que esperar para ver esses processos deliberados? Como ficam os convênios entre as geradoras educativas e as entidades que queiram instalar TV, entre as entidades do interior? E a questão da retransmissão local? Como falamos, antes do decreto, era permitida a inserção de 15% de programação local; após o decreto, as retransmissoras terão de requerer ao Ministério transformação para geradora educativa. A inserção dos 15% foi impedida.

Ainda é uma incógnita o tipo de exigência que será feita para transformação de retransmissoras em geradoras. Qual é a idéia dos senhores? É preciso que se faça uma diferenciação, na minha avaliação, em nível de exigência, entre geradoras de cidades pequenas e grandes. Que exigências podem ser feitas para instalação de uma geradora em São Paulo, por exemplo? As exigências para uma cidade de 30 mil habitantes devem ser menores do que para uma de cinco milhões de habitantes.

Em relação à comercialização dos canais educativos, ela passa pela necessidade de captação de recursos. A legislação atual não prevê comercialização em canais educativos, como alguns já falaram, porém é notório que isso é uma necessidade. A própria Comissão do Senado chegou a essa conclusão. Sabemos que, atualmente, as TVs educativas utilizam apoio cultural e que esse sistema não é suficientemente atrativo para captação de novos investidores. A comercialização nas TVs educativas alcançariam maiores receitas e, por conseqüência, poderiam até investir mais em equipamentos e produção.

Sabemos que há três propostas de comercialização em TVs educativas: comercialização total de espaços; reserva de um minuto para comercial a cada dois minutos — sobre isso há projetos que tramitam no Congresso Nacional —, com base em alguns critérios; comercialização total com restrições de produtos, como os senhores mencionaram, eliminando-se bebidas, cigarros, agrotóxicos, etc.

Também gostaria de saber qual é a idéia dos senhores sobre a TV Escola. Temos documentos que mostram que o Governo deveria incentivar a instalação de canais educativos abertos em cidades do interior, ao invés de gastar, como recentemente fez, R$65 milhões na implantação da TV Escola, ou seja, com o material levado para dentro da escola.

No Rio Grande do Sul, posso afirmar aos senhores que várias TVs Escolas não funcionam. As antenas, os vídeos, as TVs são, muitas vezes, furtados. Parece que, dos sete ou oito Municípios aos quais foi levada a TV Escola, há apenas dois em funcionamento, temos apenas duas.

Assim, pergunto: não seria mais viável investir em canais educativos abertos? Dessa forma, mais pessoas se beneficiariam desse serviço do que se nós as localizarmos dentro de uma escola, de uma sala de aula.

Em princípio, seriam esses os questionamentos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Evidentemente, várias indagações da Senadora Emilia Fernandes poderiam ser respondidas pelos representantes do Ministério da Educação ou do Ministério das Comunicações. De qualquer forma, a Presidência franqueia a palavra para que qualquer dos expositores se manifestem.

Antes disso, eu gostaria de registrar a presença da Senadora Benedita da Silva e do Senador Eduardo Suplicy, que estão prestigiando a nossa audiência. Também gostaria de registrar a presença do Embaixador do Brasil na Nigéria, Sr. Geraldo Affonso Muzzi, que, com muita satisfação, recebemos nesta audiência pública. Muito obrigado, Embaixador.

Concedo a palavra ao Cláudio Márcio Magalhães.

O SR. CLÁUDIO MÁRCIO MAGALHÃES - Sr. Presidente, também estamos querendo ouvir algumas das respostas a algumas das questões levantadas pela Senadora Emilia Fernandes. Esperamos, pois, obter algumas respostas nesta audiência. Temos indicações - apenas isso - frutos de conversas com algumas pessoas do Ministério, demonstrando que esse processo de transformação das retransmissoras para geradoras será feito em apenas um ano. Queremos saber quais serão os critérios.

Volto a repetir aquela nossa proposta. Este é um momento importantíssimo de revisão, não somente para as novas emissoras como também para as que já estão funcionando. Como terão de passar de retransmissoras para geradoras, supõe-se que se submeterão a uma avaliação de uma Comissão ou do Ministério Educação. Ótimo que isso aconteça. Essa seria uma maneira de tornar pública a avaliação, com uma consulta à comunidade para que ela informe se essa televisão, que hoje é uma retransmissora mista - e pelo novo decreto todas passarão a ser geradoras locais - está contribuindo para o crescimento da comunidade. Caso contrário, continuará como retransmissora sem direito a inserção local. Se transformada em geradora, serão obedecidos aqueles critérios levantados anteriormente.

A **TV Educativa**, em suas características originais, não é negócio, deve estar inserida no contexto de uma fundação que tenha tradição de trabalhar com educação e cultura. Não se trata de uma televisão que surgiu de uma fundação apenas para fazer isso. Deve estar ligada a uma instituição, que pode ser uma universidade, uma faculdade ou um serviço social, mas que tenha tradição. Isso vale para as emissoras novas e para aquelas que, estando no ar, deverão se adequar ao novo perfil.

Em termos da comercialização, acredito que as TVs Educativas locais, regionais e a nacional devam estar nessa mesma proposta que o Jorge Cunha apresentou. Porém, isso ainda não resolve o problema das TVs Educativas locais. O grande investidor, que está investindo na **TV Futura**, que vai investir na **TV Cultura de São Paulo**, não investirá em 150 emissoras do interior, que têm uma despesa em torno de R$30 mil por mês. Afinal de contas, ele já está pegando um espectro muito maior. É muito difícil captar as verbas de grandes empresas para esse investimento.

Precisamos incentivar o comércio local, a vida social e econômica local. Isso só pode ser feito por intermédio de uma TV Educativa da localidade. O ritmo, que considero importante, é preservado se fizermos intervalos de dois minutos, sendo um minuto para comercial. Ou seja, estipulando uma série de limitações. Dessa forma, capacitaremos a emissora local para a produção. Apenas liberá-las para serem geradoras não resolve. Com que dinheiro vamos produzir para geração? Nenhum; vamos continuar reproduzindo uma cabeça de rede por 99% da programação e fazendo um outro programa. Se queremos incentivar a produção local, esta tem que ter dinheiro, e aí a sociedade local vai ter que participar dessa maneira. Por último, acho a colocação da **TV Escola** fundamental. É um dos papéis da **TV Educativa**. Essa **TV Escola** que acontece hoje realmente podia estar trabalhando com a **TV Cultura** de Ouro Preto. A nossa manhã, que é a da **TV Cultura** de São Paulo, que tem uma parte que é repetida durante à tarde, por que não pode estar aí capacitando os professores? Dá o mesmo objetivo que tem, com uma vantagem: não seria só os professores que estariam vendo, ia estar toda a comunidade assistindo a essa programação. Eu, inclusive, sou defensor que uma **TV Educativa** local tem que ser não só uma geradora, mas tem que botar os pés no que melhor tiver acontecendo na **TV Educativa** no País. Quero transmitir o que tiver de melhor na **TV Educativa** de São Paulo, na **TV Futura**, na **TV SENAC**, questões importantes para a comunidade, patrimônio histórico. Vai haver uma discussão aqui no Senado

sobre patrimônio histórico; isso interessa a Ouro Preto. Então quero transmitir **TV Senado** lá também para que ela possa estar respondendo à expectativa da comunidade. Penso que é fundamental o apoio de todos esses canais, também da **TV Escola,** e que essa produção local, essa preocupação com a coisa local, é fundamental e é o principal papel da **TV Educativa** local.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Muito obrigado, Cláudio. Com a palavra o Dr. Jorge da Cunha Lima para fazer alguns comentários.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Tenho a impressão de que as questões levantadas pela Senadora, evidentemente, só podem ser respondidas pelo Secretário de Comunicação Social e pelos representantes do Ministério das Comunicações e do Ministério da Educação. Mas quero insistir numa questão: não podemos permitir que a carência dos meios, nem a natureza dos meios corrompam a finalidade das instituições. Isso é fundamental. Se nós fizermos concessão. Qual é a natureza da TV educativa cultural e da TV comercial? Essa distinção tem que ser mantida. Sabemos que a TV educativa cultural é um serviço público e tem que ter determinados objetivos e meios de se realizar. Tenho a impressão de que se adotarmos a hipótese mais ampla de uma liberação geral do critério de comercialização das TVs educativas culturais não precisaríamos chamá-las de **TV Educativa Cultural**, nos viraríamos TV comercial e teríamos que apenas obedecer, o que já não seria pouco, à Constituição, que já nos dá boas normas. Nós estamos vivendo uma batalha feroz - desculpem-me repetir -, no mundo, com relação às TVs abertas, que na volúpia de terem... - desculpem-me uma questão técnica, mas penso que é fundamental fazer isso: a TV comercial busca a audiência universal. O que quer dizer isso? Todo mundo ao mesmo tempo o tempo todo; então querem aquela audiência universal. Todo mundo tem que ouvir o meu programa. Isso gerou essa coisa espantosa que é o domingo na televisão. Luta-se pela audiência de tal forma que se baixa o nível para se ter resposta comercial. O apresentador de televisão fica com um equipamento no ouvido que pensamos que é de natureza cultural e é de natureza mercadológica; ele está ouvindo o Ibope segundo a segundo e, conforme o que ele ouve, deixa o cantor cantando ou o põe do palco para fora. A lei do mercado é implacável. Se for para nos transformar em televisão comercial, vamos pôr esse equipamento no ouvido e fazer essa televisão que se faz aos domingos. Temos que fazer outra televisão e essa outra televisão... Estou falando no domingo porque é emblemático da alta qualificação, da overdose assassina. Nenhum de nós quer a morte da televisão educativa e cultural, ninguém quer que a valorosa Televisão de Ouro Preto pereça por falta de recursos; mas devemos arranjar aquelas três formas — ou quatro — das quais se falou.

A primeira é que o Governo deve pagar sua cota, porque é a população que está pagando os anúncios públicos em televisões comerciais. Por que não se concedem esses anúncios também para televisões educativas e culturais? Não se anuncia produto institucional — vacina, por exemplo — como qualquer outro? O Governo tem que dar verbas públicas para publicidade institucional, e aceitar o princípio da taxa.

Na Inglaterra, por exemplo, existe a BBC, que há muito pouco tempo foi considerada o paradigma da televisão cultural no mundo. Cobra-se uma taxa de US$10 a US$20, que é repassada a ela e ao Chanel Four. Esse valor é cobrado pelo uso familiar da televisão, isto é, ainda que haja cinco televisores numa casa, paga-se a mesma taxa. Nas televisões japonesa e alemã, paga-se por aparelho de televisão ligado. Trata-se de serviço público, que precisa ser pago.

A outra forma diz respeito à mídia, à publicidade institucional, aos serviços que podemos prestar e aos produtos que podemos vender (**licence** de produtos). A diferença entre a nossa publicidade institucional e a outra é que não buscamos a audiência universal, mas um universo de audiência. Então, não precisamos fazer o tempo inteiro programação para todos. Às vezes, faz-se apresentação para crianças, e, se houver audiência de quatro ou cinco pontos num programa infantil, tem-se um universo infantil. Num **Roda Viva**, se se faz um programa para lideranças políticas, econômicas e intelectuais, alcançar oito pontos significa obter 80% do universo de audiência, permitindo que os outros assistam a apresentações distintas.

Financeiramente, há no Brasil um "desábito", ou seja, a publicidade brasileira só entende a audiência universal e não compreende a publicidade institucional, a qual, em todo o mundo, consome hoje 50% das verbas. Ganhar dinheiro por meio de um filme que anuncia cerveja o ano inteiro, recebendo 20% a título de taxa, é muito mais cômodo do que imaginar uma publicidade institucional ou falar para públicos específicos. Há que se educar para que se valorize o produto institucional, e a **TV Educativa** também tem essa função até com relação ao anunciante. Trata-se de uma grande caminhada.

Desculpem-me, pois estou falando mais do que deveria, mas são conceitos novos que não estão em nossa cabeça, mais ou menos formatada para um modelo imposto apenas pelo mercado, e não pelas necessidades sociais de cidadania. Não se tem concebido ainda uma televisão que tenha esse caráter educativo e cultural.

Dessa forma, tenho a impressão de que a publicidade institucional — somada ao dever de apoio público por parte, por exemplo, da mantenedora que sustenta sua instituição — poderá obter êxito. Evidentemente, se o Governo eximir-se totalmente da responsabilidade, a TV pública morrerá. E ficaremos, então, somente com as televisões dos domingos, que todos sabemos o que é.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Dr. Júlio Maria Ferreira, Presidente da Associação Nacional das TVs Educativas Comunitárias, para também fazer suas observações.

O SR. JÚLIO MARIA FERREIRA - A Senadora Emilia Fernandes apresentou algumas dúvidas, a maioria relativa às retransmissoras mistas filiadas à nossa Associação.

Senadora Emilia Fernandes, o decreto do dia 15 de maio praticamente bloqueou todos os pedidos em tramitação no Ministério. Quem não estava outorgado em 18 de maio deste ano praticamente teve seu sonho liqüidado. Tivemos inclusive informação de um departamento jurídico, ligado ao Governo, de que poderia até ser questionada a constitucionalidade disso. A Constituição prega que a televisão tem de ser regionalizada. Cento e vinte municípios brasileiros vão ter programação local garantida pela transformação, que seria a segunda pergunta. O decreto faculta a transformação em geradora a quem já está outorgado e funcionando. Essa transformação seria regulamentada posteriormente. Na semana passada, já foi publicado o regulamento que, simplesmente, fixa em um ano o prazo para ser feito um pedido. Quer dizer, não existe nenhuma formatação de processo, mas apenas reconheceu-se o direito adquirido daquela entidade que está funcionando a continuar em funcionamento. Como o regulamento prevê que RTV não pode produzir local nem fazer nenhum tipo de inserção, as entidades outorgadas terão de se transformar em geradoras.

Sobre a comercialização, acreditamos que as ponderações do Dr. Jorge são válidas, devem ser medidas em relação ao que já foi dito aqui sobre as comunidades onde se prestam serviços. Quer dizer, as televisões de capitais, ligadas a entidades de maior poderio em grandes centros têm condições de manterem atualizados seus equipamentos que são caríssimos,

por meio desse misto de verba pública, prestação de serviços e um pouco de comercialização que seria flexibilizada, não permitindo aquele tipo de propaganda que iria contra o objetivo da televisão educativa. Propaganda de cigarro, como deseducativa que é, não seria feita, assim como de bebidas alcoólicas e remédios que causam dependência. Como a senhora falou, diversos projetos já circularam pelo Congresso Nacional e, depois de aprovados nas Comissões de Educação, Constituição e Justiça. foram barrados na Comissão de Comunicação por forças ocultas.

Gostaríamos de colocar à disposição do Senado dois trabalhos feitos pela ANTEC. Complementando o que eu disse, 99% das nossas retransmissoras mistas estão em cidades pequenas. Lá, não existe uma Ford, uma Vasp que invista no nome. Não tínhamos nenhuma verba de orçamento fixada como as grandes emissoras ligadas a Estado ou fundações com verbas de Estado tem. Então, ou fechávamos ou faríamos desobediência civil. Optamos por um dos Poderes da Nação: o Poder Judiciário. Tivemos acolhida nossa tese de que a proibição do Decreto nº 236, de 1967, em seu art. 13, é inconstitucional a partir de 88. A ordem econômica não permite que nenhum tipo de atividade seja criada no País sem que lhe seja dada condições de sobrevivência. Para conseguir a liminar no STJ, juntamos, inicialmente, um parecer do Professor Humberto Theodoro Júnior e, agora, estamos juntando um segundo do Professor Washington Albino, um dos juristas que assessorou a comissão que redigiu a Ordem Econômica na Constituição de 88. Eu soube que foi constituída uma comissão na Câmara para fazer uma depuração de leis. Existem mais de 5 mil leis, ainda em vigor no Brasil, que foram praticamente revogadas por novas leis. Passei isso para o Presidente desta Comissão, Deputado Bonifácio de Andrada. Seria bom que, também no Senado, alguma coisa fosse feita. Não entendo o funcionamento, mas talvez um decreto legislativo reconhecesse a inconstitucionalidade do art. 13 do Decreto-Lei nº 236, e 1967.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Dr. José Antonio Vieira da Cunha para proferir suas considerações, mas pediria que fosse o mais sintético possível porque existem dois Senadores inscritos para fazer perguntas.

O SR. JOSÉ ANTONIO VIEIRA DA CUNHA - Serei breve, Sr. Presidente, na medida em que apenas gostaria de enfatizar a colocação feita anteriormente no sentido do acompanhamento que precisa haver por parte do poder público em relação ao que concede.

No caso das TVs comunitárias, o espírito da portaria que as criou na década de 80 é excelente na medida em que possibilitou que pudessem ser criadas em comunidades do interior, abrindo-se uma janela para que aquela comunidade pudesse se expressar por meio de uma programação local que absorvia 15% do total da programação da geradora-mãe. O que aconteceu é que não houve o devido acompanhamento dessa situação de tal forma que houve um desvio terrível desse espírito, desvirtuando completamente o espírito da TV comunitária, servindo para outros fins que certamente não são do interesse da sociedade.

O que o Governo fez? Como é um incompetente inapto para fazer o acompanhamento da situação, acabou de vez com ela criando, talvez, um problema maior ainda porque as comunidades do interior que não têm essa janela vão continuar sem ter pelo resto do tempo. A questão é que o espírito daquela portaria pode ser absorvido na legislação.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Com a palavra a Senadora Marina Silva e, em seguida, o Senador Pedro Simon.

A SRª MARINA SILVA - Parabenizo a iniciativa da Senadora Emilia Fernandes e agradeço a possibilidade de estarmos fazendo esse debate, recebendo informações tão importantes que os senhores acabam de nos colocar e, mais uma vez, quero reiterar que estão sendo realizado neste momento não um debate único do Congresso, mas do Congresso e da sociedade civil. O Governo, lamentavelmente, não se faz presente o que prejudica sobremaneira esse debate. Seria fundamental que os questionamentos que são de responsabilidade do Poder Executivo pudessem ter recebido sua consideração nesta tão importante audiência.

Fico pensando acerca do cenário que estamos vivendo porque o Professor George Lima disse muito bem que a gana pela audiência, o mercado regulamentando tudo, inclusive a formação de nossas opiniões nos faz viver uma realidade muito perversas e, tão perversa, que se baixa o nível para subir a audiência. Que sociedade, que cultura é essa que consome isso? É, portanto, um círculo vicioso. Existe uma veemência por coisas de um nível que não é tão construtivo, do ponto de vista da formação dos valores e da formação do nosso tecido social - não estou querendo fazer um comentário de conteúdo meramente moralista - mas, diria, que temos uma realidade muito complicada em que as pessoas, um público muito grande está ávido por esse tipo de triste espetáculo.

Nesse cenário, temos o processo de discussão das TVs educativas, das rádios comunitárias, de meios alternativos de formação de opinião. Entendo que o Estado e a sociedade, de certa forma, devam pagar por esses serviços de qualidade para a formação de um contraponto na cultura de massificação de péssima qualidade. O que estou vendo acontecer com o surgimento das TVs a cabo, sem adentrar no mérito, que é uma opção boa para o público. Ocorre que nesse processo, as pessoas, a grande massa da população que não tem acesso às TVs a cabo vão ficando com uma programação cada vez inferior. Os filmes melhores vão para a TV a cabo, assim como os melhores programas, as discussões, os debates e existe um público que tem posto de serviço, que tem formação universitária e tem acesso à televisão a cabo, e outro, que já é excluído, desempregado e sujeito a todo tipo de mazela, que recebe os programas mais terríveis. Que inclusão vamos fazer, se os grandes meios de comunicação de massa se voltam para uma sociedade dessa maneira? Eu diria que essa é uma discussão importante. Concordo que a dificuldade não nos deve impor um modelo que nos descaracterize. Se queremos fazer um bolo de maçã, não podemos usar pedras, porque não será um bolo de maçã. No caso, os meios de comunicação têm essa função. Para conseguirmos os recursos, não vamos nos descaracterizar. Poderíamos fazer como V. Sª sugeriu. Considero essa proposta interessante, tanto a parte do Poder Público quanto a da iniciativa privada e até mesmo a de doações dos cidadãos. O difícil é conseguirmos, na prática, a doação por parte dos cidadãos. As ONGs até hoje não conseguiram doação. Imaginem esse tipo de programação!

Então, eu diria que é muito importante o esforço no sentido de pensar nessas alternativas.

Também diria que um dos mecanismos - o Senador Pedro Simon e outras pessoas aqui no Senado têm defendido essa idéia - seria o Conselho Nacional de Comunicação Social, previsto na Constituição, que deveria ser criado, regulamentado e instalado. Entretanto, isso não acontece porque contrariaria alguns interesses, que nós sabemos quais são: Não querem que a sociedade controle, pelos meios legais, algo que virou, de certa forma, um negócio para a política e para os interesses de mercado no setor dos meios de comunicação.

Por último, gostaria de lembrar que o País tem uma agenda que muitas vezes não é a da sociedade. Eu diria que a agenda da sociedade pode ser paralelamente colocada por meio

dessas alternativas. Muitas vezes, o que é importante, o centro do debate, não é a piada que o político diz; o importante não é o que aparece nas manchetes dos jornais, nos meios de comunicação; importantes são os problemas do cotidiano das pessoas, que não são pautados. Por exemplo, as questões ambientais só entram na agenda nacional se acontecer algo terrível como o incêndio de Roraima. É preciso acontecer uma desgraça fenomenal para o assunto entrar em pauta. Foi preciso matarem Chico Mendes para o problema do meio ambiente entrar na agenda nacional. Há problemas de altíssima gravidade e de muita importância que podem constituir uma pauta qualificada para um público que forma opinião e que pode nos ajudar, digamos assim, na resolução desses problemas.

Gostaria de fazer algumas perguntas, mas, lamentavelmente, o Governo não está representado aqui. Portanto, fica difícil fazê-las. Gostaria, por exemplo, de saber como será feita essa auto-regulamentação. Simpatizo-me com a idéia do critério da responsabilidade, mas muitas vezes a responsabilidade fica a critério de cada um, e se cria uma situação muito complicada envolvendo coisas importantes para a sociedade de modo geral.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Obrigado, Senadora Marina Silva.

Com a palavra, o Senador Pedro Simon. Em seguida, falará o Sr. Hamilton Júnior, Presidente da Associação Paulista de TVs Educativas.

O SR. PEDRO SIMON - Quero felicitar a Senadora Emília Fernandes. Foi altamente positiva a idéia da reunião que estamos realizando. Senadora Emília Fernandes, penso que esta reunião não deve ser a única. Devíamos estabelecer aqui uma espécie de grupo de trabalho de modo que os companheiros ficassem conosco mais tempo para que pudéssemos elaborar um documento sobre essa matéria.

Em segundo lugar, discordo. Creio que há males que vêm para bem. Foi até uma certa grosseria um dos ofícios que você leu, foi uma desconsideração com esta Casa. Logo o Porta-Voz do Presidente ter dito umas coisas tão bobas que era melhor talvez ele vir aqui do que falar, porque falando ele está perdendo ponto... Mas creio que, de certa forma, foi bom estarmos aqui sem os representantes do Governo.

Foi bom, repito, que esta reunião estivesse sem os representantes do Governo, para discutirmos, fazermos uma pauta, nos prepararmos e depois fazermos uma reunião com todos sabendo as perguntas a fazer aos representantes do Governo. Com essa reunião podemos debater, discutir e nos preparar para fazer uma outra reunião na qual eles virão aqui e já nos encontrarão preparados, com a profundidade necessária.

Quero dizer que tenho o maior respeito pelos senhores. Tenho dito aqui e tenho tentado insistir no Senado que nós parlamentares hoje temos de ver e dar importância ao que é importante. Nós aqui levamos um tempo enorme legislando sobre a família. Isso é muito importante, porque a família é a **cellula mater** da sociedade. Nós aqui levamos um tempo enorme legislando sobre a criança, sobre os direitos da criança, sobre casas de criança, e isso é importante, pois a criança é o futuro deste País. Nós levamos um tempo enorme legislando sobre educação, escola, etc. e tal. Mas, se nós analisarmos, na formação, na conscientização do brasileiro de amanhã, da sociedade de amanhã, a televisão tem mais influência que tudo o mais. A televisão forma mais a cabeça do jovem hoje do que a própria família, que muitas vezes é um ponto de encontro. Uma família onde o pai é um operário, onde a mãe é uma doméstica, dona de casa, e onde ambos saem de madrugada e voltam tarde da noite e as crianças são crianças de rua, qual é a influência que a família exerce, que o pai ou a mãe exercem sobre essa criança?

Tive a alegria de presenciar uma escola do passado, aquela que formava, que plasmava a personalidade. Hoje, se as escolas preparam para um vestibular, já é uma grande coisa. Então, na verdade, se quisermos plasmar, imaginar, sonhar, como vamos transpor, como vamos chegar a um Primeiro Mundo, como um brasileiro vai vencer as etapas do atraso e identificar-se com o que há amanhã? É só por meio da televisão, não há outra chance. Nós não temos como chegar lá ao meio da Amazônia, à floresta, ou ao interior deste imenso Brasil, imenso nas suas dificuldades, mas imenso também nas suas diversidades.

O mal do Brasil com relação aos outros países é: Brasil e Estados Unidos, lá só há 5% de classe rica e nós também só temos 5% de classe rica, mas lá há 6% ou 7% de classe pobre, e nós temos 70% de gente pobre e classe média baixa, enquanto que desses vários brasis que nós existimos... Nos Estados Unidos, na Europa, na Inglaterra, em qualquer país desses, uma televisão tem uma orientação que é para o grosso da sociedade, como o senhor disse, o mercado, é o grosso do mercado. Os 5% não estão dando bola para a televisão, não vão comprar porque a televisão orienta ou deixa de orientar, e os miseráveis, os 6% ou 7% dos miseráveis, também não estão dando bola. Mas no Brasil temos 30 milhões que consomem, e para isso é que existe televisão, que existe jornal, que – perdoe-me a sinceridade – existe Congresso Nacional. Agora, os outros milhões que estão marginalizados, que não existem, que não têm chances de estar presentes... É por isso que é difícil fazermos uma legislação - e nós já estabelecemos uma lei -, por termos uma televisão. São diferentes os públicos a que eles se dirigem. Se quisermos fazer uma democratização, uma formação do homem e transformá-lo em cidadão, precisa-se da televisão. Não será - com todo o carinho e respeito - a professorinha que irá de barco para chegar no rio Amazonas, ou esperando que a civilização chegue lá, para que isso aconteça. Caso se queira, será necessária a televisão. Agora, "desde que o Governo a queira usar". Assim, diz a televisão. Estabelecer normas, até a televisão convencional tem condições de o fazer, inclusive usando os amigos que aqui estão - o que é o mais importante. Uma das questões discutidas é quanto a não se estabelecer uma Cadeia Nacional de Televisões Educativas, onde todas as televisões possam coexistir com a TV Nacional e - juntamente com esta - permitir um espaço às estaduais, municipais e locais. As televisões devem ter força para juntas poderem funcionar. E estabelecer - com verbas do Governo - formas, através das quais faremos a conscientização da sociedade brasileira.

Foi dramático o que a querida amiga e conterrânea, Senadora Emília Fernandes, se referiu na Comissão ao lhe perguntarem por que um programa tão espetacular como o **Sítio do Pica-Pau Amarelo** e agora só se tem Xuxa, Angélica e outros por aí? A resposta é simples: porque é muito mais barato! Aquele primeiro saía caro. Agora, chega-se à conclusão que é muito mais barato fazer um produção barata em que aparece uma apresentadora levando às crianças vários enlatados de filmes e desenhos americanos. Como é que o **Castelo Rá-Tim-Bum**, feito pela TV São Paulo, faz um programa de primeiro mundo e de primeira grandeza, no qual se orienta, se educa e se instrui. Um programa, de fato, excepcional em qualquer lugar do mundo.

Srs. Senadores, em primeiro lugar, não estamos dando, ainda, a importância para o debate que se deve ter no Congresso Nacional para a televisão. Precisamos entender que, assim como se discute educação, criança, família e cadeiras, precisamos estar atentos à discussão daquele assunto, pois - repito - é o primeiro elemento para se chegar a um resultado, não há outra maneira. Podemos debater a escola pública e transformá-la para que seja excelente, mas imaginar que essa escola pública de São Paulo chegará ao interior do Rio Grande do Sul e irá exercer os seus resultados a médio prazo... Parece-me impossível... Creio que, muito além dessas questões, faço a proposta de tentarmos fazer uma reunião de trabalho, onde os Srs. Senadores, membros desta Comissão, debateriam fórmulas

em que, não iríamos além do que fora discutido aqui, mas várias outras questões. Assim, debateríamos dentro de seu conjunto. Digo e repito: creio que aqui está o que eu vejo de mais importante na responsabilidade de nosso Parlamento e da sociedade brasileira. Talvez, porque, na televisão convencional, estejamos chegando no fundo do poço... Isso, às vezes, é bom. Quando me falavam sobre o estilo da nova novela das 20h30min – que, de saída, colocaram tudo junto no primeiro capítulo, para não faltar nada; misturaram tudo no primeiro capítulo –, que talvez seja interessante, porque será a partir disso que vamos debater. Um programa como o do Ratinho, onde os temas são apresentados como nunca antes, é interessante, porque nos dá a possibilidade de debater. Diria , Senadora, que podemos pensar, no Senado, em criar uma comissão permanente de TV para debater a matéria, ou, em, pelo menos, na Comissão de Educação, manter um grupo permanente, uma subcomissão permanente para debater a matéria. Não creio que deveria ser uma reunião ocasional, excepcional, em que as pessoas dêem nota dez para iniciativas como esta, mas, que, depois, vão embora e as coisas continuam iguais. As outras emissoras, essas estão se aprofundando.

O 0900 é um crime, porque entra no nosso lar, atinge a criança. É lavagem cerebral na criança. É um absurdo o que está acontecendo; e, no entanto, está acontecendo.

Eu deixo aqui este apelo, Sr. Presidente, para que a querida Senadora que coordenou a idéia, V. Exª e os outros Senadores pensem juntos com os que estão aqui na possibilidade de marcar uma reunião de trabalho, onde cada um traga algumas idéias, algumas propostas com relação ao que está sendo debatido aqui, para que preparemos uma pauta. Podemos trazer os representantes.

Peço desculpas por me estender.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

A Drª Margarida Ramos tocou nos vários pontos abordados pelo Senador Pedro Simon. Eu gostaria de conceder-lhe a palavra, para que ela reforce a importância da televisão nos países que utilizam esse veículo como forma de apoio à educação, à cultura e à democratização da informação.

A SRª MARGARIDA RAMOS - Senador, fico muito satisfeita de V. Exª ter levantado o tema da importância da televisão hoje em dia. Especificamente no Brasil, um país de dimensões continentais, o uso dos meios de comunicação de massa na educação afigura-se essencial.

Quero lembrar que, na primeira parte da minha apresentação, mencionei exemplos do uso extensivo da televisão na Inglaterra e de um projeto americano em que 8.500 companhias locais de cabo distribuem uma programação a 75% das escolas dos Estados Unidos gratuitamente.

No Brasil, há experiências de muito sucesso, não somente porque o nível de aproveitamento escolar, o nível de aprovação dos alunos do programa de educação à distância é muito alto, porque a programação televisiva é de qualidade, mas também por causa da substancial redução de custos. Mostrei aqui um projeto feito no Maranhão, com a Secretaria Estadual do Maranhão, o "Avanço Escolar", que é um projeto de aceleração escolar. No ensino regular, o custo aluno/ano é R$315,00 vezes quatro anos, das séries de 5ª a 8ª; no "Avanço Escolar", o aluno custa, por ano, R$119,17 vezes dois anos de aceleração. V. Exª pode perceber a dimensão educacional, ou seja, a melhoria da qualidade do ensino, e também a redução significativa de custos.

Eu me permitiria fazer dois comentários. Como o Canal Futura é um canal privado, financiado pela iniciativa privada, eu fico numa posição bastante diferente da dos meus companheiros de mesa. É uma questão candente aqui a da captação de recursos. Acho que isso deve ser visto com muita atenção. O Dr. Jorge Cunha Lima citou a mídia institucional **versus** mídia comercial. S. Sª disse que não há cultura no Brasil – não sei se foi este o termo, mas foi o que ele disse que há dificuldades.

No começo da reunião, afirmei que uma das minhas funções aqui seria passar um pouco da experiência do canal Futura, o primeiro canal privado no Brasil, o primeiro canal totalmente financiado pela iniciativa privada. Somos um exemplo de criação de cultura para a mídia institucional. Meus 14 parceiros no canal Futura, entre as principais empresas do Brasil e associações de classes - CNI, FIESP, investem na mídia institucional. Não vendo nenhum produto no canal Futura; nossa mídia é puramente institucional. Nossos parceiros aderiram à proposta do canal Futura pelos princípios do canal, pela qualidade da programação. Eu não vendo, por exemplo, aço do Grupo Votorantim. O Grupo investe na mídia institucional. E isso leva ao crescimento do terceiro setor no Brasil. Há espaço para isso. Além da empresa e do Governo, há uma gama de fundações, instituições que, por intermédio da mídia institucional, podem financiar a programação.

Portanto, a flexibilização das possibilidades de captação de recursos encontram no Brasil um ambiente propício. Há falta de recursos, mas, ao mesmo tempo, há disponibilização, há **good will.** E nós, do Futura, somos um exemplo disso.

O último comentário: a Senadora Marina Silva mencionou auto-regulamentação. Se o canal educativo define muito claramente seus princípios e a forma como vai atuar, fica fácil controlar os excessos da programação. No canal Futura, definimos muito claramente quatro princípios básicos e toda nossa programação gira em torno disso. E foi isso que fez com que nossos parceiros se interessassem em investir no nosso canal. São os nossos princípios: a ética, o incentivo ao espírito comunitário, o incentivo ao espírito empreendedor que cada cidadão brasileiro tem dentro de si e o respeito e a divulgação dessa pluralidade cultural e educacional do Brasil. Nossa programação gira em torno desses princípios que defendemos.

Era só isso que eu gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Concedo a palavra ao Dr. Hamilton Bernardo Júnior, último debatedor inscrito, Presidente da Associação Paulista de TVs Educativas.

O SR. HAMILTON BERNARDO JÚNIOR - Estamos trabalhando no dia-a-dia da TV Educativa em São Paulo; temos uma associação com 38 emissoras.

Basicamente, duas questões fundamentais nortearam as tevês. A primeira é o poder de concessão das tevês educativas; e a outra é a questão econômica.

Quanto ao poder de concessão, gostaria de levantar alguns pontos e discordar de uma parte deles. Cláudio Magalhães acabou de beatificar e santificar as fundações educacionais. Para ele, são todas puras, imaculadas e são a justiça suprema, pois elas têm o direito de ter uma tevê educativa. O resto da sociedade está fora. Mas o próprio Ministro Paulo Renato sugeriu que as fundações educionais se transformassem em entidades lucrativas.

Discordarei de dois pontos para demonstrar a nossa proposta de tevês educativas. Ouvi José Cunha, do Rio Grande do Sul, fazer críticas a algumas retransmissoras educativas. Creio que antes de criticarmos deveríamos levantar o trabalho de todas as tevês educativas. O Presidente da Associação Nacional das TVs Educativas demonstrou que em qualquer cidade - e temos 200, 300, 400, 500 cartas de cartórios eleitorais de justiça, de juízes, de prefeitos, de vereadores, de deputados, de padres, do **Lions**, do **Rotary**, e da maçonaria, aprovando as retransmissoras educativas na sua localidade.

Que interesse essas retransmissoras afetam? Vimos hoje que, na comunidade, temos 95% da assistência da mídia e das grandes entidades comerciais, e vem uma crítica da retransmissora..

Desejo transformar os associados nacionais que fazem TV Educativa hoje em verdadeiros heróis, pois conseguem fazer televisão em pequenas comunidades. Gostaria de ver entidades sem laços financeiros fazer TV Educativa. O Sr. Jorge Cunha Lima mostra como é difícil fazer uma TV Educativa com qualidade com um orçamento de 55 milhões de reais. Como se pode pedir que se faça um jornalismo local de qualidade? Penso que são verdadeiros heróis e que devíamos motivá-los.

Ouvi o Sr. Gabriel Priolli reclamar de receber 450 mil reais de orçamento mensal. Compreendo as dificuldades, tanto do Sr. Jorge Cunha Lima como do Sr. Gabriel Priolli, de fazer televisão. Alguém que pega uma retransmissora, faz uma TV e consegue levar informação e formação às diversas comunidades é um verdadeiro - e conheço a maioria dessas pessoas - abnegado. Trata-se de pessoas apaixonadas pela televisão.

Quanto ao poder de concessão, penso que teríamos de refletir sobre o assunto. Tive uma formação na época do regime militar, quando nada se podia fazer. Quando eu era jovem, para se abrir um posto de gasolina precisava-se de autorização do Ministério das Minas e Energia, porque era questão de segurança nacional. Se comentarmos isso hoje, as pessoas darão risadas.

Vimos que - e não consigo entender - na maior parte da imprensa tem-se uma abertura. Cada cidade pode ter cinco, dez, quinze, vinte jornais inscritos; no entanto, quanto à televisão, fica-se restrito a 120 no Brasil inteiro.

Acredito no poder de discernimento da população. Devemos democratizar esses meios e abrir essas concessões. Tenho uma TV e já tenho uma concessão, mas gostaria que cada comunidade tivesse a possibilidade de ver o seu padre, o seu pastor, o seu delegado, o seu prefeito falando na televisão. Para isso, precisaríamos abrir essas concessões.

Em relação à concessão, cada vez mais freqüentemente, escuto sobre o problema da regulamentação - o que me deixa muito triste. Como disse o Sr. Cláudio Magalhães, só uma pessoa que é santa, que foi canonizada pode ter a concessão. Mas não tem 5%, 2%, 1%, e precisa ser canonizada. As emissoras comerciais têm 97% e não precisa canonizar; podem fazer o que quiserem; não têm auto-regulamentação, não têm nada.

O que precisamos fazer é abrir, é deixar de ter medo do povo. Lembro-me de uma história da imprensa, quando a mesma foi criada. Assisti a um filme em que os sábios da época temiam que, se o povo tivesse acesso à imprensa, eles leriam livros, seriam cultos e tomariam o poder. Era questão de segurança nacional esconder a máquina da imprensa.

Hoje, parece que é o problema é a TV. Abre a TV para o povo! Vamos acabar com esse medo e vamos permitir que o povo trabalhe; vamos permitir que o povo se veja na TV. Tenho certeza de que isso seria possível de duas formas: ou por regulamentação, ou via Internet. Estou vendo isso acontecer nos Estados Unidos. É apenas uma questão de tempo. Por mais que se queira segurar e por mais que o Sr. Cláudio Magalhães queira ceder para as instituições canonizadas, tenho certeza de que a democratização da TV no Brasil é uma questão de tempo.

Acredito na velocidade dos meios de comunicação, satélites, MMDS. Teremos isso.

Quando a Senadora Emilia Fernandes - que é muito bem preparada - fez sua colocação, mostrou-nos que tem cada uma das retransmissoras o poder de concessão. Há 400 concessões. Por que não se autorizam as mesmas que estavam pleiteando fazer? Deixem essas pessoas trabalharem. Eu já tenho a TV, mas permitam e dêem condições para que essas pessoas participem e façam a sua TV na sua comunidade. Vamos fazer uma auto-regulamentação? Vamos. Se vamos estabelecer um critério, o mesmo deve ser seguido. Considero isso justo, mas devemos dar condições para que toda a sociedade possa participar.

Considero a questão da concessão muito importante. Podemos tomar como exemplo, na nossa história passada, um posto de gasolina que precisava de autorização. Hoje vivemos um projeto de livre iniciativa... Acho que cada uma tinha de ser uma, Senador, para que se possa ter liberdade, porque cada uma não consegue se manter sozinha. Darei o exemplo da minha TV. Sou filiado à **TV Cultura** e retransmito a mesma, já outros retransmitem a TVE. O Rio Grande do Sul retransmite as duas, porque é gerador, mas nós não teremos capacidade nem recursos para fazer mais do que duas ou três horas de TV. Não vamos conseguir uma programação com qualidade e que tenha audiência, porque se fizermos uma programação de baixo nível ninguém assistiria, nem a própria comunidade.

Se tivermos em cada uma pequenas geradoras ou retransmissoras, terá de haver uma grande, ou a Cultura ou a TVE, que será a cabeça da rede, porque ninguém tem capacidade, em pequenas comunidades, ou até mesmo em cidades como Campinas ou São Paulo, de fazer toda a programação. A própria Margarida Ramos sabe o quanto custa fazer uma programação em período integral e o Sr. Jorge Cunha Lima, que faz alguns programas retransmitidos, também sabe dessa dificuldade.

Penso que cada um tem de ter, conjuntamente com a cabeça de rede, os horários, como toda cabeça de rede os têm, porque podem passar a programação local.

Essa é a minha solicitação, nobre Presidente: que possamos abrir essas concessões e que não fiquem restritas, cada vez mais, a pequenos grupos de acesso.

Passemos a uma outra questão econômica.

Todos ressaltaram a questão primordial da TV Educativa, o seu papel e a sua importância. Para todas as outras são permitidas todas as questões comerciais; para nós são impostos inúmeros regulamentos.

Acredito que, como o Jorge Cunha Lima, manter está correto. Ter no início e no final da programação está correto; quando tem-se só o apoio cultural é correto. Mas o Brasil é grande e não podemos pegar uma realidade e transpô-la para todas as outras. Vamos deixar que cada um saiba conduzir, pois cada um tem as suas necessidades.

Assisti a um debate um dia na TVE sobre o **Free Jazz Festival**. Apesar da TV Cultura estar sendo patrocinada por um fabricante de cigarros, ela está apresentando um Festival internacional de Jazz, que considera de um grande valor cultural. Neste caso, cada um questionou a regulamentação da questão comercial, uma vez que todos têm suas próprias necessidades de sobrevivência e o Brasil é grande. É diferente um local que tem seis milhões de habitantes de um local que tem, por exemplo, 40 mil habitantes. Em um deles tem-se uma padaria e em outro tem-se uma empresa como a VASP ou a Petrobrás. São realidades distintas que não conseguiremos deixar homogêneas num projeto.

Uma outra questão que gostaria de levantar é fundamental para as pequenas comunidades. Citarei o exemplo de uma cidade vizinha à cidade de Campinas, cidade esta que possui cerca de 40 mil habitantes. Lá as pessoas vão ao Carrefour. Como os pequenos comerciantes – tais como padeiros ou verdureiros – podem divulgar as ofertas para atrair as pessoas? Eles não têm outra forma, senão por meio de uma TV pequena, pois não há escala para se fazer uma TV grande. E as grandes TVs também não estão perdendo os anúncios desses comerciantes, porque eles não fariam propagandas nessas TVs - como na TV Globo e TV Bandeirantes de Campinas - , porque a escala da comunidade deles não permitiria. Está-se movimentando pequenos negócios nas pequenas comunidades, ainda mais hoje com a falta de emprego.

A minha sugestão é abrirmos e não regulamentarmos demais isso, porque ao invés de motivarmos, estamos inibindo a TV Educativa.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Muito obrigado ao Dr. Hamilton Júnior.

A Presidência concede a palavra ao Dr. Gabriel Priolli e, em seguida, ao Sr. Cláudio Magalhães, a fim de que faça alguns comentários sucintos, encerrando esta audiência pública.

O SR. HAMILTON JÚNIOR - Gostaria de fazer algumas observações, pois estamos discutindo alguns problemas e farei aqui o papel de advogado do diabo ou não. Em primeiro lugar, creio que estamos um pouco sensibilizados pelo momento que a televisão comercial atravessa, que é de grande competitividade e que está levando, sem dúvida alguma, ao rebaixamento do nível de produção. Entendo que não devemos "demonizar" a programação da televisão comercial e negar a contribuição que esta deu ao País, em todos os níveis: num jornalismo de qualidade, que contribuiu e vem contribuindo seriamente para a reconquista da democracia e sua preservação; numa dramaturgia de qualidade também que, aliás, é muito bem aproveitada pelo Canal Futura. Esse é um exemplo de preocupação da televisão comercial. No caso das Organizações Globo, ao se lançar um empreendimento educativo. Grande parte da produção dessa televisão comercial é aproveitada em termos educativos pelo Canal Futura, com muita eficácia e com qualidade reconhecida por todos.

A primeira sugestão que gostaria de fazer a todos é que, sem deixar de apontar os defeitos desse rebaixamento de nível da televisão, que todos estamos vendo e lamentamos, não "demonizássemos" a televisão comercial, compreendêssemos a conjuntura em que isso ocorre e recuperássemos também seu papel positivo para o País.

Por outro lado, a questão da propaganda na Televisão Educativa. Gostaria de colocar, como aqui ficou evidente, que essa é uma questão polêmica e que, em nosso setor de Televisão Educativa, Cultural e Universitária, todas as alternativas estão em discussão atualmente. No meu segmento específico, da Televisão Universitária, parte do nosso grupo admite a idéia da publicidade comercial plena, sem qualquer tipo de restrição, salvo as de cigarro, de bebidas e algumas outras, mas admitindo a publicidade comercial. Outra parte pensa que devemos nos manter basicamente através de financiamento público ou do obtido por outras formas de publicidade institucional, como foi colocado pelo Sr. Jorge Cunha Lima.

Em terceiro lugar, gostaria de fazer justiça a uma das entidades que deveria estar presente e não está, que é o Ministério da Educação. Fazer justiça no sentido de que, no segmento das televisões universitárias, estamos discutindo já há algum tempo com o Ministério da Educação o apoio deste órgão à iniciativa de um intercâmbio de programação que temos a intenção de realizar. O Ministério tem nos apoiado e está ativamente trabalhando conosco no sentido da constituição de uma rede de intercâmbio de programas universitários que, a nosso ver, viabilizará o surgimento de diversos canais em praças menores, onde há poucas universidades, poucas instituições de ensino que não teriam capacidade de produção para alimentar uma programação de 18 ou 24 horas por dia. O MEC tem sido nosso parceiro nesse empreendimento. Por essa razão, gostaria de fazer justiça àquele órgão.

Aproveito para responder também à argumentação da Senadora Marina Silva quanto à questão da regulamentação, que surgiu agora. Estamos ainda debatendo as formas. Em reunião realizada em Ouro Preto, estabelecemos o princípio, que gostaria de assinalar. Recomendamos para a nova legislação que as atividades das emissoras educativas, culturais e universitárias obedeçam ao princípio da auto-regulamentação através de um conselho de âmbito nacional formado por representantes do segmento, podendo ser formado, igualmente, representantes da sociedade também. Ou seja, é um conselho de auto-regulamentação, mas aberto à sociedade. Paralelamente, recomendamos, que, sem prejuízo do conselho nacional de auto-regulamentação da Televisão Educativa, a programação dessas emissoras seja orientada por conselhos consultivos de programação, formados por entidades representativas da sociedade.

Finalmente, nossa posição é a de que o Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição, deva ser regulamentado o mais rapidamente possível, de forma que também o Poder Legislativo trabalhe para a fiscalização e regulamentação das nossas atividades.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Antes de passar a palavra ao Dr. Cláudio Magalhães, gostaria de pegar um "gancho" no que acabou de dizer o Dr. Gabriel Priolli e manifestar a minha certeza de que, em outra audiência – esta é apenas a primeira delas, pois creio que vamos fazer outras –, com certeza estarão presentes o Ministério das Comunicações, o da Educação e também a Secretaria de Comunicação Social..

Com a palavra o Dr. Cláudio Magalhães.

O SR. CLÁUDIO MAGALHÃES - Inicialmente, para ser o mais rápido possível, queria reforçar a palavra da Senadora: hoje, já existe essa questão do cabo. O interior, talvez não de o de São Paulo ou dos Estados do Sul, mas o de Minas Gerais, como todo o resto do Brasil, que não tem a possibilidade imediata nem a curto prazo de ter cabo, já está sofrendo isso que a Senadora disse: já caiu a qualidade da programação a que assiste, que já tem um nível mais baixo, por conta dessa luta de audiência Rio-São Paulo.

Só para ilustrar a importância da TV educativa local, em São Paulo, o **Castelo Rá-Tim-Bum** está dando 3 ou 4 pontos, enquanto em Ouro Preto, de cada 10 crianças, 7 assistem ao **Castelo Rá-Tim-Bum,** segundo pesquisa realizada. O **Castelo Rá-Tim-Bum**, hoje, é o nosso segundo programa de maior audiência total e só perde para o nosso jornal local; o terceiro colocado é o **Cocoricó**. Então, isso mostra a importância da TV educativa hoje no Interior. Sempre digo que este momento comercial que a TV vive atualmente é ótimo, porque, quanto mais "avacalhação", mais a TV educativa torna-se uma alternativa para a população.

Em relação ao que o Presidente comentou, eu queria fazer duas retificações e uma ratificação: eu gostaria de não ter o comercial. Se existir uma maneira legal de cobrir minha folha de pagamentos e colocar produtos e projetos disponíveis à comunidade – por exemplo, levar câmaras às escolas, com o fim de que as crianças produzam vídeos para exibição –, se conseguirmos, por meio de uma lei, trazer esses recursos para nós – ótimo –, abro mão da comercialização. Só que, como bem disse o colega, talvez eu não esteja com imaginação suficiente para pensar como nós lá do interior vamos conseguir fazer isso. O problema está sendo resolvido em nível estadual e nacional, mas ainda não temos nenhuma ilusão de que o Governo vá pingar coisas para nós lá do interior de Ouro Preto ou do interior de Pernambuco. Se a lei tiver uma alternativa para não precisarmos do comercial, mesmo que limitada – e deixo bem claro que a minha proposta não é a da comercialização total, mas a da comercialização limitada, somente para subsidiar a televisão –, abro mão dos comerciais. Considero isso fantástico.

Outra correção é que, quando eu disse da fundação educativa, foi apenas um exemplo. Na realidade, refiro-me a qualquer tipo de fundação: cultural, educativa, ou qualquer outra que tenha uma atuação na comunidade e que possa ser avalista dessa televisão educativa. Nesse ponto, faço uma ratificação: julgo, sim, que temos que canonizar mesmo essas emissoras, temos que canonizar mesmo essa fundação. Como foi dito aqui, estamos levando a TV comercial lá para o inferno. Temos mesmo

é que canonizar a TV educativa e não descer ao inferno para poder nos comparar com a comercial.

Obrigado.

A SRª EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Com a palavra a Senadora Emilia Fernandes.

A SRª EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, gastaria de fazer um agradecimento especial ao jornalista gaúcho da cidade de Montenegro, no Rio Grande do Sul, Sr. Adriano Alves de Oliveira, pelas contribuições valiosas que fez chegar a todos nós para a realização dessa audiência.

Solicito também que seja publicada na íntegra, juntamente com todos os depoimentos, a Carta de Ouro Preto, aqui mencionada por vários depoentes.

Ressalto, ainda, que é fundamental que essa audiência seja considerada uma primeira iniciativa. Penso que a nossa idéia deva ter continuidade, atingindo plenamente seus objetivos, inclusive buscando concretizar em lei, em alterações da lei ou em propostas legislativas tudo aquilo que foi aqui exposto.

Sr. Presidente, gostaria também que esta Comissão elaborasse um documento oficial com todos os depoimentos sobre os itens aqui abordados, a exemplo do documento que a Comissão Especial realizou e que apresentei aqui. Esse documento facilitaria a divulgação do tema, e poderia até chegar ao Poder Executivo. Além disso, nós poderíamos utilizá-lo no momento em que se buscasse a viabilização da nova lei de comunicação de massa.

São essas as considerações. É lógico que estou plenamente satisfeita pelo nível e qualificação dos nossos convidados diante desse assunto abordado.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - As sugestões de V. Exª serão atendidas, na forma regimental.

Ao encerrar esta audiência pública, quero mais uma vez agradecer a presença dos palestrantes. Foi motivo de muito orgulho e satisfação para a Comissão tê-los presentes e receber dos senhores essas contribuições tão importantes para o futuro projeto de lei de comunicação de massa.

A Presidência agradece aos Srs. Senadores que aqui compareceram e aos convidados que também nos honraram com suas presenças. Convidamo-los para uma próxima reunião, para prestigiarem a discussão desse tema tão importante.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 21h19min.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JANEIRO DE 1998.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte e sete de janeiro do ano de mil novecentos e noventa e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador ROMEU TUMA, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores , GUILHERME PALMEIRA, HUGO NAPOLEÃO, JOSÉ AGRIPINO, BERNARDO CABRAL, LEONEL PAIVA, HUMBERTO LUCENA,, BENEDITA DA SILVA, ABDIAS NASCIMENTO, EMILIA FERNANDES, JOEL DE HOLLANDA, BELLO PARGA, MAURO MIRANDA e EDUARDO SUPLICY. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição que fará o senhor CARLOS ALBERTO PESSÔA PARDELLAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, Designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária, cujo Relator é o Senhor Senador HUMBERTO LUCENA. Feita a exposição o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Senador BERNARDO CABRAL, que na ausência do Relator fará a leitura do parecer sobre a Mensagem nº 81, de 1997, "Do Senhor Presidente, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO PESSÔA PARDELLAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária".No prosseguimento , a Presidência determina que a reunião torne-se secreta para que se proceda a votação. Reaberta a Reunião em caráter público e nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

SENADOR ROMEU TUMA
PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, que terá como único item da pauta a Mensagem do Senhor Presidente da República de nº 81, submetendo à apreciação do Senado o nome do Sr. Carlos Alberto Pessôa Pardellas, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária.

O Senador Humberto Lucena não se encontra. Então, consulto o Senador Bernardo Cabral se poderia, por gentileza, ser o Relator da matéria.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, com muito prazer. O Embaixador Pardellas é daquelas figuras que, com muito alegria, relatamos, ainda que seja em caráter **ad hoc**, substituindo o Senador Humberto Lucena.

Devo dizer a V. Exª que o ônus que V. Exª me atribui é absolutamente legítimo porque parte de V. Exª. Não sei se posso cumpri-lo com a mesma capacidade que o Senador Humberto Lucena faria, mas, como estou ao lado do Senador Hugo Napoleão, sempre me sobrará alguma coisa da sua inteligência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - A delicadeza e o constante cavalheirismo de V. Exª, às vezes, nos inibem até de usarmos da palavra para agradecer.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Perdoem-me, Sr. Presidente, Srs. Senadores. A Casa e esta Comissão sabem todos que ele está sendo extremamente gentil e generoso. Ganhei o dia e até a semana, mas a situação é exatamente o inverso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Estou endossando.

Eu pediria ao Senador que lesse para, em seguida, convocar o Sr. Embaixador.

Então, o Senador Bernardo Cabral fará a leitura na presença do Sr. Embaixador a quem peço a gentileza de comparecer a esta...

O SR. BERNARDO CABRAL - Eu sugeriria, Sr. Presidente, que se fizesse a leitura. Logo a seguir, teríamos ganho um dado maior sobre o Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Ele está repetindo o ano. Vai ter que ser reexaminado.

O Senador Bernardo Cabral vai relatar em lugar do Senador Humberto Lucena.

Solicito ao Sr. Senador Bernardo Cabral que faça a leitura do relatório.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, Srs. Senadores, o eminente Presidente da República encaminha, na forma constitucional, à apreciação desta Comissão a indicação do eminente Embaixador Carlos Alberto Pessôa Pardellas, que é Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária.

À mensagem presidencial, a ela se acosta o **curriculum vitae** do Embaixador, que nasceu no Rio de Janeiro em 25 de julho, omite-se o ano para que nem todos possam ficar com inveja do Embaixador Pardellas. Tem o curso de engenharia civil, concluiu o Curso de Preparação Acadêmica no Instituto Rio Branco.

Suas promoções por merecimento dão bem a idéia do quanto S. Exª é um profissional altamente capacitado, mas é preciso que se registre ainda que S. Exª esteve no Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal, e foi o Diretor da Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal. Portanto, é um homem que conhece, além do que passou em Londres, em Pequim, em Teerã, também a nossa região.

Destaco, Sr. Presidente, que as condecorações do eminente Embaixador Carlos Alberto Pessôa Pardellas incluem não apenas condecorações nossas, brasileiras, mas da Bélgica, da Argentina, e da Santa Sé.

Só lamento - e digo isso de viva voz, Sr. Presidente - que, depois de ter sido Subsecretário de Programas e Projetos da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, depois de ter sido, em Londres, Conselheiro, Chefe de Setor de Promoção Comercial, que S. Exª vá para a Bulgária, embora não seja um país de destaque. Gostaria de estar relatando sua indicação para um outro país, cujo nível fosse o do Embaixador Pardellas.

É o relatório, Sr. Presidente, mas já antecipo o meu voto.

O meu voto, antes de ouvir o que vai dizer o Embaixador Carlos Alberto Pessôa Pardellas, por conhecê-lo pessoalmente e saber de seu talento, é favorável. Espero que os meus eminentes Pares me acompanhem nesta caminhada.

É a minha manifestação, Sr. Presidente, na qualidade de relator **ad hoc**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Agradeço a V. Exª.

Peço ao Sr. Embaixador que faça, pelo tempo que considerar necessário, a sua exposição a respeito da assunção ao cargo de Embaixador na República da Bulgária e, se quiser, poderá fazer alguma referência sobre os locais por onde já passou, pois o Senado ficará atento ao pronunciamento de V. Exª.

O SR. CARLOS ALBERTO PESSÔA PARDELLAS - Muito obrigado, Sr. Presidente. Preparei um pequeno texto, porque, como assinalou o eminente Senador Bernardo Cabral, a Bulgária não é um país muito conhecido.

A Bulgária foi, ao longo de quarenta anos, o mais fiel aliado da União Soviética ou, pelo menos, o que não causou divergência alguma, ostensiva, com a linha do Kremlin. Além das afinidades étnicas, havia razões históricas a reforçar essa sintonia. A Bulgária deveu sua independência, após cinco séculos de domínio otomano, à derrota infligida aos turcos pelos russos na guerra de 1877.

Nos dois conflitos mundiais deste século, a Bulgária se aliou à Alemanha por motivos que tinham a ver com suas rivalidades e reivindicações territoriais estritamente balcânicas. Na 1ª Grande Guerra, para tentar reaver da Sérvia territórios perdidos nos anos imediatamente anteriores; na 2ª Grande Guerra, o rei Boris, que já havia instaurado uma ditadura do tipo fascista, contava recuperar, com o apoio de Hitler, a Trácia e a Macedônia, tanto a parte iugoslava quanto a grega. Embora tenha assinado o Pacto anti-Komintern, o Governo búlgaro não cedeu às exigências nazistas e não declarou guerra à União Soviética nem aderiu à perseguição aos judeus.

Em setembro de 1944, as tropas soviéticas invadiram o país e um mês depois, foi assinado o armistício. A Bulgária ficava sob a direção de uma comissão de controle das forças aliadas, presidida pelo representante soviético e efetivamente ocupada pelas tropas soviéticas. Nas eleições legislativas de novembro de 1945, os comunistas tiveram 85% dos votos. Um plebiscito, em 1946, forçou o rei Simeão, filho do rei Boris, a abdicar, abolindo a monarquia. Estava estabelecida a República Popular, sancionada por ampla vitória eleitoral.

Durante os primeiros anos, Giorgi Dimitrov deteve o poder, e, a partir de 1954, Todor Jivikov, na linha moderada do PC búlgaro, foi a figura dominante até ser destituído, 35 anos depois, em dezembro de 1989, pela ala mais liberal do PC, sob a acusação de corrupção e desrespeito aos direitos da minoria turca. Existe na Bulgária uma minoria da ordem de 13% de origem turca, e, durante os anos 80, o regime búlgaro tentou forçar essa minoria a se "bulgarizar"- vamos dizer assim - inclusive obrigando-os a adotar nomes búlgaros e isso provocou um êxodo da ordem de 300 a 350 mil turcos.

Em 1990, os comunistas ganharam as eleições sob a denominação de Partido Socialista Búlgaro. Em 1992, Jeliu Jelev, pró-ocidente, foi eleito Presidente da República, e formou-se um governo de coalizão, dirigido novamente, a partir de 1994, pelo Partido Socialista que detinha a maioria parlamentar. Em 1996, foi eleito Presidente, Peter Stoianov, da União de Forças Democráticas.

A insatisfação popular e as manifestações de desagrado com o agravamento da crise econômica e com o impasse político que impedia as reformas levaram o Primeiro-Ministro, indicado pelo Partido Socialista, a renunciar à formação do Gabinete, provocando a antecipação de eleições.

Em abril do ano passado, a vitória coube à união das forças democráticas, com 52% dos votos contra 20% do Partido Socialista, e Ivan Costov, líder da UFD, foi indicado Primeiro-Ministro. A situação econômica era de tal ordem — inflação de 450%, Produto Interno Bruto em declínio de 10% em relação ao ano anterior, desemprego crescente, da ordem de 20% — que favoreceu a formação de consenso em torno de algumas medidas incluídas no novo programa de Governo.

O elenco dessas medidas é muito ilustrativo, e passo a enumerá-las:

- confirmação dos acordos com as instituições financeiras internacionais, a começar pelo FMI, para obtenção de empréstimos; é de se observar que o Professor Jeffrey Sacks, de Harvard, é o assessor econômico do Primeiro-Ministro búlgaro;
- criação de uma **currency board**, Departamento de emissões do Banco Central, e a vinculação da moeda local — leu — ao marco alemão; é um programa de estabilização semelhante ao que ocorreu na Argentina;
- incentivo à propriedade privada das terras agrícolas, inclusive com a aprovação da lei das restituições;
- estímulo às exportações;
- redução de despesas orçamentárias e distribuição eqüitativa dos encargos sociais da reforma, mediante a criação de fundos de aposentadoria;
- privatização das empresas estatais;
- criação de um sistema bancário eficiente; até hoje não existe na Bulgária um sistema bancário como conhecemos no Ocidente, com talão de cheques, por exemplo;
- atração de investimentos estrangeiros;
- luta contra a corrupção e o crime organizado e, **last but not least**, adesão da Bulgária à OTAN e à União Européia.

Esses dois últimos pontos, Sr. Presidente, apresentados também como escolha decidida e soberana do Estado no elenco das diretrizes de política externa, têm sido, juntamente com a discussão comercial a respeito dos fornecimentos de gás, motivo de desgaste nas relações bilaterais com a Rússia. Não obstante, a promoção desse relacionamento em bases eqüitativas e mutuamente benéficas com a Rússia, Ucrânia e outros países da Comunidade de Estados Independentes, ex-União Soviética, figura na lista de prioridades

da política externa búlgara, logo abaixo da adesão à União Européia e à OTAN, e da expansão dos vínculos com a Europa Ocidental, Estados Unidos e Canadá.

Na enunciação das diretrizes do novo Governo búlgaro no campo externo, após a referência à Rússia e aos Países do Leste Europeu, é mencionada a expansão de relações com parceiros do Oriente próximo, do Extremo Oriente, da América Latina e da África, incentivando o intercâmbio comercial da Bulgária com esses países. Nota-se, portanto, que a relativa baixa prioridade conferida à América Latina é compreensível do ponto de vista histórico, e tanto mais à luz da situação crítica prevalecente na economia. Ela se refletiu no recente fechamento das Embaixadas búlgaras no Peru, na Colômbia, no Uruguai e na Nicarágua, bem como o fechamento do Consulado da Bulgária em São Paulo, permanecendo em funcionamento, contudo, o escritório comercial no Rio de Janeiro. De certa forma, o Brasil tem tomado atitude recíproca, conferindo à Bulgária tratamento difuso, como um dos menores integrantes do Bloco do Leste Europeu.

Durante o longo período de predomínio soviético, o principal interlocutor estava em Moscou, e, nos anos recentes, a lenta transição da Bulgária recomendava a adoção de atitudes de expectativas sem envolvimento, que se adequava à escala de prioridades da diplomacia brasileira, com a atenção voltada em outras direções.

Instalada em 1961, nos tempos da Guerra Fria, a Embaixada do Brasil em Sófia ainda está dimensionada para desempenhar as funções clássicas da diplomacia, ou seja, representar, informar, negociar e exercer a proteção de brasileiros ou dos interesses brasileiros. Por outro lado, se se confirmar a plena adesão da Bulgária aos organismos europeus, e se o alinhamento de seus índices econômicos aos padrões ocidentais forem alcançados, como parece ser a firme decisão da sociedade búlgara e como aponta a inclusão do País, aprovada em dezembro último, entre os países da segunda rodada de ingresso na OTAN, a Bulgária poderá representar para nós porta de entrada de fácil acesso aos mercados balcânicos e aos do mundo eslavo. Tanto a geografia como a história podem ter predestinado esse pequeno país a desempenhar o papel de catalisador de novos eventos naquela parte da Europa, um pouco nos moldes do que ocorreu na Idade Média, quando o cristianismo se irradiou naquela região, graças à conversão do rei búlgaro Boris I e a ação de catequese dos santos búlgaros Cirilo e Metódio. O país, conquanto ainda em crise, ostenta condições propícias a uma transformação positiva. O longo período de disciplina comunista deixou como resultados favoráveis a intensa industrialização, praticamente a erradicação do analfabetismo e o elevado índice - de 70% - dos estudantes alcançando o nível universitário.

Ademais, a sociedade búlgara guarda a nostalgia de passadas grandezas. Fala-se, em quase todos os documentos de origem búlgara, do primeiro império, dos séculos IX e X; do segundo império, dos séculos XII e XIII; do renascimento nacional, no século XVIII; enfim, da grande Bulgária desses períodos fugazes que as tentativas frustradas não lograram reconstituir. Mas o orgulho correspondente de seu povo pode predispor o país a enfrentar as presentes dificuldades e realizar novos feitos. Além disso, a situação geográfica da Bulgária é de natureza estratégica, pois se encontra numa espécie de encruzilhada de acesso ao meio oriente, ao oriente próximo e à Ásia.

Seguramente, convém estarmos atentos aos desdobramentos da situação política e econômica da Bulgária, a fim de poder marcar presença ativa na eventualidade muito provável de um ressurgimento, que significará a abertura de oportunidades nos campos comercial e investimento tecnológico e mesmo cultural.

É esse o principal desafio do Embaixador do Brasil em Sofia: garimpar as oportunidades de intercâmbio e de cooperação e delas informar o Governo, promovendo-as e facilitando-as na medida do possível. Nessa tarefa, ele pode ser ajudado pela existência de uma rede de acordos bilaterais. Há os acordos já celebrados: sobre navegação marítima comercial, em 1982; sobre cooperação cultural, em 1990; sobre isenção de vistos, em 1992; e sobre comércio e cooperação econômica, em 1993. Há os por negociar: por exemplo, na área bancária, na área de transportes aéreos e, possivelmente, numa etapa posterior, um acordo para evitar a bitributação.

Mas é sobretudo o contato direto entre personalidades políticas dos dois países que opera prodígios na aproximação entre sociedades tão diferentes como a brasileira e a búlgara. V. Exª mesmo teve oportunidade de visitar Pequim há doze anos e sabe da contribuição que uma visita dessa importância, desse porte dá à aproximação entre as sociedades e os países. Portanto, as visitas dos Srs. Senadores, que podem representar importante contribuição nesse sentido, serão por mim muito bem recebidas, se eu tiver a honra de ser aprovado nesta Comissão.

A seguir, alguns dados sobre a Bulgária:

- Área: 110 mil quilômetros quadrados;
- População: 8,7 milhões, dos quais 68% habitam em área urbana;
- Densidade demográfica: 80 habitantes por quilômetro quadrado;
- As principais cidades são Sofia, com um milhão e duzentos habitantes; Plovdiv, com trezentos e setenta e quatro mil; e Varna, que é o porto no Mar Negro, com trezentos e onze mil habitantes;
- A cultura sofreu influências bizantina, grega, turca, russa e dos países da Europa Ocidental;
- Na Idade Média, no décimo e décimo-primeiro séculos, a Bulgária era o centro da cultura eslava, mas foi praticamente anulada pelo domínio turco a partir de 1396;
- O renascimento búlgaro só começou no fim do século XVIII e início do século XIX;
- A Constituição em vigor foi redigida em 1991 e adotou o sistema de governo parlamentarista. O Presidente da República é eleito por voto direto para um mandato de cinco anos. O atual Presidente, Peter Stoianov, eleito em 1996, tomou posse em janeiro de 1997. O Primeiro Ministro da União das Forças Democráticas, Ivan Kostov, assumiu em maio de 1997. A Ministra das Relações Exteriores é a Srª Nadejda Mihailova.

O sistema é unicameral; a Câmara Legislativa conta com 240 membros. A religião predominante é o cristianismo ortodoxo, com 87% da população; o islamismo abrange 12%.

A economia apresenta um PIB da ordem de US$10,2 bilhões, dado muito controvertido, como todos os dados econômicos dos países do leste europeu. Vi, em outras fontes, até a citação da cifra de US$30 bilhões, de modo que a verdade deve estar entre uma e outra importância.

A renda per capita seria, na pior das hipóteses, de US$1.250. Quanto à composição do PIB, também há fontes divergentes: agricultura e pecuária, 13%; indústria, 35%; comércio e serviços, 53%. Alguns dados chegam a indicar quase o dobro para a contribuição da indústria, ou seja, aproximadamente 70%.

As principais indústrias são: metalurgia, máquinas e equipamentos, química, alimento e tabaco. A metalurgia, a indústria química e a indústria mecânica dependem de importação de matéria-prima, tendo sofrido muito, portanto, com o desmantelamento do bloco oriental. As indústrias têxtil, agroalimentar, de couro, de calçados, de construção civil, de vidro e de cimento abastecem-se de matéria-prima local, não tendo sido atingidas pelas conseqüências do término da União Soviética.

Os principais produtos agrícolas são trigo, cevada, milho, aveia e arroz. Produzem-se 30 milhões de toneladas de carvão por ano, 400 mil barris de petróleo por dia e 200 mil toneladas de minério de ferro por ano. Há também outros produtos, como zinco, chumbo, manganês e gás natural, embora, no que diz respeito a este último, o País necessite importar, anualmente, seis milhões e quinhentos mil metros cúbicos da Rússia. É esse o principal pomo de discórdia comercial entre a Bulgária e a Rússia.

Um terço da energia elétrica é oriundo do carvão; um terço, de usinas hidrelétricas; e um terço, de usinas nucleares do tipo soviético, a exemplo, portanto, de Chernobyl, precisando de conversão.

Os principais parceiros comerciais são a Rússia e os países do leste e, na Europa Ocidental, a Alemanha e a Itália. Antes de 1990, 87% do comércio eram com o bloco socialista, dos quais 60% com a União Soviética.

As exportações são de aproximadamente US$3,8 bilhões, constituídas principalmente de máquinas, produtos químicos, adubos e fertilizantes, fumo, metais não-ferrosos e têxteis. As importações são da ordem de US$3,9 bilhões e compreendem petróleo, gás, máquinas, equipamentos de transporte, aço e celulose.

No que tange aos resultados obtidos pela nova política econômica, a inflação baixou de 450%, em janeiro do ano passado, para 3%, em setembro, e para 0,5%, em novembro. Os investimentos estrangeiros foram de US$412 milhões nos nove primeiros meses de 1997, contra US$120 milhões no ano anterior. As reservas e divisas alcançaram US$1,87 bilhão em setembro de 1997. O FMI concedeu empréstimo de US$657 milhões.

A Bulgária pleiteia adesão ao **Safety Center European Free Trade Area**, integrado pelas Repúblicas Tcheca e Eslovaca, Hungria, Polônia e Eslovênia, com a adesão recente da Romênia e da Croácia. Esse seria um passo inicial para o acesso à União Européia.

As relações comerciais com o Brasil são muito limitadas. A Bulgária absorve menos de 0,1% das exportações brasileiras: US$40 milhões, em 1995; US$30 milhões, em 1996; e US$20 milhões, de janeiro a agosto de 1997. O Brasil, por sua vez, absorve menos de 1% da exportações búlgaras: US$23 milhões, em 1995; US$18 milhões, em 1996; e US$12 milhões, de janeiro a agosto de 1997.

Os principais produtos do intercâmbio do lado das exportações brasileiras são: açúcar, café, farelo de soja e minério de ferro e não estão contabilizadas muitas exportações feitas através de terceiros países.

Na importação brasileira, os principais produtos na pauta são adubos, óleo diesel, químicos orgânicos e inorgânicos, chumbo, zinco e peles.

Era isso que tinha a informar sobre a Bulgária, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Muito obrigado.

Pergunto preliminarmente aos Srs. Senadores e ao Sr. Embaixador se algum dos questionamentos nos obrigaria tornar reservada esta reunião ou se podemos continuar com ela aberta, desde que não envolva nenhum assunto de caráter sigiloso. (Pausa.)

Continua aberta a reunião.

Passo a palavra a Senadora Benedita da Silva.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, uso da palavra apenas com a intenção de cumprimentar o ilustre Embaixador porque a sua exposição final respondeu às perguntas que eu havia formulado.

Quero apenas desejar que S. Exª tenha êxito, que o Brasil possa ampliar o seu comércio com a Bulgária e que algumas preocupações de ordem social daquele País sejam sanadas, inclusive com a nossa colaboração. Há por parte das mulheres uma preocupação muito grande, principalmente porque estão diminuindo os gastos com licença-maternidade, auxílio-desemprego e pensões, o que tem causado uma certa preocupação social da qual V. Exª é conhecedor.

Espero que possamos dar uma contribuição a V. Exª em sua nova tarefa e nos tornarmos parceiros principais nessa comercialização.

O SR. CARLOS ALBERTO PESSÔA PARDELLAS - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Com a palavra o Sr. Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Sr. Presidente, quero cumprimentar o Embaixador Pardellas pela exposição que julgo completa, traçou o perfil do país onde vai prestar serviços em nome do Brasil. Deu-nos um bom volume de informações sobre a Bulgária, sua história e seu perfil econômico.

Tenho a registrar que a nossa expectativa é a de que S. Exª vai ter um belo desempenho à frente da Embaixada da Bulgária. Desejo, desde já, uma vez que tenho certeza que S. Exª será aprovado, o melhor êxito em sua nova função.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Com a palavra o Sr. Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA - Sr. Presidente, Sr. Embaixador, pouco queria acrescentar ao que foi dito pelos Colegas.

Estimo que o Embaixador assuma suas funções e corresponda integralmente à confiança que o Governo deposita em sua pessoa ao indicá-lo e à confiança que o Senado lhe depositará, fazendo votos para que efetivamente da Embaixada, que tem um campo de expansão muito grande em termos de comercialização e de troca de produtos, resultem benefícios para ambos os países.

Dentro desse espírito faço essa intervenção, desejando a S. Exª votos de pleno êxito em sua nova missão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Senador Hugo Napoleão, sei que V. Exª, assim como o Sr. Senador José Agripino, por conhecerem profundamente a atividade da diplomacia brasileira não poderia deixar de se manifestar.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, há muita generosidade por parte de V. Exª, pelo menos no que me diz respeito. Até que concordo com relação ao Sr. Senador José Agripino.

Fiquei muito impressionado e acompanhei **pari passu** a exposição do Embaixador Pardellas

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Fiquei muito impressionado. Acompanhei **pari passu** a exposição do Embaixador Pardellas e, como disse o Senador José Agripino, S. Exª demonstrou ter uma visão completa a respeito da história da estrutura de Estado e das diversas mutações por que passou a Bulgária durante esse período, as questões sociais, econômicas e os desafios que esperam S. Exª, assim como os objetivos que pretende desenvolver em sua missão. Um dado apenas deixou-me estarrecido. Salvo engano de minha parte, V. Exª disse que a renda **per capita** estava em torno de US$1.250,00, e a minha surpresa é que essa é, aproximadamente, metade da renda **per capita** nordestina, que, por sua vez, é a metade da renda **per capita** brasileira. Isso demonstra o quanto nosso País, embora mantenha bolsões de desequilíbrios regionais e sociais intensos, na média tem um índice razoável. Já estamos no décimo terceiro lugar, embora, em matéria de Produto Interno Bruto, estejamos em sétimo lugar.

Como Líder do PFL nesta Casa, quero agradecer a explanação exata, precisa, feita pelo Embaixador Pardellas, que revela grande conhecimento do posto que irá assumir. Esperamos que V. Exª seja muito feliz na sua missão, ao defender o nosso País.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, como V. Exª observou, antecipei meu voto antes de ouvir a conclusão do ilustre Embaixador Pardellas, pois já sabia o que vinha. Estava ali, terminando um documento, quando, do meio para o final, a densidade do trabalho de S. Exª foi reconhecida pelos eminentes Senadores José Agripino e Hugo Napoleão, que bem falam da renda **per capita** do Nordeste, que será melhorada daqui a um ano, quando S. Exªs retornarem ao Governo de Estado. Não tenho nada a acrescentar, a não ser aquilo que um dia desejei a um embaixador - que não vou citar o nome -, quando nos momentos terríveis que atravessava o Leste Europeu, o lado comunista, tomou posse como Embaixador do Brasil na Bulgária e descobriu, semanas depois, que, até dentro da sua alcova, havia gravadores. Um caso terrível. Espero que isso não aconteça mais, até porque o Embaixador Pardellas, se necessário for, tomará as providências devidas, para que os olhos voltados para nós não sejam mais olhos de ambição, mas de parceria. O Brasil hoje desponta muito mais no Conselho das Nações com a globalização, com um destaque maior, como bem assinalou o Líder Hugo Napoleão, o décimo terceiro lugar. Renovo os votos ao Embaixador Pardellas: que V. Exª não se esqueça da nossa Amazônia, para a qual tanto colaborou e contribuiu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Sr. Embaixador Pardellas, V. Exª gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. CARLOS ALBERTO PESSÔA PARDELLAS - Sr. Presidente, gostaria de prestar um esclarecimento a respeito da dúvida manifestada pelo Senador Hugo Napoleão. Também fiquei surpreso com o baixo índice da renda **per capita** e do Produto Interno Bruto da Bulgária. Esses dados estatísticos, às vezes, são muito traiçoeiros, principalmente nos países do Leste Europeu, onde o cálculo é feito de maneira diferente do nosso. Em fontes diferentes, colhi, duas ou três vezes, esse mesmo dado, que é supreendentemente baixo. Numa outra fonte, o dado era praticamente três vezes maior, o que daria um Produto Nacional Bruto da ordem de US$33 bilhões e uma renda **per capita** de US$3.800. Provavelmente, mais uma vez, a verdade deve estar entre um e outro, o que quer dizer que a situação não é tão ruim quanto parece, mas em todo caso é um dos países mais pobres da Europa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Sr. Embaixador, antes de pedir a V. Exª a gentileza de aguardar em outra sala enquanto procedemos à votação, gostaria de cumprimentá-lo e dizer da importância da diplomacia, principalmente do Brasil no exterior, quando uma autoridade, em qualquer segmento, tem a oportunidade de visitar esse país e contar com o serviço diplomático, porque com apoio as portas se abrem como que em um passe de mágica.

Fui à China em um momento difícil da transição. A China tinha um regime duro. Fomos eu e um delegado de polícia, e não permitiam que nos encontrássemos dentro do mesmo quarto para conversar. Também não podíamos ser transportados em um mesmo carro. O fato de ele ser de origem japonesa piorou muito as coisas. No entanto, conseguimos realizar nossa missão. Depois fui convidado, mais uma vez, para visitar aquele país. Recentemente, na última reunião da Interpol, cheguei a ser homenageado pelo Ministro do Interior, que me levou a passear por todo o território chinês.

Como V. Exª irá à Bulgária, gostaria de fazer-lhe um apelo. Os países do Leste Europeu - Rússia, Hungria, enfim, todos eles - têm tido muita dificuldade no combate ao crime. Nos encontros que temos tido, ocasionais ou preestabelecidos, eles manifestaram essa angústia e falaram da necessidade de troca de informações. Eles pensam que é muito fácil estabelecer uma relação de amizade com o Brasil. Parece-me que não existe nenhum acôrdo bilateral no sentido dessa troca de informações sobre o combate ao crime, principalmente o tráfico de drogas.

Portanto, gostaria que V. Exª pensasse sobre esse assunto, que considero muito importante. Digo isso porque não consigo me afastar desse segmento da atividade policial. Como a nobre Senadora solicitou de V. Exª atenção especial para a cultura e a mulher, tomo a liberdade de pedir-lhe que faça o possível para finalizarmos esses acordos que o Itamaraty tem proposto no sentido de uma atividade mais objetiva da nossa segurança.

Desejo-lhe muita sorte. Não tenho dúvida nenhuma de que V. Exª realizará excelente trabalho nessa missão.

O SR. CARLOS ALBERTO PESSÔA PARDELLAS - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Pediria, então, que V. Exª aguardasse na outra sala o processo de votação. Penso, inclusive, que todos já votaram e que a votação foi unânime. Portanto, V. Exª pode tranqüilamente ir fechando a sua pasta.

(Procede-se à votação)

O resultado da votação registra 11 votos a zero. Embaixador, gostaria de cumprimentá-lo e de informar que V. Exª foi aprovado por unanimidade, com alguns elogios que, acredito, registrará em seu coração, porque foram feitos com muita sinceridade e muito carinho.

O SR. CARLOS ALBERTO PESSÔA PARDELLAS - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a reunião, comunicando que provavelmente, na próxima terça-feira, teremos nova discussão sobre a designação de outro embaixador.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h39min.)

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA , DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARCO DE 1998.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia onze de marco do ano de mil novecentos e noventa e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador ROMEU TUMA, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores HUGO NAPOLEÃO, JOSÉ AGRIPINO, BERNARDO CABRAL, LEONEL PAIVA, PEDRO SIMON, ARTUR DA TÁVOLA, LÚDIO COELHO, BENEDITA DA SILVA, EMILIA FERNANDES, BELLO PARGA, JOAO ROCHA, JOSE ALVES, OTONIEL MACHADO, EDUARDO SUPLICY e LEVY DIAS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a apreciação dos itens constantes da pauta, e ainda a ouvir a exposição que fará o senhor JOSÉ VIEGAS FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, Designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do PERU, cujo Relator é o Senhor Senador LEVY DIAS.No prosseguimento, pede a palavra o senhor Senador EDUARDO SUPLICY, que apresenta o seguinte Requerimento; "Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, para prestar esclarecimentos perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre:

a) Os Acordos para a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos celebrados entre o Brasil e a Suíça, Portugal, Reino Unido, Chile, França e países do Mercosul;

b) As negociações sobre a criação da ALCA;

c) O Acordo Multilateral de Investimentos, a ser submetido em abril próximo aos países da OCDE, e apresentar, em seguida, aos países em desenvolvimento.

Na seqüência o senhor Presidente concede a palavra ao expositor. Encerrada a exposição, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Senador JOSÉ AGRIPINO, Relator do Projeto de Decreto Legislativo n.º 145, de 1997, que " aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha, em Brasília, em 18 de abril de 1997. Não havendo quem queira discutir, o Parecer é colocado em votação, sendo

aprovado pôr unanimidade.**Na seqüência faz uso da palavra o senhor Senador CASILDO MALDANER, Relator do Projeto de Decreto Legislativo n.° 59 , de 1997, que "Aprova o texto do Acordo pôr Troca de Notas relativo ao ingresso** do Brasil, na qualidade de membro Pleno, no Comitê do Aço da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico-OCDE, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e aquela organização, em Paris, em 17 de junho de 1996". Não havendo quem queira discutir e aprovado o Parecer. No prosseguimento o senhor Presidente da Comissão solicita a presença do segundo expositor.Feita a exposição o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Senador PEDRO SIMON, Relator do item 04 da pauta: - Projeto de Decreto Legislativo N° 144, DE 1997, 'Que Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da Republica Federativa do Brasil e o Governo da Republica Oriental do Uruguai, em Rivera, em 16 de outubro de 1996. Não havendo quem queira discutir é o mesmo submetido à votação, sendo aprovado pôr unanimidade. Na seqüência, faz uso da palavra, a senhora Senadora BENEDITA DA SILVA, que faz a leitura do Parecer favorável ao item 05 da pauta: Projeto de Decreto Legislativo n°74, de 1997, " que Aprova o texto da Convenção Relativa a Proteção das Crianças e a Cooperação em matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29 de maio de 1993.. Colocado em votação, é aprovado o Parecer. Dando continuidade, o senhor Presidente da Comissão, Senador ROMEU TUMA, concede a palavra a senhora Senadora REGINA ASSUMPCAO, Relatora do item 06 da pauta: " que Aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação Econômica, Industrial e para o Desenvolvimento, celebrado entre o Governo da Republica Federativa do Brasil e o Governo da Republica Italiana, em Roma, em 12 de fevereiro de 1997. Não havendo quem queira discutir, e aprovado o Parecer. Fica adiada a discussão do Projeto de Lei da Câmara n.47, de 1996, que altera a Lei 7565, de 19 de dezembro de 1996, para incluir hipótese de destruição de aeronave, cujo Relator e o senhor Senador JOSE AGRIPINO. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

SENADOR ROMEU TUMA
PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Passo preliminarmente a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que quer fazer uma solicitação aos membros da Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, como tenho de estar concomitantemente nas duas Comissões, na Comissão de Fiscalização e Controle e nesta, peço a atenção para que seja considerado antes o seguinte requerimento:

"Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, para prestar esclarecimentos perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre:

a) Os Acordos para a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos celebrados entre o Brasil e a Suíça, Portugal, Reino Unido, Chile, França e países do Mercosul;

b) As negociações sobre a criação da ALCA;

c) O Acordo Multilateral de Investimentos, a ser submetido em abril próximo aos países da OCDE, e apresentar, em seguida, aos países em desenvolvimento.

Sob o argumento de que "acordos para a promoção e proteção contra riscos não comerciais constituem hoje relevante fator de atração do capital estrangeiro", o Poder Executivo vem solicitando ao Congresso Nacional a aprovação de vários tratados bilaterais que dispõem sobre a promoção e proteção recíproca de investimentos.

Desde os anos 60, os países desenvolvidos têm buscado a conclusão de acordos de promoção e proteção de investimentos com os países mais pobres. Todavia, apenas no início dos anos 90, graças à acirrada disputa por investimentos estrangeiros, instrumentos deste tipo foram sendo assinados. Suas cláusulas são, em geral, semelhantes e procuram atender às reivindicações dos investidores estrangeiros, garantindo-lhes regras básicas que deverão estar fixas por um determinado período de tempo.

Nossas dúvidas são decorrentes de termos e expressões que acreditamos precisam ser melhor definidas. Por exemplo, a expressão **investimento** está designando "todo tipo de ativo, direta ou indiretamente investido, incluindo bens móveis e imóveis e direitos reais como hipotecas, cauções e penhores: ações; cotas societárias; títulos de crédito e direitos sobre obrigações com valor econômico; direitos de propriedade intelectual e/ou material; concessões econômicas conferidas por lei ou por contrato". Ou seja, o termo é bastante amplo, podendo abrigar todo tipo de investimento estrangeiro sob as regras de proteção, sem diferenciar, por exemplo, o capital produtivo do capital especulativo ou os investimentos das aplicações de portfólio.

Muitos dos acordos vedam medidas de nacionalização, desapropriação ou outras semelhantes a menos que sejam tomadas por razões de utilidade pública, de interesse social ou em bases não discricionárias e, desde que sejam "acompanhadas de disposições para o pagamento de indenização imediata, adequada ou efetiva, devendo o montante da indenização corresponder ao valor do investimento desapropriado". Esses pagamentos de forma **imediata, adequada e efetiva** podem ser entendidos pelos investidores estrangeiros diferentemente do previsto na Constituição brasileira que, apenas para citar um exemplo, no caso das desapropriações rurais prevê o pagamento em títulos da dívida agrária resgatáveis em até 10 anos.

Há outros itens que precisam ser melhor considerados e apreciados pelo Congresso.

O segundo ponto é a questão da Área de Livre Comércio das Américas, ALCA, que também exige esclarecimentos. A imprensa noticiou que o Ministro das Relações Exteriores está retomando o diálogo com o Governo dos Estados Unidos a esse respeito. Apesar de o Congresso Americano não ter concedido "**fast track authority**" ao Executivo, o Governo Clinton continua pressionando as demais nações americanas para acelerar o lançamento das negociações relativas à ALCA. Como observou trabalho recente editado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, a ALCA, tal como proposta pelos Estados Unidos, é provavelmente a mais ambiciosa iniciativa econômica da História das Américas. Tem sido marcante o interesse demonstrado pelos EUA em ampliar a liberdade de movimentos de capitais, de mercadorias e serviços pelos três continentes das Américas, ao mesmo tempo em que se nota uma crescente barreira de movimentos e de direitos para os seres humanos cruzarem fronteiras e terem iguais direitos naquele país. Cabe, pois, um exame pormenorizado para que quaisquer acordos que o Brasil esteja por selar leve em conta seus efeitos sobre os avanços obtidos, primeiramente com os países próximos, como os do Mercosul, e, num sentido mais amplo, seus efeitos não apenas para os detentores do capital e para as empresas, mas para os trabalhadores e todas as pessoas.

Finalmente, será importante que o Ministro Luiz Felipe Lampreia possa prestar esclarecimentos a respeito da posição brasileira diante do Acordo Multilateral de Investimentos que, segundo o noticiário internacional, estaria para ser submetido em abril próximo aos países da OCDE e, em seguida, aos países em desenvolvimento, como o Brasil, na base do "pegar ou largar", conforme descreveu em artigo na **Folha de S.Paulo**, de 1º de março, a Deputada Maria da Conceição Tavares. Segundo a eminente economista, esse acordo conteria alguns elementos inaceitáveis para os cidadãos de uma nação soberana, tais como: a) a absolutização dos direitos dos investidores estrangeiros; b) a prevalência subjetiva dos critérios dos investidores estrangeiros; e c) a abdicação da potestade do Estado. É necessário que o

Congresso Nacional acompanhe mais de perto a evolução desses entendimentos, para que possa dispor de tempo para discutir com a sociedade as implicações de tais acordos e assim sinalizar ao Executivo o que o povo brasileiro deseja e estará disposto a ceder em tais acordos.

É o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Em discussão o requerimento do Senador Eduardo Suplicy, que propõe, com base nos termos do art. 90, III, do Regimento Interno, a convocação do Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, e os itens a serem questionados com o Sr. Ministro. Acompanha o requerimento a justificativa. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A Mesa comunicará ao Ministro a decisão da Comissão para marcar a data do seu comparecimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Em discussão a Mensagem que traz o nome do Sr. José Viegas Filho, Ministro de Primeira Classe do quadro permanente da carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru.

Solicito ao Senador Levy Dias que faça a leitura do relatório.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, gostaria de fazer um requerimento a V. Exª. Encontram-se presentes nesta Comissão os Deputados Federais Átila Lira e Euler Ribeiro, ex-Presidentes da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Gostaria que V. Exª os convidasse para acompanharem a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Deferindo o requerimento do Senador Bernardo Cabral, convido os nobres Parlamentares citados para acompanharem a reunião, o que será uma honra para esta Comissão se V. Exªs concordarem em acompanhar o desenvolvimento da reunião.

Concedo a palavra ao Senador Levy Dias.

O SR. LEVY DIAS - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Deputados, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. José Viegas Filho, Ministro de Primeira Classe do quadro permanente da carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, item IV).

Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o **curriculum vitae** do interessado.

Segundo o referido documento, o Sr. José Viegas Filho, filho de José Viegas e Dirce Bastos Viegas, nasceu em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, em 14 de outubro de 1942.

Ao concluir o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, foi nomeado Terceiro Secretário, em 15 de fevereiro de 1966. Foi promovido a Segundo Secretário, por merecimento, em 1969; a Primeiro Secretário, por merecimento, em 1975; a Conselheiro, por merecimento, em 1979; a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 1982; e a Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1992.

No âmbito da Secretaria de Estado, exerceu funções de relevância, como Assessor do Ministro de Estado, de 1979 a 1984; membro da Equipe de Planejamento Político do Itamaraty, de 1979 a 1984, a qual chefiou de 1990 a 1991; e Chefe do Departamento de Organismos Internacionais, entre 1991 e 1992.

Em representações diplomáticas do Brasil no Exterior, ocupou o Sr. José Viegas Filho importantes postos, entre os quais cumpre mencionar: Roma, Encarregado de Negócios, 1984-1985; Paris, Encarregado de Negócios, 1985-1986; Havana, Encarregado de Negócios, 1987/88/89/90; Copenhague, Embaixador, 1995-1998.

No cumprimento das missões para que foi designado pelo Ministério das Relações Exteriores, desempenhou funções de relevância, tendo chefiado a delegação brasileira a grande número de reuniões internacionais, cabendo mencionar as seguintes: Reunião do Comitê Intergovernamental de Seguimento e Coordenação do Programa de Cooperação entre Países em Desenvolvimento (CISC), Havana, 1987; XXIII Assembléia do grupo de países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores do Açúcar (GEPLACEA), Havana, 1987; Missões Bilaterais de Planejamento Político com a República do México, EUA, Canadá e Argentina, 1990; Missões Bilaterais de Planejamento Político com a República Federal da Alemanha, Rússia e Suécia, 1991; Reunião Regional da FAO, Montevidéu, 1992.

Consta do processado, além do **curriculum vitae** que acabamos de relatar, documento anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, contendo dados básicos e principais indicadores econômico-comerciais relativos ao Peru, bem como considerações em torno da situação interna e quadro atual das relações bilaterais daquele país.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

O nosso parecer é favorável. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Muito obrigado.

Sr. Embaixador, coloco à disposição de V. Exª o microfone, para que possa fazer sua exposição preliminar, e, pergunto, por antecipação, se nela há algum assunto que V. Exª queira manter em sigilo ou reservadamente perante os Srs. Parlamentares.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO - (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O Sr. Embaixador propõe que a fase do debate seja secreta, mas, preliminarmente, fará uma exposição pública.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO - Muito obrigado.

Sr. Presidente, Romeu Tuma, Senadores Levy Dias, Srs. Senadores e Srs. Deputados, para mim é um grande prazer comparecer diante de V. Exªs. É um privilégio fazer parte desta tradição da República brasileira.

Compareço diante de V. Exªs com muito otimismo, porque acredito que as relações entre Brasil e Peru estão diante de um prognóstico muito favorável. Há vários fatores que permitem pensar que esse relacionamento, que já é mais do que razoável, possa evoluir para níveis ainda mais significativos.

Pretendo fazer uma exposição breve para que V. Exªs, se assim julgarem pertinente, possam abordar temas específicos de seu interesse.

Algumas vertentes desse relacionamento que acredito possam ser muito benéficas no futuro são: a exploração das reservas de gás peruanas na região de Camisea. Esse é um projeto que interessa de perto ao Brasil. Foi assinado um memorando de entendimento entre os chanceleres em outubro e há condições de se pensar em um projeto de integração energética talvez do mesmo porte do que temos hoje com a Bolívia.

Outro fator de otimismo no relacionamento bilateral é a perspectiva da conclusão de um acordo de uma associação entre a Comunidade Andina e o Peru, de um lado, e o Mercosul e o Brasil de outro. O comércio entre o Brasil e o Peru hoje alcança, nos dois sentidos, US$590 milhões. Há um grande potencial de crescimento. Acredito, inclusive, que este potencial de crescimento possa se dar em benefício direto da região Noroeste do Brasil. O Peru, a Colômbia e a Bolívia oferecerão, no futuro, possibilidades de escoamento da produção do Acre e do oeste do Amazonas a preços competitivos. A integração viária, portanto, será um fator crucial no desenvolvimento dessas relações de vizinhança.

Tive oportunidade de visitar os Srs. Senadores do Acre e do Amazonas e pude verificar que grande parte dessas duas Bancadas se empenha no desenvolvimento da integração viária. Naturalmente, nós, em Lima, procuraremos trabalhar da melhor maneira para tornar isto possível.

Outro fator que permite um otimismo, digamos, cauteloso é a perspectiva de resolução pacífica, diplomática, da disputa territorial entre o Peru e o Equador, a qual se arrasta há cerca de 50 anos, desde a guerra de 1941. Houve um protocolo de paz que se chama Protocolo do Rio de Janeiro, assinado em 1942, que constitui a base de longuíssimas negociações que agora chegam a uma fase que permitem, como lhes dizia, um otimismo cauteloso quanto à conclusão de uma paz definitiva entre os dois países, o que consolidaria a América do Sul, que já é a região mais desarmada do mundo, como a mais pacífica, a região onde não haveria, portanto, nenhum conflito ou disputa territorial aguda.

Naturalmente, poderei fazer comentários, com maior intimidade a V. Exªs, se assim o desejarem, na parte reservada desta audiência.

O Brasil é o coordenador dos países garantes - e são quatro esses países: Brasil, Argentina, Chile e Estados Unidos. O Brasil tem a função de coordenador, o que lhe dá, portanto, um papel de certa proeminência no auxílio do bom desenvolvimento destas negociações diplomáticas.

Substituirei em Lima, caso a Comissão assim o consinta, o Embaixador Carlos Luiz Coutinho Perez, que também será sabatinado por V. Exªs para ocupar seu próximo posto, em Copenhague. Tenho prazer em registrar que meu trabalho será grandemente facilitado pela gestão do Embaixador Carlos Perez, meu antecessor, que conduziu as relações, às vezes sob momentos de grande tensão, como V. Exªs sabem, tais como os ocorridos há cerca de aproximadamente dois anos, mas que foram, graças a Deus, muito bem superados, o que me permite enfrentar com otimismo este desafio, que é o desenvolvimento, a dinamização das relações entre o Brasil e o Peru. Estou às ordens de V. Exªs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Solicito que os interessados, neste momento, se retirem porque a reunião passará a ser secreta, em razão do pedido e de assuntos importantes a serem discutidos reservadamente com o Sr. Embaixador por esta Comissão.

(A reunião torna-se secreta às 18h17min e volta a ser pública às 18h57min.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Está reaberta a reunião que, neste momento, volta a ser pública.

Solicito ao Senador José Agripino que leia o relatório de sua autoria, podendo fazê-lo resumidamente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, a mim cabe a tarefa de relatar o texto do Projeto de Decreto Legislativo n.º 145/97, que aprova o texto do acordo de cooperação na área de turismo, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha, em Brasília, em 18 de abril de 1997.

Na verdade, os dois Governos se propõem a estabelecer um intercâmbio, dentre outras iniciativas, de peritos em promoção, **marketing,** fomento de missões empresariais, realização de programas de cooperação e troca de informações sobre a legislação turística vigente em cada um dos dois países.

Considero, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a iniciativa de toda meritória, tendo em vista o reconhecido **know how** e a vocação que a Espanha tem para a atividade do turismo, a qual representa naquele País talvez o primeiro item na pauta de geração de divisas cambiais. É um País maduro no campo do turismo e de suas iniciativas, haja vista, inclusive, que, na medida em que o Governo cubano abre as portas ao investimento estrangeiro, quem lá se instala é a Espanha, promovendo uma verdadeira revolução no setor do turismo na ilha de Cuba.

Tive a oportunidade, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de conversar com o Primeiro-Ministro da Espanha, José María Aznar, em companhia do nosso Vice-Presidente, Marco Maciel, tratando de intercâmbios - espectro aberto - entre o Brasil e a Espanha, tendo em vista as afinidades existentes entre os dois países: a latinidade, a simpatia mútua, o estabelecimento de intercâmbios e de relações mais profundas, mais objetivas e mais pragmáticas em diversos campos, como na agricultura irrigada, setor em que há muita similitude de técnicas, a questão do turismo etc.

Vejo, assim, que com muita oportunidade e propriedade está sendo submetida ao Congresso Nacional o texto de um acordo de cooperação no campo do turismo. Espero que este seja o primeiro de uma série de acordos, porque ambos os países têm muito a cooperar entre si. Eis por que o nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Em discussão o relatório. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passemos ao item 6 da pauta.

Solicito ao Senador Bernardo Cabral que relate o item 6, referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 146, que aprova o texto do Estatuto da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado, aprovado na VII Conferência, realizada no período de 9 a 31 de outubro de 1951.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, conforme é do conhecimento dos integrantes desta Comissão, o que se pretende, na verdade, é que nosso País volte a ser um organismo internacional de vocação jurídica e de grande renome por sua contribuição à unificação das normas de Direito Internacional Privado. Desde 1893, a Conferência de Haia se reúne, e seus grandes inspiradores foram internacionalistas como T. M. Asser, Ghita Ionescu, Pasquale Mancini e tantos outros.

Quanto à matéria, Sr. Presidente, apenas cabe destacar que o desembolso para fazer parte da Conferência de Haia consiste em anuidades de cerca de US$2,600,00 e em um pagamento de cerca de US$8,000, destinado a um fundo de caixa criado em 1962. O Estatuto analisado contém 15 artigos, nenhum dos quais discrepa dos nossos princípios. O objetivo principal da Conferência é trabalhar pela unificação progressiva das regras de Direito Internacional Privado. A admissão dos Estados se torna efetiva pela aceitação do estatuto da Conferência. Todos sabemos que a Secretaria é sediada em Haia, na Holanda,

embora muita gente pense que é na capital, Amsterdã, cometendo um equívoco.

Desse modo, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação da matéria, por uma razão mais do que simples: o Brasil está voltando a uma agremiação da qual nunca deveria ter-se retirado.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 9:

Projeto de Decreto Legislativo nº 03, de 1998.

Relator, Senador Bernardo Cabral, a quem solicito que prossiga com a leitura do relatório sobre o item que aprova o texto da Emenda aos arts. 6º e 22 do Acordo Operacional da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite - Intelsat.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submeteu ao Congresso Nacional o texto das emendas, acompanhado da exposição de motivos do Exmº Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores referente a esse Acordo Operacional da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite - Intelsat.

A primeira emenda, referente à alínea "i" do parágrafo **d** do art. 6º, elimina as exigências constantes da redação original para que um signatário do mencionado Acordo possa solicitar a redução da sua cota de investimento na Organização. Estabelece que bastará que outros signatários se disponham a aceitar maiores cotas de investimento.

A segunda emenda acrescenta ao texto do parágrafo **h** do art. 6º cláusula relativa ao limite superior da cota de investimento de cada signatário.

Deixei de ler os textos tanto da primeira emenda quanto da segunda, Sr.. Presidente, porque já são do conhecimento dos eminentes Senadores.

Finalmente, a terceira emenda suprime o parágrafo **f** do art. 22, o qual vedava a entrada em vigor de quaisquer emendas ao Acordo após prazo superior a 18 meses a contar da data de sua aprovação pela Reunião dos Signatários. Tal parágrafo, portanto, exigia que ditas emendas fossem ratificadas pelos signatários dentro daquele prazo.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Decreto Legislativo nº 03, de 1998 (nº 399, de 1997, naquela Casa) recebeu parecer favorável das Comissões que sobre ela tinham competência.

É o relatório.

O voto, Sr. Presidente, é singelo.

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo que destina a aprovar ajustes efetuados ao Acordo Operacional da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite - Intelsat, flexibilizando algumas de suas cláusulas, de modo a adaptar o citado Acordo à real necessidade dos signatários.

Não se registram alterações ao espírito do Acordo.

Essa Organização, conhecida pela sigla Intelsat, é, sem sombra de dúvida, consórcio de grande relevância para o País, haja vista que oferece serviços de telecomunicações imprescindíveis, tais como telefonia internacional e retransmissão de sinais de televisão, disponibilizados por meio da Embratel.

Não se pode deixar, conseqüentemente, de endossar as objeções levantadas nas comissões da Câmara, onde a proposição foi analisada, referentes à maneira casual como foram anexadas às emendas a serem apreciadas.

É inconcebível a ausência de autenticação e identificação adequadas do material a ser estudado, e é de se louvar a disposição do Itamaraty em evitar tal tipo de procedimento para o futuro.

Portanto, não havendo reparos outros a fazer e à vista da propriedade das emendas, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1998 (nº 399, de 1997, na Casa de Origem).

Sr. Presidente, este é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Em discussão. (Pausa)

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Senador Bello Parga, solicito a V. Exª que leia o relatório que aprova o texto do acordo Sobre Serviços Aéreos Sub-regionais entre os Governos da República Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Paraguai e Uruguai, celebrado em Fortaleza em 17 de dezembro de 1996.

O SR. BELLO PARGA - O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 27 de janeiro de 1998, tendo, naquela Casa, passado pelo crivo das Comissões de Relações Exteriores, de Viação e Transportes, Economia, Indústria e Comércio e de Constituição e Justiça e de Redação.

O acordo em tela objetiva objetiva permitir a realização de novos serviços aéreos sub-regionais em rotas ainda não operadas, a fim de desenvolver novos mercados e atender devidamente à demanda dos usuários. Integram-no três anexos, dos quais o Anexo I define os critérios operacionais e o Anexo II estabelece um Conselho de Autoridades Aeronáuticas, que deverá, entre outras atribuições, pronunciar-se sobre as controvérsias resultantes da aplicação ou interpretação das cláusulas do Acordo.

O Anexo III institui um Regime de Solução de Controvérsias, prevendo o Conselho como Primeira Instância, e as negociações diretas entre os Estados Partes envolvidos como segunda instância para a resolução de controvérsias ocorridas no âmbito do presente instrumento internacional.

O texto do Acordo confere a cada Estado Parte o direito de designar uma ou mais empresas para operar os serviços sub-regionais e de retirar essa designação.

É importante ressaltar, por fim, que as disposições contidas no Ato Internacional em exame não constituirão restrições ao estabelecido nos Acordos Bilaterais sobre Serviços Aéreos que os Estados Partes hajam concluído entre si.

Sr. Presidente, concluo que o presente Ato Internacional vem suprir uma lacuna existente no âmbito do esquema de integração dos países do Cone Sul, o Mercosul, no que concerne à infra-estrutura de transporte, destinada a servir ao espaço econômico integrado.

Importa ressaltar, porém, algumas observações que se revestem de absoluta pertinência, levantadas quando da discussão da matéria na Câmara dos Deputados. Embora o acordo em tela se constitua em instrumento necessário à simplificação do acesso a todas regiões do bloco, receia-se que tal facilidade favoreça também o desenvolvimento, na região, de atividades ilícitas de contrabando e tráfico de narcótico. Cumpre, portanto, manter-se o necessário nível de segurança em todos os novos pontos de entrada e saída do País, mediante a aplicação das normas nacionais de controle da segurança aeroportuária. Para tanto, entende-se que o item 4 do Anexo I, ao estabelecer

que "os Estados Partes envolvidos comprometem-se a habilitar, para uso internacional, aqueles aeroportos ou aeródromos situados em seu território que sejam aptos para o cumprimento dos objetivos do presente acordo", prevê que todas as medidas de segurança atualmente em vigor nos aeroportos internacionais da sub-região serão estendidas aos novos pontos a serem abertos.

Em face de todo o exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1998, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos Sub-regionais entre os Governos da República Argentina, da República da Bolívia, República Federativa do Brasil, da República do Chile, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, celebrado em Fortaleza em 17 de dezembro de 1996.

É o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Solicito ao Senador Hugo Napoleão que apresente o relatório sobre a Resolução nº 14/98, que cria como serviço de cooperação interparlamentar o Grupo Parlamentar Brasil e Espanha.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, cheguei a este Congresso Nacional há 24 anos, excetuados os 4 em que o povo do meu Estado me deu a honra de governá-lo. Desde então, verifico que a constituição de grupos parlamentares de países, sejam multilaterais ou bilaterais, é uma das atividades indispensáveis ao bom relacionamento entre os países, entre os continentes e, sobretudo nos países democráticos, entre seus respectivos parlamentos.

Essa é a atitude que o nosso colega, o Senador José Agripino, do Rio Grande do Norte, vem trazer a esta Comissão de Relações Exteriores, no momento em que apresenta um projeto de resolução para a instituição do Grupo Parlamentar Brasil-Espanha. Aliás, o próprio Senador José Agripino acaba de, há poucos instantes, relatar a celebração de ato jurídico internacional entre os dois países. Devo dizer que as relações ibero-brasileiras são as melhores, tanto com Portugal quanto com a Espanha. Neste sentido, o Senador José Agripino faz a menção a esta circunstância. Traz também à consideração dos pares a ata de fundação. Nesta ata - há a necessidade absoluta e imperiosa de que afirmemos -, rejeita-se qualquer matéria que esteja em desacordo com a Constituição da República Federativa do Brasil e com as nossas leis.

Sendo assim, em se tratando do fortalecimento dos bons laços existentes entre o Brasil e a Espanha, em se tratando de uma circunstância singular de que, como diz o Senador José Agripino, na área do comércio, na área do turismo, na área dos investimentos recíprocos, nos quais a Espanha é expressiva para o nosso País - e isso nos ajuda a colocar um pé também na Comunidade Econômica Européia -, por todas essas razões, os Srs. Senadores devem atentar para o presente projeto de resolução e aprová-lo. É o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Senador Otoniel Machado, V. Exª tem dois relatórios referentes à Organização Internacional de Telecomunicações: um em relação ao Decreto Legislativo nº 8, que aprova o texto das Emendas aos arts. 1, 2, 8, 9 e 16 do Acordo, e outro em relação ao que muda a denominação.

Solicito a V. Exª que leia os dois relatórios, para que os coloquemos em votação.

O SR. OTONIEL MACHADO - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, submete-se à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa o Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1998 (nº 561/97 na Câmara dos Deputados), que objetiva aprovar o texto das emendas relativas à mudança do nome da Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite - INMARSAT - e ao art. 13 da Convenção da INMARSAT, aprovadas em Londres, em 9 de dezembro de 1994, pela Assembléia da INMARSAT.

O texto das emendas, acompanhado da Exposição de Motivos EM nº 70/DTCS-DAI-MRE, de 28 de fevereiro de 1997, do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, foi submetido ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 279, de 1997, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, de conformidade com o art. 49, I, da Constituição Federal.

A Exposição de Motivos relata que as referidas emendas visam adequar a INMARSAT à nova realidade decorrente da introdução de serviços móveis terrestres na maioria dos Países-Membros.

VOTO

É essencial que, de tempos em tempos, promovam-se ajustes aos acordos internacionais assinados pelo País de modo a adequá-los ao ambiente cenário promovido pelas transformações tecnológicas.

No presente caso, temos, inicialmente, emendas relativas à INMARSAT, que decorrem naturalmente da ampliação dos tipos de serviços oferecidos por essa organização. A INMARSAT, inicialmente concebida com o objetivo de "estabelecer condições para o segmento espacial necessários ao aperfeiçoamento das comunicações marítimas, com isso contribuindo para aperfeiçoar as comunicações de socorro e de segurança da vida humana no mar, a eficiência e a administração dos navios, os serviços públicos de comunicações marítimas e os recursos da radiodeterminação", passou a abarcar também serviços de comunicações móveis terrestres, tais como o rastreamento de cargas transportadas por caminhões. Com isso, a primeira modificação necessária seria a de alterar o nome da Organização.

Não podemos deixar de notar que nos parece que muitas outras emendas se fazem necessárias para uma perfeita adaptação da convenção original ao novo leque de serviços. São inúmeros os artigos que fazem menção apenas a embarcações marítimas e que estão a requerer nova redação. Supomos que não tardarão a serem aprovadas.

Registra-se, mais uma vez, uma lamentável falta de rigor por parte do Ministério das Relações Exteriores, a exemplo do acontecido durante a tramitação do PSD 003/98 (nº 399, de 1997, na Casa de Origem), quando as emendas a serem examinadas foram encaminhadas em uma folha de papel sem qualquer identificação ou autenticação e desacompanhadas do texto do acordo a que se referiam - e a tramitação do PDS 008/97 - quando as emendas a serem analisadas vieram com o texto de acordo outro que não o relevante. Desta vez, foi uma incompreensível demora no envio do texto das emendas ao ato internacional. Basta dizer que as emendas em questão foram aprovadas em 09 de dezembro de 1994 e só foram encaminhadas à apreciação do Presidente da República em 28 de fevereiro de 1997. Tal tipo de procedimento em nada contribui para os interesses da Nação.

Não havendo reparos outros a fazer, e, à vista da propriedade das emendas em comento, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 009, de 1998 (nº 561, de 1997, na Casa de Origem).

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Em discussão o parecer que altera o nome da Organização.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Sr. Presidente, creio que o Senador Otoniel Machado trouxe à consideração dos Pares um assunto extremamente importante. Meu voto vai acompanhar o seu parecer.

S. Exª nos chama a atenção, informando que houve falta de rigor durante a tramitação do PDS - semelhante ao PDS 008 - com relação às emendas examinadas que foram encaminhadas numa folha de papel, sem qualquer identificação ou autenticação e desacompanhadas do texto do acordo a que se referiam. Pode ser até que o Congresso Nacional disponha, em seus arquivos, do texto do acordo anterior, mas seria de bom alvitre que oficiássemos ao Ministro das Relações Exteriores ou fizéssemos sugestões pessoais junto à Assessoria Parlamentar, sempre muito ativa e competente, para que, em outros casos, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional seja suprida naquilo que o Senador Otoniel Machado, com justificada razão, aponta.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Agradeço a V. Exª. Já havia anotado o pedido para que os Embaixadores Fragoso e Paulo França colham cópia desse relatório. Tanto esse relatório como o outro que será lido pelo Senador Otoniel Machado chamam a atenção do Itamaraty por esse fato que traz dificuldades ao andamento dos processos a serem relatados nesta Comissão. Creio que, como o Itamaraty é sempre prestativo e rápido quando se trata de auxílio aos Srs. Relatores, esse fato não se repetirá. Muito obrigado, Senador.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 10.

Concedo a palavra ao Senador Otoniel Machado para emitir parecer e passo a Presidência ao Senador Hugo Napoleão.

O SR. OTONIEL MACHADO - Submete-se à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa o Projeto de Decreto Legislativo nº 008, de 1998 (nº440, de 1997, na Câmara dos Deputados), que "aprova o texto das Emendas aos artigos I, II, VIII, IX e XVI do Acordo relativo à Organização de Telecomunicações por Satélite (Intelsat), aprovadas pelo XXV Encontro dos Signatários, em 4 de abril de 1995".

O texto das emendas, acompanhado da Exposição de Motivos EM nº 056/MRE do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores foi submetido ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 227, de 1997, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em conformidade com o art. 49, I, da Constituição Federal.

A exposição de motivos dá conta de que as referidas emendas foram aprovadas na XXª Reunião da Assembléia das Partes da Intelsat, realizada em Copenhague, no período de 29 de agosto a 1º de setembro de 1995, tendo introduzido a possibilidade de indicação de múltiplos signatários por parte de cada país membro.

No despacho inicial da Câmara dos Deputados, o presente projeto fora encaminhado à apreciação das Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Constituição e Justiça e de Redação. Atendendo à questão de ordem sobre a implicação de encargos ao Erário, novo despacho distribuiu-o também à Comissão de Finanças e Tributação, incumbida de proferir parecer terminativo sobre a questão, podendo fazê-lo em Plenário quando da apreciação desta. Tal parecer — registre-se — não consta do processo.

O Parecer da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aponta o fato de que o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o texto das emendas juntamente com o texto do Acordo Operacional relativo à Intelsat, enquanto essas referem-se, efetivamente, ao Acordo relativo à Intelsat, isto é, ao ato internacional fundamental da organização. Ressalta que, apesar disso, se trata de um avanço em relação ao ocorrido com as emendas aos arts. 6º e 22 do Acordo Operacional relativo à Intelsat, submetidas inicialmente sem o texto a que diziam respeito, e sem identificação alguma. Acrescenta que, não obstante tal percalço, tendo em vista a singeleza das emendas e o interesse na celeridade de sua ratificação, podem elas ser apreciadas isoladamente. O parecer foi pela aprovação do projeto.

II - Voto

Trata-se de projeto de decreto legislativo que se destina a ratificar as emendas aprovadas na XX Reunião da Assembléia das Partes da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (Intelsat), que cuidam de adequar a redação original do Acordo relativo à Intelsat à nova situação de possibilidade de designação de signatários múltiplos por uma parte.

Não se verificam alterações ao espírito do Acordo.

A Intelsat é, sem sombra de dúvida, consórcio de grande relevância para o País, haja vista que oferece serviços de telecomunicações imprescindíveis, tais como telefonia internacional e de retransmissão de sinais de televisão, disponibilizados por meio da Embratel. É essencial que, de tempos em tempos, promovam-se ajustes nos acordos que o regem, de modo a adequá-los ao cambiante cenário promovido pelas transformações tecnológicas.

Registra-se mais uma vez, a exemplo do acontecido durante a tramitação do PDS 003/98 (nº 399, de 1997, na Casa de Origem), quando as emendas a serem examinadas foram encaminhadas em uma folha de papel sem qualquer identificação ou autenticação, uma lamentável falta de rigor por parte do Ministério das Relações Exteriores. Desta vez, foi o envio de texto de acordo outro que não aquele a ser emendado. Tal tipo de procedimento emperra os trabalhos do Congresso Nacional e em nada contribui para os interesses da Nação.

Não havendo reparos outros a fazer, e à vista da propriedade das emendas, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 008, de 1998 (nº 440, de 1997, na Casa de Origem).

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - O parecer conclui pela aprovação.

Em discussão. (Pausa.)

Com a palavra a Senadora Emilia Fernandes.

A SRª EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero cumprimentar o Relator, porque tomou o cuidado de registrar detalhadamente algumas questões que, de certa forma, chamaram-me a atenção durante a análise das referidas matérias. Como exemplo, cito o momento em que S. Exª registra que as emendas foram encaminhadas numa folha de papel sem identificação. Os temas analisados por esta Comissão e enviados por intermédio do Ministério das Relações Exteriores precisam ter o rigor e uma atitude por parte daquele Ministério que proporcionem tranqüilidade e transparência naquilo que vamos examinar.

Chama-nos também a atenção o fato narrado pelo Sr. Relator de que, tendo em vista a implicação de encargos ao

Erário, foi feito um parecer pela Comissão de Finanças e Tributação, em caráter terminativo, e tal parecer — registre-se — não consta do processo. Este tema vai ser discutido no plenário do Senado logo após a análise desta Comissão. Dessa forma, Sr. Presidente, sugiro que se verifique realmente se esse parecer deve ou não constar do processo, até para que, no plenário, não se retarde a apreciação e votação dessa importante matéria. Faço este registro buscando contribuir para o cuidado necessário a fim de que os temas votados em todas as Comissões mereçam o devido cuidado por quem de direito e de responsabilidade diante desses assuntos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - A Mesa, em primeiro lugar, ratifica as posições assumidas pela Presidência no projeto anteriormente relatado pelo nobre Senador Otoniel Machado e, em segundo lugar, tenho a impressão de que não foi um vício insanável, uma vez que o Senador Otoniel Machado concluiu pela aprovação do projeto. Mesmo assim, gostaria de passar a palavra ao Relator para ouvir de viva voz se S. Exª considera indispensável que venha este parecer a conhecimento da Casa. Nesse caso, converteríamos o processo em diligência. Se o Relator confirma a impressão da Mesa de que o vício não é insanável e que, portanto, seu relatório pôde ser dado com a dispensa deste parecer, então podemos submeter a votos a matéria.

O SR. OTONIEL MACHADO - Foi feito um estudo minucioso da matéria. Portanto, apesar dos prejuízos que tivemos na interpretação da matéria, consideramos que ela está à altura de ser aprovada. Acredito, no entanto, que devamos fazer uma advertência àquela Casa para que não repita os erros que cometeu desta vez.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - A Mesa acolhe a posição do Relator e faz, mais uma vez, referência à posição do Presidente, Senador Romeu Tuma, que, tenho certeza, diligenciará no sentido de que fatos dessa natureza não tornem a ocorrer. Mas se V. Exª tem condições realmente, como teve, de firmar um juízo de valor, submeto a matéria a votos.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o Parecer do Senador Otoniel Machado permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao Item nº 2 da pauta. Por deferência e extrema gentileza para com a Comissão, o Presidente Senador Romeu Tuma permitiu que todos os Srs. Senadores apresentassem seus pareceres, deixando os dois últimos, os Itens 2 e 5, para o final.

O Item nº 2 cogita da aprovação do texto do Acordo de Cooperação na Luta contra o Crime Organizado e o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana em Roma, em 12 de fevereiro de 1997.

É Relator da matéria o Senador Romeu Tuma, a quem concedo a palavra.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de um acordo de cooperação e segue as regras gerais de outros acordos que o Brasil neste momento vem mando com países amigos.

O acordo refere-se, principalmente, à troca de informações e à busca de dados para que possamos atingir o crime organizado, assim como o crime financeiro, o crime do colarinho branco e o terrorismo.

O acordo é de interesse para o Brasil, visto que o Brasil é um país de homizio de elementos criminosos da Itália. Comumente a Polícia Federal tem, pela troca de informações, em investigações preliminares, podido encontrar e extraditar esses criminosos da Itália com relativo sucesso, sempre de acordo com decisões do Supremo Tribunal Federal.

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do presente acordo.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - O parecer é favorável.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem deseje discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Passo ao Item nº 5 da pauta - o último - que contém o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997. É Relator da matéria o Senador Romeu Tuma, a quem concedo a palavra.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, trata-se também de um acordo de cooperação policial, mas este deveria ser precedido de outro, já aprovado nesta Comissão. Refiro-me ao Acordo de Cooperação para Modernização e Reaparelhamento do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça. Justificou a posterior remessa deste, que teria precedido o outro, a viagem do Ministro Iris Rezende à França, para uma reunião com o Presidente do país amigo para discussão desse acordo de financiamento do Pró-Amazônia, que é um projeto de envergadura que colaborará com a Polícia Federal no seu reaparelhamento e vigilância das fronteiras.

Esse especificamente é de troca de informações sobre atividades policiais de combate ao crime transnacional organizado, ao tráfico de drogas e à imigração ilegal. A França vem reclamando há muito da imigração ilegal. A grande vantagem desse acordo nesse aspecto é o acionamento imediato da autoridade competente da representação diplomática para intervir quando localizadas pessoas que, clandestinamente, estejam em outro país.

Também estabelece o acordo que, quando não aceitas determinadas informações, os países acordantes poderão rejeitá-las. Isso dá um pouco mais de tranqüilidade em aceitarmos o acordo.

O Brasil, como sabemos, tem fronteira comum com as Guianas Francesas, que são, praticamente, uma extensão do território francês. Isso tem trazido algumas preocupações, visto já ter sido identificada na região lavagem de dinheiro pelas agências bancárias do Pará e já ter havido suspeita de passagem de drogas nos barcos pesqueiros que, no Brasil, fazem o transporte de iguarias e provável ocultação de drogas. Portanto, somos favoráveis à aprovação, também, deste acordo.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - O parecer é pela aprovação.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerrada a discussão.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra à nobre Senadora Emilia Fernandes.

A SRª EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, desejo apenas esclarecer uma dúvida com o Sr. Relator. S. Exª menciona que o acordo relativo à readmissão de pessoas em situação irregular entre Brasil e França já teria passado por esta Comissão. Pergunto se S. Exª se refere ao acordo que é matéria de pauta desta reunião e que foi discutido nesta reunião, mas ainda não foi votado.

Pergunto ao Relator se não há nenhum problema de ordem prática e jurídica no fato de o Senador Romeu Tuma fazer

alusão a um acordo que ainda não foi aprovado por nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - A indagação da Senadora é pertinente.

Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. ROMEU TUMA - Esse acordo estava na Ordem do Dia. É o Item nº 4. O Senador Casildo Maldaner, que é favorável ao acordo, foi incumbido de relatá-lo. Houve um questionamento, que V. Exª mesmo levantou. S. Exª respondeu e deu parecer favorável. Não tem implicação com este a que S. Exª se refere.

Mas foi bom a Senadora Emilia ter levantado a questão, pois, assim, estaremos prevenidos na próxima reunião com a presença do Senador Casildo Maldaner. É o terceiro acordo que o Brasil assina em relação a esta matéria.

Este especificamente é interessante, porque tira um conflito deste que eu relatei, que estabelece a readmissão de pessoas em situação irregular. Então, ele vem contribuir para minimizar esse acordo que assinamos, da imigração clandestina ou imigração ilegal, procurando uma solução para a readmissão dos irregulares.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - A Mesa indaga à nobre Senadora Emilia Fernandes se se dá por satisfeita com as explicações do Relator.

A SRª EMILIA FERNANDES - Sim, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Então, convido o nobre Senador Romeu Tuma a reassumir a Presidência para as considerações finais — se houver — e para declarar encerrada a reunião, com os agradecimentos pela homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Homenageado fui eu, Senador Hugo Napoleão, por V. Exª ter sido não só meu Líder como também meu guia nos caminhos e dificuldades por mim enfrentados nesta semana.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Bondade de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Eu queria agradecer aos Srs. Senadores pela paciência e pelo interesse nas discussões aqui feitas sobre importantes assuntos. Queria agradecer também à Secretaria da Comissão, em razão do fornecimento desta pasta, onde estão relacionados todos os projetos discutidos — aprovados ou não —, com pareceres dos Srs. Senadores. Sendo assim, temos um quadro completo de 1995 até esta data de todos os projetos que tramitaram ou ainda estão em discussão nesta Comissão. Gostaria que os Srs. Senadores levassem a pasta, estudassem-na e, se houver alguma outra sugestão, que comuniquem à Presidência. Agradeço ao Sr. Secretário e aos seus colaboradores por este trabalho eficiente e que ajuda muito o desempenho dos Senadores nesta Comissão.

Dou por encerrada a reunião, agradecendo a atenção dos senhores.

(Levanta-se a reunião às 19h43min.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA 6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA , DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARCO DE 1998.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de março do ano de mil novecentos e noventa e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador ROMEU TUMA, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores HUGO NAPOLEÃO, JOSÉ AGRIPINO, BERNARDO CABRAL, LEONEL PAIVA, PEDRO SIMON, CASILDO MALDANER, ARTUR DA TÁVOLA, BENEDITA DA SILVA, ABDIAS NASCIMENTO e, EMILIA FERNANDES. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a apreciação dos itens constantes da pauta, e ainda a ouvir as exposições que farão os senhores LUIZ FELIPE DE MACEDO SOARES GUIMARÃES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, Designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, cujo Relator é o Senhor Senador BERNARDO CABRAL, e o Senhor SERGIO HENRIQUE NABUCO DE CASTRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, Designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Jordânia, cujo Relator é o Senhor Senador ARTUR DA TÁVOLA. Encerrada as exposições, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Senador LEONEL PAIVA, Relator do Projeto de Decreto Legislativo n.º 005, de 1998, que " **aprova o texto do Tratado de Extradição celebrado entre o Governo da República** Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia, em Brasília, em 01 de setembro de 1995. Não havendo quem queira discutir, o Parecer é colocado em votação, sendo aprovado pôr unanimidade.Ainda com a palavra, o senhor Senador LEONEL PAIVA Relata o item número 05 da pauta, **Projeto de Decreto Legislativo n.º 142 , de 1997, que "Aprova o texto do Acordo sobre o estabelecimento da Organização para o Desenvolvimento de Energia na Península Coreana, concluído em Nova Iorque, em 09 de março de 1995.** Não havendo quem queira discutir e aprovado o Parecer. Ainda com a palavra o Senhor Senador LEONEL PAIVA , Relata o item extra-pauta, Projeto de Decreto Legislativo n.º 012 de 1998, que Aprova o Texto do Protocolo Adicional ao acordo de cooperação Financeira de 24 de outubro de 1991, celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Federal da Alemanha, em Brasília, em 26 de maio de 1997. Não havendo quem queira discutir o Parecer é colocado em votação, sendo aprovado pôr unanimidade.Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

SENADOR ROMEU TUMA

PRESIDENTE

(Início da reunião sem registro de áudio.)

O SR. VILSON KLEINÜBING - para votarmos todas as matérias da pauta, bem como as extrapauta e depois iniciarmos a fase da sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O que V. Exª propõe?

O SR. VILSON KLEINÜBING - Proponho que votemos primeiro as matérias relatadas, desde que os Relatores estejam presentes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - As que já foram relatadas e que, por falta de número, não foram votadas. Há uma, mas o Relator, Senador Vilson Kleinübing, ainda não está presente. S. Exª está chegando agora. Trata-se do projeto de cuja votação a Senadora Emilia Fernandes pediu a sustação.

S. Exª não está? Então, eu poderia chamar os Embaixadores. Se V. Exª quiser, poderá relatar aquele que se refere ao acordo da Coréia.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Na realidade, tenho três projetos para relatar; um está em meu gabinete e entrou extrapauta. Relatarei dois inicialmente: o primeiro é o que consta do Item nº 4.

O SR. ROMEU TUMA (Presidente) - V. Exª pode relatar o do Item nº 4, por favor.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1998, que aprova o texto do tratado de extradição celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia, em Brasília, 1º de setembro de 1995.

De modo geral, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, também manifestamos, neste caso, a nossa aprovação ao tratado de extradição pelo qual o Brasil e a Coréia tentaram estreitar os laços de amizade e cooperação em matéria penal. Não vemos maiores problemas em aceitar uma disposição mais específica ou

casuística que não tenha total sintonia com a Lei nº 6.815, de 1980, tal qual a que está contida na parte final do item 5 do art. 2º do acordo bilateral.

Tendo em vista que, no Brasil, a extradição se faz sob a égide da Corte mais alta, não é de se temer a utilização abusiva da faculdade de extraditar, quando a nossa legislação não prevê o crime em que está fundamentado o pedido do Estado requerente. Consideramos que a alínea **b** do item 6 do art. 2º do presente acordo deve ser objeto da ressalva constante do projeto de decreto legislativo que nos foi remetido pela Câmara dos Deputados. Assim pensamos, não por aceitar totalmente a interpretação que lhe deu aquela Casa legislativa, mas principalmente por sua redação inadequada, que o torna incompreensível.

Para nós, o que há de errado no texto da alínea **b** mencionada é apenas a palavra "contra", que poderia ser substituída pelo vocábulo "segundo" ou "conforme", para dar o seguinte sentido ao texto:

"b) (...) a conduta em questão, caso ocorresse no território da parte requerida, na ocasião do pedido de extradição, constituísse crime, segundo a legislação em vigor no território da parte requerida."

Como não nos cabe emendar unilateralmente o texto negociado pelo Executivo, resta-nos a ressalva tal como feita pela Câmara dos Deputados. Nosso voto é, pois, pela aprovação do presente acordo, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1998, isto é, ressalvada a alínea **b** do item 6 de seu art. 2º.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

V. Exª está pronto para ler o outro voto, Senador?

O SR. VILSON KLEINÜBING - Item nº 5 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Se V. Exª concordar, peço que resuma o seu relatório.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Perfeitamente. Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 1997, que aprova o texto do acordo sobre o estabelecimento da Organização para o Desenvolvimento de Energia na Península Coreana, concluída em Nova Iorque, em 9 de março de 1995, fundada pelos Estados Unidos da América, Japão e República da Coréia, tendo como membros ordinários os seguintes países: Austrália, Nova Zelândia, Finlândia, Canadá, Indonésia, Argentina e Chile.

Pelo caráter pacifista da implantação dessa Organização para o Desenvolvimento de Energia da Península Coreana e por entendê-la absolutamente necessária para a preservação da paz no mundo, o meu parecer é favorável à aprovação de tal medida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Existe mais um item extrapauta, Sr. Presidente. É o item nº 1; que aprova o texto do protocolo adicional.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Exato. Trata-se do item que aprova o texto do protocolo adicional do acordo de cooperação financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Tendo em vista o que está contido na proposição e considerando que o projeto de decreto legislativo envolve a implementação de projeto de grande importância social, que visa solucionar problemas de saneamento ambiental, bastante desgastantes, sob todos os aspectos, para a população circunvizinha às margens do Tietê, votamos pela aprovação do protocolo adicional, ora examinado, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1998.

Este é o parecer e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação. (Pausa)

Aprovado.

Como não estão presentes os Relatores dos outros pareceres, peço licença para chamar o Sr. Embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães.

A SRª EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Pois não. Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

A SRª EMILIA FERNANDES - Eu gostaria de solicitar a V. Exª que, com a mesma avaliação, votássemos o Decreto Legislativo que é da relatoria do Senador Abdias Nascimento.

Parece-me que há um consenso, ele é de fácil acesso, e o parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - S. Exª solicitou que se aguardassem alguns instantes, pois está vindo para cá.

A SRª EMILIA FERNANDES - Então, nos o manteríamos na pauta para apreciação ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Perfeito. A apreciação não está suspensa.

A SRª EMILIA FERNANDES - Obrigada, Sr. Presidente. Era esse o cuidado que eu gostaria de ter.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães, V. Exª tem o tempo que julgar necessário para expor aos Srs. Senadores os dados que ache oportuno dar conhecimento à Casa a respeito de sua designação para a Noruega. Se houver necessidade ou se V. Exª quiser fazer alguma referência à Índia, país onde também prestou seus serviços, fique à vontade.

O SR. LUIZ FILIPE DE MACEDO SOARES GUIMARÃES - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estive nesta Comissão há exatamente três anos, quando estava indo a Nova Délhi, e quero dizer, desde logo, do prazer que tive então, e que é um prazer renovado, de me dirigir à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Ao contrário do que ocorreu há três anos, quando tive de falar sobre um país de grandes dimensões, de grande população e complexidade, hoje ocorre o inverso. Venho falar sobre um país também distante do Brasil, embora não tanto, mas de dimensões pequenas e com uma população de cerca de quatro milhões e quinhentos mil habitantes. Mas creio interessante procurar lhes dar, em primeiro lugar, uma visão do que são as relações do Brasil com a Noruega e do que o Embaixador designado, caso aprovado, pretenderia fazer; quais seriam as ênfases que mais caberiam, a meu ver, na ação da Embaixada do Brasil na Noruega.

Em primeiro lugar, as nossas relações com a Noruega são boas, excelentes, tradicionalmente, pois não há qualquer contencioso, e também antigas.

Como o Sr. Presidente me facultou esse direito, posso fazer, às vezes um paralelo com a Índia. Tratam-se de duas nações antigas, mas Estados recentes.

O Estado norueguês independente surgiu em 1905. O Brasil, logo depois, já abria a sua Embaixada em Oslo. Isso faz parte da preocupação tradicional da diplomacia brasileira de estabelecer interlocução em todos os continentes e em todas as áreas, de ser um interlocutor confiável. De fato, isso ocorre há muito tempo. Há muitas décadas, o Brasil, quando tinha estruturas ainda um tanto arcaicas, era considerado um parceiro e um participante da comunidade internacional, por força do cuidado que sempre tivemos de manter relações corretas e constantes com todos os países.

No entanto, hoje há razões adicionais. Eu mencionaria dois aspectos: de um lado - não coloco uma ordem de prioridade -, a Noruega é hoje um dos países mais ricos do mundo. Lembro, que, no começo dos anos 70, quase todos os países do mundo e, muito particularmente, os da Europa, onde há escassíssimos recursos petrolíferos, de repente, viram-se vítimas do embargo do petróleo. Essa foi a primeira crise do petróleo, com enormes repercussões na economia mundial.

Exatamente nesse momento, a Noruega começou a se tornar um país produtor de petróleo. Hoje, a Noruega é o único país exportador de petróleo que não é membro da OPEP. É um país que exporta a sua produção basicamente para a Europa Ocidental. Petróleo e gás representam cerca de 50% do montante das exportações da Noruega. Diga-se de passagem que a Noruega tem uma grande inserção no comércio internacional; o comércio exterior tem um percentual muito grande no seu Produto Interno Bruto, com uma participação de 50% ou mais. Talvez, a Noruega, depois da Arábia Saudita, seja o grande país exportador, porque, embora a sua produção não seja tão grande quanto a de outros países, o seu consumo interno é pequeno.

Com isso, abrem-se interesses muito claros para o Brasil. A produção norueguesa é **offshore**, e já se vem desenvolvendo uma cooperação, um entendimento, entre a Petrobrás, a Braspetro e a Companhia Estatal Norueguesa, a Statoil. Esse é um dos campos em que devemos investir, principalmente agora que mudamos o nosso esquema de produção nesse setor. Com a reforma da Constituição, com a emenda constitucional, hoje há uma nova feição na área de produção de hidrocarbonetos no País. Precisamos verificar as possibilidades que se abrem não só para que haja uma atuação brasileira naquele país, como também para que haja uma atuação norueguesa aqui, já que eles têm muito o que nos oferecer em termos de tecnologia.

Além disso, a Noruega é um país - nesse aspecto, assemelha-se ao Brasil - onde a energia hidrelétrica, afora a área de petróleo, tem uma importância fundamental. A Noruega praticamente não usa a energia nuclear como fonte energética.

Nesse setor, com a reestruturação do setor hidroelétrico brasileiro, certamente a Noruega poderia vir a ser um parceiro importante do Brasil por sua experiência e por sua disponibilidade de capitais para aumentar seus investimentos no Brasil, que são muito pequenos se comparados com os dos outros países escandinavos. O estoque está em torno de U$70 milhões.

Uma outra vertente que eu gostaria de salientar brevemente, afora esse lado econômico, é a inserção da Noruega na política internacional. Talvez, o fator mais saliente tenha sido o fato de que, por força do segundo referendo sobre o assunto, realizado em 1994, o eleitorado norueguês se recusou a entrar para a União Européia. Com isso, na área escandinava e na Europa Ocidental em geral, a Noruega é um país que está fora da União Européia.

No entanto, na mesma ocasião, em 1º de janeiro de 1995, estabeleceu-se o que se chama de Área Econômica Européia, o que, na prática, coloca a Noruega dentro da União Européia, no sentido de que aquele país tem acesso ao mercado único sem praticamente nenhuma barreira. O que diferencia a Noruega dos outros países membros da União Européia é a política externa comum e também a participação, com pleno direito, nas estruturas institucionais da União Européia.

Do ponto de vista econômico, de circulação de bens de capitais, de pessoas, a Noruega está integrada ao restante da União Européia. Além disso, vale mencionar que, apesar de ser um país geograficamente fora da circulação, a Noruega se apresenta como um interlocutor político importante em áreas que não lhe são diretamente relacionadas. Por exemplo, boa parte das negociações de paz relativas à Guatemala foram conduzidas na Noruega, com mediação norueguesa. E ainda mais salientes são as negociações secretas, levadas a cabo em 1993, entre a Organização da Libertação da Palestina e Israel sob a égide norueguesa.

Esse é um dado muito importante, que mostra o prestígio político internacional e a confiabilidade da Noruega, o que faz com que, em temas candentes e difíceis, outros países a tornem um país mediador. Por isso, é importante que desenvolvamos a nossa relação econômica, aumentando o nosso comércio, e que a Embaixada seja um ponto de observação, porque, apesar de estar localizada fora das linhas mais movimentadas das políticas da Europa, do Primeiro Mundo, a Noruega tem uma inserção importante na política econômica.

Finalmente, eu salientaria o enorme interesse demonstrado pela Noruega com relação aos chamados temas horizontais ou novos temas, principalmente com relação à questão do meio ambiente. A então Primeira-Ministra Gro Harlem Brudtland foi uma das precursoras desse trabalho e presidiu a Comissão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, um dos primeiros eventos que levaram à convocação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que se realizou em.1992 no Rio de Janeiro.

O outro assunto que também aparece é a eleição da Srª Gro Harlem Brudtland para assumir o cargo de Diretora-Geral da Organização Mundial de Saúde - aliás ela deixou depois o Governo, e, inclusive o Partido Social Democrata ,não está no Governo desde o ano passado.

Outro grande tema de interesse da Noruega é a questão dos direitos humanos. Tem-se realizado lá reuniões importantes. Recentemente tivemos uma reunião sobre a questão do trabalho infantil, com a presença da primeira-dama do Brasil, e a realização da conferência que levou depois à adoção, no Canadá, do tratado sobre proibição de uso de minas.

Enfim, brevemente, esse é um pano de fundo geral sobre a atividade política da Noruega e sobre os pontos de contato e de interesse, entre outros, que podemos ter para desenvolver na nossa relação.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Senador José Agripino, o Senador Bernardo Cabral, que foi designado para relatar esta representação, solicitou que V. Exª o fizesse em seu nome. V. Exª tem tempo para relatar, se assim o quiser, e, se for interessante, para questionar o Sr. Embaixador.

Indago apenas se há alguma pergunta reservada que possa nos obrigar a fazer uma parte secreta.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Sr. Presidente, creio que não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Então, continuaremos com a sessão aberta. Sr. Embaixador, se houver alguma pergunta que V. Exª queira responder reservadamente, poderemos transformar a reunião em reservada.

O SR. LUIZ FILIPE DE MACEDO SOARES GUIMARÃES - Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senado é chamado a opinar sobre a indicação feita

pelo Sr. Presidente da República, que designa o Sr. Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães, Ministro de Primeira Classe, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega e, cumulativamente, também, e possivelmente, junto à República da Islândia.

O Embaixador em apreço, que está deixando a Índia, posto de importância na hierarquia do Itamaraty, exerceu todos os postos - de 3º Secretário até Ministro de Primeira Classe - por merecimento. É de se destacar os postos ocupados por S. Exª, livro de registro como Chefe de Divisão do Mar da Antártica e do Espaço, de 1985 a 1987; Chefe da Divisão do Meio Ambiente, de 1990 a 1992; e Chefe do Departamento das Américas, de 1992 a 1995.

Serviu ainda em Paris, na UNESCO; em Sófia, na Bulgária; em Montevidéu; em Copenhague; e em Nova Délhi, de 1995 a 1998, onde ainda exerce o cargo de Embaixador.

Pronunciou muitas conferências no Brasil e no exterior; é portador de diversas condecorações nacionais e estrangeiras; e, tendo em vistà a natureza da matéria apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório que nesse momento faço.

Mas gostaria de fazer uma indagação - apenas uma preocupação - ao Sr. Embaixador: V. Exª deixa um país curioso, que é a Índia, uma potência mundial emergente, um país que detém a tecnologia nuclear, que detém o maior número de PHDs em número absoluto de pessoas no mundo inteiro, e, a par disso, guarda dentro do seu território uma população paupérrima. A renda **per capita**, diria que é modesta e V. Exª passou pela experiência, durante três anos, de conviver com o Governo e com o povo da Índia. Está agora designado para exercer posto semelhante de Embaixador num país exatamente o contrário. Um país de 4,5 milhões de habitantes, talvez a população de uma cidade média da Índia - não seria nem Nova Délhi - com renda **per capita** extremamente alta, uma população 100% empregada, tecnologicamente avançada e, pelo fato de ter os seus problemas domésticos resolvidos, produto fundamentalmente do petróleo, é um país que se preocupa com as questões ambientais, dos direitos humanos; sedia encontros e arbitra soluções, um país moderno que não participa da Comunidade Econômica Européia, mas tem uma relação econômica muito forte com a Europa toda pela produção de petróleo no mar do Norte e que exporta preferencialmente para os países da Europa que não são produtores de petróleo.

O dado que é motivo de minha preocupação e de minha pergunta, além, evidentemente, da cooperação no campo da exploração **offshore** de petróleo, da pactuação de desenvolvimento de projetos rodoviários ou de energia hidrelétrica que são pontos afins entre os dois países, há algo que está presente em minhas preocupações. A Noruega é um país que guarda capital, ou seja, é detentora de capital para investimento e tem um comércio exterior de oitenta bilhões de dólares, semelhantemente ao do Brasil, que tem o PIB algumas vezes maior que o daquele país, só que temos despesas e problemas enormemente maiores que os deles.

As relações do Brasil com a Noruega são relativas, mas podem ser robustecidas. O Brasil, neste momento de globalização, guarda enormes oportunidades de investimentos. O Presidente da República tem sido um **globetrotter** visitando países do mundo inteiro que dispõem de capital para investir e oferecer oportunidades ao Brasil. Entendo que esse seria o grande momento para um país que tem relações não tão profundas, mas robustas, mesmo porque são antigas, na busca de investimentos em diversos setores, inclusive no setor agrícola. Eles não são produtores de alimentos, mas devem ter interesse em produzi-lo porque o dinheiro da Noruega é finito. Algum dia o petróleo vai terminar e precisarão ter negócios em outros países - isso é economia globalizada - para manter o próprio **status** da sociedade norueguesa.

Que tipo de atuação V. Exª pretende ter na identificação de oportunidades de investimentos pontuais, afora os setores que já foram mencionados na cooperação, na área de prospeção e exploração de petróleo, rodovias, hidrovias, as relações que têm que ser amaciadas e explicadas, como a questão do meio ambiente, dos recursos humanos. Que idéia V. Exª guarda com relação a oportunidades de investimentos, tendo em vista que a Noruega é detentora de capital pelo volume de exportações que é muito maior que o de importações que poderão a ser feitos com o Brasil.

Esse é o relatório, favorável, e a preocupação e a indagação que teria a fazer.

O SR. LUIZ FILIPE DE MACEDO SOARES GUIMARÃES - Muito obrigado, Sr. Senador.

De fato, a Noruega é um país detentor de capitais com amplas possibilidades e, diria até, necessidade de aumentar seu investimento externo, e o Brasil se apresenta mais e mais como um objetivo absolutamente positivo para essa finalidade.

Além das áreas que V. Exª mencionou, muitas outras dentro da economia norueguesa podem também ter interesse para o Brasil em termos de investimentos. A Noruega é um país importante, em termos de tecnologia pesqueira não somente a pesca em si, mas na piscicultura, na produção de peixes em cativeiro, aquacultura, maricultura e também no processamento e na industrialização. Essa é uma área que, creio, o Brasil teria interesse em receber investimentos. V. Exª mencionou a área agrícola. Penso que o campo financeiro propriamente dito, o campo bancário também teria interesse. Finalmente, a área de transporte marítimo.

Se tirarmos os países de bandeira de conveniência e alguns outros poucos países, a Noruega detém a maior frota mercante do mundo. São mais de setecentos navios de tonelagem acima de cem toneladas. Então, isso é também um fator importante. Poderia mencionar outros: a parte florestal, a produção de papel, celulose, etc.

Duas formas principais iniciais que acho importantes. Primeiro, intensificar a informação sobre o Brasil. Está-se fazendo um esforço grande no Ministério das Relações Exteriores desde algum tempo. Noto, no meu atual posto, que isso acontece, mas muito mais tem-se que fazer. Não podemos, embora haja restrições orçamentárias no serviço público brasileiro, no Governo brasileiro, mas precisamos, se quisermos atrair a atenção para as potencialidades brasileiras, por exemplo em termos de captação de investimentos, temos que fazer mais esforço no sentido de prestar informações.

Segundo, embora hoje haja todos os meios eletrônicos imediatos - Internet, etc -, é importante a presença de pessoas envolvidas na área econômica brasileira, seja no Governo, seja na iniciativa privada. Preconizo viagens de grupos em diversos setores para, por exemplo, a realização de seminários, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social realizar seminários de captação de investimentos de elucidação sobre as possibilidades de investimento no Brasil e outros.

Além disso, as visitas de alto nível são importantes. O então Presidente da República Fernando Collor fez uma visita à Noruega em 1991, mas mais no contexto, na época, da questão do meio ambiente, da preparação da Conferência do Rio de Janeiro. Outras viagens já deverão ser realizadas, e está prevista, num futuro não distante, uma visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Noruega. Essas visitas são importantes, porque elas estabelecem, em alto nível, uma série de parâmetros e objetivos que, depois, os diferentes níveis do Governo e a própria iniciativa privada se sentem autorizados a seguir as diretrizes que nessa ocasião foram traçadas, definidas.

Portanto, Senador José Agripino, creio que essa é, em princípio, talvez um pouco perfunctoriamente, a linha geral que penso deveríamos seguir inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Franqueada a palavra a outros Senadores que queiram fazer uso dela.

Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRª EMILIA FERNANDES - Ao cumprimentar o Sr. Embaixador pela brilhante carreira que vem desempenhando, da qual temos aqui um breve resumo, gostaria de solicitar que nos pudesse aprofundar um pouco mais o conhecimento que possui em relação ao País, que já foi colocado, de prosperidade, de desenvolvimento, enfim, de preocupação, inclusive, com a questão cultural, com a questão dos direitos humanos, e que, logicamente, também tem um desenvolvimento educacional à altura de um povo que conseguiu conciliar o desenvolvimento com as questões sociais, tendo em vista que o índice de desemprego praticamente é muito baixo.

Nas considerações que nos chegam às mãos a respeito do trabalho diante dessa embaixada, há uma colocação de que há necessidade de um esforço redobrado de informação. É importante, além da abertura de oportunidades, corrigir distorções de imagens do Brasil que possam prejudicar a expansão das relações. Além disso, coloca ainda que, por sua formação cultural, a sociedade norueguesa desenvolveu uma extrema atenção e, conseqüentemente, o governo é muito atuante nesses debates internacionais sobre esses assuntos. E mais uma vez V. Exª repete que o embaixador deve voltar-se para um duplo objetivo: de um lado, difundir dados completos e claros sobre a realidade brasileira, procurando desfazer equívocos e neutralizar campanhas equivocadas; por outro lado, e por via de conseqüência, abrir oportunidades de cooperação.

Então, eu gostaria que V. Exª nos aprofundasse um pouco mais, tendo em vista que nós sabemos das dificuldades, ainda muito grandes, existentes na questão relacionada ao meio ambiente e da própria cultura. É importante esse propósito que busca mostrar os dados com transparência e objetividade, buscando recolher, naquela sociedade já cultural e economicamente mais desenvolvida, as medidas, as alternativas que estão sendo tomadas até para realmente contribuir com o nosso País.

É a solicitação que faço desde já, na certeza de que V. Exª será contemplado.

Também peço um esclarecimento em relação à República da Islândia, porque cumulativamente V. Exª seria indicado para o Reino da Noruega e para o da Islândia. Pequenas considerações também a respeito desse outro país.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Tem V. Exª o microfone para responder à Senadora Emilia Fernandes.

O SR. LUIZ FILIPE DE MACEDO SOARES GUIMARÃES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srª Senadora, a Noruega, talvez até por duas razões, tem uma preocupação – que aliás, é em geral muito presente nos países escandinavos – com a questão ambiental. Espero que, se V. Exª não esteve lá na Noruega, vá conhecer brevemente estando eu lá, porque se trata de um país realmente de extraordinária beleza natural, num meio ambiente extremo nórdico – parte importante do país está acima do círculo polar ártico –, e essa população soube se desenvolver, criar uma cultura muito específica nesse quadro ambiental. Portanto, há uma ligação entre cultura e natureza muito forte. Isso acontece também com a Dinamarca, mais ou menos com a mesma população. São países que mantêm uma cultura, uma língua própria, e desenvolveram uma literatura própria, uma arte muito particular também, em artes plásticas, enfim, em todos os campos das expressões culturais eles têm uma marca específica.

Isso nos leva talvez a projetar essas suas preocupações para os outros países, às vezes, sem estabelecer, sem mudar a lente, sem mudar a dioptria com que olham. Uma coisa é olhar o meio ambiente, a natureza ou a sociedade nesses países, no estado em que ela se encontra hoje, dentro de um padrão de economia, de um padrão de renda dos mais elevados do mundo e outra coisa é um país de dimensões como o Brasil, com uma população muito maior.

É importante, portanto, dar a esses países - no caso, a Noruega - uma visão clara da situação ambiental brasileira, do que é o território brasileiro, quais as suas dimensões. Para eles, é muito difícil visualizar as distâncias e os obstáculos naturais. Se o clima norueguês possui as suas durezas, o nosso, principalmente uma área de grande interesse para esses países, que é toda a região amazônica, também.

Do ponto de vista climático, são circunstâncias extremas, difíceis. O homem amazônico tem dificuldades completamente diferentes, é claro, das de um habitante da Lapônia, mas também enfrenta dificuldades para a qual deve ter uma energia própria, para não falar do homem do Nordeste, do sertão.

É importante também estabelecer uma visão clara das diferentes condições culturais do Brasil. O que pode parecer a um outro país um problema de direitos humanos, na realidade pode não ser um problema de direitos humanos ou pode não ser tão grave. O primeiro passo é estabelecer a diferença de escalas entre os países e, por outro lado, sim, aproveitar o que esses países também possuem de positivo.

Até meados da década de 80, quando éramos objeto de comentários e até mesmo de acusações a respeito do meio ambiente, da situação da Amazônia e dos direitos humanos, imediatamente nos fechávamos numa argumentação baseada no conceito de soberania. Não admitíamos que se falasse a respeito do Brasil, mesmo porque era um assunto interno; portanto, caía na esfera da soberania. Na realidade, era como mudar de conversa, mudar de assunto. Se há um problema real ambiental, se há um problema real na área de direitos humanos em nosso País – e é assim que o Estado brasileiro procede –, não há razão para escamotear ou mudar de assunto e falar em soberania, pois ninguém a está colocando em dúvida. A cooperação internacional não elimina nem diminui a soberania; ela é feita no exercício da soberania. Um país coopera com outro porque pode cooperar ou admitir essa cooperação.

A Noruega desenvolveu, sem dúvida nenhuma, formas interessantes, sempre com a intenção de sintonizar as diferentes escalas e não tentar transpor simplesmente a situação de um para outro. Mas é claro que a Noruega soube desenvolver formas originais de fundir cultura entre a sua população, de elevar o nível de educação, de resolver problemas ambientais, principalmente os problemas urbanos. Tudo, evidentemente, com a vantagem da sua situação econômica, da sua disponibilidade financeira e, conseqüentemente, tecnológica também.

É por isso que somos abertos à discussão, somos abertos à cooperação de países como a Noruega, que têm, sem dúvida nenhuma, possibilidade de trazer ao Brasil cooperação. Atualmente, nosso programa de promoção de direitos humanos é aberto à cooperação internacional. Basta discutir as modalidades precisas em que se poderá desenvolver essa cooperação. Creio que há abertura e grande possibilidade quanto a isso.

Sobre a Islândia, realmente eu me limitaria a dizer que, apesar de todas as diferenças que há entre os dois países, Noruega e Islândia, em termos de dimensão, por exemplo, de tradições e de situação física dos dois territórios, há um fator importante que permite muito bem trabalhar com os dois países ao mesmo tempo. Primeiro, a Islândia também é um país desenvolvido e com possibilidades de cooperação; é um país membro atuante das Nações Unidas. Enfim, existem semelhanças entre Noruega e Islândia, além do fato de ambas pertencerem ao círculo escandinavo, porque, desde os anos 50, a cooperação

escandinava é muito estreita, depois de um período de diferentes conquistas na área, seja por parte da Suécia, seja por parte da Dinamarca. Depois, veio a Segunda Guerra Mundial. Mas, enfim, a partir dos anos 50, instaura-se o Conselho Nórdico, as reuniões anuais de primeiros-ministros, e a cooperação nórdica se desenvolve extraordinariamente. Portanto, há uma compatibilidade de legislação entre esses países, que permite trabalhar com muita facilidade em um e outro.

Além do mais, mencionei que a Noruega era o único país da Europa Ocidental que ficou fora da União Européia, mas não é; na realidade, porque a Islândia também não chegou jamais a se apresentar como candidata à então Comunidade Européia e, depois, à União Européia. Portanto, os dois países pertencem a essa Área Econômica Européia e constituem a Área Européia de Livre Comércio, que foi criada em 1959, logo depois do Tratado de Roma, da criação da Comunidade Econômica Européia. Essa é uma situação nova, porque, até 1994, também estavam aí a Áustria, que hoje faz parte da União Européia, e a Suécia. Hoje, essa Área de Livre Comércio Européia, que se mantém fora, é formada por esses dois países e por um terceiro sem consideração, que é Liechtenstein.

De modo que as possibilidades de expansão comercial, de cooperação econômica e de cooperação política podem também transpor-se com muita facilidade, inclusive por causa da semelhança entre Noruega e Islândia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Senadora Benedita da Silva.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de me dirigir ao Sr. Embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães para cumprimentá-lo e de pedir desculpas por não ter podido estar no momento em que fazia a exposição. A interpelação da Senadora Emilia Fernandes proporcionou-me a oportunidade de ouvi-lo em relação às preocupações existentes na Noruega, o que pude observar na leitura rápida que fiz, cujo governo é exigente em proclamar e defender os direitos humanos.

Quero cumprimentá-lo por saber que teremos, dado o currículo, uma representação ao nível das demandas brasileiras. Sem dúvida, teremos uma representação que poderá contribuir, e muito, para que o nosso País se torne, cada vez mais, parceiro principal, seja no âmbito econômico, seja nas relações culturais e, nesse caso, ambientais e dos direitos humanos.

Apenas pediria a V. Exª, por razão muito particular, o seguinte: apresentei nesta Casa um anteprojeto para uma Comissão que estaríamos formando para criação de um Tribunal Internacional de Direitos Humanos. E o fiz baseado no art. 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. No entanto, não encontrei guarida. Ele teve parecer contrário, não pelo conteúdo da matéria, mas porque foi considerada não-pertinente, pelo fato de não ser da competência do Legislativo. Mas o que eu buscava, naquele momento, era cumprir o art. 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e, ao mesmo tempo, trazer esse debate, que considero muito importante.

Como V. Exª está indo para um país em que esse tema é abordado com muita profundidade e muita preocupação por parte do governo e como há também, de nossa parte, a iniciativa de criação de uma Secretaria de Direitos Humanos, creio que poderíamos amadurecer essa idéia. Assim, peço a V. Exª que faça um estudo a respeito dessa questão da comissão. O estudo já está sendo feito pela Secretaria de Direitos Humanos do Governo e gostaríamos muito de poder influenciar de uma certa forma, mesmo que não seja da nossa competência fazê-lo, para que possamos estimular - e aí há um indicativo do relator em relação a isso - a instalação do Tribunal Internacional dos Direitos Humanos.

Penso que falta a instalação desse tribunal e, quando um país se manifesta, poderíamos avivar um pouco a memória dos acordos e das decisões que a ONU tem tomado em relação a isso.

Era isso que eu tinha a pedir a V. Exª e, mais uma vez, quero dizer da nossa disposição em apoiá-lo nessa ida à Noruega.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor deseja acrescentar alguma coisa?

O SR. LUIZ FILIPE DE MACEDO SOARES GUIMARÃES - Quero apenas agradecer à Senadora Benedita da Silva - que, com o Senador Abdias Nascimento, são os dois representantes do meu Estado aqui na Comissão - pelas suas palavras. Sem dúvida alguma, vou me dedicar a isso com muito interesse. Caso eu seja aprovado pelo Senado Federal, antes de ir para a Noruega, pretendo me aprofundar nesse assunto junto à área competente do Governo. Essa é uma área que está tendo um desenvolvimento muito novo e muito rápido internacionalmente, com as negociações agora para a criação de um Tribunal Penal Internacional, com a progressiva adesão de países - como se viu recentemente na China as convenções sobre direitos humanos - nos mais diferentes aspectos, os tribunais sobre os crimes de guerra. Tudo isso tem tido um desenvolvimento e uma rapidez enorme.

Agradeço-lhe muito por chamar a atenção para este assunto. Procurarei me informar aqui, antes de ir, e lá estarei à disposição para qualquer informação ou dado que seja do interesse de V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Embaixador Luiz Felipe, eu não poderia, ao dar por encerrada sua exposição, deixar de agradecê-lo pelo apoio que recebi quando representei o Senado junto à última Conferência da Interpol em Délhi. O senhor ofereceu todo o apoio necessário à delegação brasileira, que obteve um resultado positivo. Pude sentir o prestígio que o senhor tem junto ao Corpo Diplomático dos países que lá se fazem representar. Assim, tenho certeza absoluta de que o senhor não terá dificuldades na Noruega e gostaria, se me permitisse, de fazer apenas uma colocação para ilustrar: V. Exª destaca que a Noruega é uma das importantes nações marítimas e no seu currículo consta também Chefe da Divisão do Mar. Hoje, durante um debate na Comissão de Justiça, o Senador Pedro Simon usou como argumento a grande conferência que haverá em Portugal sobre o problema do mar e o Dr. Olímpio Faissol tem me fornecido alguns relatórios das diversas comissões brasileiras que estão estudando alguns segmentos que serão apresentados nessa conferência. E, é claro, as 200 milhas já são coisa do passado, o mar territorial avança e o projeto que o Brasil deverá apresentar, se aprovado, dará mais tranqüilidade já que não perderemos esta margem de exploração, respeitando todo o problema ecológico.

Gostaria de saber mais, por uma curiosidade pessoal, sobre esse debate que haverá em Portugal. Acredito que V. Exª acompanhou, em razão do seu próprio currículo.

O SR. LUIZ FILIPE DE MACEDO SOARES GUIMARÃES - Sr. Presidente, mais ainda por causa dessas minhas funções anteriores e outras participações sobre esse assunto, tenho a honra de fazer parte, no momento, da Comissão Mundial Independente sobre os Oceanos, que é presidida pelo ex-Presidente Mário Soares, de Portugal. Há dois brasileiros nesta Comissão: eu mesmo e o Ministro José Israel Vargas.

O relatório da Comissão, que já está pronto, indo para o prelo, será publicado e difundido dentro de poucos meses, mais precisamente em agosto, em Lisboa, por ocasião da exposição mundial que irá ocorrer lá. De modo que lhe farei chegar, logo que possível, uma cópia desse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Agradeço e espero que o senhor continue na Comissão, mesmo no exercício da nova função que, acredito, será aprovada pela Comissão.

Convidaria o senhor a esperar, se puder, para que eu possa convidar o outro Embaixador.

Solicitaria ao Senador Artur da Távola que se pronunciasse a respeito da relatoria sobre a indicação do Sr. Presidente da República, do Sr. Sérgio Henrique Nabuco de Castro, Ministro de Primeira Classe do quadro especial da carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República deseja fazer que o Sr. Sérgio Henrique Nabuco de Castro, Ministro de Primeira Classe do quadro especial da carreira de Diplomata para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, § 4º).

Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o **curriculum vitae** do interessado. O Sr. Sérgio Henrique Nabuco de Castro, filho de Hilton Nabuco de Castro e Olga Nabuco de Castro, nasceu no Rio de Janeiro, no dia 06 de março do bendito ano de 1936. É Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Mestre em Ciências Políticas pela Loyola University, de Chigaco.

Ao concluir o curso de preparação à carreira de Diplomada do Instituto Rio Branco, foi nomeado 3º Secretário, em 30 de dezembro de 1959. Promovido a 2º Secretário, por merecimento, em 1963; a 1º Secretário, também por merecimento, em 1969; a Conselheiro, por merecimento, em 1973; a Ministro de segunda classe, por merecimento, em 1979, e a Ministro de primeira classe, por merecimento, em 1994.

No âmbito da Secretaria de Estado exerceu funções de alta relevância. Foi chefe substituto da Divisão do Oriente Próximo em 1967; chefe substituto da Divisão das Nações Unidas, de 1968 a 1970; chefe da Divisão Jurídica, de 1977 a 1981, e chefe substituto do Departamento Consular e Jurídico de 1980 a 1981.

Em representações diplomáticas do Brasil no exterior, o Sr. Embaixador Sérgio Henrique Nabuco de Castro ocupou importantes postos, dentre os quais em Bogotá, Encarregado de Negócios, de 1974 a 1976; em Chicago, Cônsul-Geral, de 1981 a 1984; em Copenhague, Encarregado de Negócios, de 1985 a 1987. Nessas missões ele sempre desempenhou funções de relevância, participou também da delegação brasileira em inúmeras negociações internacionais, cabendo mencionar as sessões do Ecosoc, em Nova Iorque, em 1970, as da Assembléia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, de 1971 a 1973, a Reunião de Alto Nível da OIT sobre Empregos e Ajustes Estruturais, em Genebra, em 1987, e a sessão de 1988 da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra.

O Sr. Sérgio Nabuco de Castro foi Assessor para Assuntos Internacionais do Ministério do Trabalho no período de 1987 a 1988; dirigiu o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais entre 1992 e 1995 e foi chefe da Assessoria do Ministério da Justiça de 1995 a 1998.

O Diplomata em apreço foi agraciado com várias condecorações dentre as quais salientam-se as seguintes: Ordem do Rio Branco, Grande Oficial - Brasil, Ordem do Mérito Naval, Comendador - Brasil, Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil, Ordem de São Carlos, Comendador - Colômbia.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, cujas informações julgamos suficientes para que esta Comissão delibere sobre a indicação feita pelo Senhor Presidente da República, opinamos favoravelmente a sua indicação.

Acrescentando, ademais, ser o referido Embaixador uma pessoa de altíssimo nível cultural, ético, de quem conheço a carreira - por acaso - de perto, conheço a luta e a circunstância curiosa de que vai para uma embaixada de um território conflagrado e, portanto, de missões de alta relevância, pois praticamente todo o corpo diplomático de todos os países do mundo, naquela região, hoje em dia tem problemas ingentes a tratar, razão pela qual se necessita de diplomatas com a experiência, a sutileza, a acuidade do Ministro Sérgio Nabuco de Castro.

Ressalte-se também que S. Exª esteve muitos anos afastado de postos no exterior, servindo o País aqui, como pude citar, em várias missões, o que efetivamente, nesse instante, repõe, para um embaixador da sua categoria, uma justiça e uma utilidade que em boa hora o Presidente da República houve por bem considerar: a de tê-lo também no serviço externo do País.

Na contemporaneidade, o Itamaraty, pela excelência de seu corpo diplomático, de seu corpo técnico, hoje é avocado tanto para tarefas no próprio País, que não são poucas, sobretudo as de formulação de políticas externas e internas, como também na tarefa exterior. E já se fazia necessária, a indicação do Embaixador Sérgio Henrique Nabuco de Castro para uma tarefa no exterior.

Ademais, só posso desejar que S. Exª utilize, naquela função, todos os conhecimentos que amealhou nesses anos, e ali possa exercer, com efetiva eficácia, as tarefas que o corpo diplomático daquela região permanentemente está avocado a realizar, as tarefas de trabalho, no sentido da paz e do aprofundamento desse processo de pacificação de uma das regiões de maior complexidade no mundo contemporâneo e mesmo antes .

Nos entendimentos com o Brasil, tem sido constante a presença de países árabes em nosso território, primeiros-ministros, e diversos dignitários daqueles países, porque se aceleram os entendimentos na área comercial que ultimamente têm crescido muito, sobretudo depois que essa região teve alguns espaços para retomar o desenvolvimento econômico necessário a eles. É verdade que, no momento, a região está, de novo, conflagrada, razão pela qual impõe-se, repito, a presença de um Embaixador dessa qualidade.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Embaixador Sergio Henrique, pergunto se, na sua exposição, esta reunião deve ser transformada em reservada?

O SR. SERGIO HENRIQUE NABUCO DE CASTRO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Pergunto aos senhores Senadores se haverá algum questionamento que obrigue a transformar em reservada a reunião?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Sr. Presidente, tendo em vista que o Embaixador vai para a Jordânia, a atualidade e a intensidade dos temas, toda a região, todo o sistema ali presente, tenho a impressão de que a exposição do Embaixador deve ser pública e, inclusive, por ser transmitida via **TV Senado**, só trará benefícios à população que acompanha as transmissões da referida emissora pela atualidade e oportunidade do tema.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Agradeço a V. Exª pela colaboração, permitindo-nos que, assim...

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Tem a palavra V. Exª.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Se houver, por ocasião da sabatina propriamente dita, alguma questão que um dos senhores Senadores considere de caráter reservado, então, acredito que seria o momento oportuno de determiná-lo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Obrigado Senador. Tem a palavra V. Exª para no tempo necessário expor num preâmbulo esta sessão.

O SR. SERGIO HENRIQUE NABUCO DE CASTRO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Relator, que parecem conhecer extremamente os meandros da questão do Oriente Médio. Desta vez, passei realmente longos anos aqui no Brasil. Foram exatamente 10 anos e, neste momento, sinto-me perfeitamente recompensado profissionalmente de ir servir na área do Oriente Médio e conhecer de perto todos os meandros da política médio-oriental.

Na realidade, um dos períodos mais profícuos da minha carreira foi há 30 anos exatamente, como o Sr. Relator teve a bondade de relatar, quando eu estava respondendo, em 1967, pela Divisão do Oriente Próximo do Ministério das Relações Exteriores, período em que se deu a conflagração da "Guerra dos Seis Dias", tendo acompanhado passo por passo as negociações entre árabes e israelenses. Nesse mesmo ano, fui transferido para a Divisão das Nações Unidas do Itamaraty e continuei seguindo a política médio-oriental e tratando da negociação da Resolução 242, que ainda serve de quadro para todas as negociações até este momento. Dali fui transferido para Nova Iorque e continuei no mesmo setor, mas apenas acompanhando porque os negociadores eram de mais alto nível. Acompanhei a negociação da Resolução 338, que complementou a Resolução 242. Agora, 30 anos depois, dão-me a oportunidade de observar de perto a evolução da política da área que, naquele momento, dizia-se que era o ponto focal da Terceira Guerra Mundial.

Preparei um resumo, que já distribui, com base em todas as leituras que fiz sobre o assunto nos materiais encontrados no Itamaraty, assim como nos recebidos durante o exercício do posto, de modo que apenas vou-me referir a alguns tópicos.

Considero, primeiramente, que a Aman é um dos suportes de maior interesse na região. Não só por sua história em si, mas também pelo papel que sempre representou e que, ainda, vem representando na questão médio-oriental.

Como Estado independente, a Jordânia é um País novo. Foi criada no século XX. É diferente de outros países que lá se encontram. Até então, aquela região era denominada Transjordânia e foi dependência de diversos reinos. Era ocupada por emirados e beduínos. Nunca teve existência separada. Era apenas uma região. E, por quatro séculos, até o término da Primeira Guerra Mundial, foi ocupada pelo Império Otomano, que, derrotado em 1918, foi obrigado a deixar a região em protetorado britânico.

Nessa situação, como protetorado, a Transjordânia permaneceu mais 26 anos, tornando-se independente mediante tratado assinado em maio de 1946, logo após a guerra, entre as autoridades britânicas e o líder hachemita que tinha maior ascendência na região, o emir Abdullah. Abdullah reinou muito pouco, seu filho menos ainda e o seu neto é o atual Rei da Jordânia, sob cujo Governo de 45 anos, desenrolou-se toda a história daquele país. Ele tomou posse em 1952.

Quase concomitantemente a independência da Jordânia, as Nações Unidas criavam o Estado de Israel num outro território sob tutela, a vizinha Palestina. A história da Jordânia, como a de todo o Oriente Médio, passaria a ser fortemente influenciada pelos desdobramentos da questão árabe-israelense.

O território da Jordânia sofreu pelo menos uma grande marcante alteração nesses 51 anos de existência. Como conseqüência da guerra de independência de Israel, em 1948/1949 – a Jordânia teve ativa participação –, foi entregue à Jordânia a região da Cisjordânia de 5.600km^2, à margem esquerda do Jordão. A população do país triplicou com a concessão de cidadania jordaniana aos habitantes do novo território. Em 1967 – eu já estava na Divisão do Oriente Próximo – com a Guerra dos Seis Dias, o território da Jordânia voltaria a sua delimitação original, sendo que toda a região palestina e da Cisjordânia foi ocupada pelos israelenses. Essa situação se trata da área que hoje também é ocupada pela Autoridade Nacional Palestina, onde se encontra incrustada a cidade de Jerusalém e na qual se desenrolam consecutivos conflitos entre palestinos e israelenses. Ali estão os assentamentos de palestinos que vem sendo freqüentemente objeto de disputa com os israelenses. Finalmente, desde 1974, a Jordânia julgou por bem abdicar daquele território que, afinal de contas, nem originalmente lhe pertencia.

No campo da política externa, a linha pró-árabe, seguida naturalmente pela Jordânia, sempre teve um caráter extremamente moderado, pacifista, pragmático e – o que é extremamente importante para nós – coerente com todos os parâmetros ditados pelas resoluções das Nações Unidas. A Jordânia participou da guerra da independência de Israel, mas não se envolveu na Guerra dos Seis Dias, na qual perdeu aquele território, ou no conflito de 73 com a Síria. Nesse último conflito com o Iraque e o Kuweit, a Jordânia tão pouco se envolveu diretamente, apenas lamentou a conquista por força do Kuweit, mas se absteve de fazer qualquer condenação contra o Iraque, com o qual tem relações econômicas bem fortes.

Voltando à questão da política moderada da Jordânia, todos sabemos que o Tratado de Paz entre Egito e Israel de 1979 constituiu o mais importante evento da história recente do Oriente Médio, que alterou profundamente toda a filosofia bélica que reinava na região. Todos os países árabes romperam relações com o Egito. Contrariando todos os países árabes mais radicais, a Jordânia seria o primeiro país da região a reatar relações com o Egito. Em 1994, já na esteira do último processo de paz, tornar-se-ia o segundo país árabe a concluir um tratado de paz com Israel. A imparcialidade do Rei Hussein em seu conflito de oito anos ente o Irã e o Iraque nos anos 80 trouxe sólidas vantagens econômicas para a Jordânia. Mantendo-se imparcial, durante todo esse período beneficiou-se do fluxo de petróleo que passava por seu território, que sempre se fez, e ainda se faz hoje, pelo Porto de Akaba. Na Guerra do Golfo, como já disse, a Jordânia permaneceu, de certa forma, neutra, apenas lamentando o episódio, já que não podia agir de outro modo.

Internamente, a Jordânia é uma monarquia constitucional, com governo representativo. O monarca é o chefe de Estado é o chefe do Poder Executivo. O rei exerce suas atividades por intermédio do primeiro-ministro e do Conselho dos Ministros, mas é o rei quem detém mais poder.

A Câmara se compõe de 80 representantes, eleitos por sufrágio universal para mandato de 4 anos, e o Senado, de 40 membros indicados pelo rei. Se a Câmara emite um voto contra a decisão do primeiro-ministro, todo o Gabinete deve renunciar. O rei aprova as leis antes de sua entrada em vigor, mas esse poder de veto pode ser derrubado por uma maioria de 2/3 das duas Casas.

Nos últimos anos, todo espectro político e social do país vem assumindo posturas progressivamente mais liberais e democráticas. É cada vez mais ampla a participação dos cidadãos na vida cívica do país. Citei aqui uma questão dos direitos humanos: é incrível como a Jordânia, um país do Oriente Médio, tenha ganho destaque nos relatórios da **Amnesty International** como um dos campeões dos direitos humanos na região! O Rei Hussein e o Príncipe Saddam são os líderes do movimento.

Gostaria de ressaltar que a atividade diplomática do rei é admirável. Em 1967 – lembro-me disso muito bem –, Sua Majestade foi o elemento-chave na adoção da Resolução n.º 242, do Conselho de Segurança das Nações Unidas por Israel, Egito e pelas potências européias. Suas atividades diplomáticas, no tocante à última crise do Iraque, têm sido sempre amplamente relatadas em todos os periódicos. Sua participação muito

contribuiu para um entendimento entre o Secretário-Geral das Nações Unidas e o ditador do Iraque.

No campo econômico, cumpre registrar inicialmente que a Jordânia não tem a riqueza petrolífera dos outros países do Golfo, o que constitui o principal problema daquele país, que dispõe de poucos recursos naturais e enfrenta também severa falta de água para a agricultura.

Além disso, a economia do país foi completamente destruída duas vezes pelas guerras entre árabes e israelenses, em 1948 e em 1967, tendo sido extremamente afetada pela última crise do Golfo. O governo, porém, vem aplicando com perseverança medidas destinadas a retificar os desequilíbrios estruturais da economia, reduzir a dívida externa e transferir recursos do setor público para o privado.

A Jordânia é obrigada a importar petróleo e derivados, produtos alimentícios, maquinaria, equipamentos de transporte e bens manufaturados. A grande maioria dessas importações são oriundas do Iraque, o maior fornecedor de petróleo do país. As exportações, por sua vez, são dominadas pelos produtos minerais e químicos, tais como fosfato, potássio e fertilizantes. Ultimamente, vem ganhando importância extraordinária a indústria de detergentes e de produtos farmacêuticos. Estes já podem ser encontrados nos Estados Unidos e no Brasil. Os antiarlégicos que tomamos provêm da Jordânia.

As relações entre o Brasil e a Jordânia foram formalizadas em 1959, com o estabelecimento de missão diplomática cumulativa em Beirute. As Embaixadas em Brasília e Aman foram instaladas concomitantemente em 1984. As relações diplomáticas entre os dois países caracterizam-se pela mais perfeita cordialidade.

Em relação à Guerra do Golfo, tradicionalmente o Brasil vem-se empenhando na causa de uma paz justa, duradoura e abrangente no Oriente Médio e considera que a consolidação dessa paz implica necessariamente a criação de condições para o desenvolvimento efetivo da região. São perfeitamente claros os interesses e simpatias mútuos entre o Brasil e a Jordânia.

O Governo de Aman, por outro lado, é progressista e moderado. É aceito pela maioria das capitais do Oriente Médio; em algumas delas goza de sólido prestígio e conceito, inclusive entre os israelenses. A Jordânia pode constituir, pois, um importante canal que permita ao Brasil exercer, na região, a sua vocação pacificadora e desenvolvimentista.

Penso que o Embaixador do Brasil em Aman deve pautar sua conduta por esse objetivo, que não deixa de ser, aliás, a política do Brasil.

Esse é o apanhado geral que gostaria de fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Senador Artur da Távola, como Relator, pergunto se V. Exª deseja questionar o Sr. Embaixador.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Desejo tão-somente fazer uma pergunta de caráter bem abrangente, embora algo da resposta já esteja presente na fala de V. Exª. Como V. Exª vê a ação de um embaixador do Brasil na Jordânia? É algo peculiar ao País exclusivamente ou tem íntima relação com os demais embaixadores do Brasil na região? Ou seja, existe uma política brasileira para a região, que seria executada em conjunto, à margem das tarefas pontuais de cada embaixada, das relações comerciais, etc.?

Gostaria que V. Exª nos traçasse, então, um panorama desse tipo de ação, se é que ela existe coordenadamente. Ou ela é simplesmente tópica, de país em país, sem propriamente uma formulação global da região conflagrada, que é essa para onde V. Exª está indicado?

O SR. SERGIO HENRIQUE NABUCO DE CASTRO - Francamente, não vejo uma política dirigida à Jordânia, devido à distância e à diferença de nossos laços culturais. A questão comercial entre os dois países, por exemplo, está precisando de um maior incentivo.

Vejo que o Embaixador da Jordânia será extremamente bem situado no Oriente Médio para manter a Secretaria de Estado bem informada na formulação de sua política.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Ou seja, há uma política geral do Itamaraty para a região, e os embaixadores dos países da região estão em trabalho conjunto, ou a ação do embaixador em cada país do Oriente Médio é pontual?

O SR. SERGIO HENRIQUE NABUCO DE CASTRO - Não, os embaixadores estão em trabalho conjunto. A política do Brasil no Oriente Médio é exatamente aquela de seguir as determinações das Nações Unidas, de acelerar o processo de paz, e não existe uma política determinada, a não ser com questões como, por exemplo, a do Iraque, naturalmente. Desativamos, no Iraque, a nossa embaixada e não sabemos ainda o que vamos fazer dela.

Não conheço, francamente, uma questão pontual com a Jordânia. Vejo como um dos informantes da área, formulador da política na área.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Com a palavra a Senadora Benedita da Silva.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Embaixador, gostaria de cumprimentá-lo e dizer que, quando se leva em consideração todo o conflito existente no Oriente Médio, chega-se à conclusão de que V. Exª vai para a terra que emana leite e mel. Tendo em mente a intensidade dos conflitos que acontecem hoje na região, posso apenas concluir que a Jordania e uma terra santa: em meio a tantos conflitos, a tantas coisas havidas, perdas e danos, tem-se ali, parece, um pequeno céu em meio a um grande e infernal conflito.

Há algo que eu gostaria de perguntar para satisfazer uma curiosidade. Há pouco eu disse que a Jordânia era uma terra santa, que emana leite e mel. Disse isso, porque acompanhei a exposição de V. Exª e me chamou a atenção o seguinte trecho: "No campo econômico há que registrar-se, inicialmente, que o país não tem a riqueza petrolífera de outros países do Golfo; enfrenta severa falta de água para a agricultura e dispõe de poucos recursos naturais". E mais adiante lê-se o seguinte: "...mas o Governo, aplicando com perseverança medidas destinadas a retificar os desequilíbrios estruturais da economia, reduziu a dívida externa e transferiu recursos do setor público para o privado. O país é obrigado a importar petróleo..." e por aí vai.

Gostaria de saber qual é o milagre que tornou possível essa situação.

O SR. LUIZ FILIPE DE MACEDO SOARES GUIMARÃES - Não, eles não estão fazendo milagre...

A SRª BENEDITA DA SILVA - Gostaria apenas de concluir antes de ouvi-lo.

Fiquei pensando o seguinte: com 80% de desertos, sobram apenas 20% de terras agricultáveis. Além disso, há outras dificuldades aqui já apresentadas: falta água para a agricultura e o país dispõe de poucos recursos naturais. Mesmo assim, a Jordânia exporta alimentos para os países vizinhos. Por isso digo que é uma terra que emana leite e mel e gostaria que V. Exª me explicasse esse milagre.

O SR. LUIZ FILIPE DE MACEDO SOARES GUIMARÃES - Não é tanto assim. Veja: o processo de paz no Oriente Médio tem diferentes vertentes, mas a questão mais conflituosa no momento diz respeito justamente ao território da Cisjordânia, que já pertenceu à Jordânia - por isso a Jordânia tem muita responsabilidade na pacificação daqueles assentamentos.

Tem responsabilidade também quanto ao **status** de Israel, porque Israel foi posto pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas como um território, uma cidade com **status**

especial. Entretanto, logo em 1947, os judeus, os israelenses invadiram mais do que lhes cabia e, em 1967, invadiram toda a cidade, inclusive parte da Jordânia. Portanto, a Jordânia está metida no jogo.

A segunda parte da pergunta diz respeito à questão econômica. Eles estão com problemas econômicos. Um dos benefícios que eles tiraram do tratado de paz com Israel, em 1994, foi a divisão das águas do Rio Jordão, eles estabeleceram um critério para o aproveitamento das águas do Rio Jordão. Com essa divisão, eles têm hoje o que pode ser considerado um pequeno paraíso.

Qual foi o outro ponto a que a Srª se referiu, Senadora?

A SRª BENEDITA DA SILVA - A Jordânia tem 80% de deserto e ainda exporta alimentos para os países vizinhos.

O SR. LUIZ FILIPE DE MACEDO SOARES GUIMARÃES - Pois é, são todos produzidos ali no Rio Jordão. O aproveitamento das águas do Rio Jordão era extremamente confuso, já que Israel havia ocupado todo o rio.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - V. Exª tem a palavra, Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Surgiu uma curiosidade no curso da exposição do Sr. Embaixador. S. Exª fez uma referência - um dado muito curioso - no sentido de que todos os medicamentos contra alergia que temos no Brasil são importados...

O SR. SERGIO HENRIQUE NABUCO DE CASTRO - Não sei se são todos. Comprei um há pouco tempo...

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Mas, de qualquer maneira...

O SR. SERGIO HENRIQUE NABUCO DE CASTRO - Esses medicamentos de farmácias naturais estão sendo todos fabricados na Jordânia.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Não há hoje família que não seja assolada por esse mal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Pergunto se há mais algum Sr. Senador que deseje fazer uso da palavra.

O SR. (Não Identificado) - (Fora do microfone.) O Rei Hussein seria PSDB?

O SR. SERGIO HENRIQUE NABUCO DE CASTRO - Deixe-me pensar um pouco, Excelência. Não sei se eles são monarquistas... O Rei Hussein só tem contra os palestinos o fato de haver facções palestinas que querem derrubar a dinastia dos hachemitas. É a única coisa que eles têm contra os palestinos. Não sei como V. Exªs encaram a questão, mas tenho a impressão de que Sua Majestade poderia ser...

A SRª BENEDITA DA SILVA - A oposição não se manifestará!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Sr. Embaixador Sergio Henrique, agradeço a exposição e as respostas que foram dadas com inteligência aos inteligentes questionamentos dos Srs. Senadores e solicito a V. Exª que aguarde alguns instantes enquanto se procede à votação.

(Procede-se à votação.)

(Encerramento da reunião sem registro de áudio.)

(Levanta-se a reunião às 19h02min.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA , DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MARCO DE 1998.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia trinta e um de março do ano de mil novecentos e noventa e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador ROMEU TUMA, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores HUGO NAPOLEÃO, JOSÉ AGRIPINO, BERNARDO CABRAL, PEDRO SIMON, CASILDO MALDANER, LUDIO COELHO, ABDIAS NASCIMENTO , EMILIA FERNANDES, REGINA ASSUMPÇAO, BELLO PARGA, MARLUCE PINTO, MAURO MIRANDA, OTONIEL MACHADO, e, EDUARDO SUPLICY. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a apreciação dos itens constantes da pauta, e ainda a ouvir as exposições que farão os senhores CARLOS LUIZ COUTINHO PEREZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, Designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, cujo Relator é o Senhor Senador CASILDO MALDANER, e o Senhor GILBERTO VERGNE SABOIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, Designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, cujo Relator é o Senhor Senador JOSE AGRIPINO. Encerrada as exposições, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Senador LEONEL PAIVA, Relator do Projeto de Decreto Legislativo n.º 012, de 1998, que " aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Financeira de 24 de outubro de 1991, celebrado entre o Governo da Republica Federativa do Brasil e o Governo da Republica Federal da Alemanha, em Brasília, em 26 de maio de 1997. Colocado em votação, o Relatório e aprovado pôr unanimidade. Fica adiada a apreciação do item 02 da EXTRA-PAUTA, Projeto de Decreto Legislativo 16, de 1998, que aprova o texto modificativo ao Convênio constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, aprovado pela Resolução B/BG/97/05, cujo Relator e o Senhor Senador ABDIAS NASCIMENTO. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

SENADOR ROMEU TUMA
PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª reunião ordinária, de 31 de março de 1988.

Pergunto se V. Exªs dispensam a leitura da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Por proposta do Senador Casildo Maldaner, fica dispensada a leitura.

Pergunto se V. Exªs farão alguma modificação ou colocação com respeito à ata anterior, que se encontra nas pastas junto às bancadas. (Pausa.)

De acordo.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O primeiro item da Mensagem submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Carlos Luiz Coutinho Perez, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca e, cumulativamente, junto à República da Lituânia.

Pergunto se o Senador Casildo Maldaner se encontra em condições de proferir o seu relatório.

O SR. CASILDO MALDANER - Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Não sei se V. Exªs têm o resumo das relações entre o Brasil e a Dinamarca.

O Senador Casildo Maldaner, pode proceder à leitura do seu voto.

O SR. CASILDO MALDANER - Sr. Presidente, nobres colegas, Embaixador Carlos Luiz Coutinho Perez, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Carlos Luiz Coutinho Perez, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca e, cumulativamente, junto à República da Lituânia.

A Constituição atribui competência privativa do Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, IV).

Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o **curriculum vitae** do interessado.

Segundo o referido documento, o Sr. Carlos Luiz Coutinho Perez, filho de Luiz Perez Vasques e Alzira Perez Vasques nasceu em Recife, Pernambuco, em 24 de março de 1935.

O Sr. Carlos Luiz Coutinho Perez é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e em Administração Pública. Ao concluir o Curso de Preparação para a Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, foi nomeado Cônsul de Terceira Classe, em 1961. Foi promovido a Segundo-Secretário, por merecimento, em 1964; a Primeiro-Secretário, por merecimento, em 1970; a Conselheiro, por merecimento, em 1973; a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 1978 e, a Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em1987.

No âmbito da Secretaria de Estado, exerceu funções de relevância, como Chefe de Divisão de Política Comercial, 1971-1973; Chefe da Divisão de Produtos de Base, 1977-1985; Chefe, substituto, do Departamento Econômico, 1980-1985; Chefe do Departamento de Sistematização da Informação Política, 1984-1985; Chefe de Departamento da África, de 1986-1990.

Em representações diplomáticas no Brasil e no exterior, ocupou o Sr. Carlos Luiz Coutinho Perez importantes postos, dentre os quais, cumpre mencionar em Nova Iorque, Chefe do SECOM, 1973-1977; em Santiago, Encarregado de Negócios, em 1981; em Georgetown, Encarregado de Negócios, em 1982; Sófia, Encarregado de Negócios, em 1983; em Tóquio, Embaixador, 1991-1993; em Lima, Embaixador, 1993-1998, onde exerce atualmente as funções.

No cumprimento das missões para que foi designado para o Ministério das Relações Exteriores, desempenhou funções de relevância, tendo chefiado a delegação brasileira em grande número de reuniões internacionais, cabendo mencionar as seguintes: IX Sessão Plenária do Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar; Guatemala, 1978; VI Assembléia-Geral Extraordinária da Aliança dos Países Produtores de Cacau, em Salvador, em 1980; Conferência de Coordenação de Desenvolvimento da África Austral, Gaborone, 1987; VIII Reunião Anual de Consulta da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, Arusha, 1988; e IX Reunião Anual de Consulta da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, Luanda, 1989.

Dentre outras funções, estas são algumas. O diplomata em apreço foi também Coordenador de Assuntos Internacionais do Ministério da Indústria e do Comércio, em 1985. O Sr. Carlos Luiz Coutinho Perez foi agraciado com as seguintes medalhas, dentre outras: Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil; Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil; Medalha Lauro Müller, Brasil; Medalha Santos Dumont, Brasil; Ordem Nacional da Côte d'Ivoire, Comendador.

Consta do processado, além do **curriculum vitae** que acabamos de ler, documentos anexados pelo Ministério das Relações Exteriores sob a denominação: Informação Geral sobre a Dinamarca e Informação Geral sobre a Lituânia, contendo dados básicos, avaliação das relações bilaterais e principais indicadores econômico-comerciais relativos àqueles dois países.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório cujas informações julgamos suficientes para que esta Comissão possa deliberar sobre a escolha feita pelo Senhor Presidente da República.

Sr. Presidente, este é o relatório que trago à consideração dos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Agradeço a V. Exª. E solicito ao Sr. Carlos Luiz Coutinho que faça um resumo das relações do Brasil com a Dinamarca, e posteriormente, na segunda fase, a dos questionamentos, transformaremos a reunião em secreta.

O SR. CARLOS LUIZ COUTINHO PEREZ - Srs. Senadores, inicialmente, cabe apontar que a Dinamarca é um país que representa o modelo escandinavo de sociedade de bem-estar. Os benefícios sociais administrados pelo Estado e financiados por uma tributação muito alta, são distribuídos de forma homogênea ao Estado, constituindo um regime harmonioso com um alto nível de distribuição de renda e baixo nível de pobreza.

A Dinamarca tem a monarquia mais antiga da Europa: foi fundada no Século X. Seu sistema de governo é uma democracia parlamentar unicameral. As relações entre o Brasil e a Dinamarca, a meu juízo, devem ser orientadas e desenvolvidas segundo as seguintes linhas de atuação da Embaixada: procurar aprofundar os contatos bilaterais em termos de política externa, sobretudo tendo em vista o incremento de visita de autoridades àquele país nos últimos anos e uma certa coincidência de enfoques e posições assumidas internacionalmente.

A Dinamarca, como o Brasil, atua em fóruns internacionais como grande estimuladora do respeito aos Direitos Humanos, promotora de esquemas de desenvolvimento e integração, contribuinte importante em programas de cooperação e defensora da preservação do meio ambiente. A Dinamarca é também favorável à reforma das Nações Unidas, em busca de uma maior democratização e eficiência de seu órgãos. Advoga o aperfeiçoamento dos mecanismos multilaterais, de modo a evitar a formação de pólos hegemônicos constituídos pelos países de maior riqueza da Europa ou mesmo de potência de outras regiões. Seu principal objetivo é criar um espaço internacional para atender, na sua condição de país pequeno, a sua vocação de negociação e conciliação e, sobretudo, de grande comerciante. O problema maior atual é a conservação do modelo do bem-estar social democrata criado e fortalecido ao longo dos anos. Todos os partidos políticos que ocuparam o governo - não apenas o Partido Social Democrata mas também o Liberal e o Conservador - contribuíram para o desenvolvimento do modelo vigente e, em função dos seus elevados custos e dos altos índices de desemprego na Europa, se vêem agora ameaçados.

Aumenta também o dilema com relação à participação plena na União Européia, uma vez que a subordinação dinamarquesa às decisões comunitárias poderia romper o equilíbrio político interno.

Embora possam prever-se ajustes no sistema envolvendo tipicamente redução dos benefícios, a recente vitória eleitoral do social democrata permite supor a persistência de

níveis altos de taxação e a resistência à adoção de forte reforma liberalizante que prevalece no resto do mundo.

No Parlamento a colisão social-democrata é minoritária: 72 dos 179 Deputados, tal como tem sido os Governos da Dinamarca, desde os anos 70.

A oposição de direita tem 60 Deputados, mas a extrema esquerda, tal como os pequenos partidos de centro, podem oferecer apoio externo ao Governo de maneira a facilitar a chegar ao 90 Deputados que necessita, para viabilizar a ação governamental.

Um dos problemas que se deve enfrentar é a questão dos refugiados, parte importante dos 6,5% da população da Dinamarca; que é constituída por estrangeiros provenientes de países fora da União Européia, ou Estados Unidos da América.

O tema é explorado politicamente, e o partido radical está considerando uma proposta para diminuir os benefícios financeiros, que são concedidos a esses estrangeiros; algo em torno de US$1000 e US$1,500 por mês, que se reduziriam, progressivamente, a US$500.

A questão passa também por aspectos humanitários, que devem levar o atual governo a privilegiar a maior integração desse contigente, inclusive mediante a promoção do aprendizado da língua dinamarquesa.

Os aspectos econômicos e comerciais: a Dinamarca ostenta índices invejáveis. Possui um PIB de US$160 bilhões; um PIB per capita superior a US$30 mil e um crescimento econômico sustentável de 3% nos últimos anos, com uma taxa de desemprego de 7%, o que é, relativamente, baixa em termos europeus.

É um país industrializado, composto de empresas pequenas e médias com alto nível de especialização, desenvolvida nos últimos anos, através de programas de estímulo à pesquisa e à tecnologia.

Interessa, particularmente, ao Brasil a experiência de investimento e gerenciamento das empresas dinamarquesas que, em vários setores, como metalurgia, transformação de alimentos, bebidas, papel, vestuário, atingiram uma posição de destaque no plano internacional.

O modelo econômico dinamarquês conduziu o país à formação de um Estado voltado para o bem-estar, com uma moeda de grande estabilidade, atrelada ao marco alemão, em que a elevada carga tributária financia um esquema modelar de seguridade social, sem déficits públicos, com base na social-democracia.

A economia da Dinamarca apresenta uma inflação controlada: 2,2%, em 1996; um saldo de exportações e importações na ordem de 60% do PIB o que a faz fortemente independente do comércio exterior.

Como conseqüência, o país apoia nos fóruns internacionais específicos, nas iniciativas que favorecem a liberalização comercial, assumindo posições, muitas vezes semelhantes às do Brasil.

A Dinamarca preenche, sob o ponto de vista macroeconômico, as condições necessárias para o seu alinhamento à União Monetária Européia, embora esteja limitada como resultado de um **referendum** pelas reservas que fez ao Tratado de Maastricht, que somente um novo **referendum** popular poderá modificar sua atual postura, face àquela iniciativa.

O Governo de centro-esquerda reluta em tentar vencer resistência popular, que é de índole conservadora, inspirada no receio de afetar o equilíbrio econômico-financeiro, que alimenta a presente prosperidade do País.

O comércio exterior da Dinamarca atingiu, em 1996, a surpreendente cifra de US$88 bilhões; US$47 bilhões de exportação e US$41 bilhões de importação, confirmando a sua vocação mercantilista.

Embora mais de 60% do comércio seja praticado no âmbito europeu e demais regiões, existem passeios privilegiados para os Estados Unidos, Canadá, Continente Americano e o Japão na Ásia. O Brasil é o maior parceiro na América Latina, onde uma parcela relativamente pequena da participação no comércio global, US$1,6 bilhões, indica possibilidades concretas de crescimento.

Especificamente com o Brasil, a Dinamarca começou, em 1996, mais de 20% desse montante acima.

Deve-se ter, no entanto... É claro que o perfil do comércio bilateral, tem características bastante tradicionais.

Os principais produtos brasileiros são: farelo de soja, café, fumo, calçados, enquanto que as nossas importações são de máquinas e equipamentos, produtos químicos, bebidas, alimentos e outros produtos manufaturados.

Em segmentos específicos, a Dinamarca é altamente desenvolvida em termos de ciência e tecnologia. Trata-se de campo ainda pouco aproveitado do qual muito o Brasil poderá beneficiar-se. Seria muito conveniente explorar as possibilidades de aprofundar os acordos básicos sobre cooperação técnica, de 1977; e o Acordo sobre Cooperação Industrial, de 1974.

Existe, igualmente, na Dinamarca, um grande interesse pela cultura brasileira, em seus aspectos populares, e também por suas formas literárias, musicais e cinematográficas. Esse interesse permite ter uma visão otimista do futuro das relações culturais entre os dois países.

A par de obras produzidas de diversos autores brasileiros, a exibição de filmes nacionais sempre desperta uma curiosidade de espectadores dinamarqueses, abrindo espaço para que se possa impulsionar e promover a cultura brasileira.

Finalmente, dentro da área muito específica do Ministério das Relações Exteriores, cumpre lembrar da função prioritária da Embaixada em Copenhagen de prestar assistência e apoio para brasileiros que residem ou transitam pela jurisdição daquele posto

A Rainha Margrethe II, da Dinamarca, que deveria vir ao Brasil no atual mês de março, adiou sua visita oficial em função das eleições parlamentares que ocorreram no início desse mês. A nova data deverá ser marcada para 1999.

Em resumo, o objetivo principal de uma ação do combate na Dinamarca é a manutenção do nível da relação entre o Brasil e a Dinamarca que sempre se caracterizou pela ausência de problemas e por grande atmosferà de cordialidade, além de, evidentemente, aprofundar os aspectos que surgirão em função das novas realidades do crescimento brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Solicito aos senhores convidados que se retirem, para transformarmos esta reunião em secreta.

(A reunião transforma-se em secreta às 17h58min e volta a ser pública às 18h36min.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - ...visita da Ministra das Relações Exteriores da República da Eslováquia, em que se sondou se poderíamos fazer um acordo interparlamentar entre os dois países para estimular as relações bilaterais, não só comerciais, como culturais e de legislação.

Depois, deixaria a critério dos senhores Senadores analisarem se esta Comissão deve ou não procurar algum meio de se manifestar a respeito do incêndio em Roraima, tendo em vista que esta Comissão, além de tratar das relações exteriores, é também de defesa.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pergunto ao Presidente se ficou marcada audiência com o Ministro das Relações

Exteriores sobre a ALCA e os acordos multilaterais de investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Eu havia pedido a V. Exª que entrasse em contato, pois eles apresentaram duas datas para V. Exª. Então, dia 14, às 17h30min., audiência de convocação, proposta por V. Exª, ao Ministro das Relações Exteriores.

Senador José Agripino, por favor, V. Exª poderia relatar a indicação do Sr. Embaixador?

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senado é chamado a opinar sobre a indicação do Senhor Presidente da República, que deseja fazer do Embaixador Gilberto Guilherme de Saboia, Ministro de Primeira Classe do quadro permanente da carreira de diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, cumulativamente, junto à República da Letônia.

Gostaria de informar ao Srs. Senadores que o Embaixador Saboia é bacharel em Direito, formado pela Pontifícia Universidade Católica (falha na gravação), em curso de preparação à carreira de diplomata e ainda em curso de altos estudos.

Na carreira diplomática, foi Terceiro Secretário, Segundo Secretário, Primeiro Secretário, Conselheiro, Ministro de Segunda, Ministro de Primeira, sempre galgando os postos por merecimento.

Dentre os cargos de relevância do País desempenhados por S. Exª, vale destacar os cargos de Coordenador de Projetos Especiais de 1984 a 1985; Chefe da Divisão das Nações Unidas, de 1985 a 1986; Chefe do Gabinete do Secretário-Geral de Política Exterior, de 1990 a 1992.

No exterior, serviu em Washington, na Guatemala e em Genebra, tendo, inclusive, no posto que ocupava uma interface muito forte com as questões dos direitos humanos, desarmamento, meio ambiente, bem como com a questão social. É portador de diversas condecorações nacionais e estrangeiras.

Tendo em vista a natureza da matéria anunciada, não cabe aduzir outras considerações, sendo esse o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Sr. Embaixador, o senhor tem o tempo necessário para a exposição.

O SR. GILBERTO GUILHERME DE SABOIA - Muito Obrigado. Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, eu queria prefaciar esta exposição com uma manifestação da honra que é para mim comparecer a esta Comissão do Senado Federal, numa etapa da designação do Chefe de Missão Permanente que, mais do que o cumprimento de um dispositivo constitucional, é uma oportunidade para o aprofundamento do diálogo entre o Executivo e o Legislativo em matéria de política externa.

Eu gostaria de fazer uma exposição em que vamos pretender situar a Suécia no cenário internacional, abordar alguns aspectos mais relevantes de sua política exterior e mencionar certas características sócio-econômicas do País e traçar um quadro das relações que a Suécia mantém com o Brasil.

A Suécia é um país de antiga história. Constituiu-se em Estado Nacional no século XVI e teve um papel muito importante no século XVII. A partir do século XIX, soube adaptar-se a um perfil estratégico e político de menor relevo. Essa adaptação, juntamente com outras medidas de reforma e de adequado desenvolvimento dos recursos naturais e humanos do país, além de um grande desenvolvimento dos conhecimentos científicos e das descobertas tecnológicas, permitiu ao país, num ambiente de paz e de estabilidade, alcançar rapidamente patamares de desenvolvimento econômico e bem-estar social que o colocaram, já no começo do século XX, entre as nações mais desenvolvidas.

Um dos elementos básicos da política internacional da Suécia neste século foi a neutralidade, o que evitou o seu envolvimento nas guerras mundiais, apesar de estar muito próxima do teatro de conflagração. Essa neutralidade e as circunstâncias geográficas do país levaram a Suécia a associar a neutralidade à manutenção de um esquema militar defensivo de grande importância destinado à dissuasão de eventuais agressões.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, a Suécia depositou grande confiança na segurança coletiva e no papel da ONU, tal como previsto na Carta. Entretanto, a eclosão da Guerra Fria frustou, em grande parte, essas esperanças. Diante disso, houve algumas tentativas de fazer um tratado de segurança nórdico, que não prosperaram porque os vizinhos, Noruega e a Dinamarca, preferiram aderir à OTAN. A Suécia optou por manter a sua neutralidade e desenvolveu a sua política de defesa, ao mesmo tempo em que procurou contribuir para os esforços de desarmamento.

É bom lembrar que a política da Suécia sempre se manteve bastante independente ao longo desses anos de Guerra Fria e demonstrou uma posição muito crítica com relação à Guerra do Vietnã.

Outro aspecto importante da política sueca foi o seu apoio à Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e aos estudos e negociações sobre possíveis reformas do sistema econômico internacional, em vista da superação da pobreza e de busca de maior eqüidade nas relações econômicas. A Suécia continua a dar grande ênfase a esse aspecto e a contribuir com recursos substanciais, proporcionalmente ao seu produto nacional bruto para cooperação na luta contra a pobreza, bem como na promoção da democracia e dos direitos humanos.

A Suécia, desde cedo, deu grande importância ao meio ambiente, tendo sido sede da primeira conferência internacional sobre esse tema e participando intensamente das negociações que levaram à conferência realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

Com o fim da Guerra Fria, é evidente que as premissas em que se baseavam a política externa da Suécia e o cenário internacional como um todo foram alteradas de maneira substancial. A Suécia manteve a sua política de neutralidade, que rotulou de Não Participação em Alianças Militares. O fim da Guerra Fria permitiu, então, que a Suécia evoluísse em direção à associação com as instituições européias. Primeiramente buscou associar-se com aquelas ligadas à segurança e à cooperação estratégica, como a Conferência Sobre Segurança e Cooperação na Europa, que busca a redução de armamentos e a prevenção de conflitos. É bom lembrar, que, para a Suécia, é muito importante que a transição na ex-União Soviética e nos países bálticos se faça de maneira pacífica e estável, porque é uma região muito próxima e importante para a Suécia.

É evidente, também, que o progresso na redução de armamentos de forças convencionais na Europa coloca em questão a política de defesa da Suécia. Não há previsão de modificações, mas, eventualmente, poderá alterar-se um pouco a sua auto-suficiência militar e aproximá-la de um conceito mais coletivo de cooperação com outros países.

Esse processo de aproximação com as instituições européias culminou com a adesão, em1995, da Suécia às instituições européias, à própria União Européia, depois de um referendo. A partir daí, então, começou a processar-se a adesão completa. É digno de menção o fato de que, no âmbito das questões monetárias, a Suécia preferiu adiar o seu ingresso na adoção da moeda única para um período provavelmente posterior ao ano 2000, para avaliar as implicações dessa adesão para a sua economia.

A União Européia, do ponto de vista sueco, deve ser uma entidade bastante aberta na cooperação com outros países e regiões e preocupada com as políticas sociais e de geração de emprego, que são questões centrais assim como a de meio ambiente.

No plano europeu, a Suécia é favorável à expansão da União Européia. Aliás, adotou a posição, que não prevaleceu, de que todos os candidatos à expansão deveriam ser considerados na mesma ocasião. Como é sabido, as organizações européias optaram por um sistema mais seletivo, incluindo apenas um dos países bálticos nessa primeira etapa, o que, para a Suécia, não era o ideal.

No campo da economia e da situação da sociedade, a economia sueca tem grande diversificação produtiva proporcionalmente ao seu tamanho e um alto nível de avanço tecnológico em setores de grande importância, como telecomunicações, aviação, indústrias automotiva, farmacêutica e de material militar.

Enfim, esses resultados que foram atingidos são mantidos em nível de elevada produtividade, baseados em intensa inserção do mercado internacional, tanto em termos de comércio, como de investimentos.

Uma outra particularidade do modelo sueco é a alta percentagem ocupada pelo setor público na economia e no emprego. Essa é uma característica que deriva do modelo político e social adotado por sucessivos governos social-democratas, que se têm mantido com poucas interrupções no país e deram essa conotação para manter o emprego e desenvolver a atenção social.

O modelo sócio-econômico sueco, que até os anos 70 era visto como uma receita bem sucedida, entrou em crise, com a globalização e o aumento da intensidade de competição internacional, porque, tal como vinha sendo aplicado, ele, de uma certa maneira, foi um obstáculo à produtividade e contribuiu para um certo nível de inflação.

Assim, a economia sueca passou por uma fase de crise, no começo dos anos 80, e por um período de recessão e de reajuste, no começo dos anos 90, que durou até 1995, com uma diminuição do ritmo do crescimento e um certo aumento do desemprego e a necessidade de aplicação de medidas de austeridade financeira.

O crescimento econômico foi retomado e hoje já está em níveis adequados para a economia do país, embora agora se baseie muito mais na demanda externa do que no aumento da demanda local. Os níveis de desemprego ainda são relativamente elevados para um país como a Suécia, que se mantém em torno de 7%.

Não se antecipam mudanças drásticas no modelo sócio-econômico; mantém-se o governo social-democrata, mas muito consciente da necessidade de pautar esse modelo sócio-econômico também por uma atenção à estabilidade financeira do país porque ele está agora inserido na disciplina da União Européia.

Apesar desse seu modelo sócio-econômico peculiar, a Suécia dispõe de um setor privado de grande robustez. Basta mencionar que, segundo uma publicação da ONU, das 35 mil multinacionais registradas 2.700 têm sede na Suécia, o que mostra a importância desse setor, que se caracteriza também por um alto investimento em pesquisa e desenvolvimento, mantendo, assim, a competitividade.

Passando agora a uma referência às relações Brasil e Suécia, vemos que são relações muito antigas e tradicionais, desde a nossa independência - basta lembrar que José Bonifácio realizou estudos na Suécia, D. Pedro II visitou o país -, e naturalmente foram se intensificando com a presença de investidores suecos no Brasil desde cedo, desde os primórdios da nossa industrialização. Além disso, por um diálogo político que se manteve em grande convergência, foi reforçado por numerosas visitas em nível de Chefe de Estado, o Rei da Suécia visitou duas vezes o Brasil oficialmente, além das visitas não oficiais que tem realizado. Houve troca de ministros, visitas ministeriais em vários setores que contribuem para manter o nível de entendimento muito promissor.

Na área das relações multilaterais, também na área da ONU há uma grande afinidade de posições entre a Suécia e o Brasil, enfim, na busca da paz, da cooperação internacional, na afirmação da democracia, dos direitos humanos e, nos últimos anos, isso tem-se transformado em formas concretas de cooperação, por exemplo, na área de manutenção da paz, tem havido participação de oficiais brasileiros em programas de treinamento para operações de paz na ONU. Os dois países são atualmente membros não permanentes do Conselho de Segurança, portanto há um grau também de intercâmbio apreciável que se manifestou, por exemplo, na crise do Iraque, em que as duas delegações buscaram formas de consenso que superassem o impasse e permitissem a aprovação da resolução. Também no item reforma da ONU, há muito contato e cooperação. Citaria também na área de direitos humanos uma recente visita do Secretário Nacional de Direitos Humanos da Suécia, que abriu também canais e possibilidades de cooperação entre os dois países em setores concretos.

Os investimentos suecos no Brasil são muito importantes, estão crescendo e localizam-se em áreas muito importantes da economia como telecomunicações, setor automotivo , maquinaria e papel de celulose. A Suécia tem sido um dos dez maiores investidores no Brasil e acredita-se que o estoque de capital sueco, atualmente avaliado em cerca de US$5 bilhões, possa chegar ao patamar de US$10 bilhões nos próximos cinco anos. Exemplo desse aumento é um consórcio que se criou entre um grupo sueco Statoil e a Odebrecht para a construção de uma importante indústria de papel e celulose no sul da Bahia.

O intercâmbio comercial não é tão forte, porque há problemas de falta de produção e de exportação. Ele tem sido mais dinâmico na área de exportações suecas, inclusive pelas compras de material, de equipamentos e de maquinários, que são conseqüências desses investimentos, mas, evidentemente, há sempre uma perspectiva de melhorar a nossa posição de exportador na Suécia, se houver possibilidade.

É certo também que o investimento sueco no Brasil, ao se situar em áreas de grande avanço tecnológico e também permitir, por meio disso, exportações brasileiras de preço e de custo maior, contribui para a inserção do Brasil no mercado internacional de bens e serviços. Existe uma cooperação na área militar em compras de equipamentos, que eventualmente poderá ser ampliada. São essas as principais linhas das relações entre o Brasil e a Suécia.

Há também, a meu ver, um potencial de ampliação na área de intercâmbio entre instituições acadêmicas, universitárias e científicas. Há pouco tempo, o Rei da Suécia esteve no Brasil à frente da Real Academia de Ciências e Engenharia, o que mostra o interesse nesse intercâmbio, que caberia, então, buscar aprofundar e diversificar.

Sr. Presidente, essa era a exposição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Muito obrigado, Sr. Embaixador. Senador José Agripino, tem V. Exª a palavra como Relator.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, gostaria inicialmente de cumprimentar o Embaixador Saboia pela concisão de sua exposição, pela substância das informações trazidas e pela lucidez com que apresentou a questão das relações do Brasil com a Suécia e a própria Suécia no contexto da União Européia.

Na semana passada, ouvimos o indicado Embaixador para a Noruega - país que apresenta perfil econômico muito parecido com o da Suécia -, e suas informações nos deram consciência de que o PIB e a renda **per capita** da Noruega se devem muito à produção de petróleo do Mar do Norte. A renda **per capita** é muito alta e o PIB bastante elevado, como na Suécia, mas esta tem uma realidade econômica diferente.

Berço dos vickings, que foram grandes conquistadores e comerciantes e deixaram uma tradição, é um país tecnologicamente muito avançado, protótipo de Primeiro Mundo. Tem uma indústria pesada fortíssima e é grande parceira do Brasil, com investimentos consideráveis em áreas importantes. A Scania Wabis, a Volvo, a SKF são nomes muito conhecidos no Brasil e são empresas genuinamente suecas.

Por outro lado, a Suécia é sede e berço de muito férteis funções no campo, dos direitos humanos, do desarmamento, da questão social. Sobre isso penso que vale a pena a reflexão do Embaixador, porque o Brasil, na era da globalização, está conquistando progressivamente espaços no campo econômico e continuará a conquistar na medida em que conseguir melhorar os seus níveis de produtividade, eficiência e competitividade, o que a Suécia já conquistou. Um país que tem em exportações 40% do seu PIB demonstra claramente que é eficiente e competitivo, e nós almejamos chegar lá.

No entanto, um país não é só a sua expressão econômica, mas também a sua expressão social. As questões domésticas, o trato do meio ambiente e dos direitos humanos, muitas vezes, são fundamentais para a consecução de objetivos. Pode-se ou não conseguir o apoio de um país como a Suécia, para ter assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, se o país requerente for respeitado no contexto internacional em muitos itens, entre os quais direitos humanos, por exemplo.

O Brasil é conhecido no exterior - e há uma má propaganda, até intencional, creio - por episódios como a chacina da Candelária e o desmatamento da Amazônia. Para esses países não é visível o esforço do Governo e da sociedade brasileira em melhorar o seu desempenho, desmatando menos a Amazônia, instalando o sistema de vigilância do Sivam, condenando os responsáveis pela chacina dos menores da Candelária.

Creio ser de fundamental importância - peço a reflexão do Embaixador - para que o Brasil fique colocado no contexto de país que deseja ter assento entre os países do Primeiro Mundo o esforço que vimos fazendo e os resultados que vimos obtendo no sentido da modernidade e da equalização em padrões internacionais aceitáveis com relação a essas questões sociais.

A segunda questão é uma preocupação que tenho com as barreiras tarifárias. A União Européia, que é voltada para si própria, impõe tarifas altas para aqueles que não são seus membros. Basta examinar os números apresentados pelo Embaixador para vermos que somos bastante deficitários nas relações comerciais com a Suécia: importamos muito mais do que exportamos. No entanto, temos grandes chances de exportar, desde que as barreiras tarifárias sejam correta e convenientemente ajustadas.

Darei um exemplo ao Embaixador: o meu Estado produz manga e melão. Essas frutas desembarcam em Rotterdam e, por via rodoviária, chegam à Suécia, pagando-se uma tarifa elevada. Assim como as frutas, centenas de outros produtos poderiam chegar, à medida que a promoção fosse feita - e esse é um trabalho do Governo e de suas embaixadas - e o trabalho de equalização tarifária fosse cuidadosamente observado.

Essas são as duas reflexões que devem merecer algum comentário do Embaixador: a devida colocação do Brasil na questão social como um todo - direitos humanos, meio ambiente, etc. -, porque, para que nos sentemos, com o respeito que queremos, à mesa dos desenvolvidos, devemos ter um perfil completo e acabado, que passa pela informação correta do esforço da sociedade e do Governo nessas questões; e a questão tarifária, com relação à possibilidade de exportação crescente dos mais variados produtos. Apenas tomei como exemplo a exportação das frutas do meu Estado e do Nordeste, mas sei que os nossos produtos chegariam em muito maior quantidade, se as tarifas e as barreiras não fossem estabelecidas nos níveis em que estão colocadas.

Eram essas as questões que gostaria de encaminhar, com os cumprimentos pela exposição muito bem feita.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - V. Exª pode usar o microfone.

O SR. GILBERTO GUILHERME DE SABOIA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço as palavras do Senador José Agripino e as considerações muito pertinentes que fez sobre os dois temas que suscitou.

Em relação ao primeiro, gostaria de dizer que concordo inteiramente em que é necessário um esforço permanente de divulgação sobre os avanços que têm sido alcançados no Brasil em termos de direitos humanos e meio ambiente. São questões realmente importantes para nós e para todo o mundo, com as quais todos os países têm problemas, inclusive a Suécia. São menores do que os nossos, evidentemente, mas também existem. Esse diálogo internacional é importante e creio que precisa ser transmitido a uma audiência mais ampla, diversificada e próxima da opinião. Creio que já se está fazendo isso, mas precisaremos fazer mais.

No âmbito das instituições multilaterais que tratam de direitos humanos e de questões ambientais - e nas questões de direitos humanos tenho vivência, pelo menos em Genebra -, há um reconhecimento pelo que tem sido feito no Brasil, por meio da nossa adesão aos tratados internacionais, bem como aos esforços para dar cumprimento a essas metas, para aplicar as normas e conseguir uma redução da impunidade. Essa é uma questão relevante que vem sendo realizada, mas há dificuldades e insuficiências conhecidas. Nesse sentido, além do diálogo esclarecedor sobre a nossa realidade e os nossos avanços, há também o diálogo que visa captar elementos de apoio para os nossos esforços. Pretendo fazer disso um elemento importante da minha comunicação com a sociedade sueca e com o seu governo.

Na área do meio ambiente, é um país que tem uma preocupação muito grande. Ele não deixa de ter problemas, porque também as florestas suecas vêm sendo reduzidas, vítimas de certas práticas ou situações que ocasionam preocupação, embora sejam florestas de natureza diferente das nossas.

Então, creio que é perfeitamente válida essa nossa disposição de dialogar e de transmitir aos países onde estamos acreditados essa nossa realidade.

A questão tarifária é muito importante e técnica. Como consta da minha exposição escrita, houve um aumento tarifário quando do ingresso da Suécia à União Européia. Certos produtos brasileiros foram prejudicados, porque as tarifas da União Européia eram maiores do que as da Suécia. Houve contatos, negociações e entendimentos entre o Brasil e a União Européia, porque a relação passou a ser com o conjunto.

Houve indicações de que os prejuízos eventuais do mercado sueco seriam compensados com ganhos em outros mercados e que as tarifas da União Européia com relação a esses produtos, inclusive os que o Senador mencionou, que são agrícolas, tenderiam a baixar a zero num horizonte relativamente curto. Talvez isso ainda não seja suficiente para tornar os nossos produtos mais competitivos. Será necessário um esforço nas nossas próximas negociações comerciais, que serão multilaterais e talvez precedidas de consultas com a União Européia, para tentarmos maximizar esses ganhos e obter, sobretudo na área agrícola, em que a União Européia é mais protecionista, uma gradual redução dessas barreiras.

Fico muito agradecido por essa contribuição. Creio que essa área de frutas tropicais e de produtos menos conhecidos é a que terá maior oportunidade de penetração para levarmos mais produtos brasileiros ao mercado sueco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O Senador se dá por satisfeito? (Pausa.)

Senador Hugo Napoleão, V. Exª tem a palavra.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Embaixador, ouvi atentamente a abrangente exposição do Embaixador Gilberto Saboia e as precisas colocações do Relator, Senador José Agripino.

Uma dúvida me assaltou no curso da exposição de V. Exª. Já tive a oportunidade de mencionar em conversa informal que tenho especial interesse pela Suécia, não apenas pelo que representa no contexto mundial internacional, mas pela situação particularíssima de o meu pai haver sido embaixador do Brasil naquele País. Inclusive, à guisa de curiosidade, em lá havendo estado, tomei conhecimento de que os **vickings**, quando conquistavam e dominavam os adversários nas guerras bárbaras que empreendiam, brindavam no crânio desses a vitória. Daí chamar-se **scolle**, o que corresponderia ao **skull** inglês. Isso até hoje é um símbolo da Suécia. Saúde é o **scolle**. O embaixador me corrigirá, se eu estiver errado.

Dizia eu que uma dúvida apenas me assaltava: com relação ao ingresso da Suécia na Comunidade Econômica Européia, mais precisamente com relação à adoção do euro, gostaria de saber se as motivações que estão levando a Suécia a se precaver ou a adiar a entrada em vigor do euro são mais ou menos as mesmas que têm a Grã-Bretanha com relação à libra esterlina. Era precisamente isso que gostaria de explorar um pouco mais.

O SR. GILBERTO GUILHERME DE SABOIA - Muito obrigado. Agradeço ao Senador Hugo Napoleão. Gostaria de mencionar também a grata coincidência de o seu pai ter sido meu antecessor, sendo uma pessoa que tanto contribuiu para o desenvolvimento dessas relações.

Quanto à questão da tradição **vicking**, o Senador enriqueceu meus conhecimentos, uma vez que não sabia disso e, agora, passo a saber.

Com relação à questão do euro, pelo que pude observar nos documentos que li, trata-se de uma preocupação similar. Penso que, primeiramente, a Suécia não aderiu à União Européia sem alguma relutância. Houve uma discussão interna. Há ainda setores que mantêm certa reserva quanto ao desenvolvimento e à uniformização de certas políticas; tanto nos partidos do Governo quanto nos de Oposição, há setores divergentes. A Suécia também passou por um período de crise financeira que levou a oscilações fortes da moeda. Assim, acredito que possa existir o temor de que, ao adotar a moeda única, perca a Suécia a autonomia de uma política monetária que possa ser importante para o grau de desenvolvimento da sua economia.

Por outro lado, segundo os comentários que li em algumas publicações, gradualmente, pela própria dinâmica das coisas, pelo funcionamento independente do Banco Central, a política de austeridade passa praticamente a ser obrigatória e a se encaminhar também para os limites e padrões exigidos pela moeda única, de modo que talvez seja uma questão de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Agradeço, cumprimentando os Srs. Embaixadores foram aprovados por unanimidade dos membros desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h14min.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA 6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA , DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 1998.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia quinze de abril do ano de mil novecentos e noventa e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador ROMEU TUMA, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores HUGO NAPOLEÃO, JOSÉ AGRIPINO, BERNARDO CABRAL, PEDRO SIMON, CASILDO MALDANER, LUDIO COELHO, ABDIAS NASCIMENTO ., EMILIA FERNANDES, REGINA ASSUMPÇAO, BELLO PARGA, MARLUCE PINTO, MAURO MIRANDA, OTONIEL MACHADO, e, EDUARDO SUPLICY. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição que fará o Excelentíssimo Senhor Embaixador LUIZ FELIPE LAMPREIA, Ministro de Estado das Relações Exteriores, com o intuito de prestar esclarecimentos perante esta Comissão, sobre os seguintes assuntos-a) Os Acordos para a Promoção Recíproca de Investimentos celebrados entre o Brasil e a Suíça, Portugal, Reino Unido, Chile, França e Países do Mercosul, b) As negociações sobre a Criação da ALCA, c) O Acordo Multilateral de Investimentos, a ser submetido em abril próximo aos países da OCDE e apresentado em seguida aos países em desenvolvimento. Antes do início da exposição do Senhor Ministro, o Senhor Presidente da Comissão, Senador ROMEU TUMA concede a palavra ao Senhor Senador EDUARDO SUPLICY, Autor do Requerimento. Para interpelações, fizeram uso da palavra, pela ordem, os Senhores Senadores LAURO CAMPOS,ABDIAS NASCIMENTO, PEDRO SIMON, LUDIO COELHO, e ainda, as Senhoras Senadoras EMILIA FERNANDES e BENEDITA DA SILVA. Agradecendo a presença do Senhor Ministro , e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

SENADOR ROMEU TUMA
PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - **(Início da reunião sem registro de áudio)** ...de Relações Exteriores, neste momento em que aqui comparece o Sr. Embaixador Luiz Felipe Lampréia, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a fim de prestar esclarecimentos perante esta Comissão sobre os acordos para a promoção e a proteção recíproca de investimentos celebrados entre o Brasil e a Suíça, Portugal, Reino Unido, Chile, França e países do Mercosul. Também fará esclarecimentos acerca das negociações relativas à criação da Alca e acerca do acordo multilateral de investimentos a ser submetido à apreciação, em abril próximo, dos países da OCDE e em seguida dos países em desenvolvimento.

V. Exª tem o tempo que achar necessário para a sua exposição.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Tendo em vista que, depois da formulação desse requerimento, foi divulgada pela imprensa a notícia de que o Ministro Luiz Felipe Lampréia fará uma visita a Cuba no mês de maio, gostaria de fazer sugestão no sentido de que o Sr. Ministro das Relações Exteriores também abordasse, ainda que brevemente, os motivos dessa visita, que considero importante.

Avalio que o Governo brasileiro pode muito colaborar para a normalização das relações entre Cuba e o resto do mundo, inclusive das relações entre Cuba e os Estados Unidos. Dada a importância dessa visita, sugiro que o Ministro, na sua exposição inicial, diga algumas palavras sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Sr. Ministro, não fazendo parte do requerimento inicial, fica a critério de V. Exª satisfazer a solicitação do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. LUIZ FELIPE LAMPRÉIA - Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma - meu caro amigo, se me permite -, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Eduardo Suplicy pelo interesse nos temas de investimentos e negociações econômicas internacionais, particularmente com a Alca, e sobretudo pela oportunidade que me proporciona de fornecer alguns esclarecimentos sobre esses assuntos.

Esses assuntos são de grande importância e têm despertado particular interesse nos mais diversos segmentos organizados da sociedade, especialmente no Congresso Nacional - na Câmara dos Deputados e no Senado da República. Por isso, considero muito bem-vinda a oportunidade de poder aqui dar explicações e, naturalmente, responder às questões que possam eventualmente ser formuladas e participar do debate que for oportuno.

Com muito prazer, atenderei também a solicitação do Senador Suplicy e direi algumas palavras sobre a visita à Cuba.

Eu gostaria de propor, Sr. Presidente, que primeiro tratássemos dos temas relativos a investimentos, ou seja, temas que dizem respeito tanto aos acordos bilaterais de proteção aos investimentos, como quanto ao acordo multilateral de investimentos. Posteriormente, se V. Exª entender oportuno, antes de passar ao outro tema, que é a Alca e depois Cuba, poderia responder às eventuais perguntas. Fica a critério de V. Exª, naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Perfeitamente. Penso que dessa forma - separando em dois blocos - será mais proveitosa a exposição.

O SR. LUIZ LAMPRÉIA - Certo.

Permita-me então iniciar falando sobre a questão dos acordos de promoção e de proteção recíproca de investimento. É um tema sobre o qual tem havido muitos debates e por isso acho que seria interessante apresentar alguns fatos inicialmente, antes de entrar numa parte propriamente opinativa.

Até o momento, o Brasil celebrou catorze acordos bilaterais de promoção e proteção de investimento, sendo doze bilaterais propriamente e dois no âmbito do Mercosul. Já foram enviados ao Congresso alguns acordos - o acordo com Portugal, com o Chile, com o Reino Unido, com o Mercosul, com a Suíça e com a França.

Há ainda grande demanda para negociações. Praticamente todos os países querem negociar, inclusive alguns cujas relações econômicas com o Brasil são extremamente modestas, como é o caso de alguns países africanos e Cuba, por exemplo, que também solicitam a negociação e a finalização de acordos bilaterais com o Brasil.

Esses acordos têm basicamente a mesma forma, embora não sejam rigorosamente idênticos, de maneira que é possível fazer uma exposição geral sobre esse tema. Qual é a situação de outros países do mundo? Vou citar dois casos específicos de países que são muito diferentes, tanto nos seus regimes quanto na sua expressão internacional, que são a China e a Argentina. Esses dois países firmaram um grande número de acordos similares. A China já firmou mais de 90 acordos interativos de investimentos, e a Argentina, mais de 40. E pelos dados que temos, que são da ONU, existem no mundo mais de mil acordos de garantia de investimentos nos mais diversos países. O total é superior a mil.

Acredito que hoje, pelas colocações que têm sido feitas no cenário internacional, os acordos de garantia de investimentos viraram um padrão de avaliação e de referência dos países e, por isso, podem ser determinantes na decisão de um empresário de fazer ou não um investimento produtivo em outro país em igualdade de condições.

Nos últimos três anos, só para situar a importância deste tema para a realidade econômica brasileira, os investimentos diretos, quer dizer, produtivos, de instalações físicas, enfim, serviços e fatores de produção, cresceram de US$3,2 bilhões, que atingiram em 1995, para US$9,5 bilhões, em 1996, e para US$17,9 bilhões, em 1997. Portanto, houve, de 1996 para 1997, um crescimento de 86% nos investimentos diretos. Os principais investidores são os Estados Unidos da América, União Européia - ou seja, França, Alemanha, Países Baixos, Espanha, Portugal, principalmente, mas não apenas - e as Ilhas Caimãs, que são uma série de **holdings** de investimentos, portanto entram como a origem dos recursos.

Mais da metade desses investimentos se destinam ao setor de serviços, sobretudo de telecomunicações, transportes, serviços financeiros, que são áreas onde há privatizações ou liberalizações significativas. Isso o Congresso Nacional e o Senado Federal têm aprovado e discutido longamente. Ainda que haja uma parcela expressiva do setor industrial, que é de 20%, o grosso, portanto, dos investimentos é na área de serviços.

Como eles são, Senador Tuma, de tal forma importantes e impressionantes, podem dar a impressão de que, afinal de contas, para que precisamos de acordos de proteção e promoção para atrair investimentos estrangeiros? Na realidade, é sensivelmente diferente. O volume dos investimentos tem aumentado exponencialmente, sem dúvida alguma, nos últimos anos, mas o Brasil poderia estar recebendo muito mais investimentos do que recebe. Na verdade, de 1987 a 1992, o total de investimentos diretos nos países em geral foi de apenas US$11 bilhões. Ou seja, em cinco anos, chegamos a US$11 bilhões, que é menos do que o Brasil recebeu ao todo em 1996. Esse número tem crescido substancialmente. Tenho certeza de que há muito mais espaço para melhorar a atratividade do Brasil para investimentos diretos.

O que são investimentos diretos? Recordo-me, Srs. Senadores - e possivelmente alguns dos senhores terão a mesma vivência - de que, quando estudei na PUC do Rio de Janeiro e no Instituto Rio Branco, na década de 60, a questão do capital estrangeiro era talvez o tema mais apaixonante. Havia no Brasil um enorme debate contra ou a favor do capital estrangeiro, sendo que até eu diria que a maioria das pessoas, pelo menos as não interessadas, eram contra o capital estrangeiro, viam nele um elemento predatório, explorador, enfim, nocivo aos interesses da sociedade brasileira de um modo geral.

Hoje, não conheço nenhum setor relevante da sociedade brasileira que continue a esposar essas idéias. Quer dizer, o investimento estrangeiro hoje é, ao contrário, objeto de uma grande disputa. Não há Estado, Município, sindicato, organização patronal, confederação ou federação de indústria, de agricultura ou do que quer que seja que não considere que o investimento estrangeiro é benéfico. E por quê? Porque evidentemente vai acrescentar empregos, fábricas e setores produtivos. Portanto, creio que a discussão ideológica dessa questão é hoje um capítulo encerrado. O que se discute hoje são as condições e os termos em que se realiza o investimento estrangeiro.

Os acordos de promoção de proteção de investimentos estrangeiros são, na verdade, uma peça importante da estratégia do Governo brasileiro, pois têm por objetivo estabelecer regras para a entrada, a permanência eventual e a saída de investimentos nos países signatários, dando maior previsibilidade ao investimento e maior segurança ao investidor. Com essa previsibilidade e essa segurança acrescidas naturalmente que se

pretende aumentar o número de investimentos estrangeiros no País e, também - o que é muito importante, porque o Brasil já se torna também, aos poucos, exportador de capitais -, assegurar a proteção para investidores brasileiros no exterior.

Note-se que não há, no presente, nenhum instrumento multilateral - isso é muito importante que se diga - que regule os fluxos de investimentos, que estão colocados, portanto, no âmbito das leis nacionais relativas ao capital estrangeiro. Essa lacuna tem sido parcialmente preenchida pelos APTI´s, cuja função é de oferecer garantia contra riscos não comerciais. Veja bem: esse é um detalhe de grande importância. Os riscos que são cobertos pelos acordos de garantia de investimentos não são riscos comerciais, referentes ao sucesso ou ir sucesso do investimento, mas aqueles relativos a guerras, revoluções, revoltas, atos de Deus, enfim, que possam vir a perturbar notavelmente um investimento, e essas garantias só serão dadas nas mesmas condições que as concedidas aos investidores locais ou de terceiros países. Não há nenhum elemento discriminatório nem contra o investidor estrangeiro nem com relação a um ou outro investidor estrangeiro.

Por outro lado, no plano multilateral, há o exercício negociador na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico Internacional - OCDE, que é o acordo multilateral de investimentos, do qual tratarei em seguida, e também já existe um grupo de estudos na OEMC, que foi criado na Conferência Ministerial de Singapura, em 1986.

Diante da falta de instrumento, portanto, regulatórios vários países têm firmado uma série de acordos bilaterais, daí essa cifra de mais de mil acordos internacionais na área de garantia e proteção de investimentos que citei, ao começar essa exposição.

Vou fazer, então, agora, nessa exposição inicial, sem prejuízo, depois, de responder perguntas que eventualmente haja, com referência a alguns dos principais questionamentos dos APTI´s que têm sido apresentados no Congresso Nacional, e em particular pelo Partido do Senador Eduardo Suplicy.

Esses principais pontos e questionamentos dizem respeito ao seguinte:

1) Ao conceito de investimento, ou seja, investimentos produtivos e investimentos especulativos;

2) à livre movimentação desses investimentos;

3) ao princípio da reciprocidade;

4) à questão do foro judicial em caso de litígio; e

5) à questão da indenização.

São esses os cinco principais grupos, se não me equivoco, naturalmente, que têm sido levantados no debate sobre essa questão.

Muitas das críticas que são feitas aos acordos de promoção de proteção de investimentos derivam, ao meu juízo, de equívocos de compreensão sobre a exata natureza desses instrumentos. Afirma-se, por exemplo, que os acordos não diferenciam investimentos na produção e investimentos especulativos, investimentos de portfólio Essa é uma primeira afirmação que é feita.

Os acordos, na verdade, não fazem essa distinção entre investimentos produtivos e investimentos especulativos, porque a legislação tampouco o faz. O acordo não cria uma figura que a legislação nacional não tenha incorporado. A Lei nº 4.131, já bastante veterana, que é um instrumento básico nesse terreno, não estabelece qualquer distinção de tratamento baseado na destinação do capital introduzido no País. Não é pelo carimbo na entrada que se deve tratar desse capital, mas por instrumentos da política econômica, ou seja, mecanismos de taxação, de estímulo, incentivo ou de desincentivo ao investimentos produtivos, através, por exemplo, estabelecimento de ônus fiscais para aplicações de curto prazo, depósito compulsório, enfim, há todo um leque de instrumentos de política econômica que o Governo pode utilizar para privilegiar ou penalizar o capital conforme o uso que ele tenha, mas não distingui-lo e barrá-lo na entrada em função desse uso.

Questiona-se também - a segunda crítica principal que se faz - o fato de os acordos preverem a livre transferência de rendas dos juros, lucros e dividendos e *royalties* dos investimentos, o que seria contrário ao interesse nacional em função dos interesses de outros países. Esse, no fundo, é o fulcro do argumento da década de 70, quer dizer, o fulcro do argumento contra o capital estrangeiro era precisamente esse. E os acordos bilaterais, de fato, não podem prever restrições específicas à transferência de rendas e investimentos que sejam maiores do que as que já estão previstas na legislação nacional sobre o capital estrangeiro. Não é através de acordos internacionais que vamos modificar a lei nacional nesse ponto. Nenhum Investimento, evidentemente, pode ser feito à revelia da legislação nacional existente, que estipula, segundo cada caso, as condições nas quais se processam a entrada, a aplicação e a saída desses investimentos, inclusive no que se refere às restrições em vigor para o tratamento nacional, isto é, determinados setores, como sabemos, são fechados ou são limitados de acesso ao capital estrangeiro. Portanto, os acordos que estão sob a consideração do Congresso Nacional são acordos que simplesmente estabelecem para os signatários aquilo que já está consagrado na legislação nacional.

Uma terceira questão que é frenqüentemente levantada para questionar o interesse nacional que haveria em adotar coisas desse tipo refere-se ao princípio da reciprocidade, previsto nesses acordos. Todos sabem - e já se têm dados a esse respeito - que o Brasil é um grande receptor de investimentos direto do estrangeiro, provenientes de economias mais industrializadas. O que nem todos sabem é que há um crescente fluxo de investimentos brasileiros para o exterior, em direção a países vizinhos ou mesmo da Europa ou da América do Norte. O tamanho absoluto das economias, na realidade, não é um elemento relevante, mas o são a capacidade de exportar, a tecnologia, capitais, marcas, *design* ou até mesmo música, mão-de-obra ou novelas que o Brasil é capaz de fazer não só em relação ao Mercosul, mas em relação a horizontes cada vez mais diversos. Por isso, o Brasil não poderia aceitar um acordo internacional que significasse uma quebra desse princípio da reciprocidade, não poderia aceitar que a desigualdade inerente às relações internacionais justifique acordos que fossem desfavoráveis ao Brasil, que fossem leoninos, que fossem tender à assimetria, penalizando economias menores. A cláusula da reciprocidade significa que qualquer tipo de investimento brasileiro realizado no país-parte - Portugal, por exemplo, é um caso. Já há, há mais de dez anos, numerosos investimentos brasileiros em Portugal, que será igualmente protegido, e de maneira tão ampla, quanto o contemplado na legislação local pelo investidor nacional.

A quarta questão feita trata da escolha do foro para dirimir as controvérsias, porventura, existentes. Os acordos prevêem possibilidade de recorrer à justiça brasileira tanto quanto à arbitragem internacional, conforme praxe já consagrada na maioria desses acordos. Eventual escolha de recurso arbitral não implicará - e isso é muito importante - em renúncia de jurisdição nacional, que terá sempre a última palavra na aplicação dos laudos provenientes do exterior. Isso, aliás, é matéria de nossa Constituição e que não pode, evidentemente, ser revogada por um acordo internacional.

As partes em litígio - caso surjam - podem pedir, por questão de facilidade, rapidez e no interesse de seus negócios, que a controvérsia seja apresentada a um foro acordado pelas duas partes, o que não será uma decisão unilateral. Nesse caso, o laudo dessa instância arbitral, acordada pelas partes, será

exeqüível no Brasil, depois de homologado no Supremo Tribunal Federal. Esta é a chamada Lei Marco Maciel, sob nº 9307/97, em que se estabelece a equiparação das sentenças arbitrais aos laudos judiciais tradicionais.

Imagine-se, por exemplo, que um investidor brasileiro tenha uma pendência qualquer no exterior relativa a um investimento dele próprio no País. O que será mais conveniente para o investidor brasileiro? Conduzir a defesa de seus interesses através da justiça local (estrangeira), ou ter a faculdade de escolher um foro arbitral neutro e independente. Note-se que o foro arbitral internacional pode perfeitamente ser instalado no próprio Brasil. Não há nenhuma obrigação que seja um foro estrangeiro no exterior. Assim, ele poderá ser um escritório de advocacia em São Paulo, poderá ser uma câmara de comércio; ou seja, aquilo que as partes acordarem.

Outra questão muito importante, que também tem sido questionada, diz respeito às indenizações em caso de desapropriação. Alega-se que haveria confronto entre o texto dos acordos sob consideração do Congresso e a Constituição, no caso de pagamento por desapropriação de imóveis rurais para a reforma agrária e que somente são feitos com Títulos da Dívida Agrária. Como regra absoluta nesses acordos, os investimentos são admitidos conforme a legislação do país receptor. Isso é muito importante, pois não estamos criando uma instância internacional que se sobreponha à instância jurídica brasileira. E isso implica no atendimento da norma constitucional no procedimento de desapropriação e de indenização de imóveis rurais. Em nenhuma hipótese, os acordos internacionais se sobrepõem à Constituição Federal, tampouco derrogam dispositivos específicos das leis brasileiras.

Os ritos da reforma agrária são determinados e aplicados pelo Judiciário - não pelo Executivo - e descarta qualquer tipo de tratamento diferencial; no caso, supostamente mais favorável ao investidor estrangeiro, o que, evidentemente, nunca será o caso. Por outro lado, a aquisição de imóvel rural por estrangeiro está sujeita, como se sabe, à prévia autorização das autoridades competentes, existindo limites legais para esses casos.

Sr. Presidente, ao concluir, tenho a dizer que os acordos sobre investimentos destinam-se, fundamentalmente, a atrair capitais estrangeiros para o Brasil. E estes, observando-se o aspecto monetário, naturalmente implicarão em transferência de tecnologia, de **know-how** e criação de emprego. Inversamente, esses acordos vão garantir, para o investidor brasileiro no exterior, o mesmo grau de proteção que estamos dispostos a conceder. Ou seja, há um equilíbrio entre o que vamos dar e o que esperamos receber. Evidentemente, eles não têm, certamente, o dom de estabelecer uma simetria absoluta nas relações econômicas internacionais, até porque as legislações nacionais mantêm-se diferentes, no seu alcance protetor, em abertura ao capital estrangeiro. O que eles fazem é estimular o comércio, estimular a transferência de tecnologia e a criação de empregos. Os investimentos diretos constituem hoje uma das facetas mais dinâmicas da economia internacional e há uma verdadeira batalha externa pela atração desses investimentos, na qual, felizmente, o Brasil está particularmente bem sucedido até agora, haja vista os números que eu apresentei. Frise-se que o Brasil, entre os países em desenvolvimento, é o segundo maior receptor em capital estrangeiro, e tudo isso implica em modernização, expansão das perspectivas de emprego e geração de riquezas em nosso País.

Ainda sobre esses acordos, devo esclarecer que o Itamaraty age de **moto proprio**, isoladamente, pois os diplomatas são os negociadores mais diretamente envolvidos e estão, digamos, na linha de frente dos acordos internacionais. É claro que o Ministério das Relações Exteriores é o órgão da Administração Federal encarregado de submeter ao Congresso Nacional o encaminhamento desses acordos. É preciso ficar claro que o M.R.E não age sozinho nessas questões. A decisão de negociá-los não é propriamente sua e singular - e nem poderia ser -, mas o resultado de uma ação coordenada entre vários órgãos do Executivo, entre os quais avultam o Ministério da Fazenda, o Banco Central e o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.

Sr. Presidente, essas são as considerações sobre esse tema; contudo, V. Exª decidirá se devo passar para a questão do Acordo Multinacional de Investimentos ou se deseja que o assunto entre em debate.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Vossa Excelência poderá prosseguir em seus esclarecimentos.

O SR. MINISTRO (Luiz Felipe Lampréia) - Com relação ao acordo Multinacional de Investimentos, há uma série de considerações a serem feitas e que vêm - acredito - retificar algumas percepções e informações que surgem sobre essa questão. Encontra-se em negociação, na OCDE, um acordo multilateral sobre investimentos: o MAI. Este, por sua vez, é um exercício inédito no foro multilateral. O Brasil foi convidado, como expressivo receptor de investimentos internacionais. Desta forma, aceitou participar desse exercício negociador na qualidade de observador. Ainda não há decisão sobre participar das negociações como membro pleno. E não se concebe, evidentemente, que o Brasil, como o segundo maior país em captação de investimentos internacionais, não se interesse em acompanhar a evolução dessas negociações. Estas, de forma alguma, são conduzidas secretamente e sub-repticiamente, como se veiculou na imprensa (vi um artigo a esse respeito), tampouco na base de pegar ou largar. Isso não tem nenhum sentido. O governo brasileiro, evidentemente, jamais participaria de uma negociação desse tipo em que, secretamente, fosse obrigado a pegar ou largar um acordo que fosse escrito pelos Estados Unidos ou por quem quer que seja, tampouco existe essa proposta norte-americana, pois tendem muitos a imaginar que há uma pressão superior ou que exista uma idéia de que o que esse país sugerisse teria de ser aceita por todos. O acordo, na verdade, vem sendo negociado pelos 29 países-membros da OCDE e 5 observadores sem resultar de nenhuma proposta nacional feita pelos Estados Unidos. Não é verdade, também, que a França tenha rejeitado o acordo, como foi noticiado. O que há, no momento, é uma posição dos franceses a favor de sua política de subsídios a sua produção cultural - basicamente cinema e audiovisual - que não desejam seja atingida pelo Acordo Multinacional de Investimento, porque consideram que a língua francesa precisa ser protegida através de subsídios e não pode ser simplesmente derrotada pela competição do mercado que levaria a um predomínio dos produtos de origens americana e britânica.

Essa, de certo, não é a única área de desacordo. Há uma série de pontos importantes em discussão. A existência de numerosas áreas de discordância levou a um impasse que fez com que houvesse um abandono da tentativa de fechar esse acordo em Paris e, portanto, fosse protelada a consideração da questão.

Há alguns pontos também de certa má compreensão em relação a esse acordo, que são basicamente os seguintes: o primeiro que se alega quer direitos absolutos dos investidores estrangeiros. Ou seja, esse acordo, que é multilateral, levaria à criação de uma espécie de predomínio do investidor estrangeiro em todas as decisões. Não é verdade que os investidores estrangeiros terão direitos no futuro e, portanto, ainda no hipotético acordo multilateral de investimentos, investir em qualquer setor, em qualquer área, em qualquer atividade, sem nenhuma restrição e com o direito de contestar qualquer política ou ação governamental. Pois isso, evidentemente, significaria fazer tábua rasa dos governos nacionais, significaria destruir completamente a autonomia e a soberania dos governos nacionais.

Isso não está em causa, simplesmente não é colocado, na realidade. O que o acordo visa é dar um tratamento justo e eqüitativo ao capital estrangeiro, atribuindo-lhe as vantagens do tratamento nacional, ou seja, equiparando ao investidor nacional e diminuindo o grau de discriminação que exerce contra o investimento estrangeiro em relação ao mesmo tratamento do capital nacional.

No que refere ao Brasil, não há, depois da aprovação da Emenda Constitucional nº 6, discriminação explícita contra empresa brasileira de capital estrangeiro, salvo nos casos previstos na Constituição Federal e em legislação setorial pertinente, ou seja, comunicações, serviços financeiros, saúde e uma série de outros casos previstos em legislação ordinária. Não existem, portanto, direitos absolutos dos investidores estrangeiros. Mas tão-somente a sua equiparação, sempre que possível e dentro das condições da lei, com o investidor nacional. O que se visa, assim, foi conceder uma igualdade de tratamento, não um tratamento mais privilegiado ou um tratamento acima, em desrespeito à lei nacional, para o capital estrangeiro. Ao investidor estrangeiro serão aplicadas as mesmas restrições e condicionamentos eventualmente existentes em relação ao capital e aos investimentos de residentes nacionais.

Uma outra questão que também tem sido apresentada é a da prevalência de critérios dos investidores estrangeiros sobre os governos nacionais ou os investidores nacionais. As propostas de negociação em Paris, na ACDE, não abrem espaço para que investidores estrangeiros possam exercitar, segundo suas próprias interpretações, o direito presumido a interpretação por perdas, ou exigir a revogação de medidas consideradas discriminatórias no que diz respeito à base legal nacional do país aplicador. Tal direito não se encontra assegurado em nenhum dispositivo do acordo multilateral de investimentos nem seria a intenção do Governo brasileiro, se porventura isso viesse a ser introduzido, concordar com esse tipo de regra que, evidentemente, é absurda e criaria uma distorção inaceitável a favor do investidor estrangeiro, que teria garantido direitos abusivos, o que não é objetivo do Governo brasileiro aceitar nem é função de qualquer acordo internacional.

O acordo multilateral de investimentos visa, sobretudo, tentar equalizar oportunidades abertas ao investidor estrangeiro, colocando, sempre que possível, um patamar de igualdade no que se refere às condições de exercício da sua atividade econômica.

Outro ponto também levantado freqüentemente com relação ao MAI, é a questão da abdicação do poder do Estado. Assim como outros instrumentos regulatórios internacionais – a própria OMC é um caso –, um acordo multilateral de investimentos evidentemente implicará a diminuição da capacidade dos estados nacionais de regularem por via nacional aspectos relativos à interação econômica internacional desses estados entre si ou as realizadas por agentes privados. A própria Rodada Uruguai, através de suas normas, e que resultou na OMC, foi incorporada ao ordenamento jurídico nacional e, portanto, constitui regras que implicam diminuição da autonomia dos estados nacionais de regularem, por via de legislação nacional, temas internacionais. Um dos aspectos inovadores do MAI é o fato de atribuir a investidores privados a capacidade de atuarem em defesa de seus direitos, em eventual processo de litígio sobre normas ou ação de um Estado. Esse princípio já consta dos acordos bilaterais de investimentos e é regulado por uma convenção do centro internacional para solução de controvérsias em matéria de investimentos, do qual o Brasil não faz parte. No caso específico do Brasil, o que existe é uma norma constitucional que obriga qualquer laudo estrangeiro a passar pela homologação do Supremo Tribunal Federal, como já tive oportunidade de dizer. Não há possibilidade de os juízes do Supremo Tribunal Federal desrespeitarem a soberania do Estado ou a legislação em vigor em favor de reivindicações estrangeiras não fundamentadas no direito e em obrigações não constituídas pelo Brasil.

Em conclusão, Sr. Presidente, um dos critérios pelos quais se deve apreciar um acordo como MAI é sua eventual contribuição para o desenvolvimento do Brasil. A pergunta que se poderia fazer é a seguinte: o acordo multilateral de investimentos aumenta ou diminui as expectativas de ganhos e de bem-estar para os trabalhadores, para os empresários, para a sociedade brasileira como um todo? Essa pergunta está associada a uma outra, a saber: quais seriam seus efeitos em termos de disseminação de oportunidades de investimentos produtivos no Brasil? Parece claro para a maioria dos observadores que o principal impacto do MAI seria o aumento do volume de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, ou seja, uma elevação do estoque de investimentos com todas as suas conseqüências, que são - e já tivemos oportunidade de abordar aqui - a geração de empregos, a modernização tecnológica do parque industrial, a modernização dos serviços prestados à sociedade brasileira e o aumento da concorrência. Todos esses, evidentemente, têm efeitos potencialmente benéficos para a economia e a sociedade brasileiras. É, no entanto, muito importante ressaltar que o acordo não está aprovado, não está finalizado, que ainda está sendo negociado e, na verdade, persistem uma série de pontos importantes em aberto. A eventual decisão de assiná-lo ou não, uma vez concluídas as negociações, dependerá de uma avaliação que o Congresso Nacional fará, assim como o Executivo - cada um exercendo seu papel constitucional -, sobre os ganhos, benefícios e obrigações que deles decorreram para o Brasil.

Eram esses os aspectos sobre investimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O Sr. Ministro propôs dividir em dois tempos a sua exposição. Então, a primeira parte foi sobre Os Acordos para Promoção e Proteção Recíproca e sobre O Acordo Multilateral de investimentos.

Coloco à disposição dos Srs. Senadores os microfones para que, se assim o quiserem, interpelem o Sr. Ministro.

O Senador Eduardo Suplicy está inscrito. Pergunto a V. Exª se quer questionar agora ou depois da exposição da Alca?. Se V. Exª preferir indagar agora facilitará muito.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Gostaria de fazer algumas observações sobre o que o Ministro Luiz Felipe Lampréia comentou relativamente à China. A República Popular da China assinou um número alto de ABIs. Na condição de país socialista esta tem um outro tipo de experiência com respeito aos investimentos externos. Por ser um país socialista é considerada um risco político para os investidores internacionais e possui uma natureza muito diferente da do Brasil. A tese que o Itamaraty está esboçando, e o Ministro Luiz Felipe Lampréia está aqui comentando, é a de que a ABIs não colidiriam com a legislação nacional. Mas será que isso é verdade? Temos uma comparação de diversos itens em que nem sempre isso ocorre. Mesmo admitindo que fosse verdade, ou seja, que as ABIs não mudam o regime jurídico dos investimentos, qual a vantagem para o investidor estrangeiro que resultará da assinatura de tais acordos? Considerando que os acordos bilaterais e de proteção recíprocas de investimentos, já assinados pelo Governo brasileiro, com mais 11 países, entre os quais o Reino Unido, a França, a Suíça, a Alemanha, Portugal e Finlândia, prevêem a livre transferência de capital em suas diversas formas sem quaisquer restrições, como o Brasil poderia proteger sua hegemonia no caso de um ataque especulativo à sua moeda?

No caso do México, por exemplo, como também na recente crise asiática, a fuga de capitais externos de natureza financeira representou um fator muito significativo. Em muitos países, inclusive no nosso, há uma legislação específica para lidar com tais emergências, como a Lei 4.230, de 1964. Será que essa

legislação se tornará inútil em função de tais acordos? Como ficaria a regulamentação do art. 172 da Constituição Federal?

Tal artigo reza que a lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros. Será que a livre transferência de lucros e de outras formas de capital, previstas em tais acordos, pode ser considerada uma regulamentação adequada daquele dispositivo constitucional? Considerando que os ABIs definem investimentos de forma extremamente abrangente - V. Exª mencionou a questão de incluir o capital volátil sob a justificativa de que a legislação brasileira não os distingue - e que esses acordos determinam uma proteção indiscriminada de suas diversas formas, como o Brasil poderá elaborar políticas que dêem maior atenção ao investimento direto e em detrimento do capital especulativo? Considerando que tais acordos determinam que investimentos externos devem receber tratamento idêntico ao do capital nacional, como é que o Brasil poderá elaborar políticas para incentivar a empresa nacional, especialmente a pequena e média empresas, em áreas que poderiam ser consideradas estratégicas? Tais acordos não poderiam justamente representar um empecilho para a implantação de uma política industrial séria?

As ABIs prevêem que o investidor estrangeiro tem a faculdade de acionar juridicamente o Estado brasileiro nos tribunais internacionais, sem passar antes pelas instâncias jurídicas locais - o que é negado ao investidor nacional. V. Exª, Ministro Lampréia, concorda com essa discriminação no que diz respeito ao investidor nacional? Tem V. Exª consciência de que tal dispositivo contraria o princípio jurídico do esgotamento dos recursos internos, mediante o qual um país tem o direito de resolver qualquer controvérsia legal no seu âmbito interno antes de permitir a outra parte o recurso a arbitragem internacional? Não considera V. Exª que tal cláusula limita significativamente a soberania nacional no que tange ao regime dos investimentos? Concorda V. Exª com a implícita condenação do Judiciário brasileiro contida em tal cláusula?

Saliento que apenas a desconfiança em relação aos tribunais nacionais poderia justificar a inclusão desse dispositivo nos ABIs. Considerando que o Brasil não é um País hostil ao capital estrangeiro, que temos leis adequadas para regulamentar as atividades econômicas, que estamos recebendo um fluxo considerável de investimentos externos e que há muito tempo - quase quarenta anos - não se verifica qualquer caso de desapropriação de investimentos externos, qual a necessidade de o Brasil assinar tais acordos?

Sr. Ministro, V. Exª aqui nos revela - e pelo que sei é a primeira vez que o Congresso Nacional recebe a informação, oficial, de que o Brasil está participando, na qualidade de observador, das negociações sobre os acordos multilaterais de investimento no âmbito da OCDE. Isso começou a ocorrer sem que tivéssemos conhecimento de algo importante. Refiro-me aos acordos que prevêem que a perda de uma oportunidade de obtenção de lucro seria suficiente para justificar o direito à indenização do investidor.

No capítulo "Direitos dos Investidores", assegura-se o direito absoluto de investir, de adquirir terras, recursos naturais, serviços de telecomunicações ou outros e divisas em condições de desregulamentação progressiva, prevista sem nenhuma restrição. Uma vez adotada tal regra, textos que fixam os limites legais para o desenvolvimento de indústrias extrativas, de mineração ou florestais poderiam denunciados por seus efeitos discriminatórios. O mesmo ocorreria com relação às políticas comumente praticadas de ajuda às pequenas e médias empresas em regiões menos desenvolvidas ou ainda programas de redistribuição de terras, reforma agrária, praticados em países como o Brasil.

O Estado signatário estaria, pela letra do tratado, obrigado a fornecer inventário público de todas as suas leis, regulamentações, procedimentos, regras administrativas e decisões da Justiça que, de uma maneira ou de outra, poderiam representar obstáculo à aplicação do tratado. O acordo dá aos investidores privados os mesmos direitos, o mesmo **status** dos governos nacionais para fazer aplicar as suas cláusulas e, em particular, dá-lhes o poder de acionar os governos junto aos tribunais de sua escolha.

Os Estados, abrindo mão de submeterem os litígios à arbitragem internacional, o que indicaria a extinção mesma da soberania. Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - É que não sei se a extensão do questionário poderá facilitar ao Ministro absorver todas as perguntas.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Com certeza, pois S. Exª está muito a par, conforme demonstrou. O MAI pretende conferir liberdade tamanha às multinacionais, que o próprio **The Guardian** mencionou que elas estariam isentas de qualquer legislação sobre o salário mínimo e que, ainda mais, proíbe a qualquer estado expropriar ou nacionalizar direta ou indiretamente; sendo que, uma vez assinado um tratado por um Estado, a sua validade nunca é inferior a vinte anos.

Tal tratado, Sr. Ministro, poderia constituir como sendo o último e absoluto degrau de desregulamentação mundial, colocando por terra um benefício de décadas; talvez, mais do que isso, de regulamentações especiais cujas formas foram emprestadas da história de cada nação.

Como esse acordo nega a possibilidade a qualquer nação de recorrer, por via democrática, para modificar o seu próprio futuro, será que não estará ameaçando a entregar o planeta à desagregação, às guerras e à agressão, como o que já ocorreu na África, no Parlamento de Estados.

Não seria próprio, Ministro Luiz Felipe Lampréia, que o governo brasileiro, como observador e conhecedor do detalhamento de tais acordos, dissesse com franqueza que essas coisas poderão ocorrer e que, por isso, não se deveria considerar o acordo multilateral de investimentos? Sr. Presidente, meus outros questionamentos serão sobre a Alca.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Ministro Lampréia, V. Exª tem a palavra. Mas, pelo que entendi, ainda não foi nem mesmo assinado o acordo multilateral. Ainda há dúvida sobre a forma.

O SR. MINISTRO LUIZ FELIPE LAMPRÉIA - Sr. Presidente, sobre o MAI, confesso que fico em dificuldade de fazer um pronunciamento definitivo sobre um acordo que não está sequer negociado.

A visão do Senador Eduardo Suplicy é até assustadora, quase que apocalíptica. O quadro que S. Exª descreve é de terremoto, de guerras e de convulsões internacionais. Eu tenho dificuldades em entender como é que se chegaria a essa situação. De qualquer modo, tenho certeza que o Senador confia que o Itamarati, o Governo brasileiro não aceitaria colocar a sociedade brasileira dentro de um regime que fosse um regime leonino, no qual o território nacional viesse a ser transformado em uma espécie de pasto livre para o capital internacional fazer o que quiser, da forma mais predatória, de maneira mais agressiva, atingindo a nossa soberania, que é irrenunciável.

Quando, por exemplo, o Senador diz que há uma desconfiança, nos acordos internacionais, em relação ao noticiário nacional e há, na verdade, um questionamento da capacidade de o Estado ter a sabedoria e a capacidade de discutir bem as controvérsias. Creio que só posso acreditar que o Senador está usando uma figura de retórica. É claro que o Governo brasileiro não aceitaria assinar acordos internacionais que fossem em desmero dos tribunais nacionais.

Tive oportunidade de explicar em minha exposição qual é o papel do Supremo Tribunal Federal em relação aos laudos arbitrais internacionais, que podem inclusive favorecer a empresa brasileira, mas, de qualquer modo, tem que ser homologado pelo Supremo Tribunal Federal. De maneira que a última palavra continua a ser a do Judiciário brasileiro, em sua instância mais elevada, que é o STF.

Acredito, Sr. Senador, que uma parte das colocações que V. Exª fez foram objeto de minha exposição. Como há realmente um detalhe importante, permito-me sugerir que V. Exª me faça chegar o seu questionário e, por escrito, dar-lhe-ei uma resposta precisa sobre esses pontos, isto sem o prejuízo de fazer comentários gerais, mas o que não quer é omitir qualquer coisa e dar a impressão que quero evitar qualquer tipo de colocação que V. Exª faça.

Gostaria, todavia, de fazer alguns comentários gerais - além dos que fiz - e que são os seguintes: a resposta de como o Brasil poderia proteger suas economias dos ataques especulativos, por exemplo, é relativamente fácil posto que encontra uma recente experiência em que o Brasil saiu airosamente de um ataque especulativo, conduzido não apenas pelo capital estrangeiro, como sabe bem V. Exª, até freqüentemente liderado pelos investidores brasileiros que atentaram contra a nossa moeda, o Real. O Brasil respondeu através do uso de instrumentos de política monetária e cambial, que foram extraordinariamente bem-sucedidos e que levaram ao fato de que não sofremos a **debâcle** cambial que os asiáticos sofreram e que faz com que o nosso País esteja hoje com referências abalizadas pelo Gerente do Fundo Monetário Internacional como um país que soube resistir ao ataque especulativo e proteger sua economia por meio dessas manobras de capital.

Portanto, digo que já temos e continuaremos a ter os instrumentos cambiais, monetários e de política econômica para salvaguardar os interesses nacionais nessas questões.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Permita-me apenas um breve comentário, Ministro Luiz Felipe Lampréia. Como V. Exª mencionou que o Brasil saiu airosamente - com os instrumentos adotados da crise asiática... Talvez, assim o considere FMI. No entanto, me preocupa que um Ministro do Governo diga isso, porque a evolução de nossa economia, desde outubro, levou-nos à prática de juros dos mais altos do mundo e a taxa de desemprego dos últimos catorze anos: 17% na grande São Paulo e 7,5%, pelo IBGE.

Estou preocupado porque vejo o Ministro do Trabalho afirmando que não há crise de emprego e, agora, V. Exª considera como uma saída airosa. Entendo que aqueles que não estão conseguindo emprego vão estranhar essa adjetivação. Por isso, faço esta observação.

O SR. LUIZ FELIPE LAMPRÉIA - Senador Eduardo Suplicy, um ataque especulativo como esse que ocorreu no mundo inteiro não é evidentemente uma situação da qual os países mais vulneráveis, como é o caso dos países em desenvolvimento, em processo de consolidação de suas economias, possam sair ilesos.

Disse que airosamente, mas não ilesos. Evidentemente que a elevação das taxas de juros aos níveis que fomos obrigados a praticar não é algo que o Governo faça com prazer ou satisfação nem que seja isenta de conseqüências nocivas sobre a vida econômica nacional. Espero que V. Exª não tenha. Espero que V. Exª não tenha entendido que eu estava dizendo que juros de 40% ao ano como os que foram praticados são uma boa coisa. Evidentemente, não é o caso.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Muito menos suas conseqüências.

O SR. LUIZ FELIPE LAMPRÉIA - É evidente. Sem dúvida nenhuma, não há dúvida a esse respeito.

O problema é o contraste. Estive na Malásia no mês de novembro passado e, conversando com o Primeiro-Ministro da Malásia, ele me disse que a Malásia nunca elevará os juros porque a Malásia considera que elevar os juros é uma circunstância perversa que afetará negativamente o seu problema. O resultado é que cada vez que ele abria a boca para dizer coisas desse gênero, a moeda da Malásia caía mais. Um outro Ministro da Malásia me disse: Lampréia, nós regredimos 10 anos em um mês, perdemos produto bruto, perdemos emprego, perdemos oportunidades, perdemos capitais. Por quê? Porque eles não jogaram o jogo, o jogo é esse, infelizmente, não é uma coisa que se faça com prazer. A opção é dura, difícil, não é uma opção que haja uma saída agradável, uma saída penosa. Aí seria muito fácil. A opção foi - e continua sendo - a de praticar uma política monetária, uma política de juros, portanto, que fizesse com que fosse mais rápido o fluxo especulativo contra a moeda nacional. V. Exª, como economista, sabe perfeitamente que, se tivesse havido uma grande desvalorização do Real, as conseqüências seriam infinitamente mais nefastas para o trabalhador brasileiro, para o emprego, para a retomada da inflação e para o processo produtivo brasileiro. De maneira que não se trata de uma decisão fácil, mas acho que o resultado, comparativamente, tenho a certeza de que o Brasil já está começando a sair do momento mais difícil, já pôde abaixar os juros consideravelmente, estará brevemente superando essa fase, creio que o Brasil, no fim das contas, sai muito mais inteiro, embora, evidentemente, pagando um preço por isso, do que uma série de países asiáticos, como a Tailândia, a Indonésia e a Malásia que estão sendo vítimas de processos terríveis como todos os fatos que conhecemos.

Creio que os acordos bilaterais de proteção e investimentos não são empecilhos para a política industrial. Ao contrário, eles são um elemento de favorecimento de uma política industrial, na medida em que gerarão maior competitividade, maior entrada de capitais, maior tecnologia, maior opção de emprego. Não há nada que faça com que o Governo não possa utilizar critérios político e industrial. O que não pode utilizar, mas isso não é nem sequer por causa desses acordos, é porque o Brasil subscreveu outros acordos internacionais na própria OMC, não pode utilizá-lo por métodos tradicionais. Quer dizer, os métodos que foram utilizados no Brasil de tarifa extremamente alta, de subsídios., de incentivos fiscais como os que foram praticados na década de 70 e na década de 80, todos eles foram modificados e foram limitados e têm a ver com o fato de que os Estados nacionais não têm mais a capacidade financeira de bancar, através de incentivos, através de subsídios, renúncias fiscais, políticas industriais como as que foram praticadas durante os anos 70 e 80. Sem discutir os resultados dessa época, pessoalmente, acho que a gestão da economia brasileira, sobretudo nos anos 70, deu-nos um tecido robusto, empresarial e deu-nos a capacidade produtiva que, sem dúvida, fez com que pudéssemos agüentar melhor o tranco da década de 80 e a crise da dívida. São instrumentos que vão se modernizando. Hoje, a política industrial tem que ser feita com outros elementos que não a tarifa alta, que não a injeção de recursos diretos. Não há nada nesses acordos bilaterais que distorça sensivelmente essa questão. Por isso, Senador - vou responder em detalhes, por escrito, as perguntas que V. Exª tiver - creio que há necessidade, sim, de o Brasil assinar esses acordos. Na verdade, esses acordo, são, hoje, uma espécie de padrão de avaliação de um investimento. Hoje, quando o investidor estrangeiro, por exemplo, opta entre fazer sua fábrica no País a, b ou c e trazer o seu dinheiro, a sua tecnologia, o seu **Know How,** ele segue uma lista de checagem. Nessa lista, ele quer saber se o País tem um Judiciário, se tem um regime democrático, se tem condições econômicas, como é que são as relações trabalhistas nesse

País, como é que é o tratamento do capital estrangeiro. Evidentemente, ninguém vai colocar o seu capital num Estado havendo uma competição internacional muito forte, ninguém vai colocar o seu capital num país que discrimina contra esse capital. É claro que não se trata de discriminar a favor, o Brasil não é um porta-aviões de investimento estrangeiro, o Brasil não é uma zona de livre comércio, o Brasil não pratica políticas predatórias como outros países. Não vou citar nomes de países, mas vou apenas fazer essa mencão geral.

Há países que dão ao capital estrangeiro tanta vantagem, o capital estrangeiro se torna um verdadeiro soberano, um rei. Não é isso, o Brasil não trabalha com esses critérios nem esses acordos de proteção de investimento vão gerar essa conseqüência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos, como segundo inscrito.

O SR. LAURO CAMPOS - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Ministro Lampréia, gostaria de dividir também o meu questionamento em duas partes. Primeiro, vou fazer umas considerações a respeito de assertivas gerais que V. Exª aqui referiu. Uma delas, é de que realmente, nos anos 60, havia, no Brasil, uma ideologia contrária aos investimentos estrangeiros. Gostaria de lembrar a V. Exª o que não é preciso. Desde o acordo entre o Brasil e os Estados Unidos em 1829, os Estados Unidos obtiveram, mesmo em relação a Países como a Inglaterra, vantagens comparativas enormes. Essas vantagens comparativas dos Estados Unidos como Brasil não é questão de ideologia. Ainda que fosse, o pensamento humano é sensacional. A nossa cabeça se forma de acordo com a nossa inserção na sociedade, com as informações que obtemos, de acordo com essa nossa construção psicológica e intelectual.

De modo que não é possível pensar-se que um trabalhador sem-terra vai pensar da mesma maneira, ter uma visão do mundo, ter uma concepção da vida igual a de um banqueiro situado e protegido. Não é possível pensar isso. Pode-se acabar com a Constituição, mas não se pode acabar com aquilo que centenas de pensadores, correntes inteiras, passaram sua vida lutando e pelejando. Não se pode acabar com Max Weber, não se pode acabar com Max Seller, não se pode acabar com CarlMan Heine, na "Ideologia e Utopia", não se pode acabar com Marx, dizendo que a ideologia acabou. Se a ideologia, acabou é muito perigoso, porque alguma classe social foi massacrada e não pode mais pensar.

É muito perigosa essa assertiva. Além de perigosa, ela é muito suspeita. A História não acabou e não pode acabar porque para a História acabar é preciso fazer isso: os 20% vão sobreviver e o resto é demais no mundo, como já se disse em São Francisco.

De modo que, então, a ideologia não acabou e se a ideologia estivesse acabado, o que, por exemplo, o Professor Fernando Henrique Cardoso afirmou em um dos seus 18 livros? O Presidente afirmou que no Brasil vai se formando um outro Estado nacional, o capital estrangeiro, as suas relações com os comerciantes, as suas relações com os políticos e com os banqueiros vão constituindo no Brasil um outro Estado nacional dentro do Brasil.

Então, esse posicionamento é frontalmente oposto a tudo o que V. Exª anunciou e aos seus supedâneos intelectuais.

Portanto, parece-me que o Estado Nacional brasileiro foi penetrado por essas forças - e obviamente o foi. Aqueles que pensam que nos anos 60 havia aqui um complô ideológico de esquerda contra o capital estrangeiro estão dizendo que a ideologia não vale nada, a esquerda não vale nada, como repetiu, aliás, o Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso. Por quê? Porque o capital estrangeiro foi altamente beneficiado com terrenos doados, taxas de câmbio favorecidas, garantia de retorno de dólar - durante uma inflação tremenda - com a mesma taxa de câmbio da entrada.

Dizia aos meus alunos nos anos 60 que: se querem ter garantia de lucro entrem para o espiritismo, acreditem na reencarnação, suicidem-se e voltem para cá como empresários estrangeiros. Então estarão com o seu sucesso garantido. Essa é a receita.

Em 1957, os Estados Unidos produziram oito milhões de automóveis, retornando de 700 mil que produziram em 1943. O que aconteceu? Brasil, Argentina, México e Coréia do Sul abriram as suas portas, criaram taxas de câmbio favorecidas, doaram tudo e reduziram salários - só entre 1964 e 1967, houve 20% de redução do salário mínimo - para atrair o capital estrangeiro. Essa história já é antiga; não é de agora. Acontece que, ao atrair o capital - "Quanto mais capital, melhor". "Investir e investir", "Isso é Moisés e os profetas", dizia Marx - criou-se um tripé composto por: capital nacional, estatal, capital estrangeiro e capital privado nacional. Capital estrangeiro é um dos pés do tripé. Contra isso não houve nenhuma reação ou xenofobia. Isso já é também uma visão ideológica do processo que se verificou.

Agora estamos vendo aqui novas condições. Temos que mudar a nossa Constituição para tornar o País competitivo; temos que reduzir o Custo Brasil. Na Alemanha, por exemplo, houve recentemente o que se chama a crise do imperialismo senil. Um economista chegou a uma conclusão - e publicou artigo em jornal -, dizendo que, se a Alemanha tivesse reduzido o seu Custo Alemanha e eliminado os salários e as garantias dos trabalhadores para concorrer com Bangladesh e com a China, seria preciso também que reduzisse vinte e uma vezes o salário dos trabalhadores alemães.

Notem que estamos, realmente, diante de algo fantástico. O Senador Suplicy acabou de mostrar um quadro que V. Exª considerou caótico. Entre 1774 e 1974, em duzentos anos, houve 346 guerras no mundo. De acordo com Eric Hobsbawn, em seu último livro, sobre "A Era dos Conflitos do Século XX", registra 76 guerras internacionais de 1874 para cá. Boutros - Ghali disse, ao sair do seu cargo, que deixava 50 conflitos internacionais.

De modo que o Senador Suplicy não é o responsável por esse quadro de guerra. Alguém é; S. Exª, não. Não é S. Exª que está fazendo o caos, nem pensando em criar um quadro caótico para colocar as suas idéias defensivas.

Depois dessas colocações gerais, gostaria de fazer algumas outras considerações. Penso que nos encontramos diante da mais completa crise de sobreacumulação de capital. Concordo com Makoto Itoh e sua corrente japonesa; concordo com inúmeros pensadores e economistas que consideram que o principal problema do mundo é este: excesso de capital produtivo. Assim, os Estados Unidos, o principal país deste continente, têm que encontrar mercado para o seu excedente. Eles não podem continuar a importar o excedente do mundo, como vinham fazendo, com um déficit comercial próximo de US$170 bilhões aumentando violentamente. De acordo com o Embaixador Ricúpero, no próximo ano, o déficit comercial dos Estados Unidos já superará US$250 bilhões. Em mais um ano, talvez chegue a US$350 bilhões.

Diante disso, os Estados Unidos não podem mais continuar a absorver esse excedente mundial gerado por uma crise de sobreacumulação. Foi essa crise que trouxe para cá indústrias automobilísticas nos anos 50, tão numerosas, que três delas foram embora logo no início dos anos 60: a Hellman, a Austin e outra. Agora, o Governo brasileiro, irresponsavelmente, promete abrir 20 mil empregos nos Estados Unidos. O próprio Senhor Presidente da República disse que o Sivam, ao ser aprovado, criou 20 mil novos empregos nos Estados Unidos. Estamos empregando nos Estados Unidos e desempregando trabalhadores aqui. Que igualdade é essa? Que globalização é essa?

Quando a indústria automobilística atingiu 67 milhões de unidades de produção mundial - a capacidade instalada só consegue produzir 50 milhões -, o Brasil disse: "Venha capital! Venha investimento direto! Venha investimento especulativo! Todos são bem-vindos, desde que venham de lá". Para resolver problemas deles. Novamente, estamos implantando, em todo quintal de governador, uma indústria automobilística, como, por exemplo, a Kia, na Bahia, que já se encontra falida na Coréia do Sul. Não colocou ainda um tijolo, mas já teve inúmeros incentivos.

Fico com vergonha de falar a respeito do que aconteceu com a General Motors no Rio Grande do Sul. Há certas palavras que temos de evitar falar, e uma delas é GM no Rio Grande do Sul. Foi indecente o que lá aconteceu. Houve o compromisso de se criarem empregos, mas são verdadeiras indústrias importadoras de carros prontos.

Diante desse excesso, é óbvio que o capital, não podendo ser investido no seu último livro, sobre a era dos conflitos do século XX. A curva registra 76 guerras internacionais de 1874 para cá. Boutros Boutros - Ghali disse, ao sair do seu cargo, que deixava 50 conflitos internacionais.

De modo que o Senador Suplicy não é o responsável por esse quadro de guerra. Alguém o é; S. Exª, não. Não é S. Exª que está fazendo o caos, nem pensando em criar um quadro caótico para colocar as suas idéias defensivas.

Depois dessas considerações gerais, gostaria de fazer algumas outras. Penso que nos encontramos diante da mais completa crise de sobreacumulação de capital. Concordo com Makoto Itoh e sua corrente japonesa; concordo com inúmeros pensadores e economistas que consideram que o principal problema do mundo é este: excesso de capital produtivo. Assim, os Estados Unidos, o principal país deste continente, têm que encontrar mercado para o seu excedente. Eles não podem continuar a importar o excedente do mundo, como vinham fazendo, com um déficit comercial próximo de US$170 bilhões aumentando violentamente. De acordo com o Embaixador Ricúpero, no próximo ano, o déficit comercial dos Estados Unidos já superará US$250 bilhões. Em mais um ano, talvez chegue a US$350 bilhões.

Diante disso, os Estados Unidos não podem mais continuar a absorver esse excedente mundial gerado por uma sobreacumulação. Foi essa crise que trouxe para cá indústrias automobilísticas nos anos 50, tão numerosas, que três delas foram embora logo no início dos anos 60: a Hellman, a Austin e outra. Agora, o Governo brasileiro, irresponsavelmente, promete abrir 20 mil empregos nos Estados Unidos. O Senhor Presidente da República disse que o Sivam, ao ser aprovado, criou 20 mil empregos nos Estados Unidos. Estamos empregando nos Estados Unidos e desempregando trabalhadores aqui. Que igualdade é essa? Que globalização é essa?

Quando a indústria automobilística atingiu 67 milhões de unidades de produção mundial - a capacidade instalada só consegue produzir 50 milhões -, o Brasil disse: "Venha capital! Venha investimento direto! Venha investimento especulativo! Todos são bem-vindos, desde que venham de lá", para resolver problemas deles. Novamente, estamos implantando, em todo quintal de governador, uma indústria automobilística, como, por exemplo, a Kia, na Bahia, que já se encontra falida na Coréia do Sul e não colocou ainda um tijolo, mas já teve inúmeros incentivos.

Fico com vergonha de falar a respeito do que aconteceu com a General Motors, no Rio Grande do Sul. Há certas palavras que temos de evitar falar, e uma delas é GM no Rio Grande do Sul. Foi indecente o que lá aconteceu. Houve o compromisso de se criarem empregos, mas trata-se de verdadeiras indústrias importadoras de carros.

Diante desse excesso, é óbvio que o capital, não podendo ser investido, refuta as bolsa do mundo, vira esse capital "malandro", "fundo", "vampiro", que pousa nas bolsas e nas reservas internacionais, as quais alguns países consideram necessário manter elevadas.

Com muito maior virulência, está se dando, agora, um passo à frente naquele processo que se esgotou nos anos 60.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Senador Lauro Campos, peço que V. Exª conclua, pois há outros oradores inscritos, e já passa das 19h.

O SR. LAURO CAMPOS - Compreendo a advertência de V. Exª e encerrarei. Esse assunto é interminável, e o tempo e a paciência dos ouvintes se esgotam.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Estamos compartilhando da sua inteligência, cultura e elitismo, mas me preocupo muito com o tempo, pois o Ministro também tem suas limitações.

O SR. LAURO CAMPOS - Agradeço a gentileza de V. Exª.

Para terminar, gostaria de avisar que, uma vez, um Secretário de Estado norte-americano esteve aqui e foi questionado por algum brasileiro ingênuo sobre por que os Estados Unidos não trouxeram tecnologia para o Brasil. Tecnologia é mercadoria, não se dá. Eu poderia responder que tecnologia é uma arma de guerra. Colbert, no tempo de Luís XIV, dizia que dinheiro é uma arma de guerra, e com toda a razão. Obviamente, teremos muita força para reagir contra a guerra legalizada que estamos sofrendo.

Nos Estados Unidos, felizmente, os sindicatos já estão acordando e realizaram uma grande reunião. Os trabalhadores norte-americanos estão se insurgindo contra esse processo de formar um só mercado, do Alasca à Patagônia, ao qual o Brasil era contrário até pouco tempo, pelo menos aparentemente.

Agradeço a oportunidade que me foi dada e a paciência da Presidência em permitir que falasse até agora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O Senador Lauro Campos fez uma exposição, sem perguntas.

O SR. PEDRO SIMON - S. Exª deu uma aula que espero seja apreciada.

O SR. LAURO CAMPOS - Se pareceu uma aula, peço desculpas, pois não sou guru de ninguém. Aula eu dava na UnB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Senador Lauro Campos, questionei se V. Exª gostaria de obter alguma resposta do Sr. Ministro Lampréia, já que V. Exª apenas fez uma exposição, mostrando suas preocupações.

Concedo a palavra ao Senador Abdias Nascimento.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO - Sr. Presidente, farei algumas indagações somente após a referência que S. Exª fará sobre Cuba.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, como último inscrito para esta primeira fase da exposição.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente, digo ao Sr. Ministro que é uma satisfação tê-lo em nossa reunião.

Houve uma oportunidade em que tentei que V. Exª viesse ao Senado, mas seus compromissos e viagens não permitiram, lamentavelmente. Por isso, vejo com muita satisfação a sua presença aqui.

Defendo a tese de que esta Comissão é subutilizada. Penso que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado tem um trabalho importante, que não desempenha.

Nobre Chanceler, penso que esta Comissão tinha um trabalho importante pela frente para fazer em conjunto com o Itamaraty. Poderíamos auxiliar o Itamaraty, poderíamos colaborar muito. Lamentavelmente, por razões as mais diversas, isso não vem acontecendo. Pertenço a esta Comissão há muito tempo e não tenho conseguido que minhas teses sejam aceitas.

Nos Estados Unidos, a comissão mais importante do Senado americano é a que debate os problemas externos. Lá estão as grandes teses, os grandes Senadores, as grandes discussões. Na hora de o Presidente americano tomar alguma decisão com relação à política externa, lá vem a decisão do Senado, e é a Comissão de Assuntos Exteriores que toma a decisão. Digo a V. Exª, com toda a sinceridade, que, em termos de opinião pública, está mais nas manchetes o Senado e seus debates com relação à política externa do que o próprio Departamento de Estado, porque é normal que neste haja uma política mais silenciosa, enquanto no Congresso haja uma política principalmente de discussão. Nós, no Senado brasileiro, não temos nem política silenciosa, nem de discussão, nem de coisa alguma.

Sr. Chanceler, considero dolorosa a ação desta Comissão. Reunimo-nos aqui, ouvimos exposições e aulas de ilustres embaixadores quando vão para suas embaixadas, e ficamos apenas nisso. Sou um dos admiradores do Corpo diplomático brasileiro, que está no primeiro nível. Em termos de diplomacia, estamos no Primeiro Mundo. Tenho dito ao longo do tempo que, no regime militar – do qual eu divergia em praticamente quase tudo –, reconheço que o Itamaraty agiu com competência, quando se relacionou com a América Latina, com a África, quando se posicionou com relação aos países em desenvolvimento. Se há um setor no Brasil que não sentiu a presença e a ação do regime militar, mas ditou as suas normas, esse foi o Itamaraty. Devido a essa minha admiração, tentei marcar aqui uma exposição a ser feita por nossos embaixadores do Brasil na ONU, mas foi uma tentativa frustrada.

Sr. Chanceler, julgo ridículo e nego-me a participar da representação do Brasil na ONU, porque é apenas um turismo em que há aulas, mas não há nenhuma ação, nenhuma discussão. Deveríamos conhecer antes o que será debatido. Por isso, considero muito importante a presença de V. Exª nesta Comissão. Para nós, é realmente da maior relevância o debate de algumas questões, como, por exemplo, a questão da Alca. Perdoe-me V. Exª, mas eu diria que, em rigor, quase que a unanimidade do Senado tem uma posição contrária; não contrária no sentido de que não seja criada, mas no sentido de que ela fique...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Senador Pedro Simon, desculpe-me interrompê-lo, mas o tema sobre a Alca ficou para o segundo tempo da exposição do Sr. Ministro. Estamos agora debatendo os itens "a" e "c", por proposta que foi aceita. A discussão sobre a Alca depende da exposição do Sr. Ministro, e S. Exª ainda não expôs seu ponto de vista.

O SR. PEDRO SIMON - Facilito o trabalho do Sr. Ministro, já antecipando que sinto uma unanimidade no Senado no sentido de que temos que fortalecer o Mercosul, temos de ampliá-lo, ou seja, de certa forma – e agora falo por mim, Pedro Simon – fazer uma espécie do Senado tem um trabalho importante pela frente que não desempenha.

Nobre Chanceler, penso que esta Comissão tinha um trabalho importante pela frente para fazer em conjunto com o Itamaraty. Poderíamos auxiliar o Itamaraty, poderíamos colaborar muito. Lamentavelmente, por razões as mais diversas, isso não vem acontecendo. Pertenço a esta Comissão há muito tempo e não tenho conseguido que minhas teses sejam aceitas.

Nos Estados Unidos, a comissão mais importante do Senado americano é a que debate os problemas externos. Lá estão as grandes teses, os grandes Senadores, as grandes discussões. Na hora de o Presidente americano tomar alguma decisão com relação à política externa, analisa a posição do Senado, e é a Comissão de Assuntos Exteriores que toma a decisão. Digo a V. Exª com toda a sinceridade que, em termos de opinião pública, está mais nas manchetes o Senado e seus debates com relação à política externa do que o próprio Departamento de Estado, porque é normal que neste haja uma política mais silenciosa, enquanto no Congresso haja uma política principalmente de discussão. Nós, no Senado brasileiro, não temos nem política silenciosa, nem de discussão, nem de coisa alguma.

Sr. Chanceler, considero dolorosa a ação desta Comissão. Reunimo-nos aqui, ouvimos exposições e aulas de ilustres embaixadores quando vão para suas embaixadas, e ficamos apenas nisso. Sou um dos admiradores do corpo diplomático brasileiro, que está no primeiro nível. Em termos de diplomacia, estamos no primeiro mundo. Tenho dito ao longo do tempo que, no regime militar – do qual eu divergia em praticamente quase tudo –, reconheço que o Itamaraty agiu com competência, quando se relacionou com a América Latina, com a África, quando se posicionou com relação aos países em desenvolvimento. Se há um setor no Brasil que não sentiu a presença e a ação do regime militar, mas ditou as suas normas, esse foi o Itamaraty. Devido a essa minha admiração, tentei marcar aqui uma exposição a ser feita por nossos embaixadores do Brasil na ONU, mas foi uma tentativa frustrada.

Sr. Chanceler, julgo ridículo e nego-me a participar da representação do Brasil na ONU, porque é apenas um turismo em que há aulas, mas não há nenhuma ação, nenhuma discussão. Deveríamos conhecer antes o que será debatido. Por isso, considero muito importante a presença de V. Exª nesta Comissão. Para nós, é realmente da maior relevância o debate de algumas questões, como por exemplo a questão da ALCA. Perdoe-me V. Exª, mas eu diria que, em rigor, quase que a unanimidade do Senado tem uma posição contrária; não contrária no sentido de que não seja criada, mas no sentido de que ela fique...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Senador Pedro Simon, desculpe-me interrompê-lo, mas o tema sobre a ALCA ficou para o segundo tempo da exposição do Sr. Ministro. Estamos agora debatendo os itens "a" e "c", por proposta que foi aceita. A discussão sobre a ALCA depende da exposição do Sr. Ministro, e S. Exª ainda não expôs seu ponto de vista.

O SR. PEDRO SIMON - Facilito o trabalho do Sr. Ministro, já antecipando que sinto uma unanimidade no Senado no sentido de que temos de fortalecer o Mercosul, temos de ampliá-lo, ou seja, de certa forma – e agora falo por mim, Pedro Simon – fazer uma espécie de Mercado Latino-Americano, para depois pensar em conversar com os norte-americanos. Creio que seria uma loucura se de repente, não mais do que de repente, e conforme os prazos desejados pelos americanos, abríssemos as portas, abríssemos as comportas, e os americanos entrassem aqui como estão entrando os argentinos.

Com relação ao acordo multilateral, V. Exª há de concordar que o assunto é da maior importância. E V. Exª também há de concordar que este não é assunto sobre o qual deva haver assinatura que somente depois seja homologada pelo Senado Federal. É normal que os acordos sejam assim, mas esta questão é por demais delicada – e diz bem V. Exª que o Brasil está participando como observador, está discutindo, está debatendo, está analisando. Por ser delicada, o Senado tem a obrigação de conhecer o termo da proposta antes que seja assinada pelo Governo brasileiro.

Nobre Ministro, penso que realmente estamos vivendo uma época muito importante. E julgo muito difícil darmos definições sobre o momento que estamos vivendo. V. Exª, o Governo brasileiro e a nossa Diplomacia estão agindo com a competência necessária. Todos nós sabemos que, depois de 1964, houve como que um vazio em relação ao que vivemos naquela época: as reformas de base; a divisão do mundo entre comunismo e capitalismo; o muro de Berlim; as lutas radicais; Cuba exportando a revolução. Tudo isso desapareceu, mas sabemos também que, se de um lado estão os Tigres Asiáticos,

querendo tomar uma posição, do outro está o Mercado Comum Europeu, o exemplo mais impressionante deste final de século, na minha opinião, porque são velhas inimizades radicais, são velhos ódios que foram totalmente colocados de lado, porque era uma questão de sobrevivência, e eles estão tentando sobreviver.

No entanto, na verdade chegamos a um final de século como só existiu na época do Império romano. Temos um final de século com um país praticamente hegemônico, que são os Estados Unidos. É uma hegemonia! E até nos machuca verificar o que está acontecendo no Japão, no Leste Europeu e no Extremo Oriente. Nunca vi um presidente americano ter os aplausos que teve Bill Clinton no Congresso americano quando apresentou os números do país. E foi aplaudido até pelos próprios republicanos, porque os números são realmente de nos deixar boquiabertos. Nunca os Estados Unidos tiveram tanto progresso, tanto desenvolvimento, tanta riqueza. Nunca o americano viveu tão bem, pagou tão poucos impostos e esteve tão feliz como agora. Que bom para eles! Tudo é fruto da capacidade deles, da competência, do esforço que fizeram – claro que sim! No entanto, na verdade eles são únicos no mundo, porque o restante sofre o desemprego e outros problemas que conhecemos: é a Alemanha que luta para tentar a unificação de Berlim, que não era tão fácil como pensavam; o Primeiro-Ministro, que era Deus quando fez a unificação, hoje é meio diabo, e até já está tentando se aposentar, antes que seja afastado.

Então, nobre Chanceler, dentro desse contexto, digo: globalização? Sim. O mundo se abriu? Sim. Hoje, com a televisão, os satélites e tudo o mais, querer isolar um país do mundo é piada. No entanto, temos que ter a nossa política do Brasil para essa globalização. Imaginar que a globalização vai ser o país de todos os irmãos e que, ao natural, o neoliberalismo vai fazer com que todos cresçam, com que todos avancem, com que todos se desenvolvam, pensar que os Estados Unidos serão nossos irmãos e olharão para nós parece-me que não é verdadeiro. Temos que ter a nossa política, o nosso esquema para essa nova realidade, que não é mais de comunismo, não é mais de ataque, não é mais de guerra, não é mais de luta, nem de confronto; é de abertura, é de abrir os capitais, mas temos que ter a nossa política, definindo os nossos interesses.

No Rio Grande do Sul, Chanceler, na minha terra, Caxias, na minha região, indústrias de peças automobilísticas praticamente foram à falência, porque não conseguiram competir com a importação das peças estrangeiras. A importação de autopeças foi tão intensa e num preço tão vil que as nossas praticamente estão desaparecendo em muitos lugares. Há quatro meses, a União Européia não teve nenhum escrúpulo em tabelar a entrada de autopeças dos Estados Unidos e dos Tigres Asiáticos, porque estavam dificultando, complicando, estavam quebrando as indústrias de autopeças daquele Mercado. Como sabe V. Exª, qualquer desastre climático na Flórida não significa que o suco de laranja de São Paulo entre com muito maior facilidade, porque lá vem a sobretaxa. Há sobretaxa sobre os nossos calçados e tudo o mais.

Que crueldade se vê, meu nobre Chanceler: o Brasil sendo o maior importador de arroz do mundo, sabendo que esse arroz é subsidiado lá. Não se dá esse subsídio para o nosso produtor lá do Rio Grande do Sul, que está praticamente falido, porque não há preço para que se possa produzir. Agora há pouco quase liquidaram a nossa produção de leite, mas o Governo brasileiro agiu a contento. Tentando usar o Mercosul, o leite que sobrava na Europa foi praticamente doado à Argentina, via Buenos Aires, e, sem nenhuma presença do produtor argentino, esse leite estava entrando no Brasil como se fora produção da Argentina, sem pagar nenhum imposto, pela metade do preço do leite brasileiro.

Estou falando essas questões meio desarvoradamente – perdoem-me –, mas para salientar como temos que ter a nossa política para o momento que está aí. É diferente? É. Vão privatizar, vão questionar. O mundo é outro? É. Mas vamos ver como é que vamos agir nesse mundo.

Nobre Chanceler, acho engraçado o Brasil, de repente, aumentar a produção de álcool. Deve ser para estimular alguns grandes. Quando se trata de álcool, a votação dos projetos é rápida, porque os produtores têm força no Congresso Nacional. E isto ocorre no momento em que está caindo o preço do petróleo. O preço do petróleo nunca esteve tão baixo no mundo inteiro.

Qual é a política do Brasil com relação a essas questões?

Nobre Chanceler, penso que, com todo o respeito, nós temos muito tempo. O Brasil tem lado positivo? Tem.

Neste momento, em relação à questão que estamos analisando, acho que seria importante que o Itamaraty fizesse algo, até pelo carinho, respeito e admiração que eu sei que o Presidente tem por V. Exª, e pela passagem de Sua Excelência pelo Itamaraty, que fez bem a ele. Desta forma, ao assistir pela televisão a palestra de Sua Excelência no Sarah - V. Exª deve ter assistido - lembrei-me da posse dele no Ministério da Fazenda, ocasião em que ele afirmou que o político tem que dizer aos poucos, etc. Não sei se V. Exª esteve lá, mas, como ele havia sido Chanceler, todo o Itamaraty compareceu à cerimônia de posse no Ministério da Fazenda. Acho que aquela foi a primeira vez que um Chanceler deixou - talvez V. Exª seja o segundo - o Itamaraty para ser Ministro da Fazenda. Ele fez um belíssimo pronunciamento, o que, aliás, é da sua característica. Lá pelas tantas, ele disse o seguinte: "Aliás, eu estou vindo lá do Itamaraty. Quero dizer que conheço os problemas, conheço as dificuldades; eu as vi e senti. Conheço os técnicos." E colocou no céu o corpo diplomático do Itamaraty. "Foi o momento mais feliz, a gente mais capaz e competente." E continua: "Quero dizer que vi as dificuldades por que estão passando e ainda a urgência dos créditos necessários. Aliás, agora já não estou achando que sejam tão urgentes". Ele já estava falando como Ministro da Fazenda, considerando que já não eram tão urgentes. Mas sei do apreço que o Presidente tem por V. Exª.

Parece-me que seria importante que nós tivéssemos uma orientação, para não ficarmos à mercê dos organismos internacionais, do que eles querem ou não. Tenho um grande medo dos nossos irmãos argentinos, pois o Presidente Carlos Menem está muito preocupado em agradar os americanos.

V. Exª devia estar no Chile, naquela palestra. Causou-me estranheza o fato de o Presidente Fernando Henrique Cardoso bater desnecessariamente no Fidel Castro. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, quebrando o protocolo, fez um pronunciamento de vinte minutos, quando deveria falar por cinco minutos, apontando todas os erros do Fidel Castro.

No momento do pronunciamento do Presidente Carlos Menem - e todos nós sabemos que o Presidente Carlos Menem gosta de agradar os americanos -, e como o Presidente Fernando Henrique Cardoso dissera tantas coisas, ele disse então: "Entre o regime militar do General Pinochet e o de Cuba, eu fico com o daqui, porque aqui houve desenvolvimento, progresso. Lá, não aconteceu nada disso." Aí foram perguntar sobre o pronunciamento dele e ele disse: "O Fernando não deixou nada para mim. Eu tinha que dizer alguma coisa, tinha que ser mais duro do que ele."

Não me parece que essa seja a nossa linha de atuação. Penso que o grande desafio do Itamaraty hoje é traçar as linhas, as coordenadas desse pensamento. Assim como traçou uma orientação durante o regime militar, mesmo quando nós, da classe política, estávamos praticamente longe de tudo, quando havia incompetência, voto em branco e nulo, seqüestro de

embaixador. Naquela época o Itamaraty desenvolveu atividades; internacionalmente, o Brasil ganhou nota 10.

Agora, quando há abertura, debate, o Itamaraty podia fazer isso. Nós, que não temos a competência dos membros Itamaraty, nem dos gênios que lá estão, mas que temos a representatividade do voto popular, gostaríamos de ajudar nesse trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LÚDIO COELHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. LÚDIO COELHO - Sr. Presidente, eu pergunto a V. Exª se não seria bom limitar o tempo dos oradores para que nós possamos ouvir o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Nós estamos dando liberdade aos expositores, apelando para que a exposição seja resumida. Eu acredito que, neste debate, os Srs. Senadores estão com toda liberdade.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, eu respeito a questão de ordem, mas, S. Exª atrapalhou. Como eu sou o último Orador, se ela não tivesse sido levantada, o Embaixador já estaria respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - A nobre Senadora Emilia Fernandes pediu a palavra pela ordem.

A SRª EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, eu vou fazer três questões bem objetivas. Pediria, se possível, a palavra para fazer as minhas considerações. Serei objetiva, atendendo à solicitação do ilustre Senador.

O SR. LUIZ FELIPE LAMPRÉIA - Permita-me fazer um comentário, Sr. Presidente, a respeito das considerações do Senador Pedro Simon. Gostaria de agradecer ao nobre Senador as referências elogiosas que S. Exª faz ao Itamaraty e ao serviço público diplomático.

Quero dizer a S. Exª que a sua posição sobre a ALCA é idêntica à do Governo brasileiro, que tem grande satisfação em dizer que há uma verdadeira unanimidade nacional a esse respeito.

Em terceiro lugar, estou pronto - e o Itamaraty também - a comparecer à Comissão de Relações Exteriores. Penso que a idéia do nobre Senador de utilizar mais este foro para o debate e a formulação da nossa política externa é muito importante. Certamente questões da transcendência do acordo multilateral de investimento e todas as questões que envolvem o destino do País são objeto de preocupação e atuação permanentes do Itamaraty. De nossa parte, há uma completa disposição de vir aqui para debater qualquer aspecto dessa questão, respondendo a qualquer pergunta sobre ela. Com o maior prazer, atenderei aos requerimentos de qualquer integrante da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Com a palavra a nobre Senadora Emilia Fernandes.

A SRª EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Ministro Luiz Felipe Lampréia, ao cumprimentá-lo, gostaria de fazer também considerações sobre os acordos e a integração do Brasil com outros países, principalmente no que se refere aos investimentos e à proteção recíproca que deve existir.

Compartilho da preocupação manifestada pelos Srs. Senadores que me antecederam de que é lógico que não podemos isolar o Brasil. O momento mundial exige, requer integração, intercâmbio e fluxo de investimentos. Por outro lado, tenho a preocupação com os cuidados - por assim dizer - que os outros países tomam com a sua produção, para o impedimento da entrada de determinados produtos. Enfim, há um claro interesse brasileiro em tornar o País atrativo ao capital estrangeiro. Se analisarmos esses acordos, constataremos que os maiores beneficiários das medidas de proteção são os investidores daqueles países europeus.

Eu perguntaria se V. Exª concorda que esse acordo discrimina o empresário brasileiro, que não dispõe de medidas de proteção semelhantes às de seus concorrentes.

Pela nossa avaliação, esse acordo concede aos investidores daqueles países vantagens maiores do que as conferidas a outros países com os quais o Brasil já assinou acordo semelhante. Por exemplo, prazo maior de vigência, pagamento de indenização em moeda livremente conversível, possibilidade de que o investidor desista de concorrer à jurisdição interna após o início do processo.

Em sua intervenção, segundo entendi, V. Exª afirmou que em nenhum momento faz acordo que se sobreponha à ordem jurídica interna. Entretanto, a Carta Magna diz no § 2º do art. 5º: "Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte."

Na medida em que, entre os direitos fundamentais, encontra-se o direito de propriedade - art. 5º, inc. XXII da Constituição -, e que esses acordos tratam, essencialmente, de cautelas inerentes ao direito de propriedade do investidor estrangeiro, não é difícil concluir que as instituições políticas nacionais podem se ver constrangidas na abordagem do direito de propriedade, ante as medidas assecuratórias previstas nos acordos e tendo em vista o disposto no supracitado § 2º do art. 5º.

O Supremo Tribunal Federal, por exemplo, em caso de homologação de laudo arbitral, prolatado por estrangeiros, pouco poderá fazer no sentido de obstar a aplicação do direito de propriedade, tal como ajustado nos ritos instrumentais em requerimentos bilaterais.

Uma outra questão, para concluir. Outro fundamento da intervenção do Ministro é o de que os acordos observam o princípio da reciprocidade. Ocorre, porém, que essa observância, em nossa avaliação, é meramente formal. Na verdade, tais convênios são efetivamente leoninos, pois, no conteúdo, não há equipotência entre as respectivas capacidades de investimentos, por exemplo, entre o Brasil e a Suíça. O que se tenta, em suma, é facilitar o ingresso do capital estrangeiro no Brasil sem uma avaliação do impacto macroeconômico dessa política liberacionista. Por outro lado, os acordos não levam em consideração os ordenamentos multilaterais a que se sujeitam os parceiros nesses acordos e que podem interagir na definição de regras relativas ao direito de propriedade. Não seria melhor que essa matéria fosse definida no plano multilateral da Organização Mundial do Comércio ou talvez na Conferência de Haia do Direito Internacional Privado?

São esses os questionamentos que gostaria de fazer ao Sr. Ministro. O Congresso Nacional tem a grande responsabilidade de sacramentar os acordos firmados pelo Brasil com outros países, e parece-me muito oportuna a vinda de V. Exª, embora o tempo seja exíguo. Ouvimos pronunciamentos brilhantes dos Srs. Senadores, que deveriam ser aprofundados. Talvez outros questionamentos surgissem. Agora, a nossa grande preocupação é esta: devemos abrir e integrar o Brasil, mas em condições de igualdade, jamais buscando menosprezar ou retirar a proteção que é necessária e importante. Estamos vivendo um dos momentos mais difíceis de desemprego, de desequilíbrio econômico em relação a empresas nacionais, comércio, produtores primários, enfim, que se sentem, de certa forma, prejudicados por essa abertura indiscriminada. É por meio dos acordos que precisamos garantir essa proteção, não apenas visando ao capital, mas, principalmente, à geração de emprego e

que os nossos produtores também possam mandar e competir com o capital estrangeiro que chega.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Ministro, V. Exª pode, à vontade, responder à Senadora Emilia Fernandes.

O SR. LUIZ FELIPE LAMPRÉIA - Srª Senadora, agradeço a mensagem e concordo plenamente com as suas colocações. Espero que V. Exª me dê o benefício de pensar também de maneira patriótica, como V. Exª coloca, na questão de investimento estrangeiro.

Creio que o investimento estrangeiro é um instrumento de geração de emprego, de renda, de oportunidade, mas, certamente, deve ser regulado de acordo com os interesses brasileiros, dentro da nossa política e da nossa legislação e dos nossos tribunais, e não deve obter uma espécie de passe livre para funcionar como quiser, para atuar como quiser e, certamente, não deve ser considerado como superior ou mais favorecido do que a empresa nacional. Essa é a sua primeira questão, que é muito importante. Não creio que, com relação aos acordos de proteção de investimentos nem sequer aos que venham a ser discutidos na OCDE, haja a perspectiva de criação de direitos maiores para o capital estrangeiro do que para a empresa nacional. Não existe, então, a ampliação do direito do investidor estrangeiro, mas tão-somente sua equiparação, sempre que possível, ao investidor nacional; o que se visa conceder igualdade de tratamento e não tratamento mais privilegiado ou que seja um desrespeito às normas legais em vigor. Certamente ao investidor estrangeiro serão aplicadas as mesmas restrições ou condicionamentos eventualmente existentes em relação ao capital e aos investimentos de residentes nacionais, nem mais nem menos do que isso. Acho que esse é um princípio de eqüidade e é correto; defender idéia contrária seria atribuir ao acordo multilateral de investimentos uma virtude de intervenção nas economias nacionais, que ele certamente não possui e não deve possuir.

A Senadora refere-se também à questão do foro para dirimir controvérsia na questão do papel da Justiça nacional. É certo que os acordos prevêem possibilidade de recurso, tanto a Justiça nacional quanto a arbitragem internacional, conforme praxe já consagrada. A eventual escolha, entretanto, de uma instância arbitral internacional não implica renúncia da jurisdição nacional, que sempre terá a última palavra na aplicação de laudos provenientes do exterior. A Constituição Federal o estabelece por meio de diversos acordos, e isso só faz com que o laudo arbitral estrangeiro ou internacional só seja exeqüível no Brasil depois de homologado pelo Supremo Tribunal Federal.

Quanto ao ponto também suscitado pela Senadora, de que deveria haver um debate em foro mais amplo dessa questão, devo dizer que o Brasil tem preconizado que a OMC, que é o órgão que regula o comércio internacional, seja cada vez mais capacitado para lidar com a questão do investimento. Isso porque julgamos que a OMC é uma organização, primeiro, mais completa do que a OCDE e, em segundo lugar, tem um sistema próprio de soluções de controvérsias que tem funcionado bem e que é uma garantia de isenção na decisão sobre as controvérsias que podem eventualmente surgir. De maneira que favorecemos, como entendo que a Senadora o fez, a consideração deste assunto - investimento internacional - no contexto da OMC, órgão mais universal do que OCDE. Não sei se esclareci todos as questões da Senadora. Se não consegui, estarei à disposição para, em outra ocasião, fornecer mais informações à Senadora, atendendo a suas questões eventuais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Solicitaria ao Sr. Ministro que ouvisse o Deputado que levantou uma questão.

Ferindo um pouco o Regimento, Sr. Deputado, pediria a V. Exª que fosse rápido e sucinto no seu questionamento.

O SR: (DEPUTADO) - Sr. Presidente, agradeço a compreensão de V. Exª e prometo não tomar tempo dos Senadores e nem do Ministro Lampréia.

Gostaria que me esclarecesse duas questões. Ouvi com muita atenção a sua exposição, mas tenho uma consideração a fazer sobre a questão dos acordos de proteção e promoção de investimentos estrangeiros, os acordos bilaterais de investimentos. A meu ver, Sr. Ministro, o investidor nacional ficou fragilizado em relação a esses acordos. Digo isso a V. Exª porque, primeiro, a empresa nacional não tem direito à arbitragem internacional. A empresa nacional tem direito de resolver os seus conflitos com o Estado brasileiro por meio da Justiça brasileira. Quem tem direito de recorrer à arbitragem internacional por esse acordo é a empresa estrangeira, porque há uma diferença de tratamento entre o investidor nacional e o estrangeiro.

Para dar um exemplo a V. Exª, se a Parmalat, empresa internacional com sede e investimentos no Brasil, tiver uma querela jurídica com o Governo brasileiro, ela poderá recorrer à arbitragem internacional, e, depois, o laudo ser homologado pelo Supremo Tribunal Federal. E apenas ao Supremo restringe-se a possibilidade de homologação ou não da arbitragem internacional. No entanto, vamos citar outra empresa da mesma natureza: a Itambé, com capital nacional. Se ela criar uma querela com o Estado brasileiro, não terá direito à arbitragem internacional, mas apenas a possibilidade de resolver a sua demanda na Justiça brasileira. Assim, penso que aqui já existe um tratamento diferenciado e que privilegia os investimentos estrangeiros em detrimento do nacional, o que deixa muito frágil o investidor brasileiro.

A segunda questão, Ministro, diz respeito à Reforma da Constituição. Considero que, pela Reforma da Constituição, hoje, não se faz diferença entre empresa nacional e empresa estrangeira. Não existe distinção, na medida em que esse processo de diferenciação com a arbitragem que consolida, por meio dos acordos de proteção aos investimentos internacionais, além desses acordos, cláusula constitucional. Avanço, Ministro, para a idéia de que, além de ser ilegal, é inconstitucional esse tipo de situação que deixa em fragilidade a empresa nacional. Essa é a primeira questão.

Passo à segunda questão, no que diz respeito ao MAI e à política do Brasil em relação à OCDE. Creio, Ministro, que a política brasileira foi de aproximação gradual da OCDE, com uma estratégia de intensificação de relações, até o momento em que o Brasil solicitou, em junho de 1997, por carta, a possibilidade de ser um observador da OCDE. E, a partir daí, transita dessa posição de observador para a atual, que é a de adesão com restrição ao Tratado Multilateral de Investimento. Penso que tentaremos ser membros plenos da OCDE, sem discutir o Tratado Multilateral de Investimento, simplesmente a ele aderindo, com algumas cláusulas ou pacto de restrição, mas sem discussão do conteúdo, fazendo com que percamos a nossa condição de País em desenvolvimento, com todas as vantagens dos financiamentos da OCDE.

Portanto, a pergunta que faço a V. Exª diz respeito a isso: qual é a vantagem de sermos membros plenos da OCDE, transitarmos da condição de observador para a de membro e transitarmos na condição de estreitamento de relações para a condição de adesão ao MAI com restrições? Isso não poderia implicar, Ministro, por exemplo, a renúncia do Brasil ao sistema de preferências comerciais, que beneficia os países em desenvolvimento perante a OMC? Essa é a segunda pergunta. Agradeço a V. Exª se eu puder obter a sua resposta e sua opinião sobre isso. Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA - Quanto ao esclarecimento, gostaria de fazer uma observação. A arbitragem com respeito à

parceria pode ser solicitada com alguma divergência legal com o Governo? Creio que a arbitragem seria da parceria com o capital.

O SR. (DEPUTADO)- Poderia ser a arbitragem em relação às questões do Estado. O Estado, Senador Romeu Tuma, se V. Exª me permite o esclarecimento, é soberano nas suas determinações legais. Ele pode estabelecer novos impostos, taxas, tributos que estejam em defasagem ou em desacordo com esses acordos bilaterais. Portanto, quem se sentir prejudicado pode recorrer, se for investidor estrangeiro, à arbitragem internacional. Há uma corte internacional de arbitragem, com sede em Washington, que a ela se dirige, digamos que seria o Supremo Tribunal Federal internacional das arbitragens em relação ao investimento nacional ou internacional do Estado em função da regulamentação desses acordos.

O SR. ROMEU TUMA - Desculpe-me, Ministro, mas não concordo no todo porque a adesão faz parte da soberania do País, inclusive em matéria de legislação.

O SR. LUIZ FELIPE LAMPRÉIA - Com relação à desigualdade de tratamento, que é um tema que já abordei mais de uma vez aqui hoje, mas volto a repetir, não creio que haja desequilíbrio. Não há desequilíbrio porque não há desigualdade de tratamento. As garantias oferecidas são contra riscos não-comerciais: guerras, revoluções, revoltas; não são garantias sobre lucros ou sobre condições comerciais de operações. Quer dizer, não se trata, portanto, de a Parmalat levar vantagem sobre a Itambé. Estando no Brasil, a Parmalat é uma empresa brasileira tanto quanto a Itambé e terá o mesmo direito de recorrer à arbitragem internacional, no caso de um Estado estrangeiro, quando se colocar essa questão, ou seja, não existe desigualdade de tratamento, mas circunstância de investimento. Uma empresa multinacional tem esse sentido transfronteiriço e uma dimensão diferente da empresa que gera seus recursos no Brasil. Essa é a diferença básica.

Não estamos aceitando, em nenhum momento, que haja desigualdade de tratamento ou reciprocidade às avessas; que a empresa brasileira seja penalizada em relação à estrangeira.

Com relação ao problema da OCDE, devo esclarecer ao nobre Deputado, que o Brasil, ao contrário do que afirma V. Exª, não está pleiteando ser membro pleno da OCDE. Eu próprio estive em Paris, recentemente, em companhia do Ministro Pedro Malan, e discuti com o Secretário-Geral da OCDE essa questão. Ficou claro que temos interesse em participar como observadores ativos em uma série de comitês - por exemplo, o de produtos siderúrgicos, de balanço de pagamentos, de investimentos -, mas não estamos buscando a condição de membro pleno. Mesmo que o estivéssemos, não estaríamos abdicando da condição de país em desenvolvimento. O México e a Coréia, que, ao contrário do Brasil, optaram por participar plenamente da OCDE, não perderam a sua condição no sistema geral de preferências e continuam beneficiando-se disso.

Fizemos um pedido de participação, uma negociação do acordo, mas não tivemos nenhuma adesão com restrição, como disse V. Exª. Primeiro, se não há um produto final, não há como se aderir a ele, e a premissa não se aplica; segundo, fizemos um pedido de participação plena na discussão do Mare, mas com restrições. Não estamos aderindo; estamos participando qualificadamente e nos reservamos o direito de tomar a decisão de aceitar ou não, conforme os interesses nacionais. Não estamos optando por uma adesão, que não pode ser feita de maneira irrefletida, sem se levar em consideração a discussão ampla das questões.

Estou inteiramente de acordo - e os pontos comentados pelo Senador Pedro Simon já foram levantados aqui por mais de uma pessoa - em que o Itamaraty não pretenda ter o monopólio da sabedoria ou da interpretação do que é o interesse nacional. Espero que me dêem crédito de, ao longo desses três anos e quatro meses, período em que fui Ministro, ter feito um grande esforço para ouvir todos os partidos, sem discriminação; para comparecer à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, às universidades, aos jornais, às televisões, aos grêmios sindicais, às confederações, aos Estados, às Prefeituras - inclusive as do PT, com muito prazer, aliás -, porque considero que a política externa não pode ser feita por um grupo de sábios, iluminados, trancados em uma torre de marfim. Ou ela é feita em consonância com a sociedade brasileira, com a força viva de todos os segmentos, ou será um exercício estéril e oco. Não se pode fazer política externa trancado em um gabinete. Não tenho o dom do espírito, nem o da iluminação para adivinhar qual é o interesse nacional. Uma questão desta importância deve ser debatida e examinada em profundidade, de maneira correta, adequada e, portanto, não com base em preconceitos ideológicos ou de qualquer outra natureza.

Trata-se de um tema muito importante para o Brasil, que certamente deve ser debatido em toda a sua dimensão e com todo o cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Antes de passar para a segunda parte, gostaria de ser testemunho, Sr. Ministro, da lhaneza, do cavalheirismo com que V. Exª tem tratado a todas as questões levantadas, às quais precisam de uma manifestação do Itamaraty. Inclusive tive a oportunidade de ver, com muita alegria, a criação de escritórios regionais do Itamaraty para dar atendimento aos municípios com dificuldades para negociações externas. Apesar de saber que isso não é regimental, não poderia deixar de aproveitar essa ocasião.

O Senador Eduardo Suplicy formula, através de um requerimento, a idéia, se V. Exª concordar, que, ao invés da exposição da Alca, partamos para as perguntas.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, cumprimento a maneira como V. Exª está conduzindo esta audiência, dando flexibilidade às Srªs e aos Srs. Senadores para argüirem, o que facilita muito o objetivo de termos todos os esclarecimentos desejados.

Sr. Ministro Luiz Felipe Lampréia, o Brasil está discutindo os termos e condições de sua participação em uma eventual Área de Livre Comércio das Américas - Alca, que se trata, como se sabe, de uma iniciativa lançada pelo Governo dos Estados Unidos, que um recente trabalho do Banco Interamericano de Desenvolvimento qualificou como a mais ambiciosa iniciativa da história das Américas. De fato, além de prever a total eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio de bens no interior das Américas, do Alasca à Patagônia, o que já seria um dos objetivos mais ambiciosos e do nosso ponto de vista muito problemático, como V. Exª inclusive já reconheceu no diálogo com o Senador Pedro Simon, a agenda lançada pelos Estados Unidos prevê, além disso, liberdade de comércio na área de serviços, estabelecimento de normas comuns na área de compras governamentais, na área de investimentos diretos estrangeiros e na área de propriedade intelectual, entre outros temas. Como seria de se esperar, a agenda só inclui temas de interesse dos Estados Unidos. Não inclui, por exemplo, a livre circulação de trabalhadores nas Américas. A liberdade seria para o comércio de bens e serviços e para os movimentos de capital mas não para os trabalhadores. Não é sem razão que alguns especialistas têm alertado para o fato de que a eventual aprovação da Alca representaria a incorporação de forma assimétrica do Brasil e dos demais países americanos no espaço econômico dos Estados Unidos.

Recentemente, uma nova revista editada pelo jornalista Raimundo Rodrigues Pereira, o mesmo que editou **Opinião e Movimento,** publicou uma reportagem interessante sobre o Muro Americano. No século passado, a França doou aos Estados

Unidos a Estátua da Liberdade, que está diante de Manhattan, para simbolizar a liberdade que tinha o imigrante de chegar aos Estados Unidos, vindos, sobretudo da Europa, seja por razões de perseguição ou qualquer outra, mas teriam a liberdade de entrar e sair para procurar o seu progresso. Hoje, há uma tendência pelo menos simbolizada por aquele muro, que inclusive tem levado dificuldade a inúmeros brasileiros, a exemplo do que ocorreu com um rapaz que, no ano passado, ligou para sua mãe dizendo que depois de ter o visto negado três vezes, ele, que havia sido aprovado para realizar um trabalho para uma empresa americana, ligou para sua mãe da margem do rio Grande, no México, para dizer que no dia seguinte telefonaria de novo para dizer que estava nos Estados Unidos e, entretanto, faleceu na águas de Rio Grande e não se sabe exatamente se por afogamento natural, uma vez que ele sabia nadar muito bem, ou se por outro problema. Até lembro, e julguei positivo, quando o Presidente Carlos Menem, aqui no Senado Federal, mencionou, no que diz respeito ao Mercosul, que o objetivo é a liberdade de direito para os seres humanos - o que considero muito importante -, a exemplo do que está cada vez mais avançando dentre os países da Comunidade Econômica Européia. Há problemas em relação a cidadãos de outros países do mundo, mas já é um avanço.

V. Exª, como Ministro de Estado das Relações Exteriores, pode em sã consciência afirmar que interessa ao Brasil entrar numa eventual ALCA da forma como está sendo proposto? As empresas brasileiras e a economia brasileira estarão preparadas para competir em pé de igualdade e sem qualquer restrição com as empresas da maior e mais poderosa economia do planeta a partir de 2005 ou mesmo de 2015? Será possível, em prazo tão curto, eliminar ou mesmo reduzir substancialmente o enorme hiato tecnológico, organizacional, educacional, financeiro que nos separa da superdesenvolvida economia dos Estados Unidos? Terão nossas empresas industriais, comerciais, agrícolas e financeiras, condições de enfrentar a competição com os conglomerados da maior economia do mundo, com tarifa zero, nenhuma proteção não tarifária e total liberdade de comércio?

Sr. Ministro, ao contrário do que está acontecendo nos Estados Unidos, onde o Congresso vem se dedicando a debater intensamente os tratados comerciais, inclusive a eventual formação da ALCA, no Brasil a participação do Parlamento tem sido menor. Hoje é um dia muito importante para esta Comissão, porque estamos dialogando exatamente sobre assuntos dessa ordem.

O Congresso Nacional não ter diálogo com o Governo de forma paralela ao que ocorre nos Estados Unidos, na verdade, enfraquece a posição negociadora do Governo brasileiro, além de dificultar a tomada de consciência a respeito das questões envolvidas nessa negociação por parte da sociedade brasileira. Não seria do interesse do Governo brasileiro facilitar e até estimular o envolvimento do Congresso nessa questão? Talvez devesse instituir mecanismo análogo ao que existe nos Estados Unidos, segundo o qual o Congresso concede ou não a chamada autoridade para a via rápida, a denominada **fast track authority**, autorização para negociar de forma mais rápida.

Deve-se considerar que já está tramitando na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados o projeto da Deputada Sandra Starling segundo o qual é permitido ao Congresso Nacional ter participação decisiva na Comissão de Política Externa brasileira. Em vista disso, qual é a posição do Itamaraty em relação ao tema?

Renovo também a minha pergunta sobre a viagem que V. Exª fará a Cuba, que considero importante. Externo aqui mais uma vez a minha avaliação de que o Governo brasileiro pode colaborar para a aproximação de Cuba no seio das nações americanas, inclusive no que diz respeito à reaproximação do Governo dos Estados Unidos com o Governo cubano. A visita do Papa João Paulo II a Cuba representou um passo nessa direção. Até tínhamos aqui proposto que o Ministro Edson Arantes do Nascimento colaborasse com isso. Quem sabe, pode o nosso Pelé colaborar para que essa aproximação ocorra.

Para concluir, Sr. Presidente, digo ao Sr. Ministro que não poderíamos deixar que V. Exª saísse daqui sem expressar o que está o Itamaraty fazendo com respeito às declarações do General Patrick Hughes, Chefe do Órgão Central de Informações das Forças Armadas norte-americanas. Numa palestra para professores do Instituto de Tecnologia de Massachussets, ele teria pregado a intervenção dos Estados Unidos na Amazônia para defender o meio ambiente. Como a imprensa noticiou que o Ministério das Relações Exteriores havia pedido explicações através da Embaixada do Brasil nos Estados Unidos, agradeceria muito se V. Exª pudesse nos dar a informação precisa sobre este assunto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Sr. Ministro, V. Exª terá o tempo necessário para responder a esses questionamentos e poderá ainda acrescentar alguma explicação caso V. Exª pretenda responder sobre sua viagem a Cuba. Com respeito às declarações do General, já houve nota oficial do Presidente da República no sentido de que não as conhece e de que vai aguardar manifestação mais detalhada do Itamaraty. V. Exª tem toda a liberdade para responder ou não a esses questionamentos finais, que não fazem parte do depoimento.

O SR. LUIZ FELIPE LAMPRÉIA - Pois não.

Senador Eduardo Suplicy, devo dizer que o posicionamento do Governo brasileiro sobre a Alca funda-se muito no tipo de raciocínio desenvolvido por V. Exª. Para mim, é uma grande satisfação ver que há nessa questão tão importante uma verdadeira unanimidade nacional, sem que haja matizes de situação ou oposição, esquerda e direita. Penso que há uma visão muito consensual de toda a sociedade civil a respeito dos limites, dos imperativos e até dos perigos da Alca para a própria estrutura produtiva do Brasil. Acredito que é uma fonte de grande conforto sabermos que a posição defendida pelo Governo recebe o apoio de um arco tão expressivo de brasileiros.

Com relação à questão levantada por V. Exª de que a agenda só prevê os temas de interesse dos Estados Unidos, desejo respeitosamente divergir. Temos dito permanentemente que não aceitaremos que a Alca se transforme numa avenida de uma mão só, ou seja, que ela represente maior abertura e maior espaço para o comércio, para os investimentos e para o funcionamento das empresas americanas sem que haja contrapartida de maior acesso nosso aos mercados dos Estados Unidos, sem que haja vantagens para nossas empresas, mas sem prejuízo para o nosso relacionamento com empresas de países da Europa Ocidental, do Japão ou outros. Portanto, a idéia de que o Brasil vai ser incorporado ao espaço econômico americano não aceitamos; é algo que não permitiríamos que ocorresse nesses termos. Isso seria uma verdadeira abdicação dos direitos do povo brasileiro, e isso não está em cogitação por parte deste Governo.

É verdade, como diz V. Exª, que a questão do movimento de pessoas não figura na agenda da Alca. Nisso estou de acordo com V. Exª. Penso que essa é uma questão que deverá ser analisada. Certamente será objetivo do Mercosul chegar a uma liberdade não só de circulação de bens, mercadorias, serviços e capitais, mas também de pessoas. A exemplo do que já ocorre na União Européia, julgamos que, para que exista um mercado único, é preciso que as pessoas também entrem nessa liberdade.

Quanto à participação da sociedade civil nas discussões da Alca, estou inteiramente de acordo em que elas ampliem a legitimidade da posição negociadora brasileira. São, portanto, necessárias.

Eu queria apenas fazer referência a alguns itens específicos que já estão em funcionamento. Em primeiro lugar, temos o estabelecimento de mecanismos de coordenação interna, dos quais fazem parte órgãos governamentais e segmentos interessados da sociedade civil. Eu mesmo tive o prazer de comparecer a reuniões sindicais, empresariais e até acadêmicas em que se discutiu esse tema. Temos a seção nacional da coordenação de assuntos relativos à Área de Livre Comércio das Américas, chamada Alca, e uma série de instâncias em que dialogamos sobre essa questão, seja em gabinetes, seja em reuniões abertas, em espaços públicos.

Considero que o maior envolvimento do Poder Legislativo nesse processo é importante e devemos buscá-lo. Por isso, temos convidado parlamentares para que participem das delegações brasileiras nas reuniões interministeriais e ministeriais e temos tido o prazer da companhia dos representantes do Congresso Nacional, com os quais temos dialogado em reuniões ao longo dos últimos três anos. Em outro sentido, saudamos o estabelecimento de uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados para acompanhar as negociações da Alca, onde tive o prazer de falar. Ela é composta por todo o arco partidário com assento no Parlamento.

Também queria registrar que o Governo fez publicar no **Diário Oficial da União**, de 19 de janeiro do corrente, o convite público para comentários sobre a Alca. Penso que isso proporciona oportunidade a qualquer cidadão de manifestar-se acerca do projeto. Estamos fazendo isso não apenas no caso da Alca, mas no caso de acordos com o Chile, Bolívia e Comunidade Andina, visto que o Itamaraty não deseja ser uma torre de marfim.

Quanto à visita a Cuba, Srs. Senadores,...

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Exª me permite um aparte? Gostaria que V. Exª não deixasse de expressar a sua opinião sobre a possibilidade de o Brasil ter um projeto semelhante ao Fast Track Authority no Congresso brasileiro. Como avalia algo semelhante? V. Exª conhece o projeto da Deputada Sandra Starling?

O SR. LUIZ FELIPE LAMPRÉIA - Não conheço o projeto e, por isso, prefiro não opinar. Trata-se de um assunto delicado. Prometo estudar o tema e, posteriormente, falar sobre ele.

Com relação a Cuba, a posição do Governo brasileiro tem o mesmo fundamento da colocação feita por V. Exª. Consideramos que Cuba é parte da família latino-americana de Nações. O que o Brasil puder fazer no sentido da reinserção desse país no sistema o fará. Isso exclui apenas uma área citada por V. Exª, que seria uma espécie de mediação entre Cuba e Estados Unidos. O Brasil não fará isso, mesmo porque essa mediação não foi solicitada e nem aceita por Cuba e pelos Estados Unidos. Esse é um tema bilateral, que cabe aos dois países envolvidos enfrentar, o que eles têm feito de maneira muito traumática ao longo da história.

Creio que não há espaço para a mediação brasileira nesse campo. O que fez com que o Presidente da República enviasse o seu Ministro das Relações Exteriores a Cuba foi, em primeiro lugar, um gesto político, em função do apelo do Santo Padre no sentido de que o mundo se abra para Cuba e de que Cuba se abra para o mundo. Penso que foi exatamente pela exortação do Santo Padre que nos guiamos.

Devo dizer que o Governo brasileiro, assim como os órgãos privados, têm um programa bastante amplo e variado, embora não ambicioso, de cooperação com Cuba nas áreas energética, tributária, de gestão fazendária, educacional, médica, enfim, em uma série de áreas em que há, inclusive, trânsito de duas mãos. É natural que assim o seja, de maneira que, seguramente, um dos objetivos, uma das dimensões dessa visita é a cooperação empresarial, inclusive, porque queremos fomentar mais o comércio e a aproximação com Cuba para podermos contribuir com a reinserção daquele país. Nesse plano, estamos favorecendo e até advogando a entrada de Cuba na ALADI, o que será um passo significativo para a plena inserção de Cuba no sistema.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Permita-me dizer que considero a visita de V. Exª um sopro na direção positiva. Penso que o Brasil, por essa forma, estará dando um passo importante como catalisador, mesmo que não seja o mediador oficial, da boa vontade para a aproximação das duas Nações.

O SR. LUIZ FELIPE LAMPRÉIA - Com relação ao terceiro tópico, que são as supostas declarações do General Patrick Hugles, estamos, através da Embaixada em Washington e aqui em Brasília diretamente, procurando investigar se há algum fundamento em uma declaração como essa, que seria evidente e completamente rechaçada, e considerada totalmente inaceitável por parte do Governo brasileiro.

Hoje, tivemos a informação de que a Embaixada dos Estados Unidos divulgou uma nota desmentindo categórica e terminantemente as palavras e inquinações atribuídas ao General pela imprensa brasileira. Essa nota diz que o General tomou parte de um seminário não confidencial do Programa Estudo e Segurança no MIT, onde abordou várias questões, inclusive, ameaças que todas as nações poderão enfrentar no futuro. Em momento algum - continuo citando - o General Hugles defendeu ações militares americanas na região Amazônica e nenhum dos comentários feitos por ele infringe a soberania de qualquer Nação.

Tomamos nota dessa informação na Embaixada americana e continuo aguardando que a nossa Embaixada em Washington dê algum subsídio adicional para esclarecer como surgiu essa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - A Senadora Benedita da Silva tem a palavra.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, não farei perguntas. Minha intervenção já é uma despedida. Acredito que de V. Exª tenhamos recebido, por meio das perguntas feitas pelos meus Pares, conteúdo suficiente para elucidar uma série de dúvidas.

Quero crer que as perguntas foram muito bem colocadas pelo Senador Eduardo Suplicy e aguardamos as possíveis respostas que V. Exª ainda procurará dar, principalmente àquelas questões que, neste momento, não tem condição de responder, dadas as preocupações que hoje temos com relação aos acordos que estamos firmando, principalmente no Mercosul, pois o Paraguai, que faz parte desse mercado, está vivendo uma situação inusitada.

Não queremos uma interferência direta na organização do Paraguai, mas, como membros da Comissão do Mercosul no Parlamento brasileiro, queremos um respaldo e uma posição do Itamaraty no que diz respeito ao processo que ocorre hoje naquele país, assim como saber se lá teremos uma representação, como observadores, durante as eleições que acontecerão no dia 10 de maio.

Agradeço a presença de V. Exª e coloco-me, como sempre fiz nesta Casa, à disposição para os entendimentos necessários com o Itamaraty. Espero que em uma outra oportunidade, dentro dos acordos, eu possa fazer outras interrogações, principalmente com relação a Portugal e à França, já que tramitam por esta Casa uma série de acordos que refletem, na nossa avaliação, um pouco da insegurança que os brasileiros têm tido com alguns países, principalmente a França.

Os acordos de cooperação que temos feito, como os na área de segurança, têm-nos trazido preocupações que estamos enviando para o Itamaraty, mas eu gostaria de, em uma outra oportunidade, realmente me aprofundar no assunto, não apenas com relação aos acordos bilaterais que estão acontecendo com esses países, mas também sobre a impossibilidade de uma

interferência de nossa parte. Referendamos praticamente todos os acordos e precisamos buscar uma alternativa para que, antes de serem assinados, eles possam ser amplamente debatidos e possamos contribuir com a decisão que o Governo venha a tomar.

Seriam estas as minhas palavras e agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Ministro, querendo, V. Exª pode acrescentar mais algumas palavras.

O SR. LUIZ FELIPE LAMPRÉIA - Pois não, muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria apenas agradecer as palavras sempre gentis da Senadora, amiga e conterrânea, e dizer-lhe que o Itamaraty sempre estará pronto para a discussão e sempre responderá aos chamamentos e às convocações do Congresso Nacional, seja no Senado, seja na Câmara, para discutir acordos que estejam em negociação ou em elaboração.

Quanto ao ponto do Paraguai, devo dizer que acompanhamos com enorme interesse e com uma atuação discreta, mas muito presente, a evolução do quadro político desse país. Temos, através do nosso Embaixador, um observador permanente, na realidade um interlocutor permanente de todas as autoridades civis, militares e até eclesiásticas paraguaias, já que a Igreja sempre tem o seu papel no processo político paraguaio, e eu e o próprio Presidente da República temos tido constantes conversas, seja pessoalmente, seja por telefone, com os mais altos dirigentes do Paraguai, sempre no sentido de fazer ver a importância do respeito à norma democrática e aos processos constitucionais e legais desse país.

Nesse sentido, o Brasil procura dar uma colaboração e marcar uma presença amiga na relação com o Paraguai. O Brasil não será propriamente observador, embora esteja, como disse, acompanhando o cotidiano, através da nossa Embaixada, a evolução do tema, sabendo, inclusive, muito claramente, da influência que tem o Brasil no Paraguai, da importância que tem uma palavra brasileira no Paraguai.

Queria, Sr. Presidente, agradecer a V. Exª a paciência, a gentileza com que me distinguiu e reiterar a permanente disposição minha, pessoal, e do Itamaraty em geral de prestar informações e de debater com os Srs. Senadores todas as questões relativas às relações internacionais do Brasil que estão afetas a nossa Pasta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Agradeço aos Srs. Senadores por esta audiência tão importante. Talvez o Sr. Embaixador tenha sido um pouco tolerante com a rigidez do Regimento, mas S. Exª demonstrou a importância deste debate pelas respostas bem detalhadas, claras e objetivas aos questionamentos que foram colocados pelos Srs. Senadores. Acrescento que também fez uma bela exposição como preâmbulo deste debate.

Não só os Senadores, mas a própria TV Senado, com a exposição de V. Exª, puderam dar conhecimento a vários segmentos da sociedade interessados nesse debate internacional - que praticamente ocupa as páginas dos jornais diariamente - de difícil entendimento para aqueles que não são afetos ao interesse direto desse tema.

Quero agradecer a V. Exª por ter sido objetivo, cavalheiro nas suas repostas, e pelo pronto atendimento ao requerimento do ilustre Senador Suplicy, que nos deu a tranqüilidade de podermos acompanhar de perto algo que ainda não aconteceu. Este debate vai trazer maior interesse para que o Senado acompanhe de perto a evolução dos acontecimentos e tenho certeza de que V. Exª estará sempre pronto a nos informar os passos daqui para frente.

Boa sorte e boa viagem a Cuba. Espero que este sopro, dito antes pelo Senador Eduardo Suplicy, seja também sentido por Deus.

O SR. LUIZ FELIPE LAMPRÉIA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Está encerrada a reunião.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA 6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA , DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 1998.

Às onze horas do dia dezesseis de abril do ano de mil novecentos e noventa e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador ROMEU TUMA, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores HUGO NAPOLEÃO, PEDRO SIMON, CASILDO MALDANER, LUDIO COELHO, ARTUR DA TAVOLA , EMILIA FERNANDES, BENEDITA DA SILVA, BELLO PARGA, EDUARDO SUPLICY, e, LEVY DIAS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a ouvir as exposições que farão os senhores JOAO CARLOS PESSOA FRAGOSO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, Designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Republica Helênica, cujo Relator é o Senhor Senador ROMEU TUMA, e o Senhor ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, Designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Confederação Suíça, cujo Relator é o Senhor Senador HUGO NAPOLEÃO. Encerrada as exposições, e nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

SENADOR ROMEU TUMA
PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores.

Temos hoje, para discutirmos, duas indicações de dois diplamatas.

Solicito ao Senador Pedro Simon que assuma a presidência para que eu possa relatar o primeiro item.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Tem a palavra o Relator, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem a esta Comissão a Mensagem Presidencial nº 102, submetendo à apreciação do Senado o nome do Sr. João Carlos Pessoa Fragoso, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da carreira diplomática, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a República Helênica.

Esta Casa, o Congresso, é chamada a opinar sobre a indicação do Sr. Embaixador João Carlos Pessoa Fragoso, e a Constituição atribui a este Senado competência para exame prévio, por voto secreto, a escolha do chefe de missão diplomática de caráter permanente.

O Ministério de Relações Exteriores, atendendo o preceito regimental, elaborou o **curriculum vitae** do indicado.

Segundo o referido documento, nasceu S. Exª na cidade do Rio de Janeiro, a 06 de julho de 1935; é filho de Agnaldo Fragoso e Corina Pessoa Fragoso. Fez o curso de preparação à carreira diplomática no Instituto Rio Branco; e é bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de embaixador que já foi agraciado com várias condecorações, de forma que me permitiria não ler o relatório, eis que todos conhecemos bem a figura do Embaixador João Carlos Pessoa Fragoso, que é querida de todos os Srs. Senadores, principalmente, desta Comissão.

Permiti-me relatar pela admiração que tenho, mas, até em traição ao Regimento, declaro o meu voto favorável ao embaixador, de vez que, mais do que S. Exª, nenhum outro que aqui se submete à apreciação desta Comissão já foi sabatinado ao longo da assessoria que faz em nome do Ministério de Relações Exteriores.

Portanto, é o relatório.

Deixo, em seguida, aos Srs. membros o questionamento ao Embaixador João Carlos Pessoa Fragoso.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Tem a palavra V. Exª.

O SR. JOÃO CARLOS FRAGOSO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, é com muito prazer, e não sem uma certa emoção, que compareço pela quarta vez perante a esta Comissão, indicado pelo Presidente da República para o exercício de uma chefia de missão diplomática, a qual somam cerca de 70 comparecimentos, na condição de assessor parlamentar do Ministério de Relações Exteriores.

A fim de iniciar a minha exposição sobre a Grécia, pediria licença para traçar um breve perfil histórico desse país, com um mergulho na antigüidade clássica, mergulho este que, prometo, será raso, mas indispensável para se ter uma melhor compreensão da inserção da Grécia no cenário internacional, das suas posições políticas e até mesmo do seu relacionamento como Brasil.

A Grécia surge como um estado independente, como estado-nação independente há muito pouco tempo, em 1830, ou seja, até mesmo depois da independência do Brasil. Nasce de um movimento independentista autóctone, amparado por elementos gregos residentes no exterior, sobretudo na Rússia, e por um movimento de apoio internacional que vem da França, da Inglaterra e da própria Rússia.

Para embasar esse movimento de independência, era necessário uma idéia-força; e essa idéia-força os gregos foram buscar justamente na antigüidade e alicerçada em dois ou três pilares: o primeiro da língua grega, o segundo da fé ortodoxa e o terceiro em uma aspiração a trazer para o século XIX uma linha de continuidade relacionada com a Grécia clássica, as idéias da Grécia clássica. Esse conceito, essa idéia-força ganhou o nome de megaidéia e consistia em uma colocação que tentarei resumir nas seguintes expressões. Se a Grécia clássica iluminou o Ocidente na sua própria decadência, no seu declínio, uma Grécia renascida poderia iluminar o Oriente; poderia voltar a ter capital em Constantinopla, unindo os gregos de todo o mundo em torno de uma língua e religião, constituindo-se em uma nova Bizâncio.

Essa idéia-força, enfim, serviu ao movimento de independência e condicionou a política externa grega e até mesmo a política interna, vamos dizer, a psicologia do povo grego. Então passamos a ter, a partir de 1830, um processo de formação do Estado na base de acréscimos e aquisições territoriais, quer dizer, aquela idéia de que, onde houvesse gregos, havia a Grécia foi determinando uma política diplomático-militar que entre 1830 e 1947, ou seja, o fim da 2ª Guerra mundial, gerou sucessivas incorporações de território: guerras contra a Turquia, a participação nos conflitos mundiais, na 1ª e 2ª Guerra Mundial (quando digo 1947, porque foi em 1947 que a Itália, derrotada na 2ª Guerra, entrega à Grécia o arquipélago do Peloponeso.

É uma história de formação nacional tumultuada. A Grécia ficou independente em 1830, mas foi só em 1913 que deixaram o território grego os últimos dominadores turcos. Havia um enclave turco no norte da Grécia, em mãos de turcos, que só em 1913 foi devolvido ou entregue à Grécia. Esse processo afetava necessariamente a política interna. De 1830, quando surge o estado grego moderno, até 1974 o processo político interno é tumultuado. Houve monarquias, casas reais européias que eram convidadas a reinar sobre a Grécia, interrupções desses regimes monárquicos em mais de uma ocasião, até que em 1967 o governo dos coronéis declara vacante o trono, mantém a monarquia, mas afasta o monarca e, em 1975, a monarquia é definitivamente abolida da Grécia e começa em 1974/75 um processo de consolidação democrática que dura até hoje e que se pode dizer que realmente frutificou. Quer dizer, a Grécia hoje é uma democracia parlamentar perfeitamente integrada nos padrões democráticos da Europa ocidental.

Em termos de política exterior grega, o que temos é justamente o reflexo desse movimento de idéias. Temos preocupações que duram até hoje com vizinhos, a saber, a Turquia, a Macedônia, a antiga República Iugoslávia da Macedônia, a Albânia. São vizinhos próximos com os quais a Grécia tinha e ainda tem algo de um contencioso territorial.

Em termos de diretrizes de política, há na Grécia uma escala de prioridades. A primeira, a integração em todos os mecanismos da Europa, ou seja, economicamente, pelo lado da União Européia; politicamente, o Conselho da Europa; em termos de segurança, a União da Europa Ocidental. Enfim, a Grécia hoje tem como prioridade maior a consolidação dessa participação européia.

A segunda ordem de prioridades é a melhoria de relações com os seus vizinhos, esses que historicamente eram e - ainda pode-se dizer - são fonte de preocupação.

Uma terceira prioridade seria um melhoramento de relações com países relativamente novos, com países onde a Igreja Ortodoxa está presente, países como a Geórgia, a Ucrânia, a Armênia, o Casaquistão, a própria Rússia, com os países muçulmanos do Mediterrâneo meridional, com os países do Oriente próximo e do Oriente médio

Um quarto item de prioridades é a manutenção e melhoria do relacionamento onde existem grandes comunidades gregas. A maior comunidade grega fora da Grécia reside nos Estados Unidos. Em seguida, vêm comunidades gregas no Canadá, na Austrália, na África do Sul e até mesmo na América do Sul, no Brasil e na Argentina. No Brasil há cerca de 25 mil gregos; na Argentina, em torno de 20 mil, e, em números menores, em outros países desta região do mundo.

Em termos econômicos, a Grécia é um país pobre. É talvez um dos mais pobres membros da União Européia, e é um país de pobreza histórica. Lendo sobre a Grécia, encontrei uma frase de Herodoto, que diz que a "pobreza é uma herança da Grécia desde os tempos antigos" - antigos em relação a ele, Herodoto. É um país com um PIB de U$100 bilhões, uma renda **per capita** da ordem de quase U$10 mil, ou seja, uma pobreza em termos europeus. Os dados macroeconômicos estão à disposição de V. Exªs.

A Grécia ainda depende muito da agricultura. Doze por cento do PIB da Grécia é formado no setor agrícola, comparado com 8% no resto da União Européia. A propriedade é muito fragmentada. Das 819 mil propriedades recenseadas em 1973, 75% possuem menos de 5 hectares. Trinta por cento das exportações gregas são de produtos da agricultura ou agroindústria, o que indica uma dependência grande ainda dos produtos agrícolas.

É claro que o setor forte da economia grega está nos serviços. O comércio, o turismo, e o transporte marítimo sobretudo, representam aportes consideráveis para a formação do PIB: o turismo gera U$S11 milhões, e a frota mercante grega representa quase 18% do total da frota mercante do mundo - é a maior frota mercante do mundo. Há que se considerar que, além dos navios que navegam sob bandeira grega, há os navios de propriedade grega que navegam sob bandeiras de conveniência.

A Grécia tem normalmente déficit comercial, que é compensado com as entradas geradas pelo turismo, pelos aportes da União Européia, pelos fretes e pelas remessas das

comunidades gregas residentes fora do país. Essa soma de aportes quase equilibra a balança grega; resta um déficit que, no último ano, 1997, foi da ordem de U$2 bilhões no total.

As reservas gregas são de U$15 bilhões e a dívida externa grega é de U$34 bilhões.

Quanto às relações entre o Brasil e a Grécia - por isso fiz referência à história - é natural que as prioridades gregas se distanciem das nossas e que as relações, apesar de serem absolutamente corretas, sejam modestas. O Brasil sempre demonstrou simpatia pelas posições políticas gregas. Essa simpatia adormece um pouco as relações. Não há conflitos, não há contenciosos; por isso as relações são tímidas. Houve momentos de maior aproximação entre Brasil e Grécia na década de 60, quando o Governo de Andreas Papandreu adotava, internacionalmente, posições simpáticas aos países em desenvolvimento. Ficávamos, então, um pouco mais próximos. Hoje, como a Grécia busca uma maior integração com a União Européia, essas posições se distanciam-se um pouco.

As relações comerciais refletem, mais ou menos, as relações políticas e as prioridades de ambos os países: a Grécia importa do Brasil alguma coisa em torno de U$110 ou U$111 milhões - isto é, importava em 1997 - e exportava algo em torno de U$23 ou U$24 milhões. Há um superávit em favor do Brasil, no comércio, que é compensado pelos fretes. A Grécia arrecada, com fretes para o Brasil, em torno de U$80 ou U$90 milhões. Somando-se tudo isso, há um pequeno superávit em favor da Grécia.

O diálogo político é correto, as visitas de altas autoridades são poucas. Há um convite para que o Ministro das Relações Exteriores do Brasil visite oficialmente a Grécia; busca-se uma data para que isto possa ser feito o mais breve possível. E há um elenco de acordos em diferentes estágios de conclusão: um acordo vigente, que é um acordo de assistência de previdência social; e dois acordos que já foram negociados em seu aspecto técnico e que estão prontos para a assinatura: um acordo de transportes aéreos, que foi gerado em parte pelo interesse da Vasp de voar para a Grécia - há uma freqüência semanal direta de São Paulo a Atenas - e um acordo de turismo, que foi negociado no ano passado.

Além desses três acordos, há um de transportes marítimos, proposto mas ainda não negociado; um acordo de proteção de investimentos, proposto pelo Governo grego mas também ainda não negociado; e um acordo para evitar a dupla tributação, que, pela proposta grega, cingia-se à tributação sobre fretes marítimos. Esse acordo é de interesse grego, é evidente. Houve uma contraproposta brasileira para que ele adquirisse maior amplitude, e essa contraproposta está sendo submetida a exame na Grécia.

Há um acordo de cooperação judicial em matéria civil e penal; um acordo de cooperação cultural; e um acordo quase administrativo sobre exercício de atividades remuneradas por dependentes de funcionários brasileiros em ambos os países.

Quanto à proposta de missão para o futuro Embaixador do Brasil na Grécia, o que me ocorre é levar avante esses acordos, concretizar, se não todos, pelo menos a maioria deles, e, com isso, construir uma infra-estrutura de relacionamento de maior diálogo, que leve à identificação de oportunidades comerciais, de intercâmbio cultural. Enfim, há um arcabouço delineado, que precisa ser concretizado, sobre o qual se poderia construir um relacionamento mais denso.

Creio que já usei todo o meu tempo. Muito obrigado.

Estou à disposição da Comissão para quaisquer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Uma pessoa que assistiu, em silêncio, a cinqüenta reuniões desta Comissão, deveria ter o direito de falar pelo tempo que bem entendesse.

O Sr. Embaixador está à disposição dos Srs. Senadores. O Sr. Relator pode começar.

O SR. ROMEU TUMA - Cumprimento o Sr. Embaixador pela exposição feita. A Grécia é sempre um fator de boas lembranças históricas. Tenho apenas uma pergunta. Sr. Embaixador, V. Exª disse que a grande dificuldade do Brasil com a balança de pagamentos é o frete. Quanto ao petróleo transportado sob a bandeira grega, também se incorpora? O grande fornecimento grego é o azeite e outros produtos agroindustriais. Quanto ao transporte marítimo, a Grécia predomina, segundo a exposição de V. Exª. O Brasil é um grande cliente de transportes em navios de bandeira grega, inclusive de petróleo?

O SR. JOÃO CARLOS FRAGOSO - Quero crer que sim. Não tenho dados muito precisos. Sei que a Petrobrás tem uma frota de petroleiros própria, mas tenho a impressão de que, para o abastecimento necessário de combustível, o Brasil tem que recorrer a fretamento. Certamente, com navios gregos, porque a frota grega cobre toda a gama de tipos de embarcações de carga.

O SR. ROMEU TUMA - Tenho impressão que o Senador Artur da Távola vai perguntar, mas já me atreveria a saber se é questão cultural, visto que a Grécia inseriu na História da civilização fatores culturais importantes. Perdi um pouco da exposição de V. Exª e não sei se o senhor fez alguma referência sobre a interligação cultural da Grécia com o Brasil e se há proposta de se desenvolver alguma coisa nesse sentido.

O SR. JOÃO CARLOS FRAGOSO - Há uma proposta, originária do próprio Governo, da assinatura de um acordo de cooperação cultural. Essa proposta foi muito bem recebida pelo Governo brasileiro.

O que aconteceu é que, quando o Governo grego propôs a celebração de um acordo cultural, o Itamaraty estava num processo de alteração da estrutura do seu departamento cultural, então se contrapôs aos gregos uma espera, para que, reformulada a política cultural brasileira em termos de promoção nos setores competentes brasileiros, então se pudesse discutir sobre as novas bases.

Há uma presença cultural grega no Brasil que deriva sempre da idéia-força das comunidades gregas espalhadas pelo mundo. Então, aqui em Brasília, por exemplo, há uma Igreja Ortodoxa, e, anexada a ela, há uma escola de grego e um pequeno centro cultural. E esse núcleo que há em Brasília existe espalhado por um grande número de cidades brasileiras. Digamos que é aquele esforço do Governo grego de manter vivas as idéias gregas, a língua grega, a religião grega e a culinária grega. Enfim, isso é uma coisa que eles têm espalhado pelo mundo inteiro, que eles têm historicamente, e que serve... Eu, por acaso, fui ao centro cultural, à escola grega, para ver se podia tomar umas aulas, e encontrei lá brasileiros que nada têm a ver com a Grécia, em termos de ascendência, que estudam grego, e estudam grego moderno. Não estão estudando grego clássico. São grupos de dez ou doze brasileiros que freqüentam essa escola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Sr. Presidente, não há propriamente nenhuma pergunta a ser feita. As sabatinas com os Srs. Embaixadores são, talvez, dos mais agradáveis deveres desta Casa, tendo em vista o alto nível da nossa representação no Exterior, o que prova que nem sempre – como se costuma dizer – o Estado brasileiro, o funcionário público brasileiro, é deficiente, é inútil. Ao contrário, o Itamaraty nos dá, diariamente, provas de enorme competência de um corpo efetivamente de elite. Portanto, ao lado dessa constatação, apenas gostaria de me permitir uma pequena saída do Regimento, já que é evidente que a exposição foi magnífica e vem de um Embaixador de alta qualificação, para dar uma palavra sobre o trabalho do Embaixador Fragoso aqui no Congresso.

Tive oportunidade de ser Deputado na Comissão de Relações Exteriores e já estou nesta Comissão há quatro anos.

Isso corresponde, mais ou menos, ao tempo em que o Embaixador Fragoso fez a representação do Itamaraty aqui na Casa.

Essa é uma das tarefas mais difíceis. Essa é, talvez, uma das Embaixadas mais difíceis de todas. Não sei se é dada como prêmio ou como castigo para um Embaixador.

Verifique V. Exª que o Embaixador Fragoso conseguiu um contato profundo com os Parlamentares, e não há um ponto do Itamaraty, uma questão, uma causa, mesmo as complexas, que não tenham sido devidamente traduzidas, explicitadas. E o nível de harmonia das reuniões na Comissão de Relações Exteriores, onde se trata de problemas ingentes da relação do País com o mundo, sempre é de lucidez, de troca, o que nos enche de alegria interna. Até porque lucidez, harmonia, inteligência e paz nem sempre são o apanágio do noticiário sobre a atividade parlamentar.

O Embaixador conseguiu fazer tudo isso com extrema eficácia e, se me permitem dizer, até com um jogo de corpo e uma simpatia cariocas típicas, que o fazem uma pessoa de extrema simplicidade, e a simplicidade que tem a ver com a verdadeira cultura e com a verdadeira postura.

Ele não pertence àquela classe de diplomatas puramente álgidos e que aprendem, ao longo da vida, a aparentar a concordância com todas as partes. Ele participa, ele opina, e, ao mesmo tempo, de modo extremamente respeitoso e simpático. Quero que o Embaixador saiba que isso não passou desapercebido. Acredito que não seja, inclusive, apenas a minha opinião. Isso deve ser colocado em favor de sua ficha profissional, porque o trabalho aqui é muito difícil. E é muito difícil, em primeiro lugar, porque o Congresso é pouco informado em relação à matéria de relações exteriores.

Ainda ontem, o Senador Suplicy, de passagem, lembrava um ponto – embora não concordasse com a exposição de S. Exª – importante, o de que é preciso que o Parlamento tenha, em relação à matéria internacional, uma participação maior. E o que acontece é que o Itamaraty, exatamente pela competência, normalmente age e o Parlamento corre atrás. O Parlamento, a rigor, não está preparado em profundidade para essa matéria, e o Itamaraty talvez seja a única entidade efetivamente preparada. Por outro lado, o Parlamento tem o dever. Em outros países, como os Estados Unidos, por exemplo, o peso do Parlamento na matéria internacional é decisivo, até porque os Estados Unidos vivem problemas internacionais.

Portanto, essa contribuição, esse amálgama feito aqui tem grande importância. E acredito que esse trabalho do Embaixador Fragoso marcou a Casa. Ele vai ficar aqui como um exemplo de paciência, pertinácia, lucidez e, sobretudo, aquilo que é indispensável ao diplomata, o tino político. Saber dosar as conversas segundo peculiaridades de cada um, posições ideológicas, e jogar sempre no sentido do avanço.

Digo tudo isso com um enorme prazer, porque até aqui falei de modo impessoal, como Senador. Mas, agora, gostaria de falar como pessoa. Fui colega de turma do Embaixador Fragoso ao tempo da faculdade. Nós, estudantes de Direito, naquela época, nos dividíamos em dois tipos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Acho que aprenderam muita coisa um com o outro. Dá para se ver, sinceramente.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Não. Nós nos dividíamos em estudantes de Direito de dois tipos: aqueles que se dedicavam à política imediata, um tanto de peito aberto, saindo pelas esquinas do mundo, e uma espécie de elite, que era constituída por aqueles estudantes que estudavam Direito mas que iam para o Itamaraty, e haviam feito ou fariam logo depois a difícil prova do Instituto Rio Branco, uma das provas mais difíceis em todos os tempo para a aprovação, pela amplitude dos conhecimentos necessários.

Apesar de pertencer a essa elite, até porque filho de Embaixador, o então Fragoso, como era conhecido, sempre foi um companheiro extremamente ligado a todos nós. Tinha, assim como todos os demais companheiros do Itamaraty, um certo grau de comiseração simpática conosco, que vivíamos pelas esquinas a deblaterar, a fazer greves de bondes, a salvar o mundo. Essa complacência evidentemente permitia essa simplicidade. De todos, ele sempre foi o mais solto, o mais próximo porque vinha de uma estirpe de alta aristocracia no mundo da diplomacia, já que o pai do Embaixador Fragoso era um dos luminares do Itamaraty a esse tempo e reconhecido como tal. Havia, por outro lado, o veio gaúcho da formação do Embaixador Fragoso - não sei se V. Exª sabe disso -, do lado da mãe, que trazia uma das presenças importantes da vida brasileira nos anos 50, o General Fragoso, o General Pantaleão Pessoa, avô, que foi um dos homens mais interessantes que o Brasil teve, porque, momentaneamente levado ao poder na Cofap, quando na transição no Governo Café Filho, tomou posições de defesa da Petrobrás naquele instante, decisivas, contra o aumento de petróleo, em defesa da economia popular. Evidentemente que ele discrepou de tal modo que teve que sair porque não pertencia à essência da norma brasileira. Trabalhei com esse homem em seu gabinete. Eu era jornalista e fazia a ligação, naquela época, com o jornal **A Noite**. Tive oportunidade de examiná-lo e perceber-lhe o caráter, a dignidade, a seriedade e o amor ao Brasil.

Todos esses elementos são muito importantes na formação de todos nós. Por isso eles ficam marcados. Peço desculpas por esse desvio de natureza pessoal, mas não posso deixar de me sentir profundamente orgulhoso de haver sido seu companheiro.

O SR. ROMEU TUMA - Como Relator, não posso comentar a força intelectual, Presidente, do pronunciamento do Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Força afetiva, Senador.

O SR. ROMEU TUMA - Até pelo carinho, mas, se pudéssemos aproveitar a outra veia do Senador, eu diria que Artur avança pelo meio do campo e passa quatro ou cinco adversários, entra na pequena área, chuta e gol!

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Muito obrigado. Mas, apenas um reparo, Senador, eu realmente faço tudo isso, mas, na hora do gol, quem chuta é o PFL.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Permite-me um aparte, Senador?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Pois não.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Eu acho que me senti chamado como que à colação.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Como um goleador.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Aceito a incumbência. V. Exª fez, indiscutivelmente, mais uma brilhante intervenção, como sói acontecer na atividade parlamentar e pública de V. Exª. O Embaixador Fragoso é realmente digno dos maiores elogios e admiração por parte de todos nós, pela maneira sábia com que se conduziu durante todo esse período.

Sr. Presidente, a Casa está de parabéns, o País está de parabéns. Trata-se de um dos melhores - sem dúvida alguma com saudade -, dos mais competentes e preparados diplomatas brasileiros. Estamos dando um passo seguro, um passo sereno no sentido de ampliar e elevar cada vez mais o nível das relações internacionais do Brasil.

Era só essa a observação.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - V. Exª devia reconhecer, como goleador do PFL, que não há melhor armador do que o Senador Artur da Távola. Ele é muito competente nessa missão de levantar a bola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Muito obrigado a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Gostaria de agradecer ao Sr. Presidente e ao Embaixador Fragoso pela atenção com

que sempre tratou a todos nós, inclusive aos Senadores e Senadoras da Oposição, enquanto aqui trabalhou, assessorando o Itamaraty.

Gostaria de pedir uma reflexão. O Embaixador Fragoso ouviu-me falar com o Ministro Lampreia ontem e em outras ocasiões. Tenho tido muita preocupação com respeito ao tratamento diferente que se tem dado, de um lado, ao movimento dos capitais, dos bens e serviços e, de outro lado, aos seres humanos. Diversas instituições têm sido objeto de organização de países. Está aí o Presidente dos Estados Unidos a nos propor a Alca, com liberdade para os capitais, para bens e serviços e não tanto para os seres humanos.

A Grécia tem algo bastante interessante no que diz respeito a isso, porque, assim como Portugal e Espanha, esses países tinham, dentro da comunidade européia, até há algumas décadas, um grau menor de desenvolvimento. Como os gregos, os portugueses e os espanhóis se dirigiam muitas vezes, em busca de uma oportunidade de trabalho, a países como a Alemanha - trabalhadores da Turquia -, França e assim por diante, houve, em certo momento, uma preocupação a respeito. Com o desenvolvimento e a integração da Europa, a Grécia, a Espanha, Portugal e a Turquia têm-se aproximado do grau de desenvolvimento desses países mais avançados. Hoje se tem, na União Européia, a livre locomoção de seres humanos, seja para trabalhar, seja para estudar.

Trata-se de uma experiência muito importante. Isso não ocorre ainda com as pessoas da Ásia, da África e da América Latina. Gostaria de perguntar ao Embaixador Fragoso se ele tem conhecimento de como está essa questão na Grécia. Pediria inclusive que, em lá sendo embaixador, prestasse muita atenção a isso, porque quero conhecer melhor esse aspecto. No que diz respeito a nós, aqui, isso será muito relevante.

Ontem, o Ministro Lampreia mencionou que, com a criação do Mercosul, quer-se chegar a isso. Ou seja, à possibilidade de argentinos, uruguaios, paraguaios e brasileiros e os demais latino-americanos poderem estudar ou trabalhar nas Américas. Poderemos um dia chegar a isso no planeta.

Queria também fazer um apelo a V. Exª porque tive conhecimento de que, na Grécia, se instituiu recentemente, como em outros países europeus, um programa de renda mínima básica. Gostaria de saber como está esse projeto. Gostaria de saber do seu andamento e da sua execução. A notícia que tive é de que se trata de um algo recente. Também em Moscou, na Rússia, o Presidente Boris Yeltsin, sancionou um projeto a esse respeito. A Embaixadora Teresa Quintella enviou-me o projeto traduzido, teve o cuidado de mandar a Embaixada traduzir o projeto para o português. Ela me ligou há cerca de dez dias informando que ainda não está em execução o projeto. Ele foi aprovado, mas falta a regulamentação para a execução.

Como V. Exª sabe, tenho interesse em acompanhar esse assunto. Por isso peço a sua atenção a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - O Embaixador vai responder ao final todas as perguntas.

O SR. OTONIEL MACHADO - Eu quero engrossar as afirmações dos meus colegas Senadores sobre o carinho com que o Embaixador Fragoso sempre nos tratou em nosso relacionamento com o Itamaraty, em todas as necessidades dos Parlamentares com o Ministério das Relações Exteriores. Gostaria de dizer ao Embaixador Fragoso que, além de todas as características que já foram enaltecidas aqui, ele é também um homem de sorte. Parece-me que ser o nosso representante na república helênica é, neste momento, além de uma responsabilidade a mais, um lance de grande sorte.

Aprendemos algo sobre a Grécia desde os bancos escolares, quando nos ensinavam os atos heróicos acontecidos na mitologia grega: a história fabulosa dos deuses, semideuses e heróis da antigüidade. Ensinavam-nos a sabedoria de Atenas e a disciplina de Esparta.

Hoje, verificando o relacionamento bilateral entre Brasil e Grécia, vemos como é longo o caminho que temos pela frente. Participamos de um comércio tímido, especialmente nas áreas de turismo, de serviços e de transportes marítimos – esta última é a que mais pesa na balança comercial da Grécia, pela importância dos armadores gregos.

Precisamos tirar algumas lições proveitosas para evoluirmos na indústria do turismo – a mais rentável da Grécia, sem sombra de dúvida –, pois, embora tenhamos um potencial gigantesco nessa área, não sabemos explorá-lo.

Tenho certeza de que V. Exª poderá somar às experiências brasileiras o conhecimento acerca do turismo no mundo. Todas as pessoas que gostam de viajar têm vontade de um dia conhecer a Grécia, pela boa propaganda que se faz das Ilhas Gregas. Já o Brasil, apesar da sua imensa costa, até hoje engatinha na indústria do turismo.

Desejo-lhe sorte. Como sempre, V. Exª conseguirá realizar um grande trabalho em nome do nosso País, porque ele merece, e, acima de tudo, porque se trata de um Embaixador da estirpe de V. Exª.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Mais algum Senador gostaria de se manifestar?

O SR. LÚDIO COELHO - Concordo com tudo o que foi dito a respeito do Embaixador Fragoso. No que me diz respeito, sinto-me gratificado em pertencer a esta Comissão, que tem função importante quanto à aprovação de nomes dos Embaixadores e de tratados.

A participação do Senado da República, na área de Relações Exteriores do nosso País, tem-se limitado à aprovação de tratados e de nomes de Embaixadores, que são atribuições importantes, mas não temos discutido os rumos da política internacional do nosso País. Não debatemos, na Guerra do Golfo, a posição de dubiedade do nosso País. Não interferimos quando o Brasil resolveu exercer a liderança do Terceiro Mundo. Sendo assim, considero importante que o Congresso Nacional tenha algo a ver com os rumos da política externa do nosso País.

Desejo que V. Exª desempenhe, com sua habitual competência, as suas honrosas atribuições de Embaixador na Grécia. E, pessoalmente, estou pensando em visitar a Grécia quando de sua estada por lá.

Felicidades ao senhor e à sua família.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - A palavra continua à disposição.

O SR. OTONIEL MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Tem a palavra V. Exª

O SR. OTONIEL MACHADO - Embaixador Fragoso, embora não faça parte desta Comissão, fiz questão de vir até esta sala para cumprimentá-lo. V. Exª sabe do apreço que lhe tenho, assim como da admiração e do reconhecimento pelo seu trabalho. Acompanhei-o em todas as suas atividades e formamos uma sólida amizade, mas não é só a amizade que me leva a fazer uso da palavra: é o reconhecimento da sua competência.

A Grécia, berço da civilização, terá muito a ganhar com a sua presença, e o Brasil realmente estará representado à altura da importância da Grécia na História.

O nosso querido Senador Lúdio Coelho disse que quer visitar a Grécia, mas acho que não é só ele. Lá se realizarão os Jogos Olímpicos quando V. Exª estará nos representando. O mundo inteiro estará com os olhos voltados para a Grécia nessa ocasião e nada melhor do que o termos representando tão bem o nosso País, como tenho certeza de que o fará.

Parabéns. Fiz questão de vir dar-lhe o meu abraço e expressar-lhe a minha admiração.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Antes de devolver a palavra ao Sr. Embaixador, gostaria de dizer algumas palavras, ainda que não esteja acostumado ao exercício da Presidência.

Tenho muita admiração por V. Exª. Nesses quase quatro anos de convivência, V. Exª demonstrou muita competência no desempenho de suas atribuições. Na verdade, trata-se de uma missão para quem já foi embaixador em cidades como Madri, que são um pouco estranhas, porque V. Exª tinha de sorrir para Senadores, ouvir bobagens de outros, mostrar onde eram as capitais daqui ou dali, mas V. Exª teve muita competência e já entendi por quê: foi a convivência com o Senador Artur da Távola. Esse lado que ele tem de grandeza e, com sua maneira brilhante de falar, é um pouco diplomata. E V. Exª tem um pouco da veia política dele.

V. Exª está aqui hoje para ser sabatinado. Trata-se de uma sabatina protocolar, obrigatória, que não era necessária, porque todos nós já temos um voto antecipado, pois conhecemos V. Exª ao longo de três anos. Talvez seja o voto com mais convicção, certeza e tranqüilidade que dou nesta Casa com relação à escolha de embaixadores, mas – e levarei ao querido Presidente Romeu Tuma essa sugestão –, considerando que o Embaixador não vai sair imediatamente do País – embora indicado ele vai ficar, pelo menos, até julho –, deveríamos marcar uma reunião secreta e interna com o Embaixador, ainda na qualidade de representante do Itamaraty nesta Casa, onde S. Exª poderia conversar conosco e, com toda a franqueza, dizer o que pensa, no que S. Exª entende poderíamos alterar as nossas posições. É como aquilo que disse S. Exª: se - e V. Exª, Senador, há de concordar comigo - não podemos cobrar de ninguém o fato de os acordos serem feitos lá fora, se o Itamaraty age e nós, aqui nesta Casa, não tomamos conhecimento, a culpa é nossa, a responsabilidade é nossa, é desta Comissão, é do Senado Federal. Disse ontem aqui o chanceler - e o disse muito bem - que está à disposição da Casa para falar sobre qualquer assunto, a qualquer momento.

Penso, com toda sinceridade, perdoem-me, ser feio o desempenho desta Comissão. Tem razão o nobre Senador e meu querido amigo Artur da Távola quando diz que é o que se tem de mais bonito nesta Casa - e também assim penso, pois é aqui onde me sinto melhor; é onde mais me realizo nesta Casa, ouvindo reuniões como esta, feitas de palavras vindas de pessoas como V. Exª, com a sua história, biografia, contando o que é e o que vai ser. Sinto-me feliz e importante aqui; só que isso termina aqui. A meu juízo, não estamos dando importância à responsabilidade que temos. Guardadas as devidas proporções - e é claro, por amor de Deus, que sabemos qual a posição do Brasil, em nível internacional, comparada à dos Estados Unidos; os Estados Unidos tem mil vezes mais do que nós -, vemos que a ação do Itamaraty com relação ao Departamento de Estado dos Estados Unidos é infinitamente maior à ação da Comissão de Relações Exteriores do Senado, ou seja, a nossa ação.

O Itamaraty tem uma ação fantástica, muito grande, importante, de conteúdo, e a Comissão do Senado é zero. Não estou querendo que esta Comissão se identifique com a dos Estados Unidos, que pode decidir se haverá guerra ou não, se vão bombardear o Iraque ou não. É um outro tipo de atividade, visto que não temos peso político nem militar, nem disposição de tentar fazer este tipo de interferência. Contudo, que nós poderíamos, Sr. Embaixador, que nós deveríamos ter um debate maior e mais profundo nesta matéria não há dúvida nenhuma.

Eu disse ontem ao Chanceler e digo hoje: eu era um homem de oposição, um homem de luta na trincheira contra o regime militar, mas se há um setor pelo qual tenho o maior respeito foi à atuação do Itamaraty naquele momento. Se há um setor em que os generais não influenciaram, foi o Itamaraty. Ao contrário, naquele período, entraram na África, desenvolveram o Terceiro Mundo, mantiveram relações mais abertas com países em desenvolvimento, participaram e coordenaram a criação desse movimento de países em desenvolvimento. O Itamaraty, apesar de um Congresso sem força, sem autoridade, apesar do arbítrio que existia, ocupou o seu espaço; e aquele foi um período de um Congresso nota zero no que tange à política externa. Não podia, não tinha condições, era outra visão, mas nota zero.

Agora, vivemos uma democracia, estamos vivendo numa plenitude democrática, o mundo está mudando, está debatendo, está discutindo, o Itamaraty se adaptou, está-se adaptando a esta realidade, está discutindo, está analisando, está presente em todos os momentos, está sendo chamado para debater e para discutir. Todavia - e me perdoem o que vou dizer -, a nossa Comissão, na minha opinião, continua com nota zero. Zero porque ficamos fazendo a rotina; nós não saímos disso, não entramos num debate, não nos aprofundamos, não discutimos. Tentou-se fazer isso - e V. Exª é testemunha -, quando o Embaixador do Brasil na ONU chegou a vir aqui e nos entregou, a pedido nosso, antes mesmo de começar a Assembléia Geral das Nações Unidas no ano passado, uma montanha de projetos sobre o que iria ser discutido naquela oportunidade. O que nós queríamos ali era debater, para não fazer... Cá entre nós, se sou o Senador que vai representar o Brasil na ONU, vou lá olhar... E nunca quis, nunca aceitei participar, mas houve uma ocasião em que eu estava em Nova Iorque, por um outro assunto, não era ainda Senador, era deputado estadual, e fui assistir a Assembléia, quando vi que o Senador fica ali olhando. Uma coisa é ser observador para saber o que se está sendo discutido, para tomar conhecimento e para trazer as informações.

Então, penso que esta Comissão, meu bravo Presidente, tem condições de ser aliada do Itamaraty, que só tem a ganhar com esta aliança com a Comissão de Relações Exteriores do Senado, debatendo, discutindo, cobrando mais verbas. Nós só temos a somar se tivermos uma intimidade maior com o Itamaraty.

A meu ver, dessas discussões, como a do Mercosul, de que participei como Ministro da Agricultura no Governo Sarney, como Governador do Rio Grande do Sul, em várias reuniões; mas, como Senador da República, não participei. Na verdade, as coisas aconteceram, e nós aprovamos os tratados já feitos.

A proposta que faço a V. Exª, Sr. Presidente, é no sentido de que marcássemos uma outra reunião, com o ilustre Embaixador, onde ele viria, na qualidade de quem durante três anos e meio acompanhou a vida no Congresso, para debatermos o que poderíamos fazer no futuro.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, não posso debater, mas, pela ordem, penso que posso me manifestar.

A meu ver, é uma proposta que V. Exª pode pôr em votação. Sou Vice-Presidente, substituindo temporariamente o experiente Presidente, Senador José Sarney, que deverá reassumir.

Esta Comissão tem tido uma atividade intensa, dentro das exigências regimentais, mas nenhum requerimento para debate especial tem sido, pelo menos no período do Presidente José Sarney, denegado.

A meu juízo, a Comissão funciona em decorrência das exigências dos seus membros. Se um membro tiver a iniciativa de requerer, sem dúvida nenhuma, a Comissão estará pronta a acompanhar. São detalhas que cada um de nós, às vezes, tem interesse de solicitar uma discussão em especial, nesta grande colcha de debates internacionais, e a Comissão tem de estar pronta a responder a qualquer solicitação dos Srs. Senadores. V. Exª é bastante interessado.

Realmente, foi trazido a esta Casa da ONU - e me preocupei com isso - um tema importantíssimo, qual seja, o fato de que haverá uma sessão especial, em agosto, se não me engano, na Suíça, sobre o problema das drogas. Nessa oportunidade, será divulgada uma carta nova sobre o problema, uma listagem nova. Interessei-me pelo tema baseado no material que o nosso Embaixador na ONU trouxe. Estive em Nova Iorque, não fui à ONU, mas fui ao escritório da Representação brasileira na ONU para buscar mais material, por se tratar de um assunto que...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Aliás, V. Exª, justiça seja feita, tem feito mais que todos nós juntos com relação a esta matéria. A presença de V. Exª é permanente e constante. Que bom se todos nós fôssemos 10% de V. Exª!

O SR. ROMEU TUMA - Tivemos aqui um ex-embaixador brasileiro no Paraguai, e ontem já houve uma solicitação no sentido de que temos de saber o que acontecerá no Paraguai, e qual é a postura do Brasil hoje frente à nova situação, já que se teve uma participação ativa na situação anterior. Esses são temas sobre os quais, provavelmente, há um interesse grande, até pela influência que exercerá no Mercosul. E V. Exª, como representante do Rio Grande do Sul, sabe como esta matéria é importante. São temas, pois, que se deve discutir. O Ministro foi extremamente solícito e se colocou à disposição, e podemos contar com essa representação do Itamaraty; o Embaixador Fragoso sempre nos tem apoiado, atendendo-nos com solicitude. Em relação a esses assuntos difíceis, por meio da representação talvez possamos iniciar uma nova fase.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon).- Darei a palavra a S. Exª, para que faça sua exposição.

O SR. JOÃO CARLOS FRAGOSO - Muito obrigado.

Gostaria de agradecer, de todo o coração, essas manifestações de apreço, que foram, de certa forma, influenciadas pela integração do Senador Artur da Távola. S. Exª dividiu sua intervenção em duas partes: uma que se referia à convivência no Senado, e outra, aos tempos remotos da juventude. Obviamente, a segunda parte influenciou a primeira e data dos 18 anos.

O Senador Hugo Napoleão é uma amizade antiga; o Senador Pedro Piva, uma das amizades novas mais carinhosamente desenvolvidas no tempo em que estivemos juntos; o Senador Romeu Tuma, meu Presidente e generoso guia nos meandros desta Casa.

O Senador Pedro Simon me fez um reparo, ao final da minha exposição, que gostaria de corrigir. Trata-se da falta de referência a Chipre, algo que constitui falha grave, pois Chipre existe como contencioso grego. A situação esteve muito pior no passado; a Grécia esteve à beira de uma guerra. Como um Comitê das Nações Unidas está tentando, há mais de 20 anos, mediar esse conflito, hoje o problema latente existe, mas não há nada que, neste momento, ameace a paz. Fazem parte da história da Grécia essas contenciosas disputas territoriais, que temos a tendência de esquecer, já que é um processo contínuo.

Quando o Senador sugeriu essa outra reunião, quase que me ocorreu pedir ao Ministro que me removesse amanhã, mas, de qualquer maneira, estou à disposição da Comissão para o que precisarem.

O que gostaria de fazer — talvez seja esta minha primeira e última oportunidade — é um agradecimento ao Presidente e aos membros da Comissão pelo trato, pela fidalgia com que eu e meus colaboradores fomos sempre tratados na Comissão e no Senado e pela aprendizagem a que me submeteram. Quero pensar que, nesses treze anos e meio em que estive à frente da Assessoria Parlamentar, só aprendi o que é importante para os diplomatas brasileiros: como entender o Brasil; como entender as regiões do Brasil.

Não só eu, como os meus colaboradores e o próprio Ministério temos consciência do valor desse contato, desse diálogo. Apenas mencionarei uma instância. O Itamaraty pega os seus diplomandos do Instituto Rio Branco como estagiários em dois momentos do curso: um para estagiarem em setores do próprio Itamaraty e outro para estagiarem em repartições do Governo, fora do Itamaraty. Nesse segundo grupo, a exceção é quando o Itamaraty me manda três ou quatro jovens terceiros secretários para estagiarem na assessoria parlamentar. Por quê? Porque o estágio deles é o contato com o Congresso. É um setor que faz com que os jovens diplomatas já comecem a carreira conhecendo um pouco da mecânica, do funcionamento das duas Casas do Congresso e acabem, digamos assim, especializando-se em comissões de Relações Exteriores.

Então, só tenho a agradecer por essa convivência que foi muito enriquecedora para mim; é enriquecedora para os meus colaboradores e para esses jovens diplomatas que estão dando os primeiros passos.

Muito obrigado a todos.

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Terminada a votação. Por unanimidade, foi aprovada a indicação do Embaixador Fragoso.

Passamos ao segundo item. Relator: Senador Hugo Napoleão. V. Exª pode ler o seu relatório enquanto esperamos o Sr. Embaixador.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, recebo para relatar a mensagem pela qual o Presidente da República indica o nome do Sr. Roberto Soares de Oliveira, Ministro de Primeira Classe, para exercer as funções de Embaixador do Brasil junto à Confederação Suíça. Estando absoluta e rigorosamente de acordo com os dispositivos da Carta Constitucional e da legislação pertinente, chega a esta Comissão o processado alusivo à indicação do Sr. Embaixador.

É bom salientar alguns dos trechos do relatório para dizer que o indicado nasceu no Rio de Janeiro e serviu como 3º Secretário desde 1964, tendo, em pouco mais de trinta anos, chegado ao ápice da carreira, que é justamente o de Ministro de Primeira Classe. Exerceu entre 1966 e 1998 vários cargos da maior importância, como Assistente da Subchefia Parlamentar do Gabinete Civil da Presidência da República e Chefe da Assessoria Diplomática da Vice-Presidência da República. No Itamaraty, também exerceu cargos de Subchefia e Chefia de divisão de alto nível. Serviu em Miami, São Salvador, Roma, Ancara, Lima, Buenos Aires, Camberra e Milão, ressaltando-se também haver sido encarregado de negócios em Camberra. Foi Cônsul-Geral em Buenos Aires e Cônsul-Geral Adjunto em Milão.

Gostaria de salientar algo de interessante: ele também prestou serviços quando da visita de dignitários estrangeiros, como o Presidente da França, os soberanos da Bélgica e, em particular – o que me diz respeito muito de perto – ao Xá do Irã, ocasião em que o meu pai, Embaixador Aloísio Napoleão de Freitas Rêgo, era justamente o Chefe da Missão diplomática – era Embaixador do Brasil no Irã, em Teerã.

Participou de diversos organismos internacionais, tratando, em nome do Brasil, de assuntos variados, como Direito Privado, em Roma, Direito do Mar e cultura, em Lima; membro de várias comitivas técnicas brasileiras ao exterior, solenidades de posse de presidentes, bicentenário da Revolução Francesa; acompanhou a comitiva do Sr. Vice-Presidente da República em solenidade de posse do Presidente do Equador e em outras atividades oficiais; esteve no Uruguai, Assunção, República Federal da Alemanha, Portugal e Espanha.

Gostaria de salientar que o diplomata é portador de várias condecorações brasileiras e estrangeiras, como as do Paraguai, Equador, Itália, Alemanha, Líbano, Irã e Argentina e

exerce com zelo e competência relevantíssimas funções na Vice-Presidência da República, junto ao Sr. Vice-Presidente Marco Maciel.

Finalmente, constam informações no processo sobre a Suíça, no que concerne aos aspectos políticos internos, à política exterior, à conjuntura econômica, às relações com o Brasil e aos investimentos em nosso País.

O Embaixador Roberto Soares de Oliveira teve a gentileza de encaminhar aos membros desta Comissão um apanhado, uma síntese de aspectos da situação física, antecedentes históricos, estrutura de Estado, economia, relações com o Brasil da Confederação Suíça, da Confederação Helvética.

Gostaria de dizer que essas eram as considerações que me cumpriam prestar no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Muito obrigado Sr. Senador. Já que o Embaixador Roberto Soares de Oliveira teve a gentileza de distribuir as notas mais importantes sobre a nova missão que terá, poderá fazer, se assim o quiser, um resumo e depois submeter-se aos questionamentos dos Srs. Senadores.

Tem V. Exª o microfone à sua disposição.

O SR. ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA - Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs. e Srs. Senadores, membros da Comissão de Relações Exteriores, é para mim, como diplomata, uma honra insigne comparecer perante V. Exªs. para ter apreciada a indicação do meu nome como representante do Governo brasileiro junto ao Governo da Confederação Suíça.

Como disse o Sr. Presidente, considero que, na nota técnica de que os senhores dispõem, os fatos mais relevantes estão especificados. Gostaria apenas de ressaltar alguns pequenos detalhes que, creio, são de interesse especial. O primeiro deles é a questão da multiplicidade na formação da Suíça, a convivência até hoje de quatro grupos principais, bastante diferenciados e caracterizados, como os germânicos, franceses, italianos e rumanches, em um país que mantém um estado de equilíbrio interno há muito tempo. Isso se deve basicamente à estrutura do estado suíço, que nasce, a rigor, do juramento do Prado de Heutlig, em 1291, quando representantes de três cantões germânicos rurais se unem para defender as suas liberdades.

Com o passar do tempo, esses cantões foram agregando outros. Chegando ao século passado, a Suíça, depois de uma época em que exportou muitos soldados, em 1515, desistiu dessa exportação; em 1647, adota a política sábia da neutralidade; que não foi respeitada por Napoleão I. Mas, finalmente, foi consagrado, no Congresso de Viena, em 1815, esse decreto da neutralidade perpétua e inviolável da Suíça.

A Suíça chega ao final do século com uma Confederação muito solta, que prevê, em dois princípios, a manutenção do Estado: o primeiro deles é o federalismo, considerado como a espinha, o arcabouço do Estado e que preserva a independência de cada cantão. Por exemplo, não há uma polícia federal suíça, há polícias cantonais; o limite da ação da polícia é a fronteira do cantão. E o segundo é a atividade subsidiária. Infelizmente, não podemos usar um galicismo que eles usam na própria Constituição suíça, que seria, - perdoem-me - a "subsidiariedade" do papel da Confederação. A Confederação tem um papel ancilar quanto à vida do cantão. Ela age apenas como uma entidade reguladora, coordenadora das relações entre cantões, mas não interfere neles. A unidade básica é a comuna, e aí existe a figura até hoje da assembléia popular. Todos os homens e mulheres válidos, assim considerados os votantes, comparecem em praça pública e votam os assuntos em pauta de viva voz. Isso, nas comunas grandes, é substituído por um conselho comunal.

No estágio seguinte, temos o cantão, com o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, e chegamos na Confederação. Na Confederação, o poder predominante é o Legislativo, porque dele emanam os dois outros, já que o Legislativo é que elege o Executivo, o Conselho Federal, composto de sete membros, que, em geral, são representantes do Parlamento - não necessariamente, mas usualmente o são. O Legislativo também elege os membros do Tribunal Federal, que tem sede em Lausanne.

Então, é a predominância absoluta do Legislativo, que é composto de duas Câmaras, com uma peculiaridade: as duas têm funções exatamente iguais. Uma representa o povo: são 200 Deputados eleitos em regime proporcional, que é o Conselho Nacional; o outro é o Conselho dos Estados, que representa os cantões. Cada cantão tem dois representantes, cada semi-cantão tem um representante, perfazendo 46 membros. A iniciativa legislativa pode partir de qualquer uma das duas Câmaras ou pode partir também de iniciativa popular - cem mil cidadãos votantes podem subscrever um projeto e apresentá-lo à Assembléia Federal.

Isso é um dos pilares importantes da vida suíça. No Executivo, o Conselho Federal é eleito pela reunião das duas Câmaras, pela Assembléia, que elege sete membros, cada um dos quais responsável por um Ministério. Eles se turnam anualmente, de tal maneira que, a cada ano, um dos Conselheiros Federais será o Presidente da República, que é na verdade um **primus inter pares**, ele não tem uma predominância absoluta, ele apenas é o responsável pela Casa naquele ano.

Há uma peculiaridade interessante no caso, que eu soube tratando com autoridades suíças: o Presidente da República de turno não pode sair do país, ele é obrigado a lá permanecer durante todo aquele ano, o que causa, no momento, por exemplo, uma situação muito interessante, porque o atual Presidente do Conselho Federal, o Conselheiro Federal Flávio Cotti, que é de etnia italiana, é também o Ministro das Relações Exteriores. Então, temos um Ministro das Relações Exteriores que está proibido, constitucionalmente, de sair do país durante um ano. Como eles vão se arrumar é um problema sobre o qual não tenho a menor idéia.

Outro ponto característico da Suíça é a questão de Forças Armadas. Eles têm o conceito do Exército milícia e o conceito de milícia também deriva do Parlamento. O Parlamento suíço é um Parlamento milícia, porque os representantes, nos dois Conselhos, continuam a exercer suas funções normais, suas atividades normais, não há nenhum óbice constitucional a que a pessoa continue com suas atividades. Eles apenas têm de comparecer às sessões do Parlamento. O Exército milícia é a mesma coisa: faz com que todo cidadão suíço, dos 19 aos 50 anos, esteja sob armas, literalmente, já que o soldado suíço guarda em casa o seu fuzil de assalto, o uniforme e a munição. São 625 mil homens, o que dá, aproximadamente, 10% da população suíça que é de 7 milhões e 200 mil. Isso no território, que o Senador pelo Rio de Janeiro pensará ser uma coisa muito específica, porque é um território menor que o nosso Estado. São 41 mil quilômetros, contra os 43 mil do Rio de Janeiro. Então esse exército é concebido como uma força de dissuasão. Agora, essa força de dissuasão nasce do conceito da neutralidade, que é outro grande pilar da Suíça. É uma neutralidade ativa e permanente.

A neutralidade ativa e permanente da Suíça a mantém isenta de participação em conflitos entre Estados, o que caracteriza a Convenção de Haia sobre neutralidade, ocorrida em 1907. A Suíça leva essa característica ao nível máximo: não se envolve em situações que possam ser potencialmente conflitivas, nem em época de paz. Por essa razão, a Suíça não faz parte de organismos internacionais, como as Nações Unidas, a União

Européia, apesar de fazer parte de organismos das Nações Unidas, como a FAO.

Há um estudo muito interessante de um professor de Ciências Políticas da Universidade de Zurique que explica as razões da neutralidade suíça. Se analisarmos, num mapa, a posição da Suíça, compreenderemos facilmente o chamado "estado ferrolho", que é a colocação geográfica da Suíça no centro da Europa. Ela era caminho para quem viesse do norte para a Península Itálica e para quem viesse do leste para os países ricos do oeste. A colocação geográfica faz com que a política mais prudente para a Suíça seja a neutralidade.

O segundo fator é que a Suíça praticamente não tem recursos naturais, pois somente um quarto do território suíço é cultivável, o que a tornou um país pobre até a Revolução Industrial.

O terceiro fator é que a participação em política externa implica, como V. Exªs sabem muito bem, em uma tomada de posições no plano interno. Há possibilidade de dissensões internamente que podem ser traduzidas em dissensões no plano externo. Os suíços chegaram, desde 1959, a um consenso parlamentar no qual há uma divisão tipo clube inglês: os Partidos maiores têm duas cadeiras cada um, no Conselho Federal, e a União Socialista tem uma. Esse consenso faz com que praticamente não exista uma oposição formal na Suíça, que começa a surgir agora com os Partidos Verdes e com os Partidos de etnias menores.

Isso tudo faz com que o futuro desse castelo de idéias que se criou em torno da Suíça - de um país perfeito, com ordem perfeita, democracia perfeita, neutralidade absoluta - torne a vida na Suíça, no final do século XX, extremamente difícil. A Suíça, inevitavelmente, tenderá a se incorporar à União Européia. Não há outra saída, ela está circundada por países da União Européia.

Por outro lado, a Suíça depende totalmente, por não ter recursos naturais, de importações e basicamente das exportações - 66% do PIB suíço é derivado de serviços, somente 3% da agricultura e o restante da indústria. A Suíça é um grande centro processador e atualmente pode-se verificar que, de cada dois francos suíços ganhos no PIB, um foi ganho no exterior, seja por companhias suíças no exterior, seja por comércio exterior.

Essa situação da neutralidade foi cômoda, mas atualmente já não atende mais à necessidade de um país que está sendo jogado à força num mundo que se globaliza, que se comunica muito mais facilmente e que questiona alguns dos tabus sagrados da Suíça, como o sigilo bancário.

Por outro lado, a democracia direta é muito bonita, mas chega a ser, nos nossos dias, utópica no caso da Assembléia Popular Comunal. É muito lenta a velocidade de decisão de uma iniciativa legal na Suíça. Não é como em um país em que o Parlamento existe incorporadamente Parlamento, com um Executivo definidamente Executivo e que possa tomar decisões a partir do nível nacional. Na Suíça, normalmente, a decisão vem do nível comunal.

A relação com o Brasil é muito boa, pois é mais difícil termos problemas com um país com o qual não temos fronteiras do que com um país com o qual temos fronteiras. A Suíça foi o primeiro país não português a nos mandar imigrantes. D. João VI, em 1808, autorizou a imigração de 2.000 cidadãos suíços, predominantemente do cantão de Friburgo, que fixaram-se na fazenda que pertencia a um cônego e foi comprada pela Casa Real para ser cedida aos suíços. A idéia de D. João VI era conseguir um regimento suíço para seu exército. Isso é muito bem descrito por um historiador chamado Martin Meculan, da Universidade de Friburgo, que afirma que, ao final, só ficou o outro lado da medalha, a imigração suíça. Essa imigração foi cheia de peripécias; após uma viagem complicadíssima finalmente instalaram-se em Friburgo e hoje são a origem da cidade de Nova Friburgo.

O comércio com o Brasil é, para nós, deficitário. Exportamos para a Suíça, no ano passado, US$239 milhões e importamos US$774 milhões. Exportamos, basicamente, produtos de pouco valor agregado; enquanto importamos máquinas e objetos de precisão, relógios, objetos de alto valor agregado. A Suíça tem um Produto Interno Bruto de US$255,86 bilhões, comparáveis aos nossos US$800 bilhões; e tem uma renda per capita de US$ 36.037,00, bastante alta. Tem uma inflação de 0,4% e um índice de desemprego de 5%. Exporta um total de US$79,5 bilhões e importa US$78,18 bilhões - um equilíbrio praticamente perfeito.

A análise dos parceiros de exportação da Suíça demonstra também uma das razões pelas quais esse País não pode continuar tão neutro, por tanto tempo, quanto à questão européia. Praticamente três quartos da exportação suíça é dirigida para os países da União Européia; somente para a Alemanha são 22,5%.

Temos alguns acordos com a Suíça, sendo que dois estão pendentes: um acordo de proteção de investimentos, que está em apreciação no Congresso Nacional, e a solicitação de um acordo para prevenir bitributação, feita pelo Ministro da Fazenda suíço, quando esteve no Brasil em 1995. Aparentemente, é conveniente aguardar uma reforma fiscal ampla para esse acordo ser discutido ou tratado.

O intercâmbio de visita entre o Brasil e a Suíça mostra uma vontade, dos dois lados, de estreitamento de relações. Tivemos, primeiramente, a visita do Ministro da Fazenda suíço, depois, o comparecimento do Chanceler Luiz Felipe Lampréia ao Fórum de Davos, em 1987, e, finalmente, a visita de Estado do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em janeiro de 1998, à Suíça e ao Fórum de Davos. Em Zurique e em Davos, buscou-se mostrar a um grupo de empresários as possibilidades que o Brasil oferece para investimentos suíços.

Há uma certa timidez da Suíça em investimentos, tanto que, no ano passado, por exemplo, eles ficaram em 11º lugar nessa área, apesar de serem o 6º país com estoque total de investimentos no Brasil, estoque este, segundo o Banco Central, de US$3,8 bilhões e, segundo o Banco Central suíço, de US$3,7 bilhões.

De qualquer maneira, essa relação merece ser incrementada e tratada com cuidado, visto que a Suíça potencialmente poderá ser um investidor ainda maior. Atualmente, o Brasil é o país de destino da maior parte da exportação suíça para a América Latina. Creio que devemos não apenas conservar isso, como ampliar novas faixas de ação, para que não somente grandes empresas se fixem no Brasil, mas para que haja **joint-ventures**, com participação maior de empresas de médio e de pequeno porte. Estou informado de que uma das missões atribuídas ao Embaixador suíço em Brasília pelo Ministro da Economia, Delamir Heinz, foi a de pesquisar as possibilidades de colaboração e de cooperação no setor de pequena e média empresas no Brasil.

Sendo assim, deve haver o aprofundamento das relações, o estreitamento dos laços econômicos e a descoberta de novos nichos em que o Brasil possa ingressar no mercado suíço. Vejo como muito promissor os mercados de frutos tropicais, de sucos e de peixes, cujos produtos, a partir de pontos dos litorais norte e nordeste do Brasil, poderemos mandar facilmente para a Suíça.

Pretendo dedicar-me a essas e a outras tarefas como Chefe de Missão Diplomática em Berna, caso V. Exªs estejam de acordo.

Muito obrigado pela sua atenção e paciência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, o Embaixador Roberto Soares de Oliveira acaba de demonstrar à saciedade que tem conhecimento profundo a respeito dos antecedentes históricos da realidade institucional e comercial da vida suíça.

A exposição foi plenamente satisfatória e abrangente e pretendo fazer apenas algumas observações. O Embaixador diz que a economia suíça vive à razão de 3% da agricultura. Isso ficou muito claro quando estive numa ocasião em Genebra para participar, como observador, de uma reunião da Organização Internacional do Trabalho, onde diplomatas brasileiros mostraram que é tão cara a alimentação na Suíça, valendo-se eles, às vezes, da vizinhança francesa de Ferney-Voltaire a fim de adquirir gêneros de supermercados. Pude verificar até mesmo em restaurantes como é cara a alimentação na Suíça.

Gostaria que o Embaixador esclarecesse uma dúvida que tive sobre uma situação incompatível. De um lado, temos essa Suíça que mantém a neutralidade – situação plenamente analisada pelo Embaixador – e que não participa nem da União Européia nem da Organização das Nações Unidas, embora sedie, em seus territórios, diversos organismos internacionais. É extremamente curioso e até paradoxal o fato de a Suíça não participar da ONU, das Nações Unidas, e sediar organismos internacionais, participando, por exemplo, da FAO, que tem sede em Roma.

Como compatibilizar essas duas situações com uma terceira, ou seja, um exército de 625 mil homens armados até os dentes? Cada cidadão suíço, depois do serviço militar, presta, até determinada idade – salvo engano, 32 anos –, três semanas de atividade anual de adestramento militar; a partir de certa idade, até 50 anos, esse período de prestação de serviço é reduzido. Como compatibilizar estas três situações? Primeira, uma Suíça que não participa da União Européia, mais especificamente das Nações Unidas, segunda, que todavia sedia organismos internacionais e, terceira, que está armada e pronta para enfrentar a guerra a qualquer momento, embora seja pacifista por tradição? Foi a dúvida que me assaltou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA - Agradeço sua pergunta. Realmente, quando comecei a me preparar para esta reunião, questionei-me acerca do porquê de um exército tão forte e armado, como V. Exª disse, até os dentes, com os mais modernos equipamentos. Eu acrescentaria ainda mais um detalhe: trata-se de um armamento quase autárquico, porque a grande maioria do armamento suíço é desenvolvida na própria Suíça. Eles têm, por exemplo, uma das maiores fábricas de obuseiros do mundo, a Herlicon, que também fabrica as melhores centrais de direção de tiro; fabricam carros blindados. Qual o porquê desse exército?

No momento, a Suíça não participa dos organismos internacionais, mas, na verdade, já participou da Liga das Nações quando da sua constituição; entretanto, havia um artigo especial na Carta da Liga que permitia a participação da Suíça, mesmo mantendo a sua estrita e total neutralidade. Essa deve ter sido uma das razões pelas quais a Liga das Nações naufragou, pois trata-se de um contra-senso absoluto.

A Suíça mantém a teoria da neutralidade ativa; uma neutralidade permanente, perpétua, mas ativa. A Suíça não atua militar ou politicamente em conflitos, mas deles participa, e sempre esse é um dos quatro pilares da neutralidade suíça. Os outros são: situação estratégica, penúria de matérias-primas, subordinação da política externa à política interna e, quarto, política dos bons ofícios. A Suíça tem como um dos pilares da sua neutralidade ativa a obrigação quase que moral de participação, em termos de bons ofícios, em todos os conflitos. Por isso sempre, quando há uma ruptura de relações, o Embaixador suíço acaba encarregando-se dos interesses do outro país. É a participação permanente. Assim a neutralidade ativa traduzir-se-ia em uma disponibilidade total para a comunidade internacional naquilo que seja do interesse geral, motivo por que a Suíça oferece o seu território para sediar organismos internacionais. Participa, por exemplo, de missões de paz das Nações Unidas, não com tropas, contingentes armados ou inspetores, mas com o financiamento das operações de paz e com ajuda em termos de equipamentos.

A questão do exército armado até os dentes é característica básica da concepção militar suíça. Trata-se de um exército de dissuasão, que servia para provocar justamente um potencial invasor. Essa é uma das questões levantadas atualmente. O relatório de Edward Brünner, encomendado pelo Conselho Federal e entregue em fevereiro último, questiona justamente a manutenção do exército e da neutralidade.

O exército servia, até a época da Guerra Fria, para tornar difícil a passagem de exército do Pacto de Varsóvia para a esquerda e de exército da OTAN para a direita, fazendo com que os generais pensassem duas vezes antes de cometerem-se com tropas em um território montanhoso, de difícil acesso e com gente disposta a defendê-lo, porque estaria defendendo a sua casa.

O custo-benefício da invasão do território suíço seria tão grande que não tornaria uma operação vantajosa sob nenhum ponto de vista estratégico. Era muito mais fácil circular a Suíça pela Áustria e pela Alemanha por cima ou descer pelas planícies italianas do Vale do Pó e da Lombardia e subir pelo espaço de montanha.

Para descrever melhor a situação, lanço mão da "teoria do ouriço": o ouriço se torna tão indigesto com a sua aparência que qualquer predador pensa duas vezes antes de comê-lo. A Suíça seria um ouriço. Daí a razão de ser desse exército.

O Relatório Brüner, por exemplo, questiona todos esses aspectos. Diz que a neutralidade não é mais possível num país que quer se incorporar ao mundo globalizado e que não há mais justificativa para uma despesa militar da ordem que é a despesa militar suíça - altíssima, se considerarmos que não há uma ameaça patente de invasão terrestre ou aérea àquele território.

Aponta também um outro fator, que é o uso crescente da língua inglesa na Suíça, fator de desagregação da Confederação. Um dos pilares básicos de sustentação da Confederação era o fato de que cada criança no Cantão de Berna, germanófano, aprendia francês obrigatoriamente como segunda língua; as criancinhas nas escolas públicas de Genebra aprendiam alemão como segunda língua e no Tecino, aprendiam alemão ou francês. A necessidade de falar a língua do outro criava uma coesão frouxa, mas que existia. O aparecimento do inglês é uma ação corrosiva desse laço lingüístico criado.

Há, por exemplo, um texto muito interessante de Dürrenmat em que ele fala do seu idioma. Ele dizia: "Escrevo em alto alemão, eu falo em Schwitz Dutsch e eu, às vezes, converso com os amigos em francês". Isso tenderá a acabar com a introdução da língua inglesa na Suíça.

Acho, Senador, que a contradição existe e é essa contradição justamente que provoca a convocação do comitê de Édouard Brüner. A elaboração desse relatório vai servir de base, inclusive, para a atuação do Conselho Federal.

Um dos objetivos do Conselho Federal para este ano - listados nos "Objetivos do Conselho Federal para o ano de 1998" - , é justamente a incorporação da Suíça à Europa - é o ponto 22. O segundo diz respeito à reforma do Estado, porque eles mesmos já se dão conta de que a democracia direta na base da comuna não dá respostas rápidas o suficiente.

O 23º ponto refere-se à preparação de projeto de mensagem concernente à adesão da Suíça às Nações Unidas,

que já foi recusada uma vez em **referendum** há alguns anos, em 86. Hoje parece existir uma margem muito maior de aceitação à essa idéia.

O 24º ponto, que é crucial para eles no momento, é a defesa da imagem suíça junto à opinião pública mundial por causa da questão do ouro da Segunda Guerra Mundial.

Acho que teremos, como V. Exª apontou muito bem, essa incongruência - incongruência que creio que será resolvida dentro de um prazo razoavelmente curto.

Espero ter respondido a sua pergunta.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Perfeitamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRª EMILIA FERNANDES - Sr. Ministro Roberto Soares de Oliveira, gostaria de também cumprimentá-lo desejando, desde já, sucesso na nova atividade.

Chamou-me profundamente a atenção parte do relatório muito bem elaborado pelo Senador Hugo Napoleão, que se refere aos serviços que V. Exª vem prestando desde 1966 a 1998 - portanto, atualmente - junto à Vice-Presidência da República. A permanência de um diplomata por 32 anos prestando serviços junto ao Gabinete Civil da Presidência da República dá um conhecimento muito amplo de diferentes situações e momentos da política brasileira.

Esse é um ponto que gostaria de registrar.

Não estou fazendo nenhum reparo. Entendo que ele ingressou na carreira diplomática por concurso em 1964, conforme está expresso, e vem realizando atividades no exterior e destacando-se com muito êxito e muita competência. Chamou-me a atenção o desempenho da sua missão diplomática junto ao Gabinete da Vice-Presidência da República, que considero altamente significativo, em momentos tão diferentes que o Brasil viveu desde 1976 até agora.

Li atentamente o trabalho que V. Exª trouxe à Comissão, que é de muito boa qualidade, e gostaria de fazer apenas uma consideração.

Quando fala sobre a questão da economia, diz que a Suíça chega ao século XX com uma economia diversificada, que impressiona pelo número de empresas de ponta, que vão das indústrias alimentares e químicas às mecânica de precisão, ótica, máquinas, ferramentas, eletrônica, têxteis, relojoaria e serviços. A qualidade e a inovação, aliadas a importantes sistemas financeiros, e o acesso a capitais de monta fazem com que a Suíça seja, em termos relativos, o país mais rico da Europa. Na presente década, porém, a evolução da economia Suíça vem demonstrando sinais negativos.

Como complementação do excelente trabalho que V. Exª nos apresenta, gostaria que V. Exª pudesse rapidamente nos dizer se já são notadas repercussões, tendo em vista que a Suíça é um país que tem uma renda **per capita** de U$36.000, inflação de 0,4%, desemprego de 5%. Enfim, quais as repercussões que se pode sentir, segundo o estudo e avaliação de V. Exª a respeito daquele país em relação às questões sociais básicas. Eu pediria que acrescentasse também ao seu belo trabalho algo relacionado à educação, à cultura e à vida mais amena do povo. Penso que todo representante de um país tem que olhar tanto a questão da integração econômica como educacional e cultural, já que ele deve ser um elo importante entre os países.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Permite V. Exª uma breve observação?

Talvez eu não tenha entendido. Citei entre 1966 e 1998, não que tenha sido exercido esse período completo. No parágrafo seguinte, saliento que entre 1965 e 1994 ele serviu em vários postos no exterior. Não precisei a data, apenas dei uma abrangência limite. Ele exerceu em 1966 e, depois, em 1994.

A SRª EMILIA FERNANDES - A questão básica refere-se a questões relacionadas ao país e que, a partir do momento em que V. Exª assumir, tenhamos essa integração, como já foi ressaltado em depoimentos anteriores, uma maior participação desta Comissão, entrosamento contínuo com os países sobre os acordos em andamento, enfim, todo tipo de informação que acho importante recebermos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Esclarecido o problema do relatório, solicito ao Sr. Embaixador que responda à Senadora.

O SR. ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA - Muito obrigado, Senador.

Buscarei ser o mais sucinto. Quero dizer à nobre Senadora que devo ser um dos Ministros de Primeira com maior tempo de serviço no exterior, no momento em atividade. Tenho vinte e quatro anos e oito meses de serviço no exterior, em diversos postos. Como esclareceu o eminente Senador Hugo Napoleão, a minha permanência na vice teria sido muito honrosa, mas como lhe foi dito, eu teria que ser tombado como patrimônio, para ter ficado tanto tempo.

De qualquer maneira, agradeço os elogios. Comecemos pelo lado que sei que toca mais a nobre Senadora: a educação.

O nível de educação na Suíça é altíssimo. O número de universidades, institutos de ensino superior, num país de sete milhões e duzentos mil habitantes, é dos mais altos. Para que V. Exª tenha idéia, desde 1945 até hoje, cidadãos suíços ganharam duas vezes o Prêmio Nobel de Química; três vezes o Prêmio Nobel de Física, cinco vezes o Prêmio Nobel de Medicina e uma única vez o Prêmio Nobel de Literatura - Hermann Hesse, com o "Lobo da Estepe".

Essa é uma tradução muito cabal da qualidade do ensino e da qualidade do meio universitário. A maioria dos prêmios nobeis de medicina, por exemplo, está no Hospital da Universidade de Zurique.

Os sinais negativos na economia suíça são reflexos de toda essa conjuntura que examinamos muito brevemente, de problemática com o País, e com a sua indefinição de que é o papel da Suíça no século XXI.

O que aconteceu? Há uma imigração dos países fronteiriços, a chamada imigração temporária, com sobrecarga no sistema de trabalho. A variação do franco suíço torna a exportação suíça menos competitiva, o que ocasiona uma queda do PIB. Mas o que seria para eles uma queda trágica - no ano passado a queda foi de 0,9%, de 96 para 97 já recuperado - para nós, um país em via de desenvolvimento, não seria uma coisa tão problemática. É que apenas eles têm precisão absoluta em tudo isso.

A Suíça continua a ser o País mais rico da Europa, com nível de vida mais alto, mas com grandes problemas de base, como foi apontado pelo Senador Hugo Napoleão. A alimentação é caríssima, importada em sua grande maioria, pela carência, o que faz com que a economia suíça seja muito sensível a qualquer expressão do exterior e muito dependente do exterior. E também faz com que, no futuro, a união européia seja uma determinante da qual o país não poderá escapar.

Não sei se respondi sua pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Sr. Embaixador Roberto Soares de Oliveira, eu também não poderia deixar de cumprimentá-lo pela exposição e pelas respostas bem objetivas, nos dando uma aula sobre a Suíça.

Tem razão o Senador Pedro Simon, V. Exª abordou **en passant** o problema da queda do sigilo bancário. A Suíça era, até há pouco, repositório de quase todo o dinheiro oriundo do crime organizado. Eu mesmo tive sucesso, há cerca de treze.

anos, de quebrar o sigilo de uma conta de uma grande fraude que foi praticada no Brasil.

Não havia esse sigilo tão decantado porque, contra o crime, a Suíça sempre agiu com bastante interesse em auxiliar os outros países. Agora, parece-me, a nova legislação facilita ainda mais.

Sei que a Suíça tem sofrido uma invasão de pequenos criminosos, com a queda do Muro de Berlim, com a dissolução da União Soviética. Então, os aeroportos têm que tomar cuidado porque a carteira ali voa, sem se perceber. Então, é um tema a ser discutido. Ao aprovarmos a lei de quebra de sigilo, deve haver parceria internacional para que ela seja realmente aplicada. Talvez seja um tema que V. Exª tenha apresentado para debate internacional. Considero importantes esses acordos que o próprio Banco Central tem procurado estabelecer, bilaterais ou não.

O trabalho de V. Exª será importantíssimo para essa perseguição ao crime organizado, ao tráfico de drogas. Por ser eu oriundo dessa área, vejo a importância da figura de V. Exª na Embaixada, para podermos discutir alguns temas tão relevantes.

Agradeço o carinho com que V. Exª sempre nos tratou, quando na chefia da Assessoria Diplomática da Vice-Presidência.

Convidaria V. Exª a se retirar para a votação. Julgo que V. Exª será aprovado por unanimidade.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada a indicação do Sr. Embaixador Roberto Macedo Soares, por unanimidade.

Ficam adiados os outros itens da pauta em razão da queda do **quorum** necessário à sua aprovação.

Dou por encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h53min.)

ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA 6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA , DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 1998.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte e nove de abril do ano de mil novecentos e noventa e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador ROMEU TUMA, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores HUGO NAPOLEÃO, JOSÉ AGRIPINO, BERNARDO CABRAL, PEDRO SIMON, CASILDO MALDANER, ARTUR DA TAVOLA, CARLOS WILSON, BENEDITA DA SILVA, ADEMIR ANDRADE, e, EDUARDO SUPLICY. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a ouvir as exposições que farão os senhores MARCO CESAR MEIRA NASLAUSKY, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, Designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Santa Se, cujo Relator é o Senhor Senador ROMEU TUMA, e o Senhor MARCUS CAMACHO DE VICENZI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, Designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Republica da Colômbia, cujo Relator é o Senhor Senador HUGO NAPOLEAO. Encerrada as exposições, e nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

SENADOR ROMEU TUMA
PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Declaro aberta a 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Item 1:

Mensagem 126. Submete o nome do Sr. Marco César Meira Naslausky, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira Diplomática para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé.

Pergunto se algum dos Srs. Senadores poderia presidir, porque sou o Relator.

Senador Abdias Nascimento, V. Exª poderia presidir a reunião, enquanto faço a relatoria do item 1?

O SR. ABDIAS NASCIMENTO - Pois não!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - A pasta, com o parecer, está sobre a mesa?

Por favor, sou o Relator e o Senador Abdias irá presidir.

O SR. PRESIDENTE (Abdias Nascimento) - Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, para relatar a Mensagem Presidencial nº 126, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Marco César Meira Naslausky, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira Diplomática, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Santa Sé.

Tem a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente, antes de o Relator dar o seu parecer. Gostaria que V. Exª determinasse o registro em Ata da nossa satisfação em vê-lo na presidência da Comissão de Relações Exteriores, ainda que momentaneamente, numa justiça que se faz a um colega do seu quilate.

Peço que determine, na qualidade de Presidente, o registro em Ata, ainda que este registro seja favorável a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Abdias Nascimento) - Muito obrigado a V. Exª. O registro será feito.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, endosso o pedido de registro em Ata do Senador Bernardo Cabral. Sinto-me muito feliz em vê-lo presidindo esta sessão, em que está sendo apreciada a indicação da Presidência da República do nome do Sr. Marco César Meira Naslausky, como Ministro de Primeira Classe para uma importante Embaixada, que é a do Brasil junto a Santa Sé.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou **curriculum vitae** do interessado, que, segundo o referido documento, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1940, sendo filho do Sr. Jaime e D. Lindimaia Meira Naslausky.

O indicado é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Fez curso de preparação para a carreira diplomática no Instituto Rio Branco. Participou do curso de treinamento do grupo sobre assistência técnica na ONU e do segundo curso de treinamento e aperfeiçoamento para chefe dos setores de promoção comercial do Ministério das Relações Exteriores. Foi professor de organização e administração de chancelaria no curso de prática diplomática e consular no Instituto Rio Branco.

Na carreira diplomática, foi, sucessivamente, terceiro-secretário, segundo-secretário, primeiro-secretário, conselheiro, ministro de segunda classe e ministro de primeira classe, todas as promoções por merecimento.

Entre os cargos e missões de relevância para País, desempenhados pelo Diplomata, em questão, cabe destacar, entre outros: diretor-secretário da Fundação Visconde de Cabo Frio, coordenador de planejamento administrativo e de programação financeira, coordenador de assuntos diplomáticos da Secretaria-Geral das Relações Exteriores, chefe do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, representante do Itamaraty junto ao Conselho Consultivo da

Legião Brasileira de Assistência, chefe do Departamento do Serviço Exterior, Subsecretário de Administração e de Comunicações, Embaixador do Brasil em Bruxelas, Luxemburgo e La Paz. Se não me engano, encontrei-me com o senhor em Bruxelas, onde tive a oportunidade de presenciar não apenas a gentileza e o trato com que V. Ex.ª recebe mas também a sua competência no gerenciamento e na administração dos interesses do Brasil junto à Embaixada em que V. Ex.ª desenvolvia a sua atividade profissional.

Serviu em Paris, Buenos Aires, Washington, Bruxelas, Luxemburgo, Nova Iorque e La Paz, participou de reuniões internacionais, grupos técnicos de trabalho, seminários, sessões preparatórias, conferências e comitivas. Recebeu condecorações nacionais e estrangeiras em grande número.

Informa a mensagem presidencial que acompanha este processado que, no caso de aprovação, o Sr. Marco César Meira Naslausky, desde que utilize o beneplácito solicitado, poderá ser nomeado também para exercer o cargo de Embaixador do Brasil cumulativamente junto à Ordem Soberana e Militar de Malta. Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações.

Era, portanto, Sr. Presidente, este o relatório que tinha a apresentar a esta Comissão, testemunhando a grande competência do Embaixador Marco César por todas as representações que fez durante a sua brilhante carreira.

O SR. PRESIDENTE (Abdias Nascimento) - Concedo a palavra, então, ao Embaixador Marco César Meira Naslausky.

O Sr. MARCO CÉSAR MEIRA NASLAUSKY - Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Sr. Relator, Senador Romeu Tuma, Srs. Senadores, é com grande prazer pessoal e honra profissional que me apresento pela terceira vez a esta Comissão.

Por ser indicado anteriormente para dois cargos de Chefe de Missão Diplomática, aqui estive e tive o prazer e a honra de ser recebido pelos Srs. Senadores. Após três anos à frente da Embaixada do Brasil em La Paz, fui indicado pelo Senhor Presidente da República para esta nova missão, que considero talvez a mais importante e complexa da minha vida, porque a principal característica do Vaticano, tanto como Estado quanto como posto diplomático, é a sua especificidade. A missão de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé é diferente de todas as minhas experiências anteriores, pois não se trata propriamente de uma missão bilateral nem multilateral, mas de uma missão específica e especial.

O Vaticano é a sede do poder temporal do Papa, que ali exerce as suas altas funções de Chefe da Igreja Católica e de soberano do Estado do Vaticano. Como V. Exªs sabem, o Estado do Vaticano foi precedido historicamente pela existência de numerosos Estados pontifícios, que foram sucedidos pelas transformações que aconteceram na Itália no final do Século XIX em termos de unificação do país.

Em 1870, um país unificado fez com que os territórios vaticanos, que constituíam cerca de dezoito mil quilômetros quadrados espalhados pela Península Itálica, se concentrassem em apenas 44 hectares, que foram consagrados ao Vaticano pelos Tratados de Latrão, de 1929.

Esses tratados puseram fim às dificuldades entre a Itália recém-unificada pela casa de Savóia e o Papado. Os tratados compreenderam um tratado territorial, uma concordata religiosa e uma convenção. Através disso, foi reconhecida personalidade jurídica internacional ao Vaticano, que é, hoje, sujeito de direito internacional. À frente do Vaticano e da Santa Sé, enquanto poder temporal e espiritual, está o Santo Padre, que tem, para auxiliá-lo, uma série de pessoas e de órgãos, dentre os quais se destacam o Secretário de Estado, que é uma espécie de Primeiro-Ministro, o Ministro das Relações Exteriores, que é o titular da Secretaria de Estado para Assuntos Gerais, vários Conselhos, entre os quais os de grande importância, como o Conselho Pontifício de Justiça e Paz, que cuida basicamente de questões sociais e, além disso, o órgão central da administração da Igreja, que é a Cúria Romana. Sua Santidade também tem junto de si nove congregações que cuidam de assuntos específicos da Igreja.

No que se refere à dimensão temporal das atividades do Vaticano, que tem mais a ver com as relações diplomáticas propriamente ditas, gostaria de dizer que a política exterior da Santa Sé, que se baseia no princípio fundamental de respeito aos valores da dignidade humana, inspira-se, também, em diferente critérios como o da universalidade, o da permanência, o da espiritualidade e, sobretudo, o do longo prazo. Há a consciência de parte das autoridades do Vaticano, sobretudo daquelas afetas ao tema de política externa, de que o tempo é seu grande aliado. Ao contrário de outros Estados, em que o fator tempo se mede por anos e decênios, estamos às vésperas da celebração do Jubileu do Segundo Milênio.

A execução da política tem a ver com as viagens e as atividades pessoais do Papa, as atividades da Santa Sé propriamente ditas, da Secretaria de Estado, e também das missões vaticanas, que se dividem em três categorias - as Nunciaturas Apostólicas, as Pró-Nunciaturas e as Delegações, conforme se trate de grandes representações ou de países católicos que reconheçam a precedência do representante do Papa. De qualquer forma, a ação coordenada e harmoniosa desses três elementos, unificados pela doutrina da fé, por clara identidade de propósitos e completo respeito à autoridade do Papa e por uma percepção estratégica dos interesses de uma Igreja universal e eterna, assegura ao Vaticano a ação externa universal absolutamente singular no contexto mundial em relações entre Estados e Governos.

Os interesses prioritários do Vaticano em matéria de política exterior são a preservação da paz, que está ligada ao conceito de promoção da Justiça, as liberdades individuais, os direitos humanos e as questões sociais, dentre as quais avulta a reforma agrária. Por outro lado, à atividade do Vaticano, fora da Secretaria de Estado, tem traços muito particulares no papel exercido pelos seus agentes, sobretudo pelos Núncios e pelos Secretários de Delegação, atuando numa simbiose de sacerdócio e diplomacia, o que faz com que estas autoridades da Igreja exerçam um papel importante junto ao corpo diplomático local, de quem são representantes protocolares, e no diálogo com as Dioceses dos países onde se encontram.

Recentemente, por exemplo, pude testemunhar que, em algum momento, em vista de dificuldades de ordem financeira ocorridas em uma importante Diocese em um país em que servi, fui o Núncio encarregado de nomear um Monsenhor para resolver este tipo de problemas. De maneira que o equilíbrio entre as funções temporais e as seculares e, em alguns casos, administrativas, nos países onde representam o Papa, exigem destes diplomatas um tirocínio realmente especial.

No contexto de ação de política externa, queria fazer menção à recente visita que fez o Santo Papa a Cuba. Foi a primeira visita do Papa à Cuba Castrista. Essa visita foi cercada, já na sua preparação, de grandes expectativas, tendo em vista a importância do fato em si e também as perspectivas que se abriam para o País e para as relações com o Vaticano em função dessa estada.

O Papa se apresentou em Cuba, com sempre faz em viagens ao exterior, numa missão pastoral. O Papa nunca viaja na condição primordial de chefe de Estado. Ele se apresenta em missão pastoral, o que quer dizer que ele o faz em pregação do evangelho. Evidentemente, uma pessoa da importância do Papa traz consigo necessariamente uma dimensão política e essa dimensão, não diria que prevaleceu, porque eu estive lendo e ouvindo os discursos que foram pronunciados e a ênfase da

presença papal foi o fortalecimento da igreja cubana e da fé católica em Cuba. Obviamente, foram tratados outros assuntos e havia um claro direcionamento dessa visita para a situação internacional de Cuba, sobretudo no que diz respeito às relações desse país com os Estados Unidos.

Em resultado dessa visita, iniciou-se um processo, porque, conforme disse no meu papel, criou-se um momento e um espaço político novos em função dessa visita. O Governo cubano, em função das conversas havidas, determinou a liberdade de determinado número de cidadãos que estavam presos por razões políticas; foi reciprocado pelo governo americano, não declaradamente, mas de fato, com a suavização de algumas das restrições que se faziam ao trânsito, a viagens de cidadãos dos Estados Unidos a Cuba; permitiram-se remessas de até US$1.200 por mês a título de ajuda humanitária; iniciou-se um diálogo para se definir os termos e as modalidades com que uma ajuda humanitária americana poderia chegar a Cuba.

Enfim, o processo se iniciou e há um início de degelo. Não se deve obviamente criar expectativas muito grandes e de resultados rápidos. Mas, de qualquer forma, o processo já está em marcha.

No que se refere às relações do Brasil com a Santa Sé, elas são bicentenárias. Já em 1926, o Brasil acreditou um embaixador. O primeiro deles foi um religioso, Monsenhor Vidigal A primeira Constituição do Brasil independente, a de 1824, manteve a religião católica como religião oficial do País. A exemplo do que havia na Colônia, manteve também os regimes do padroado e da placitação, pelos quais a nomeação de altas autoridades eclesiásticas por parte do clero teria que ser mediante indicação do poder imperial. No caso da placitação, para que as bulas e os breves papais pudessem ter efeitos no Brasil elas precisavam ter a aprovação do Governo.

Esse sistema veio desembocar em alguns problemas que se tornaram conhecidos na história do Segúndo Império, como a Questão dos Bispos, questão criada por dificuldades opostas pelos bispos em função de questões maçônicas com as ordens católicas. A questão foi resolvida pela República, porque já em janeiro de 1990 o Governo republicano determinou a separação completa do governo do Estado e estabeleceu que não haveria mais religião oficial e que estava permitida, a exemplo do Império, a liberdade de cultos no Brasil.

As relações desde então são muito positivas e no momento registram um patamar muito bom. O Brasil é a maior Nação católica do Ocidente. Temos uma importante conferência episcopal, com cerca de trezentos bispos e essa histórica presença episcopal no Brasil deitou raízes profundas no sentimento do povo.

As visitas recentes do Papa ao Brasil e de autoridades brasileiras ao Vaticano reforçam essa conjuntura.

Como último ponto da minha exposição, eu queria mencionar o fato de que o Brasil foi o primeiro País a reagir positivamente a um documento emitido pelo Pontifício Conselho de Justiça e Paz sobre questões fundiárias. O primeiro parágrafo do documento que foi entregue pelo Ministro Extraordinário para Questões Fundiárias, Ministro Jungmann, ao Cardeal Etchegaray, já dizia o pensamento do Governo brasileiro quanto à política fundiária e a distribuição das terras, o que coincide amplamente com o diagnóstico e as propostas da Igreja para uma reforma agrária justa e eficaz. Esse documento historia todas as medidas tomadas pelo Governo brasileiro em relação ao tema e anuncia que nos três últimos anos foram assentadas 190 mil famílias e que até o final deste ano serão assentadas mais 100 mil; que foram distribuídos às populações carentes de terras 8,5 milhões de hectares, o que corresponde mais ou menos ao território da Bélgica e da Holanda.

A reação do Vaticano ao documento brasileiro foi extremamente positiva também, não só pelas sua substância mas também pelo fato de haver sido o primeiro documento de resposta ao Vaticano, tendo em vista que o documento do Vaticano não se referia exclusivamente ao Brasil, pois era de caráter geral.

O Santo Padre mandou recentemente uma carta ao Presidente que dizia o seguinte: "Desejo, assim sendo, agradecer-lhe, Senhor Presidente, pelo empenho que vem prestando à causa da reforma agrária no País e pelos esforços por uma sempre melhor aplicação dos princípios da doutrina social da Igreja."

Eu queria terminar esta exposição fazendo uma referência a Sua Santidade o Papa João Paulo II. Esse homem, egresso de um país centro-europeu historicamente sofrido e de uma conjuntura política local extremamente dificultosa para a permanência da fé católica, superou as complexas especificidades do seu espaço e do seu tempo. Eslavo, europeu, conservador em doutrina, progressista em matéria social, firme, afável no trato, peregrino. Nesses seus dezoito ano de pontificado já realizou quase oitenta viagens internacionais.

Por tudo isso o meu sentimento de que João Paulo II, que eu chamaria respeitosamente de o Papa Diplomata, constitui com toda justiça, um referencial obrigatório para seus contemporâneos e seguramente também para as gerações futuras.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Abdias Nascimento) - Agradeço ao Embaixador Marco César Meira Naslausky por esta bela e brilhante exposição que acaba de fazer. Eu tinha sobretudo que assinalar o item da visita de Sua Santidade a Cuba. Eu acabo de regressar de Cuba e pude observar junto ao povo e não junto às autoridades públicas o impacto da visita e a esperança que eles depositam nela. Sua Santidade realmente promoveu uma mudança muito profunda em Cuba. Apesar de o Sr. Embaixador não ter muitas esperanças em relação a essa visita, acho que é irreversível a questão da abertura em Cuba, não somente pela presença e pela pressão que a visita do Papa proporcionou, como também pelas pequenas aberturas que estão ocorrendo, como capital estrangeiro e turismo, que estão produzindo uma mudança que me parece irreversível.

Eu queria felicitar o Embaixador pelo conhecimento, pela experiência e pelo brilho que demonstra em suas funções e também perguntar aos Srs. Senadores se desejam fazer alguma pergunta que implique em reunião secreta, para que possamos esvaziar o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Abdias Nascimento) - Antes de conceder a palavra ao Senador Romeu Tuma, gostaria de convidar algum dos Srs. Senadores para assumir a Presidência porque eu não posso deixar de embarcar agora. Peço desculpas ao Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Gostaria, se me permitirem, de fazer uma colocação. V. Exª fez referência ao documento muito elaborado e, numa exposição bem objetiva e clara, deu-nos a exata noção do que representa a Embaixada do Brasil no Vaticano. Então estava aqui, Senador Bernardo Cabral, com essa leitura da referência que V. Exª faz sobre o projeto de reforma agrária no Brasil, e o Governo brasileiro recebendo a carta resposta, que a imprensa divulgou normalmente, como uma notícia que é notícia, e alguns segmentos da CNBB acharam que o Governo brasileiro não poderia ter difundido, que foi uma carta diplomática, mas eu até, com mais explicações que V. Exª coloca aqui, entendo que o Governo brasileiro agiu corretamente. Se V. Exª pudesse também acrescentar alguma coisa sobre a unidade internacional no combate às drogas, que V. Exª também faz referência no Item 6 da sua exposição.

O SR. MARCO CÉSAR MEIRA NASLAUSKY - Sr. Presidente, com relação ao primeiro ponto, penso que um documento da importância da carta de Sua Santidade ao Presidente da República sobre um documento de reação do

Governo brasileiro a um documento do Vaticano é um documento público pela sua natureza. Não há porque ocultar. O Vaticano em nenhum momento pediu confidencialidade para o documento, que não podia ser confidencial, porque, inclusive, se fosse confidencial criaria todo tipo de suspeição...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O próprio documento que o Brasil mandou era aberto.

O SR. MARCO CÉSAR MEIRA NASLAUSKY - Era um documento aberto e foi noticiado pela imprensa vaticana, então não havia esse caso. Com relação à questão das drogas, no início do ano, o Papa reuniu o corpo diplomático para falar dos temas que considerou no ano anterior temas de políticas externas como temas importantes e citou especificamente a unidade internacional no combate às drogas. O Senador Romeu Tuma sabe, e depois que fui Embaixador na Bolívia tive que me aprofundar um pouco mais nesses assuntos para dinamizar a cooperação bilateral em matéria de drogas. Há uma evolução recente que considero muito importante nesse campo, que é o tratamento integrado do problema "drogas". Antes se considerava o problema droga de forma isolada, era a produção, o tráfico precursor, a lavagem de dinheiro, o terrorismo etc. A doutrina contemporânea mais recente sobre drogas trata esse problema de forma integrada, não há apenas o problema de tráfico, o problema de produção, o problema de consumo. O problema vem de uma ponta a outra e isso casa com a doutrina da igreja. É nesse sentido que a manifestação da igreja sobre o ponto é importante. Não vou dizer que legitime, porque não é necessária, mas reforça essa visão integral que hoje prevalece sobre o problema de droga no mundo. A autoridade moral da igreja ao tratar desse assunto nesses termos reforça a posição de países como o nosso, que defendem essa doutrina, essa teoria, que também é uma forma de responsabilizar a todos, e não apenas aos que produzem, aos que traficam.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Muito obrigado. Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, Sr. Embaixador, a par de todas as inegáveis qualidades e conhecimentos diplomáticos, sentimentos de brasilidade que sempre moveram a ação do Embaixador Marco César Meira Naslausky e de sua indiscutível habilitação para as funções de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e permitir-me-ia pedir ao ilustre Embaixador que não privasse a Comissão de ouvir um pouco a respeito da grande experiência que teve na Bolívia com a questão do gás. Se V. Exª pudesse promover uma síntese do grande trabalho que teve, gostaria muito de ouvi-lo.

O SR. MARCO CÉSAR MEIRA NASLAUSKY - Pois não, com muito prazer. Sr. Presidente, esse assunto do gás é um assunto muito antigo, fiz uma pesquisa e a primeira vez que se falou mais concretamente de gás no Brasil foi nos acordos de Roboré, que tinham vários protocolos e dois deles - 26 e 27 -, se não estou equivocado, falavam pela primeira vez em gás. Falava-se nas relações Bolívia, desde os acordos ferroviários de 1938, em petróleo, em óleo, mas em gás foi em Roboré.

Por circunstâncias históricas, políticas e locais, de lá e daqui, esse processo se arrastou, chegamos muito perto de acordos entre o Presidente Geisel e o Presidente Bánzer mas isso não funcionou. O momento da mudança foi quando o Brasil resolveu mudar a sua matriz energética. O gás responde hoje por apenas 2%, um pouco mais da canastra energética brasileira, e o projeto é levar essa porcentagem a 12% em 2.002. Quando houve, por parte do Governo brasileiro, a decisão política de aumentar a participação do gás, começaram a se viabilizar coisas que antes pareciam difíceis. Em dois Governos anteriores, do Presidente Fernando Collor de Mello e do Presidente Itamar Franco, foram feitos acordos em nível de empresas. Mas foi de 1994 adiante que essas negociações se aceleraram, foi assinado um contrato firme de compra e venda de gás entre a PETROBRÁS e a Cimentos do Brasil S. A. Primeiro, farei um adendo, porque os bolivianos se consideravam prejudicados em matéria de preço, mas, finalmente, os temas de quantidades, de preços, de transportes, etc se resolveram e, há dois anos atrás, portanto, em setembro de 1996, foi firmado em Cochabamba, com a presença dos Presidentes, o acordo definitivo com a PETROBRÁS, pelo qual nós nos comprometemos a comprar, durante 20 anos, quantidade significativa de gás, quantidades crescentes, e que serão transportadas por um gasoduto que virá de Santa Cruz de La Sierra, entrando por Corumbá, descendo para Campinas e indo até o Rio Grande do Sul.

É um acordo que muda a natureza e muda o patamar das relações Brasil-Bolívia. Promove uma integração energética sem precedentes na América Latina, é a maior obra de infra-estrutura da América Latina neste momento, é uma obra de US$2 bilhões praticamente, são mais de três mil quilômetros de extensão e já tem um efeito multiplicador extraordinário, que vai desde a macroeconomia a microeconomia doméstica. Vou exemplificar. Esse acordo já é responsável pelo crescimento de 3% do total do crescimento econômico boliviano, que está em torno de 4,0 ou 4,5, quer dizer, se não houvesse a obra do gasoduto, a Bolívia cresceria 1,5 e, graças a esta obra em si, já cresce a mais de 4,0.

Isto vai garantir para o Brasil uma energia limpa, segura, a preços competitivos de mercado e até no dia-a-dia das pessoas isso mudou. Dou um exemplo: hoje em Santa Cruz de La Sierra é virtualmente impossível alugar um helicóptero, porque todos os helicópteros disponíveis estão tomados para transportar engenheiros, técnicos, etc. A PETROBRÁS expandiu a sua presença na Bolívia e hoje explora, a Cimentos está buscando gás em seis campos diferentes. Isso quer dizer que é uma bola de neve ascendente, em benefício dos dois países, que transformou uma vizinhança fraterna em uma parceria estratégica entre o Brasil e a Bolívia.

Eu não hesito em dizer, Senador Hugo Napoleão, que o gasoduto foi nas relações Brasil-Bolívia nos anos 90 o que foi Itaipu nas relações Brasil-Paraguai em fins dos anos 70 e início dos anos 80. Foi o grande salto qualitativo e quantitativo das nossas relações.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Com a palavra o Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, não farei nenhuma argüição ao Embaixador Marco César Meira Naslausky por algumas razões. A primeira delas é que, quando eu era relator, S. Exª ainda muito moço, aos 46 anos, foi promovido a Ministro de Primeira Classe em razão do seu absoluto talento e prepraro. Tenho convivido com o Embaixador Naslusly nesses últimos dois anos.

Só tenho a cumprimentar o Governo brasileiro por enviar como Embaixador do Brasil junto à Santa Sé o candidato de hoje porque S. Exª irá dar seqüência aos grandes nomes que por ali passaram. E eu acompanhei vários , desde quando fui Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

Pelo convívio que tenho com o Embaixador, antecipo meu voto favorável.

Cumprimento o Presidente da República pela lembrança e o Ministro Luiz Felipe Lampréia.

O SR. MARCO CÉSAR MEIRA NASLAUSKY - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O Senador Pedro Simon tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON - Gostaria de saber quando V. Exª assume?

O SR. MARCO CÉSAR MEIRA NASLAUSKY - Senador, tenho que voltar à Bolívia porque o Embaixador do Brasil na Bolívia é um Embaixador conhecido. Pretendo visitar todos os Departamentos que correspondem aos nossos Estados porque temos relações muito intensas com o Pando, vizinho do Acre, com o Bene, vizinho de Rondônia, com o Departamento de Santa Cruz, vizinho dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Tenho que ir a Potosi, etc. Acredito que essas visitas irão consumir pelo menos um mês e meio. Depois, tenho que arrumar a minha casa, mas acredito que em três meses, se Deus quiser, já poderei partir.

O SR. PEDRO SIMON - Pergunto isso porque no final do mês de maio uma delegação de Parlamentares estará no Vaticano por conta própria visitando o Papa e gostaríamos de já estar com V. Exª lá. Se V. Exª quiser ir conosco...

O SR. MARCO CÉSAR MEIRA NASLAUSKY - Aceito o convite encantado, mas o V. Exª será recebido lá pelo atual titular, Embaixador Thompson Flores, que, seguramente, fará muito bem as honras da casa, tanto profissionais, quanto pessoais, e é gaúcho.

O SR. PEDRO SIMON - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Embaixador, o senhor tem alguma coisa a acrescentar?

O SR. MARCO CÉSAR MEIRA NASLAUSKY - Não. Somente quero agradecer mais essa oportunidade de estar em presença dos senhores Senadores e de amigos e dizer que farei o melhor que puder. Faço o voto de esperança de que, não podendo recebê-los agora em maio, quando sei que estarão presentes, possa recebê-los mais adiante.

Muito obrigado ao Senador Tuma, que me honra com sua amizade e a todos os demais, Senadores Bernardo Cabral, Pedro Simon, José Agripino e ao meu querido amigo e Senador Hugo Napoleão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Eu pediria a V. Exª que esperasse na ante-sala.

Senador Hugo Napoleão, V. Exª está em condições de relatar?

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, pergunto se V. Exª prefere que eu faça o relatório na presença do Embaixador?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Vou pedir a presença do Embaixador, porque desta forma ganharemos tempo.

Senador Hugo Napoleão, peço a V. Exª que relate a indicação, sob a Mensagem 106, do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado o nome do Sr. Marco Camacho de Vicenzi, Ministro de Primeira Classe do quadro permanente da carreira de diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Embaixador, com base no art. 84, VII, da Constituição Federal e na legislação ordinária pertinente, o Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem 273, de 2 de março de 1998, submete à apreciação dos senhores membros do Senado Federal a escolha que deseja fazer do nome do Sr. Marco Camacho de Vicenzi*, Ministro de Primeira Classe do quadro permanente da carreira de diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

Efetivamente reza o art. 84, VII, da Constituição Federal, que compete privativamente ao Presidente da República manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos. Também os artigos 16, 56 e 58 do Decreto 93.325, de 1º de outubro de 1996, na mesma linha, estabelecem que são competentes para remover o Presidente da República quando se tratar de diplomata das classes de Ministro de Primeira e de Segunda Classe de titular de repartição consular de carreira.

Pelo art. 56, mediante aprovação prévia do Senado Federal ,os chefes de missão diplomáticas permanecerão nomeados pelo Presidente da República com o título de embaixador.

Segundo a art. 58, os chefes de missão diplomática permanente serão escolhidos dentre os ministros de Primeira Classe ou, nos termos do art. 66, dentre os Ministros de Segunda, que não é, absolutamente, o caso.

Além do mais, o Decreto 1756, de dezembro de 1995, estabelece que aos servidores de carreira diplomática nomeados ou designados para servir no exterior cabem os seguintes cargos e funções: Ministro de Primeira Classe, em chefe de missão diplomática permanente, com o título de embaixador.

O indicado, Sr. Presidente, dispõe de excelente currículo. Nasceu no Rio de Janeiro, filho de Oscar Rafael de Castro e Silva de Vicenzi e Dona Ieda de Vicenzi. Concluindo o curso do Instituto Rio Branco, foi nomeado Terceiro Secretário em 1967, promovido a Segundo Secretário em 1971 e, sucessivamente, sempre por merecimento, a Primeiro Secretário em 1977, a Conselheiro em 1981, a Ministro de Primeira Classe em 1990 e a Ministro de Primeira em 1994.

Exerceu funções de relevância chefiando as Divisões da África, de Produtos de Base, de Política Social e, como substituto, de Organismos Internacionais. Assumiu também a subchefia .Internacional do Gabinete da vice-presidência da República e foi o Chefe de Cerimonial da Presidência da República.

Participou de inúmeras conferências e reuniões internacionais.

No exterior, S. Exª serviu em Washington, Montevidéu, Alalc, Nova Délhi, Kuwait, Londres. É interessante observar que já serviu em Bogotá como Conselheiro. Conhece, portanto, em profundidade os problemas e as perspectivas da Colômbia, bem assim o exato nível das relações com o Brasil.

O Diplomata é atualmente Cônsul Geral do Brasil em Nova Iorque, posto da maior importância, mas extremamente trabalhoso e delicado em função dos milhares de brasileiros que acorrem àquela cidade diariamente e do intenso comércio com o nosso País.

Sabem muito bem os Srs. Senadores que as três companhias que fazem ligação com os Estados Unidos têm aviões diários, às vezes mais de um, para Nova Iorque a par dos vôos das companhias americanas.

Trata-se de um dos mais competentes e respeitados profissionais da diplomacia brasileira. Desenvolve suas atividades com raro descortino e acentuado patriotismo. Age com habilidade e segurança indispensáveis ao desempenho das missões que lhe são atribuídas.

Constam do processado as informações sobre a Colômbia.

É o relatório. Caberá á Comissão oferecer o parecer final.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Pergunto a V; Exª se a sua exposição pode ser de caráter público ou se quer que seja feita reservadamente em razão da delicadeza de alguns assuntos relativos ao relacionamento do Brasil com a Colômbia?

O SR. MARCO CAMACHO DE VICENZI - Eu pediria que fosse reservada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Então, pediria a retirada dos senhores assistentes para que se dê cumprimento ao Regimento Interno.

(A reunião se transforma em secreta.)

O SR. PRESIDENTE (Agripino Maia) - Está reaberta a reunião de caráter público, com a proclamação do resultado de 11 votos a favor e nenhum contra para os Embaixadores Naslausky e

Marco de Vicenzi, que estão, portanto, aprovados pela Comissão de Relações Exteriores.

Os demais itens ficam adiados para a próxima reunião.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h17min.)

ATA DA 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA 6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA , DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 1998.

Às dezessete horas e trinta minutos, do dia seis de maio do ano de mil novecentos e noventa e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador ROMEU TUMA, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores HUGO NAPOLEÃO, JOSÉ AGRIPINO, BERNARDO CABRAL, JOEL DE HOLANDA, PEDRO SIMON, CASILDO MALDANER, LUDIO COELHO, ARTUR DA TAVOLA, ABDIAS NASCIMENTO , EMILIA FERNANDES, JOAO ROCHA, BELLO PARGA, MAURO MIRANDA, ADEMIR ANDRADE, LEVY DIAS, e, EDUARDO SUPLICY. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a ouvir as exposições que farão os senhores STELIO MARCOS AMARANTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, Designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Republica da Bolívia, cujo Relator é o Senhor Senador ROMEU TUMA, e o Senhor RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, Designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Republica do Senegal, cujo Relator é o Senhor Senador ROMEU TUMA. Encerrada as exposições, e nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

SENADOR ROMEU TUMA
PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Declaro aberta a 10ª reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Item nº 1:

Mensagem nº 121 do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Stélio Marcos Amarante, Ministro de Primeira Classe do quadro permanente da carreira de diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia.

Solicito ao Senador Levy Dias que relate a mensagem. Antes, porém, solicito a presença do Sr. Embaixador para que acompanhe a leitura.

O SR. LEVY DIAS - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, foi encaminhado pelo Senhor Presidente da República o nome do Sr. Stélio Marcos Amarante, Ministro de Primeira Classe do quadro permanente da carreira de diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia.

Servindo no Brasil, o diplomata exerceu, entre 1968 e 1998, encargos de chefia de divisão, coordenadoria técnica e chefia de departamento, todos no Itamaraty.

Removido várias vezes para o exterior, o indicado esteve servindo, entre 1970 e 1995, em Berna, Bogotá, Teerã, Lisboa, Buenos Aires, Bonn e Santiago, ocasiões em que ocupou postos de 2º e 1º secretário, encarregado de negócios, conselheiro e ministro-conselheiro. Participou, igualmente, de vários organismos internacionais, ocasiões em que tratou, em nome do Brasil, de vários assuntos.

O diplomata em questão é portador de várias condecorações brasileiras e estrangeiras.

É esse o relatório, Sr. Presidente, que é favorável

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Sr. Embaixador, solicito que V. Exª me informe se a reunião pode continuar aberta ou se há algo que V. Exª queira expor de forma reservada. (Pausa)

V. Exª tem o tempo necessário para expor.

O SR. STÉLIO MARCOS AMARANTE - Exmº Sr. Senador Romeu Tuma, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Srs. Senadores presentes, em primeiro lugar, quero agradecer a presença dos senhores. Sei que suas agendas são muito pesadas neste momento e me sinto muito honrado pela presença dos senhores.

Também por questão de tempo, não pretendo me estender demais. Eu gostaria apenas de mencionar alguns pontos que, nas minhas leituras recentes sobre a Bolívia, parecerem-me mais interessantes para o seu conhecimento.

Em primeiro lugar, eu diria da situação geográfica e demográfica do país. A Bolívia é um país de grande superfície, tem um milhão e cem mil quilômetros quadrados, um oitavo, portanto, da área do Brasil e tem uma população de oito milhões, que seria um vigésimo da população brasileira. É, portanto, um país com uma população esparsa. Ademais, por características outras, a população boliviana está muito concentrada no chamado altiplano - na região andina. Eles têm as duas cordilheiras e, entre essas cordilheiras, está o altiplano, que é uma região muito rica do ponto-de-vista mineral, mas não tanto do ponto-de-vista agrícola. Por características especiais, ao longo de milênios, essas populações, basicamente indígenas, ambientaram-se perfeitamente nessas condições difíceis.

Ao longo da história recente da Bolívia, o que se notou foi uma dificuldade que essas populações tiveram de descer do altiplano para as regiões mais baixas, que constituem dois terços do território do país. Um terço seria altiplano, cordilheiras e certos vales que são muitos férteis. As regiões mais ricas e que têm mais potencial de criação de riqueza de uma maneira auto-sustentável são as regiões baixas, sobretudo o departamento que é vizinho do Brasil e faz fronteira conosco, que é o departamento de Santa Cruz de La Sierra.

Essas dificuldades de ocupação de outras regiões, de outras partes do país, no passado, levaram a Bolívia a perdas territoriais. Eles perderam sobretudo o seu litoral por não o terem podido ocupar, não só por falta de mão-de-obra como também de capital, as planícies costeiras do Pacífico, que eram muito ricas pela existência de salitre, de guano e mesmo de cobre. Então, nessa época, houve a ocupação por parte dos chilenos, que acabaram, depois um conflito contra a Bolívia e o Chile, ocupando aquela região. Por meio de um tratado, definitivamente, fecharam a saída da Bolívia para o oceano. Esse constitui-se, atualmente, um tema sempre importante da política externa boliviana de reivindicação do acesso soberano ao litoral.

Eu diria, também do ponto-de-vista da política externa boliviana atual, que o país se encontra numa fase muito positiva, derivada não só do seu desejo de se relacionar bem com os países com os quais faz fronteira, mas também de uma situação muito melhor do ponto-de-vista do cenário internacional. A Bolívia, desde 1982, apresenta, com perfeita coerência, uma sucessão de mandatos presidenciais cumpridos dentro da perfeita normalidade. O Presidente atual, Hugo Bánzer Suarez, já é o quinto Presidente a tomar posse desde aquele início.

Ademais, não só esse grande fator de estabilidade política e de afiançamento da democracia - isso é muito importante para os bolivianos, que viveram tanto tempo de incertezas e dificuldades -, eles também estão com uma segunda vantagem no presente momento, que é a notável estabilização da moeda boliviana e da economia.

Desde 1985, quando era Presidente Víctor Paz Estenssoro, a Bolívia adotou, a exemplo do Chile, um modelo

neoliberal de economia, baseado no apoio de um teórico da escola de Harvard chamado Jeffrey Sacks Esse senhor, juntamente com o Ministro da Fazenda da Bolívia, que depois foi Presidente, Gonzalo Sanchez de Lozada, implantou o sistema chamado "Nova Política Econômica", que tem todo o receituário clássico da economia liberal, abertura das importações, compressão dos salários, mudança da legislação financeira. Ou seja, uma série de fatores com os quais conseguiram reduzir drasticamente a inflação, que havia chegado, no governo de Herman Siles Zuazo, que foi o Presidente anterior a Paz Estenssoro, uma redução de 24.000% para uma quase estabilidade.

A economia boliviana, hoje, apresenta taxas de inflação de um dígito ou, no máximo, de 12%. Entretanto, o crescimento econômico não está sendo nesse aspecto tão acelerado quanto o que se verificou no Chile. O Chile, depois de uma certo tempo, apresentou taxa de crescimento de 7%, 8% e mesmo 10% ao ano. A Bolívia está numa faixa de 4% ao ano. Neste ano, parece que subirá para 5,5%. Pode-se dizer que é um crescimento muito saudável, sobretudo porque o setor agrícola, nessa região de Santa Cruz de La Sierra, está tendo um desenvolvimento extraordinário.

Do ponto de vista do relacionamento com o Brasil, essas mudanças estão sendo muito favoráveis. O Brasil precisava, de longa data, identificar uma forma de se aproximar economicamente da Bolívia. Tentamos fazê-lo, no passado, através de ferrovias; construímos a Ferrovia Madeira-Mamoré para justamente viabilizar as exportações bolivianas via Amazonas. Mais tarde, construímos a Ferrovia de Corumbá, que vai até Santa Cruz de La Sierra. Também tentamos, por intermédio de contatos e negociações durante os anos 30 e 40, viabilizar a exploração do petróleo boliviano. Entretanto, não tivemos sucesso, e as condições econômicas também se alteraram no Brasil. Encontramos petróleo no Brasil, e os investimentos lá não pareciam tão promissores. Após longos anos de negociações, conseguimos identificar no gás natural um produto que permitiria esse intercâmbio constante com a Bolívia em um nível mais alto. Essa é a grande mudança na qualidade do nosso relacionamento econômico com aquele país. Ademais, temos, no momento, investimentos importantes do Brasil na região de Santa Cruz de La Sierra, no setor agrícola. Temos agricultores brasileiros que foram investir na produção de soja. Isso é um grande sucesso também para a Bolívia, um grande produto de exportação para eles. Estamos com um bom potencial de novos grandes investimentos comuns.

A Bolívia pretende construir uma termelétrica na fronteira com Corumbá, que também funcionaria com parte do gás natural de que dispõem. A idéia da Bolívia é vender energia elétrica diretamente ao Brasil, agregando valor ao seu gás natural.

Outro investimento que poderá ocorrer, a longo prazo, é o da eventual exploração de campos de petróleo e de gás natural, na Bolívia, pela Petrobrás. A curto prazo também, conviria mencionar, o Governo boliviano sente necessidade de construir uma estrada que una Santa Cruz de La Sierra e Porto Soares. Essa rodovia é muito importante e é de grande prioridade para o Estado boliviano. Está sendo objeto de negociações com vistas a se conseguir financiamentos por parte de agências internacionais e, subsidiariamente, do BNDES.

Há também vários acordos sendo negociados, que também vão melhorar muito o nosso relacionamento. Acordos no campo cultural, no campo do turismo, no campo da prevenção de furto de automóveis e de alguns outros de menor importância.

Agradeço aos senhores. Não sei se fui muito lacônico, se falei pouco, mas esses são os pontos que achei mais importantes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Concedo a palavra ao Relator, Senador Levy Dias.

O SR. LEVY DIAS - Sr. Presidente, Srs. Senadores, o depoimento do Sr. Embaixador da Bolívia, Stélio Marcos Amarante, para nós - especialmente para mim e para o Senador Lúdio Coelho, que está ao meu lado, e por pertencermos ao Estado do Mato Grosso do Sul - é muito importante. Nós, inclusive, estreitávamos o nosso relacionamento e dialogávamos mais de perto sobre os interesses do nosso País, que, por intermédio do nosso Estado de Mato Grosso do Sul, faz divisa com a Bolívia.

Hoje, posso depor na Comissão de Relações Exteriores sobre o trabalho que é feito em nosso Estado com a construção do gasoduto. Creio que essa obra deve ser uma das maiores do País, dentre as que estão sendo realizadas. O movimento de caminhões, carretas e veículos das empresas construtoras, o volume de tubulações transportadas, os grandes depósitos efetuados em nosso Estado são o retrato dessa obra palpável, real e de fundamental importância para o nosso País. Ela está sendo executada em alta velocidade, no coração do nosso Estado.

A termoelétrica de Corumbá é, sem dúvida, a obra mais importante do nosso Estado a curto prazo, porque Corumbá luta com muita dificuldade na área da energia elétrica e depende dessa usina para alavancar o seu desenvolvimento. Essa termoelétrica é ponto de honra não só para o Governo brasileiro, mas para nós, do Mato Grosso do Sul — suas autoridades, seu povo - e especificamente para a cidade de Corumbá.

A termoelétrica é fundamental, é como o ar que respiramos, tal a sua importância na cidade. Daí a relevância que terá o trabalho de V. Exª, na Bolívia, como nosso representante e embaixador, para nos ajudar no que concerne ao relacionamento bilateral Brasil/Bolívia, que será de grande interesse para o nosso povo, em razão, principalmente, da globalização, que envolveu todo o mundo na mesma direção.

Hoje, os presidentes, os embaixadores e as autoridades em todos os países — sempre foi assim, mas agora mais do que no passado — trabalham pela venda das suas mercadorias e pelo incremento da balança comercial. Atualmente, isso é quase uma missão. É mais importante para o embaixador trabalhar e lutar para que nossas relações comerciais se estabeleçam de forma mais dinâmica e agressiva. Isso traz ao nosso País pelo menos um equilíbrio em nossa balança comercial.

Este depoimento foi realizado em nome do Estado do Mato Grosso do Sul, porque ele é fundamental para o nosso País e para o nosso Estado, uma vez que fazemos divisa com a Bolívia.

Desejo a V. Exª muito sucesso, um trabalho extremamente fértil para o Brasil e para a nossa gente.

O SR. LÚDIO COELHO - Embaixador Marcos Amarante, foi muito interessante a exposição de V. Exª. Somos vizinhos da Bolívia. Há muitas pessoas conhecidas e amigas que estão transferindo-se para esse país, a fim de se ocuparem da agricultura e pecuária. Há.também os vendedores de máquinas.

Trabalhamos intensamente no sentido de viabilizar a ponte sobre o rio Paraguai, que liga Mato Grosso a Corumbá. Por desconhecimento, pergunto a V. Exª se esse roteiro atingirá o Pacífico, se a Bolívia tem conexão com algum porto do Pacífico.

O SR. STÉLIO MARCOS AMARANTE - Muito obrigado! Se contar com a aprovação de V. Exªs, estarei muito honrado em exercer esta missão. Espero poder beneficiar Mato Grosso do Sul, porque tenho vínculos familiares muito fortes com aquele Estado. Meu pai e minha esposa nasceram em Corumbá. Portanto, estou familiarizado com ele. É sempre um prazer imenso estar lá.

Com relação à pergunta do Senador Lúdio Coelho, acredito que, se conseguirmos realmente fechar essa conexão rodoviária de boa qualidade entre Corumbá e Santa Cruz,

teremos, embora não seja uma via muito rápida, uma ligação com o Pacífico. Os bolivianos já têm conexão rodoviária com o Pacífico. Mas o grande projeto é de uma estrada que iria um pouco mais por cima, passando por Cuiabá, segundo li, e se vincularia também ao eixo rodoviário boliviano.

Os bolivianos estão muito interessados em que consigamos fazer essa conexão rodoviária bioceânica. Do ponto de vista do Brasil, temos muito interesse nisso, mas a nossa prioridade inicial é em relação ao próprio intercâmbio com a Bolívia. Essa é a nossa grande prioridade, porque, segundo fui informado, em relação aos custos, as exportações via Pacífico não são tão competitivas quanto as via Atlântico. Os bolivianos estão exportando soja de uma maneira muito onerosa. Pelo que sei, a soja produzida por eles segue pelo rio Paraguai, desce até Rosario, de onde é embarcada, desce pelo Cabo Hornes, sobe e vai à costa da Colômbia. O frete custa entre U$80 e U$100 por tonelada, segundo li; ainda não estou muito familiarizado com esses temas, mas, para eles, é muito oneroso. Para nós, claro, será um grande avanço. Com o Chile, temos um comércio muito intenso por via rodoviária. Se conseguíssemos algo semelhante com o Peru também, seria muito importante.

Não sei se respondi ao questionamento de V. Exª, Senador.

O SR. LÚDIO COELHO- Obrigado, Sr. Embaixador.

Eu trabalhei nessa região criando cavalos. Tenho sobrinhos que viajam por essa rodovia, de Cáceres a Cuiabá. Da divisa, vão para Santa Cruz. De fato, a estrada é muito boa, apesar de ser de terra.

Desejo que V. Exª e sua família sejam muito felizes e concorram para o desenvolvimento do nosso relacionamento com a Bolívia.

Muito obrigado.

O SR. LEVY DIAS - Sr. Presidente, peço a palavra apenas para complementar.

Em relação à colocação feita pelo Senador Lúdio Coelho, do volume de brasileiros que estão indo para a Bolívia plantar soja e criar gado, há um lado triste. Uma grande parcela dos produtores brasileiros sul-mato-grossenses são expulsos do Brasil por causa dos juros . Quem expulsa o gaúcho para a Argentina e para o Uruguai, com grandes tecnologias de plantio de soja e grande produtividade, o que acaba tornando o nosso País um dos maiores importadores de arroz do mundo, são os juros. Lá, as coisas são diferentes. Também tenho grandes amigos na Bolívia, grandes empresários, pessoas de valor, expulsos do território brasileiro pelo custo dos juros. Tudo foi globalizado, menos os juros - essa é uma informação que presto ao senhor -, razão de esses produtores deixarem o Brasil e seguirem para a Bolívia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Sr. Embaixador, essa foi uma reunião sul-mato-grossense, com a qual pudemos apreciar os conhecimentos de V. Exª.

Como membro desta Comissão, eu gostaria de fazer uma colocação: quando V. Exª falou dos acordos com o Paraguai, referiu-se ao furto de veículos. Tal fato tem hoje uma importância muito grande, porque, na diminuição desse comércio clandestino com o Paraguai, os carros furtados vão parar na Bolívia, onde o comércio se intensificou muito nos últimos tempos.

Talvez V. Exª não quisesse citar outros de somenos importância, mas para nós tem uma vital importância o acordo bilateral sobre o controle do combate ao tráfico de drogas, que impõe uma presença internacional muito forte, com uma política de certificação que, hoje, os Estados Unidos tratam com os países que não têm colaborado no combate às drogas. Há uma visão muito forte sobre a Bolívia, sobre a Colômbia e sobre o Peru. Então, o senhor terá também a grande responsabilidade de acompanhamento dessa parte, porque a pressão internacional cresce a cada dia.

Essa tentativa de erradicar o plantio de coca e os problemas sócio-econômicos das camadas mais pobres da Bolívia, além de uma falta de investimentos externos, vai trazer algumas dificuldades para a vontade política que o governo da Bolívia tem de tentar outra exploração da produção agrícola.

V. Exª falou sobre a soja e as grandes dificuldades para o seu transporte, devido às distâncias, e acho que o Brasil vai ter que colaborar com a Bolívia, ajudando a minimizar a presença dos plantadores de coca e dos especuladores do comércio colombiano, que agem com muita força dentro daquele país.

O SR. STÉLIO MARCOS AMARANTE - Muito obrigado, Senador. Das leituras que fiz, ficou-me a impressão de que o atual Governo boliviano, do Presidente Bánzer, está levando com muita seriedade uma campanha de erradicação das plantações de coca. Considera-se que exista uma área de 12 mil hectares, tradicional na plantação de coca, destinada aos próprios habitantes do altiplano, que mascam a coca desde tempos memoriais. Então, essa área será protegida.

Depois disso, com o problema do desemprego no setor de mineração da Bolívia, houve uma liberação para regiões mais baixas, do Chapare, onde há o plantio de coca em uma área muito extensa, de cerca de 50 mil hectares, mas o governo atual tem um projeto no qual deverá investir até o ano de 2002, segundo avaliação própria, cerca de US$900 milhões para erradicar totalmente essa plantação ilegal de coca. Desse valor, o Governo boliviano considera que já teria assegurados, com o apoio da União Européia, dos Estados Unidos e também com recursos próprios, aproximadamente US$500 milhões. Assim, seria necessário que se conseguissem mais recursos. Outras fontes de recursos poderiam ser os fundos multilaterais das Nações Unidas, pois eles também apóiam a iniciativa das Nações Unidas de multilateralizar o combate à droga. Eles acham que a certificação deveria ser dada por uma agência multilateral e não apenas por um país consumidor como os Estados Unidos.

A Bolívia também está bastante otimista. O Presidente Bánzer tem-se referido ao sucesso de sua política, mas realmente o governo boliviano terá dificuldade, porque uma das bases desse projeto é a redução gradativa da indenização dada aos produtores de coca. Antes desse plano, pagavam-se, creio, US$2,5 mil por hectare de plantação erradicado e a tendência é diminuir-se gradativamente esse pagamento direto ao produtor e compensar com pagamentos à comunidade. Com isso, a idéia seria fazer com que a opinião pública se interessasse pela erradicação.

Essa é uma idéia muito boa, mas não a curto prazo. Ainda temos que ver os resultados em comparação com a política anterior.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Não havendo nenhum outro Sr. Senador que queira interpelar o Embaixador, solicitaria a V. Exª, se quisesse fazer alguma manifestação final, que aguardasse o resultado na ante-sala. E agradeço muito se pudesse deixar o resumo, também. Estamos fazendo uma coletânea para podermos imprimir e distribuir aos Srs. Senadores. Acho que será de grande valia para esta Comissão a exposição que V. Exª traz por escrito.

Muito obrigado.

O SR. STÉLIO MARCOS AMARANTE - Estas minhas últimas palavras são de agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Agora, pergunto se não poderíamos fazer uma votação só para os dois, porque alguns Senadores tiveram que se retirar e deixaram o voto. Faria agora, em seguida, a do outro Embaixador, para facilitar a presença.

Então, convidaria o Sr. Ricardo Carvalho do Nascimento Borges e pediria ao Senador Bernardo Cabral que relatasse a indicação.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a deferência do cometimento que V. Exª a mim faz, no sentido de que eu possa, por delegação sua, relatar a indicação do Ministro Ricardo Carvalho do Nascimento Borges para o cargo de Embaixador do Brasil.

Devo dizer a V. Exª que a delegação é legítima, até porque tem V. Exª poderes para tanto. Não sei se o delegado poderá estar à altura do Relator, que, no caso, é V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Senador, a minha grande dúvida foi se convidaria V. Exª para me substituir na Presidência, o que seria mais correto da minha parte, e eu pudesse relatar, porque V. Exª, por sua experiência, tem muito mais condições de presidir do que eu, e a delegação só pode me honrar.

O SR. BERNARDO CABRAL - Na linguagem jurídica, V. Exª já estancou a dúvida, e fez muito bem.

Sr. Presidente, é claro que a Constituição Federal dá ao Presidente da República competência para submeter à apreciação do Senado Federal, em particular desta Comissão, a escolha de Embaixadores para o quadro permanente. É o caso do Ministro Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, que o Sr. Presidente da República, já que S. Exª é do quadro da carreira permanente de diplomata, faz ao indicá-lo para Embaixador do Brasil dentro da República do Senegal.

Do **curriculum vitae** do indicado, nota-se que é um Embaixador absolutamente vinculado à sua carreira. Além do diploma regular, que tem conexão com a carreira, ele tem o curso de pós-graduação em Administração Financeira pela Universidade de Brasília, tem proficiência em inglês pela Universidade de Cambridge, em francês pela Universidade Nancy e em alemão pelo Goethe Institute. Iniciou a sua carreira profissional moço ainda, no ano de 1973, e atingiu o posto, por merecimento, em 1994. Já serviu várias vezes no exterior - e aqui vale registrar Nova Iorque, Assunção, Ciudad del Este, Bruxelas, Bogotá e, nesta última, exerceu a função de Ministro-Conselheiro. Participou também de várias feiras e exposições internacionais.

É de se ressaltar, Sr. Presidente, que, da conversa que tive pessoalmente com o nosso futuro Embaixador no Senegal, a impressão que recolho, que recolhi e que agora proclamo é de que S. Exª está à altura de exercer o cargo. Apesar de o voto ser secreto, quero logo dizer que, além da honra de ter feito o relatório junto ao Senador Romeu Tuma, o meu voto, em particular, será favorável à apreciação do indicado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Pergunto a V. Exª se tem algum interesse em que a sua exposição seja de caráter reservado, pois pode continuar aberta. Tem V. Exª o tempo necessário e, se quiser fazê-lo resumidamente, esteja à vontade. V. Exª tem o tempo que julgar necessário.

O SR. RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES - Eu queria, inicialmente, agradecer ao Sr. Presidente da Comissão, ao Senador Bernardo Cabral, as gentis palavras de sua relatoria e dizer que estou muito honrado. É o meu primeiro posto. Estou sendo submetido a V. Exªs, o que para mim é uma honra.

Inicialmente, quero dizer que fiquei agradavelmente surpreendido com o que, segundo os meus colegas da Assessoria de Relações com o Congresso, é um procedimento relativamente recente que consiste em que o candidato a embaixador entregue um papel previamente, o que, no meu caso, permite que, tendo registrado nesse papel informações gerais sobre o Senegal, históricas, estruturais, conjunturais, econômicas, políticas, etc, eu pudesse usar este momento para tratar de um aspecto que considero bastante importante, que é o relacionamento do Brasil com a África Subsaárica. Eu faria um corte na década de 50, que é a década em que exatamente se iniciam as independências dos países dessa região. Se fizermos uma apreciação, a vôo de pássaro, digamos assim, que é a apreciação que normalmente o cidadão comum tem desse período, vamos ver que podemos identificar três períodos básicos. A minha idéia de fazer essa apreciação desses períodos que vão da década de 50 até o final de 1994, é justamente o de introduzir o período atual no qual estou sendo indicado pelo Governo atual para o cargo de Embaixador a ser submetido a V. Exªs. E, consciente e convencido de que, sobretudo, é uma política externa, nos períodos anteriores, condicionam numa forma, num sentido ou em outro, os períodos imediatamente subseqüentes, achei indispensável, de maneira rápida e sucinta, focalizar esse período da década de 50 até 1994, para introduzir o pensamento do Ministério das Relações Exteriores na fase atual, no que se refere à África Subsaárica, e, finalmente, algumas idéias quanto ao que, segundo o meu conceito, pode e deve o Embaixador, se aprovado por V. Exªs, no Senegal, fazer como uma sucinta apresentação de seu programa de trabalho.

De modo esquemático, podemos dizer que, nesse período que se inicia na década de 50, coincide, do ponto de vista do Brasil, com o fim da percepção - temos que situar que, nesse momento, inicia-se uma segunda fase importante de industrialização do Brasil - por nossa parte, da África como um concorrente, uma vez que, até então, tínhamos nos africanos concorrentes dos dois principais produtos de exportação brasileiros: o café e o cacau.

Essa autonomia faz com que, já, nesse primeiro momento, iniciemos uma aproximação com o continente africano, em especial com a África Subsaárica.

Num segundo momento, ainda nesse vôo de pássaro, é identificado como uma aproximação mais protagônica, por parte do Brasil, abertura de Embaixadas, a primeira foi no Senagal, em 1961, posteriormente, chegamos a ter 19 embaixadas na África Subsaárica. E coincide, um pouco mais para frente, exatamente com o momento do Brasil-milagre, do Brasil com uma certa disponibilidade de recursos e com uma política pró-ativa em relação ao Continente Africando, em especial a África Subsaárica.

O terceiro momento é percebido pela sociedade como o de um certo afastamento que se segue exatamente à década perdida, que representou para nós, mas também para a parte Subsaárica, um momento de dificuldades derivadas precisamente, e em caráter especial, do problema da dívida externa e, no caso deles, da deterioração dos termos de troca dos produtos de base que são a principal fonte de riqueza para esses países.

Ao adotarmos um método de aproximações sucessivas - como no cinema - veremos que, não apenas se considerarmos o que o Governo fez mas também o que a sociedade fez nesse período, essa visão macro nos dá uma realidade muito mais rica e mais entretecida entre governos dos dois países, mas também e sobretudo, o que é importante, das sociedade dos respectivos países.

Farei uma citação rápida, para não me alongar. Podemos ver que nesse período tivemos a criação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos; a primeira Embaixada no Senegal; a participação no I Festival de Artes Negras de Dacar; outras embaixadas; o Brasil contribuiu com U$2 milhões para o Banco Africano de Desenvolvimento; o périplo do Chanceler Gibson Barbosa por novos países; o ano de 1972 como o ano da África; o reconhecimento rápido, eficaz e ousado, por parte do Brasil, das independências de Guiné-Bissau, Moçambique e Angola; o I Encontro Brasil-África, em 1980, em São Paulo – estou falando de sociedade e governo –; a viagem do Chanceler Guerreiro para encontrar os líderes dos países da linha de frente; a viagem do Presidente João Figueiredo; a consideração, por iniciativa do Senador José Sarney, então Presidente da República, em 1985, do Atlântico Sul não mais como uma zona de enfrentamento no palco da guerra fria, mas senão como uma zona de cooperação, inclusive econômica, e de paz; a Comissão

Mista Brasil/Senegal, recentemente, em 1994. E mais, aí essencialmente a sociedade e o colóquio de Dacar, convocado pelo Presidente Senghor, do Senegal, que acabou gerando os congressos de cultura negra das Américas em Cali, 1978; Panamá, em 1980, e São Paulo, em 1983.

Então, com essa rápida apreciação de fatos, se pudéssemos quantificar matematicamente, se quiséssemos jogar no eixo das coordenadas, no ponto próximo ao eixo de **x** as iniciativas governamentais e no ponto dos **y** as iniciativas da sociedade, veríamos que há uma linha conseqüente durante todo esse período. Essa é uma linha coerente, em que atual voz do Itamaraty, ou seja, do Chefe do Departamento da África, em discursos que proferiu, é de uma política conseqüente - nesse ponto eu me permitiria abrir duas acepções de conseqüente: conseqüente dentro da acepção que eu quis ver, no sentido de que uma política sempre determina a política seguinte, e conseqüente no sentido de uma política responsável e que eu gostaria de chamar de "presença". O importante a sublinhar é a "presença" do Brasil no relacionamento com a África.

Chegamos então ao Governo atual, que se inicia sob a égide de uma "presença" pregressa e ininterrupta. Novamente, a voz do Itamaraty, por intermédio de uma discussão com a sociedade, confronta-se com dois tipos de procedimento com relação a essa presença na África, o que o Chefe do Departamento chamou de nostálgicos e catastróficos. Nostálgicos seriam aqueles que ainda querem ver a presença do Brasil naqueles moldes do segundo período e se esquecem de que o Brasil não tem mais as disponibilidades orçamentárias de que dispunha na década de 70, na época do "milagre econômico", e, conseqüentemente, exigem uma participação nos mesmos moldes, o que não é mais possível. Os catastróficos, por outro lado, examinam com excesso, com abundância de detalhes, as dificuldades que atingiram a África na década de 80 e, pelo contrário, acham que o Brasil já deveria ter saído, que não se justificaria nem mesmo a presença atual, quanto mais voltar a designar embaixadores etc. Qual dos dois grupos tem razão? Antes de responder, considero importante sinalizar como estamos atualmente no cenário internacional. O Senador há pouco mencionou a globalização e a interdependência. A primeira observação é esta: na globalização e na interdependência será que estaríamos em condições? Temos possibilidade de simplesmente descartar um Continente importante que no ano 2.000 terá 700 milhões de habitantes, que tem riquezas e que, inclusive, está na matriz da nossa formação étnica e cultural?

No cenário interno, temos a plena democracia, o que faz com que o Itamaraty, atento a isso e consciente do seu papel de intermediário das aspirações populares, seja diretamente, através das realizações que tem feito desde 1991, de colóquios, de simpósios, em que são convidados vários setores da sociedade para debater temas de política externa, seja no íntimo no contato com o Congresso, diretamente pelos colegas que aqui vêm expor e por aqueles que são convocados por V. Exªs, ou através da assessoria de relações com o Congresso. Então, essa democracia, é também a parte interna que temos que levar em conta.

Tendo em conta os cenários internacional e o interno, temos que, nesse nosso papel, do qual não devemos e não podemos abrir mão, lembrar dois aspectos. Primeiro, a África, desde 1994, está dando sinais fantásticos de recuperação. Os países que recorreram ao Fundo Monetário Internacional, entre os quais o Senegal, estão se revelando bons alunos, pois estão conseguindo reduzir a inflação. O Senegal, hoje, tem uma inflação abaixo de 2% e um crescimento, há dez anos consecutivos - que provavelmente continue - de 5,5% - crescimento que não nos permitimos nesse período. Então, há uma percepção de que os catastrofistas não tomem conta, que o subcontinente, a África Subsaarica, está em franca recuperação.

Um outro aspecto que temos que ressaltar é a presença das grandes potências, como por exemplo, os Estados Unidos, oportunidade em que V. Exªs puderam acompanhar o périplo de Clinton pela África, que se justifica por razões estratégicas de proteção de acesso ao Mar Vermelho, a Israel, mas também se prende ao fato de a "África ser um Continente virgem para investimentos americanos", segundo disse o Presidente Clinton. Os Estados Unidos têm, hoje, na África Subsaarica, um arsenal de instituições: a promoção de investimentos americanos, a participação em concorrências públicas até a fabricação de filmes específicos para a televisão dos países africanos, que são produzidos nos Estados Unidos pelos afro-americanos.

A França, que teve um problema, sobretudo depois de Ruanda, que dava sinais de que estava se retirando da África, deu marcha a ré na sua política e recriou o Ministério de Cooperação, já não mais o das Colônias.

Temos também países menores que estão interessados naquele Continente, como Japão, China, Taiwan, Espanha e Portugal, por exemplo, não necessariamente nos países de fala portuguesa, mas interessados em outras áreas. Pergunto: podemos ignorar esses dois aspectos e a recuperação do Continente? Podemos nos dar ao luxo de ignorar a presença dessas potências?

Sr. Presidente, para finalizar, a política atual do Ministério das Relações Exteriores, ao designar e submeter à aprovação de V. Exªs um novo embaixador, ao invés de, como dizem os catastrofistas, procurar fechar embaixadas, é uma política - a meu ver - motivada e coerente, que visa manter a presença, granjear ou regranjear confiabilidade no Continente, e nos incita a ser criativos.

Qual é o papel do embaixador, segundo a minha visão - caso eu mereça a aprovação de V. Exªs? A criatividade está, por exemplo, no trabalho junto à sociedade brasileira, em primeiro lugar, apoiando iniciativas já existentes. Estou muito feliz em chegar ao Senegal e de lá ser o palco de um movimento de empresários afro-brasileiros, que apresentaram projetos, objeto de uma reunião formal no Itamaraty, de um grupo chamado Seabra - um coletivo de empresários empreendedores afro-brasileiros - , que têm a idéia de criar nos países de língua francesa, nos próximos dez anos, **showrooms** de produtos brasileiros. Em conversa e troca de idéias com o Itamaraty, ampliaram esse escopo que, para mim, é gratificante, no sentido não só de introduzir e levar produtos produzidos por afro-brasileiros, mas abrir a possibilidade. Como disse o Sr. Bosco, que é o responsável por isso, não importa a cor do produtor, o importante é que seja um produto brasileiro e que seja competitivo.

Do ponto de vista da sociedade senegalesa, procurar descobrir nichos e servir de ponte, de sinapse, entre os interesses brasileiros e outros que possam ser detectados.

Sr. Presidente, nada mais tenho a falar. Mas penso que o entusiasmo, com modéstia, com o conhecimento exato da dimensão da tarefa, sem dúvida nenhuma, será a nossa pretensão.

Espero merecer a aprovação de V. Exªs

Agradeço-lhes a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, como Relator, e, em seguida, a concederei ao Senador Abdias Nascimento.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimento o Ministro pela clareza de sua exposição.

Talvez, por curiosidade, gostaria de fazer uma indagação, pois pude observar, ao longo da exposição do Ministro Ricardo Borges, que S. Exª lembrou os Chanceleres Gibson e Guerreiro, na década de 70, oportunidade em que acabamos

"comendo" o termo Terceiro Mundo quando estávamos voltados para a África.

Vejo, com alegria, que há uma recuperação na África. Em 1994, já com as andanças do FMI, hoje com uma inflação controlada, segundo ressaltou o nosso Ministro Borges, em torno de 2%, se o Presidente Clinton, nas palavras do nosso Embaixador, ressaltou que a África agora é um Continente virgem para investimentos norte-americanos, a curiosidade reside nessa pergunta - por isso fiz a premissa, e aí talvez se bifurque aquilo que a **vol d'oiseau** o nosso Ministro Carlos Borges declarou: por que o número de embaixadas na África foi reduzido? Por que foi reduzido, se, segundo a informação de V. Exª, o Brasil não fica ao lado dos catastróficos? Pelo que vejo, V. Exª está indo para lá cheio de ânimo - no que aplaudo, porque conheço aquela região e devo lhe dizer que, em 1968, estive em Angola, e em Maputo, Capital de Moçambique, e acompanhei de perto a luta dos povos angolano e moçambicano em suas guerrilhas. Dali para cá, decorridos 30 anos, verifico que há uma nova crença no talento e na experiência da raça negra.

A minha curiosidade a par dessa redução - houve uma redução, pois tínhamos um grande número de embaixadas - foi por causa daquele milagre da década de 70 - já não podemos ter as mesmas disponibilidades de antes - ,ou também por que a África agora começa a caminhar com seus próprios passos?

Gostaria que V. Exª falasse um pouco mais sobre a África no que diz respeito a esse tema; menos pelo recheio que isso possa ter e mais pela curiosidade que, tenho certeza, têm alguns colegas. Até porque, se eu tivesse de fazer um registro, deveria fazê-lo em homenagem ao nosso eminente e estimado Senador Abdias Nascimento, que, da tribuna do Senado, tem, repetidas e reiteradas vezes, demonstrado o seu avanço. Seria até uma forma do seu adminículo, ajudar-nos nesse raciocínio.

Essa a única indagação que tenho a fazer, mais de ordem ilustrativa do que realmente de questionamento à exposição do Ministro, que foi perfeita.

O SR. RICARDO CARVALHO DO NASICMENTO BORGES - Muito obrigado, Senador, pela sua pergunta. Espero que V. Exª não tome minha resposta como uma reclamação institucional, porque não é na verdade. V. Exª deve levar em conta que o que houve, na realidade, foi a redução do nosso poder de gerar excedentes para aplicar na África e que, de qualquer maneira, a década perdida, as dificuldades que o Brasil enfrentou se refletiram no orçamento do Ministério das Relações Exteriores. Fui chefe de orçamento do Itamaraty. Sempre éramos, de baixo para cima, ou o penúltimo ou o terceiro. Só perdemos, se não me engano, para a Saúde.

Então, na realidade, se considerarmos que, no momento do auge, tivemos 18 Embaixadas, as três que fechamos – ainda temos 15 abertas – mostra, mesmo com essa percepção da sociedade **à vol d'oiseau** – como V. Sª. disse – de que houve um afastamento. Na verdade, essa presença foi grandemente mantida na medida em que, do ponto de vista da própria sociedade e talvez até dentro do próprio Congresso, a visão que se tinha da África era quase como a de um Continente destruído. Sendo assim, conseguirmos manter 15 Embaixadas a um grande esforço, devido à redução do nosso orçamento e, de um modo geral, de todo o Governo. Mas, também, houve uma redução bastante grande no exterior – tenho estado lá e recebido comunicação de cortes de dotações em dólares – e acredito que foi realmente um grande esforço, já que as Embaixadas foram fechadas por considerações exclusivamente de ordem orçamentária.

O SR. BERNARDO CABRAL - Estou satisfeito, Sr. Presidente. A resposta é absolutamente confirmadora do que penso.

Lamentavelmente, o Ministério das Relações Exteriores não recebe o tratamento orçamentário que deveria receber. Quem viaja para o exterior, como V. Exª e nós mesmos – devo ressaltar que às nossas custas – encontramos Embaixadas que têm dificuldades até com o chamado material de consumo, de modo que a resposta me serve perfeitamente e penso que os órgãos que cuidam desta circunstância, tanto o Ministério do Planejamento quanto o Ministério da Fazenda, deveriam estar voltados mais para esta área, uma vez que, no exterior, a nossa imagem não é muito boa exatamente porque não há condições materiais para que as Embaixadas desenvolvam um bom perfil do Brasil.

Digo isto, Sr. Presidente, para que fique registrado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Concedo a palavra ao nobre Senador Abdias Nascimento.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO - Sr. Embaixador, gostaria primeiro de felicitá-lo pela sua exposição, mas gostaria de parabenizá-lo principalmente porque estou constatando que está havendo uma grande mudança qualitativa na nossa política de exterior e porque V. Exª fez menção aos vários esforços do Brasil em relação à África. Porém, esses esforços estão muito aquém daquilo que o Brasil deveria ter feito, não em questões econômicas – estas eu respeito e estou de acordo – mas em iniciativas que independiam dessas questões. V. Exª mencionou, por exemplo, o I Festival Mundial de Artes Negras, mas V. Exª sabe que o Itamaraty proibiu que os verdadeiros movimentos de cultura e arte negras comparecessem lá. Foram apenas os afro-brasileiros que não puderam fugir da subjugação da hegemonia branca do Brasil, quer dizer, afora aqueles artistas que refletiam a cultura européia e não a africana. Isso está num documento meu respondendo a um documento do Itamaraty e esta carta aberta foi publicada amplamente no Senegal e em Paris. Não é de agora que estou denunciando esse grande equívoco do Itamaraty, porque seu documento negava a existência de uma tradição cultural africana no Brasil e isto não é uma coisa isolada, é, isto sim, uma questão ampla e estrutural do Itamaraty, uma vez que, também na ONU, ele se comportava da mesma maneira, ou seja, durante todo o processo de descolonização da África, o Brasil votava contra ou se abstinha, o que é a mesma coisa que votar com os países colonizadores.

Desse modo, percebo que há uma mudança muito grande. Este fato me deixa bastante satisfeito, porque sempre estive em confronto com o Itamaraty durante quase toda a minha vida pública, já que venho, de longa data, defendendo o povo de origem africana e constato, agora, essa mudança porque, até no II Festival de Arte Negra, em Lagos, o Itamaraty - tenho um livro com a publicação dos documentos. O Itamaraty procurou não somente silenciar-me, mas também liquidar-me moralmente, como professor universitário, enfim, de todas as formas possíveis. Qual era o meu crime? Simplesmente mostrar aos irmãos africanos que estavam estudando as condições dos africanos na diáspora, mostrando as nossas realidades. Não estava difamando, nem querendo desmoralizar o Brasil, nada disso. Não sou pertencente a qualquer ramo subversivo, apenas combati a injustiça e continuo combatendo, sobretudo a injustiça praticada pelo Itamaraty. Sei que este é parte de um Governo, mas possui áreas sobre as quais tem que decidir, não pode ficar pactuando com injustiças. Contra essa injustiça que eu me subordinava. O problema é que o Brasil, desde mais ou menos 1850, virou as costas para a África. Não se pode falar em ser africano. Até hoje, se eu entrar com um africano aqui no Senado, vão achar que não é apropriado. Não é apropriado como, se sou africano? Sou africano-brasileiro, mas sou africano. É o que assumo: minha natureza. Não é pelo fato de ser brasileiro que vou abjurar, repudiar minha origem, aqueles que lutaram para construir este País, que foram os africanos. Não podemos esquecer disso. Todas as questões que estou mencionando fazem parte da história e a partir desta construímos o presente e o futuro.

V. Exª mencionou o Festival das Artes e das Culturas Negras. Pois bem, as delegações do Brasil não puderam estar presentes. Fui porque estava no exílio, por questões raciais, e de lá viajei, mas a delegação daqui não pôde ir. Impuseram um depósito de U$1 mil para cada pessoa. Como uma comunidade pobre, destituída há séculos, poderia depositar dólares para viajar à Colômbia? Todas essas coisas funcionavam como instrumentos de opressão que procuravam evitar nossa aproximação com a África. O Brasil nunca quis uma reaproximação com esse país, por isso votou sempre contra nas Nações Unidas. Tenho tudo registrado. Não sei se V. Exª conhece o outro livro. Já mencionou um, deve conhecer o outro.

O SR. RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES - O Negro Revoltado?.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO - O Negro Revoltado foi o anterior. É o Quilombismo, que tem a transcrição de todos os votos da delegação brasileira na África. É algo que nos envergonha muito, é um impacto. Como é que o Brasil, o maior país africano fora da África, vira as costas para esta e vota contra. É algo inadmissível! É claro que depois correu para reconhecer Angola, mas era tarde, afinal de contas todos os votos das Nações Unidas eram do conhecimento de todos, não eram secretos.

Gostaria de dizer que espero que com essa nova visão que estou percebendo dessas relações - V. Exª está dando o testemunho - não fiquem simplesmente em uma questão de governo para governo, que esses canais auxiliem essa reaproximação dos povos descendentes de africanos com os povos da África. É uma questão fundamental para que nosso País readquira, resgate, afirme uma identidade. O Brasil sempre temeu reconhecer sua parte africana, sua cara africana. Felizmente, hoje está mudando. O Senhor Presidente deu uma entrevista à **Veja,** desta semana, dizendo que há membros do Congresso que não aceitam que a ação seja afirmativa. Eu tenho aqui o meu projeto que trata da ação compensatória, o qual está nas mãos do digníssimo Presidente da Comissão.

Há uma grande divergência: é um projeto com que o Presidente concorda, mas os representantes do Partido, ao qual pertence Sua Excelência, são contra ele. O Presidente apóia a ação afirmativa na entrevista a que me referi. Então, vemos como é difícil o reconhecimento da injustiça porque o projeto "ação afirmativa" é exatamente para corrigir uma injustiça. Não se trata de nenhum privilégio. Não se está pedindo nenhum prêmio, mas condições para que o cidadão possa usufruir do que preconiza a Constituição: a igualdade. Quem está há 500 anos atrás não pode ser submetido a mesma lei que protege os que estão há 500 anos usufruindo de todos os privilégios. Isso é um absurdo! Entretanto, acreditam que estamos querendo com o projeto garantir privilégios. Não é nada disso! Estamos exatamente querendo a igualdade que a Organização das Nações Unidas reconhece. Para isso, basta que se analise a convenção contra a discriminação racial assinada pelo Brasil, em que está muito claro que as medidas para se acabar com a injustiça racial não têm que ser consideradas como discriminação. Não se trata de privilégio algum. Isso está muito claro.

O Presidente também aprova, entretanto, a tramitação do projeto aqui no Senado não avança. Isso acontece desde 1983, quando eu era Deputado Federal e apresentei o mesmo projeto, o qual encontra-se nas gavetas da Câmara. Agora, o projeto apresentado ao Senado Federal também não tem tramitado como poderia, porque há uma resistência.

O negro está há 500 anos "levando na cabeça", mas qualquer iniciativa que procura ajudá-lo a resgatar sua cidadania é interpretada como privilégio, como algo escandaloso.

Espero que V. Exª trabalhe, não no sentido do avanço da legislação porque isso depende de nós, mas no sentido desses laços que nos unem. Fui tão amigo do Presidente Leopold Sedar Senghor,do Senegal, do Presidente da Tanzânia, do Presidente de Uganda e todos eles queriam ter mais relações com o Brasil

O SR. BERNARDO CABRAL - O Senador Pedro Simon está dizendo que sou o culpado por o projeto não seguir a sua tramitação.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO - Não, o projeto não seguiu a sua tramitação por causa do Senador Bernardo Cabral. Pelo contrário, S. Exª colocou o projeto em pauta para ser discutido. Isso não é verdade e tão-pouco o Senador Pedro Simon foi contra o projeto ou o prejudicou em algum aspecto.

Quero, então, dizer ao Embaixador que também tenho muitos laços e que participei de vários eventos do Governo do Senegal e da sociedade senegaleza. Estou muito ligado àquele monumento na Goréia, que é muito importante para nós também. Na Goréia, na ilha há a casa dos escravos, onde estão fazendo a fundação e um monumento, porque lá era um grande entreposto comercial, o qual tem muita relação com o monumento que estamos querendo erigir em Palmares, na Serra da Barriga. Precisamos ativar todas essas coisas, porque são nesses fatos históricos e concretos que cimentamos mais a nossa origem africana, a qual não deve ser rejeitada de maneira alguma.

Assim, felicito V. Exª e estou à disposição para servir a qualquer iniciativa nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Pergunto se V. Exª gostaria de usar da palavra.

O SR. RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES - Senador Abdias Nascimento, pediria a licença de V. Exª para fazer preceder a minha resposta de uma epígrafe que V. Exª certamente conhece bem, do poeta Ubi Inaê Kibuco, que está na introdução do seu livro "Negro Revoltado". Não é apenas uma homenagem que gostaria de prestar a V. Exª, mas tem a ver com a resposta que quero dar.

Diz o poema "Decisão":

"Chega de tudo pela metade,
Basta de tudo pelo meio,
Desta vez ou vai ou racha,
Queremos tudo e inteiro."

V. Exª me permitirá não criticar a minha instituição no passado. Isso pareceria, em primeiro lugar, um oportunismo.

A política adotada em determinados momentos — se nós tivermos em conta que a participação da sociedade brasileira, só se fez recentemente. A participação da sociedade naquele momento ou era impedida ou era menor em função do grau de desenvolvimento.

Assim, se V. Exª me conceder a vênia, gostaria de não fazer críticas, mas de me referir ao atual momento.

A homenagem a V. Exª é no sentido de que, ao estudar o problema dos afro-brasileiros e dos africanos em geral, na sua diáspora pelo mundo, tive muita satisfação e orgulho — peço não tomar por bajulação, é, isto sim, uma homenagem mesmo — de verificar que quando Leon Damas, Leopold Senghor e Aimé Cesaire estavam nos seus primórdios, na década de 30, concoctando a negritude no Quartier Latin, V. Exª, no seu Congresso mineiro, junto a Aguinaldo Camargo, já cunhava termos semelhantes, que, posteriormente, foram utilizados na década de 30, quando esses autores da negritude, certamente, ainda não eram conhecidos do Senador, que era um artista de teatro. Assim, já descobria expressões como "**black is beautiful**", entre outras.

Posteriormente, através do teatro experimental do negro, o seu protagonismo se faz, realmente, admirável. Dessa forma, eu realmente gostaria de fazer essa homenagem a V. Exª.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO - Muito obrigado, Excelência. De fato, desde 1930, eu já mantinha intensa correspondência com Alioune Diop — não sei se V. Exªs o

conhecem —; fundador da Editora Presença Africana, em Paris, e que foi a alma desses congressos da cultura negra.

Ele sempre me pedia sugestões, e sempre estive ligado, contribuindo com as coisas de lá. Aqui, gostam de tentar obscurecer o trabalho que eu, modestamente, realizei, com afirmações de que estou a copiar coisas dos Estados Unidos.

Absolutamente, isso não procede. O racismo brasileiro é muito anterior ao dos Estados Unidos, porque lá a escravidão começou muito depois e acabou muito antes do que a nossa. De modo que isso não nada a ver.

Contudo, quanto à solidariedade aos africanos escravizados, realmente tenho um passado bastante extenso, em razão da minha longevidade. Os meus 85 anos foram, quase todos, dedicados a essa causa.

O SR. ROMEU TUMA - Srs. Senadores, o Senador Pedro Simon...

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, peço escusas a V. Exª pela interrupção, mas essa expressão do Senador Casildo Maldaner é típica da inveja sadia. Oitenta e cinco anos, não é?

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, eu também gostaria de dizer que também recebi com muita alegria a exposição de V. Exª, Sr. Embaixador.

Eu não poderia dizer tratar-se de um homem jovem, pois se o Senador Abdias Nascimento tem 85 anos, V. Exª...

O SR. RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES - Tenho 52, Excelência.

O SR PEDRO SIMON - Eu daria a V. Exª 40 anos. Portanto, vejo que V. Exª é da mesma escola.

Penso que a exposição de V. Exª foi muito feliz e competente. Tem razão o Senador Abdias Nascimento quando diz nos trazer ânimo novo. V. Exª vai imbuído de uma idéia diferente em relação ao posto que assumirá.

Colegas de V. Exª vão, às vezes, tomando-o como castigo, de passagem à busca de um outro lugar. V. Exª não demonstrou, em momento algum, V. Exª demonstrou isso, o que me deixou muito feliz. Não é que as pessoas digam, ninguém diz, mas dão a entender. V. Exª não. V. Exª recebeu com satisfação a tarefa, fez uma análise profunda do que pretende fazer. Realmente, é importante V. Exª ir para lá exercer essa função.

Acompanhei com muita atenção a viagem do Presidente americano. Sabemos que foi uma viagem de negócios. Os Estados Unidos cresceram de tal maneira que tudo lhes interessa. Não há ponto no mundo onde eles não tenham algo para negociar. Todavia, não deixou de ser bonita a manifestação do Presidente americano quando, em dois lugares diferentes, ele fez duas confissões universais, que nunca um presidente tinha feito. Na primeira, ele, publicamente, pediu perdão pelas violências cometidas nos Estados Unidos contra os negros. Para lá os negros foram levados como escravos e, como tal, viviam. Na segunda, reconheceu que, até bem pouco tempo, o governo americano mantinha ditaduras militares violentas, que se utilizavam de torturas, ditaduras as mais arbitrárias, tanto na África quanto na América Latina. Ele pediu desculpas e acrescentou dizendo que, daqui por diante, pretendia que o governo americano entendesse a importância da democracia, da liberdade e desse incentivos para que os Estados africanos desenvolvessem essa democracia e essa liberdade.

É verdade que temos, nos continentes sul-americano e africano, algumas identidades. Os maiores índices de miséria e fome estão praticamente lá, mas também aqui. Não estamos nos achando muito por cima em relação a eles. Se o Brasil é um país que olha com orgulho sua raça branca e se identifica com as colonizações italiana, alemã, japonesa e etc, na verdade, negros e brancos – muito mais negros do que brancos – morrem de fome no Brasil diariamente, por falta de alimentos. Temos nossos erros, fracassos e irresponsabilidades.

Sobre a África, tenho a dizer que, no dia seguinte à saída do Presidente Figueiredo, logo que o Presidente José Sarney assumiu o Governo, fui um dos primeiros a participar da chamada Nova República. Posso dizer o que vimos, analisamos e as interpretações que fizemos daquele regime militar. Se há um setor que, de certa forma, respeitamos, mesmo no regime militar, é o Itamaraty. Achávamos que o Itamaraty não fora contaminado pelo arbítrio das forças armadas militares. Pelo contrário, até o Presidente Geisel e outros generais, por razões as mais variadas, olharam com abertura para a África. V. Exª diz que por causa do milagre brasileiro abriram-se muitas embaixadas na África. Pode ser! Mas a verdade é que ao lado disso houve uma orientação do Itamaraty – do Itamaraty e não do general comandante ou general presidente – no sentido de se abrirem os laços de diálogo com a África. Foi quando passamos a nos identificar com os países não-alinhados e vimos com importância os nossos laços e as nossas identificações com a África. Vamos dizer com toda a franqueza: é verdade que Jânio Quadros, nos seu rápido governo de sete meses, deu uma certa abertura nesse sentido, mas foi no regime militar que se abriram essas embaixadas e foi intensificado o diálogo entre Brasil e vários países do continente africano. Participei desde o início do Governo Sarney e, em nenhuma reunião, nunca ouvi uma palavra no sentido de não se continuar estreitando essas relações.

Eu diria que no Governo Sarney, na Nova República, houve novamente o interesse pela América Latina, principalmente pela Argentina. Em face da posição adotada pelos Estados Unidos em relação ao Cone Sul e às ditaduras no Chile, na Argentina, no Uruguai, no Paraguai e no Brasil, pensávamos que os Estados Unidos tinham interesse que não tivéssemos praticamente nenhum relacionamento com os países vizinhos. Na época em que assumimos o governo, o Brasil e a Argentina se olhavam como inimigos na iminência da guerra.

A decisão da Nova República foi no sentido de aprofundar o entendimento com a África, mas não deixou de lado o relacionamento com os países sul-americanos. Participei modestamente dessa decisão como Ministro da Agricultura, tendo sido um dos primeiros a falar sobre o relacionamento Brasil/Argentina. Lembro-me como se fosse hoje – já repeti isso mais de uma vez: estava presente o Ministro Setúbal, que não era propriamente um diplomata, mas havia sido indicado pelos empresários de São Paulo para ser Ministro da Fazenda. No entanto, o Presidente Tancredo Neves não queria, de forma alguma, um paulista nessa Pasta. Para se livrar da indicação, nomeou o Sr. Setúbal para o Ministério das Relações Exteriores em vez do Sr. Fernando Henrique.

Em dado momento, o Ministro Setúbal disse que teríamos de estreitar as relações primeiramente com a Argentina, comprando mais maçã daquele país, mas eu, então Ministro da Agricultura, não estava de acordo com isso. Daí entrou em prática uma proposta de minha autoria: comprar trigo da Argentina. Nós, que não importávamos um grama de trigo da Argentina, chegamos a importar 2 milhões de toneladas. Com a compra do trigo e do petróleo argentinos, teve início, de fato, o relacionamento comercial entre os dois países, como eu havia previsto. Prova disso foi o fato de termos – eu e o Presidente José Sarney – sido recebidos com muita pompa, por ocasião de nossa viagem a Buenos Aires. Eis a origem do entrelaçamento, do diálogo na América Latina, da criação do Mercosul, com o qual – acredita-se – os americanos não estão muito satisfeitos, porque, na verdade, eles almejam dar cabo do Mercosul e criar o Mercado Comum de toda a América. Imagine V. Exª se o Brasil, a Argentina, a Bolívia, o Peru e o Uruguai não tiverem um preparo entre si que vise a um mercado maior!

Acredito, portanto, que foi positivo esse diálogo com a América Latina, que começou na Nova República e continuou nos

governos dos Presidentes José Sarney e Fernando Henrique Cardoso.

V. Exª se refere a questões econômicas. Não sinto, porém, que haja um esfriamento do nosso diálogo e da nossa identidade em relação à África. É verdade que se fala hoje em globalização, globalização significando lucro mediato, "toma-lá-dá-cá"; mas, na verdade, o próprio presidente norte-americano, ao ir a África, demonstrou a importância daquele continente.

Com toda a sinceridade, acredito que, se quisermos que o Brasil, futuramente, tenha presença no próximo milênio no cenário mundial, quando haverá a presença da China, da Índia, por serem países territoriais, indubitavelmente teremos de ter nossa identidade e deveremos buscar nossas raízes na África. Nesse aspecto, eu concordo.

Quero dizer que sou, há muito, um dos admiradores permanentes do Senador Abdias Nascimento, da sua luta e da sua coragem. S. Exª. não podia deixar de ser Senador. S. Exª. deveria fazer um movimento no sentido de que o Rio de Janeiro o mantivesse nesta Casa, porque, na História do Brasil – bem o sabe o Senador Bernardo Cabral – dificilmente se pode verificar, no âmbito do Senado, um período em que esse Estado tenha nos presenteado, sem dúvida alguma, com os dois maiores Senadores da sua geração: os Srs. Abdias Nascimento e Darcy Ribeiro. De fato, pudemos contar com duas criaturas fantásticas na mesma vaga. Foi maldade de Deus ter levado o Sr. Darcy Ribeiro. Poderiam ser dois Senadores eleitos. Deveríamos ter tido oportunidade de ter o nosso querido Senador Darcy Ribeiro aqui por mais tempo.

O SR. BERNARDO CABRAL - Senador Pedro Simon, não diga "maldade", talvez um descuido.

O SR. PEDRO SIMON - É verdade.

S. Exª. poderia ter ficado entre nós, assim com está o Senador Abdias Nascimento. Quero dizer, com toda a sinceridade, que o Senador Abdias Nascimento tem razão. No Brasil, com relação ao negro, estamos muito aquém do que se deseja - e aí não é o Itamaraty; somos todos: o Congresso, o Senado.

No sábado, assisti a uma solenidade linda em que um filho de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, uma cidade de colonização alemã, foi ordenado o primeiro bispo gaúcho negro. É uma das pessoas mais dignas e extraordinárias da região e vai ser Bispo Auxiliar de Salvador. Ali, vi as pessoas trajadas com vestimentas africanas, e, no momento da abertura, na Igreja Católica, havia instrumentos musicais e músicas neo-africanas tocando. Nessa solenidade, a começar pelos familiares do Bispo, as pessoas entravam com as vestimentas tradicionais da sua raça, o que não me parece nada humilhante, ao contrário, é uma beleza de congraçamento. Ali, naquela Santa Cruz de alemães, todos de olhos verdes e de cabelos claros, de repente, estavam aquelas pessoas negras, e eu dizia para o Governador Brito que há muito tempo não via uma pessoa rir com a alma como aquele Bispo, naquele momento.

Então, felicito V. Exª não só por ir, mas por fazê-lo com esse espírito e essa disposição. V. Exª conte com o Senado e, no que for necessário, cobre do Senado aquilo que pudermos fazer para facilitar sua brilhante missão.

O SR. RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - V. Exª quer fazer alguma referência?

O SR. RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES - Sr. Presidente, gostaria de dizer que há uma percepção, por parte da sociedade, de um certo afastamento, por contraste com a intensa participação da época anterior, razão pela qual fiz questão de sublinhar que, dentro dos meios disponíveis, era importante não esquecer a presença constante nesse período todo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Senador Eduardo Suplicy, concedo a palavra a V. Exª, como último inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Embaixador Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, infelizmente não pude assistir, desde o começo, à sua exposição. Entretanto, li suas considerações escritas e fiquei impressionado pela diminuição do comércio da África com o Brasil. Noto que aqui há dados dos anos 70 e 80 a respeito do comércio como um todo entre Brasil e África; passa-se em seguida, contudo, para os dados referentes somente ao período mais recente entre Senegal e Brasil, mostrando que está relativamente baixo. Portanto, penso que há aqui um pulo na observação dos dados. Então, ficamos sem o parâmetro do quanto era com o Senegal. Assim, gostaria que completasse a informação.

Por que razão isso ocorreu? Houve algum problema relativamente ao Brasil ou isso se deveu mais à deterioração da situação africana em si? Gostaria de saber se o empenho recente do Brasil em revigorar as relações de comércio com a África já está dando resultados concretos ou o que se precisaria fazer? Essa é a primeira indagação.

Segunda indagação: o Papa João Paulo II vem expondo a necessidade de haver um jubileu, por ocasião do ano 2000, no sentido de serem perdoadas as dívidas dos países mais pobres. Isso tem maior relevância para países como os da África e os mais pobres da Ásia - sobretudo estes. Está o Senegal entre os países de maior endividamento externo? Teria efeito sobre o Senegal? É o Brasil um credor do Senegal? Como o Governo brasileiro vem analisando eventual postura de atender-se ao pedido que João Paulo II está fazendo às Nações, relativamente às mais pobres? Obviamente, o Brasil, em relação aos países mais ricos, está como devedor, mas, em relação aos mais pobres, como credor. Então, como V. Exª analisa esse ponto?

E, finalmente, faz-se necessária a criação de um mecanismo por meio do qual as nações mais ricas possam contribuir para que os países africanos venham a ter uma melhor condição de vida, inclusive com maior fluxo de comércio. Dentre as proposições nessa linha está a do Professor James Tobin, de instituir um imposto de 0,5% sobre o valor de transações internacionais para um fundo que, entre outras finalidades, poderia socorrer nações em crise ou nações muito pobres. Poder-se-ia pensar num mecanismo de imposto de renda negativo ao nível das nações. Isso tem sido objeto de consideração e debate no Itamaraty? Qual é a sua avaliação e recomendação a respeito?

O SR. RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES - Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Reconheço que a diferença dos valores do intercâmbio comercial nos dois períodos realmente tenha ocorrido pela preocupação de não me exceder muito no tamanho do papel que preparei.

Respondendo à sua primeira pergunta, houve, na realidade, dois motivos: a década de 80 foi considerada perdida para os dois lados; assim, a redução é quase uma decorrência natural da situação que enfrentamos nesses dois países. No caso africano, como disse - talvez V. Exª não estivesse ainda aqui -, Senegal tem a oferecer como produtos de exportação, basicamente, fosfato e amendoim, que tiveram seu valor relativo muito deteriorado. No caso do fosfato, cabe destacar também a existência de outros importantes produtores, inclusive mais próximos do Brasil.

Quanto ao perdão da dívida dos países mais pobres, devo dizer que o Brasil está efetivamente como credor no Clube de Paris. Infelizmente, por falta de tempo e por outros fatores me terem chamado mais a atenção - devo reconhecer -, não consegui

dispor desse dado de maneira mais detalhada. Posso dizer a V. Exª, entretanto, que está sendo estudado um perdão de cerca de 67% da dívida do Senegal.

Em relação ao mecanismo, Senador Eduardo Suplicy – nações mais ricas, nações mais pobres –, devo dizer que li em informações francesas que não se trata tanto de fundos, porque o Fundo Africano de Desenvolvimento tem recursos destinados à África que não conseguem ser utilizados por falta de capacidade de utilização. Então, creio que, talvez, o problema esteja antes numa ação pró-ativa de colaboração e capacitação.

Por exemplo, para V. Exª ter uma idéia, nessa iniciativa de forças de paz conjuntas da Inglaterra, Estados Unidos e França, a idéia não é mais armar ou colocar soldados, mas capacitar a população local para dar solução africana a problemas africanos. Então, penso que por aí estaria uma resposta ao Tobin.

Frise-se que, no caso africano, são forças de paz, forças para atuar quando há genocídios ou para solucionar conflitos a fim de evitar o que ocorreu em Ruanda, por exemplo.

O SR. CASSILDO MANDANER – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem a palavra V. Exª

O SR. CASSILDO MALDANER – Sr. Presidente, ouvimos o nosso nobre Senador Eduardo Suplicy, que ficou mais na área de dados, na área comercial e na apresentação de números, enfim, na parte econômica; depois ouvimos o relatório do eminente Senador Bernardo Cabral.

O que senti na exposição do Embaixador Ricardo Carvalho do Nascimento Borges e no pronunciamento do Senador Abdias Nascimento é que falou muito alto a alma. Acredito que valeu a pena. V. Exª vai para lá com a intenção de viver, de estreitar o relacionamento entre os países.

Ficamos conhecendo a linha de vida do Senador Abdias do Nascimento – e eu não esperava que S. Exª tivesse tantos anos de vida, pois ele não os apresenta haja vista o vigor que demonstra. Eu o conheço desde 83 – nós nos conhecemos na Câmara dos Deputados.

Creio que valeu a pena ouvirmos V. Exª, o Senador Abdias Nascimento e os outros colegas. Foi interessantíssimo esse encontro sobre o Senegal, aqui na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Srs. Senadores, acredito que hoje tive a oportunidade de presidir a uma reunião importante, em que pudemos refletir sobre a cultura da África e os problemas que aqueles povos vivem há 500 anos, como salientou o Senador Abdias Nascimento.

V. Exª, nessa sua primeira missão como Embaixador – parece-me que é isso – traduz o respeito que o Itamaraty tem por esta Comissão, pois V. Exª trouxe, na "ponta da língua", os estudos a respeito do país em que vai servir; além disso, prestou uma homenagem emocionante ao Senador Abdias Nascimento, porque trouxe para sua exposição os livros e material sobre a elaboração da cultura africanista que o Senador Abdias tem demonstrado em várias sessões do Congresso. V. Exª – acredito eu – alegrou o coração do nosso companheiro Abdias e, também, trouxe alegria para cada um de nós. Creio que o Senador Casildo Maldaner traduziu bem o que se sentiu nesta reunião pelo aprendizado que tivemos sobre a cultura e os problemas da África.

Estive no Senegal, há cerca de uns cinco ou seis anos, participando de uma reunião da Interpol. E lá as reuniões se realizaram em um grande templo muçulmano, uma linda construção. Acredito que, com todo esse entusiasmo, o senhor vai se sentir feliz lá. E, para nossa sorte, teremos um bom representante naquela entrada da África. O Senegal é um país histórico para nós por causa do entreposto de escravos que lá havia. Quando estive naquele país, fui visitá-lo. Confesso aos senhores que senti uma forte emoção com algumas pitadas de sentimento de tragédia. Parece que aquilo transmite o sofrimento daquelés que lá estiveram, pois, naquele local, eram selecionados e era determinado para onde iriam. Havia muitas mortes ali... É terrível. Penso que aquele lugar é um monumento para qualquer um que defenda os direitos humanos. Não se imagina que aquilo possa se repetir. Tenho essa impressão e acredito que o Senegal tenha uma ligação muito forte com o Brasil na parte espiritual, em razão mesmo das colocações aqui feitas.

Peço a V. Sª que aguarde pela votação. Depois, comunicaremos o resultado.

O SR. RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES - Obrigado. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Contagem dos votos para os dois embaixadores. (Pausa)

Dezesseis votos. Os dois embaixadores foram aprovados por unanimidade.

Os projetos em discussão ficam adiados para a próxima reunião.

Solicito a presença dos senhores embaixadores para receberem o resultado. (Pausa.)

Eu gostaria de cumprimentar os Embaixadores Stélio Marcos Amarante e Ricardo Carvalho do Nascimento Borges por terem sido aprovados por unanimidade nesta Comissão, com 16 votos. Desejamos boa sorte nas missões que irão cumprir.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h04min.)

ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA 6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA , DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 1998.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia treze de maio do ano de mil novecentos e noventa e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador ROMEU TUMA, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores GUILHERME PALMEIRA, HUGO NAPOLEÃO, JOSÉ AGRIPINO, BERNARDO CABRAL, PEDRO SIMON, CASILDO MALDANER, LUDIO COELHO, ARTUR DA TAVOLA, ABDIAS NASCIMENTO , BENEDITA DA SILVA, EMILIA FERNANDES, ARLINDO PORTO, BELLO PARGA, e, LEVY DIAS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a apreciação dos itens constantes da pauta, e , ainda a ouvir a exposiçao que fara o senhor JOAQUIM AUGUSTO WHITAKER SALLES, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Republica do Quenia, cujo Relator e a Senhora Senadora BENEDITA DA SILVA. Encerrada a exposiçao, o Senhor Presidente da Comissão concede a palavra a senhora Senadora BENEDITA DA SILVA, Relatora do item 02 da pauta, Projeto de Decreto Legislativo 02, de 1998, que aprova o texto do Acordo sobre a construção e utilização de um prédio para a ampliação das instalações da Embaixada do Brasil em Luanda e para a habitação dos funcionários, técnicos e administrativos, celebrado entre o Governo da Republica Federativa do Brasil e o Governo da Republica de Angola, em 28 de janeiro de 1989. Colocado em votação o relatório e aprovado . Na seqüência faz uso da palavra o Senhor Senador ABDIAS NASCIMENTO, Relator do item 03 da pauta, Projeto de Decreto Legislativo 16, de 1998, que Aprova o texto modificativo ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, aprovado pela Resolução B/BG/97/05. Não havendo quem queira discutir , o parecer e aprovado. Dando prosseguimento, o Senhor Senador ROMEU TUMA, Presidente da Comissão passa a palavra ao Senhor Senador BERNARDO CABRAL, Relator do item 04 da pauta, Projeto de Decreto Legislativo 10, de 1998, que aprova o texto da Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Oleo,concluida em Londres, em 30 de novembro de 1990. Colocado em votação e aprovado o Relatório. Na seqüência , faz uso da palavra o Senhor Senador JEFFERSON PERES , para requerer nos termos regimentais, seja encaminhada ao Governo da Republica Indiana moção de repudio, pela decisão de realizar testes nucleares subterrâneos, indiferente ao clamor da comunidade internacional. Colocado em votação, o Requerimento e aprovado por unanimidade. Ficam adiados os itens 05 e 06 da pauta. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

SENADOR ROMEU TUMA
PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - É uma grande distinção para a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal a presença do Sr. Louis Freeh, Diretor do Serviço Federal de Investigação, o nosso conhecido FBI.

Na minha atividade na Polícia Federal - inclusive, quando o Ministro da Justiça era o Senador Bernardo Cabral -, foram alcançados vários resultados efetivamente sadios para os dois países. Junto ao FBI, houve investigações praticamente interligadas, principalmente nos casos de lavagem de dinheiro e do crime organizado.

O Sr. Louis se referia, em especial, a uma operação. Tivemos oportunidade de conversar com um dos membros dessa operação, que me informou que houve muitas provas materiais, com as quais se pôde alcançar o grupo de italianos criminosos que para lá se deslocou.

A sua presença aqui tem um valor importante, pois nos dá a possibilidade de contarmos com um auxílio permanente, com uma troca de informações e com uma ação efetiva. À época dos precatórios, na Presidência da Comissão Especial, V. Exª determinou que fôssemos aos Estados Unidos para investigar algumas contas de desvio de dinheiro. O Dr. Paulo Lacerda, que se encontra aqui, também fez grandes investigações nos crimes de lavagem de dinheiro. Como a Justiça americana funciona de forma diferente em cada Estado, não conseguimos obter nenhum resultado que pudesse auxiliar a CPI nessa investigação, para que houvesse o retorno do dinheiro desviado para esse país.

No caso da Jorgina, houve um avanço. Tive contato com as autoridades americanas, por decisão dos senhores. Foi preciso contratar um escritório especial de advocacia. O FBI quis nos auxiliar e, devido a esse comprometimento jurídico, enfrentou dificuldades. Da mesma forma, enfrentamos dificuldades anteriormente, quando das investigações das CC-5, à época da remessa, feita praticamente sem controle, de grandes somas de dinheiro para o Brasil, causando, talvez, um prejuízo para a economia americana.

Como a nossa legislação avançou - o Embaixador tem sido um parceiro muito bom, proporcionando trocas de idéias e de informações e um auxílio mútuo -, os acordos feitos por esta Comissão têm grande importância. A presença deles irá nos ajudar a discutir essa inter-relação de trabalhos conjuntos na identificação do crime organizado que não tem fronteiras; esse crime passou a ser globalizado. Há essa ânsia principalmente no que diz respeito ao tráfico de drogas e ao terrorismo, o que traz uma intranqüilidade muito grande para a administração do órgão e para nós da Polícia Federal.

Talvez, ele pudesse, ainda que rapidamente, abordar alguns pontos que possam ser interessantes numa discussão com as autoridades brasileiras.

O SR. LOUIS FREEH - Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Eu gostaria de agradecer por esta oportunidade de falar com V. Exª e com seus Colegas. É uma grande honra estar aqui, Senador Romeu Tuma. Obrigado pelo convite. É uma grande honra para um diretor do FBI estar no Brasil; é uma dupla honra conhecer tão distintos representantes do Brasil.

Senador Romeu Tuma, sua carreira tem sido uma das mais distintas da Polícia que conheço, pois V. Exª tem cumprido a sua missão de proteger o público com grande sucesso.

Primeiramente, trabalhei com a Polícia Federal em um caso, em 1984, em que as provas mais importantes foram conseguidas pelos nossos colegas aqui no Brasil.

Naquele caso, as provas mais importantes foram conseguidas pelos nossos colegas aqui no Brasil. Sempre lembrarei do profissionalismo e da excelência com que conduziram o caso.

Em Nova Iorque, no julgamento em que estive conectado, foram-nos enviadas provas de muitos países, tais como a Itália, a Espanha, a França, a Alemanha e a Suíça. As provas provenientes do Brasil, preparadas pela Polícia e pelo Magistrado brasileiro, foram tão bem construídas, que os 20 acusados não tiveram nenhuma objeção. Ao contrário, todas as provas providenciadas por outros países foram contestadas pelos advogados de defesa.

O relacionamento profissional entre nossas duas organizações data de muitas décadas. É um relacionamento muito forte e recíproco. Treinamos juntos e trocamos tecnologias em datiloscopia, bem como no estudo de DNA. Temos muito orgulho desse relacionamento.

Obviamente, preocupamo-nos também com o tráfico de narcóticos, com a lavagem de dinheiro, com o crime organizado, com o contrabando de armas e com o terrorismo. Estamos unidos em nossas preocupações, bem como estamos organizados para lutar contra esses problemas.

Aproveito a oportunidade para parabenizar o Senado por suas decisões no sentido de elaborar leis que permitam a luta contra esse crime organizado.

Durante o percurso da minha viagem a outros países, alguns Ministros têm me perguntado sobre os equipamentos necessários para combater esse tipo de crime. Minha resposta tem sido sempre a seguinte: uma lei forte contra a lavagem de dinheiro; uma habilidade de entrar em acordo com os acusados para se obter uma cooperação por parte deles; uma habilidade de proteger testemunhas; e muitos outros mecanismos desenvolvidos pelo Brasil por meio da legislação. O Brasil foi capaz de desenvolver fortes legislações. Em todos esses casos muito complexos, é importante que a Polícia, os Promotores e os Ministros da Justiça de vários países possam se unir.

Hoje, a natureza dos crimes é bem diferente da dos praticados anteriormente. Fronteiras não significam nada para organizações criminais complexas. O uso de computadores nos próximos dez anos é uma nova ameaça criminal. Recentemente, um indivíduo que se encontrava em São Petesburgo, na Rússia, trabalhando com um computador portátil, sem deixar seu apartamento, foi capaz de entrar nos arquivos do Citibank em Nova Iorque, movendo milhões de dólares. Acreditamos que esse é apenas o início de uma série complexa de novos tipos de crimes, que inclui não somente crime do tipo econômico, como terrorismo e crime organizado. Sabemos que o Cartel de Cali, na Colômbia, tem empregado especialistas em computador. O novo sistema de busca por satélites pode determinar a presença de drogas dentro de uma faixa mínima de até poucos metros. Os complexos canais usados para lavagem de dinheiro são de difícil compreensão para muitos de nós. A única arma disponível que temos contra esses assuntos é a nossa cooperação, a troca de informações de tecnologia assim como de oficiais. Esse ponto encontra-se bem sofisticado na relação entre os Estados Unidos e o Brasil. Estamos muito satisfeitos com isso e apreciamos muito os esforços do Brasil em relação à questão.

Mais uma vez, fico muito agradecido pela visita e parabenizo o esforço do Senado em providenciar essas leis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Agradeço e pergunto se algum dos Srs. Senadores pretende fazer um questionamento ao nosso ilustre visitante.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão, Líder do Partido da Frente Liberal e representante do Piauí.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Agradeço a presença e a lúcida exposição. Fiquei profundamente impressionado com esse crime acontecido a partir de São Petesburgo até Nova Iorque. É claro que, sob o ponto de vista técnico, já devem estar sendo tomadas as providências para que os segredos do computador

sejam mais fechados. Indago se V. Sª tem condições de descrever o que ocorreu depois da descoberta desse triste fato.

O SR. LOUIS FREEH - O Banco em questão, assim como várias outras instituições financeiras, tomaram medidas para prevenir isso. Nesse caso, todo o dinheiro, menos U$400 mil, foi recuperado. Aprendemos com isso que o FBI não está preparado, em particular, para agir contra esse tipo sofisticado de crime. Criamos, assim, um novo centro técnico em Washington, ao qual chamamos de Centro de Proteção de Infra-estrutura. Gastaremos, nos próximos anos, milhões de dólares para melhorar as técnicas desse equipamento. Também providenciaremos esse tipo de tecnologia, informação e esse equipamento aos nossos colaboradores em outros países. Temos um novo grupo formado de peritos do FBI e do nosso Departamento de Defesa e – mais importante que isso – peritos do setor privado, cientistas em computação, engenheiros que escrevem o **software** e pessoas que desenham redes de informação. Sua missão tem dois sentidos: dar-nos a capacidade de investigar e detectar esses casos e fornecer-nos a informação que nos permita impossibilitar novos ataques dessa espécie.

O Banco foi um caso que serviu de ponta do **iceberg**. Vimos outros bem-sucedidos ataques contra sistemas do Departamento de Defesa, por exemplo. Temos visto também atentados realizados com sucesso em companhias privadas, cujos sistemas têm sido acessados por indivíduos. Trata-se de outra área nova e vasta do potencial de terrorismo. O FBI não está preparado para enfrentar a séria ameaça de fechar a **stock-exchange**, a Bolsa de Valores de Nova Iorque, o sistema de energia de um hospital ou até um comando de polícia. Naturalmente, os outros países também são vulneráveis a isso. Tenho de admitir que o FBI está um pouco atrasado no enfrentamento desses assuntos.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, peço a palavra somente para concluir.

Nas horas livres, estou lendo um livro de Frederick Forsyth, "O Ícone", que traz à imaginação alguns assuntos. Gostaria de indagar se a Federação de São Petersburgo ou se as autoridades da federação russa contribuíram para a solução do crime. O que aconteceu aos autores? Eles foram descobertos?

O SR. LOUIS FREEH - Sim, foram descobertos. Nossos colegas da polícia russa, de fato, ajudaram-nos, identificando o indivíduo e assegurando-nos que foi preso. Agora, pretende-se levá-lo aos Estados Unidos para julgamento. Infelizmente, essa esperteza e tecnologia caíram na mão de indivíduos, agências ou corporações, tornando-os perigosos.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Quando se desmoronou a federação russa, a polícia russa, desconhecendo as maneiras de combater o crime organizado, convidou algumas autoridades de cinco países. O FBI foi um dos convidados, e tive o privilégio de também o ser, por pertencer à Polícia Federal, embora tenha enviado outro Delegado para representar-me. Eles não sabiam como combater o crime organizado, um crime comum. Essa interligação do trabalho do FBI e de outras corporações vai colaborar muito para o combate ao crime organizado, que tem na Rússia hoje um potencial muito forte devido ao tráfico de armas.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimento o Senador Romeu Tuma e o nosso Embaixador Melvyn Levinsky pela presença do Dr. Louis Freeh, Diretor-Geral do FBI. Claro que esta visita caracteriza a importância do relacionamento Brasil - Estados Unidos nessa área.

Primeiramente, quero saudar e reconhecer a sinceridade do Diretor-Geral do FBI, ao dizer, em alto e bom som, que a Organização ainda não está preparada para a nova tecnologia que o crime organizado está tendo e que se passa no mundo inteiro.

Os Estados Unidos, sobretudo o FBI, o nosso **Federal Bureau of Investigation**, têm essa dificuldade, enquanto o crime organizado, do outro lado, não a tem. Os criminosos estão hoje munidos de dólares, de tecnologia, dos maiores técnicos que servem ao mundo do crime, naturalmente por estipêndio, por pagamento muito alto, que a Organização não pode fazer. A minha primeira pergunta é a seguinte: o FBI recebe como verba orçamentária tudo aquilo que seria necessário ou ainda falta um pouco, como aconteceu, por exemplo, na época em que o Senador Romeu Tuma foi Chefe da Polícia Federal e teve essa grande dificuldade?

Em face disso, o FBI tem, como arma maior - como disse o Diretor - o relacionamento e o entrosamento com as demais polícias dos países que colaboram para se chegar a um bom termo. O exemplo da pizza, quando S. Exª era Promotor de Justiça, é típico. Esta é a primeira pergunta do Orçamento. A segunda, e se não houver esse relacionamento.

E o terceiro ponto, que me parece o mais fundamental - inclusive soube que o Dr. Louis Freeh irá amanhã à Colômbia, que é um cartel hoje conhecido no mundo inteiro do narcotráfico - qual é a maior dificuldade que o FBI encontra hoje? O narcotráfico, de um lado, e essa tecnologia de ponta; esses **laptops** no mundo inteiro, e, ao encontrar essa dificuldade, qual seria a sugestão, a opinião, ainda que seja pessoal, para melhorar, para se situar, já que o Diretor tem conhecimento dos nossos dois últimos projetos transformados em lei, que tratam do problema de lavagem de dinheiro e do abate de aeronaves quando fazem contrabando de armas e narcotráficos?

Afora a legislação, que é importante, qual seria a sugestão, como Diretor de uma Organização, que reputo uma das mais importantes do mundo inteiro nesta área, caso houvesse esse déficit da verba orçamentária, dos recursos?

O SR. LOUIS FREEH - Duas perguntas muito boas.

Com relação à verba orçamentária que V. Exª mencionou, nosso Congresso tem dado muito apoio ao FBI, particularmente em relação aos recursos técnicos - autorizaram US$500 milhões a serem usados para manter a nossa habilidade de conduzir escutas sob mandado judicial.

O motivo por que precisamos disso é justamente a mudança da tecnologia de comunicações. Precisamos, por exemplo, nos próximos cinco anos, de até US$1 bilhão apenas para manter nossas comunicações por rádio.

O outro problema é que os criminosos estão usando um código especial para encobrir as suas discussões através de comunicações. Também usam isso para manter os seus expedientes e agora guardam tudo codificado para dificultar o encontro do trabalho.

Temos também pedido verbas de vários milhões de dólares, para os próximos cinco anos, a fim de manter os computadores que nos ajudarão muito a entender a informação que estamos recebendo. Nunca, na história do FBI, tínhamos tido a necessidade de produtos tão caros e específicos.

Em 1933, por exemplo, os criminosos começaram a usar automóveis para a prática do crime. Portanto, a Polícia, naquela época, comprou automóveis, sirenas e motocicletas para poder acompanhar e enfrentar essa nova onda de criminosos que usavam automóveis. Aquilo foi relativamente fácil.

Agora, com computadores, satélites, e todas as questões que mencionamos hoje, a tecnologia está mudando, em

muitos casos, a cada 18 meses. Custa-nos muito, em termos de dinheiro, acompanhar essas mudanças. Infelizmente, a Polícia, pelo mundo todo, está enfrentando o mesmo problema.

Respondendo a sua segunda pergunta. O tráfico internacional de drogas, naturalmente, é uma preocupação não somente para nós, dos Estados Unidos, mas para todo o mundo. E os Estados Unidos têm responsabilidades quanto a esse aspecto, porque somos um mercado de grande consumo de drogas. Entretanto, o culpado desse problema não é apenas um país em particular.

A única forma que temos especificamente nesta área - como V. Exª mencionou, assim como o Senador Romeu Tuma - é a necessidade que a Polícia tem de assegurar que todos estamos trabalhando juntos, dentro dos Estados Unidos e do Brasil, para não termos agências separadas fazendo coisas separadas. Isso não é eficiente.

O propósito de muitas das coisas que fazemos no FBI, incluindo os assuntos de tecnologia, é no sentido de encontrarmos soluções para esses problemas. Todavia, tão importante quanto isso, no sentido de assegurar que os nossos colegas, através do mundo, também tenham essas soluções, porque o mundo tem reduzido em tamanho; estamos vivendo em uma vila global, particularmente para os criminosos. Temos que ser tão organizados quanto eles.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, quero apenas complementar dizendo que a resposta, realmente, era aquilo que sabíamos. Há um déficit. Por mais que o sistema policial seja organizado, os bandidos, que não necessitam prestar contas de sua organização em termos de dinheiro, levam vantagem.

Apenas para finalizar, abordarei uma curiosidade: no Brasil, em algumas polícias, há uma verba secreta em dinheiro para diligências que não podem ser feitas em caráter oficial, ou seja, uma prestação de contas de uma determinada verba entregue para medidas que, muitas vezes, têm de ser tomadas pelos agentes. O FBI dispõe de recursos para serem utilizados de imediato — como uma verba que passará agora de US$500 para US$1 bilhão. Há uma reserva na quantia orçamentária destinada para esse tipo de diligência? Por exemplo: o Dr. Louis Freeh, com a responsabilidade de Diretor do FBI, percorrerá alguns países - aliás, o Senador Eduardo Suplicy contou-me que amanhã irá à Colômbia, onde, evidentemente, existe um cartel, tendo que se munir. Estávamos, o Embaixador e eu, inclusive, comentando acerca de alguma segurança que será necessária para chegar a um país onde estão aqueles criminosos — seja de que nacionalidade forem — que podem provocar um atentado ao Diretor do FBI. Se não houver uma disponibilidade orçamentária para essas despesas, torna-se muito difícil o reflexo psicológico que se leva ao País. Chegando à Colômbia o referido Diretor, obviamente, haverá uma situação psicológica de que os países entrosados estão combatendo o narcotráfico de criminosos. Essa verba secreta existe para o FBI?

Digo-lhe isso como **Former Minister of Justice** - essa é uma revelação. O Senador Romeu Tuma e eu trabalhamos muito ligados. Essas dificuldades conhecemos, talvez, como poucas pessoas — como aqueles que fazem parte da Polícia Federal. Penso que é um problema, também, que o Sr. Diretor deve sentir.

Estou satisfeito com as primeiras respostas que me foram dadas.

O SR. LOUIS FREEH — Não possuímos os tipos de reserva que seriam necessários para enfrentar as necessidades técnicas de que falamos antes. Temos tido algum sucesso, porém, em convencer o nosso Congresso de que, excetuando-se as verbas para salários e equipamentos, precisamos, também, de dinheiro para pesquisa e desenvolvimento — especificamente para a área policial. E temos recebido fundos de reservas para fazer justamente isso.

Nosso plano é de nos associarmos a institutos acadêmicos, nos Estados Unidos, e a laboratórios de empresas para chegar aos melhores cientistas, por exemplo, da tecnologia da computação e informar-lhes da existência de determinado problema para o qual não se encontra solução. Há de se dizer que, se o problema não for resolvido, não será possível proteger as pessoas a quem se serve, razão pela qual se solicita um modo de esclarecer a questão.

É a primeira vez na história do FBI que temos recebido fundos para fazer esse tipo de pesquisa. Mas, hoje, é necessário que todas as agências policiais possam fazer isso, compartilhando as informações dos resultados. Senão, será muito difícil fazermos nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - É interessante essa ponderação. Chamo atenção, se me permitir, para a importância do Congresso na decisão acerca das verbas específicas para a atividade policial.

Quando Diretor da Polícia Federal, participei de uma reunião para discutir a concessão de uma verba para um navio de navegação fluvial na região amazônica. Fui com os membros do DEA, Drug Enforcement Administration, para trocarmos idéias sobre esse orçamento, a fim de que o Departamento de Estado Americano pudesse legar-nos esse navio.

Com relação ao orçamento, às vezes discutimos para estabelecer um acréscimo aos numerários da Polícia Federal, havendo iniciativa de um membro do Parlamento. Nunca convocamos alguém para debater especificamente quais seriam as necessidades desses órgãos. Penso que essa visita é relevante sob o ponto de vista da importância do papel do Poder Legislativo na discussão das verbas destinadas à atividade policial.

Gostaria de relatar um fato interessante que recordei quando se falou sobre o problema de São Petersburgo. Tratou-se de um crime individual — o que é mais grave — e não de um crime organizado: um cidadão conseguiu instituir praticamente um crime.

Há algum tempo, participei de um congresso sobre drogas onde se resolveu criar o Fincen, um conselho especial para organizar uma investigação preventiva acerca de lavagem de dinheiro, o Financial Crimes Enforcement Network, que congrega vários segmentos, inclusive o FBI. As autoridades têm tanto apoio do Judiciário e do Governo, que chegaram a montar uma agência bancária para identificar quem fazia os depósitos nesse sistema de lavagem de dinheiro. O Departamento de Combate às Drogas teve a possibilidade de fixar no exterior, numa dessas ilhas do Caribe, uma agência bancária para proceder a essa identificação.

Lembro-me, ainda, com o caso Menguele, da importância de buscar os laboratórios das empresas privadas para investigação que dependa praticamente de dados exatos nos laudos apresentados. O próprio estado de necessidade obriga-nos a procurar algumas opções. Eles têm isso institucionalizado.

A Unicamp tem desenvolvido, desde o caso Menguele, essa interligação entre a empresa privada, a parte científica da universidade e a polícia.

Senadora Benedita da Silva, representante do Partidos dos Trabalhadores, V. Exª deseja fazer mais perguntas?

A SRª BENEDITA DA SILVA - Agradeço a presença e peço desculpas por não ter chegado a tempo de ouvir toda a exposição. Farei duas perguntas relacionadas a minha preocupação com a rede internacional do tráfico de drogas e de armas.

O FBI, que conhecemos e reconhecemos como uma das mais estruturadas e informadas instituições de ação contra tal tráfico, encontra dificuldades pelo fato de ainda não estarem

preparados para essa sofisticação do crime. Gostaria de saber de que forma poderíamos estruturar todos os países envolvidos nessa ação internacional de combate ao crime organizado e se as técnicas utilizadas em cada país são diferentes. Se apenas uma técnica viria a ser aplicada, como poderíamos viabilizá-la, se um país tem mais estruturas e recursos que outro?

Como há dificuldades para entender a discussão do orçamento para a polícia e para os militares, devido à cultura brasileira e aos problemas políticos que tivemos, temos pouco interesse em alocar mais verbas para essa finalidade. De que maneira poderíamos envolver as informações desses países?

No Brasil, há um intenso tráfico de armas, e gostaria de saber se essas armas, quando apreendidas, são reutilizadas ou enviadas como cooperação para países de menos recursos ou estrutura para o combate ao tráfico de drogas ou de armas.

O SR. LOUIS FREEH - Em relação a sua primeira pergunta, existe uma variedade de estruturas regionais e internacionais que permitem, com muita eficácia, a cooperação entre agências de polícia. O Plano de Segurança Mercosul, por exemplo, quando implementado, exige a cooperação ativa dos países do Mercosul, particularmente para permitir que suas agências de polícia cooperem umas com as outras não-somente nas áreas de combate ao crime, mas também nas áreas de troca de informação

Existem outras agências internacionais como, por exemplo, a Interpol. Na Europa, atualmente, o Mercado Comum Europeu decidiu criar uma nova agência conhecida como Europol, que será formada pela polícia de todos os países da Europa, com nova e histórica responsabilidade. Essa agência terá autoridade para realizar ações em todos os países da Europa, particularmente contra os crimes organizados e complexos.

Há muitas outras idéias e sugestões para resolver os problemas de tráfico de armas. A Polícia Federal do Brasil convidou para um debate que acontecerá na próxima semana vários agentes de várias agências dos Estados Unidos, particularmente da agência do tesouro **experts** em armas, que se chama ATF, Alchool, Tobacco and Fire-Arms.

O propósito de colaboração será de dar assistência aos países em identificar armas de fogo e em seguir o seu tráfico, com a esperança de interromper o fluxo de armas que saem dos Estados Unidos. A solução, seja contra narcóticos ou tráfico de armas, é a assistência e cooperação uniformes que as agências têm umas com as outras. Por isso, é tão importante o tratado de assistência mútua que os Senados americano e brasileiro estão considerando.

Esse tratado permite aos países a base legal para a troca de provas ou testemunhos para, rapidamente, cooperarem em investigações importantes. Qualquer mecanismo que alcança esse tipo de cooperação é a melhor solução para lidar com esses problemas. Precisamos criar mais mecanismos desse tipo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Como a Europol nasceu com o mercado comum, há uma discussão muito intensa sobre o conflito desta com a Interpol em algumas demandas que poderiam aliviar despesas. A cada ano, um policial-chefe de um dos países membros preside a Europol.

Pretendemos criar o Mercopol, mas, em razão da parte econômico-financeira apresentar dificuldades, a Interpol deu prioridade à instalação de equipamentos de informação na Argentina, podendo, assim, suprir essa troca de informações entre os países principalmente de fronteira, onde a lavagem de dinheiro e o homizio de terroristas são mais intensos.

Essa troca de informações tem uma importância vital e para a senhora também votarmos aqui a criação do Sistema Nacional de Controle de Armas, que facilitará a interligação com o sistema que eles têm instalado, salvo engano, em Miami. O registro da origem e primeira venda das armas tornará possível identificar a produção, o primeiro cliente e para quem foram vendidas essas armas. Com essa interligação, talvez comece-se a identificar as grandes estruturas do tráfico de armas.

Queria aproveitar a oportunidade para agradecer a presença do Sr. Embaixador, Louis Freeh e oferecer-lhe um livro sobre a história do Senado.

(Levanta-se a reunião às 18h50min.)

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA , DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 1998.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia treze de maio do ano de mil novecentos e noventa e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador ROMEU TUMA, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores HUGO NAPOLEÃO, JOSÉ AGRIPINO, BERNARDO CABRAL, JOEL DE HOLANDA, PEDRO SIMON, CASILDO MALDANER, LUDIO COELHO, ARTUR DA TAVOLA, ABDIAS NASCIMENTO , BENEDITA DA SILVA, LEOMAR QUINTANILHA, MAURO MIRANDA, e, LEVY DIAS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a apreciação dos itens constantes da pauta. Dando inicio a reunião, o Senhor Presidente da Comissão solicita ao Senhor Senador HUGO NAPOLEAO que assuma a Presidência dos trabalhos. Na seqüência, já na condição de Relator , o Senhor Senador ROMEU TUMA emite Parecer sobre o item 01 da pauta, Projeto de Lei da Câmara 17, de 1998, que cria, no âmbito das Forças Armadas, a Carreira de Tecnologia Militar, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar, os cargos que menciona, e da outras providencias. Fazem uso da palavra para discutir, pela ordem os Senhores Senadores BERNARDO CABRAL, BENEDITA DA SILVA, LUDIO COELHO e HUGO NAPOLEAO. Colocado em votação o parecer e aprovado pôr unanimidade. Ao reassumir a Presidência dos trabalhos, o Senhor Senador ROMEU TUMA comunica o adiamento dos itens 02 e 03 da pauta. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

SENADOR ROMEU TUMA
PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 17, que cria, no âmbito das Forças Armadas, a carreira de tecnologia militar, a gratificação de desempenho de atividade de tecnologia militar, os cargos que menciona e dá outras providências.

Solicito ao Senador Hugo Napoleão que assuma a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma para relatar o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1998.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Lei da Câmara, de autoria do Poder Executivo, que cria nas Forças Armadas a carreira de tecnologia militar, define os cargos e a gratificação que lhes corresponde.

Pela proposição, são criados na carreira de tecnologia militar 525 cargos de Engenheiro de Tecnologia Militar e 225 cargos de Analista de Tecnologia Militar, com lotação no Ministério da Marinha. (Art. 2º)

A investidura no cargo far-se-á em atendimento aos requisitos constitucionais, mediante concurso público, constituído de duas fases, ambas classificatórias e eliminatórias, sendo a primeira de provas ou de provas e títulos, e a segunda constituída de curso de formação. (Art. 3º)

O projeto define que a estrutura de classes e padrões, assim como o vencimento básico dos cargos por ele criados são aqueles fixados na tabela de vencimento dos servidores públicos civis da União, estabelecida no Anexo 2 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992 e suas alterações posteriores. (Art. 4º)

Além do vencimento, os ocupantes do cargos efetivos da carreira de tecnologia militar farão jus à gratificação de atividade criada pela Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992. Quando no exercício de atividades inerentes às atribuições da carreira, nas organizações militares, com carga horária de quarenta horas semanais, perceberão a gratificação de desempenho de atividade de tecnologia militar.

A proposição define os critérios mediante os quais se fará os cálculos da gratificação.

São estabelecidas também normas para avaliação de desempenho desses servidores - art. 8º - atribuídas às competências do órgão de lotação dos cargos criados por esse projeto.

É firmada a disciplina da situação do servidor quanto a sua remuneração, na hipótese de ocupar cargo em comissão. (Arts. 11 e 12)

São definidas as regras para avaliação de desempenho do servidor e a maneira como a avaliação repercutirá em sua remuneração – arts. 13 e 14. A aplicação do que dispõe essa proposição aos servidores aposentados refere-se ao benefício de pensão estabelecido no art. 17, que define que percentual da gratificação aqui criada competirá ao servidor inativo ou ao pensionista.

Assegura-se, entretanto, aos aposentados e pensionistas o direito de permanecer percebendo os atuais proventos, na hipótese de a aplicação dessa lei implicar em redução de remuneração.

Os Engenheiros do Ministério da Marinha, admitidos como técnicos de nível superior, serão enquadrados no cargo de Engenheiros de Tecnologia Militar, no mesmo nível, classe ou padrão em que estejam posicionados - art. 19. Serão vedadas as redistribuições em cargos vagos e extintos - art. 20.

É estabelecido, por fim, que compete ao Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, a definição das normas e procedimentos para promoção na carreira de tecnologia militar, ouvido o órgão supervisor dos cargos e carreiras.

Voto

Como assinala a Exposição de Motivos Interministerial nº 32, encaminhada ao Presidente da República pelo Ministro da Marinha e da Administração Federal e Reforma do Estado, a atual situação das organizações militares destinadas às atividades de cunho estratégico vinculadas ao Ministério da Marinha impõe a necessidade da sua reforma, para atender às novas demandas que surgem ante a gestão pública por resultados e a revisão das remunerações que apresentam distorções, principalmente em comparação com o setor privado.

Informam os eminentes Ministros que as atribuições e responsabilidades obrigam que as tarefas inerentes sejam cometidas a técnicos especializados de nível superior, que possuem conhecimentos e experiências adquiridas em cursos de formação e treinamentos específicos. Ao lado disso, exige-se desses servidores especial dedicação ao serviço, diante da natureza de seu trabalho, diretamente vinculado ao grau de prontidão dos meios.

Assim, é inequívoca a vinculação desses servidores a uma carreira organizada e melhor remunerada, composta exclusivamente de servidores civis.

Parece-nos suficientes e apropriados os termos utilizados pelos Ministros de Estado da Marinha e da Administração Pública e Reforma do Estado na exposição de motivos que encaminharam ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Com efeito, nesse momento histórico, tanto a segurança como o desenvolvimento de um país articulam-se diretamente com sua capacidade tecnológica, e a criação de carreira de tecnologia militar, no âmbito das Forças Armadas, ocupada por servidores civis, é providência a ser apoiada e aplaudida.

Por tais razões, certamente o projeto foi adotado pelo Poder Executivo, que o encaminhou ao Congresso Nacional. Atenta à importância da matéria, a colenda Câmara dos Deputados apreciou-a e aprovou-a, sem emendas e em regime de urgência.

No que compete a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nada a obstar à livre tramitação dessa matéria no Senado. Cumpre-nos, ao contrário, louvar a oportunidade e a conveniência de sua propositura, assim como os seus termos inteiramente pertinentes ao interesse nacional.

Portanto, sou pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 17.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - O parecer conclui pela aprovação do projeto.

Em discussão o parecer. (Pausa)

A SRª BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Concedo a palavra a V. Exª.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, considero muito importante esse projeto que dará à qualidade técnica condições necessárias, principalmente nesse momento em que entramos na competitividade e em que tanto a qualidade quanto o conhecimento pesam muito.

Concordo com o Relator Romeu Tuma, quando, no seu voto, assinala que a atual "situação das organizações militares destinadas às atividades de cunho estratégico vinculadas ao Ministério da Marinha impõe a necessidade de sua reforma, para atender às novas demandas que surgem ante a gestão pública por resultados e a revisão das remunerações que apresentam distorções, principalmente em comparação com o setor privado". Esse projeto, portanto, é justo, necessário e importante.

Entretanto, considero que o projeto tem dois problemas. Sabemos perfeitamente que o Ministério da Marinha participou da sua elaboração, criando essa carreira de tecnologia militar. Teve também a preocupação – quero crer – de englobar funcionários dos níveis superior e intermediário, por entender perfeitamente a necessidade desse trabalho coletivo.

Sabemos que o Executivo não incluiu a categoria dos servidores de nível intermediário, a qual também deve ter um justo reconhecimento. Na nossa concepção, os funcionários de nível superior não são os únicos responsáveis – não tenho nada contra, vou votar favoravelmente a esse projeto – e não têm condições de trabalhar sozinhos. Porém, trata-se de um trabalho em equipe, que envolve o intermediário, o auxiliar de nível médio, intermediário. Gostaria de entender o porquê de o Executivo não englobá-los, já que o Governo pôde absorver outros segmentos.

Ora, se deixássemos de votar esse projeto, estaríamos cometendo uma injustiça com o nível técnico, o nível superior. No entanto, votar esse projeto sem a garantia de que o Executivo mandará a esta Casa uma mensagem que englobe o nível intermediário é uma atitude que não gostaríamos de tomar.

É por isso que entendo o esforço que se está desenvolvendo para a chamada criação do contrato de gestão.

Gostaria de chamar a atenção dos Srs. Senadores para o fato de que, aprovando o projeto, cometeríamos uma injustiça, porque, ainda que se pudesse comprovar a capacidade dos servidores, apenas 80% deles seriam contemplados, apesar de os 20% restantes serem tão capazes quanto aqueles.

É preciso fazer uma nova leitura desse projeto, porque, senão, estaremos cometendo uma discriminação, ainda que possamos apoiar o de nível superior. Como estamos no processo de estudo dessa matéria, acreditamos que a base governamental poderá pleitear que o Governo mande uma

mensagem a esta Casa, a fim de que possamos englobar o nível intermediário, que consta do quadro estratégico da nossa Marinha e é importante; caso contrário, estaremos cometendo uma injustiça.

O SR. BERNARDO CABRAL - V. Exª me permite um aparte?

A SRª. BENEDITA DA SILVA - Com prazer, ouço V. Exª.

O SR. BERNARDO CABRAL - Em primeiro lugar, quero agradecer a gentileza de V. Exª na concessão do aparte. Logo que aqui cheguei, perguntei ao eminente Senador Romeu Tuma por que essa área intermediária não tinha sido incluída. S. Exª me deu uma justificativa — e, por certo, ainda a dará ao longo desta discussão — que me parece razoável, com base na qual talvez possamos chegar ao que V. Exª diz com muita propriedade: à correção de uma injustiça.

Parece que havia um impedimento regimental que tolheu a atuação do eminente Senador Romeu Tuma, agravado pela proibição funcional de que S. Exª fizesse isso. Disse-me S. Exª que fará uma sugestão. Como a eminente Senadora faz essa mesma observação, quero juntar-me à sua manifestação, com a qual estou de pleno acordo. Penso que se deve aprovar essa matéria, que cria, no âmbito das Forças Armadas, a carreira de tecnologia militar, a gratificação de desempenho de atividade de tecnologia e outros cargos. São 525 cargos de Engenheiro em Tecnologia Militar e 225 cargos de Analistas.

O Senador Romeu Tuma tem sensibilidade. Se V. Exª me permite que me junte às suas palavras, Senadora Benedita da Silva, também faço coro para que o Senador Romeu Tuma encontre a solução junto ao Governo, com o apoio da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - A palavra continua com a Senadora Benedita da Silva.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Agradeço o aparte de V. Exª, Senador Bernardo Cabral, que, sem dúvida, respaldará o interesse que temos em resolver essa questão.

A Medida Provisória nº 1.660 cria a gratificação de desempenho de atividade de ciência e tecnologia para os ocupantes dos cargos efetivos de nível intermediário da carreira de gestão, planejamento e infra-estrutura em ciência e tecnologia.

Ora, poderemos perfeitamente resolver esta situação neste momento, por meio de uma medida provisória. Apesar de não ser favorável ao uso de medidas provisórias, devemos de reparar uma injustiça. Ainda que seja por elemento constitucional, temos condições de fazer valer um direito que consideramos importante, até porque sabemos que não se trata apenas da Marinha, mas das Forças Armadas como um todo.

A matéria é importantíssima, necessária e urgente, e não inviabilizaremos a sua aprovação. No entanto, queremos aprová-la com restrição, na medida em que os funcionários de nível intermediário não foram contemplados.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - A Mesa compreendeu as colocações de V. Exª e julga de bom alvitre indagar se o Sr. Relator deseja fazer algum comentário.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, tentarei ser rápido, porque sei que a maioria dos Srs. Senadores tem outros compromissos.

Senadora Benedita da Silva, V. Exª, como eu, consideramos difícil julgar entre o justo e o injusto. Há um nível muito tênue para se definir o que é justo e o que é injusto. A Constituição cria limitações para criação de cargos pelo Legislativo, já que é uma prerrogativa do Poder Executivo.

Sabemos que, hoje, o investimento em ciência e tecnologia para pesquisas e aprofundamento da modernidade, dentro da globalização, tem sido quase rarefeito pelo Poder Executivo. Nós temos acompanhado, votado, e a Senadora Benedita da Silva tem sido uma parceira para aprovação dos empréstimos que as Forças Armadas têm feito, por meio de investimentos externos, para o desenvolvimento de tecnologias na área militar, que servem para a área civil.

Então, trata-se da importância do nível superior — estamos discutindo a tese do nível superior — na busca da formação profissional dentro de cada força. Os cursos de nível superior não se destinam apenas à Marinha, mas ao Exército e à Aeronáutica, como a nobre Senadora se referiu, os quais também desenvolvem projetos de engenharia e tecnologia em suas áreas de pesquisa e desenvolvimento com vistas à modernidade das Forças.

Eu tinha conversado com a Assessoria da Marinha. Tenho também um problema sério que é o nível médio da Polícia Federal e os níveis administrativos. Há dois ou três anos, a nobre Senadora é signatária do pedido para tentarmos resolver essa situação. O Brasil passa por uma reforma na administração pública, voltada para criar as carreiras do funcionalismo público. Peço que não se impeça a votação desta matéria, porque há uma promessa formal do Sr. Ministro da Marinha, que me foi transmitida pelo Comandante. S. Exª havia cortado o nível médio no projeto original, não por razão econômica, mas técnica, e se compromete a lutar para englobá-lo; pensa que isso será feito de forma a incorporar as três Forças.

Temos que registrar esse compromisso em Ata. Eu e a nobre Senadora seremos os cobradores, para que se formalize, de alguma forma, a inclusão do nível médio nos projetos de reformulação da área civil, dentro dos Ministérios militares, a fim de que, no futuro, essa injustiça seja corrigida.

Proponho a votação favorável, porque não dá para emendar a matéria.

A SRª BENEDITA DA SILVA - V. Exª me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA - Pois não. Ouço o aparte de V. Exª, nobre Senadora.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Senador Romeu Tuma, quero deixar claro que confiamos no Sr. Ministro da Marinha. Não sou madrinha, não sou a Emilinha Borba, mas tenho defendido aqui o interesse da Marinha, em todos os níveis, assim como o dos nossos servidores.

O SR. ROMEU TUMA - É verdade.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Tenho razão suficiente para confiar no Ministro, com quem tive a oportunidade de conversar. Sei do seu empenho; S. Exª participou da elaboração do projeto e não omitiu o nível intermediário. A minha intervenção é no sentido de apoiar a iniciativa do Ministro e de respaldar, politicamente, a do Executivo, para não restar apenas a palavra do Executivo ao Ministro. Trata-se de um compromisso que estamos assumindo, a fim de que esse acordo feito entre o Executivo e o Ministro possa concretizar-se por meio de uma medida provisória, já que não podemos apresentar uma emenda.

O SR. ROMEU TUMA - Ou por meio de um projeto de lei que venha do Executivo, como este.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - A Presidência determina seja consignada em Ata a observação feita pelo nobre Senador Romeu Tuma.

A Mesa entendeu o espírito da proposição da Senadora Benedita da Silva, com a qual o Relator concorda, no sentido de que, em tempo oportuno, por meio de um instrumento jurídico adequado, seja incluída a situação daqueles que têm nível intermediário.

Chamo a atenção para a circunstância de que a própria ementa esclarece que a carreira de tecnologia militar fica criada no âmbito das Forças Armadas; não há, especificamente, uma conotação para que seja somente em uma das armas das Forças Armadas brasileiras.

Continua em discussão. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO - O que penso é que o espírito desse projeto é a formação de um quadro de alta tecnologia; por isso ele se refere às pessoas de nível superior. Apesar da minha solidariedade com o quadro médio, penso que a idéia de englobá-lo foge do espírito do projeto. Estamos dando ao Executivo condições de contratar pessoas de alta competência tecnológica; por esse motivo, não estão incluídos os cursos médios. Isso é o que penso.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Está feito o esclarecimento.

Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, com as observações feitas pela Senadora Benedita da Silva, pelo Senador Bernardo Cabral e pelo Senador Romeu Tuma.

Passamos ao Item 2.

Consulto V. Exª, Senador Romeu Tuma, sobre a possibilidade de adiá-lo.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, sugiro que se faça o adiamento, porque S. Exª gostaria de discutir.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - V. Exª deseja reassumir a Presidência para encerrar a reunião? (Assentimento do Senador.)

Agradecendo, então, a atenção do Senador Romeu Tuma, devolvo a Presidência da Comissão a S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Solicito aos Srs. Senadores que garantam o **quorum** na próxima terça-feira, porque serão sabatinados dois Srs. Embaixadores, indicados para países com que temos acordo bilateral.

Cumprimento os senhores de nível médio da Marinha que aqui se encontram. Acreditamos que o Ministro manterá o desejo inicial de incorporá-los ao projeto de gratificação. Hoje se decide pelo nível superior, para que não haja prejuízo no andamento do projeto; conforme solicitação da Senadora Benedita da Silva e do Senador Bernardo Cabral e com o testemunho do Oficial de Marinha que aqui se encontra, continuaremos a lutar pela inclusão do nível médio.]

Agradeço e dou por encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h09min.)

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA 6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA , DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 1998.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia três de junho do ano de mil novecentos e noventa e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador ROMEU TUMA, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores HUGO NAPOLEÃO, JOSÉ AGRIPINO, BERNARDO CABRAL, JOEL DE HOLANDA, PEDRO SIMON, CARLOS WILSON, ABDIAS NASCIMENTO , BENEDITA DA SILVA, EMILIA FERNANDES, ARLINDO PORTO, VILSON KLEINUBING, MAURO MIRANDA, LEVY DIAS, e, EDUARDO SUPLICY. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunicá que a presente reunião destina-se a ouvir as exposições que farão os senhores PAULO DYRCEU PINHEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, Designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a República de Cingapura, cujo Relator é o Senhor Senador JOSE AGRIPINO, e o Senhor SERGIO BARCELLOS TELLES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata. Designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Republica Libanesa, cujo Relator é o Senhor Senador PEDRO SIMON. Ficam adiados os demais itens da pauta. Encerrada as exposições, e nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

SENADOR ROMEU TUMA
PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Havendo número regimental, dou por aberta a 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores.

Item 1: O Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Paulo Dirceu Pinheiro, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto à República de Cingapura. Relator: Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senado é chamado a opinar sobre a indicação do Sr. Paulo Dirceu Pinheiro, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto à República de Cingapura.

Do **curriculum vitae** do Embaixador Paulo Dirceu Pinheiro consta ter ele nascido no Rio de Janeiro, em 25 de abril de 1939, ter feito o curso de preparação à carreira de diplomata no Instituto Rio Branco e ter sido no Itamaraty, sucessivamente, 3º Secretário, em 1962, 2º Secretário, por antigüidade, em 1966, 1º Secretário, por merecimento, em 1973, promovido à Conselheiro, por merecimento, em 1975, promovido a Ministro de Segunda Classe, também por merecimento, em 1980, e ter conseguido chegar a Ministro de Primeira Classe em 1995.

Dentre os cargos e missões de relevância para o País é digna de destaque a chefia da Divisão de Produtos de Base, de 1976 a 1977. Foi também Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, de 1996 a 1998.

Como diplomata, serviu em Santiago, em Bruxelas, em Taipé, em Londres, em Tóquio, em Ottawa, em Luanda, como Embaixador de 1986 a 1988, e Islamabad, também como Embaixador, de 1991 a 1996. O referido Embaixador participou de conferências internacionais, de comissões mistas, de grupos de trabalho e de missões especiais.

Tendo em vista a natureza da matéria apreciada, não cabe aduzir outras considerações.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Sr. Embaixador, V. Exª deseja que a reunião seja secreta ou pública?

O SR. PAULO DIRCEU PINHEIRO - Pública.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Tem V. Exª a palavra para expor, preliminarmente, os itens que trouxe para conhecimento da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PAULO DIRCEU PINHEIRO - Sr. Presidente, ilustres membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, muito me honrou o Excelentíssimo Senhor Presidente da República com a indicação de meu nome para representar o Brasil na República de Cingapura, país asiático que tem estado em evidência há várias décadas como um dos exemplos de modelo de desenvolvimento econômico e social no extremo asiático, onde despontam os países da ASEAN, dos

quais Cingapura é um dos menores membros, mas uma das economias mais avançadas e pujantes.

Cingapura é uma pequena cidade-estado, com uma superfície de pouco mais de 600 quilômetros quadrados e uma população de 3 milhões de habitantes. Dentre os indicadores econômicos e sociais, resumidos no roteiro distribuído aos ilustres membros desta Comissão, destacam-se taxas de crescimento anual do PIB em torno de 10%, pelo menos, durante as últimas duas décadas; taxas altíssimas de crescimento anual de exportações; taxas de poupança interna e investimento que são recordes mundiais - 40% exportações concentradas em manufaturados de alta tecnologia; índice de alfabetização acima de 90%; educação obrigatória até o nível médio, com expectativa de acesso aos níveis técnico, superior e universitário para mais de 80% dos estudantes.

Os padrões de saúde e de qualidade de vida mundialmente conhecidos estão muito próximos aos das economias avançadas do Ocidente e do Japão, destacando-se expectativa média de vida acima de 76 anos, mortalidade infantil baixíssima de 4 por 1.000 habitantes, acesso à casa própria e rigorosa defesa ambiental.

O país evoluiu de uma pequena colônia marítima para se tornar, em 1965, com a separação, com a independência definitiva da Federação Malásia, uma economia em crescimento aceleradíssimo, só arrefecido, nos três últimos anos, devido à incidência dos efeitos da crise cambial que afetou praticamente toda a Ásia.

É uma República Parlamentar Unicameral, tendo como Chefe de Estado um Presidente, com o mandato de 6 anos, e como Chefe de Governo um Primeiro-Ministro escolhido por um Legislativo composto de 81 membros.

O Partido de Ação Popular, criado por Lee Kuan Yew, praticamente dominou a vida política de Cingapura durante os últimos 30 anos, tendo tido uma participação máxima no Parlamento, ou seja, a totalidade dos assentos como resultado de pelo menos 6 das 8 eleições gerais realizadas no país.

Criada praticamente pelo gênio político-administrativo de Lee Kuan Yew, é uma República gerida em bases essencialmente pragmáticas, inicialmente calcada com uma aliança de conveniência, entre as forças de esquerda e, posteriormente, e do PAP - Partido de Ação Popular, que obteve sucessivas vitórias nas eleições gerais em uma combinação.

Essa aliança se configura como a definição do próprio Lee Kuan Yew: uma combinação de valores asiáticos confuncionistas e valores ocidentais. Por meio dessa combinação, conseguiu-se a superação de conflitos internos de ordem ideológica e étnica principalmente, dada a forte participação da maioria chinesa na composição étnica da população, com mais de 75% dos habitantes. A superação desses conflitos internos possibilitou um desenvolvimento econômico e social acelerado, que utilizava-se de um modelo exportador de manufaturas com forte participação e intervenção do Estado, combinado com incentivos aos investimentos de multinacionais, principalmente japoneses mas também ocidentais, controle das ações dos sindicatos e certa limitação de liberdades democráticas. Essa limitação de liberdades é apontada atualmente como uma das causas possíveis da ausência de reação das economias da maior parte dos países da região à crise que se instalou principalmente nos países asiáticos.

Lee Kuan Yew, em entrevista recente concedida à revista **Forbes**, redefiniu essa combinação, dizendo que Cingapura preservou o melhor que os britânicos deixaram: um serviço público em que os servidores atuam como reguladores, juízes ou árbitros, mas nunca como participantes do mercado, participantes diretos na vida econômica.

Isso possivelmente faz a grande diferença em relação a outros países da região onde tenha havido aparentemente uma excessiva participação de membros do governo, seja como associados a empresas e bancos, seja como proprietários dessas entidades econômicas diretamente.

Como disse, há um alto grau de intervenção de agências do governo nos mais diversos setores da economia de Cingapura, e o sistema bancário é fortemente controlado e dominado por um oligopólio dos quatro maiores bancos ligados ao Estado.

Atualmente, devido às limitações de território e aos problemas ambientais em Cingapura, o governo estimula investimentos no exterior, principalmente nos outros países da região, sendo a China o primeiro deles. Esses investimentos chegaram a US$24 bilhões em 1996, atualmente estimados em mais de US$32 bilhões.

Medidas mais recentes indicam uma tendência à redução desse intervencionismo estatal, principalmente a liberalização do sistema bancário. Isso possivelmente tem como objetivo enfrentar os efeitos da crise cambial.

Existem fortes críticas ao modelo de desenvolvimento de Cingapura, que, segundo alguns economistas conhecidos, como o professor Paul Krugman, peca por um aumento insatisfatório de produtividade, baixos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, desincentivos à criatividade e uma excessiva dependência da exportação de um número restrito de componentes eletrônicos.

O fato, entretanto, é que os principais dados de desempenho econômico da país, disponíveis até 1996, inegavelmente registram uma história de êxito econômico medido por um PIB **per capita** equivalente a US$30 mil, quando em 1991 esse mesmo índice era de pouco mais de US$15 mil. Inflação baixíssima; comércio exterior total de mais US$250 bilhões - portanto duas vezes e meia o comércio exterior total do Brasil; balanço de pagamentos muito sólido, com superávites de transações correntes no valor de US$14 bilhões; exportações de serviços - esse dado está incluído em dólares americanos, mas na realidade corresponde a dólares de Cingapura - seriam de US$40 bilhões em 1996; reservas externas aproximando-se a US$90 bilhões em 1997; superávit fiscal; baixo desemprego, com apenas 2,7% da força de trabalho, alto nível de salários, refletindo no fato de que 20% dos assalariados ganhavam mensalmente U$2,2 mil ou mais, quando, em 1986, apenas 5% dos assalariados atingiam essa renda mensal.

O crescimento recente do PIB, devido à crise cambial em toda a Ásia, registrou cifras menores do que a média histórica. Mas ainda assim em pleno ano da crise, em pleno último trimestre do ano de 1997, Cingapura registrou um índice de crescimento de 7,8%, com crescimento significativo do setor de finanças, que representa mais de 25% do Produto Interno Bruto do país.

A política de comércio exterior é extremamente liberal. Cingapura é um dos membros mais ativos da Organização Mundial de Comércio, com exportações e importações concentradas principalmente em componentes, partes e peças de aparelhos eletrônicos, especialmente de computação.

Os principais mercados são Estados Unidos, com 23% das exportações em 1996; Malásia, vizinho mais próximo da ASEAN; União Européia, com 16%; Hong Kong, Japão. E outros membros da ASEAN: Taiwan, Coréia, China e Austrália, que perfazem US$105 bilhões de exportações.

As importações são também originárias basicamente dos mesmos países, com exceção dos países exportadores de petróleo do Golfo, principalmente Arábia Saudita, sendo Cingapura um centro processador e grande exportador de derivados de petróleo. Conta com um dos maiores e mais eficientes portos marítimos do mundo, com um movimento de contêineres que, atualmente, é o maior no planeta.

As relações internacionais de Cingapura são naturalmente matizadas pelas prioridades naturais de um país

com um modelo de desenvolvimento econômico-social adotado. Os parceiros da ASEAN, vizinhos imediatos, são naturalmente prioritários no relacionamento externo de Cingapura, até por razões de defesa e de segurança e pela necessidade de minimização dos conflitos históricos que o país manteve especialmente com a Malásia, da qual ele foi excluído em 1965.

Hoje, pode-se dizer que a ASEAN funciona como um foro político da maior importância de manutenção da estabilidade do relacionamento dos países membros e, agora, como um foco de irradiação de desenvolvimento que poderá incorporar quatro outros membros do Sudeste Asiático - aliás, o Vietnã já é membro pleno da ASEAN - e visa incorporar o Laos, o Camboja e Mianmar, antiga Birmânia. Há um impulso muito forte sendo dado à criação de uma área de livre comércio, a ASEAN, que começaria a funcionar em 2003, sem prejuízo dos compromissos multilaterais assumidos por Singapura na Organização Mundial de Comércio e, naturalmente, das suas relações com os principais parceiros comerciais, especialmente Estados Unidos, Japão e União Européia.

As relações com os Estados unidos em todos os planos - político, econômico e, principalmente, estratégico - são uma clara prioridade para o governo de Singapura, apenas ocasionalmente contrabalançadas por diferenças políticas citadas por posições do governo americano em questões de direitos humanos e liberdade democráticas. Com o Japão e, naturalmente, com as China, as relações apresentam igual ou maior prioridade, já que os investimentos recíprocos ocorridos nas últimas décadas são dirigidos, no caso da China, a esses dois países. Apesar de início de relacionamento diplomático difícil com a China, Cingapura atualmente mantém um relacionamento econômico profundo, incentivando investimentos. Li Kuan Yew, antigo primeiro-ministro, atual **Senior Minister** do governo de Cingapura, atua como conselheiro informal do governo de Pei Tin. Aos 74 anos, é um homem que influi inclusive nas decisões do governo da República Popular da China.

Em questões de defesa e segurança, há uma preocupação prioritária, não obstante a estabilidade que tem prevalecido na região. Cingapura mantém forças armadas com um efetivo de 54 mil homens e reservas que podem variar entre 250 mil a 600 mil homens. Os gastos em defesa e segurança podem chegar até 40% das despesas do governamentais ou cerca de 6% do PIB.

O relacionamento com o Brasil, iniciado formalmente em 1979, tem sido marcado especialmente por relações econômicas que se procuram estreitar. Creio que os resultados atingidos nos últimos 20 anos demonstram o acerto da decisão do Governo brasileiro, de instalação de missões diplomáticas permanentes nos países do Sudeste Asiático e em todos os países atualmente, inclusive Vietnã. Ainda que não tenha havido uma reciprocidade imediata à questão de se Singapura deve ou não abrir uma Embaixada no Brasil como ponte no relacionamento com o Mercosul e com o resto da América Latina, é, naturalmente, importante para o Governo brasileiro, para o Itamaraty e para a intensificação do relacionamento com aquele país e com o sudeste asiático, mas, naturalmente, o Governo de Cingapura deverá avaliar essa decisão e adotá-la, ou não, de acordo com suas conveniências, inclusive administrativas.

O acerto da decisão é demonstrado pelo forte e dinâmico crescimento da grande região da Ásia próxima ao Pacífico, como a zona de mais dinâmico desenvolvimento econômico nas duas últimas décadas. O fato é que 40% do comércio exterior brasileiro é direcionado aos dois flancos dessa grande região. Secundariamente, o possível relacionamento Mercosul/Ásia é visto como um desenvolvimento promissor, propondo-se recentemente a criação de um conselho empresarial e, possivelmente, de um conselho de relações internacionais entre os dois organismos.

Cingapura ocupa uma posição estratégica como entreposto e serve de base para as operações de empresas brasileiras e para a penetração de produtos e serviços do Brasil nos mercados da Ásia, especialmente na China. É um centro financeiro regional e internacional e pode funcionar como pólo de radiação de investimentos no Brasil e no Mercosul. O relacionamento com Cingapura inicialmente foi marcado pela instalação de representações de bancos e de empresas brasileiras. Atualmente mantêm-se o Banco do Brasil, a Cotia **Trading**, as subsidiárias do Grupo Odebrecht e a Varig como representantes de empresas brasileiras no setor privado. Espera-se a expansão da presença brasileira como resultado da Exposição Brasil/Ásia, realizada em outubro de 1997, da qual participou o Chanceler Luiz Felipe Lampreia,* que levou significativo grupo de representantes do setor privado brasileiro nas áreas de telecomunicações, transportes, siderurgia, metalurgia, aviação, indústria automotiva e serviços em geral,.

Do lado brasileiro, desde o início dos anos 90, houve diversas visitas de autoridades e missões empresariais ou técnicas. Destaco a visita de uma comissão parlamentar, da qual participaram alguns membros desta egrégia Comissão, além do Senador Artur da Távola, autoridades do Governo de Santa Catarina, da Bahia, bem como Ministros do Governo Federal e autoridades municipais de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Ceará.

Do lado de Cingapura, a visita mais importante, além de missões de agências governamentais especializadas, como a **Trade Development Board**. A autoridade no Porto de Cingapura foi a do Chanceler Diacumai em novembro de 97, prevendo-se uma próxima visita do Primeiro Ministro Goh Chok Tong, provavelmente depois das eleições no Brasil.

Os temas de interesse mútuo, nos planos bilateral e multilateral, incluem os serviços de transporte aéreo, objeto de acordo assinado durante a visita do Chanceler Luiz Felipe Lampréia a Cingapura no ano passado, tendo sido designadas como empresas transportadoras oficiais, a **Singapur International Airlines** e a VASP, pelo Brasil.

Outros possíveis ajustes, em discussão, incluem entendimentos em cooperação tecnológica e científica entres instituições acadêmicas e técnicas dos dois países e um acordo específico de cooperação entre a Embrapa e o **Primary Production Department**.

No âmbito privado, um acordo de arbitragem comercial já foi assinado durante a visita do Chanceler Deacomai ao Brasil. Nessa oportunidade, sua estada em São Paulo teve certa preeminência em razão dos laços empresariais existentes.

O comércio bilateral cresceu mais dinamicamente nos anos 80, estabilizando-se na segunda metade dos anos 90 em torno de US$700 milhões nos dois sentidos, tendo as exportações de Cingapura adquirido singular dinamismo nessa última fase, aumentando rapidamente para quase US$400 milhões em 1996.

Os principais produtos estão listados no roteiro apresentado, sendo que as importações brasileiras de produtos cingapurianos se concentram em aparelhos eletrônicos - suas partes e peças -, além de produtos reexportados de outros países da região como, borracha natural, naturalmente oriunda da Malásia, originalmente oriunda do Brasil.

Cingapura apresenta uma lista extensa de itens que compõem US$100 milhões em 1996, além dos principais produtos, mostrando o grande potencial existente para o incremento das relações econômicas e comerciais entre os dois países.

Creio que, do ponto vista do Governo brasileiro, os efeitos presentes da crise que se instalou na maior parte dos países do leste da Ásia, especialmente em alguns dos membros da ASEAN, oferecem uma oportunidade de maior intensificação ou de realização de um esforço de maior intensificação ainda

dessa presença promissora, construída a partir do fim dos anos 80 e consolidada na década de 90.

Obviamente, a crise apresenta efeitos indiretos e diretos para o Brasil, em termos de credibilidade geral das economias emergentes. Há um compasso de espera dos principais centros investidores com relação a como se comportarão essas economias emergentes frente à **débâcle** das taxas cambiais e dos próprios fundamentos de boa parte das economias asiáticas, pressionadas principalmente pela estagnação do Japão.

Creio que o gesto que o Governo brasileiro realizou com a presença de suas mais altas autoridades, durante o período de crise, em países como a China, Japão e do sudeste Asiático, onde se realizou uma exposição representativa do potencial de exportações brasileiras, marca bem a disposição de intensificar e ampliar a presença, não só do Governo brasileiro mas especialmente de nossas empresas, em uma região que deverá recuperar-se, dados os fundamentos de administração sólida e de competitividade no plano mundial que aquelas economias demonstraram, principalmente na década de 90.

Naturalmente os cenários de crescimento são mais modestos. No caso de Cingapura, dado o nível de maturidade atingido pela sua economia, o país faz com que taxas anuais de crescimento, em torno de 5% a 6%, passam a ser mais aceitáveis; e os cenários menos otimistas apontam ainda para taxas de crescimento positivo. No caso de Cingapura, em torno de 2%, em 1998, e de 4% em 1999. Ou seja, não se fala em taxas negativas de crescimento, como alguns outros parceiros de Cingapura.

Portanto, o potencial é ainda promissor e a presença brasileira deve ser afirmada, deve ser ampliada tanto através de um esforço governamental como principalmente através da maior participação do setor privado brasileiro, nas iniciativas de ampliação do comércio e dos investimentos cruzados, que já se iniciaram na segunda metade desta década.

Estou à disposição de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Creio que o Sr. Embaixador expôs e trouxe - deve estar sobre a mesa dos Srs. Senadores - um relato sobre as relações e o que ele vai encontrar na República de Cingapura.

Sr. Relator, fica V. Exª como primeiro orador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero cumprimentar o embaixador Paulo Dirceu Pinheiro pela sua exposição, que foi completa. Acredito que pouca coisa há a aduzir. Abordou a questão Cingapura por inteiro, o contexto internacional de Cingapura, as relações do Brasil com Cingapura, as perspectivas econômicas, enfim, acho que muito pouca coisa haveria a acrescentar. Mas eu teria só uma consideração rápida, para ouvir a opinião de V. Exª: Cingapura é um país que me parece perfeito e acabado, porque o índice de alfabetização é alto; o PIB **per capita** é de 30 mil dólares - uma coisa de fazer inveja a qualquer primeiro mundista; o comércio exterior é fantástico - 256 bilhões de dólares, com exportações mais ou menos equiparadas às importações; reservas externas de 79 bilhões - imagine uma ilha com reservas internacionais maiores do que a do Brasil!; desemprego desprezível, 2,7% da força de trabalho; e crescimento do PIB da ordem de 8%, em média, nos últimos três anos. Agora, é um país muito concentrado em cima de eletrônicos, em cima da manufatura de peças de autovalor agregado; deve ser, aliás, com certeza é um grande importador de matérias primas, de alimento, essa coisa toda.

Tenho a convicção de que Cingapura é objeto de interesse especial do Brasil como investidor, haja visto as reservas disponíveis e o volume de recursos, pelo fato de ser um centro financeiro internacional. É um país de interesse especial para o Brasil, é tanto que o Ministro Lampréia esteve em Cingapura com esse objetivo específico, em outubro de 1997, e até citou a África do Sul como ponto de passagem do movimento comercial entre o Brasil e o sudeste asiático. E a pergunta que tenho é muito ligada à recente crise pela qual passou a Ásia como um todo e à qual ficou imune Cingapura. O Japão sofreu, a Coréia sofreu, a Islândia, Malásia, Filipinas, e a ilha foi uma ilha de prosperidade, mantém-se como um rochedo, firme, com o dólar cingapuriano sem desvalorização, com reservas mantidas, com a bolsa estável e com os capitais disponíveis. Então o interesse do Brasil se mantém, o que não sei é se o interesse de Cingapura na América Latina e no Brasil se mantém, se a tendência será de investimentos na área de atuação do triângulo de interesses ou se se mantém o que era uma verdade, lá no passado, o interesse em investimentos no Brasil.

Gostaria de conhecer essa opinião do novo embaixador - que seguramente será aprovado - e, se esse interesse se mantém, em que setores a embaixada pretende atuar mais especificamente, para que setores de atividades do Brasil seriam convidados os investidores de Cingapura.

Era só isso e, de resto, parabenizá-lo pela exposição, que reputo completa.

O SR. PAULO DIRCEU PINHEIRO - Naturalmente agradeço a extrema gentileza, Senador Agripino, e peço desculpas por algumas falhas naturais, na tentativa de resumir o que é um tema de certa riqueza, de maior riqueza do que de complexidade.

Creio que quanto à incolumibilidade de Cingapura, com relação à crise que se instalou na maior parte dos países asiáticos, ela deve ser matizada, o próprio governo de Cingapura tem admitido, apesar da solidez dos fundamentos da economia de Cingapura e principalmente da administração pública, que esses efeitos poderão se fazer sentir sob a forma de uma desaceleração do ritmo de crescimento econômico do País, crescimento essencialmente industrial, a área manufatureira tem, nos últimos três anos, crescido a taxas bastante menores, 4%, por exemplo, em 1996. Os outros setores, principalmente o de construção - eles são muito ativos no desenvolvimento contínuo da infra-estrutura e de construção civil, habitação, - ainda há déficit a cobrir de habitação para a população em geral e o setor financeiro. Esses têm crescido mais dinamicamente, mercê de uma forte organização e de controle do sistema bancário, vem sendo liberalizado, mas o grande trunfo de Cingapura é como centro financeiro regional e internacional. O fato apontado no resumo, do roteiro distribuído aos Srs. Senadores é que com a crise houve o extremo cuidado do sistema financeiro de Cingapura nos empréstimos realizados aos demais parceiros da região, tanto assim que eles oficialmente declaram que apenas 3,2%, se não me engano, de todos os empréstimos realizados aos outros bancos da região ou as empresas de outros países da região, foram considerados duvidosos ou de baixa qualidade, **sub standard**, é o termo que eles usam. Portanto, eles estão relativamente tranqüilos quanto às ondas que se poderão propagar de uma eventual **debâclé** financeira na Indonésia, por exemplo; que é o centro de preocupação creio que da Ásia inteira e indiretamente do mundo inteiro, dadas as fortes repercussões que uma maior deterioração da situação na Indonésia teria sobre outros países asiáticos e sobre bolsas no mundo inteiro. Quanto ao interesse de Cingapura em investir, obviamente ele deverá se concentrar nos próprios parceiros da região, China inclusive, até porque os reajustamentos cambiais com o dólar de Cingapura forte favorecerá esses investimentos. Mas eles mantêm - e isso foi reafirmado pelo chanceler, quando aqui esteve em novembro - interesse forte em investimentos em outras áreas, América Latina principalmente, desde o México até os países membros do Mercosul, eles estão empenhados em uma diversificação de investimentos, não só no setor eletrônico, mas em siderurgia, metalurgia em geral, ao exemplo da participação da empresa Netsteel, de Cingapura, que é controlada por um dos grandes bancos ligados ao governo de Cingapura, que é o DBS.

Development Bank Of Singapur, que está investindo, quer dizer, integralizando um terço do capital da Açominas no Brasil, investindo cerca de 70 milhões de dólares, com opção para outros 30 milhões de dólares, o investimento total pode chegar a 200 milhões de dólares, em associação com o grupo Gerdal e algumas outras acionistas minoritárias. E esse interesse foi, como eu disse, reafirmado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cingapura, quando esteve no Brasil em novembro de 1997, portanto, são atitudes e posições demonstradas já no auge da crise. Creio que faz parte da lógica de expansão econômica de Cingapura, já que a base interior, a infra-estrutura interior de Cingapura é extremamente limitada e deve se esgotar, a possibilidade de crescimento industrial manufatureiro dentro da ilha é virtualmente impossível. Portanto, a tendência é valer-se desse grande acúmulo de reservas e de lucros, principalmente da poupança interna, para irradiar investimentos não só para a região do sudeste asiático e da China, mas também para outras regiões de economia emergente, como a América Latina em geral e, especialmente, o Brasil.

Os setores prioritários naturalmente deverão ser determinados pela composição do intercâmbio bilateral. Se houver a possibilidade de colocação de produtos com custos baixos, mais competitivos, como no caso da siderurgia, em que o Brasil apresenta altos índices de produtividade, Cingapura se interessará. A petroquímica também é uma área importante - há importantes processadores e reexportadores de derivados de petróleo - e, certamente, sobre ela se centrará o interesse de investidores de Cingapura.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Com a palavra o Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente Romeu Tuma, dificilmente alguém, se usar da palavra para argüir o embaixador Paulo Dirceu Pinheiro, não incorrerá em repetição. O eminente Relator trouxe-nos vários dados que poderiam até não ser reveladores, mas apenas uma compilação. Entretanto a resposta que acaba de dar o embaixador me satisfaz completamente. Para não ser repetitivo, quero apenas dizer que registro meus cumprimentos a S. Exª e que o meu voto, embora deva ser secreto, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Com a palavra a Senadora Benedita da Silva.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro Paulo Dirceu Pinheiro, quero, primeiro, pedir-lhes desculpas por ter chegado no final da exposição.

Fiz uma leitura rápida da síntese feita pelo Relator. O embaixador, tenho certeza, está apto a desempenhar essa missão e contará com o meu apoio.

Gostaria de cumprimentá-lo e lembrar que tive a felicidade de ver passar por esta Comissão vários diplomatas oriundos do Rio de Janeiro. Vejo que o próximo a ser argüido também é do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O Rio de Janeiro é o berço da diplomacia brasileira.

A SRª BENEDITA DA SILVA - O conhecimento amplo daquele belíssimo Estado se perpetua.

Desejo a S. Exª pleno êxito para o bem do nosso País e antecipo o meu voto, que embora deva ser secreto, é favorável.

O SR. PAULO DIRCEU PINHEIRO - Agradeço-lhe, eminente Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Sr. Embaixador, não vou fazer-lhe perguntas. Foi brilhante a exposição, calma, bem objetiva e as respostas seguras. Tenho, contudo, uma curiosidade, e não sei se o Senador Agripino chegou a ver, com relação ao problema da defesa e da segurança, que consomem de 30 a 40% das despesas governamentais. São gastos com a segurança em torno de 6% do PIB, porque têm o conceito de defesa total. É algo realmente assustador.

Acho que o senhor poderia ficar aqui. Vamos fazer a votação e, se o V. Exª puder esperar, acho que não tem problema, já que todos declararam o voto. O senhor pode aguardar e já falaremos com outro embaixador.

O SR. PAULO DIRCEU PINHEIRO - Muito obrigado pelo apoio. Apesar de carioca, tenho um amor enorme pelo nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Felicidades.

O SR. PAULO DIRCEU PINHEIRO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Podemos chamar o Embaixador e depois faremos as duas votações.

Item nº 2:

Mensagem do Sr. Presidente da República submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Sérgio Barcelo Teles, Ministro de primeira classe do quadro permanente de carreira diplomática, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Libanesa. Relator Senador Pedro Simon, a quem passo a palavra.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Pela ordem, Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, peço primeiro desculpas a V. Exª por interromper os trabalhos, pedi a palavra pela ordem, mas quero declarar que conheço há muitos anos o embaixador Sérgio Barcelo Teles; não só como homem da diplomacia, mas também como homem das artes. Por essa razão, quebrando o protocolo, vou depositar o meu voto na urna agora, não precisando sequer ouvir a exposição de S. Exª. Peço, portanto, permissão para me retirar, dado não só um compromisso, mas queria fazer essa declaração de voto. O lado secreto aqui não existe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Grato.

Exmo. Embaixador, peço-lhe desculpas, pois hoje o dia está bastante carregado no Senado, e alguns Senadores estão tendo que se retirar para atender a outros compromissos internos.

Senador Pedro Simon, como bom libanês...

O SR. PEDRO SIMON - Só poderia dizer, Sr. Presidente, que também gostaria de votar primeiro e proferir o parecer depois, para não ficar o Senador Bernardo Cabral nessa posição isolada. Tenho todas as condições de votar e analisar depois, como acredito que a Senadora Benedita da Silva também o tenha.

É com muita satisfação, Sr. Presidente, que trago o parecer de total apoio à indicação do Embaixador Sérgio Barcelos Teles para representar o Brasil junto à República Libanesa. Todas as informações que tenho a respeito do nosso Embaixador revelam um homem da mais alta competência, que já representou o Brasil em Bogotá, Madri, Lisboa, Damasco, Buenos Aires, Luanda, Paris, Tóquio, Moscou, Paris, Kuala Lumpur e que tem todas as condecorações possíveis. Creio tratar-se de uma das mais importantes e significativas representações. Tive o prazer de conversar pessoalmente com S. Exª e vejo que o Brasil realmente fez questão de escolher um homem do mais alto gabarito e da mais alta competência para representar o País na República Libanesa.

Em breve, o nosso Presidente estará visitando o Líbano, sendo talvez a primeira vez que um Presidente brasileiro o faz. Sua Excelência lá estará retribuindo a visita que há pouco tempo o Presidente libanês fez ao Brasil, como já tinham feito o Primeiro Ministro libanês, o Presidente da Assembléia libanesa e o chefe da igreja maronita do Líbano.

Penso, Srs. Senadores e Sr. Embaixador, que nós, brasileiros, temos uma responsabilidade muito grande com o Líbano por sermos a maior colônia libanesa no mundo. Tenho informações de que, no Brasil, há praticamente o dobro de brasileiros descendentes de libaneses do que a população do próprio Líbano. E é difícil encontrar qualquer outra representação cuja colônia tenha mais intimidade, mais relacionamento, mais participação e integração com a sociedade do que a colônia libanesa.

Sou descendente de libaneses, por parte de pai e mãe. Criei-me em Caxias do Sul, uma região composta de imigrantes italianos. Hoje, Caxias é uma cidade cosmopolita, com representações do mundo inteiro. Durante muito tempo, entretanto, girávamos em torno da colonização italiana. Quando fui estudar em Porto Alegre, não havia a **TV Globo**, nem as novelas, e o meu linguajar era de gringo. Eu falava, e as pessoas em Porto Alegre achavam estranho que, com minha aparência, eu tivesse as expressões e a maneira de falar totalmente próprias dos gringos de Caxias do Sul. Mas é impressionante o carinho e a amizade que sempre existiram entre a colônia libanesa, uma minoria insignificante, e a totalidade da cidade, praticamente de colonização italiana. Essa é uma realidade no Brasil.

Hoje, sentimos que é muito difícil encontrar, nesses últimos 60 anos, uma injustiça tão grande quanto a que foi feita pela humanidade com o Líbano. As causas podem ser as mais variadas - não há por que analisá-las -, mas as conseqüências são reais. O Líbano é um país pacífico, tranqüilo e sereno, onde não há Exército e armas. É um país de grande cultura, de grande desenvolvimento. É uma espécie de Suíça no Oriente Médio. Uma cidade como Beirute tinha tudo que havia no Oriente e no Ocidente.

Foi criado o Estado de Israel, e a determinação da ONU era que se criasse o Estado Palestino. Não criado o Estado Palestino, uma imensidão de palestinos terminou por se alojar no sul do Líbano, e sabemos quais foram as conseqüências: atritos permanentes entre eles e os israelitas. Na Síria, também se estabeleceu um constante atrito. Houve a Guerra dos Seis Dias e as conseqüências advindas dessa guerra. A verdade é que a guerra civil libanesa praticamente destruiu aquele país. Hoje, no sul, estão os palestinos e os israelitas; no norte, está a Síria. O Líbano está muito longe de ter a sua real independência.

Se esses países do Oriente Médio ganharam a sua independência com o término da Segunda Guerra e se a ONU criou o Estado de Israel e determinou a criação do Estado Palestino, por que isso não aconteceu? Por que se deixou que isso durasse todo esse tempo e que países como o Líbano pagassem o preço que terminaram pagando?

Penso que a situação do Oriente está mais ou menos se normalizando. As notícias que se têm da reconstrução do Líbano são positivas, embora estejam muito aquém do que já foram e do que pretendem ser um dia.

Sr. Embaixador, em reunião anterior da Comissão de Relações Exteriores, debatemos a tese daquilo que o Brasil, o Itamaraty e o Embaixador do Brasil no Líbano poderiam fazer no sentido de que o Brasil buscasse esses entendimentos para equacionar essas soluções para o Líbano. Num determinado momento, chegou-se a discutir sobre a ida de uma representação do Senado brasileiro àquela região, para travar um diálogo no Líbano, em Israel e onde fosse necessário, para mostrar o desejo do Brasil de buscar a paz.

Conhecendo como conheço V. Exª e verificando, nesse final de século, a perspectiva de que o Líbano possa encontrar a paz almejada. É claro que eles cometeram equívocos. Nunca me esqueci, quando era criança, de que meu pai dizia que os libaneses, em sua constituição, por ocasião do chamado Pacto Nacional, tinham sido muito sábios ao estabelecerem que o primeiro-ministro, o presidente da assembléia e o presidente da república pertencessem a um grupo religioso diferente - um muçulmano, outro católico, outro ortodoxo e outro maronita. Eu dizia para meu pai, criança ainda, que eu não entendia, mas achava que um dia isso ia dar errado. De fato isso não podia dar certo permanentemente. Por que o primeiro-ministro tinha que ser obrigatoriamente muçulmano? Lá pelas tantas, podia aparecer outro parlamentar, outro cidadão muito competente que devia ser o indicado, mas não poderia ocupar o cargo por causa da religião.

A verdade é que a confusão veio e vi a dramaticidade, a crueldade com que ela se manifestou. O Embaixador do Líbano no Brasil - V. Exª deve conhecê-lo e tenho por ele o maior respeito - é um homem da maior competência e é também uma espécie de **primus inter pares** na diplomacia de Brasília, em razão do tempo em que aqui está, pela sua simpatia, pelo seu espírito diplomático. Enfim, ele é um homem de alto gabarito. Quando faz reuniões com os amigos do Líbano ou até com representações de colônias libanesas, faz questão de salientar que não se trata de um problema de caridade, de dar esmola ou de coisa alguma. O Líbano está-se reconstruindo e a questão é negociar, pois se trata de um bom país para se fazer negócios, tanto no que se refere à aplicação de dinheiro libanês aqui, como à aplicação do nosso dinheiro lá. O país tem produtos para exportar para nós. O que o Embaixador busca é um relacionamento mais profundo e que vá além do plano afetivo, que é bonito, que é necessário. Realmente são inúmeras as caravanas de senadores, de deputadas, de governadores e de ministros que para lá se dirigem, porque é enorme a presença de libaneses na política brasileira. É grande também a caravana de empresários que vão ao Líbano. Mas o Embaixador defende as viagens de negócios e que se procure estabelecer relações que poderão ser úteis ao Brasil, aos brasileiros e também ao Líbano.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu acho muito fraca a atuação da Comissão no que diz respeito às relações exteriores do Brasil. É claro que não vamos copiar a Comissão de Relações Exteriores do Senado americano, porque eles dominam o mundo. O Senado americano toma decisões que alteram os destinos e até a vida de pessoas. Um exemplo disso é quando decidem bombardear um país. Mas nós podemos ter uma atuação paralela ao Itamaraty, que tem uma grande atuação e destaque na política internacional. É claro que não se pode comparar o Itamaraty com os americanos. Mas o Itamaraty, o nosso Ministério das Relações Exteriores, ao longo do tempo e da história, conquistou uma posição de respeito e de admiração. O mundo inteiro reconhece não só a sua competência, mas também o seu alto profissionalismo. Que bom seria se os funcionários do Ministério da Fazenda, do Ministério da Agricultura e do Congresso Nacional tivessem a competência dos funcionários do Itamaraty! Não me refiro apenas aos Embaixadores, mas aos funcionários de todas as carreiras, que atingiram tal grau de profissionalização e de competência, que têm a admiração de todo o mundo.

Pensamos que o relacionamento desta Comissão com o Itamaraty poderia ser melhor e poderia se dar mais amiúde. Seria importante que não ficássemos reduzidos apenas a ouvir os Embaixadores e a autorizá-los a exercerem sua profissão. Para o Itamaraty, também seria importante um diálogo maior com esta Comissão do Senado, a fim de que tivesse mais força junto ao Ministério da Fazenda e ao Presidente da República, para obter um destaque ainda maior do que o que vem obtendo até este momento.

Sr. Presidente, temos dito várias vezes que gostaríamos de convidar Embaixadores, para que, um ano ou dois anos depois de indicados, viessem a esta Comissão para dizerem como está a situação. Gostaria de pedir publicamente - V. Exª haverá de concordar com isso - que o Sr. Embaixador, quando achar conveniente - daqui a seis meses, oito meses ou um ano -, já se considerasse convidado para vir a esta Comissão fazer uma exposição sobre o que encontrou e sobre o que vai fazer e

apresentar propostas e sugestões, a fim de que pudéssemos também colaborar com S. Exª e com o Brasil.

Se o Sr. Presidente concordasse com isso, esse seria um passo que estaríamos dando adiante. O Líbano merece isso. Aqui, o caso é muito real e é diferente do caso, por exemplo, em que o Embaixador vai para a França, para a Alemanha ou para Tóquio, porque, nesses países, a situação é rotineira. Mas, no Líbano, a situação é muito complexa, e a missão que ele poderá desempenhar será muito importante.

Penso que o Embaixador deveria receber esse voto de confiança de nossa parte. Já o estamos convidando para vir aqui quando S. Exª achar que é o momento, seja daqui a seis, sete, oito ou nove meses. S. Exª poderá nos dizer o seguinte: "Mandem-me o convite, porque eu gostaria de comparecer à reunião dessa Comissão". Assim, com base na ação de S. Exª, verificaremos de que forma poderemos avançar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Senador Pedro Simon, V. Exª fez uma bela exposição e um relato cheio de sentimento e de amor ao Líbano. V. Exª sugeriu que façamos um convite formal aos Embaixadores. Daqui para frente, já teremos a certeza de que S. Exª será o nosso Embaixador.

Mas temos um compromisso forte com a história do Líbano, até porque o Brasil tem participado desse processo. Acompanhei a delegação brasileira dos Amigos do Líbano, representando o Senado. Há um vínculo espiritual muito forte, que nos obriga a acompanhar de perto tudo aquilo que diz respeito ao Líbano. O Brasil tem o compromisso moral de ajudá-los a solucionar esse problema.

Se V Exª me permite, quero pedir que o Itamaraty sempre nos envie a relação dos Embaixadores que se encontram no Brasil em férias ou para discutirem alguma missão ou receberem alguma orientação, a fim de que possamos convidá-los, principalmente quando houver discussões sobre teses internacionais e sobre problemas críticos, como essa situação da Ásia, que o Embaixador teve oportunidade de esclarecer aqui. Durante as crises, isso seria importante. Geralmente, o Itamaraty chama os Embaixadores para receber uma missão especial quando se enfrenta uma fase difícil no lugar em que o Embaixador representa o País. Se V. Exªs concordarem, mandarei um ofício explicando toda essa situação.

Pergunto a V. Exª se deseja que a sessão seja secreta ou pública. Fica a cargo de V. Exª essa decisão.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Lamento ter de sair. Fiquei até agora porque gostaria de expressar o meu apoio ao nosso Embaixador e ao mesmo tempo fazer justiça ao relator, Senador Pedro Simon, perseguidor e defensor da paz e da união, que tem defendido nesta Comissão a necessidade de contribuirmos nessa tarefa. Acompanhei nesta Comissão o empenho do Senador Pedro Simon. Fez justiça também o nosso Presidente, por meio da Secretaria, ao dar a ele a relatoria.

Não tenho qualquer ascendência síria ou libanesa, mas temos afinidades - somos cariocas - e, portanto, gostaria de cumprimentá-lo como mais um do Estado do Rio de Janeiro que por aqui passa. V. Exª pode ter certeza de que contará com o nosso apoio para enfrentar o desafio que lhe está colocado e desenvolver ali um grande trabalho para o progresso do país.

Lamento ter de sair agora, mas o Senador Abdias Nascimento neste momento conta com a minha presença na solenidade de abertura de uma exposição do seu trabalho. Ele está me aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Que V. Exª represente a Comissão.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Obrigada, Sr. Presidente.

Queremos manifestar o nosso apoio neste momento, sem nenhum demérito à brilhante exposição que será feita. Digo isso não só em razão do currículo de V. Exª, mas também porque conhecemos o seu trabalho. Tenho certeza de que será uma exposição brilhante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - V. Exª poderia levar o que o Embaixador já deixou aqui por escrito como preâmbulo das discussões.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Já fiz uma leitura dinâmica e tomei conhecimento desse texto, mas quero reafirmar a necessidade de sair - com certo constrangimento até, já que gostaria muito de ouvi-lo.

Espero integrar a Comissão, juntamente com o Senador Pedro Simon e o Senador Romeu Tuma, não apenas para fazer uma visita, mas para poder contribuir de alguma forma - aprimorando os nossos conhecimentos com ajuda do Embaixador lá presente - no sentido de promover não apenas uma aproximação do ponto de vista político, mas também fazer com que o Brasil se torne uma prioridade econômica do Líbano.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Senadora, peço-lhe um minuto e desculpas ao Sr. Embaixador por retardar um pouco mais o seu pronunciamento, mas o Senador Eduardo Suplicy me pediu que pedisse autorização à Comissão para enviar ao Embaixador do Brasil no Líbano e ao Embaixador do Líbano no Brasil uma carta que endereçou a esta Comissão. Nela, S. Exª faz referência àquela senhora que tem os dois filhos no Líbano e está passando por momentos muito difíceis.

Hoje, segundo uma pequena notícia no **Jornal do Brasil**, na coluna Várias Notícias, ela já estaria voltando com os dois filhos - não sei se o Sr. Paulo já tem alguma notícia sobre o assunto. Em todo caso, gostaria que V. Exª comunicasse que fiz esta referência e que vamos enviar a carta - será feita uma cópia para o Senador Pedro Simon e outra para a Senadora Benedita da Silva.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Obrigada, Sr. Presidente. Acredito que todos estaremos apoiando esse gesto, pois essa situação comove não só essa mãe aflita, que quer os seus filhos ao seu lado, mas também comove o Brasil.

Sabemos que o Embaixador será também signatário desse nosso desejo. Caso já tenhamos concluído e superado esse momento, muito bem. Se isso não acontecer, que possamos encontrar no Embaixador esse signatário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Temos empresários da maior competência na construção civil e o Líbano precisa de tudo: precisa reconstruir suas estradas de ferro, as suas estradas de rodagem, o setor elétrico, de irrigação, enfim tudo. Quero saber quem se habilita...

O SR. SÉRGIO BARCELLOS - Sr. Senador, sabemos do seu interesse pelo caso da Srª Vagna Aparecida Bandeira. Ontem tive o privilégio de ter um primeiro acesso ao ofício de V. Exª endereçado ao Itamaraty, que já está circulando. Hoje já mencionei o interesse específico de V. Exª ao Diretor do Departamento Consular e Jurídico, Embaixador Lúcio Amorim, para que agilizássemos esse processo. Hoje pela manhã fiz questão de ir lá antes de vir para cá. Aliás, pela manhã, não; já eram mais de três horas.

Há dois dias, o Procurador convocou o Sr. Atef Sedki para que ele viesse ao Brasil, mas isso foi feito informalmente, porque não pesa qualquer condenação no Brasil sobre esse senhor, apesar de suspeitas de que ele tenha falsificado documentos - há apenas uma medida cautelar concedida por um juiz. Meu colega Lúcio estava me dizendo que esse assunto, se for resolvido, será graças ao empenho do Michael. Hoje, o Michael telefonou-lhe dizendo que havia estado em uma recepção

em homenagem ao Presidente Jacques Chirac, para onde levou o documento sobre a Srª Vagna Bandeira e distribuiu cópias a todos os ministros, que, embora nada tivessem a ver com o assunto, formariam uma pressão governamental. De modo que V. Exª fique certo de que empenho há, absoluto e permanente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Queremos agradecer a atenção e o empenho do Embaixador do Brasil no Líbano, Brian Michael Fraser Neele, por sua disposição e empenho por uma razão humanitária, que nos parece inteiramente justa. Agradeço também o empenho de V. Exª e do Itamaraty para que isso seja resolvido em bom termo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Antes de encerrar a reunião, gostaria de comunicar aos Srs. Senadores que o Projeto de Decreto Legislativo nº 2, que aprovava o texto de protocolo adicional ao acordo de cooperação financeira entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, conforme solicitação do Senador Gilberto Miranda em plenário durante a votação, foi encaminhado hoje à Comissão de Assuntos Econômicos, em razão de se tratar de matéria tributária - inserção do Imposto de Importação.

Comunico esse fato à Casa e pediria aos Srs. Senadores que votassem. Em seguida contaremos os votos.

Os Srs. Embaixadores foram aprovados por unanimidade: treze votos. Treze é o número de sorte.

Desejamo-lhes muita sorte nas missões para as quais forem designados.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h21min.)

ATA DA 14ª REUNIÃO (EXTRAORDINARIA), DA 6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA , DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998.

As dez horas e trinta minutos do dia dezessete de junho do ano de mil novecentos e noventa e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador ROMEU TUMA, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores HUGO NAPOLEÃO, JOSÉ AGRIPINO, BERNARDO CABRAL, JOEL DE HOLANDA, PEDRO SIMON, CARLOS WILSON, ARTUR DA TAVOLA, ABDIAS NASCIMENTO , BENEDITA DA SILVA, EMILIA FERNANDES, LEOMAR QUINTANILHA, ARLINDO PORTO, e, GERSON CAMATA. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a ouvir as exposições que farão os senhores ORLANDO GALVEAS OLIVEIRA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, Designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Republica da Namíbia, cujo Relator é o Senhor Senador ABDIAS NASCIMENTO; ANTONIO AUGUSTO DAYRELL DE LIMA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, Designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Comunidade da Austrália, cuja Relatora é a Senhora Senadora EMILIA FERNANDES; JOSE OLYMPIO RACHE DE ALMEIDALL DE LIMA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, Designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Republica da Finlândia, cujo Relator é o Senhor Senador JOEL DE HOLLANDA e, ARMANDO SERGIO FRAZAO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, Designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Republica da Irlanda, cujo Relator é o Senhor Senador HUGO NAPOLEAO. Foram ainda, apreciadas as seguintes Mensagens; MSF 145, de 1998, " Do Senhor Presidente da Republica, submetendo a apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor MARCIO PAULO DE OLIVEIRA DIAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, Designado para, CUMULATIVAMENTE com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao grão-ducado de Luxemburgo. cujo Relator é o Senhor Senador PEDRO SIMON ; MSF 170, de 1998, " Do Senhor Presidente da Republica, submetendo a apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor ROBERTO SOARES ALMEIDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, Designado para, CUMULATIVAMENTE com o cargo de Embaixador do Brasil junto a Confederação Suíça, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Principado de Liechtenstein, cujo Relator é o Senhor Senador PEDRO SIMON . Encerrada as exposições, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Senador JOSE AGRIPINO, Relator do item 07 da pauta;. Projeto de Decreto Legislativo 22, de 1998, que aprova o texto do Tratado de Proibição Completa de testes Nucleares - CTBT , concluído em Nova York, em 24 de setembro de 1996. Não havendo discussão, o Parecer e aprovado pôr unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

SENADOR ROMEU TUMA
PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores. Tem a palavra o Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, peço a V. Exª a gentileza de proceder à inversão de pauta a fim, de que eu possa relatar a mensagem que me foi confiada por V. Exª - Mensagem 184, item 6, indicação do nome do Sr. Embaixador Armando Sérgio Frazão para servir como Embaixador do Brasil junto à República da Irlanda - em virtude de eu ter um compromisso médico a seguir. Como conheço os demais Senhores Embaixadores e sinto-me praticamente como sendo da Casa, do Itamarati, requeiro a V. Exª que consigne o meu voto, antecipadamente, à saída.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O Senador Hugo Napoleão solicita inversão de pauta, dando prioridade ao item 6.

Os Senhores Senadores que estiverem de acordo, queiram permanecer como se encontram.

Autorizado.

Senador Hugo Napoleão, é interessante essa premissa de que V. Exª sente-se na Casa do Itamarati, pois até quando discutimos a relatoria de Embaixadores, sempre pensamos em V. Exª e no Senador José Agripino pelos antecedentes maravilhosos que têm a respeito da diplomacia. V. Exª, assim como seu pai e o Senador José Agripino, como um irmão, nos dão muita tranqüilidade.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Eu diria a V. Exª que tenho pai, avô e bisavô na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - De qualquer modo, V. Exª será um embaixador, sem dúvida nenhuma, e já o é nesta Casa, liderando o nosso PFL.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Solicito a presença do Sr. Embaixador Armando Sérgio Frazão, designado, para servir como Embaixador junto à República da Irlanda.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho em mãos o processado da Mensagem Presidencial nº184, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, através do qual indica o Embaixador Armando Sérgio Frazão, Ministro de Primeira Classe, para servir como Embaixador do Brasil junto à República da Irlanda. Tem S. Exª um currículo, indiscutivelmente impecável. Também filho de diplomata, portanto, afeito às missões que foram, que lhe são e, seguramente, as que lhe serão cometidas, veio como 3º Secretário, em março de 1967, até Ministro de Primeira Classe em 25 de junho do ano de 1996. Recebeu diversas missões a partir de ter sido Auxiliar do Secretário Geral Adjunto para assuntos da África, Ásia e do Oriente próximo, Auxiliar do Secretário Geral Adjunto para promoção comercial, Auxiliar do Assessor Especial do Ministro de Estado, Assistente do Chefe da Divisão de Informação Comercial até ser Diretor-Geral do Departamento Cultural e Secretário do Planejamento Diplomático. O Embaixador Armando Sérgio Frazão serviu em

Moscou, em Genebra, em Washington, em Montevidéu e, novamente, em Genebra como Cônsul-Geral. Tem uma vasta folha de serviços prestados em reuniões no País e no exterior, da maior importância, inclusive junto a organismos internacionais. A lista é extensa e demonstra a sua ação diplomática intensa e, efetivamente, como vê V. Exª, estou folheando o processado e dele verifico que há uma relação de quatro páginas na sua ação internacional, toda ela marcada em encontros da maior importância, assim como, por serviços prestados ao País e por manter um bom nível de relacionamento com países com os quais temos relações diplomáticas, V. Exª recebeu várias condecorações.

Desse modo, Sr. Presidente, devo dizer que conheço pessoalmente o Embaixador Armando Sérgio Frazão, sei de suas qualidades pessoais e profissionais, do seu desvelo, de sua dedicação à causa da Diplomacia e, sobretudo, ao nosso País. Em função do que, não tenho como, de acordo com as normas da nossa Comissão, vir a oferecer senão o relatório. Não posso oferecer a conclusão, mas já se antevê qual seja.

Assim, concluindo, agradeço a V. Exª a gentileza da inversão de pauta.

Era o que tinha a relatar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Pediria licença aos colegas para convidar a Srª Sônia Maria, esposa do nosso Embaixador, a, se assim o desejar, tomar assento em uma das cadeiras dos Senadores, o que em muito nos faria felizes. Assim, agradecemos a sua presença e a solidariedade que presta ao nosso Embaixador Armando Sérgio Frazão.

V. Exª tem a palavra, então, para expor, preliminarmente, os pontos de vista sobre a cidade em que representará o País.

O SR. ARMANDO SÉRGIO FRAZÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Sr. Senador. Procurarei ser breve. Sintetizar a história política da Irlanda não é fácil. Não é simples contar uma história de grandes tragédias, que começa com a evangelização dos Celtas por São Patrício no Século V. O Eire é uma Nação, no sentido antropológico, com idioma próprio, é vivo até hoje - o gaélico -, que tem vestígios civilizatórios que remontam a 8 mil anos.

O envolvimento inglês na Irlanda data da invasão anglo-normanda de 1169. Essa presença permanecerá do Século XII ao Século XVII, mais precisamente até 1691, quando a supremacia protestante na Ilha se impõe no campo de batalha e é selada no Tratado de Limerick. Naquele momento, 14 mil soldados católicos são forçados a se exilarem na França, onde vão servir aos exércitos de Luís XIV. Em 1695, a supremacia inglesa toma forma legal, nas chamadas 'Leis Penais', que restringem os direitos religiosos, sociais e políticos dos católicos. Não podem eles portar armas, a educação é limitada, não podem exercer funções públicas, não podem advogar, não podem ser membros do Parlamento, não podem votar. Durante 300 anos os irlandeses católicos formarão sucessivas gerações de insurretos. A tragédia de proporções gregas, entretanto, os persegue. Entre 1845 e 1848, a Grande Fome, como é até hoje anualmente lembrada, produto de sucessivas falhas de colheitas, mata mais de 1 milhão de irlandeses. Quase outros tantos remanescentes emigram, a grande maioria para os Estados Unidos da América. No fim do Século XIX e início do Século XX, começam a tomar forma política os núcleos separatistas, digamos, modernos. Os protestantes monarquistas e unionistas, concentrados em seis condados ao Norte, a Região de Olster, os católicos de vocação republicana, concentrados nos vinte e seis condados secularmente redentistas do Sul, que, em 1916, proclamam uma República da Irlanda em Dublin.

O sangue corre nas ruas das cidades insulares, sob a batuta do Exército Republicano Irlandês, o IRA, de um lado, e de confrarias armadas protestantes do outro. A independência é solenemente declarada em 1919. Em 1921, a Grã-Bretanha reconhece formalmente o, então, Estado Livre da Irlanda, ainda sujeito, no entanto, à dominação pelo British Commonwealth. O massacre não é interrompido e se estende sem trégua às ilhas britânicas, durante a Segunda Guerra Mundial, período no qual o Eire se mantém neutro, não obstante o bombardeio de Dublin pelos nazistas.

Em dezoito de abril de 1949, o governo de Clement Attlee declara que a República Irlandesa não é mais parte dos domínios britânicos. A Irlanda do Norte, no entanto, não deixará tampouco de integrar o Reino Unido sem consentimento do seu partido.

Em cinco de outubro de 1968, a tiros e cacetetes, a Real Polícia de Ulster acaba com uma manifestação católica por direitos civis. Muitos consideram que foi esse o início da longa carnificina conhecida como Troubles - ou, em bom português, os problemas - um lamentável eufemismo que, em 29 anos, levou à morte 3.200 seres humanos, boa parte inocentes expectadores de um confronto absurdo, o qual terminou em negociações, democraticamente referendada por todas as partes envolvidas em 22 de maio de 1998.

Se me permitem V. Exªs, com todo o respeito que merecem e que, por ofício e função, lhes devo, eu gostaria de registrar minha impressão de que toda a paz nova de um ódio antigo traz nela embutida um rancor inercial. A isso chamava Salvador Dali de "**la persistencia de la memoria**". Dito de outra forma, nada obsta que grupelhos irredentistas continuem a atuar de forma negativa. Esperamos todos que isso não aconteça.

O intercâmbio comercial e financeiro entre Brasil e Irlanda está longe de refletir seu potencial. No primeiro semestre de 1997, exportamos US$30 milhões e importamos quase US$119 milhões. O resultado é um déficit de quase US$90 milhões em seis meses. Os investimentos irlandeses no Brasil totalizam algo em torno de US$100 milhões, o que é longe do que poderia ser.

Penso, entretanto, que o problema não está na contabilidade, mas no enfoque, na maneira de olhar a Irlanda e de olharmos o Brasil em relação a ela. Uma das muitas e importantes mudanças da política externa da administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso esteve na introdução, pelo Ministro Lampreia, do Itamaraty, de um conceito novo à casa: a diplomacia federativa.

Nela, está embutida a idéia de que um país continental como o nosso exige do Ministério das Relações Exteriores uma presença física além de Brasília. Assim, desde 1995, o Itamaraty vem abrindo novos escritórios regionais: no Rio Grande do Sul, no Recife, em São Paulo, em Manaus. Nosso estreito orçamento haverá - esperamos - de nos permitir abrir outros escritórios - em Curitiba, em Florianopólis - de forma a dar às cinco regiões que conformam nosso País representações do órgão responsável pela política externa do Brasil. Esses escritórios regionais serão os ouvidos e a voz do Itamaraty nos muitos brasis em que nos unimos como Nação.

Tive a honra de servir ao Ministro como seu Secretário de Planejamento Diplomático. Houve privilégio, porque o cargo me permitiu uma imersão profunda na minha pátria. Já começara a fazê-la na minha condição anterior de Diretor-Geral do Departamento Cultural, mas foi na Secretaria, uma unidade com mandato de perfil bem mais amplo, que pude desenvolver diálogos de leque mais abrangente e que muito me enriqueceram.

Essas experiências me levaram a ponderar sobre alguns desdobramentos do conceito de diplomacia federativa. Um deles, que tive a felicidade de trazer ao plano operacional, é que um país com profundas disparidades de demandas regionais deve, inexoravelmente, ter uma política externa do todo federal, porém também políticas externas específicas que projetem as

diferentes demandas regionais brasileiras. Fiz uma experiência concreta. Em um seminário no Recife sobre desenvolvimento e globalização, para o qual tive a honra de ser convidado, expus o curiosíssimo caso do desenvolvimento do nordeste italiano, a chamada **Emilia Romagna**. Região no início do século economicamente deprimida e exportadora de mão-de-obra, transformou-se no segundo pólo industrial da Itália, graças a pequenas e microempresas que se multiplicaram ao longo das décadas de forma espantosa.

Os pernambucanos, como sempre, foram rápidos na resposta. Organizaram uma expedição à **Emilia Romagna**, um mês e meio depois do seminário, e, munidos de uma bela documentação gráfica bilíngüe, fizeram o marketing de Pernambuco.

Em março deste ano, começaram a receber emilianos interessadíssimos em fazer **joint ventures** no Estado - e com talão de cheques na mão. Que lição apreendi dessa experiência? Que os muitos Brasis têm interlocutores diferentes lá fora.

São Paulo conversa com a Alemanha, com o Japão, com os Estados Unidos; Minas Gerais está conversando muito com a Eslovênia e a Áustria; o Amapá está olhando para o Norte, para o Caribe; o Rio Grande do Sul está de olhos rútilos nos mercados do Mercosul; o Paraná está muito presente no Paraguai; o Rio de Janeiro desenvolve bem um diálogo asiático, apesar da crise que se abateu naquela parte do mundo. E o Nordeste? Com quem deveria conversar? Certamente com a Emilia Romagna e com a Irlanda. Por quê? País de tão-somente quatro milhões de habitantes, ferozmente independente e que não quer ser apenas mais uma peça no xadrez da União Européia, a Irlanda precisa - e sabe disso - diversificar suas compras e vendas internacionais. Estou convencido de que a Irlanda é um ótimo interlocutor para o Nordeste brasileiro.

A Irlanda é hoje um dos maiores pólos informáticos do planeta. Produtos desse setor são os principais responsáveis pela exportação do País. A Irlanda é exímia em biotecnologia. A Irlanda é a sede da maior empresa de **leasing** de aviões de longo curso do mundo. Já nesses três quesitos temos um conjunto de interlocuções. Recife tem 1,3 milhão de habitantes e 190 empresas de informática especializadas em programas para **Internet** e pesquisas de base. Campina Grande, com uma população de 350 mil almas, ostenta 40 empresas de telecomunicações, eletrônica e informática. Ilhéus tem 240 mil habitantes e 7 fábricas de computadores. A Embrapa, sabemos todos, é uma das empresas mais respeitadas no mundo em matéria de biotecnologia de alimentos; e a Irlanda está muito preocupada com a queda relativa da agricultura na formação do seu produto interno bruto - abaixo de 7% atualmente. E a União Européia permanece trancafiada numa absurda política agrícola comum que só beneficia o subsídio.

No Nordeste, existe um programa que está dando certo - o Prodetur. Falta uma coisa que, de certa maneira, nos escapa: vetores de atração de turistas, também conhecidos como aviões. Os aviões irlandeses - 50% deles - estão no pátio, devido à desregulamentação globalizada do transporte aéreo. Não seria o caso de atraí-los para praias menos poluídas do que as do Mediterrâneo?

Em síntese, Sr. Presidente, Srª Senadora e Srs. Senadores, é essa a visão que tenho dos desafios que vou encontrar pela frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão, como Relator.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, Srª Senadora e Srs. Senadores, Sr. Embaixador, interessante a exposição de V. Exª. No que tange aos aspectos da visão federalista - digamos assim - do Presidente Fernando Henrique Cardoso e, conseqüentemente, do Ministro Lampreia, que é a do Itamaraty, vem ao encontro da desta Casa, que é a Casa da federação brasileira, o nosso Senado Federal.

Muito particularmente, a visão que V. Exª tem com relação à possibilidade de uma união do Nordeste com o país junto ao qual V. Exª servirá, como nordestino, sinto-me tocado, eis que representante do meu querido e sofrido Piauí. Vou passar a prestar atenção a isso e vou pedir até para tomar a liberdade de conversar com V. Exª em particular sobre esse tema que muito me interessou.

De outra parte, há um outro aspecto que também me toca de perto. Tendo eu nascido em Portland, fui batizado em Washington D.C., que foi o segundo posto do meu pai no exterior, e justamente na igreja de São Patrício. Minha mãe me consagrou a São Patrício, que é um santo irlandês. Em relação a esse assunto, vejo toda a situação, que V. Exª tão bem delineou no início da brilhante exposição que fez, como uma característica até lamentável, em função de todo o histórico e das restrições impostas em função de religião.

Pediria a V. Exª - esta é a única questão com relação à qual vou cingir-me - que pudesse transmitir a nós, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, as suas impressões quanto ao futuro. V. Exª vislumbra que haverá um tipo de trégua ou de mais paz na Irlanda com relação ao terrível conflito religioso? Qual a visão de V. Exª?

O SR. ARMANDO SÉRGIO FRAZÃO - Muito obrigado, Senador. Como S. Exª disse, sou diplomata por profissão e, portanto, cauteloso. Tudo indica que as negociações de **Tormat** interromperão esse longo processo de ódio.

Para ser breve na minha resposta, lerei um trecho de uma notícia que saiu ontem em um jornal carioca, que diz mais do que qualquer tipo de análise mais profunda que poderia fazer em relação à pergunta que me fez V. Exª. Leio, então, a notícia do **Jornal do Brasil**:

"Pela primeira vez, desde o anúncio de paz, a Irlanda do Norte e a Irlanda do Sul participarão juntas de uma exposição internacional com um só **stand** e um só nome: Irlanda. A estréia será na 38ª Feira da Providência, de 05 a 08 de novembro, no Rio Centro, e as novidades não param por aí.

O chefe do Setor Internacional deste ano, a Embaixatriz Maria Lúcia Guimarães, está pedindo aos representantes dos países participantes que dêem preferência a produtos que não sejam encontrados com facilidade em importadoras. Ambos toparam o desafio."

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Muito bem. É interessante mesmo.

Sr. Presidente, estou satisfeito. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Perguntaria se algum outro Senador pretende interpelar o Sr. Embaixador.(Pausa)

Antes de terminar, aproveitando a presença do Senador Pedro Simon, que tem defendido constantemente nesta Comissão o convite a alguns Embaixadores para exporem a política do Itamaraty, gostaria de dizer que esta Comissão - quer queiram quer não - tem uma participação direta ao analisar a aprovação ou não do nome dos Embaixadores e, em tese, está aprovando a política que S. Exª desenvolverá no país que nos representará.

V. Exª, durante a sua exposição a respeito da Irlanda, teve o zelo de trazer fatos importantes para que possamos discuti-los numa sessão especial, caso V. Exª aceite um convite. Está de acordo Senador Pedro Simon? V. Exª faz a referência da federalização da política do Itamaraty, criando escritórios especializados, inclusive no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Acompanhei de perto e recebi o Embaixador que passou a cuidar dessa área pela importância desses acordos internacionais e não haverá necessidade de intermediação de quem quer que seja,

porque o Itamaraty está tomando a iniciativa de colaborar com os Governadores e os Prefeitos das regiões que precisem de qualquer acordo internacional a respeito disso.

O Senador Hugo Napoleão chamou a nossa atenção para essa parte da exposição de V. Exª. Acredito que, desde já, fica aceito o convite, quando V. Exª estiver por aqui, para vir falar um pouco mais a respeito dessa última função de Secretário de Planejamento Diplomático que V. Exª exerceu no Itamaraty. Isso nos ajudará muito na busca de futuras decisões da Comissão com relação a tudo que diga respeito à política externa do País.

V. Exª tem alguma coisa mais a acrescentar?

O SR. ARMANDO SÉRGIO FRAZÃO - Sr. Presidente, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Se V. Exª quiser se dirigir ao nosso Relator...

O SR. ARMANDO SÉRGIO FRAZÃO - Sr. Presidente, queria agradecer enormemente ao Senador Hugo Napoleão pelas pertinentes perguntas que me fez, dando-me a oportunidade de trazer à colação essa boa notícia que apareceu ontem no **Jornal do Brasil**.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Muito obrigado a V. Exª e felicidades na missão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Solicito a presença do Embaixador Orlando Galvêas Oliveira e peço ao Senador Abdias Nascimento que leia o relatório a respeito da indicação do Senhor Presidente da República.

O senhor deseja que a sessão seja reservada?

O SR. ORLANDO GALVÊAS OLIVEIRA - Não.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO - Sr. Presidente, passo a ler o relatório.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer, do Sr. Orlando Galvêas Oliveira, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou o **curriculum vitae** do interessado, e, segundo o referido documento, S. Exª nasceu em Divisa, Espírito Santo, a 23 de dezembro de 1942, e é filho de Djalma de Sá Oliveira e Cléa Martins Galvêas Oliveira.

O indicado é Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo e fez, no Instituto Rio Branco, curso de preparação à carreira diplomática e de prática diplomática consular.

Na carreira diplomática foi, sucessivamente, Terceiro Secretário (1967); Segundo Secretário (merecimento - 1970); Primeiro Secretário (merecimento - 1978); Conselheiro (merecimento - 1981); Ministro de Segunda Classe (1992).

Dentre os cargos e missões de relevância para o País desempenhados pelo diplomata em questão, cabe destacar: Chefe da Divisão de Passaportes (1983 a 1985); Chefe da Divisão de Material do Departamento de Administração (1985); Chefe da Divisão da Ásia e Oceania (1989); serviu em Viena, Atenas, Ancara, Jacarta, Ottawa e Pretória; participou de conferências, congressos e reuniões internacionais.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório, que, a nosso ver, contém as informações necessárias à deliberação desta Comissão sobre a indicação feita pelo Senhor Presidente da República.

Este é o relatório. Assinado pelo Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Sr. Embaixador, V. Exª tem o tempo que achar necessário para fazer a sua exposição.

O SR. ORLANDO GALVÊAS OLIVEIRA - Sr. Presidente, muito obrigado.

Gostaria de apresentar brevemente uma descrição da Namíbia e do papel que entendo que um Embaixador do Brasil deve ter naquele País.

A Namíbia é um País surpreendente. Um dos mais jovens países da África; tornou-se independente em 1990. É tido hoje como o País mais estável administrativa e politicamente e é um dos mais bem organizados do Continente. Possui uma renda **per capita** bastante alta, comparativamente com os países da região. Dão à Namíbia um grau de estabilidade, de respeitabilidade, de interlocução muito grande no Continente e na sub-região, em especial. É um País rico; uma província mineral da maior importância. Por exemplo, é o maior produtor de diamante do mundo; é um dos maiores produtores de urânio; tem reservas minerais importantes e produção também importante de outros metais, como zinco, cobre e chumbo; é o maior produtor de salgema do sul da África. Tem reservas de petróleo e enormes reservas de gás natural. Foi administrado pela África do Sul desde o final da Primeira Guerra. A partir da criação da organização das Nações Unidas, a África do Sul pleiteou a renovação do mandato de administração, que foi negado. Iniciou-se um processo longo na Comissão Internacional de Justiça que se entrelaçou, em muitos aspectos e em muitas ocasiões, com uma disputa entre as superpotências que somente terminou com o final da Guerra Fria e com a independência do país em 1990.

Como país independente, a Namíbia tem uma Constituição que absorveu os elevados ideais que nortearam toda a luta pela independência. Na região, a Namíbia tem um papel muito importante porque é membro de todos os organismos e de todas as associações regionais. Desenvolve uma política econômica de aproximação com os países da área, em virtude da criação das zonas de processamento de exportação, com ligação com todos os países vizinhos, como Angola, África do Sul, Zâmbia, além da ligação, por terra, de Walvis Bay a Maputo, em Moçambique, que é a primeira, por terra, desde o oceano Índico até o Atlântico.

A Namíbia tem uma importância muito grande, um papel do maior significado no relacionamento do Brasil com o continente e, sobretudo, com o sul da África pela respeitabilidade de seu presidente, pelo grau de desenvolvimento do país e de organização, que a tornam interlocutor importante no continente. É um país marítimo com projeção sobre o Atlântico Sul e, embora distante, aparentemente tem, ao fundo, fronteira com o Brasil, ao qual é ligado, antes que separado, pelo Atlântico. É exatamente esse ponto que se deve ter como partida para a relação do Brasil com a Namíbia e com a África em geral, sobretudo no momento em que ganha corpo e estrutura um conceito novo do renascimento africano. A Namíbia é parte desse processo, assim como a África do Sul, principalmente após o fim do **apartheid** e dos processos de descolonização em Angola e Moçambique e em virtude da substituição de lideranças tradicionais por outras mais modernas.

O Brasil, em oito ou nove anos, desenvolveu com a Namíbia um relacionamento intenso e surpreendente. Em 1992, assinamos com a Namíbia um acordo para isenção de vistos, o qual criou uma comissão mista de cooperação. Assinamos também um acordo de cooperação naval, em 1994, um de cooperação técnica, um de cooperação em educação, cultura e esportes e um memorando de entendimento e cooperação na área agrícola durante a reunião da comissão mista de cooperação realizada em 1995.

As bases de um relacionamento proveitoso estão lançadas. Resta-nos continuar a desenvolver esse relacionamento nesse sentido e dar mais conteúdo a essa relação, tendo sempre presente que a Namíbia pode ser uma plataforma importante do relacionamento do Brasil com dois dos países de língua e expressão portuguesa da África mais importantes, como Angola e Moçambique. Angola, vizinha da Namíbia, e Moçambique, um pouco mais distante, mas ligado à Namíbia pela Transkalahari, que é uma rodovia de enorme importância econômica. Acho que este é um ponto de partida e é o que eu gostaria de assinalar neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Embaixador, vou pedir licença, passar para o Senador Leomar Quintanilha a Presidência por cinco minutos. Há uma votação que está no limite de divergência. Eu e a Senadora Emilia Fernandes. Ele vai assumir, o Relator poderá questionar, porque é o principal estudioso dos assuntos africanistas aqui, Senador Abdias Nascimento. Ele e a Senadora Benedita da Silva sempre nos ajudam nesta área pela experiência e pelo profundo conhecimento. Então, peço licença ao senhor de cinco minutos, vou votar e já volto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) - Com a palavra o Relator, Senador Abdias Nascimento.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO - Sr. Presidente, Sr. Embaixador, foi muita generosidade do Senador Romeu Tuma dizer que tenho profundo conhecimento. Isto não é verdade. Eu apenas participei da luta de libertação da Namíbia. Estive trabalhando com a ONU em vários eventos, e no dia da independência eu era um convidado do Presidente Sam Nujoma, que aliás foi meu colega de Sexto Congresso Pan-Africano em Dar Es Salaam em 1974. Assim é que eu tenho realmente uma vinculação com esse processo.

Também esteve aqui no Brasil várias vezes e também no meu exílio - estivemos juntos em vários outros países – o Ministro das Minas e Energia Andimba Toivo Ya Toivo.

O SR. ORLANDO GALVÊAS OLIVEIRA - Continua, Excelência.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO - Pois bem, nós nos encontramos, eu no exílio e ele também, nos Estados Unidos, em Angola e em vários outros países, e ele esteve aqui no Brasil já várias vezes, mesmo depois da independência da Namíbia, tratando exatamente de conseguir esses acordos com o Brasil a respeito de cooperação, etc., mas eu não vi, pode ser que tenha me escapado, porque às vezes alguma coisa escapa nas propostas dos Embaixadores, eu não vi o Embaixador tocar numa questão fundamental, que é a questão da cultura. A cultura, as relações de cultura do Brasil com a Namíbia. Eu creio que isso merecia um trabalho bem profundo e detalhado, porque é um aspecto fundamental da luta e das preocupações dos países africanos em relação ao Brasil também. Nós sabemos que o Brasil tem por lá um crédito extraordinário porque nós temos uma grande afinidade de sangue, de história, etc., mas as questões culturais nunca atingem um grau de coisa concreta, ficam simplesmente na declaração de intenções. E eu queria insistir neste ponto e ver se o Embaixador poderia dar alguma perspectiva, alguma pista do que ele tem em mira fazer nesse setor das nossas relações culturais.

Eu não tenho muitas perguntas porque realmente quanto aos acordos de nível econômico, eu não sei por exemplo a questão da ajuda do Brasil ou da colaboração do Brasil no sentido energético, que andaram aqui tratando dessas questões da eletricidade, da construção de navios, creio que eles tinham interesse em tentar com o Brasil a construção, eu não sei em que pé estão esses itens das nossas relações. Creio que seria uma informação muito importante para que pudéssemos também colaborar ou informar sobretudo em relação à comunidade desse País, eu sou muito questionado, eu, a Senadora Benedita da Silva somos muito questionados, eles querem saber o que o Brasil faz em relação aos países africanos, porque parece que o Brasil se descuida muito ou então fala apenas retoricamente sobre esses nossos laços, mas não define nenhuma política africana concreta. Eu gostaria de ouvir se há alguma coisa a ser dita a esse respeito, Sr. Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) - Com a palavra o Embaixador Orlando Galvêas, para suas considerações complementares.

O SR. ORLANDO GALVÊAS OLIVEIRA - Antes de qualquer consideração, eu gostaria de dizer da minha satisfação e do meu prazer em que tenha caído a relatoria com V. Exª, que conhece profundamente o assunto, um africanista que tem lutado por esses ideais de desenvolvimento, de cooperação do Brasil com a África em geral. Fico muito feliz que a Namíbia ocupe nesse universo um lugar muito especial.

O Presidente Sam Nujomo esteve no Brasil antes mesmo da independência da Namíbia, em 1987, como Presidente da SWAPO. Em 1989, o Brasil abriu um escritório de observação em Windhoek, para acompanhar o processo de independência. Em 1990, com a independência, o escritório de observação foi transformado em embaixada. Em 1994, a fragata Niterói foi o primeiro navio de guerra estrangeiro a entrar no porto de Walvis Bay, com a reintegração de Walvis Bay à Namíbia. Há várias surpresas no relacionamento do Brasil com a Namíbia, e sinto muito ter deixado, talvez, algumas dessas surpresas de fora, sem mencionar. Mas, naturalmente, o universo de relações do Brasil com a Namíbia é importante, as relações entre os dois têm se desenvolvido com grande rapidez - infelizmente, às vezes, de maneira não tão rápida ou tão completa quanto se desejaria. O objetivo é exatamente fazer com que essas relações se desenvolvam nesse sentido.

Quanto à cooperação em educação e cultura, espero que se possa partir da base já existente, que é o acordo de cooperação nessa área, para se construir uma cooperação dinâmica e forte, como deve ser.

Quanto à formação de pessoal, V. Exª mencionou a questão de energia. Temos um acordo de cooperação técnica que pode servir nessa direção, para formação de pessoal, sobretudo em produção de energia, distribuição de energia, administração de energia. Mencionei o memorando de entendimento com a Embrapa, do Ministério da Agricultura, que levou três missões da Embrapa à Namíbia para levantamentos e um melhor conhecimento da situação de agricultura no norte do país. Essa região se presta mais à agricultura, é mais povoada, inclusive vizinha à Angola, outro país que ocupa uma posição muito importante no nosso relacionamento com a África por várias razões, por herança, pela importância de Angola no continente.

Outra cooperação importante que prestamos à Namíbia foi o levantamento hidrográfico do porto de Walvis Bay, que deve ser o porto mais importante do país. É o único porto de águas profundas, entre Lobito e Cidade do Cabo, por exemplo. O porto da Cidade do Cabo, não fosse aquele o Mar das Tormentas, pode ter o uso prejudicado durante uma parte do ano por questões climáticas. No ano passado, estive na Cidade do Cabo para receber navios brasileiros que tinham ido à África do Sul - navios de guerra. O comandante do grupo-tarefa me disse que houve momentos em que pensou que os navios não voltariam à posição inicial, pois, uma vez que a inclinação passa de 30 ou 40 graus, ou algo assim, o navio não volta à posição vertical. E disse ele que, em muitos momentos, teve medo de que isso acontecesse, ou ainda, que não acontecesse a volta à posição normal. Todavia, esse porto é fundamental para o desenvolvimento da Namíbia. Ele, ligado ao corredor de Maputo, pela Transkalahari, forma um eixo que passa pelas regiões mais desenvolvidas e industrialmente mais importantes do continente.

Eu gostaria de tocar em todos os pontos importantes para o Senador, mas sei que, necessariamente, uma coisa ou outra ficará sempre para ser tratada a qualquer momento que V. Exª. desejar.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO - V. Exª já me satisfez plenamente. Muito obrigado a V. Exª e desejo que seja feliz na sua missão, e ainda, por seu intermédio, quero transmitir também as minhas saudações a esses meus amigos, mais que meus amigos, mais do que meus amigos, o meu irmão Toivo Ya Toivo e ao Presidente Sam Nujoma.

O SR. ORLANDO GALVÊAS OLIVEIRA - Eu não sei se V. Exª. transformará essas saudações em uma visita numa ocasião próxima. O que certamente ajudaria muito o trabalho da Embaixada.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO - Bom; dependendo aqui de o Senado me conceder os caminhos, irei com muito prazer; será uma alegria poder ir até lá.

O SR. ORLANDO GALVÊAS OLIVEIRA - Espero que isso aconteça, Senador.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO - Muito obrigado; é o que também espero.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) - O nobre Senador Agripino Maia se inscreve para uma intervenção à exposição do eminente Embaixador.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO MAIA - Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, Ministro Orlando Galvêas, não tenho pergunta alguma até porque não pude estar presente ao início da exposição de V. Exª. Não pude ouvi-lo, mas, seguramente, estou convencido de que deve ter sido uma exposição bem feita até porque o Ministro Galvêas serve atualmente, ou servia, em Pretória, que é o mais importante dos países do Continente africano e que baliza muito as relações do Brasil com os demais países daquele Continente. Desse modo, a escola do Ministro Galvêas foi a melhor que ele poderia ter. Primeiro, porque S. Exª conheceu, na África do Sul, as áreas de interesse do Brasil com aquele país e, pela permanência no Continente africano, as relações, os interesses do Brasil com os restantes países africanos. E S. Exª sabe, como eu sei, que a missão fundamental de um Embaixador do Brasil em qualquer país da África não são nem as relações econômicas, que são importantes, evidentemente, não são nem ao menos as relações comerciais ou culturais, mas, fundamentalmente, as relações políticas. Porque o Brasil é parceiro permanente, além dos países da América Latina, dos países africanos. O Brasil, que é um País emergente, que tem uma posição de destaque no contexto internacional, precisa de parceiros para conquistar, em alguns momentos, vitórias e posições no contexto internacional, no Conselho de Segurança da ONU e em outros postos.

Por essa razão e tendo em vista até as observações feitas pelo Ministro Orlando Galvêas, é que digo que a presença de S. Exª na Namíbia será positiva para as relações do Brasil em todos os campos: no econômico, no cultural, no comercial, mas, principalmente, no campo político, onde a presença de S. Exª trará, com certeza, a parceria da Namíbia para os interesses do Brasil, que são entendidos como interesses de países de terceiro mundo, países pobres, nossos parceiros, que precisam de um aliado para defender interesses comuns. A meu ver, é essa - falando português claro e muito francamente - a grande importância do Brasil nesses países africanos. Sem menosprezo, sem demérito das demais relações, repito, comerciais, culturais, econômicas, as relações políticas são fundamentais. E, pela experiência do Ministro Orlando Galvêas, sei que S. Exª exercerá com perfeição a sua atividade como Embaixador - que será porque merecerá a nossa aprovação – do Brasil junto à República da Namíbia. Por essa razão, uso da palavra para manifestar a ele o meu desejo de que tenha, à frente desse novo posto, o seu melhor êxito.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) - Com a palavra a Senadora Benedita da Silva.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu não poderia deixar de me manifestar. Não tenho nenhuma pergunta.

Lamento profundamente não ter ouvido a exposição por estar em uma outra comissão. Mas, pelo seu currículo e pelo fato de ter prestado serviços em Pretória, temos certeza de que terá êxito.

Gostaria de mais uma vez dizer da importância do relacionamento do Brasil com os países africanos. A Namíbia foi uma referência muito importante para a mobilização de nós afro-brasileiros e de todos nós que estamos interessados na democracia e na liberdade. As nossas relações culturais, em um primeiro momento, estreitaram a nossa amizade, mas as relações comerciais são também relevantes politicamente, porque, na medida em que temos como referência comercial esses países empobrecidos após várias lutas, revoltas e guerras, damos uma demonstração de que a nossa cooperação não tem um sentido paternalista nem serve apenas para o cumprimento do protocolo. São compromissos aprofundados nas relações raciais, nas relações culturais e comerciais, o que é importante para que esses países possam crescer e desenvolverem-se.

Então, é importante termos uma representação de tal envergadura. Conhecemos a história de Pretória, toda a luta ali passada. Sabemos que o Brasil lutou contra o **apartheid**. Há um desejo profundo de nós afro-brasileiros de que o Brasil tenha o maior e melhor desempenho nas relações com os países africanos.

Ao saudá-lo, prestamo-lhe o nosso apoio. Queremos que a nossa representação se faça presente. Essa relação política é muito importante. Desejamos que os Parlamentos estejam integrados. Alguns de nós já tivemos a iniciativa - tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado - de criar frente parlamentar com esses países africanos. Mas é importante que o Embaixador estreite os nossos laços, para que possamos contribuir, para que possamos ajudar o Poder Executivo na implementação de políticas que fomente entendimentos com a participação do Governo e do Congresso Nacional Brasileiro.

Quero cumprimentá-lo e, mais uma vez, pedir minhas desculpas por não ter podido ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) - Eu consulto os nobres Senadores se mais algum deseja fazer alguma argüição ou qualquer ponderação.

Não havendo quem queira usar da palavra, consulto o eminente Ministro se gostaria de tecer algumas considerações complementares.

O SR. ORLANDO GALVÊAS OLIVEIRA - Muito obrigado. Eu apenas gostaria de acrescentar ao que a Senadora Benedita disse que - como eu disse ao Senador Abdias - espero que não só em Pretória eu tenha o prazer de cumprimentá-la, mas, transformando-a em ação, cumprimentá-la também, o que seria um fato muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) - Agradeço a presença do eminente Ministro Galvêas.

Passaria ao item 4, com a mensagem presidencial, quando S. Exª o Sr. Presidente da República submete à apreciação do Senado o nome do Sr. Antonio Augusto Dayrell de Lima, que convidaria para se sentar aqui conosco. Eu pediria à nobre Senadora Emilia Fernandes que apresentasse o relatório.

A SRª EMILIA FERNANDES - A Constituição atribui competência privativa ao Senado para examinar previamente a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Estamos atendendo à indicação do Presidente da República, cumprimentando o Sr. Antonio Augusto Dayrell de

Lima, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à comunidade da Austrália, segundo encaminhamento desta Casa.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou um currículo do interessado. Segundo o referido documento, nasceu em Liverpool, no Reino Unido, a 29 de março de 1943, e é filho de Everaldo Dayrell de Lima e Iolanda Dayrell de Lima.

O indicado é brasileiro, de acordo com o art. 129, item 2, da Constituição de 1946, e fez, no Instituto Rio Branco, os seguintes cursos: curso de preparação à carreira de diplomata; curso de prática diplomática e consular; curso de treinamento e aperfeiçoamento para chefes de setores de promoção comercial; e curso de altos estudos.

Na carreira de diplomata foi sucessivamente Terceiro Secretário, em 1967; Segundo Secretário por merecimento, em 1969; Primeiro Secretário por merecimento, em 1965; Conselheiro por merecimento, em 1979; Ministro de Segunda Classe por merecimento, em 1986; Ministro de Primeira Classe por merecimento, em 1998.

Dentre os cargos e missões de relevância para o País desempenhados pelo diplomata em questão, cabe destacar: Chefe da Divisão de Organismos Internacionais, de 1989 a 1991; Chefe da Divisão Especial de Pesquisa e Estudos Econômicos, de 1985 a 1986; Coordenador Executivo do Gabinete do Ministro de Estado, de 1986 a 1987; Diretor-Geral do Departamento de Temas Especiais, de 1994 a 1998; e serviu em Bruxelas, Nova Iorque, Paris, Roma, República de San Marino e Copenhague.

Participou de comitês consultivos, grupos de trabalho, conferências e reuniões internacionais, e recebeu várias condecorações nacionais. E, tendo em vista a matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório, que, a nosso ver, contém as informações necessárias à deliberação dessa comissão sobre a indicação feita pelo Sr. Presidente da República.

Desejaríamos ouvir neste momento o Sr. Augusto.

Esse é o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) - Com a palavra o eminente Ministro Antonio Augusto Dayrell de Lima.

O SR. ANTONIO AUGUSTO DAYRELL DE LIMA - Sr. Presidente, muito obrigado Srª Relatora. Srªs e Srs. Senadores, vou abordar, no tempo que me é dado de dez minutos, treze idéias centrais, pedindo, portanto, indulgência das Srªs e Srs. Senadores para o caráter muito sintético da minha exposição, que está em larga medida explicitada e implementada pela nota técnica de dezoito páginas. Não iria castigar a paciência dos senhores aqui repetindo tudo que está escrito, mas não me furto, evidentemente, aos questionamentos de V. Exªs, se julgarem necessário fazer, depois da minha fala.

Em primeiro lugar, eu diria que existem vários pontos em comum, por surpreendente que seja, entre o Brasil e a Austrália. E não estou falando aqui de cangurus, mas simplesmente do fato de que são os únicos países continentais do hemisfério sul ao mesmo tempo tropicais, subtropicais e temperados, com recursos naturais abundantes, multiculturais e multiétnicos, ambos ex-colônias, com menos de 200 anos de independência, dotados de população jovem, potências médias, com grande credibilidade internacional, pois sempre foram amantes da paz, não-hegemônicos, em busca de uma certa inserção internacional, que é prejudicada por sua posição geograficamente excêntrica no cenário internacional.

Essas similaridades são importantes. Talvez o Brasil tenha sido o único país da América Latina a participar com igual empenho e mandando efetivos na Segunda Guerra Mundial. Isso é um ponto a favor.

Mas as similaridades cessam, se cotejarmos certos indicadores sócio-econômicos. Os indicadores que estão referidos no papel que distribuí - vou me referir apenas a quatro - mostram que a Austrália é definitivamente um país do Primeiro Mundo: 99% de alfabetização adulta; 465 carros por mil habitantes; o índice de mortalidade infantil é seis por mil, o máximo é quatro; 1,6 habitantes por aparelho de televisão e segundo país no mundo - e alguns dizem que vai ultrapassar os Estados Unidos - em matéria de utilização **per capita** de computador.

Os dados econômicos reforçam a impressão de que a Austrália é uma ilha de prosperidade e estabilidade na zona da Ásia Pacífica.

Com 18 milhões de habitantes é um PIB que é o 13º no mundo, de US$389 bilhões de dólares, a Austrália tem uma renda **per capita** maior do que o de sua antiga metrópole, o Reino Unido, e uma riqueza nacional que é, hoje em dia, gerada essencialmente pelos setores de serviços, 70%, em vez dos setores tradicionais de agricultura e de mineração, que eram o essencial da sua riqueza, 8%. É, portanto, um país que soube se modernizar, que sempre esteve na ponta da ciência e da inovação tecnológica e que soube angariar sete Prêmios Nobel de cunho científico.

O Governo atual, o Governo Howard, liberal-conservador, no poder desde 1996, procurou reforçar essa sensação de estabilidade estrutural, na medida em que transformou o déficit público em superávit, reduziu a inflação de 1,5% ao ano e inaugurou um programa de redução da dívida externa para o máximo de 10% do PIB no ano 2000. Este talvez seja o ponto mais fraco - a dívida externa - porque a fraqueza estrutural da Austrália sempre foi com efeito viver um pouco acima dos seus meios, como comprova a Balança de Pagamentos aqui explicitada no documento.

Os dois maiores fatores que influenciam o comércio exterior australiano são, como nós, a globalização e o crescimento da Ásia Oriental. As suas exportações ainda obedecem um certo modelo antigo de produção. São produtos de base, dos quais se sobressaem os minérios, o carvão, o petróleo e o ouro, que compram um percentual elevado de bens de consumo e maquinária, provenientes essencialmente do Japão, Estados Unidos e Ásia.

O crescimento da Ásia Oriental a afeta, na medida em que aproximadamente 60% das suas exportações se destinam à Ásia.

Os dados políticos também confirmariam uma certa estabilidade estrutural, na medida em que a Austrália tem um sistema político democrático e pluralista, em que os velhos partidos se revezam no poder por longos períodos. Esse revezamento se faz, como no modelo britânico, entre conservadores e trabalhistas. O Governo também adota uma política externa que se pretende moderna. Após um longo período de dependência externa, com relação à política externa do Reino Unido, existe o reconhecimento de que a Austrália tem interesses globais - leia-se: o remanescente dos laços com o Reino Unido -, mas seus interesses econômicos mais importantes se encontram na região da Ásia Pacífica. Existe, portanto, um pragmatismo que reconhece a importância das inter-relações entre Leste Asiático, China, Estados Unidos e Japão com a Austrália.

Esse quadro, até agora róseo, esconde outra realidade que reflete uma certa indecisão nacional no tocante a escolhas fundamentais da Austrália como país. São crises realmente existenciais, de identidade, muito sentidas nacionalmente, que - e não vou entrar em detalhe; estão razoavelmente explicitados nesse documento - se referem

essencialmente à questão da inserção ou isolamento da Austrália na própria Ásia, isto é, um país ocidental na esquina da Ásia. A questão fundamental para os australianos da relação com a população aborígene, a questão que corresponde a um desgarramento paulatino que vem ocorrendo desde a I Guerra Mundial com relação aos moldes monárquicos de governo para uma república, porque a Austrália é uma monarquia governada pela rainha da Austrália, Elisabeth II, e uma questão social frente a problemas de orientação econômica que têm alguns elementos a que me referi anteriormente.

São perspectivas imediatas difíceis, em função da globalização, das repercussões negativas da crise econômico-financeira e asiática, das crises imediatas de instabilidade política e insegurança na região – incluindo-se vários aspectos e alguns nos tocam de perto, por exemplo, a questão do Timor Leste – e da corrosão interna que esses condicionantes todos geram.

Nesse contexto, há um espaço político para alternativas, do ponto de vista da Austrália como País. A Austrália, se for conseqüente, não deve pôr todos os seus ovos no mesmo balaio internacional e a América Latina tem sido apontada como a grande beneficiária da crise asiática com o aumento, inclusive, de 30% dos investimentos diretos, em 1997. Hoje somos, de certa forma, como região, um exemplo de estabilidade no mundo, por mais incrível que isso pareça.

Nesse contexto mais amplo, existem várias oportunidades de aproximação entre o Brasil e a Austrália, e o Brasil, de longe, é o parceiro latino-americano da Austrália mais expressivo em matéria de comércio exterior. O comércio bilateral tem aumentado consideravelmente, nossa pauta de exportações é, inclusive, diversificada.

Os senhores verão, aqui neste trabalho, que as aproximações diplomáticas econômicas espontâneas têm sido muitas. Não citarei todas, mas darei um exemplo: a Embraer abre um escritório, no mês que vem, em Melbourne. Uma companhia de mineração australiana – BHP – tem interesses fortíssimos na área e, por meio de sua subsidiária Samar, compra acima de 7% do consórcio que está construindo o gasoduto Brasil-Bolívia.

Há uma ampla palheta de perspectiva econômica que se abre de lá para cá e vice-versa, se virmos as oportunidades comerciais que irão surgir nessa perspectiva de aproximação. Há então que explorar o aumento do conhecimento mútuo e rejeitar certos estereótipos coloniais, incrementando as potencialidades de interesse para ambos os países nesse momento de indefinição política australiana.

Aqui, talvez eu possa fazer uma citação histórica. O fundador da nacionalidade australiana foi o Governador Phillip, marinheiro que levou 11 barcos com degredados australianos para Sydney. Essa frota fez escala no Rio de Janeiro porque, conseqüentemente à independência norte-americana, não havia mais possibilidade de mandar os vários prisioneiros que estavam nas prisões-barco, em torno da Inglaterra, para as antigas colônias na América do Norte. Tentaram negociar com os portugueses o envio de degredados para cá, mas não conseguiram. Porém, o Governador Phillip tinha, inclusive, servido à Coroa Lusitana, fazendo com sucesso várias incursões na Colônia de Sacramento e obteve sua promoção graças à interveniência de Dona Maria junto à Coroa Britânica. Voltou, assim, ao Rio de Janeiro liderando uma frota de 11 navios que ancoraram lá – os prisioneiros, evidentemente, não saíram. Deram uma volta no porto do Rio, gostaram muito da cidade e embarcaram 150 barris de cachaça brasileira, que são destampados na chegada a Sidney, quando se inaugura a primeira colônia australiana. Portanto, somos responsáveis pela primeira exportação mundial para a Austrália e também contribuímos com algum calor brasileiro para a criação da nacionalidade australiana.

Poderia falar de Papua Nova Guiné, mas, como são postos cumulativos, creio que seria um pouco exagerado.

Estou, também, à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) - Agradecemos a exposição inicial do eminente Ministro Antônio Augusto Dayrell de Lima. Gostaria de comentar que tive o privilégio de visitar a Austrália, em 1993, quando conheci algumas de suas principais cidades, como Sidney, Melbourne e Adelaide. Constato a veracidade e a propriedade da exposição de V. Exª nesta Casa. Realmente, há muita semelhança e muito interesse no estreitamento das relações, não só comerciais, mas políticas e culturais do Brasil com a Comunidade Australiana. Estamos convencidos de que a presença de V. Exª será um marco firme do Brasil nessas relações.

Antes de dar continuidade ao trabalho, devolvo a Presidência ao eminente Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Passo a palavra à Senadora Emilia Fernandes, como Relatora.

A SRª EMILIA FERNANDES - Quero acrescentar ao relatório que já apresentamos os cumprimentos ao ilustre Ministro, não apenas pela sua brilhante carreira como diplomata, por sua ascensão, que se deu por merecimento, mas também pelo excelente trabalho com que nos brinda. São dezoito páginas que, realmente, nos dão um conhecimento bastante detalhado e profundo do país que V. Exª irá representar.

Queremos dizer, ainda, que esse relacionamento, na evolução do comércio Brasil/Austrália, ocupa um papel muito antigo. V. Exª nos lembra que já em 1945, quando a Austrália possuía oito representações em diferentes países, havia uma no Rio de Janeiro. Isso demonstra a grande responsabilidade que V. Exª terá de aprofundar esses laços, não apenas sob o ponto de vista diplomático e comercial, mas também em todas as outras questões: cultural, educacional etc. Resta-nos, apenas, cumprimentá-lo pelo trabalho que nos apresenta hoje e desejar-lhe sucesso e êxito na missão que vai desempenhar daqui para a frente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Com a palavra o Senador Artur da Távola. Posteriormente, a Senadora Benedita da Silva.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Sr. Embaixador, também quero cumprimentá-lo pela magnífica síntese corroborada pelo documento analítico que deixa com esta Comissão. Rapidamente, tendo em vista as peculiaridades da reunião de hoje e o que V. Exª citou sobre as crises prováveis com o Timor Leste, gostaria que V. Exª fizesse um paralelo entre a posição brasileira e a da Austrália, se for possível.

O SR. ANTONIO AUGUSTO DAYRELL DE LIMA - Evidentemente, a própria situação de, digamos assim, estranhamento internacional com relação à extrusão do colonialismo português e, naquele momento, a ocupação indevida do território do Timor Leste, causa um constrangimento internacional muito grande porque não intervêm as duas potências internacionais que poderiam ter brecado essa situação: a China por um lado e a Austrália por outro. A Austrália tem interesses extremos na Indonésia que vão, não só da ordem comercial, econômica e investimentos fundamentais que faz ali como toda região, como também preocupações estratégicas óbvias, porque se V. Exª vir o mapa verificará que é o país, com a Papua Nova Guiné, que está mais perto do território australiano, uma parte do qual era inclusive até território australiano antes da

subida das águas, depois das glaciações, tanto que encontramos canguru na Nova Guiné, por exemplo, e outras coisas parecidas nas ilhas perto da Indonésia.

A verdade é que existe uma grande expectativa em relação à modificação do tratamento que a Indonésia está dando à questão da Timor Leste, na medida em que a instabilidade política da Indonésia favorece isso, e a Austrália sempre esteve nessa posição, eu diria, delicada de ser ao mesmo tempo a ponta de lança nessa questão, a Frentilin está em Canberra, o Ramos Horta está Canberra e, ao mesmo tempo, existe uma esperança muito grande de que uma modificação natural ocorreria nesses Estados.

Acredito que a postura brasileira também segue um pouco no mesmo sentido, inclusive incrementada pelo fato de que existe um problema de lusitanidade implícito que nós sempre tomamos a dianteira. Não sei se respondi a todos os aspectos, mas eu diria que um assunto delicado como esse ser tratado em uma reunião aberta é difícil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Se V. Exª precisar dar alguma explicação reservada podemos tomar providências.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DAYRELL DE LIMA - Penso que não há necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - De preferência V. Exª precisa informar aos Srs. Senadores.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DAYRELL DE LIMA - Já foi o suficiente para entender.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Senadora Benedita da Silva.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Sr. Embaixador, eu gostaria de cumprimentá-lo também. Precisei ausentar-me por um instante exatamente no momento em que V. Exª falava sobre as questões das relações raciais.

Sabemos que existe hoje um grande número de brasileiros vivendo fora do País, e eu gostaria de compreender um pouco como essas relações raciais estão acontecendo. À medida em que o número de brasileiros aumenta temos uma cultura altamente diversificada, e como teríamos condições de integrá-la ao comércio, não apenas ao turismo, fazendo-se reconhecer, mas também como integrá-la dado o fato que ainda não sabemos quais as similaridades ou diferenças existentes nas culturas manifestas e a cultura brasileira.

Temos uma miscigenação enorme, passamos por um período difícil em que praticamente se queria criar naquela cultura uma única cultura, quase que eugenia, foi um processo, pelo menos pela leitura que temos feito; delicado, mas hoje estamos num outro patamar e gostaria muito de saber sobre essas nossas relações culturais e quanto elas poderiam contribuir no estreitamento do nosso comércio.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DAYRELL DE LIMA - Senadora, há vários aspectos curiosos. Austrália é um país, sem querer fazer graça, onde o índio é negro, a população indígena é considerada negra, quer dizer, são chamados de negros. É um país em que a imigração recente é asiática, e inclusive há um problema de inter-relacionamento que não fica muito claro. O que é visível, em primeiro lugar, é que os aborígenes e os ilhéus daquelas pequenas ilhas do estreito entre a Indonésia, a Papua Nova Guiné e a Austrália são 1,5% a 2% da população, e são justamente a única faixa no Primeiro Mundo a que me referi. Essa faixa é tão prejudicada, que inclusive a expectativa de vida deles é 20% menor do que a média nacional.

Isso, evidentemente, não tem uma equivalência com o caso brasileiro, porque a colonização anglo-saxã teve sentido diferente do da portuguesa, e se verificarmos a Austrália, veremos muito pouca miscigenação, não existe a figura do miscigenado. Trata-se de um multiculturalismo e uma multietnicidade que coexistem, na medida do possível, com a maior abertura e correção, mas não há integração. Essa é a diferença essencial entre Brasil e Austrália, em termos de comparação étnica. Temos enzimas mais poderosas, sem sombra de dúvida.

No caso da colonização australiana, mais recente inclusive, houve, de fato, uma tentativa de barrar a entrada de pessoas — principalmente de orientais — que não fossem brancas, inclusive com a instituição de testes de ditado. Evidentemente, as pessoas não sabiam Inglês o suficiente para fazer um bom teste dessa natureza. Era a chamada **White Australia**...

O SR. ABDIAS NASCIMENTO - Sr. Embaixador, eu gostaria de lembrar que o Brasil praticou essa mesma política, também proibindo asiáticos, negros e judeus.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DAYRELL DE LIMA - Não há dúvida, mas os resultados estão aí. É difícil fazermos comparações.

Isso é público e notório, existindo dentro dos governos mais recentes australianos preocupação muito grande no sentido de redimir esse passado ruim em relação aos aborígenes — povos indígenas locais — e também ao multiculturalismo mais recente, o que não impede que haja movimentos políticos, na França, e que **Poline Handson**, populista de direita na Austrália, agite o espantalho do perigo amarelo ciclicamente, como está fazendo nos últimos dias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Pergunto se mais algum Senador deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)

O SR. ABDIAS NASCIMENTO - Eu gostaria de fazer uma última pergunta. Existe a versão de que o **apartheid** da África do Sul foi copiado do da Austrália. Nos congressos internacionais de que tenho participado, como o Sexto Congresso Hispano-Africano, a representação de negros vindos da Austrália faz as mesmas condenações que faziam os negros da África do Sul contra o governo daquele país, que praticava o **apartheid**. O Brasil tem alguma posição para também condenar esse tipo de política racista que existe na Austrália?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DAYRELL DE LIMA - Eu gostaria de deixar claro que tudo a que me referi, respondendo a pergunta da Senadora Benedita da Silva, a situação australiana é completamente diferente da ocorrida na África do Sul. Nunca houve uma institucionalização do racismo nos moldes do **apartheid** sul-africano. É evidente que o sentido histórico da colonização que existia na Austrália é diferente do sentido histórico da colonização do Brasil, o que não exime as culpas de parte a parte. Contudo, dizer que a sociedade australiana é uma sociedade racista seria mentir. Seria mentir em termos das realidades. O racismo existe...

O SR. ABDIAS NASCIMENTO - Sr. Embaixador, em matéria de graus do racismo, V. Exª pode discutir, mas racismo é racismo, não importando o grau em que ocorra. Não estou dizendo que são iguais, pois isso seria impossível. Cada nação tem o seu processo histórico diferente. Mas quero dizer que existe também um problema de injustiça social, racismo muito amplo na Austrália. Eu gostaria de saber se o Brasil, que tem sempre condenado esse tipo de política nos outros países, também a condena na Austrália. A máscara que lá existe não erradica uma realidade, é como o Brasil, um país também racista. Vemos que nosso sistema de educação é, até hoje, racista. Com todos os avanços que tem havido – sou o primeiro a assinalá-los –, existe aqui um racismo sistemático, institucionalizado no campo da educação e da cultura.

Naturalmente, é difícil que os funcionários do Itamaraty entendam isso, porque não sofrem o problema na própria carne. Mas os milhões de brasileiros afrodescendentes sofrem e podem muito bem apontar as áreas sensíveis onde são humilhados, oprimidos e descriminados. Assim, o Brasil tem que

se colocar como um pais africano porque é africano na sua maioria, é africano na formação da sua própria alma. Ainda ontem, no concurso do Prêmio Cruz e Souza* que aqui está sendo feito, houve um relatório extraordinário. Cruz e Souza, por exemplo, dada a pressão da sociedade dominante, que quer ser européia e branca, sempre foi tido como um poeta negro que queria ser branco. Por meio da pesquisa feita por esse concurso realizado pelo Senado, vemos que, muito pelo contrário, ele é um poeta negro e africano. Lá está muito bem documentado porque isso será publicado.

Essas máscaras e aparências não devem absolutamente iludir quem quer procurar as verdades e realidades concretas. Peço a V. Exª que olhe isso de outra maneira. Se olharmos da forma convencional, o Brasil também é a maravilha, o modelo de nacionalidade. E não o é! O Brasil não é absolutamente nenhum modelo de relação ética. Este País tem a sua maioria oprimida, como a maioria negro-africana da África do Sul. Temos de livrar o Brasil desse tipo de comportamento, mas não podemos fazê-lo de forma ligeira, falseando uma realidade.

O apelo que faço a V. Exª é que olhe a questão da Austrália de outra maneira. Senão o Brasil vai coonestar, será um cúmplice do que lá se pratica, como muitos outros o foram quanto ao que se praticou na África do Sul e na Namíbia. Agradeceria a V. Exª se desse mais atenção a esse assunto.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DAYRELL DE LIMA - Muito obrigado, Senador Abdias Nascimento. Sem sombra de dúvida, darei maior atenção a esse aspecto. Confesso que o debate em torno dessas questões na Austrália é um dos momentos mais importantes do problema australiano. A questão aborígine começa, nos anos 60, a ser tratada de maneira conseqüente no plano dos direitos humanos e, agora, entramos em uma fase crucial em que estamos efetivamente comprovando uma mudança de pensamento nas gerações mais novas. Eu levarei em conta, certamente, o que o senhor acaba de me dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Peço a V. Exª que aguarde a votação. Convido o Ministro José Olympio Rache de Almeida a comparecer à Mesa e solicito ao Senador José Agripino que relate o ofício do Senhor Presidente da República, indicando o nome do Ministro de 1ª classe, José Olympio Rache de Almeida, para Embaixador junto à República da Finlândia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, a Comissão de Relações Exteriores recebe a mensagem presidencial que submete à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. José Olympio Rache de Almeida, Ministro de 1ª classe, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia.

Eu gostaria de, sucintamente, apresentar aos membros da Comissão os elementos básicos da formação do Sr. Ministro José Olympio para conhecimento e definição dos Srs. Senadores. O indicado concluiu o curso de preparação para a carreira de diplomata no Instituto Rio Branco e foi, sucessivamente, promovido a 3º Secretário, em 1954; a 2º Secretário, por antigüidade, em 1961; a 1º Secretário, por merecimento, em 1966; a Conselheiro, por merecimento, em1973; Ministro de 2ª classe, em 1976; e Ministro de 1ª classe, por merecimento, em 1985. Dentre os cargos e missões de relevância desempenhados pelo diplomata, cabe destacar: - Ministro-Conselheiro de 1977 a 1984, em Londres, onde também foi Chefe do setor multilateral de 1977 a 1979. Foi encarregado de negócios da Embaixada do Brasil em Londres de 1979 a 1982, Embaixador em Belgrado de 1987 a 1991; em Berna, Suíça, de 1991 a 1994; em Dublin, de 1994 a 1996. Exerceu a missão encarregada de negociar o acordo tripartite de salvaguardas com a República Federal da Alemanha e a Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena, em 1976, como membro. Participou, como chefe da 1ª Reunião do Grupo Preparatório para Negociação do Novo Acordo Internacional do Trigo, em 1977, em Londres. Igualmente, chefiou a 11ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Cacau, em Londres, em 1978. Foi Delegado na 4ª Sessão Especial do Conselho da Organização Internacional do Açúcar, em Londres, em 1978; Subchefe da 13ª Conferência Geral da Unesco, ocorrida em Sofia, na Bulgária, em 1975; Chefe da Delegação do Brasil na Reunião da Comissão Cultural Mista Brasil/Argentina, em 1985, em Buenos Aires; Chefe da Delegação da Reunião da Comissão Cultural Mista Brasil/República Federal da Alemanha, em Brasília, em 1986; Chefe das Delegações da Reunião da Comissão Cultural Mista Brasil/ Portugal, em Lisboa, em 1986, Brasil/Uruguai/Montevidéu, em 1986, Brasil/Itália, em Brasília,1986, Brasil/Bélgica, em Brasília, em 1987. É portador da ordem do mérito naval do Brasil, da ordem do Rio Branco, do grau de grande oficial do Brasil , das medalhas do mérito Santos Dumont, Lauro Müller, de Tamandaré da Marinha, ordem do Infante D. Henrique, Gran-Cruz de Portugal; Ordem do Libertador San Martin, na ordem de Cavaleiro na Argentina; Ordem do Mérito Oficial, no grau de Oficial da Alemanha; Ordem do Sol, no grau de Oficial do Peru; Ordem da Coroa, como Cavaleiro da Bélgica; Ordem do Mérito do Grão-Ducado de Luxemburgo como Oficial; Ordem do Mérito, como Grande Oficial na França; e Ordem de Maio ao Mérito, no grau de Grande Oficial da Argentina.

São esses os dados que nos cabem relatar.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Sr. Embaixador, tem V. Exª o tempo que julgar necessário para expor preliminarmente o seu parecer a respeito da representação.

O SR. JOSÉ OLYMPIO RACHE DE ALMEIDA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, direi aqui algumas palavras muito rápidas sobre o posto para o qual o Presidente da República houve por bem me designar.

A Finlândia é um país de 5 milhões de habitantes, com uma capital, Helsinque, de 500 mil habitantes. Como foi uma colônia sueca durante muitos e muitos séculos, curiosamente - ou não curiosamente -, os idiomas oficiais do país são o finlandês e o sueco, que ainda é falado por uma minoria de 7% da população.

A Finlândia é uma democracia parlamentar, com uma constituição republicana. Do século XII até 1809, fez parte do Reino da Suécia e em 1809 foi anexada à Rússia como Grão-Ducado autônomo, sendo o Tzar da Rússia o seu Grão-Duque. Independente desde 6 de dezembro de 1917, a constituição de 1919 permanece em vigor até hoje. O Presidente é o chefe de Estado. O Presidente atual tomou posse em 1º de março de 1994, e o Parlamento é unicameral: tem 200 cadeiras, das quais 67 são ocupadas por mulheres.

Eu diria, no quadro das relações entre Brasil e Finlândia, que, no passado recente, houve um impulso muito grande, muito bem-vindo e muito positivo. No ano de 1996, a Ministra das Relações Exteriores da Finlândia visitou o Brasil. Um ano depois - faz um ano agora -, o Ministro Lampreia fez uma visita a Helsinque, num preparativo das medidas que se tomaram logo a seguir, todas elas muito claras e positivas, para intensificar as relações comerciais e econômicas. Em fevereiro do ano passado, o Presidente da República da Finlândia veio ao Brasil e trouxe com ele uma significativa comissão de empresários que visitou diversos centros industriais brasileiros, especialmente composta por representantes dos setores da mineração, das telecomunicações, da celulose e do papel, setores tradicionais da indústria finlandesa.

Para nossa grande alegria - para mim, que pretendo ocupar o posto proximamente -, em outubro passado, o nosso BNDES mandou uma missão a Helsinque, o que desencadeou uma grande demanda de vindas ao Brasil por parte de outros empresários que aqui ainda nunca haviam estado. Além daqueles

nomes tradicionais que guardamos da infância, como a Valmet, dos tratores - e agora dos grupos de telecomunicações -, duas dezenas de empresas diferentes pediram visto à Embaixada do Brasil. Isso é muito positivo e muito animador.

O valor dos investimentos finlandeses no Brasil ainda é modesto: na casa dos US$ 58 milhões.

Passando para o relacionamento bilateral entre Brasil e Finlândia, eu diria que podemos vê-lo por dois aspectos: primeiro, podemos ver ambos os países como membros de grupos regionais, diante dos quais encontraram um campo de desenvolvimento muito grande. A Finlândia é membro da União Européia desde janeiro de 1995, o que lhe trouxe a possibilidade de recuperar índices econômicos que estavam meio abalados, em queda, e que agora voltaram a se recuperar, como a taxa de crescimento da economia finlandesa. No plano do Brasil, temos a nossa feliz participação no mundo do Mercosul, onde conseguimos resultados ultrapositivos, que V. Exªs conhecem muito bem.

Nesse quadro da União Européia e Mercosul, estamos tendo contatos e conferências preparatórias do acordo marco que paginará e dirigirá as relações entre os dois grupos. Depois de amanhã, no Rio de Janeiro, no escritório do Itamaraty, que dirijo desde 1996, haverá uma reunião bastante importante nesse sentido. Virão três representantes da União Européia, ou seja, da tróica européia no momento e representantes de todos os membros do Mercosul e da comunidade latino-americana. Em relação a isso, vemos um relacionamento bastante bom e muito bem encaminhado.

No setor bilateral comercial propriamente dito, havia relações comerciais da ordem de US$400 milhões por ano nos dois sentidos, ou seja, metade e metade. Hoje as cifras não são muito sorridentes para nós, não estamos mais com 50%. A última cifra diz que os US$400 milhões caíram para US$360 milhões, dos quais US$200 milhões são exportações finlandesas. Os nossos produtos tiveram o obstáculo novo de ver tarifas finlandesas aumentadas a partir da participação da Finlândia na União Européia, de modo que isso prejudicou e abalou nosso comércio exportador para a Finlândia.

Eu diria a V. Exªs, portanto, que vemos esse relacionamento, ainda assim, de maneira muito positiva, tanto que essas visitas oficiais que mencionei desencadearam outras tantas; entre elas, a mais promissora, a mais animadora é a do BNDES, de outubro passado.

Sinto que é uma promessa de muito boa possibilidade de trabalho, e é nessa área que procurarei atuar de maneira muito positiva, articulando-me com o BNDES e com todas as autoridades brasileiras, mas especificamente com eles, para que me dêem as diretrizes e para que lá eu possa agir diariamente nesse sentido.

A Finlândia é um país rico, que não tem os problemas que conhecemos outrora. Ela tem a seu favor uma inflação de 0,5% ao ano.

Se eu lá estiver como representante do Brasil, procurarei agir nesse setor que mencionei; não apenas nele, porque, nos meus longos anos de serviço ao Governo brasileiro no exterior, sempre tive a preocupação de ter contatos com todos os setores da sociedade local, sempre fiz a busca não só do homem de negócios, mas também do jornalista, dos artistas, dos escritores e de representantes de grupos, o que me permitiu depois a boa surpresa de encontrar muitos desses amigos muito bem postos na vida, editando jornais muito importantes na Europa, etc.

Também, nessa linha, terei muito empenho em dar impulso às relações culturais, porque a minha vida mais recente no Itamaraty foi muito ligada ao departamento cultural, a atividades culturais no exterior.

Então, não será fácil criar um centro de estudos brasileiros. De qualquer forma, já levarei uma minibiblioteca, que um amigo editor me dará, para a Universidade de Helsinque.

Pretendo também levar artistas brasileiros para atuar na Finlândia, como sempre fiz, seja os artistas propriamente ditos, remunerados, se ainda não tiverem terreno próprio lá — o que não surpreenderá em nada, porque eles já dominam muito do mundo europeu —, ou os concertistas, gente de teatro, que tive a sorte de conhecer e que consegui levar para os postos anteriores onde estive, para fazer sessões de benefício em nome do Governo brasileiro. Eles foram e me deram uma ajuda muito grande que gostaria de registrar.

Sr. Presidente, penso que eu disse a essência do que devemos saber sobre a nossa relação com a Finlândia. Agradeço sua atenção e a das Srªs e Srs. Senadores presentes. Estou pronto a responder, se eu puder, a qualquer pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Passo a palavra ao Senador José Agripino, que é o Relator.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, procurarei ser mais sucinto do que o Sr. Embaixador José Olímpio.

O currículo de S. Sª demonstra claramente sua ligação com a questão cultural e sua afinidade com a cultura internacional, haja vista a participação em tantos encontros e nos postos onde exerceu a segura atuação no campo cultural, no intercâmbio cultural — que é um trunfo do Brasil —, e onde seguramente terá pano para as mangas para exercer um papel importante.

Todos nós sabemos que pela vertente cultural se robustecem bastante as relações entre países. O que observei é que, embora haja afinidade do Embaixador com a questão cultural, S. Sª deu ênfase especial, como não poderia deixar de fazê-lo, às relações econômicas do Brasil com a Finlândia, tendo em vista que este é um país rico, de Primeiro Mundo, com renda **per capita** alta, integrante da União Européia e, como tal, praticante de barreiras alfandegárias que têm dificultado exportações brasileiras no passado recente.

No entanto, a própria missão do BNDES — que não abala do Brasil para país nenhum —, se não houver interesses muito claramente definidos, demonstra o interesse que o Brasil tem na participação do capital finlandês em investimentos no País, haja vista a Valmec e tantos outros investimentos.

Gostaria, com esses comentários, de desejar bom êxito a V. Sª na missão e pedir esforço especial no sentido da atração de investimentos, para que possamos, com a participação da diplomacia brasileira, combater o mais grave dos problemas do Brasil, que é a questão do desemprego, utilizando, evidentemente, o capital internacional como forma de desenvolver potencialidades locais.

Muito bom êxito e muito bom trabalho, Embaixador.

O SR. JOSÉ OLYMPIO RACHE DE ALMEIDA - Agradeço as palavras generosas do Senador. Estou certo de que farei muito bom trabalho lá em matéria de esforço. Espero obter bons resultados, como já consegui algumas vezes.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Gostaria de cumprimentá-lo primeiro, Embaixador, por ser nascido no Rio de Janeiro. Tenho dito que o Rio de Janeiro está muito bem representado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - São os mais jovens diplomatas.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Quero conversar com o nosso Ministro Lampréia, com o Presidente da República e, aqui, principalmente com os tucanos, para saber sobre esse privilégio que temos tido nesse Estado.

É importante saudá-lo, principalmente pela missão que terá pela frente, dado o conhecimento que temos não só pela exposição feita por S. Sª, mas também pelo nosso Relator, Senador José Agripino.

Chamou-me a atenção, até porque participei de alguns entendimentos - e é sobre isso que gostaria de falar - com um setor empresarial feminino, constatarmos essa presença feminina atuante, com certa parcela de poder, que seria interessante, na medida em que as nossas relações comerciais ainda são pequenas do ponto de vista do poder econômico da Finlândia, já que as mulheres têm sempre uma forma mais atrativa, no que diz respeito ao comércio, para construir essa parceria. A esse respeito, está havendo entendimentos. Existe uma comissão de empresárias e representantes do Parlamento para uma visita que, no primeiro momento, se fará extra-oficialmente, a não ser que consigamos, por meio do Congresso Nacional, mandar oficialmente uma representação feminina. Estamos fazendo questão de aduzir isso porque entendemos que há interesses econômicos por parte das empresárias e de nós Parlamentares.

Outra lição é a questão do Centro de Estudos Brasileiros. Sempre, onde esse Centro existe, há melhor relacionamento e entendimento. A parte cultural, que não desprezamos, é um elemento fundamental de aproximação dos povos. Queremos envidar todos os esforços para que esse Centro aconteça. Há uma importância enorme, principalmente pelas dificuldades lingüísticas em alguns países onde oficialmente não se pode falar em inglês, em espanhol, onde nossa língua é considerada como segunda ou terceira língua. É importante que haja o Centro de Estudos Brasileiros para esse estreitamento cultural. Pelas nossas Artes, por nossa Música, por nossa Cultura, existe um interesse enorme de todos os países que temos oportunidade de visitar. Onde há um Centro de Estudos Brasileiros, temos uma aproximação bem maior. Algumas feiras de representação cultural e comercial foram constituídas. Penso que contará, sem dúvida, com nosso apoio para que possamos ter uma presença muito grande na Finlândia, não apenas nós, mulheres, porque exatamente falei desses primeiros entendimentos que estamos tendo, a partir das Parlamentares. Acredito que todos nós estamos determinados a propiciar essa aproximação para que ajude no crescimento das relações comerciais.

O Senador José Agripino aborda uma situação que considero de grande relevância e importância: a criação de mecanismos para a geração de empregos. Penso que esses estreitamentos possibilitam, principalmente quando temos diferentes produções, relações que nos permitem introduzir um novo mercado, novas alternativas de produção na demanda que nos impõe esse nosso processo de globalização.

O SR. JOSÉ OLYMPIO RACHE DE ALMEIDA - Muito obrigado, Senadora. Pode estar certa de que, no dia seguinte ao de minha apresentação de credenciais, já estarei visitando as universidades e mexendo nos setores competentes. Vou julgar o que existe, lá além de uma colônia fino-brasileira de 200 pessoas e vamos tocar para a frente essa história do nosso Centro de Estudos Brasileiros.

Quanto à parte do desemprego, vejo com otimismo que essa aproximação financeira e esses investimentos finlandeses, que querem vir para cá a todo custo e muito oportunamente, vão de certa forma contribuir para aliar o problema do desemprego no nosso Brasil. Eles, por sua vez, têm um problema de desemprego gravíssimo, cuja taxa chega a 17%, que é muito alta. Mas, enfim, trata-se de uma atmosfera completamente diferente, um país rico e já desenvolvido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Com a palavra o Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Embaixador, gostaria de cumprimentá-lo pela síntese e, ao mesmo tempo, saudá-lo por seu currículo, que é realmente privilegiado. Gostaria, ainda, de registrar que V. Exª continua com o mesmo ânimo do início, após tantos anos de carreira, o que está, digamos, no entretexto, não no que V. Exª falou, mas na forma pela qual manifestou seu entusiasmo.

Fui membro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, quando Deputado, e recordo-me de haver sido relator de um acordo cultural entre Brasil e Finlândia. Aliás, é muito interessante V. Exª tocar nesse ponto porque quase todas as visitas de presidentes da república e de ministros de relações exteriores são capitaneadas por acordos comerciais e, lá no final, há sempre um pequeno acordo cultural que, em geral, fica no papel. É como se fosse o soar de um brinde pelos entendimentos econômicos, que não tem, depois, conseqüência no campo cultural, o que é um pena. Dessa maneira, saúdo o interesse de V. Exª por esse lado. Tenho a impressão de que há um acordo, se não me falha a memória, do qual fui relator, há vários anos, em meu primeiro mandato. Sei que houve. Este, evidentemente, poderá facilitar algum entendimento.

Em segundo lugar, houve, no Rio de Janeiro, não sei de ainda existe, um Instituto chamado Jean Sibelius. Tal Instituto tinha por nome o do grande compositor finlandês, o grande compositor nacionalista finlandês e talvez um dos grandes sinfonistas do Século XX, embora sua criação seja muito mais ampla do que a obra sinfônica. Não sei se o Instituto ainda existe, mas creio ser interessante a contrapartida, ou seja, o estudo das questões nórdicas no Brasil. Em meu modesto entender, se existe uma sabedoria no Ocidente que possa sombrear um tipo de sabedoria oriental, está nos nórdicos. Embora tenham sempre ficado à margem do processo central das deliberações políticas e econômicas da própria Europa, passados os passionalismos que caracterizaram o século XX - os "ismos" todos -, é o comportamento dos povos nórdicos, sua organização política e social que aparece ao fim do século XX como algo que fizera uma síntese, muito antes da sofrida síntese a que chegamos neste fim de século, após guerras, massacres, torturas, golpes militares, ditaduras. Enfim, os nórdicos englobaram esse conflito ideológico de modo dialético muito antes, construindo sociedades sociais democratas amplas, com grandes níveis de equilíbrio etc.

Então, creio que temos muito a ganhar, nessa etapa, com a experiência nórdica no campo político, em seu aspecto cultural, naquele aspecto em que possamos nos nutrir de experiências, por exemplo, parlamentaristas, de convivência entre partidos diferentes, do sistema de socialização pela tributação, que são sistemas interessantíssimos, enfim, em uma série de aspectos nos quais engatinhamos e que lá já estão resolvidos há muito tempo, embora sobrevenham outros problemas, tendo em vista que a humanidade estará eternamente presa a essa imperfeição fundamental ligada a nosso nascimento.

Por essa razão, somando todo o que afirmei de forma aparentemente separada, gostaria de dizer que há também um caminho cultural muito grande pelo mercado. Pelo mercado fonográfico, já que a música é uma linguagem universal, independente do esforço estatal que casas de cultura dêem, que é um esforço respeitável, importante, sobretudo para cursos etc, em pequena escala, há também hoje, no processo de globalização uma grande potencialidade no mercado cultural brasileiro, principalmente na área da música e do disco, já que as barreiras de idioma seguramente dificultarão a parte da literatura, exigindo traduções etc. Igualmente, há também, com a possibilidade da dublagem nos meios de comunicação, uma hipótese muito grande de troca de experiências nesse setor. Já tem havido interesse, principalmente, nos povos nórdicos, por uma série de produções nos campos cinematográfico e televisual.

Então, também pelo mercado, acredito que já exista, no caso brasileiro, uma possibilidade de incremento desse intercâmbio que tem também, evidentemente, uma conseqüência de natureza econômica importante para o País.

Eu gostaria só de ouvir a opinião de V. Exª sobre esses aspectos e saber se V. Exª está de acordo com essa visão.

O SR. JOSÉ OLYMPIO RACHE DE ALMEIDA - Muito obrigado, Senador.

A sua primeira observação sobre os textos dos acordos culturais celebrados é, absolutamente, correta. A grande maioria deles morre aí, não anda; depois, quando se quer ressuscitá-los, ninguém quer saber disso. Isso, talvez, queira dizer que os acordos não sejam o melhor modo de se fazer as coisas. Concordo com o que V. Exª disse.

Quanto a esses caminhos modernos ou mais fáceis de se percorrer hoje, como, por exemplo, o da comunicação, do disco, do vídeo, do cinema, isso é muito produtivo e, nessa área, procurarei, também, concentrar minha atividade na medida em que eu puder.

Hoje, há um lado comercial tão óbvio que é possível se comover aquele produtor brasileiro para trazer, por exemplo, trezentos discos de fulano, beltrano, cobrindo vários setores da música brasileira, coisa que não se conseguia antigamente. Isso aí é muito bom.

Eu pediria licença para contar uma passagem muito simpática da minha vida de jovem diplomata de então. Quanto cheguei ao México, no começo dos anos 60, o Embaixador, que era uma pessoa duríssima, disse que eu ia ser responsável pela área cultural. Eu já sabia, então, que a verba cultural para o ano era de U$1000. Eu disse que ia gastar tudo para comprar discos e perguntei ao Embaixador se ele me daria licença para não prestar contas a ele. Ele disse que tudo bem, que confiava em mim. Eu fui ao Rio e comprei U$1000 de discos naquelas casas da rua Uruguaiana e invadimos o mercado mexicano com discos da então jovem bossa-nova, de bons sambas brasileiros...

O SR. HUGO NAPOLEÃO - E o resultado foi bom.

O SR. JOSÉ OLYMPIO RACHE DE ALMEIDA - Muito bom.

Então, terei muito presente o que V. Exª acentuou e agradeço muito essas observações tão positivas e construtivas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Embaixador, agradeço se o senhor puder esperar um pouco, até à votação.

Senador Pedro Simon, V. Exª teria dois relatórios de posições cumulativas. Como os dois embaixadores já passaram por aqui, seus **curriculum vitae** são conhecidos. Pergunto se V. Exª dispensaria a leitura dos relatórios para que pudéssemos votar e ganhar tempo.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Pois não.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Na Comissão de Educação, da qual sou Presidente, recebi uma comunicação da Mesa Diretora - possivelmente, esta Comissão também recebeu - no sentido de que ela não parece disposta a aceitar projetos relatados nas Comissões por outros Senadores que não estejam presentes no dia da votação. Nessa caso - ainda é a Mesa da Casa a informar -, o Relator deixaria de ser o Relator designado e passaria a ser aquele que o fez em substituição ao Relator original.

Creio que nós, Presidentes de Comissão, deveríamos tomar uma posição conjunta em relação a esses aspectos, tendo em vista a coincidência de horários - hoje mesmo, vivemos esse vaivém com várias reuniões de Comissões acontecendo ao mesmo tempo e com todos os Senadores aqui tentando atender a todas elas, o que é, enfim, um problema antigo do nosso Regimento, que não cabe comentar agora – devido ao problema do **quorum**. Entretanto, quem está a se desdobrar no sentido de atender a várias Comissões e, por vezes, substitui um eventual ausente na leitura de um relatório, evidentemente, está ali a colaborar com o trabalho da relatoria da Comissão e não a invalidar a presença do Relator, o autor do relatório.

Nesse sentido, consulto V. Exª se deveríamos nós, Presidentes de Comissão, interrogar a Mesa sobre essa deliberação, porque, a meu juízo, ela irá prejudicar o andamento e poderá criar problemas entre os Senadores. Se um Senador, por gentileza, ler o relatório na ausência de outro – como é o caso agora – não significa estar usurpando-lhe a condição de Relator nem alterando seu relatório, porque, nesse caso, ele pediria vista – o próprio Regimento abrange essa possibilidade – e buscaria um outro texto.

Deixo essa preocupação com V. Exª, porque creio que isso pode prejudicar o andamento, mas trata-se de uma deliberação da Mesa que considero merecedora de uma atenção mais cuidadosa de nossa parte.

Poderíamos votar, a fim de liberar o Embaixador e, em seguida, discutirmos essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Gostaria de colocar em votação os dois relatórios do Senador Pedro Simon.

A primeira trata da indicação do Embaixador Márcio Paulo de Oliveira Dias, Ministro de Primeira Classe do quadro permanente da carreira, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo.

A outra trata da indicação do Embaixador Roberto Soares de Oliveira, Ministro de Primeira Classe, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Suíça, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Principado de Liechtenstein.

Em votação as indicações.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados.

Os nomes dos Srs. Embaixadores foram aprovados por unanimidade.

Srs. Senadores, como hoje é o Dia do Diplomata, não poderia, num dia em que aprovamos praticamente quatro novos Embaixadores, sendo dois cumulativamente, deixar de pedir a esses novos Embaixadores que levem a palavra de agradecimento desta Comissão pela colaboração do Itamaraty para com os temas que aqui são discutidos. Envio também, por intermédio dos quatro novos designados, a nossa mensagem de sucesso, além de reconhecer ser a diplomacia brasileira uma das primeiras do mundo no aspecto que temos aprendido, inclusive com relação à postura de dignidade e respeito ao País, com apresentação de grandes discussões. Reconheço também que temos um grande corpo diplomático. Sendo assim, levem as nossas congratulações ao Ministro Felpe Lampréia e aos senhores pelo dia de hoje.

Solicito ao Srs. Senadores que aguardem cinco minutos, devido à urgência da próxima matéria. Trata-se de acordo de proibição completa de testes nucleares, projeto que está a cargo do Senador José Agripino. Tendo em vista alguns debates internacionais a respeito do assunto, peço aos Srs. Senadores mais alguns minutos para que isso fosse discutido.

Solicito a presença dos Srs. Embaixadores para receberem o veredicto.

É obrigação regimental anunciar que os senhores – os quatro – foram aprovados por unanimidade pela Comissão. Desejamos a V. Sªs os votos de sucesso nas novas missões.

(Cumprimentos)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Concedo a palavra à Senadora Benedita da Silva, para uma questão de ordem.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, eu só queria complementar a questão de ordem apresentada pelo Senador Artur da Távola. Estou à vontade, primeiramente porque penso que poderíamos perfeitamente convidar os Relatores para que comparecessem à Ordem do Dia. Caso não pudessem fazê-lo – já que temos múltiplas funções, e as Comissões também funcionam –, retiraríamos de pauta o projeto, até que o Relator estivesse presente. A outra opção seria delegarmos a outro a leitura, sem que isso tirasse a autoria do Relator, que é aquele que se dedica muito mais aos estudos da matéria, podendo dirimir qualquer controvérsia ou orientar o debate que se levante em torno do assunto. Se somos apenas leitores do relatório, ficamos às vezes sem condição de coordenar eventuais debates que venham surgir. Eu mesma já me encontrei em dificuldades num determinado momento, pois fui colocada como Relatora **ad hoc**, fiz a leitura do relatório, mas não tinha nenhuma condição de fazer o debate. E a matéria foi polêmica. A única coisa que pude fazer foi pedir vista do projeto.

Dessa forma, concordo com a questão de ordem formulada pelo Senador Artur da Távola.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Concedo a palavra ao Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - É bom que esteja presente o Senador Bernardo Cabral, porque seria mais um Presidente de Comissão a se associar com os três que já estamos aqui, o que facilitaria o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - A designação de Relator **ad hoc** passa a ser o titular da Relatoria, o que julgo conflitar com a idéia de que normalmente o Relator pesquisou e aprofundou os estudos. Então, feita a simples leitura do relatório, no caso de ter sido aprofundado e não ter tirado a dúvida dos outros Senadores, suspender-se-ia a discussão até a presença do Relator.

Por outro lado, não creio que haja problemas com a leitura pura e simples de coisas não conflitantes. Temos aqui três Presidentes de Comissão, e acredito até que, na Comissão de Assuntos Econômicos, existem coisas necessárias "para ontem". Sendo assim, se o Relator não comparece, engessa-se a discussão e se inviabiliza às vezes uma matéria que tem de ser aprovada na hora.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Se me permite V. Exª, a Comissão de Educação tem alguma dificuldade de obtenção de **quorum**, mas temos feito reuniões, tomando-se como base o **quorum** dado inicialmente. Depois, alguns se retiram para outras Comissões, e eu tive vários projetos devolvidos pela Mesa, depois de um grande esforço para que eles tramitassem, por essa razão, ou seja, pelo fato de que elas foram lidas na sessão plenária por outro Relator. Ao que me consta – e infelizmente não sou especialista em Regimento –, o Regimento prevê que isso deva ser uma deliberação da Comissão; porém, se a Mesa Diretora se recusa a receber, penso que ela vai nos criar um problema. De maneira que V. Exª, possivelmente como um de nossos melhores Presidentes também diplomatas, juntamente com o Senador Bernardo Cabral, poderiam talvez conduzir esta questão junto à Mesa Diretora, para ver se conseguimos tornar mais fácil essa tramitação. A mim me parece que está havendo um excesso de burocracia, a contrariar o bom andamento – que já não é tão bom assim, pela lentidão - do trabalho das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Mesmo nesta Comissão, estamos dando conta do trabalho em razão dessa possibilidade, senão estaríamos praticamente com um atraso tremendo. E, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Presidente Bernardo Cabral teve o zelo, inclusive, de um exame preliminar das Comissões dos projetos não polêmicos para ter uma leitura. Por quê? Porque precisamos apresentar trabalho para o Plenário poder discutir e aprovar ou não. Há tantas fases de discussão de projetos, que a leitura por alguém indicado não vai inviabilizar a decisão final.

Converso depois com o Presidente Bernardo Cabral, que tem que se retirar, e vamos falar com o Presidente da Mesa.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, chega a esta Comissão o texto do Decreto Legislativo nº 22, que "aprova o texto do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares", concluído em Nova Iorque em 24 de setembro de 1996.

Vou me permitir ler alguns trechos do relatório, ainda que rapidamente, para perfeita compreensão de V. Exªs, embora o relatório, que reputo suficientemente explicativo, fale por si só.

Na verdade, trata-se, segundo Exposição de Motivos do nosso Ministro de Estado das Relações Exteriores, de um documento muito importante que o Brasil, juntamente com a maioria dos membros da comunidade internacional, vem negociando há quarenta anos, quatro décadas. Embora não represente o ideal, é o melhor que se pode fazer nas atuais circunstâncias. Esse projeto de lei é produto de uma iniciativa da Assembléia-Geral das Nações Unidas, que encarregou a Conferência do Desarmamento, sediada em Genebra, de iniciar as negociações que o tornaram possível em virtude do fim da "Guerra Fria".

Eu queria fazer a análise de alguns pontos deste meu parecer, deste meu relatório.

O CTBT contém, dentre suas obrigações básicas, uma, da maior importância, que impõe aos Estados que o ratificarem a de não realizar nenhuma explosão experimental de armas nucleares ou qualquer outra explosão nuclear em território sob sua jurisdição ou controle. Além disso, cada signatário se compromete a abster-se de causar, encorajar ou, de qualquer modo, participar na realização de uma explosão experimental de arma nuclear ou de qualquer outra explosão nuclear. O documento multilateral que ora examinamos cria a Organização do Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares para assegurar a implementação de suas cláusulas e ser o fórum de consulta e cooperação entre os Estados-Pares.

Essa organização tem sede em Viena e compõe-se de três órgãos fundamentais: Conferência dos Estados-Partes, que reúne todos os membros da Organização em sessões ordinárias especiais, um Conselho Consultivo, que é composto por 51 membros de todos os Estados-Pares que nele podem figurar, e o Secretariado Executivo, que tem a missão de assistir aos Estados na implementação do Tratado e à Conferência e ao Conselho Executivo no desempenho de suas funções. Compõe-se de um Diretor-Geral, que será seu chefe e diretor administrativo, e por pessoal científico, técnico e outros, conforme a necessidade.

Quero fazer mais três registros. As atividades de verificação terão por base informações objetivas, serão limitadas aos objetivos do Tratado, que integram ao corpo deste relatório, e realizadas do modo menos intrusivo possível, com base no pleno respeito à soberania dos Estados.

Os Estados-Partes abster-se-ão de qualquer abuso do direito de verificação e, independentemente de sua capacidade técnica e financeira, gozarão de igual direito de verificação e assumirão idêntica obrigação de aceitar a verificação. E mais: os dispositivos do Tratado devem ser implementados de modo a não tolher o desenvolvimento econômico e tecnológico dos Estados-Partes, com vistas ao aprimoramento ulterior da aplicação da energia elétrica para fins pacíficos.

Queria concluir com meu voto, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

É evidente que o Tratado analisado representa mais um ponto de partida do que um ponto de chegada. Ele objetiva muito mais o futuro do que o que já passou. Os Estados amantes da paz desejariam, sem dúvida, dar seu aval a um texto mais ambicioso e eficaz, que fosse capaz de levar à destruição completa dos arsenais nucleares das potências que mantêm o mundo em estado de alerta pela eventualidade de danos em escala planetária. Mas, ainda assim, devemos aplaudir a elaboração do CTBT, que marca o seu compromisso com as verificações **in loco** e adota atitudes intrusivas, ao mesmo tempo em que salvaguarda, na medida do possível, a soberania dos Estados.

Meu voto, portanto, é pela aprovação do presente tratado, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1998.

Evidentemente, só para aduzir considerações finais, é um documento muito oportuno, tendo em vista o que ocorreu no passado recente.

Não quero me referir à impertinência da França na realização dos seus experimentos nucleares, que foram objeto de contestação mundial, mas ao recente estado de tensão decorrente dos experimentos levados a efeito pela Índia, e à tensão criada, logo em seguida, pela perspectiva do Paquistão, que é o seu tradicional adversário, para não dizer inimigo.

O texto proposto pela ONU, mediante seu Conselho de Defesa, é oportuníssimo e estabelece, no plano internacional, um instrumento de mediação, de verificação e de contenção no avanço do armamento nuclear de países que talvez nem saibamos que estejam prontos para ter a bomba atômica.

É o nosso parecer e o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Vou pôr a matéria em discussão.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Sr. Presidente, tenho só uma dúvida, embora concorde totalmente com o parecer do nobre Senador José Agripino. No final do voto, S. Exª diz que "adota atitudes intrusivas". Tenho impressão de que, na fala anterior, está "de modo moderado ou não intrusivo".

O SR. JOSÉ AGRIPINO - É verdade. V. Exª tem razão. Há uma impropriedade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Então, peço que faça a correção.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Queria apenas corrigir, Sr. Presidente: "e não adota atitudes intrusivas". No relatório, faltou a palavra "não" no final.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA- Inclusive usou a expressão "intrusiva" de modo moderado, mas "não adota" é melhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Não. Entendo que está certo. De modo moderado, porque, no final, diz: "ao mesmo tempo em que salvaguarda". Então, ele aplica, mas garante a soberania.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - "Não adota atitudes intrusivas".

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Mas ele adota no relatório, quando necessário.

O SR JOSÉ AGRIPINO - Quero ler aqui:

"As atividades de verificação terão por base informações objetivas, serão limitadas aos objetivos do tratado e realizadas do modo menos intrusivo possível."

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Então colocamos "menos intrusivo", para repetir o que está no texto.

Então, só queria, Senador José Agripino, saber se V. Exª leu manifestação de dois oficiais da reserva, anteontem, desfavorável à aprovação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Vejo que os países que V. Exª citou – não a França, mas a Índia e o Paquistão, que lutam tanto quanto nós por uma situação econômica quase sem atendimento do social – investem na tentativa de se mostrarem fortes militarmente. Essa atitude beligerante não condiz com as pessoas de bom senso. A paz, sem dúvida nenhuma, é a parte pavimentada para que o social tenha um pouco mais de dignidade.

Quero cumprimentar V. Exª. Desculpe-me. Dizem que o Presidente não pode se manifestar muito. É brilhante o relatório de V. Exª. Acredito que estamos fazendo um pacto com Deus, e isso é mais importante do que tentar um pacto com o demônio.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Não, a observação de V. Exª é procedente e oportuna. Não se trata aqui de medir forças. Estamos cuidando de promover o equilíbrio no plano internacional.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Em votação.

(Pausa)

Aprovado o relatório do Senador José Agripino.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a reunião às 12h51min.)



EDIÇÃO DE HOJE: 296 PÁGINAS